ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 186 Brasília - DF, segunda-feira, 28 de setembro de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Senado Federal 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 455
Ministério das Comunicações 456
Ministério da Defesa 463
Ministério do Desenvolvimento Regional 463
Ministério da Economia 463
Ministério da Educação 501
Ministério da Infraestrutura 501
Ministério da Justiça e Segurança Pública 506
Ministério do Meio Ambiente 512
Ministério de Minas e Energia 516
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 526
Ministério das Relações Exteriores 537
Ministério da Saúde 537
Ministério do Turismo 591
Ministério Público da União 599
Poder Judiciário 601
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 630

..... Esta edição completa do DOU é composta de 634 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.254 **(1)**

ORIGEM : ADI - 77676 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (3600/AC, 9395A/AL, A598/AM, 1551-A/AP, 24290/BA, 16599-A/CE, 25136/DF, 15111/ES, 27024/GO, 9348-A/MA, 107878/MG, 13043-A/MS, 11065/A/MT, 15201-A/PA, 128341-A/PB, 00922/PE, 8202/PI, 30916/PR, 136118/RJ, 725-A/RN, 4875/RO, 372-A/RR, 80025A/RS, 23729/SC, 484A/SE, 128341/SP, 4.923-A/TO)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Marco Aurélio, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Rosa Weber, que julgavam parcialmente procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade dos incs. III e V do § 1º do art. 65 da Lei nº 11.196, de 21.11.2005, pediu vista dos autos o Ministro Luiz Fux. Falou, pelos interessados, a Dra. Flávia Palmeira de Moura Coelho, Procuradora da Fazenda Nacional. Plenário, Sessão Virtual de 5.6.2020 a 15.6.2020.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade para declarar a inconstitucionalidade dos incs. III e V do § 1º do art. 65 da Lei n. 11.196, de 21.11.2005, nos termos do voto da Relatora. O Ministro Luiz Fux acompanhou a Relatora com ressalvas. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PIS/COFINS. INCIDÊNCIA SOBRE A REVENDA DE VEÍCULOS NOVOS E DE AUTOPEÇAS POR CONCESSIONÁRIAS LOCALIZADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS. LEI N. 11.196/2005 (INCS. III E V DO § 1º, § 2º, INC. III DO § 4º E §§ 5º E 7º DO ART. 65). AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.*

1. *A eficácia do art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias depende da manutenção dos favores fiscais previstos no Decreto-Lei n. 288/1967, sob pena de descaracterizar-se a Zona Franca de Manaus. Inocorrência de controle de inconstitucionalidade indireto, por contrariedade a normas interpostas. Precedentes.*

2. *Pela Lei n. 10.485/2002, anterior à legislação impugnada (Lei n. 11.196/2005), não se instituiu regime monofásico de recolhimento de PIS/Cofins nas operações com veículos e autopeças: previsão de típica situação de substituição tributária para a frente: ausência de retrocesso à situação tributária das concessionárias, sob o aspecto de seu enquadramento como contribuintes.*

3. *As alíquotas de 2% de PIS/Pasep e 9,6% de Cofins fixadas no art. 1º da Lei n. 10.485/2002 resultam da composição de todas as alíquotas incidentes sobre o ciclo econômico tributado, incluída a que recai sobre a operação das revendedoras-concessionárias, reduzida a zero pelo deslocamento do recolhimento para o ponto de partida da cadeia.*

4. *A operação desonerada pela Constituição da República (inc. I do § 2º art. 149) é a realizada pela empresa situada fora da Zona Franca de Manaus, equiparada a empresa exportadora (art. 4º do Decreto-Lei n. 288/1987): não há fundamento jurídico para se considerarem as vendas internas realizadas pelas empresas importadoras como exportação (para o exterior).*

5. *A não-incidência de alíquota referente ao PIS/Pasep e à Cofins sobre venda do veículo novo ou autopeça à Zona Franca de Manaus impõe alíquota menor que as fixadas na Lei n. 10.485/2002, sob pena de afronta ao princípio da isonomia tributária, previsto no inc. II do art. 150 da Constituição da República: com a sistemática instituída pelo art. 65 da Lei n. 11.196/2005 a utilização das mesmas alíquotas agrava a situação tributária nas transações com as concessionárias-revendedoras situadas na Zona Franca de Manaus.*

6. *Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade dos incs. III e V do § 1º do art. 65 da Lei n. 11.196/2005.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.353 **(2)**

ORIGEM : ADI - 4353 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : ORLANDO SPINETTI DE SANTA RITA MATTA (27957/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE CONTROLE DO TABAGISMO, PROMOÇÃO DA SAÚDE E DOS DIREITOS HUMANOS - ACT
ADV.(A/S) : CLARISSA MENEZES HOMSI (131179/SP)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE - CONTRATUH
ADV.(A/S) : AGILBERTO SERÓDIO (10765/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GASTRONOMIA, HOSPEDAGEM E TURISMO - ABRESI
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS ROSA (0256203B/SP)
AM. CURIAE. : FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER
ADV.(A/S) : LUÍS RENATO VEDOVATO (142128/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA

CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. FEDERALISMO COOPERATIVO. ART. 24 CF. DISCIPLINA DE FUMÍGENOS EM AMBIENTES COLETIVOS FECHADOS. ATUAÇÃO DOS ESTADOS PARA O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA MAIS RESTRITIVA, EM ATENÇÃO ÀS PECULIARIDADES LOCAIS. CUMPRIMENTO DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS À SAÚDE E DO CONSUMIDOR. SOLUÇÃO LEGISLATIVA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL DO CONFLITOS ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR E AS LIBERDADES INDIVIDUAIS E ECONÔMICAS FUNDAMENTAIS (LIVRE COMÉRCIO E LIVRE INICIATIVA). PRECEDENTES JUDICIAIS.

1. No modelo federativo brasileiro, estabelecidas pela União as normas gerais para disciplinar sobre proteção à saúde e responsabilidade por dano ao consumidor, aos Estados compete, além da supressão de eventuais lacunas, a previsão de normas destinadas a complementar a norma geral e a atender as peculiaridades locais, respeitados os critérios **(*i*)** da preponderância do interesse local, **(*ii*)** do exaurimento dos efeitos dentro dos respectivos limites territoriais - até mesmo para se prevenirem conflitos entre legislações estaduais potencialmente díspares - e **(*iii*)** da vedação da proteção insuficiente.

2. A Lei n. 9.294/1996 retira a possibilidade dos Estados e dos Municípios de legislarem de forma a permitir a utilização de produtos fumígenos em circunstâncias diversas das por ela indicadas. Remanesce à competência suplementar dos entes federados estaduais disciplinar os ambientes em que é proibido o consumo de tais produtos, sem que tal regulação implique inobservância dos parâmetros estabelecidos na Lei n. 9.294/1996. Cumpre assinalar, quanto ao ponto, que essa política pública, inclusive, atende o *critério dos deveres fundamentais de proteção aos direitos.*

3. Legitimidade da Lei n. 16.239/2009 do Estado do Paraná, que estabeleceu restrições quanto ao consumo de produtos com potencial risco à saúde e à segurança dos consumidores. Solução legislativa que atende o postulado da proporcionalidade, ao não impor restrições que violem o núcleo das liberdades individuais e econômicas fundamentais.

4. Aplicação ao caso do precedente formado na ADI 4.306 (Relator Ministro Edson Fachin, Tribunal Pleno, unanimidade, DJ 19.2.2020).

5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.373 **(3)**

ORIGEM : ADI - 5373 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RORAIMA
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "em qualquer tempo" inscrita no art. 59 da Constituição do Estado de Roraima, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - **GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR** DO ESTADO - **AFASTAMENTO DO PAÍS** "*EM QUALQUER TEMPO*" - **NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA** DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, **SOB PENA** *DE PERDA DO CARGO* - **ALEGADA OFENSA** AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES **E SUPOSTA TRANSGRESSÃO** AO MODELO NORMATIVO ESTABELECIDO PELA VIGENTE CONSTITUIÇÃO (ART. 49, III, **E** ART. 83) - **MEDIDA CAUTELAR** *ANTERIORMENTE DEFERIDA* PELO PLENÁRIO **DESTA** SUPREMA CORTE - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA** PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *NO TEMA* - **PRECEDENTES** - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

AVISO

Foram publicadas em 25/9/2020 as edições extras nºs 185-A e 185-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

- **A exigência** *de prévia autorização da Assembleia Legislativa* para o Governador **e** o Vice-Governador do Estado **ausentarem-se**, *em qualquer tempo*, do território nacional **mostra-se incompatível** com os postulados da simetria **e** da separação de poderes, **pois essa restrição** - que **não** encontra correspondência **nem** parâmetro na Constituição Federal (art. 49, III, **c/c** o art. 83) - **revela-se inconciliável** com a Lei Fundamental da República, que, **por qualificar-se** *como fonte jurídica de emanação do poder constituinte decorrente*, **impõe** *ao Estado-membro*, **em caráter vinculante**, **em razão** de sua índole hierárquico-normativa, *o dever de estrita observância* quanto às diretrizes **e** aos princípios nela proclamados e estabelecidos (**CF**, art. 25, "*caput*"), *sob pena de completa desvalia jurídica* das disposições estaduais **que conflitem** com a supremacia **de que se revestem** as normas **consubstanciadas** na Carta Política. **Precedentes**.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.482 **(4)**

ORIGEM	: ADI - 5482 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO DE JANEIRO
RELATOR	**: MIN. CELSO DE MELLO**
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade integral da Lei estadual nº 7.003/2015, editada pelo Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

E M E N T A: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI ESTADUAL FLUMINENSE **QUE TORNA SEM EFEITOS** OS PONTOS **ATRIBUÍDOS** AOS MOTORISTAS DE VEÍCULOS TERRESTRES **EM DECORRÊNCIA** DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO PRATICADAS **EM MOMENTO ANTERIOR** À RENOVAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - **TRANSGRESSÃO** À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL **QUE ATRIBUI**, *EM CARÁTER PRIVATIVO*, À UNIÃO FEDERAL **COMPETÊNCIA** PARA LEGISLAR **SOBRE TRÂNSITO** (**CF**, ART. 22, XI) - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA** PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL *NO TEMA* - **PRECEDENTES** - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL* DO DIPLOMA LEGISLATIVO IMPUGNADO - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PROCEDENTE*.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.537 **(5)**

ORIGEM	: ADI - 5537 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: ALAGOAS
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONTEE
ADV.(A/S)	: ADAILTON DA ROCHA TEIXEIRA (0019283/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO ESCOLA SEM PARTIDO
ADV.(A/S)	: MIGUEL FRANCISCO URBANO NAGIB (17610/DF, 134209/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - UNE
ADV.(A/S)	: THAIS SILVA BERNARDES (00335426/SP)
AM. CURIAE.	: SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SINASEFE
ADV.(A/S)	: JOSÉ LUIS WAGNER (17183/DF, 018097/RS, 18097/RS)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO NACIONAL DE JURISTAS EVANGELICOS - ANAJURE
ADV.(A/S)	: UZIEL SANTANA (4484/SE)
AM. CURIAE.	: ALIANÇA NACIONAL LGBTI
AM. CURIAE.	: GRUPO DIGNIDADE - PELA CIDADANIA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNERO
ADV.(A/S)	: ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS (83570/PR)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA ADUNB
ADV.(A/S)	: LOUSSIA PENHA MUSSE FELIX (44553/RJ)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO ARTIGO 19 BRASIL
ADV.(A/S)	: DENISE DOURADO DORA (19054/RS) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ACAO EDUCATIVA ASSESSORIA PESQUISA E INFORMACAO
ADV.(A/S)	: MARCIO ALAN MENEZES MOREIRA (18728/CE)
AM. CURIAE.	: COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES -CLADEM/BRASIL
AM. CURIAE.	: THEMIS, GENERO, JUSTICA E DIREITOS HUMANOS
AM. CURIAE.	: CEPIA CIDADANIA ESTUDOS PESQUISA INFORMACAO E ACAO
AM. CURIAE.	: INSTITUTO MARIA DA PENHA
AM. CURIAE.	: CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO TAMO JUNTAS - ASSESSORIA JURIDICA GRATUITA PARA MULHERES VITIMAS DE VIOLENCIA
ADV.(A/S)	: LEILA DE ANDRADE LINHARES BARSTED (034775/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO NACIONAL DE JURISTAS PELOS DIREITOS HUMANOS DE LESBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, TRANSGENEROS E INTERSEXUAIS
ADV.(A/S)	: RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF (46088/PR) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar inconstitucional a integralidade da Lei nº 7.800/2016 do Estado de Alagoas, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falaram: pelo *amicus curiae* Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE, o Dr. José Luis Wagner; pelo *amicus curiae* Associação dos Docentes da Universidade de Brasília - ADUNB, a Dra. Loussia Penha Musse Felix; pelo *amicus curiae* União Nacional dos Estudantes - UNE, a Dra. Thais Silva Bernardes; pelo *amicus curiae* Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais, o Dr. Rafael dos Santos Kirchhoff e a Dra. Lígia Ziggiotti de Oliveira; pelo *amicus curiae* Associação Escola Sem Partido, o Dr. Miguel Francisco Urbano Nagib; e, pelo *amicus curiae* Associação Nacional de Juristas Evangélicos - ANAJURE, a Dra. Raíssa Paula Martins. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA*:* Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Programa Escola Livre. Lei estadual. Vícios formais (de competência e de iniciativa) e afronta ao pluralismo de ideias. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.

I. Vícios formais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas:

1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF, art. 22, XXIV): a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias são princípios e diretrizes do sistema (CF, art. 206, II e III);

2. Afronta a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: usurpação da competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema (CF, art. 24, IX e § 1º);

3. Violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF, art. 22, I): a lei impugnada prevê normas contratuais a serem observadas pelas escolas confessionais;

4. Violação à iniciativa privativa do Chefe do Executivo para deflagrar o processo legislativo (CF, art. 61, § 1º, "c" e "e", ao art. 63, I): não é possível, mediante projeto de lei de iniciativa parlamentar, promover a alteração do regime jurídico aplicável aos professores da rede escolar pública, a alteração de atribuições de órgão do Poder Executivo e prever obrigação de oferta de curso que implica aumento de gastos.

II. Inconstitucionalidades materiais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas:

5. Violação do direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Supressão de domínios inteiros do saber do universo escolar. Incompatibilidade entre o suposto dever de neutralidade, previsto na lei, e os princípios constitucionais da liberdade de ensinar, de aprender e do pluralismo de ideias (CF/1988, arts. 205, 206 e 214).

6. Vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes. Risco de aplicação seletiva da lei, para fins persecutórios. Violação ao princípio da proporcionalidade (CF/1988, art. 5º, LIV, c/c art. 1º).

7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.717 **(6)**

ORIGEM	: 5717 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**: MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por maioria, resolveu questão de ordem no sentido de afastar a prejudicialidade da ação, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski. Em seguida, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do inteiro teor da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e fixou a seguinte tese: "É inconstitucional medida provisória ou lei decorrente de conversão de medida provisória cujo conteúdo normativo caracterize a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória anterior rejeitada, de eficácia exaurida por decurso do prazo ou que ainda não tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal", nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 27.03.2019.

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. MEDIDA PROVISÓRIA. ESTABELECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 62, *CAPUT* e §§ 3º e 10, CRFB. REQUISITOS PROCEDIMENTAIS. REJEIÇÃO E REVOGAÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA COMO CATEGORIAS DE FATO JURÍDICO EQUIVALENTES E ABRANGIDAS NA VEDAÇÃO DE REEDIÇÃO NA MESMA SESSÃO LEGISLATIVA. INTERPRETAÇÃO DO §10 DO ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA EM LEI. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE SUPERVENIENTE. ADITAMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. PRECEDENTES JUDICIAIS DO STF. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE.

1. O Supremo Tribunal Federal definiu interpretação jurídica no sentido de que apenas a modificação substancial, promovida durante o procedimento de deliberação e decisão legislativa de conversão de espécies normativas, configura situação de prejudicialidade superveniente da ação a acarretar, por conseguinte, a extinção do processo sem resolução do mérito. Ademais, faz-se imprescindível o aditamento da petição inicial para a convalidação da irregularidade processual. Desse modo, a hipótese de mera conversão legislativa da medida provisória não é argumento suficiente para justificar prejudicialidade processual superveniente.

2. Medida provisória não revoga lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico, em face do seu caráter transitório e precário. Assim, aprovada a medida provisória pela Câmara e pelo Senado, surge nova lei, a qual terá o efeito de revogar lei antecedente. Todavia, caso a medida provisória seja rejeitada (expressa ou tacitamente), a lei primeira vigente no ordenamento, e que estava suspensa, volta a ter eficácia.

3. Conversão do exame da medida cautelar em julgamento do mérito da demanda.

4. O argumento de desvio de finalidade para justificar o vício de inconstitucionalidade de medida provisória, em razão da provável direção de cargo específico para pessoa determinada não tem pertinência e validade jurídica, porquanto, na espécie, se trata de ato normativo geral e abstrato, que estabeleceu uma reestruturação genérica da Administração Pública. Esse motivo, inclusive, autorizou o acesso à jurisdição constitucional abstrata.

5. Impossibilidade de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória revogada, nos termos do prescreve o art. 62, §§2º e 3º. Interpretação jurídica em sentido contrário, importaria violação do princípio da Separação de Poderes. Isso porque o Presidente da República teria o controle e comando da pauta do Congresso Nacional, por conseguinte, das prioridades do processo legislativo, em detrimento do próprio Poder Legislativo. Matéria de competência privativa das duas Casas Legislativas (inciso IV do art. 51 e inciso XIII do art. 52, ambos da Constituição Federal).

6. O alcance normativo do § 10 do art. 62, instituído com a Emenda Constitucional n. 32 de 2001, foi definido no julgamento das ADI 2.984 e ADI 3.964, precedentes judiciais a serem observados no processo decisório, uma vez que não se verificam hipóteses que justifiquem sua revogação.

7. Qualquer solução jurídica a ser dada na atividade interpretativa do art. 62 da Constituição Federal deve ser restritiva, como forma de assegurar a funcionalidade das instituições e da democracia. Nesse contexto, imperioso assinalar o papel da medida provisória como técnica normativa residual que está à serviço do Poder Executivo, para atuações legiferantes excepcionais, marcadas pela urgência e relevância, uma vez que não faz parte do núcleo funcional desse Poder a atividade legislativa.

8. É vedada reedição de medida provisória que tenha sido revogada, perdido sua eficácia ou rejeitada pelo Presidente da República na mesma sessão legislativa. Interpretação do §10 do art. 62 da Constituição Federal.

9. Ação direta de inconstitucionalidade **julgada procedente** para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, resultado da conversão da Medida Provisória n. 782/2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE DE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.727 **(7)**

ORIGEM : 5727 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADV.(A/S) : LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (49777/DF, 26485/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por maioria, resolveu questão de ordem no sentido de afastar a prejudicialidade da ação, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski. Em seguida, por unanimidade, converteu o julgamento da cautelar em julgamento definitivo de mérito e julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do inteiro teor da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e fixou a seguinte tese: "É inconstitucional medida provisória ou lei decorrente de conversão de medida provisória cujo conteúdo normativo caracterize a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória anterior rejeitada, de eficácia exaurida por decurso do prazo ou que ainda não tenha sido apreciada pelo Congresso Nacional dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal", nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 27.03.2019.

EMENTA

CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO. MEDIDA PROVISÓRIA. ESTABELECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 62, *CAPUT* e §§ 3º e 10, CRFB. REQUISITOS PROCEDIMENTAIS. REJEIÇÃO E REVOGAÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA COMO CATEGORIAS DE FATO JURÍDICO EQUIVALENTES E ABRANGIDAS NA VEDAÇÃO DE REEDIÇÃO NA MESMA SESSÃO LEGISLATIVA. INTERPRETAÇÃO DO §10 DO ART. 62 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA EM LEI. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE SUPERVENIENTE. ADITAMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. PRECEDENTES JUDICIAIS DO STF. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE.

1. O Supremo Tribunal Federal definiu interpretação jurídica no sentido de que apenas a modificação substancial, promovida durante o procedimento de deliberação e decisão legislativa de conversão de espécies normativas, configura situação de prejudicialidade superveniente da ação a acarretar, por conseguinte, a extinção do processo sem resolução do mérito. Ademais, faz-se imprescindível o aditamento da petição inicial para a convalidação da irregularidade processual. Desse modo, a hipótese de mera conversão legislativa da medida provisória não é argumento suficiente para justificar prejudicialidade processual superveniente.

2. Medida provisória não revoga lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico, em face do seu caráter transitório e precário. Assim, aprovada a medida provisória pela Câmara e pelo Senado, surge nova lei, a qual terá o efeito de revogar lei antecedente. Todavia, caso a medida provisória seja rejeitada (expressa ou tacitamente), a lei primeira vigente no ordenamento, e que estava suspensa, volta a ter eficácia.

3. Conversão do exame da medida cautelar em julgamento do mérito da demanda.

4. O argumento de desvio de finalidade para justificar o vício de inconstitucionalidade de medida provisória, em razão da provável direção de cargo específico para pessoa determinada não tem pertinência e validade jurídica, porquanto, na espécie, se trata de ato normativo geral e abstrato, que estabeleceu uma reestruturação genérica da Administração Pública. Esse motivo, inclusive, autorizou o acesso à jurisdição constitucional abstrata.

5. Impossibilidade de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória revogada, nos termos do prescreve o art. 62, §§2º e 3º. Interpretação jurídica em sentido contrário, importaria violação do princípio da Separação de Poderes. Isso porque o Presidente da República teria o controle e comando da pauta do Congresso Nacional, por conseguinte, das prioridades do processo legislativo, em detrimento do próprio Poder Legislativo. Matéria de competência privativa das duas Casas Legislativas (inciso IV do art. 51 e inciso XIII do art. 52, ambos da Constituição Federal).

6. O alcance normativo do § 10 do art. 62, instituído com a Emenda Constitucional n. 32 de 2001, foi definido no julgamento das ADI 2.984 e ADI 3.964, precedentes judiciais a serem observados no processo decisório, uma vez que não se verificam hipóteses que justifiquem sua revogação.

7. Qualquer solução jurídica a ser dada na atividade interpretativa do art. 62 da Constituição Federal deve ser restritiva, como forma de assegurar a funcionalidade das instituições e da democracia. Nesse contexto, imperioso assinalar o papel da medida provisória como técnica normativa residual que está à serviço do Poder Executivo, para atuações legiferantes excepcionais, marcadas pela urgência e relevância, uma vez que não faz parte do núcleo funcional desse Poder a atividade legislativa.

8. É vedada reedição de medida provisória que tenha sido revogada, perdido sua eficácia ou rejeitada pelo Presidente da República na mesma sessão legislativa. Interpretação do §10 do art. 62 da Constituição Federal.

9. Ação direta de inconstitucionalidade **julgada procedente** para declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, resultado da conversão da Medida Provisória n. 782/2017.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.038 **(8)**

ORIGEM : 6038 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ALAGOAS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA
ADV.(A/S) : MATEUS DE LIMA COSTA RIBEIRO (59080/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : GRUPO DIGNIDADE - PELA CIDADANIA DE GAYS, LESBICAS E TRANSGENEROS
AM. CURIAE. : ALIANCA NACIONAL LGBTI
ADV.(A/S) : ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS (83570/PR)
ADV.(A/S) : ANANDA HADAH RODRIGUES PUCHTA (80651/PR)
AM. CURIAE. : ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS
AM. CURIAE. : GADVS - GRUPO DE ADVOGADOS PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO
ADV.(A/S) : PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI (242668/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JURISTAS PELOS DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS (ANAJUDH - LGBTI)
ADV.(A/S) : RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF (46088/PR)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO ARTIGO 19 BRASIL
ADV.(A/S) : DENISE DOURADO DORA (19054/RS)
ADV.(A/S) : LAURA DA CUNHA VARELLA (373981/SP)
ADV.(A/S) : DANIELA RIBEIRO IKAWA (175225/SP)
AM. CURIAE. : COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES - CLADEM/BRASIL
AM. CURIAE. : THEMIS, GENERO, JUSTICA E DIREITOS HUMANOS
AM. CURIAE. : CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO (CEPIA)
AM. CURIAE. : INSTITUTO MARIA DA PENHA (IMP)
AM. CURIAE. : CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO TAMO JUNTAS - ASSESSORIA JURÍDICA GRATUITA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
ADV.(A/S) : LEILA DE ANDRADE LINHARES BARSTED (034775/RJ)
ADV.(A/S) : INGRID VIANA LEAO (11839/PA)
ADV.(A/S) : SANDRA LIA LEDA BAZZO BARWINSKI (18275/PR)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar inconstitucional a integralidade da Lei nº 7.800/2016 do Estado de Alagoas, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA*:* Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Programa Escola Livre. Lei estadual. Vícios formais (de competência e de iniciativa) e afronta ao pluralismo de ideias. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente.

I. Vícios formais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas:

1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF, art. 22, XXIV): a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias são princípios e diretrizes do sistema (CF, art. 206, II e III);

2. Afronta a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: usurpação da competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema (CF, art. 24, IX e § 1º);

3. Violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF, art. 22, I): a lei impugnada prevê normas contratuais a serem observadas pelas escolas confessionais;

4. Violação à iniciativa privativa do Chefe do Executivo para deflagrar o processo legislativo (CF, art. 61, § 1º, "c" e "e", ao art. 63, I): não é possível, mediante projeto de lei de iniciativa parlamentar, promover a alteração do regime jurídico aplicável aos professores da rede escolar pública, a alteração de atribuições de órgão do Poder Executivo e prever obrigação de oferta de curso que implica aumento de gastos.

II. Inconstitucionalidades materiais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas:

5. Violação do direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Supressão de domínios inteiros do saber do universo escolar. Incompatibilidade entre o suposto dever de neutralidade, previsto na lei, e os princípios constitucionais da liberdade de ensinar, de aprender e do pluralismo de ideias (CF/1988, arts. 205, 206 e 214).

6. Vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes. Risco de aplicação seletiva da lei, para fins persecutórios. Violação ao princípio da proporcionalidade (CF/1988, art. 5º, LIV, c/c art. 1º).

7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.934 **(9)**

ORIGEM : ADI - 4934 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** - **ICMS** - *CONCESSÃO DE ISENÇÃO E DE OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS*, **SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO** *EM CONVÊNIO INTERESTADUAL* **CELEBRADO** NO ÂMBITO DO CONFAZ - **ALEGADA TRANSGRESSÃO** *À RESERVA DE CONVÊNIO* **INSCRITA** NO ART. 155, § 2º, **INCISO** XII, **ALÍNEA** "*G*", DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - *SUPERVENIENTE EDIÇÃO* **DA LEI COMPLEMENTAR** Nº 160/2017, **QUE AUTORIZOU** OS ESTADOS- -MEMBROS **E** O DISTRITO FEDERAL, *EM COMUM ACORDO*, **A PERDOAREM** OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS **DECORRENTES** *DE CONCESSÕES UNILATERAIS* DE ISENÇÕES, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS **E A REINSTITUÍ-LOS** *SOB A ÉGIDE DO NOVO CONVÊNIO INTERESTADUAL* - **OBSERVÂNCIA** PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO *DE TODOS* OS REQUISITOS E CONDIÇÕES **NECESSÁRIOS** *AO RESTABELECIMENTO* DO BENEFÍCIO FISCAL **QUESTIONADO** NESTA AÇÃO DIRETA (**LC** Nº 160/2017 **E CONVÊNIO ICMS** Nº 19/2017) - **MODIFICAÇÃO** DO QUADRO NORMATIVO **SUBJACENTE** AO PRESENTE LITÍGIO CONSTITUCIONAL - *HIPÓTESE DE PREJUDICIALIDADE* - **EXTINÇÃO ANÔMALA** DO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA - **PRECEDENTES** DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - **AÇÃO DIRETA** *JULGADA PREJUDICADA* - **INTERPOSIÇÃO** DE RECURSO DE AGRAVO CONTRA ESSA DECISÃO - **RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO**.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.244 **(10)**

ORIGEM : 6244 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DE HOSPITAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : GUARACY MARTINS BASTOS (A1225/AM, 096415/RJ, 107248A/RS, 46961-A/SC, 340937/SP)
AM. CURIAE. : CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : JOSE LUIZ BAPTISTA DE LIMA JUNIOR (126196/RJ)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO DO TRABALHO. LEIS 8.315/2019 E 7.898/2018 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INSTITUIÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO. ATRIBUIÇÃO DE PODER FISCALIZATÓRIO E SANCIONATÓRIO AO PODER EXECUTIVO ESTADUAL EM MATÉRIA DE DIREITO DO TRABALHO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. MODULAÇÃO DE EFEITOS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O acórdão embargado não apresenta o vício de omissão alegado pela Embargante, pois enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia veiculada na inicial, reafirmando jurisprudência reiterada do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

2. Embargos de declaração não se prestam a veicular inconformismo com a decisão tomada, nem permitem que as partes impugnem a justiça do que foi decidido, pois tais objetivos são alheios às hipóteses de cabimento típicas do recurso (art. 1.022 do CPC/2015).

3. Ausência, no caso, de demonstração fundamentada, pela parte Embargante, de razões de segurança jurídica e interesse social (art. 27 da Lei 9.868/1999) a justificar a excepcional modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. A norma impugnada produziu efeitos por exíguo período de tempo, uma vez que sua eficácia foi suspensa por medida cautelar proferida em data próxima à sua edição em sede da ADI 6.149 (Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, DJe de 27/6/2019).

4. Embargos de Declaração rejeitados.

SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.244 **(11)**

ORIGEM : 6244 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
EMBTE.(S) : CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : JOSE LUIZ BAPTISTA DE LIMA JUNIOR (126196/RJ)
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EMBDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DE HOSPITAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : GUARACY MARTINS BASTOS (A1225/AM, 096415/RJ, 107248A/RS, 46961-A/SC, 340937/SP)

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro - COREN/RJ, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE RECURSAL DE *AMICUS CURIAE* NA OPOSIÇÃO DE ACLARATÓRIOS. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.

1. A jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL consolidou-se no sentido de que *amicus curiae* não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Precedentes.

2. Embargos de Declaração não conhecidos.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 87 (12)
ORIGEM : ADPF - 18762 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO (16601/PR)
AGDO.(A/S) : CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FEDERAL. IMPUGNAÇÃO DO PROVIMENTO 612/1998 DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. AUSÊNCIA. AJUIZAMENTO SIMULTÂNEO DE DISTINTAS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO PARA IMPUGNAR O MESMO ATO NORMATIVO. NORMATIVIDADE PRIMÁRIA DO ATO INSUFICIENTE. IDONEIDADE PARA O MANEJO DE INSTRUMENTOS PROCESSUAIS ORDINÁRIOS. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 534 (13)
ORIGEM : 534 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES FILHO (15321/CE, 16095/PI) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
AGDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

E M E N T A: **ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL** - **INCIDÊNCIA**, *NA ESPÉCIE*, **DO PRINCÍPIO** DA SUBSIDIARIEDADE, **PORQUE INSTAURÁVEL**, PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL, **PROCESSO OBJETIVO** DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO DE LEIS MUNICIPAIS (**CF**, ART. 125, **§ 2º**) - **POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO**, EM REFERIDO PROCESSO DE ÍNDOLE OBJETIVA, **DE MEDIDA CAUTELAR APTA A SANAR**, DE IMEDIATO, **A LESIVIDADE** DO ATO NORMATIVO IMPUGNADO - **ADPF NÃO CONHECIDA** - **INTERPOSIÇÃO** *DE RECURSO DE AGRAVO* - **PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA** *PELO NÃO PROVIMENTO* DESSA ESPÉCIE RECURSAL - **RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO**.

- **A possibilidade** de instauração, **no âmbito** do Estado-membro, **de processo objetivo** de fiscalização normativa abstrata de leis municipais **contestadas** em face da Constituição **Estadual** (**CF**, art. 125, **§ 2º**) **torna inadmissível**, por efeito **da incidência** do princípio da subsidiariedade (**Lei nº 9.882/99**, art. 4º, **§ 1º**), **o acesso imediato** à arguição de descumprimento de preceito fundamental.

- **É que**, nesse processo de controle abstrato de normas locais, **permite-se** ao Tribunal de Justiça estadual **a concessão**, **até mesmo** "*in limine*", de provimento cautelar **neutralizador** da suposta lesividade do diploma legislativo impugnado, **a evidenciar** a existência, **no plano local**, de instrumento processual **de caráter objetivo** apto a sanar, *de modo pronto e eficaz*, **a situação de lesividade**, *atual* **ou** *potencial*, **alegadamente** provocada por leis **ou** atos normativos **editados** pelo Município. **Doutrina**. **Precedentes**.

- **A questão da parametricidade** das cláusulas constitucionais **estaduais**, *de caráter remissivo*, **para fins** de controle concentrado, **no âmbito** do Tribunal de Justiça local, de leis e atos normativos estaduais **e/ou** municipais **contestados** *em face da Constituição do Estado-membro*.

Revela-se legítimo invocar, *como referência paradigmática*, **para efeito** de controle abstrato de constitucionalidade de leis **ou** atos normativos estaduais **e/ou** municipais, *cláusula de caráter remissivo*, que, **inscrita** na Constituição Estadual, **remete**, *diretamente*, às regras normativas **constantes da própria** Constituição Federal, **assim incorporando-as**, *formalmente*, **mediante** *referida técnica de remissão*, **ao plano** do ordenamento constitucional do Estado-membro.

Com a técnica de remissão normativa, o Estado-membro *confere parametricidade* às normas que, **embora constantes** da Constituição Federal, **passam a compor**, *formalmente*, **em razão** da expressa referência a elas feita, o "*corpus*" constitucional **dessa** unidade política da Federação, **o que torna possível exigir-se**, *como parâmetro de confronto*, **para os fins** a que se refere o art. 125, **§ 2º**, da Constituição da República, **a própria** norma constitucional estadual *de conteúdo remissivo*.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 465 (14)
ORIGEM : 465 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMAS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS
INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CLADEM/BRASIL
AM. CURIAE. : GÊNERO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - THEMIS
AM. CURIAE. : CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO - CEPIA
AM. CURIAE. : IMP - INSTITUTO MARIA DA PENHA
AM. CURIAE. : CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA - CFEMEA
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO TAMO JUNTAS - ASSESSORIA JURÍDICA GRATUITA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
ADV.(A/S) : LEILA DE ANDRADE LINHARES BARSTED (034775/RJ)
AM. CURIAE. : GRUPO DIGNIDADE - PELA CIDADANIA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNERO
AM. CURIAE. : ALIANÇA NACIONAL LGBTI
ADV.(A/S) : ANDRESSA REGINA BISSOLOTTI DOS SANTOS (83570/PR)
AM. CURIAE. : A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : L. G. GRANDINETTI CASTANHO DE CARVALHO (38607/RJ)
AM. CURIAE. : AÇÃO EDUCATIVA, ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO CIDADE ESCOLA APRENDIZ
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - ANPAE
AM. CURIAE. : CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (CEDES)
AM. CURIAE. : INSTITUTO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCACAO
AM. CURIAE. : UNIAO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCACAO - UNCME
ADV.(A/S) : MARCIO ALAN MENEZES MOREIRA (0018728/CE)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DE JURISTAS EVANGELICOS - ANAJURE
ADV.(A/S) : UZIEL SANTANA (4484/SE)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JURISTAS PELOS DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS - ANAJUDH LGBTI
ADV.(A/S) : RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF (46088/PR)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade formal e material do art. 1º da Lei municipal nº 2.243/2016, no trecho em que veda o ensino sobre gênero e orientação sexual, uma vez que a norma compromete o acesso de crianças, adolescentes e jovens a conteúdos relevantes, pertinentes à sua vida íntima e social, em desrespeito à doutrina da proteção integral, nos termos do voto do Relator. Falaram: pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho; pelo *amicus curiae* Associação Nacional de Juristas Evangélicos - ANAJURE, a Dra. Raíssa Paula Martins; pelo *amicus curiae* Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais - ANAJUDH-LGBTI, o Dr. Rafael dos Santos Kirchhoff; e, pelo *amicus curiae* Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres - CLADEM/BRASIL, a Dra. Ingrid Viana Leão. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA*:* Direito à educação. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Lei municipal que veda o ensino sobre gênero e orientação sexual, bem como a utilização desses termos nas escolas. Procedência do pedido.

1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF/88, art. 22, XXIV), bem como à competência deste mesmo ente para estabelecer normas gerais em matéria de educação (CF/88, art. 24, IX). Inobservância dos limites da competência normativa suplementar municipal (CF/88, art. 30, II).

2. Supressão de domínio do saber do universo escolar. Desrespeito ao direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Dever do Estado de assegurar um ensino plural, que prepare os indivíduos para a vida em sociedade. Violação à liberdade de ensinar e de aprender (CF/88, arts. 205, art. 206, II, III, V, e art. 214).

3. Comprometimento do papel transformador da educação. Utilização do aparato estatal para manter grupos minoritários em condição de invisibilidade e inferioridade. Violação do direito de todos os indivíduos à igual consideração e respeito e perpetuação de estigmas (CF/88, art. 1º, III, e art. 5º).

4. Violação ao princípio da proteção integral. Importância da educação sobre diversidade sexual para crianças, adolescentes e jovens. Indivíduos especialmente vulneráveis que podem desenvolver identidades de gênero e orientação sexual divergentes do padrão culturalmente naturalizado. Dever do estado de mantê-los a salvo de toda forma de discriminação e opressão. Regime constitucional especialmente protetivo (CF/88, art. 227).

5. Declaração de inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei 2.243/2016 do Município de Palmas. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada procedente.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 597 (15)
ORIGEM : 597 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : AMAZONAS
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CONSELHO DE PROCURADORES DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY (38672/DF, 095573/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE. : ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL - ANAPE
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 1190/SE, 439314/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, declarou a constitucionalidade da percepção de honorários de sucumbência pelos Procuradores do Estado do Amazonas e julgou o pedido parcialmente procedente para conferir interpretação conforme à Constituição aos artigos 15 da Lei nº 1.807, de 23 de novembro de 1987, e 2º, da Lei nº 2.350, de 18 de outubro de 1995, ambas do Estado do Amazonas, a versarem o pagamento de honorários advocatícios aos Procuradores do Estado, bem assim, por arrastamento, a Resolução nº 4/2013 do Conselho de Procuradores, de modo a estabelecer que a somatória dos subsídios e honorários de sucumbência percebidos mensalmente pelos Procuradores do Estado respectivos não poderá exceder ao teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a teor do que dispõe o art. 37, XI, da Constituição da República, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Marco Aurélio (Relator). Falaram: pelo interessado Governador do Estado do Amazonas, o Dr. Jorge Henrique de Freitas Pinho, Procurador-Geral do Estado; e, pelo *amicus curiae* Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal - ANAPE, o Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RECEBIMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS POR ADVOGADOS PÚBLICOS. PARCIAL PROCEDÊNCIA. 1. Arguição de descumprimento de preceito fundamental em que se discutem os artigos 15 da Lei nº 1.807, de 23 de novembro de 1987, e 2º, da Lei nº 2.350, de 18 de outubro de 1995, do Estado do Amazonas que dispõem sobre o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência a Procuradores do Estado daquela unidade federativa. 2. Em recente decisão, proferida em caso análogo à presente ação, o Plenário do Supremo Tribunal firmou os seguintes entendimentos: i) o pagamento de honorários sucumbenciais aos advogados públicos é constitucional; ii) o recebimento da verba é compatível com o regime de subsídios, nos termos do art. 39, § 4º, da Constituição; e iii) os honorários sucumbenciais, somados às demais verbas remuneratórias, devem estar limitados ao teto constitucional disposto no art. 37, XI, da Constituição (ADIs 6165, 6178, 6181, 6197, Rel. Min. Alexandre de Moraes, e ADI 6053, Rel. para acórdão Min. Alexandre de Moraes, julgadas na Sessão Virtual de 12.06.2020 a 19.06.2020). 3. Pedido julgado parcialmente procedente, para conferir interpretação conforme à Constituição aos artigos 15 da Lei nº 1.807, de 23 de novembro de 1987, e 2º, da Lei nº 2.350, de 18 de outubro de 1995, ambas do Estado do Amazonas, a versarem o pagamento de honorários advocatícios aos Procuradores do Estado, bem assim, por arrastamento, a Resolução nº 4/2013 do Conselho de Procuradores, de modo a estabelecer que a somatória dos subsídios e honorários de sucumbência percebidos mensalmente pelos Procuradores do Estado respectivos não poderá exceder ao teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a teor do que dispõe o art. 37, XI, da Constituição da República.

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 600 (16)

ORIGEM : 600 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO
ADV.(A/S) : RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF (46088/PR) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JURISTAS EVANGÉLICOS - ANAJURE,
ADV.(A/S) : UZIEL SANTANA DOS SANTOS (4484/SE)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JURISTAS PELOS DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS - ANAJUDH
ADV.(A/S) : RAFAEL DOS SANTOS KIRCHHOFF (46088/PR)
AM. CURIAE. : FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO
ADV.(A/S) : GUILHERME KEMMER DE MORAES (76747/PR)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV.(A/S) : ILTON NORBERTO ROBL FILHO (38677/DF, 43824/PR, 48138-A/SC)
ADV.(A/S) : TATIANA ZENNI DE CARVALHO GUIMARAES FRANCISCO (24751/DF)
AM. CURIAE. : COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES - CLADEM/BRASIL
AM. CURIAE. : THEMIS - GÊNERO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
AM. CURIAE. : CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO (CEPIA)
AM. CURIAE. : INSTITUTO MARIA DA PENHA (IMP)
AM. CURIAE. : CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CFEMEA)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO TAMO JUNTAS - ASSESSORIA JURÍDICA GRATUITA PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
ADV.(A/S) : LEILA DE ANDRADE LINHARES BARSTED (034775/RJ)
AM. CURIAE. : AÇÃO EDUCATIVA, ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (ANPAE)
AM. CURIAE. : CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE (CEDES)
AM. CURIAE. : INSTITUTO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO
AM. CURIAE. : UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - (UNCME)
ADV.(A/S) : MARCIO ALAN MENEZES MOREIRA (18728/CE)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental para declarar a inconstitucionalidade formal e material da Emenda à Lei Orgânica nº 55, de 14 de setembro de 2018, do Município de Londrina, uma vez que a norma compromete o acesso de crianças, adolescentes e jovens a conteúdos relevantes, pertinentes à sua vida íntima e social, em desrespeito à doutrina da proteção integral, nos termos do voto do Relator. Falaram: pela requerente, o Dr. Rafael dos Santos Kirchhoff; pelo amicus curiae Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação- CEPIA, a Dra. Leila de Andrade Linhares Barsted; pelo amicus curiae Associação Nacional de Juristas Evangélicos - ANAJURE, a Dra. Raíssa Paula Martins; e, pelo amicus curiae Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP, o Dr. Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 14.8.2020 a 21.8.2020.

EMENTA*:* Direito à educação. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Lei municipal que veda o ensino sobre gênero, bem como a utilização do conceito nas escolas. Procedência do pedido.

1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF/88, art. 22, XXIV), bem como à competência deste mesmo ente para estabelecer normas gerais em matéria de educação (CF/88, art. 24, IX). Inobservância dos limites da competência normativa suplementar municipal (CF/88, art. 30, II).

2. Supressão de domínio do saber do universo escolar. Desrespeito ao direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Dever do Estado de assegurar um ensino plural, que prepare os indivíduos para a vida em sociedade. Violação à liberdade de ensinar e de aprender (CF/88, arts. 205, art. 206, II, III, V, e art. 214).

3. Comprometimento do papel transformador da educação. Utilização do aparato estatal para manter grupos minoritários em condição de invisibilidade e inferioridade. Violação do direito de todos os indivíduos à igual consideração e respeito e perpetuação de estigmas (CF/88, art. 1º, III, e art. 5º).

4. Violação ao princípio da proteção integral. Importância da educação sobre diversidade sexual para crianças, adolescentes e jovens. Indivíduos especialmente vulneráveis que podem desenvolver identidades de gênero e orientação sexual divergentes do padrão culturalmente naturalizado. Dever do estado de mantê-los a salvo de toda forma de discriminação e opressão. Regime constitucional especialmente protetivo (CF/88, art. 227).

5. Declaração de inconstitucionalidade da Emenda à Lei Orgânica nº 55, de 14 de setembro de3 2018, do Município de Londrina. Arguição de descumprimento de3 preceito fundamental julgada precedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Davi Alcolumbre, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 14, DE 2020

Institui a campanha "Junho Verde", para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Senado Federal, a campanha "Junho Verde", para promover, anualmente, a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

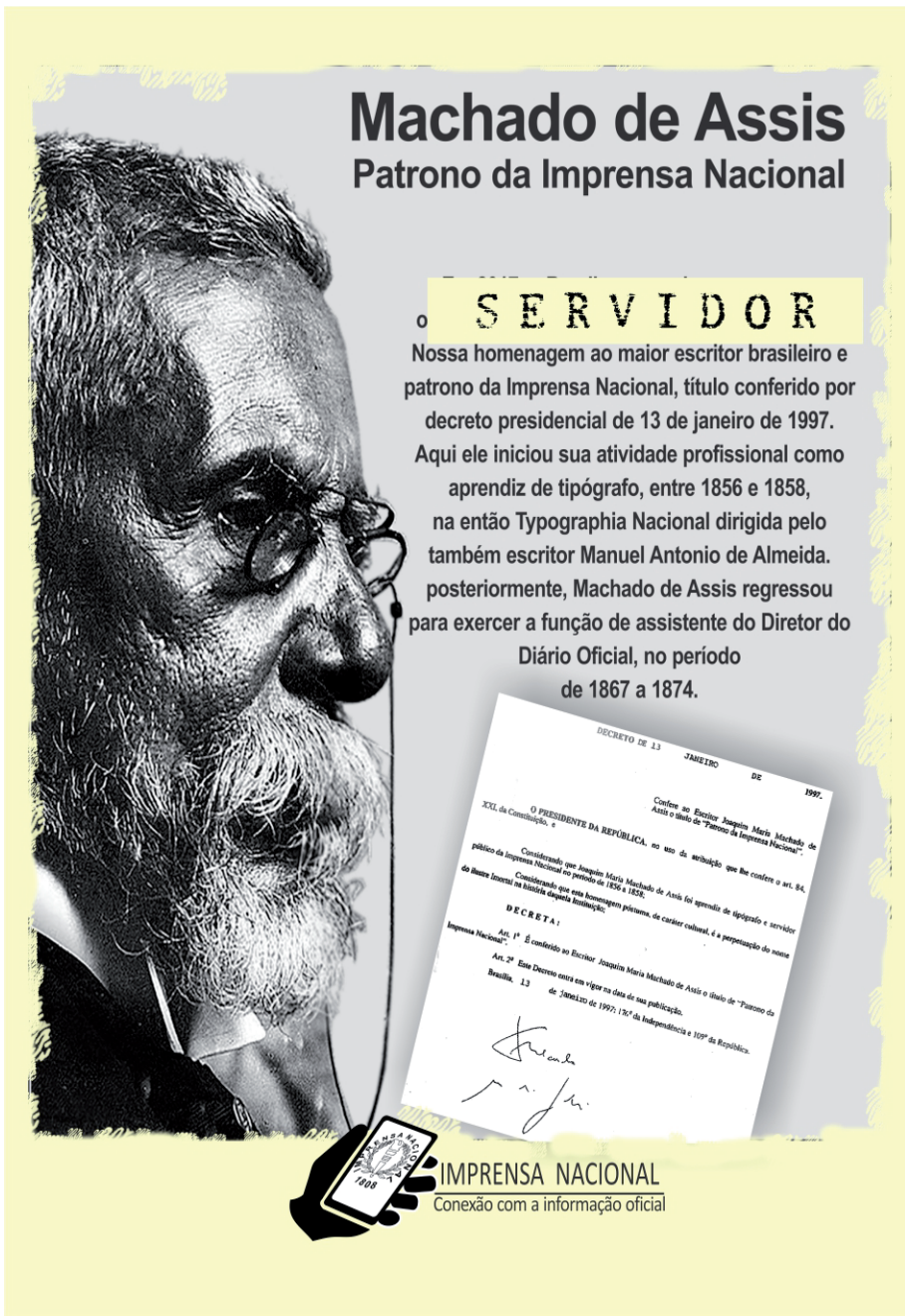
§ 1º A Mesa Diretora do Senado Federal divulgará, anualmente, o calendário de atividades que serão realizadas no mês de junho.

§ 2º A cúpula do Senado Federal será iluminada durante o mês de junho com luzes de cor verde.

§ 3º Os meios de comunicação do Senado Federal divulgarão, com prioridade, no mês dedicado ao evento, informações sobre políticas públicas, campanhas educativas e iniciativas e projetos de proteção e preservação ambiental, com ênfase em boas práticas de sustentabilidade.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de setembro de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal



Ministério da Agricultura,Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 319, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Divulga listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes, que disciplinam as atividades de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sua entidade vinculada.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 12, caput, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, com a redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma dos Anexos I a X, os atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dispostos por pertinência temática e relacionados às seguintes unidades de governança:

I - Secretaria-Executiva;
II - Secretaria Especial de Assuntos Fundiários;
III - Secretaria de Aquicultura e Pesca;
IV - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação;
V - Secretaria de Defesa Agropecuária;
VI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais;
VII - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo;
VIII - Secretaria de Política Agrícola;
IX - Serviço Florestal Brasileiro; e
X - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

ANEXO I
SECRETARIA-EXECUTIVA

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
GESTÃO DA LOGÍSTICA PÚBLICA	PORTARIA	15	28/06/2004	PROÍBE, NO ÂMBITO DAS ÁREAS COLETIVAS, O USO DE CIGARROS E OUTROS
MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL	PORTARIA	232	27/05/1998	INSTITUI OS PRÊMIOS DA QUALIDADE NA AGRICULTURA - PQA E DA QUALIDADE NAS DELEGACIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA
GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA	20	20/11/1997	APROVA AS NORMAS OPERACIONAIS DO PROGRAMA DE ESTÁGIO CURRICULAR NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA	145	24/04/1993	INSTITUI A MEDALHA DE "MÉRITO APOLÔNIO SALLES", DESTINADA A PREMIAR SERVIDORES E CIDADÃOS BRASILEIROS QUE TENHAM PRESTADO OU VIEREM A PRESTAR DESTACADOS SERVIÇOS À AGRICULTURA BRASILEIRA, E PARA DISTINGUIR AQUELES QUE, POR SUAS QUALIDADES OU VALOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA, O GOVERNO JULGAR MERECÊ-LA.
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	PORTARIA	77	25/05/1981	ALTERA O ARTIGO 5º DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE INFORMÁTICA, APROVADA PELA PORTARIA Nº 56 DE 27/07/78
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	PORTARIA	2	30/10/1980	TORNA SEM EFEITO A PORTARIA 001 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1978
GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA	73	25/03/1972	OBJETIVA ACELERAR O TRÂMITE DE CONCESSÃO DA "MEDALHA DE MÉRITO APOLÔNIO SALLES"

ANEXO II
SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
DESAPROPRIAÇÃO	PORTARIA	60	27/01/1944	DISPÕE SOBRE DESAPROPRIAÇÃO DE LOTES OU ÁREAS DE TERRAS NOS NÚCLEOS COLONIAIS.
REGULAMENTAÇÃO DE NÚCLEO COLONIAL	PORTARIA	31	13/01/1944	REGULAMENTA A SITUAÇÃO DOS COLONOS DO ANTIGO NÚCLEO COLONIAL “INGLÊS DE SOUZA”, SITUADO NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PA, INCORPORADO À COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DO PARÁ
AÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL RURAL	RESOLUÇÃO	250	18/05/1960	ADOÇÃO DE PRINCÍPIOS DE POLÍTICA DE AÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL RURAL.

ANEXO III
SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO - TAINHA	EDITAL DE CREDENCIAMENTO	5	13/12/2019	TORNAR PÚBLICA A REALIZAÇÃO DE SELEÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO DE EMBARCAÇÕES, DEVIDAMENTE AUTORIZADAS, VISANDO A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA AS MODALIDADES DE CERCO/TRAINEIRA E DE EMALHE ANILHADO, NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2020, A SER REALIZADA NAS DATAS, HORÁRIOS, NA FORMA E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, OBSERVADO O INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.
SEGURO DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	S/N	DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PELAS SUPERINTENDENCIA ESTADUAIS QUANDO DO CUMPRIMENTO DO ESTABELECIDO NO ARTIGO 2 DA LEI 8287/91 DE 20 12 1991, QUE TRATA DO SEGURO DESEMPREGO PARA OS PESCADORES PROFISSIONAIS
PESCA REGULAMENTA USO DE LAGOA COM LICENÇA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	31/06/2001	A ATIVIDADE DE PESCA NO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS FICA CONDICIONADA À CONCESSÃO DE LICENÇAS DE PESCA POR ESPÉCIE, NA FORMA ESTABELECIDA NA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
PESCA LAGOAS MANGUEIRA, MIRIM E TRIBUTÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	31/02/2008	ALTERA OS ARTS. 2° E 4° DA IN MMA/SEAP Nº 02/2004 QUE REGULAMENTA A PESCA NAS LAGOAS MANGUEIRA, MIRIM E RESPECTIVOS TRIBUTÁRIOS (LAGOAS MARGINAIS, BANHADOS E AFLUENTES), PROIBINDO O USO DE REDES FEITICEIRAS, LANCE E REDES DE ARRASTO DE QUALQUER NATUREZA, PERMITINDO REDES DE ESPERA CONFORME TAMANHO DE MALHA E ALTURA ESTABELECIDOS, ESTABELECENDO O PERÍODO DE PESCA DO PEIXE-REI (JUL/AGO) E A REDE A SER UTILIZADA.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	30/08/2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA A CRIAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE PREFERÊNCIA, EM FAVOR DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DE PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL, COM OBJETIVO DE POSSIBILITAR O PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DA ATIVIDADE AQUÍCOLA, PROMOVENDO O USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS DISPONÍVEIS EM ÁGUAS DA UNIÃO MARINHAS E CONTINENTAIS, MEDIANTE A AUTORIZAÇÃO DE USO DO ESPAÇO FÍSICO EM CORPOS D'ÁGUA DE DOMÍNIO DA UNIÃO PARA FINS DE AQUICULTURA.
PESCA PARQUES AQUÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	26/11/2003	ESTABELECER DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PARQUES E ÁREAS AQÜÍCOLAS DE QUE TRATA O ART. 20 DO DECRETO NO 2.869, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1998

AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	26/10/2007	DEFINE COM ÁREAS OU FAIXAS DE PREFERÊNCIA OS PARQUES AQÜÍCOLAS: SÃO FRANCISCO VERDADEIRO, SÃO FRANCISCO FALSO E OCOÍ, NO RESERVATÓRIO DE ITAIPU.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	16/11/2005	ESTABELECER LIMITES MÁXIMOS PARA ÁREAS LOCALIZADAS EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO DESTINADAS À INSTALAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS E DE PESQUISA EM AQÜICULTURA, POR INSTITUIÇÕES NACIONAIS, DEFINIDAS NOS ARTIGOS 5º E 6º DA REFERIDA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	10/10/2007	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS ENTRE A SAP/MAPA E A SPU PARA A AUTORIZAÇÃO DE USO DOS ESPAÇOS FÍSICOS EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO PARA FINS DE AQUICULTURA;
IMPORTAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	15/05/2020	SUSPENDE OS EFEITOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 4, DE 15 DE JANEIRO DE 2020.
PESCA TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	27/04/2020	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SAP/MAPA Nº 7, DE 3 DE ABRIL DE 2020, QUE ESTABELECE AS COTAS DE CAPTURA, A CRIAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR ESPECIAL, O LIMITE DE EMBARCAÇÕES A SEREM PERMISSIONADAS, E AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO ASSOCIADAS PARA A TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA (MUGIL LIZA) DO ANO DE 2020 NO SUDESTE E SUL DO BRASIL.
TAINHA 2020 - VAGAS REMANESCENTES EMALHE ANILHADO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	27/04/2020	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SAP/MAPA Nº 7, DE 3 DE ABRIL DE 2020, QUE ESTABELECE AS COTAS DE CAPTURA, A CRIAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR ESPECIAL, O LIMITE DE EMBARCAÇÕES A SEREM PERMISSIONADAS, E AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO ASSOCIADAS PARA A TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA (MUGIL LIZA) DO ANO DE 2020 NO SUDESTE E SUL DO BRASIL.
RGP DE EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	23/03/2020	FICAM PRORROGADAS AS AUTORIZAÇÕES DE PESCA POR 240 (DUZENTOS E QUARENTA) DIAS OU ATÉ A REALIZAÇÃO DO RECADASTRAMENTO, PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE REGISTRO E AUTORIZAÇÃO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA PROTOCOLADO NAS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS DA AQUICULTURA E PESCA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.
AGENTES VALIDADORES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	13/03/2020	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO DE AGENTES VALIDADORES, NO ÂMBITO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA.
RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	04/03/2020	ESTABELECE AS COTAS DE CAPTURA, A CRIAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR ESPECIAL, O LIMITE DE EMBARCAÇÕES A SEREM PERMISSIONADAS, E AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO ASSOCIADAS PARA A TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA (MUGIL LIZA) DO ANO DE 2020 NO SUDESTE E SUL DO BRASIL.
ORDENAMENTO - TEMPORADA TAINHA 2020	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	04/03/2020	ESTABELECE AS COTAS DE CAPTURA, A CRIAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR ESPECIAL, O LIMITE DE EMBARCAÇÕES A SEREM PERMISSIONADAS, E AS MEDIDAS DE MONITORAMENTO ASSOCIADAS PARA A TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA (MUGIL LIZA) DO ANO DE 2020 NO SUDESTE E SUL DO BRASIL.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	03/02/2020	INSTITUI O RELATÓRIO ANUAL DE PRODUÇÃO DA AQUICULTURA EM ÁGUAS DA UNIÃO.
IMPORTAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	24/01/2020	SUSPENDE POR 120 (CENTO E VINTE DIAS) OS EFEITOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 15 DE JANEIRO DE 2020.
SUSPENSÃO DE NORMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	24/01/2020	SUSPENDE POR 120 (CENTO E VINTE) DIAS OS EFEITOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 4, DE 15 DE JANEIRO DE 2020.
IMPORTAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	15/01/2020	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS DE PESCA.
CARANGUEJO-UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	03/01/2020	PROÍBE A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO UÇÁ, NOS ESTADOS DO AMAPÁ, PARÁ, MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA.
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	03/01/2020	PROÍBE A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO UÇÁ, NOS ESTADOS DO AMAPÁ, PARÁ, MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA.
ÓLEO DIESEL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	71	16/12/2019	ESTABELECE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PERÍODO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO DE ENTIDADES DE CLASSE CADASTRADAS PARA HABILITAÇÃO À SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL CONSUMIDO POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NACIONAIS, PARA O EXERCÍCIO FISCAL DE 2020; E ESTABELECE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PRAZO PARA A PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DAS COTAS DE ÓLEO DIESEL QUE COUBER A CADA EMBARCAÇÃO E O VALOR ESTIMADO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA E DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES

				DE COMBUSTÍVEL CREDENCIADOS PARA OS ABASTECIMENTOS NAS RESPECTIVAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.
ÓLEO DIESEL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	71	16/12/2019	ESTABELECE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PERÍODO PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO DE ENTIDADES DE CLASSE CADASTRADAS PARA HABILITAÇÃO À SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL CONSUMIDO POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NACIONAIS, PARA O EXERCÍCIO FISCAL DE 2020; E ESTABELECE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PRAZO PARA A PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DAS COTAS DE ÓLEO DIESEL QUE COUBER A CADA EMBARCAÇÃO E O VALOR ESTIMADO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA E DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES DE COMBUSTÍVEL CREDENCIADOS PARA OS ABASTECIMENTOS NAS RESPECTIVAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.
RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	69	13/12/2019	ESTABELECE, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, AS NORMAS, OS CRITÉRIOS E OS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP, NA CATEGORIA EMPRESA PESQUEIRA.
PROCEDIMENTOS E CRTIÉRIOS DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	68	12/12/2019	ALTERA A DATA PREVISTA NO ART. 38, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA N° 29, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.
CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	31/10/2019	ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE CONTROLE OFICIAL DE CONFORMIDADE DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS, QUE FORNECEM MATÉRIA-PRIMA PARA O PROCESSAMENTO INDUSTRIAL DE PRODUTOS DA PESCA DESTINADOS À UNIÃO EUROPEIA.
EMBARCAÇÕES, EXPORTAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	31/10/2019	
RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	31/10/2019	ESTABELECER, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SAP/MAPA, OS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO DE ORGANISMOS CERTIFICADORES PARA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS.
PROCEDIMENTOS E CRTIÉRIOS DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	30/10/2019	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 52, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019
CARDUME ASSOCIADO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	29/10/2019	ALTERA A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 59-A, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018, DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, QUE DEFINE AS MEDIDAS, OS CRITÉRIOS E OS PADRÕES PARA A PESCA DE CARDUME ASSOCIADO E PARA OUTROS ASPECTOS DA PESCA DE ATUNS E AFINS NO MAR TERRITORIAL, NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA E NAS ÁGUAS INTERNACIONAIS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	29/10/2019	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO E DEFINE AS REGRAS PARA O DESEMBARQUE, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, A COMERCIALIZAÇÃO E O BENEFICIAMENTO DAS ESPÉCIES DE LAGOSTA VERMELHA (PANULIRUS ARGUS), VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA), PINTADA (PANULIRUS ECHINATUS) E SAPATEIRAS (SCYLLARIDES BRASILIENSIS, SCYLLARIDES DELFOSI, SCYLLARIDES AEQUINOCTIALIS E SCYLLARIDES DECEPTOR) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	29/10/2019	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO E DEFINE AS REGRAS PARA O DESEMBARQUE, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, A COMERCIALIZAÇÃO E O BENEFICIAMENTO DAS ESPÉCIES DE LAGOSTA VERMELHA (PANULIRUS ARGUS), VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA), PINTADA (PANULIRUS ECHINATUS) E SAPATEIRAS (SCYLLARIDES BRASILIENSIS, SCYLLARIDES DELFOSI, SCYLLARIDES AEQUINOCTIALIS E SCYLLARIDES DECEPTOR) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	29/10/2019	ALTERA A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 59-A, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018, DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, QUE DEFINE AS MEDIDAS, OS CRITÉRIOS E OS PADRÕES PARA A PESCA DE CARDUME ASSOCIADO E PARA OUTROS ASPECTOS DA PESCA DE ATUNS E AFINS NO MAR TERRITORIAL, NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA E NAS ÁGUAS INTERNACIONAIS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	29/10/2019	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO E DEFINE AS REGRAS PARA O DESEMBARQUE, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, A COMERCIALIZAÇÃO E O BENEFICIAMENTO DAS ESPÉCIES DE LAGOSTA VERMELHA (PANULIRUS ARGUS), VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA), PINTADA (PANULIRUS ECHINATUS) E SAPATEIRAS (SCYLLARIDES BRASILIENSIS, SCYLLARIDES DELFOSI, SCYLLARIDES AEQUINOCTIALIS E SCYLLARIDES DECEPTOR) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	25/10/2019	ESTABELECE EXCEPCIONALMENTE PERÍODOS DE DEFESO ADICIONAIS PARA O ANO DE 2019, EM DECORRÊNCIA DA GRAVE SITUAÇÃO AMBIENTAL RESULTANTE DE PROVÁVEL CONTAMINAÇÃO QUÍMICA POR DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO

				LITORAL DA REGIÃO NORDESTE, PROIBINDO A ATIVIDADE PESQUEIRA.
MAPAS DE BORDO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	23/10/2019	ESTABELECE O MODELO DO FORMULÁRIO DE MAPA DE BORDO ESPECÍFICO PARA AS EMBARCAÇÕES AUTORIZADAS A PROMOVER A PESCA DE CARDUME ASSOCIADO, BEM COMO O PROCEDIMENTO CONCERNENTE À SUA RESPECTIVA ENTREGA.
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	09/10/2019	PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE - PREPS PARA EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS DE CAMARÕES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E ALTERA A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 47, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.
PREPS, ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	10/09/2019	PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE - PREPS PARA EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS DE CAMARÕES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E ALTERA A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 47, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.
RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	21/08/2019	ART. 1º FICAM PRORROGADAS AS AUTORIZAÇÕES DE PESCA POR 240 (DUZENTOS E QUARENTA) DIAS PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE REGISTRO E AUTORIZAÇÃO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA PROTOCOLADO NAS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS DA AQUICULTURA E PESCA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.
RGP DE EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	21/08/2019	PRORROGADA AS AUTORIZAÇÕES DE PESCA POR 240 (DUZENTOS E QUARENTA) DIAS PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE REGISTRO E AUTORIZAÇÃO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA PROTOCOLADO NAS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS DA AQUICULTURA E PESCA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	08/05/2019	ESTABELECE COTA DE CAPTURA E MEDIDAS ASSOCIADAS PARA A TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA (MUGIL LIZA) DO ANO DE 2019
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	08/05/2019	ESTABELECE COTA DE CAPTURA E MEDIDAS ASSOCIADAS PARA A TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA (MUGIL LIZA) DO ANO DE 2019.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	08/05/2019	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA) NA SAFRA DE 2019, PARA AS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	08/05/2019	ESTABELECE COTA DE CAPTURA E MEDIDAS ASSOCIADAS PARA A TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA (MUGIL LIZA) DO ANO DE 2019
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	08/05/2019	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA) NA SAFRA DE 2019, PARA AS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	29/04/2019	ART. 1º FICAM PRORROGADAS AS AUTORIZAÇÕES DE PESCA POR 120 (CENTO E VINTE) DIAS PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE REGISTRO E AUTORIZAÇÃO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA PROTOCOLADO NAS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS DA AQUICULTURA E PESCA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.
RGP DE EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	29/04/2019	PRORROGADA AS AUTORIZAÇÕES DE PESCA POR 120 (CENTO E VINTE) DIAS PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE REGISTRO E AUTORIZAÇÃO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA PROTOCOLADO NAS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS DA AQUICULTURA E PESCA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 4 DE AGOSTO DE 2011.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	15/03/2019	ALTERA O ANEXO IV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 10, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
ATUNS E AFINS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	10/02/2019	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PORTOS DE DESEMBARQUE OBRIGATÓRIO DE ATUNS E AFINS NO LITORAL BRASILEIRO.
PORTOS DE DESEMBARQUE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	10/02/2019	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PORTOS DE DESEMBARQUE OBRIGATÓRIO DE ATUNS E AFINS NO LITORAL BRASILEIRO.
RGP EMBARCAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	08/10/2018	REVOGAR O INCISO VII DO ART. 18º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3 SEAP, DE 12 DE MAIO DE 2004.
IMPORTAÇÃO ORGANISMOS AQUÁTICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/09/2018	DISPÕE SOBRE A ANÁLISE DE RISCO DE IMPORTAÇÃO DE ORGANISMOS AQUÁTICOS E SEUS DERIVADOS.

ANÁLISE DE RISCO DE IMPORTAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/09/2018	"ESTABELECER OS PROCEDIMENTOS GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE RISCO DE IMPORTAÇÃO - ARI, DE PESCADO E DERIVADOS E DE ANIMAIS AQUÁTICOS, SEUS MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO, CÉLULAS, ÓRGÃOS E TECIDOS CONSIDERANDO O IMPACTO DAS IMPORTAÇÕES NA SANIDADE PESQUEIRA E AQUÍCOLA BRASILEIRA."
RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	20/08/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 29 DE JUNHO DE 2012, DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A INSCRIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA CATEGORIA DE PESCADOR PROFISSIONAL.
RGP PESCADOR PROFISSIONAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	20/08/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 29 DE JUNHO DE 2012, DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A INSCRIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA CATEGORIA DE PESCADOR PROFISSIONAL.
CAOL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	17/07/2018	ESTABELECE O CERTIFICADO DE ACREDITAÇÃO DE ORIGEM LEGAL (CAOL), PARA OS PRODUTOS DE ORIGEM DA PESCA EXTRATIVA MARINHA, CAPTURADOS POR EMBARCAÇÕES FORNECEDORAS DE MATÉRIA PRIMA PARA EXPORTAÇÃO (VERSÃO EM ESPANHOL E EM INGLÊS)
CAOL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	10/11/2017	INSTITUIR O CERTIFICADO DE ACREDITAÇÃO DE ORIGEMLEGAL (CAOL), PARA OS PRODUTOS DE ORIGEM DA PESCA EXTRATIVA MARINHA,CAPTURADOS POR EMBARCAÇÕES FORNECEDORAS DE MATÉRIA PRIMACOM FINALIDADE DE EXPORTAÇÃO PARA À REPÚBLICA DO CHILE.
GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL - GTI	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/10/2017	SOBRE A VIGÊNCIA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018, DO ART. 3° DA IN MPA/MMA N° 1/2015, PARA A AVALIAÇÃO E A PROPOSIÇÃO DE EVENTUAIS ADEQUAÇÕES PELO GTI MAPA/MMA, INSTITUÍDO PARA A REVISÃO E PRIMORAMENTO DO SISTEMA DE PERMISSIONAMENTO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE PESCA NO BRASIL
PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	03/03/2017	ESTABELECE O PERÍODO DE 1º DE OUTUBRO A 31 DE JANEIRO, COMO PERÍODO DE DEFESO DA PIRACEMA, NO ESTADO DE MATO GROSSO, NOS RIOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS AMAZONAS, ARAGUAIA-TOCATINS E PARAGUAI.
RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	07/03/2016	ART. 1º - COMPETE ÀS SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO ANALISAR E DECIDIR OS REQUERIMENTOS PROTOCOLADOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, COM VISTA A RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADE PESQUEIRA A QUE SE REFERE O ART. 8º, § 1º, DO DECRETO Nº 8.425, DE 31 DE OUTUBRO DE 2015, NOS CASOS EM QUE SEJA NECESSÁRIO VERIFICAR O MAPA DE BORDO.
CARANGUEJO-UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	01/09/2015	ALTERA O ART. 5º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 09/2013, SOBRE TRANSPORTE DE CARANGUEJO UÇA, QUE ENTRARÁ EM VIGOR EM 1º DE JANEIRO DE 2016.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	25/08/2015	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS RELATIVOS À AUTORIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE ÁREA DA UNIÃO DIVERSA DA INICIALMENTE CEDIDA PARA FINS DE AQUICULTURA, DECORRENTES DE ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES LOCAIS CAUSADAS POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR QUE COMPROMETAM A PRODUÇÃO AQUÍCOLA.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	18/05/2015	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), COM AUXÍLIO DA REDE DE CERCO, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO PAÍS, NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2015
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	15/05/2015	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), COM AUXÍLIO DA REDE DE EMALHE COSTEIRO QUE UTILIZA ANILHAS, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL, PARA A TEMPORADA DE PESCA ANUAL, COMPREENDIDA ENTRE 15 DE MAIO A 31 DE JULHO DE 2015
SISTEMA DE PERMISSIONAMENTO DE EMBARCAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	26/03/2015	ALTERA DISPOSITIVOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 10/2011
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	05/12/2014	ALTERA DISPOSITIVOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 06, DE 16 DE ABRIL DE 2014
AQUARIOFILIA, NOTA FISCAL ELETRÔNICA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	09/11/2014	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE DO TRÂNSITO DE ORGANISMOS AQUÁTICOS VIVOS COM FINS DE ORNAMENTAÇÃO E AQUARIOFILIA NO TERRITÓRIO NACIONAL.
AQUICULTURA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	09/11/2014	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS DE AQUICULTURA PRODUTORES DE FORMAS JOVENS DE ANIMAIS AQUÁTICOS - ''''PLANO FORMA JOVEM SEGURA''''.
RGP PESCADOR PROFISSIONAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	08/11/2014	ALTERAR O ART. 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 6, DE 29 DE JUNHO DE 2012

AQUICULTURA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	08/11/2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA DE EXEMPLARES SELVAGENS DE ORGANISMOS AQUÁTICOS PARA CONSTITUIÇÃO DE PLANTEL DE REPRODUTORES EM EMPREENDIMENTOS DE AQUICULTURA.
TUBARÃO LOMBO-PRETO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	06/11/2014	PROÍBE A PESCA DIRECIONADA, RETENÇÃO A BORDO, TRANSBORDO, DESEMBARQUE, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DO TUBARÃO LOMBOPRETO (CARCHARHINUS FALCIFORMIS) EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS E EM TERRITÓRIO NACIONAL.
MEDIDAS MITIGADORAS ALBATROZ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	30/10/2014	ESTABELECE MEDIDAS MITIGATÓRIAS PARA A DIMINUIÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE ATUAM NA MODALIDADE ESPINHEL HORIZONTAL DE SUPERFÍCIE, AO SUL DE 20º S. (ALBATROZ)
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	30/10/2014	ESTABELECE MEDIDAS MITIGATÓRIAS PARA A DIMINUIÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE ATUAM NA MODALIDADE ESPINHEL HORIZONTAL DE SUPERFÍCIE, AO SUL DE 20º S
MAPAS DE PRODUÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	30/10/2014	ESTABELECE MEDIDAS MITIGATÓRIAS PARA A DIMINUIÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE ATUAM NA MODALIDADE ESPINHEL HORIZONTAL DE SUPERFÍCIE, AO SUL DE 20º S.
EMISSÃO DE 20 EM 20 MIN SINAL RASTREADOR	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	30/10/2014	ESTABELECE MEDIDAS MITIGATÓRIAS PARA A DIMINUIÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE ATUAM NA MODALIDADE ESPINHEL HORIZONTAL DE SUPERFÍCIE, AO SUL DE 20º S.
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	30/10/2014	ESTABELECE MEDIDAS MITIGATÓRIAS PARA A DIMINUIÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE ATUAM NA MODALIDADE ESPINHEL HORIZONTAL DE SUPERFÍCIE, AO SUL DE 20º S. (ALBATROZ) - ART. 6º AS EMBARCAÇÕES COM ARQUEAÇÃO BRUTA (AB) MAIOR QUE 15 (QUINZE), AUTORIZADAS A OPERAR NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, ATÉ A DIVISA ENTRE OS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E DA BAHIA, NAS MODALIDADES DE ESPINHEL HORIZONTAL DE SUPERFÍCIE, PARA AS ESPÉCIES-ALVO ALBACORAS, ESPADARTE OU DOURADO, FICAM OBRIGADAS, A PARTIR DE 1º DE MARÇO DE 2015, A ADERIR E MANTER EM FUNCIONAMENTO O EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO REMOTO VINCULADO AO PREPS. ART. 7º AS EMBARCAÇÕES DE QUE TRATA O ART. 1º FICAM OBRIGADAS A EMITIR OS SINAIS DO EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO REMOTO, VINCULADO AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE - PREPS, EM INTERVALO NÃO SUPERIOR A 20 (VINTE) MINUTOS.
MAPAS DE BORDO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	09/10/2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES REGISTRADAS E AUTORIZADAS NO ÂMBITO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP
MAPAS DE BORDO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	09/10/2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES REGISTRADAS E AUTORIZADAS NO ÂMBITO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP
GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL - GTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	11/09/2014	DETERMINAR A OBRIGATORIEDADE DA GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) PARA AMPARAR O TRANSPORTE DE ANIMAIS AQUÁTICOS VIVOS E MATÉRIA- PRIMA DE ANIMAIS AQUÁTICOS PROVENIENTES DE ESTABELECIMENTOS DE AQUICULTURA E DESTINADOS A ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS EM ÓRGÃO OFICIAL DE INSPEÇÃO E APROVA O MODELO DE BOLETIM DE PRODUÇÃO
MAPAS DE BORDO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	10/09/2014	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES REGISTRADAS E AUTORIZADAS NO ÂMBITO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA – RGP
RGP, ECOAV	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	11/08/2014	DISPÕE SOBRE A LICENÇA DE EMPRESA QUE COMERCIALIZA ORGANISMOS AQUÁTICOS VIVOS - ECOAV, NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	30/06/2014	AUMENTA O PRAZO PARA ADOÇÃO DO PREPS NA FROTA DA LAGOSTA, REVOGA NORMA ANTERIOR.
CAMARÃO-SETE-BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	24/06/2014	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA PARA O INGRESSO NA FROTA DE CAMARÃO SETE BARBAS/FAUNA ACOMPANHANTE (XIPHOPENAEUS KROYERI), ASSIM COMO PARA O INGRESSO NA FROTA DE CAMARÃO ROSA/FAUNA ACOMPANHANTE (PENAEUS PAULENSIS, P. BRASILIENSIS E P. SUBTILIS), COM AUXÍLIO DE REDE ARRASTO DUPLO, NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, PARA AS EMBARCAÇÕES LISTADAS NO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 9, DE 28 DE MAIO DE 2014, E NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 12, DE 11 DE JUNHO DE 2014.
NOTA FISCAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	30/05/2014	Estabelecer a Nota Fiscal do pescado, proveniente da atividade de pesca ou de aquicultura, como documento hábil de comprovação da sua origem para fins de controle de trânsito de matéria-prima da fonte de produção para as indústrias beneficiadoras sob serviço de inspeção.

PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	30/05/2014	ART. 1º: O ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE MAIO DE 2010, SEÇÃO 1, PÁGINA 33, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: ''ART. 2º OS PROPRIETÁRIOS OU ARMADORES DE PESCA DE EMBARCAÇÕES MOTORIZADAS E MAIORES DE 10 METROS DE COMPRIMENTO QUE RECEBEREM A AUTORIZAÇÃO DE PESCA OU A AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE PESCA PARA A CAPTURA DE LAGOSTAS (PANULIRUS ARGUS E PANULIRUS LAEVICAUDA) TERÃO PRAZO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014, CONTADO A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, PARA COLOCAR E MANTER EM FUNCIONAMENTO UM SISTEMA DE MONITORAMENTO REMOTO.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	30/05/2014	O ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE MAIO DE 2010, SEÇÃO 1,PÁGINA 33.
PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	13/05/2014	ALTERA O ART. 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 12, DE 22 DE AGOSTO DE 2012.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	16/04/2014	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL PLATANUS E M. LIZA), COM AUXÍLIO DA REDE DE CERCO, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO PAÍS, NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2014
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	04/03/2014	PRORROGAR, EXCEPCIONALMENTE, POR 30 DIAS, A CONTAR DE 16 DE MARÇO DE 2014, O PERÍODO DE DEFESO NO ESTADO DO ACRE E NOS MUNICÍPIOS DE PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ, ROLIM DE MOURA E GUAJARÁ-MIRIM NO ESTADO DE RONDÔNIA.
PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	03/12/2013	PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO NO §2º DO ART. 6º E ALTERA DISPOSITIVOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 12, DE 22 DE AGOSTO DE 2012.
AQUARIOFILIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	19/11/2013	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A VENDA DE EXEMPLARES VIVOS DE RAIAS NATIVAS DE ÁGUA CONTINENTAL, FAMÍLIA POTAMOTRYGONIDAE, PARA FINS DE ORNAMENTAÇÃO E DE AQUARIOFILIA
ANCHOVA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	16/10/2013	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA DE EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), PESCADA (CYNOSCION GUATUCUPA), CASTANHA (UMBRINA CANOSAI) E ABRÓTEA (UROPHYCIS BRASILIENSIS) PRATICADA NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL.(68 EMBARCAÇÕES) – ART. 2º, § 3º AS EMBARCAÇÕES DE QUE TRATA O CAPUT DESTE ARTIGO DEVERÃO COMPROVAR A ADESÃO E MANTER EM FUNCIONAMENTO O EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO REMOTO VINCULADO AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS - PREPS. (OBRIGATORIEDADE PARA TODA FROTA)
ANCHOVA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	16/10/2013	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA DE EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), PESCADA (CYNOSCION GUATUCUPA), CASTANHA (UMBRINA CANOSAI) E ABRÓTEA (UROPHYCIS BRASILIENSIS) PRATICADA NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	16/10/2013	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA DE EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), PESCADA (CYNOSCION GUATUCUPA), CASTANHA (UMBRINA CANOSAI) E ABRÓTEA (UROPHYCIS BRASILIENSIS) PRATICADA NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	16/10/2013	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA DE EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), PESCADA (CYNOSCION GUATUCUPA), CASTANHA (UMBRINA CANOSAI) E ABRÓTEA (UROPHYCIS BRASILIENSIS) PRATICADA NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
CARANGUEJO-UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/09/2013	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO PARA O CARANGUEJO-UÇÁ; DISPÕE A DECLARAÇÃO DE ESTOQUE E GUIA PARA TRANSPORTE E COMÉRCIO.

RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	21/06/2013	A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: ''ART. 7º PARA A OBTENÇÃO DO REGISTRO DE AQUICULTOR, O REQUERENTE DEVERÁ PREENCHER O FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE REGISTRO DE AQUICULTOR NO SISTEMA INFORMATIZADO DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - SISRGP, DISPONÍVEL NO SÍTIO ELETRÔNICO DO MPA: WWW.MPA.GOV.BR. PARÁGRAFO ÚNICO. AS INFORMAÇÕES DECLARADAS, NO QUE CONCERNE À REGULARIDADE CADASTRAL E FISCAL, PODERÃO SER AVERIGUADAS PELO MPA JUNTO AO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA - CPF OU CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL'' (NR) ''ART. 8º ..... IV - COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO PRÉVIA NO RGP, CONFORME ART. 7º DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.'' ..... (NR)
ICCAT	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	18/06/2013	DISPÕE SOBRE A ENTREGA DOS MAPAS DE PRODUÇÃO DE ATUNS E AFINS, CAPTURADOS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS ARRENDADAS
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	S/N	21/05/2013	PERMITE, A UTILIZAÇÃO DE REDE DE EMALHE ANILHADA, PARA A PESCA DA TAINHA (MUGIL PLATANUS), COM MALHA SUPERIOR A 70 MM NO LITORAL DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA AS EMBARCAÇÕES ARTESANAIS JÁ PERMISSIONADAS PARA A PESCA DA TAINHA NA MODALIDADE EMALHE
PESCA NA LAGOA ARARUAMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	16/05/2013	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PESCA NA LAGOA ARUARAMA NO RIO DE JANEIRO
PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	07/05/2013	ALTERA O ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMANº 06/2010.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	10/04/2013	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL PLATANUS E M. LIZA) NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2013.
ARRAIAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	13/03/2013	PROÍBE A PESCA DIRECIONADA, RETENÇÃO A BORDO, TRANSBORDO, DESEMBARQUE, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DAS ESPÉCIES, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE RAIAS DA FAMÍLIA MOBULIDAE (CONHECIDAS COMO RAIA-MANTA, RAIADIABO, MANTA-DIABO, JAMANTA-MIRIM OU DIABODO-MAR) EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS E EM TERRITÓRIO NACIONAL.
TUBARÃO GALHA-BRANCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	12/03/2013	PROÍBE A PESCA DIRECIONADA, RETENÇÃO A BORDO, TRANSBORDO, DESEMBARQUE, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DO TUBARÃO GALHA-BRANCA (CARCHARHINUS LONGIMANUS), EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS E EM TERRITÓRIO NACIONAL.
CARANGUEJO-UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	07/02/2013	DISPÕE SOBRE NORMAS E PADRÕES PARA O TRANSPORTE DE CARANGUEJO-UÇÁ, UCIDES CORDATUS, NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO, PIAUÍ E CEARÁ.
TUBARÕES E ARRAIAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	26/11/2012	DISPÕE SOBRE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA O DESEMBARQUE, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE TUBARÕES E RAIAS.
MERO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	16/10/2012	PROÍBE, NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) ANOS, A CAPTURA DA ESPÉCIE (EPINEPHELUS ITAJARA), CONHECIDA POPULARMENTE POR MERO, CANAPÚ, BODETE, BADEJÃO, MERETE E MEROTE.
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	22/08/2012	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA O ORDENAMENTO DA PESCA PRATICADA COM O EMPREGO DE REDES DE EMALHE NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL- ART. 17. AS EMBARCAÇÕES COM ARQUEAÇÃO BRUTA (AB) MAIOR QUE 15 (QUINZE), QUE OPERAM NA PESCA COM REDES DE EMALHE NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, FICAM OBRIGADAS, A PARTIR DE 1º DE AGOSTO DE 2013, A ADERIR E MANTER EM FUNCIONAMENTO O EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO REMOTO VINCULADO AO PREPS. (PROÍBE PESCA DE 15 DE MAIO A 15 DE JUNHO PARA EMBARCAÇÕES ACIMA DE 20 AB – DEFESO)
EMALHE COSTEIRO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	22/08/2012	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA O ORDENAMENTO DA PESCA PRATICADA COM O EMPREGO DE REDES DE EMALHE NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	06/08/2012	PARGO ART. 2º É OBRIGATÓRIA A IMPLEMENTAÇÃO DAS SEGUINTES MEDIDAS DE MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO PELOS RESPONSÁVEIS LEGAIS DAS EMBARCAÇÕES AUTORIZADAS A CAPTURAR O PARGO: I - ADERIR A EMBARCAÇÃO AUTORIZADA AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE-PREPS, E MANTÊ-LO EM FUNCIONAMENTO NOS MOLDES ESTABELECIDOS EM NORMA ESPECÍFICA. (ATUALIZADA PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 42, DE 27 DE JULHO DE

				2018 - DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E A RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DA ESPÉCIE LUTJANUS PURPUREUS (PARGO)
PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	06/08/2012	PROIBIÇÃO DA OPERAÇÃO DE PESCA DAS EMBARCAÇÕES AUTORIZADAS A CAPTURAR O PARGO (LUTJANUS PURPUREUS), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE O LIMITE NORTE DO ESTADO DO AMAPÁ ATÉ A DIVISA DOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE (FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO), EM ÁGUAS MAIS RASAS QUE 50 (CINQUENTA) METROS DE PROFUNDIDADE
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE HIGIÊNICO-SANITÁRIO DE MOLUSCOS BIVALVES - PNCMB	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	05/08/2012	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE HIGIÊNICO-SANITÁRIO DE MOLUSCOS BIVALVES (PNCMB), ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A SUA EXECUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	29/06/2012	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A INSCRIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA NA CATEGORIA DE PESCADOR PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO MPA.
RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	28/06/2012	AUTORIZAÇÃO DE PESCA DA LAGOSTA. ALTERA O ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2010
PESCA AMADORA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	13/06/2012	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA AMADORA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	13/06/2012	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A INSCRIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA NAS CATEGORIAS DE PESCADOR AMADOR, ORGANIZADOR DE COMPETIÇÃO DE PESCA AMADORA E DE EMBARCAÇÕES UTILIZADAS NA PESCA AMADORA, NO ÂMBITO DO MPA
RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	13/06/2012	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA AMADORA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	23/05/2012	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A SUBSTITUIÇÃO DE EMBARCAÇÃO AUTORIZADA PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL PLATANUS E M. LIZA)
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	27/03/2012	ESTABELECER OS PROCEDIMENTOS PARA A RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL PLATANUS E M. LIZA), NA SAFRA DE 2012, COM AUXILIO DA REDE DE CERCO, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO PAÍS, CONFORME OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 05, DE 13 DE MAIO DE 2011
AQUARIOFILIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/03/2012	ESTABELECE NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A EXPLOTAÇÃO DE PEIXES NATIVOS OU EXÓTICOS DE ÁGUAS CONTINENTAIS COM FINALIDADE ORNAMENTAL OU DE AQUARIOFILIA.
ORNAMENTAIS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/03/2012	ESTABELECE NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A EXPLOTAÇÃO DE PEIXES NATIVOS OU EXÓTICOS DE ÁGUAS CONTINENTAIS COM FINALIDADE ORNAMENTAL OU DE AQUARIOFILIA
AQUARIOFILIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	28/02/2012	ALTERA REDAÇÃO DOS ARTS. 3º, 6º E 8º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 01, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE JANEIRO DE 2012, SEÇÃO 1, PÁGINAS 26 A 42.
ORNAMENTAIS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	28/02/2012	NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A EXPLOTAÇÃO DE PEIXES NATIVOS OU EXÓTICOS COM FINALIDADE ORNAMENTAL OU DE AQUARIOFILIA. ALTERA REDAÇÃO DOS ARTS. 3º, 6º E 8º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº 01, DE 3 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE JANEIRO DE 2012, SEÇÃO 1, PÁGINAS 26 A 42.
CARANGUEJO-UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	03/01/2012	PROÍBE A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DA ESPÉCIE CARANGUEJO-UÇÁ.
PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	25/10/2011	ESTABELECER NORMAS GERAIS À PESCA E NO PERÍODO DE DEFESO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA
PESCA BACIA RIO ARAGUAIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	25/10/2011	ESTABELECE NORMAS GERAIS À PESCA E NO PERÍODO DE DEFESO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA
PESCA BACIA RIO TOCANTINS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	25/10/2011	ESTABELECE NORMAS GERAIS À PESCA PARA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TOCANTINS E PERÍODO DE DEFESO PARA AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS TOCANTINS E GURUPI.
PERMISSIONAMENTO DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	06/10/2011	APROVAR AS NORMAS GERAIS E A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE PERMISSIONAMENTO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA PARA ACESSO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS, COM DEFINIÇÃO DAS MODALIDADES DE PESCA, ESPÉCIES A CAPTURAR E ÁREAS DE OPERAÇÃO PERMITIDAS
PERMISSIONAMENTO DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	06/10/2011	APROVAR AS NORMAS GERAIS E A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE PERMISSIONAMENTO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA PARA ACESSO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS, COM DEFINIÇÃO DAS MODALIDADES DE PESCA, ESPÉCIES A CAPTURAR E ÁREAS DE OPERAÇÃO PERMITIDAS

RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	04/08/2011	ART.1º FICA PERMITIDA A RENOVAÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE PESCA DAS EMBARCAÇÕES PESQUEIRA INSCRITAS NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP NO PRAZO DE ATÉ 12 (DOZE) MESES DEPOIS DO VENCIMENTO ESPECIFICADO NO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGISTRO.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	08/06/2011	FIXA O ESFORÇO MÁXIMO DE AUTORIZAÇÕES PARA A CAPTURA DE TAINHA EM 2011, SENDO 7.400 AB OU 82 BARCOS, DESTACANDO AS ÁREAS DE EXCLUSÃO (IGUAL A IN IBAMA Nº 171/2008), CONDICIONA A PRESENÇA DE 01 OBSERVADOR DE BORDO., E PROÍBE O DESEMBARQUE DE OVAS AVULSAS.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	07/06/2011	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE PESCA COMPLEMENTAR PARA CAPTURA DA TAINHA (MUGIL PLATANUS E M. LIZA), COM O EMPREGO DA MODALIDADE DE REDE DE CERCO, NOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA-MMA Nº 08, DE 02 DE JUNHO DE 2011.
RGP, AQUICULTURA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	S/N	19/05/2011	COOPERATIVAS DE PESCA BRASILEIRAS, ASSIM COMO OS PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES PARA A
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	13/05/2011	REFERENDA A INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 171/2008, VISANDO O USO SUSTENTÁVEL DO RECURSO PESQUEIRO, OS PRAZOS E ESFORÇO DE PESCA; PROÍBE O DESEMBARQUE DE OVAS DE TAINHA DESACOMPANHADAS DAS RESPECTIVAS CARCAÇAS.
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	13/05/2011	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA DURANTE AS SAFRAS DE 2011 E 2012 (VALIDADE APENAS 2011), DEFININDO LIMITE MÁXIMO DE 60 BARCOS (ART. 4º DA IN IIBAMA Nº 171/2008), DESTACANDO: (1) LIMITE DE UMA AUTORIZAÇÃO POR ARMADOR, (2) CUMPRIR RASTREAMENTO, (3) COMPROVAÇÃO DO DESEMBARQUE DE TAINHA EM 2009 E/OU 2010, PRIORIZANDO OS MAIS RECENTES, ATRAVÉS DE COMPROVANTES DE ENTREGA DE MB OU DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE PESQUISA, E (4) AOS BARCOS PERMISISONADOS, IMPEDE A OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTURA DE OUTRAS ESPÉCIES, SE NÃO A FAUNA ACOMPANHANTE DA SARDINHA-VERDADEIRA.
MEKA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	15/04/2011	FIXA O LIMITE MÁXIMO DE CAPTURAS DO ESPADARTE OU MEKA.
TORILINE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	15/04/2011	ESTABELECER MEDIDAS MITIGADORAS PARA DIMINUIÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA QUE UTILIZAM ESPINHEL PELÁGICO AUTORIZADAS A OPERAR EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA, AO SUL DA LATITUDE DE 20º S. TORILINE.
CARANGUEJO DE PROFUNDIDADE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	15/04/2011	PROIBIR A CAPTURA, RETENÇÃO A BORDO, DESEMBARQUE, ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO TUBARÃO RAPOSA (ALOPIAS SUPECILIOSUS) EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, ALTO MAR E EM TERRITÓRIO NACIONAL, NAS PESCARIAS REALIZADAS POR EMBARCAÇÕES BRASILEIRAS DE PESCA E ESTRANGEIRAS ARRENDADAS POR EMPRESAS OU COOPERATIVAS DE PESCA BRASILEIRAS
TUBARÃO-RAPOSA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	15/04/2011	PROIBIR A CAPTURA, RETENÇÃO A BORDO, DESEMBARQUE, ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO TUBARÃO RAPOSA (ALOPIAS SUPECILIOSUS) EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, ALTO MAR E EM TERRITÓRIO NACIONAL, NAS PESCARIAS REALIZADAS POR EMBARCAÇÕES BRASILEIRAS DE PESCA E ESTRANGEIRAS ARRENDADAS POR EMPRESAS OU COOPERATIVAS DE PESCA BRASILEIRAS
PREPS 20 EM 20 MINUTOS - DIMINUIÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA QUE UTILIZAM ESPINHEL PELÁGICO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	15/04/2011	ESTABELECER MEDIDAS MITIGADORAS PARA DIMINUIÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL DE AVES MARINHAS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA QUE UTILIZAM ESPINHEL PELÁGICO AUTORIZADAS A OPERAR EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA, AO SUL DA LATITUDE DE 20º S.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	06/03/2011	PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO PELA IN INTERMINISTERIAL MPA/MMA N° 06/2010, REFERENTE A CAPTURA DE LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE.
RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	17/02/2011	PARA O ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA DE PESCA POR EMPRESAS OU
CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE REGISTRO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA - CAMARÃO SETE BARBAS - LITORAL SUDESTE/SUL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	17/02/2011	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA E EFETIVAÇÃO DO REGISTRO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA PARA OPERAR NA CAPTURA DE CAMARÃO SETE BARBAS, XIPHOPENAEUS KROYERI, NO LITORAL SUDESTE/SUL. - VI - QUE A EMBARCAÇÃO, QUANDO POSSUIR COMPRIMENTO TOTAL SUPERIOR A 15 (QUINZE) METROS, ESTEJA REGULAR PERANTE O PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE - PREPS, NOS CASOS PREVISTOS NA INI MB/MMA/SEAP-PR Nº 02/2006.
CAMARÃO-SETE-BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	28/01/2011	ESTABELECER NORMAS PARA O ORDENAMENTO DA FROTA DE ARRASTO QUE OPERA NA CAPTURA DE CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), E RESPECTIVA FAUNA ACOMPANHANTE, NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS 18º 20'S (DIVISA DOS ESTADOS DA BAHIA E ESPÍRITO SANTO) E 33º 44'S (FOZ DO ARROIO CHUÍ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL).

AQUARIOFILIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	19/01/2011	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A VENDA DE EXEMPLARES VIVOS DE RAIAS NATIVAS DE ÁGUA CONTINENTAL, FAMÍLIA POTAMOTRYGONIDAE, PARA FINS DE ORNAMENTAÇÃO E DE AQUARIOFILIA.
CARANGUEJO-UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	14/01/2011	PROIBIR A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇÁ, BEM COMO AS PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS, GARRAS OU DESFIADO) NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL, DURANTE OS DIAS DE "ANDADA", CORRESPONDENDO AOS SEGUINTES PERÍODOS, EM 2011
ARRENDAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	07/12/2010	ESTABELECER OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE PERMISSÃO PARA O ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA DE PESCA POR EMPRESAS OU COOPERATIVAS DE PESCA BRASILEIRAS, ASSIM COMO OS PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE SUAS OPERAÇÕES DE PESCA
CAMARÃO-SETE-BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	27/10/2010	ESTABELECER O PRAZO 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, PARA SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DE PESCA DA FROTA DE CAMARÃO SETE BARBAS, HABILITADA NA FORMA DA IN SEAP/PR Nº 18/2007, QUE OPERA NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	15/10/2010	PRORROGAR POR 90 (NOVENTA) DIAS O PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2010, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE MAIO DE 2010, SEÇÃO 1, PÁGINA 33, PARA QUE OS PROPRIETÁRIOS OU ARMADORES DE PESCA DE EMBARCAÇÕES MOTORIZADAS E MAIORES DE 10 METROS DE COMPRIMENTO QUE RECEBEREM A AUTORIZAÇÃO DE PESCA OU A AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE PESCA PARA A CAPTURA DE LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (P. LAEVIDAUDA) COLOQUEM E MANTENHAM EM FUNCIONAMENTO UM SISTEMA DE MONITORAMENTO REMOTO.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	29/09/2010	ESTABELECE NORMA COMPLEMENTAR PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇOS FÍSICOS DE CORPOS D'ÁGUA DE DOMÍNIO DA UNIÃO, REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 4.895/2003
PROIBIÇÃO DE PESCA BARRAGEM FOZ CHAPECÓ E RIO CHAPECÓ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	24/09/2010	ESTABELECE, PELO PERÍODO DE 1 (UM) ANO, ÁREA DE EXCLUSÃO À PESCA NO TRECHO DE 6,5KM DO RIO URUGUAI COMPREENDIDO ENTRE A BARRAGEM DA UHE FOZ DO CHAPECÓ E A SUA CONFLUÊNCIA COM O RIO CHAPECÓ, ENTRE AS COORDENADAS UTM 22J 297.473E 6.996.494N; UTM 22J 299.900E 7.001.600N.
RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	12/07/2010	ART. 1º ESTABELECER OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE PERMISSÃO
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	27/05/2010	DEFINIR O DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DA AQUICULTURA EM ÁGUAS DA UNIÃO - DEAU, DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DA AQUICULTURA - SEPOA, COMO RESPONSÁVEL POR ESTABELECER OS LIMITES MÁXIMOS PARA ÁREAS DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS E DE PESQUISA LOCALIZADAS EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	20/05/2010	NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2010, FICA PERMITIDA A PESCA DE TAINHA (MUGIL PLATANUS E M. LIZA), PARA EMBARCAÇÕES DEVIDAMENTE AUTORIZADAS PARA PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) NA MODALIDADE DE CERCO
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	18/05/2010	EMBARCAÇÃO AUTORIZADA A CAPTURAR LAGOSTAS (PANULIRUS ARGUS E P. LAEVICAUDA) COM ARMADILHA/COVOS, COM COMPRIMENTO TOTAL IGUAL OU SUPERIOR A 10 METROS, CONFORME. ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO. O PRAZO DE QUE TRATA O CAPUT SE APLICARÁ AOS PROPRIETÁRIOS DE EMBARCAÇÕES MEDIANTE APRESENTAÇÃO AO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA DA DECLARAÇÃO DE ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE-PREPS, CONFORME MODELO CONSTANTE DO ANEXO I, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, NO MOMENTO DA APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA OU AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE PESCA
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	18/05/2010	ESTABELECE MEDIDAS DE ORDENAMENTO DA PESCA DE LAGOSTAS.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	18/05/2010	ESTABELECE MEDIDAS DE ORDENAMENTO DA PESCA DE LAGOSTAS
CAMARÃO-SETE-BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	13/04/2010	ART. 1º A FROTA DE CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), QUE ATUA NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO PAÍS, COM COMPRIMENTO TOTAL IGUAL OU MENOR QUE 10 (DEZ) METROS, FICA DISPENSADA DA APRESENTAÇÃO DOS MAPAS DE BORDO DE QUE TRATA O ART. 2° DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MMA/SEAP-PR N° 26, DE 19 DE JULHO DE 2005. PARÁGRAFO ÚNICO. A DISPENSA DA APRESENTAÇÃO DOS

				MAPAS DE BORDO DE QUE TRATA O CAPUT DESTE ARTIGO SERÁ ATÉ A REVISÃO DA IN/MMA/SEAP-PR N° 26, DE 2005
CAMARÃO-SETE-BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	13/04/2010	A FROTA DE CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), QUE ATUA NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO PAÍS, COM COMPRIMENTO TOTAL IGUAL OU MENOR QUE 10 (DEZ) METROS, FICA DISPENSADA DA APRESENTAÇÃO DOS MAPAS DE BORDO DE QUE TRATA O ART. 2° DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MMA/SEAP-PR N° 26, DE 19 DE JULHO DE 2005
PESCA LAGOA DOS PATOS/RS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	13/04/2010	PROIBIR, A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA ATÉ 31 DE MAIO DE 2010, A ATIVIDADE DE PESCA NO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA MMA/SEAP/PR N° 03, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2004.
NORMAS AUTORIZAÇÃO DE PESCA DE CAMARÃO SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	13/04/2010	A FROTA DE CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), QUE ATUA NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO PAÍS, COM COMPRIMENTO TOTAL IGUAL OU MENOR QUE 10 (DEZ)
SARDINHA VERDADEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	20/01/2010	PERMITIR A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DE PESCA PARA EMBARCAÇÕES DEVIDAMENTE AUTORIZADAS PARA A CAPTURA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) E RESPECTIVA FAUNA ACOMPANHANTE, PELA MODALIDADE DE CERCO, NAS SEGUINTES CONDIÇÕES
EXPORTAÇÃO - RCC	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	21/12/2009	
ANCHOVA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/11/2009	ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE CERCO E EMALHE COM PERMISSÃO DE PESCA PARA CAPTURA DA ANCHOVA NO LITORAL SUL DO PAÍS. PROÍBE, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 1° DE DEZEMBRO A 31 DE MARÇO, A CAPTURA DA ANCHOVA NO LITORAL SUL DO PAÍS.
PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	27/11/2009	CONSIDERANDO AS RECOMENDAÇÕES EMANADAS NAS REUNIÕES SOBRE A PESCA DA PIRAMUTABA E DO PARGO DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO PAÍS, OCORRIDAS EM BRASÍLIA/DF, NOS DIAS 14 E 15 DE JULHO, 11 DE AGOSTO E 15 DE SETEMBRO DE 2009; E, CONSIDERANDO O QUE CONSTA NO PROCESSO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA/SEDE NO 02001.009289/2002-18, RESOLVEM: ART. 2O AS EMBARCAÇÕES AUTORIZADAS A CAPTURAR O PARGO NA ÁREA DE QUE TRATA O ART. 1O DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, FICAM OBRIGADAS A USAR O EQUIPAMENTO DE RASTREAMENTO POR SATÉLITE INSTALADO A BORDO DA EMBARCAÇÃO, NOS MOLDES DO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS-PREPS DURANTE AS OPERAÇÕES DE PESCA E ENTREGAR OS MAPAS DE BORDO
ACHOVA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/11/2009	ESTABELECER OS CRITÉRIOS PARA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA NA CAPTURA DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), NO LITORAL SUL DO PAÍS.
ANCHOCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/11/2009	ESTABELECER OS CRITÉRIOS PARA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA NA CAPTURA DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), NO LITORAL SUL DO PAÍS
REGIME NACIONAL DE CERTIFICAÇAO DE CAPTURAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	12/11/2009	INSTITUIR O REGIME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE CAPTURAS (RCC) PARA OS PRODUTOS DE ORIGEM DA PESCA EXTRATIVA MARINHA, CAPTURADOS POR EMBARCAÇÕES FORNECEDORAS DE MATÉRIA PRIMA COM FINALIDADE DE EXPORTAÇÃO, DEVIDAMENTE INSCRITAS NO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA
PIRAMUTABA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	22/09/2009	PROÍBE NO PERÍODO DE 15 DE SETEMBRO A 15 DE NOVEMBRO DE 2009, O EXERCÍCIO DA PESCA DE ARRASTO DE PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTI) EM TODA A ÁREA DE OCORRÊNCIA DA ESPÉCIE,NA FOZ DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ.
PROIBIÇÃO DE PESCA BACIA RIO PARAÍBA DO SUL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	26/07/2009	PROIBIR A PESCA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2009, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL, DESDE O MUNICÍPIO DE RESENDE ATÉ A SUA FOZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CAMARÃO-ROSA E CAMARÃO-BRANCO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	07/07/2009	PROIBIR A PESCA DO CAMARÃO-ROSA (FARFANTEPENAEUS BRASILIENSIS E F. PAULENSIS) E DO CAMARÃO BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI), ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 15 DE JULHO A 15 DE NOVEMBRO, COM QUALQUER MODALIDADE E PETRECHO, NA ÁREA DO COMPLEXO LAGUNAR SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COMPREENDENDO AS LAGOAS DO CAMACHO, GAROPABA DO SUL, IMARUÍ, MIRIM, SANTA MARTA, SANTO ANTÔNIO, OUTRAS LAGOAS MARGINAIS E TRIBUTÁRIOS
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	26/06/2009	PROIBIR A PESCA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2009, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL, DESDE O MUNICÍPIO DE RESENDE ATÉ A SUA FOZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MANEJO DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	24/06/2009	ESTABELECER AS SEGUINTES CATEGORIAS DE MANEJO PARA OS LAGOS, RESSACAS E OUTROS CORPOS DE ÁGUA DO COMPLEXO

				DE LAGOS PANTALEÃO - RDS AMANÃ, MUNICÍPIO DE MARAÃ/AM
PROIBIÇÃO DE PESCA BACIA RIO URUGUAI	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	04/06/2009	PROIBIR, PELO PERÍODO DE SESSENTA DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SARDINHA VERDADEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	22/05/2009	PERMITIR A CAPTURA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) DE COMPRIMENTO TOTAL INFERIOR A DEZESSETE CENTÍMETROS, EXCLUSIVAMENTE ÀS EMBARCAÇÕES PERMISSIONADAS PARA A CAPTURA DE ATUNS E AFINS PELO SISTEMA DE VARA E ANZOL COM ISCA-VIVA, PARA USO PRÓPRIO, UNICAMENTE COMO ISCA-VIVA, NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS 22º00' SUL (CABO DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO) E 28º36' SUL (CABO DE SANTA MARTA, ESTADO DE SANTA CATARINA)
SARDINHA VERDADEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	21/05/2009	MANTER LIMITADO O ESFORÇO DE PESCA PARA A CAPTURA DE SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) E RESPECTIVA FAUNA ACOMPANHANTE, PELA MODALIDADE DE CERCO, NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS 22°00´S (CABO DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO) E 28°36´S (CABO DE SANTA MARTA, ESTADO DE SANTA CATARINA), ÀS EMBARCAÇÕES DEVIDAMENTE PERMISSIONADAS E INSCRITAS NO REGISTRO GERAL DA PESCA - RGP, COM BASE NA PORTARIA IBAMA Nº 96/97, DE 22 DE AGOSTO DE 1997
PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	14/05/2009	ALTERAR A INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 171, DE 09 DE MAIO DE 2008, EM ALGUNS ARTIGOS.
ROBALO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	27/04/2009	PROÍBE, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 1º DE MAIO A 30 DE JUNHO, O EXERCÍCIO DA PESCA DO ROBALO, ROBALO BRANCO E CAMURIM OU BARRIGA MOLE (CENTROPOMUS PARALLELUS, CENTROPOMUS UNDECIMALIS, CENTROPOMUS SPP.), COM QUALQUER TIPO DE PETRECHO DE PESCA, NO LITORAL E ÁGUAS INTERIORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	09/04/2009	EMBARCAÇÃO AUTORIZADA A CAPTURAR O PEIXE-SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS) COM REDE DE ESPERA, INDEPENDENTE DAS DIMENSÕES DA EMBARCAÇÃO - ART. 4º II - UTILIZAR EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO POR SATÉLITE QUE PERMITAM O ACOMPANHAMENTO, EM TEMPO REAL E DE FORMA AUTOMÁTICA, DA POSIÇÃO GEOGRÁFICA E DA PROFUNDIDADE LOCAL A CADA UMA HORA, CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL NO 2, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006
PEIXE-SAPO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	09/04/2009	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DA PESCA DO PEIXE-SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS), NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL ENTRE O PARALELO DE 21º00'S E LIMITE SUL DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA
PEIXE-SAPO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	09/04/2009	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DA PESCA DO PEIXE-SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS), NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL ENTRE O PARALELO DE 21º00'S E LIMITE SUL DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA.
EMALHE OCEÂNICO (FUNDO) - PEIXE -SAPO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	09/04/2009	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DA PESCA DO PEIXE-SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS), NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL ENTRE O PARALELO DE 21º00'S E LIMITE SUL DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA
PESCA BACIA RIO PARANÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	09/02/2009	ESTABELECE NORMAS GERAIS DE PESCA PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
PROIBIÇÃO DE PESCA BACIA RIO PARAÍBA DO SUL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	30/01/2009	PROÍBE QUALQUER MODALIDADE DE PESCA, DURANTE O PERÍODO DE 1° DE FEVEREIRO A 31 DE MAIO DE 2009, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL, DESDE O MUNICÍPIO DE REZENDE ATÉ A SUA FOZ, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	09/01/2009	ESTABELECE NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, ANUALMENTE, DE 1° DE NOVEMBRO A 28 DE FEVEREIRO, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	19/12/2008	EMBARCAÇÃO AUTORIZADA A CAPTURAR O POLVO (OCTOPUS SPP.) COM POTES ABERTOS, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL, INDEPENDENTE DAS DIMENSÕES DA EMBARCAÇÃO
POLVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	19/12/2008	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DA PESCA DO POLVO (OCTOPUS SPP.) NAS REGIÕES SUDESTE E SUL, DESTACANDO O Nº MÁXIMO DE EMBARCAÇÕES, SUA NACIONALIDADE, MÉTODO DE PESCA (ARMADILHAS DO TIPO VASOS OU POTES ABERTOS), ESFORÇO MÁXIMO EM TERMOS DE QUANTIDADE DE VASOS OU POTES E PROFUNDIDADE MÍNIMA DE OPERAÇÃO.
POLVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	19/12/2008	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO POLVO (OCTOPUS SPP.), NAS ÁGUAS MARINHAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA

ARRASTO OCEÂNICO (FUNDO)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	01/12/2008	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS DE ORDENAMENTO DA PESCA MULTIESPECÍFICA DE ARRASTO DE TALUDE SUPERIOR NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL, ENTRE 250M A 500M DE PROFUNDIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	206	14/11/2008	PROIBIR, NAS ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E VERDE (P. LAEVICAUDA), ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 1º DE DEZEMBRO A 31 DE MAIO
CAMARÃO-ROSA E CAMARÃO-BRANCO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	182	07/11/2008	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CAMARÃO-ROSA (FARFANTEPENAEUS BRASILIENSIS E F. PAULENSIS) E DO CAMARÃO-BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI) NO ANO DE 2008, NA REGIÃO DO COMPLEXO LAGUNAR SUL, ABRANGENDO LAGOAS DO CAMACHO, GAROPABA DO SUL, IMARUÍ, MIRIM, SANTA MARTA, SANTO ANTONIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	212	02/11/2008	PROÍBE, A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2009, A PESCA NOS RESERVATÓRIOS DE PIRAPETINGA NOS MUNICÍPIOS DE BOM JESUS DE ITABAPOANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SÃO JOSÉ DO CALÇADO NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, DE PEDRA DO GARRAFÃO, NOS MUNICÍPIOS DE CAMPOS DO GOYTACAZES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E MIMOSO DO SUL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, A UMA DISTANCIA DE 1000M (MIL METROS) A JUSANTE E 5000M (CINCO MIL METROS) A MONTANTE DOS RESERVATÓRIOS.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	210	25/10/2008	PROÍBE, A PARTIR DAS 00H00MIN HORAS DO DIA 1O DE DEZEMBRO, ATÉ AS 24H00MIN HORAS DO DIA 28 DE FEVEREIRO ANUALMENTE, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES CURIMATÃ (PROCHILODUS SPP), PIAU (SCHIZODON SP), SARDINHA (TRIPORTHEUS ANGULATUS) E BRANQUINHA (CURIMATIDAE), NOS RIOS, RIACHOS, LAGOAS, AÇUDES PÚBLICOS E PRIVADOS E REPRESAS DO ESTADO DA PARAÍBA, BEM COMO O TRANSPORTE, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DESSAS ESPÉCIES E SUAS RESPECTIVAS OVAS. PARÁGRAFO ÚNICO. A LARGADA DAS CANOAS PARA O REINÍCIO DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS SERÁ PERMITIDA SOMENTE A PARTIR DE 00H00MIN HORAS DO DIA 1O DE MARÇO
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	209	25/10/2008	PROÍBE, A PARTIR DAS 00H00MIN HORAS DO DIA 1O DE DEZEMBRO, ATÉ AS 24H00MIN HORAS DO DIA 28 DE FEVEREIRO, ANUALMENTE, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES CURIMATÃ (PROCHILODUS SPP), PIAU (SCHIZODON SP), SARDINHA (TRIPORTHEUS ANGULATUS) E BRANQUINHA (CURIMATIDAE), NOS RIOS, RIACHOS,LAGOAS, AÇUDES PÚBLICOS E PRIVADOS E REPRESAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BEM COMO O TRANSPORTE, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DESSAS ESPÉCIES E SUAS RESPECTIVAS OVAS
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	205	24/10/2008	PROIBIR A PESCA NO RIO ACRE E SEUS AFLUENTES, NO PERÍODO DE 15 DE NOVEMBRO A 15 DE MARÇO.
ARRAIAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	204	22/10/2008	ESTABELECE NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A EXPLORAÇÃO COM FINALIDADE ORNAMENTAL E DE AQUARIOFILIA DE EXEMPLARES VIVOS DE RAIAS NATIVAS DE ÁGUA CONTINENTAL, FAMÍLIA POTAMOTRYGONIDAE.
ORNAMENTAIS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	203	22/10/2008	DISPÕE SOBRE NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A EXPLOTAÇÃO COM FINALIDADE ORNAMENTAL E DE AQUARIOFILIA DE PEIXES NATIVOS OU EXÓTICOS DE ÁGUAS CONTINENTAIS.
ORNAMENTAIS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	203	22/10/2008	DISPOR SOBRE NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A EXPLOTAÇÃO COM FINALIDADE ORNAMENTAL E DE AQUARIOFILIA DE PEIXES NATIVOS OU EXÓTICOS DE ÁGUAS CONTINENTAIS
PESCA LAGOA ARARUAMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	200	22/10/2008	PROÍBE A PESCA DE 15/OUT A 15/DEZ/2008, DURANTE O RECRUTAMENTO DE ESPÉCIES DE PEIXES E CRUSTÁCEOS, NA LAGOA DE ARARUAMA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	201	22/10/2008	PROIBIR A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI, NOS ESTADOS DO MATO GROSSO E DO MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 5 DE NOVEMBRO AO ÚLTIMO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO, ANUALMENTE, PARA PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES.
ACORDO DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	181	07/10/2008	CONSIDERANDO O DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 E A INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 29, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA REGULAMENTAÇÃO DE ACORDOS DE PESCA EM ANEXO A ESSA INSTRUÇÃO NORMATIVA
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	192	25/09/2008	PROIBIR O USO DE MALHADEIRAS E TARRAFAS DURANTE O PERÍODO DE 1º DE JUNHO A 15 DE SETEMBRO, NOS PERÍMETROS URBANOS DEFINIDOS A SEGUIR, NOS MUNICIPIOS DE RODRIGUES ALVES-AC, CRUZEIRO DO SUL-AC, GUAJARÁ-AM E MÂNCIO LIMA-AC. PERMITIR SOMENTE PESCA DE LINHA DE

				MÃO, VARA E MOLINETE, COM ATÉ 10 KG DE PESCADO MAIS UM EXEMPLAR POR PESCADOR DEVIDAMENTE HABILITADO
CAMARÃO-ROSA, SETE BARBAS, BRANCO, SANTANA OU VERMELHO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	189	23/09/2008	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO PARA CAPTURA DOS CAMARÕES ROSA (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS, F. BRASILIENSIS E F. SUBTILIS), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI), SANTANA OU VERMELHO (PLEOTICUS MUELLERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS) NAS REGIÕES SUDESTE E SUL, ESTABELECENDO PERÍODO DE DEFESO DIFERENCIADO PARA O ESTADO DO ESPIRITO SANTO, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
ACORDO DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	180	07/09/2008	ESTABELECER ACORDO DE PESCA NA BACIA DO BAIXO RIO BRANCO, NA ÁREA LOCALIZADA ENTRE A VILA DE VISTA ALEGRE (PARALELO N1O44') E A FOZ DO RIO BRANCO (PARALELO N - 1O25'), NO ESTADO DE RORAIMA,ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE CARACARAÍ E RORAINÓPOLIS/RR
SARDINHA VERDADEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	186	29/07/2008	ESTABELECE TOLERÂNCIA DE 8% DE CAPTURA INCIDENTAL DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS), DURANTE O PERÍODO DE DEFESO ESTABELECIDO PELA IN IBAMA Nº 128/2006.
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	18/06/2008	ESTABELECER PROCEDIMENTOS PARA A APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO REGISTRO GERAL DA PESCA – RGP, PREPS, PROBORDO E MB
TAINHA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	171	09/05/2008	REGULAMENTA A PESCA DE TAINHA (MUGIL PLATANUS E M. LIZA), NAS ÁREAS COSTEIRAS E MARINHA, ESTABELECENDO (I) ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA EM TODAS AS DESEMBOCADURAS ESTUARINO-LAGUNARES DAS REGIÕES SE/S ENTRE 15/MAR E 15/AGO; (II) DATA DE ABERTURA DA SAFRA A PARTIR DE 15 DE MAIO; (III) O LIMITE MÁXIMO DE ESFORÇO DE PESCA PELA FROTA DE TRAINEIRA EM 60 EMBARCAÇÕES; (IV) ÁREA DE EXCLUSÃO PARA BARCOS > 4 AB DE 3 MN NA COSTA DO RJ, E PARA BARCOS > 10 AB DE 5 MN NO RJ, SP, PR E SC, E 10 MN NO RS; (V) ÁREA DE EXCLUSÃO À VARIAS MODALIDADES EM TODAS AS PRAIAS LICENCIADAS PARA O ARRASTÃO DE PRAIA NA COSTA DE SC, ENTRE 1º/MAI E 30/JUL; (VI) CONDICIONANTES AO PERMISSIONAMENTO E (VII) PERDA DA PERMISSÃO AOS BARCOS INFRATORES, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
CARANGUEJO-VERMELHO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	12/04/2008	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-VERMELHO (CHACEON NOTIALIS) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DA REGIÃO COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS DE 32º00'S E O LIMITE SUL DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA.
CARANGUEJO-VERMELHO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	12/04/2008	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-VERMELHO (CHACEON NOTIALIS) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DA REGIÃO COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS DE 32º00'S E O LIMITE SUL DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA
CARANGUEJO-VERMELHO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	12/04/2008	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-VERMELHO (CHACEON NOTIALIS) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DA REGIÃO COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS DE 32º00'S E O LIMITE SUL DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	03/04/2008	ALTERAR O ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAP/PR Nº 17/2005
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	170	25/03/2008	ALTERA REGUGALMENTAÇÕES REFERENTES A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA), DESTACANDO: OS ARTS. 6º E 7º A IN IBAMA N° 138/2006, PROIBINDO PETRECHOS, SENDO REDES DE ESPERA DO TIPO CAÇOEIRA E MARAMBAIA (ESTRUTURA ARTIFICIAL UTILIZADA PARA CONCENTRAR ORGANISMOS AQUÁTICOS VIVOS).
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	193	10/02/2008	ESTABELECE NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE DEFESO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL.
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	195	10/02/2008	ESTABELECE NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO SUDESTE, NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E PARANÁ, EXCETUANDO-SE AS ÁREAS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARANÁ E SÃO FRANCISCO, CONTEMPLADAS POR INSTRUÇÕES NORMATIVAS ESPECÍFICAS.
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	196	10/02/2008	ESTABELECE NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LESTE, NOS ESTADOS DE SERGIPE, BAHIA, MINAS GERAIS, ESPIRITO SANTO, EXCETUANDO-SE A ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO, CONTEMPLADA POR IN ESPECÍFICA

DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	197	10/02/2008	ESTABELECER NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE DEFESO NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	197	10/02/2008	ESTABELECER NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE DEFESO NAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	193	10/02/2008	ESTABELECER NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE DEFESO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL.
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	194	10/02/2008	ESTABELECER NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, ANUALMENTE, DE 1° DE NOVEMBRO A 28 DE FEVEREIRO, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ
ORDENAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	12/01/2008	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-REAL (CHACEON RAMOSAE) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DA REGIÃO COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS DE 19º00'S E 30º00'S.
PESCA DE ARRASTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	12/01/2008	EMBARCAÇÃO AUTORIZADA A OPERAR EM ARRASTO DE TALUDE SUPERIOR, DIRECIONADA AOS RECURSOS: ABRÓTEA-DE-PROFUNDIDADE (UROPHYCIS MYSTACEA), GALO DE PROFUNDIDADE (ZENOPSIS CONCHIFFERA), MERLUZA (MERLUCCIUS HUBBSI) E CALAMAR ARGENTINO (ILLEX ARGENTINUS), INDEPENDENTE DAS DIMENSÕES DA EMBARCAÇÃO - ART. 4º , II - UTILIZAR EQUIPAMENTO DE RASTREAMENTO POR SATÉLITE QUE PERMITA O ACOMPANHAMENTO, EM TEMPO REAL E DE FORMA AUTOMÁTICA, DA PROFUNDIDADE LOCAL E DA POSIÇÃO GEOGRÁFICA DA EMBARCAÇÃO NOS MOLDES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SEAP/PR - MB - MMA Nº 2, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006 E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAP/PR Nº 20, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006
PESCA DE ARRASTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	12/01/2008	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS DE ORDENAMENTO DA PESCA MULTIESPECÍFICA DE ARRASTO DE TALUDE SUPERIOR NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL, ENTRE 250M A 500M DE PROFUNDIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
CARANGUEJO-VERMELHO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	12/01/2008	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-REAL (CHACEON RAMOSAE) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DA REGIÃO COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS DE 19º00'S E 30º00'S.
CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	21/12/2007	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O PERMISSIONAMENTO DE PESCA DE ARRASTO PARA CAPTURA DO CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) AOS PROPRIETÁRIOS E EMBARCAÇÕESDOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE FLUMINENSE, NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, AO NORTE, E O MUNICÍPIO DE MACAÉ, AO SUL, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
CAMARÃO-ROSA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	163	07/12/2007	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DO CAMARÃO-ROSA (FARFANTEPENAEUS BRASILIENSIS E F. PAULENSIS) E DO CAMARÃO-BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI), ENTRE 15/JUL E 15/NOV/2007, NO COMPLEXO LAGUNAR SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COMPREENDENDO AS LAGOAS DO CAMACHO,GAROPABA DO SUL, IMARUÍ, MIRIM, SANTA MARTA, SANTO ANTONIO, OUTRAS LAGOAS MARGINAIS E TRIBUTÁRIOS.
PRORROGAÇÃO IN PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	26/11/2007	PRORROGAR O PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAP N° 22/2007, QUE TRATA DO PERMISSIONAMENTO DA PESCA DO PARGO (LUTJANUS PURPUREUS).
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	149	01/11/2007	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 43, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	148	01/11/2007	PROIBIR, DE 1º DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL DE 2004, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES CONHECIDAS VULGARMENTE POR CURIMATÃ, PIAU, SARDINHA E BRANQUINHO, NAS COLEÇÕES DE ÁGUAS CONTINENTAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	148	01/11/2007	PROIBIR, NO PERÍODO DE 15 DE JANEIRO A 15 DE ABRIL DE 2007, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES VULGARMENTE CONHECIDAS POR CURIMATÃ (PROCHILODUS SPP), PIAU (SCHIZODON SP), SARDINHA (TRIPORTHEUS ANGULATUS), E BRANQUINHA (CURIMATIDAE), NAS COLEÇÕES DE ÁGUAS CONTINENTAIS (RIOS, RIACHOS, LAGOAS, AÇUDES PÚBLICOS E PRIVADOS E REPRESAS) DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BEM COMO O TRANSPORTE, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DESTAS ESPÉCIES E RESPECTIVAS OVAS
RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	26/10/2007	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA O RECADASTRAMENTO DAS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS COM PERMISSÃO DE PESCA PARA OPERAR NA CAPTURA DE CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS NO LITORAL NORTE

RGP, EMBARCAÇÕES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	26/10/2007	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA O RECADASTRAMENTO DAS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS COM PERMISSÃO DE PESCA PARA OPERAR NA CAPTURA DE CAMARÃO ROSA, NO LITORAL SUDESTE/SUL
PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	18/10/2007	ALTERA A QUANTIDADE DE VAGAS/BARCOS DISPONÍVEIS, AO PERMISSIONAMENTO DA PESCA DO PARGO (LUTJANUS PURPUREUS) ENTRE O AMAPÁ E DIVISA DOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE, EM FUNÇÃO DO COMPRIMENTO DOS BARCOS.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	159	04/09/2007	PRORROGA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, , ESTABELECIDO NA PORTARIA IBAMA Nº 137/1994.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	167	10/08/2007	PROIBIR, EM CARÁTER PREVENTIVO, POR UM PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA,QUALQUER ATIVIDADE DE PESCA NA REGIÃO ABRANGIDA PELOS RIOS EM ANEXO A ESSA INSTRUÇÃO NORMATIVA
CAMARÃO SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	27/07/2007	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE PERMISSÃO E EFETIVAÇÃO DE REGISTRO DE EMBARCAÇÃO PARA OPERAR NA CAPTURA DE CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) NO LITORAL SUDESTE/SUL, CANCELANDO TODAS AS PERMISSÕES/ AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS ANTERIORMENTE OU SEM O ATENDIMENTO DO DISPOSTO.
PESCA DE EMALHE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	166	18/07/2007	REGULAMENTA A PESCA DE EMALHE DE SUPERFÍCIE E DE FUNDO NAS ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL, DEFININDO AS CARACTERÍSITICAS DO PETRECHO, LIMITANDO A FROTA E A CONCESSÃO DE NOVAS PERMISSÕES E DETERMINA QUE AS EMBARCAÇÕES DA FROTA DE EMALHE DE SUPERFÍCIE MUDAR OFICIALMENTE DE MODALIDADE NO PRAZO MÁXIMO DE 2 ANOS.
CAMARÃO SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	164	17/07/2007	REGULAMENTA O PERMISSIONAMENTO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA, COM COMPRIMENTO MENOR QUE 9 M, DA FROTA DE ARRASTO QUE OPERARAM NA CAPTURA DE CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), NOS ANOS DE 2005 E 2006, SEM PERMISSÃO NA REGIÃO SUDESTE E SUL DO BRASIL.
PESCA LAGOA ARARUAMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	155	03/07/2007	INTERDITA TEMPORARIAMENTE A LAGOA DE ARARUAMA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PROIBINDO POR 90 DIAS QUALQUER ATIVIDADE DE PESCA, COLETA, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE ORGANISMOS AQUÁTICOS.
POLVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	19/06/2007	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O PERMISSIONAMENTO DE 25 EMBARCAÇÕES, COM ATÉ 15 M, PELO MÉTODO DE ARMADILHAS (VASOS OU POTES ABERTOS) PARA CAPTURA DO POLVO (OCTOPUS SPP.) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE.
POLVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	19/06/2007	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A EMISSÃO DE PERMISSÃO PROVISÓRIA DE PESCA PARA CAPTURA ESPECÍFICA DO POLVO (OCTOPUS SPP.), NAS ÁGUAS MARINHAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE.
POLÍTICA DE ARRENDAMENTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	07/06/2007	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES À POLÍTICA DE ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS DE PESCA, BEM COMO PRINCÍPIOS E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PESCA A SEREM EXERCIDAS, INDEPENDENTEMENTE DA MODALIDADE DE ARRENDAMENTO ADOTADA.
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	05/05/2007	ALTERA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE – PREPS DAS FROTAS ESPECIFICADAS NO ANEXO I
PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	168	09/04/2007	PERMITE AUTORIZAR NOVOS BARCOS A OPERAREM NA CAPTURA DO PARGO (LUTJANUS PURPUREUS) ATRAVÉS DA TRANSFORMAÇÃO DO SALDO DO NÚMERO DE EMBARCAÇÕES MOTORIZADAS (ESFORÇO MÁXIMO DEFINIDO PELA IN MMA Nº 04/2004) A PARTIR DA RELAÇÃO/PROPORÇÃO DE DUAS EMBARCAÇÕES COM COMPRIMENTO TOTAL MENOR OU IGUAL A 15 M PARA CADA EMBARCAÇÃO MAIOR QUE 15 M.
PROIBIÇÃO DA PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	157	28/03/2007	PROIBIR, POR UM PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS, A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, QUALQUER ATIVIDADE DE PESCA, COLETA E BENEFICIAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS ORIUNDOS DO LITORAL DOS MUNICÍPIOS MADRE DE DEUS, SÃO FRANCISCO DO CONDE, SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO, SAUBARA, SALINAS DA MARGARIDA, E DAS ILHAS DE BOM JESUS DOS PASSOS E FRADES, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SALVADOR, NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS, NO ESTADO DA BAHIA

CAMARÃO-ROSA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	20/03/2007	REGULAMENTA A CAPTURA DE CAMARÃO CRISTALINO (PLESIONIKA SPP. E PARAPENAEUS AMERICANUS), RAIA (RIORAJA AGASSIZZI, ALTANTORAJA CYCLOPHORA, A. CASTELNAUI, A. PLATANA, SYMPTERYGIA BONAPARTEI E S. ACUTA), CONGRO-ROSA (GENYPTERUS BRASILIENSIS), LINGUADO AREIA (PARALICHTHYS ISÓSCELES E P. TRIOCELLATUS), CALAMAR ARGENTINO (ILLEX ARGENTINUS), LAGOSTIM (METANEPHROPS RUBELLUS), TRILHA (MULLUS ARGENTINAE), TRILHA-BRANCA OU BARBUDO (POLYMIXIA LOWEI), SARRÃO (HELICOLEUNUS DACTYLOPTERUS DACTYLOPTERUS), GALO DE PROFUNDIDADE (ZENOPSIS CONCHIFER), E FAUNA ASSOCIADA, PARA A FROTA DE ARRASTO DUPLO (TANGONES) DURANTE O DEFESO DE SUA ESPÉCIE ALVO (CAMARÃO-ROSA), ENTRE 100 E 250 M, NO LITORAL SUDESTE/SUL.
ÓLEO DIESEL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	14/03/2007	PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO PELA IN SEAP/PR N° 18/2006 AOS FORNECEDORES DE ÓLEO DIESEL E PROPRIETÁRIOS DE BARCOS PARA DAR CUMPRIMENTO AO DEFINIDO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO DO ÓLEO DIESEL.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	156	14/03/2007	PROIBIR PERMANENTEMENTE A PESCA PROFISSIONAL E AMADORA AO LONGO DO RIO ACRE E SEUS IGARAPÉS, ENTRE OS PONTOS DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS (10O57'28`S E 69O39'55`W) E COORDENADAS (10º 56'00'' E 70º 30'40'')
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	144	01/03/2007	ESTABELECE O ESFORÇO DE PESCA MÁXIMO ANUAL, EM 30 MILHÕES DE COVOS-DIA, PARA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, ALÉM DE DEFINIR OS CRITÉRIOS DE PERMISSIONAMENTO DAS EMBARCAÇÕES.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	144	01/03/2007	FIXAR, NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, EM 30 MILHÕES DE COVOS-DIA, O ESFORÇO DE PESCA MÁXIMO ANUAL, PARA A PESCA DE LAGOSTAS DAS ESPÉCIES PANULIRUS ARGUS (LAGOSTA VERMELHA) E PANULIRUS LAEVICAUDA (LAGOSTA CABO VERDE)
CARANGUEJO-UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/02/2007	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2007, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.
CARANGUEJO-UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/02/2007	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2007, NO ESTADO DE ALAGOAS.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	30/01/2007	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE PESCA E EFETIVAÇÃO DO REGISTRO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA PARA OPERAR NA CAPTURA DE LAGOSTAS.
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	29/12/2006	REVOGA A IN MMA N° 8/2005 QUE ESTABELECEU OS TAMANHOS MÍNIMOS DE CAPTURA DAS LAGOASTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (P. LAEVICAUDA) E OS PETRECHOS DE PESCA, NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	15/12/2006	PROIBIR A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE (UCIDES CORDATUS), CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇÁ, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DURANTE A ÉPOCA DA `ANDADA`, EM 2007
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	15/12/2006	PROIBIR A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDA POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇÁ, NO ESTADO DO BAHIA DURANTE A ÉPOCA DE `ANDADA`, NO ANO DE 2007
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	06/12/2006	PROIBIR A CAPTURA, TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇÁ, NO ESTADO DO CEARÁ, DURANTE A ÉPOCA DA ANDADA, EM 2007, NOS SEGUINTES PERÍODOS
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	06/12/2006	PROIBIR, A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUAISQUER INDIVÍDUOS DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) VIVO, QUE NÃO TENHAM SIDO PREVIAMENTE DECLARADOS, BEM COMO AS PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS, PATAS OU GARRAS), NO ESTADO DO PARÁ, DURANTE A ÉPOCA DA ANDADA, EM 2007
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	04/12/2006	PROIBIR A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVIDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO - UÇÁ, NO ESTADO DO PIAUÍ, DURANTE A ÉPOCA DA ANDADA, EM 2007

PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	01/12/2006	PROIBIR A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDA POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇÁ, NO ESTADO DO MARANHÃO DURANTE A ÉPOCA DE ANDADA, NO ANO DE 2007
PROIBIR PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	27/11/2006	PROIBIR, NO ANO DE 2007, NO PERÍODO DE 20 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL, A CAPTURA COM O USO DE QUAISQUER PETRECHOS COM MALHA, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PEIXES DE PIRACEMA, NO ESTADO DO CEARÁ, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS ACARAÚ, BANABUIÚ, COREAÚ, CURU, JAGUARIBE, POTI (SUB-BACIA DO RIO PARNAÍBA) E SALGADO, ASSIM COMO NAS ÁGUAS CONTINENTAIS DAS BACIAS METROPOLITANA E DO LITORAL
DEFESO DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	133	17/11/2006	ALTERAR OS ARTS. 1º, 6º E 7º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 049, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005, QUE PASSAM A VIGORAR COM REDAÇÃO EM ANEXO A ESSA INSTRUÇÃO.
PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	130	30/10/2006	ESTABELECER NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, TEMPORADA 2006/2007, NAS ÁREAS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LESTE, NOS ESTADOS DA BAHIA, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, EXCETUANDO-SE AS ÁREAS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARANÁ E SÃO FRANCISCO, CONTEMPLADAS POR INSTRUÇÕES NORMATIVAS ESPECÍFICAS
SARDINHA VERDADEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	128	26/10/2006	REGULAMENTA A PESCA DA SARDINHA VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) ENTRE O CABO DE SÃO TOMÉ/RJ E O CABO DE SANTA MARTA/SC, ESTABELECENDO DOIS PERÍODOS DE DEFESOS, DE REPRODUÇÃO E DE RECRUTAMENTO, ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2009, PERMITINDO QUE A FROTA DE CERCO CAPTURE OUTRAS ESPÉCIES QUE NÃO ESTAJAM SOB-CONTROLE DURANTE O MESMO.
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	23/10/2006	ESTABELECE DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE – PREPS.
LIMITES ESTADUAIS PARA GESTÃO PESQUEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	122	18/10/2006	ESTABELECE OS LIMITES ESTADUAIS DAS ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA PARA FINS DE MONITORAMENTO, GESTÃO PESQUEIRA E CONTROLE DAS OPERAÇÕES DA FROTA PESQUEIRA.
PERIODO REPRODUÇÃO NATURAL DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	124	18/10/2006	ESTABELECER O PERÍODO DE 1° DE NOVEMBRO DE 2006 A 28 DE FEVEREIRO DE 2007, PARA A PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	121	18/10/2006	PROIBIR, DURANTE O PERÍODO DE 11 DE OUTUBRO DE 2006 A 31 DE JANEIRO DE 2007, A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS E DO ARROIO PORTÃO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	123	18/10/2006	PROÍBE A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI, NOS ESTADOS DO MATO GROSSO E DO MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 6 DE NOVEMBRO DE 2006 A 28 DE FEVEREIRO DE 2007.
ALTERAÇÃO DE IN BACIAS HIDROGRÁFICAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	120	16/10/2006	ALTERA O § 2º DO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43/2004 REFERENTE AS BACIAS HIDROGRÁFICAS QUE POSSUEM INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESPECÍFICOS.
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	324	11/10/2006	PORTARIA SEAP/PR N.º 324, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006 DESIGNA OS MEMBROS DA GERÊNCIA EXECUTIVA DO PREPS
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	325	11/10/2006	DESIGNA OS MEMBROS DO GRUPO TÉCNICO GESTOR DO PREPS
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	326	11/10/2006	DESIGNA OS MEMBROS DA SECRETARIA EXECUTIVA DO PREPS
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	05/10/2006	PROIBIR A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE (UCIDES CORDATUS), CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇÁ, NO ESTADO DA PARAÍBA, DURANTE A ÉPOCA DA `ANDADA`, EM 2007
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA SE/S	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	22/09/2006	REVOGA O § 2° DO ART. 2° DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 53/2005, QUE ESTABELECEU O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS DO SE/S.
PESCA DE ARRASTO ES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	115	20/09/2006	ESTABELECE ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO SIMPLES, PARELHAS E A PESCA DE CERCO NO LITORAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.
ARRAIAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	118	19/09/2006	PROÍBE A CAPTURA, O TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DE EXEMPLARES VIVOS DE RAIAS DE ÁGUA CONTINENTAL, FAMÍLIA POTAMOTRYGONIDAE EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, PARA FINS DE ORNAMENTAÇÃO.
PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	117	19/09/2006	ESTABELECE O DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2006/2007, E REGULAMENTA A PESCA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	116	19/09/2006	ESTABELECE O DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2006/2007, E REGULAMENTA A PESCA NA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL.
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	15/09/2006	ESTABELECE DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES AO PROGRAMA NACIONAL DE

				RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE – PREPS.
CAMARÃO ROSA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	03/09/2006	AUTORIZA CONCESSÃO DE PERMISSÃO PROVISÓRIA DE PESCA ÀS EMBARCAÇÕES DA FROTA DE ARRASTO DE CAMARÃO-ROSA QUE OPERAM NO LITORAL SUDESTE/SUL, DURANTE O PERÍODO DE DEFESO DA ESPÉCIE ALVO, POSSIBILITANDO A CAPTURA DE CAMARÃO CRISTALINO E FAUNA ACOMPANHANTE NA FAIXA DE PROFUNDIDADE DE 100 A 250 METROS, DEVENDO SER OBSERVADA A ÁREA DE EXCLUSÃO À PROTEÇÃO DO PEIXE-SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS) BEM COMO O PERCENTUAL MÁXIMO DE DESEMBARQUES PARA ESTA ESPÉCIE, BEM COMO PARA MERLUZA (MERLUCIUS HUBSII), ABRÓTEA-DE-PROFUNDIDADE (UROPHICYS CIRRATA), E GALO-DE-PROFUNDIDADE (ZENOPSIS CONCHIFFER).
PESCA DE CERCO E EMALHE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	31/08/2006	CONTROLA O ESFORÇO DE PESCA, PROIBINDO A EMISSÃO DE PERMISSÕES DE PESCA, INCLUINDO PRÉVIAS PARA PARA A MODALIDADE DE CERCO E EMALHE DE FUNDO, EXCETUANDO-SE AQUELAS CUJAS ESPÉCIES ALVO SÃO RECURSOS SUBEXPLOTADOS OU INEXPLOTADOS.
ÓLEO DIESEL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	25/08/2006	ALTERA O PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL ADQUIRIDO PARA O ABASTECIMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NACIONAIS.
EXTRAÇÃO DE MEXILHÕES PERNA PERNA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	106	21/07/2006	ESTABELECER REGRAS DE ORDENAMENTO PESQUEIRO PARA A EXTRAÇÃO DE MEXILHÕES PERNA PERNA (LINNAEUS, 1758) DE ESTOQUES NATURAIS E OS PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MALACOCULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO NO LITORAL SUDESTE E SUL DO BRASIL
EXTRAÇÃO DE MEXILHÕES PERNA PERNA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	105	20/07/2006	ESTABELECER REGRAS DE ORDENAMENTO PESQUEIRO PARA A EXTRAÇÃO DE MEXILHÕES PERNA PERNA (LINNAEUS, 1758) DE ESTOQUES NATURAIS E OS PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE MALACOCULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO NO LITORAL SUDESTE E SUL DO BRASIL
LAGOSTA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	138	12/06/2006	REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE(PANULIRUS LAEVICAUDA), ESTABELECENDO TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, PETRECHO DE PESCA (PROÍBE CAÇOEIRA E MARAMBAIAS E MERGULHO, PERMITINDO COVO/MANZUÁ), ÁREAS DE EXCLUSÃO EM DETERMINADOS CRIADOUROS NATURAIS BEM COMO A MENOS DE 4 MILHAS DA COSTA, TAMANHO DE BARCO, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	92	02/06/2006	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO COM TRAÇÃO MOTORIZADA PARA A CAPTURA DE CAMARÃO ROSA (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS, F. BRASILIENSIS E F. SUBTILIS), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE BA/ES E A FOZ DO ARROIO CHUÍ/RS, ESTABELECENDO O PERÍODO DE DEFESO (01/MAR A 31/MAI) BEM COMO PROIBINDO DURANTE ESTE, A CAPTURA DE ESPÉCIES SOB CONTROLE OU LISTADAS NA IN MMA Nº 5/2004 E N° 52/2005.
PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	91	02/06/2006	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO COM TRAÇÃO MOTORIZADA PARA A CAPTURA DE CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE BA/ES E A FOZ DO ARROIO CHUÍ/RS, ESTABELECENDO O PERIODO DE DEFESO (01/OUT A 31/DEZ) BEM COMO PROIBINDO DURANTE ESTE, A CAPTURA DE ESPÉCIES SOB CONTROLE OU LISTADAS NA IN MMA Nº 5/2004 E N° 52/2005.
PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	99	26/04/2006	ESTABELECER REGRAS PARA A PESCA NO RIO JAUAPERI, LOCALIZADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE NOVO AIRÃO, NO ESTADO DO AMAZONAS,E RORAINÓPOLIS, NO ESTADO DE RORAIMA
PESCA DE ESPÉCIES SOB CONTROLE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	135	12/04/2006	DETERMINA QUE A CAPTURA DE ESPÉCIES SOB CONTROLE NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, SOMENTE PODERÁ SER REALIZADA MEDIANTE A OBTENÇÃO DE PERMISSÃO DE PESCA ESPECÍFICA, DEFININDO AINDA ESPÉCIE SOB-CONTROLE.
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	09/04/2006	INSTITUIR O PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE - PREPS PARA FINS DE MONITORAMENTO, GESTÃO PESQUEIRA E CONTROLE DAS OPERAÇÕES DA FROTA PESQUEIRA PERMISSIONADA PELA SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP/PR – PREPS E NORMAS COMPLEMENTARES ESPECIFICAS POR FROTA
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	09/04/2006	INSTITUIR O PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE - PREPS PARA FINS DE MONITORAMENTO, GESTÃO PESQUEIRA E CONTROLE DAS OPERAÇÕES DA FROTA PESQUEIRA PERMISSIONADA PELA SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP/PR.
PREPS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	09/04/2006	INSTITUIR O PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE - PREPS PARA FINS DE MONITORAMENTO, GESTÃO PESQUEIRA E CONTROLE DAS OPERAÇÕES DA FROTA PESQUEIRA PERMISSIONADA PELA SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEAP/PR.

CAMARÃO-ROSA (FARFANTEPENAEUS BRASILIENSIS E PAULENSIS) E DO CAMARÃO-BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	103	07/04/2006	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CAMARÃO-ROSA (FARFANTEPENAEUS BRASILIENSIS E PAULENSIS) E DO CAMARÃO-BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI), ENTRE 15/JUL E 15/NOV/2006, NA REGIÃO DO COMPLEXO LAGUNAR SUL, COMPREENDENDO AS LAGOAS DO CAMACHO, GAROPABA DO SUL, IMARUÍ, MIRIM, SANTA MARTA, SANTO ANTONIO, OUTRAS LAGOAS MARGINAIS E TRIBUTÁRIOS, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
ALTERA IN QUE TRATA DE ESPÉCIES A CAPTURAR	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	16/03/2006	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAP Nº 11/2006, MODIFICANDO OS ARTIGOS 1º E 2º NO QUE SE TRATA DAS ESPÉCIES A CAPTURAR.
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	21/02/2006	PROIBIR A CAPTURA, A MANUTENÇÃO, EM CATIVEIRO, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO GUAIAMUM (CARDISOMA GUANHUMI) NO ESTADO DA BAHIA.
PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	85	13/02/2006	PROÍBE, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 20 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO, A CAPTURA, COM O USO DE QUAISQUER PETRECHOS COM MALHA, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PEIXES DE PIRACEMA, NO ESTADO DO CEARÁ, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS ACARAÚ, BANABUIÚ, COREAÚ, CURU, JAGUARIBE, POTI (SUB-BACIA DO RIO PARNAÍBA) E SALGADO, ASSIM COMO NAS ÁGUAS CONTINENTAIS DAS BACIAS METROPOLITANAS E DO LITORAL.
PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	85	13/02/2006	PROÍBE, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 20 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO, A CAPTURA, COM O USO DE QUAISQUER PETRECHOS COM MALHA, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PEIXES DE PIRACEMA, NO ESTADO DO CEARÁ, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS ACARAÚ, BANABUIÚ, COREAÚ, CURU, JAGUARIBE, POTI (SUB-BACIA DO RIO PARNAÍBA) E SALGADO, ASSIM COMO NAS ÁGUAS CONTINENTAIS DAS BACIAS METROPOLITANAS E DO LITORAL.
CARANGUEJO GUAIAMUM	INSTRUÇÃO NORMATIVA	90	02/02/2006	REGULAMENTA A EXPLORAÇÃO DO CARANGUEJO GUAIAMUM, GOIAMÚ, CARANGUEJO-AZUL, CARANGUEJO-DO-MATO (CARDISOMA GUANHUMI) NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA, PROIBINDO A CAPTURA DE FÊMEAS BEM COMO A RETIRADA DE PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS OU GARRAS), DEFININDO O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E REPASSANDO AOS SUPERINTENDENTE ESTADUAIS A RESPONSABILIDADE DE ESTABELECER O DEFESO DURANTE OS PERÍODOS DE ANDADA.
CARANGUEJO GUAIAMUM	INSTRUÇÃO NORMATIVA	90	02/02/2006	REGULAMENTA A EXPLORAÇÃO DO CARANGUEJO GUAIAMUM, GOIAMÚ, CARANGUEJO-AZUL, CARANGUEJO-DO-MATO (CARDISOMA GUANHUMI) NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA, PROIBINDO A CAPTURA DE FÊMEAS BEM COMO A RETIRADA DE PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS OU GARRAS), DEFININDO O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E REPASSANDO AOS SUPERINTENDENTE ESTADUAIS A RESPONSABILIDADE DE ESTABELECER O DEFESO DURANTE OS PERÍODOS DE ANDADA.
PERMITIR A EXPLORAÇÃO DE ALGAS MARINHAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	89	02/02/2006	PERMITIR A EXPLORAÇÃO, A EXPLOTAÇÃO, O TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO, INCLUSIVE A REVENDA, DE ALGAS MARINHAS DO LITORAL BRASILEIRO.
DEFESO NOS RIOS DO ESTADO DO AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	87	24/01/2006	PRORROGAR ATÉ 15 DE ABRIL DE 2006, A PERÍODO DE DEFESO NOS RIOS DO ESTADO DO AMAZONAS NOS TERMOS DO ART 1 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N .43/ MMA, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005
DEFESO NOS RIOS DO ESTADO DO AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	87	24/01/2006	PRORROGAR ATÉ 15 DE ABRIL DE 2006, A PERÍODO DE DEFESO NOS RIOS DO ESTADO DO AMAZONAS NOS TERMOS DO ART 1 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N .43/ MMA, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005
PERÍODO PARA A PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	86	17/01/2006	ESTABELECE O PERÍODO DE 19 DE JANEIRO A 28 DE FEVEREIRO DE 2006, PARA A PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
PIRACEMA BACIA RIO PARANÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	16/01/2006	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42/2005, QUE ESTABELECE NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES (PIRACEMA), TEMPORADA 2005/2006, NA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
PERMITIR A CAPTURA DE PEIXES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	84	13/01/2006	PROIBIR NO PERÍODO DE 15 DE JANEIRO A 15 DE MAIO DE 2006, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES CONHECIDAS VULGARMENTE POR CURIMATÃ (PROCHILODUS SPP), PIAU (SCHIZODON SP), SARDINHA (TRIPORTHEUS ANGULATUS) E BRANQUINHA (CURIMATIDAE) NAS COLEÇÕES DAS ÁGUAS CONTINENTAIS (RIOS, RIACHO, LAGOAS, AÇUDES PÚBLICOS E PRIVADOS E REPRESAS) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

REGULAMENTAÇÃO PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	83	05/01/2006	REGULAMENTA A PESCA NO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRAS, NO ESTADO DA BAHIA, ESTABELECENDO: O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE PEIXES: ROBALO RIPA OU BARRIGA MOLE (CENTROPOMUS ENSIFERUS E C. PECTINATUS), ROBALO CAMBURIM-AÇU (CENTROPOMUS PARALELLUS), CARAPEBA (DIAPTERUS RHOMBEUS), CARAPICUM (EUCINOSTOMUS GULA E E. PSEUDOGULA), CARANHA (ARCHOSARGUS RHOMBOIDALIS); CRUSTÁCEOS: ARATU (GONIOPSIS CRUENTATA), CARANGUEJO-UÇA (UCIDES CORDATUS), CARANGUEJO-GUAIAMUM (CARDIZOMA GUANHUMI); MOLUSCOS: SURURU (MYTELLA GUIANENSIS E M. SCHARRUANA), OSTRA (CASSOSTREA RHIZOPHORAE), LAMBRETA (LUCINA PECTINATA); ALÉM DE ESTABELECER ÁREA DE ESCLUSÃO PARA O PETRECHO MANZUÁ/COVO E SUBAQUÁTICA, E AS CONDIÇÕES E MÉTODOS DE CAPTURA DE DIVERSAS ESPÉCIES.
PESCA PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	04/12/2005	REGULAMENTA A CAPTURA DE PARGO (LUTJANUS PURPUREUS), COM COMPRIMENTO A PARTIR DE 33 CM, EXCLUSIVAMENTE POR UM PERÍODO DE 60 DIAS E NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE O NORTE DO ESTADO DO AMAPÁ E A DIVISA DOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE.
PESCA ARTES FIXAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/12/2005	REGULAMENTA OS CRITÉRIOS DE USO DE ARTES DE PESCA FIXAS (CERCADAS, CURRAIS, ESTACADAS E CAIÇARAS) UTILIZADAS NAS LAGUNAS, BAÍAS E ENSEADAS DO ESTADO DE ALAGOAS.
PESCA ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	22/11/2005	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS DO SE/S.
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA SE/S	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	22/11/2005	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS DO LITORAL SUDESTE E SUL DO BRASIL.
PESCA DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	27/10/2005	ESTABELECER NO PERÍODO DE 1º DE NOVEMBRO A 28 DE FEVEREIRO, DE CADA ANO, O DEFESO PARA A REPRODUÇÃO DE PEIXES NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS TOCANTINS E GURUPÍ
PESCA PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	27/10/2005	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2005/2006 PARA AS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DEMAIS COLEÇÕES DE ÁGUA DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	18/10/2005	ALTERA O ART. 4.° DA IN-MMA N.° 21/2005, QUE ESTABELE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA SUBÁQUATICA E AMADORA, NO ESTADO DE EM SANTA CATARINA.
PESCA PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	18/10/2005	ART. 1O ESTABELECER NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES (PIRACEMA), NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA, A SEGUIR INDICADAS:
PESCA PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	18/10/2005	ESTABELECER NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES (PIRACEMA), TEMPORADA 2005/2006, NA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
PESCA PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	13/10/2005	ESTABELECE NORMAS PARA O PERÍODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2005/2006, NA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL.
PESCA TAMBAQUI	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	29/09/2005	ART. 1º FICA PROIBIDO, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 1º DE OUTUBRO A 31 DE MARÇO, A PESCA, O TRANSPORTE, A ARMAZENAGEM, O BENEFICIAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO TAMBAQUI (COLOSSOMA MACROPOMUM) NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	26/09/2005	PROÍBE A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, O TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) VIVO, QUE NÃO TENHAM SIDO PREVIAMENTE DECLARADOS, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA REGULAMENTA USO DE PETRECHOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	13/09/2005	REGULAMENTA O USO DE DETERMINADOS PETRECHOS NA BÁCIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
PERÍODO DE DEFESO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	78	12/09/2005	PRORROGAR ATÉ 31 DE MARÇO DE 2006, O PERÍODO DE DEFESO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS, ESTABELECIDO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 43 DE 19 DE OUTUBRO DE 2005
PESCA ORNAMENTAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	06/09/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DE EXEMPLARES VIVOS DOS PEIXES NATIVOS DE ÁGUAS CONTINENTAIS LISTADOS NO ANEXO I, PARA FINS ORNAMENTAIS E DE AQUARIOFILIA.
PESCA SUBSTITUIÇÃO DE ESPÉCIES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	11/08/2005	ALTERAR OS ANEXOS I E II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 5 DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DE 21 DE MAIO DE 2004, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE MAIO DE 2004, SEÇÃO 1, PÁGINA 136 A 142

PESCA CAMARÃO ROSA E BRANCO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	07/08/2005	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CAMARÃO-ROSA (FARFANTEPENAEUS BRASILIENSIS E F.PAULENSIS) ENTRE 15/JUL E 15/NOV/2005, E DO CAMARÃO-BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI) NA REGIÃO DO COMPLEXO LAGUNAR SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
MAPAS DE BORDO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	19/07/2005	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS ARRENDADAS, DEVIDAMENTE PERMISSIONADAS, QUE OPERAM EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA, EM ALTO MAR OU EM ÁGUAS INCLUÍDAS EM ACORDOS INTERNACIONAIS DOS QUAIS O BRASIL É SIGNATÁRIO.
MAPAS DE BORDO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	19/07/2005	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS ARRENDADAS, DEVIDAMENTE PERMISSIONADAS, QUE OPERAM EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA, EM ALTO MAR OU EM ÁGUAS INCLUÍDAS EM ACORDOS INTERNACIONAIS DOS QUAIS O BRASIL É SIGNATÁRIO
MAPA DE BORDO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	19/07/2005	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA PREENCHIMENTO E ENTREGA DE MAPAS DE BORDO DAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS ARRENDADAS, DEVIDAMENTE PERMISSIONADAS, QUE OPERAM EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA, EM ALTO MAR OU EM ÁGUAS INCLUÍDAS EM ACORDOS INTERNACIONAIS DOS QUAIS O BRASIL É SIGNATÁRIO
PESCA AGULHÃO BRANCO, NEGRO, VERDE E VELA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	14/07/2005	ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA CAPTURA E COMERCIALIZAÇÃO DOS AGULHÕES BRANCOS (TETRAPTURUS ALBIDUS), AGULHÕES NEGROS (MAKAIRA NIGRICANS), AGULHÕES VERDES (TETRAPTURUS PFLUEGERI) E AGULHÕES VELA (ISTIOPHORUS ALBICANS), NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS E ALTO-MAR.
PESCA ESPADARTE E ALBACORA BRANCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	14/07/2005	ESTABELECE O LIMITE MÁXIMO DE CAPTURA DO ESPADARTE (XIPHIAS GLADIUS) E DA ALBACORA BRANCA (THUNNUS ALALUNGA) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS E ALTO-MAR, NA ESTAÇÃO DE PESCA DO EXERCÍCIO DE 2005.
RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	29/06/2005	ESTABELECE OS PREÇOS PÚBLICOS DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	24/06/2005	REGULAMENTA A PESCA NA BOCA DA BARRA DO RIO ITAPOCU, ÁREA ESTUARINA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ARAQUARI E BARRA VELHA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ORDENANDO A PESCA DE ROBALO COM EMALHE (PERÍODOS, CARACTERÍSITCA, MALHA, LOCAIS), ESTABELECENDO ÁREAS DE EXCLUSÃO TOTAL BEM COMO PARA REDES DE EMALHAR FIXAS OU DERIVANTES, NO PERÍODO DE SAFRA DA TAINHA ALÉM DE ORDENAR O USO DA TARRAFAS.
ARRASTO COSTEIRO (FUNDO)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	20/06/2005	PRORROGA A IN N° 06/2005 QUE REGULAMENTOU A CAPTURA DE PARGO (LUTJANUS PURPUREUS), A PARTIR DE 33 CM, POR 60 DIAS.
BONITO LISTRADO - CERCO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	16/06/2005	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA OU IRICO (ANCHOA MARINII, A. TRICOLOR E A. LYOLEPSIS),NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO, NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DE SUPERAGUI NO ESTADO DO PARANÁ, AOS PESCADORES ARTESANAIS CADASTRADOS, ESTABELECENDO O ESFORÇO MÁXIMO EM TERMOS DE Nº DE LICENÇAS (70) E Nº DE REDES (35), O MÉTODO DE TRANSPORTE SOMENTE EM CANOAS A REMO, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
CAMARÕES ES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	14/06/2005	REGULAMENTA O USO DE ARTES DE PESCA FIXAS (CERCADAS, CURRAIS, ESTACADAS, MARCAS DE BARRAGEM, TRIBOBÓS E GANCHOS) UTILIZADAS NAS LAGUNAS, BAÍAS E ENSEADAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
CARANGUEJO DE PROFUNDIDADE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	10/06/2005	PROÍBE A CAPTURA E A COMERCIALIZAÇÃO DO CHERNE-POVEIRO (POLYPRION AMERICANUS), POR UM PERÍODO DE 10 ANOS NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
IMPORTAÇÃO ORGANISMOS AQUÁTICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	05/06/2005	INSTITUIR GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO - GTT – ISCA VIVA, COM A FINALIDADE DE DISCUTIR, ELABORAR E PROPOR MEDIDAS DE ORDENAMENTO PARA A PESCA DE ISCA VIVA, UTILIZADA NA CAPTURA DE ATUNS E AFINS NO LITORAL SUDESTE/SUL, BEM COMO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS VISANDO O USO DE ISCAS ALTERNATIVAS.
ARRASTO OCEÂNICO (FUNDO)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	25/05/2005	PRORROGA O PRAZO ESTABELECIDO NO § 2º DO ART. 2º DA IN SEAP/PR Nº 02/2005, QUE DEFINIU CRITÉRIOS PARA O PERMISSIONAMENTO DAS PESCA DE PIRAMUTABA.
CARANGUEJO DE PROFUNDIDADE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	04/05/2005	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-REAL (CHACEON RAMOSAE) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DA REGIÃO COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS DE 19º00'S E 30º00'S.
PESCA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	29/04/2005	REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA), ESTABELECENDO TAMANHO MÍNIMO DE CPATURA, ÁREAS DE EXCLUSÃO , OS PETRECHOS PERMITIDOS (COVO OU MANZUÁ E CANGALHA), COM CRITÉRIOS E PROIBIÇÕES ESPECÍFICOS PARA

				REDES DE ESPERA DO TIPO CAÇOEIRA NOS ESTADOS DO AMAPÁ, PARÁ E MARANHÃO, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	28/04/2005	ESTABELECE DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DOS PARQUES E ÁREAS AQUÍCOLAS EM RAZÃO DO ART. 19 DO DECRETO N° 4.895, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003;
PESCA POLVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	26/04/2005	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO POLVO (OCTOPUS SPP.), NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRA, DEFININDO Nº MÁXIMO E NACIONALIDADE DAS EMBARCAÇÕES, MÉTODO DE PESCA (ARMADILHAS/VASOS OU POTES ABERTOS DISPOSTOS EM FORMA DE "ESPINHEL"), Nº MÁXIMO DE VASOS OU POTES, PROFUNDIDADE DE ATUAÇÃO, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
POLVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	26/04/2005	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO POLVO (OCTOPUS SPP.), NAS ÁGUAS MARINHAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA
POLVO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	26/04/2005	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO POLVO (OCTOPUS SPP.), NAS ÁGUAS MARINHAS SOB JURISDIÇÃO BRASILEIRA.
PESCA AMADORA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	07/04/2005	REGULAMENTA A ATIVIDADE DE PESCA AMADORA NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ESTABELECENDO ÁREAS DE EXCLUSÃO E DETERMINANDO O USO OBRIGATÓRIO DE BÓIA SINALIZADORA BEM COMO O ENVIO DOS DADOS DE CAPTURA E ESFORÇO DE PESCA.
PESCA PEIXE SAPO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	07/04/2005	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DA PESCA DO PEIXE-SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS), NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL ENTRE O PARALELO DE 21º00'S E LIMITE SUL DA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA.
PESCA PIRARUCU	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	07/04/2005	ART. 1O PROIBIR, ANUALMENTE, NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS ARAGUAIA-TOCANTINS, A CAPTURA, O TRANSPORTE, A COMERCIALIZAÇÃO E A ARMAZENAGEM DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS), NO PERÍODO DE 1º DE OUTUBRO A 31 DE MARÇO.
PESCA CARANGUEJO REAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	05/04/2005	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-REAL (CHACEON RAMOSAE) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
PESCA CARANGUEJO VERMELHO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	05/04/2005	ESTABELECER CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-VERMELHO (CHACEONNOTIALIS) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
PESCA IMPACTO AMBIENTAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	28/03/2005	SUSPENDE A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA, E DEMAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, PELO PERÍODO DE 60 DIAS VISANDO A PRESERVAÇÃO DE TODA A ICTIOFAUNA CONTINENTAL DEVIDO A SITUAÇÃO EMERGENCIAL DE SECA NA REGIÃO SUL.
CAPTURA PARA FINS CIENTÍFICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	24/03/2005	ESTABELECE PERMISSÃO DE CAPTURA DE RECURSOS PESQUEIROS COM FINS CIENTÍFICOS DURANTE OS PERÍODOS DE DEFESO.
PESCA CIENTÍFICA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	24/03/2005	REGULAMENTA A CAPTURA DE RECURSOS PESQUEIROS COM FINALIDADE CIENTÍFICA DURANTE OS PERÍODOS DE DEFESOS.
PESCA PEIXE SAPO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	11/03/2005	PRORROGA O PRAZO DEFINIDO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 5° DA IN MMA/SEAP N° 23/2005, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DA PESCA DO PEIXE-SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS).
PESCA PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	28/02/2005	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A RENOVAÇÃO OU CONCESSÃO DA PERMISSÃO DE PESCA E A EFETIVAÇÃO DO REGISTRO DE EMBARCAÇÃO PESQUEIRA QUE OPERA NA CAPTURA DO PARGO (LUTJANUS PURPUREUS), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE O LIMITE NORTE DO AMAPÁ ATÉ A DIVISA DOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE (FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO).
PESCA CONTINENTAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	21/02/2005	ART. 1O ESTABELECER NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA EM ÁGUAS CONTINENTAIS DA BACIA HIDROGRÁFICA DA REGIÃO NORDESTE
PESCA MANJUBA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	17/02/2005	ALTERA A IN IBAMA N° 33/2004, QUE REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA NO LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO, SUSPENDENDO A INCIDÊNCIA DO ART. 3° (ÁREA DE EXCLUSÃO), POR UM PERÍODO DE VINTE DIAS A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA.
PESCA PIRARUCU	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	07/01/2005	ART. 1º PROIBIR ANUALMENTE A PESCA, O TRANSPORTE, A ARMAZENAGEM E A COMERCIALIZAÇÃO DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS) NO ESTADO DO AMAZONAS, DURANTE O PERÍODO DE 1º DE JUNHO DE A 30 DE NOVEMBRO.

PESCA PIRAMUTABA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	03/01/2005	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE PESCA E EFETIVAÇÃO DE REGISTRO PARA EMBARCAÇÃO PESQUEIRA QUE OPERA, PELO MÉTODO DE ARRASTO, NA CAPTURA DE PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTI).
PESCA IMPACTO AMBIENTAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	16/12/2004	INTERDITA, TEMPORARIAMENTE (60 DIAS), A PESCA NO MAR TERRITORIAL DO ESTADO DO PARANÁ, ATÉ 5 MILHAS NÁUTICAS A PARTIR DE 16/NOV/2004.
DISPOSITIVO DE ESCAPE PARA TARTARUGAS (TED)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	13/12/2004	ALTERAR AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO DISPOSITIVO DE ESCAPE PARA TARTARUGAS (TED), DEFININDO SEU USO COMO OBRIGATÓRIO POR BARCOS MAIORES QUE 11 M, DEMANDANDO SUA INCORPORAÇÃO ÀS REDES DE ARRASTO UTILIZADAS PELAS EMBARCAÇÕES PERMISSIONADAS PARA A PESCA DE CAMARÕES, NO LITORAL BRASILEIRO, INDEPENDENTEMENTE DA ESPÉCIE A CAPTURAR.
PESCA ESPADARTE, ALBACORA BRANCA, AGULHÃO BRANCO E NEGRO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	04/12/2004	ESTABELECE A COTA MÁXIMA DE CAPTURA DAS PESCA DE ESPÉCIES CONSIDERADAS ALTAMENTE MIGRATÓRIAS, SENDO: ESPADARTE DO ATLÂNTICO SUL (XIPHIAS GLADIUS) EM 4.193 T.; ESPADARTE DO ATLÂNTICO NORTE (ACIMA DO PARALELO 5°N) (XIPHIAS GLADIUS) EM 50 T.; ALBACORA BRANCA DO ATLÂNTICO NORTE (THUNNUS ALALUNGA)COM COTA MÁXIMA DE 200 T.; AGULHÃO BRANCO (TETRAPTURUS ALBIDUS) EM 52 T.; E AGULHÃO NEGRO (MAKAIRA NIGRICANS) EM 253 T., DEFINDINDO QUE DEVEM SER DEVOLVIDOS AO MAR TODOS OS AGULHÕES BRANCOS E NEGROS, AINDA VIVOS.
PESCA ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	26/11/2004	PRORROGA OS EFEITOS DA PORTARIA IBAMA N° 73/2003 POR 12 MESES, QUE DEINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS DO LITORAL SUDESTE/SUL, ALÉM DE INCLUIR A ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX) NA LISTAGEM.
PESCA ORNAMENTAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	23/11/2004	REGULAMENTA, NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, EXCETO NOS BANCOS E ILHAS OCEÂNICAS, A CAPTURA, TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DE EXEMPLARES VIVOS DOS PEIXES ORNAMENTAIS MARINHOS, NATIVOS DAS ESPÉCIES RELACIONADAS NO ANEXO I PARA USO ORNAMENTAL, DEFININDO OS PETRECHOS E MÉTODOS DE CAPTURA ALÉM DO PROCEDIMENTO PARA EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL.
PESCA IMPACTO AMBIENTAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	16/11/2004	INTERDITOU A PESCA NAS BAÍAS DE PARANAGUÁ, ANTONINA E GUARAQUEÇABA, NO ESTADO DO PARANÁ, POR UM PERÍODO DE 60 DIAS, A CONTAR DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2004.
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	11/11/2004	ESTABELECER NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A DESEMBOCADURA DO RIO JARI ATÉ A FOZ DO RIO AMAZONAS NO ESTADO DO AMAPÁ, O PERÍODO DE PROTEÇÃO A REPRODUÇÃO ANIMAL DOS PEIXES (PIRACEMA), PROIBINDO NO PERÍODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 2004 A 15 DE MARÇO DE 2005 A PESCA, O TRANSPORTE, A COMERCIALIZAÇÃO E A ARMAZENAGEM DAS ESPÉCIES RELACIONADAS NO ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
PESCA AGULHÃO BRANCO E NEGRO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	11/11/2004	PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DO AGULHÃO BRANCO (TETRAPTURUS ALBIDUS) E DO AGULHÃO NEGRO (MAKAIRA NIGRICANS) CAPTURADOS EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS E ALTO MAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2005.
PESCA PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	03/11/2004	LIMITA A FROTA PESQUEIRA QUE OPERA NA CAPTURA DE PARGO (LUTJANUS PURPUREUS), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE O LIMITE NORTE DO AMAPÁ ATÉ A DIVISA DOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE (FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO).
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	17/10/2004	REGULAMENTA A PESCA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CONDICIONANDO A PESCA A OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL EMITIDA PELO IBAMA, BEM COMO DEFININDO VARIAS ÁREAS E LOCAIS DE EXCLUSÃO (DESEMBOCADURAS, LAGOS E RIOS), AS CARACTERÍSITCAS DOS PETRECHOS PERMITIDOS E PROIBIDOS (CITANDO: REDES DE ARRASTO, ESPINHEL, REDES DE ESPERA, BATUQUE OU BATELA, REDES DO TIPO AVIÃOZINHO, UTILIZAÇÃO DO ENGODO), O DEFESO DO BAGRE (GENIDENS BARBUS, G. GENIDES E NETUMA PLANIFRONS), O PERÍODO DE ENCERRAMENTO DA PESCA DO CAMARÃO ROSA (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS), NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ENTRE OUTRAS QUESTÕES ESPECÍFICAS.
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	14/10/2004	REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO, SENDO: ROSA (FARFANTEPENAEUS SUBTILIS E F. BRASILIENSIS), SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI), COM QUAISQUER ARTES DE PESCA NA REGIÃO NORDESTE, ESTABELECENDO DEFESOS ENTRE PE/AL E BA/ES, DISTITNOS PARA LOCALIDADE, CRITÉRIOS DOS PETRECHOS (REDES DE ARRASTO E ARMADILHAS) , ÁREAS DE EXCLUSÃO PARA O ARRASTO MOTORIZADO (ESTUÁRIOS, 1 MN EM ALAGOAS, 2 MN EM SERGIPE, 3 MN NA N-BAHIA, E REDUZIDO C-S/BAHIA).
PESCA TAMBAQUI	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	14/10/2004	ART. 1º PROIBIR A PESCA, O TRANSPORTE, A COMERCIALIZAÇÃO E A ARMAZENAGEM DO TAMBAQUI (COLOSSOMA MACROPOMUM) NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS, NO PERÍODO DE 1º DE OUTUBRO DE 2004 A 30 DE MARÇO DE 2005.

PESCA REGULAMENTA USO DE RIOS E CURSOS DE ÁGUA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	28/09/2004	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ COMPREENDIDO ENTRE O VERTEDOURO DA UHE ENG° SOUZA DIAS (JUPIÁ) E A BARRAGEM DA UHE ENG° SÉRGIO MOTTA (PORTO PRIMAVERA).
PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/09/2004	ESTABELECER ZONEAMENTO PARA PESCA NO RIO UNINI, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BARCELOS, NO ESTADO DO AMAZONAS, CONFORME AS ESPECÍFICAÇÕES DESTA INSTRUÇÃO
PESCA LAMBARI RABO VERMELHO E LAMBARI RABO AMARELO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	21/09/2004	ART. 1° ESTABELECER MEDIDAS DE PROTEÇÃO, BEM COMO NORMAS PARA A PESCA DO LAMBARI, DAS ESPÉCIES ASTYANAX BIMACULATUS (TAMBIÚ/LAMBARI, DE RABO AMARELO) E ASTYANAX FASCIATUS (LAMBARI DE RABO VERMELHO), EM RESERVATÓRIOS PÚBLICOS DO TERRITÓRIO NACIONAL.
PESCA LAMBARI RABO VERMELHO E LAMBARI RABO AMARELO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	21/09/2004	REGULAMENTA A PESCA DO LAMBARI DE RABO AMARELO/ TAMBIÚ (ASTYANAX BIMACULATUSI) E DO LAMBARI DE RABO VERMELHO (ASTYANAX FASCIATUS), ESTABELECENDO PERÍODO DE DEFESO (1º/NOV A 28/FEV), ÁREAS DE EXCLUSÃO E PETRECHOS EM RESERVATÓRIOS PÚBLICOS DO TERRITÓRIO NACIONAL.
PESCA ARRASTÃO DE PRAIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	14/09/2004	REGULAMENTA O ARRASTO DE PRAIA (LANÇO OU ARRASTÃO DE PRAIA), SEM TRAÇÃO MECÂNICA OU ANIMAL, NAS ÁGUAS COSTEIRAS DO LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO, DELIMITADAS PELOS MUNICÍPIOS DE IGUAPE, CANANÉIA E ILHA COMPRIDA.
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	14/09/2004	REGULAMENTA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (FARFANTEPENAEUS SUBTILIS E F. BRASILIENSIS), BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), DO NORTE DO BRASIL ATÉ A DIVISA DOS ESTADOS DO PIAUÍ E CEARÁ, ESTABELECENDO DEFESO ENTRE 15/OUT E 15/FEV.
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	14/09/2004	REGULAMENTA O PERCENTUAL DE TOLERÂNCIA DE CAPTURA INCIDENTAL DE SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) DURANTE OS PERÍODOS DE DEFESO.
PESCA ACORDO DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	02/09/2004	CONDICIONA A PESCA NAS LAGOAS MIRIM, MANGUEIRA NO RS, SEUS TRIBUTÁRIOS, INCLUINDO LAGOAS MARGINAIS, BANHADOS E AFLUENTES, A CRITÉRIOS TÉCNICOS E PADRÕES DE USO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA TAINHA, CORVINA E CAMARÃO ROSA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	02/09/2004	PERÍODOS DE DEFESO PARA TAINHA, CORVINA, BAGRE E CAMARÃO-ROSA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA BONITO LISTRADO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	20/08/2004	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE PERMISSÃO DE PESCA PARA CAPTURA DO BONITO LISTRADO (KATSUWONUS PELAMIS), COM A UTILIZAÇÃO DE REDE DE CERCO, NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO PAÍS, SENDO QUE O ESFORÇO MÁXIMO A SER AVLIADO DEMANDARÁ 04 EMBARCAÇÕES ORIUNDAS DA FROTA DE CERCO DE SARDINHA E 02 DA FROTA DE VARA E ISCA-VIVA OU LINHA, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 300 T. AB.
PESCA CONTINENTAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	26/07/2004	REGULAMENTA A PESCA EM ÁGUAS CONTINETAIS.
PESCA ARRASTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	23/07/2004	ART. 1º - PROIBIR, NO EXERCÍCIO DA PESCA EM ÁGUAS CONTINENTAIS, O USO DOS SEGUINTES APARELHOS E MÉTODOS: I- REDES DE ARRASTO E DE LANCE, DE QUALQUER NATUREZA...
PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	19/07/2004	PROIBIR, NO PERÍODO DE 03/11/2004 A 28/02/2005, A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI, NOS ESTADOS DO MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL, A FIM DE PERMITIR REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES
PESCA MANJUBA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	16/07/2004	ART.1º PERMITIR O EXERCÍCIO DA PESCA DA MANJUBA, COM O PETRECHO DENOMINADO "MANJUBEIRA": NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE ATÉ OS LOCAIS CONHECIDOS COMO PRAIA DO LAGARTO E PRAÍNHA, NO COSTÃO DO ICAPARA ATÉ A PEDRA DO JEJAVA; E NA MARGEM DA ILHA COMPRIDA ATÉ O HOTEL MARÉ ALTA.
PESCA PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	15/07/2004	ESTABELECE OS MÉTODOS E PETRECHOS DE PESCA PERMITIDOS PARA A CAPTURA DO PARGO (LUTJANUS PURPUREUS), O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E O PERÍODO DE DEFESO PARA A O LIMITE NORTE DO AMAPÁ ATÉ A DIVISA DOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE (FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO).
PESCA PIRAMUTABA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	06/07/2004	“ART. 1O PROIBIR, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 15 DE SETEMBRO A 30 DE NOVEMBRO, O EXERCÍCIO DA PESCA DE ARRASTO DE PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTI) EM TODA A ÁREA DE OCORRÊNCIA DA ESPÉCIE, NA FOZ DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ.”
PESCA PIRAMUTABA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	06/07/2004	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DE ARRASTO DE PIRAMUTABA (BRACHYPLATISTOMA VAILLANTI), LIMITA A FROTA PESQUEIRA QUE OPERA NA CAPTURA DE PIRAMUTABA E OUTROS BAGRES (ORDEM SILURIFORME) NA FOZ DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PESCA REDE ZANGARIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	02/07/2004	REGULAMENTA O USO DE REDES DO TIPO ZANGARIA NO LITORAL DO ESTADO DO MARANHÃO, INCLUINDO AS BAÍAS E REENTRÂNCIAS, CARACTERIZANDO-O, DEFININDO LOCAIS E PERIDOS DE USO.
PESCA ALBACORA BANDOLIM	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	29/06/2004	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ, ESTABELECENDO OS PETRECHOS, MÉTODOS, LOCAIS, ÁREAS, PERÍODOS, TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, ENTRE OUTRAS QUESTÕES.
PESCA REGULAMENTA MÉTODOS E MODALIDADES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	29/06/2004	ESTABELECER NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
PESCA AGULHÃO BRANCO E NEGRO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	28/06/2004	PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DO AGULHÃO BRANCO (TETRAPTURUS ALBIDUS) E DO AGULHÃO NEGRO (MAKAIRA NIGRICANS) CAPTURADOS EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS E ALTO MAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2004.
PESCA PIRARUCU	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	18/06/2004	ART. 1° ESTABELECER NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS) NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS
PESCA PIRARUCU	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	18/06/2004	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS), NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS, ESTABELECENDO TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E PERÍODO DE DEFESO NOS ESTADOS DO AMAZONAS, PARÁ, ACRE, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	18/06/2004	PROIBIR O EXERCÍCIO DA PESCA, O TRANSPORTE, A COMERCIALIZAÇÃO E A ARMAZENAGEM DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS), NO ESTADO DO AMAZONAS, DURANTE O PERÍODO DE 01/06/2004 A 30/11/2004.
PESCA MANJUBA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	16/06/2004	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA, COM O PETRECHO DENOMINADO "MANJUBEIRA", NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E NA MARGEM DA ILHA COMPRIDA; E COM O "CORRICO" NO MAR PEQUENO E NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE, DEFINE ÁREAS DE EXCLUSÃO E DEFESO, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	12/06/2004	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO DE 1 MILHA PARA QUALQUER ARRASTO; 1,5 MILHAS PARA ARRASTO > 10 TAB; 5 MILHAS PARA PARELHAS E CERCO, NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	10/06/2004	REGULAMENTA A PESCA NA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL, ESTABELECENDO O PERÍODO DE DEFESO DA PIRACEMA NA TEMPORADA 2004/2005, ENTRE OUTRAS QUESTÕES.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	31/05/2004	ESTABELECE AS NORMAS COMPLEMENTARES PARA A AUTORIZAÇÃO DE USO DOS ESPAÇOS FÍSICOS EM CORPOS D'ÁGUA DE DOMÍNIO DA UNIÃO PARA FINS DE AQUICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;
PESCA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	28/05/2004	REGULAMENTA A PESCA DE LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUS E PANULIRUS LAEVICAUDA, REPSECTIVAMENTE), ESTABELECENDO TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, PROIBINDO DESEMBARQUE DE INDIVÍDUOS SEM CAUDA, DEFININDO ÁREAS DE EXCLUSÃO DE 01 ATÉ 03 MILHAS DA COSTA EM DETERMINADAS REGIÕES DOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE, E OS PETRECHOS PERMITIDOS (COVO OU MANZUÁS E CANGALHA), SENDO QUE O EMPREGO DE REDES DE ESPERA SOMENTE SERIA PERMITIDO ATÉ 31/DEZ/2004.
RGP	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	12/05/2004	DISPÕE SOBRE OPERACIONALIZAÇÃO DO REGISTRO GERAL DA PESCA E LISTA A DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO.
PESCA PIRACEMA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	11/05/2004	REGULAMENTA A PESCA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA ESTABELECENDO O DEFESO DE PIRACEMA NA TEMPORADA 2004/2005, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
ICCAT	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	07/05/2004	INSTITUIR OS FORMULÁRIOS E CERTIFICADOS DE CONTROLE ESTATÍSTICO PARA ACOMPANHAR AS EXPORTAÇÕES E REEXPORTAÇÕES DAS ESPÉCIES ALBACORA BANDOLIM (THUNNUS OBESUS) E ESPADARTE (XIPHIAS GLADIUS), CAPTURADAS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS ARRENDADAS, NAS ÁGUAS INTERNACIONAIS SOB JURISDIÇÃO DA COMISSÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO ATUM ATLÂNTICO - ICCAT
PESCA ALBACORA BANDOLIM, ESPADARTE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	07/05/2004	INSTITUI OS FORMULÁRIOS E CERTIFICADOS DE CONTROLE ESTATÍSTICO DAS EXPORTAÇÕES E REEXPORTAÇÕES DE ALBACORA BANDOLIM (THUNNUS OBESUS) E ESPADARTE (XIPHIAS GLADIUS) CAPTURADAS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS ARRENDADAS, EM ÁGUAS BRASILEIRAS E NAS ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO DA COMISSÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO ATUM ATLÂNTICO - ICCAT.
PESCA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	30/04/2004	REGULAMENTA A PESCA DE LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUS E PANULIRUS LAEVICAUDA, REPSECTIVAMENTE), ESTABELECENDO TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, PROIBINDO DESEMBARQUE DE INDIVÍDUOS SEM CAUDA, DEFININDO ÁREAS DE EXCLUSÃO DE 01 ATÉ 03 MILHAS DA COSTA EM DETERMINADAS REGIÕES DOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE, E OS PETRECHOS PERMITIDOS (COVO OU MANZUÁS E CANGALHA),

				SENDO QUE O EMPREGO DE REDES DE ESPERA SOMENTE SERIA PERMITIDO ATÉ 31/DEZ/2004.
PESCA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	30/04/2004	PROIBIR À CAPTURA, O DESEMBARQUE, A CONSERVAÇÃO, O BENEFICIAMENTO, O TRANSPORTE, A INDUSTRIALIZAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E A EXPORTAÇÃO SOB QUALQUER FORMA, E EM QUALQUER LOCAL DE LAGOSTAS DAS ESPÉCIES PANULIRUS ARGUS (LAGOSTA VERMELHA) E PANULIRUS LAEVICAUDA (LAGOSTA CABO VERDE), DE COMPRIMENTO INFERIOR A 13 CM (TREZE CENTÍMETROS) DE CAUDA E 7,5 CM (SETE E MEIO CENTÍMETROS) DE CEFALOTÓRAX.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	28/04/2004	PROIBIR, NA ÁREA ESTABELECIDA NO ART. 1º, A CAPTURA, O DESEMBARQUE, O TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DE PARGO (LUTJANUS PURPUREUS) CUJO COMPRIMENTO TOTAL SEJA INFERIOR A 41 CM (QUARENTA E UM CENTÍMETROS).
PESCA CAMARÃO ROSA E BRANCO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	30/03/2004	ALTERA A ALÍNEA "A" DO INCISO I DO ART. 2° DA P IBAMA N° 84/2002, QUE ESTABELECE O TAMANHO DE MALHA DA REDE GERIVAL, UTILIZADA NA PESCA DO CAMARÃO-ROSA (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS E F. BRASILIENSIS) E CAMARÃO-BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI) NO INTERIOR DA BAIA DA BABITONGA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	30/03/2004	REGULAMENTA A PESCA NA REGIÃO NORDESTE, ESTABELECENDO PERÍODO DE DEFESO PARA OS CAMARÕES ROSA (FARFANTEPENAEUS SUBTILIS E F. BRASILIENSIS), SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI), COM QUALQUER ARTE DE PESCA, DEMANDANDO A RETIRADA DOS TANGONES, SENDO: (I) ENTRE 1º//ABR A 15/MAI E 1º/DEZ A 15/JAN ENTRE PE/AL ATÉ A PRAIA DO FORTE/BA; (II) ENTRE 15/SET A 30/NOV ENTRE A PRAIA DO FORTE/BA E BA/ES; DEFINE TAMANHO DE MALHA, E A UTILIZAÇÃO DE "SOBRE-SACO" NAS REDES DE ARRASTO EM TODA REGIUIÃO NORDESTE ALÉM DEFINIR ÁREAS DE EXCLUSÃO AO ARRASTO NOS ESTADOS DE ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA.
PESCA PROIBIDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	30/03/2004	PROIBIR A PESCA COM USO DE MALHADEIRAS E TARRAFAS, ANUALMENTE NO PERÍODO DE 1 DE NOVEMBRO A 28 DE FEVEREIRO
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	27/02/2004	PROIBIR NO PERÍODO DE 01/02/204 A 30/04/2004, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES CONHECIDAS VULGARMENTE POR CURITMATÃ, PIAU, SARDINHA E BRANQUINHO, NAS COLEÇÕES DE ÁGUAS CONTINENTAIS DO ESTADO DO RIO FRANDE DO NORTE
DEFESO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	27/02/2004	PROIBIR A PESCA, NO PERÍODO DE 10/02/2004 A 16/04/2004, NOS AÇUDES PÚBLICOS RÔMULO CAMPOS (JUCURICI), MUNICÍPIO DE ITIÚBA; COCOROBÓ, MUNICÍPIO DE CANUDOS; PINHÕES, MUNICÍPIO DE JUAZEIRO; LUIZ VIEIRA, MUNICÍPIO DE RIO DE CONTAS; TREMENDAL, MUNICÍPIO DE TREMENDAL; E ADUSTINA, NO ESTADO DA BAHIA
PESCA PARGO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	13/02/2004	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO INTERNACIONAL DE INDIVÍDUOS DE PARGO (LUTJANUS PURPUREUS) COM COMPRIMENTO INFERIOR A 41 CM PARA AS CAPTURAS EFETUADAS CONFORME PORTARIA IBAMA Nº 172/2002.
PESCA BONITO LISTRADO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	18/12/2003	PERMITE A PESCA DE CERCO PARA CAPTURA DO ATUM BONITO LISTRADO (KATSUWONUS PELAMIS), NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL, POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS DE ATÉ 300 AB.
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	20/11/2003	REGULAMENTA A PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) NO SE/S DO BRASIL, ESTABELECENDO DEFESO NOS PERÍODOS DE PICOS DE REPRODUÇÃO E DE RECRUTAMENTO, SENDO: (I) DE 01/DEZ/2003 A 1/MAR/2004; (II) 2/JUL A 02/SET/2004; (III) 1/NOV/2004 A 1/MAR/2005; (IV) 21/JUL A 20/SET/2005; (V) 1/NOV/2005 A 01/MAR/2006; E (VI) 11/JUL A 10/SET/2006.
PESCA PIRAMUTABA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	23/10/2003	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO DE PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTI) NA ÁREA DE OCORRÊNCIA DA ESPÉCIE, NA FOZ DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ, DEFININDO O PERÍODO DE DEFESO ENTRE 1/OUT E 15/DEZ/2003.
PESCA ACORDO INTERNACIONAL DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	08/10/2003	REGULAMENTA EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS DE PESCA, E O PROCEDIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO PARA ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRAS.
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	17/09/2003	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO MOTORIZADO PARA A CAPTURA DE CAMARÕES ROSA (FARFANTEPENAEUS SUBTILIS E F. BRASILIENSIS), BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE A FRONTEIRA DA GUIANA FRANCESA COM O BRASIL E A DIVISA DOS ESTADOS DO PIAUÍ E CEARÁ, DEFININDO O PERÍODO DE DEFESO ENTRE 15/OUT/2003 E 15/FEV/2004.

PESCA PIRAMUTABA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	09/09/2003	1° FICA PROIBIDO, NO PERÍODO DE 1O DE OUTUBRO A 15 DE DEZEMBRO DE 2003, O EXERCÍCIO DA PESCA DE ARRASTO DE PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTI) EM TODA A ÁREA DE OCORRÊNCIA DA ESPÉCIE, NA FOZ DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ.
PESCA ACORDO INTERNACIONAL DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	25/06/2003	PRORROGA POR MAIS 30 DIAS O PRAZO PREVISTO NO ART. 1º DA IN SEAP N° 1/2003 QUE DISPÕE SOBRE REFORÇO EXTERNO PARA ATENDER A INICIATIVA BRASILEIRA DE PESCA COMERCIAL, NA PLATAFORMA CONTINENTAL, ZEE E NO ALTO-MAR, ATRAVÉS DE ARRENDAMENTO, ESTRUTURAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ACORDOS INTERNACIONAIS DE PESCA.
PESCA ESPADARTE, ALBACORA BRANCA, AGULHÃO BRANCO E NEGRO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	12/05/2003	REGULAMENTA A PESCA DE ESPÉCIES ALTAMENTE MIGRATÓRIAS NA SAFRA DE 2003 EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS E ALTO-MAR, CONFORME ICCAT, DEFININDO AS COTAS MÁXIMAS DE CAPTURA, EM PESO INTEIRO, DO ESPADARTE (XIPHIAS GLADIUS) NO ATLÂNTICO SUL EM 4.086 T., E EM 50 T. NO ATLÂNTICO NORTE; DA ALBACORA BRANCA (THUNNUS ALALUNGA) NO ATLÂNTICO NORTE EM 200 T.; DO AGULHÃO BRANCO (TETRAPTUROS ALBIDUS) EM 52 T.; DO AGULHÃO NEGRO (MAKAIRA NIGRICANS) EM 253 T.; ENTRETANTO PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO INTERNO E A EXPORTAÇÃO DOS AGULHÕES BRANCO E NEGRO ATÉ 31/DEZ/2003; ALÉM DE NÃO AUTORIZAR O ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS QUE SE ENCONTREM NAS LISTAS DE BARCOS QUE PRATICAM A PESCA ILEGAL BEM COMO O REINGRESSO DE ARRENDADOS QUE TENHAM TEMPORARIAMENTE SUSPENDIDO AS OPERAÇÕES NO BRASIL.
PESCA ACORDO INTERNACIONAL DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	65	11/12/2002	DISPÕE SOBRE REFORÇO EXTERNO PARA ATENDER A INICIATIVA BRASILEIRA DE PESCA COMERCIAL, NA PLATAFORMA CONTINENTAL, ZEE E NO ALTO-MAR, ATRAVÉS DE ARRENDAMENTO, ESTRUTURAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ACORDOS INTERNACIONAIS DE PESCA.
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	30/10/2002	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO A PESCA DE SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) NO SE/S DO BRASIL ENTRE 1º/DEZ/2002 E 28/FEV/2003.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	20/09/2002	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO ÀS EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS ARRENDADAS NA MODALIDADE DE REDE DE ESPERA DE FUNDO PARA A PESCA DE PEIXES DEMERSAIS QUE TEM COMO ESPÉCIE ALVO O PEIXE-SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS), E DETERMINA A QUANTIDADE MÁXIMA DE CAPTURA INCIDENTAL DA ESPÉCIE PELAS EMBARCAÇÕES, NACIONAIS E ARRENDADAS, DE ARRASTO QUE OPERAM EM QUALQUER SISTEMA, LICENCIADAS PARA A ATIVIDADE NA REGIÃO SUDESTE E SUL, ENTRE 1º/OUT A 31/DEZ/2002.
PESCA ARRASTO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	10/07/2002	ART. 1O FICA PROIBIDA A PESCA DE ARRASTO, DE QUALQUER SISTEMA, NO CRIADOURO NATURAL DE ESPÉCIES AQUÁTICAS DA REGIÃO ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ NA ÁREA QUE VAI ATÉ OS LIMITES DEFINIDOS PELO PARALELO DE 00°05`N E MERIDIANO  DE 048°00`W.
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	10/07/2002	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO A PESCA DE ARRASTO DE CAMARÕES ROSA (FARFANTEPENAEUS SUBTILIS E F. BRASILIENSIS), BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE A FRONTEIRA DA GUIANA FRANCESA COM O BRASIL E A DIVISA DOS ESTADOS DO PIAUÍ E CEARÁ ENTRE 16/OUT/2002 E 31/JAN/2003.
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	10/07/2002	LIMITA EM 185 EMBARCAÇÕES A FROTA DE ARRASTO QUE OPERA NA CAPTURA DE CAMARÕES ROSA (FARFANTEPENAEUS SUBTILIS E F. BRASILIENSIS), BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE A FRONTEIRA DA GUIANA FRANCESA COM O BRASIL E A DIVISA DOS ESTADOS DO PIAUÍ E CEARÁ.
PESCA PIRAMUTABA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	10/07/2002	FICA PROIBIDO, NO PERÍODO DE 1O DE OUTUBRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2002, O EXERCÍCIO DA PESCA DE ARRASTO DE PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTI) EM TODA A ÁREA DE OCORRÊNCIA DA ESPÉCIE, NA FOZ DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ.

PESCA PIRAMUTABA E OUTROS BAGRES	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	10/07/2002	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO NA REGIÃO NORTE DO BRASIL, CRIANDO ÁREA DE EXCLUSÃO NA REGIÃO ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ, LIMITANDO EM 48 BARCOS O ESFORÇO DE PESCA SOBRE A PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTI) E OUTROS BAGRES (ORDEM SILURIFORME), O MÁXIMO DE TRILHEIRA (3 BARCOS E 2 REDES), DEFINDINDO O TAMANHO DE MALHA.
PESCA AGULHÃO BRANCO E NEGRO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	01/07/2002	PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO INTERNO E A EXPORTAÇÃO DE AGULHÃO BRANCO (TETRAPTURUS ALBIDUS) E AGULHÃO NEGRO (MAKAIRA NIGRICANS) ENTRE 1°/JUL E 31/DEZ/2002.
PESCA ACORDO DE PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	13/05/2002	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A REGULAMENTAÇÃO DE ACORDOS DE PESCA DEFINIDOS NO ÂMBITO DE UMA DETERMINADA COMUNIDADE PESQUEIRA, PELO IBAMA.
PESCA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	21/11/2001	REVOGAR A INSTRUCAO NORMATIVA Nº 20, DE 19/10/2001, PUBLICADA NO DOU DO DIA 14/11/2001
PESCA PEIXE SAPO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	21/05/2001	LIMITAR, NA FORMA A SEGUIR INDICADA, PARA O PERÍODO DE 1O DE JUNHO DE 2001 A 30 DE MARÇO DE 2002, O NÚMERO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA ESTRANGEIRAS ARRENDADAS, COMPONENTES DA FROTA PESQUEIRA QUE OPERA NA REGIÃO SUDESTE/SUL, NA ÁREA DELIMITADA ENTRE OS PARALELOS DE 21º00'S E 33º00"S, DIVIDIDA EM TRÊS SUB-ÁREAS, PARA A PESCA DE PEIXES DEMERSAIS, NA MODALIDADE DE REDE DE ESPERA DE FUNDO, TENDO COMO ESPÉCIE-ALVO O PEIXE SAPO (LOPHIUS GASTROPHYSUS), OBJETIVANDO A SUA SUSTENTABILIDADE BIO-ECONÔMICA
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	11/04/2001	ESTABELECE NORMAS COMPLEMENTARES PARA O USO DE ÁGUAS PÚBLICAS DA UNIÃO, PARA FINS DE AQÜICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
PESCA ESPADARTE, ALBACORA, ATUNS E AFINS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	21/06/1999	ESTABELECE OS LIMITES FIXADOS PELA ICCAT PARA CAPTURA DA ESPÉCIE ALVO, ESPADARTE (XIPHIAS GLADIUS) À FROTA ATUANEIRA ARRENDADA QUE EMPREGA O SISTEMA DE ESPINHEL (LONG-LINE), , BEM COMO AOS PERMISSIONADOS PARA A PESCA DE ATUNS E AFINS, TENDO COMO ESPÉCIE-ALVO AS ALBACORA
CARANGUEJO-REAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	2005	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ORDENAMENTO DAS OPERAÇÕES RELACIONADAS COM A PESCA DO CARANGUEJO-REAL (CHACEON RAMOSAE) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS DA REGIÃO COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS DE 19º00'S E 30º00'S.
PROCEDIMENTOS DE PESCA E AQUICULTURA	LEI	4.324	07/03/2018	ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 27 DA LEI N° 1.038, DE 22 DE JANEIRO DE 2002, QUE ESTABELECE DIRETRIZES PARA PROTEÇÃO À PESCA E ESTÍMULOS À AQUICULTURA DO ESTADO DE RONDÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
CAOL	OFÍCIO-CIRCULAR	54	S/N	INFORMAÇÃO SOBRE EXIGÊNCIA DO PREPS PARA AS EMBARCAÇÕES ARTESANAIS COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 M, NOS CASOS DE ANÁLISES DE CAOL PARA EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ATUNEIROS
PIRACEMA	PORTARIA	67	30/10/2003	REGULAMENTA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, TEMPORADA 2003/2004, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS AMAZONAS, JARÍ E ILHA DE MARAJÓ.
PIRACEMA	PORTARIA	65	30/10/2003	REGULAMENTA A PESCA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS AMAZONAS, JARÍ E ILHA DE MARAJÓ.
PESCA PARGO	PORTARIA	172	26/11/2002	REGULAMENTA A CAPTURA DE PARGO (LUTJANUS PURPUREUS).
COMPETÊNCIA	PORTARIA	77	26/04/2019	DELEGA COMPETÊNCIAS AO SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA
PESCA ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS	PORTARIA	8	20/03/2003	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS DO LITORAL SUDESTE/SUL DO PAÍS.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	80	11/12/2003	ESTABELECE A REGIÃO OCEÂNICA DE ACESSO AO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS, COMO ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE CERCO.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	142	30/10/2002	ESTABELECE NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2002/2003, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS FEDERAIS.
PESCA CARANGUEJO GUAIAMUM	PORTARIA	125	25/09/2002	REGULAMENTA A CATA DO CARANGUEJO-GUAIAMUM (CARDISOMA GUANHUMI), E ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO, NO SE/S.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	35	24/06/2003	ESTABELECE ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO NO LITORAL DOS ESTADOS DO PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PERNAMBUCO.
PREPS	PORTARIA	220	09/09/2020	PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE - PREPS PARA EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS DE CAMARÕES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E ALTERA A PORTARIA INTERMINISTERIAL SG-PR/MMA Nº 47, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018.
GESTÃO COMPARTILHADA	PORTARIA	5	01/09/2020	
CONSULTA PÚBLICA	PORTARIA	200	17/08/2020	SUBMETER À CONSULTA PÚBLICA, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, A PROPOSTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA COM O OBJETIVO DE ESTABELECER NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS DE PESCA.

GLOSSÁRIO TAINHA	PORTARIA	151	29/05/2020	APROVA O GLOSSÁRIO DE TERMOS E ENTENDIMENTOS E OS INDICADORES COM FOCO NAS TEMPORADAS DA PESCA DA TAINHA, CONFORME ANEXOS I E II.
EDITAL DE SELEÇÃO - TEMPORADA DE PESCA - TAINHA	PORTARIA	145	27/05/2020	DIVULGA, NA FORMA DOS ANEXOS I E II, RESPECTIVAMENTE, A LISTA DAS EMBARCAÇÕES SORTEADAS, POR ORDEM DO SORTEIO E A LISTA DAS EMBARCAÇÕES DE CERCO/TRAINEIRA CREDENCIADAS REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO ESTABELECIDO PELO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 5/2019, QUE VISA A SELEÇÃO, HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DE EMBARCAÇÕES DE PESCAS, PARA A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA A MODALIDADE DE CERCO/TRAINEIRA NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2020.
AGENTES VALIDADORES	PORTARIA	135	14/05/2020	DIVULGAR A RELAÇÃO DOS AGENTES VALIDADORES CREDENCIADOS PELA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
EDITAL DE SELEÇÃO - TEMPORADA DE PESCA - TAINHA	PORTARIA	132	13/05/2020	DIVULGAR AS REGRAS, O LOCAL, O HORÁRIO E A FORMA DE ACESSO AO SORTEIO PARA A CLASSIFICAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES HABILITADAS NA MODALIDADE DE CERCO/TRAINEIRA NO PROCESSO SELETIVO PARA A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR ESPECIAL PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2020.
EDITAL DE SELEÇÃO - TEMPORADA DE PESCA - TAINHA	PORTARIA	128	06/05/2020	DIVULGAR, NA FORMA DOS ANEXOS I E II, A LISTA DAS EMBARCAÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS NAS INSCRIÇÕES DAS VAGAS REMANESCENTES, VISANDO A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR ESPECIAL PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA A MODALIDADE DE EMALHE ANILHADO NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE
EDITAL DE SELEÇÃO - TEMPORADA DE PESCA - TAINHA	PORTARIA	95	22/04/2020	DIVULGAR, NA FORMA DO ANEXO I A LISTA DAS EMBARCAÇÕES DE EMALHE ANILHADO CREDENCIADAS REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO ESTABELECIDO PELO EDITAL DE CREDENCIAMENTO MAPA Nº 5/2019, QUE VISA SELECIONAR, HABILITAR E CREDENCIAR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS OU ESTRANGEIRAS NACIONALIZADAS, VISANDO A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA AS MODALIDADES DE CERCO/TRAINEIRA E DE EMALHE ANILHADO NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2020.
EDITAL DE SELEÇÃO - TEMPORADA DE PESCA - TAINHA	PORTARIA	85	13/04/2020	DIVULGAR, NA FORMA DOS ANEXOS I A IV, A LISTA FINAL DAS EMBARCAÇÕES HABILITADAS E INABILITADAS REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO ESTABELECIDO PELO EDITAL DE CREDENCIAMENTO MAPA Nº 5/2019, QUE VISA SELECIONAR, HABILITAR E CREDENCIAR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS OU ESTRANGEIRAS NACIONALIZADAS, VISANDO A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA AS MODALIDADES DE CERCO/TRAINEIRA E DE EMALHE ANILHADO NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2020.
RGP E MAPA DE BORDO	PORTARIA	157	06/04/2020	ESTABELECE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, OS PROCEDIMENTOS PARA OS PROTOCOLOS DOS PEDIDOS DE RENOVAÇÃO DO REGISTRO DE EMBARCAÇÃO DE PESCA E DE ENTREGA DE MAPAS DE BORDO, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA CAUSADA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).
EDITAL DE SELEÇÃO - TEMPORADA DE PESCA - TAINHA	PORTARIA	50	05/03/2020	Divulgar, na forma dos Anexos I a IV, a lista das embarcações habilitadas e inabilitadas referente ao processo seletivo estabelecido pelo EDITAL nº 5/2019 de embarcações que visa selecionar, habilitar e credenciar embarcações de pesca brasileiras ou estrangeiras nacionalizadas, visando a emissão da Autorização de Pesca Complementar para a captura de Tainha (Mugil liza), para as modalidades de cerco/traineira e de emalhe anilhado na temporada de pesca do ano de 2020.
EDITAL DE SELEÇÃO - TEMPORADA DE PESCA - TAINHA	PORTARIA	50	05/03/2020	DIVULGAR, NA FORMA DOS ANEXOS I A IV, A LISTA DAS EMBARCAÇÕES HABILITADAS E INABILITADAS REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO ESTABELECIDO PELO EDITAL Nº 5/2019 DE EMBARCAÇÕES QUE VISA SELECIONAR, HABILITAR E CREDENCIAR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS OU ESTRANGEIRAS NACIONALIZADAS, VISANDO A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA AS MODALIDADES DE CERCO/TRAINEIRA E DE EMALHE ANILHADO NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2020.
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA	PORTARIA	21	14/01/2020	Delega competência, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a prática dos atos de celebração, prorrogação, aditivação e aprovação de contas de convênios, parcerias, projetos de cooperação técnica internacional e demais ajustes congêneres, e dá outras providências.
ÓLEO DIESEL	PORTARIA	18	14/01/2020	TORNA PÚBLICA LISTA COMPLEMENTAR À PORTARIA Nº 311, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.
ÓLEO DIESEL	PORTARIA	18	14/01/2020	"TORNA PÚBLICA LISTA COMPLEMENTAR À PORTARIA Nº 311, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019. SUBVENÇÃO ECONÔMICA NAS AQUISIÇÕES DE ÓLEO DIESEL

ÓLEO DIESEL	PORTARIA	311	30/12/2019	ESTABELECE A COTA ANUAL DE ÓLEO DIESEL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL CONSUMIDOS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS NACIONAIS E HABILITA AS EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DO ÓLEO DIESEL, RELATIVAS AO ANO DE 2020.
CARDUME ASSOCIADO	PORTARIA	5.918	23/12/2019	DIVULGAR, NA FORMA DOS ANEXOS I, II, III E IV, A LISTA DAS VAGAS REMANESCENTES DAS EMBARCAÇÕES INDEFERIDAS E DAS HABILITADAS E APTAS A RECEBER AUTORIZAÇÃO DE PESCA OU PERMISSÃO PRÉVIA DE PESCA NA MODALIDADE DE PERMISSIONAMENTO PESCA DE SOMBRA OU CARDUME ASSOCIADO.
RGP PESCADOR	PORTARIA	302	18/12/2019	PRORROGA A VIGÊNCIA DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 24, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
ÓLEO DIESEL	PORTARIA	239	23/10/2019	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO - GT ÓLEO DIESEL, COM O OBJETIVO DE REESTRUTURAR E REFORMULAR O PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL, BEM COMO ATENDER AS DEMANDAS JUDICIAIS, OS PASSIVOS ACUMULADOS E OS PROCESSOS DO ANO EM EXERCÍCIO.
PESCA COMPLEMENTAR DE ATUNS	PORTARIA	89	05/09/2019	SUSPENSÃO DE NOVAS EMISSÕES DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA, AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR E PERMISSÃO PRÉVIA DE PESCA DE ATUNS.
ORNAMENTAIS	PORTARIA	3.853	20/08/2019	CONSULTA PÚBLICA, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PROPOSTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE VISA ESTABELECER NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A EXPLOTAÇÃO DE PEIXES NATIVOS OU EXÓTICOS DE ÁGUAS CONTINENTAIS, MARINHAS E ESTUARINAS, COM FINALIDADE ORNAMENTAL OU DE AQUARIOFILIA
TAINHA	PORTARIA	3.392	30/07/2019	DECLARA ENCERRADA A TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA PARA A MODALIDADE DE CERCO/ TRAINEIRA E DE EMALHE ANILHADO EM 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
EDITAL DE SELEÇÃO CARDUME ASSOCIADO	PORTARIA	5.174	11/05/2019	"I - NA RETIFICAÇÃO PUBLICADA, NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU EM 26 DE DEZEMBRO DE 2019, EDIÇÃO 249, SEÇÃO 1, PÁGINA 1: ONDE SE LÊ: ""I - 38 (TRINTA E OITO) EMBARCAÇÕES, PARA O MAR TERRITORIAL, A ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) E ÁGUAS INTERNACIONAIS ADJACENTES DO NORTE/NORDESTE (N/NE); II - 23 (VINTE E TRÊS) EMBARCAÇÕES, PARA O MAR TERRITORIAL, A ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) E ÁGUAS INTERNACIONAIS ADJACENTES DO SUDESTE/SUL (SE/S)."" LEIA-SE: ""I - 42 (QUARENTA E DOIS) EMBARCAÇÕES, PARA O MAR TERRITORIAL, A ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) E ÁGUAS INTERNACIONAIS ADJACENTES DO NORTE/NORDESTE (N/NE); II - 24 (VINTE E QUATRO) EMBARCAÇÕES, PARA O MAR TERRITORIAL, A ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) E ÁGUAS INTERNACIONAIS ADJACENTES DO SUDESTE/SUL (SE/S)."" II - NA PORTARIA Nº 5.174, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019, EDIÇÃO 214, SEÇÃO 1, PÁGINA 3 E A RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO DOU EM 21/11/2019, EDIÇÃO 225, SEÇÃO 1, PÁGINA 3: OS ANEXOS I, II, III E IV PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: III - NA PORTARIA 5.918, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU EM 24 DE DEZEMBRO DE 2019, EDIÇÃO 248, SEÇÃO 1, PÁGINA 8 E A RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 2019, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU EM 26 DE DEZEMBRO DE 2019, EDIÇÃO 249, SEÇÃO 1, PÁGINA 1: OS ANEXOS I, II, III E IV PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: II - NA PORTARIA Nº 5.174, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019, EDIÇÃO 214, SEÇÃO 1, PÁGINA 3 E A RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO DOU EM 21/11/2019, EDIÇÃO 225, SEÇÃO 1, PÁGINA 3:"
LAMBARI	PORTARIA	5.191	11/05/2019	SUBMETE À CONSULTA PÚBLICA A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 7º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 25, DE 1° DE SETEMBRO 2009, ESTABELECENDO NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA AMADORA DE LAMBARI, NA MICROBACIA DO RIO TIMBÓ EM SANTA CATARINA
ORDENAMENTO	PORTARIA	5.191	11/05/2019	SUBMETE À CONSULTA PÚBLICA A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 7º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 25, DE 1° DE SETEMBRO 2009, ESTABELECENDO NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA AMADORA DE LAMBARI, NA MICROBACIA DO RIO TIMBÓ EM SANTA CATARINA
PIRAMUTABA	PORTARIA	5.195	11/05/2019	SUBMETE À CONSULTA PÚBLICA, PELO PRAZO DE 30 DIAS, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA, A PROPOSTA PARA A ATUALIZAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DO ORDENAMENTO PESQUEIRO DA PIRAMUTABA.

ATUNS E AFINS	PORTARIA	89	09/05/2019	SUSPENDE NOVAS EMISSÕES DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA, AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR E PERMISSÃO PRÉVIA DE PESCA DE ATUNS
RGP, EMBARCAÇÕES	PORTARIA	5.174	11/04/2019	DIVULGAR, NA FORMA DOS ANEXOS I, II, III E IV, A LISTA DAS EMBARCAÇÕES HABILITADAS E APTAS A RECEBER AUTORIZAÇÃO DE PESCA OU PERMISSÃO PRÉVIA DE PESCA, E AS INDEFERIDAS, NA MODALIDADE DE PERMISSIONAMENTO PESCA DE SOMBRA OU CARDUME ASSOCIADO.
RGP	PORTARIA	24	19/02/2019	REGULA A AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DA ATIVIDADE PESQUEIRA, NA CATEGORIA DO PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL, ATÉ A FINALIZAÇÃO DO RECADASTRAMENTO GERAL DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA.
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	405	28/12/2018	CONCEDE AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESCA PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM PROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS FEDERAIS DA AQUICULTURA E DA PESCA, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 09/2011.
CARDUME ASSOCIADO	PORTARIA	59	09/11/2018	DEFINE AS MEDIDAS, OS CRITÉRIOS E OS PADRÕES PARA A PESCA DE CARDUME ASSOCIADO E PARA OUTROS ASPECTOS DA PESCA DE ATUNS E AFINS NO MAR TERRITORIAL, NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA E NAS ÁGUAS INTERNACIONAIS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS.
ATUNS -S/SE	PORTARIA	59	09/11/2018	DEFINE AS MEDIDAS, OS CRITÉRIOS E OS PADRÕES PARA A PESCA DE CARDUME ASSOCIADO E PARA OUTROS ASPECTOS DA PESCA DE ATUNS E AFINS NO MAR TERRITORIAL, NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA E NAS ÁGUAS INTERNACIONAIS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS.
ARRASTO COSTEIRO (FUNDO)	PORTARIA	59	09/11/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DAS ESPÉCIES MYCTEROPERCA INTERSTITIALIS, CONHECIDO COMO BADEJO-AMARELO; MYCTEROPERCA BONACI, CONHECIDO COMO SIRIGADO; EPINEPHELUS MORIO, CONHECIDO COMO GAROUPA-DE-SÃO-TOMÉ E LUTJANUS CYANOPTERUS, CONHECIDO COMO CARANHA
CAMARÕES	PORTARIA	47	09/11/2018	ESTABELECE MEDIDAS DE ORDENAMENTO RELACIONADAS À ATIVIDADE PESQUEIRA DE CAMARÕES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
CAMARÕES	PORTARIA	47	09/11/2018	ESTABELECE MEDIDAS DE ORDENAMENTO RELACIONADAS À ATIVIDADE PESQUEIRA DE CAMARÕES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	57	01/11/2018	CONCEDE AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESCA PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM PROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS FEDERAIS DE AQUICULTURA E PESCA, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/SEAP/PR.
CAOL	PORTARIA	291	16/10/2018	ADMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE EMPRESAS EXPORTADORAS PARA O CHILE EM SUBSTITUIÇÃO AO CERTIFICADO DE CAPTURA NAS ANÁLISES CAOL
PESCA MARICÁ/RJ	PORTARIA	48	24/09/2018	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NO COMPLEXO LAGUNAR DE MARICÁ/RJ.
CAMARÕES ES	PORTARIA	47	11/09/2018	ESTABELECE MEDIDAS DE ORDENAMENTO RELACIONADAS À ATIVIDADE PESQUEIRA DE CAMARÕES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ATUNS E AFINS	PORTARIA	59	11/09/2018	DEFINE AS MEDIDAS, OS CRITÉRIOS E OS PADRÕES PARA A PESCA DE CARDUME ASSOCIADO E PARA OUTROS ASPECTOS DA PESCA DE ATUNS E AFINS NO MAR TERRITORIAL, NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA E NAS ÁGUAS INTERNACIONAIS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS.
BADEJO-AMARELO	PORTARIA	59	11/09/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DAS ESPÉCIES MYCTEROPERCA INTERSTITIALIS, CONHECIDO COMO BADEJO-AMARELO; MYCTEROPERCA BONACI, CONHECIDO COMO SIRIGADO; EPINEPHELUS MORIO, CONHECIDO COMO GAROUPA-DE-SÃO-TOMÉ E LUTJANUS CYANOPTERUS, CONHECIDO COMO CARANHA
BUDIÃO-AZUL	PORTARIA	59	11/09/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DA ESPÉCIESCARUS TRISPINOSUS(BUDIÃO-AZUL).
BUDIÃO-AZUL	PORTARIA	59	11/09/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DA ESPÉCIESCARUS TRISPINOSUS(BUDIÃO-AZUL). “ART. 9º FICA REVOGADO O INCISO II DO § 2º DO ART. 8º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA-MMA Nº 10, DE 10 DE JUNHO DE 2011.”
BADEJO-AMARELO	PORTARIA	59	11/09/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DAS ESPÉCIES MYCTEROPERCA INTERSTITIALIS, CONHECIDO COMO BADEJO-AMARELO; MYCTEROPERCA BONACI, CONHECIDO COMO SIRIGADO; EPINEPHELUS MORIO, CONHECIDO COMO GAROUPA-DE-SÃO-TOMÉ E LUTJANUS CYANOPTERUS, CONHECIDO COMO CARANHA
RGP	PORTARIA	162	21/08/2018	PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DAS LICENÇAS DE PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL EM SITUAÇÃO SUSPENSA POR MEIO DA PORTARIA SAP Nº 11, DE 21 DE JULHO DE 2016

AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	153	14/08/2018	INSTITUI A REDE NACIONAL DE PESQUISA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DA AQUICULTURA EM ÁGUAS DA UNIÃO
CHERNE-VERDADEIRO	PORTARIA	40	27/07/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DAS ESPÉCIES HYPORTHODUS NIVEATUS, CONHECIDO POPULARMENTE POR CHERNE-VERDADEIRO, E LOPHOLATILUS VILLARII, CONHECIDO POPULARMENTE POR PEIXE-BATATA.
GAROUPA-VERDADEIRA	PORTARIA	41	27/07/2018	REGULAMENTA A PESCA DA GAROUPA-VERDADEIRA (EPINEPHELUS MARGINATUS) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
GAROUPA-VERDADEIRA	PORTARIA	41	27/07/2018	REGULAMENTA A PESCA DA GAROUPAVERDADEIRA (EPINEPHELUS MARGINATUS) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
GURIJUBA	PORTARIA	43	27/07/2018	REGULAMENTA A PESCA DA ESPÉCIES CIADES PARKERI(GURIJUBA) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
GURIJUBA	PORTARIA	43	27/07/2018	REGULAMENTA A PESCA DA ESPÉCIE SCIADES PARKERI (GURIJUBA) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
CHERNE-VERDADEIRO	PORTARIA	40	27/07/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DAS ESPÉCIES HYPORTHODUS NIVEATUS, CONHECIDO POPULARMENTE POR CHERNE-VERDADEIRO, E LOPHOLATILUS VILLARII, CONHECIDO POPULARMENTE POR PEIXE-BATATA.
GAROUPA-VERDADEIRA	PORTARIA	41	27/07/2018	REGULAMENTA A PESCA DA GAROUPA-VERDADEIRA (EPINEPHELUS MARGINATUS) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
PARGO	PORTARIA	42	27/07/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E A RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DA ESPÉCIE LUTJANUS PURPUREUS (PARGO). ART. 3º TODAS AS EMBARCAÇÕES AUTORIZADAS A CAPTURAR O PARGO NA ÁREA DE QUE TRATA O ART. 2º DESTA PORTARIA INTERMINISTERIAL, OBSERVADAS AS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE CADA TEMA, FICAM OBRIGADAS A: I - USAR O EQUIPAMENTO DE RASTREAMENTO POR SATÉLITE INSTALADO A BORDO DA EMBARCAÇÃO, NOS TERMOS DO PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE-PREPS; E II - ENTREGAR OS MAPAS DE BORDO
GURIJUBA	PORTARIA	43	27/07/2018	REGULAMENTA A PESCA DA ESPÉCIES CIADES PARKERI(GURIJUBA) NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
PARGO	PORTARIA	42	27/07/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E A RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DA ESPÉCIE LUTJANUS PURPUREUS (PARGO).
BAGRE-BRANCO	PORTARIA	39	26/07/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E A RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DA ESPÉCIE GENIDENS BARBUS (BAGRE-BRANCO)
GUAIAMUM	PORTARIA	38	26/07/2018	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E PARA A RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DA ESPÉCIE CARDISOMA GUANHUMI (GUAIAMUM, GOIAMÚ, CARANGUEJO-AZUL, CARANGUEJO-DO-MATO).
TAINHA	PORTARIA	63	11/06/2018	ESTABELECE O ENCERRAMENTO DA TEMPORADA DE PESCA DE TAINHA NO ANO DE 2018 PARA A FROTA DE CERCO/TRAINEIRA
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	188	09/06/2018	CONCEDE AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESCA PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM PROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS FEDERAIS DA AQUICULTURA E DA PESCA, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 09/2011
TAINHA	PORTARIA	24	15/05/2018	ESTABELECE NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA O EXERCÍCIO DA PESCA EM ÁREAS DETERMINADAS PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL E ESTABELECE COTA DE CAPTURA DA ESPÉCIE PARA O ANO DE 2018.
TAINHA	PORTARIA	11	15/05/2018	ESTABELECER OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA) NA SAFRA DE 2018.
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	6	14/05/2018	CONCEDE AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESCA PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM PROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS FEDERAIS DA AQUICULTURA E DA PESCA, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 09/2011.
RGP PESCADOR	PORTARIA	551	29/03/2018	PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 2.323-SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017
RGP PESCADOR	PORTARIA	2.546	29/12/2017	REGULA A AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DA ATIVIDADE PESQUEIRA, NA CATEGORIA DO PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL, ATÉ A FINALIZAÇÃO DO RECADASTRAMENTO GERAL DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - ANO DE 2018
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	80	01/12/2017	CONCEDER, À ATIVIDADE DA PESCA, A AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIADE PESCA PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAMPROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO, NAS SUPERINTENDÊNCIASFEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DENTRO DOPRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO

				NORMATIVA Nº 3, DE 12 DE MAIO DE 2004,EXPEDIDA PELA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIADA REPÚBLICA.
RGP PESCADOR	PORTARIA	2.323	28/11/2017	PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 1.287-SEI, DE 26 DE JULHO DE 2017
GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL - GTI	PORTARIA	50	01/10/2017	FICA INSTITUÍDO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL - GTI, COM A FINALIDADE DE REVISAR E APRIMORAR O SISTEMA DE PERMISSIONAMENTO DE PESCA PARA ACESSO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS NO BRASIL.
RGP, EMBARCAÇÕES	PORTARIA	1.739	11/09/2017	ART. 1º CONCEDER, À ATIVIDADE DA PESCA, A AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIADE PESCA PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAMPROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO, NOS ESCRITÓRIOS FEDERAISDE AQUICULTURA E PESCA, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃONORMATIVA Nº 3, DE 12 DE MAIO DE 2004, EXPEDIDA PELA SECRETARIAESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
RGP	PORTARIA	1.574	25/08/2017	ART. 1º - DESIGNAR AOS COORDENADORES DE AQUICULTURA E PESCA DOS ESCRITÓRIOS FEDERAIS DE AQUICULTURA E PESCA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - EFAP'S, OU SEUS SUBSTITUTOS, A COMPETÊNCIA DE ASSINAR OS CERTIFICADOS DE AUTORIZAÇÕES, PERMISSÕES E LICENÇAS PARA O EXERCÍCIO DA AQUICULTURA E DA PESCA DE TODAS AS CATEGORIAS DO REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA - RGP.
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	1.002	05/08/2017	CONCEDER, À ATIVIDADE DA PESCA, A AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIADE PESCA PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAMPROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO, NAS SUPERINTENDÊNCIASFEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DENTRO DOPRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 12 DE MAIO DE 2004,EXPEDIDA PELA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIADA REPÚBLICA.
RGP PESCADOR	PORTARIA	1.287	26/07/2017	PRORROGAR O PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA PROVISÓRIA PARA PESCA AMADORA, DO EXERCÍCIO ANTERIOR COMO DO ANO CORRENTE, POR MAIS DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS
TAINHA	PORTARIA	1.009	09/05/2017	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA A MODALIDADE CERCO.
TAINHA	PORTARIA	1.008	09/05/2017	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA A MODALIDADE DE EMALHE COSTEIRO DE SUPERFÍCIE QUE UTILIZE ANILHAS, NA TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2017.
TAINHA	PORTARIA	23	27/04/2017	ESTABELECE NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA O EXERCÍCIO DA PESCA EM ÁREAS DETERMINADAS PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
RGP, EMBARCAÇÕES	PORTARIA	822	12/04/2017	Regulamentar procedimentos internos da SFAs para cumprimento do disposto no Decreto nº 8.967, de 23 de janeiro de 2017
MEDIDAS MITIGADORAS TARTARUGAS MARINHAS	PORTARIA	74	11/01/2017	ESTABELECE MEDIDAS MITIGADORAS PARA REDUÇÃO DA CAPTURA INCIDENTAL E DA MORTALIDADE DE TARTARUGAS MARINHAS POR EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE OPERAM NA MODALIDADE ESPINHEL HORIZONTAL DE SUPERFÍCIE, NO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO, NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA - ZEE BRASILEIRA E ÁGUAS INTERNACIONAIS.
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	1.580	15/09/2016	FICA DE OFÍCIO, CONCEDIDA, À ATIVIDADE DA PESCA, A AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESCA, PELO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, PARA TODAS AS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS QUE TENHAM PROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO, NAS SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DENTRO DO PRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 12 DE MAIO DE 2004, EXPEDIDA PELA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	105	27/05/2016	PRORROGAR, POR TRÊS MESES, AS AUTORIZAÇÕES DE PESCAQUE VENCERÃO NOS PERÍODOS ENTRE 01 DE JUNHO A 30 DE AGOSTO DE 2016,EXCETUANDO AQUELAS AUTORIZAÇÕES DE PESCA COMPLEMENTARES PREVISTASNA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA-MMA NO 10, DE 10 DEJUNHO DE 2011, CONTANDO QUE NÃO EXCEDAM O PRAZO MÁXIMO CONTIDONO ART. 8O DO DECRETO NO 8.425, DE 31 DE MARÇO DE 2015, DESDE QUE OINTERESSADO TENHA:
TAINHA	PORTARIA	3	11/05/2016	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA A MODALIDADE DE EMALHE COSTEIRO QUE UTILIZE ANILHAS (ART. 2º, III, DA PORTARIA MPA/MMA Nº 04/2015), NAS REGIÕES SE/S, NA TEMPORADA DE 2016.

TAINHA	PORTARIA	2	11/05/2016	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PESCA COMPLEMENTAR PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), PARA A MODALIDADE CERCO (ART. 2º, I, DA PORTARIA MPA/MMA Nº 04/2015), NAS REGIÕES SE/S, NA TEMPORADA DE 2016.
RGP DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	108	07/01/2016	FICA, DE OFÍCIO, CONCEDIDA, À ATIVIDADE DA PESCA, A AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESCA, PELOPRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, PARA A EMBARCAÇÃO PESQUEIRA QUE TENHA PROTOCOLIZADO O SEU REQUERIMENTO DERENOVAÇÃO, NOS ÓRGÃOS COMPETENTES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DENTRO DOPRAZO PREVISTO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 12 DE MAIO DE 2004, EXPEDIDA PELA SECRETARIA ESPECIALDA AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, RESPEITADO O PERÍODO DE DEFESO
TAINHA	PORTARIA	4	14/05/2015	ESTABELECER NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA O EXERCÍCIO DA PESCA EM ÁREAS DETERMINADAS E, ESPECIFICAMENTE, PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
TAINHA	PORTARIA	4	14/05/2015	ESTABELECE NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA EM ÁREAS DETERMINADAS E, ESPECIFICAMENTE, PARA A CAPTURA DE TAINHA (MUGIL LIZA), NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
TAINHA	PORTARIA	3	14/05/2015	APROVA O PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DA TAINHA, MUGIL LIZA, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
DEFESO	PORTARIA	192	10/05/2015	SUSPENSÃO, POR ATÉ 120 DIAS, OS PERÍODOS DE DEFESO DOS SEGUINTES ATOS NORMATIVOS:
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	13	10/02/2015	PROIBIR, POR UM PERÍODO DE 8 (OITO) ANOS, A PESCA DIRECIONADA, RETENÇÃO A BORDO E TRANSBORDO DO MERO (EPINEPHELUS ITAJARA) EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, BEM COMO O DESEMBARQUE, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DE EXEMPLARES DESSA ESPÉCIE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	415	27/11/2014	DISCIPLINA AS DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE COMITÊS DOS PARQUES AQUÍCOLAS MARINHOS.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	416	21/11/2014	DISCIPLINA AS DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE COMITÊS DOS PARQUES AQUÍCOLAS EM ÁGUAS DA UNIÃO CONTINENTAIS.
RGP	PORTARIA	5	06/06/2014	AUTORIZAR A IMPRESSÃO DE LICENÇA DE PESCADOR PROFISSIONAL, QUE TIVERAM SEU REGISTRO INICIAL DEFERIDO, EM PAPEL "MARRAKECH", COR "GIZ", GRAMATURA DE 120 G/M², DE ACORDO COM O QUE ESTABELECE A INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 6, DE 29 DE JUNHO DE 2012.
RGP	PORTARIA	45	06/06/2014	AUTORIZAR A IMPRESSÃO DE LICENÇA DE PESCADOR PROFISSIONAL, QUE TIVERAM SEU REGISTRO INICIAL DEFERIDO, EM PAPEL "MARRAKECH", COR "GIZ", GRAMATURA DE 120 G/M², DE ACORDO COM O QUE ESTABELECE A INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 6, DE 29 DE JUNHO DE 2012.
ANCHOVA	PORTARIA	3	07/12/2013	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA DE EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), PESCADA (CYNOSCION GUATUCUPA), CASTANHA (UMBRINA CANOSAI) E ABRÓTEA (UROPHYCIS BRASILIENSIS) PRATICADA NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
ANCHOVA	PORTARIA	4	16/10/2013	ESTABELECE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA DE ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), PESCADA (CYNOSCION GUATUCUPA), CASTANHA (UMBRINA CANOSAI), ABRÓTEA (UROPHYCIS BRASILIENSIS) E FAUNA ACOMPANHANTE, PRATICADA COM O EMPREGO DE REDES DE EMALHE NO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
TAINHA	PORTARIA	1	28/06/2012	INSTITUI O GTT TAINHA COM A FINALIDADE DE DEBATER E ELABORAR PROPOSTA DE PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DE TAINHA.
PIRAMUTABA	PORTARIA	11	29/09/2011	PROÍBE, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 15 DE SETEMBRO A 30 DE NOVEMBRO, O EXERCÍCIO DA PESCA DE ARRASTO DE PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTI) EM TODA A ÁREA DE OCORRÊNCIA DA ESPÉCIE, NA FOZ DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ.§ 1º EXCEPCIONALMENTE PARA O ANO DE 2011, O DEFESO INICIAR-SE-Á NA DATA DE 1º DE OUTUBRO.
LAGOSTA	PORTARIA	1	20/04/2010	CRIA O COMITÊ DE GESTÃO DA PESCA DA LAGOSTA.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	140	22/03/2010	APROVAR O REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR DOS PARQUES AQUÍCOLAS DO AÇUDE PÚBLICO PADRE CÍCERO (AÇUDE CASTANHÃO).
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	38	15/01/2010	APROVAR O REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR DOS PARQUES AQUÍCOLAS DO AÇUDE PÚBLICO PADRE CÍCERO (AÇUDE CASTANHÃO), COM SEDE NA CIDADE DE JAGUARIBARA, ESTADO DO CEARÁ
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	37	15/01/2010	CRIAR O COMITÊ GESTOR DOS PARQUES AQUÍCOLAS DO AÇUDE PÚBLICO PADRE CÍCERO (AÇUDE CASTANHÃO)
GESTÃO COMPARTILHADA	PORTARIA	2	13/11/2009	REGULAMENTAR O SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DE QUE TRATA O DECRETO N° 6.981, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009.

PESCA PROIBIDA	PORTARIA	173	31/12/2008	PROIBIR O EXERCÍCIO DA PESCA COM O USO DA TARRAFA, DE QUALQUER TAMANHO DE MALHA E ESPESSURA DE FIO, NO ENTORNO DA BARRAGEM CAMPO GRANDE
PESCA BACIA RIO SÃO FRANCISCO	PORTARIA	18	07/11/2008	ESTABELECE NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.
PESCA BACIA RIO SÃO FRANCISCO	PORTARIA	18	07/11/2008	ESTABELECE NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	1	20/10/2008	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NO ESTADO DE ALAGOAS, DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA", EM 2009.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	1	12/08/2008	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA", EM 2009.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	1	01/08/2008	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NO ESTADO DE BAHIA, DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA", EM 2008.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	17	30/05/2008	ESTABALECE ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO MOTORIZADO (500 M DA COSTA), ARRASTO COM PORTAS E RECOLHIMENTO MECÂNICO (1000 M), POR EMBARCAÇÕES COM MAIS DE 10 AB (3 MN), PARELHAS E A PESCA DE CERCO (5 MN) DA COSTA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ESTABELECE REGRAS DE PESCA MS	PORTARIA	3	01/03/2008	ESTABELECER NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI, NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	1	01/02/2008	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NO ESTADO DO CEARÁ, DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA", EM 2008.
PESCA BACIA RIO PARAGUAI	PORTARIA	3	28/01/2008	ESTABELECE NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI, NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL.
PESCA BACIA RIO PARAGUAI	PORTARIA	3	28/01/2008	ESTABELECE NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI, NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL.
PROIBIÇÃO DE PESCA CE	PORTARIA	4	28/01/2008	PROÍBE, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 1º DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL, A CAPTURA COM O USO DE QUAISQUER PETRECHOS COM MALHA, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, A CONSERVAÇÃO, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS PEIXES DE PIRACEMA E DE OUTRAS ESPÉCIES DE PEIXES, NO ESTADO DO CEARÁ, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS ACARAÚ, BANABUIÚ, COREAÚ, CURU, JAGUARIBE, POTI (SUB-BACIA DO RIO PARNAÍBA) E SALGADO, ASSIM COMO NAS ÁGUAS CONTINENTAIS DAS BACIAS METROPOLITANAS E DO LITORAL.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	1	24/01/2008	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NO ESTADO DE PERNAMBUCO, DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA", EM 2008.
DEFESO	PORTARIA	7	02/01/2008	PROIBIR, RETROATIVAMENTE, Á PARTIR DE 15 DE DEZEMBRO DE 2007, ATÉ 15 DE MARÇO DE 2008, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES VULGARMENTE CONHECIDAS POR CURIMATÃ (PROCHILODUS SPP), PIAU (SCHIZODON SP), SARDINHA (TRIPORTHEUS ANGULATUS), E BRANQUINHA (CURIMATIDAE),NAS COLEÇÕES DE ÁGUAS CONTINENTAIS (RIOS, RIACHOS, LAGOAS, AÇUDES PÚBLICOS E PRIVADOS E REPRESAS) DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BEM COMO O TRANSPORTE, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DESSAS ESPÉCIES E RESPECTIVAS OVAS
DEFESO	PORTARIA	8	02/01/2008	PROIBIR, RETROATIVAMENTE, A PARTIR DE 15 DE DEZEMBRO DE 2007, ATÉ 15 DE MARÇO DE 2008 O EXERCÍCIO DA PESCA COMERCIAL EM RIOS, AFLUENTES, LAGOAS MARGINAIS, AÇUDES E DEMAIS COLEÇÕES D'ÁGUA DE DOMÍNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, BEM COMO A CAPTURA DAS ESPÉCIES: CURIMATÃ (PROCHILODUS CEARENSIS) E PIAU (LEPORINUS ELONGATUS)
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	1	19/12/2007	PROÍBE A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUAISQUER INDIVÍDUOS DE CARANGUEJO-UÇÁ.
DEFESO	PORTARIA	51	20/11/2007	ESTABELECE NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, NAS ÁREAS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LESTE.
DEFESO	PORTARIA	46	18/10/2007	ESTABELECER NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE DEFESO DA PIRACEMA,TEMPORADA 2007/2008, NA ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL
DEFESO	PORTARIA	47	18/10/2007	FIXAR O PERÍODO DE DEFESO DA PIRACEMA PARA AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA, PROIBINDO A PESCA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1O- DE NOVEMBRO DE 2007 A 31 DE JANEIRO DE 2008
ESTABELECE REGRAS DE PESCA BALBINA	PORTARIA	45	25/09/2007	ESTABELECER REGRAS PARA A PESCA NO LAGO DE BALBINA,LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, ESTADO DO AMAZONAS

PESCA PROIBIDA	PORTARIA	44	25/09/2007	PROIBIR A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI,NOS ESTADOS DO MATO GROSSO E DO MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2007 A 29 DE FEVEREIRO DE 2008, A FIM DE PERMITIR A REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES
MERO	PORTARIA	42	19/09/2007	PROÍBE A CAPTURA DO MERO.
DEFESO	PORTARIA	50	11/05/2007	FIXA O PERÍODO DE PROTEÇÃO E ESTABELECE NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO A REPRODUÇÃO NATURAL DAS ESPÉCIES.
DEFESO BACIA RIO SÃO FRANCISCO	PORTARIA	50	11/05/2007	ESTABELECE NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO.
DEFESOS BACIA AMAZÔNICA	PORTARIA	48	11/05/2007	ESTABELECE NORMAS DE PESCA PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. HIDROGRÁFICA DOS RIOS ARAGUARI, FLEXAL, CASSIPORÉ, CALÇOENE,CUNANI E UAÇA NO ESTADO DO AMAPÁ.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	12	19/12/2006	PROIBIR A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, TRANSPORTE,BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇÁ, NO ESTADO DE SERGIPE, DURANTE A ÉPOCA DA `ANDADA`,EM 2007
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	PORTARIA	10	05/12/2006	PROIBIR A CAPTURA, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇA, NOS SEGUINTES PERÍODO DE ANDADA: 22 A 26 DE JANEIRO; 19 A 23 DE FEVEREIRO E DE 21 A 26 DE MARÇO DE ANO DE 2007
CARANGUEJO GUAIAMUM	PORTARIA	2	01/12/2006	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO GOIAMUM (CARDISOMA GUANHUMI) , DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2006, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.
CARANGUEJO GUAIAMUM	PORTARIA	2	01/12/2006	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO GOIAMUM (CARDISOMA GUANHUMI) , DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2006, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	1	01/12/2006	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2006, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.
CARANGUEJO - UÇA	PORTARIA	10	12/05/2006	PROIBIR A CAPTURA, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS, CONHECIDO POPULARMENTE COMO CARANGUEJO-UÇA, NOS SEGUINTES PERÍODOS DE ANDADA:I- 22 A 26 DE JANEIRO;II - 19 A 23 DE FEVEREIRO;E III - 21 A 25 DE MARÇO DE ANO DE 2007
PROIBIÇÃO CAPTURA DE CARANGUEJO	PORTARIA	11	30/12/2005	PROIBIR A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDÍVIDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS (CARANGUEJO - UÇA)
PROIBIR A CAPTURA DE CARANGUEJO	PORTARIA	11	30/12/2005	PROIBIR A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDÍVIDUO DA ESPÉCIE UCIDES CORDATUS (CARANGUEJO - UÇA)
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	18	21/12/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2006, NO ESTADO DO MARANHÃO.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	2	19/12/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA", EM 2006 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	51	30/11/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2006, NO ESTADO DO CEARÁ.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	38	11/11/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2006, NO ESTADO DO PIAUÍ.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	1	01/11/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA", EM 2005 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	49	27/10/2005	ESTABELECE O PERÍODO DE 1º DE NOVEMBRO A 28 DE FEVEREIRO, DE CADA ANO, COMO DEFESO DA PIRACEMA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA.

PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	2	20/10/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2006, NO ESTADO DO PARÁ.
CARANGUEJO	PORTARIA	6	01/10/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DOS CARANGUEJOS DAS ESPÉCIES UCIDES SP., DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2005, NO ESTADO DO BAHIA.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	1	11/08/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS)DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA", EM 2006, ESTADO DA PARAÍBA.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	1	20/01/2005	REGULAMENTA A CAPTURA, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO, O ARMAZENAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DURANTE A ÉPOCA DA "ANDADA" EM 2005, NO ESTADO DO PARÁ.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	4	31/12/2004	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) EM 2005 DURANTE O FENÔMENO DA "ANDADA", NO ESTADO DO SERGIPE.
PESCA CARANGUEJO GUAIAMUM	PORTARIA	1	27/12/2004	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CARANGUEJO GOIAMUM (CARDISSOMA GUANHUMI) A ÉPOCA DE ANDADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, EM 2005 BEM COMO A RETIRADA DE PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS OU GARRAS).
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	2	27/12/2004	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NA ÉPOCA DE ANDADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, EM 2005 BEM COMO A RETIRADA DE PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS OU GARRAS).
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	7	24/12/2004	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) EM 2005 DURANTE O FENÔMENO DA "ANDADA", NO ESTADO DO MARANHÃO.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	10	23/12/2004	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) EM 2005 DURANTE O FENÔMENO DA "ANDADA", NO ESTADO DO PIAUÍ.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	23	22/12/2004	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) EM 2005 DURANTE O FENÔMENO DA "ANDADA", NO ESTADO DO CEARÁ.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	82	21/09/2004	ESTABELECE NORMAS PARA A PESCA NOS CAMPOS ALAGADOS DO MUNICÍPIO DE ANAJATUBA/MA, EXCETUANDO RIOS, RIACHOS, LAGOS E LAGOAS, ATRAVÉS DA DEFINIÇÃO DOS PETRECHOS, APARELHOS E MÉTODOS DE PESCA PERMITIDOS E PROIBIDOS, AS ÁREAS DE EXCLUSÃO E CARACTERÍTICAS DAS REDES PERMTIIDAS (MALHA E COMPRIMENTO).
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	1	01/05/2004	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ NA TEMPORADA 2003/2004, ESTABELECENDO O PERÍODO DE DEFESO DO PIRACEMA, DIVERSAS ÁREAS DE EXLUSÃO, PETECHOS, ENTRETANTO NÃO INTERDITA A PESCA DO BAGRE AFRICANO (CLARIAS SPP), BLACK-BASS (MICROPTERUS SPP), CARPAS, PEIXE-REI (ODONTESTHIS BONARIENSIS), TILÁPIAS (OREOCHROMIS SSP), APAIARI (ASTRONOTUS OCELLATUS), CORVINA OU PESCADADO-PIAUÍ (PLAGIOSCION SQUAMOSISSIMUS), SARDINHA-DE-ÁGUA-DOCE (TRIPORTHEUS ANGULATUS), TAMBAQUI (COLOSSOMA MACROPOMUM) E TUCUNARÉ (CICHLA SPP) E O HÍBRIDO TAMBACU, ENTRE OUTRAS QUESTÕES.
ORDENAMENTO PIRACEMA	PORTARIA	11	30/01/2004	CRIAR GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO PARA MOMITORAR, DISCUTIR AVALIAR E PROPOR MEDIDAS DE ORDENAMENTO REFERENTES À PIRACEMA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUIAI
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	9	29/01/2004	TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 02/04-N DE 08/01/2004, PUB DOFC 09/01/2004 000064
PESCA REGULAMENTA USO DE PETRECHOS	PORTARIA	85	31/12/2003	ART.1º PROIBIR, ANUALMENTE, DE 1º DE DEZEMBRO A 30 DE MARÇO, O EXERCÍCIO DA PESCA DE QUALQUER CATEGORIA E MODALIDADE, E COM QUALQUER PETRECHO, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PINDARÉ, MARACAÇUMÉ, MEARIM, ITAPECURU, CORDA, MUNIM, TURIAÇU, FLORES, BALSAS E GRAJAÚ, BEM COMO, EM IGARAPÉS, LAGOS, BARRAGENS E AÇUDES PÚBLICOS DO ESTADO DO MARANHÃO.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	84	31/12/2003	PROIBIR O EXERCÍCIO DA PESCA COMERCIAL EM RIOS E AÇUDES DE DOMÍNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, NO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO A 1º DE ABRIL DE 2004, DAS ESPÉCIES: CURIMATÁ (PROCHILODUS CEARENSIS), PIAU (LIPORINUS ELONGATUS), TUCUNARÉ (CICHA OCELLARIS)
TAMANHO MINIMO PARA CAPTURA	PORTARIA	73	18/12/2003	ESTABELECER O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS DO LITORAL SUDESTE/ SUL DO PAÍS.
PESCA CARANGUEJO GUAIAMUM	PORTARIA	1	18/12/2003	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO GOIAMUM (CARDISSOMA GUANHUMI) BEM COMO AS PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS OU GARRAS), NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	2	18/12/2003	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) BEM COMO AS PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS OU GARRAS), NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

PESCA REGULAMENTA USO DE RIOS E CURSOS DE ÁGUA	PORTARIA	82	16/12/2003	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOÃO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA CAMARÃO ROSA E BRANCO	PORTARIA	70	30/11/2003	ESTABELECE O DEFESO PARA A PESCA DO CAMARÃO BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI) E DO CAMARÃO ROSA (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS), NO INTERIOR DA BAÍA DA BABITONGA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	72	31/10/2003	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DA PIRACEMA PARA AS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DEMAIS COLEÇÕES D'ÁGUA DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	71	31/10/2003	REGULAMENTA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, TEMPORADA 2003/2004, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LESTE, NOS ESTADOS DE MG, BA, ES, RJ E SP.
DEFESO	PORTARIA	65	30/10/2003	ESTABELECE NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES, TEMPORADA 2003/2004, NAS BACÍAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS AMAZONAS, JARI E ILHA DE MARAJÓ.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	64	30/10/2003	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI, NOS ESTADOS DO MATO GROSSO E DO MATO GROSSO DO SUL (TEMPORADA 2003/2004).
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	68	30/10/2003	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) E OBRIGA OS ATUNEIROS A CAPTURAREM SUA PRÓPRIA ISCA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	66	30/10/2003	PROIBIR O EXERCÍCIO DA PESCA PROFISSIONAL E AMADORA NO RIO PRETO, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A UHE DE QUEIMADOS E A SUA CONFLUÊNCIA COM O RIO PARACATU, NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	60	17/10/2003	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ, NO PERÍODO DE DEFESO DE PIRACEMA (TEMPORADA 2003/2004).
PIRACEMA	PORTARIA	61	17/10/2003	ESTABELECER NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS PARA PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES (PIRACEMA), TEMPORADA 2003/2004, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ
PIRACEMA	PORTARIA	59	14/10/2003	ESTABELECER NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS PARA PERÍODO DE PROTEÇÃO A REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES (PIRACEMA) TEMPORADA 2003/2004, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO
PIRACEMA	PORTARIA	57	14/10/2003	FIXAR PERIODO DE 01/11/03 A 28/02/04 COMO DEFESA DA PIRACEMA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	54	03/10/2003	PERMITIR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO A ATIVIDADE DE MITILICULTURA NO LITORAL SUDESTE E SUL ÀS PESSOAS FISÍCAS E JURÍDICAS QUE ASSINEM A LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, A JUÍZO TÉCNICO DO IBAMA
PESCA CARANGUEJO GUAIAMUM E AZUL	PORTARIA	53	30/09/2003	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO, GUAIAMUM, GOIAMÚ, CARANGUEJO-AZUL (CARDISOMA GUANHUMI), NO PERÍODO DE DEFESO (1º/OUT A 31/MAR), NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	52	30/09/2003	REGULAMENTA A CAPTURA CARANGUEJO-UÇÁ, CARANGUEJO-DO-MANGUE, CARANGUEJO-VERDADEIRO OU CATANHÃO (UCIDES CORDATUS), NO PERÍODO DE DEFESO NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	50	30/09/2003	ESTABELECE O PERÍODO DE PIRACEMA (1º/OUT/2003 A 31/JAN/2004) NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL, DEFININDO AS ÁREAS DE EXCLUSÃO E ESPÉCIES.
PESCA TARRAFA	PORTARIA	51	30/09/2003	ALTERA PORTARIA IBAMA Nº 30/2003,
PESCA	PORTARIA	73	24/09/2003	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE ESPÉCIES MARINHAS E ESTUARINAS DO LITORAL SUDESTE/SUL DO PAÍS, RELACIONADAS NOS ANEXOS I E II.
PESCA PRORROGAÇÃO	PORTARIA	41-03	28/08/2003	PRORROGAR PARA O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2003, O PRAZO A QUE SE REFERE O ARTIGO 4º DA PORTARIA IBAMA Nº 001/2002.
APETRECHOS	PORTARIA	2	21/08/2003	ESTENDER A PROIBIÇÃO DO QUE TRATA A PORTARIA Nº 13 DE31/03/2003 AOS SEGUINTES MUNICIPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: CURRAIS, NOVOS, PARELHAS, CRUZETA, PARAÚ, POÇO BRANCO, SANTA CRUZ, MACAIBA, PENDENCIAS, IPANGUAÇU, LUCRECIA, TANGARA, COMPO GRANDE, ENCANTO, SAO RAFAEL, ASSU, CAICO, JUCURUTU E ITAJÁ
PESCA AMADORA	PORTARIA	39	12/08/2003	APROVAR O FORMULARIO LICENÇA PARA PESCA AMADORA LPA, CONFORME MODELO
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	34	24/06/2003	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, PERÍODO DE DEFESO (1º/DEZ A 31/MAI); E PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE FÊMEAS E DE PARTES ISOLADAS DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE E BAHIA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	25	25/05/2003	PROIBIR ANUALMENTE A CAPTURA , O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, O BENEFICIAMENTO E A COMERCIALIZAÇÃO DE ESPECIES DE PEIXES DE PIRACEMA, NO ESTADO DO CEARA
PESCA AMADORA	PORTARIA	30	23/05/2003	ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA AMADORA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, INCLUSIVE

				COMPETIÇÕES E CADASTROS DE ENTIDADES DA PESCA AMADORA JUNTO AO IBAMA.
PESCA IMPACTO AMBIENTAL	PORTARIA	24	15/05/2003	SUSPENDE POR 90 DIAS A PESCA NA REGIÃO LITORÂNEA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ ATÉ A DIVISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR UMA DISTÂNCIA DE ATÉ 30 MILHAS DA COSTA, A CONTAR DE 3/ABR/2003.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	25	15/05/2003	PROIBIR ANUALMENTE, A CAPTURA, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, O BENEFICIAMENTO E A COMERCILAÇIZAÇÃO DE ESPECIES DE PEIXES DE PIRACEMA, NO ESTADO DO CEARA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	14	31/03/2003	PROIBIR O EXERCÍCIO DA PESCA COMERCIAL EM RIOS E AÇUDES DE DOMÍNIO DA UNIÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA, NO PERÍODO DE 1º DE MARÇO A 30 DE ABRIL DE 2003, DAS ESPÉCIES: CURIMATÁ (PROCHILODUS CEARENSIS) PIAU (LEPORINUS ELONGATUS) TUCUNARÉ (CICHLA OCELLARIS)
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	13	31/03/2003	PROIBIR PESCA DE 01 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL DO CORRENTE, DAS ESPECIES CONHECIDAS VULGARMENTE POR CURUMATA, PIAU, SEADINHA E BRANQUINHA NOS COPOS D'AGUA: LAGOA DO APODI E BARRAGEM SANTA CRUZ, NO MUNICIPIO DE APODI-RN, ENTRE OUTROS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	14	31/03/2003	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL EM RIOS E ACUDES DE DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DA PARAIBA NO PERIODO DE 01 DE MARÇO A 30 DE ABRIL DO CORRENTE, DAS ESPECIES: CURIMATA,PIAU E TUCUNARE
ESTABELECE LIMITES DE PESCA	PORTARIA	10	20/03/2003	ESTABELECE LIMITES PARA PESCA NA REGIÃO DOS LAGOS NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO RAMOS, NO ESTADO DO AMAZONAS, DESDE BOCA DO FURO DO CAVADO AO PARANÁ DO MIUÁ, PASSANDO PELA BOCA DO CANA VERDE, ATÉ BOM PASTOR DO GUARAJÁ E SÃO JOSÉ DO QUAT. ART. 2º. LIMITAR, EM ATÉ 6 (SEIS), O NÚMERO DE MALHADEIROS
ESTABELECE LIMITES DE PESCA	PORTARIA	11	20/03/2003	ESTABELECE LIMITES PARA PESCA NA REGIÃO DO RIO URUBU, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO RAMOS/AM, QUE COMPREENDE DESDE A BOCA DO RIO URUBU COM PARANÁ DO URARIÁ DE CIMA, ATÉ A BOCA DO FURO DA BAIXA; E, DA BOCA DO CASTANHAL À BOCA DO FURO DO AMANDIO.
MEXILHÃO	PORTARIA	9	20/03/2003	PROÍBE, ANUALMENTE, A EXTRAÇÃO DE MEXILHÃO NOS COSTÕES NATURAIS, SOB QUALQUER MÉTODO, DA ESPÉCIE PERNA-PERNA (MARISCO),NO LITORAL DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO DE 01DE SETEMBRO A 30 DE NOVEMBRO E DE 01 DE JANEIRO A 28 DE FEVEREIRO DE CADA ANO.
PESCA PROFISSIONAL BARRAGEM	PORTARIA	12	20/03/2003	REGULAMENTA A PESCA PROFISSIONAL NAS ÁREAS ESTUARINAS E LAGUNARES DO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	43	09/03/2003	PROIBIR A PESCA O ACAMPAMENTO E O TRANSITO DE EMBARCAÇÕES MOTORIZADAS ATE A CONCLUSÃO DO PLANO DE MANEJO DA AREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MEANDROS DO RIO ARAGUAIA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	16	04/03/2003	PROIBIR O EXERCÍCIO DA PESCA NO RIO POMBA, A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE CATAGUASES E LEOPOLDINA/MG, E NO RIO PARAÍBA DO SUL/RJ, A PARTIR DA CONFLUÊNCIA COM O RIO POMPA, ATÉ SUA FOZ, POR UMA PERÍODO DE NOVENTA DIAS
PESCA AMADORA E PROFISSIONAL	PORTARIA	1	30/01/2003	REGULAMENTA A PESCA AMADORA E PROFISSIONAL NAS MODALIDADES EMBARCADA E DESEMBARCADA EM RESERVATÓRIOS DE UHES, DO ESTADO DE SERGIPE.
PESCA AMADORA E PROFISSIONAL	PORTARIA	1	30/01/2003	REGULAMENTA A PESCA AMADORA E PROFISSIONAL NAS MODALIDADES EMBARCADA E DESEMBARCADA, COM MOLINETE, CARRETILHA E LINHA DE MÃO, NOS RESERVATÓRIOS DE UHES NO ESTADO DE ALAGOAS; E ÁREAS ESTUARINAS.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	1	16/01/2003	ESTABELECE NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO DA PIRACEMA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS FEDERAIS.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	179	31/12/2002	ALTERA O ANEXO II DA PORTARIA IBAMA Nº 142/2002, QUE ESTABELECE NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO DA PIRACEMA (2002/2003), NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS FEDERAIS.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	179	31/12/2002	ALTERA O ANEXO II DA PORTARIA IBAMA Nº 142/2002, QUE ESTABELECE NORMAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO DA PIRACEMA (2002/2003), NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS FEDERAIS.
PESCA CARANGUEJO GUAIAMUM	PORTARIA	3	26/12/2002	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO GUAIAMUM (CARDISOMA GUAINHUMI), NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	2	26/12/2002	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA AMADORA	PORTARIA	1	23/12/2002	REGULAMENTA A PESCA AMADORA E PROFISSIONAL NOS RESERVATÓRIOS DE UHES NO RIO SÃO FRANCISCO (PE), DEFININDO OS PETRECHOS E AUTORIZANDO A CAPTURA DE ALGUMAS ESPÉCIES.
PESCA	PORTARIA	149	21/11/2002	ALTERAR O ART 2 DA PORTARIA 05, DE 19/02/1997
PESCA CAMARÃO	PORTARIA	148	21/11/2002	REVOGA A ALÍNEA "A" DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 602/1973 E A PORTARIA SUDEPE Nº 526/1970 QUE REGULAMENTAM A PESCA DE CAMARÃO NA BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PESCA ARRASTO	PORTARIA	141	24/10/2002	ESTENDE AO LITORAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, OS EFEITOS DA PORTARIA IBAMA N° 95/1997, QUE LIMITA A FROTA DE ARRASTO DE FUNDO NA CAPTURA DE PEIXES DEMERSAIS.
PESCA CAMARÃO ROSA E BRANCO	PORTARIA	134	11/10/2002	ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO DE 15/OUT/2002 A 31/JAN/2003 PARA A PESCA DE CAMARÃO BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI) E CAMARÃO ROSA (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS) NA BAÍA DA BABITONGA, EM SANTA CATARINA.
PESCA CAMARÃO ROSA E BRANCO	PORTARIA	134-02	11/10/2002	PROIBIR, NO PERÍODO DE 15 DE OUTUBRO DE 2002 A 31 DE JANEIRO DE 2003, A PESCA DE CAMARÃO BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI) E CAMARÃO ROSA (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS) NO INTERIOR DA BAÍA DA BABITONGA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	133	11/10/2002	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE QUAISQUER TIPOS DE ARMADILHAS, PETRECHOS OU INSTRUMENTOS: REDINHAS, LAÇOS, RATOEIRAS, "CHUNCHOS", "VANGAS", CAVADEIRAS, FERRAMENTAS CORTANTES E PRODUTOS QUÍMICOS NA CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NO ESTADO DE PERNAMBUCO.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	180	07/10/2002	REGULAMENTA A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, O TRANSPORTE O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E O ARMAZENAME DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), NO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	132	07/10/2002	ESTABELECE NORMAS GERAIS E ESPECÍFICAS PARA O PERÍODO DE PROTEÇÃO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2002/2003, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS FEDERAIS.
PESCA REDE ZANGARIA	PORTARIA	130	07/10/2002	PROÍBE A PESCA COM REDES DO TIPO ZANGARIA, EM TODO O LITORAL, INCLUSIVE NAS BAÍAS E REENTRÂNCIAS, DO ESTADO DO MARANHÃO.
PESCA REGULAMENTA USO DE RIOS E CURSOS DE ÁGUA	PORTARIA	129	03/10/2002	PROIBIR A PESCA NO RIO MOGI GUAÇU, NA REGIÃO DE CACHOEIRA DE EMAS, MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, ESTADO DE SÃO PAULO, EM QUALQUER MODALIDADE, EXCLUSIVAMENTE NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS 750M (SETECENTOS E CINQÜENTA METROS) A MONTANTE DA BARRAGEM, NO MARCO REFERENCIAL CONHECIDO COMO "REDE ELÉTRICA" OU "LINHÃO", ATÉ OS 40M A JUSANTE DA "PONTE VELHA".
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	124	25/09/2002	REGULAMENTA A CATA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), E ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO.
PESCA MERO	PORTARIA	121	20/09/2002	INTERDITA A CAPTURA DO MERO (EPINEPHELUS ITAJARA), NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS POR UM PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	85	16/07/2002	REGULAMENTA A CATA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), ESTABELECENDO O PERÍODO DE DEFESO ENTRE 15/OUT E 15/DEZ/2002, PROÍBE A CAPTURA DE FÊMEAS, BEM COMO O USO DE QUAISQUER TIPOS DE ARMADILHAS, PETRECHOS OU INSTRUMENTOS TAIS COMO: REDINHAS, LAÇOS, RATOEIRAS, "CHUNCHOS", "VANGAS", CAVADEIRAS, FERRAMENTAS CORTANTES E PRODUTOS QUÍMICOS, DEFINE O TAMANHO MÍNIMO, A RETIRADA DE PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS OU GARRAS), NO ESTADO DE SERGIPE.
PESCA REGULAMENTA USO DE PETRECHOS	PORTARIA	84	15/07/2002	PROÍBE O USO DE DETERMINADOS PETRECHOS, NO INTERIOR DA BAÍA DA BABITONGA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA PEROÁ, PEROÁ PRETO E BRANCO, PEIXE PORCO, PORQUINHO E CANGULO	PORTARIA	81	10/07/2002	PROÍBE O USO DE PUÇÁ PARA CAPTURA DE PEROÁ, PEROÁ-BRANCO, PEROÁ-PRETO, PEIXE-PORCO, PORQUINHO E CANGULO.
MEXILHÃO	PORTARIA	3	02/07/2002	PERMITIR A EXTRAÇÃO DE SEMENTES DE MEXILHÃO - PERNA PERNA, DOS ESTOQUES NATURAIS NO LITORAL DE SANTA CATARINA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2002
EMBARCAÇÃO	PORTARIA	75	29/06/2002	PROIBIR, ATE 31 DE DEZEMBRO DE 2004, A UTILIZACAO OU EMPREGO DE EMBARCACOES COM ARQUEACAO BRUTA SUPERIOR A 5T(CINCO TONELADAS), NOS LAGOS DE TEFE, UARINI E ALVARAES, BEM COMO EM SUAS BACIAS DE DRENAGEM
PESCA AMADORA	PORTARIA	77	24/06/2002	LIMITAR, NOS TRECHOS BANHADOS PELO RIO ARAGUAIA, SOMENTE NOS ESTADOS DE GÓIAS E MATO GROSSO, A COTA DE CAPTURA DE PESCADO A 5 KG (CINCO QUILOGRAMAS), POR PESCADOR AMADOR, PARA CONSUMO NO LOCAL, RESPEITADOS OS TAMANHOS MÍNIMOS DE CAPTURA ESTABELECIDOS NA BACIA DO RIO ARAGUAIA
TRANSPORTE DE PESCADO	PORTARIA	1	06/06/2002	PROIBIR O TRANSPORTE DE PEIXES, EM VOLUME COMERCIAL OU DE QUALQUER VOLUME QUE INDIQUE ATOS COMERCIAIS, EM BARCOS QUE NAO PERTENCAM A CATEGORIA E-2-M ASSIM CLASSIFICADOS PELA CAPITANIA DOS PORTOS E DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO ORGAO COMPETENTE COMO EMBARCACAO DE PESCA

ESTABELECE NORMAS DE PESCA PARA O RIO GUAPORÉ - RO	PORTARIA	72	06/05/2002	ESTABELECER NORMAS GERAIS PARA O EXERCICIO DA PESCA DO TAMBAQUI COLOSSOMA MACROPOMUM, NA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS GUAPORE E MAMORE PROPRIAMENTE DITOS, SEUS FORMADORES, SEUS AFLUENTES, LAGOS, LAGOAS MARGINAIS E DEMAIS COLEÇOES DE AGUA SOB DOMINIO DA UNIAO
PESCA EMALHE	PORTARIA	46	17/04/2002	REGULAMENTA A PESCA DE EMALHE NO RIO PARANÁ, ENTRE O VERTEDOURO DA UHE SOUZA DIAS (JUPIÁ) E A BARRAGEM DA UHE ENGENHEIRO SÉRGIO MOTTA (PORTO PRIMAVERA).
PESCA TAINHA, CORVINA, BAGRE, E CAMARÃO	PORTARIA	47	17/04/2002	ESTABELECE OS PERÍODOS DE CAPTURA DA TAINHA (MUGIL PLATANUS), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), BAGRE (NETUMA BARBA) E CAMARÃO (FERFANTEPENEAEUS PAULENSIS), NA REGIÃO ESTUARINA DA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA	PORTARIA	42	27/03/2002	ALTERAR OS ARTIGOS 1º E 2º DA PORTARIA IBAMA Nº 001,N DE 09 DE JANEIRO DE 2002, PUBLICADA NO DOU DE 10 DE JANEIRO DE 2002, QUE PASSARAO A TER OUTRA REDACAO
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	PORTARIA	32	13/03/2002	ESTABELECE O DEFESO E CRITÉRIOS PARA A PESCA DE ARRASTO DE CAMARÃO, SENDO O ROSA (FARFANTEPENAEUS SUBTILIS E F. BRASILIENSIS), SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI), NO ESTADO DA BAHIA E NA ÁREA ENTRE A DIVISA DE PE/AL E SE/BA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	33	13/03/2002	PROIBIR NA AREA DA APA COSTA DOS CORAIS, EXTRACAO DE CORAIS E ALGAS CALCARIAS, EXTRACAO DO SUBSTRATO RECIFAL, EXTRACAO DE CASCALHO E AREIA, CAPTURA, COMERCIALIZACAO E TRANSPORTE DE PEIXES E ORGANISMOS DE CARACTERISTICAS ORNAMENTAIS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	34	13/03/2002	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL EM RIOS E ACUDES DO DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DA PARAIBA, NO PERIODO DE 1º DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL, DAS ESPECIES: CURIMATA(PROCHILODUS CEARENSIS), PIAU(LEPORINUS ELONGATUS) E TUCUNARE(CICHLAOCCELLARIS)
PESCA EMALHE	PORTARIA	27	21/02/2002	SUSPENDER EM CARÁTER EXCEPCIONAL, NA ÁREA INUNDADA PELO RESERVATÓRIO UHE ENGº SERGIO MOTA, LOCALIZADO NA RIO PARANÁ, A PERMISSÃO DE USO DE REDE DE EMALHAR, ESTABELECIDA NA PORTARIA IBAMA Nº 21, DE 09 DE MARÇO DE 1993.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	26	18/02/2002	PROIBIR, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 18 DE FEVEREIRO A 05 DE MAIO DE 2002, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES CONHECIDAS VULGARMENTE POR CURIMATÃ, PIAU, CANGATI E SARDINHA NOS CORPOS D'AGUA
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	23	07/02/2002	PIRACEMA BACIA HIDROGRAFICA DO PARANA.
PIRACEMA	PORTARIA	22	05/02/2002	ESTABELECER O FINAL DO PERÍODO DE PIRACEMA (ENCERRAMENTO DO DEFESO DA REPRODUÇÃO) EM 06/02/2002 PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAI
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	17	31/01/2002	BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. PRORROGA ATÉ O DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2002, A VIGÊNCIA DOS EFEITOS DA PORTARIA Nº 163 DE 06/11/2001.
CARANGUEJO - UÇA	PORTARIA	1	25/01/2002	PROIBIR A CAPTURA, MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUAISQUER INDIVÍDUOS DE CARANGUEJO-UÇÁ E GUAIMUM BEM COMO AS PARTES ISOLADAS, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO DURANTE A ÉPOCA DE ANDADA NOS PERÍODOS DE 28/01/2002 A 03/02/2002; DE 27/02/2002 A 04/03/2002; DE 28/03/2002 A 03/04/2002; DE 27/04/2002 A 03/05/2002
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	1	25/01/2002	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) E GUAIAMUM (CARDISOMA GUAINHUMI), NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA	PORTARIA	12	23/01/2002	OS PARAGRAFOS 1º E 2º DO ART. 3º DA PORTARIA Nº 141, DE 11 DE OUTUBRO DE 2001, PASSAM A VIGORAR COM OUTRA REDACAO
PESCA AMADORA	PORTARIA	6	23/01/2002	LIMITAR COTA DE CAPTURA DE PESCADO A 5KG POR PECADOR AMADOR RESPEITADOS OS TAMANHOS MÍNIMOS DE CAPTURA ESTABELECIDOS PARA AS ESPÉCIES PERMITIDAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS GUAPORÉ-MAMORÉ NO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFESO	PORTARIA	188	21/12/2001	FIXAR O PERÍODO DE 05/11/2001 A 02/02/2002, PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INCLUSIVE NOS RIOS LIMÍTROFES COM OS ESTADOS DE SP, MG E ES
DEFESO	PORTARIA	184	11/12/2001	PROIBIR NO PERÍOO DE 15/11/2001 A 15/02/2002, O EXERCÍCIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL EM RIOS, IGARAPÉS, BARRAGENS, AÇUDES PÚBLICO DA REGIÃO SUL DO ALTO PARNAÍBA E SEUS MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES, QUANDO OCORRE O FENÔMENO DA PIRACEMA
FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS	PORTARIA	181	04/12/2001	DELEGAR COMPETÊNCIA AOS GERENTES EXECUTIVOS DOS ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS, OUVIDA A DIRETORIA DE FAUNA E RECURSOS PESQUEIROS PARA LICENCIAR OS PROJETOS DO PROGRAMA NACIONAL DE MANEJO E PROTEÇÃO DE VIDA SILVESTRE
PESCA	PORTARIA	170	14/11/2001	ESTABELECER ANUALMENTE, NO PERÍODO DE SETEMBRO A FEVEREIRO RESTRIÇÕES À PESCA NOS LAGOS SAPUCUÁ E

				PARANÁ DO MAPATI NO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ, PARÁ COMPREENDENDO OS ANOS DE 2001 A 2006
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	458	13/11/2001	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO NO PERÍODO DE 1º/DEZ/2001 A 28/FEV/2002, PARA A PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS), ENTRE CABO DE SÃO TOMÉ, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E O CABO DE SANTA MARTA, NO ESTASDO DE SANTA CATARINA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	140	10/11/2001	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE REPRODUCAO DE PEIXES NO ANO DE 2002, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO NA ILHA DO MARAJO, NO ESTADO DO PARA, NO PERIODO DE 1º DE JANEIRO A 30 DE ABRIL DE 2002
DEFESO	PORTARIA	165	06/11/2001	ESTABELECER DE 15 DE OUTUBRO DE 2001 A 11 DE FEVEREIRO DE 2002, O PERÍODO DE PORTEÇÃO Á REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES (PIRACEMA) NO ESTADO DE MINAS GERAIS, EXCETUANDO-SE AS ÁREAS DAS BACIAS HIFROGRÁFICAS DOS RIOS PARANÁ E SÃO FRANCISCO, COMPEMPLADOS POR PORTARIAS CONJUNTAS DE PIRACEMA DO IBAMA
DEFESO	PORTARIA	164	06/11/2001	FIXAR O PERÍODO DE 05 DE NOVEMBRO DE 2001 A 02 DE FEVEREIRO DE 2002, PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, INCLUSIVE NOS RIOS LIMÍTROFES COM OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO
DEFESO	PORTARIA	165	06/11/2001	ESTABELECER DE 15 DE OUTUBRO DE 2001 A 11 DE FEVEREIRO DE 2002, O PERÍODO DE PROTEÇÃO À REPRODUÇÃO NATURAL DOS PEIXES (PIRACEMA) NO ESTDO DE MINAS GERAIS, EXCETUANDO-SE AS ÁREAS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARANÁ E SÃO FRANCISCO, CONTEMPLADOS POR PORTARIAS CONJUNTAS DE PIRACEMA DO IBAMA
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO E PERIODO REPRODUTIVO ESPÉCIES ÁGUA DOCE	PORTARIA	162	06/11/2001	ESTABELECE O PERÍODO DE REPRODUÇÃO DOS PEIXES DE ÁGUA DOCE NAS ÁGUAS CONTINENTAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, ALÉM DE ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	PORTARIA	409	30/10/2001	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO NO PERÍODO DE 1°/NOV A 31/DEZ/2001, PARA A PESCA DE ARRASTO DOS CAMARÕES ROSA (FAFANTEPENAEUS SUBTILIS E F.BRASILIENSIS), BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), ENTRE A FRONTEIRA DA GUIANA FRANCESA COM O BRASIL E A DIVISA DOS ESTADOS DO PIAUÍ E CEARÁ.
DEFESO	PORTARIA	139	11/10/2001	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, NO ANO DE 2001, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS, NO ESTADO DE RORAIMA, NO PERIODO DE 1º DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2002
DEFESO	PORTARIA	141	11/10/2001	ESTABELECER O PERIODO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2001 A 28 DE FEVEREIRO DE 2002 COMO DEFESO DA REPRODUCAO DE PEIXES NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS NOS ESTADOS DE RONDONIA E MATO GROSSO
DEFESO	PORTARIA	142	11/10/2001	ESTABELECER PERIODO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2001 A 28 DE FEVEREIRO DE 2002, COMO DEFESO DA REPRODUCAO DE PEIXES NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS, NOS ESTADOS DO PARA, AMAPA, MATO GROSSO E, NO ESTADO DO AMAZONAS
PESCA	PORTARIA	138	11/10/2001	INTERDITAR A PESCA NO RIO MOGI GUACU, NA REGIAO DE CACHOEIRA DE EMAS, MUNICIPIO DE PIRASSUNUNGA, ESTADO DE SAO PAULO, EM QUALQUER MODALIDADE, ENTRE OS TRECHOS COMPREENDIDOS ENTRE A PONTE VELHA E A BARRAGEM E DA BARRAGEM ATE A PONTE FERREA OU PONTILHAO
PESCA TAINHA, CORVINA, BAGRE, E CAMARÃO	PORTARIA	144	11/10/2001	ALTERA O ART 5º DA P IBAMA Nº 171/1998, ESTABELECENDO OS PERÍODOS DE PESCA/ CAPTURA DA TAINHA (MUGIL PLATANUS), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), BAGRE (NETUMA BARBA), E DO CAMARÃO (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS) NA REGIÃO ESTUARINA DA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
APETRECHOS	PORTARIA	129	01/10/2001	PROIBIR O EMPREGO DE REDE DE ARRASTO DE FUNDO PELO SISTEMA PORTAS OU PARELHA, COM A UTILIZACAO DE EMBARCACOES MOTORIZADAS NA AREA DE PESCA DENOMINADA COREIA
DEFESO	PORTARIA	131	01/10/2001	FIXAR PERIODO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2001 A 28 DE FEVEREIRO DE 2002, COMO DEFESO DA PIRACEMA NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO ARAGUAIA
DEFESO	PORTARIA	132	01/10/2001	FIXAR PERIODO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2001 A 28 DE FEVEREIRO DE 2002, COMO DEFESO DA PIRACEMA NA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS TOCANTINS E GURUPI
PESCA ARRASTO	PORTARIA	129	01/10/2001	PROÍBE O ARRASTO MOTORIZADO DE FUNDO, COM PORTAS OU PARELHAS, NA CORÉIA, ENTRE AS PRAIAS DE ITAPOÁ E ITAPARICA E AS ILHAS DE PITUÁ E ITAPARICA, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	122	17/09/2001	REGULAMENTA A CAPTURA DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), ESTABELECENDO PERÍODO DE DEFESO ENTRE 1°/OUT E 20/DEZ/2001, O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, E A PROIBIÇÃO DE CAPTURA DE FÊMEAS OVADAS, DE RETIRADA DE PARTES ISOLADAS (QUELAS, PINÇAS OU GARRAS) E O USO DE QUAISQUER TIPOS DE ARMADILHAS, NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA.

AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	118	04/09/2001	CRIAR A CAMARA TECNICA DE PESCA E AQUICULTURA, VINCULADA A GERENCIA EXECUTIVA DO IBAMA NO ESTADO DO ACRE QUE CONVOCARA AS INSTITUICOES MEMBRO, PARA A APRESENTACAO DA PROPOSTA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, REGIMENTO INTERNO E ESCOLHA DE ESCRETARIA EXECUTIVA
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	95	31/08/2001	ESTABELECER O PRAZO DE ATÉ 10 DE DEZEMBRO DE 2001 PARA APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 4° DA PORTARIA IBAMA N° 39, DE 09 DE MARÇO DE 2001.
PESCA REGULAMENTA USO DE LAGOA COM LICENÇA	PORTARIA	17	31/07/2001	DEFINE QUE A ATIVIDADE DE PESCA NO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS/RS FICA CONDICIONADA À CONCESSÃO DE LICENÇAS DE PESCA POR ESPÉCIE E PROCESSO PARA OBTENÇÃO DA MESMA.
PESCA AMADORA	PORTARIA	81	13/06/2001	LIMITAR, NA PESCA AMADORA, A COTA DE CAPTURA DE PESCADO A 5 KG (CINCO QUILOGRAMA) OU UM EXEMPLAR POR PESCADOR, PARA CONSUMO NO LOCAL, RESPEITADOS OS TAMANHOS MINIMOS DE CAPTURA ESTABELECIDOS, NA BACIA DO RIO ARAGUAIA, NO PERIODO DE 1º DE JULHO A 31 DE JULHO DE 2001
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO E PERIODO REPRODUTIVO ESPÉCIES ÁGUA DOCE	PORTARIA	163	04/05/2001	ESTABELECE O PERÍODO DE REPRODUÇÃO DOS PEIXES DE ÁGUA DOCE NAS ÁGUAS CONTINENTAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI, ALÉM DE ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	04/05/2001	PROIBIR NO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE 05 DE ABRIL DE 2001 A 05 DE JUNHO DE 2001, O EXERCICIO DE PESCA NAS COLECOES DE AGUAS PUBLICAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.
PESCA LAGOSTA	PORTARIA	155	25/04/2001	LIMITA A FROTA QUE OPERA NA PESCA DE LAGOSTAS, INDEPENDENTE DA ESPÉCIE A SER CAPTURADA, ÀS EMBARCAÇÕES JÁ INSCRITAS NO REGISTRO GERAL DA PESCA, NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS.
APETRECHOS	PORTARIA	44	20/03/2001	PROIBIR A PESCA COM TARRAFAS NA FAIXA DE 500M (QUINHENTOS METROS) A MONTANTE, MEDIDOS A PARTIR DA FOZ DO RIO ARARANGUA E NA PRAIA A UMA DISTANCIA DE MENOS DE 200M (DUZENTOS METROS) AO NORTE E AO SUL DA BOCA DA BARRA
PESCA REGULAMENTA USO DE PETRECHOS	PORTARIA	44	20/03/2001	ESTABELECE O USO E A PROIBIÇÃO DE DETERMINADOS PETRECHOS NA FOZ E A MONTANTE DO RIO ARARANGUÁ.
APETRECHOS	PORTARIA	42	15/03/2001	NO EXERCICIO DA PESCA EM REGIOES ESTUARINAS, LAGUNARES E CANAIS NO ESTADO DE SAO PAULO, PROIBIR O USO DOS SEGINTES PETRECHOS:REDES DE ARRASTO, REDES DE ESPERA,TARRAFAS,FISGA
APETRECHOS	PORTARIA	41	15/03/2001	PROIBIR O USO DE MALHADEIRA DE QUALQUER ESPECIE, NO PERIODO DE 01 DE SETEMBRO A 31 DE JANEIRO, NOS SEGUINTES LAGOS:ARAMANAI,MAUARI,ITARIM,BUIUÇU,MARACA,ENSEADA GRANDE,TOME, MUNGUBA, FELICIANO, LAGUINHO E SANTA TEREZINHA
LIMEITES DE PESCA	PORTARIA	40	15/03/2001	ESTABELECER LIMITES A PESCA EXERCIDA NO LAGO BOM SOCORRO, LOCALIZADO ENTRE OS IGARAPES DO PIXUNA E CANTO GALO, NO MUNICIPIO DE CURUA/PA. POR TRATAR-SE DE AREA PARTICULAR, A ENTRADA DE PESCADORES ESTRANHOS SE DARA SOMENTE NO PERIODO EM QUE O ACESSO E POSSIBILITADO PELA CHEIA DO RIO CURUA
PESCA ARRASTO	PORTARIA	42	15/03/2001	PROÍBE O USO DE ARRASTO; REGULAMENTA REDE DE ESPERA, TARRAFA; PERMITE GERIVAL EM REGIÕES ESTUARINAS, LAGUNARES E CANAIS.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	13/03/2001	PROIBIR NO ESTADO DO AMAZONAS A CAPTURA, O TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DAS ESPÉCIES ABAIXO RELACIONADAS
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	PORTARIA	39	09/03/2001	DETERMINA, ANUALMENTE, O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DE CAMARÕES ROSA (FARFANTEPENAEUS SUBTILIS E FARFANTEPENAEUS BRASILIENSIS), CAMARÃO SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI)E CAMARÃO BRANCO (LITOPENAEUS SCHMITTI) COM ARRASTO COM TRAÇÃO MOTORIZADA (I) NO ESTADO DA BAHIA (15/MAR A 05/MAI) E (II) ENTRE PE/AL E SE/BA (01/MAI A 19/JUN).
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO, SANTANA E BARBA RUSSA	PORTARIA	74	13/02/2001	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO NO PERÍODO DE 1º/MAR A 31/MAI, PARA A PESCA DE ARRASTO DE CAMARÃO-ROSA (FARFANTEPENAEUS PAULENSIS, F. BRASILIENSIS E F. SUBTILIS), CAMARÃO SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), CAMARÃO BRANCO (LITOPENAEUS SCHIMITTI), CAMARÃO SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI) E CAMARÃO BARBA RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS) NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE A DIVISA DOS ESTADOS DA BAHIA E ESPÍRITO SANTO E A FOZ DO ARROIO CHUÍ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
DEFESO	PORTARIA	7	02/02/2001	ESTABELECER PERIODO COMPLEMENTAR DE DEFESO DA PIRACEMA, DE 30 DIAS, NA AREA DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARANA,COM INICIO NO DIA 05 DE FEVEREIRO E TERMINO NO DIA 06 DE MARCO DE 2001
DEFESO	PORTARIA	108	29/12/2000	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA REPRODUCAO DE 01 DE DEZEMBRO DE 2000 A 28 DE FEVEREIRO DE 2001, EM TODO O ESTADO DE RONDONIA

DEFESO	PORTARIA	101	21/12/2000	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2000/2001, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NA BACIA HIDRIGRAFICA DO RIO AMAZONAS, NO ESTADO DE RORAIMA, NO PERIODO DE 12 DE ABRIL A 12 DE JULHO DE 2001
DEFESO	PORTARIA	102	21/12/2000	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS, NOS ESTADOS DO PARA E AMAPA E, NO ESTADO DO AMAZONAS, NA AREA COMPREENDIDA ENTRE O MERIDIANO 58º00`W E OS PARALELOS 02º00`A 04º00`S ATE OS LIMITES ENTRE OS ESTADOS DO AMAZONAS E PARA, NO PERIODO DE 01 DE JANEIRO A 28 DE FEVEREIRO DE 2001
DEFESO	PORTARIA	103	21/12/2000	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2000/2001, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS, NOS ESTADOS DO AMAZONAS E RORAIMA, NO PERIODO DE 01 DE JANEIRO A 28 DE FEVEREIRO DE 2001
DEFESO	PORTARIA	104	21/12/2000	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2000/2001, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS, NOS ESTADOS DO AMAZONAS E ACRE, NO PERIODO DE 01 DE JANEIRO A 28 DE FEVEREIRO DE 2001
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	99	21/12/2000	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2000/2001, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS, NO ESTADO DO AMAZONAS,COM EXCECAO DA AREA COMPREENDIDA ENTRE O MERIDIANO 58º00`W E OS PARALELOS 02º00 A 04º00 S ATE OS LIMITES ENTRE OS ESTADOS DO AMAZONAS E PARA, NO PERIODO DE 01 DE JANEIRO A 28 DE FEVEREIRO DE 2001
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	100	21/12/2000	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O OERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 2000/2001, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NA ILHA DE MARAJO, NO ESTADO DO PARA, NO PERIODO DE 01 DE JANEIRO DE 2001 A 30 DE ABRIL DE 2001
LIMITE DE CAPTURA	PORTARIA	98	14/12/2000	O ARTIGO 4º DA PORTARIA Nº 72, DE 31 DE OUTUBRO DE 2000, PASSA A VIGORAR ACRESCIDO DO UM PARAGRAFO UNICO, COM A SEGUINTE REDACAO: PARAGRAFO UNICO- O LIMITE DE CAPTURA ESTIPULADO NO CAPUT DESTE ARTIGO NAO SE APLICA AOS PESCADORES QUE EXERCAM A PESCA NO RESERVATORIO DA HIDRELETRICA DE TUCURUI
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	96	13/12/2000	DETERMINA COMO ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO DE PARELHA EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL, DENOMINADA BANCO DOS ABROLHOS E RECIFES ADJACENTES, NO ESTADO DA BAHIA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	95	13/12/2000	PROIBIR NO PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 2000 A 15 DE FEVEREIRO DE 20001, O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL,EM RIOS, IGARAPES, BARRAGENS E AÇUDES PUBLICOS DA REGIAO SUL DO ESTADO DO PIAUI, NA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO PARNAIBA E SEUS MUNICIPIOS CORRESPONDENTES, QUANDO OCORRE O FENOMENO DA PIRACEMA
PESCA REGULAMENTA USO DE RIOS E CURSOS DE ÁGUA	PORTARIA	92	23/11/2000	REGULAMENTA A PESCA NOS RIOS PELOTAS E FORQUILHA OU INHANDAVA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
DEFESO	PORTARIA	77	31/10/2000	FIXAR O PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 28 DE FEVEREIRO DE 2001, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL, COMO DEFESO DA PIRACEMA NAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS PIQUIRI, SAO LOURENÇA, CORRENTES E TAQUARI
DEFESO	PORTARIA	78	31/10/2000	FIXAR O PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 28 DE FEVEREIRO DE 2001, COMO DEFESO DA PIRACEMA NAS BACIAS DOS RIOS DO ESTDO DE MATO GROSSO
DEFESO	PORTARIA	79	31/10/2000	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 29 DE JANEIRO DE 2001, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PODENDO SER PRORROGADO, SE ESTUDOS TECNICOS COMPROVAREM A OCORRENCIA DA CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REPRODUCAO
DEFESO	PORTARIA	80	31/10/2000	FIXAR O PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 29 DE JANEIRO DE 2001, PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, INCLUSIVE NOS RIOS LIMITROFES COM OS ESTADOS DE SAO PAULO, MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO
DEFESO	PORTARIA	81	31/10/2000	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL, EM RIOS, IGARAPES, LAGOS, BARRAGENS E ACUDES PUBLICOS DO ESTADO DO MARANHAO, NO PERIODO DA PIRACEMA/TEMPORADA 2000/2001
DEFESO	PORTARIA	82	31/10/2000	ESTABELECER DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 29 DE JANEIRO DE 2001, O PERIODO DE PROTECAO A REPRODUCAO NATURAL DOS PEIXES(PIRACEMA), NO ESTADO DE SAO PAULO
DEFESO	PORTARIA	83	31/10/2000	PROIBIR A PESCA DURANTE O PERIODO DE REPRODUCAO DOS PEIXES DE AGUA DOCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 31 DE JANEIRO DE 2001, NAS AGUAS CONTINENTAIS PERTENCENTES AO ESTADO DE SANTA CATARINA E NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO URUGUAI

DEFESO	PORTARIA	84	31/10/2000	FIXAR O DEFESO DURANTE O PERIODO DE REPRODUCAO DOS PEIXES, PROIBINDO A PESCA DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 31 DE JANEIRO DE 2001, NAS AGUAS CONTINENTAIS PERTENCENTES AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO URUGUAI
DEFESO	PORTARIA	85	31/10/2000	FIXAR O PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 29 DE JANEIRO DE 2001 PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, INCLUSIVE NOS RIOS LIMITROFES COM OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO
DEFESO	PORTARIA	72	30/10/2000	FIXAR O PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 28 DE FEVEREIRO DE 2001 COMO DEFESO DA PIRACEMA NAS BACIAS DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	74	30/10/2000	REGULAMENTA A CAPTURA DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS): PERÍODO DE DEFESO ENTRE 1°/OUT E 30/NOV, O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, A PROIBIÇÃO DE CAPTURA DE FÊMEAS OVADAS, A RETIRADA DE PARTES ISOLADAS E O USO DE QUAISQUER TIPOS DE ARMADILHAS, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	73	30/10/2000	ESTABELECE O PERÍODO DE 01/11/2000 A 29/01/2001, PARA O PERÍODO DE PIRACEMA, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ; PROÍBE A PESCA NAS LAGOAS MARGINAI, À JUSANTE E À MONTANTE DAS BARRAGENS DE RESERVATÓRIOS DE USINAS HIDRELÉTRICAS, CACHOEIRAS E CORREDEIRAS; PROÍBE A PESCA PROFISSIONAL COM ALGUNS PETRECHOS, ENTRE A PONTE GUMERCINDO PENTEADO (PLANURA/MG E COLÔMBIA/SP) E À JUSANTE DA UHE DE PORTO COLÔMBIA, NO RIO GRANDE; PROÍBE A PESCA AMADORA E PROFISSIONAL A MONTANTE DA UHE SÉRGIO MOTTA E A JUSANTE DA UHE DE JUPIÁ, NO RIO PARANÁ.
PIRACEMA	PORTARIA	75	30/10/2000	ESTABELECER DE 01 DE FEVEREIRO A 03 DE ABRIL DE 20001, O PERIODO DE PROTECAO A REPRODUCAO NATURAL DOS PEIXES(PIRACEMA), NA AREA DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO SAO FRANCISCO, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A BARRAGEM DA USINA HIDRELETRICA-UHE DE PAULO AFONSO E A SUA FOZ
PIRACEMA	PORTARIA	71	30/10/2000	ESTABELECER, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2000 A 29 DE JANEIRO DE 20001, O PERIODO DE PROTECAO A REPRODUCAO NATURAL DOS PEIXES(PIRACEMA) NA AREA DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO SAO FRANCISCO, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE AS NASCENTES DO RIO SAO FRANCISCO E O VERTEDOURO DA USINA HIDRELETRICA -UHE DE PAULO AFONSO
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	70	20/10/2000	REGULAMENTA A CAPTURA DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS): DEFESO ENTRE 1°/OUT E 31/DEZ, O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, A PROIBIÇÃO DE CAPTURA DE FÊMEAS OVADAS, RETIRADA DE PARTES ISOLADAS E O USO DE QUAISQUER TIPOS DE ARMADILHAS.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	3	03/10/2000	ESTABELECER,ANUALMENTE,NO PERIODO DE 01 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO,PROIBICOES A PESCA NA REGIAO DE URUCURITUBA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	5	19/09/2000	ESTABELECER LIMITES A PESCA EXERCIDA NO LAGO BOM SOCORRO, LOCALIZADO ENTRE OS IGARAPES DO PIXUNA E CANTO GALO, NO MUNICIPIO DE CURUA/PA. POR TRATAR-SE DE AREA PARTICULAR, A ENTRADA DE PESCADORES ESTRANHOS SE DARA SOMENTE NO PERIODO EM QUE O ACESSO E POSSIBILITADO PELA CHEIA DO RIO CURUA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	3	29/08/2000	PROIBIR,POR TEMPO INDETERMINADO, QUALQUER MODALIDADE DE PESCA NO RIO BARIGUI E SEUS AFLUENTES, DESDE A FOZ DO ARROIO SALDANHA ATE A FOZ DO RIO BARIGUI NO RIO IGUACU, E NO RIO IGUACU, DESDE A FOZ DO RIO BARIGUI ATE A MONTANTE DO MUNICIPIO DE PORTO AMAZONA.
PESCA IMPACTO AMBIENTAL	PORTARIA	2	19/07/2000	PROÍBE POR TEMPO INDETERMINADO A PESCA NO RIO IGUAÇU E SEUS AFLUENTES, DESDE A FOZ DO RIO BARIGUI ATÉ A MONTANTE DAS CATARATAS DO IGUAÇU, DEVIDO AO ACIDENTE NA REFINARIA DE ARAUCÁRIA, NO ESTADO DO PARANÁ.
SUSPENSÃO DA PESCA	PORTARIA	1	02/07/2000	SUSPENDER TODA ATIVIDADE PESQUEIRA POR UM PERIODO DE 90(NOVENTE)DIAS, NA BARRAGEM DO CHAPEU, DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO BRIGIDA, AFLUENTE DO RIO SAO FRANCISCO
DEFESO	PORTARIA	1	05/04/2000	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 15 DE ABRIL A 15 DE JULHO DE 2000, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO BRANCO, NO ESTADO DE RORAIMA.
PESCA REGULAMENTA USO DE LAGOA	PORTARIA	24	31/03/2000	REGULAMENTA A PESCA NO ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	24	29/03/2000	PROIBIR,NO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE ABRIL DE 2000 A 31 DE MAIO DE 2000, O EXERCICIO DA PESCA NAS COLECOES DE AGUAS PUBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.
CAMARÃO-ROSA E BRANCO	PORTARIA	13	28/02/2000	PERMITIR,EM CARATER EXPERIMENTAL, POR UM PERIODO DE DOIS ANOS, EXCLUSIVAMENTE AOS PESCADORES PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO IBAMA, A PESCA DE CAMARAO-ROSA(PENAEUS PAULENSIS E P.BRASILIENSIS) E CAMARAO-BRANCO(PENAEUS SCHMITTI) NO INTERIOR DA BAIA DA BABITONGA,NA REGIAO QUE ABRANGE

				OS MUNICIPIOS DE SAO FRANCISCO DO SUL, JOINVILLE, ARAQUARI, GARUVA E ITAPOA,ESTADO DE SANTA CATARINA
PESCA CAMARÃO ROSA E BRANCO	PORTARIA	13	28/02/2000	PERMITE, EM CARÁTER EXPERIMENTAL, PELOS MÉTODOS DE GERIVAL E CACEIO A PESCA DE CAMARÃO-ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P. BRASILIENSIS) E CAMARÃO-BRANCO (PENAEUS SCHMITTI) NA BAÍA DA BABITONGA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
DEFESO	PORTARIA	2	31/01/2000	PROIBIR,O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 1999/2000, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, BEM COMO O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO, O BENEFICIAMENTO E O ARMAZENAMENTO
PIRACEMA	PORTARIA	1	26/01/2000	ALTERAR O ART.1º DA PORTARIA CONJUNTA Nº1, DE 26 DE OUTUBRO DE 1999, REFERENTE AO PERIODO DE PIRACEMA DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARANA,QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDACAO:`ART.1º-ALTERAR O ART.1º-PRORROGAR O PERIODO DA PIRACEMA DE 1º A 29 DE FEVEREIRO DE 2000, NA AREA DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARANA
DEFESO	PORTARIA	1	17/01/2000	PRORROGAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DE SAO PAULO ATE 29 DE FEVEREIRO DE 2000
DEFESO	PORTARIA	1	13/01/2000	PRORROGAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, DE QUE TRATA O ART.1º DA PORTARIA Nº 002.99, DE 27 DE OUTUBRO DE 1999, ATE O DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2000
PESCA	PORTARIA	105	01/12/1999	ALTERAR O PARAGRAFO UNICO DO ART.7º DA PORTARIA Nº 145/98,DE 29 DE OUTUBRO DE 1998,QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDACAO:`PARAGRAFO UNICO- EXCETUAM-SE DESSA PROIBICAO AS FORMAS JOVENS DE SALMONIDEOS E, PELO PRAZO DE 02(DOIS) ANOS A PARTIR DA PUBLICACAO DA PRESENTE PORTARIA, AS FORMAS JOVENS DO CAMARAO DE AGUA DOCE, MACROBRACHIUM ROSENBERGII E DA OSTRA,CRASSOSTREA GIGAS`.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	2	26/11/1999	PROIBIR, NO PERIODO DE 05 (CINCO) ANOS, A PESCA SOB QUALQUER MODALIDADE ATE A DISTANCIA DE 1000M A MONTANTE E 138M A JUSANTE DO DIQUE DA HIDROELETRICA SAO PATRICIO -CHESP, NO RIO DAS ALMAS, MUNICIPIO DE RIANAPOLIS/GO
DEFESO	PORTARIA	1	12/11/1999	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DE REPRODUCAO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1999 A 15 DE FEVEREIRO DE 2000, EM TODO O ESTADO DE RONDONIA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	11/11/1999	PROIBIR,O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES, NO PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1999 A 15 DE FEVEREIRO DE 2000 E NAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS MUNICIPIOS DE CARINHANHA E PAULO AFONSO, NO ESTADO DA BAHIA, NO PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1999 A 15 DE MAIO DE 2000
DEFESO	PORTARIA	3	28/10/1999	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 1999/2000, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, BEM COMO O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO, O BENEFICIAMENTO E O ARMAZENAMENTO, NO RIO AMAZONAS E SEUS AFLUENTES, INCLUSIVE O RIO JARI, NA DIVISA DOS ESTADOS DO PARA E AMAPA, NO PERIODO DE 01/12/99 A 28/02/2000
DEFESO	PORTARIA	2	27/10/1999	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1999 A 31 DE JQNEIRO DE 2000, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PODENDO SER PRORROGADO, SE ESTUDOS TECNICOS COMPROVAREM A OCORRENCIA DA CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REPRODUCAO
DEFESO	PORTARIA	2	27/10/1999	FIXAR O PERIODO DE 05 DE NOVEMBRO DE 1999 A 02 DE FEVEREIRO DE 2000 PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO INCLUSIVE NOS RIOS LIMITROFES COM OS ESTADOS DE SAO PAULO,MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	1	26/10/1999	DEFINE PERÍODO DE PIRACEMA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ ENTRE 05/NOV E 02/FEV/2000 NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, MINAS GERAIS, PARANÁ E SÃO PAULO.
DEFESO	PORTARIA	9	25/10/1999	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1999 A 31 DE JANEIRO DE 2000, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DE MATO GROSSO, PODENDO SER PRORROGADO, SE ESTUDOS TECNICOS COMPROVAREM A OCORRENCIA DE CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REPRODUCAO
DEFESO	PORTARIA	1	22/10/1999	PROIBIR A PESCA DURANTE O PERIODO DE REPRODUCAO DOS PEIXES DE AGUA DOCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 1999 A 31 DE JANEIRO DE 2000, NAS AGUAS CONTINENTAIS PERTENCENTES AO ESTADO DE SANTA CATARINA E NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO URUGUAI
DEFESO	PORTARIA	5	21/10/1999	FIXAR O DEFESO DURANTE O PERIODO DE REPRODUCAO DOS PEIXES,PROIBINDO A PESCA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1999 A 31 DE JANEIRO DE 2000, NAS AGUAS CINTINENTAIS

				PERTENCENTES AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO URUGUAI
PIRACEMA	PORTARIA	1	19/10/1999	FIXAR O PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1999 A 15 DE FEVEREIRO DE 2000 COMO DEFESO DA PIRACEMA E PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA NAS BACIAS DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS, NESSE PERIODO, NO ESTADO DE GOIAS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	18/10/1999	PROIBIR,NO PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1999 A 15 DE FEVEREIRO DE 2000, O EXERCICIO DA PESCA NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES; NAS SUAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS DE 01 DE DEZEMBRO DE 1999 A 01 DE MAIO DE 2000, NO ESTADO DE PERNAMBUCO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	14/10/1999	PROIBIR NO PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1999 A 15 DE FEVEREIRO DE 2000, O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL, EM RIOS,IGARAPES, BARRAGENS E AÇUDES PUBLICOS DA REGIAO SUL DO ESTADO DO PIAUI, E NO ESTADO DO MARANHAO, NA BACIA HIDROGRDFICA DOALTO PARNAIBA E SEUS MUNICIPIOS CORRESPONDENTES, QUANDO OCORRE O FENOMENO DA PIRACEMA
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	6	13/10/1999	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇA (UCIDES CORDATUS): PERMITE SOMENTE O MÉTODO DE "BRACEAMENTO" PARA COLETA, PROÍBE A RETIRADA ISOLADA DO PRIMEIRO PAR DE PATAS LOCOMOTORAS E SUAS QUELAS, NOS ESTADOS DO MARANHÃO E PIAUÍ.
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	2	11/10/1999	DETERMINA O PERÍODO DE PIRACEMA E REGULAMENTA A PESCA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE 05/NOV/1999 E 02/FEV/2000.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	06/10/1999	PROIBIR POR TEMPO INDETERMINADO A PESCA, SOB QUALQUER MODALIDADE (PROFISSIONAL E AMADORA), NAS LAGOAS MARGINAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFESO	PORTARIA	1	05/10/1999	FIXAR O PERIODO DE 05 DE NOVEMBRO DE 1999 A 02 DE FEVEREIRO DE 2000 PARA O DEFESO DA PIRACEMA, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, INCLUSIVE NOS RIOS LIMITROFES COM OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	27	03/10/1999	PROIBIR, NA LAGOA DO CAMCHO, ESTADO DE SANTA CARATINA, A PESCA DE CAMARAO-ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P. BRASILIENSIS) COM APARELHO DENOMINADO `AVIAOZINHO` E `GERIVAL`
PESCA ESPORTIVA BALBINA	PORTARIA	41	29/09/1999	INSTITUIR A PESCA ESPORTIVA/TURISTICA NO LAGO FORMADO PELA UHE DE BALBINA
DEFESO	PORTARIA	1	28/09/1999	PROIBIR,O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 1999/2000, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, BEM COMO O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO, O BENEFICIAMENTO E O ARMAZENAMENTO
DEFESO	PORTARIA	2	28/09/1999	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 1999/2000, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NA BACIA HIDROGRAFICA DA ILHA DE MARAJO, NO ESTADO DO PARA, NO PERIODO DE 01 DE JANEIRO DE 2000 A 31 DE MARÇO DE 2000
DEFESO	PORTARIA	22	28/09/1999	ESTABELECER NORMAS PARA O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 1999/2000, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, BEM COMO O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO
DEFESO	PORTARIA	21	27/09/1999	ESTABELECER, NO PERIODO DE 01 DE OUTUBRO DE 1999 A 01 DE SETEMBRO DE 2001, PROIBIÇÕES A PESCA NO LAGO GRANDE DO CURUAI.
DEFESO	PORTARIA	20	21/09/1999	EATABELECER, ANUALMENTE NO PERIODO DE 01 DE OUTUBRO A 31 DE JANEIRO PROIBICAO A PESCA NA REGIAO DO ITUQUI.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	17	31/08/1999	ESTABELECER,ANUALMENTE NO PERIODO DE 01 DE OUTUBRO A 01 DE DEZEMBRO,PROIBICOES A PESCA NO LAGO GRANDE DO CURUAI
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	18	31/08/1999	ESTABELECER ANUALMENTE, NO PERIODO DE 01 DE OUTUBRO A 31 DE JANEIRO PROIBICOES A PESCA NOS LAGOS DE SARACURA,PIRANHAS E LUCRECIA, NO CANAL GRANDE, NO IGARAPE DA PRAIA E ILHA DO PALHAO,NO MUNICIPIO DE SANTAREM.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	19	31/08/1999	PROIBIR ANUALMENTE, NO PERIODO DE 15 DE SETEMBRO A 15 DE FEVEREIRO, A PESCA EXERCIDA POR BARCOS PESCADORES (GELEIRA) E/OU CANOAS MOTORIZADAS NO LAGO DE BOA VISTA DO CUÇARI
MANJUBA	PORTARIA	1	13/08/1999	PERMITIR O EXERCICIO DA PESCA DA MANJUBA, COM O PETRECHO DENIMINADO `MANJUBEIRA`, NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE ATE OS LOCAIS CONHECIDOS COMO `COROINHA` E `SINAL`; NO COSTAO DO ICAPARA ATE A PEDRA DO JEJAVA; E NA MARGEM DA ILHA COMPRIDA ATE O HOTEL `MARE ALTA`
PESCA MANJUBA	PORTARIA	1	13/08/1999	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA, EM DETERMINADAS LOCALIDADES, COM O PETRECHO DENOMINADO "MANJUBEIRA" E "CORRICO" NA REGIÃO DE IGUAPE/SP.
LIMITE DE ÁREAS PARA A PESCA DA LAGOSTAS	PORTARIA	55	17/06/1999	LIMITAR, NAS AGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, A FROTA QUE OPERA NA PESCA DE LAGOSTAS, INDEPENDENTE DA ESPECIE A SER CAPTURADA

PESCA PROIBIDA	PORTARIA	18	16/06/1999	REVOGAR A PORTARIA Nº 17N DE 23 DE ABRIL DE 1999, PUBLICADA NO DIARIO OFICIAL DA UNIAO Nº78, DE 27 DE ABRIL DE 1999, QUE TRATA DA INTERDICAO DA PESCA E DO CONSUMO DE PESCADO PROVENIENTE DO RIO JAGUARAO, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE 500M(QUINHENTOS METROS) A MONTANTE DA PONTE INTERNACIONAL MAUA E A SUA FOZ
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	14/06/1999	PROIBIR EXERCICIO DE PESCA COM REDE DE ZANGARIA, NO LITORAL MARANHENSE, PELO PRAZO DE 15 DIAS
PESCA PESCA EMALHE	PORTARIA	54	09/06/1999	PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE REDES DE EMALHAR FIXAS NO LITORAL DE SANTA CATARINA. PERMITE NO LITORAL SUL, O USO DE DETERMINADOS PETRECHOS.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	51	24/05/1999	REGULAMENTA A PESCA PROFISSIONAL, COM A UTILIZAÇÃO DE REDE DE CACEIO OU EMALHAR SEM TRAÇÃO MECÂNICA, NAS ÁREAS ESTUARINAS E LAGUNARES DO ESTADO DO PARANÁ, DEFININDO O PETRECHO, CARACTERÍSITCAS, PERÍODO E ÁREA, DAS REDES DE CACEIO PARA CAPTURA DE CAMARÕES.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	49	21/05/1999	PROIBIR, O EXERCICIO DA PESCA, NOS RIOS EMBOGUACU E ANHAIA, BEM COMO O CONSUMO DE PESCADO ORIUNDO DOS REFERIDOS RIOS, POR UM PERIODO DE 30 DIAS
ESTABELECE NORMAS LAGO DO CUJUBIM-RO	PORTARIA	1	27/04/1999	ESTABELECER NORMAS PARA O EXERCICIO DA PESCA NOS LAGOS CUJUBIM PEQUENO E CUJUBIM GRANDE, NO MUNICIPIO DE PORTO VELHO
PESCA IMPACTO AMBIENTAL	PORTARIA	17	23/04/1999	INTERDITA A PESCA E O CONSUMO DE PESCADO DO RIO JAGUARÃO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE 500 M A MONTANTE DA PONTE INTERNACIONAL MAUÁ E SUA FOZ, POR TEMPO INDETERMINADO.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	35	15/04/1999	DETERMINA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA ATÉ A DISTÂNCIA DE 1.000M A MONTANTE E ATÉ 1.500M A JUSANTE DA DESEMBOCADURA DOS TÚNEIS (NO LOCAL SALTINHO, BARRA DO RIO ARIRANHAZINHA) E EM VOLTA DO CANTEIRO DE OBRAS DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITÁ, NO RIO URUGUAI, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	15	18/03/1999	PROIBIR NO PERIODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 1999, O EXERCICIO DA PESCA NAS COLECOES DE AGUAS PUBLICAS EXISTENTES NO ESTADO
PESCA REGULAMENTA USO DE LAGOA	PORTARIA	27	10/03/1999	ESTABELECE REGULAMENTOS PARA CONTROLE DE ESFORÇO DE PESCA NA LAGOA DO CAMACHO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA CAMARÃO ROSA, SETE BARBA, BRANCO, SANTANA E BARBA RUSSA	PORTARIA	21	11/02/1999	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO A PESCA DE ARRASTO DE CAMARÃO-ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P. BRASILIENSIS E P SUBTILIS), CAMARÃO SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), CAMARÃO BRANCO (PENAEUS SCHIMITTI), CAMARÃO SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI) E CAMARÃO BARBA RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS), ANUALMENTE, ENTRE 15/FEV A 15/MAI, NO MAR TERRITORIAL E ZEE BRASILEIRA ENTRE OS ESTADOS DA BAHIA E ESPÍRITO SANTO, E A FOZ DO ARROIO CHUÍ, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
REGULAMENTA A PESCA NA LAGOA DOS PATOS	PORTARIA	171	22/12/1998	REGULAMENTA A PESCA NA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
DEFESO	PORTARIA	2	16/12/1998	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988 A 28 DE FEVEREIRO DE 1999, NAS BACIAS HIDROGRAFICAS DO ESTADO DE RONDONIA
PESCA ROBALOS PEVA OU ROBALINHO, FLECHA, BICUDO OU ROBALÃO	PORTARIA	162	09/12/1998	FIXAR, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA, OS TAMANHOS MÍNIMOS DE CAPTURA PARA A PESCA DAS ESPÉCIES DE ROBALOS PEVA OU ROBALINHO (CENTROPOMUS PARALLELUS), E FLECHA, BICUDO OU ROBALÃO (CENTROPOMUS UNDECIMALIS).
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	29/11/1998	PROIBIR, NO PERIODO DE 1. DE DEZEMBRO DE 1998 A 28 DE FEVEREIRO DE 1999, A PESCA, O TRANSPORTE E A COMERCIALIZACAO DO TAMBAQUI (COLOSSOMA MACROPOMUM), DO PAIAU (LEPORINUS SP) E AFINS, E CURIMATA (PROCHILODUS SP) EM TODO O ESTADO DO ACRE
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	5	26/11/1998	PROIBIR, O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO IGARAPE SIMPATIA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO JURUA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	6	26/11/1998	PROIBIR, O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO ICA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SITEMA LACRUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO SOLIMOES
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	7	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO JANDIATUBA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO SOLIMOES
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	8	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO SAPATINI, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TABEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO PURUS

PESCA PROIBIDA	PORTARIA	10	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO ACARA, SEUS TRIBUTARIOS, COM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO MADEIRA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	11	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO LAGO AIAPUA, IGARAPE VIEIRA E LAGO AIPUA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO PURUS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	12	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO ANDIRA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO JURUA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	13	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO ARIPUANA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO MADEIRA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	14	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO ATIPARANA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO JAPURA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	15	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO JUTAI, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO SOLIMOES
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	16	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO COARI, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO SOLIMOES
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	17	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO IGARAPE GRANDE, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO JURUA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	18	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO IPIXUNA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO PURUS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	19	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO ITUXI, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO PURUS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	20	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO JUAMI, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO JAPURA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	21	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO XERUA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO JURUA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	22	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO MANACAPURU, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO SOLIMOES
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	23	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO MANICORE, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO MADEIRA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	24	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO MUCUIM, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO PURUS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	25	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO PACIA, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO PURUS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	26	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO PURUE, SEUS TRIBUTARIOS, COM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO JAPURA

PESCA PROIBIDA	PORTARIA	27	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO URUBU, SEUS TRIBUTARIOS, BEM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO AMAZONAS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	28	26/11/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO CURSO D'AGUA DO RIO MIUA, SEUS TRIBUTARIOS, COM COMO SEU SISTEMA LACUSTRE, INCLUINDO TAMBEM 1.000 METROS A JUSANTE E A MONTANTE DA AREA DE CONFLUENCIA COM O RIO SOLIMOES
PESCA REGULAMENTA USO DE LAGOA COM LICENÇA	PORTARIA	12	16/11/1998	LICENÇAS PARA A PESCA NA LAGOA MIRIM
DEFESO	PORTARIA	1	30/10/1998	PROIBIR, O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 98/99, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, BEM COMO O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO, O BENEFICIAMENTO E O ARMAZENAMENTO
PESCA REGULAMENTA AQUICULTURA	PORTARIA	145	29/10/1998	ART. 1O ESTABELECER NORMAS PARA A INTRODUÇÃO, REINTRODUÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE PEIXES, CRUSTÁCEOS, MOLUSCOS E MACRÓFITAS AQUÁTICAS PARA FINS DE AQÜICULTURA, EXCLUINDO-SE AS ESPÉCIES ANIMAIS ORNAMENTAIS.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	29/10/1998	PROIBIR NO PERIODO DE 01 DE DEZEMBRO DE 1998 A 28 DE FEVEREIRO DE 1999, O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL, EM RIOS, IGARAPES, BARRAGENS E ACUDES PUBLICOS DA REGIAO SUL DO ESTADO DO PIAUI, E NO ESTADO DO MARANHAO, NA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO PARNAIBA E SEUS MUNICIPIOS CORRESPONDENTES, QUANDO OCORRE O FENOMENO DA PIRACEMA
DEFESO	PORTARIA	3	23/10/1998	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999, NO ESTADO DE SAO PAULO
DEFESO	PORTARIA	1	23/10/1998	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, INCLUSIVE NOS RIOS LIMITROFES COM OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO
DEFESO	PORTARIA	181	22/10/1998	FIXAR O PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999 PARA O DEFESO DA PIRACEMA NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO NO ESTADO DO PRANA
DEFESO	PORTARIA	4	21/10/1998	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 03 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PODENDO SER PRORROGADO, SE ESTUDOS TECNICOS COMPROVAREM A OCORRENCIA DA CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REPRODUCAO
DEFESO	PORTARIA	16	20/10/1998	FIXAR O DEFESO DURANTE O PERIODO DE REPRODUCAO DOS PEIXES, PROIBINDO A PESCA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999, NAS AGUAS CONTINENTAIS PERTENCENTES AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO URUGUAI
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	3	19/10/1998	PROIBIR, NO PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1998 A 15 DE FEVEREIRO DE 1999, O EXERCICIO DA PESCA NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES, NO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEFESO	PORTARIA	1	15/10/1998	FIXAR O PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999 COMO DEFESO DA PIRACEMA E PROIBIR O EXERCICIO DA PESACA NAS BACIAS DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS
DEFESO	PORTARIA	1	06/10/1998	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, EXCETUANDO-SE A BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARANA, CONTEMPLADA POR PORTARIA ESPECIFICA
DEFESO	PORTARIA	17	01/10/1998	PROIBIR, ANUALMENTE, NO PERIODO DE 14 DE NOVEMBRO A 15 DE FEVEREIRO, O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES, E NAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS, DE 15 DE NOVEMBRO A 15 DE MAIO, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS MUNICIPIOS DE CARINHANHA E PAULO AFONSO, NO ESTADO DA BAHIA
DEFESO	PORTARIA	1	30/09/1998	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARANA
DEFESO	PORTARIA	1	30/09/1998	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01 DE NOVEMBRO DE 1998 A 31 DE JANEIRO DE 1999, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DE MATO GROSSO, ABRANGIDOS OS RIOS PARAGUAI, GUAPORE, CUIABA, ARAGUAIA, CORIXO GRANDE E CORRENTE, PRORROGAVEL, SE ESTUDOS TECNICOS COMPROVAREM A OCORRENCIA DE CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REPRODUCAO
DEFESO	PORTARIA	1	01/09/1998	PROIBIR, NO PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1998 A 15 DE JANEIRO DE 1999, O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES, NOS TRECHOS COMPREENDIDOS ENTRE OS MUNICIPIOS DE DELMIRO GOUVEIA E PIACABUCU, NO ESTADO DE ALAGOAS E CANINDE DO SAO FRANCISCO E BREJO GRANDE (FOZ DO RIO SAO FRANCISCO) NO ESTADO DE SERGIPE

PESCA EMALHE E CHARUTO TUBARÃO	PORTARIA	121	24/08/1998	LIMITA O TAMANHO PARA A UTILIZAÇÃO DE REDES DE EMALHAR, DE SUPERFÍCIE E DE FUNDO, NAS ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL. ESTABELECE CRITÉRIOS E COTA PARA BARBATANAS DE TUBARÃO.
PROÍBE REDES DE PESCA SUPERIORES A 2,5KM.	PORTARIA	121	24/08/1998	PROÍBE, NAS AGUAS SOB JURISDICAO NACIONAL, A UTILIZACAO E/OU O TRANSPORTE DE REDES DE EMALHAR, DE SUPERFICIE E DE FUNDO, CUJO COMPRIMENTO SEJA SUPERIOR A 2,5 KM
PROÍBE REDES DE PESCA SUPERIORES A 2,5KM.	PORTARIA	121	24/08/1998	PROÍBE, NAS AGUAS SOB JURISDICAO NACIONAL, A UTILIZACAO E/OU O TRANSPORTE DE REDES DE EMALHAR, DE SUPERFICIE E DE FUNDO, CUJO COMPRIMENTO SEJA SUPERIOR A 2,5 KM
PESCA ESPADARTE	PORTARIA	115	17/08/1998	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO PARA CAPTURA DE ESPADARTE.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	104	27/07/1998	PROIBIR, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 1º DE SETEMBRO A 15 DE DEZEMBRO, A CAPTURA, A MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO, O TRANSPORTE, O BENEFICIAMENTO, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE QUALQUER INDIVÍDUO DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA.
PESCA	PORTARIA	8	23/07/1998	PROÍBE O USO DE PETRECHOS DE PESCA
PESCA REGULAMENTA USO DE RIOS E CURSOS DE ÁGUA	PORTARIA	8	23/07/1998	NO EXERCÍCIO DA PESCA NOS RIOS, LAGOS, AÇUDES, IGARAPÉS E CAMPOS ALAGADOS DO MUNICÍPIO ANAJATUBA/MA, FICA PROIBIDO O USO DE APETRECHOS DE PESCA ESPECÍFICOS.
PESCA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	PORTARIA	90-98	02/07/1998	PROIBIR A CAPTURA, O DESEMBARQUE, A CONSERVAÇÃO, O BENEFICIAMENTO, O TRANSPORTE, A INDUSTRIALIZAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E A EXPORTAÇÃO SOB QUALQUER FORMA, E EM QUALQUER LOCAL, DE LAGOSTA DAS ESPÉCIES PANULIRUS ARGUS (LAGOSTA VERMELHA) E PANULIRUS LAEVICAUDA (LAGOSTA CABO VERDE),
PESCA	PORTARIA	2	09/06/1998	PESCA NO RIO MOGI GUAÇU, MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	2	11/04/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA TEMPORADA 98/99, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, BEM COMO O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO, O BENEFICIAMENTO E O ARMAZENAMENTO, NO RIO AMAZONAS E SEUS AFLUENTES, INCLUSIVE O RIO JARI NA DIVISA DOS ESTADOS DO PARA E AMAPA NO PERIODO DE 01/12/98 A 28/02/99
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	2	11/04/1998	PROIBIR O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA TEMPORADA 98/99, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO NA BACIA HIDROGRAFICA DA ILHA DE MARAJO, NO ESTADO DO PARA, NO PERIODO DE 01/01/99 A 31/03/99
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	35	01/04/1998	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), DEFININDO O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, O PERÍODO DE DEFESO ENTRE 1º/SET E 15/DEZ E PROIBINDO A RETIRADA DE QUELAS, NOS ESTADOS DO ES, RJ, SP, PR E SC.
PERMITE PESCA DE CAMARÃO.	PORTARIA	32	30/03/1998	PERMITE A PESCA DO CAMARAO-ROSA NO PERIODO DE 01 DE OUTUBRO A 30 DE ABRIL COM EMPREGO DE REDE DE SACO COM ATRACAO LUMINOSA NAS LAGOAS SANTO ANTONIO, IMARUI, MIRIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, AOS PESCADORES PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE HABILITADOS COM PERMISSAO DO PONTO DE PESCA
PESCA ÁREA DE PESCA	PORTARIA	32	30/03/1998	REGULAMENTA ÁREA DE PESCA, E O EMPREGO DE DETERMINADOS PETRECHOS, E LIMITA O ESFORÇO DE PESCA, EM LAGOAS DO COMPLEXO LAGUNAR SUL, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
DEFESO	PORTARIA	31	25/03/1998	PROÍBE NO PERIODO DE 01.04.98 A 31.05.98 O EXERCICIO DA PESCA DE ARRASTO COM TRACAO MOTORIZADA PARA A CAPTURA DO CAMARAO SETE-BARBAS NO ESTADO DO PIAUI
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	09/03/1998	PROIBI, A PESCA EM QUALQUER MODALIDADE, NO TRECHO DO RESERVATORIO DA UHE SAMUEL, COMPREENDIDO ENTRE 1.000 METROS A JUSANTE 2.000 METROS A MONTANTE DA BARRAGENS, NO RIO JAMARI E NA ZONA TAMPAO DA ESTACAO ECOLOGICA DE SAMUEL
PESCA MANJUBA	PORTARIA	1	14/01/1998	ART. 1° REGULAMENTAR A PESCA DA MANJUBA, ANCHOVIELLA SPP, NO RIO DOCE E ÁGUAS INTERIORES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA MANJUBA	PORTARIA	1	14/01/1998	ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO PARA MANJUBA E CRITÉRIO TÉCNICOS, NO RIO DOCE E ÁGUAS INTERIORES, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PESCA CAMARÃO	PORTARIA	163	19/12/1997	SUSPENDE OS EFEITOS DA PORTARIA IBAMA Nº 116/1997 QUE DEFINIU O PERÍODO DE DEFESO DOS CAMARÕES NO SE/S, PARA O PERÍODO DE 21/DEZ/1997 A 28/FEV/1998.
PESCA CAMARÃO ROSA, SETE BARBA, BRANCO, SANTANA E BARBA RUSSA	PORTARIA	144	12/11/1997	ESTABELECE O DEFESO DE 01/MAR A 30/ABR DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P. BRASILIENSIS E P. SUBTILIS), SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), BRANCO (PENAEUS SCHIMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS) NO SE/S DO BRASIL.

PESCA QUELÔNIOS	PORTARIA	5	17/10/1997	ESTABELECE PARA A PESCA PROFISSIONAL, ENTRE 1°/AGO E 30/JAN NAS LOCALIDADES: (A) FAZ.TUCUNARÉ , FAZENDA LAGO DOS SONHOS (LNTERLAGOS), FAZ. LAGO COMPRIDO E FAZ. SANTA TEREZA NO MUNICÍPIO DE PRACUÚBA; (B) FAZ.TUCUMÃ E FAZ. REDONDO NO MUNICÍPIO DE AMAPÁ; (C) A 1000 M DO ENTORNO DA ILHA DO PARAZINHO NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ; (D) A 1000 M DO ENTORNO DA ILHA DOS CAMALEÕES NO MUNICÍPIO DE AFUÁ.
PESCA ROBALOS FLECHA E PEVA	PORTARIA	2	10/10/1997	REGULAMENTA A PESCA DE ROBALOS FLEXA E PEBA (CENTROPOMUS UNDECIMALIS E C.PARALLELUS) EM ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO; TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA AMBOS, PERÍODO DE DEFESO EM DEZEMBRO, PETRECHOS (LINHA DE MÃO, CANIÇO SIMPLES, MOLINETE/CARRETILHA, E VARA COM ANZOL UTILIZANDO ISCAS NATURAIS E ARTIFICIAIS NA MODALIDADE DE PESQUE E SOLTE).
PESCA CAMARÃO ROSA, BRANCO E SETE BARBAS	PORTARIA	116	03/10/1997	ESTABELECE O DEFESO PARA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS SUBTILIS E P. BRASILIENSIS), BRANCO (P. SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), ENTRE 21/DEZ E 28/FEV COM ARRASTO MOTORIZADO ENTRE A GUIANA FRANCESA E O BRASIL, E ENTRE OS ESTADOS DO PIAUÍ E CEARÁ.
PESCA REGULAMENTA MÉTODOS E MODALIDADES	PORTARIA	110	24/09/1997	ESTABELECE O USO E A PROIBIÇÃO DE MÉTODOS, MODALIDADES, PETRECHOS E PRODUÇÃO, EM DETERMINADAS ÁREAS DA LAGOA DE ARARUAMA.
PESCA CAMARÃO-ROSA, SETE-BARBAS E FAUNA ACOMPANHANTE	PORTARIA	97	22/08/1997	LIMITA A FROTA ARRASTEIRA DE CAMARÃO-ROSA, SETE-BARBAS E RESPECTIVA FAUNA ACOMPANHANTE.
PESCA CORVINA, CASTANHA, PESCADINHA-REAL, PESCADA, E FAUNA ACOMPANHANTE.	PORTARIA	95	22/08/1997	LIMITA A FROTA DE ARRASTO DE FUNDO, QUE CAPTURA DEMERSAIS: CORVINA, CASTANHA, PESCADINHA-REAL, PESCADA, E FAUNA ACOMPANHANTE.
PESCA SARDINHA VERDADEIRA E FAUNA ACOMPANHANTE	PORTARIA	96	22/08/1997	LIMITA A FROTA DE CERCO, QUE CAPTURA SARDINHA VERDADEIRA E RESPECTIVA FAUNA ACOMPANHANTE.
PESCA TAMBAQUI, PIRAPITINGA, PACU, CURIMATÃ, ARACU, BRANQUINHA E MATRINCHÃ	PORTARIA	9	07/07/1997	ART. 10 - PROIBIR, NO ESTADO DA PARAÍBA, A CAPTURA, O TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DAS ESPÉCIES ABAIXO RELACIONADAS, CUJOS COMPRIMENTOS TOTAIS SEJAM INFERIORES A:
PESCA ROBALOS FLECHA E PEVA	PORTARIA	2	14/05/1997	REGULAMENTA A PESCA DE ROBALOS FLECHA E PEVA (CENTROPOMUS UNDECIMALIS E, C. PARALLELUS E C. MEXICANUS) NAS ÁGUAS COSTEIRAS, ESTUARINAS E RIOS DO PARANÁ, ESTABELECENDO TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA AMBOS.
PESCA LAGOSTA	PORTARIA	35	28/04/1997	LIMITA NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, A FROTA QUE OPERA NA PESCA DE LAGOSTAS.
PESCA REGULAMENTA USO DE LAGO	PORTARIA	8	28/04/1997	PROÍBE A PESCA NO LAGO LOCALIZADO DENTRO DO LOTEAMENTO, "ARUJA 5" (JD. FAZENDA RINCÃO) E MARGEANDO A AVENIDA BENEDITO MANOEL DOS SANTOS, NO MUNICÍPIO DE ARUJA, ESTADO DE SÃO PAULO.
DISPOSITIVO DE ESCAPE PARA TARTARUGAS (TED)	PORTARIA	5	19/02/1997	OBRIGA O USO DE DISPOSITIVO DE ESCAPE PARA TARTARUGAS DENOMINADO - TED, INCORPORADO AS REDE DE ARRASTO NA PESCA DE CAMARAO
PESCA REGULAMENTA USO DE LAGOA COM LICENÇA	PORTARIA	4	18/02/1997	ACRESCER O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 4° DA PORTARIA N° 1.583, PUBLICADA NO DOU DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989, SEÇÃO I, PÁGINA 24.332
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	3	31/01/1997	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO A PESCA DE SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS), ENTRE 15/DEZ E 15/MAR, NO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO E ZEE.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	3	31/01/1997	PROÍBE, ANUALMENTE, O EXERCICIO DA PESCA DE SARDINHA VERDADEIRA, NO PERIODO DE 15.12 A 15.03 NO MAR TERRRITORIAL BRASILEIRO E NA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA
PESCA MERGULHO	PORTARIA	1	27/01/1997	PROÍBE A PESCA DE MERGULHO COM ESPINGARDA E ARPÃO NO RIO SÃO FRANCISCO, ENTRE O MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVÊIA E A FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO (MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU) EM ALAGOAS E, ENTRE O MUNICÍPIO DE CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO E A FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO (MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE) EM SERGIPE.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	27/01/1997	PROÍBE A PESCA DE MERGULHO COM ESPINGARDA E ARPAO, PARA PESCADORES DE TODA E QUALQUER CATEGORIA NO RIO SAO FRANCISCO, NO ESTADO DE ALAGOAS, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIA E A FOZ DO RIO (MUNICIPIO DE PICABUCU) E NO ESTADO DE SERGIPE NOS MUNICIPIOS DE CANINDE DO SAO FRANCISCO E BREJO GRANDE
MANJUBA	PORTARIA	1	02/01/1997	REGULAMENTA A PESCA DE MANJUBA, ANCHOVIELLA SPP, NOS RIO S DOCE E SAO MATEUS, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO E PROÍBE NO PERIODO DE 15.04 A 15.05.97 E 01.07 A 31.12.97
PESCA DE CAMARÃO ROSA	PORTARIA	115	20/12/1996	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO DO CAMARÃO ROSA (PENAEUS PAULENSIS, PENAEUS BRASILIENSIS E PENAEUS SUBTILIS), ENTRE A DIVISA DA BA/ES ATÉ O RS, ENTRE 15/FEV E 15/MAI.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	13/12/1996	PROÍBE NO PERIODO DE 15.12.96 A 15.02.97, O EXERCICIO DA PESCA NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES E NAS SUAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS DE 15.12.96 A 15.05.97, NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	03/12/1996	PROÍBE, ANUALMENTE, O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL EM RIOS E ACUDES DO DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DA PARAIBA, NO PERIODO DE 01 DE MARCO A 30 DE ABRIL, PESCA EXERCIDA PELOS PESCADORES ARTESANAIS E AMADORES QUE UTILIZAM LINHA DE MAO OU VARA, LINHA E ANZOL
DEFESO	PORTARIA	1	20/11/1996	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL EM RIOS, IGARAPES, BARRAGENS E ACUDES PUBLICOS DO ESTADO, NO PERIODO DA PIRACEMA, TEMPORADA DE 01.12.96 A 28.02.97, NAS BACIAS HIDROGRAFICAS DE TOCANTINS/ARAGUAIA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	13/11/1996	PROÍBE NO PERIODO DE 15.11.96 A 15.01.97, O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES, NOS TRECHOS COMPREENDIDOS ENTRE OS MUNICIPIOS DE DELMIRO GOUVEIA A PIACABUCU/AL E CANINDE DO SAO FRANCISCO A BREJO GRANDE EM SERGIPE
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	13/11/1996	PROÍBE NO PERIODO DE 15.11.96 A 15.02.97 O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO, E SEUS AFLUENTES E NO PERIODO DE 15.11.96 A 15.05.97 NAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS, NO TRECHO DO MUNICIPIO DE CARINHANHA E PAULO AFONSO, ESTADO DA BAHIA
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	98	06/11/1996	PROIBIR, ANUALMENTE, O EXERCÍCIO DA PESCA DE SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) NO PERÍODO DE 15 DE DEZEMBRO A 28 DE ABRIL, NO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO (FAIXA DE12 MILHAS MARÍTIMAS) E NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA (FAIXA QUE SE ESTENDE DAS DOZE AS DUZENTAS MILHAS MARÍTIMAS).
DEFESO	PORTARIA	1	05/11/1996	FIXA O PERIODO DE 15.11.96 A 15.02.97, PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	6	31/10/1996	PROÍBE NO PERIODO DE 01.12.96 A 28.02.97 O EXERCICIO DA PESCA NA REGIAO SUL DO ESTADO DO PIAUI, QUANDO OCORRE O FENOMENO DA PIRACEMAA
DEFESO	PORTARIA	4	29/10/1996	FIXA O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01.11.96 A 31.01.97, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PODENDO SER PRORROGADO SE HOUVER CONTINUIDADE DO PROCESSO DA REPRODUCAO
PIRACEMA	PORTARIA	3	22/10/1996	FIXA O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 01.12.96 A 28.02.97, NO ESTADO DE RONDONIA, PROIBINDO A PESCA DE VARIAS ESPECIES
APETRECHOS	PORTARIA	4	14/10/1996	PROÍBE TERMINALMENTE O USO DE ARTEFATOS DE PESCA DENOMINADO `REDINHA` OU SIMILARES NA CAPTURA DE CARANGEIJOS NO AMBITO DO ESTADO DA PARAIBA
PESCA CARANGUEJO	PORTARIA	4	14/10/1996	PROÍBE O USO DO PETRECHO "RENDINHAS" OU SIMILAR, NA CAPTURA DE CARANGUEJOS NO ÂMBITO DO ESTADO DA PARAÍBA.
DEFESO	PORTARIA	2	09/10/1996	FIXA O PERIODO DE 01.11.96 A 31.01.97, PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DE SAO PAULO E NOS RIOS LIMITROFES COM OS ESTADOS DE MATO GROSSO DO SUL, MINAS GERAIS E PARANA, RESPECTIVAMENTE RIO PARANA, RIO GRANDE E RIO PARAPANEMA, E PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA
DEFESO	PORTARIA	8	08/10/1996	FIXA O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, PROIBINDO O EXERCICIO DA PESCA DE 15 DE OUTUBRO DE 1996 A 15 DE JANEIRO DE 1997, EM RIOS, LAGOAS, LAGUNAS, CURSOS DE AGUA E BANHADOS DO RIO GRANDE DO SUL
DEFESO	PORTARIA	3	08/10/1996	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA DE 01.01.97 A 31.03.97, BEM COMO O TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E COMERCIALIZACAO NA BACIA HIDROGRAFICA DA ILHA DO MARAJO, ESTADO DO PARA
DEFESO	PORTARIA	2	07/10/1996	FIXA O PERIODO DE 01.11.96 A 31.01.97 PARA O DEFESO DA PIRACEMA E REPRODUCAO DE PEIXES NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, ESTADO DO PARANA
PESCA MANJUBA	PORTARIA	1	07/10/1996	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE, NO COSTÃO DO ICAPARA, NA MARGEM DA ILHA COMPRIDA E NO MAR PEQUENO, DEFININDO O PETRECHO (CORRICO OU MANJUBEIRA) POR LOCALIDADE, BEM COMO SUA CARACTERIZAÇÃO, ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA, DENTRE OUTRAS QUESTÕES.
PESCA GURIJUBA	PORTARIA	73	30/09/1996	PROÍBE A PESCA DA GURIJUBA (TACHYSURUS SPP), NA ÁREA ENTRE AS DESEMBOCADURAS DOS RIOS ARAGUARI E CUNANI, ATÉ O LIMITE DE 3 MILHAS, E NO ENTORNO (ATÉ 3 MILHAS) DAS ILHAS DE MARACÁ E JIPIÓCA. ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 17 DE NOVEMBRO A 31 DE MARÇO, NO ESTADO DO AMAPÁ .
DEFESO	PORTARIA	15	24/09/1996	FIXA O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 1º DE NOVEMBRO DE 1996 A 28.02.1997, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DE MATO GROSSO, ABRANGENDO OS RIOS PARAGUAI, GUAPORE, ARAGUAIA, ITIQUIRA, CAMPO GRANDE E CORRENTE
DEFESO	PORTARIA	1	17/09/1996	FIXA O PERIODO DE 01.11.96 A 31.01.97 COMO DEFESO DA PIRACEMA E PROÍBE A PESCA NA BACIA DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS, ESTADO DE GOIAS
DISPOSITIVO DE ESCAPE PARA TARTARUGAS (TED)	PORTARIA	74	12/09/1996	DISPOE SOBRE O USO OBRIGATORIO DE DISPOSITIVOS DE ESCAPE PARA TARTARUGAS DENOMINADO TED, INCORPORADO AS REDES DE ARRASTO UTILIZADAS PELAS EMBARCACOES INDUSTRIAIS PERMISSIONADAS PARA A PESCA DE CAMAROES

				NO LITORAL BRASILEIRO, INDEPENDENTE DA ESPECIE A CAPTURAR
DISPOSITIVO DE ESCAPE PARA TARTARUGAS (TED)	PORTARIA	74	12/09/1996	DISPOE SOBRE O USO OBRIGATORIO DE DISPOSITIVOS DE ESCAPE PARA TARTARUGAS DENOMINADO TED, INCORPORADO AS REDES DE ARRASTO UTILIZADAS PELAS EMBARCACOES INDUSTRIAIS PERMISSIONADAS PARA A PESCA DE CAMAROES NO LITORAL BRASILEIRO, INDEPENDENTE DA ESPECIE A CAPTURAR
REDE DE EMALHAR	PORTARIA	4	12/09/1996	PRORROGA PELO PERIODO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS A PROIBICAO DO USO DE REDES DE EMALHAR, PARA CAPTURA DE PEIXES NA PRAIA DA COROA DO MEIO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	10/08/1996	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA DE 96/97, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NAS BACIAS DOS RIOS QUE CORTAM ESSES ESTADOS, BEM COMO TRANSPORTE, COMERCIALIZACAO, BENEFICIAMENTO E ARMAZENAMENTO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	2	10/08/1996	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 96/97, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, BEM COMO O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO, BENEFICIAMENTO E ARMAZENAMENTO, NO RIO AMAZONAS E SEUS AFLUENTES E O RIO JARI NO PERIODO DE 01.12.96 A 28.02.97 DE VARIAS ESPECIES
APETRECHOS	PORTARIA	5	08/08/1996	DISCIPLINA O USO DE APARELHOS DE PESCA NA BACIA DO BAIXO RIO MANACAPURI E PROÍBE ANUALMENTE O EXERCICIO DA PESCA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	08/08/1996	PROÍBE A PESCA PROFISSIONAL E A AMADORA, SOB QUAISQUER MODALIDADES, PELO PERIODO DE 01 ANO A PARTIR DA PUBLICACAO DESTA PORTARIA
APETRECHOS	PORTARIA	5	07/08/1996	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA, ANUALMENTE, NA BACIA DO BAIXO RIO MANACAPURU, UTILIZANDO OS APARELHOS COMO: MALHADEIRAS, ARRASTOES E REDES
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	5	03/08/1996	PROIBIR ATE O DIA 23 DE MARÇO DE 2001, QUALQUER MADALIDADE DE PESCA E COLETA DE CRUSTACEOS E MOLUSCOS, NA BAIA DE GUARAQUEÇABA, ENSEADA DO BENTO,ENSEADA DO ITAQUI E NA BAIA DAS LARANJEIRAS ATE A ILHA DAS BANANAS E GUAPICUM NA ILHA DAS PEÇAS,ASSIM COMO A COMERCIALIZACAO DAS ESPECIES ORIUNDAS DA ATIVIDADE PESQUEIRA
APETRECHOS	PORTARIA	55	28/06/1996	PERMITE O EXERCICIO DA PESCA ARTERSANAL, DE MARGEM A MARGEM, DA CABECEIRA DO RIO ARAGUAIA (GO) ATE O MUNICIPIO DE ANTONIO ROSA (MT) E PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA (TO), APENAS EMPREGANDO OS APARELHOS DE PESCA, LINHA DE MAO, CANICO SIMPLES E CANICO COM MOLINETE
LAGOSTAS	PORTARIA	31	07/06/1996	LIMITAR DURANTE O EXERCICIO DE 1996 NAS AGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRA A FROTA QUE OPERA NA PESCA DE LAGOSTAS, INDEPENDENTEMENTE DA ESPECIE A SER CAPTURADA
PESCA REDES	PORTARIA	41	30/05/1996	PROÍBE A PESCA COM DETERMINADAS MODALIDADES E PETRECHOS, EM CERTAS ÁREAS DA LAGOA DE SAQUAREMA NO RJ.
ROBALOS	PORTARIA	3	28/05/1996	FIXA TAMANHOS MINIMOS DE CAPTURA PARA A PESCA DOS ROBALOS `FLEXA E PEBA`, EM AGUAS COSTEIRAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROÍBE PESCA DOS ROBALOS FLEXA
APARELHOS DE PESCA	PORTARIA	4	20/05/1996	CONSIDERANDO OS CONFLITOS ENTRE COMUNIDADES E PESCADORES PROFISSIONAIS NO LAGO DA PUPUNHA NO MUNICIPIO DE HUAMITA/AM, DISCIPLINA O USO DE APARELHOS DE PESCA NA BACIA DO LAGO DA PUPUNHA DURANTE O CICLO DA VAZANTE
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	27	15/04/1996	PROÍBE A CAPTURA E COMERCIALIZACAO DE INDIVIDUOS DAS ESPECIES ABAIXO INDICADAS NA BACIA DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS COM TAMANHOS INFERIORES AO ESTABELECIDO NESTE ARTIGO: PIRACURU, SURUBIM, TUCUNARE, CURIMATA, PESCADO E MAPARA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	21	19/03/1996	REVOGA A PORTARIA Nº 82N DE 04.10.95, PUBLICADA NO D.O.U. DE 06.10.95 SECAO 1, PG. 15789
MAPAS DE BORDO	PORTARIA	15	05/03/1996	TORNA OBRIGATORIA A UTILIZACAO DE MAPAS DE BORDO PELAS EMBARCACOES PESQUEIRAS QUE OPERAM NO MAR TERRITORIAL E NA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA OU MODELOS ADEQUADOS A PERMISSAO DE PESCA CONCEDIDA PELO IBAMA
OBRIGATORIEDADE DE MAPA DE BORDO	PORTARIA	15	05/03/1996	TORNA OBRIGATORIA A UTILIZACAO DE MAPAS DE BORDO PELAS EMBARCACOES PESQUEIRAS QUE OPERAM NO MAR TERRITORIAL E NA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA OU MODELOS ADEQUADOS A PERMISSAO DE PESCA CONCEDIDA PELO IBAMA
DEFESO	PORTARIA	1	02/02/1996	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA, O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO, BENEFICIAMENTO DE ESPECIES, NAS AGUAS DO DOMINIO DA UNIAO, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS, NO PARA, NO PERIODO DE 12.02.96 A 12.05.96
PESCA PIRARUCU, SURUBIM, CAPARARI E TAMBAQUI	PORTARIA	8	02/02/1996	ART. 1º ESTABELECER NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS.

PESCA PIRARUCU, SURUBIM, CAPARARI E TAMBAQUI	PORTARIA	8	02/02/1996	ART. 1° ESTABELECER NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS.
PESCA PIRARUCU, SURUBIM, CAPARARI E TAMBAQUI	PORTARIA	8	02/02/1996	ART. 1° ESTABELECER NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO AMAZONAS.
DEFESO	PORTARIA	1	25/01/1996	FIXA O PERIODO DE 01.11.96 A 31.11.97, COMO DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, INCLUSIVE NOS RIOS LIMITROFES COM OS ESTADOS DE SAO PAULO, MATO GROSSO DO SUL, GOIAS, BAHIA, ESPIRITO SANTO E RIO DE JANEIRO, PROIBINDO ASSIM A PESCA
DEFESO	PORTARIA	33	08/01/1996	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA TEMPORADA DE 01.12.96 A 28.02.97, BEM COMO O TRANSPORTE, A COMERCIALIZACAO, O BENEFICIAMENTO E ARMAZENAMENTO, NO RIO TOCANTINS E SEUS AFLUENTES, NO ESTADO DO PARA
DEFESO	PORTARIA	29	20/12/1995	PROÍBE DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA NAS AGUAS DA BACIA HIDROGRAFICA DO MARAJO NO ESTADO DO PARA O EXERCICIO DA PESCA NO PERIODO DE 01.01.96 A 31.03.96 DO GIJU, TRAIRA, PACU, CURIMATA, PIRANHA E ARACU
DEFESO	PORTARIA	29	20/12/1995	PROÍBE, DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA, TEMPORADA 95/96, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NA BACIA HIDROGRAFICA DO MARAJO, ESTADO DO PARA, O EXERCICIO DA PESCA NO PERIODO DE 01.01.96 A 31.03.96
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	29	20/12/1995	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA, O TRANSPORTE A COMERCIALIZACAO O BENEFICIAMENTO E O ARMAZENAMENTO DAS ESPECIES ABAIXO RELACIONADAS NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO AMAZONAS NO ESTADO DO PARA NO PERIODO DE 12/02/96 A 12/05/96
DEFESO	PORTARIA	1	30/11/1995	PROÍBE DURANTE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA TEMPORADA 95/96 O EXERCICIO DA PESCA NA BACIA DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS NOS ESTADOS DO PARA, MARANHAO E TOCANTINS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	21/11/1995	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL EM RIOS, IGARAPES BARRAGENS E ACUDES PUBLICOS DO ESTADO DO MARANHAO NO PEIRODO DA PIRACEMA, TEMPORADA 1995/1996
MANJUBA	PORTARIA	7	16/11/1995	PERMITE O EXERCICIO DA PESCA DA MANJUBA NO RIO DOCE NA AREA DA DESEMBOCADURA ATE A REPRESA DE MASCARENHAS FICANDO ESTABELECIDO O DEFESO DA ESPECIE POR 30 DIAS ENTRE 15.04.96 A 15.05.96
PESCA PROFISSIONAL EM RESERVATÓRIO	PORTARIA	94	16/11/1995	PERMITE A PESCA PROFISSIONAL NO RESERVATORIO DE NOVA PONTE - MG
DEFESO	PORTARIA	1	10/11/1995	FIXA O PERIODO DE 15.11.95 A 15.02.96 PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PESCA REGULAMENTA USO DE RIOS E CURSOS DE ÁGUA	PORTARIA	92	06/11/1995	ESTABELECER NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO
PIRACEMA	PORTARIA	10	03/11/1995	PROÍBE A PESCA DAS ESPÉCIES DE PIRACEMA NAS ÁGUAS REPRESADAS DE AÇUDES PÚBLICOS NO ESTADO DO CEARÁ
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	01/11/1995	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA DE ESPECIES EM EPOCA DE REPRODUCAO EM TODA A REDE HIDROGRAFICA DO ESTADO DE GOIAS NOS RIOS, LAGOAS, LAGOS E FIXA O PERIODO DE DEFESA DA PIRACEMA
DEFESO	PORTARIA	1	30/10/1995	FIXA O PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1995 A 15 DE FEVEREIRO DE 1996 O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA E PROÍBE A PESCA SOB QUALQUER MODALIDADE NAS LAGOAS MARGINAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PIRACEMA	PORTARIA	8	27/10/1995	FIXA O PERIODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 1995 A 29 DE FEVEREIRO DE 1996, PROIBINDO A PESCA NA REGIAO SUL DO ESTADO DO PIAUI QUANDO OCORRE O DEFESO DA PIRACEMA E NO PERIODO DE 1 DE JANEIRO DE 1966 A 31 DE MARCO DE 1996 NA REGIAO NORTE
PIRACEMA	PORTARIA	1	23/10/1995	PROÍBE A PESCA DE CARDUMES EM EPOCA DE REPRODUCAO PIRACEMA NO PERIODO DE 01 11 1995 A 31 01 19986 NO LITORAL DO ESTADO DO PARANA
PIRACEMA	PORTARIA	1	16/10/1995	FIXA O PERIODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 1995 A 29 DE FEVEREIRO DE 1996, COMO DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DE TOCANTINS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	8	10/10/1995	SUSPENDE PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS A PESCA COM QUAQUER APETRECHO EM TODA A EXTENSÃO DO RIO CAXITORÉ ATÉ A ILHA DOS BODES, JÁ NA ÀREA DO AÇUDE CAXITORÉ, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE PENTENCOSTES, UMIRIM E ITAPAJÉ NO ESTADO DO CEARÁ, A PARTIR DO INÍCIO DA PIRACEMA
REDE DE ESPERA	PORTARIA	5	05/10/1995	SUSPENDER ANUALMENTE PELO PERIODO DE 60 (SESSENTA) DIAS A PESCA COM REDE DE ESPERA NO ACUDE PEREIRA DE MIRANDA NO MUNICIPIO DE PENTECOSTE NO ESTADO DO CEARA A PARTIR DA PRIMEIRA CHEIA DOS RIOS CONINDE E CAPITAO-MOR
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	82	04/10/1995	ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) ENTRE 01/DEZ/1995 E 29/MAR/1996, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
DEFESO	PORTARIA	4	02/10/1995	FIXA O PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1995 A 15 DE FEVEREIRO DE 1996 PARA O DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DE SAO PAULO

PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	01/10/1995	PROÍBE NO PERIODO DE 15.11.1995 A 15.02.1996 O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANNCISCO E SEUS AFLUENTES E NAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS DE 15.11.1995 A 15.05.1996 NO TRECHO ENTRE OS MUNICIPIOS DE CARINHANHA E PAULO AFONSO NO ESTADO DA BAHIA
PIRACEMA	PORTARIA	13	27/09/1995	FIXA O PERIODO DE DEFESO DO PIRACEMA PROIBINDO O EXERCICIO DA PESCA DE 15.10.95 A 15.1.96 EM RIOS, LAGOAS, LAGUNAS, CURSOS D'AGUA E BANHADOS DO RIO GRANDE DO SUL
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	23	25/09/1995	CONCEDE REGISTRO NA CATEGORIA DE AQUICULTOR, A EMPRESA VIEIRA FERREIRA & PINHEIRO LTDA, LOCALIZADA EM ANANINDEUA, ESTADO DO PARA
DEFESO	PORTARIA	1	06/09/1995	FIXA O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 1 DE NOVEMBRO DE 1995 A 28 DE FEVEREIRO DE 1996 NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO NO ESTADO DE MATO GROSSO ABRANGIDOS PELOS RIOS PARAGUAI, GUAPORE, ARAGUAIA E ITIQUIRA, CORIXO GRANDE E RIO CORRENTE
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	69	31/08/1995	ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) ENTRE 08/OUT/1995 E 23/FEV/1996, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
PESCA GURIJUBA	PORTARIA	68	30/08/1995	REGULAMENTA A PESCA DA GURIJUBA, DEFINE PERÍODO DE DEFESO (01/NON A 31/MAR), DETERMINA LOCALIDADE, E PROÍBE O USO DE CORTINA E BATIÇÃO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS NO ESTADO DO AMAPÁ.
PESCA MANJUBA	PORTARIA	3	30/08/1995	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA, COM O PETRECHO DENOMINADO "MANJUBEIRA" NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	18	10/08/1995	FICA CONCEDIDO O REGISTRO NA CATEGORIA DE AQUICULTOR, A EMPRESA GRANJA KITAGAWA LTDA, LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE SANTA ISABEL/PA
PESCA ESPADARTE	PORTARIA	56	02/08/1995	REGULAMENTA A PESCA DO ESPADARTE (XIPHIAS GLADIUS), NO LITORAL BRASILEIRO, DEFININDO TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA.
APETRECHOS	PORTARIA	2	24/07/1995	TORNA OBRIGATORIA A UTILIZACAO DE PLACA DE IDENTIFICACAO CONTENDO O NUMERO DO REGISTRO GERAL DE PESCA EM TODOS OS PETRECHOS FIXOS QUE NAO EXIJAM A PARTICIPACAO OU PRESENCA ATIVA DO PESCADOR PROFISSIONAL, DENOMINADOS REDE DE ESPERA, ESPINHEL OU COVO UTILIZADOS NA PESCA INTERIOR
ORDENAMENTO DE PESCA BALBINA	PORTARIA	3	13/07/1995	ADOTA MEDIDAS DE ORDENAMENTO DA PESCA EM TODA A AREA DO LAGO FORMADO EPLA HIDROELETRICA DE BALBINA. A ATIVIDADE DA PESCA SERA EXERCIDA POR PESCADORES DOMICILIADOS NA JURISDICAO DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, SENDO PERMITIDO A PESCA COM ANZOL, ARPAO, ESPINHEL, ARCO OU FLEXA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	16	30/06/1995	PROÍBE A PESCA DE NATUREZA COMERCIAL E AMADORA NA LAGOA DO PIATO MUNICIPI DE ASSU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE POR 60 (SESSENTA DIAS) A PARTIR DE 1 DE JULHO DE 1995 FICANDO DESPENSADO DA PROIBICAO O PESCADOR PROFISSIONNAL QUE UTILIZA PARA A PESCA LINHA DE MAO OU CANICO
PESCA DA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	PORTARIA	43	21/06/1995	REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUSE P. LAEVICAUDA), DEFININDO O TAMANHO MÍNIMO, ÁREAS DE EXCLUSÃO NOS ESTADOS DE PE, CE E RN, O PETRECHO (MANZUÁ/COVO, REDE DE ESPERA), LIMITA A FROTA AS INCRITAS NO RGP.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	19/06/1995	PROÍBE POR PRAZO INDETERMINADO A PESCA PROFISSIONAL SOB QUALQUER MODALIDADE NAS REPRESAS JORDA-FLOR E PAINEIRAS, LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE PILAR DO SUL SP
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	18/06/1995	PORTARIA CONJUNTA OBJETIVANDO A PROIBICAO DA PESCA PROFISSIONAL E AMADORA A MENOS DE 200 (DUZENTOS) METROS DAS CORREDEIRAS FORMADAS A JUSANTE DAS BARRAGENS DAS USINAS HIDRELETRICAS DE ROSANA E PRIMAVERA, SITUADA NOS RIOS PARANAPANEMA E PARANA NOS MUNICIPIOS DE ROSANA SP, DIAMANTE DO NORTE PR E BATAINPORA MS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	09/06/1995	PROÍBE NO PERIODO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1995 A 15 DE JANEIRO DE 1996 A PESCA COMERCIAL NOI RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES NOS TRECHOS DO MUNICIPIO DE DELNIRO BOUVEIA A PIACABURU EM ALAGOAS E CANINDE DE SAO FRANCISCO E BREJO GRANDE (FOZ DO RIO SAO FRANCISCO) EM SERGIPE
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	12/05/1995	PROÍBE A CAPTURA E COMERCIALIZACAO DE QUALQUER ESPECIES DE BAGRES E DA FAMILIA ARUDAE QUE OCORREM NA ZONA LITORANEA NA EPOCA DA DESOVA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	16	17/04/1995	CONCEDE REGISTRO NA CATEGORIA DE AQUICULTOR A EMPRESA CAINZA AGRO-INDUSTRIAL DA AMAZONIA S.A, SITUADA EM BELEM/PA

PESCA	PORTARIA	26	13/04/1995	DEFINE, ENTRE O PERÍDODO DE 1º DE MAIOR DE 15 DE JULHO (SAFRA DA TAINHA), NA ÁREA DAS PRAIAS E COSTÕES LICENCIADOS PARA A PRÁTICA DO ARRASTO DE PRAIA, A EXCLUSÃO A PESCA PELAS MODALIDADES (CERCO, CAÇA E MALHA, TROLHA, EMALHE FIXO, FLUTUTANTES, FISGAS E GARATÉIAS, FAROL MANUAL E TARRAFAS, EXCETO A PESCA DE ISCA-VIVA ENTRE 8:00 E 17:00H CASO NÃO ESTEJA OCORRENDO LANCES DE PRAIA)) À 800 M DAS PRAIAS E 50 M DOS COSTÕES, NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
TAINHA	PORTARIA	26	13/04/1995	PROÍBE ANUALMENTE A MENOS DE 800M DAS PRAIAS E A MENOS DE 50 DOS COSTOES DO LITORAL DE SANTA CATARINA NO PERIODO DE 01 DE MAIO A 15 DE JULHO, CORRESPONDENTE A SAGRA DA TAINHA O EXERCICIO DA PESCA COM O EMPREGO DOS APARELHOS OU DE REDE DE CERCO; REDE DE CACALMALHA; REDES TROLHA; REDES DE EMALHAR FIXAS; CERCOS FLUTUANTES; FISGAS E GARATEIAS; FAROL MAUAL; TARRAFAS. REVOGA AS PORTARIAS Nº. 09/76 E 17/86 DA SUDEPE
APETRECHOS	PORTARIA	2	06/04/1995	DISCIPLINA O USO DE APARELHOS DE PESCA NA BACIA DO LAGO MATUPIRI GRANDE DURANTE O CICLO DA VAZANTE. FICA PROIBIDO EXERCER A ATIVIDADE DE PESCA UTILIZANDO OS SEGUINTES INSTRUMENTOS DE PESCA MALHADEIRAS, ARRASTOES, REDES OU REDINHAS, TARRAFAS, DURANTE OS MESES DE MAIO E FEVEREIRO SUBSEQUENTE E FICA EXCLUIDA A PROIBICAO DE ARPAO ESPINHEL, ARCO OU FLEXA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	10	11/03/1995	PROÍBE A PESCA NAS ÁGUAS REPRESADAS DOS AÇUDES PÚBLICOS POR UM PERIODO DE 30 DIAS A PARTIR DO INICIO DA PRIMEIRA CHEIA DOS RIOS E EM TODA A EXTENSÃO DOS MESMOS NO PERÍODO DA PIRACEMA
APETRECHOS	PORTARIA	1	10/03/1995	DISCIPLINA O USO DE APARELHOS DE PESCA NO LAGO DO JOANICO DURANTE O CICLO DA VEGETACAO
CARANGUEJO-UCA	PORTARIA	7	24/02/1995	PROÍBE A PESCA AMADORA E PROFISSIONAL DA ESPECIE CARANGUEJO-UCA COM O USO DA ARMADILHA DE PESCA DENOMINADA REDINHA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE BAGRE	PORTARIA	8	26/01/1995	PROÍBE, NOS ESTADOS DE SAO PAULO, PARANA E SANTA CATARINA, A CAPTURA, COMERCIALIZACAO DAS ESPECIES DE BAGRE QUE MENCIONA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	8	26/01/1995	PROÍBE NOS ESTADOS DE SAO PAULO, PARANA E SANTA CATARINA, A CAPTURA E COMERCIALIZACAO DAS SEGUINTES ESPECIES DE BAGRES MARINHOS: BAGRE-BANDEIRA, BAGRE-AMARELO, BAGRE-URUTU, BAGRE PAPAI E BAGRI-BRANCO
PESCA SUBAQUATICA, ÁREA DE EXCLUSÃO DE EMALHE	PORTARIA	143	22/12/1994	REGULAMENTA A PESCA SUBAQUÁTICA: PROIBINDO APARELHOS COMPLEMENTARES DE RESPIRAÇÃO, SOMENTE EM APNEIA, AMADORA E PROFISSIONAL; DETERMINA ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA COM REDES DE EMALHE FIXAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
ROBALOS	PORTARIA	8	22/12/1994	FIXA TAMANHO MINIMO DE CAPTURA DE ROBALOS NA PESCA COSTEIRA DE SAO PAULO
PESCA DA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	PORTARIA	137	12/12/1994	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO DA PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (P. LAEVICAUDA), ENTRE 01/JAN E 30/ABR, NO MAR TERRITORIAL E ZEE BRASILEIRA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	134	08/12/1994	PROÍBE NOS ESTADOS DE SAO PAULO, PARANA, SANTA CATARINA A CAPTURA E COMERCIALIZACAO DE QUALQUER ESPECIE DE BAGRE
PESCA DE CAMARÃO	PORTARIA	133	08/12/1994	ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA PROFISSIONAL DE CAMARÃO, NAS BAÍAS DO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA REDES DIVERSAS E SUBAQUATICA	PORTARIA	135	08/12/1994	REGULAMENTA A PESCA NAS ÁREAS ESTUARINAS E LAGUNARES, DEFININDO E ESTABELECENDO OS PETRECHOS PERMISSIONADOS OU NÃO, NO ESTADO DO PARANÁ
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	07/12/1994	PROÍBE A PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES NOS TRECHOS COMPREENDIDOS ENTRE OS MUNICIPIO DE DELMIRO GOUVEIRA E PIACABUCU NO ESTADO DE ALAGOAS E CANINDE DE SAO FRANCISCO E BREJO GRANDE NO ESTADO DE SERGIPE
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	05/12/1994	PROÍBE A CAPTURA, COMERCIALIZAÇÃO DE BAGRES DA ORDEM SILURIFORMES E FAMÍLIA ARIIDAE NO LITORAL, EM ÁGUA POUCO PROFUNDA, DE FUNDO LODOSO OU ARENOSO, EM DESEMBOCADURAS DE RIOS, REGIÕES LAGUNARES, ENSEADAS E BAÍAS, NA DESOVA, EM SANTA CATARINA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	3	21/11/1994	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL EM RIOS E IGARAPES, BARRAGENS E ACUDES PUBLICOS DO ESTADO NO PERIODO DA PIRACEMA A TEMPORADA DE 1994/95
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	3	21/11/1994	PROIBI O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL EM RIOS E IGARAPES, BARRAGENS E ACUDES PUBLICOS DO ESTADO NO PERIODO DA PIRACEMA A TEMPORADA DE 1994/95
PESCA ANCHOVA	PORTARIA	127	18/11/1994	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E PERÍODO DE DEFESO DA PESCA DE ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), SENDO PARA BARCOS MAIORES QUE 10 M ENTRE 01/NOV E 31/MAR, E ATÉ 10 M E QUE OPEREM ATÉ 10 MILHAS DA COSTA ENTRE 01/DEZ E 31/MAR, NO LITORAL DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ..
DEFESO	PORTARIA	4	16/11/1994	PROÍBE TOTALMENTE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DE REPRODUCAO OU DEFESO DA

				PIRACEMA, NOS RIOS DE DOMINIO DA UNIAO FEDERAL, PARA A TEMPORADA 1994/95
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	124	16/11/1994	DEFINE PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DA SARINHA-VERDADEIRA ENTRE 17/DEZ/1994 E 11/MAR/1995, PERMITINDO A ATUAÇÃO DA FROTA SARDINHEIRA SOBRE AS ESPÉCIES QUE NÃO ESTEJAM SOB CONTROLE.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	21	27/10/1994	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM O OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DA REPRODUCAO OU DEFESO DA PIRACEMA, NO ESTADO DO PARA, PARA O PERIODO DE 01.12.94 A 28.02.95, NAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS, DAS ESPECIES DE TAMBAQUI, PIRAPITINGA, PACU, CURIMATA, BRANQUINHA, JARAQUI E PIAUI
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	21	27/10/1994	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM O OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DA REPRODUCAO OU DEFESO DA PIRACEMA, NO ESTADO DO PARA, PARA O PERIODO DE 01.12.94 A 28.02.95, NAS BACIAS HIDROGRAFICAS DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS, DAS ESPECIES DE TAMBAQUI, PIRAPITINGA, PACU, CURIMATA, BRANQUINHA, JARAQUI E PIAUI
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	20	26/10/1994	CONCEDE REGISTRO NA CATEGORIA DE AQUICULTOR AO SR. ANTONIO LIMA GONCALVES, SITUADO NO MUNICIPIO DE SANTAREM-PA
PESCA ARRASTO	PORTARIA	5	27/09/1994	PROÍBE A PESCA COM ARRASTO DE PARELHA E PORTA, EM TODO O COMPLEXO BAÍA-ESTUÁRIO DE SANTOS/SÃO VICENTE EM SP. EXCETUANDO EMBARCAÇÕES ATÉ 10 TAB, EM DETERMINDAS ÁREAS.
PESCA REDE ZANGARIA	PORTARIA	68	29/06/1994	PROÍBE A PESCA COM REDES DO TIPO ZANGARIA, ENTRE 1/JUL E 30/SET, NAS BAÍAS E REENTRÂNCIAS NO LITORAL MARANHENSE.
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	61	07/06/1994	DEFINE PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DA SARINHA-VERDADEIRA ENTRE 11/JUL E 24/AGO/1994, PERMITINDO A ATUAÇÃO DA FROTA SARDINHEIRA SOBRE AS ESPÉCIES QUE NÃO ESTEJAM SOB CONTROLE.
ATIVIDADES PESQUEIRAS	PORTARIA	55	25/05/1994	ALTERA A PORTARIA 110N/1994, QUE DISPOE SOBRE O EXERCICIO DA ATIVIDADE PESQUEIRA POR PESSOAS FISICAS OU JURIDICAS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	24/05/1994	PROÍBE A CAPTURA E COMERCIALIZACAO DE BAGRE NA REGIAO DO COMPLEXO ESTUARINO-LAGUNAR DE CANANEIA-IGUAPE, SUL DO ESTADO DE SAO PAULO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	2	24/05/1994	PROÍBE A PESCA AO REDOR DA LAGE DE SANTOS/SP, NA AREA CORRESPONDENTE A DO PARQUE ESTADUAL MARINHO DE LAGE DE SANTOS
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	24/05/1994	PROÍBE A PESCA DE BAGRE EM TODA A REGIAO DO COMPLEXO ESTUARINO-LAGUNAR DE IGUAPE/CANANEIA, ESTADO DE SAO PAULO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	2	24/05/1994	PROÍBE A PESCA E OUTRAS ATIVIDADES QUE PROVOQUEM POLUICAO OU DANOS CAUSADORES DE IMPACTO SOBRE A ESTRUTURA BIOLOGICA OU GEOLOGICA DA AREA
PESCA ARRASTO	PORTARIA	43	11/04/1994	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO DE PORTAS E PARELHAS, POR EMBARCAÇÕES MAIORES DE 10 AB A MENOS DE 2 MILHAS DA COSTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
DEFESO	PORTARIA	1	21/03/1994	ENCERRA A PROIBICAO DO EXERCICIO DA PESCA NA REGIAO NORTE DO ESTADO DO PIAUI NO DIA 25 DE MARCO DE 1994
CERCO FLUTUANTE	PORTARIA	5	27/01/1994	PERMITE O USO DE CERCO FLUTUANTE DE ACORDO COM CRITÉRIOS TÉCNICOS, PRIORITARIAMENTE PARA PESCADORES ARTESANAIS, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	11/01/1994	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA AMADORA DE CARDUMES EM TODA A REDE HIDROGRAFICA DO ESTADO DE GOIAS, NOS RIOS, LAGOAS, LAGOS E EM QUAISQUER CURSOS D'AGUA NO PERIODO DE 15.11.94 A 15.02.95
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	11/01/1994	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA AMADORA DE CARDUMES EM TODA A REDE HIDROGRAFICA DO ESTADO DE GOIAS, NOS RIOS, LAGOAS, LAGOS E EM QUAISQUER CURSOS D'AGUA NO PERIODO DE 15.11.94 A 15.02.95
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	51	28/12/1993	PROÍBE O EXERCICIO DE PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DE REPRODUCAO OU DEFESO DE PIRACEMA, NA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS ARAGUIA/TOCANTINS, NO ESTADO DO PARA, NO PERIODO DE 01/02/1993 A 28/02/1994, PARA A TEMPORADA 1993/94
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	51	28/12/1993	PROÍBE O EXERCICIO DE PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DE REPRODUCAO OU DEFESO DE PIRACEMA, NA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS ARAGUIA/TOCANTINS, NO ESTADO DO PARA, NO PERIODO DE 01/02/1993 A 28/02/1994, PARA A TEMPORADA 1993/94
PESCA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	PORTARIA	132	17/12/1993	ESTABELE O PERÍODO DE DEFESO DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUSE P. LAEVICAUDA), ENTRE 01/JAN E 30/ABR/1994.
PESCA DO CAMARÃO ROSA	PORTARIA	8	11/12/1993	DEFINE O PRÍODO DE DEFESO DO CAMARÃO ROSA (PENAEUS PAULENSIS, PENAEUS BRASILIENSIS E PENAEUS SUBTILIS), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE A DIVISA DOS ESTADOS DA BAHIA E ESPÍRITO SANTO, E O RIO GRANDE DO SUL, NO PERÍODO ENTRE 15/FEV E 15/MAI.
DEFESO	PORTARIA	2	18/11/1993	FIXA O PERIODO DE 1 DE NOVEMBRO DE 1993 A 31 DE JANEIRO DE 1994 COMO DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DEFESO	PORTARIA	124	18/11/1993	DETERMINA O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DA SARDINHA ENTRE 20/DEZ/1993 E 10/MAR/1994, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL, E PERMITE A FROTA SARDINHEIRA ATUAR SOBRE OUTRAS ESPÉCIES DURANTE O DEFESO, DESDE QUE O ESFORÇO DE PESCA NÃO ESTEJA SOB CONTROLE.
PESCA ARRASTO	PORTARIA	120	17/11/1993	REGULAMENTA A PESCA NA LAGOA DE ARARUAMA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PROIBINDO O ARRASTO E PERMITINDO O USO DE BARRAGENS, TARRAFAS, PUÇÁS, ARRASTO DE DOIS CALÕES, GANCHOS PARA PEIXE, TRÓIAS E DETERMINADAS LOCALIDADES E CONFORME DEFINIDO.
PESCA ARRASTO	PORTARIA	119	17/11/1993	REGULAMENTA A PESCA NA LAGOA MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, PROIBINDO O USO DE REDES FEITICEIRAS E REDES DE ARRASTO DE QUALQUER NATUREZA, BEM COMO REGULAMENTA O USO DE REDES DE ESPERA COM MALHA A PARTIR DE 80 MM E O PROCESSO DE LICENCIAMENTO DOS PESCADORES LOCAIS.
PIRACEMA	PORTARIA	1	04/11/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DE REPROVAÇAO OU DEFESO DE PIRACEMA, NAS BACIAS HODROGRAFICAS DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS, NO ESTADO DO TOCANTINS, NO PERIODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 1993 A 28 DE FEVEREIRO DE 1994, PARA A TEMPORADA 1993/94
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	117	01/11/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA AMADORA EM CARDUMES. EM TODA A REDE HIDROGRAFICA DO ESTADO DE GOIAS, NOS RIOS, LAGOS, LAGOAS E QUAISQUER CURSOS D'AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NO PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 1993 A 31 DE JANEIRO DE 1994
PIRACEMA	PORTARIA	1	29/10/1993	PROÍBE ANUALMENTE A PESCA NOS RIOS E LAGOAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO QUANDO OCORRER O FENOMENO DA PIRACEMA (MIGRACAO PARA REPRODUCAO DE PEIXES DE AGUA DOCE) NO PERIODO DE 20 DE NOVEMBRO A 28 DE FEVEREIRO
PIRACEMA	PORTARIA	1	27/10/1993	PROÍBE NO PERIODO DE 1 DE DEZEMBRO DE 1993 A 28 DE FEVEREIRO DE 1994, O EXERCICIO DA PESCA NA REGIAO SUL DO ESTADO DO PIAUI, QUANDO OCORRE O FENOMENO DA PIRACEMA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	27/10/1993	PROÍBE NO PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 1993 A 31 DE JANEIRO DE 1994, A PESCA PROFISSIONAL E AMADORA DOS RIOS: SAO FRANCISCO FALSO, SAO FRANCISCO VERDADEIRO, SAO VICENTE, OCOI E ARROIO GUACU, E, NA EXTENSAO DE DOMINIO DA UNIAO DOS RIOS IVAI E PIQUIRI
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	27/10/1993	PROÍBE NO PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 1993 A 31 DE JANEIRO DE 1994, A PESCA PROFISSIONAL E AMADORA DOS RIOS: SAO FRANCISCO FALSO, SAO FRANCISCO VERDADEIRO, SAO VICENTE, OCOI E ARROIO GUACU, E, NA EXTENSAO DE DOMINIO DA UNIAO DOS RIOS IVAI E PIQUIRI
PESCA NAS LAGOAS DE IBIRAQUERA	PORTARIA	115	26/10/1993	REGULAMENTA A PESCA NAS LAGOAS DE IBIRAQUERA, DENOMINADAS DE CIMA, DO MEIO, DE BAIXO E DO SACO E RESPECTIVOS CANAIS DE LIGAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, PROIBINDO O USO DE QUAISQUER REDES, COM EXCEÇÃO DA TARRAFA ESPECIFICADA.
PIRACEMA	PORTARIA	3	20/10/1993	FIXA O PERIODO DE DEFESA DA PIRACEMA DE 01/11/1993 A 31/01/1994, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PODENDO SER PRORROGADO, SE ESTUDOS TECNICOS COMPROVAREM A OCORRENCIA DE CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REPRODUCAO
PESCA TAMBAQUI, PIRAPITINGA, CURIMATÃ, PACU E MATRICHÃ	PORTARIA	52	19/10/1993	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA DO RIO AMAZONAS, NO ESTADO DO PARÁ, INCLUINDO A BACIA DA ILHA DO MARAJÓ, E DEFINE PERÍODO DA PIRACEMA (01/DEZ/1993 ATÉ 28/02/1994), NA PESCA SOBRE AS ESPÉCIES: TAMBAQUI (COLOSSOMA MACROPOMUM), PIRAPITINGA (PIANACTUS BRACHIPOMUS), CURIMATÃ (PROCHILODUS SPP), PACU (PIRACTUS MESOPOTAMICUS) E MATRINCHÃ (BRYCON MELANOPTERUS), EXECETO A PESCA DE SUBSISTÊNCIA PELOS PESCADORES ARTESANAIS E AMADORE COM LINHA DE MÃO, VARA OU LINHA E ANZOL.
PIRACEMA	PORTARIA	51	19/10/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DE REPRODUCAO OU DEFESA DE PIRACEMA, NA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS, NO ESTADO DO PARA, NO PERIODO DE 01/12/1993 A 28/02/94, PARA TEMPORADA 1993/94
PIRACEMA ILHA DO MARAJÓ	PORTARIA	52	19/10/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DE REPRODUÇAO OU DEFESA DE PIRACEMA NA BACIA HIDROGRAFICA DA ILHA DO MARAJO, NO PERIODO DE 31/12/1993 A 28/02/94, PARA A TEMPORADA DE 1993/94
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	51	19/10/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DE REPRODUÇAO OU DEFESO DE PIRACEMA, NA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS, NO ESTADO DO PARA, FICANDO EXCLUIDOS DESTA PROIBICAO A PESCA DE CARATER CIENTIFICO, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO IBAMA'

PESCA PROIBIDA	PORTARIA	51	19/10/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM OBJETIVO COMERCIAL NA EPOCA DE REPRODUÇAO OU DEFESO DE PIRACEMA, NA BACIA HIDROGRAFICA DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS, NO ESTADO DO PARA, FICANDO EXCLUIDOS DESTA PROIBICAO A PESCA DE CARATER CIENTIFICO, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO IBAMA'
PIRACEMA ARAGUAIA	PORTARIA	S/N	18/10/1993	FIXA O PERIODO DE PIRACEMA DE 1º NOVEMBRO DE 1993 A 31 DE JANEIRO DE 1994, NAS AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO NO ESTADO DE MATO GROSSO PODENDO SER PRORROGADO, SE ESTUDOS TECNICOS COMPROVAREM A OCORRENCIA DE CONTINUIDADE DO PROCESSO DE REPRODUCAO. ESTABELECE NORMAS PARA A PRATICA DA PESCA NESTE PERIODO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	10/10/1993	PROÍBE NO PERIODO DE 10 DE OUTUBRO DE 1993 A 10 DE JANEIRO DE 1994 O EXERCICIO DE PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES E NAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS, DE 10 DE OUTUBRO DE 1993 A 10 DE ABRIL DE 1994 NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS MUNICIPIOS DE CARINHANHA E PAULO AFONSO NO ESTADO DA BAHIA
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	10/10/1993	PROÍBE NO PERIODO DE 10 DE OUTUBRO DE 1993 A 10 DE JANEIRO DE 1994 O EXERCICIO DE PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES E NAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS, DE 10 DE OUTUBRO DE 1993 A 10 DE ABRIL DE 1994 NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS MUNICIPIOS DE CARINHANHA E PAULO AFONSO NO ESTADO DA BAHIA
ÁREA DE EXCLUSÃO DE PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	107	04/10/1993	ESTABELECE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA, PARA AS MODALIDADES: CERCO COM TRAINEIRAS, ARRASTO COM PARELHA E COM REDE DE COURO, NA BAÍA DE SEPETIBA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA CARANGUEJO UÇÁ	PORTARIA	106	04/10/1993	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS) PROIBINDO O USO DE QUALQUER TIPO DE ARMADILHA OU PRODUTO QUÍMICO, NO LITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA TAMBAQUI, PIRAPITINGA, CURIMATÃ, PACU E MATRICHÃ	PORTARIA	52	19/09/1993	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA DO RIO AMAZONAS, NO ESTADO DO PARÁ, INCLUINDO A BACIA DA ILHA DO MARAJÓ, DEFINE O PERÍODO DE PIRACEMA (01/DEZ/1993 ATÉ 28/02/1994), SOBRE AS ESPÉCIES: TAMBAQUI (COLOSSOMA MACROPOMUM), PIRAPITINGA (PIANACTUS BRACHIPOMUS), CURIMATÃ (PROCHILODUS SPP), PACU (PIRACTUS MESOPOTAMICUS) E MATRINCHÃ (BRYCON MELANOPTERUS), EXECETO A PESCA DE SUBSISTÊNCIA EXERCIDA PELOS PESCADORES ARTESANAIS E AMADORES, QUE UTILIZEM LINHA DE MÃO, VARA OU LINHA E ANZOL.
REDE DE ESPERA	PORTARIA	130	12/09/1993	AUTORIZA A PESCA COM REDE DO TIPO ESPERA PARA CAPTURA DE PESCADO NA BARRAGEM DE FLORES NO ESTADO DO MARANHAO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	96	31/08/1993	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO POR EMBARCACOES COM TRACAO MOTORIZADA NA FAIXA DE DEZ MILHAS DO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO ENTRE A FOZ DO RIO GURUPI E A PONTA DAS CANARIAS, RESPECTIVAMENTE 46.06' E 41.49' DE LONGITUDE OESTE NO ESTADO DO MARANHAO
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	95	30/08/1993	ESTABELECE NORMAS PARA O REGISTRO DE AQUICULTOR NO IBAMA , SENDO AQUICULTOR, PESSOA FISICA OU JURIDICA, QUE SE DESTINE A CRIACAO OU REPRODUCAO DE ANIMAIS OU VEGETAIS AQUATICOS, EM AMBIENTES ARTIFICIAIS OU NATURAIS
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	96	30/08/1993	DETERMINA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO POR EMBARCAÇÕES MOTORIZADA, ALÉM DO USO DE MALHAS MENORES QUE 30 MM, ENTRE A FOZ DO RIO GURUPI E A PONTA DAS CANÁRIAS, NO ESTADO DO MARANHÃO, EXCETUANDO O ARRASTO DE CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) PARA BARCOS MENORES QUE 10 AB A PARTIR DE 3 MN.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	77	16/07/1993	PROÍBE A PESCA PROFISSIONAL EM TODA A ÁREA ALAGADA DA BARRAGEM DO CHASQUEIRO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA EPÉCIES MARINHAS	PORTARIA	51	03/05/1993	REVOGA A P IBAMA Nº 24/1993 QUE DETERMINA O TAMANHO DE CAPTURA DAS ESPÉCIES DE PEIXE MARINHO OCORRENTES NOS ESTADOS RS, SC, PR, SP, RJ E ES.
LAGOSTA VERMELHA	PORTARIA	41	26/03/1993	ALTERA O ARTIGO 1 E INCISO 3 DA PORTARIA 109 DE 1991 PERMITINDO O EXERCICIO DA PESCA DA LAGOSTA VERMELHA E LAGOSTA CABO VERDE, DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MARCO DE 1993 E PERMITE A LARGADA DAS EMBARCACOES LAGOSTEIRAS A PARTIR DO DIA 1 DE ABRIL DE 1993
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	11/03/1993	PROÍBEO EXERCICIO DA PESCA COM O OBJETIVO COMERCIAL EM RIOS E IGARAPES BARRAGENS E ACUDES PUBLICOS NO ESTADO DO MARANHAO NO PERIODO DA PIRACEMA TEMPORADA 1993/1994
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	11/03/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM O OBJETIVO COMERCIAL EM RIOS E IGARAPES BARRAGENS E ACUDES PUBLICOS NO ESTADO DO MARANHAO NO PERIODO DA PIRACEMA TEMPORADA 1993/1994
PESCA NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL	PORTARIA	22	09/03/1993	ESTABELECER NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL

PESCADO COM PROIBIÇÃO DE CAPTURA, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO	PORTARIA	25	09/03/1993	PROÍBE, NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO, A CAPTURA, O TRANSPORTE E A COMERCIALIZAÇÃO DAS ESPÉCIES RELACIONADAS.
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	24	09/03/1993	DETERMINA O TAMANHO DE CAPTURA DAS ESPÉCIES DE PEIXES MARINHOS NOS ESTADOS RS, SC, PR, SP, RJ E ES, SENDO: CASTANHA (UMBRINA CASONAI), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), LINGUADO (PARALICHTHYS BRASILIENSIS), MIRAGUAIA (P. CHROMIS), PAMPO, GORDINHO OU VIÚVA (PAPRILUS PARU), PAMPO PORONA (PARONA SIGNATA), PAMPO REAL (TRACHINOTUS GLAUCUS), PAPA-TERRA, PEIXE-REI (ODONTHESTES BONARIENSIS, O. ITERING), PESCADINHA (MACRODON ANGYLODUM), PESCADA OLHUDA (CYNOCIOS STRIATUS) E TAINHA (MUGIL BRASILIENSIS).
PESCA DELEGA COMPETÊNCIA A SUPES IBAMA	PORTARIA	23	09/03/1993	DÁ COMPETÊNCIA ÀS SUPES DO IBAMA PARA DEFINIREM NORMAS COMPLEMENTARES ÀS PORTARIAS QUE ESTABELECEM NORMAS GERAIS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANÁ.
PESCA	PORTARIA	26	09/03/1993	ESTABELECE NORMAS PARA O EXERCICIO DA PESCA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
PESCA PIRACANJUBA, PIRACANJUBA/SALMÃO, CURIMBATÁ, CURIMATÁ, CURIMBATÁ, GRUMATÁ, PIAPARA, PIAU VERDADEIRO, PACU CARANHA, PACU, DOURADO, JAÚ, SURUBIM, PINTADO, ARMADO, PESCADA E MANDI.	PORTARIA	25	09/03/1993	DETERMINA O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DAS ESPÉCIES CONTINENTAIS NOS ESTADOS RS, SC, PR, SP, RJ, ES, SENDO: PIRACANJUBA (BRYCON ORBIGNYANUS), PIRACANJUBA/SALMÃO (BRYCON HILARII), CURIMBATÁ (PROCHILODUS LINEATUS), CURIMATÁ, CURIMBATÁ, GRUMATÁ (PROCHILODUS AFFINIS), PIAPARA, PIAU VERDADEIRO (LEPORINUS AFF OBTUSIDENS E LEPORINUS AFF ELONGATUS), PACU CARANHA, PACU (PIARACTUS MESOPOTAMICUS), DOURADO (SALRNINUS MAXILLOSUS), JAÚ (PAULICEA LUETKENI), SURUBIM, PINTADO (PSEUDOPLATYSTOMA CORUSCANS E P. FASCIATURN), ARMADO (PTERODORAS GRANULOSUS), PESCADA (PLAGIOSCION SQUAMOSISSIMUS) E MANDI (PIMELODUS MACULATUS).
PESCA PIRACANJUBA, CURIMBATÁ, CURIMATÁ, CURIMBATÁ, PIAU VERDADEIRO, PACU CARANHA, PACU, DOURADO, JAÚ, SURUBIM, CACHARA OU PINTADO, ARMADO E PESCADA	PORTARIA	21	09/03/1993	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA DO RIO PARANÁ, ESTABELECE OS PETRECHOS, O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE VÁRIOS PEIXES: PIRACANJUBA (BRYCON ORBIGNYANUS E B. HILARII), CURIMATÃ OU CURIMBATÁ (PROCHILODUS LINEATU), PIAU VERDADEIRO, PIAU (LEPORINUS AFF OBTUSIDENS E L. ELONGATUS), PACU CARANHA OU PACU (PIARACTUS MESOPOTAMICUS), DOURADO (SALMINUS MAXILLOSUS), JAÚ (PAULICEA LUETKENI), SURUBIM, CACHARA OU PINTADO (PSEUDOPLAYSTOMA CORUSCANSE P. FASCIATUM), ARMADO (PTERDORAS GRANULOSUS) E PESCADA (PLAGIOSCION SQUAMOSISSIMUS), ENTRE OUTRAS QUESTÕES.
PESCA PIRARUCU	PORTARIA	14	15/02/1993	REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS), PROÍBE A VENDA DE MANTA SECA.
PROÍBE A COMERCIALIZACAO DA MANTA SECA DE PIRARUCU	PORTARIA	14	15/02/1993	PROÍBE A COMERCIALIZACAO DA MANTA SECA DE PIRARUCU ARAPAIMA GIGAS, DE COMPRIMENTO INFERIOR A 01 (UM) METRO
PESCA DO CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	8	11/02/1993	PROIBIR, ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO A 15 DE MAIO, A PESCA DE ARRASTO DE CAMARÃO-ROSA (PENAEUS PAULENSIS, PENAEUS BRASILIENSIS E PENAEUS SUBTILIS), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS 18°20'S (DIVISA DOS ESTADOS DA BAHIA E ESPÍRITO SANTO) E 33°40'S (FOZ DO ARROIO CHUÍ - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL).
PESCA DO CAMARÃO ROSA	PORTARIA	8	11/02/1993	DEFINE O PRÍODO DE DEFESO DO CAMARÃO ROSA (PENAEUS PAULENSIS, PENAEUS BRASILIENSIS E PENAEUS SUBTILIS), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE A DIVISA DOS ESTADOS DA BAHIA E DO ESPÍRITO SANTO ATÉ O RIO GRANDE DO SUL, ENTRE 15/FEV E 15/MAI.
PESCA CAMARÃO	PORTARIA	9	03/02/1993	REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO NA LAGOA DOS PATOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, E ESTABELECE DEFESO ENTRE 1°/OUT E 31/JAN; PETRECHO (REDES DE SACO E DE AVIÃOZINHO), O ESFORÇO MÁXIMO, PROÍBE O ARRASTO, E O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	115	11/01/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA AMADORA EM CARDUMES, EM TODA A REDE HIDROGRAFICA DO ESTADO DO GOIAS, NOS RIOS, LAGOS, LAGOAS E QUAISQUER CURSOS D'AGUA DE DOMINIO DA UNIAO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	115	11/01/1993	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA AMADORA EM CARDUMES, EM TODA A REDE HIDROGRAFICA DO ESTADO DO GOIAS, NOS RIOS, LAGOS, LAGOAS E QUAISQUER CURSOS D'AGUA DE DOMINIO DA UNIAO
PESCA MANJUBA	PORTARIA	20	01/01/1993	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE, ESTADO DE SÃO PAULO, ATÉ O COSTÃO DO ICAPARA; E DEFINE PERÍODO DE SAFRA (15/OUT/93 À 30/ABR/94); DEFESO DE 30 DIAS COM A PROIBIÇÃO TOTAL DA PESCA (13/DEZ/93 A 11/JAN/94) E EXCLUSIVO PARA A MANJUBA (01/MAI/94 A 14/OUT)/94; ESTABELECE O PETRECHO; E PROÍBE O USO DE CORRICO.
PESCA SARDINHA	PORTARIA	140	28/12/1992	ALTERA OS PERÍODOS DE DEFESO DA SARDINHA, DEFINIDOS PELA PORTARIA IBAMA Nº 120/1992 PARA: 20/DEZ/1992 A 20/FEV/1993 E 04/JUN A 16/AGO/1993, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.

PESCA CAMARÃO ROSA, VERDADEIRO, SANTANA, SETE BARBAS E BARBA RUSSA	PORTARIA	371	14/12/1992	REGULAMENTA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P.BRASIIIENSIS E P. SUBTILIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS), ENTRE BA/ES E RS, DEFININDO PERÍODO DE DEFESO ENTRE 15/FEV E 15/MAI, DETERMINANDO AINDE QUE DURANTE O PERÍODO A PESCA ESTUARINO-LAUNAR SOMENTE PODERIA SER REALIZADA COM TARRAFA; E NA LAGOA DOS PATOS (RS), REGULAMENTA A PESCA COM REDE DE SACO E AVIÃOZINHO, ENTRE 15/JUL E 15/NOV/1991 E PERMITE A FROTA OPERAR SOBRE OUTRAS ESPÉCIES NÃO CONTROLADAS DURANTE O DEFESO.
PESCA ARRASTÃO DE PRAIA	PORTARIA	133	09/12/1992	REGULAMENTA A PESCA DE CACEIO DE PRAIA (ARRASTÃO DE PRAIA), NO ESTADO DE SÃO PAULO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DEFINIDAS PARA O PETRECHO, PROIBINDO SUA REALIZAÇÃO EM PRAIAS URBANIZADAS EM HORÁRIO DETERMINADO .
PESCA PIRACEMA	PORTARIA	1	01/12/1992	REGULAMENTA A PESCA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO PARÁ, ESTABELECENDO PARADA DE PESCA REFERENTE A PIRACEMA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA ILHA DE MARAJÓ, NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS ARAGUAIA/TOCANTINS E NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS RESTANTES DO ESTADO, EXCETO À PESCA COM LINHA DE MÃO, CANIÇO SIMPLES E ESPINHEL, CONFORME ESPECIFICADO.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	25/11/1992	PROÍBE A PESCA NO RIO SÃO FRANCISCO, NO PERIODO DE REPRODUCAO DOS PEIXES, EXCLUINDO A PESA ARTESANAL E AMADORA, ASSIM COMO AS DE CARÁTER CIENTIFICO.
PESCA ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	121	19/11/1992	CRIA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO, DE QUALQUER TIPO, A MENOS DE 3 MN DA COSTA, ENTRE AS LONGITUDES DE 41º20' W E 41º30' W, NO ESTADO DO PIAUÍ.
PESCA SARDINHA	PORTARIA	120	17/11/1992	REGULAMENTA A PESCA DE SARDINHA, DEFINDINDO 2 PERÍODOS DE DEFESO (DESOVA E RECRUTAMENTO) ENTRE: 20/DEZ/1992 E 20/FEV/1993; E 4/JUN E 16/AGO1993, O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, O TRANSPORTE SOBRE O CONVÉS, OBRIGA OS ATUNEIROS A CAPTURAREM SUA PRÓRPIA ISCA, E PERMITE QUE A FROTA DE CERCO ATUE SOBRE OUTROS RECURSOS NÃO CONTROLADOS DURANTE ESTE PERÍODO DE DEFESO.
PIRACEMA	PORTARIA	1	13/11/1992	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COMERCIAL NO MARANHÃO, EXCLUINDO A PESCA AMADORA E A DE CARATER CIENTIFICO, NO PERIODO DA PIRACEMA
PIRACEMA	PORTARIA	1	11/11/1992	ESTABELECE O PERIODO DE PIRACEMA NO ESTADO DA PARAIBA, PERMITINDO A PESCA SOMENTE COM LINHA DE MAO, CANICO SIMPLES E COM MOLINETE.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	11/11/1992	PROÍBE A PESCA COMERCIAL NO RIO SAO FRANCISCO, NO ESTADO DA BAHIA, EXCLUINDO A PESCA ARTESANAL E AMADORISTICA, ASSIM COMO A DE CARATER CIENTIFICO, AUTORIZADA PELO IBAMA
PIRACEMA	PORTARIA	3	09/11/1992	PROÍBE A PESCA NO PERIODO DA PIRACEMA, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, EXCLUINDO A PESCA ARTESANAL E AMADORISTICA.
PIRACEMA/PI	PORTARIA	2	04/11/1992	ESTABELECE O PERIODO DE PIRACEMA NAS REGIOS SUL E NORTE DO ESTADO DO PIAUÍ, AUTORIZANDO A PESCA ARTESANAL E AMADORISTICA.
PERÍODO DE REPRODUÇÃO	PORTARIA	2	01/11/1992	FIXA O PERIODO DE REPRODUCAO DOS PEIXES NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, PROÍBE A CAPTURA DOS PEIXES JAU, PINTADO, CACHARA, DOURADO E PACU, PERMITINDO APENAS A PESCA DE SUBSISTÊNCIA.
PIRACEMA/MT	PORTARIA	1	01/11/1992	DISPOE SOBRE O EXERCICIO DA PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA NO ESTADO DO MATO GROSSO.
CAMARÕES ROSA, CAMARÃO BRANCO E CAMARÃO BARBAS	PORTARIA	114	23/10/1992	PROÍBE A PESCA DE ARRASTAO COM TRAÇÃO MOTORIZADA PARA CAPTURA DE CAMAROES ROSA, BRANCO E SETE BARBAS.
PESCA CAMARÃO ROSA E SETE BARBAS	PORTARIA	114	23/10/1992	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS SUBTILIS, BRANCO (P. SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) DE ACORDO COM AS LOCALIDADES, SENDO: 01 A 30/NOV ENTRE AS DESEMBOCADURAS DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ E O ESTADO DO MARANHÃO; E 01/DEZ A 31/JAN ENTRE O LIMITE NORTE DO BRASIL E A DIVISA DOS ESTADOS DO CEARÁ E PIAUÍ.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	20/10/1992	PROÍBE A PESCA PROFISSIONAL E AMADORA NO PERIODO DA PIRACEMA, NO ESTADO DO PARANÁ, NOS RIOS SÃO FRANCISCO FALSO, SÃO FRANCISCO VERDADEIRO, SÃO VICENTE, OCOI E ARROIO GUACU, ASSIM COMO NOS TRECHOS DE CORREDEIRA DOS RIOS AFLUENTES DO LAGO DE ITAIPU BINACIONAL.
PESCA AMADORA	PORTARIA	2	19/10/1992	PROÍBE A PESCA AMADORA EM CARDUMES, EM TODA REDE HIDROGRAFICA DE GOIÁS NO PERIODO DE 01 DE NOVEMBRO DE 1992 A 01 DE FEVEREIRO DE 1993, FICANDO EXCLUIDA A PESCA EM CARATER CIENTIFICO, PREVIAMENTE AUTORIZADA PELO IBAMA.
PESCA ARRASTÃO DE PRAIA	PORTARIA	112	19/10/1992	REGULAMENTA O TAMANHO DE MALHA A SER UTILIZADO NAS REDES DE ARRASTÕES DE PRAIA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	110	07/10/1992	DISPOE SOBRE ATIVIDADES DE AQUICULTURA, DO REGISTRO GERAL DA PESCA, CATEGORIAS DE REGISTRO E OU PERMISSAO

ÁREA DE EXCLUSÃO DE PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	107	29/09/1992	DETERMINA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO (PORTAS E PARELHAS) POR EMBARCAÇÕES MAIORES QUE 10 AB, A MENOS DE 3 MN DA COSTA, ENTRE SÃO JOÃO DO SUL E CABO DE SANTA MARTA GRANDE E A MENOS DE 01 MN, ENTRE O CABO DE SANTA MARTA GRANDE E ITAPOÁ, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA BAÍA DE PARANAGUÁ	PORTARIA	102	24/09/1992	REGULAMENTA A PESCA NA REGIAO COMPREENDIDA E ENTRE MOEIRAO E O RIO ITINGA, ABRANGENDO AS ILHAS LAMIM, NA BAÍA DE PARANAGUÁ, LOCALIDADE DE EUGRASINA, ESTADO DO PARANÁ.
PIRACEMA	PORTARIA	30	22/09/1992	DISCIPLINA A PESCA NO PERIODO DE 01 11 1992 A 31 01 1993 NO ESTADO DE SÃO PAULO, COMO DEFENSOR DA PIRACEMA.
PESCA AMADORA	PORTARIA	98	04/09/1992	REGULAMENTA A ATIVIDADE DE PESCA AMADORA E ESTABELECE NORMAS PARA OBTENCAO DA RESPECTIVA LICENCA DE PESCA
RIO PARAGUAI	PORTARIA	96	28/08/1992	PERMITE SEM RESTRICOES DE QUANTIDADE PELO PERIODO DE SEIS MESES, A CAPTURA DE PIRANHAS, NO RIO PARAGUAI, SEUS AFLUENTES, LAGOS E LAGOS MARGINAIS, NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
PESCA CERCO	PORTARIA	88	21/08/1992	SUSPENDER TEMPORARIAMENTE O ART. 6° DA PORTARIA IBAMA N° 1.347/1989 QUE DEFINIA QUE A EMBARCAÇÃO DE CERCO QUE NÃO EFETUASSE, ANUALMENTE, NO MÍNIMO, 20 DESEMBARQUES PERDERIA A PERMISSÃO, PERMITINDO INCLUSIVE REVIGORAR AS LICENÇAS QUE FORAM CASSADAS.
PESCA ORNAMENTAL	PORTARIA	62	10/06/1992	REGULAMENTA A CAPTURA E A COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS AQUÁTICOS VIVOS OCORRENTES EM ÁGUAS CONTINENTAIS BRASILEIRAS, PARA FINS DE ORNAMENTAÇÃO, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DE UMA LISTA COM MUITAS ESPÉCIES PERMISSIONADAS.
PESCA CAMARÃO ROSA, VERDADEIRO E SETE BARBAS	PORTARIA	56	22/05/1992	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO PARA CAPTURA DO CAMARÃO-ROSA (PENAEUS SUBTILIS), VERDADEIRO (P. SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) ENTRE A DIVISA PE/PB E BA/ES, DEFINDINDO DEFESO ENTRE 01/MAI E 19/JUN, PERMITINDO QUE A FROTA OPERE EM OUTRA MODALIDADE E RECURSO QUE NÃO ESTEJA COM ESFORÇO CONTROLADO DURANTE O DEFESO.
PESCA ROBALO BRANCO E CAMURIM OU BARRIGA BRANCA	PORTARIA	49	13/05/1992	ESTEBELECE PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DO ROBALO, ROBALO BRANCO E CAMURIM OU BARRIGA MOLE (CENTROPOMUS PARALLELUS, CENTROPOMUS UNDECIMALIS, CENTROPOMUS SPP) ENTRE 15/MAI E 31/JUL NO LITORAL E ÁGUAS INTERIORES DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E BAHIA.
PESCA ROBALO BRANCO E CAMURIM OU BARRIGA BRANCA	PORTARIA	49	13/05/1992	ESTEBELECE PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DO ROBALO, ROBALO BRANCO E CAMURIM OU BARRIGA MOLE (CENTROPOMUS PARALLELUS, CENTROPOMUS UNDECIMALIS, CENTROPOMUS SPP) ENTRE 15/MAI E 31/JUL NO LITORAL E ÁGUAS INTERIORES DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E BAHIA.
PESCA ROBALO BRANCO E CAMURIM OU BARRIGA BRANCA	PORTARIA	49	13/05/1992	ESTEBELECE PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DO ROBALO, ROBALO BRANCO E CAMURIM OU BARRIGA MOLE (CENTROPOMUS PARALLELUS, CENTROPOMUS UNDECIMALIS, CENTROPOMUS SPP) ENTRE 15/MAI E 31/JUL NO LITORAL E ÁGUAS INTERIORES DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO E BAHIA.
ROBALO	PORTARIA	49	13/05/1992	PROÍBE A PESCA DE ROBALO, ROBALO BRANCO E CAMURIM DO BARRIGA MOLE, ANUALMENTE, NO PERIODO DE 15 DE MAIO A 31 DE JULHO, NO LITORAL E AGUAS INTERIORES DOS ESTADOS AO ESPIRITO SANTO E BAHIA.
TAINHA	PORTARIA	47	29/04/1992	REVOGA A PORTARIA N. 406, DE 05/11/1969, DA EXTINTA SUDEPE, QUE PERMITE A PESCA DA TAINHA E DA CORVINA POR MEIO DO SISTEMA DE UM LANCE PARA CADA PARELHA, EM SAO JOSE DO NORTE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA DA TAINHA	PORTARIA	40	06/04/1992	REVOGA A PORTARIA SUDEPE Nº 29/1987, QUE PERMITE A PESCA DE TAINHA (MUGIL BRASILIENSIS) E PARATI (MUGIL CUREMA) COM REDES DE CERCO, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA ORNAMENTAL	PORTARIA	28	10/03/1992	REGULAMENTA A CAPTURA DE PEIXES COM FINS ORNAMENTAIS: PROÍBE A CAPTURA DO CARDINAL (PARACHEIRODON AXELRODI) ENTRE MAIO E JULHO, A COMERCIALIZAÇÃO DE JUVENIS DOS SEGUINTES PEIXES: ARACU (SCHIZODON SPP, RHYTIODUS SPP E LEPORINOS SPP), ACARÁ-AÇU (ASTRONUTUS OCELLATUS), BRANQUINHA (CURIMATA SPP E POTAMORTHYNA SPP), CAPARARI (PSEUDOPLATYSTOMA TIGRINUM), CUBIU (ANODUS ELONGATUS), CURIMATÃ (PROCHILODUS NIGRICANS), DOURADO (BRACHYPLATYSTOMA FLAVICANS), FILHOTE (BRACHYPLATYSTOMA SPP), JARAQUI (SEMAPROCHILODUS SPP), MATRINCHÃ (BRYCON SPP), MAPARÁ (HYPOPHTHALMUS MARGINATUS), PACU (MYLEUS SPP E MYLOSSOMA SPP), PESCADA (PLAGIOSCION SPP), PIRAÍBA (BRACHYPLATYSTOMA FILAMENTOSUM), PIRAMUTABA (BRACHYPLATYSTOMA VAILLANTII), PIRAPITINGA (COLOSSOMA BIDENS), SARDINHA (TRIPORTHEUS SPP), PIRARARA (PHRACTOCEPHALUS HEMOLIPTEUS), SURUBIM (PSEUDOPLATYSTOMA FASCIATUM), TAMBAQUI (COLOSSUM MACROPOMUM), TAMOÁTA (HOPLOSTERNUN THORATUN), TUCUNARÉ (CICHLA SPP) E PACAMU (PACELICEA LUTHENI)

PESCA CAMARÃO ROSA, VERDADEIRO, SANTANA, SETE BARBAS E BARBA RUSSA	PORTARIA	25	19/02/1992	REGULAMENTA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P.BRASIIIENSIS E P. SUBTILIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) ENTRE BA/ES E RS E NA LAGOA DOS PATOS; DEFINE O DEFESO ENTRE 15/FEV E 15/MAI; PERMITE SOMENTE O USO DE TARRAFA NAS ÁREAS ESTUARINO-LAGUNARES, ENTRE OUTRAS QUESTÕES.
PESCA CAMARÃO ROSA, VERDADEIRO, SANTANA, SETE BARBAS E BARBA RUSSA	PORTARIA	371	14/02/1992	REGULAMENTA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P.BRASIIIENSIS E P. SUBTILIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS), ENTRE BA/ES E RS, DEFININDO PERÍODO DE DEFESO ENTRE 15/FEV E 15/MAI, DETERMINANDO AINDE QUE DURANTE O PERÍODO A PESCA ESTUARINO-LAUNAR SOMENTE PODERIA SER REALIZADA COM TARRAFA; E NA LAGOA DOS PATOS (RS), REGULAMENTA A PESCA COM REDE DE SACO E AVIÃOZINHO, ENTRE 15/JUL E 15/NOV/1991 E PERMITE A FROTA OPERAR SOBRE OUTRAS ESPÉCIES NÃO CONTROLADAS DURANTE O DEFESO.
MANJUBA	PORTARIA	1	29/01/1992	PRORROGA O PERIODO DE PROIBIÇÃO DA PESCA AMADORA EM CARDUMES, EM TODA REDE HIDROGRAFICA NOS RIOS DE DOMINIO DA UNIAO, ATÉ 29/02/1992.
PESCA CAMARÃO ROSA	PORTARIA	10	22/01/1992	REGULAMENTA A PESCA DOS CAMARÃO-ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P. BRASILIENSIS) COM O EMPREGO DE REDE DE SACO COM ATRAÇÃO LUMINOSA (REDE DE COCA COM LIQUINHO OU AVIÃOZINHO) NAS LAGOAS DE SANTO ANTÔNIO, IMARUÍ E MIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA.
MANJUBA	PORTARIA	1	02/01/1992	ALTERA A PORTARIA N. 03 DE 11/10/1991, QUE REGULAMENTA A PESCA DE MANJUBA NO RIO RIBEIRA DO IGUAPE, NO ESTADO DE SÃO PAULO
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	189	28/12/1991	PROIBIR ANUALMENTE O USO DE MALHADEIRA NO PERÍODO DE 1º DE SETEMBRO A 28 DE FEVEREIRO NOS LAGOS DO GIRAL DO GITO, MARAJATUBA, PRACUÚBA, LAGO DO PROIBIDO, LAGO DOS BOTOS, LAGO CENTRAL CUIPIRANGA, LAGO AMARI, PINDURÍ, JURUPARÍ, VAI QUEM QUER, TARUMÃ, PORTA LARGA, MELANCIAL, JACAL
PESCA SARDINHA VERDADEIRA	PORTARIA	103	22/11/1991	ESTABELECE DOIS PERÍODOS DE DEFESO PARA A SARDINHA-VERDADEIRA, SENDO: DE DESOVA ENTRE 15/DEZ/1991 E 31/JAN/1992; E DE RECRUTAMENTO ENTRE 01/JUN E 31/AGO/1992; DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, A PROIBIÇÃO DE TRANSPORTE NO CONVÉS, OBRIGA ATUNEIROS A CAPTURAREM SUA PRÓPRIA ISCA E AUTORIZAM AS TRAINEIRAS A CAPTURAREM ESPÉCIES QUE NÃO ESTEJAM SOBCONTROLE DURANTE OS PERÍODOS DE DEFESOS, PARA AS REGIÕES SUDESTE E SUL.
PIRACEMA	PORTARIA	102	21/11/1991	REGULAMENTA A PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA NO ESTADO DA BAHIA.
PROÍBIÇÃO PESCA PROFISISONAL E AMADORA	PORTARIA	101	20/11/1991	PROÍBE A PESCA PROFISSIONAL E AMADORA EM TORNO DAS ILHAS DO PARAZINHO E CAMELÕES, NOS MUNICIPIOS DE MACAPÁ, ESTADO DO AMAPÁ, E AFUÁ NO ESTADO DO PARÁ.
PESCA LAGOSTA VERMELHA E CABO VERDE	PORTARIA	109	19/11/1991	ESTABELE O PERÍODO DE DEFESO DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUSE P. LAEVICAUDA), ENTRE 01/JAN E 30/ABR.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	95	01/11/1991	ESTABELECE O PRECO DO MILHEIRO DE LARVAS E ALEVINOS PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS NA ESTACAO DE AQUICULTURA DO IBAMA EM COLATINA, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PIRACEMA	PORTARIA	1	01/11/1991	REGULAMENTA A PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA NO ESTADO DE PERNAMBUCO
PIRACEMA	PORTARIA	1	01/11/1991	REGULAMENTA A PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA NO ESTADO DO MATO GROSSO.
PIRACEMA/SP	PORTARIA	2	31/10/1991	REGULAMENTA A PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA NO ESTADO DE SAO PAULO
PIRACEMA ARAGUAIA	PORTARIA	1	30/10/1991	REGULAMENTA A PESCA NO RIO ARAGUAIA, NO PERIODO DE PIRACEMA, NO ESTADO DO TOCANTINS
PIRACEMA/MS	PORTARIA	9	30/10/1991	REGULAMENTA A PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA, NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PIRACEMA	PORTARIA	1	28/10/1991	REGULAMENTA A PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	90	25/10/1991	FIXA O PRECO DO MILHEIRO DE ALEVINOS PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS NA ESTACAO DE AQUICULTURA DE IPOJUCA, ESTADO DE PERNAMBUCO
PESCA DE ARRASTÃO DE PRAIA	PORTARIA	89	24/10/1991	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTÃO DE PRAIA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, DEFININDO EM 70 MM O TAMANHO DE MALHA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	17/10/1991	PROÍBE A PESCA AMADORA EM TODA A REDE HIDORGRAFICA DO ESTADO DE GOIAS, NOS RIOS DE DOMINIO DA UNIAO, NO PERIODO DE 01/11/1991 A 01/02/1992.
PIRACEMA	PORTARIA	1	14/10/1991	REGULAMENTA A PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA NO ESTADO DO PIAUI.

PESCA MANJUBA	PORTARIA	3	11/10/1991	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE, ATE O COSTÃO DO ICAPARA, NO ESTADO DE SÃO PAULO: ESTABELECE A SAFRA ENTRE 15/OUT/91 E 30/ABR/92; NAS OUTRAS LOCALIDADES, O DEFESO DA ESPÉCIE (40 DIAS) É ENTRE 16/12/91 E 24/01/92; OS PETRECHOS PERMISSIONADOS SÃO DEFINIDOS (PANAGEM, BRAÇO, MANGA, SACO); O CORRICO É PROIBIDO.
PESCA EM RIOS E CURSOS DE ÁGUA	PORTARIA	1	30/09/1991	REGULAMENTA A PESCA EM RIOS E CURSOS DE ÁGUA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, DETERMINANDO PARADA DE PESCA ENTRE 15/OUT/1991 E 15/JAN/1992, EXCETO P/ A PESCA AMADORA COM VARA DE PESCA, LINHA DE MÃO E ANZOL, E USO DE ISCA ARTIFICIAL.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	73	11/09/1991	FIXA PRECO DE LARVAS E ALEVINOS PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS NA ESTACAO DE AQUICULTURA DO IBAMA EM UBERLANDIA, ESTADO DE MINAS GERAIS
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	74	11/09/1991	FIXA PRECO DE ALEVINOS PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS NA ESTACAO DE AQUICULTURA DE PACATUBA, ESTADO DE SERGIPE
PESCA CAMARÃO ROSA	PORTARIA	1	02/09/1991	SUSPENDE A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P. BRASILIENSIS), NA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PARTIR DE 30 DE JUNHO DE 1991.
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	43	19/08/1991	FIXA O PRECO DO MILHEIRO DE LARVAS E ALEVINOS PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS NA ESTACAO DE AQUICULTURA DO IBAMA EM CHAPECO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA
PESCA DA TILÁPIA, TUCUNARÉ E CORVINA	PORTARIA	33	31/07/1991	REGULAMENTA A PESCA NAS REPRESAS MARIMBONDO E ÁGUA VERMELHA, RIO GRANDE, ESTADO DE SÃO PAULO, PERMITINDO A PESCA DE TILÁPIAS (OREOCHROMIS NILOTICUS, O. HORNORUM E TILAPIA RENDALLI), TUCUNARÉ COMUM (CICHIA OCELIARIS) E CORVINA (PIAGIOSCION SQUAMOSISSIMUS) PELO MÉTODO DE "BATIDA" COM O EMPREGO DE REDES DE EMALHAR CONFORME DEFINIDO.
PESCA NAS REPRESAS DE MARIMBONDO E ÁGUAS VERMELHAS	PORTARIA	33	21/07/1991	REGULAMENTA A PESCA DE TILAPIA, TUCUNARE E CURVINA NAS REPRESAS DE MARIMBONDO E ÁGUAS VERMELHAS.
ATIVIDADES DE PESCA ARTESANAL E PESCA ESPORTIVA	PORTARIA	31	16/07/1991	REGULAMENTA AS ATIVIDADES DE PESCA ARTESANAL, PESCA ESPORTIVA, PASTOREIO BOVINO E CAPRINO E A CACA, PERSEGUICAO, DESTRUICAO E APANHA DE FAUNA SILVESTRE NOS BANCOS DE ALIMENTACAO DE TARTARUGAS MARINHAS
PESCA AMADORA	PORTARIA	7	02/05/1991	ESTABELECE NORMAS PARA PESCA AMADORA.
PESCA AMADORA EM GOIÁS	PORTARIA	7	02/05/1991	DETERMINA QUE A ALINEA O DO INCISO II ART. 02 DA PORTARIA N. 1583 89, PUBLICADA NO D.O.U. DE 26 12 89, QUE ESTABELECE NORMAS PARA O EXERCICIO DA PESCA AMADORA, PASSA A VIGORAR COM A REDACAO PROPOSTA NESTA PORTARIA
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	6	30/04/1991	FIXA O PRECO DO ALEVINO DE TRUTA ARCO-IRIS SA MO IRIDEUS PRODUZIDO E COMERICALIZADO NA ESTACAO DE AQUICULTURA DE LAGES/SC, ESAQUI LAGES, EM VINTE CRUZEIROS A UNIDADE
AQUICULTURA EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO	PORTARIA	11	30/04/1991	REDUZ EM TRINTA POR CENTO O PRECO DO MILHEIRO DE POS-LARVAS DAS DIFERENTES ESPECIES ICTIICAS PRODUZIDAS NAS ESTACOES DE AQUICULTURA DO IBAMA E DESTINADAS A VENDA A ORGAOS PUBLICOS E PRIVADOS, INTEGRANTES DO SISNAMA E AOS QUE MANTENHAM CONVENIO DE COOPERACAO COM ESTA AUTARQUIA
DEFESO	PORTARIA	1	14/03/1991	ESTABELECE AS NORMAS RELATIVAS AO DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DE RORAIMA.
PESCA PIRARUCU	PORTARIA	480	04/03/1991	ART. 1º PROIBIR,ANUALMENTE A PESCA DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS) NA BACIA AMAZÔNICA, NO PERÍODO DE 01 DE DEZEMRO A 31 DE MAIO.
PESCA CARANGUEJO TERRESTRE OU AMARELO	PORTARIA	434	26/02/1991	REGULAMENTA A PESCA DO CARANGUEJO TERRESTRE OU CARANGUEJO AMARELO (GECARCINUS LAGOSTOMA), NOS ARQUIPÉLAGOS DE FERNANDO DE NORONHA (PE) E TRINDADE (ES), ESTABELECENDO DEFESO ENTRE 1°/DEZ E 30/ABR, BEM COMO A COMERCIALIZAÇÃO ISOLADA DO QUELAS, PINÇAS, GARRAS, BOCAS OU PUÁS, QUANDO NÃO CONSTITUIR PARTE INTEGRANTE DO CRUSTÁCEO ADULTO INTEIRO.
PESCA CAMARÃO ROSA, VERDADEIRO, SANTANA, SETE BARBAS E BARBA RUSSA	PORTARIA	171	22/01/1991	REGULAMENTA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P.BRASIIIENSIS E P. SUBTILIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) ENTRE BA/ES E RS, DEFININDO PERÍODO DE DEFESO ENTRE 15/FEV E 15/MAI, DETERMINANDO AINDE QUE ENTRE 15/FEV E 15/MAR A PESCA ESTUARINA SOMENTE PODERIA SER REALIZADA COM TARRAFA, QUE A FROTA CAMAROEIRA PODERIA OPERAR SOBRE OUTRAS ESPÉCIES NÃO CONTROLADAS DURANTE O PERÍODO DE DEFESO DESDE QUE EM OUTRA MODALIDADE
CARANGUEJO	PORTARIA	5	15/12/1990	PROÍBE A CAPTURA DO CARANGUEJO (UCIDES SPP), NO PERIODO DE 01 DE FEVEREIRO A 31 DE OUTUBRO DE CADA ANO, NO ESTADO DO PARANÁ.
LIBERACAO DE POS-LARVAS E JUVENIS DE PEIXES	PORTARIA	4	15/12/1990	LIBERACAO DE POS-LARVAS E JUVENIS DE PEIXES, NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ. DISPOE SOBRE AS PERMISSOES PARA A PESCA

PIRACEMA	PORTARIA	1	19/11/1990	PROÍBE, NO PERIODO DE 01.11.90 A 31.91, A PESCA NOS RIOS E LAGOAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, QUANDO OCORRE O FENOMENO DA PIRACEMA(REPRODUCAO DE PEIXES DE AGUA DOCE)
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	2.286	19/11/1990	ESTABELECE DOIS PERÍODOS DE DEFESO PARA A SARDINHA-VERDADEIRA, SENDO: DE DESOVA ENTRE 01/DEZ/1990 E 28/FEV/1991; E DE RECRUTAMENTO ENTRE 01/JUN E 31/AGO/1991; DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, E EXTINGUE EM 90 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AS PERMISSÕES ESPECIAIS CONCEDIDAS AS EMBARCAÇÕES ISCADORAS, OBRIGANDO A PARTIR DE ENTÃO, AS EMBARCAÇÕES ATUNEIRAS À CAPTURAREM A PRÓPRIA ISCA, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
ANCHOVA	PORTARIA	2.231	07/11/1990	DEFINE O PERÍODO DE CAPTURA DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), SENDO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ENTRE 01/ABR E 30/NOV, ESTADO DO PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL ENTRE 01/MAR E 31/OUT; ESTABELE O TAMANHO; ÁREA DE EXCLUSÃO.
PIRACEMA/MG	PORTARIA	1	06/11/1990	BAIXA NORMAS PARA O EXERCICIO DA PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA NA TEMPORADA DE 1990/91 NO ESTADO DE MINAS GERAIS
DEFESO	PORTARIA	1	01/11/1990	PROÍBE NO PERIODO DE 10 11 1990 A 10 02 1991, O EXERCICIO DA PESCA NO RIO SÃO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES E NAS SUAS LAGOAS MARGINAIS OU IPUEIRAS, DE 10 11 1990 A 10 05 1991, NESTE ESTADO
PESCA BACIAS	PORTARIA	1	30/10/1990	REGULAMENTA A PESCA NAS BACIAS E RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA; DEFINE PERÍODO DE PARADA DE PESCA (PIRACEMA) 01/NOV/1990 A 31/JAN/1991, E PETRECHOS QUE PODEM SER UTILIZADOS NO PERÍODO (LINHA DE MÃO, CANIÇO SIMPLES, E COM MOLINETE), E DEFINE LIMITE DE CAPTURA POR PESCADOR.
DEFESO	PORTARIA	4	29/10/1990	ESTABELECE O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA NO ESTADO DE MATO GROSSO, NA TEMPORADA DE 1990/1991, E AS RESTRICOES A PESCA NESTE PERIODO
LAGOSTA	PORTARIA	2.164	29/10/1990	ESTABELE O PERÍODO DE DEFESO DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUSE P. LAEVICAUDA), ENTRE 01/JAN E 30/ABR.
DEFESO	PORTARIA	2	22/10/1990	FIXA O PERIODO DE 01/11/1990 A 31/01/1991, COMO DEFESO, PERIODO EM QUE OCORREM OS FENOMENOS MIGRATORIOS PARA REPRODUCAO-PIRACEMA, NO ESTADO, PROIBINDO A PESCA PROFISSIONAL E AMADORA ATE A DISTANCIA DE 1000M A JUSANTE E A MONTANTE DAS BARRAGENS E REPRESAS HIDRELÉTRICAS.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	19/10/1990	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA AMADORA EM CARDUMES, EM TODA A REDE HIDROGRAFICA DO ESTADO DE GOIAS, NOS RIOS DE DOMINIO DA UNIAO, NO PERIODO DE 01 11 1990 A 02 02 1991 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS
PIRACEMA/MT	PORTARIA	1	16/10/1990	FIXA O PERIODO DE PIRACEMA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, DE 01 11 1990 A 31 01 1991
CAMARÃO-ROSA E SETE BARBAS	PORTARIA	1.942	04/10/1990	DETERMINA PERÍODOS DE DEFESO PARA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS SUBTILIS) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) DE ACORDO COM AS LOCALIDADES, SENDO: 01/OUT A 30/NOV ENTRE AS DESEMBOCADURAS DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ E O ESTADO DO MARANHÃO; 01/DEZ A 31/JAN ENTRE O LIMITE N DO BRASILE A DIVISA PI/MA; 01/DEZ A 28/FEV NO ESTADO DO PIAUÍ .
PROIBIÇÃO PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	833	06/07/1990	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO SOB QUALQUER MODALIDADE POR EMBARCACOES MOTORIZADAS NO ESTADO DA PARAÍBA ATE A DISTANCIA DE 3 MILHAS DA COSTA
PROIBIÇÃO DE PESCA RESERVATÓRIOS SP	PORTARIA	888	18/06/1990	PROÍBE A PESCA NO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TRÊS IRMÃOS, A JUSANTE DESTA ATÉ A CONFLUÊNCIA DO RIO TIETÊ COM O RIO PARANÁ, PELO PERÍODO DE 01 ANO, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	833	07/06/1990	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO DE 3 MN PARA A PESCA DE ARRASTO, NO ESTADO DA PARAÍBA.
MEXILHÃO/MARISCO	PORTARIA	808	01/06/1990	DEFINE PERÍODO DE DEFESO ENTRE 17/SET E 30/NOV, PARA COLETA E EXTRAÇÃO DO MEXILHÃO/MARISCO (PERNA PERNA) BEM COMO DETERMINA QUE A EXTRAÇÃO DE SEMENTES DE BANCOS NATURAIS, EM QUALQUER ÉPOCA DO ANO, DEPENDERÁ DE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DO IBAMA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
MEXILHÃO	PORTARIA	808	01/06/1990	PROÍBE, SOB QUALQUER METODO, A EXTRACAO DE MEXILHAO DA ESPECIE PERNA PERNA (MARISCO), NO PERIODO DE 01/09 A 30/11, DE CADA ANO, NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	784	28/05/1990	DETERMINA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO DE 2,5 MN PARA EMBARCAÇÕES MAIORES DE 10M, NO MAR DO RIO DOCE, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
PROIBIÇÃO PESCA DO ROBALO	PORTARIA	785	28/05/1990	PROÍBE ANUALMENTE, NO PERIODO DE 15 DE MAIO A 31 DE JULHO, A PESCA DE ROBALO (CENTROPOMUS SPP), EM TODO O ESTADO DO ESPIRITO SANTO
ORNAMENTAIS	PORTARIA	477	14/03/1990	PUBLICA LISTA COM 86 ESPÉCIES DE ANIMAIS AQUÁTICOS DE ÁGUA DOCE QUE TEM SUA CAPTURA E COMERCIALIZAÇÃO PERMISSIONADOS PARA AQUARIOFILIA E ORNAMENTAÇÃO.

CAMARÃO	PORTARIA	233	07/03/1990	DEFINE O DEFESO A PESCA DE ARRASTO DE CAMARÃO EM TODA A EXTENSÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL COMPREENDIDA ENTRE AS LATITUDES DE 8º54´S, NO PERÍODO DE 15/JUN A 14/JUL, REGIÃO NORTE.
CAMARÃO-ROSA, VERDADEIRO, SANTANA , SETE BARBAS, BARBA RUÇA E LAGOSTIM	PORTARIA	231	07/03/1990	LTERA O ART. 1º DA P IBAMA Nº 1352/1989, DEFININDO DISTINTOS PERÍODOS DE DEFESOS PARA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P.BRASIIIENSIS E P. SUBTILIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) E DO LAGOSTIM (METANEPHROPS RUBELLUS) ENTRE AS SEGUINTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO: SE-AL, BA E ES-RS.
CAMARÃO-ROSA, VERDADEIRO, SANTANA , SETE BARBAS, BARBA RUÇA E LAGOSTIM	PORTARIA	231	07/03/1990	ALTERA O ART. 1º DA P IBAMA Nº 1352/1989, DEFININDO DISTINTOS PERÍODOS DE DEFESOS PARA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P.BRASIIIENSIS E P. SUBTILIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) E DO LAGOSTIM (METANEPHROPS RUBELLUS) ENTRE AS SEGUINTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO: SE-AL, BA E ES-RS.
CARANGUEJO	PORTARIA	229	07/03/1990	PROÍBE A CAPTURA, COM A RETIRADA ISOLADA DO PRIMEIRO PAR DE PATAS LOCOMOTORAS E SUAS QUELAS, VULGARMENTE CHAMADAS DE PINCAS, BOCAS, GARRAS OU PUAS, DE CARANGUEJOS DA ESPECIE UCIDE CORDATUS (CARANGUEJO COMUM OU VERDADEIRO), EM TODA A COSTA DO ESTADO DA BAHIA
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	229	07/03/1990	PROÍBE A CAPTURA COM A RETIRADA ISOLADA DO PRIMEIRO PAR DE PATAS DO CARANGUEJO VERDADEIRO, COMUM OU UÇÁ (UCIDES CORDATUS) NA COSTA DO ESTADO DA BAHIA.
ISCA-VIVA PARA FROTA ATUNEIRA	PORTARIA	199	01/03/1990	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO DE 500 M DA LINHA DA COSTA PARA A CAPTURA DE ISCA-VIVA PELA FROTA ATUNEIRA, ENTRE A PONTA DO CANTAGALO (PENHA) E A PRAIA DA PINHEIRA, EM SANTA CATARINA, ATÉ 31 DE MAÇO DE 1990.
PESCA BACIA ILHA MARAJÓ	PORTARIA	11	23/02/1990	PERMITE A PESCA PROFISSIONAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAJÓ, ESTADO DO PARÁ, A PARTIR DE 01/JUN/1990.
PIRACEMA	PORTARIA	1	23/02/1990	INTERDITA A PESCA DAS ESPECIES DE PIRACEMA NAS AGUAS REPRESADAS DOS ACUDES PUBLICAS A PARTIR DE 10 DE MARCO DE 1990
PESCA BAÍA GUARATUBA	PORTARIA	1	02/02/1990	PROÍBE A PESCA COM REDE DE QUALQUER TIPO, NA BAÍA DE GUARATUBA, NO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	02/02/1990	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA COM O EMPREGO DE REDES DE QUAISQUER TIPOS, NA BVAIA DE GUARATUBA, NO ESTADO DO PARANA
PESCA EM REPRESA	PORTARIA	101	01/02/1990	REGULAMENTA E PESCA NA REPRESA DE MARIMBONDO, RIO GRANDE, NO ESTADO DE SÃO PAULO, PERMITINDO A CAPTURA DE TILÁPIAS (OREOCHROMIS NILOTICUS, O. RENDALLI E O. HORNORUM), TUCUNARÉ-COMUM (CICHLA OCELLARIS) E CORVINA (PLAGIOSCION SQUAMOSISSIMUS) PELO MÉTODO DE BATIDA COM O EMPREGO DE REDES DE EMALHAR CONFORME ESPECIFICADO.
PIRACEMA	PORTARIA	2	24/01/1990	FIXA O PERIODO DE 01 DE MAIO A 30 DE JULHO DE 1990, COMO DEFESA DA PIRACEMA NO ESTADO DE RORAIMA, PROIBINDO, EM AGUAS DE DOMINIO DA UNIAO, TODA A ATIVIDADE DE PESCA NO ESTADO DURANTE O MESMO PERIODO.
CAMARÕES BRANCO E ROSA	PORTARIA	79	19/01/1990	REGULAMENTA A PESCA DOS CAMARÕES BRANCO (PENAEUS SCHIMITTI) E ROSA (PENAEUS SUBTILIS E P. BRASILIENSIS), DESDE A FOZ DO RIO GURUPI ATÉ A FOZ DO RIO PARNAÍBA, NO ESTADO MARANHÃO, DEFININDO PERÍODO DE DEFESO (01/JAN A 20/FEV/1990).
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	16/01/1990	INTERDITA A PESCA PROFISSIONAL, COM EXCEÇÃO A PESCA DE SUSBSISTÊNCIA, A PARTIR DE 15/MAR/1990, ATÉ POSTERIOR LIBERAÇÃO, NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAJÓ/PA.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	1	16/01/1990	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA PROFICIONAL NO RIO ARAGUAIA E NO RIO TOCANTINS, DE MARGEM A MARGEM NOS TRECHOS COMPREENDIDO ENTRE AS DIVISAS DOS ESTADOS DE TOCANTINS-PARA E TOCANTINS-MARANHAO, RESPECTIVAMENTE
PESCA AMADORA	PORTARIA	1.583	21/12/1989	ESTABELECE NORMAS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA AMADORA, COMPETIÇÕES DE PESCA E INSCRIÇÃO DE CLUBES OU ASSOCIAÇÕES, CONTENDO DEFINIÇÕES, CATEGORIAS (PESCA EMBARCADA E DESEMBARCADA), PETRECHOS (LINHA-DE-MÃO, TARRAFA, PUÇÁ, CANIÇO -SIMPLES OU COM MOLINETE, ESPINGARDA DE MERGULHO OU ANZÓIS SIMPLES OU MÚLTIPLOS), DISPENSA TAXA AO USO DE LINHA DE MÃE DESEMBARCADA E DEFINE LIMITES DE CAPTURA.
ORNAMENTAIS	PORTARIA	1.533	20/12/1989	LISTA 50 ESPÉCIES PERMISSIONADAS À CAPTURA E COMÉRCIO COM FINS DE ORNAMENTAÇÃO E AQUARIOFILIA.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	5	15/12/1989	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO (UCIDES SPP), DEFININDO PERÍODO DE DEFESO ENTRE 1º/FEV E 31/OUT, ALÉM DE PROIBIR A CAPTURA DE FÊMEAS, NO ESTADO DO PARANÁ.
MANJUBA	PORTARIA	4	15/12/1989	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ, PERMITINDO AOS PESCADORES

				COMPROVADAMENTE EM ATIVIDADE, A PESCA DE IRICO ENTRE 15/DEZ/1990 A 15/FEV/1991.
DEESO	PORTARIA	2	15/12/1989	DETERMINA PARADA DE PESCA ENTRE 15/DEZ/1989 E 31/JAN/1990 NOS LAGOS E LAGOAS MARGINAIS DO RIO PARANÁ, NO ESTADO DO PARANÁ.
REGULAMENTAÇÃO DE PESCA	PORTARIA	3	15/12/1989	REGULAMENTA A PESCA NOS RIOS QUE DESEMBOCAM NAS BAÍAS DE PARANAGUÁ, ANTONINA, GUARAQUEÇABA, LARANJEIRAS, PINHEIRO E GUARATUBA, NO ESTADO DO PARANÁ, PERMITINDO SOMENTE O USO DE LINHA DE MÃO, CANIÇO SIMPLES E COM MOLINETE, SENDO PERMITIDO ENTRE 01/JAN E 15/OUT O USO DE ESPINHEL, CONFORME ESPECIFICADO.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	1.208	22/11/1989	PROÍBE A CAPTURA DE FÊMEAS E MACHOS MENORES DE 4,5 CM DE CARANGUEJO-UÇÁ (UCIDES CORDATUS), NOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE.
CARANGUEJO NORDESTE	PORTARIA	1.208	22/11/1989	PROÍBE, A CAPTURA, TRANSPORTE, BENEFICIAMENTO, INDUSTRIALIZAÇAO E COMERCIALIZAÇAO, NO NORDESTE, DE CARANGUEJO
LAGOSTA	PORTARIA	1.210	22/11/1989	PROÍBE A PESCA DA LAGOSTA VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E LAGOSTA CABO VERDE (P. LAEVICAUDA), ANUALMENTE, NO PERIODO DE 20 DE DEZEMBRO A 30 DE ABRIL
ROBALO	PORTARIA	2	09/11/1989	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DO ROBALO (CENTROPOMOS UNDECIMALIS E C. AFFINIS), NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
EQUIPAMENTOS DE PESCA PROIBIDOS	PORTARIA	1.065	01/11/1989	PROÍBE A PESCA COM EQUIPAMENTOS DE PESCA QUE ESPECIFICA
PROIBIÇÃO PESCA PROFISSIONAL E AMADORA NOS RIOS SÃO FRANCISCO	PORTARIA	1	31/10/1989	PROÍBE A PESCA PROFISSIONAL E AMADORA, SOB QUALQUER MODALIDADE, NOS RIOS SAO FRANCISCO VERDADEIRO, SAO FRANCISCO FALSO E ARROIO GUACU, DOS RIOS PIQUIRI E AVAI, NO PERIODO DE 01/11/89 A 31/01/90, DESTINADO AS DEFESAS DE ESPECIES DA ICTIOFAUNA DE AGUAS INTERIORES. PERMITE, POR IGUAL PRAZO, NAS AGUAS INTERIORES DA UNIAO NAO MENCIONADAS, O EXERCICIO DA PESCA COM AS LIMITACOES DE APARELHOS ESPECIFICADOS
LAMBARI	PORTARIA	978	24/10/1989	REGULAMENTA A PESCA DO LAMBARI DE RABO AMARELO E DE RABO VERMELHO (ASTYANAX BIMACULATUS E A. FASCIATUS), EM RESERVATÓRIOS PÚBLICOS DO TERRITÓRIO NACIONAL DEFININDO O USO DE REDES DE ESPERA E SUAS CARACTERÍSTICAS BEM COMO ÁREAS E PERÍODOS DE PROIBIÇÃO.
PROIBIÇÃO ARRASTO DE CAMARÕES	PORTARIA	977	24/10/1989	PROÍBE O EXERCICIO DA PESCA DE ARRASTO DE CAMAROES ROSA NA AREA QUE ESPECIFICA, NO PERIODO DE 1. DE NOVEMBRO DE 1989 A 28 DE FEVEREIRO DE 1990
PIRACEMA	PORTARIA	1	11/10/1989	FIXA NORMAS PARA O EXERCICIO DA PESCA NO PERIODO DE PIRACEMA NA TEMPORADA DE 1989/90, EM MINAS GERAIS.
CAMARÃO	PORTARIA	445	08/10/1989	ALTERA O ART. 1.º DA P SUDEPE Nº 26/1983 E DEFINE O TAMANHO DE MALHA PARA AS REDES DE ARRASTO DE CAMARÃO NAS REGIÕES SUDESTSE E SUL.
COMPETÊNCIA NORMATIZAR PIRACEMA	PORTARIA	745	25/09/1989	DELEGA COMPETÊNCIA AOS SUPERINTENDENTES DO IBAMA PARA NORMATIZAREM OS PERÍODOS DE PIRACEMA DE 90 DIAS, EM RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO E AS QUANTIDADES DE CAPTURA PERMITIDAS AOS PESCADORES ARTESANAIS E AMADORES, PARA PESCA COM LINHA DE MÃO OU VARA, LINHA E ANZOL.
BACIA HIDROGRÁFICA RIO SÃO FRANCISCO	PORTARIA	715	20/09/1989	ENQUADRA OS CURSOS D'ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANSCISCO, NA CLASSIFICAÇÃO ESTABELECIDA PELA RES CONAMA Nº 20/1986.
PESCA AMADORA	PORTARIA	1.132	11/07/1989	CRIA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PROIBIÇÃO PESCA DE ROBALO	PORTARIA	346	13/06/1989	PROÍBE A PESCA DE ROBALO, ROBALO BRANCO, CAMURIN OU BARRIGA MOLE (CENTROPOMUS PARALLELUS, CENTROPOMUS INDECIMALIS, CENTROPOMUS SPP), NO PERIODO DE 06/06/89 A 31/07/89 NAS AREAS QUE ESPECIFICA
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	254	15/05/1989	DETERMINA 3 MN DE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA, EXCETO ARRASTO DE PRAIA DE ACORDO COM CRITÉRIOS, NA PRAIA DE CAMBURI, ENTRE A PONTA DE TUBARÃO E O FAROL DE STA. LUZIA, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	251	15/05/1989	LIMITA A FROTA DE ARRASTO DE FUNDO QUE OPERA NA CAPTURA DE PEIXES DEMERSAIS: CORVINA (MICROPOGONIA FURNIERI), CASTANHA (UMBRINA CANOSAI), PESCADINHA REAL (MACRODON OCILODON), PESCADA (CYNOSCION STRIATUS), E OUTRAS ESPÉCIES DA RESPECTIVA FAUNA ACOMPANHANTE, NAS ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL ENTRE OS ESTADOS DE ES/RJ E A FRONTEIRA SUL DO BRASIL.
REGULAMENTAÇÃO DE PESCA	PORTARIA	255	15/05/1989	APLICA A REGULAMENTAÇÃO DEFINIDA PELA P IBAMA Nº 147/1989 DEFININDO, PORTANTO, QUE OS PETRECHOS (TARRAFA, EMALHE E REDE DE ARRASTO) DEVEM TER MALHA MAIOR QUE 140 MM, E O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DAS SEGUINTES ESPÉCIES: CURIMATÃ (PROCHILODUS MARGGRAVII), SURUBIM (PSEUDOPLATYSTOMA CORRUSCANS), DOURADO (SALMINUS BREVIDENS), PIAU VERDADEIRO (LEPORINUS ELONGATUS), PESCADA DO PIAUÍ (PLAGIOSCION SQUAMOSISSIMUS) E PACU (MYLEUS MICANS), NO ESTADO DA BAHIA.

CAMARÃO-ROSA, VERDADEIRO, SANTANA, SETE BARBAS, BARBA RUÇA E LAGOSTIM	PORTARIA	1.352	12/05/1989	DEFINE O DEFESO DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P.BRASIIIENSIS E P. SUBTILIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) E DO LAGOSTIM (METANEPHROPS RUBELLUS) ENTRE 15/FEV A 15/MAI, NAS ÁGUAS JURISDICONAIS BRASILEIRAS, COMPREENDIDAS ENTRE OS ESTADOS DE AL/PE E CHUÍ/RS.
CAMARÃO-ROSA, VERDADEIRO, SANTANA, SETE BARBAS, BARBA RUÇA E LAGOSTIM	PORTARIA	1.352	12/05/1989	DEFINE O DEFESO DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS, P.BRASIIIENSIS E P. SUBTILIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) E DO LAGOSTIM (METANEPHROPS RUBELLUS) ENTRE 15/FEV A 15/MAI, NAS ÁGUAS JURISDICONAIS BRASILEIRAS, COMPREENDIDAS ENTRE OS ESTADOS DE AL/PE E CHUÍ/RS.
CAMARÃO	PORTARIA	1.346	12/04/1989	REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO NA BAÍA DA BABITONGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, COM O EMPREGO DE GERIVAL, CONFORME CARACTERIZADO.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	1.345	12/04/1989	ESTABELECE NORMAS PARA PESCA
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	1.347	12/04/1989	LIMITA A FROTA DE CERCO PARA A CAPTURA DE SARDINHA VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS), ÀS EMBARCAÇÕES EM EFETIVA OPERAÇÃO, ÀS HABILITADAS COM PERMISSÃO PRÉVIA DE PESCA, E ÀS SEM PERMISSÃO E EM EFETIVA OPERAÇÃO QUE ATENDAM AS EXIGÊNCIAS APRESENTADAS, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
LAGOSTA	PORTARIA	1	01/02/1989	ALTERA ART. 1º E 9º DA P SUDEPE Nº 102/1985 QUE REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUS E P.LAEVICAUDA), MODIFICANDO O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DESTAS ESPÉCIES.
CAMARÃO-ROSA, SANTANA, CAMARÃO-SETE-BARBAS, BARBA RUÇA E LAGOSTIM	PORTARIA	27	11/09/1988	DEFINE O DEFESO DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P.BRASIIIENSIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) E DO LAGOSTIM (METANEPHROPS RUBELLUS) ENTRE 01/MAR E 30/ABR/1989 NAS ÁGUAS JURISDICONAIS BRASILEIRAS COMPREENDIDAS ENTRE SE/BA E CHUÍ/RS.
CAMARÃO-ROSA, VERDADEIRO E SETE BARBAS	PORTARIA	26	11/09/1988	DEFINE O DEFESO PARA A PESCA DE ARRASTO DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS BRASIIIENSIS E P. AZTECUS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) ENTRE 01/FEV E 31/MAR/1989 NAS ÁGUAS JURISDICONAIS BRASILEIRAS COMPREENDIDAS ENTRE OS ESTADOS DE AL/PE E BA/ES.
CAMARÃO-ROSA, SANTANA, CAMARÃO-SETE-BARBAS, BARBA RUÇA E LAGOSTIM	PORTARIA	22	31/08/1988	DEFINE O DEFESO DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P.BRASIIIENSIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) E DO LAGOSTIM (METANEPHROPS RUBELLUS) ENTRE 01/MAR E 30/ABR/1989 NAS ÁGUAS JURISDICONAIS BRASILEIRAS COMPREENDIDAS ENTRE OS ESTADOS DE SE/BA E CHUÍ/RS.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	20	31/08/1988	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) E CAVALINHA (SCOMBER JAPONICUS) ENTRE 20/DEZ E 31/JAN/1989, EXCETO ÀS EMBARCAÇÕES DESTINADAS AO FORNECIMENTO DE ISCA-VIVA AOS ATUNEIROS, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
SIRI-AZUL	PORTARIA	13	21/06/1988	ALTERA O ART. 2° DA P SUDEPE N° 24/1983, PROIBINDO A CAPTURA, A INDUSTRIALIZAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DA FÊMEA OVADA DO SIRI-AZUL (CALLINECTES DANAE E C. SAPIDUS).
PESCA LAGOA CONCEIÇÃO E CANAL	PORTARIA	11	18/05/1988	REGULAMENTA A PESCA PROFISSIONAL NA LAGOA DA CONCEIÇÃO (LAGOAS DE CIMA, DO MEIO, DE BAIXO) E CANAL, EM SANTA CATARINA; PROÍBE O REDES DE ARRASTO, FUNDEIO (EMALHAR), ARPÃO E FISGA, MERGULHO, REMADAS, ESGODOS E QUAISQUER MATERIAIS COM ATRAÇÃO; PERMITE JERERÊ BERNUNÇA, REDE DE VOLTA, TARRAFA E ESPINHEL DE FUNDO; ÁREA DE EXCLUSÃO NA CONFLUÊNCIA DA LAGOA DA CONCEIÇÃO COM O CANAL; E PROÍBE A CAPTURA DE SIRIS VERDADEIRO, CARIOQUINHA E PAULISITNHA (CALLINECTES SAPIDUS, C. DANAE E C. ORNATUS) OVADOS.
REDE DE CACEIO SC	PORTARIA	9	18/05/1988	REGULAMENTA O USO DE REDE DE CACEIO, NAS BAÍAS NORTE E SUL DA ILHA DE SANTA CATARINA E DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC, PERMITINDO MALHAS DE 50 MM, COM EXCEÇÃO, DA ÁREA SUL DA BAIA SUL, ENTRE A PONTA DE BAIXO (MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ) E A PONTA DAS LARANJEIRAS (MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS), ONDE LIMITA-SE O USO DE MALHA 70 MM.
PESCA BACIA DA ILHA DO MARAJÓ	PORTARIA	10	30/12/1987	PROÍBE A PESCA PROFISSIONAL, EXCETO A PESCA DE SUBSISTÊNCIA DOS RIBEIRINHOS, NA BACIA HIDROGRÁFICA DA ILHA DO MARAJÓ, NO ESTADO DO PARÁ, A PARTIR DE 01/JAN/1988.

TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	52	23/12/1987	DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE PEIXES, NO ESTADO DE SÃO PAULO, DENTRE OS QUAIS: BAGRES E MANDIS (RHAMDIA HILARII, R. QUELEN E R. SAPO), BARBADO (PIRINAMPUS PIRIUNAMPUS), CACHORA OU SURUBIM (PSEUDOPLATYSTOMA FASCIATUM), CORVINA (PLAGIOSCION SQUAMOSISSIMUS), CURIMBÁ (PROCHILODUS SCROFFA), DOURADO (SALMINUS MAXILLOSUS), JAÚ (PAULICEA LUTKENI), MANDIUVA (PIMELODUS MACULATUS), PACU (COLOSSOMA MITREI), PIAPARA (LEPORINUS ELONGATUS), PINTADO (PSEUDOPLATYSTOMA CORRUSCANS), TABARANA (SALMINUS HILARII) E TRAÍRA (HOPLIAS MALABARICUS).
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	50	23/12/1987	DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE VÁRIOS PEIXES, NO ESTADO DO PARANÁ, DENTRE OS QUAIS: BAGRES E MANDIS (RHAMDIA HILARII, R. QUELEN E R. SAPO), BARBADO (PIRINAMPUS PIRIUNAMPUS), CACHARA OU SURUBIM (PSEUDOPLATYSTOMA FASCIATUM), CORVINA (PLAGIOSCION SQUAMOSISSIMUS), CURIMBÁ (PROCHILODUS SCROFFA), DOURADO (SALMINUS MAXILLOSUS), JAÚ (PAULICEA LUTKENI), PACU (COLOSSOMA MITREI), PINTADO (PSEUDOPLATYSTOMA CORRUSCANS), PINTADO-MANDI (PIMEDOLUS MACULATUS), TABARANA (SALMINUS HILARII) E TRAÍRA (HOPLIAS MALABARICUS).
CAMARÃO-ROSA, SANTANA, CAMARÃO-SETE-BARBAS, BARBA RUÇA E LAGOSTIM	PORTARIA	2	17/12/1987	DEFINE O DEFESO DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P.BRASIIIENSIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) E DO LAGOSTIM (METANEPHROPS RUBELLUS) ENTRE 01/MAR E 30/ABR/1987, NAS ÁGUAS JURISDICONAIS BRASILEIRAS COMPREENDIDAS ENTRE SE/BA E CHUÍ/RS.
PESCA SUBAQUÁTICA	PORTARIA	48	17/12/1987	REGULAMENTA OS LOCAIS PERMISSIONADOS BEM COMO AS ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA SUBAQUÁTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA EM BACIAS HIDROGRÁFICAS DURANTE PIRACEMA	PORTARIA	37	11/12/1987	REGULAMENTA A PESCA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BRASIL, DURANTE O PERÍODO DE PIRACEMA NA TEMPORADA 1987/88, DESTACANDO: PARADA DE PESCA DE NO MÍNIMO 90 DIAS, CRIA ÁREAS DE EXCLUSÃO, PROÍBE PESCA AMADORA NO PR, MG E BA, REGULAMENTA OS PETRECHOS DE PESCA PERMITIDOS, ENTRE OUTRAS QUESTÕES.
ANCHOVA	PORTARIA	47	12/11/1987	REGULAMENTA A PESCA DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), ALTERANDO O PERÍODO DE PESCA PARA 01/MAR A 31/OUT, SOMENTE NA REGIÃO SUL.
TAINHA	PORTARIA	29	08/10/1987	REGULAMENTA A PESCA DA TAINHA E PARATI COM O EMPREGO DA REDE DE CERCO, PROVAVÉL ARRASTO DE PRAIA, DEFININDO ALTURA, COMPRIMENTO E MALHA, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	22	07/09/1987	LIMITA A FROTA DE ARRASTO DE FUNDO, QUE OPERA NA CAPTURA DE PEIXES DEMERSAIS NO RJ, SP, PR, SC E RS, AS EMBARCAÇÕES QUE TENHAM OPERADO COMPROVADAMENTE ENTRE O PERÍODO DE 01/JAN/1985 E 30/JUL/1986, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	23	16/07/1987	DEFINE EM 17 CM O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) E PROÍBE O TRANSPORTE DA CAPTURA NO CONVÉS DA EMBARCAÇÃO, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	18	17/06/1987	PROÍBE A PESCA POR QUALQUER MODALIDADE, REGIÃO DE CANANÉIA E IGUAPE, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
ANCHOVA	PORTARIA	35	11/05/1987	REGULAMENTA A PESCA DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), ALTERANDO O PERÍODO DE PESCA PARA 01/ABR A 30/NOV SOMENTE NA REGIÃO SUL.
CAMARÃO-ROSA E CAMARÃO-BRANCO	PORTARIA	34	11/05/1987	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DE ARRASTO DE CAMARÕES ROSA (PENAEUS SUBTILIS E P. BRASILIENSIS) E CAMARÃO-BRANCO (P.SCHIMTTI), ENTRE 20/DEZ/1987 E 20/FEV/1988, ENTRE FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA E A DIVISA PI/CE.
LAGOSTA	PORTARIA	33	11/05/1987	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (P. LAEVICAUDA), ENTRE 01/DEZ/1987 A 31/MAR/1988, ENTRE AP/PA E A ES/RJ.
PESCA PROIBIDA	PORTARIA	8	23/04/1987	PROÍBE NOS LOCAIS ONDE SE UTILIZEM ARMADILHAS FIXAS (CURRAIS DE PESCA) ÚNICAS OU EM CARREIRAS, A PESCA COM REDES DE CERCO, DE EMALHAR (CAPOEIRAS, FIXAS OU A DERIVA) DE ARRASTO DE PRAIA (TRESMALHOS), COM LINHA (DE FUNDO, DE SUPERFÍCIE, ESPINHÉIS) NO LITORAL DO ESTADO DO CEARÁ.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	13	13/03/1987	PROÍBE A CAPTURA DE FÊMEAS DE CARANGUEJO CONDURUAS OU CONDESSAS (UCIDES CORDATUS), NO ESTADO DO PARÁ.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	11	13/03/1987	DETERMINA 10 MN COMO ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA ARRASTO POR EMBARCAÇÕES MOTORIZADAS, NAS ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL, COMPREENDIDAS ENTRE A FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA E A DIVISA PA/MA.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	3	23/02/1987	PROÍBE A PESCA COM ARRASTO DE PORTAS E PARELHAS, NO INTERIOR DO SACO DE MANANGUÁ, ENSEADA DE PARATY MIRIM E BAÍA DE PARATY, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE ACORDO COM LIMITES.

PESCA EM BACIAS HIDROGRÁFICAS	PORTARIA	38	12/02/1987	REGULAMENTA A PESCA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BRASIL.
OSTRAS	PORTARIA	40	16/12/1986	REGULAMENTA A A EXTRAÇÃO DE OSTRAS EM TODO O LITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÃO ESTUARINO – LAGUNAR DE PARANAGUÁ, NO ESTADO DO PARANÁ, DEFININDO PERÍODO DE DEFESO E TAMANHO MÍNIMO.
PESCA EM ÁGUAS CONTINENTAIS MS	PORTARIA	39	16/12/1986	ALTERA OS ARTS. 5º E 6º DA PORTARIA SUDEPE Nº 25-N/1983 QUE REGULAMENTA A PESCA NAS ÁGUAS CONTINENTAIS (LAGOS E RIOS) NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	41	16/12/1986	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO PARA A SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) E PARA A CAVALINHA (SCOMBER JAPONICUS) ENTRE 15/DEZ A 15/FEV/1987, EXCETO ÀS EMBARCAÇÕES QUE FORNECEM ISCAS AOS ATUNEIROS E A PESQUISA.
DOURADO	PORTARIA	38	12/09/1986	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUGUAI DEFININDO 120 MM A MALHA DA REDE DE ESPERA E O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DO DOURADO (SALMINUS MAXILLOSUS), NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
CAMARÃO	PORTARIA	22	15/08/1986	REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO COM USO DE GERIVAL, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
LAGOSTA	PORTARIA	23	15/08/1986	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E CABO VERDE (P. LAEVICAUDA), ENTRE 01/DEZ/1986 A 31/MAR/1987, ENTRE AP/PA E A FOZ DO RIO PARAÍBA DO SUL, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA BACIA DA ILHA DO MARAJÓ PA	PORTARIA	21	15/08/1986	REGULAMENTA A PESCA NA BACIA HIDROGRÁFICA DA ILHA DE MARAJÓ DEFININDO OS PETRECHOS (REDES DE SEMI-CERCO PELO SISTEMA DE BATIÇÃO, REDE CACURI OU INTERMEDIÁRIA, TARRAFAS E REDES DE ESPERA), PROIBINDO O USO DE CERCADAS FIXAS PERMANENTES BEM COMO O TAMANHO MÍNIMO DO TAMUATÁ (HOPLOSTERNU MLITTORALE), NO ESTADO DO PARÁ.
CAMARÃO-ROSA, SANTANA, CAMARÃO-SETE-BARBAS E BARBA RUÇA	PORTARIA	6	02/06/1986	DEFESO DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P.BRASIIIENSIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS), EXCETO BARCOS MENORES QUE 24 HP, NO SE/S.
TAINHA	PORTARIA	17	29/05/1986	DEFINE, ENTRE O PERÍODO DE 1º DE MAIO A 15 DE JULHO (SAFRA DA TAINHA), NA ÁREA DE PRAIAS E COSTÕES LICENCIADOS PARA A PRÁTICA DO ARRASTO DE PRAIA, A EXCLUSÃO A PESCA POR DIFERENTES MODALIDADES (REDE DE TRAINEIRAS, CAÇA E MALHA, TROLHA, REDES DE ESPERA, CERCOS FLUTUTANTES, FISGAS E GARATÉIAS, FAROL MANUAL E PESCA SUBAQUÁTICA, EXCETO A PESCA DE TARRAFA CASO NÃO HAJA PREJUÍZO DOS LANCES DE PRAIA), A 1800 M DAS PRAIAS E 300 M DOS COSTÕES NO LITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
CAMARÃO ROSA	PORTARIA	16	20/03/1986	ALTERA O ART. 1º DA SUDEPE Nº 06/1986 QUE DEFINE O DEFESO DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P.BRASIIIENSIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS), NO SE/S.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	15	20/03/1986	PROÍBE A PESCA COM EMBARCAÇÕES DE CONVÉS FECHADO, NA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
CAMARÃO	PORTARIA	13	13/03/1986	REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO, E DEFINE PERÍODO DE DEFESO E PETRECHOS (REDES DE CORRICO OU CACEIO E TARRAFAS DO TIPO GERIVAU, GENIVAL OU PUÇACOCA) E DE OUTROS PESCADOS COM REDE DE ESPERA, NO MAR PEQUENO OU MAR DE IGUAPE, MAR DE CACANÉIA OU MAR DE FORA, MAR DE CUBATÃO OU MAR DE DENTRO, MAR DE ITAPITANGUI, BAÍA DE TRAPANDÉ, BARRA DE CANANÉIA E MAR DE ARARAPIRA, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	14	13/03/1986	DETERMINA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO POR EMBARCAÇÕES MAIORES DE 11M DE COMPRIMENTO, NAS ÁREAS COSTEIRAS DO ESTADO DO CEARÁ, E REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO EXERCIDA POR EMBARCAÇÕES MENORES QUE 11 M E 55 HP, ENTRE A BARRA DO RIO CHORÓ E A DA PONTA GROSSA, NO ESTADO DO CEARÁ.
CAMARÃO	PORTARIA	10	21/02/1986	ALTERA O ART. 4º DA P SUDEPE Nº 04/1986 QUE REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO NA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	4	14/01/1986	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA O CAMARÃO ROSA (PENAEUS PAULENSIS) E % DE TOLERÂNCIA, LOCAIS DE DESEMBARQUE, BEM COMO O USO EXCLUSIVO DE REDES DE SACO E AVIÃOZINHO, COM Nº LIMITADO POR PESCADOR E COM AS CARACTERISTICAS APRESENTADAS, PROIBINDO QUALQUER TIPO DE ARRASTO (PORTA, PAUZINHO, TRALHA, CARACOL, ETC) NA ÁREA DE PESCA COMPREENDIDA ENTRE A BARRA DO RIO GRANDE E O FAROL DE ITAPUÃ, NA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

LAGOSTA	PORTARIA	70	02/12/1985	DEFINE PERÍODO DE DEFESO PARA AS ESPÉCIES E LOCALIDADES: (I) LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUS E P.LAEVICAUDA) - DEZEMBRO A MARÇO, ENTRE AP/PA E A FOZ DO RIO PARAÍBA DO SUL/RJ; (II) SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) - DEZEMBRO E FEVEREIRO NO SE/S; (III) CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P.BRASIIIENSIS), VERDADEIRO (P.SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIE LONGINARIS) - ENTRE FEVEREIRO E MAIO DESDE N ES ATÉ TRAMANDAÍ/RS; (IV) CAMARÕES ROSA (PENAEUS SUBTILIS, P. DUORÁRUM, P. BRASILIENSIS, P. NOTIALIS E P. AZTECUS) - DEZEMBRO A JANEIRO OU ALTERNATIVAMENTE; MAIO E JULHO, ENTRE AP/GUIANA FRANCESA E A PONTA ATALAIA, NA FOZ DO RIO PARNAÍBA.
MANJUBA	PORTARIA	105	22/11/1985	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA (PERÍODO DE PESCA E PETRECHO - MALHA DA REDE) E CRIA ÁREA DE EXCLUSÃO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	104	22/11/1985	ESTABELECE O PERÍODO DE DEFESO PARA A ASARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) ENTRE 20/DEZ E 31/JAN/1986, EXCETOA ÀS EMBARCAÇÕES QUE FORNECEM ISCAS AOS ATUNEIROS E A PESQUISA.
LAGOSTA	PORTARIA	102	18/11/1985	REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUS E P.LAEVICAUDA), DEFININDO TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, A PESCA EM DETERMINADOS CRIADOUROS (ÁREAS DE EXCLUSÃO), REGULAMENTA O PETRECHO (MANZUÁ OU COVOS), PROIBINDO O USO DE ARRASTO, CERCO E EMALHE (CAÇOEIRA), LIMITA A FROTA, ALÉM DE ORIENTAR A FISCALIZAÇÃO.
LAGOSTA	PORTARIA	101	18/11/1985	INTERDITA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO VERDE (PANULIRUS ARGUS E P.LAEVICAUDA) ENTRE 01/SET A 30/NOV/1986, ENTRE OS ESTADOS DO AMAPÁ/PARÁ E O RIO PARAÍBA DO SUL, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA EM BACIAS	PORTARIA	103	18/11/1985	REGULAMENTA A PESCA NAS BACIA HIDROGRÁFICASDOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, BAHIA E DISTRITO FEDERAL.
PIRACEMA EM 11 ESTADOS E DF	PORTARIA	97	10/11/1985	DEFINE O DEFESO DA PIRACEMA NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, BAHIA E DISTRITO FEDERAL, ENTRE 1º DE NOVEMBRO DE 1985 A 31 DE JANEIRO DE 1986, REGULAMENTA OS PETRECHOS E CRIA ÁREAS DE EXCLUSÃO.
CAMARÃO	PORTARIA	83	06/10/1985	REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO, DEFININDO PERÍODO DE DEFESO E PETRECHOS (REDES DE CORRICO OU CACEIO E TARRAFAS DO TIPO GERIVAU, GENIVAL OU PUÇACOCA) E DE OUTROS PESCADOS COM REDE DE ESPERA, NO MAR PEQUENO OU MAR DE IGUAPE, MAR DE CACANÉIA OU MAR DE FORA, MAR DE CUBATÃO OU MAR DE DENTRO, MAR DE ITAPITANGUI, BAÍA DE TRAPANDÉ, BARRA DE CANANÉIA E MAR DE ARARAPIRA, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PICARÉ (ARRASTÃO DE PRAIA)	PORTARIA	65	01/10/1985	REGULAMENTA A PESCA COM PICARÉ (ARRASTÃO DE PRAIA) DEFININDO O PETRECHO E HORÁRIOS NAS ÁGUAS CONTÍGUAS ÀS PRAIAS URBANIZADAS E COM FRQUENCIA DE BAHISTAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA EM RIOS E LAGOAS	PORTARIA	108	12/09/1985	REGULAMENTA A PESCA NA BOCA DA BARRA DO RIO TRAMANDAÍ, NAS LAGOAS DA CUSTÓDIA, DO ARMAZÉM E DE TRAMANDAÍ, NOS RIOS DO CAMARÃO, VEADOS E NOVO.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	84	01/07/1985	CAPTURA DE SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS), DE QUALQUER TAMANHO, PARA OS ATUNEIROS, INFORMANDO QUE SERÃO EXPEDIDAS, EM CARÁTER PRECÁRIO, PERMISSÕES PARA FORNECIMENTO DE ISCA MEDIANTE REQUERIMENTO DOS INTERESSADOS À SUDEPE.
PIRACEMA/RS	PORTARIA	107	12/05/1985	DEFINE O DEFESO DA PIRACEMA NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, BAHIA E DISTRITO FEDERAL, ENTRE 1º DE NOVEMBRO DE 1985 A 31 DE JANEIRO DE 1986, REGULAMENTA PETRECHOS E CRIA ÁREAS DE EXCLUSÃO.
GURIJUBA	PORTARIA	99	11/05/1985	REGULAMENTA A PESCA DA GURIJUBA, DEFININDO PERÍODO DE DEFESO (01/NON A 31/MAR) E DETERMIANDA LOCALIDADE, ALÉM DE PROIBIR O USO DE CORTINA E BATIÇÃO NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS, NO ESTADO DO AMAPÁ.
ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	75	25/04/1985	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO DE FUNDO, DE QUALQUER MODALIDADE, NAS ÁGUAS DA BAÍA DE VITÓRIA/ES, BEM COMO QUALQUER MODALIDADE, NA REGIÃO DOS CANAIS DE NAVEGAÇÃO, NA REFERIDA BAÍA.
CAMARÃO	PORTARIA	98	11/04/1985	DETERMINA QUE NÃO SERÃO MAIS EXPEDIDAS LICENÇAS PARA A PESCA DO CAMARÃO ROSA (PENAEUS SUBTILIS, P. DUORÁRUM, P. BRASILIENSIS, P. NOTIALIS E P. AZTECUS) NO NORDESTE
PARADA DE PESCA AP	PORTARIA	67	17/01/1985	DEFINE PARADA DE PESCA ENTRE 1º DE JULHO E 31 DE DEZEMBRO NA ORLA FLUVIAL DA ILHA DO PARAZINHO, NO ESTADO DO AMAPÁ.

TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	68	17/01/1985	DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DAS SEGUINTES ESPÉCIES: CASTANHA, CORVINA, DOURADO, GRUMATÃ, JUNDIÁ, LINGUADO, MIRAGUAIA, PAMPO GORDINHO OU VIÚVA, PAMPO PARONA, PAMPO REAL, PAPA-TERRA, PEIXE-REI, PESCADINHA, PESCADA OLHUDA, PIAVA, PINTADO, TAINHA E TRAIRA) NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
PROIBIÇÃO DE APETRECHOS	PORTARIA	64	10/01/1985	PROÍBE O EMPREGO DE PETRECHO "TAPAGEM", ARMADILHA CONFECCIONADA COM MADEIRAS, EM FORMA DE ESTEIRAS OU CERCAS, OU CONSTITUÍDA DE LINHAS, TIPO REDE, COLOCADAS DE FORMA A IMPEDIR A CIRCULAÇÃO OU IMIGRAÇÃO BIOLÓGICA DOS CARDUMES, NOS RIOS, LAGOS, LAGOAS, IGARAPÉS, ALAGAMENTOS DOS CAMPOS DE BAIXADA E QUAISQUER CORRENTES DE ÁGUA, DO ESTADO DO MARANHÃO
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	63	26/12/1984	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS PAULENSIS E P.BRASILIENSIS), VERDADEIRO (P. SCHMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELLERI), SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI) E BARBA RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS), NO PERÍODO DE 19 DE FEVEREIRO A 31 DE MARÇO DE 1985, NAS ÁGUAS COMPREENDIDAS ENTRE O NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO) TRAMANDAI, RS.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	62	26/12/1984	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO PELOS SISTEMAS DE PORTAS E DE PARELHAS POR EMBARCAÇÕES MAIORES QUE 10 AB, A MENOS DE 03 MN E PARA A PESCA PELO SISTEMA DE ARRASTO COM DUAS REDES, A MENOS DE 1 MN, NAS ÁREAS COSTEIRAS DO ESTADO DO PARANÁ.
CAMARÃO- SETE-BARBAS	PORTARIA	56	20/12/1984	REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), COM REDES DE ARRASTÃO DE PORTAS COM DETERMINADAS ESPECIFICAÇÕES, NO SE/S.
CAMARÃO- SETE-BARBAS	PORTARIA	56	20/12/1984	REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), COM REDES DE ARRASTÃO DE PORTAS COM DETERMINADAS ESPECIFICAÇÕES, NO SE/S.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	61	20/12/1984	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA O CAMARÃO ROSA, COM REDE TIPO AVIÃOZINHO DE MALHA 24 MM, NA LAGOA DO PEIXE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	60	20/12/1984	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA O CAMARÃO ROSA (PENAEUS PAULENSIS), LOCAIS DE DESEMBARQUE, BEM COMO O USO EXCLUSIVO DE REDES DE SACO E AVIÃOZINHO, COM Nº LIMITADO POR PESCADOR E COM AS CARACTERISTICAS APRESENTADAS, PROIBINDO QUALQUER TIPO DE ARRASTO (PORTA, PAUZINHO, TRALHA, CARACOL, ETC) NA ÁREA DE PESCA COMPREENDIDA ENTRE A BARRA DO RIO GRANDE E O FAROL DE ITAPUÃ, NA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	55	20/12/1984	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO PARA A CAPTURA DOS CAMARÕES ROSA (PENAEUS BRASILIENSIS E P. PAULENSIS) E VERDADEIRO (P. SCHMITTI), REGULAMENTANDO O TAMANHO DE MALHA DA REDE DE AVIÃOZINHO, CACEIO E ARRASTO, NO SE/S.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	53	20/12/1984	LIMITA A FROTA ARRASTEIRA DE PESCA DOS CAMARÕES (I) ROSA (PENAEUS BRASILIENSIS, P. PAULENSIS E P. DUORARUM), (II) SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), E (III) VERDADEIRO (PENAEUS SCHIMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELERI) E BARBA-RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS), QUE OPERAM NAS ÁGUAS TERRITORIAIS ENTRE O SUL DE ABROLHOS E TRAMANDAÍ ÀS EMBARCAÇÕES JÁ DETENTORAS DE AUTORIZAÇÕES ATÉ ENTÃO EXPEDIDAS PELA SUDEPE.
CARDINAL	PORTARIA	52	20/12/1984	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DE CARDINAL (CHEIRODON AXERODII), ANUALMENTE, NO PERÍODO DE 1° DE MAIO A 30 DE JULHO, NO ESTADO DO AMAZONAS.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	59	20/12/1984	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO PARA EMBARCAÇÕES MAIORES DE 10 TAB, NAS ÁRES COSTEIRAS, A MENOS DE 1 MILHA DA COSTA, ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	58	20/12/1984	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO PELOS SISTEMAS DE PORTA E DE PARELHAS POR EMBARCAÇÕES MAIORES QUE 10 AB, EM PROFUNDIDADE MENOR DO QUE 15 M, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	54	20/12/1984	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO PELOS SISTEMAS DE PORTA E DE PARELHAS POR EMBARCAÇÕES MAIORES QUE 10 AB, A MENOS DE 1,5 MN DA COSTA NAS ÁREAS COSTEIRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	51	06/12/1984	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) ENTRE 20 DE DEZMEBRO E 31 DE JANEIRO DE 1985, EXCETUANDO A CAPTURA DE ISCA-VIVA E PESQUISA.
PESCA ÁGUAS INTERIORES	PORTARIA	2	01/12/1984	REGULAMENTA A PESCA EM ÁGUAS INTERIORES DA REGIÃO DE CAMPOS DE MARAJÓ/PA, EM DETERMINADAS LOCALIDADES, PERÍODOS, PETRECHOS (BATIÇÃO OU SEMI-CERCO, TARRAFA, E REDE DE ESPERA), PROÍBE A PESCA POR GELEIRAS NA BACIA HIODROGRÁFICA ENTRE 15 DE DEZEMBRO E 15 DE JUNHO, PROÍBE CERCADAS FIXAS E DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DO TAMUATÁ (HOPLOSTERNUM LITORALE).

PESCA AMADORA	PORTARIA	49	22/11/1984	CRITÉRIOS PARA REGISTRO DE CLUBES, ASSOCIAÇÕES DE AMADORES DE PESCA, EMPRESAS DE TURISMO, AGÊNCIAS DE VIAGENS. HOTEL FLUVIAL OU LACUSTRE, HOTEL DE BEIRA DE RIO OU DE PRAIA QUE ORGANIZAM EXCURSÕES OU PROGRAMAS COM ATIVIDADES DE PESCA.
APETRECHOS RS	PORTARIA	48	14/11/1984	DEFINE O PETRECHO REDE DE FERRO E PROÍBE SEU USO EM ÁGUAS INTERIORES E ÁREAS ADJACENTES ÀS ENTRADAS DE BARRAS, ESPECIALMENTE NA REGIÃO DA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA DE ARRASTO RJ	PORTARIA	57	20/10/1984	ALTERA O ART. 7º DA PORTARIA SUDEPE Nº 20/1983 QUE REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO SIMPLES DE POPA NA BAÍA DE SEPETIBA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
BAGRES MARINHOS	PORTARIA	42	18/10/1984	REGULAMENTA A PESCA DO BAGRE ROSADO (GENIDENS GENIDENS, NETUMA BARBA OU TACHYSURUS BARBUS, TPSULONOPHORUS E T AGASSISI) NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ E SÃO PAULO, DEFINDINDO PERÍODO DE DEFESO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE MARÇO E TAMANHO MÍNIMO.
PESCA AMADORA	PORTARIA	44	18/10/1984	REGULAMENTA A PESCA AMADORA.
PIRACEMA EM 11 ESTADOS E DF	PORTARIA	41	18/10/1984	DEFINE O DEFESO DA PIRACEMA NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, BAHIA E DISTRITO FEDERAL, ENTRE 19 DE NOVEMBRO DE 1984 A 31 DE JANEIRO DE 1985, REGULAMENTA OS PETRECHOS E CRIA ÁREAS DE EXCLUSÃO.
PESCA DE LAGOSTA	PORTARIA	38	13/09/1984	ACRESCENTAR AO ART. 49 DA PORTARIA Nº N-035, DE 17 DE AGOSTO DE 1983, DA SUDEPE, QUE REGULAMENTA A PESCA DA LAGOSTA VERMELHA E CABO-VERDE
PARGO	PORTARIA	10	04/09/1984	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA PARGO (LUTJANUS PURPUREUS), NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE O NORTE DO AMAPÁ ATÉ A DIVISA DO ESTADO DE ALAGOAS E SERGIPE (FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO).
PIRAMUTABA	PORTARIA	9	03/09/1984	FIXA COTAS DE CAPTURA PARA A PIRAMUTABA (BRACHYPLASTYSTOMA VAILLANTII) NO PARÁ E AMAPÁ.
PROIBIÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO	PORTARIA	36	28/08/1984	PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO, EM TAMANHOS INFERIORES AO PERMITIDO PELA SUDEPE.
REGULAMENTAÇÃO PESCA RS	PORTARIA	6	30/06/1984	REGULAMENTA A ATIVIDADE DE PESCA ATRAVÉS DA DEFINIÇÃO DE ÁREAS DE EXCLUSÃO (MOLHE DA BARRA DE TORRES, TORRE DO CENTRO, RIO MAMPITUBA E SUA BARRA, MORRO DO FORNO E NO JACARÉ), PETRECHOS (CARRETTILHA, ESPINHEL, REDE DE ESPERA, REDES FIXAS E TARRAFA) E LIMITA A EXTRAÇÃO DE MARISCO, NO MUNICÍPIO DE TORRES/RS.
ANCHOVA	PORTARIA	32	27/06/1984	REGULAMENTA A PESCA DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), DEFINDINDO PERÍODO DE PESCA, TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, ÁREA DE EXCLUSÃO, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	31	27/06/1984	DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DAS SEGUINTES ESPÉCIES: CASTANHA, CORVINA, DOURADO, GRUMATÃ, JUNDIÁ, LINGUADO, MIRAGUAIA, PAMPO GORDINHO OU VIÚVA, PAMPO PARONA, PAMPO REAL, PAPA-TERRA, PEIXE-REI, PESCADINHA, PESCADA OLHUDA, PIAVA, PINTADO, TAINHA E TRAIRA) NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	30	20/06/1984	ALTERA ART. 6º DA P SUDEPE Nº 11-N/1984 QUE REGULAMENTA A PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA, ADMITINDO A TOLERÂNCIA DE 15% ABAIXO DO TAMANHO MÍNIMO.
LAGOSTA	PORTARIA	46	11/06/1984	DEFINE PERÍODO DE DEFESO PARA AS LAGOSTAS VERMELHA E CABO-VERDE (PANULIRUS ARGUS E P. LAEVICAUDA) ENTRE 15 DE DEZEMBRO E 15 DE MARÇO DE 1985, ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL COMPREENDIDA ENTRE AP/PA E A FOZ DO RIO PARAIBA DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
LAGOSTA	PORTARIA	45	11/06/1984	REGULAMENTA A PESCA DA LAGOSTA VERMELHA E LAGOSTA CABO VERDE.
PERMISSIONAMENTO DE PESCA	PORTARIA	17	30/05/1984	CATEGORIAS DE PERMISSIONAMENTO DE PESCA.
PESCA AMADORA	PORTARIA	15	29/05/1984	REGULAMENTA A PESCA AMADORA.
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	16	29/05/1984	ESTENDE A DEFINÇÃO DE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA DIVERSAS ESPÉCIES DE PEIXES (CASTANHA, CORVINA, DOURADO, ENCHOVA, GRUMATÃ, JUNDIÁ, LINGUADO, MIRAGUAIA, PAMPO GORDINHO, PAMPO PARONA, PAMPO REAL, PAPA TERRA, PEIXE-REI, PESCADINHA, PESCADA OLHUDA, PIAVA, PINTADO, TAINHA, TRAÍRA), PARA AS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
CAPTURA DE CETÁCEOS	PORTARIA	14	23/05/1984	DEFINE A COTA MÁXIMA DE CAPTURA DE 600 INDIVÍDUOS DA BALEIA MINKE (BALEONOPTERA ACUTOROSTRATA) NAS ÁGUAS TERRITORIAIS BRASILEIRAS EM 1984 E PROÍBE A CAPTURA DE OUTRAS ESPÉCIES DE CETÁCEOS.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	11	09/04/1984	LIMITA A FROTA DA SARDINHA-VERDADEIRA ÀS EMBARCAÇÕES PERMISISONADAS QUE REALIZAM MAIS DO QUE 10 DESEMBARQUES/ANO, DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E PROÍBE O TRANSPORTE SOBRE O CONVÉS.
PESCA AMADORA	PORTARIA	1	01/04/1984	REGULAMENTA A PESCA AMADORA E DEFINE O LIMITE DE CAPTURA E TRANSPORTE POR PESCADOR.

CAMARÃO-ROSA, CAMARÃO-SETE-BARBAS, SANTANA E BARBA-RUÇA	PORTARIA	7	28/02/1984	ALTERA O ART. 1º DA P SUDEPE N° 50/1983 QUE DEFINE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DOS CAMARÕES (I) ROSA (PENAEUS BRASILIENSIS, P. PAULENSIS E P. DUORARUM), (II) SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), E (III) VERDADEIRO (PENAEUS SCHIMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELERI) E BARBA-RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS), ENTRE O NORTE DO ESPIRITO SANTO E TRAMANDAÍ ENTRE 01 DE MARÇO E 30 DE ABRIL.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	6	14/02/1984	PROIBIR TEMPORARIAMENTE, DURANTE TODO O ANO, A PESCA DE CAMARÕES, COM O EMPREGO DE REDE DO TIPO AVIÃOZINHO COM ATRAÇÃO LUMINOSA (COCA COM LIQUINHO), EXCETO TARRAFA, BEM QUALQUER PETRECHO NOS CANAIS DE NAVEGAÇÃO, NAS LAGOAS DE SANTO ANTONIO, MIRIM E IMARUI/SC.
PEIXES DE ÁGUA DOCE	PORTARIA	4	26/01/1984	DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE PEIXES DE ÁGUA DOCE: PINTADO (PSEUDOPLAYSTOMA CORUSCANS), JAÚ (PAULICEA LUETKENI), DOURADO (SALMINUS MAXILOSUS), BARBADO (PINIRAMPUS PIRINAMPU), PIRACANJUBA (TRIUROBRYOON LUNDII), CURIMBATÃ (PROCHILODUS SP.), CORVINA (PLAGIOSCION. PADRYPOPS, PACHYRUR), PIAPARA (LEPORINUS ELONGATUS), PIAU (LEPORINUS SP), PACU (COLASSOMA MITREI), NO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	62	14/12/1983	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO DE FUNDO PELOS SISTEMAS DE PORTA E PARELHA, POR EMBARCAÇÕES MAIORES QUE 4 AB A MENOS DE 3 MN DA COSTA NO ESTADO DE SERGIPE, CONFORME COORDENADAS
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	58	23/11/1983	DEFINE PERÍODO DE DEFESO PARA A SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINLLA BRASILIENSIS) ENTRE 20/DEZ/1983 E 31/JAN/1984, EXCETO ÀS EMBARCAÇÕES QUE FORNECEM OU CAPTURAM ISCA-VIVA.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	57	22/11/1983	SUSPENDE A DEFINIÇÃO DO TAMANHO DE MALHA DAS REDES ARRASTO NAS REGIÕES SE/S DENTRO DAS 3 MN.
PESCA DO CAMARÃO	PORTARIA	53	31/10/1983	SUSPENDE TEMPORARIAMENTE A P SUDEPE Nº 11/1981 QUE REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO ROSA (PENAEUS PAULLENSIS E P. BRASILIENSIS), COM REDE DE SACO E ATRAÇÃO LUMINOSA NAS LAGOAS DE SANTO ANTÔNIO, MIRIM E IMARUÍ (SC); PERMITE A PESCA DESTAS ESPÉCIES NAS LOCALIDADES DE FIGUEIRA, PAROBÉ, MORRO GRANDE, CABEÇUDA, PONTA DAS LARANJEIRAS, BENTOS, PONTA DO DANIEL, MAGALHÃES E BARRANCEIRA, EXCETO NOS CANAIS DE NAVEGAÇÃO, COM USO DE TARRAFA CONFORME PORTARIA SUDEPE Nº 19/1983.
PESCA LAGOA DOS PATOS	PORTARIA	52	31/10/1983	PROÍBE A PESCA POR EMBARCAÇÕES DE CONVÉS FECHADO MAIORES QUE 10 AB NA LAGOA DOS PATOS/RS.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	51	26/10/1983	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO NAS BAÍAS, LAGOAS COSTEIRAS, CANAIS E DESEMBOCADURAS DE RIOS (ESTUÁRIOS) EM SC.
PESCA DO CAMARÃO	PORTARIA	50	20/10/1983	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA DOS CAMARÕES (I) ROSA (PENAEUS BRASILIENSIS, P. PAULENSIS E P. DUORARUM), (II) SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), E (III) VERDADEIRO (PENAEUS SCHIMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELERI) E BARBA-RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS), QUE OPERAM NAS ÁGUAS TERRITORIAIS ENTRE O SUL DE ABROLHOS E TRAMANDAÍ ENTRE 01/03 E 30/04L, EXCETUANDO ÁGUAS INTERIORES E EMBARCAÇÕES ATÉ 20 HP NO PRIMEIRO ANO (1984).
PESCA DO CAMARÃO	PORTARIA	49	20/10/1983	REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), A PARTIR DA DEFINIÇÃO DO PETRECHO ARRASTÃO DE PORTA (COMPRIMENTO DA TRALHA E TAMANHO DE MALHA), NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO BRASIL.
PESCA DO CAMARÃO	PORTARIA	48	20/10/1983	LIMITA A FROTA ARRASTEIRA DE PESCA DOS CAMARÕES (I) ROSA (PENAEUS BRASILIENSIS, P. PAULENSIS E P. DUORARUM), (II) SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), E (III) VERDADEIRO (PENAEUS SCHIMITTI), SANTANA (PLEOTICUS MUELERI) E BARBA-RUÇA (ARTEMESIA LONGINARIS), NAS ÁGUAS TERRITORIAIS ENTRE O SUL DE ABROLHOS E TRAMANDAÍ ÀS EMBARCAÇÕES JÁ DETENTORAS DE AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELA SUDEPE.
PESCA	PORTARIA	44	16/09/1983	ALTERA OS ARTS. 1º E 9º DA PORTARIA Nº 35-N/1983 QUE REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO-VERDE (PANULIRUS ARGUS E P. LAEVICAUDA) ADMITINDO O DESEMBARQUE CONFORME DEFINIDO NA P SUDEPE Nº 11-N/1980.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	43	15/09/1983	PERMITE A CAPTURA DE SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS), DE QUALQUER TAMANHO, PELOS ATUNEIROS, E DEFINE CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO, EM CARÁTER PRECÁRIO, DE PERMISSÕES ESPECIAIS PARA FORNECIMENTO DE ISCAS VIVAS À FROTA ATUNEIRA.
PIRAMUTABA	PORTARIA	9	03/09/1983	ART. I° MANTER INTERDITADA A PESCA DE ARRASTO NO CRIADOURO NATURAL DE ESPECIES AQUATICAS DA REGIAO ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARA NA AREA QUE VAI ATE OS IIMITES DEFINIDOS PELO PARALELO DE OOO05'N E MERIDIANO DE 48°00'W. REGULAMENTA A PESCA DA PIRAMUTABA (BRACHYPLASTYSTOMA VAILLANTTI), LIMITANDO Nº BARCOS E DEFININDO TAMANHO MÍNIMO DA MALHA DA REDE DE ARRASTO, ALÉM DE CRIAR ÁREA DE EXCLUSÃO A

				PESCA DE ARRASTO NA REGIÃO ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ.
PIRAMUTABA	PORTARIA	9	03/09/1983	REGULAMENTA A PESCA DA PIRAMUTABA (BRACHYPLASTYSTOMA VAILLANTTI), LIMITANDO Nº BARCOS E DEFININDO TAMANHO MÍNIMO DA MALHA DA REDE DE ARRASTO, ALÉM DE CRIAR ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO NA REGIÃO ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ.
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	38	31/08/1983	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA DIVERSAS ESPÉCIES DE PEIXES (CASTANHA, CORVINA, DOURADO, ENCHOVA, GRUMATÃ, JUNDIÁ, LINGUADO, MIRAGUAIA, PAMPO GORDINHO, PAMPO PARONA, PAMPO REAL, PAPA TERRA, PEIXE-REI, PESCADINHA, PESCADA OLHUDA, PIAVA, PINTADO, TAINHA, TRAÍRA) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	35	17/08/1983	REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO-VERDE (PANULIRUS ARGUS E P. LAEVICAUDA) DEFININDO TAMANHO MÍNIMO, DEFESO ENTRE A DIVISA DO AM/PA E O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA/RJ; ÁREA DE EXCLUSÃO, PROÍBE A CAPTURA DE OVADAS E O USO DE REDES DE ARRASTO, CERCO, EMALHE, MERGULHO, CARACTERIZANDO O COVO ENTRE OUTRAS QUESTÕES.
BAGRES MARINHOS	PORTARIA	27	28/07/1983	REGULAMENTA A PESCA DOS BAGRES (GENIDENS GENIDENS, NETUMA BARBAS OU TACHYSURUS BARBUS, TRACHYSURUS UPSULONOPHORUM, TRACHYSURUS AGASSISI), DEFININDO PERÍODO DE DESEFO E TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA NOS ESTADOS RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ E SÃO PAULO)
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	29	28/07/1983	REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO ROSA (PENAEUS PAUIENSIS E P. BRASILIENSIS), ENTRE A BARRA DO RIO GRANDE E O FAROL DE ITAPUÂ, NA LAGOA DOS PATOS, RS, DEFININDO TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA, CARACTERÍSITCAS DOS PETRECHOS (REDE DE SACO, AVIÃOZINHO E COCA); PROÍBE O USO DE REDE DE TROLHA E REDE DE ESPERA COM MALHA MENOR QUE 100 MM), ALÉM DE DEFINIR OS LOCAIS DE DESEMBARQUE E ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	26	28/07/1983	DEFINE O TAMANHO DE MALHA PARA REDES ARRASTO NAS REGIÕES SE/S E CRIA ÁREA DE EXCLUSÃO DE 3 MN PARA A PESCA DE ARRASTO NO RS.
PESCA LAGOA MIRIM	PORTARIA	23	26/07/1983	PERMITE A PESCA NOS AFLUENTES DA LAGOA MIRIM, DO RIO JAGUARÃO E DO RIO SÃO GONÇALO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DESDE QUE SEJA REALIZADA COM MALHA MÍNIMA DE 100 MM
SIRI AZUL	PORTARIA	24	26/07/1983	REGULAMENTA A PESCA DO SIRI AZUL (CALLINECTES DANAE E C. SAPIDUS), DEFININDO TAMANHO MÍNIMO, O USO DOS PETRECHOS ESPINHEL E GERERÊ E ESTRUTURA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA NA ZONA DOS MOLHES DA BARRA DO RIO GRANDE NO RS.
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	22	26/07/1983	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA PARA DIVERSAS ESPÉCIES DE PEIXES (CASTANHA, CORVINA, DOURADO, ENCHOVA, GRUMATÃ, JUNDIÁ, LINGUADO, MIRAGUAIA, PAMPO GORDINHO, PAMPO PARONA, PAMPO REAL, PAPA TERRA, PEIXE-REI, PESCADINHA, PESCADA OLHUDA, PIAVA, PINTADO, TAINHA, TRAÍRA) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	20	14/07/1983	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO SIMPLES DE POPA, COM MOTOR DE ATÉ 70 HP; DEFINE A MALHA, NA ÁREA ENTRE A PONTA DOS MARINHEIROS E A PONTA DO SAI, A PARTIR DA ISÓBATA DE 06 M, NA BAÍA DE SEPETIBA/RJ.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	25	14/07/1983	PROÍBE O EMPREGO, NOS LAGOS E CORRENTES DE ÁGUA SITUADAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	19	21/06/1983	REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO ROSA (PENAEUS PAULLENSIS, P. BRASILIENSIS, P. DOURARUM), CAMARÃO VERDADEIRO (P. SCHMITTI), E SANTANA (HYMENOPENAEUS MUELLERI); DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA; TAMANHO DE MALHA DE PETRECHOS (REDE DE AVIÃOZINHO, SACO, COCA, TARRAFA, CACEIO E ARRASTO), NAS ÁREAS DE PESCA DAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
CAPTURA DE CETÁCEOS	PORTARIA	18	26/05/1983	PERMITE A PESCA DA BALEIA MINKE (BALAENOPTERAACUTOROSTRA), DEFINDO A COTA DE 625 INDIVÍDUOS PARA O ANO DE 1983 E PROÍBE A CAPTURA DE OUTRAS ESPÉCIES DE CETÁCEOS.
EMBARCAÇÕES GELEIRAS	PORTARIA	14	28/04/1983	INTERDITA A PESCA PARA AS EMBARCAÇÕES "GELEIRAS" ENTRE 01/MAR/1983 E 01/DEZ/1985, NO RIO PRETO, MUNICÍPIO DE MAZAGÃO, ESTADO DO AMAPÁ
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	28	28/04/1983	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO NO LITORAL DO MARANHÃO, EXCLUINDO ESTA ATIVIDADE PARA EMBARCAÇÃO MAIORES QUE 5 AB E REDES MENORES QUE 30 MM ATÉ AS 3 MN DA COSTA.

PIRAMUTABA	PORTARIA	13	28/04/1983	ALTERA O LIMITE DE ESFORÇO DE PESCA, EM TERMOS DE EMBARCAÕES DE PESCA DE ARRASTO AUTORIZADAS PARA A PESCA DA PIRAMATUBA (BRACHYPLASTYSTOMA VAILLANTTI) DEFINIDA PELA P SUDEPE Nº 09/1983, AM/PA.
PIRAMUTABA	PORTARIA	13	28/04/1983	ALTERA O LIMITE DE ESFORÇO DE PESCA, EM TERMOS DE EMBARCAÕES DE PESCA DE ARRASTO AUTORIZADAS PARA A PESCA DA PIRAMATUBA (BRACHYPLASTYSTOMA VAILLANTTI) DEFINIDA PELA P SUDEPE Nº 09/1983, AM/PA.
ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	33	08/04/1983	ESTRUTURA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA NO LOCAL DENOMINADO "SACO DO JUSTINO" INCLUINDO 30 M EM SEU ENTORNO, NA ZONA SUL DA LAGOA DOS PATOS, MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS.
CAMARÃO	PORTARIA	16	05/04/1983	ALTERA O ART. 4º DA P SUDEPE Nº 10/1982 QUE REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO, EM MAR PEQUENO OU DE IGUAPE, MAR DE CANANÉIA OU DE FORA, MAR DE CUBATÃO OU DE DENTRO, MAR DE ITAPITANGUI, BAÍA DE TRAPANDÉ, BARRA DE CANANÉIA E MAR DE ARARAPIRA, LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEFINDINDO MALHA DE 25 MM PARA A TARRAFA.
CAMARÃO	PORTARIA	15	05/04/1983	REGULAMENTA A PESCA PROFISSIONAL DE CAMARÃO COM USO DE TARRAFA DE MALHA 25MM, NOS ESTUÁRIOS DE SANTOS, SÃO VICENTE E BERTIOGA, SP.
ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	2	18/01/1983	CRIA ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA JUNTO AS BARRAGENS DOS RIOS GRANDE, PARANÁ, PARANAPANEMA, TIETÊ, PRADO, PARAÍBA, PARAIBUNA, PARAITINGA, JAGUARI, TAIÇUPEBA,
PROIIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	1	05/01/1983	PROÍBE O USO DE "BATIÇÃO" OU DE "PONGA" NAS ATIVIDADES DE PESCA, NOS RIOS MARACU E PINDARÉ, MUNICÍPIO DE CAJARI, NO ESTADO DO MARANHÃO
ÁREA ATUAÇÃO EMBARCAÇÕES ARRENDADAS	PORTARIA	17	05/12/1982	RESTRINGE ÁREA DE ATUAÇÃO ÀS EMBARCAÇÕES DE PESCA ARRENDADAS MAIORES QUE 300 AB, NAS PROXIMIDADES DE EMBARCAÇÕES DE MENOR PORTE EM ATUAÇÃO NO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO, NA FAIXA DE 100 (CEM) MILHAS MARÍTIMAS NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE OS PARALELOS DE 18º20' S E 29º15' S.
PIRAMUTABA	PORTARIA	36	25/11/1982	REGULAMENTA A PESCA DA PIRAMUTABA (BRACHYPLASTYSTOMA VAILLANTTI) E CRIA ÁREA DE EXCLUSÃO NA REGIÃO ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ.
MANJUBA	PORTARIA	34	16/11/1982	REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA (PERÍODO DE PESCA E MALHA DA REDE) E CRIA ÁREA DE EXCLUSÃO NO RIO RIBEIRA DE IGUAPE.
SARDINHA	PORTARIA	33	09/11/1982	ESTABELECE DEFESO SARDINHA TEMPORADA 1982/1983, COM EXCEÇÃO ÀS TRAINEIRAS QUE CAPTURAM ISCA-VIVA ÀS EMBARCAÇÕES ATUNEIRAS
TAMANHO MÍNIMO	PORTARIA	30	08/11/1982	DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DOS PEIXES DE ÁGUAS CONTINENTAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, DESTACANDO: PINTADO (PSEUDOPLATYSTOMA CORUSCANS), JAÚ (PAULICEA LUETKENI), DOURADO (SALMINUS MACILOSUS), BARBADO (PINIRAMPUS PIRINAMPU), PIRACANJUBA (TRIUNROBRYCON LUNDII), CORIMBATÃ (PROCHILODUS SP), CORVINA (PLAGIOSCION, PACHYPOS, PACHYRUR), PIAPARA (LEPORINUS ELONGATUS), PIAU (LEPORINUS SP.), PACU (COLOSSOMA MITREI)
PORIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	8	03/11/1982	PROÍBE A PESCA COM QUALQUER EQUIPAMENTO, DA PONTE COLOMBO SALLES, EM FLORIANÓPOLIS.
PIRACEMA	PORTARIA	28	26/10/1982	DEFINE PERÍODOS DE PIRACEMA PARA AS DIFERENTES LOCALIDADES DO BRASIL POR UF (3 REGIÕES), PERMTINDO DETERMINADOS PETRECHOS POR CATEGORIA (PROFISSIONAL E PESCA AMADORA) E EXCLUINDO O LAGO DE SOBRADINHO (BA) E A LAGOA DE PARANAGUÁ (PI) DA RESTRIÇÃO, A PARTIR DA PERMISSÃO A PESCA COM REDE DE ESPERA.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	25	22/09/1982	DETERMINA 3 MN COMO EXCLUSÃO À PESCA DE ARRASTO NO ESTADO DO MARANHÃO, E 3 MM PARA TAMANHO MÍNIMO DE MALHA DE QUALQUER REDE NESTA ÁREA.
LAMBARI	PORTARIA	31	11/08/1982	REGULAMENTA A PESCA DO LAMBARI (ASTYANAX BIMACULATUS, A. FASCIATUS, A. SCHUBARTI) COM REDE DE ESPERA EM REPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEFININDO ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA
SARDINHA	PORTARIA	22	09/07/1982	LIMITA O ESFORÇO DE PESCA SOBRE A SARDINHA EM TERMOS DE NÚMERO DE BARCOS Á FROTA DE TRAINERIAS ATUANTE, DEFINE A CAPTURA MÁXIMA SUSTENTÁVEL DE 200 MIL T., O TAMANHO MÍNIMO DE 17 CM COM 15% DE TOLERÂNCIA, POÍBE O TRANSPORTE SOBR EO CONVÉS E OBRIGADA A ANTREGA DO MB.
BOMBA DE SUCÇÃO	PORTARIA	12	04/07/1982	PROÍBE O USO DE BOMBA DE SUCÇÃO EM ÁGUAS INTERIORES NO RS, SC, PR E SP, PARA FINS DE ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO, QUE NÃO DISPONHAM DE TELA PROTETORA. CONCEITUA ÁGUAS INTERIORES.
PESCA AMADORA	PORTARIA	20	15/06/1982	CRITÉRIOS E CATEGORIAS PARA COMPETIÇÕES DE PESCA AMADORA.
ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	11	04/05/1982	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO À PESCA DE ARRASTO ENTRE AS PRAIAS DE ITAPOÁ E ITAPARICA E AS ILHAS PITUÁ E ITAPARICA, NO MUNICLPIO DE VILA VELHA, NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.
ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	7	03/04/1982	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM E SEU ENTORNO.

LAGOSTA	PORTARIA	15	05/03/1982	ESTABELECE EXPERIMENTALMENTE, ENTRE 19 DE JULHO DE 1982 A 30 DE JUNHO DE 1983, A COTA ANUAL GLOBAL DE CAPTURA DE LAGOSTAS NAS ÁGUAS TERRITORIAIS COMPREENDIDAS ENTRE AM/PA E ES/RJ.
LAGOSTA	PORTARIA	6	03/03/1982	ACRESCENTA AO ART. 4º DA PORTARIA SUDEPE Nº 01/1980 QUESTÕES RELACIONADAS ÀS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DOS COVOS UTILIZADOS PARA A PESCA DA LAGOSTA.
SARDINHA	PORTARIA	4	02/02/1982	REGULAMENTA A PESCA DA SARDINHA.
APETRECHOS	PORTARIA	3	29/01/1982	PROÍBE DETERMINADOS PETRECHOS E MODALIDADES DE PESCA NA LAGOA ENCANTADA E RIO ALMADA, NO TRECHO QUE VAI DA BARRA DA MESMA ATÉ O POVOADO DE CAMPINHOS, MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA.
BAGRES MARINHOS	PORTARIA	1	22/01/1982	DEFINE ENTRE 01/JAN E 31MAR O PERÍODO DE DEFESO PARA A PESCA O BAGRE (GENIDENS GENIDENS, TRACHYSURUS BARBUS, T. UPSALANORUM E T. AGASSISI) NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ E SÃO PAULO.
PESCA AMADORA	PORTARIA	2	17/01/1982	ALTERA O ART. 1º DA PORTARIA SUDEPE Nº 19/1981 QUE TRATA DA PESCA AMADORA.
CAMARÃO	PORTARIA	10	04/01/1982	REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO, DEFININDO PERÍODO DE DEFESO; E PETRECHO (CORRICO OU CACEIO, TARRAFA E REDE DE ESPERA) DE ACORDO COM CRITÉRIOS TÉCNICOS EM LOCALIDADES DO LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	14	06/11/1981	ESTRUTURA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO EM POLÍGINO DEFINIDO POR COORDENADAS GEOGRÁFICAS, POR SOLICITAÇÃO DA MARINHA.
ATUNS E AFINS	PORTARIA	2	02/11/1981	PROÍBE A PESCA DE ATUNS E AFINS PELA MODALIDADE DE CERCO, POR EMBARCAÇÕES MAIORES QUE 300 AB, NA ÁREA DO MAR TERRITORIAL ENTRE OS PARALELOS DE 18º20' S E 29º15' S, ZONA FIXADA NO INCISO I DO ARTIGO 1°, DO DECRETO N° 68.459, DE 1° DE ABRIL DE 1971.
PARGO	PORTARIA	28	27/10/1981	LIMITA O ESFORÇO DE PESCA, EM TERMOS DE NÚMERO DE BARCOS, SOBRE O PARGO (LUITJANUS PURPUREOS POEY), ENTRE O N DO AMAPÁ E ALAGOAS/SERGIPE (FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO), N/NE
PIRACEMA/RS	PORTARIA	29	27/10/1981	DETERMINA O DEFESO DA PIRACEMA NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, ESPIRITO SANTO, MINAS GERAIS E BAHIA, NO PERÍODO DE 19 DE NOVENBRO DE 1981 ATÉ 31 DE JANEIRO DE 1982; NOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE O PERÍODO SERÁ DE 19 DE DEZEMBRO DE 1981 A 28 DE FEVEREIRO DE 1982; EXCETO A PESCA COM LINHA DE MÃO, CANIÇO SIMPLES E CANIÇO COM MOLINETE; E NOS LAGOS DE SOBRADINHO E E PARNAGUÁ, REGULAMENTANDO EM 140 MM O TAMANHO DE MALHA A SER UTILIZADO.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	27	21/10/1981	PROÍBE O USO DE QUALQUER REDE, EXCETO TARRAFA, NAS LAGOAS DE CIMA, DO MEIO, DE BAIXO, DO SACO, E DE IBIRAQUERA E RESPECTIVOS CANAIS DE LIGAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC. REGULAMENTA O TAMANHO DE MALHA DA TARRAFA PARA PEIXES E CAMARÃO.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	26	20/10/1981	INTERDITA A PESCA NO RIO VERDE, NA REGIÃO DA JURÉIA, MUNICÍPIO DE IGUAPE.
PIRAMUTABA	PORTARIA	25	14/10/1981	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO DE PIRAMUTABA (BRADLIPLATYSTANA VAILLANTII) E OUTROS BAGRES DA ORDEM SILURIFORMES E DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO, NA REGIÃO ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ, CRIADOURO NATURAL DE ESPÉCIES AQUÁTICAS, SE ESTENDENDO ATÉ OS LIMITES DEFINIDOS PELO 00º05'N E 48º00W.
LAGOSTA	PORTARIA	24	22/09/1981	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO-VERDE (PANULIRUS ARGUS E P. LAEVICAUDA), NA TEMPORADA DE 1981/82, ENTRE AS DIVISAS DO AMAPÁ/PARÁ E ESPÍRITO SANTO/RIO DE JANEIRO.
MANJUBA	PORTARIA	23	15/09/1981	ESTRUTURA ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA NA FAIXA DE TRAVESSIA DO FERRYBOAT, NA FOZ DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE E REGULAMENTA A PESCA DA MANJUBA NA BARRA DO ICAPARA
INFRAÇÕES DE PESCA	PORTARIA	21	19/08/1981	CONSTITUI AS INFRAÇÕES DE PESCA COMO BENS E DANOS DE DOMÍNIO PÚBLICO, REGULAMENTANDO O DESTINO DO PETRECHOS APREENDIDOS BEM COMO A DOAÇÃO DOS PRODUTOS DE PESCARIA.
PESCA AMADORA	PORTARIA	18	17/07/1981	REGULAMENTA A PESCA DA AMADORA.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	15	15/06/1981	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA DE ARRASTO, PARA BARCOS MAIORES DE 05 AB, A MENOS DE 3 (TRÊS) MILHAS DA COSTA, EM ÁREAS DO ESTADO DO PIAUÍ ENTRE AS LONGITUDES DE 41°20' W E 41°50' W; BEM COMO TAMANHO MÍNIMO 30 MM PARA MALHA DE QUALQUER REDE NESTA ÁREA.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	31	11/06/1981	REGULAMENTA A PESCA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS), MANTENDO O LIMITE DE ESFORÇO DE PESCA, DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E O PERÍODO DE DEFESO PARA A TEMPORADA ENTRE 09/DEZ/1981 E 03/JAN/1982.

CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	11	19/05/1981	REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO ROSA, COM REDE DE SACO E ATRAÇÃO LUMINOSANAS LAGOS DE SANTO ANTÔNIO, MIRIM E IMARUÍ.
ALBACORA-BANDOLIM	PORTARIA	7	30/03/1981	ESTABELECE O PESO MÍNIMO DE CAPTURA DE ALBACORA BANDOLIM.
PESCA EM RESERVATÓRIOS	PORTARIA	6	30/03/1981	PERMITE A PESCA PROFISSIONAL, NOS RESERVATÓRIOS DE BARRAGENS AO LONGO DE TODO O ANO, INCLUSIVE NA PIRACEMA.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	3	12/02/1981	PROÍBE A PESCA ATÉ A DISTÂNCIA DE 100 M DA LINHA DE COSTA EM TORNO DA ILHA DO ARVOREDO, NO PERÍODO DE 13 DE FEVEREIRO A 30 DE MAIO DE 1981.
TARRAFA	PORTARIA	1	05/02/1981	REGULAMENTA O USO DE TARRAFA NOS PERÍODOS DE PIRACEMA NOS RIOS, LAGOS, LAGOAS E REPRESAS.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	28	03/12/1980	ALTERA O PERÍODO DE DEFESO DA SARDINHA-VERDADEIRA,PARA 20/DEZ A 20/JAN.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	26	05/11/1980	DEFINE O PERÍODO DE DEFESOS DA SARDINHA-VERDADEIRA ENTRE 14/DEZ/1980 E 14/JAN/1981.
PIRACEMA	PORTARIA	24	24/10/1980	INTERDITA A PESCA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS, ENTRE 01º DE NOVEMBRO E 31 DE JANEIRO DE 1981, PERÍODO DE PIRACEMA.
PESCA DE ARRASTO MA	PORTARIA	12	06/10/1980	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO COM PORTAS NA BAÍA DE TUTÉIA/MA.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	19	15/09/1980	SUSPENDE A VIGÊNCIA DA PORTARIA SUDEPE N° 05/1980,QUE ALTEROU PARA 16 CM O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DA SARDINHA-VERDADEIRA, À PESCA REALIZADA AO SUL DA LAT. 26º S ÀS EMBARCAÇÕES QUE DESEMBARCAM EM SANTA CATARINA.
LAGOSTA	PORTARIA	11	06/09/1980	REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO-VERDE (PANULIRIUS ARGUS, PANULIRIUS-LAEVICAUDA), DEFININDO: O TAMANHO MÍNIMO EM TERRITÓRIO NACIONAL; DEFESO ENTRE AM/PA E ES/RJ, CRIADOUROS E ÁREAS DE EXCLUSÃO ATÉ 3 MILHAS DA COSTA NOS SEGUINTES LOCAIS (I) FOZ DO RIO NEGÃO À PONTA DO RAMALHO/PE, (II) DO FAROL DE MUNDAÚ FOZ DO RIO ANIL/CE, E (III) NA REGIÃO DE GALINHOS/RN; PRÓÍBE O USO DE REDE ARRASTO, CERCO, EMALHE E/OU MERGULHO; TAMANHO DE MALHA DOS COVOS; PROÍBE A CAÇOEIRA, ENTRE OUTRAS QUESTÕES.
CAMARÃO-SETE-BRABAS	PORTARIA	44	15/08/1980	AUTORIZA A OUTORGA DE PERMISSÃO A PESCA DO CAMARÃO SETE-BARBAS AOS BARCOS INSCRITOS NO RGP E DE ACORDO COM A P SUDEPE Nº 21/1978.
REGULAMNENTAÇÃO DE PESCA	PORTARIA	10	27/05/1980	ACORDO DE TRABALHO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS E A SUDEPE PARA REGULAMENTAÇÃO DA PESCA, DEFININDO OBRIGAÇÕES DAS PARTES, E: (I) PROÍBE A PESCA INDUSTRIAL DE ARRASTO E EMALHO NOS LAGOS E RIOS QUE UTILIZADOS COMO SUBSISTÊNCIA PELAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS, (II) PROÍBE A PESCA PROFISIIONAL EM LOCALIDADES HABITADAS POR ÍNDIOS, (III) DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DO JARAQUI (PROCHIIODUS INSIGNIS), DO ARUANÃ (OSTEOGLOSSUN BICIRRHOSUN), DO TUCUNARÉ (CICHLA SP.), DO TAMBAQUI (COLOSSOMA BIDENS) E DO PIRARUCU (ARAPAIMA GIGAS), (IV) PROÍBE A PESCA DE ARRASTO E DE ESPERA NO "LAGO DAS ONCINHAS".
PESCA AMADORA	PORTARIA	4	03/04/1980	REVOGA ART. 28 DAPORTARIA SUDEPE N° 681/1967,QUE REGULAMENTA A PESCA EM ZONAS DE CONFLUÊNCIAS DE RIOS, LAGOS E CORREDEIRAS EM DESTAQUE A PESCA AMADORA.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	5	07/03/1980	ALTERA O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DA SARDINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILIENSIS) PARA 16 CM, EXCLUSIVAMENTE NO ANO DE 1980, À PESCA REALIZADA AO SUL DA LAT. 26º S ÀS EMBARCAÇÕES QUE DESEMBARCAM EM SANTA CATARINA.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	7	25/02/1980	LIMITA EM 250 BARCOS A FROTA DE ARRASTO DIRECIONADA AO CAMARÃO-ROSA, PENAEUS BRASILIENSIS, P.SUBTILIS, E.NOTIALIS, P.DUORARUN E P.AZTECUS, ÀS EMBARCAÇÕES MAIORES QUE 18 M E 80 AB, NA REGIÃO NORTE.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	3	25/02/1980	PRORROGA O PRAZO DA VIGÊNCIA DA PORTARIA SUDEPE N° 20/1967, PORTARIA SUDEPE N° 08/1978, PORTARIA SUDEPE Nº 11/1978, QUE REGULAMENTAM A PESCA DE ARRASTO SIMPLES DE POPA, NA BAÍA DE SEPETIBA, RJ.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	12	07/12/1979	ÁREA DE EXCLUSÃO DE 3 MILHAS DA COSTA, À FROTA DE ARRASTO DE PORTAS E PARELHAS, PARA BARCOS MAIORES QUE 4 AB, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS PARALELOS 16º00' S E 18º30' S, ESTADO DA BAHIA.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	29	23/11/1979	ESTABELECE O DEFESO DA SARDINHA-VERDADEIRA, ESPECIFICAMENTE PARA ESTA TEMPORADA, PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º E 31 DE JANEIRO DE 1980, NAS REGIÕES SUDESTE E SUL.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	22	24/09/1979	PROÍBE A ATIVIDADE DE PESCA NA ZONA NORTE DA LAGOA DOS QUADROS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EXCETO À PESCA DE CANIÇO SIMPLES E LINHA DE MÃO
LAGOSTA	PORTARIA	20	23/08/1979	REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO-VERDE (PANULIRIUS ARGUS E P. LAEVICAUDA), DEFININDO TAMANHO MÍNIMO, PERÍODO DE DEFESO, PETRECHO E ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA EM PE, CE E RN, SENDO INCLUSO POR ESTA NORMA, OS ESTADOS DA BA E ES.

PESCA LAGOA DOS PATOS	PORTARIA	12	21/05/1979	REGULAMENTA A PESCA NA LAGOA DOS PATOS/RS, PROIBINDO O USO DE REDE DE TROLHA E DEFININDO TAMANHO DE MALHA PARA REDE DE EMALHE.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	11	15/05/1979	PROÍBE A PESCA NO BRAÇO MORTO DO RIO MAMPITUBA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
LAGOSTA	PORTARIA	2	26/01/1979	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA E DEFESO DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO- VERDE (PANULIRIUS ARGUS, PANULIRIUS-LAEVICAUDA), ENTRE AMAPÁ/PARÁ E SERGIPE/BAHIA.
APREENSÃO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DA PESCA	PORTARIA	3	02/01/1979	ALTERA O ART. 5º DA PORTARIA SUDEPE N° 04/1978, QUE TRATA DA APREENSÃO DOS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE PESCA PROIBIDAS OU EM DESACORDO COM A REGULAMENTAÇÃO.
MANJUBA	PORTARIA	10	07/12/1978	DEFINE PERÍODO DE PARADA DE PESCA NAS ÁGUAS INTERIORES DO ESTADO DE SÃO PAULO, COM EXCEÇÃO À PESCA DE LINHA DE MÃO, ALGUMAS REPRESAS E A PESCA DA MANJUBA
CAMARÃO-SETE-BARBAS	PORTARIA	21	06/11/1978	LIMITA A FROTA DE ARRASTO DE CAMARÃO SETE-BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI), ENTRE 23º 20' S (SUL DA PONTA DE JUATINGA) 30º 00' S (TRAMANDAÍ), DEFININDO CRITÉRIOS.
LAGOSTA	PORTARIA	9	06/11/1978	DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DA LAGOSTA VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E DA LAGOSTA CABO-VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA) E PROÍBE A CAPTURA DE FÊMEAS OVADAS, ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE UM PERÍODO DE DEFESO PARA AS ESPÉCIES. ALTERA PORTARIA SUDEPE N° 01/1978. REVOGADA PELA PORTARIASUDEPE N° 15/1978.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	20	31/10/1978	ALTERA O PERÍODO DE DEFESO DA SARDINHA-VERDADEIRA, DEFINIDO NA P SUDEPE Nº 15/1977, PARA 15/DEZ A 23/JAN, IMPOSSIBILITANDO ALTERAÇÕES ATÉ 1979.
LAGOSTA	PORTARIA	15	24/08/1978	REGULAMENTA A PESCA DAS LAGOSTAS VERMELHA E CABO-VERDE (PANULIRIUS ARGUS E P. LAEVICAUDA), DEFININDO TAMANHO MÍNIMO, PERÍODO DE DEFESO, PETRECHO E ÁREAS DE EXCLUSÃO A PESCA EM PE, CE E RN, SENDO AMPLIADA POSTERIORMENTE PELA P SUDEPE Nº 20/1979 QUE INCLUIU OS ESTADOS DA BA E ES.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	11	27/07/1978	PRORROGA ATÉ 31/DEZ/79 A VIGÊNCIA DA P SUDEPE Nº 20/1976 E DA P SUDEPE Nº 08/1978 QUE REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO SIMPLES DE POPA, NA BAÍA DE SEPETIBA, RJ.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	8	27/06/1978	PRORROGA ATÉ 31/DEZ/78 A VIGÊNCIA DA PORTARIA SUDEPE Nº 20/1976, QUE REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO SIMPLES DE POPA, NA BAÍA DE SEPETIBA, RJ
PIRAMUTABA E BAGRES	PORTARIA	5	05/06/1978	ALTERA A PORTARIA SUDEPE Nº 04/1978, DEFININDO O SEGUINTE PREÂMBULO: "DISCIPLINA A PESCA DA PIRAMUTABA E OUTROS BAGRES DA ORDEM SILURIFORME NA ZONA ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ" ENTRE OUTROS.
PIRAMUTABA	PORTARIA	4	24/05/1978	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO NA REGIÃO ESTUARINA DOS RIOS AMAZONAS E PARÁ, ÁREA QUE VAI ATÉ OS LIMITES DEFINIDOS PELA LAT 00º 05' N E LONG 48º 00' W; LIMITA O ESFORÇO DE PESCA EM QUANTIDADE DE BARCOS E REVOGA PERMISSÕES ESPECIAIS CONCEDIDAS A FROTA DE ARRASTO DIRECIONADA A PESCA DA PIRAMUTABA (BRACHYPLASTYSTOMA VAILLANTII) E BAGRES.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	3	08/05/1978	LIMITA A FROTA DE ARRASTO DIRECIONADA À PESCA DO CAMARÃO ROSA (PENAEUS BRASIIIENSIS, P. SUBTILLIS, P. NOTÍALIS, P. DUORARUM, P. AZTECUS), NA REGIÃO NORTE À 250 EMBARCAÇÕES, E À 60 EM OUTRA ÁREA ESPECÍFICA, POSSIBILITANDO AINDA O ARRENDAMENTO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS.
BAGRES MARINHOS	PORTARIA	2	15/03/1978	DEFINE O PERÍODO DE DEFESO E TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DOS BAGRES MARINHOS (GENIDENS GENIDENS, TRACHYSURUS BARBUS, T. UPSALANORUM E T. AGASSI) NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL.
LAGOSTA	PORTARIA	1	16/02/1978	DEFINE O TAMAMNHO MÍNIMO DA LAGOSTA VERMELHA (PANULIRUS ARGUS) E DA LAGOSTA CABO-VERDE (PANULIRUS LAEVICAUDA) E PROÍBE A CAPTURA DE FÊMEAS OVADAS
PIRACEMA	PORTARIA	21	12/12/1977	DETERMINA QUE AS PARADAS DE PESCA DURANTE OS PERÍODOS DE PIRACEMA SERÃO EDITADOS PELOS COORDAENADORES REGIONAIS DA SUDEPE, PARA ATENDER A PORTARIA SUDEPE N° 466/1972.
PERMISSIONAMENTO DE EMBARCAÇÕES	PORTARIA	20	09/11/1977	REGULAMENTA O PROCESSO DE PERMISSIONAMENTO ÀS EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR MODALIDADE, ÁREA DE CAPTURA, ESPÉCIE E INSCRIÇÃO NO RGP.
SARDINHA	PORTARIA	15	26/08/1977	LIMITA O ESFORÇO DE PESCA SOBRE A SARDINHA À FROTA DE TRAINERIAS ATUANTE, DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE 17 CM COM 15% DE TOLERÂNCIA, ESTIPULA DEFESO DE DESOVA INCIALMENTE EM 40 DIAS, AUMENTANDO PARA 60 DIAS NOS ANOS SEQUENTES A PARTIR DE 23 DE DEZEMBRO.
PICARÉ (ARRASTO DE PRAIA)	PORTARIA	13	21/07/1977	REGULAMENTA A PESCA DE PICARÉ (ARRASTO DE PRAIA) NO ESTADO DE SÃO PAULO
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	12	12/07/1977	PROÍBE A PESCA DE ARRASTO DE FUNDO PELOS SISTEMAS DE PORTA E PARELHA, POR EMBARCAÇÕES MAIORES QUE 4 AB, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE OS PARALELOS 16º00' S E 18º30' S, ATÉ A DISTÂNCIA DE TRÊS (3) MILHAS DA COSTA.

PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	7	25/04/1977	PROÍBE A PESCA EM TODA A EXTENSÃO DA ORLA MARÍTIMA PRÓXIMA À BASE DE PESQUISA DO INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, EM CANANÉIA/SP, ATÉ A DISTÂNCIA DE 30 METROS DA COSTA, A CONTAR DA LINHA DE BAIXA-MAR.
MANJUBA	PORTARIA	5	13/04/1977	PROÍBE A PESCA DE PÓS-LARVAS DE MANJUBA, ANCHOVIELLA SP, UTILIZANDO REDE DE FILÓ, OU QUALQUER OUTRO APARELHO DE PESCA, NO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	20	17/11/1976	PERMITE E REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO SIMPLES DE POPA, PELO PERÍODO DE 01 ANO, NO INTERIOR DA BAÍA DE SEPETIBA, RJ, VIABILIZANDO O EMBARQUE TÉCNICO E PREENCHIMENTO DO MB.
LAGOSTA	PORTARIA	16	13/09/1976	ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 21 DA P SUDEPE Nº 681/1967, PROIBINDO A CONDUÇÃO OU TRANSPORTE A BORDO DE REDES DE ARRASTO OU EQUIPAMENTOS DE MERGULHO (AQUALUNGUE) PELOS BARCOS QUE PESCAM LAGOSTA.
ÁREA DE EXCLUSÃO	PORTARIA	13	31/08/1976	DEFINE COMO ÁREA DE EXCLUSÃO A PESCA, A EXTENSÃO DA ORLA MARÍTIMA FRONTEIRA À ESCOLA DE PESCA TAMANDARÉ ATÉ A DISTÂNCIA DE UMA MILHA DE COSTA, NO MUNICÍPIO DE RIO FORMOSO, PE .
SARDINHA	PORTARIA	12	29/08/1976	PERMITE, DURANTE 60 DIAS A PESCA DE SARDINHA COM ATÉ 50% DOS INDIVÍDUOS COM COMPRIMENTO INFERIOR À 17 CM, E DEFINE DEFESO DE DESOVA ENTRE 01 DE DEZEMBRO E 31 DE JANEIRO.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	8	07/07/1976	REGULAMENTA A PESCA DO CAMARÃO ROSA, COM REDE DE SACO E ATRAÇÃO LUMINOSA, PROIBINDO A PESCA NOS CANAIS DE NAVEGAÇÃO, NAS LAGOAS DE SANTO ANTÔNIO, MIRIM E IMARUÍ EM SANTA CATARINA.
TAINHA	PORTARIA	9	07/07/1976	PROÍBE A PESCA DE CERCO A MENOS DE 300 M DOS COSTÕES E 1.000 M DAS PRAIAS, DURANTE A SAFRA DA TAINHA, BEM COMO REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO DE PRAIA EM SANTA CATARINA.
LAGOSTA	PORTARIA	4	11/03/1976	DEFINE ÁREA DE EXCLUSÃO À PESCA DA LAGOSTA.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	2	26/02/1976	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO COM PORTAS NA BAÍA NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	344	31/07/1975	PROÍBE A PESCA COM REDE DE ARRASTO NAS BAÍAS E LAGOAS COSTEIRAS EM SC.
PESCA DE CERCADA	PORTARIA	286	10/06/1975	REGULAMENTA A EXPLORAÇÃO DE CERCADA, PROIBINDO O USO SEM REGISTRO NA SUDEPE BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CERCADAS DE QUAISQUER TIPO AO LONGO DA COSTA BAIANA.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	456	18/09/1974	REGULAMENTA A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA A PESCA DO CAMARÃO ROSA NO SUDESTE E SUL.
LAGOSTA	PORTARIA	395	13/08/1974	REGULAMENTA E DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DA MALHA DOS COVOS PARA A PESCA DA LAGOSTA.
COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO DESEMBARCADO	PORTARIA	163	01/04/1974	DETERMINA QUE A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTOS, SEJA REALIZADA NO ENTREPOSTO FEDERAL DE PESCA.
OSTRA	PORTARIA	162	01/04/1974	INTERDITA A PESCA NA REGIÃO LAGUNAR DE CANANÉIA E DEFINE TAMAMNHO MÍNIMO PARA EXTRAÇÃO DE OSTRAS.
CAMARÃO	PORTARIA	81	11/02/1974	ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO DE CAMARÕES PARA A PESCA DE CAMARÃO NA REGIÃO LAGUNAR DE CANANÉIA.
REDES DE ARRASTO E DE CACEIO CE	PORTARIA	617	21/12/1973	PERMITE E REGULAMENTA O USO DE REDES DE ARRASTO E DE CACEIO, ESPERA OU CORRICO, NO ESTADO DO PARANÁ.
SARDINHA-VERDADEIRA	PORTARIA	615	21/12/1973	REGULAMENTA O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DA SARCINHA-VERDADEIRA (SARDINELLA BRASILEIENSIS) PERMITINDO 15% DE TOLERÂNCIA.
CAMARÃO	PORTARIA	602	13/12/1973	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO DE CAMARÃO POR CANOAS E BOTES, NA BAÍA DE GUANABARA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	589	06/12/1973	PROÍBE ARRASTO DE PORTAS NA BAÍA DA BABITONGA E LAGOA DO SAGUASSU, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
NORMAS PARA EXERCÍCIO DA PESCA	PORTARIA	310	23/07/1973	ESTABELECE NORMAS SOBRE A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS E REGISTROS PARA O EXERCÍCIO DA PESCA E ATIVIDADES CORRELATAS.
REDE TRESMALHO OU DE ESPERA	PORTARIA	349	08/06/1973	PROÍBE O USO DE REDE TRESMALHO OU DE ESPERA, COMPREENDENDO AS PRAIAS DA PARINHA E DOS ANJOS E COSTÕES ADJACENTES E ILHA DE CABO FRIO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
CAMARÃO	PORTARIA	185	27/04/1973	PROÍBE A PESCA DE CAMARÃO COM REDES DE ARRASTO E REGULAMENTA O USO DE PICARÉ E TARRAFA NA REGIÃO LAGUNAR DE CANANÉIA, COMPREENDENDO AS ÁREAS DO MAR PEQUENO OU MAR DE IGUAPE, MAS DE CANANÉIA OU MAR DE FORA, MAR DE CUBATÃO OU MAR DE DENTRO, MAR DE ITAPITANGA, BAÍA DE TRAPANDÉ, BARRA DE CANANÉIA E MAR DE ARARAPIRA, NOS ESTADOS DO PARANÁ E SÃO PAULO.
ALBACORA-DE-LAJE	PORTARIA	87	23/02/1973	ESTABELECE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DE ALBACORA-DE-LAJE, ATUM DE NADADEIRAS AMARELAS, ALBACORA, RABIL OU YELLOWFIN TUNA, (THUNNUS ALBACORES), COM 15% DE TOLERÊNCIA.

CAMARÃO	PORTARIA	1	02/01/1973	REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO NA REGIÃO SUL DA LAGOA DOS PATOS, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; PROÍBE QUALQUER TIPO DE ARRASTO E, DEFINE O TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA; PETRECHO (REDE DE SACO E COCA); PERÍODO DE PESCA; ESFORÇO; ZONAS DE DESEMBARQUE E COMÉRCIO.
APETRECHOS EM PESCA ÁGUAS INTERIORES	PORTARIA	466	08/11/1972	REGULAMENTA PETECHOS PARA A PESCA EM ÁGUAS INTERIORES, INCLUSIVE DURANTE A PIRACEMA, E DIFINE COMO ÁREA DE EXCLUSÃO À PESCA A REGIÃO A MENOS DE 200M, A JUSANTE E A MONTANTE DAS BARRAGENS, CACHOEIRAS, CORREDEIRAS E ESCADAS DE PEIXE.
BOMBAS DE SUCÇÃO	PORTARIA	464	08/11/1972	OBRIGA A COLOCAÇÃO DE TELAS EM BOMBAS DE SUCÇÃO USADAS PARA ABASTECIMENTOS E IRRIGAÇÕES EM ÁGUAS INTERIORES (LAGOAS, RIOS, ARROIOS, SANGAS, BARRAGENS, AÇUDES E REPRESAS), PARA PROTEÇÃO DA FAUNA AQUÁTICA, ESPECIALMENTE OS ALEVINOS.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	474	08/11/1972	REVOGA A PORTARIA SUDEPE N° 250/1971, QUE DEFINE O TAMANHO MÍNIMO, DEFESO E PETRECHO PARA A CAPTURA DO CARACNGUEJO-UÇÁ, NO RIO COREAÚ, CE
PESCA AMADORA	PORTARIA	460	08/11/1972	REGULAMENTA A PESCA AMADORA (PETRECHOS, LOCAIS E PERÍODOS DE PESCA)
REDE DE ESPERA	PORTARIA	467	11/08/1972	PROÍBE A PESCA COM REDE DE ESPERA NOS RIOS URUGUAI, CAÍ, TAQUARI, DOS SINOS, GRAVATAÍ E SEUS AFLUENTES, ALÉM DE QUALQUER MODALIDADE DE PESCA A MENOS DE 200 M A JUZANTE E MONTANTE DE BARRAGENS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARÃO VERDADEIRO E CAMARÃO-SETE-BRABAS	PORTARIA	300	08/08/1972	REGULAMENTA MALHAS DAS REDES DE ARRASTO UTILIZADAS PARA PESCAR CAMARÃO VERDADEIRO (PENAEUS SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI).
CAMARÃO VERDADEIRO E CAMARÃO-SETE-BRABAS	PORTARIA	300	08/08/1972	REGULAMENTA MALHAS DAS REDES DE ARRASTO UTILIZADAS PARA PESCAR CAMARÃO VERDADEIRO (PENAEUS SCHMITTI) E SETE BARBAS (XIPHOPENAEUS KROYERI).
LAMBARI	PORTARIA	299	08/08/1972	REGULAMENTA A PESCA DO LAMBARI (ASTYANAX BIMACULATUS) EM REPRESAS.
MANJUBA	PORTARIA	298	08/08/1972	REGULAMENTA O USO DE REDES DE CACEIO, ESPERA OU CORRICO, ALÉM DAS REDES DE ARRASTO, PARA A PESCA DA MANJUBA (ANCHOVIELLA HUBBSI).
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	215	30/05/1972	PROÍBE O ARRASTO DE PORTAS E PARELHAS, PARA BARCOS MAIORES QUE 5 AB, A MENOS DE 01 MILHA DA COSTA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
LAGOSTA	PORTARIA	753	09/12/1971	PROIBIR A PESCA DA LAGOSTA COM A UTILIZAÇÃO DO APARELHO "CAÇOEIRA", OU QUALQUER OUTRO TIPO DE REDE DE EMALHAR.
CARANGUEJO-UÇÁ	PORTARIA	250	07/05/1971	REGULAMENTA A CAPTURA DO CARANGUEJO-UÇÁ (TAMANHO MÍNIMO, DEFESO E PETRECHO) NA ÁREA BANHADA PELO RIO COREAÚ, ESTADO DO CEARÁ
PESCA COM CERCADAS FIXAS	PORTARIA	741	23/12/1970	REGULAMENTA O PETRECHO UTILIZADO PELAS PESCA COM CERCADAS FIXAS.
MATERIAL DE PESCA	PORTARIA	734	16/12/1970	FIXA O SERVIÇO ESPECIAL DE REVENDA DE MATERIAL DE PESCA - SERMAP PARA ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DOS PESCADORES PROFISSIONAIS, ARMADORES DE PESCA E INDÚSTRIAS DE PESCADO NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS.
BOMBAS DE SUCÇÃO	PORTARIA	656	17/11/1970	DETERMINA E REGULAMENTA A COLOCAÇÃO DE TELAS, PARA PROTEÇÃO DA FAUNA AQUÁTICA, EM BOMBAS DE SUCÇÃO USADAS PARA ABASTECIMENTOS E IRRIGAÇÕES EM ÁGUAS INTERIORES (LAGOAS, RIOS, ARROIOS, SANGAS, BARRAGENS, AÇUDES E REPRESAS).
EMALHE	PORTARIA	661	17/11/1970	PROÍBE, ENTRE NOVEMBRO DE DEZEMBRO, A PESCA COM REDE DE ESPERA (EMALHE) E DEFINE ÁREAS DE EXCLUSÃO JUNTO ÀS BARRAGENS EM RIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
CAMARÃO-SETE-BARBAS	PORTARIA	572	25/09/1970	REGULAMENTA O USO DE PETRECHO (REDE DE ARRASTO) PARA A PESCA DO CAMARÃO SETE BARBAS NO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	575	25/09/1970	REGULAMENTA A PESCA DE ARRASTO COM PORTAS, POR CANOAS E BOTES NAS BAÍAS DO ESTADO DO PARANÁ.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	571	25/09/1970	PROÍBE O ARRASTO DE PORTAS E PARELHAS, PARA BARCOS MAIORES QUE 5 AB, A MENOS DE 03 MILHAS DA COSTA E QUALQUER TIPO DE ARRASTO A MENOS DE 01 MILHA DA COSTA, NO ESTADO DO PARANÁ.
CAMARÃO	PORTARIA	526	03/09/1970	REGULAMENTA A PESCA DE CAMARÃO, PELA MODALIDADE DE ARRASTO COM PORTAS NA BAÍA DE GUANABARA.
CAMARÃO ROSA, VERDADEIRO E SANTANA	PORTARIA	520	31/08/1970	ESTABELECE TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA DOS CAMARÕES ROSA, VERDADEIRO E SANTANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	511	21/08/1970	PROÍBE A PESCA A UMA DISTÂNCIA DE 1.500M DA PRAIA, NA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE O "CAIS DO VALÃO ATÉ CALEIRA", EM SÃO PEDRO D'ALDEIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
CAMARÃO	PORTARIA	508	20/08/1970	DEFINE TAMANHO DE MALHA PARA A PESCA DO CAMARÃO NA BAÍA DE SEPETIBA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA NO LAGO JAVARI	PORTARIA	467	06/08/1970	REGULAMENTA A PESCA NO LAGO DE JAVARI, NO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA.
TAMANHO MÍNIMO DE CAPTURA	PORTARIA	468	08/06/1970	DEFINE TAMANHO MÍNIMO DE VÁRIOS PEIXES MARINHOS NO RIO GRANDE DO SUL.

DEFESO	PORTARIA	265	06/05/1970	PROÍBE ARRASTO, REGULAMENTA E DEFINE DEFESO PARA A PESCA DO CAMARÃO, DO CARAPICU (EUCINOSTOMUS SP), DA TAINHA, NAS LAGOAS LITORÂNEAS DO RIO DE JANEIRO.
CAMARÃO-ROSA	PORTARIA	135	26/02/1970	DEFINE TAMANHO DE MALHA DA TARRAFA, PARA A CAPTURA DE CAMARÃO-ROSA, NAS LAGOAS LITORÂNEAS DE SANTA CATARINA.
PESCA DE ANDAINAS	PORTARIA	408	05/11/1969	REGULAMENTA A PESCA DE "ANDAINAS", NA LAGOA DOS PATOS ATÉ A BARRA DE RIO GRANDE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	407	05/11/1969	PROÍBE ARRASTO DE PORTAS E PARELHAS, POR BARCOS MAIORES QUE 5 AB, A MENOS DE 03 MILHAS DA COSTA; E PROÍBE ARRASTO POR QUALQUER EMBARCAÇÃO A MENOS DE 01 MILHA DA COSTA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
REDE DE ESPERA, TARRAFA E CANIÇO	PORTARIA	346	18/09/1969	REGULAMENTA A PESCA COM REDE DE ESPERA, TARRAFA E CANIÇO NA LAGOA DO PERI, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	330	03/09/1969	PROÍBE O ARRASTO DE PORTAS E PARELHAS, PARA BARCOS MAIORES QUE 5 AB, EM PROFUNDIDADE INFERIOR A 15M, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	331	03/09/1969	REGULAMETA O EMPREGO DE ARRASTO DE PORTAS OU MESMO PELO SISTEMA DE PARELHAS, EM ÁREAS COSTEIRAS, DO ESTADO DE SÃO PAULO.
CAMARÃO-SETE-BARBAS	PORTARIA	307	22/08/1969	REGULAMENTA O USO DAS REDES DE ARRASTO DE PORTAS UTILIZADAS PARA A CAPTURA DO CAMARÃO SETE BARBAS, NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
DEFESO	PORTARIA	305	22/08/1969	ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO DO BAGRE DE QUALQUER ESPÉCIE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	306	22/08/1969	PROÍBE O ARRASTO DE PORTAS E PARELHAS, PARA BARCOS MAIORES QUE 5 AB, EM PROFUNDIDADE INFERIOR A 15M, NO ESTADO DE SANTA CATARINA
PESCA DO SURURU	PORTARIA	274	16/07/1969	SUSPENSÃO DE NORMA QUE PRIOIBIA USO DE ARTES DE PESCA FIXAS OU FLUTUANTES E REGULAMENTAÇÃO DE PESCA DO SURURU
LAGOSTA	PORTARIA	256	27/06/1969	ALTERA A MALHA DOS COVOS PARA CAPTURA DE LAGOSTA, DEFINIDA NA PORTARIA SUDEPE Nº 681/1967.
SIRI	PORTARIA	254	27/06/1969	REGULAMENTA A PESCA DO SIRI (CALINECTUS DANAE).
DEFINIÇÃO ÁREAS DE PESCA	PORTARIA	198	16/05/1969	DEFINE ÁREAS DE RESERVA AS LAGOAS E RESPECTIVAS MARGENS DA BAIXADA DE JACAREPAGUÁ-GUANABARA, E PROÍBE A PESCA DE CRUSTÁCEOS EM ALGUNS CANAIS, NO RIO DE JANEIRO/RJ.
TAINHA	PORTARIA	406	11/05/1969	REGULAMENTA A PESCA DA TAINHA E DA CORVINA, PELO SISTEMA DE UM LANCE POR PARELHA, NOS MUNICÍPIOS DE SÃO JOSÉ DO NORTE E RIO GRANDE, NO CANAL DO RIO GRANDE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PROIBIÇÃO DE PESCA	PORTARIA	138	03/12/1968	PROÍBE O USO DE QUALQUER TIPO DE REDE EM TODOS OS AFLUENTES DA LAGOA-MIRIM, DOS RIOS JAGUARÃO E SÃO GONÇALO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO	PORTARIA	513	30/08/1968	DETERMINA QUE A COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO DESCARREGADO EM CANANÉA, ESTADO DE SÃO PAULO, SEJA REALIZADA ATRAVÉS DO ENTREPOSTO FEDERAL DA PESCA.
CAMARÃO VERDADEIRO	PORTARIA	121	07/03/1968	REGULAMENTA A PESCA NA BAÍA DE SEPETIBA POR 2 ANOS; DEFINE TAMANHO DE MALHA; E PROÍBE A PESCA DE ARRASTO, CERCO, ENTRE OUTROS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
DEFESO BAGRE	PORTARIA	66	05/02/1968	ESTABELECE PERÍODO DE DEFESO DO BAGRE, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
PESCA DE ARRASTO	PORTARIA	39	19/01/1968	PROÍBE O USO DE REDES DE ARRASTO EM TODA A ÁREA DE COMPLEXO DA LAGOA MIRIM, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL..
PICARÉ	PORTARIA	23	11/01/1968	PROÍBE O USO DE PICARÉ EM PRAIAS FREQUENTADAS POR BANHISTAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
PESCA EM ZONAS DE RIOS, LAGOS, CORREDEIRAS; SURURU	PORTARIA	681	28/12/1967	REGULAMENTA A PESCA EM ZONAS DE CONFLUÊNCIAS DE RIOS, LAGOS E CORREDEIRAS; A PESCA DO SURURU (MYTELLA FALCATA); PROÍBE A MOLESTIA DE CETÁCEOS E A PESCA DA BALEIA AZUL (EALEANOPTERA MUSCULUS LINNÉ); DEFINE TAMANHO DE MALHA E ARRASTO DE PRAIA.
OPERAÇÃO DE PESCA	PORTARIA	90	04/07/1967	PROÍBE A OPERAÇÃO DE PESCA POR BARCOS ESTRANGEIROS, EXCETO AOS ARRENDADOS.
CONSUMO PESCADO	PORTARIA	323	08/04/1967	DESACONSELHA A IMPORTAÇÃO DE PESCADO NA QUALIDADE DE PEIXE FRESCO, SALGADO OU CONGELADO PARA CONSUMO HUMANO.
LAGOSTA	PORTARIA	14	24/01/1967	PROÍBE A CAPTURA DE LAGOSTAS EM PARACURÚ, NO ESTADO DO CEARÁ.
CONFEDERAÇÃO PESCADORES	PORTARIA	478	07/01/1950	CONFEDERAÇÃO GERAL DOS PESCADORES DO BRASIL - CGPB.
CONFEDERAÇÃO PESCADORES	PORTARIA	478	07/01/1950	CONFEDERAÇÃO GERAL DOS PESCADORES DO BRASIL - CGPB.
DEFESO	PORTARIA	26	2002	PROIBIR NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 18 DE FEVEREIRO A 05 DE MARÇO DE 2002, O EXERCÍCIO DA PESCA DAS ESPÉCIES CONHECIDAS VULGARMENTE POR CURIMATÃ, PIAU, CANGATI E SARDINHA NOS SEGUINTES CORPOS D'AGUA: LAGOA DO APODI, MUNICÍPIO DE APODI-RN, LAGOA DE APANHA PEIXE, MUNICÍPIO DE CARUBAS-RN, BARRAGEM DE SANTA CRUZ, MUNICÍPIO DE APODI-RN, BARRAGEM DE PAU DOS FERROS, MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS-RN, E BARRAGEM DE UMARÍ, MUNICÍPIO DE UPANEMA-RN

PIRACEMA	PORTARIA	1	1999	FIXAR O PERIODO DE DEFESO DA PIRACEMA DE 10 ABRIL A 10 JULHO DE 1999, NA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO BRANCO, NO ESTADO DE RORAIMA
ESPINHEL HORIZONTAL (FUNDO)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	59	11/09/2019	DEFINE REGRAS PARA O USO SUSTENTÁVEL E RECUPERAÇÃO DOS ESTOQUES DAS ESPÉCIES MYCTEROPERCA INTERSTITIALIS, CONHECIDO COMO BADEJO-AMARELO; MYCTEROPERCA BONACI, CONHECIDO COMO SIRIGADO; EPINEPHELUS MORIO, CONHECIDO COMO GAROUPA-DE-SÃO-TOMÉ E LUTJANUS CYANOPTERUS, CONHECIDO COMO CARANHA
BONITO LISTRADO - CERCO	PORTARIA INTERMINISTERIAL	59	09/11/2018	DEFINE AS MEDIDAS, OS CRITÉRIOS E OS PADRÕES PARA A PESCA DE CARDUME ASSOCIADO E PARA OUTROS ASPECTOS DA PESCA DE ATUNS E AFINS NO MAR TERRITORIAL, NA ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA E NAS ÁGUAS INTERNACIONAIS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA BRASILEIRAS.
ESPINHEL HORIZONTAL (FUNDO)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	41	27/07/2018	REGULAMENTA A PESCA DA GAROUPA-VERDADEIRA (EPINEPHELUS MARGINATUS)NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS
GESTÃO COMPARTILHADA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	5	09/01/2015	ART. 1º REGULAMENTAR O SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DE QUE TRATA O DECRETO Nº 6.981, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009.
EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO	PORTARIA INTERMINISTERIAL	3	07/12/2013	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A PESCA DE EMALHE COSTEIRO DIVERSIFICADO DA ANCHOVA (POMATOMUS SALTATRIX), CORVINA (MICROPOGONIAS FURNIERI), PESCADA (CYNOSCION GUATUCUPA), CASTANHA (UMBRINA CANOSAI) E ABRÓTEA (UROPHYCIS BRASILIENSIS) PRATICADA NO LITORAL DAS REGIÕES SUDESTE E SUL
GESTÃO COMPARTILHADA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	2	13/11/2009	REGULAMENTAR O SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DE QUE TRATA O DECRETO N° 6.981, DE 13 DE OUTUBRO DE 2009.
GLOSSÁRIO TAINHA	RETIFICAÇÃO	151	29/05/2020	NA PORTARIA Nº 151, DE 29 DE MAIO DE 2020, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 01/06/2020, EDIÇÃO 103, SEÇÃO 1, PÁGINA 9, O ANEXO I PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:GLOSSÁRIO DE TERMOS E ENTENDIMENTOS COM FOCO NAS SAFRAS DA TAINHA
EDITAL DE SELEÇÃO CARDUME ASSOCIADO	RETIFICAÇÃO	5.918	23/12/2019	ONDE SE LÊ: "I - 38 (SESSENTA E SETE) EMBARCAÇÕES, PARA O MAR TERRITORIAL, A ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) E ÁGUAS INTERNACIONAIS ADJACENTES DO NORTE/NORDESTE (N/NE); II - 23 (TRINTA E UM) EMBARCAÇÕES, PARA O MAR TERRITORIAL, A ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) E ÁGUAS INTERNACIONAIS ADJACENTES DO SUDESTE/SUL (SE/S)." LEIA-SE: "I - 38 (TRINTA E OITO) EMBARCAÇÕES, PARA O MAR TERRITORIAL, A ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) E ÁGUAS INTERNACIONAIS ADJACENTES DO NORTE/NORDESTE (N/NE); II - 23 (VINTE E TRÊS) EMBARCAÇÕES, PARA O MAR TERRITORIAL, A ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE) E ÁGUAS INTERNACIONAIS ADJACENTES DO SUDESTE/SUL (SE/S)." SERÁ PUBLICADO PELA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM ATÉ 10 (DEZ) DIAS, APÓS O PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 6º DESTA PORTARIA."

ANEXO IV
SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
PREVISÃO DE SAFRA DE CACAU EM AMÊNDOAS NO BRASIL (PSC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	28/03/2014	INSTITUI AS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PREVISÃO DE SAFRA DE CACAU EM AMÊNDOAS NO BRASIL (PSC) NO ÂMBITO DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS.
CAVALOS DE CORRIDA	PORTARIA	5	13/01/1993	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS EM ANEXO, PARA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUÍDEOS, PARA REPRODUÇÃO, COMPETIÇÕES DE HIPISMO E PROVAS FUNCIONAIS E REVOGA AS PORTARIAS CCCCN: N. 12, DE 21 DE JULHO DE 1987, N. 1, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1988, E N. 16, DE 26 DE MAIO DE 1989 E DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRÁRIAS.
IRRIGAÇÃO	PORTARIA	6	21/02/1991	INSTITUIR A UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS (UGEPRO), E APROVAR SUAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO
CAVALOS DE CORRIDA	PORTARIA	12	18/06/1990	APROVAR "AD REFERENDUM" DO PLENÁRIO DESTA COMISSÃO, AS SEGUINTES ALTERAÇÕES, NO CÓDIGO NACIONAL DE CORRIDAS, A SEREM OBSERVADAS PELAS ENTIDADES TURFÍSTICAS, PORTADORAS DE CARTA-PATENTE, AS QUAIS TERÃO VIGÊNCIA A PARTIR DA RESPECTIVA PUBLICAÇÃO NO DOU.
CÓDIGO NACIONAL DE CORRIDA	PORTARIA	18	14/06/1989	APROVAR O CÓDIGO NACIONAL DE CORRIDAS
COMISSÃO COORDENADORA DA CRIAÇÃO DO CAVALO NACIONAL	PORTARIA	16	26/05/1989	ALTERAR A PORTARIA N. 12M DE JULHO DE 1987, MODIFICADA PELA LEI N. 1, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1998.
IMPORTAÇÃO DE EQÜIDEOS	PORTARIA	5	01/04/1987	FIXA COTAS PARA IMPORTAÇÃO A SEREM OBSERVADAS PELAS ENTIDADES DE CRIADORES DE EQÜIDEOS

PROJETOS DE PROTEÇÃO AO SOLO E COMBATE A EROSÃO	PORTARIA	23	17/01/1985	DISCRIMINAR OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, PARA EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA DE PROJETOS DE PROTEÇÃO AO SOLO E COMBATE A EROSÃO
PRODUÇÃO INTEGRADA	PORTARIA	274	05/12/1983	NORMAS DE IDENTIDADE E QUALIDADE E EMBALAGEM DE PESSEGOS
CAVALOS DE CORRIDA	PORTARIA	256	18/07/1978	APROVAR NORMAS DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA DAS ENTIDADES TURFÍSTICAS, BAIXADAS PELA INSPETORIA GERAL DE FINANÇAS DESTE MINISTÉRIO, ATRAVÉS DA PORTARIA N. 5, DE 12 DE JULHO DE 1973.
CAVALOS DE CORRIDA	PORTARIA	5	29/09/1971	RESOLVE ALTERAR O REGIMENTO APROVADO PELO DECRETO N. 62.840, DE 7 DE JUNHO DE 1968, FIXAR NORMAS DE AMANSAMENTO DE EQUINOS E MUARES EM RODEIOS.
CAVALOS DE CORRIDA	PORTARIA	723	12/07/1954	EXPLORAÇÃO DE APOSTAS DO JOCKEY CLUBE DE TERRA BRANCA - SP
CAVALOS DE CORRIDA	PORTARIA	788	31/05/1954	EXPLORAÇÃO DE APOSTAS DO JOCKEY CLUBE DE SÃO VICENTE SP
COMPANHIA ELÉTRICA	PORTARIA	266	30/03/1948	INCLUSÃO DE CLÁUSULA DE COMBUSTÍVEL NA COMPANHIA ENERGIA ELÉTRICA DA BA
METEOROLOGIA	PORTARIA	190	06/03/1948	APROVAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CURSO AVULSO DE INSTRUMENTOS METEOROLÓGICOS
CAVALOS DE CORRIDA	PORTARIA	42	25/01/1945	CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO JOQUEI CLUBE DE GUARATINGUETÁ, NO ESTADO DE SÃO PAULO, PARA PROMOVER COMPETIÇÕES HÍPICAS COM VENDES DE POSTAS, NO HIPÓDROMO DE SUA PROPRIEDADE, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DA ALUDIDA INSTRUÇÃO.

ANEXO V
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	24/01/2020	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE IPOMOEA BATATAS (L.) LAM.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	23/01/2020	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE TRITICUM AESTIVUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	88	12/12/2019	ALTERA AUTOMATICAMENTE OS REGISTROS DE PRODUTOS FORMULADOS COM BASE EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA QUANDO A ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA É ATUALIZADA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	69	01/10/2019	ALTERA AS TABELAS DA INC 01/2014
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	10	26/09/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE STYLOSANTHES GUIANENSIS (AUBL.) SW., STYLOSANTHES CAPITATA VOGEL E STYLOSANTHES MACROCEPHALA M.B. FERREIRA & N.M. SOUSA COSTA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	12/09/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE OLEA EUROPAEA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	05/09/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ACACIA MEARNSII DE WILD.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	10/05/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ILEX PARAGUARIENSIS A. ST.-HIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	09/05/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HYLOCEREUS COSTARICENSIS BRITTON & ROSE, HYLOCEREUS UNDATUS (HAW.) BRITTON & ROSE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	09/05/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SELENICEREUS MEGALANTHUS (K. SCHUM. EX VAUPEL) MORAN E SELENICEREUS SETACEUS RIZZ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	08/05/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ERUCA SATIVA MILL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	30	29/04/2019	TERMINOLOGIA DOS PRODUTOS TÉCNICOS, INGREDIENTES ATIVOS, CONCENTRADOS TÉCNICOS/PRÉ-MISTURAS, FORMULAÇÕES E SOBRE CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE AGROTÓXICOS E AFINS,
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	23	03/04/2019	ESTABELECE PARÂMETROS PARA A ANÁLISE DE PLEITOS DE REGISTRO DE PRODUTOS TÉCNICOS, PRÉ-MISTURAS E FORMULADOS DE AGROTÓXICOS E AFINS POR TÉCNICOS EM REGIME DE TELETRABALHO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	27/02/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PRUNUS PERSICA (L.) BATSCH
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	20/02/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SACCHARUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	24/01/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CENCHRUS CILIARIS; C. PENNISETIFORMIS; C. SETIGERUS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	23/01/2019	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE DIGITARIA DECUMBENS; D. ERIANTHA; D. MILANJIANA; D. PENTZII; D. SMUTSII; D. SWAZILANDENSIS; D. VALIDA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	86	31/10/2018	ALTERA AS TABELAS DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	03/10/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PELARGONIUM GRANDIFLORUM (ANDREWS) WILLD., P. XDOMESTICUM L.H. BAILEY, P. CRISPUM (P.J. BERGIUS) L'HÉR. E P. CRISPUM X P. XDOMESTICUM
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	05/09/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CITRUS L. (LARANJAS)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	17/08/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE AGAVE (AGAVE AMERICANA, A. SCABRA, A. INAEQUIDENS, A. MAXIMILIANA, A. CUPREATA, A. ATROVIRENS, A. POTATORUM, A. TEQUILANA, A. ANGUSTIFOLIA, A. KARWINSKI, A. FOURCROYDES, A. MACROACANTHA, A. AKTITES, A. SALMIANA, A. MAPISAGA, A. WEBERI, A. SISALANA, A. DESMETIANA, A. VALENCIANA, A. VAZQUEZGARCIAE, A. ATTENUATA, A. PEDUNCULIFERA, A. GEMINIFLORA, A. SCHIDIGERA, A. FILIFERA, A. COLIMANA, A. LECHUGUILLA, A. VICTORIAE'REGINAE, A. IMPRESSA, A. ALBOMARGINATA, A. SCHOTTI, A. PARVIFLORA, A. TOUMEYANA, A. STRICTA, A. RZEDOWSKIANA, A. STRIATA, A. GUADALAJARANA E A. EDUARDII)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	54	29/06/2018	NO ATO Nº 45, DE 09 DE JUNHO DE 2017, PUBLICADO NA SEÇÃO 1 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EM 20 DE JUNHO DE 2017, SOBRE O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL UNIFICADO, NO ITEM 7, INCLUI NOVO GRUPO I - MODO DE AÇÃO INIBIDORES DA DHP -FAMÍLIA QUÍMICA CARBAMATOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	22/06/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ANANAS COMOSUS VAR. COMOSUS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	18/06/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PSIDIUM GUAJAVA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	01/06/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE LAGENARIA SICERARIA (MOLINA) STANDL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	30/05/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CICER ARIETINUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	12/03/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PRUNUS SALICINA LINDL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	05/03/2018	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MUSA ACUMINATA COLLA E MUSA X PARADISIACA L. (M. ACUMINATA COLLA X M. BALBISIANA COLLA)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	108	28/11/2017	PRODUTOS ESPALHANTES ADESIVOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	104	20/11/2017	PRODUTOS ADJUVANTES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	103	17/11/2017	NO ATO N° 45, DE 09 DE JUNHO DE 2017, PUBLICADO NA SEÇÃO1 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, EM 20 DE JUNHO DE 2017, SOBRE O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL UNIFICADO, NO ITEM 7, EXCLUIR A FAMILIA QUÍMICA ISOXAZOLIDINONAS DO MODO DE AÇÃO F3 - INIBIDORES DA BIOSSÍNTESE DE CAROTENOIDES (ALVO DESCONHECIDO).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	13/10/2017	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE COCOS NUCIFERA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	05/10/2017	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE BEGONIA BOLIVIENSIS A. DC., BEGONIA PENDULA RIDL, BEGONIA X SEMPREFLORENS-CULTORUM HORT, BEGONIA X TUBERHYBRIDA VOSS, BEGONIA BOLIVIENSIS A. DC. X BEGONIA PENDULA RIDL
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	86	02/10/2017	DE ACORDO COM O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, PUBLICADA NO DOU DE 06 DE OUTUBRO DE 2005, FICA ATUALIZADAS A TABELA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA N.° 42, DE 05 DE JULHO DE 2002, COM A INCLUSÃO DA SEGUINTE DOENÇA: ALVO BIOLÓGICO: COLLETOTRICHUM FALCATUM, NOME COMUM PODRIDÃO VERMELHA, EM CANA-DE-AÇÚCAR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	84	29/09/2017	O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 16 DE JUNHO DE 2014 PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES TABELAS:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	85	29/09/2017	ALTERA O ATO Nº 45/2017.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	47	28/09/2017	IMPORTAÇÃO POR FILIAIS DA EMPRESA REGISTRANTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	31/07/2017	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE BOUGAINVILLEA (COMM. EX JUSS.)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	07/07/2017	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PSIDIUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	49	22/06/2017	ATUALIZA ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 01/2013.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	45	09/06/2017	SIMBOLOGIA DO SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL UNIFICADO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	19/05/2017	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE VANDA JONES EX R. BR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	15	28/11/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE DIEFFENBACHIA SCHOTT.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	14	13/09/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE VITIS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	13	29/08/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CICHORIUM ENDIVIA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	12	17/08/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ACTINIDIA LINDL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	11	15/08/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HUMULUS LUPULUS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	10	27/07/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE TRIFOLIUM VESICULOSUM SAVI.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	26	27/05/2016	ATUALIZA AS TABELAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 05 DE JULHO DE 2002.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	23/05/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PASSIFLORA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	23/05/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PASSIFLORA EDULIS SIMS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	23/05/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE TOONA CILIATA M. ROEMER VAR. AUSTRALIS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	18/04/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PEPEROMIA RUIZ ET PAV.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	01/04/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ZOYSIA JAPONICA STEUD. E HÍBRIDOS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	29/03/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CAMPANULA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	08/03/2016	O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 16 DE JUNHO DE 2014 PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES TABELAS:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	22/01/2016	PRIORIDADES DE REGISTRO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	06/01/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE BACCHARIS TRIMERA (LESS.) D.C.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	06/01/2016	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ACHRYROCLINE SATUREOIDES (LAM.) D.C.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	04/12/2015	SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES ADICIONA ITEM ÀS INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE (DHE).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	18/11/2015	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SOLANUM MELONGENA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	04/11/2015	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PHALAENOPSIS BLUME
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	21/10/2015	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE XPETCHOA J. M. H. SHAW
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	23/09/2015	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CORIANDRUM SATIVUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	15/07/2015	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PHASEOLUS VULGARIS L. (FEIJÃO COMUM)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	06/07/2015	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SESAMUM INDICUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	03/07/2015	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CHLORIS GAYANA KUNTH.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	19/05/2015	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PINUS L. (11 SSP)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	16	02/03/2015	DE ACORDO COM O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27 DE 22/09/2005, PUBLICADA NO D.O.U. DE 06/10/2005, FICAM ATUALIZADAS AS TABELAS DA IN 42 DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO DOS SEGUINTES ALVOS BIOLÓGICOS NAS RESPECTIVAS CULTURAS:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	02/02/2015	DE ACORDO COM O ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 DE 17 DE MAIO DE 2005 E QUE CONSTA NO PROCESSO 21000.001587/2008-18 FICA REVISADO O REQUISITO FITOSSANITÁRIO ESTABELECIDO PELO ART. 3º INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08 DE 28 DE ABRIL DE 2009, FICANDO SUA REDAÇÃO ALTERADA PARA: "DECLARAÇÃO ADICIONAL DA2: O ENVIO FOI TRATADO COM (ESPECIFICAR: PRODUTO, DOSE OU CONCENTRAÇÃO, TEMPERATURA, TEMPO DE EXPOSIÇÃO), PARA O CONTROLE DOS INSETOS ALPHITOBIUS LAEVIGATUS, ANOPLOCNEMIS CURVIPES, CLAVIGRALLA TOMENTOSICOLLIS, HELOPELTIS SCHOUTEDENI, HOMOEOCERUS PALLENS, NECROBIA RUFIPES, PLANOCOCCOIDES NJALENSIS, PSEUDOTHERAPTUS

				DEVASTANS E RIPTORTUS DENTIPES, SOB SUPERVISÃO OFICIAL".
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	02/02/2015	DE ACORDO COM O ART. 1º INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59 DE 18 /12/2013 E ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 DE 17 DE MAIO DE 2005 FICA EXCLUÍDA A NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO ADICIONAL 5 OU DECLARAÇÃO ADICIONAL 15 PARA PARTIDAS DE BULBOS (CATEGORIA 4, CLASSE 2) REFERENTES A PRAGA LILY SYMPTOMLESS VIRUS - LSV, PROVENIENTES DO CHILE, ESTABELECIDOS CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 62 DE 30 DE AGOSTO DE 2004
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	10	22/01/2015	DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, E O PROCESSO 21000.006030/2014-11; ALTERA O NOME CIENTÍFICO DO ALVO BIOLÓGICO ERWINIA CAROTOVORA SUBSP. CAROTOVORA PARA PECTOBACTERIUM CAROTOVORUM SUBSP. CAROTOVORUM (PODRIDÃO-MOLE, CANELA-PRETA) NAS CULTURAS DE ABOBRINHA, ALCACHOFRA, ALFACE, ALMEIRÃO, BANANA, BATATA, BETERRABA, BRÓCOLIS, CEBOLA, CENOURA, CHICÓRIA, COUVE, COUVEFLOR, ESPINAFRE, FUMO, GIRASSOL, MARACUJÁ, MELÃO, MOSTARDA, NABO, ORQUÍDEAS, PEPINO, PIMENTA, PIMENTÃO, RABANETE, REPOLHO E TOMATE DAS TABELAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 42, DE 05 DE JULHO DE 2002.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	14/01/2015	DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, E O PROCESSO 21000.006849/2014-71; FICA INCLUÍDO O ALVO BIOLÓGICO TETRANYCHUS URTICAE (ÁCARO-RAJADO) PARA A CULTURA DO JILÓ NAS TABELAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.° 42, DE 05 DE JULHO DE 2002.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	19/09/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PETUNIA JUSS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	17/09/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PASPALUM REGNELLII MEZ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	04/09/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MALPIGHIA EMARGINATA DC.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	18/07/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CARICA PAPAYA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	26	16/05/2014	DE ACORDO COM O DECRETO N° 4.074, DE 04 DE JANEIRO DE 2002, A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N° 01, DE 15 DE ABRIL DE 2008 E A REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO PARA ASSESSORAMENTO DE AGROTÓXICOS DE 14 DE MAIO DE 2014, RETIFICA O ITEM 2 DO ATO CGAA N° 15, DE 14 DE MARÇO DE 2013,
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	17/04/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE BRASSICA NAPUS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	18	09/04/2014	DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, E O PROCESSO 21000.001292/2014-81; FICA INCLUÍDO O ALVO BIOLÓGICO GIBBERELLA ZEAE (PODRIDÃO-ROSADA-DA-PONTA-DA-ESPIGA OU PODRIDÃO-DE-GIBERELA - FORMA SEXUADA) PARA A CULTURA DO MILHO NAS TABELAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.° 42, DE 05 DE JULHO DE 2002.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	13/03/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MANDEVILLA SANDERI (HEMSL.) WOODSON, MANDEVILLA X AMABILIS (BACKH. & BACKH. F.) DRESS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	13/02/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE DAHLIA CAV
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	23/01/2014	AGENTES MICROBIOLÓGICOS DE CONTROLE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	20/01/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CYNODON TRANSVAALENSIS BURTT DAVY E SEUS HÍBRIDOS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	20/01/2014	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ZOYSIA JAPONICA STEUD
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	12	04/11/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HYDRANGEA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	11	31/10/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE BEGONIA X HIEMALIS FOTSCH.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	81	22/10/2013	DE ACORDO COM O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22/09/2005, PUBLICADA NO D.O.U. DE 06/10/2005, FICAM ATUALIZADAS AS TABELAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 05/07/2002, COM A INCLUSÃO DOS SEGUINTES ALVOS BIOLÓGICOS NAS RESPECTIVAS CULTURAS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	10	21/10/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE DENDROBIUM SW.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	69	11/09/2013	DE ACORDO COM O DECRETO N° 4.074, DE 04 DE JANEIRO DE 2002 E A REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO PARA ASSESSORAMENTO DE AGROTÓXICOS DE 04 DE SETEMBRO DE 2013, FICA ALTERADO O ATO Nº 15 DE 14 DE MARÇO DE 2013, NO SENTIDO DE PERMITIR OUTRAS FORMULAÇÕES PARA OS INGREDIENTES ATIVOS APROVADOS PARA USO EMERGENCIAL NO ITEM 9 DO REFERIDO ATO, NO CONTROLE DA HELICOVERPA ARMIGERA COMO: TRATAMENTO DE SEMENTES - TS; CONCENTRADO EMULSIONÁVEL - EC; E OUTRAS QUE POSSAM DEMONSTRAR EFICIÊNCIA E OPORTUNIDADE NO CONTROLE DA PRAGA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	70	11/09/2013	INCLUSÃO DE PT EM PF
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	11/07/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CELOSIA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	42	20/06/2013	O COORDENADOR-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, NO USO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O INCISO V, ART. 29, DO ANEXO DA PORTARIA N° 45 DE 22 DE MARÇO DE 2007, E O DISPOSTO NA LEI N° 7.802, 11 DE JULHO DE 1989, NO DECRETO N° 4.074, DE 04 DE JANEIRO DE 2002, RETIFICA O ATO Nº 15 DE 14 DE MARÇO DE 2013:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	15/05/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE EUCALYPTUS SPP
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	14/05/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PUNICA GRANATUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	06/05/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE THEOBROMA CACAO L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	12/04/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ONCIDIUM SW.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	12/04/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE XIONOCIDIUM HORT, XONCIDESA HORT, XZELENKOCIDIUM J.M.H. SHAW
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	20	05/04/2013	DE ACORDO COM O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22/09/2005, PUBLICADA NO D. O. U. DE 06/10/2005, FICAM ATUALIZADAS AS TABELAS DA IN 42 DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO DO SEGUINTE ALVO BIOLÓGICOS NA RESPECTIVA CULTURA:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	26/03/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE RUBUS IDAEUS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	18	25/03/2013	O ITEM 6 DO ATO Nº 15, DE 14 DE MARÇO DE 2013, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	19/03/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE RUBUS SUBG. EUBATUS SECT. MORIFERI ET URSINI
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	15	14/03/2013	1.CONSIDERANDO A EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA DECLARADA PELA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA PELA PORTARIA Nº 42, DE 5 DE MARÇO DE 2013; 2.CONSIDERANDO QUE OS ÓRGÃOS DE AGRICULTURA, SAÚDE E MEIO AMBIENTE DELIBERARAM EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ TÉCNICO PARA ASSESSORAMENTO PARA AGROTÓXICOS - CTA, CONFORME ART. 95 DO DECRETO 4.074/02 A PROPOSTA DE EXTENSÃO DE USO DE INGREDIENTES ATIVOS REGISTRADOS NO BRASIL PARA O CONTROLE DA PRAGA HELICOVERPA SP.; 3.FICA INCLUÍDA A PRAGA HELICOVERPA SP PARA AS CULTURAS DE SOJA E ALGODÃO CONFORME IN 42 DE JULHO DE 2002. 4.FICA AUTORIZADO, POR PERÍODO DE 24 MESES, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTE ATO, A PERMISSÃO DE USO EMERGENCIAL DE AGROTÓXICOS À BASE DE VÍRUS VPN-HZSNPV, BACILLUS THURINGIENSIS, CLORANTRANILIPROLE, CLORFENAPYR E INDOXACARBE DE ACORDO COM O ITEM 8 DESTE ATO; ...
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	03/01/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CARTHAMUS TINCTORIUS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	03/01/2013	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ANANAS MACRODONTES MORREN E SEUS HÍBRIDOS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	10	03/12/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ANDROPOGON GAYANYS KUNTH.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	11	03/12/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SETARIA SPHACELATA STAPF
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	14/11/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE GYPSOPHILA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	12/11/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE EUPHORBIA PULCHERRIMA WILLD. EX KLOTZSCH
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	29/10/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MALUS DOMESTICA BORKH
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	24/05/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE XDORITAENOPSIS HORT.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	10/04/2012	CERTIFICADO DE ANÁLISE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	22/03/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ×CITRONCIRUS J. W. INGRAM & H. E. MOORE;CITRUS × PONCIRUS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	19/03/2012	DE ACORDO COM O ART. 3º DA IN 27 DE 22/09/2005, PUBLICADA NO D.O.U. DE 06/10/2005, FICAM ATUALIZADAS AS TABELAS DA IN 42 DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO DOS SEGUINTES ALVOS BIOLÓGICOS NAS RESPECTIVAS CULTURAS:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	06/03/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CITRUS L. (TANGERINAS)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	27/02/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SOLANUM TUBEROSUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	15/02/2012	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE NEOREGELIA L.B. SM.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	09/12/2011	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE VICIA SATIVA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	09/12/2011	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE VICIA VILLOSA ROTH
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	58	30/11/2011	DE ACORDO COM O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, ATUALIZA AS TABELAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 05 DE JULHO DE 2002, COM A INCLUSÃO DE ALVOS BIOLÓGICOS NAS RESPECTIVAS CULTURAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	25/10/2011	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MANGIFERA INDICA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	47	28/09/2011	AUTORIZA IMPORTAÇÕES A SEREM REALIZADAS POR FILIAIS DA EMPRESA REGISTRANTE, MESMO QUE EM UNIDADE DA FEDERAÇÃO DIFERENTE DE SUA MATRIZ E/OU TITULAR DO REGISTRO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	23/09/2011	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE DIOSPYROS KAKI L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	19/09/2011	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CORYMBIA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	29/08/2011	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE FRAGARIA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	29	07/07/2011	AGENTES BIOLÓGICOS DE CONTROLE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	21/03/2011	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SPATHIPHYLLUM SCHOTT.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	15/02/2011	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE KALANCHOE ADANS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	31/12/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE POA PRATENSIS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	10	31/12/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PAULLINIA CUPANA KUNTH VAR. SORBILIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	11	31/12/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HEVEA AUBL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	15/12/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CURCUMA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	13/12/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ARACHIS HYPOGAEA L
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	13/12/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE FESTUCA ARUNDINACEA SCHREB
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	57	16/11/2010	DE ACORDO COM O ART. 3º DA IN 27, DE 22/09/2005, PUBLICADA NO DOU DE 06/10/2005 FICA ATUALIZADA A TABELA DA IN 42, DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO DO SEGUINTE ALVO BIOLÓGICO NA CULTURA DO CANA-DE-AÇÚCAR: CANA-DE-AÇÚCAR - DIGITARIA NUDA (CAPIM COLCHÃO);
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	10/11/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ARACHIS PINTOI KRAPOV. & W. C. GREG.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	45	04/10/2010	DE ACORDO COM O ART. 3º DA IN Nº 27 DE 22/09/2005, PUBLICADA NO DOU DE 06/10/2005 FICAM ATUALIZADAS AS TABELAS DA IN Nº 42 DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO

				DOS SEGUINTES ALVOS BIOLÓGICOS NA CULTURA DO CAFÉ, MAMONA, GIRASSOL E SOJA:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	43	20/09/2010	DE ACORDO COM O ART. 3º DA IN 27, DE 22/09/2005, PUBLICADA NO DOU DE 06/10/2005 FICA ATUALIZADA A TABELA DA IN 42, DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO DO SEGUINTE ALVO BIOLÓGICO NA CULTURA DO ARROZ, BEGÔNIA, FUMO, MILHO E PASTAGEM:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	20/08/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE VIGNA UNGUICULATA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	35	06/08/2010	DE ACORDO COM O ART. 3º DA IN 27, DE 22/09/2005, PUBLICADO NO DOU DE 06/10/2005, FICA ATUALIZADA A TABELA DA IN 42, DE 05/07/2002, COM A INCLUSÃO DOS SEGUINTES ALVOS BIOLÓGICOS NAS CULTURAS DE:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	02/08/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE VACCINIUM L. (7 SSP)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	30	08/07/2010	DE ACORDO COM O ART. 3º DA IN 27, DE 22/09/2005, PUBLICADA NO DOU DE 06/10/2005 FICA ATUALIZADA A TABELA DA IN 42, DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO DO SEGUINTE ALVO BIOLÓGICO NA CULTURA DO ALGODÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	19	26/05/2010	ATUALIZA AS TABELAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 05 DE JULHO DE 2002.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	16	06/05/2010	DE ACORDO COM O ART. 3º DA IN Nº 27, DE 22/09/2005, PUBLICADA NO DOU DE 06/10/2005 FICA ATUALIZADA A TABELA DA IN Nº 42, DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO DO SEGUINTE ALVO BIOLÓGICO NA CULTURA DA CANA DE AÇÚCAR: CANA DE AÇÚCAR - FERRUGEM ALARANJADA (PUCCINIA KUEHNII);
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	12/03/2010	SEMIOQUÍMICOS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	12/02/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CODIAEUM VARIEGATUM (L.) A. JUSS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	12/02/2010	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ELEUSINE CORACANA (L.) GAERTN.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	17/12/2009	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PERSEA AMERICANA MILL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	19/10/2009	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE GLYCINE MAX (L.) MERR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	46	11/09/2009	DE ACORDO COM O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, ATUALIZA AS TABELAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 05 DE JULHO DE 2002, COM A INCLUSÃO DE ALVOS BIOLÓGICOS NAS CULTURAS DE EUCALIPTO, MAMÃO, PINHÃO MANSO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	03/09/2009	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ALSTROEMERIA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	20/07/2009	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CHRYSANTHEMUM L., CHRYSANTHEMUM × MORIFOLIUM RAMAT.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	30/06/2009	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CITRULLUS LANATUS (THUNB.) MATSUM. & NAKAI
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	03/06/2009	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HELIANTHUS ANNUUS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	16/02/2009	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ROSA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	16/01/2009	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE STEVIA REBAUDIANA (BERTONI) BERTONI
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	13	14/11/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CUCUMIS MELO L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	12	12/11/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ACCA SELLOWIANA (BERG) BURRET
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	11	10/10/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PRUNUS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	22/09/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MANIHOT ESCULENTA CRANTZ
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	10	22/09/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SECALE CEREALE L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	01/08/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE RICINUS COMMUNIS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	01/08/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE NICOTIANA TABACUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	27/05/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PASPALUM VAGINATUM SW.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	18	20/05/2008	DE ACORDO COM O ART. 3º DA IN 27, DE 22/09/2005, PUBLICADA NO DOU DE 06/10/2005 FICA ATUALIZADA A TABELA DA IN 42, DE 05/07/2002 COM A INCLUSÃO DO

				SEGUINTE ALVO BIOLÓGICO NA CULTURA DO ARROZ IRRIGADO: LEERSIA HEXANDRA-GRAMA-BOIADEIRA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	11/03/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE TRIFOLIUM REPENS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	11/03/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE TRIFOLIUM PRATENSE L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	04/03/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE BROMUS AULETICUS TRIN, BROMUS CATHARTICUS VAHL, BROMUS SITCHENSIS TRIN
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	04/03/2008	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE LOTUS L. (4 SSP)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	31/12/2007	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE LOLIUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	31/12/2007	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE DACTYLIS GLOMERATA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	01/11/2007	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HOLCUS LANATUS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	26/10/2007	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE BEGONIA REX (E HIBRIDOS)
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	ATO	4	24/04/2007	TORNA PÚBLICO O "PROCEDIMENTO PARA PREENCHIMENTO E ENCAMINHAMENTO DO FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO".
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	05/01/2007	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE FICUS BENJAMINA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	13/12/2006	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PISUM SATIVUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	15/09/2006	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CYNODON DACTYLON (L.) PERS
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	ATO	7	04/09/2006	TORNA PÚBLICO O ROTEIRO PARA INSPEÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS DE NATUREZA BIOLÓGICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	27/03/2006	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CAPSICUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	20/12/2005	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE IMPATIENS X NOVA GUINE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	19/12/2005	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE IMPATIENS WALLERIANA HOOK F.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	13/12/2005	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ALLIUM SATIVUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	01/12/2005	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SOLANUM LYCOPERSICUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	14/11/2005	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ZANTEDESCHIA SPRENG
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	ATO	10	16/09/2005	TORNA PÚBLICO O ROTEIRO PARA INSPEÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS DE NATUREZA FARMACÊUTICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	28/04/2004	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CUCURBITA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	08/03/2004	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ALLIUM CEPA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	09/02/2004	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CYMBIDIUM SW.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	09/02/2004	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ANTHURIUM SCHOTT
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	03/02/2004	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ABELMOSCHUS ESCULENTUS (L.) MOENCH
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	16	19/12/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE KALANCHOE BLOSSFELDIANA POELLN.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	17	19/12/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MACROTYLOMA AXILLARE (E. MEY) VERDC.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	14	18/12/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE DIANTHUS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	13	16/12/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HIPPEASTRUM HERB.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	15	16/12/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE LILIUM L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	10	18/09/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE LIMONIUM SINUATUM (L.) MILL. = STATICE SINUATA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	9	17/09/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE ASTER L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	11	16/09/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE GERBERA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	8	03/09/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HYPERICUM L., HYPERICUM X INODORUM MILL.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	4	23/07/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SAINTPAULIA H. WENDL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	23/07/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HIBISCUS ROSA-SINENSIS L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	23/07/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE SOLIDAGO VIRGAUREA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	23/01/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PENNISETUM GLAUCUM (L.) R. BR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	6	17/01/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MUSA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	7	07/01/2003	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PYRUS COMMUNIS L. (FRUTÍFERAS)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	5	27/12/2002	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE GUZMANIA RUIZ ET PAV.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	3	30/08/2002	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE CAJANUS CAJAN L. MILLSP.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	25/06/2002	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE STENOTAPHRUM SECUNDATUM (WALTER) KUNTZE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	S/N	20/03/2002	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE XTRITICOSECALE WITTM. EX A. CAMUS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	S/N	01/03/2002	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE AVENA BREVIS ROTH, AVENA L., AVENA SATIVA L., AVENA STRIGOSA SCHREB.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	S/N	21/02/2002	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE HORDEUM VULGARE L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	S/N	27/07/2001	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE DAUCUS CAROTA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	S/N	01/06/2001	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE LACTUCA SATIVA L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	S/N	16/04/2001	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE BRACHIARIA BRIZANTHA (HOCHST. EX A. RICH.) STAPF, BRACHIARIA HUMIDICOLA (RENDLE) SCHWEICK, BRACHIARIA RUZIZIENSIS X B. BRIZANTHA, BRACHIARIA RUZIZIENSIS X B. DECUMBENS X B. BRIZANTHA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	S/N	16/04/2001	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PANICUM MAXIMUM JACQ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	S/N	16/04/2001	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE PENNISETUM PURPUREUM SCHUMACH, PENNISETUN PURPUREUM X P. GLAUCUM
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	2	21/11/2000	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE COFFEA ARABICA L., COFFEA ARABICA L. X COFFEA CANEPHORA PIERRE EX A. FROEHNER, COFFEA CANEPHORA PIERRE EX A. FROEHNER
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO	1	29/06/2000	PUBLICA DIRETRIZES DE ENSAIOS DE DHE DE MALUS MILL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	ATO CONJUNTO	1	02/10/2012	DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO AÉREA DOS INGREDIENTES ATIVOS IMIDACLOPRIDO, CLOTIANIDINA, FIPRONIL E TIAMETOXAN
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CARTA-CIRCULAR	4	13/11/1979	ROTULAGEM DE PRODUTOS DA PESCA CONGELADOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	79	21/10/2015	AVES. BOVINOS. SUÍNOS. PESCADO. FARINHA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. DIOXINA E FURANOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	77	20/10/2015	BOVINOS. CRONOLOGIA. CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA INTERNACIONAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	53	17/09/2015	PROCEDIMENTOS DE EXCLUSÃO DE HABILITAÇÃO PARA EXPORTAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	33	27/08/2015	AVES. SUÍNOS. CONTROLE DE PERIGOS QUÍMICOS. DIOXINAS E FURANOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	29	26/08/2015	PARALISAÇÃO DE ATIVIDADES. PROCEDIMENTOS DE SUSPENSÃO E EXCLUSÃO DE HABILITAÇÃO PARA EXPORTAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	3	05/05/2015	PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO PARA ORIENTAÇÃO DE FISCAIS FEDERAIS SAGROPECUÁRIOS QUANDO DA ANÁLISE DE PROJETOS DE ESTABELECIMENTOS DE ABATE PARA REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	304	13/04/2015	AVES. ARÁBIA SAUDITA. RECEBIMENTO DE MISSÃO SANITÁRIA-SFDA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	157	03/03/2015	MÉXICO-CARNES-AVES-MISSÃO INTERNACIONAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	10	09/01/2015	UNIÃO ADUANEIRA. ROTULAGEM EAC. ESCLARECIMENTOS. ADITA A CIRCULAR CGPE/DIPOA Nº 01/2015.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	1.001	26/12/2011	CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA. INSTRUÇÕES À RESPEITO DA EMISSÃO DE CARTA DE CORREÇÃO E PARA CANCELAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CSI (CANCELA E SUBSTITUI A CIRCULAR CGPE/DIPOA Nº 1000/2009).

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	668	20/08/2010	CHINA- CARNE DE AVES- COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ESTABELECIMENTOS EM PROCESSO DE HABILITAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	5	19/05/2010	USO DE PELE E CARNE MECANICAMENTE SEPARADA (CMS) COMO INGREDIENTES EM PRODUTOS EMPANADOS DE AVES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	2	30/04/2010	ORIENTAÇÕES PARA ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS, QUANDO DA CONSTATAÇÃO DE NÃO-CONFORMIDADES NA ROTULAGEM DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL IMPORTADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	3	31/03/2010	IMPLANTAÇÃO DA VERIFICAÇÃO OFICIAL DE PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE PARA EMPRESAS DE MERCADO INTERNO E DA LISTA GERAL DE EXPORTADORES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	85	30/01/2009	ENCAMINHA PROCEDIMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE HABILITAÇÃO APÓS ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL COM MUDANÇA DE ADMINISTRAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	1.106	28/11/2008	UE- UNIÃO EUROPEIA. NOVA REGIONALIZAÇÃO PARA EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA “IN NATURA” PARA UE. CANCELA E SUBSTITUI A CIRCULAR CGPE/DIPOA Nº 977/2008).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	3	18/04/2008	SUÍNOS – NOVAS FREQÜENCIAS PARA A VERIFICAÇÃO OFICIAL DOS ELEMENTOS DE INSPEÇÃO E MODELOS PADRONIZADOS DE PLANILHAS PARA VERIFICAÇÃO NO LOCAL E DOCUMENTAL – CANCELA E SUBSTITUI A CIRCULAR Nº 01/2008/DICS/CGI/DIPOA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	71	18/01/2008	TRANSPORTE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. DIRETRIZES PARA O TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	1	03/05/2007	AUTORIZA O ABATE DE SUÍNOS IMUNOCASTRADOS POR MEIO DE VACINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	13	17/04/2007	SIFS JUNTO A PLANTAS DE ABATE DE AVES DE CORTE (ADITAMENTO À CIRCULAR DIPOA Nº 27/2006 E À CIRCULAR DICAO/CGI/DIPOA Nº 06/2007).
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	CIRCULAR	52	20/12/2006	PADRONIZA OS PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE PROCESSOS PARA ADESÃO AO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL / SUASA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	863	27/11/2006	MARCA DE IDENTIFICAÇÃO NA ROTULAGEM DE CARNES FRESCAS, PREPARADOS E PRODUTOS A BASE DE CARNE DE AVES EXPORTÁVEIS PARA A UNIÃO EUROPEIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	845	20/11/2006	MARCA DE IDENTIFICAÇÃO NA ROTULAGEM DE CARNES FRESCAS, PREPARADOS E PRODUTOS A BASE DE CARNE DE AVES EXPORTÁVEIS PARA A UNIÃO EUROPEIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	621	01/09/2006	EXPORTAÇÃO PARA RÚSSIA - IMPLEMENTAÇÃO DE ETIQUETA LACRE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	498	21/07/2006	MARCA DE IDENTIFICAÇÃO NA ROTULAGEM DE CARNES FRESCAS, PREPARADOS E PRODUTOS A BASE DE CARNE DE AVES EXPORTÁVEIS PARA A UNIÃO EUROPEIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	475	06/07/2006	NOVA REGIONALIZAÇÃO PARA PRODUTOS À BASE DE CARNES (ADITAMENTO À CIRCULAR CGPE/DIPOA Nº 464/2006).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	213	29/03/2006	PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE VISITAS INTERNACIONAIS VISANDO A EXPORTAÇÃO. ADITAMENTO A CIRCULAR DCI/DIPOA Nº 736/2003.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	459	26/09/2005	EXPORTAÇÃO PARA RÚSSIA - IMPLEMENTAÇÃO DE ETIQUETA LACRE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	736	10/11/2003	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE VISITAS INTERNACIONAIS VISANDO HABILITAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS À EXPORTAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	256	20/06/2001	APROVEITAMENTO CONDICIONAL DE CARNES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	272	22/12/1997	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL (PPHO) E DO SISTEMA DE ANÁLISE DE RISCO E CONTROLE DE PONTOS CRÍTICOS (ARCPC) EM ESTABELECIMENTOS ENVOLVIDOS COM O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNES E PRODUTOS CÁRNEOS, LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS E MEL E PRODUTOS APÍCOLAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	150	20/06/1995	REFORMULA AS INSTRUÇÕES PARA O TRABALHO ROTINEIRO DE REINSPEÇÃO NA INDÚSTRIA, BASICAMENTE PARA O MERCADO INTERNACIONAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	CIRCULAR	113	02/09/1988	OBTENÇÃO DE SANGUE OU SORO FETAL BOVINO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	126	29/08/1988	NOVOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS QUANTO À DESTINAÇÃO E MARCAÇÃO DE CARCAÇAS NO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO FINAL - DIF.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	53	19/05/1988	CRITÉRIOS ADOTADOS PARA OBTENÇÃO DO PRODUTO “CARNE RESFRIADA” (OU CONGELADA) DE BOVINOS SEM OSSO (CORTE MATURADO).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	286	13/09/1979	INDUSTRIALIZAÇÃO DO LEITE DE BUBALINO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	316	06/04/1971	ROTULAGEM DE PRODUTOS DE PESCADO - DESIGNAÇÃO "SUPERGELADO".
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	440-2008	2008	16. ENCAMINHA O MODELO DE CERTIFICADO SANITÁRIO PARA SUBPRODUTOS ANIMAIS A UTILIZAR PARA FINS TÉCNICOS, DESTINADOS A EXPEDIÇÃO PARA OU A TRÂNSITO NA COMUNIDADE EUROPEIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	297-2008	2008	17. ENCAMINHA MODELO DE CERTIFICADO SANITÁRIO PARA CARNE DE AVES “IN NATURA” PARA ILHAS CANÁRIAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	280-2008	2008	18. ENCAMINHA MODELO DE CERTIFICADO SANITÁRIO PARA ALIMENTOS TRANSFORMADOS PARA ANIMAIS DE COMPANHIA, COM EXCEÇÃO DOS ALIMENTOS ENLATADOS, DESTINADOS A EXPEDIÇÃO PARA OU A TRÂNSITO NA COMUNIDADE EUROPEIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	36-2007	2007	3. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET – SIFNET, PARA AS EXPORTAÇÕES PARA O CANADÁ.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	110-2007	2007	4. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET – SIGSIF, PARA AS EXPORTAÇÕES PARA NOVA CALEDÔNIA, TRINDADE E TOBAGO E OMÃ.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	469-2007	2007	5.IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET –SIGSIF, PARA EXPORTAÇÃO DE PREPARADOS DE CARNE DE AVES DESTINADOS A SUÍÇA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	468-2007	2007	6.IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET –SIGSIF, PARA EXPORTAÇÃO DE PREPARADOS DE CARNE DE AVES DESTINADOS AOS PAÍSES MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA, NOS IDIOMAS PORTUGUÊS, INGLÊS, FRANCÊS, ESPANHOL, ITALIANO E ALEMÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	478-2007	2007	7. ENCAMINHA NOVO MODELO DE CERTIFICADO SANITÁRIO E DE SALUBRIDADE PARA PREPARADOS DE CARNES DE AVES DESTINADOS AOS PAÍSES MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA, NO IDIOMA HOLANDÊS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	789-2007	2007	8. MODELO DE CERTIFICADO VETERINÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA PARA CARNE DE AVES CONGELADA/PROCESSADA, PARA EXPORTAÇÃO PARA CINGAPURA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	711-2007	2007	9. MODELO DE CERTIFICADO VETERINÁRIO PARA EXPORTAÇÃO DE CARNE FRESCA DE AVES, PRODUTOS À BASE DE CARNE DE AVES, OVOS E PRODUTOS DE OVO PARA NOVA CALEDÔNIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	694-2007	2007	10. ENCAMINHA MODELO DE CERTIFICADO SANITÁRIO INTERNACIONAL PARA SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL A SEREM EXPORTADOS PARA A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	592-2007	2007	11. ENCAMINHA NOVO MODELO DE CERTIFICADO DE SANIDADE ANIMAL E DE SAÚDE PÚBLICA PARA CARNES FRESCAS DE AVES DESTINADO À ALBÂNIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	593-2007	2007	12. ENCAMINHA NOVO MODELO DE CERTIFICADO DE SANIDADE ANIMAL E DE SAÚDE PÚBLICA PARA CARNES FRESCAS DE AVES DESTINADO À NORUEGA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	594-2007	2007	13. ENCAMINHA NOVO MODELO DE CERTIFICADO DE SANIDADE ANIMAL E DE SAÚDE PÚBLICA PARA CARNES FRESCAS DE AVES DESTINADO PARA ILHAS MAYOTE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	595-2007	2007	14. ENCAMINHA NOVO MODELO DE CERTIFICADO DE SANIDADE ANIMAL E DE SAÚDE PÚBLICA PARA CARNES FRESCAS DE AVES DESTINADO À CROÁCIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	596-2007	2007	15. ENCAMINHA NOVO MODELO DE CERTIFICADO DE SANIDADE ANIMAL E DE SAÚDE PÚBLICA PARA CARNES FRESCAS DE AVES DESTINADO À MACEDÔNIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	164-2005	2005	1. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET – SIFNET, PARA AS EXPORTAÇÕES PARA RÚSSIA, ARGENTINA E URUGUAI.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CIRCULAR	252-2005	2005	2. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET – SIFNET, PARA AS EXPORTAÇÕES PARA EQUADOR, CORÉIA E POLÔNIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	DESPACHO	1	19/12/2019	EMITE ORIENTAÇÕES E RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES NECESSÁRIAS À UNIFORMIZAÇÃO DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS QUANDO DA PRESENÇA DE INSETOS VIVOS EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL SUJEITOS À FISCALIZAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	DESPACHO	14	14/11/2019	ESTENDE, ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2019, O PRAZO PARA ADEQUAÇÃO DOS LAUDOS DE IMPORTAÇÃO DE VINHOS, NA FORMA CONTIDA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 67, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2018, SENDO

				INDISPENSÁVEIS QUE CONSTEM NOS REFERIDOS LAUDOS OS SEGUINTES PARÂMETROS ANALÍCOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	DESPACHO	102	08/02/2019	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO AVÍCOLA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	DESPACHO	S/N	24/01/1992	TRATA DOS REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO CURSO DE COORDENADORES DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA PARA ENG. AGR.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	FAX CIRCULAR	66	16/09/2009	PADRONIZA PROCEDIMENTOS FRENTE À SUSPEITA DE DOENÇA CAUSADA PELO VÍRUS INFLUENZA A/H1N1 PANDÊMICO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INFORMAÇÃO	17	15/01/2019	DISPÕE SOBRE O USO DE EMBALAGENS COM AS EXPRESSÕES: "FRANGO COM ALIMENTAÇÃO 100% VEGETAL", "GARANTIA DE ORIGEM", "GRANJAS EXCLUSIVAS", "LIVRE DE ANTIBIÓTICOS" E "CRIADOS SEM USO DE ANTIBIÓTICOS".
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO CONJUNTA	1	16/06/2014	ESTABELECE AS DIRETRIZES E EXIGÊNCIAS PARA O REGISTRO DOS AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS PARA CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE, BEM COMO O LIMITE MÁXIMO DE RESÍDUOS PERMITIDO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO DE SERVIÇO	2	12/08/2003	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS E NORMAS NECESSÁRIOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA DETECÇÃO DE ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS (EET) EM RUMINANTES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO DE SERVIÇO	19	28/06/2002	DISTRIBUIÇÃO DE ANTÍGENOS E TUBERCULINAS PARA DIAGNÓSTICO DE BRUCELOSE E DE TUBERCULOSE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO DE SERVIÇO	6	22/04/2002	DETERMINA O RASTREAMENTO E A IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DE TODOS OS BOVINOS IMPORTADOS A PARTIR DE JANEIRO DE 1995, DE PAÍSES COM SITUAÇÃO SANITÁRIA DIFERENTE DO BRASIL QUANTO ÀS ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS (EET).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO DE SERVIÇO	1	07/03/2002	DEFINE PROCEDIMENTOS E NORMAS NECESSÁRIOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA A DETECÇÃO DE ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS (EET) EM RUMINANTES
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO DE SERVIÇO	21	07/12/2001	COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE VACINA CONTRA A BRUCELOSE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	28/03/2012	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DE BIOSSEGURANÇA PARA MANIPULAÇÃO DO VÍRUS DA FEBRE AFTOSA - VFA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	20/08/2008	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA FABRICAÇÃO DE PARTIDA-PILOTO DE PRODUTO BIOLÓGICO DE USO VETERINÁRIO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	20/05/2003	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PRODUÇÃO, CONTROLE E EMPREGO DE VACINAS AUTÓGENAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	19/02/2004	APROVA AS NORMAS PARA PRODUÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DA VACINA CONTRA A BRUCELOSE E ANTÍGENOS PARA DIAGNÓSTICO DA BRUCELOSE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	16/09/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PARTIDA-PILOTO DE PRODUTO DE USO VETERINÁRIO DE NATUREZA FARMACÊUTICA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	10/03/2006	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA A PRODUÇÃO, O CONTROLE E O USO DE VACINAS E DILUENTES PARA USO NA AVICULTURA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	09/05/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA TESTES DE ESTABILIDADE DE PRODUTO FARMACÊUTICO DE USO VETERINÁRIO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	08/07/1999	PRODUTOS DISPENSADOS DE REGISTRO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	08/06/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS QUE MANIPULAM PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO E O REGULAMENTO DE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS (FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	01/07/2009	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA A FABRICAÇÃO, O CONTROLE DE QUALIDADE, A COMERCIALIZAÇÃO E O EMPREGO DE PRODUTOS ANTIMICROBIANOS DE USO VETERINÁRIO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	01/07/2007	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO, AVALIAÇÃO, REGISTRO E RENOVAÇÃO DE LICENÇAS, COMERCIALIZAÇÃO E USO DE VACINA CONTRA A LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	15/06/2020	ESTABELECE OS INGREDIENTES E ADITIVOS AUTORIZADOS PARA USO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL, INCLUINDO-SE AQUELES UTILIZADOS NA ALIMENTAÇÃO HUMANA E SUSCEPTÍVEIS DE EMPREGO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL, E

				OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A INCLUSÃO E A ALTERAÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS APROVADAS COMO INGREDIENTES E ADITIVOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	19/05/2020	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 05 DE AGOSTO DE 2009.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	08/05/2020	ALTERA A ALÍNEA "F" DO INCISO II DO ART. 12, A ALÍNEA "C" DO INCISO V DO ART. 13 E OS ANEXOS I E II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2008.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	30/04/2020	ALTERA OS INCISOS I, II E III DO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 63, DE 1º DE SETEMBRO DE 2004,
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	29/04/2020	PROÍBE O INGRESSO E A INCORPORAÇÃO DE ANIMAIS VACINADOS CONTRA A FEBRE AFTOSA NOS ESTADOS DO ACRE, RONDÔNIA, RIO GRANDE DO SUL E REGIÕES DOS ESTADOS DO AMAZONAS E DO MATO GROSSO, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 29 DE ABRIL DE 2020.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	29/04/2020	PROÍBE A MANUTENÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE VACINA CONTRA A FEBRE AFTOSA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NO BLOCO I DO PLANO ESTRATÉGICO 2017-2026 DO PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO E PREVENÇÃO DA FEBRE AFTOSA (PE PNEFA), CONSTITUÍDO PELOS ESTADOS DO ACRE E DE RONDÔNIA, E PELA REGIÃO DO ESTADO DO AMAZONAS ABRANGIDA PELOS MUNICÍPIOS DE APUÍ, BOCA DO ACRE, CANUTAMA, EIRUNEPÉ, ENVIRA, GUAJARÁ, HUMAITÁ, ITAMARATI, IPIXUNA, LÁBREA, MANICORÉ, NOVO ARIPUANÃ, PAUINI E PARTE DO MUNICÍPIO DE TAPAUÁ, E PELA REGIÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, COMPOSTA PELO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA E PARTES DOS MUNICÍPIOS DE ARIPUANÃ, COLNIZA, COMODORO E JUÍNA, CONFORME DESCRITO NOS ANEXOS I E II DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	29/04/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS FERMENTADAS E SECAS (CATEGORIA 2, CLASSE 9) DE CACAU (THEOBROMA CACAO) PRODUZIDAS EM GANA, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	28/04/2020	RTIQ DE CARNE MECANICAMENTE SEPARADA (CMS) - ALTERA O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 04, DE 31 DE MARÇO DE 2000.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	28/04/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS FERMENTADAS E SECAS (CATEGORIA 2, CLASSE 9) DE CACAU (THEOBROMA CACAO) PRODUZIDAS NA COSTA DO MARFIM, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	27/04/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN OVINO CONGELADO" CONFORME APROVADO PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 18/19, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	27/04/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN CAPRINO CONGELADO" CONFORME APROVADO PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 19/19, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	27/04/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS PARA ABATE IMEDIATO" CONFORME APROVADO PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 17/19, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	27/04/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE EMBRIÕES CAPRINOS COLETADOS IN VIVO" CONFORME APROVADO PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 15/19, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	27/04/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS PARA REPRODUÇÃO OU ENGORDA" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 20/19, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	27/04/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE EMBRIÕES OVINOS COLETADOS IN VIVO" CONFORME APROVADO PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 16/19, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	24/04/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE CITROS (CITRUSSPP.) PRODUZIDOS NO EGITO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	24/04/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE CITROS (CITRUSSPP.) PRODUZIDOS NO EGITO.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	23/04/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS PARA O LIVRE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, INSPECIONADOS POR CONSÓRCIO PÚBLICO DE MUNICÍPIOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	20/04/2020	ALTERA OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL, PREVISTOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	20/04/2020	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE QUARENTENA PARA A IMPORTAÇÃO DE ARTIGOS REGULAMENTADOS NO BRASIL, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DO SEU ANEXO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	15/04/2020	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS, VIA SISTEMA ELETRÔNICO DISPONIBILIZADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, PARA O REGISTRO, CADASTRO, RENOVAÇÃO, ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA E CANCELAMENTO DE REGISTRO E CADASTRO DOS ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL DE QUE TRATA O REGULAMENTO DO DECRETO Nº 6.296, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007, E DE ESTABELECIMENTOS ESTRANGEIROS HABILITADOS À EXPORTAREM PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	14/04/2020	EXCLUI OS MUNICÍPIOS DE JEQUITINHONHA E JOAÍMA DA ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, RECONHECIDA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59, DE 20 DE OUTUBRO DE 2006
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	13/04/2020	ALTERA OS INCISOS I E II DO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	09/04/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE EQUÍDEOS PARA ABATE IMEDIATO APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 41/18, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	08/04/2020	DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DE FUNGICIDAS E ÓLEO MINERAL COM USO DE AERONAVES AGRÍCOLAS NA CULTURA DA BANANA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	08/04/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE ESTACAS SEM RAIZ DE VIDEIRA (VITIS SP.) (CATEGORIA 4, CLASSE 1) PRODUZIDAS NO CHILE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	08/04/2020	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 12, DE 12 DE JULHO DE 2015
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	07/04/2020	AUTORIZA A IMPORTAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS, SUAS PARTES, PRODUTOS E SUBPRODUTOS, E OUTROS ARTIGOS REGULAMENTADOS FICA CONDICIONADA À DEFINIÇÃO DOS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS ESTABELECIDOS POR MEIO DE ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS - ARP, DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS VEGETAIS
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	06/04/2020	AUTORIZA O USO DA VACINA CONTRA PESTE SUÍNA CLÁSSICA (PSC) NA ZONA NÃO LIVRE DA DOENÇA, DE ACORDO COM O PLANO ESTRATÉGICO BRASIL LIVRE DE PESTE SUÍNA CLÁSSICA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	06/04/2020	ESTABELECE ALTERAÇÕES PONTUAIS EM INSTRUÇÕES NORMATIVAS SDA OU ANEXOS DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS SDA, QUE REGULAMENTAM O PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS (PNSE), PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS SUÍDEOS (PNSS), PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE (PNCEBT) E PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA (PNSA), A FIM DE ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA, A ATIVIDADE ECONÔMICA PECUÁRIA E O ABASTECIMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL À POPULAÇÃO, NO

				CONTEXTO DA SITUAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DO COVID-19 E SUA CLASSIFICAÇÃO MUNDIAL COMO PANDEMIA E EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	06/04/2020	ALTERA O INCISO II, DO ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 9, DE 19 DE MARÇO DE 2018
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	06/04/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE MILHO (ZEA MAYS), PRODUZIDAS NO CHILE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	25/03/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL O "REGULAMENTO TÉCNICO DO MERCOSUL SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA OS ESTABELECIMENTOS ELABORADORES/INDUSTRIALIZADORES DE PRODUTOS VEGETAIS, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO", APROVADO PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC Nº 80/96, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	19/03/2020	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 06, DE 03 DE ABRIL DE 2012, E A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 34, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012, PARA ESTABELECER A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE AÇÚCAR NA ELABORAÇÃO DO FERMENTADO DE FRUTA QUE SIRVA DE MATÉRIA PRIMA PARA A PRODUÇÃO DE FERMENTADO ACÉTICO DE FRUTA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	19/03/2020	ALTERA A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA SIDRA ESTABELECIDA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 34, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	16/03/2020	ALTERA O ANEXO XIV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 16, DE 26 DE AGOSTO DE 2015, QUE PASSA A VIGORAR NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	09/03/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL O REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE CASEÍNA ALIMENTAR, APROVADO PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 61/2019.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	06/03/2020	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA RECONHECIMENTO DA EQUIVALÊNCIA E ADESÃO AO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SISBI-POA), DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	03/03/2020	ESTABELECE AS REGRAS E OS PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO ZOOGENÉTICA, REQUISITO NECESSÁRIO PARA A INSCRIÇÃO DE REPRODUTORES DAS ESPÉCIES BOVINA, BUBALINA, OVINA E CAPRINA EM CENTROS DE COLETA E PROCESSAMENTO DE SÊMEN - CCPS, REGISTRADOS NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, VISANDO PROMOVER GANHOS GENÉTICOS AOS REBANHOS NACIONAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	19/02/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE AMEIXA (PRUNUS SALICINA E PRUNUS DOMESTICA) PRODUZIDOS NA ITÁLIA, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	30/01/2020	ESTABELECE OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA A ÁGUA DE COCO, BEM COMO OS RESPECTIVOS PARÂMETROS ANALÍTICOS, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DOS SEUS ANEXOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	23/01/2020	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS DE PERA (PYRUS SPP) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NA CHINA, NA FORMA DO PROTOCOLO QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	22/01/2020	ALTERA O ART. 23 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 09, DE 21 DE MAIO DE 2019.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	22/01/2020	REVOGA OS ART. 3º, OS INCISOS IV E V DO ART. 4º E O § 1º DO ART. 26, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 46, DE 29 DE OUTUBRO DE 2009
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	21/01/2020	ALTERA A OBSERVAÇÃO 4 (OBS 4) DO ANEXO VII (NOMENCLATURA DE BOVINO E BUBALINO) DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2003, DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO

				MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	21/01/2020	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO O "MECANISMO PARA DIMINUIR A OCORRÊNCIA DA PRESENÇA EM BAIXOS NÍVEIS (PBN) DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGM) ENTRE OS ESTADOS PARTES", APROVADO PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 23/2019
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	15/01/2020	A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	13/01/2020	PROÍBE, EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, A IMPORTAÇÃO, A FABRICAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE ADITIVOS MELHORADORES DE DESEMPENHO QUE CONTENHAM OS ANTIMICROBIANOS TILOSINA, LINCOMICINA, E TIAMULINA, CLASSIFICADOS COMO IMPORTANTES NA MEDICINA HUMANA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	75	31/12/2019	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E DEFINE OS PARÂMETROS ANALÍTICOS QUE DEVEM SER UTILIZADOS PARA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE BEBIDAS, VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO, NACIONAIS E IMPORTADOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	27/12/2019	PROÍBE O INGRESSO E A INCORPORAÇÃO DE ANIMAIS VACINADOS CONTRA A FEBRE AFTOSA NO ESTADO DO PARANÁ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	24/12/2019	ESTABELECE DIRETRIZES PARA O REGISTRO DE AGROTÓXICOS E AFINS DESTINADOS AO USO AGRÍCOLA EM CULTIVOS DE PLANTAS ORNAMENTAIS, BEM COMO PARA INCLUSÃO DESSES USOS EM PRODUTOS JÁ REGISTRADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	73	23/12/2019	ESTABELECE, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, O REGULAMENTO TÉCNICO DE BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS DESTINADAS AOS PRODUTORES RURAIS FORNECEDORES DE LEITE PARA A FABRICAÇÃO DE PRODUTOS LÁCTEOS ARTESANAIS, NECESSÁRIAS À CONCESSÃO DO SELO ARTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	72	18/12/2019	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 22 DE JANEIRO DE 2008.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	13/12/2019	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDA/SDC Nº 2, DE 12 DE JULHO DE 2013.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	264	10/12/2019	APROVA O PLANO ESTRATÉGICO BRASIL LIVRE DE PESTE SUÍNA CLÁSSICA, DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DE SUÍDEOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	67	10/12/2019	ESTABELECE OS REQUISITOS PARA QUE OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL REALIZEM A CONCESSÃO DO SELO ARTE, AOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL PRODUZIDOS DE FORMA ARTESANAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	65	10/12/2019	ESTABELECE OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA OS PRODUTOS DE CERVEJARIA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	66	10/12/2019	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DE MARGARINA, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	64	10/12/2019	REVOGA, PARA FINS DO DISPOSTO NO ART. 9º DO DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019: I - A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 17 DE MAIO DE 2012; II - A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 47, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013; III - A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015; IV - A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 25 DE AGOSTO DE 2016; V - A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 13 DE AGOSTO DE 2018; VI - A PORTARIA Nº 95, DE 24 DE AGOSTO DE 2016; VII - A PORTARIA N° 1.361, DE 16 DE JUNHO DE 2017; VIII - A PORTARIA Nº 637, DE 23 DE ABRIL DE 2018; IX - A PORTARIA Nº 63, DE 14 DE MAIO DE 2018; X - A PORTARIA Nº 108, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	63	06/12/2019	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 19 DE JULHO DE 2016

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	04/12/2019	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE MELANCIA (CITRULLUS LANATUS) (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS EM ISRAEL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	28/11/2019	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE ESTACAS (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE CALANCHOÊ (KALANCHOE BLOSSFELDIANA) PRODUZIDAS NA DINAMARCA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	62	27/11/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA VITIS VINIFERA (VIDEIRA) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 22/2019, QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	19/11/2019	A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 47, DE 30 DE AGOSTO DE 2018, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	19/11/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA EUCALYPTUS SPP. (EUCALIPTO) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 21/19, QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	07/11/2019	ALTERA OS ARTIGOS 7º E 8º DA IN 76/2018; ALTERA OS ARTIGOS 44;45;49 E 52 DA IN 77/2018
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	06/11/2019	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 76, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2018.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	06/11/2019	ALTERA ALGUNS ARTIGOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 77, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	06/11/2019	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE BULBOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE ALHO (ALLIUM SATIVUM) PRODUZIDOS NO EGITO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	06/11/2019	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE UVA (VITIS VINIFERA) PRODUZIDOS NO EGITO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	31/10/2019	ESTABELECE, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, OS CRITÉRIOS DE CONTROLE OFICIAL DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS EM EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS, QUE FORNEÇAM MATÉRIA-PRIMA PARA O PROCESSAMENTO INDUSTRIAL DE PRODUTOS DA PESCA DESTINADOS À UNIÃO EUROPEIA - UE, NA FORMA DOS ANEXOS DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	23/10/2019	REGULAMENTA A CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO EM PORTOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS, QUANDO DA IMPORTAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	18/10/2019	INCLUI NA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES - (PQA), CONSTANTES DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 39, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018, PUBLICADA NO D.O.U DE 2 DE OUTUBRO DE 2018, AS PRAGAS CANDIDATUS PHYTOPLASMA PALMICOLA (PALM LETHAL YELLOWING PHYTOPLASMA) E CANDIDATUS PHYTOPLASMA COCOSTANZANIA (PALM LETHAL YELLOWING PHYTOPLASMA) (BACTERIA), IMPATIENS NECROTIC SPOT VIRUS (INSV), E BRADYBAENA TOURANNENSIS, LAEVICAULIS ALTE E THEBA PISANA (MOLLUSCA)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	17/10/2019	ESTABELECE AS REGRAS SOBRE O RECOLHIMENTO, TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS MORTOS E RESÍDUOS DA PRODUÇÃO PECUÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA A SUA ELIMINAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	17/10/2019	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	15/10/2019	PROÍBE A MANUTENÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE VACINAS CONTRA A FEBRE AFTOSA NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	02/10/2019	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PORTOS DE DESEMBARQUE OBRIGATÓRIO DE ATUNS E AFINS NO LITORAL BRASILEIRO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	02/10/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PINUS SPP. (PINUS) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO

				MERCOSUL/GMC/RES. N° 13/2018, QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	17/09/2019	ALTERA O ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMTIVA Nº 53, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	17/09/2019	ESTABELECE O PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA KOMBUCHA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DO SEU ANEXO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	17/09/2019	ESTABELECE AS NORMAS PARA A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS DE ESPÉCIES OLERÍCOLAS, CONDIMENTARES, MEDICINAIS E AROMÁTICAS E OS SEUS PADRÕES DE SEMENTES, COM VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, VISANDO À GARANTIA DE SUA QUALIDADE E IDENTIDADE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	10/09/2019	INCLUI O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL COMO UNIDADE DA FEDERAÇÃO COM OCORRÊNCIA DA PRAGA QUARENTENÁRIA PRESENTE CANDIDATUS LIBERIBACTER ASIATICUS, NO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	04/09/2019	A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDA/SDC Nº 02, DE 12 DE JULHO DE 2013, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	30/08/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL A ''MODIFICAÇÃO DOS REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SUÍNOS DOMÉSTICOS PARA REPRODUÇÃO (MODIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO GMC Nº 56/2014)'', APROVADA PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 38/2018.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	30/08/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA CUCURBITA MÁXIMA (ABÓBORA) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC-MERCOSUL Nº 39/08, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	20/08/2019	REGULAMENTO TÉCNICO QUE FIXA A IDENTIDADE E OS REQUISITOS DE QUALIDADE QUE DEVEM APRESENTAR O CAMARÃO FRESCO, O CAMARÃO RESFRIADO, O CAMARÃO CONGELADO, O CAMARÃO DESCONGELADO, O CAMARÃO PARCIALMENTE COZIDO E O CAMARÃO COZIDO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	20/08/2019	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO QUE FIXA A IDENTIDADE E OS REQUISITOS DE QUALIDADE QUE DEVEM APRESENTAR A LAGOSTA FRESCA E A LAGOSTA CONGELADA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	14/08/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA CUCUMIS MELO (MELÃO) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC-MERCOSUL Nº 41/08, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	13/08/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA TRIFOLIUM SPP. (TREVO) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC-MERCOSUL Nº 21/06, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	12/08/2019	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2000.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	07/08/2019	ESTABELECE OS REQUISITOS, CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA INTERNACIONAL DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	24/07/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA CITRULLUS LANATUS (MELANCIA) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC MERCOSUL Nº 42/08, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	23/07/2019	DEFINE, CONFORME ESTABELECIDO NO MANUAL DE CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO SELO ARTE, DISPONIBILIZADO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.AGRICULTURA.GOV.BR, O MODELO DE LOGOTIPO A SER UTILIZADO NA ROTULAGEM DOS PRODUTOS DOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS COMO ARTESANAIS NAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	15/07/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN EQUINO CONGELADO" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 13/2014 COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 32/2018
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	11/07/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA CUCURBITA PEPO (ABÓBORA) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC-MERCOSUL Nº 37/2008, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	11/07/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA CUCURBITA MOSCHATA (ABÓBORA) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC-MERCOSUL Nº 38/08, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	09/07/2019	RECONHECE O PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA BEBIDA MEXICANA TEQUILA SEGUNDO AS NORMAS OFICIAIS DOS ESTADOS UNIDOS DO MÉXICO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	05/07/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS PARA ABATE IMEDIATO" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 40/2018.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	05/07/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS PARA ENGORDA" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 39/18
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	05/07/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL A "MODIFICAÇÃO DOS REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN BOVINO E BUBALINO CONGELADO (MODIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO GMC Nº 49/14)", APROVADA PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 42/18
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	05/07/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL A "MODIFICAÇÃO DOS REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE EMBRIÕES EQUINOS (MODIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO GMC Nº 42/07)", APROVADA PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 43/18
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	28/06/2019	ALTERA OS ANEXOS VI, VIII, XXXI, XXXVIII, XXXIX, XLI E XLIV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA N° 39, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	27/06/2019	APROVA A TABELA DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PREVISTOS NO ART. 53 DA LEI Nº 9.456, DE 25 DE ABRIL DE 1997, E NOS ARTS. 29 E 30 DO DECRETO Nº 2.366, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1997, NA FORMA DO ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	03/06/2019	ADOTA A RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 272, DE 14 DE MARÇO DE 2019, DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, QUE INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL A RESOLUÇÃO GM/MERCOSUL Nº 63/18 E DISPÕE SOBRE OS ADITIVOS ALIMENTARES AUTORIZADOS PARA USO EM CARNES E PRODUTOS CÁRNEOS, COMO DISPOSIÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELOS ESTABELECIMENTOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	27/05/2019	APROVA OS FORMULÁRIOS NECESSÁRIOS PARA O REQUERIMENTO DE PROTEÇÃO DE CULTIVAR E PARA O RELATÓRIO TÉCNICO DESCRITIVO DE OBTENÇÃO DE CULTIVAR, DE QUE TRATAM OS ANEXOS I E II DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA, BEM COMO SUAS INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	21/05/2019	ESTABELECE A AMPLITUDE, OS REQUISITOS, OS CRITÉRIOS E OS PRAZOS PARA FINS DE REGISTRO NO CADASTRO GERAL DE CLASSIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (CGC/MAPA) DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS ENVOLVIDAS NO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	16/05/2019	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS), CATEGORIA 3, CLASSE 9, IN NATURA, PRODUZIDOS NO MÉXICO.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	13/05/2019	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS PARA A FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTÍCOLAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	09/05/2019	ESTABELECE O REGULAMENTO PARA INGRESSO, NO TERRITÓRIO NACIONAL, DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PRESUMIVELMENTE NÃO VEICULADORES DE DOENÇAS CONTAGIOSAS, EM BAGAGEM DE VIAJANTES, PARA CONSUMO PRÓPRIO E SEM FINALIDADE COMERCIAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	09/05/2019	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE AGROPECUÁRIO, DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA, PARA UTILIZAÇÃO OU CONSUMO DURANTE A COPA AMÉRICA DE 2019.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	08/05/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 112, DE 29 DE MAIO DE 1987 QUE INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO- MAPA, O REGISTRO DAS ASSOCIAÇÕES DE CRIADORES QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO DAS ESPÉCIES E OU DAS RAÇAS ANIMAIS DE VALOR ECONÔMICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	02/05/2019	EXCLUI DA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES - (PQA), CONSTANTES DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 39, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018, PUBLICADA NO D.O.U DE 2 DE OUTUBRO DE 2018, AS PRAGAS FUMARIA MURALIS, SPHENOCLEA ZEYLANICA E STACHYTARPHETA JAMAICENSIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	23/04/2019	APROVA O PLANO DE AMOSTRAGEM E OS LIMITES DE REFERÊNCIA PARA O PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - PNCRC DE 2019 PARA AS CADEIAS DE CARNES BOVINA, SUÍNA, CAPRINA, OVINA, EQUINA, DE COELHO, DE AVES E DE AVESTRUZ, DE LEITE, PESCADO, MEL E OVOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	15/04/2019	ALTERA O ANEXO III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA - INC Nº 02, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	03/04/2019	ESTABELECE BOAS PRÁTICAS PARA A REALIZAÇÃO DE TORNEIOS LEITEIROS PARA FINS DE USO RACIONAL DA FAUNA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	20/03/2019	TORNA PÚBLICA A LISTA DE REFERÊNCIA DE ESPÉCIES VEGETAIS DOMESTICADAS OU CULTIVADAS QUE FORAM INTRODUZIDAS NO TERRITÓRIO NACIONAL, NA FORMA DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E CONFORME DIVULGADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DISPONÍVEL NO PORTAL WWW.AGRICULTURA.GOV.BR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	18/03/2019	SUSPENDE OS EFEITOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 20 DE MARÇO DE 2014, E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	14/03/2019	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DE APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJETO, REFORMA E AMPLIAÇÃO, REGISTRO DE ESTABELECIMENTO, ALTERAÇÕES CADASTRAIS E CANCELAMENTO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DIPOA, E RELACIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS JUNTO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIPOA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	28/02/2019	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 4, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	25/02/2019	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 25 DE MAIO DE 2009, QUE AUTORIZOU O USO DA VACINA CONTRA PESTE SUÍNA CLÁSSICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009, QUE AUTORIZOU O USO DA VACINA CONTRA A PESTE SUÍNA CLÁSSICA NO ESTADO DO AMAPÁ.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	23/01/2019	A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	17/01/2019	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PERSEA AMERICANA (ABACATE) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 21/18, QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	15/01/2019	REGULAMENTO TÉCNICO QUE FIXA A IDENTIDADE E AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE QUE DEVE APRESENTAR O PEIXE SALGADO E O PEIXE SALGADO SECO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	62	24/12/2018	A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA N° 26, DE 20 DE JULHO DE 2017 PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE ALTERAÇÃO:
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	24/12/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	20/12/2018	ESTABELECE O CONTROLE MICROBIOLÓGICO EM CARCAÇA DE SUÍNOS E EM CARCAÇA E CARNE DE BOVINOS EM ABATEDOUROS FRIGORÍFICOS, REGISTRADOS NO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (DIPOA), COM OBJETIVO DE AVALIAR A HIGIENE DO PROCESSO E REDUZIR A PREVALÊNCIA DE AGENTES PATOGÊNICOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	81	19/12/2018	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE E OS PROCEDIMENTOS PARA USO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL DE COPRODUTOS DA INDÚSTRIA DA ALIMENTAÇÃO HUMANA E A ANIMAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	17/12/2018	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O REGISTRO DE ADITIVOS ANTIMICROBIANOS MELHORADORES DE DESEMPENHO E ADITIVOS ANTICOCCIDIANOS ADMINISTRADOS VIA ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	17/12/2018	ESTABELECE O CONTROLE MICROBIOLÓGICO EM CARCAÇA DE SUÍNOS E EM CARCAÇA E CARNE DE BOVINOS EM ABATEDOUROS FRIGORÍFICOS, REGISTRADOS NO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (DIPOA), COM OBJETIVO DE AVALIAR A HIGIENE DO PROCESSO E REDUZIR A PREVALÊNCIA DE AGENTES PATOGÊNICOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	79	14/12/2018	APROVA OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO ANTE E POST MORTEM DE SUÍNOS COM BASE EM RISCO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	10/12/2018	EXCLUI ALGODÃO (GOSSYPIUM SP.), SOJA (GLYCINE MAX) E MILHO (ZEA MAYS), DA LISTA DE HOSPEDEIROS DA PRAGA QUARENTENÁRIA PRESENTE AMARANTHUS PALMERI, CONSTANTE DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	04/12/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	28/11/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 26 DE JULHO DE 2018.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	75	27/11/2018	ALTERA O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 21 DE MAIO DE 2008, QUE ESTABELECE NORMAS E PADRÕES PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES DE ESPÉCIES FORRAGEIRAS DE CLIMA TROPICAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	26/11/2018	DEFINE OS REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE), POR MEIO DAS TÉCNICAS DENOMINADAS IMUNODIFUSÃO EM GEL DE AGAR (IDGA) E ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO (ELISA -ENZYME-LINKED IMMUNOSORBENT ASSAY), A SEREM ADOTADOS PELOS LABORATÓRIOS PERTENCENTES À REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA), EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS (PNSE)
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	78	26/11/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O REGISTRO DAS PROVAS ZOOTÉCNICAS E ELABORAÇÃO DOS PROJETOS TÉCNICOS COM OBJETIVO DE REALIZAR O SERVIÇO DE CONTROLE LEITEIRO E AVALIAÇÃO GENÉTICA OU GENÉTICA E GENÔMICA DE ANIMAIS COM APTIDÃO LEITEIRA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	76	26/11/2018	ESTABELECE A IDENTIDADE E AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE QUE DEVEM APRESENTAR O LEITE CRU REFRIGERADO, O LEITE PASTEURIZADO E O LEITE PASTEURIZADO TIPO A.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	77	26/11/2018	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A PRODUÇÃO, ACONDICIONAMENTO, CONSERVAÇÃO, TRANSPORTE, SELEÇÃO E RECEPÇÃO DO LEITE CRU EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO OFICIAL.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	74	26/11/2018	ESTABELECE, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, O EMPREGO DE CÃES DE DETECÇÃO DE ODORES COMO FERRAMENTA COMPLEMENTAR AOS PROCEDIMENTOS PADRONIZADOS DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	19/11/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO DE MATERIAIS EXPERIMENTAIS OU PRÉ-COMERCIAIS E DE MATERIAIS UTILIZADOS EXCLUSIVAMENTE COMO PARENTAIS DE HÍBRIDOS NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	72	16/11/2018	APROVA OS REQUISITOS E OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS E DE PRODUTOS CLASSIFICADOS COMO BEBIDAS E FERMENTADOS ACÉTICOS, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	16/11/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FLORES DE PEÔNIA (PAEONIA LACTIFLORA) (CATEGORIA 2, CLASSE 10), PRODUZIDAS NA ARGENTINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	71	13/11/2018	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E OS CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO - CF E DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO - CFR, POR SOLICITAÇÃO DO EXPORTADOR, E APROVA OS MODELOS DE FORMULÁRIOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	69	06/11/2018	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DEFININDO OS REQUISITOS MÍNIMOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA PRODUTOS HORTÍCOLAS. ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA NÃO SE APLICA NAS SEGUINTES SITUAÇÕES: I - AOS PRODUTOS HORTÍCOLAS DESTINADOS À TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, DESDE QUE DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COMO TAL; II - AOS PRODUTOS PROCESSADOS, INDUSTRIALIZADOS, DESCASCADOS, CORTADOS, EM CONSERVAS E MINIMAMENTE PROCESSADOS, QUE ESTEJAM PRONTOS PARA O CONSUMO; III - AOS BROTOS COMESTÍVEIS RESULTANTES DA GERMINAÇÃO DE SEMENTES E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS; IV - ÀS AMÊNDOAS, NOZES, CASTANHAS, FRUTOS SECOS E ESPECIARIAS; E V - ÀS FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	67	05/11/2018	INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, OS PROCEDIMENTOS DE INFORMATIZAÇÃO DOS TRÂMITES ADMINITRATIVOS DE CERTIFICAÇÃO PARA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE BEBIDAS, FERMENTADOS ACÉTICOS, VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO, NO QUE SE REFERE ÀS ATRIBUIÇÕES DAS ÁREAS TÉCNICAS DAS SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA UNIDADES DA FEDERAÇÃO - SFA-UF (RETIFICADA EM 28/11/2018).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	30/10/2018	APROVA OS REGULAMENTOS TÉCNICOS PARA A FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS BEBIDAS ALCOÓLICAS POR MISTURA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	30/10/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	29/10/2018	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO DE AVES ORNAMENTAIS E SEUS OVOS FÉRTEIS E DEFINIDAS AS EXIGÊNCIAS A SEREM CUMPRIDAS PARA O CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTOS QUARENTENÁRIOS PARA AVES ORNAMENTAIS E SEUS OVOS FÉRTEIS
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	62	29/10/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE OVOS PARA INCUBAR DE AVES DOMÉSTICAS E DE AVES DOMÉSTICAS DE UM DIA", APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 31/2018.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	29/10/2018	REGULAMENTO TÉCNICO QUE FIXA A IDENTIDADE E AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE QUE DEVE APRESENTAR O QUEIJO REINO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	26/10/2018	REGULAMENTO TÉCNICO QUE FIXA A IDENTIDADE E OS REQUISITOS DE QUALIDADE QUE DEVE APRESENTAR O LEITE CONDENSADO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	25/10/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 26 DE JULHO DE 2018.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	22/10/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE ROMÃ (PUNICA GRANATUM) PRODUZIDOS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	22/10/2018	RECONHECE O ESTADO DE GOIÁS COMO ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA (MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS), EXCETUANDO-SE OS MUNICÍPIOS DE AMORINÓPOLIS, ARAGARÇAS, ARENÓPOLIS, BALIZA, BOM JARDIM DE GOIÁS, CAIAPÔNIA, DIORAMA, DOVERLÂNDIA, FAZENDA NOVA, IPORÁ, ISRAELÂNDIA, IVOLÂNDIA, JAUPACI, JUSSARA, MINEIROS, MOIPORÁ, MONTES CLAROS DE GOIÁS, PALESTINA DE GOIÁS, PIRANHAS, SANTA FÉ DE GOIÁS E SANTA RITA DO ARAGUAIA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	22/10/2018	REGULAMENTA A ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	11/10/2018	INCOMPATIBILIDADE DE MISTURAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	08/10/2018	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 23, DE 29 DE MAIO DE 2007.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	01/10/2018	INSTITUI O SISTEMA BRASILEIRO DE IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DE BOVINOS E BÚFALOS - SISBOV
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	01/10/2018	INSTITUI ZONA DE PROTEÇÃO PARA FEBRE AFTOSA NA FRONTEIRA COM A VENEZUELA, NO MUNICÍPIO DE PACARAIMA, ESTADO DE RORAIMA, DENTRO DE ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO EXISTENTE NO BRASIL
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	01/10/2018	INCORPORA REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO LEITE EM PÓ.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	01/10/2018	ESTABELECE, NA FORMA DOS ANEXOS DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, OS PARÂMETROS ANALÍTICOS DE SUCO E DE POLPA DE FRUTAS E A LISTAGEM DE FRUTAS E DEMAIS QUESITOS COMPLEMENTARES AOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE JÁ FIXADOS PELO MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO ATRAVÉS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 49, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018, PARA AS SEGUINTES BEBIDAS: I - SUCO DE FRUTA - ANEXO I; E II - POLPA DE FRUTA - ANEXO II.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	01/10/2018	ESTABELECE, NA FORMA DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, A LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS PRESENTES (PQP) PARA O BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	01/10/2018	ESTABELECE, NA FORMA DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, A LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES (PQA) PARA O BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	01/10/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL O PADRÃO MERCOSUL PARA CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES DE SEMENTES E HABILITAÇÃO DE AMOSTRADORES, APROVADO PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES Nº 24/2017. ESTABELECE O CERTIFICADO MERCOSUL DE ANÁLISE DE LOTES DE SEMENTES.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	01/10/2018	PADRÃO MERCOSUL PARA CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISE DE SEMENTES E HABILITAÇÃO DE AMOSTRADORES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/09/2018	DISPÕE SOBRE A ANÁLISE DE RISCO DE IMPORTAÇÃO DE ORGANISMOS AQUÁTICOS E SEUS DERIVADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	26/09/2018	ESTABELECE, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE SUCO E POLPA DE FRUTA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	25/09/2018	APROVA OS PROCEDIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE IMPORTAÇÃO, DE REINSPEÇÃO E DE CONTROLES ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMESTÍVEIS PELO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - DIPOA/SDA/MAPA, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	25/09/2018	APROVA OS PROCEDIMENTOS DE RECONHECIMENTO DE SISTEMAS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E HABILITAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS ESTRANGEIROS PELO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - DIPOA/SDA/MAPA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	20/09/2018	ALTERA O ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 30, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	17/09/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE AZEVÉM (LOLIUM P E RE N E), PRODUZIDAS NA ITÁLIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	17/09/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE RABANETE (RAPHANUS SATIVUS) PRODUZIDAS NA ESPANHA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	13/09/2018	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE COLHEITA DE AMOSTRAS E ENVIO DE RESULTADOS DE CONTROLE E QUALIDADE OFICIAL DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	05/09/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE CHIA (SALVIA HISPANICA) (CATEGORIA 3, CLASSE 9), PRODUZIDOS NO PARAGUAI, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	31/08/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	30/08/2018	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO AÇÚCAR, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES

				À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DOS ANEXOS I A IV.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	29/08/2018	A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDA/SDC Nº 2, DE 12 DE JULHO DE 2013, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	28/08/2018	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA EXPORTAÇÃO DE BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS VIVOS, DESTINADOS AO ABATE OU À REPRODUÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	28/08/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 26 DE JULHO DE 2018.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	22/08/2018	ESTABELECE REGRAS E PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS LISTAS DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES, PRAGAS QUARENTENÁRIAS PRESENTES E PRAGAS NÃO QUARENTENÁRIAS REGULAMENTADAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	15/08/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CÁRTAMO (CARTHAMUS TINCTORIUS), CATEGORIA 4, CLASSE 3, PRODUZIDAS NA ARGENTINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	14/08/2018	A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 24 DE AGOSTO DE 2016, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	09/08/2018	APROVA A NORMA TÉCNICA ESPECÍFICA PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DO PIMENTÃO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	08/08/2018	ESTABELECE AS REGRAS SOBRE DEFINIÇÕES, EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES, GARANTIAS, REGISTRO DE PRODUTO, AUTORIZAÇÕES, EMBALAGEM, ROTULAGEM, DOCUMENTOS FISCAIS, PROPAGANDA E TOLERÂNCIAS DOS FERTILIZANTES MINERAIS DESTINADOS À AGRICULTURA, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E SEUS ANEXOS I A V.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	26/07/2018	INSTITUI OS PROCEDIMENTOS PARA TRÂNSITO DE MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	25/07/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS PARA REPRODUÇÃO" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 10/18
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	25/07/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN SUÍNO CONGELADO" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 07/17
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	25/07/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DEFINITIVA DE EQUÍDEOS" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 08/18
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	25/07/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE EMBRIÕES DE BOVINOS E BUBALINOS COLETADOS IN VIVO E, OU PRODUZIDOS IN VITRO" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 44/17
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	24/07/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE NOZES PECAN (CARYA ILLINOINENSIS) (CATEGORIA 2, CLASSE 10), PRODUZIDAS NA ARGENTINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	18/07/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL O "REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE TOMATE", APROVADO PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 26/17, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	17/07/2018	REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 3º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012, QUE ESTABELECE AS NORMAS PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO DE MORANGUEIRO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	03/07/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 51, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	26/06/2018	ESTABELECE COMO OFICIAIS OS MÉTODOS CONSTANTES DO MANUAL DE MÉTODOS OFICIAIS PARA ANÁLISE DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL, INDEXADO AO INTERNATIONAL STANDARD BOOK NUMBER (ISBN) SOB O NÚMERO 978-85-7991-111-8, DISPONÍVEL NO SÍTIO ELETRÔNICO DO MAPA, PARA REALIZAÇÃO DE ENSAIOS EM AMOSTRAS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, ORIUNDAS DOS PROGRAMAS E CONTROLES OFICIAIS DO MAPA, CUJA ADOÇÃO É COMPULSÓRIA PELOS LABORATÓRIOS INTEGRANTES DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS

				AGROPECUÁRIOS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	22/06/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SUBSTRATO COMO MATÉRIA PRIMA, PRODUTO ACABADO OU ACOMPANHANDO PLANTAS, INDEPENDENTEMENTE DA ORIGEM, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	21/06/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL AS EQUIVALÊNCIAS DE DENOMINAÇÕES DE CLASSES E/OU CATEGORIAS DE SEMENTES BOTÂNICAS, APROVADAS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES Nº 25/17.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	18/06/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	18/06/2018	A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 01, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2012, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	07/06/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE HASTES DE TULIPA COM FLORES (TULIPA GESNERIANA), CATEGORIA 3, CLASSE 9, IN NATURA, PRODUZIDAS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	04/06/2018	ESTABELECE AS NORMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO DE SERINGUEIRA (HEVEA SPP.) E SEUS PADRÕES DE IDENTIDADE E DE QUALIDADE, COM VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	29/05/2018	REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE A IDENTIDADE E REQUISITOS DE QUALIDADE QUE DEVE ATENDER O PRODUTO CÁRNEO TEMPERADO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	29/05/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL O GLOSSÁRIO MERCOSUL DE TERMINOLOGIA DE SEMENTES, APROVADO PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES Nº 21/17.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	25/04/2018	INSTITUI, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O ESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DO STATUS FITOSSANITÁRIO RELATIVO À PRAGA DENOMINADA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	23/04/2018	A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2001, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	18/04/2018	ALTERA O ARTIGO 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2009 - TRIGO DA RÚSSIA
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	16/04/2018	A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDA/SDC Nº 2, DE 12 DE JULHO DE 2013, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	13/04/2018	ALTERA OS ARTS. 4º, 21, 35 E O ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 30, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE PASSAM A VIGORAR COM AS SEGUINTES INCLUSÕES:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	09/04/2018	ALTERA O ART. 8º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 35, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	09/04/2018	ALTERA O ANEXO XXXIV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 39, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	09/04/2018	ALTERA O ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 39, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL - VIGIAGRO, SUAS REGRAS E OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXECUTADOS NAS OPERAÇÕES DE COMÉRCIO E TRÂNSITO INTERNACIONAL DE PRODUTOS DE INTERESSE AGROPECUÁRIO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	03/04/2018	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16/2015 - SEMENTES VÁRIAS ORIGENS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	29/03/2018	ALTERA OS INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 29 DE MARÇO DE 2018ANEXOS XVIII, XXIII, XXVI, XXVII, XXIX, XXXI, XXXVIII, XL, XLVI E XLVII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 39, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	29/03/2018	ALTERA OS ANEXOS XVIII, XXIII, XXVI, XXVII, XXIX, XXXI, XXXVIII, XL, XLVI E XLVII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 39, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	19/03/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE MIRTILO (VACCINIUM CORYMBOSUM) PRODUZIDOS NA ESPANHA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	09/03/2018	INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE EMERGÊNCIAS AGROPECUÁRIAS - SINEAGRO, QUE COMPREENDE O CONJUNTO DE ÓRGÃOS, ATIVIDADES, PADRÕES E PROCEDIMENTOS, COM ATUAÇÃO PERMANENTE E COORDENADA PARA A PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS AGROPECUÁRIAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	07/03/2018	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MUDAS IN VITRO (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE PINUS (PINUS TAEDA) PRODUZIDAS NO CHILE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	23/02/2018	TORNA SEM EFEITO A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018, E SUBMETE À CONSULTA PÚBLICA POR 30 DIAS A PROPOSTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE ISENTA O REGISTRO DOS SUBPRODUTOS NÃO DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO HUMANA OBTIDOS DE FONTES OU TECIDOS ANIMAIS E DOS ESTABELECIMENTOS QUE OS FABRICAM OU PROCESSAM.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	22/02/2018	O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 16 DE JUNHO DE 2017, PASSA A VIGORAR ACRESCIDO DO SEGUINTE PARÁGRAFO ÚNICO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	14/02/2018	A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 30, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	14/02/2018	COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	08/02/2018	ESTABELECE A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DO SEU ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	07/02/2018	DEFINE OS PROCEDIMENTOS PARA A APLICAÇÃO DA RASTREABILIDADE AO LONGO DA CADEIA PRODUTIVA DE PRODUTOS VEGETAIS FRESCOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO HUMANA, PARA FINS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	02/02/2018	ESTABELECE PARA AS ENTIDADES PROMOTORAS DE PROVAS ZOOTÉCNICAS AS REGRAS PARA EMISSÃO DO CERTIFICADO ESPECIAL DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO - CEIP PARA BOVINOS COM APTIDÃO PARA CORTE, AVALIADOS GENETICAMENTE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	30/01/2018	TORNA SEM EFEITO A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	23/01/2018	ALTERA AS ALÍNEAS A E B, INCISO I, ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 12 DE MAIO DE 2016
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	23/01/2018	APROVA BANCO CENTRAL DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO ANIMAL PARA FORNECIMENTO E CONTROLE DA DISTRIBUIÇÃO DE CÓDIGOS DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL DE ANIMAIS PARA ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	19/01/2018	ESTABELECE A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE INTRODUÇÃO E DISPERSÃO DA PRAGA BACTROCERA CARAMBOLAE DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO SEM OCORRÊNCIA DA PRAGA, CONFORME ANEXO. ART. 2º ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	18/01/2018	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA A PRODUÇÃO, CONTROLE DA QUALIDADE, COMERCIALIZAÇÃO E EMPREGO DE VACINAS CONTRA A FEBRE AFTOSA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	18/01/2018	TORNA SEM EFEITO A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	18/01/2018	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 05, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	18/01/2018	TORNA SEM EFEITO A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 8 DE JANEIRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 18 DE JANEIRO DE 2018, SEÇÃO 1, PÁGINA 1.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	18/01/2018	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 06 DE ABRIL DE 2010.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	16/01/2018	APROVA AS DIRETRIZES GERAIS PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DO MORMO NO TERRITÓRIO NACIONAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS (PNSE).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	08/01/2018	APROVA O BANCO CENTRAL DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO ANIMAL PARA FORNECIMENTO E CONTROLE DA DISTRIBUIÇÃO DE CÓDIGOS DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL DE

				ANIMAIS PARA ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	08/01/2018	AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL ESTÃO SUJEITAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE OFICIAL, PODENDO SER FISCALIZADOS E REINSPECIONADOS PELAS UNIDADES DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL NOS PORTOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRA E ADUANAS ESPECIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	27/12/2017	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/2001 - AMÊNDOAS CACAO COSTA DO MARFIM E GANA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	15/12/2017	APROVA OS CRITÉRIOS E REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS QUE REALIZAM TESTES DE IDENTIFICAÇÃO GENÉTICA E VERIFICAÇÃO DE PARENTESCO DE ANIMAIS PELA ANÁLISE DO DNA, VISANDO O REGISTRO GENEALÓGICO E A INSCRIÇÃO DE REPRODUTORES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	12/12/2017	DEFINE O PLANO DE AMOSTRAGEM DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - PNCRC/VEGETAL PARA O ANO DE 2018.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	12/12/2017	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2009 - GRÃOS DE TRIGO DA RÚSSIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	04/12/2017	ESTABELECE AS NORMAS PARA A CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DA COMPARTIMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE SUÍNOS, QUANTO A EXPOSIÇÃO AOS VÍRUS DA FEBRE AFTOSA - FA E DA PESTE SUÍNA CLÁSSICA - PSC
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	28/11/2017	ACRESCENTA OS ITENS 28 E 29 NO ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDA/SDC NO 2, DE 12 DE JULHO DE 2013.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	27/11/2017	APROVA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL - VIGIAGRO, SUAS REGRAS E OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXECUTADOS NAS OPERAÇÕES DE COMÉRCIO E TRÂNSITO INTERNACIONAL DE PRODUTOS DE INTERESSE AGROPECUÁRIO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	22/11/2017	MANTÉM, SOB A JURISDIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E REGISTRO DOS ESTABELECIMENTOS E PRODUTOS ATUALMENTE SOB A ÉGIDE DAQUELE DEPARTAMENTO, QUE O DEIXARIAM DE SER POR FORÇA DO DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017, ATÉ A EFETIVA TRANSIÇÃO PARA A UNIDADE OU ÓRGÃO COMPETENTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	13/11/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DESCASCADOS DE GERGELIM (SESAMUM INDICUM), CATEGORIA 2, CLASSE 9, PRODUZIDOS NA NIGÉRIA, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	13/11/2017	ALTERA O INCISO I DO ART. 2º E O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016 (PLUM POX VIRUS).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	13/11/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE PALMEIRA RABO-DE-RAPOSA (WODYETIA BIFURCATA), CATEGORIA 4, CLASSE 3, PRODUZIDAS NA AUSTRÁLIA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	23/10/2017	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS NA AGROPECUÁRIA - AGRO-PREVINE, NO ÂMBITO DO MAPA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	23/10/2017	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS NA AGROPECUÁRIA - AGROPREVINE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	13/10/2017	APROVA OS MÉTODOS OFICIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ENSAIOS EM AMOSTRAS ORIUNDAS DO CONTROLE OFICIAL DE FERTILIZANTES E CORRETIVOS, CONSTANTES DO MANUAL DE MÉTODOS ANALÍTICOS OFICIAIS PARA FERTILIZANTES E CORRETIVOS INDEXADOS AO INTERNATIONAL STANDART BOOK NUMBER (ISBN) SOB NÚMERO 978-85-7991-109-5
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	04/10/2017	APROVA AS NORMAS PARA CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES DESTINADAS À UNIÃO EUROPEIA, NA FORMA DOS ANEXOS I A XIV DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	18/09/2017	ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I DO ART. 17 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 48, DE 24 DE SETEMBRO DE 2013, QUE ESTABELECE AS NORMAS PARA PRODUÇÃO E

				COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO DE CITROS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	11/09/2017	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL, QUANDO DESTINADAS AO USO VETERINÁRIO E DOS PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO QUE AS CONTENHAM.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	08/09/2017	DEFINE OS REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE BRUCELOSE, POR MEIO DOS MÉTODOS DO TESTE DO ANTÍGENO ACIDIFICADO TAMPONADO (AAT), DO TESTE DO 2 - MERCAPTOETANOL (2ME), DO TESTE DO ANEL EM LEITE (TAL), DO TESTE DE POLARIZAÇÃO FLUORESCENTE (FPA) E DO TESTE DE FIXAÇÃO DO COMPLEMENTO (CFT), A SEREM ADOTADOS PELOS LABORATÓRIOS PERTENCENTES À REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E TUBERCULOSE ANIMAL (PNCEBT).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	08/09/2017	RECONHECE OS ESTADOS DO AMAPÁ, AMAZONAS E ZONA DE PROTEÇÃO DO PARÁ COMO ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	08/09/2017	ALTERA O § 3º DO ART. 106 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 6 DE OUTUBRO DE 2011, ACRESCENTADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 18 DE JUNHO DE 2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	05/09/2017	RECONHECE, PARA FINS DE CONTROLE INTERNO, A DETECÇÃO DA PRAGA QUARENTENÁRIA AUSENTE STERNOCHETUS MANGIFERAE, QUE TEM COMO HOSPEDEIRO EXCLUSIVO A MANGUEIRA (MANGIFERA INDICA), EM FRUTOS DE MANGA DE ÁREAS NÃO COMERCIAIS LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DE BELFORD ROXO, DUQUE DE CAXIAS, MAGÉ, MESQUITA, NILÓPOLIS, NITERÓI, PARACAMBI, RIO DE JANEIRO E SEROPÉDICA, PERTENCENTES À REGIÃO METROPOLITANA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	30/08/2017	ESTABELECE A EQUIVALÊNCIA DE CATEGORIAS DAS BATATAS-SEMENTE PRODUZIDAS NA ESCÓCIA E NO BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	23/08/2017	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA MUSA SPP. (BANANA) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 23/2016, QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	23/08/2017	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA GLYCINE MAX (SOJA) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 22/2016, QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	09/08/2017	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA SUBMISSÃO DE PROPOSTA, AVALIAÇÃO, VALIDAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS A SEREM EMPREGADAS EM QUALQUER ETAPA DA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM ESTABELECIMENTOS COM REGISTRO NO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	04/08/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE BULBOS EM REPOUSO VEGETATIVO (CATEGORIA 4, CLASSE 2) E MUDAS IN VITRO (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE LÍRIO (LILIUM SPP.) PRODUZIDOS NO CHILE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	21/07/2017	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE PRODUÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DE TUBERCULINA PPD - PURIFIED PROTEIN DERIVATIVE, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	20/07/2017	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS PARA LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO DE AGROTÓXICOS, PRODUTOS TÉCNICOS E AFINS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	17/07/2017	IMPLEMENTA O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS VETERINÁRIOS OFICIAIS DAS INSTÂNCIAS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E SUAS DIRETRIZES GERAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE ANIMAL - QUALI-SV.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	17/07/2017	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DA BATATA, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A

				MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	11/07/2017	REVALIDA O RECONHECIMENTO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS DA ÁREA DO ESTADO DO CEARÁ QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE ARACATI, ICAPUÍ, ITAIÇABA, JAGUARUANA, LIMOEIRO DO NORTE, PALHANO, QUIXERÉ E RUSSAS, DELIMITADA PELAS SEGUINTES COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 4º25'05" (S) E 5º18'00" (S); LONGITUDE 37º15'16" (W) E 38º24'00" (W).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	03/07/2017	EXCLUI A EXIGÊNCIA DE DECLARAÇÕES ADICIONAIS PARA MITIGAR O RISCO FITOSSANITÁRIO DO INSETO LIPOSCELIS ENTOMOPHILA NOS CERTIFICADOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE SORGO (SORGHUM BICOLOR) DA AUSTRÁLIA E DE AVEIA (AVENA SATIVA) DO CHILE, QUE CONSTAM, RESPECTIVAMENTE, DOS ANEXOS IV E VIII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	28/06/2017	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO QUE DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS PARA O RECONHECIMENTO DE LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS EM PRODUTOS VEGETAIS IN NATURA (REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO GMC Nº 14/95)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	27/06/2017	APROVA AS NORMAS PARA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SEMENTES E DE MUDAS, NA FORMA DOS ANEXOS I, II E III DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	19/06/2017	RECONHECE O SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS EM CULTIVOS DE CUCURBITÁCEAS NO MUNICÍPIO DE CURAÇÁ, NO ESTADO DA BAHIA, COM O OBJETIVO DE EXPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS DE CUCURBITÁCEAS PARA PAÍSES QUE TÊM RESTRIÇÕES QUARENTENÁRIAS COM RELAÇÃO À REFERIDA PRAGA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	16/06/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE COGUMELOS COMESTÍVEIS (CATEGORIA 5, CLASSE 10) DE QUALQUER ORIGEM, DESTINADOS AO CONSUMO, CONFORME DEFINIDO NESTA NORMA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	16/06/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PROPÁGULOS DE COGUMELOS (CATEGORIA 5, CLASSE 10) DAS ESPÉCIES COMESTÍVEIS AGARICUS SPP., BOLETUS EDULIS, LENTINULA EDODES, PLEUROTUS SPP. E TUBER SPP. DE QUALQUER ORIGEM, DESTINADOS À MULTIPLICAÇÃO, CONFORME DEFINIDO NESTA NORMA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	16/06/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE GRANADILHA (PASSIFLORA LIGULARIS), CATEGORIA 3, CLASSE 4, PRODUZIDOS NO PERU, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	14/06/2017	TORNA PÚBLICA A LISTA DE REFERÊNCIA DE ESPÉCIES VEGETAIS DOMESTICADAS OU CULTIVADAS QUE FORAM INTRODUZIDAS NO TERRITÓRIO NACIONAL, NA FORMA DOS SEGUINTES ANEXOS DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA: I - ANEXO I: ESPÉCIES VEGETAIS INTRODUZIDAS NO TERRITÓRIO NACIONAL; E II - ANEXO II: VARIEDADE DE ESPÉCIE VEGETAL INTRODUZIDA NO TERRITÓRIO NACIONAL QUE ADQUIRIU PROPRIEDADES CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS NO PAÍS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	09/06/2017	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 21, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	31/05/2017	REGULAMENTO TÉCNICO QUE FIXA A IDENTIDADE E AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE QUE DEVE APRESENTAR O PEIXE CONGELADO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	25/05/2017	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 56, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	18/05/2017	ESTABELECE, NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS CONFERIDAS PELO DECRETO N° 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002 AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, ESPECIFICAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DE RÓTULOS E BULAS DE AGROTÓXICOS E AFINS PELAS EMPRESAS TITULARES DE REGISTRO, BEM COMO AS DIRETRIZES PARA A INSERÇÃO DE DADOS E DOCUMENTOS NO SISTEMA DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS – SISTEMA AGROFIT.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	16/05/2017	ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1° E DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 17, DE 28 DE ABRIL DE 2017, E RETIFICA O ANO DE SUA PUBLICAÇÃO.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	12/05/2017	INSTITUI, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS VETERINÁRIOS OFICIAIS, COM O OBJETIVO DE MONITORAR E PROMOVER A MELHORIA DESSES SERVIÇOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	12/05/2017	DEFINE OS PROCEDIMENTOS DE HOMOLOGAÇÃO, A ESTRUTURA BÁSICA E OS REQUISITOS MÍNIMOS DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DOS PROTOCOLOS PRIVADOS DE RASTREABILIDADE DE ADESÃO VOLUNTÁRIA, RELACIONADOS À CADEIA PRODUTIVA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS, QUANDO SUAS GARANTIAS FOREM UTILIZADAS COMO BASE PARA CERTIFICAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	12/05/2017	ALTERA O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016, QUE PASSARÁ A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	11/05/2017	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA HABILITAÇÃO, APROVAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS DENTRO DO PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	05/05/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CÁRTAMO (CARTHAMUS TINCTORIUS), CATEGORIA 4, CLASSE 3, PRODUZIDAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	26/04/2017	REGULAMENTA A PRODUÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS OU DE INTERESSE AMBIENTAL OU MEDICINAL, NATIVAS E EXÓTICAS, VISANDO GARANTIR SUA PROCEDÊNCIA, IDENTIDADE E QUALIDADE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	24/04/2017	RECONHECE NACIONALMENTE O ESTADO DE RORAIMA COMO ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	03/04/2017	ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PROVAS ZOOTÉCNICAS REALIZADAS EM OUTROS PAÍSES PARA A PERMISSÃO DE IMPORTAÇÃO DE EQUÍDEOS OU DE SEU MATERIAL GENÉTICO DESTINADO À REPRODUÇÃO, ESPORTE, PROVAS FUNCIONAIS E ZOOTÉCNICAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	23/03/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE MIRTILO(VACCINIUM CORYMBOSUM), CATEGORIA 3, CLASSE 4, PRODUZIDOS NO PERU, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	03/03/2017	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E DA TUBERCULOSE ANIMAL - PNCEBT E A CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ACORDO COM O GRAU DE RISCO PARA AS DOENÇAS BRUCELOSE E TUBERCULOSE, E DEFINE OS PROCEDIMENTOS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL A SEREM ADOTADOS DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	17/02/2017	ALTERA OS INCISOS I, II E IV DO ART. 1º; O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º; O ART. 7º; O ART. 8º; O ART. 9º; O ART. 10; O ART. 12; ART. 13; OS INCISOS I, II E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 19; O CAPUT E OS INCISOS II E III DO ART. 20; O CAPUT DO ART. 23; O ART. 30; OS INCISOS I, II E III DO ART. 31; OS INCISOS I E IV DO ART. 36; O CAPÍTULO VI; E O INCISO I DO ART. 38 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 11 DE ABRIL DE 2013.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	17/02/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS (CATEGORIA 3, CLASSE 9) DE CAFÉ (COFFEA CANEPHORA L.) PRODUZIDOS NO VIETNÃ, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	16/02/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS IN NATURA DE PERA (PYRUS PYRIFOLIA), CATEGORIA 3, CLASSE 4, PRODUZIDOS NA BÉLGICA, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	14/02/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS TÉCNICOS RELATIVOS À ESTRUTURA FÍSICA, ÀS DEPENDÊNCIAS E AOS EQUIPAMENTOS DOS ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DE PEQUENO PORTE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	10/02/2017	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE PERA (PYRUS PYRIFOLIA), CATEGORIA 3, CLASSE 4, PRODUZIDOS NA REPÚBLICA DA COREIA (COREIA DO SUL), NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	06/02/2017	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DA AMÊNDOA DA CASTANHA DE CAJU, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E

				QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	06/02/2017	ALTERA OS ARTIGOS 3°, 4°, 5°, 6°, 9°, 10, 12, 15, 16, 17 E 18 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 32, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	19/01/2017	(RF TRIGO DA RUSSIA) OS ITENS II E III DO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009, PASSAM A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	11/01/2017	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO, RENOVAÇÃO, ALTERAÇÃO, AUDITORIA E CANCELAMENTO DE REGISTRO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PRODUZIDOS POR ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS OU RELACIONADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF, E POR ESTABELECIMENTOS ESTRANGEIROS HABILITADOS A EXPORTAR PARA O PAÍS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	22/12/2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA AS ALTERAÇÕES DE REGISTRO DE PRODUTO DE USO VETERINÁRIO DE NATUREZA FARMACÊUTICA E BIOLÓGICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	19/12/2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA IMPORTAÇÃO DE ARTIGO REGULAMENTADO, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PESQUISA CIENTÍFICA E EXPERIMENTAÇÃO, INDEPENDENTE DO MEIO E MODALIDADE DE TRANSPORTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	14/12/2016	REVOGA O § 2º, DO ART. 8º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 08 DE JULHO DE 2013.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	01/12/2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA IMPORTAÇÃO DE ARTIGO REGULAMENTADO, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE À PESQUISA CIENTÍFICA E EXPERIMENTAÇÃO, INDEPENDENTE DO MEIO E MODALIDADE DE TRANSPORTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	28/11/2016	OS ARTS. 1º E 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 37, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012, PASSAM A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	22/11/2016	PROÍBE, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, A IMPORTAÇÃO E FABRICAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ANTIMICROBIANA SULFATO DE COLISTINA, COM A FINALIDADE DE ADITIVO ZOOTÉCNICO MELHORADOR DE DESEMPENHO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	22/11/2016	ESTABELECE AS CATEGORIAS DE REGISTRO GENEALÓGICO DE RUMINANTES DE INTERESSE ZOOTÉCNICO A SEREM ADOTADAS PELO SERVIÇO DE REGISTRO GENEALÓGICO - SRG DAS ENTIDADES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	22/11/2016	ESTABELECE AS NORMAS DE PRODUÇÃO E OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE SEMENTES DE ESPÉCIES FORRAGEIRAS DE CLIMA TEMPERADO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E SEUS ANEXOS I A VIII.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	17/11/2016	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PINUS SSP. (PINUS) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 24/16, QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	17/11/2016	EXCLUI DA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS PRESENTES - (A2) O INSETO SIREX NOCTILIO, CONSTANTE DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MINISTERIAL Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2008, ALTERADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA MINISTERIAL Nº 59, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	09/11/2016	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DO TRIGO; DO ARROZ, DE GENGIBRE, INHAME E TARO; DO FEIJÃO; DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS; DE UVA PARA PROCESSAMENTO; DAS ANONÁCEAS; DO AMENDOIM; E DE TOMATE TUTORADO, RESPECTIVAMENTE, NA FORMA DOS ANEXOS I A IX DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	24/10/2016	A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 24 DE AGOSTO DE 2016, E SEU ANEXO II PASSAM A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	21/10/2016	ESTABELECE O CONTROLE E O MONITORAMENTO DE SALMONELLA SPP. NOS ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS COMERCIAIS DE FRANGOS E PERUS DE CORTE E NOS ESTABELECIMENTOS DE ABATE DE FRANGOS, GALINHAS,PERUS DE CORTE E REPRODUÇÃO, REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF), COM OBJETIVO DE

				REDUZIR A PREVALÊNCIA DESSE AGENTE E ESTABELECER UM NÍVEL ADEQUADO DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	20/10/2016	AUTORIZA, PELO PRAZO DE 1 (UM) ANO, A RECONSTITUIÇÃO DE LEITE EM PÓ A PARTIR DA MATÉRIA-PRIMA COM ORIGEM EM ESTABELECIMENTO REGISTRADO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF), LOCALIZADO EM TERRITÓRIO NACIONAL, PELAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL, PREVIAMENTE HABILITADAS À PRODUÇÃO DE LEITE ULTRA-ALTA TEMPERATURAS (UHT OU UAT) E DE LEITE PASTEURIZADO, LOCALIZADAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, AFETADA PELA SECA, OBSERVADAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS, VISANDO À PRODUÇÃO DE LEITE UHT E DE LEITE PASTEURIZADO RECONSTITUÍDOS, PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DIRETO, OBEDECIDAS AS DEMAIS NORMAS DISPOSTAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 22 DE ABRIL DE 2013.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	29/09/2016	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DA CATEGORIA DE RISCO FITOSSANITÁRIO 3, CLASSE DE RISCO FITOSSANITÁRIO 4, E DA CATEGORIA DE RISCO FITOSSANITÁRIO 4, CLASSE DE RISCO FITOSSANITÁRIO 1, DAS ESPÉCIES E ORIGENS CONSTANTES DOS ANEXOS I E II, RESPECTIVAMENTE, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA (PLUM POX VIRUS - VÁRIOS PAÍSES)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	28/09/2016	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	24/08/2016	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL PARA A IMPORTAÇÃO DE EMBRIÕES CAPRINOS COLETADOS IN VIVO" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 47/14
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	24/08/2016	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO AMENDOIM EM CASCA E EM GRÃOS, DESTINADO À ALIMENTAÇÃO HUMANA, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E SEUS ANEXOS DE I A IX.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	24/08/2016	APROVA A NORMA TÉCNICA PARA A UTILIZAÇÃO DA PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	24/08/2016	ESTABELECE A NORMA TÉCNICA PARA A ESTRUTURA, CREDENCIAMENTO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO QUARENTENÁRIA DE ARTIGO REGULAMENTADO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, E APROVADOS OS FORMULÁRIOS CONSTANTES DOS SEGUINTES ANEXOS:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	24/08/2016	APROVA A NORMA TÉCNICA PARA A UTILIZAÇÃO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO E DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	16/08/2016	ALTERA O CAPUT DO ART. 38 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	25/07/2016	DEFINE O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - PNCRC/VEGETAL PARA O ANO DE 2016.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	21/07/2016	AUTORIZA, PELO PRAZO DE 1 (UM) ANO, A RECONSTITUIÇÃO DE LEITE EM PÓ A PARTIR DA MATÉRIA-PRIMA COM ORIGEM EM ESTABELECIMENTO REGISTRADO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF), LOCALIZADO EM TERRITÓRIO NACIONAL, PELAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL, PREVIAMENTE HABILITADAS À PRODUÇÃO DE LEITE ULTRA ALTA TEMPERATURAS (UHT OU UAT) E DE LEITE PASTEURIZADO, LOCALIZADAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, AFETADA PELA SECA, OBSERVADAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS, VISANDO À PRODUÇÃO DE LEITE UHT E DE LEITE PASTEURIZADO RECONSTITUÍDOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	19/07/2016	DECLARA A ZONA LIVRE DE PSC DO BRASIL E ESTABELECE OS REQUISITOS PARA O INGRESSO DE SUÍNOS, SEUS PRODUTOS, SUBPRODUTOS E AMOSTRAS BIOLÓGICAS PARA DIAGNÓSTICO NA ZONA LIVRE

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	14/07/2016	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO ALGODÃO EM PLUMA, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E SEUS ANEXOS DE I A XII.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	07/07/2016	ALTERA O ART. 29 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	06/07/2016	ALTERA O DISPOSTO NO ITEM 8.3 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 04, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007, E OS ANEXOS I, II E III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 65, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	01/07/2016	ALTERA O ARTIGO 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	06/06/2016	ALTERA O ITEM 17.2, ACRESCENTANDO O INCISO XI E ALTERA O ANEXO XXXIII DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 2 DE JUNHO DE 2005, QUE ESTABELECE AS NORMAS GERAIS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	30/05/2016	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA EUCALYPTUS SSP. (EUCALIPTO) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 43/15, QUE CONSTA COMO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	13/05/2016	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) E DE ARILOS (CATEGORIA 2, CLASSE 10) DE ROMÃ (PUNICA GRANATUM) PRODUZIDOS NA ARGENTINA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	12/05/2016	ESTABELECE OS LIMITES MÁXIMOS DE DIOXINAS E BIFENILAS POLICLORADAS SOB A FORMA DE DIOXINAS (PCBS-DL) EM PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	11/05/2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PROVAS ZOOTÉCNICAS REALIZADAS EM OUTROS PAÍSES RELACIONADOSÀ IMPORTAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO AVÍCOLA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	10/05/2016	ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PROVAS ZOOTÉCNICAS REALIZADAS EM OUTROS PAÍSES RELACIONADOS À IMPORTAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO SUINÍCOLA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	10/05/2016	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 27 DE AGOSTO DE 2008.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	10/05/2016	ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COMO ÓRGÃO FEDERAL REGISTRANTE, NOS PROCESSOS DE REGISTRO DE ALTERAÇÃO DE MARCA COMERCIAL DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, A QUE SE REFERE O § 1º DO ART. 22 DO DECRETO NO 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	10/05/2016	PROÍBE A IMPORTAÇÃO E A ENTRADA DE SOLO DE QUALQUER ORIGEM, INCLUÍDO AQUELE ADERIDO A MATERIAL PROPAGATIVO, IMPORTADO COMO MERCADORIA OU QUE SE APRESENTE COMO CONTAMINANTE DE ENVIOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	10/05/2016	PUBLICA A RELAÇÃO DOS MODELOS DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS APROVADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA PARA UTILIZAÇÃO EM AERONAVES NO TERRITÓRIO NACIONAL VISANDO A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DESCRITAS NO ARTIGO 20 DO DECRETO Nº 86.765/81 E EM CONFORMIDADE COM O ESTABELECIDO POR ESTE E PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 02 DE 03 DE JANEIRO DE 2008.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	05/05/2016	ALTERA OS ARTS. 5º, 8º E 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	20/04/2016	ALTERA OS ARTS. 25, 26, 27 E 49, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 34, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2009
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	12/04/2016	OS ANEXOS IV E V DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 27, DE 05 DE JUNHO DE 2006, PASSAM A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	10/03/2016	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO PELAS ORGANIZAÇÕES, DELEGAÇÕES, INSTITUIÇÕES, ENTIDADES ASSOCIADAS E REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS DOS PAÍSES PARTICIPANTES DOS JOGOS

				OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016, E DE OUTROS EVENTOS ASSOCIADOS PREVISTOS PARA OCORREREM NO BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	10/03/2016	ESTABELECE AS REGRAS SOBRE DEFINIÇÕES, CLASSIFICAÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E GARANTIAS, TOLERÂNCIAS, REGISTRO, EMBALAGEM, ROTULAGEM E PROPAGANDA DOS REMINERALIZADORES E SUBSTRATOS PARA PLANTAS, DESTINADOS À AGRICULTURA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	10/03/2016	A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	22/02/2016	ALTERA O ART. 36 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 71, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	28/01/2016	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 4, DE 6 DE JANEIRO DE 2004, QUE ESTABELECE, EM CARÁTER EMERGENCIAL, OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE EMBALAGENS E SUPORTES DE MADEIRA UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE MERCADORIAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	21/01/2016	OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PRUNUS PERSICA (PÊSSEGO) CONSTANTES DO INCISO II.B DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 31 DE JULHO DE 2006, PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	08/01/2016	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CASTANHAS DE CAJU (ANACARDIUM OCCIDENTALE) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 10) PRODUZIDAS NA TANZÂNIA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	22/12/2015	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA HABILITAÇÃO, ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO DO PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL, A SEREM APROVADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	15/12/2015	ALTERA O ANEXOS I, II E III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2004
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	15/12/2015	ESTABELECE QUE, PARA A INSCRIÇÃO DE ESPÉCIES NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC, O INTERESSADO DEVERÁ APRESENTAR À COORDENAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS - CSM, DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS - DFIA, DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA OS SEGUINTES DOCUMENTOS:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	11/12/2015	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE CHIA (SALVIA HISPANICA) IN NATURA PRODUZIDOS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	11/12/2015	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS IN NATURA DE TANGERINA (CITRUS RETICULATA E CITRUS UNSHIU) E TANGELO (CITRUS X TANGELO) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	02/12/2015	ALTERA O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 10, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	20/11/2015	ALTERA O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08, DE 05 DE JUNHO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	18/11/2015	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 07 DE JANEIRO DE 2015 QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	06/11/2015	O ITEM 9 DO ANEXO I E O ITEM 20 DO ANEXO II, AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDA/SDC Nº 2, DE 12 DE JULHO DE 2013, PASSAM A VIGORAR COM AS ALTERAÇÕES CONSTANTES DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	29/10/2015	ALTERA INCISOS 4º, 5º E 6º DO ARTIGO 5º DA 41 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 57, DE 11 DEZEMBRO DE 2013.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	27/10/2015	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN BOVINO E BUBALINO CONGELADO" - RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 49/2014
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	27/10/2015	ACRESCENTA O ANEXO V NO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	27/10/2015	ESTABELECE O REQUISITO FITOSSANITÁRIO ADICIONAL PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE MAÇÃ (MALUS SPP), PERA (PYRUS SPP) E MARMELO (CYDONIA OBLONGA), CATEGORIA 3, CLASSE 4, PRODUZIDOS NA ARGENTINA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	27/10/2015	AUTORIZA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, APROVADO

				NA FORMA DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA NO 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006, MEDIANTE SUA ANEXAÇÃO EM FORMATO DIGITAL NO PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	21/10/2015	INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO INTEGRADO DE PRODUTOS E ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - SIPEAGRO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	09/10/2015	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE MORANGO (FRAGARIA ANANASSA) (CATEGORIA 4, CLASSE 1) PRODUZIDAS NA ESPANHA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	09/10/2015	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE UVA (VITIS VINIFERA) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDAS EM PORTUGAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	08/10/2015	ALTERA O SUBITEM 15.1 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 2 DE JUNHO DE 2005, QUE ESTABELECE AS NORMAS GERAIS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	07/10/2015	O ART. 5º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009, PASSA VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	24/09/2015	ALTERA O ART. 109 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA N° 04, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	23/09/2015	ESTABELECE LABORATÓRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS TESTES DE ENSAIO IMUNOENZIMÁTICO - ELISA PARA PESQUISA DE ANTICORPOS PARA O VÍRUS DA PESTE SUÍNA CLÁSSICA EM SUÍDEOS, PARA ATENDIMENTO DE PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	23/09/2015	APROVA O USO DA VERSÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS - SIGVIG 3.0, EM CARÁTER PILOTO, NAS OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR SOB RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	23/09/2015	ESTABELECE, PARA AS PRINCIPAIS ESPÉCIES DE PEIXES DE INTERESSE COMERCIAL, A CORRELAÇÃO ENTRE OS SEUS NOMES COMUNS E RESPECTIVOS NOMES CIENTÍFICOS A SER ADOTADA EM PRODUTOS INSPECIONADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DESTINADOS AO COMÉRCIO NACIONAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	23/09/2015	A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 54, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	23/09/2015	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DE EMBALAGENS, SUPORTES OU PEÇAS DE MADEIRA, EM BRUTO, QUE SERÃO UTILIZADAS COMO MATERIAL PARA CONFECÇÃO DE EMBALAGENS E SUPORTES, DESTINADOS AO ACONDICIONAMENTO DE MERCADORIAS IMPORTADAS OU EXPORTADAS PELO BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	14/09/2015	ALTERA O QUADRO DE EXIGÊNCIAS QUARENTENÁRIAS APRESENTADO NO ITEM II.B DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 21, DE 31 DE JULHO DE 2006, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	14/09/2015	INCLUI NA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES (A1), CONSTANTE DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2008,A PRAGA: FUNGO - FUSARIUM OXYSPORUM F. SP. CUBENSE RAÇA 4 TROPICAL (R4T) (GRUPO DE COMPATIBILIDADE VEGETATIVA: 01213/16).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	11/09/2015	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 18 DE MAIO DE 2001.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	11/09/2015	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE MANGA (MANGIFERA INDICA) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO EQUADOR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	10/09/2015	O REQUERIMENTO DE ALTERAÇÕES DE NATUREZA TÉCNICA DE AGROTÓXICOS E AFINS REGISTRADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADO DA CORRESPONDENTE DOCUMENTAÇÃO PARA A SUA ANÁLISE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	08/09/2015	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE ÀS MOSCAS-DAS-FRUTAS - PNMF, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	27/08/2015	INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, A PLATAFORMA DE GESTÃO AGROPECUÁRIA - PGA, SISTEMA PÚBLICO INFORMATIZADO, COMPOSTO POR UMA BASE DE DADOS ÚNICA - BDU E MÓDULOS DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE DA DEFESA AGROPECUÁRIA E DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	27/08/2015	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 31 DE AGOSTO DE 2012, PUBLICADA NO D.O.U DE 03 DE SETEMBRO DE 2012, PASSANDO O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011, A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	26/08/2015	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES, DE DIFERENTES ESPÉCIES E PAÍSES, DESTINADAS À PROPAGAÇÃO, CONSTANTES DOS ANEXOS I A XLVIII, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	24/08/2015	AUTORIZA O USO DE PRODUTOS SEMIOQUÍMICOS UTILIZADOS EM PROGRAMAS OFICIAIS DE MONITORAMENTO POPULACIONAL, PROGRAMAS DE DETECÇÃO OU COLETA MASSAL DE PRAGAS NO BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	12/07/2015	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DA CATEGORIA 3, CLASSE 4 E DA CATEGORIA 2, CLASSE 10, DAS ESPÉCIES E ORIGENS EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	03/07/2015	INCLUI NA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES (A1), CONSTANTE DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2008, AS PRAGAS: ACARINA - MICROTYDEUS HYLINUS, RHIZOGLYPHUS ROBINI E RHIZOGLYPHUS SETOSUS; E EM PROCARIONTE CANDIDATUS LIBERIBACTER SOLANACEARUM.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	02/07/2015	ALTERA O QUADRO DE EXIGÊNCIAS QUARENTENÁRIAS APRESENTADO NO ITEM II.B DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 31 DE JULHO DE 2006, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	01/07/2015	PRORROGADO, PARA 02 DE JULHO DE 2016, O PRAZO DO INÍCIO DAS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	01/07/2015	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 19 DE JUNHO DE 2013.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	30/06/2015	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS PARA USO EM EMERGÊNCIAS SANITÁRIAS OU AMBIENTAIS.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	23/06/2015	ESTABELECE, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, AS NORMAS ESPECÍFICAS DE INSPEÇÃO E A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, REFERENTE ÀS AGROINDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	23/06/2015	APROVA OS REQUISITOS E OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA: I - O REGISTRO DE ESTABELECIMENTO E DE PRODUTO; II - A ELABORAÇÃO DE PRODUTO EM UNIDADE INDUSTRIAL E EM ESTABELECIMENTO DE TERCEIRO; E III - A CONTRATAÇÃO DE UNIDADE VOLANTE DE ENVASILHAMENTO DE VINHO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	19/06/2015	ALTERA O ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	09/06/2015	ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 14, DE 05 DE MAIO DE 2005, PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES REDAÇÕES:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	05/06/2015	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE RAIZ NUA E BACELOS DE VIDEIRA (VITIS VINIFERA) (CATEGORIA 4, CLASSE 1) PRODUZIDAS NA FRANÇA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	05/06/2015	ALTERA O ART. 2ª-A DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 36, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	28/05/2015	REVOGA AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS SDA/MAPA Nº 53 E Nº 18, DE 2 DE JULHO DE 2003, E DE 13 DE MAIO DE 2008, RESPECTIVAMENTE, TENDO EM VISTA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 4, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2015
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	28/05/2015	REVOGA AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS SDA/MAPA Nº 53, DE 02 DE JULHO DE 2003, E Nº 18, DE 13 DE MAIO DE 2008).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	28/05/2015	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS ADICIONAIS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SÊMEN E EMBRIÕES DE RUMINANTES COM RELAÇÃO À DOENÇA DE SCHMALLENBERG" - RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 45/2014.

SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	28/05/2015	ESTABELECE A ESTRUTURA, A COMPOSIÇÃO E AS ATRIBUIÇÕES DA SUBCOMISSÃO TEMÁTICA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA (STPORG), A ESTRUTURA, A COMPOSIÇÃO E AS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO (CPORG-UF), E AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS RESPECTIVOS REGIMENTOS INTERNOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	29/04/2015	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CORMOS (BULBOS) DE RENÚNCULO (CATEGORIA 4, CLASSE 2) PRODUZIDOS NA ITÁLIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	29/04/2015	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE GRÃOS (CATEGORIA 3, CLASSE 9) DE CAFÉ (COFFEA ARABICA L.), PRODUZIDOS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	29/04/2015	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 14, DE 23 DE JANEIRO DE 2002
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	23/04/2015	APROVA O REGULAMENTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA RELACIONADO AOS EQUINOS DE EXCELENTE ESTADO SANITÁRIO QUE PARTICIPARÃO DOS XXXI JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016 (JOGOS RIO 2016) E AOS INSUMOS VINCULADOS A ESSES ANIMAIS
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	10/04/2015	SUSPENDE, PELO PRAZO DE 12 MESES, A EFICÁCIA DO DISPOSTO NO ART. 41; NO ART. 65, § 5º; NO ART. 91, § 3º; NO ART. 93, § 6º, NO ART. 94 E NO ART. 109, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 28 DE MARÇO DE 2012.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	27/03/2015	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 29 DE MAIO DE 2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	18/03/2015	PRORROGA, ATÉ 6 DE NOVEMBRO DE 2017, AS AUTORIZAÇÕES DE USO EMERGENCIAL PARA CONTROLE DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS CULTURAS DA SOJA, MILHO E ALGODÃO, A QUE SE REFERE O ATO NO 15, DE 14 MARÇO DE 2013, DA COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS, DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	20/02/2015	EXCLUI DA PROIBIÇÃO PREVISTA NO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 8, DE 25 DE MARÇO DE 2004, O PRODUTO OVO EM PÓ DESTINADO À ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES. ESSE INGREDIENTE NÃO DEVERÁ CONTER NENHUM OUTRO PRODUTO OU SUBPRODUTO DE ORIGEM ANIMAL. NO CASO DE OVO EM PÓ IMPORTADO, ALÉM DO ESTABELECIDO ACIMA, DEVERÃO SER ATENDIDOS OS REQUISITOS SANITÁRIOS PARA SUA IMPORTAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	20/02/2015	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 29 DE ABRIL DE 2008.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	06/02/2015	ACRESCENTA O ANEXO II À INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDA/SDC Nº 2, DE 12 DE JULHO DE 2013, E RENUMERAR O SEU ANEXO PARA ANEXO I.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	04/02/2015	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DE ANIMAIS AQUÁTICOS DE CULTIVO - "AQUICULTURA COM SANIDADE" COM A FINALIDADE DE PROMOVER A SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ANIMAIS AQUÁTICOS E A SANIDADE DA MATÉRIA-PRIMA OBTIDA A PARTIR DOS CULTIVOS NACIONAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	26/01/2015	APROVA OS MÉTODOS OFICIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ENSAIOS EM AMOSTRAS ORIUNDAS DO CONTROLE OFICIAL DE FERTILIZANTES E CORRETIVOS, CONSTANTES DO MANUAL DE MÉTODOS ANALÍTICOS OFICIAIS PARA FERTILIZANTES E CORRETIVOS INDEXADO AO INTERNATIONAL STANDARD BOOK NUMBER (ISBN) SOB O NÚMERO 978-85-7991-081-4, CUJA ADOÇÃO SERÁ OBRIGATÓRIA PELOS LABORATÓRIOS INTEGRANTES DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA, A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	16/01/2015	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE PERA (PYRUS COMMUNIS), CATEGORIA 3, CLASSE 4, PRODUZIDOS NA HOLANDA, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	07/01/2015	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MUDAS E MUDAS IN VITRO DE PHALAENOPSIS SPP. (CATEGORIA 4, CLASSE 1) PRODUZIDAS EM TAIWAN, REPÚBLICA DA CHINA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	06/01/2015	ALTERA O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA Nº 23, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	30/12/2014	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE MONITORAMENTO DE RESISTÊNCIA A ANTIMICROBIANOS EM RECURSOS PESQUEIROS, COM A FINALIDADE DE GARANTIR A

				SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ANIMAIS AQUÁTICOS E A SANIDADE DOS RECURSOS PESQUEIROS E SEUS DERIVADOS OBTIDOS A PARTIR DOS CULTIVOS NACIONAIS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	22/12/2014	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE HIGIÊNICO-SANITÁRIO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS E INFRAESTRUTURAS DE DESEMBARQUE DE PESCADO – "EMBARQUE NESSA", COM A FINALIDADE DE ESTABELECER AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS PARA A QUALIDADE DO PESCADO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	17/12/2014	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FIBRA DEBULHADA DE ALGODÃO (GOSSYPIUM HIRSUTUM) (CATEGORIA 2, CLASSE 10), PRODUZIDAS NO SUDÃO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	09/12/2014	EXCLUI DA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS PRESENTES - (A2) O INSETO ALEUROCANTHUS WOGLUMI (MOSCA NEGRA DOS CITROS), CONSTANTE DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2008, ALTERADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	04/12/2014	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 8 DE JUNHO DE 2005.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	21/11/2014	ALTERA O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 2 DE JUNHO DE 2009
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	21/11/2014	ALTERA O ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 02 DE JUNHO DE 2005, QUE ESTABELECE AS NORMAS GERAIS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	14/11/2014	RECONHECE O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA RALSTONIA SOLANACEARUM RAÇA 2 (ALP MOKO DA BANANEIRA).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	12/11/2014	ESTABELECE NORMAS PARA HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PRIVADOS PARA A REALIZAÇÃO DE COLETA E REMESSA DE AMOSTRAS OFICIAIS PARA LABORATÓRIOS DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - RENAQUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	21/10/2014	ESTABELECE AS NORMAS TÉCNICAS DE CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DA COMPARTIMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA AVÍCOLA DAS GRANJAS DE REPRODUÇÃO, DE CORTE E INCUBATÓRIOS, DE GALINHAS OU PERUS, PARA A INFECÇÃO POR INFLUENZA AVIÁRIA E DOENÇA DE NEWCASTLE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	15/10/2014	ALTERA OS ARTS. 2º, 3º, 15, 17, 18, 19, 20, 21 E 22 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 19 DE JUNHO DE 2013.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	09/10/2014	ESTABELECE AS REGRAS DE ORGANIZAÇÃO, AUTORIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, OBRIGAÇÕES, EXECUÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DE REGISTRO GENEALÓGICO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS DE INTERESSE ZOOTÉCNICO E ECONÔMICO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	02/10/2014	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 3 DE MAIO DE 2011
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	16/09/2014	DECLARA COMO ZONA INTERDITADA, POR OCORRÊNCIA DA PRAGA ANTHONOMUS TOMENTOSUS, OS MUNICÍPIOS DE BOA VISTA, MUCAJAÍ E PACARAIMA, NO ESTADO DE RORAIMA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	16/09/2014	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE LARANJA (CITRUS SINENSIS) (CATEGORIA 3, CLASSE 4), LIMÃO (CITRUS LIMON) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) E MANDARINA (CITRUS RETICULATA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO CHILE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	11/09/2014	ESTABELECE A NOTA FISCAL ELETRÔNICA COMO DOCUMENTO DE ORIGEM, TRÂNSITO E DESTINO DE ESPÉCIMES DE ORGANISMOS AQUÁTICOS VIVOS COM FINS DE ORNAMENTAÇÃO E AQUARIOFILIA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	11/09/2014	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS DE AQUICULTURA PRODUTORES DE FORMAS JOVENS DE ANIMAIS AQUÁTICOS - "PLANO FORMA JOVEM SEGURA".
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	11/09/2014	DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DA GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL - GTA, PARA O TRANSPORTE DE ANIMAIS AQUÁTICOS VIVOS E MATÉRIA-PRIMA DE ANIMAIS AQUÁTICOS PROVENIENTES DE ESTABELECIMENTOS DE AQUICULTURA E DESTINADOS A ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS EM ÓRGÃO OFICIAL DE INSPEÇÃO.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	09/09/2014	ALTERA A TABELA QUE FIXA OS VALORES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUE TRATA A LEI Nº 10.711, DE 05 DE AGOSTO DE 2003, APROVADA PELO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2004.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	03/09/2014	REVOGA A PORTARIA Nº 516, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1997. ALTERA O ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 5, DE 1º DE MARÇO DE 2002, E O ART. 3º DO SEU ANEXO (PROCEDIMENTOS SANITÁRIOS QUANTO À VIGILÂNCIA DAS SÍNDROMES NERVOSAS EM HERBÍVOROS)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	03/09/2014	EXCLUI DA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS PRESENTES, CONSTANTE DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013, EM INSETOS - CYDIA POMONELLA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	19/08/2014	ALTERA O "ANEXO IV", "FASE I", "FASE II" E "FASE III", DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 32, DE 26 DE OUTUBRO DE 2005, QUE PASSARÁ A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	15/08/2014	OS ANEXOS I E III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N° 2, DE 20 DE JUNHO DE 2008, PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	08/08/2014	ALTERA O SUBITEM 5.1.2. DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 29 DE JUNHO DE 2005.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	31/07/2014	DEFINE PARÂMETROS PARA O ANO-SAFRA 2014-2015 DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - PNCRC/VEGETAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	15/07/2014	ESTABELECE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO A SER OBSERVADO NA EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS E MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL, EXCETO ANIMAIS AQUÁTICOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	15/07/2014	ALTERA OS ARTS. 2º, 10, 12, 15, 18, 21, 23, E 24, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 19 DE JUNHO DE 2013.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	08/07/2014	ALTERA O ART. 11 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 7 DE ABRIL DE 2006,
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	08/07/2014	ALTERA OS ARTS. 3º, 11, 12, 16, 17, 18, 20, 21, 24, 25, 27 E 28 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 19 DE JULHO DE 2013.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	02/07/2014	DEFINE AS ESPÉCIES CONSIDERADAS DE INTERESSE ZOOTÉCNICO E ECONÔMICO PARA EFEITO DE REGISTRO GENEALÓGICO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	02/07/2014	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 51, DE 4 DE OUTUBRO DE 2013, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 07 DE OUTUBRO DE 2013.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	01/07/2014	ESTABELECE OS REQUISITOS E O PROCEDIMENTO PARA ADESÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL AO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA APLICADO ÀS CADEIAS DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - SUASA-VEGETAL.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	25/06/2014	ALTERA OS ARTS. 5º, 19, 32 E 41 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 57, DE 11 DEZEMBRO DE 2013.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	20/06/2014	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 39, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE RECONHECE A ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA - MYCOS- PHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON - NO ESTADO DO MATO GROSSO, COMPREENDIDA PELOS MUNICÍPIOS DE ALTO DA BOA VISTA, BOM JESUS DO ARAGUAIA, CANA BRAVA DO NORTE, CONFRESA, LUCIARA, NOVO SANTO ANTÔNIO, PORTO ALEGRE DO NORTE, QUERÊNCIA, RIBEIRÃO CASCALHEIRA, SANTA CRUZ DO XINGU, SANTA TEREZINHA, SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, SÃO JOSÉ DO XINGU, SERRA NOVA DOURADA E VILA RICA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	20/06/2014	INSTITUI O SELO ÚNICO OFICIAL DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA, E ESTABELECER OS REQUISITOS PARA A SUA UTILIZAÇÃO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DE SEUS ANEXOS I A IV.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	18/06/2014	ALTERA OS ARTS. 1º, 2º, 3º, 8º, 13, 14, 15, 20, 21, 29, 34, 35, 38, 39, 42, 59, 60, 63, 80, 81, 82, 85, 89, 100, 101, 103, 106, 108, TODOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	17/06/2014	ALTERA O § 1º DO ART. 14 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 8 DE JULHO DE 2013, QUE PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	16/06/2014	RECONHECE A REGIÃO NORTE DO PARÁ, CONSTITUÍDA POR MUNICÍPIOS E PARTES DE MUNICÍPIOS RELACIONADOS NO ANEXO, E OS ESTADOS DE ALAGOAS, CEARÁ, MARANHÃO, PARAÍBA, PERNAMBUCO, PIAUÍ E RIO GRANDE DO NORTE

				COMO PARTE DA ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	16/06/2014	ESTABELECE O VAZIO SANITÁRIO, DE 30 (TRINTA) DIAS PARA A CULTURA DO FEIJOEIRO COMUM (PHASEOLUS VULGARIS), NA ÁREA MENCIONADA NO ARTIGO 2º DESSE ATO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	10/06/2014	ALTERA O CAPUT DO ART. 1º E SEU ANEXO I, CONSTANTE DO INCISO I, OS CAPUTS DOS ARTS. 3º E 4º E OS ARTS. 12 E 14, TODOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 20 DE JUNHO DE 2013.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	30/05/2014	ESTABELECE A NOTA FISCAL DO PESCADO, PROVENIENTE DA ATIVIDADE DE PESCA OU DE AQUICULTURA, COMO COMPROVAÇÃO DA SUA ORIGEM PARA CONTROLE DE TRÂNSITO DE MATÉRIA PRIMA DA FONTE DE PRODUÇÃO PARA AS INDÚSTRIAS BENEFICIADORAS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	23/05/2014	EXCLUI DA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES - (A1), CONSTANTES DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2008, A PRAGA FUNGO - NEONECTRIA GALLIGENA (= NECTRIA GALLIGENA).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	14/05/2014	ESTABELECE AS NORMAS PARA IDENTIFICAÇÃO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA MOVIMENTAÇÃO DE BOVINOS IMPORTADOS DE PAÍSES CONSIDERADOS DE RISCO PARA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (EEB) E APROVAR OS FORMULÁRIOS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	07/05/2014	RECONHECE A ERRADICAÇÃO DOS FOCOS DA PRAGA CYDIA POMONELLA NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	29/04/2014	ESTABELECE A EQUIVALÊNCIA DE CATEGORIAS DAS BATATAS-SEMENTE PRODUZIDAS NA HOLANDA E NO BRASIL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	22/04/2014	ESTABELECE OS REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA A UTILIZAÇÃO DO DOCUMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, BEM COMO AS INFORMAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS QUE NELE DEVEM CONSTAR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	28/03/2014	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 24 DE AGOSTO DE 2011.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	25/03/2014	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 34, DE 29 DE JUNHO DE 2006, QUE RECONHECE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	20/03/2014	APROVA OS PROCEDIMENTOS DE HOMOLOGAÇÃO, A ESTRUTURA BÁSICA E OS REQUISITOS MÍNIMOS DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DOS PROTOCOLOS DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE DE ADESÃO VOLUNTÁRIA DA CADEIA PRODUTIVA DE CARNE DE BOVINOS E DE BÚFALOS, QUANDO SUAS GARANTIAS FOREM UTILIZADAS COMO BASE PARA CERTIFICAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	20/03/2014	ESTABELECE REQUISITO FITOSSANITÁRIO E DECLARAÇÃO ADICIONAL PARA A IMPORTAÇÃO DOS FRUTOS - CATEGORIA 3, CLASSE 4 - DE TOMATE - LYCOPERSICON ESCULENTUM - PRODUZIDOS NO DEPARTAMENTO DE AREQUIPA, PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	14/03/2014	ESTABELECE A ESTRATÉGIA DE VAZIO SANITÁRIO COMO FERRAMENTA DE DEFESA PARA O CONTROLE DE PRAGAS NÃO QUARENTENÁRIAS DE INTERESSE ECONÔMICO NO BRASIL COMO PARTE DA POLÍTICA FITOSSANITÁRIA NACIONAL
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	26/02/2014	INSTITUI O PLANO DE INCENTIVO À PECUÁRIA BOVINA – PLANO MAIS PECUÁRIA E SEU SISTEMA DE GESTÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	26/02/2014	ALTERA A ALÍNEA "G" DO INCISO IV DO ART. 3º E AS ALÍNEAS "B" E "C" DO INCISO VII DO ART. 27, TODOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 61, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE PASSAM A VIGORAR COM AS SEGUINTES REDAÇÕES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	18/02/2014	RECONHECE O ESTADO DO CEARÁ COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA RALSTONIA SOLANACEARUM RAÇA 2 (ALP MOKO DA BANANEIRA).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	06/02/2014	ESTABELECE AS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELO PRODUTOR, IMPORTADOR, COMERCIANTE OU DETENTOR DE PLANTAS E PARTES DE PLANTAS DE ESPÉCIES DO GÊNERO VITIS, PARA PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA PRAGA XANTHOMONAS CAMPESTRIS PV. VITICOLA, AGENTE ETIOLÓGICO DO CANCRO BACTERIANO DA VIDEIRA.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	22/01/2014	ESTABELECE OS REQUISITOS SANITÁRIOS PARA PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE SÊMEN DE CAPRINOS E OVINOS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	22/01/2014	ESTABELECE A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO ZOOTÉCNICA PARA IMPORTAÇÃO DE BOVINOS, BUBALINOS, OVINOS E CAPRINOS E SEUS MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO, QUE ESTEJAM EM SINTONIA COM A IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS MAIS ADEQUADOS A PROMOVER GANHOS GENÉTICOS ÀS POPULAÇÕES ANIMAIS DOS EXTRATOS DE SELEÇÃO, MULTIPLICAÇÃO OU PRODUÇÃO E EMISSÃO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	63	27/12/2013	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE SUÍNOS PARA REPRODUÇÃO" - RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 16/13
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	19/12/2013	EXCLUI DA LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES - (A1), CONSTANTES DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 1º DE JULHO DE 2008, PUBLICADA NO D.O.U DE 2 DE JULHO DE 2008, AS PRAGAS ACARINA - RAOIELLA INDICA; HEMÍPTERA - MACONELLICOCCUS HIRSUTUS; LEPIDOPTERA - HELICOVERPA ARMÍGERA; FUNGO - PUCCINIA KUEHNII E VIRUS - LILY SYMPTOMLESS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	11/12/2013	AUTORIZA, EXCEPCIONALMENTE NA SAFRA 2013-2013, AS INSCRIÇÕES DE CAMPO DE SEMENTES DE TRIGO DO ESTADO DO PARANÁ EM PRAZO SUPERIOR AO ESTABELECIDO NOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE VIGENTES.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	11/12/2013	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA O CREDENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE LABORATÓRIOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	06/12/2013	ACRESCENTA OS §§ 1º, 2º E 3º AO ART. 11 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 13 DE ABRIL DE 2012.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	03/12/2013	RECONHECE O ESTADO DE PERNAMBUCO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA RALSTONIA SOLANACEARUM RAÇA 2 (ALP MOKO DA BANANEIRA).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	18/11/2013	ESTABELECE O MODELO DO PASSAPORTE PARA TRÂNSITO DE CÃES E GATOS, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A SER CONCEDIDO AOS SEUS PROPRIETÁRIOS, E ESTABELECER OS REQUISITOS PARA RECONHECIMENTO DE EQUIVALÊNCIA VIA NEGOCIAÇÃO BILATERAL OU MULTILATERAL, E OS PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO, EMISSÃO, VALIDADE E LEGALIZAÇÃO PARA A SUA UTILIZAÇÃO NO TRÂNSITO NACIONAL E INTERNACIONAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	01/11/2013	RECONHECE OFICIALMENTE COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON - OS MUNICÍPIOS DE ARAGUARI, ARAPORÃ, CACHOEIRA DOURADA, CAMPINA VERDE, CANÁPOLIS, CAPINÓPOLIS, CARMO DO PARANAÍBA, CARNEIRINHO, CASCALHO RICO, CENTRALINA, ESTRELA DO SUL, GURINHATÃ, INDIANÓPOLIS, IPIAÇU, ITUIUTABA, MONTE ALEGRE DE MINAS, PATOS DE MINAS, PRATA, RIO PARANAÍBA, SANTA VITÓRIA, TUPACIGUARA, UBERABA, UBERLÂNDIA E VERÍSSIMO, DO ESTADO DE MINAS GERAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	01/11/2013	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 62, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE RECONHECE O ESTADO DO MARANHÃO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	25/10/2013	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 13 DE MARÇO DE 2013, E A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 12 DE ABRIL DE 2013.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	23/10/2013	ESTABELECE, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, AS DISPOSIÇÕES E CRITÉRIOS PARA: I - AS DEFINIÇÕES, A CLASSIFICAÇÃO, O REGISTRO E RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO, O REGISTRO DE PRODUTO, A AUTORIZAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO E USO DE MATERIAIS SECUNDÁRIOS, O CADASTRO E RENOVAÇÃO DE CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO, DE ACONDICIONAMENTO, DE ANÁLISES LABORATORIAIS, DE EMPRESAS GERADORAS DE MATERIAIS SECUNDÁRIOS E DE FORNECEDORES DE MINÉRIOS, A EMBALAGEM, ROTULAGEM E PROPAGANDA DE PRODUTOS, AS ALTERAÇÕES OU OS CANCELAMENTOS DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO, PRODUTO E CADASTRO E OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS,

				INOCULANTES, BIOFERTILIZANTES E MATERIAIS SECUNDÁRIOS; II - O CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE PESQUISA; E III - REQUISITOS MÍNIMOS PARA AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE E EFICIÊNCIA AGRONÔMICA E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO PARA FINS DE REGISTRO DE FERTILIZANTE, CORRETIVO E BIOFERTILIZANTE NA CONDIÇÃO DE PRODUTO NOVO, DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 15 DO ANEXO DO DECRETO Nº 4.954, DE 2004, ALTERADO PELO DECRETO Nº 8.059, DE 26 DE JULHO DE 2013.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	24/09/2013	ALTERA A LISTA DE DOENÇAS PASSÍVEIS DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, PREVISTAS NO DECRETO Nº 24.548/1934, E ATUALIZA AS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA AO SERVIÇO VETERINÁRIO OFICIAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	24/09/2013	ESTABELECE, NA FORMA DOS ANEXOS I E II DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, A RELAÇÃO DE ESPÉCIES DE SEMENTES NOCIVAS TOLERADAS E PROIBIDAS NA PRODUÇÃO, NA COMERCIALIZAÇÃO E NO TRANSPORTE DE SEMENTES NACIONAIS E IMPORTADAS DE GRANDES CULTURAS, FORRAGEIRAS, OLERÍCOLAS, FLORES, ORNAMENTAIS, MEDICINAIS, CONDIMENTARES, AMBIENTAIS E FLORESTAIS, A PARTIR DA SAFRA 2013/2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	24/09/2013	ESTABELECE AS NORMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO DE CITROS - CITRUS SPP, FORTUNELLA SPP, PONCIRUS SPP, E SEUS HÍBRIDOS, BEM COMO SEUS PADRÕES DE IDENTIDADE E DE QUALIDADE, COM VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	17/09/2013	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (PNEEB)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	17/09/2013	ESTABELECE AS NORMAS PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO DE ABACAXIZEIRO [ANANAS COMOSUS (L.) MERR.] E OS SEUS PADRÕES, COM VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, VISANDO À GARANTIA DE SUA IDENTIDADE E QUALIDADE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	17/09/2013	ESTABELECE OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES DE ALGODÃO, AMENDOIM, ARROZ, ARROZ PRETO, ARROZ VERMELHO, AVEIA BRANCA E AMARELA, CANOLA, CENTEIO, CEVADA, ERVILHA, FEIJÃO, FEIJÃO CAUPI, GERGELIM, GIRASSOL VARIEDADES, GIRASSOL CULTIVARES HÍBRIDAS, JUTA, LINHO, MAMONA VARIEDADES, MAMONA CULTIVARES HÍBRIDAS, MILHO VARIEDADES, MILHO CULTIVARES HÍBRIDAS, PAINÇO, SOJA, SORGO VARIEDADES, SORGO CULTIVARES HÍBRIDAS, TABACO, TRIGO, TRIGO DURO, TRITICALE E DE ESPÉCIES DE GRANDES CULTURAS INSCRITAS NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC E NÃO CONTEMPLADAS COM PADRÃO ESPECÍFICO, A PARTIR DO INÍCIO DA SAFRA 2013/2014, NA FORMA DOS ANEXOS I A XXX DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	11/09/2013	ALTERA O ART. 3º E ACRESCENTA O ART. 3º-B DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 04 DE SETEMBRO DE 2003.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	11/09/2013	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 40, DE 2009, E INSERE AS TABELAS 1 E 2, RESPECTIVAMENTE, NO "QUADRO 1.2 - INDICA, POR ESPÉCIE BOTÂNICA, O TAMANHO MÁXIMO DO LOTE, O USO DA ESPÉCIE, O PESO MÍNIMO DA AMOSTRA MÉDIA E DAS AMOSTRAS DE TRABALHOS PARA ANÁLISE DE PUREZA E PARA DETERMINAÇÃO DE OUTRAS SEMENTES POR NÚMERO, BEM COMO O NÚMERO DE SEMENTES POR GRAMA"; E NO "QUADRO 5.1 - INSTRUÇÕES PARA REALIZAR OS TESTES DE GERMINAÇÃO DE SEMENTES, POR ESPÉCIE BOTÂNICA", TODOS INTEGRANTES DO VOLUME DENOMINADO "REGRAS PARA ANÁLISES DE SEMENTES"; E INCLUIR A TABELA 3 NO "QUADRO 6.1 - INSTRUÇÕES PARA O TESTE DE TETRAZÓLIO EM SEMENTES" NAS "REGRAS PARA ANÁLISES DE SEMENTES".
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	03/09/2013	ESTABELECE AVALIAÇÃO DO TEOR TOTAL DE ÁGUA CONTIDA EM FRANGOS RESFRIADOS.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	16/08/2013	ESTABELECE O REGULAMENTO SANITÁRIO PARA IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS DE ORIGEM ANIMAL E AGENTES DE INTERESSE VETERINÁRIO DESTINADOS À PESQUISA OU DIAGNÓSTICO PELOS LABORATÓRIOS CONSTITUTIVOS DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA), PELA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (RENAQUA) E POR INSTITUIÇÕES DE PESQUISA OU DIAGNÓSTICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	15/08/2013	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NOÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA),NA CONSTATAÇÃO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS E CONTAMINANTES QUÍMICOS, FÍSICOS E BIOLÓGICOS, CONFORME ESTABELECIDO EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICADA ANVISA, EM PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOSDE VALOR ECONÔMICO, PADRONIZADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	07/08/2013	PERMITE QUE OS QUEIJOS ARTESANAIS TRADICIONALMENTE ELABORADOS A PARTIR DE LEITE CRU SEJAM MATURADOS POR UM PERÍODO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS, QUANDO ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS COMPROVAREM QUE A REDUÇÃO DO PERÍODO DE MATURAÇÃO NÃO COMPROMETE A QUALIDADE E A INOCUIDADE DO PRODUTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	07/08/2013	RECONHECE O ESTADO DE SANTA CATARINA COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA RALSTONIA SOLANACEARUM RAÇA 2 (ALP MOKO DA BANANEIRA).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	06/08/2013	ALTERA OS ARTS. 2º E 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 19 DE ABRIL DE 2012.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	26/07/2013	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE BULBOS DE CEBOLA (ALLIUM CEPA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO EQUADOR.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	25/07/2013	ACRESCE O SUBITEM 4.1.2 AO SUBITEM 4.1 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2012
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	25/07/2013	APROVA O MODELO DE FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO DE CULTIVARES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC, CONSTANTE DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	25/07/2013	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS E OS CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO - CF E DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE REEXPORTAÇÃO - CFR, POR SOLICITAÇÃO DO EXPORTADOR, E APROVA OS MODELOS DE FORMULÁRIOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	18/07/2013	ALTERA O ART. 1º E O ANEXO I E ACRESCENTAR O INCISO IV AO ANEXO IV, TODOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08, DE 11 DE MARÇO DE 2009.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	12/07/2013	ESTABELECE AS ESPECIFICAÇÕES DE REFERÊNCIA DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS COM USO APROVADO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	11/07/2013	INSTITUI A REDE DE COLABORAÇÃO EM EPIDEMIOLOGIA VETERINÁRIA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - AQUAEPI, RESPONSÁVEL PELO SUPORTE TÉCNICO E CIENTÍFICO PARA DEFINIÇÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MPA EM SANIDADE AQUÍCOLA E PESQUEIRA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	25/06/2013	DEFINE, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, PARA O ANO-SAFRA 2013/14, O SEGUINTE: I - AS CULTURAS AGRÍCOLAS QUE SERÃO MONITORADAS, COM O TIPO DE ANÁLISE E A PREVISÃO DA QUANTIDADE DE AMOSTRAS A SEREM ANALISADAS, SÃO AS CONSTANTES DO ANEXO I; II - O ESCOPO MÍNIMO DE RESÍDUOS DE PRAGUICIDAS A SER MONITORADO POR CULTURA AGRÍCOLA É CONSTANTE DO ANEXO II, ALÉM DE OUTROS QUE DEVEM SER MONITORADOS DE FORMA A SE AVALIAR POSSÍVEIS USOS IRREGULARES; III - OS LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS DE PRAGUICIDA POR CULTURA SÃO OS CONSTANTES DO ANEXO III; E IV - O ESCOPO MÍNIMO DE CONTAMINANTES QUE DEVE SER MONITORADO POR CULTURA AGRÍCOLA, COM OS RESPECTIVOS LIMITES DE REFERÊNCIA, É O CONSTANTE DO ANEXO IV.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	20/06/2013	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA A IMPORTAÇÃO DE ABELHAS RAINHAS E PRODUTOS APÍCOLAS" - RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 11/12
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	20/06/2013	DEFINE NORMAS PARA HABILITAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO QUE ATUA NO SETOR PRIVADO PARA

				EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL – GTA E APROVA OS MODELOS DE FORMULÁRIOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	20/06/2013	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO CANCRO EUROPEU DAS POMÁCEAS (NEONECTRIA GALLIGENA) - PNCEP COM A FINALIDADE DE ESTABELECER OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONTENÇÃO DA PRAGA, E GRUPO COM O OBJETIVO DE PROPOR, ACOMPANHAR E AVALIAR AS AÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PNCEP NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	19/06/2013	ESTABELECE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS SEGUINTES BEBIDAS: I - PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO; E II - PREPARADO SÓLIDO PARA BEBIDA COMPOSTA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	19/06/2013	ESTABELECE, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS SEGUINTES BEBIDAS: I - XAROPE; II - PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRESCO; III - PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRIGERANTE; IV - PREPARADO LÍQUIDO PARA BEBIDA COMPOSTA; E V - PREPARADO LÍQUIDO PARA CHÁ.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	19/06/2013	ESTABELECE, EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS SEGUINTES BEBIDAS: I - REFRESCO; II - REFRIGERANTE; III - BEBIDA COMPOSTA; IV - CHÁ PRONTO PARA CONSUMO; E V - SODA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	24/05/2013	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE TOMATE (LYCOPERSICON ESCULENTUM SIN. SOLANUM LYCOPERSICUM) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO EQUADOR
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	08/05/2013	RECONHECE OFICIALMENTE COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON - OS MUNICÍPIOS DE ANAURILÂNDIA, BATAGUASSÚ, BATAYPORÃ, NOVA ANDRADINA E TAQUARUSSÚ, DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	22/04/2013	AUTORIZA, PELO PRAZO DE TRÊS ANOS, A RECONSTITUIÇÃO DE LEITE EM PÓ PELAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL, PREVIAMENTE HABILITADAS À PRODUÇÃO DE LEITE ULTRA ALTA TEMPERATURAS (UHT OU UAT) E DE LEITE PASTEURIZADO, LOCALIZADAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE), AFETADOS PELA SECA, VISANDO À PRODUÇÃO DE LEITE UHT E DE LEITE PASTEURIZADO RECONSTITUÍDOS, PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DIRETO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	19/04/2013	PRORROGA, PARA O DIA 01 DE JANEIRO DE 2014, A ENTRADA EM VIGÊNCIA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL, QUANDO DESTINADAS AO USO VETERINÁRIO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	18/04/2013	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS REGISTRADOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	18/04/2013	DEFINE AS MEDIDAS DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL A SEREM ADOTADAS VISANDO À PREVENÇÃO, CONTENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO, EM FUNÇÃO DA EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA DECLARADA PARA A PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	11/04/2013	DEFINE O PROGRAMA DE GESTÃO DE RISCO DIFERENCIADO, BASEADO EM VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E ADOÇÃO DE VACINAS, PARA OS ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS CONSIDERADOS DE MAIOR SUSCEPTIBILIDADE À INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE AGENTES PATOGÊNICOS NO PLANTEL AVÍCOLA NACIONAL E PARA ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS QUE EXERÇAM ATIVIDADES QUE NECESSITAM DE MAIOR RIGOR SANITÁRIO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	09/04/2013	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 10 DE JANEIRO DE 2002, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	05/04/2013	AUTORIZA E DEFINE OS PROCEDIMENTOS PARA IMPORTAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE PRODUTOS AGROTÓXICOS REGISTRADOS EM OUTROS PAÍSES, QUE TENHAM COMO INGREDIENTE ATIVO ÚNICO A SUBSTÂNCIA BENZOATO DE EMAMECTINA PARA FINS EXCLUSIVOS DE

				CONTENÇÃO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 3 DE ABRIL DE 2013.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	25/03/2013	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE TREVO ALEXANDRINO (TRI- FOLIUM ALEXANDRINUM), PRODUZIDAS NA ITÁLIA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	25/03/2013	RECONHECE O ESTADO DO PIAUÍ COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA RALSTONIA SOLANACEARUM RAÇA 2 (ALP MOKO DA BANANEIRA).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	15/03/2013	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA, PARA UTILIZAÇÃO OU CONSUMO NOS EVENTOS DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES DE 2013, DA COPA DO MUNDO DE 2014 E OUTROS EVENTOS ASSOCIADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	13/03/2013	PROÍBE A PESCA DIRECIONADA, RETENÇÃO A BORDO, TRANSBORDO, DESEMBARQUE, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DAS ESPÉCIES, PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE RAIAS DA FAMÍLIA MOBULIDAE EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILERIAS E EM TERRITÓRIO NACIONAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	13/03/2013	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO MALTE DE CEVADA, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	12/03/2013	PROÍBE A PESCA DIRECIONADA, RETENÇÃO A BORDO, TRANSBORDO, DESEMBARQUE, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE TUBARÃO GALHA-BRANCA (CARCHARHINUS LONGIMANUS), EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILERIAS E EM TERRITÓRIO NACIONAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	28/02/2013	ALTERA O ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 27 DE AGOSTO DE 2012, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	28/02/2013	ALTERA O ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 30 DE AGOSTO DE 2012, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	26/02/2013	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE BULBOS DE ALHO (ALLIUM SATIVUM) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	07/02/2013	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO OS REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS DOS ESTADOS PARTES PARA O INGRESSO DE CANINOS E FELINOS DOMÉSTICOS, E O MODELO DE CERTIFICADO VETERINÁRIO INTERNACIONAL - RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES. Nº 52/2012.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	07/02/2013	ALTERA O CAPUT DO ART. 1º, INSERINDO O PARÁGRAFO ÚNICO, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 08, DE 17 DE ABRIL DE 2012, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	31/01/2013	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS DO SUB-STANDARD 3.7.8. PARA BRASSICA NAPUS VAR. NAPUS (CANOLA OU COLZA) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/ GMC/RES Nº 10/12, DE 14 DE JUNHO DE 2012, QUE CONSTAM COMO ANEXOS DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	31/01/2013	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS DO SUB-STANDARD 3.7.28. PARA THEOBROMA CACAO (CACAU) SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, APROVADOS PELA RESOLUÇÃO MERCOSUL/GMC/RES Nº 09/12, DE 14 DE JUNHO DE 2012, QUE CONSTAM COMO ANEXOS DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	30/01/2013	ALTERA O § 3º DO ART. 6º E O ART. 45 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 32, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE PASSAM A VIGORAR COM AS SEGUINTES REDAÇÕES:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	19/12/2012	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DA MANGA, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A

				MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	11/12/2012	DEFINE, PARA AS CULTURAS AGRÍCOLAS DE ABACAXI, ALFACE, ALHO, AMENDOIM, ARROZ, BANANA, BATATA, CAFÉ, CASTANHA-DO-BRASIL, FEIJÃO, LARANJA, LIMÃO, LIMA ÁCIDA, MAÇÃ, MAMÃO, MANGA, MELÃO, MILHO, MORANGO, PÊSSEGO, PIMENTA-DO-REINO, PIMENTÃO, SOJA, TOMATE, TRIGO E UVA, NO ANO SAFRA 2012/2013, OS LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS E DE CONTAMINANTES TOLERADOS PARA FINS DE MONITORAMENTOS DE AGROTÓXICOS, BEM COMO OS TIPOS DE ANÁLISES E NÚMERO DE AMOSTRAS A SEREM COLETADOS, E RESPECTIVAS LEGENDAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	11/12/2012	ESTABELECE REQUISITO FITOSSANITÁRIO ADICIONAL AOS PREVISTOS POR MEIO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 31 DE JULHO DE 2006, PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE UVA (VITIS VINIFERA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NA ARGENTINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	06/12/2012	ACRESCENTA OS PARÁGRAFOS ÚNICOS AOS ARTS. 1º E 4º; O ART. 10-A COM SEUS INCISOS DE I, II, III E IV; O ART. 10-B; O ART. 14-A; O ART. 24-A; O CAPÍTULO IV COM O ART. 27-A E OS SEUS §§ 1º, 2º E 3º; E O ART. 31, TODOS NO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 56, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	29/11/2012	ESTABELECE, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DAS TABELAS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 E 9 CONSTANTES DO SEU ANEXO I, A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS SEGUINTES BEBIDAS FERMENTADAS: I - FERMENTADO DE FRUTA; II - FERMENTADO DE FRUTA LICOROSO; III - FERMENTADO DE FRUTA COMPOSTO; IV - SIDRA; V - HIDROMEL; VI - FERMENTADO DE CANA; E VII - SAQUÊ OU SAKE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	29/11/2012	ESTABELECE AS NORMAS PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO DE CAFEEIRO (COFFEA ARABICA L. E COFFEA CANEPHORA PIERRE EX A. FROEHNER) E OS SEUS PADRÕES, COM VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, VISANDO À GARANTIA DE SUA IDENTIDADE E QUALIDADE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	28/11/2012	REVOGA AS PORTARIAS Nº 89 E Nº 90, AMBAS DE 15 DE JULHO DE 1996.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	20/11/2012	ESTABELECE AS NORMAS PARA A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO DE BATATA (SOLANUM TUBEROSUM L.) E OS SEUS PADRÕES, COM VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, VISANDO À GARANTIA DE SUA IDENTIDADE E QUALIDADE
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	08/11/2012	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A COMERCIALIZAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL, QUANDO DESTINADAS AO USO VETERINÁRIO, RELACIONADAS NO ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, E DOS PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO QUE AS CONTENHAM.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	18/10/2012	RECONHECE O SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS EM CULTIVOS DE CUCURBITÁCEAS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO AMPARO, NO ESTADO DA BAHIA, COM O OBJETIVO DE EXPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS DE CUCURBITÁCEAS PARA PAÍSES QUE TÊM RESTRIÇÕES QUARENTENÁRIAS COM RELAÇÃO À REFERIDA PRAGA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	05/10/2012	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 06 DE JUNHO DE 2012, QUE ESTABELECE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AS IMPORTAÇÕES DE MAÇÃ, PÊRA E MARMELO (CATEGORIA 3, CLASSE 4: FRUTAS PARA CONSUMO) DA REPÚBLICA DA ARGENTINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	01/10/2012	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS (CATEGORIA 3, CLASSE 9) DE SOJA (GLYCINE MAX) PRODUZIDOS NA BOLÍVIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	26/09/2012	ALTERA O CAPUT DO ART. 1° DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 11, DE 16 DE MAIO DE 2012
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	19/09/2012	ESTABELECE, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS SEGUINTES BEBIDAS ALCOÓLICAS RETIFICADAS: I - AQUAVIT; II - CORN; III - GENEBRA; IV - GIM; V - STEINHAEGER; E VI - VODCA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	18/09/2012	ESTABELECE AS NORMAS PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO DE MORANGUEIRO (FRAGARIA X ANANASSA DUCH.) E OS SEUS PADRÕES, COM VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, VISANDO À GARANTIA DE SUA IDENTIDADE E QUALIDADE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	13/09/2012	ALTERA O SUBITEM 13.3 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 29 DE JUNHO DE 2005.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	10/09/2012	ACRESCENTA AO CAPUT DO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010, AS SEMENTES DE ALBIZIA HASSLERI, ANADENANTHERA COLUBRINA, ANADENANTHERA MACROCARPA, APULEIA LEIOCARPA, CARINIANA LEGALIS, CASSIA LEPTOPHYLLA, COPAIFERA LANGSDORFFII, CORDIA AMERICANA, DALBERGIA MISCOLOBIUM, DALBERGIA NIGRA, ENTEROLOBIUM MAXIMUM, ERYTHRINA SPECIOSA, GALLESIA INTEGRIFOLIA, HYMENAEA COURBARIL, HYMENAEA STIGONOCARPA, MIMOSA SCABRELLA, PELTOGYNE CONFERTIFLORA, QUALEA GRANDIFLORA, SCHINUS TEREBINTHIFOLIUS, SENNA MULTIJUGA, STRYPHNODENDRON BARBADETIMAN, STRYPHNODENDRON POLYPHYLLUM, TABEBUIA AUREA, TABEBUIA IMPETIGINOSA E ZEYHERIA TUBERCULOSA; ESTABELECER MÉTODOS PARA TESTES DE GERMINAÇÃO DAS SEMENTES DAS ESPÉCIES LISTADAS; ALTERAR OS ITENS 114 E 115 DAS INSTRUÇÕES ADICIONAIS E RECOMENDAÇÕES PARA SUPERAR A DORMÊNCIA, CONSTANTES DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	05/09/2012	ALTERA O ANEXO II, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 21 DE MAIO DE 2008, CONFORME FORMULÁRIO APROVADO NO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA; E CORRIGIR A NUMERAÇÃO DO ANEXO VIII, QUE PASSARÁ A SER NUMERADO COMO ANEXO XI, NO SUBITEM 2.1.1., DO ART. 1º; NO ART. 2º E NO ANEXO, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2011.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	30/08/2012	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE NATA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	27/08/2012	ESTABELECE AS NORMAS PARA A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS E DE OUTRAS ESTRUTURAS DE PROPAGAÇÃO OBTIDAS POR MEIO DE CULTURA DE TECIDOS DE PLANTAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	15/08/2012	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE ESTACAS E MUDAS (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE OLIVEIRA (OLEA EUROPAEA L.), PRODUZIDAS NA ARGENTINA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	15/08/2012	ESTABELECE OS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O CREDENCIAMENTO E FUNCIONAMENTO DE LABORATÓRIOS DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DE CONTROLE OFICIAL DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS E FÁRMACOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	09/08/2012	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE MAMONA (RICINUS COMMUNIS L.), PRODUZIDAS EM ISRAEL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	03/08/2012	ALTERA O CAPUT E INSERE O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 26, DE 22 DE ABRIL DE 2002, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	30/07/2012	ALTERA O ART. 30 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 30 DE JANEIRO DE 2012.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	26/07/2012	ESTABELECE QUE AS BULAS DOS AGROTÓXICOS DEVERÃO CONTER FAIXA TOXICOLÓGICA COLORIDA, CONFORME APROVAÇÃO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS A SER DISPONIBILIZADA AO FINAL DA PRIMEIRA PÁGINA DA BULA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	16/07/2012	RECONHECE O SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO - SMR PARA MOSCA-DAS-FRUTAS EM CULTIVOS DE MANGUEIRA (MANGIFERA INDICA), IMPLANTADO NA ÁREA QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE BELÉM DE SÃO FRANCISCO, LAGOA GRANDE, PETROLINA E SANTA MARIA DA BOA VISTA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	04/07/2012	ALTERA OS INCISOS IV E VI DO ART. 25 E O ART. 31 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 60, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	04/07/2012	ESTABELECE OS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O CREDENCIAMENTO E FUNCIONAMENTO DE LABORATÓRIOS ANALÍTICOS DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DE CONTROLE OFICIAL DE PRODUTOS AGROTÓXICOS, TÉCNICOS E FORMULADOS, NA FORMA DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	21/06/2012	ACRESCE O § 2º AO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 51, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	21/06/2012	ACRESCE O § 2º AO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 51, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	08/06/2012	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA PARA UTILIZAÇÃO NOS EVENTOS PREVISTOS PARA OCORREREM NO ÂMBITO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO +20), A REALIZAR-SE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (RJ), NO PERÍODO DE 13 A 22 DE JUNHO DE 2012.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	17/05/2012	PROÍBE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL A IMPORTAÇÃO, FABRICAÇÃO E O USO DAS SUBSTÂNCIAS ANTIMICROBIANAS ESPIRAMICINA E ERITROMICINA COM FINALIDADE DE ADITIVO ZOOTÉCNICO MELHORADOR DE DESEMPENHO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	16/05/2012	RESTRINGE O INGRESSO DE ANIMAIS VIVOS SUSCEPTÍVEIS À FEBRE AFTOSA, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS NOS ESTADOS DE ALAGOAS, CEARÁ, MARANHÃO, PARÁ, PERNAMBUCO E PIAUÍ, CLASSIFICADOS COMO BR- 3 (MÉDIO RISCO) E ENVOLVIDOS NO INQUÉRITO SOROEPIDEMIOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DE CIRCULAÇÃO DO VÍRUS DA FEBRE AFTOSA, PROVENIENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO OU PARTE DESTAS, CLASSIFICADAS COMO BR-3 (MÉDIO RISCO) OU DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, CLASSIFICADAS COMO BR-4 (MAIOR RISCO), E BR-N (RISCO NÃO CONHECIDO) PARA FEBRE AFTOSA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	14/05/2012	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CASTANHAS DE CAJU (ANACARDIUM OCCIDENTALE) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 10) PRODUZIDAS EM GÂMBIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	08/05/2012	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE HIGIÊNICO- SANITÁRIO DE MOLUSCOS BIVALVES – PNCMB, COM A FINALIDADE DE ESTABELECER OS REQUISITOS PARA A GARANTIA DA INOCUIDADE E QUALIDADE DOS MOLUSCOS BIVALVES, DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO, E MONITORAR E FISCALIZAR O ATENDIMENTO A ESSES REQUISITOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	19/04/2012	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE ABACATE (PERSEA AMERICANA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	18/04/2012	AUTORIZA A INSCRIÇÃO NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC DAS ESPÉCIES FRUTÍFERAS CONSTANTES DO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	17/04/2012	PROÍBE O TRÂNSITO DE VEGETAIS E SUAS PARTES DAS ESPÉCIES CITRUS SPP., COCOS NUCIFERA, ACACIA SP., AZADIRACHTA INDICA, MELIA AZEDARACH E SORGHUM BICOLOR, HOSPEDEIRAS DO ÁCARO HINDU DOS CITROS (SCHIZOTETRANYCHUS HINDUSTANICUS), QUANDO ORIUNDAS DE UNIDADES DA FEDERAÇÃO (UF) ONDE SEJA CONSTATADA, POR LAUDO LABORATORIAL OFICIAL, A PRESENÇA DA PRAGA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	13/04/2012	INSTITUI A REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA – RENAQUA (WWW.RENAQUA.GOV.BR), RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS E ANÁLISES OFICIAIS, BEM COMO O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE NOVAS METODOLOGIAS ANALÍTICAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	13/04/2012	INSTITUI SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUÁRIOS – SIGVIG, NO ÂMBITO DO MAPA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	12/04/2012	DEFINE OS CRITÉRIOS PARA O DIAGNÓSTICO DE RAIVA, POR MEIO DO TESTE DE IMUNOFLUORESCÊNCIA DIRETA (TIFD) E DA PROVA BIOLÓGICA EM CAMUNDONGOS (PB), NOS LABORATÓRIOS PERTENCENTES À REDE NACIONAL DE

				LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	03/04/2012	ESTABELECE OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE E A CLASSIFICAÇÃO DOS FERMENTADOS ACÉTICOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	02/04/2012	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DE AGROTÓXICO EM TRATAMENTO DE SEMENTES E MUDAS DE CULTURA DIVERSA ÀS RECOMENDADAS EM RÓTULO E BULA, DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE À EXPORTAÇÃO, EM ATENDIMENTO A REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS DO PAÍS IMPORTADOR.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	28/03/2012	DEFINE OS CRITÉRIOS A SEREM CUMPRIDOS PARA FINS DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS IMPORTADOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	27/03/2012	ALTERA O CAPUT DO ART. 2º E ACRESCENTAR OS INCISOS I A VI, E NO ART. 11 ACRESCENTAR OS §§ 1º, 2º, 3º E 4º, AMBOS, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 31 DE MAIO DE 2005, QUE PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	09/03/2012	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA SORGHUM VULGARE (SORGO) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	28/02/2012	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O MONITORAMENTO DE PERONOSPORA TABACINA, VISANDO A EXPORTAÇÃO DE TABACO (NICOTIANA TABACUM), PRODUZIDO NO BRASIL, CURADO EM ESTUFA E CURADO EM GALPÃO DESTINADO À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, E APROVAR OS FORMULÁRIOS CONSTANTES DOS ANEXOS I A V DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	06/02/2012	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 16 DEFEVEREIRO DE 2009.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	30/01/2012	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO AZEITE DE OLIVA E DO ÓLEO DE BAGAÇO DE OLIVA NA FORMA DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA E OS LIMITES DE TOLERÂNCIA CONSTANTES DOS SEUS ANEXOS I, II, III E IV.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	03/01/2012	ESTABELECE NORMAS, CRITÉRIOS E PADRÕES PARA A EXPLOTAÇÃO DE PEIXES NATIVOS OU EXÓTICOS DE ÁGUAS CONTINENTAIS COM FINALIDADE ORNAMENTAL OU DE AQUARIOFILIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	28/12/2011	PROÍBE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL O USO EM BOVINOS DE CORTE CRIADOS EM REGIME DE CONFINAMENTOS E SEMI-CONFINAMENTOS, DE PRODUTOS ANTIPARASITÁRIOS QUE CONTENHAM EM SUA FORMULAÇÃO PRINCÍPIOS ATIVOS DA CLASSE DAS AVERMECTINAS, CUJO PERÍODO DE CARÊNCIA OU DE RETIRADA DESCRITO NA ROTULAGEM SEJA MAIOR DO QUE VINTE E OITO DIAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	22/12/2011	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO MILHO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	22/12/2011	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO MILHO PIPOCA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	19/12/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE MARACUJÁ (PASSIFLORA EDULIS) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO EQUADOR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	19/12/2011	ACRESCENTA O SUBITEM 2.1.1, AO SUBITEM 2.1, DO ITEM 2, DO INCISO I, DO ANEXO I, NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 21 DE MAIO DE 2008.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	15/12/2011	ALTERA O ART. 2º E O INCISO II DO ART. 4º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 02 DE JUNHO DE 2003.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	15/12/2011	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE CONSERVAS DE ATUNS E BONITOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	15/12/2011	PERMITE QUE OS QUEIJOS ARTESANAIS TRADICIONALMENTE ELABORADOS A PARTIR DE LEITE CRU SEJAM MATURADOS POR UM PERÍODO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS, QUANDO ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS COMPROVAREM QUE A REDUÇÃO DO PERÍODO DE MATURAÇÃO NÃO COMPROMETE A QUALIDADE E A INOCUIDADE DO PRODUTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	13/12/2011	RTIQ DE CONSERVAS DE PEIXES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	07/12/2011	RTIQ DE LINGUIÇA - ALTERA O SUBITEM 4.1.2 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 31 DE MARÇO DE 2000.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	05/12/2011	ALTERA OS ARTS. 1º, 2º, 3º E 4º; INCISOS IV E V E §§ 2º E 3º, TODOS DO ART. 5º; INCISO I DO ART. 11; INCISO I DO ART. 14; ARTS. 18 E 19; INCISO III DO ART. 25; INCISOS I E II DO ART. 26; ARTS. 27, 28 E 29; §§ 3º E 4º DO ART. 30, E ARTS. 31 E 32, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 36, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	01/12/2011	PROÍBE A IMPORTAÇÃO, A PRODUÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE SUBSTÂNCIAS NATURAIS OU ARTIFICIAIS, COM ATIVIDADE ANABOLIZANTES HORMONAIS, PARA FINS DE CRESCIMENTO E GANHO DE PESO EM BOVINOS DE ABATE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	24/11/2011	APROVA OS REQUISITOS, CRITÉRIOS E PRAZOS PARA AUTORIZAR POR MEIO DE CREDENCIAMENTO AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO A PRESTAR OU EXECUTAR SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, COM BASE NOS PADRÕES OFICIAIS DE CLASSIFICAÇÃO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	07/11/2011	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DA FARINHA DE MANDIOCA NA FORMA DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA E DOS SEUS ANEXOS I, II E III.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	04/11/2011	ESTABELECE CRITÉRIOS REGULAMENTARES E OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO, CONTROLE DE QUALIDADE E SISTEMAS DE ANÁLISE DE RISCO, FIXADOS PELO MAPA PARA A IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS, VEGETAIS, SEUS PRODUTOS, DERIVADOS E PARTES, SUBPRODUTOS, RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO E DOS INSUMOS AGROPECUÁRIOS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	04/11/2011	APROVA, NA FORMA DOS ANEXOS I E II DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA, OS SEGUINTES FORMULÁRIOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	01/11/2011	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 12, DE 2008.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	01/11/2011	ESTABELECE AS PRÁTICAS ENOLÓGICAS LÍCITAS PARA A ELABORAÇÃO DE VINHO E MOSTO DE UVA E PARA A UVA DESTINADA À INDUSTRIALIZAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	27/10/2011	ALTERA O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 15 DE AGOSTO DE 2011, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	13/10/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS PARA ADESÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, INDIVIDUALMENTE OU POR MEIO DE CONSÓRCIOS, AO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA, INTEGRADO PELO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL,
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	13/10/2011	ALTERA O REGULAMENTO TÉCNICO DE APRESUNTADO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	10/10/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E SEMENTES PRÉ-GERMINADAS (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DAS ESPÉCIES DE DENDÊ ELAEIS GUINEENSIS E ELAEIS OLEIFERA E DO DENDÊ HÍBRIDO INTERESPECÍFICO (ELAEIS GUINEENSIS X ELAEIS OLEIFERA) PRODUZIDAS NA COSTA RICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	10/10/2011	ALTERA O INCISO VII DO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 17 DE OUTUBRO DE 2001.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	06/10/2011	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA OS SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO, BEM COMO AS LISTAS DE SUBSTÂNCIAS E PRÁTICAS PERMITIDAS PARA USO NOS SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DE SEUS ANEXOS I A VIII.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	29/09/2011	RECONHECE O SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO - SMR PARA MOSCA-DAS-FRUTAS EM CULTIVOS DE MANGUEIRA (MANGIFERA INDICA), IMPLANTADO NA ÁREA QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE ABARÉ, CASA NOVA, CURAÇÁ, DOM BASÍLIO, JUAZEIRO, LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, SENTO SÉ E SOBRADINHO, NO ESTADO DA BAHIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	19/09/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE MILHETO (PENNISETUM GLAUCUM) PRODUZIDAS NA BOLÍVIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	16/09/2011	RECONHECE O ESTADO DE ALAGOAS COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA (ALP) PERONOSPORA TABACINA, PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO QUANTO AO MOFO AZUL DO TABACO, EM ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO MERCADO EXTERNO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	30/08/2011	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 1º DE SETEMBRO DE 2003.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	30/08/2011	ALTERA OS ARTIGOS 14 E 15 DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 9 DE JULHO DE 2009.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	30/08/2011	INSERE O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 5º DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 41, DE 8 DE OUTUBRO DE 2009,. POSSIBILITA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA DESTINAÇÃO DOS RUMINANTES ALIMENTOS COM PRODUTOS PROIBIDOS, MEDIANTE PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	22/08/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE AMORA PRETA (RUBUS FRUTICOSUS) PRODUZIDOS NO MÉXICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	22/08/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE FRAMBOESA (RUBUS IDAEUS) PRODUZIDOS NO MÉXICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	15/08/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE LARANJA (CITRUS SINENSIS) E FRUTOS DE CIDRA (CITRUS MEDICA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NA ITÁLIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	09/08/2011	DEFINE, PARA AS CULTURAS AGRÍCOLAS DE ABACAXI, ALFACE, AMENDOIM, ARROZ, BANANA, BATATA, CAFÉ, CASTANHA-DO-BRASIL, FEIJÃO, LARANJA, LIMÃO, LIMA ÁCIDA, MAÇÃ, MAMÃO, MANGA, MELÃO, MILHO, MORANGO, PIMENTA-DO-REINO, PIMENTÃO, SOJA, TOMATE, TRIGO E UVA, NO ANO-SAFRA 2011/2012, OS LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS E DE CONTAMINANTES TOLERADOS PARA FINS DE MONITORAMENTOS DE AGROTÓXICOS, BEM COMO OS TIPOS DE ANÁLISES E NÚMERO DE AMOSTRAS A SEREM COLETADOS, E RESPECTIVAS LEGENDAS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	02/08/2011	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA A PRODUÇÃO DE COGUMELOS COMESTÍVEIS EM SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO, NA FORMA DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	02/08/2011	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA A PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS EM SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO, NA FORMA DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	14/07/2011	ACRESCENTA AO CAPUT DO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010, AS SEMENTES DE ACACIA POLYPHYLLA, CARINIANA ESTRELLENSIS, CEDRELA FISSILIS, CEDRELA ODORATA, CYTHAREXYLUM MYRIANTHUM, JACARANDA CUSPIDIFOLIA, JACARANDA MICRANTHA, ORMOSIA ARBOREA, PARAPIPTADENIA RIGIDA, PARKIA PENDULA, PLATYMENIA RETICULATA, SCHIZOLOBIUM PARAHYBA VAR. AMAZONICUM, SENNA MACRANTHERA, TABEBUIA CHRYSOTRICHA E TABEBUIA ROSEO-ALBA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	11/07/2011	REGULAMENTO TÉCNICO QUE FIXA A IDENTIDADE E AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE QUALIDADE QUE DEVE APRESENTAR O PRODUTO CONSERVAS DE SARDINHAS PARA A SUA COMERCIALIZAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	01/07/2011	ALTERA O ART. 5º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 39, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	30/06/2011	PRORROGA POR 6 (SEIS) MESES A VIGÊNCIA DOS PRAZOS ESTABELECIDOS PARA A ADOÇÃO DE NOVOS LIMITES MICROBIOLÓGICOS E DE CÉLULAS SOMÁTICAS, QUE ENTRARIAM EM VIGOR A PARTIR DE 1º DE JULHO DE 2011 PARA AS REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE, DISPOSTOS NA TABELA 2 DO ANEXO IV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 18 DE SETEMBRO DE 2002, E INSTITUI GRUPO DE TRABALHO COM O OBJETIVO DE ESTABELECER NOVAS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DA QUALIDADE DO LEITE, BEM COMO DEFINIR COMPETÊNCIAS E COMPROMISSOS DE CADA ELO ENVOLVIDO NA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE, E APRESENTAR PROPOSTA CONCLUSIVA DENTRO DO PRAZO DA PRESENTE PRORROGAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	13/06/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE KIWI (ACTINIDIA DELICIOSA) PRODUZIDOS EM PORTUGAL, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	09/06/2011	ESTABELECE, CONFORME PREVISTO NO CADERNO DE ENCARGOS, O MANUAL DOS PROCEDIMENTOS DE DEFESA AGROPECUÁRIA PARA A IMPORTAÇÃO TEMPORÁRIA DE EQUINOS, IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO E SUPLEMENTOS E PARA O TRÂNSITO NACIONAL DE EQUINOS, RELACIONADOS AOS 5º JOGOS MUNDIAIS MILITARES DO CONSELHO INTERNACIONAL DO ESPORTE MILITAR - CISM, A REALIZAR-SE NO PERÍODO DE 16 A 24 DE JULHO DE 2011, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E APROVAR OS FORMULÁRIOS CONSTANTES DOS ANEXOS I A IX.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	09/06/2011	ACRESCENTA OS ANEXOS VIII, IX E X À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 21 DE MAIO DE 2008, CONSTANDO OS PESOS DAS AMOSTRAS DE TRABALHO PARA ANÁLISE DE PUREZA E PARA DETERMINAÇÃO DE OUTRAS SEMENTES POR NÚMERO PARA AS ESPÉCIES DE SEMENTES DE FORRAGEIRAS TROPICAIS; E ALTERAR O ITEM 2 DO INCISO IV DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 21 DE MAIO DE 2008, COM INCLUSÃO DO SUBITEM 2.1.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	08/06/2011	ESTABELECE NORMAS TÉCNICAS PARA OS SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO AQUÍCOLA A SEREM SEGUIDOS POR TODA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA RESPONSÁVEL POR UNIDADES DE PRODUÇÃO EM CONVERSÃO OU POR SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL E SEUS ANEXOS DE I A VI.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	06/06/2011	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	01/06/2011	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PRODUTOS TÊXTEIS ORGÂNICOS DERIVADOS DO ALGODÃO, NA FORMA DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA E SEU ANEXO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	01/06/2011	ACRESCE À TABELA DO ANEXO III (ADITIVOS ALIMENTARES E COADJUVANTES DE TECNOLOGIA PERMITIDOS NO PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL ORGÂNICOS) DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N° 18, DE 28 DE MAIO DE 2009, OS SEGUINTES ADITIVOS ALIMENTARES E COADJUVANTES DE TECNOLOGIA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	24/05/2011	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS COM USO APROVADO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA, NA FORMA DOS ANEXOS I E II À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	17/05/2011	DEFINE PARA OS EFEITOS DO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 55 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE AS ATIVIDADES E SITUAÇÕES DE ALTO GRAU DE RISCO, SOBRE OS ASPECTOS DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SÃO TODAS AQUELAS QUE POSSAM RESULTAR EM PERIGO A SEGURANÇA, A IDONEIDADE, A HIGIENE E A IDENTIDADE DOS PRODUTOS E DOS INSUMOS AGROPECUÁRIOS, OU QUE CONCORRAM PARA FRAUDES ECONÔMICAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	13/05/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CASTANHAS DE CAJU (ANACARDIUM OCCIDENTALE) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 10) PRODUZIDAS EM BENIN NA ÁFRICA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	11/05/2011	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 11 DE JUNHO DE 2004.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	03/05/2011	ESTABELECE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL A EMISSÃO DE GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) NA SUA FORMA ELETRÔNICA E-GTA, PARA A MOVIMENTAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	28/04/2011	RECONHECE OFICIALMENTE COMO ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON - OS MUNICÍPIOS DE ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA, RIBAS DO RIO PARDO E SANTA RITA DO PARDO, TODOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	26/04/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE MUCUNA (MUCUNA BRACTEATA) PRODUZIDAS NA ÍNDIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	19/04/2011	APROVA O MODELO DE CERTIFICADO DE EXPORTAÇÃO DE VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO PARA A COMUNIDADE EUROPEIA, CONFORME O ANEXO I.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	14/04/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS SEM RAIZ DE KALANCHOE BLOSSFELDIANA PRODUZIDAS NA ÁFRICA DO SUL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	07/04/2011	PRORROGA O INÍCIO DE VIGÊNCIA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 38, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010, ESTABELECIDO EM SEU ART. 3º, PARA 1º DE JULHO DE 2012.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	31/03/2011	ESTABELECE, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA E DAS TABELAS 1, 2, 3, 4, 5, 6 E 7 DO SEU ANEXO, A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS SEGUINTES BEBIDAS ALCOÓLICAS DESTILADAS, COMERCIALIZADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL: I - AGUARDENTE DE MELAÇO; II - AGUARDENTE DE CEREAL; III - AGUARDENTE DE VEGETAL; IV - AGUARDENTE DE RAPADURA; V - AGUARDENTE DE MELADO; VI - AGUARDENTE DE FRUTA; VII - ARAC; VIII - RUM; IX - SOCHU; X - TIQUIRA; E XI - UÍSQUE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	24/03/2011	APROVA AS NORMAS SOBRE ESPECIFICAÇÕES, GARANTIAS, REGISTRO, EMBALAGEM E ROTULAGEM DOS INOCULANTES DESTINADOS À AGRICULTURA, BEM COMO AS RELAÇÕES DOS MICRO-ORGANISMOS AUTORIZADOS E RECOMENDADOS PARA PRODUÇÃO DE INOCULANTES NO BRASIL, NA FORMA DOS ANEXOS I, II E III, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	21/03/2011	RECONHECE A ZONAS DE ALTA VIGILÂNCIA (ZAV) PARA FEBRE AFTOSA, IMPLANTADA NA FRONTEIRA DO MS, COMO LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO, E REDEFINE AS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA VETERINÁRIA PARA FEBRE AFTOSA NESSA ZONA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	17/03/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS IN VITRO (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE TECA (TECTONA GRANDIS LINN.), PRODUZIDAS NA MALÁSIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	15/03/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE AZEVÉM (LOLIUM MULTIFLORUM LAM.), PRODUZIDAS NA ITÁLIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	11/03/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE MOGNO AFRICANO (KHAYA SENEGALENSIS) PRODUZIDAS NA AUSTRÁLIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	11/03/2011	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PRUNUS AVIUM (CEREJA DOCE) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	10/03/2011	ALTERA O § 3º DO ART. 5º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 06, DE 16 DE MAIO DE 2005, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	09/03/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CASTANHAS DE CAJU (ANACARDIUM OCCIDENTALE) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 10) PRODUZIDAS NA COSTA DO MARFIM.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	01/03/2011	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE TURFA DE SPHAGNUM SPP. (CATEGORIA 5, CLASSE 10) PRODUZIDAS NA ESTÔNIA, LETÔNIA E DINAMARCA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	28/02/2011	INSERE O INCISO IV AO ART. 2º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 36, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	24/02/2011	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PRUNUS CERASUS (CEREJA ÁCIDA) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	23/02/2011	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA NICOTIANA TABACUM (FUMO) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	17/02/2011	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PISUM SATIVUM (ERVILHA) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	17/02/2011	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA HELIANTHUS ANNUUS (GIRASSOL) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	17/02/2011	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA MEDICAGO SATIVA (ALFAFA) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	17/02/2011	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA FRAGARIA ANANASSA (MORANGO) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	104	17/02/2011	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA MEDICAGO SATIVA (ALFAFA) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM,

				DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	12/02/2011	RECONHECE O SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO - SMR PARA MOSCA-DAS-FRUTAS EM CULTIVOS DE MANGUEIRA (MANGIFERA INDICA).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	10/02/2011	ALTERA O INCISO I DO SUBITEM 3.1 DO ITEM 3, DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	10/02/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE BULBOS DE CEBOLA (ALLIUM CEPA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	19/01/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE DENDÊ (ELAEIS GUINEENSIS) PRODUZIDAS IN VITRO (CATEGORIA 4, CLASSE 1) NA COSTA RICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	05/01/2011	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE GRÃOS (CATEGORIA 3, CLASSE 9) DE AMARANTO (AMARANTHUS CAUDATUS L.), PRODUZIDOS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	30/12/2010	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES, DE DIFERENTES ESPÉCIES, DESTINADAS À PROPAGAÇÃO, CONSTANTES DOS ANEXOS DE I A L, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, PRODUZIDAS NOS RESPECTIVOS PAÍSES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	27/12/2010	DECLARA COMO ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO A ÁREA FORMADA PELOS MUNICÍPIOS DE BURITIRAMA, CASA NOVA, CAMPO ALEGRE DE LOURDES, FORMOSA DO RIO PRETO, MANSIDÃO, PILÃO ARCADO, REMANSO E SANTA RITA DE CÁSSIA, NO ESTADO DA BAHIA E A ÁREA FORMADA PELOS MUNICÍPIOS DE BARRA DO OURO, CAMPOS LINDOS, GOIATINS, LIZARDA, MATEIROS, RECURSOLÂNDIA E SÃO FÉLIX DO TOCANTINS, NO ESTADO DE TOCANTINS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	27/12/2010	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DAS PRAGAS BANANA STREAK VÍRUS - BSV E CUCUMBER MOSAIC VÍRUS - CMV EM MUDAS DE BANANEIRA VISANDO À CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA COM VISTAS À SUA COMERCIALIZAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	23/12/2010	OFICIALIZA OS MÉTODOS PARA TESTES DE GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE ACACIA POLYPHYLLA, ALBIZIA HASSLERI, ANADENANTHERA COLUBRINA, ANADENANTHERA MACROCARPA, APULEIA LEIOCARPA, ASTRONIUM FRAXINIFOLIUM, CARINIANA ESTRELLENSIS, CARINIANA LEGALIS, CASSIA LEPTOPHYLLA, CEDRELA FISSILIS, CEDRELA ODORATA, CEIBA SPECIOSA, COPAIFERA LANGSDORFFII, CORDIA AMERICANA, CYBISTAX ANTISYPHILITICA, CYTHAREXYLUM MYRIANTHUM, DALBERGIA MISCOLOBIUM, DALBERGIA NIGRA, ENTEROLOBIUM CONTORTISILIQUUM, ENTEROLOBIUM MAXIMUM, ERYTHRINA SPECIOSA, GALLESIA INTEGRIFOLIA, GUAZUMA ULMIFOLIA, HYMENAEA COURBARIL, HYMENAEA STIGONOCARPA, JACARANDA CUSPIDIFOLIA, JACARANDA MICRANTHA, LAFOENSIA PACARI, MIMOSA CAESALPINIAEFOLIA, MIMOSA SCABRELLA, ORMOSIA ARBOREA, PARAPIPTADENIA RIGIDA, PARKIA PENDULA, PELTOGYNE CONFERTIFLORA, PELTOPHORUM DUBIUM, PLATYMENIA RETICULATA, PSEUDOBOMBAX TOMENTOSUM, PTEROGYNE NITENS, QUALEA GRANDIFLORA, SCHINUS TEREBINTHIFOLIUS, SCHIZOLOBIUM PARAHYBA VAR. AMAZONICUM, SENNA MACRANTHERA, SENNA MULTIJUGA, STRYPHNODENDRON BARBADETIMAN, STRYPHNODENDRON POLYPHYLLUM, TABEBUIA AUREA, TABEBUIA CHRYSOTRICHA, TABEBUIA IMPETIGINOSA, TABEBUIA ROSEO-ALBA E ZEYHERIA TUBERCULOSA, CONFORME QUADRO ANEXO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	16/12/2010	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E OS PROCEDIMENTOS PARA A FABRICAÇÃO, FRACIONAMENTO, IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ISENTOS DE REGISTRO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	16/12/2010	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E OS PROCEDIMENTOS PARA A FABRICAÇÃO, FRACIONAMENTO, IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ISENTOS DE REGISTRO DE QUE TRATA ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	14/12/2010	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE ESTACAS (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE ROMÃ (PUNICA GRANATUM) PRODUZIDAS EM ISRAEL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	14/12/2010	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE GRÃOS (CATEGORIA 3, CLASSE 9) DE

				QUINOA (CHENOPODIUM QUINOA WILD.), PRODUZIDOS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	08/12/2010	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CASTANHAS-DE-CAJU (ANACARDIUM OCCIDENTALE) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 10) PRODUZIDAS NA NIGÉRIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	03/12/2010	ESTABELECE OS PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO TEOR TOTAL DE ÁGUA CONTIDA NOS CORTES DE FRANGOS, RESFRIADOS E CONGELADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	30/11/2010	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO TRIGO, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NOS ASPECTOS REFERENTES À CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO, NA FORMA DOS ANEXOS À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	30/11/2010	APROVA OS MODELOS DE BOLETIM DE ANÁLISE DE SEMENTES PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, BEM COMO AS INSTRUÇÕES PARA O SEU PREENCHIMENTO, NA FORMA DOS ANEXOS I A V DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	24/11/2010	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PRODUTOS TÊXTEIS ORGÂNICOS DERIVADOS DO ALGODÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	18/11/2010	RECONHECE O ESTADO DA BAHIA COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA (ALP) PERONOSPORA TABACINA, PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO QUANTO AO MOFO AZUL DO TABACO, EM ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO MERCADO EXTERNO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	16/11/2010	ESTABELECE, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS BEBIDAS ALCOÓLICAS POR MISTURA, COMERCIALIZADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, CONFORME A SEGUIR: I - LICOR; II - BEBIDA ALCOÓLICA MISTA; III - BATIDA; IV - FERMENTADO DE FRUTAS MISTO; V - CAIPIRINHA INDUSTRIALIZADA; VI - PREPARADO LÍQUIDO OU SÓLIDO PARA... (ACRESCIDO DO NOME DA BEBIDA ALCOÓLICA POR MISTURA A SER ELABORADA); VII - COQUETEL COMPOSTO; VIII - BEBIDA ALCOÓLICA COMPOSTA; IX - APERITIVO; E X - AGUARDENTE COMPOSTA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	12/11/2010	ESTABELECE OS MÉTODOS OFICIAIS PARA ANÁLISE DE INOCULANTES, SUA CONTAGEM,IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PUREZA NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	08/11/2010	INSTITUCIONALIZA O COMITÊ GESTOR DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL (CG/VIGIAGRO) E OS SUBCOMITÊS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL (SC/VIGIAGRO) DOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS, PORTOS ORGANIZADOS, POSTOS DE FRONTEIRA E ADUANAS ESPECIAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	04/11/2010	DEFINE OS MODELOS DE DOCUMENTOS, BEM COMO SUAS RESPECTIVAS FINALIDADES, A SEREM ADOTADOS NO EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO DE BEBIDAS, FERMENTADOS ACÉTICOS, VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO E DE SUAS MATÉRIAS PRIMAS, NA FORMA SEGUINTE: I - TERMO DE INSPEÇÃO, ANEXO I; II - INTIMAÇÃO, ANEXO II; III - TERMO DE FECHAMENTO, ANEXO III; IV - TERMO DE APREENSÃO, ANEXO IV; V - AUTO DE INFRAÇÃO, ANEXO V; VI - TERMO DE COLHEITA DE AMOSTRAS, ANEXO VI; VII - NOTIFICAÇÕES DE JULGAMENTOS, ANEXOS VII, VIII, IX E X; VIII - TERMO DE INUTILIZAÇÃO, ANEXO XI; IX - TERMO DE LIBERAÇÃO, ANEXO XII; X - TERMO DE INTERDIÇÃO, ANEXO XIII; XI - TERMO ADITIVO, ANEXO XIV; XII - TERMO DE REVELIA, ANEXO XV; XIII - LAUDO DE VISTORIA, ANEXO XVI; XIV - TERMOS DE LEVANTAMENTOS DE ESTOQUES, ANEXOS XVII E XVIII; E XV - TERMO DE DESTINAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA, PRODUTO OU EQUIPAMENTO, ANEXO XIX.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	28/10/2010	ALTERA O §3º DO ART. 27, O ART. 37 E O ART. 40 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 29, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	26/10/2010	ALTERA O ITEM 3 DO INCISO II - TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE CAMPO E DE PRODUÇÃO, DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 30, DE 21 DE MAIO DE 2008
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	06/10/2010	CLASSIFICA A ÁREA III DO ESTADO DO PARÁ COMO RISCO MÉDIO (BR-3) PARA FEBRE AFTOSA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	14/09/2010	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL E A USO VETERINÁRIO.

SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	20/08/2010	ALTERA AS SEÇÕES II E X DO CAPÍTULO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	19/08/2010	OS ARTS. 4º, 11, 13, A DENOMINAÇÃO DO CAPÍTULO IV, EOS ARTS. 16, 17 E 18, DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº17, DE 28 DE MAIO DE 2009, DOS MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DO MEIO AMBIENTE, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DAUNIÃO-DOU DE 29 DE MAIO DE 2009, SEÇÃO 1, PÁGINA 14 E 15, PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	17/08/2010	AS CONSULTAS TÉCNICAS REFERENTES A PROCEDIMENTOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS, VEGETAIS, SEUS PRODUTOS, SUBPRODUTOS, DERIVADOS OU PARTES, E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, FORMULADAS OU ENCAMINHADAS PELAS UNIDADES DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL E O ENVIO DE RESPOSTAS E PARECERES PELOS DEPARTAMENTOS, COORDENAÇÕES, DIVISÕES E SERVIÇOS DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	11/08/2010	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE AMENDOIM FORRAGEIRO (ARACHIS PINTOI) PRODUZIDAS NO PERU.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	10/08/2010	ALTERA OS ITENS 3 E 4 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 18 DE ABRIL DE 2007.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	03/08/2010	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS COM CASCA DE CASTANHA-DE-CAJU (ANACARDIUM OCCIDENTALE) IN NATURA (CATEGORIA 3, CLASSE 10) PRODUZIDAS EM GANA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	03/08/2010	ALTERA O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 13 DE JULHO DE 2010.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	03/08/2010	ALTERA OS ARTS. 27, 28, 34, 35 E 47 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2009.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	29/07/2010	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE BRÓCOLIS (BRASSICA OLERACEA VAR. ITALICA), COUVE (BRASSICA OLERACEA VAR. ACEPHALA), COUVE-CHINESA (BRASSICA CAMPESTRIS VAR. PEKINENSIS), COUVE-DE-BRUXELAS (BRASSICA OLERACEA VAR. GEMMIFERA), COUVE-FLOR (BRASSICA OLERACEA VAR. BOTRYTIS), COUVE-RÁBANO (BRASSICA OLERACEA VAR. GONGYLODES), REPOLHO (BRASSICA OLERACEA VAR. CAPITATA) E RABANETE (RAPHANUS SATIVUS) PRODUZIDAS NA CORÉIA DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	13/07/2010	ESTABELECE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA CARACTERIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E RECONHECIMENTO DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS INTEGRADAS EM UM ENFOQUE DE SISTEMAS PARA MANEJO DE RISCO DA PRAGA (SMR) MOSCA-DAS-FRUTAS EM CULTIVOS DE MANGUEIRA (MANGIFERA INDICA), CONFORME ANEXO I E COM BASE NAS DIRETRIZES DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS DE Nº 14 (APLICAÇÃO DE MEDIDAS INTEGRADAS EM UM ENFOQUE DE SISTEMAS PARA O MANEJO DE RISCO DE PRAGAS).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	30/06/2010	ALTERA O ART. 24, O INCISO III DO ART. 36 E O § 3º DO ART. 44 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 54, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	30/06/2010	ALTERA O ART. 24 E O § 3º DO ART. 44 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 55, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	11/06/2010	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE COUVE-FLOR (BRASSICA OLERACEA VAR. BOTRYTIS) PRODUZIDAS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	02/06/2010	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 19, DE 24 DE MAIO DE 2007.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	27/05/2010	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIA NOS POMARES DE MAMOEIRO (CARICA PAPAYA L.) NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO QUE POSSUEM PROGRAMAS DE EXPORTAÇÃO DE MAMÃO PARA O MERCADO AMERICANO, COM O OBJETIVO DE IDENTIFICAR E ELIMINAR AS PLANTAS INFECTADAS PELOS VÍRUS DA MELEIRA (PAPAYA MELEIRA VÍRUS -PMEV) E DO MOSAICO OU MANCHA ANELAR (PAPAYA RINGSPOT VÍRUS - TYPE P-PRSV-P), NA FORMA DOS ANEXOS I A III DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	20/05/2010	REVOGA O ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MINISTERIAL Nº 39, DE 23 DE JUNHO DE 2008.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	19/03/2010	ALTERA O CAPUT DO ART. 2º E O INCISO I DO ART. 5º, DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 41, DE 8 DE OUTUBRO DE 2009.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	08/03/2010	REGULAMENTA O REGISTRO DE ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE FARINHAS E PRODUTOS GORDUROSOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL E O REGISTRO E O COMÉRCIO DE FARINHAS E PRODUTOS GORDUROSOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL OBTIDOS DE ESTABELECIMENTOS QUE PROCESSAM RESÍDUOS NÃO COMESTÍVEIS DE ANIMAIS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	08/03/2010	ACRESCE A SEÇÃO XVII - ELEMENTOS DE SEGURANÇA AO CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS - DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, APROVADO NA FORMA DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	22/01/2010	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO MAMÃO, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM NA FORMA DOS ANEXOS I, II E III À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	20/01/2010	RECONHECE OFICIALMENTE COMO ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON - OS MUNICÍPIOS DE APARECIDA DO TABOADO, CASSILÂNDIA, CHAPADÃO DO SUL, INOCÊNCIA, PARANAÍBA, SELVÍRIA E TRÊS LAGOAS, DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	08/01/2010	ALTERA O INCISO II DO SUBITEM 6.2.2 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	07/01/2010	PRORROGA ATÉ 30 DE JUNHO DE 2010 O PRAZO PREVISTO NO ART. 21 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 02, DE 03 DE JANEIRO DE 2008.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	68	28/12/2009	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA AVENA SATIVA (AVEIA) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	69	28/12/2009	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA HORDEUM VULGARE (CEVADA) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	70	28/12/2009	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA VACCINIUM SPP. (MIRTILO) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	71	28/12/2009	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA LOTUS SPP. (LOTUS) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	72	28/12/2009	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA LOLIUM SPP. (AZEVÉM) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	73	28/12/2009	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA ALLIUM SATIVUM (ALHO) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	74	28/12/2009	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA ALLIUM CEPA (CEBOLA) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	67	17/12/2009	TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009, NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2009, SEÇÃO 1, PÁGINAS 18 E 19.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	66	16/12/2009	ALTERA OS ARTIGOS 10º E 40 DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 5 DE AGOSTO DE 2009, OS ARTIGOS 4º E 31 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 2 DE JUNHO DE 2009, E O PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 22 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 26 DE MAIO DE 2009.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	63	16/12/2009	ALTERA OS ARTS. 9º E 26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 29 DE OUTUBRO DE 2009.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	09/12/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES SECAS E SEMENTES PRÉ-GERMINADAS (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DAS ESPÉCIES DE DENDÊ ELAEIS GUINEENSIS, ELAEIS OLEIFERA E O HÍBRIDO INTERESPECÍFICO COARI (ELAEIS GUINEENSIS X ELAEIS OLEIFERA) PRODUZIDAS NO EQUADOR. (REDAÇÃO DADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA/MAPA Nº 18/2011)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	03/12/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE TRIGO (TRITICUM AESTIVUM) (CATEGORIA 3, CLASSE 9) PRODUZIDOS NA RÚSSIA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	03/12/2009	ALTERA OS ARTS. 28, 34 E 47, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 34, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2009
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	02/12/2009	DEFINE O MODELO DO LOGOTIPO A SER INSERIDO NA ROTULAGEM DOS PRODUTOS DOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO QUE ADERIREM AO SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, NA FORMA DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X E XI DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	02/12/2009	ALTERA O INCISO III DO ART. 2º, O ART. 5º, OS INCISOS V E VI DO ART. 9º, OS §§ 1º E 2º DO ART. 10, O CAPUT E OS §§ 1º E 2º DO ART. 11, O CAPUT E OS §§ 1º, 3º, 4º, 5º E 6º DO ART. 14, O § 7º DO ART. 22, E O CAPUT DO ART. 26 DO ANEXO I, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 56, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS DE REPRODUÇÃO, COMERCIAIS E DE ENSINO OU PESQUISA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	01/12/2009	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA ENVIO E RECEBIMENTO DE AMOSTRAS DE DNA GENÔMICO DE CULTIVAR PROTEGIDA OU OBJETO DE PEDIDO DE PROTEÇÃO JUNTO AO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES - SNPC/DEPTA/SDC/MAPA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	24/11/2009	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 12, DE 2008.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	24/11/2009	ESTABELECE AS DIRETRIZES E EXIGÊNCIAS PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO, PARA CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES QUE AS REALIZAM E PARA SUBMISSÃO DE PLEITOS DE REGISTRO E ALTERAÇÃO, NO QUE CONCERNE À CONDUÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS DE EFICIÊNCIA E PRATICABILIDADE AGRONÔMICA, DE FITOTOXICIDADE E ENSAIOS DE CAMPO PARA FINS DE ESTUDO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS E AFINS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	18/11/2009	ESTABELECE PARA VERIFICAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO OS SEGUINTES PROCEDIMENTOS: I - PARA COLHEITA E DESTINAÇÃO DE AMOSTRAS; II - PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE PERICIAL OU PERÍCIA DE CONTRAPROVA E DE ANÁLISE OU PERÍCIA DE DESEMPATE DE AMOSTRA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	18/11/2009	ESTABELECE PARA OS PRODUTOS BEBIDA, FERMENTADO ACÉTICO E MATÉRIA-PRIMA, ASSIM COMO TODO PRODUTO ABRANGIDO PELO REGULAMENTO APROVADO PELO DECRETO Nº 6.871, DE 04 DE JUNHO DE 2009, OS SEGUINTES PROCEDIMENTOS: I - PARA COLETA E DESTINAÇÃO DE AMOSTRA DE PRODUTO; II - PARA A REALIZAÇÃO DE ANÁLISE PERICIAL OU PERÍCIA DE CONTRAPROVA E PARA ANÁLISE DE DESEMPATE OU PERÍCIA DE DESEMPATE DE AMOSTRA DE PRODUTO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	16/11/2009	ALTERA A SEÇÃO I DO CAPÍTULO IV, A SEÇÃO I DO CAPÍTULO VI E O FORMULÁRIO XXIX - REQUERIMENTO PARA FISCALIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA, DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, APROVADO NA FORMA DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006,
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	05/11/2009	INSTITUI O SELO ÚNICO OFICIAL DO SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA, NA FORMA DOS ANEXOS À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA, E ESTABELECER OS REQUISITOS PARA A SUA UTILIZAÇÃO NOS PRODUTOS ORGÂNICOS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	04/11/2009	ALTERA A SEÇÃO I - EXPORTAÇÃO DE MERCADORIA EM TRÂNSITO ADUANEIRO, SEÇÃO II - IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA EM TRÂNSITO ADUANEIRO - PROCEDIMENTOS NO PONTO DE INGRESSO E SEÇÃO III - IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA EM TRÂNSITO ADUANEIRO - PROCEDIMENTOS NO PONTO DE DESTINO, TODAS DO CAPÍTULO VII - CONTROLES ESPECIAIS, DO MANUAL DE

				PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, APROVADO NA FORMA DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	29/10/2009	REGULAMENTO TÉCNICO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE CLASSIFICADORES DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	13/10/2009	ALTERA O SUBITEM 6.2 DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 2005 E ALTERA OS SUBITENS 6.1.1, 6.2.1, 6.2.3 E 7.2, DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 2005.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	08/10/2009	APROVA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NA FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DE RUMINANTES EM ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO E NA DESTINAÇÃO DOS RUMINANTES QUE TIVERAM ACESSO A ALIMENTOS COMPOSTOS POR SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PROIBIDOS NA SUA ALIMENTAÇÃO.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	06/10/2009	APROVA OS MODELOS DE FORMULÁRIOS A SEREM UTILIZADOS PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES DO MAPA NA FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E SEUS DERIVADOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	30/09/2009	OFICIALIZA AS REGRAS PARA ANÁLISE DE SEMENTES (RAS), COMPOSTAS POR TRÊS VOLUMES: REGRAS PARA ANÁLISE DE SEMENTES (RAS), MANUAL DE ANÁLISE SANITÁRIA DE SEMENTES (ANEXO AO CAPÍTULO 9 - TESTE DE SANIDADE DE SEMENTES) E O GLOSSÁRIO ILUSTRADO DE MORFOLOGIA, QUE CONSTITUEM OS ANEXOS I, II E III, APROVADOS PELA COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO LABORATORIAL E CUJA ADOÇÃO É OBRIGATÓRIA PELOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISE DE SEMENTES CREDENCIADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DISPONÍVEIS PARA DOWNLOAD.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	29/09/2009	O ART. 16, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 27 DE JULHO DE 2009, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE ALTERAÇÃO:
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	29/09/2009	ACRESCE A SEÇÃO XVI, INSERINDO-A COMO PARTE INTEGRANTE DO CAPÍTULO II, DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL APROVADO NA FORMA DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	28/09/2009	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MUDAS IN VITRO DE MIRTILO (VACCINIUM CORYMBOSUM) (CATEGORIA 4, CLASSE 1) PRODUZIDAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - EUA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	25/09/2009	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FOLHAS E HASTES DE MURTA (MYRTUS COMMUNIS MILL.) E FOLHAS, NOVAS E AINDA FECHADAS, DE TAMAREIRA (PHOENIX DACTYLIFERA) (CATEGORIA 3, CLASSE 5) PRODUZIDAS EM ISRAEL E DESTINADAS ÀS CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS JUDAICAS NO BRASIL
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	25/09/2009	ESTABELECE OS MÉTODOS ANALÍTICOS OFICIAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS AGENTES PATOGÊNICOS A PLANTAS EM SUBSTRATOS, DESCRITOS NO ANEXO IV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 27, DE 5 DE JUNHO DE 2006, NA FORMA DO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	08/09/2009	RESTRINGE O TRÂNSITO DE VEGETAIS E SUAS PARTES, EXCETO MATERIAL IN VITRO E MADEIRA SERRADA, DAS ESPÉCIES CITRUS SPP., COCOS NUCIFERA, ACACIA SP., AZADIRACHTA INDICA, MELIA AZEDARACH E SORGHUM BICOLOR, HOSPEDEIRAS DO ÁCARO HINDU DOS CITROS (SCHIZOTETRANICHUS HINDUSTANICUS), QUANDO ORIUNDAS DE UNIDADES DA FEDERAÇÃO (UF) ONDE SEJA CONSTATADA, POR LAUDO LABORATORIAL OFICIAL, A PRESENÇA DA PRAGA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	11/08/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE ESTILOSANTES (STYLOSANTHES GUYANENSIS) PRODUZIDAS NA TAILÂNDIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	05/08/2009	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PRODUTOS, PARA ROTULAGEM E PROPAGANDA E PARA ISENÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	05/08/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES SECAS E SEMENTES PRÉ-GERMINADAS (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DAS ESPÉCIES DE DENDÊ ELAEIS GUINEENSIS E ELAEIS OLEIFERA E DO DENDÊ HÍBRIDO INTERESPECÍFICO COARI (ELAEIS GUINEENSIS X ELAEIS OLEIFERA) PRODUZIDAS NA COLÔMBIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	27/07/2009	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE, QUANTO À PRAGA OPOGONA SACCHARI, VISANDO À CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DE FRUTOS DE BANANA DESTINADOS À EXPORTAÇÃO, QUANDO HOUVER EXIGÊNCIA DO PAÍS IMPORTADOR, NA FORMA DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	23/07/2009	APROVA AS NORMAS SOBRE AS ESPECIFICAÇÕES E AS GARANTIAS, AS TOLERÂNCIAS, O REGISTRO, A EMBALAGEM E A ROTULAGEM DOS FERTILIZANTES ORGÂNICOS SIMPLES, MISTOS, COMPOSTOS, ORGANOMINERAIS E BIOFERTILIZANTES DESTINADOS À AGRICULTURA, NA FORMA DOS ANEXOS À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	07/07/2009	NORMAS TÉCNICAS PARA UTILIZAÇÃO DE TANQUES COMUNITÁRIOS INSTITUÍDOS NA FORMA DO ANEXO VI DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51/2002.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	30/06/2009	APROVA OS PROGRAMAS NACIONAIS DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES PARA AS CULTURAS AGRÍCOLAS DE ABACAXI, ALFACE, AMENDOIM, ARROZ, BANANA, BATATA, CASTANHA-DO-BRASIL, LIMÃO, LIMA ÁCIDA, MAÇÃ, MAMÃO, MANGA, MELÃO, MILHO, MORANGO, PIMENTA DO REINO, TOMATE E UVA DE QUE TRATA O PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - PNCRC/VEGETAL PARA O PERÍODO DE 2009/2010.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	23/06/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE PINUS (PINUS TAEDA), PRODUZIDAS NA ARGENTINA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	23/06/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE RAIZ DE MANDIOCA (MANIHOT ESCULENTA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4), PRODUZIDA NA BOLÍVIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	16/06/2009	APROVA AS NORMAS PARA A PRODUÇÃO E OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE SEMENTES E DE MUDAS DE COCO (COCOS NUCIFERA L.), NA FORMA DE SEUS ANEXOS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	16/06/2009	ALTERA A SEÇÃO XIV, DO CAPÍTULO II, DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL APROVADO NA FORMA DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	03/06/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE MOGNO AFRICANO (KHAYA SENEGALENSIS) PRODUZIDAS EM HONDURAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	02/06/2009	REGULAMENTA A EMBALAGEM, ROTULAGEM E PROPAGANDA DOS PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	02/06/2009	REGULAMENTA A EMBALAGEM, ROTULAGEM E PROPAGANDA DOS PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	02/06/2009	ALTERA A SEÇÃO V, DO CAPÍTULO III E A SEÇÃO V, DO CAPÍTULO V, DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, DE QUE TRATA O ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	28/05/2009	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS PARA A OBTENÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS ORIUNDOS DO EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL ORGÂNICO, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	28/05/2009	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA O PROCESSAMENTO, ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE PRODUTOS ORGÂNICOS, NA FORMA DOS ANEXOS À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	28/05/2009	APROVA OS MECANISMOS DE CONTROLE E INFORMAÇÃO DA QUALIDADE ORGÂNICA DISPOSTOS NO ANEXO I DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	27/05/2009	REGULAMENTA OS CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS LIVRES DA PRAGA RALSTONIA SOLANACEARUM RAÇA 2 (ALP MOKO DA BANANEIRA), VISANDO ATENDER EXIGÊNCIAS QUARENTENÁRIAS DE PAÍSES IMPORTADORES, NA FORMA DO ANEXO I, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	26/05/2009	REGULAMENTA O REGISTRO DOS ESTABELECIMENTOS E DOS PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	26/05/2009	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 06, DE 2009.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	30/04/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE SWINGLEA GLUTINOSA (SWINGLEA), PRODUZIDAS NA COLÔMBIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	30/04/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO GRÃOS DE ROSA MOSQUETA (ROSA AFF RUBIGINOSA) PRODUZIDOS NA ARGENTINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	29/04/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE EMBRIÕES SOMÁTICOS E PLÂNTULAS IN VITRO DE PINUS (PINUS TAEDA) (CATEGORIA 4, CLASSE 1), PRODUZIDOS NO CANADÁ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	28/04/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CASTANHAS DE CAJU IN NATURA (ANACARDIUM OCCIDENTALE) (CATEGORIA 3, CLASSE 10) PRODUZIDAS EM GUINÉ-BISSAU.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	14/04/2009	OFICIALIZA A METODOLOGIA ANALÍTICA PARA DETERMINAÇÃO DA RAZÃO ISOTÓPICA 18O/16O DA ÁGUA DOS VINHOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	08/04/2009	INSTITUI OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DA LISTERIA MONOCYTOGENES EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PRONTOS PARA O CONSUMO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	31/03/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE ALGODÃO (GOSSYPIUM HIRSUTUM) (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NA COSTA RICA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	23/03/2009	APROVA O REGULAMENTO PARA REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS INDÚSTRIAS, PARA FINS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SÊMEN EQUÍDEO JUNTO AO MAPA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	18/03/2009	PRORROGA, ATÉ 19 DE OUTUBRO DE 2009, A VERSÃO ATUAL DO SISTEMA INTEGRADO DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS - SMR, PARA A PRAGA CYDIA POMONELLA NAS CULTURAS DE MAÇÃ, PERA E MARMELO DA REPÚBLICA DA ARGENTINA, COM VISTAS AO PROGRAMA DE EXPORTAÇÃO DE MAÇÃ, PERA E MARMELO PARA O BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	06/03/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE MAMONA (RICINUS COMMUNIS) (CATEGORIA 3, CLASSE 9) PRODUZIDOS NA ARGENTINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	19/02/2009	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE TRIGO (TRITICUM AESTIVUM) (CATEGORIA 3 , CLASSE 9) PRODUZIDOS NA RÚSSIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	16/02/2009	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DO ARROZ, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NA FORMA DOS ANEXOS À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	12/02/2009	ESTABELECE OS REQUISITOS SANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE TRIPAS DE OVINOS E DE CAPRINOS, PARA USO COMO ENVOLTÓRIO DE EMBUTIDOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO HUMANA, ORIGINÁRIAS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	03/02/2009	O ART. 33, DO ANEXO I, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 22 DE JANEIRO DE 2008, PASSA A VIGORAR ACRESCIDO DO SEGUINTE PARÁGRAFO ÚNICO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	28/01/2009	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O CONTROLE HIGIÊNICO-SANITÁRIO DO AMENDOIM E SEUS SUBPRODUTOS NA CADEIA PRODUTIVA, NA FORMA DOS ANEXOS I A X DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	20/01/2009	RECONHECE O DISTRITO FEDERAL COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	05/01/2009	ALTERA O ART. 1º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 8 DE JANEIRO DE 2008, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	31/12/2008	INSTITUI O PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL - PNCRC/VEGETAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	30/12/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE ALGODÃO (GOSSYPIUM

				HIRSUTUM) (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NA ÁFRICA DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	69	23/12/2008	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA SECALE CEREALE (CENTEIO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	70	23/12/2008	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA LYCOPERSICON ESCULENTUM (TOMATE), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	65	22/12/2008	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA DAUCUS CAROTA (CENOURA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	66	22/12/2008	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA CAPSICUM ANNUUM (PIMENTÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	67	22/12/2008	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA TRITICUM AESTIVUM X SECALE CEREALE (TRITICALE), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	68	22/12/2008	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA TRITICUM SPP (TRIGO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	64	18/12/2008	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA OS SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL, CONSTANTE DO ANEXO I À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	63	17/12/2008	APROVA AS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA VETERINÁRIA NAS ZONAS DE ALTA VIGILÂNCIA DE FEBRE AFTOSA (ZAVS) IMPLANTADAS NAS REGIÕES DE FRONTEIRA ENTRE MATO GROSSO DO SUL E AS REPÚBLICAS DO PARAGUAI E DA BOLÍVIA, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	11/12/2008	ALTERA O ART. 1º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 11, DE 17 DE ABRIL DE 2007, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	05/12/2008	PRORROGA, POR UM ANO, EM CARÁTER DEFINITIVO, O PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 56, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2007.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	04/12/2008	ALTERA O ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 39, DE 23 DE JUNHO DE 2008.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	27/11/2008	ALTERA A SEÇÃO VII - PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, PADRONIZADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DO CAPÍTULO V - IMPORTAÇÃO - ÁREA VEGETAL, DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	19/11/2008	DEFINE AS REGIÕES PARA A REALIZAÇÃO DE ENSAIOS DE VALOR DE CULTIVO E USO DE TRIGO E ESTABELECE O NÚMERO MÍNIMO DE LOCAIS POR REGIÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ENSAIOS DE VALOR DE CULTIVO E USO – VCU DE TRIGO (ALTERA A PORTARIA Nº 294, DE 1998).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	14/11/2008	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 28 DE MAIO DE 1993.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	12/11/2008	RETIFICA ARTIGOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 38, DE 2008.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	06/11/2008	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS GERAIS DE RECOMENDAÇÕES DE BOAS PRÁTICAS DE BEM-ESTAR PARA ANIMAIS DE PRODUÇÃO E DE INTERESSE ECONÔMICO - REBEM, ABRANGENDO OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E O TRANSPORTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	03/11/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE PINHÃO MANSO (JATROPHA CURCAS) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NA CHINA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	23/10/2008	ALTERA OS SUBITENS 3.1.2, 4.1 E 4.1.2, DO ANEXO À INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 17, DE 21 DE MAIO DE 2007, QUE PASSAM A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	22/10/2008	REGULAMENTA A ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA, CONFORME O ANEXO I À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	20/10/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE VAGENS VERDES DE PISUM SATIVUM SUBSP. SATIVUM VAR. MACROCARPON (ERVILHA TORTA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDAS NA BOLÍVIA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	16/10/2008	APROVA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO, POR PARTE DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL OEDSVS DAS INSTÂNCIAS INTERMEDIÁRIAS INTEGRANTES DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA, DOS LEVANTAMENTOS DE OCORRÊNCIA DA PRAGA DENOMINADA HUANGLONGBING (HLB) - GREENING, QUE TEM COMO AGENTE ETIOLÓGICO A BACTÉRIA CANDIDATUS LIBERIBACTER SP., EM PLANTAS HOSPEDEIRAS CONSTANTES DA LISTA OFICIAL DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS PRESENTES, VISANDO À DELIMITAÇÃO DA EXTENSÃO DAS ÁREAS AFETADAS E À ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	07/10/2008	ALTERA OS ITENS 4 E 10, DO ANEXO, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2005, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	23/09/2008	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA A PRODUÇÃO, CONTROLE DA QUALIDADE, COMERCIALIZAÇÃO E EMPREGO DE VACINAS CONTRA A FEBRE AFTOSA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	15/09/2008	ESTABELECE AS SEGUINTES CATEGORIAS DE RISCO PARA A ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA - EEB: CATEGORIA I - PAÍSES COM RISCO INSIGNIFICANTE PARA A EEB; CATEGORIA II - PAÍSES COM RISCO CONTROLADO PARA A EEB; CATEGORIA III - PAÍSES COM RISCO INDETERMINADO OU NÃO CLASSIFICADO PARA A EEB.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	27/08/2008	PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA HABILITAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS FABRICANTES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL INTERESSADOS EM DESTINAR SEUS PRODUTOS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARA AS AUDITORIAS E SUPERVISÕES PARA A VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS SANITÁRIOS ESPECÍFICOS DOS PAÍSES OU BLOCOS DE PAÍSES IMPORTADORES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	25/08/2008	ESTABELECE O PRAZO DE 18 (DEZOITO) MESES, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, PARA AS ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS SE ADEQUAREM ÀS REGRAS DISPOSTAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 18, DE 22 DE MAIO DE 2007.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	30/07/2008	ESTABELECE, NA FORMA DO ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, OS REQUISITOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NA REALIZAÇÃO DE ENSAIOS DE VALOR DE CULTIVO E USO (VCU) DE CULTIVARES DAS SEGUINTES ESPÉCIES DE GRAMÍNEAS FORRAGEIRAS: I - BRACHIARIA BRIZANTHA (HOCHST. EX A. RICH.) STAPF; II - BRACHIARIA DECUMBENS STAPF; III - BRACHIARIA DICTYONEURA (FIG. ET DE NOT) STAPF; IV - BRACHIARIA HUMIDICOLA (RENDLE) SCHWEICK.; V - BRACHIARIA RUZIZIENSIS R.GERM. & C.M.EVRARD; VI - PANICUM MAXIMUM JACQ.; VII - PENNISETUM PURPUREUM SCHUMACH.; E VIII - HÍBRIDOS E POPULAÇÕES RESULTANTES DE CRUZAMENTOS INTERESPECÍFICOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	29/07/2008	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO BICUDODO ALGODOEIRO - PNCB, NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, VISANDO À PREVENÇÃO E AO CONTROLE DO BICUDO ANTHONOMUS GRANDIS EM CULTIVOS DE ALGODÃO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	23/07/2008	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DE ABACAXI - NTEPI-ABACAXI.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	17/07/2008	INTEGRA OS MUNICÍPIOS DE RIO VERDE, MAURILÂNDIA E SANTA HELENA, DO ESTADO DE GOIÁS, AO SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS EM CULTIVOS DE CUCURBITÁCEAS, RECONHECIDO POR MEIO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 41, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	07/07/2008	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DE CITROS - NTEPI-CITROS.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	01/07/2008	ALTERA OS ANEXOS I E II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE PASSA A VIGORAR NA FORMA DOS ANEXOS À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	30/06/2008	A IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS, VEGETAIS, SEUS PRODUTOS, DERIVADOS E PARTES, SUBPRODUTOS, RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO E DOS INSUMOS AGROPECUÁRIOS CONSTANTES DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA ATENDERÁ AOS CRITÉRIOS REGULAMENTARES E AOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO, INSPEÇÃO, CONTROLE DE QUALIDADE E SISTEMAS DE ANÁLISE DE RISCO, FIXADOS PELOS SETORES COMPETENTES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E OBSERVARÃO AS NORMAS PARA REGISTRO NO SISCOMEX.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	23/06/2008	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DA AMÊNDOA DE CACAU, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	23/06/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DAS SEGUINTES ESPÉCIES VEGETAIS HOSPEDEIRAS DE BREVIPALPUS CHILENSIS: FRUTOS FRESCOS DE AMEIXA (PRUNUS DOMESTICA), FRUTOS DE AMÊNDOA COM CASCA (PRUNUS AMYGDALUS), FRUTOS FRESCOS DE CEREJA (PRUNUS AVIUM), FRUTOS FRESCOS DE CHIRIMOYA (ANNONA CHERIMOLA), FRUTOS FRESCOS DE DAMASCO (PRUNUS ARMENIACA), FRUTOS FRESCOS DE FRAMBOESA (RUBUS IDAEUS), FRUTOS FRESCOS DE GROSELHA (RIBES SPP), FRUTOS FRESCOS DE KIWI (ACTINIDIA DELICIOSA), FRUTOS FRESCOS DE MARMELO (CYDONIA OBLONGA), FRUTOS FRESCOS DE MAÇÃ (MALUS DOMESTICA), FRUTOS FRESCOS DE MIRTILO (VACCINIUM CORYMBOSUM), FRUTOS FRESCOS DE MORANGO (FRAGARIA SPP), FRUTOS FRESCOS DE NECTARINA (PRUNUS PERSICA VAR. NUCIFERA), NOZES COM CASCA (JUGLANS REGIA), MUDAS DE OLIVEIRA (OLEA EUROPAEA), FRUTOS FRESCOS DE PÊRA (PYRUS COMMUNIS), FRUTOS FRESCOS DE PÊSSEGO (PRUNUS PERSICA), FRUTOS FRESCOS DE PLUMCOT (PRUNUS DOMESTICA X PRUNUS ARMENIACA) E FRUTOS FRESCOS DE UVA (VITIS VINIFERA) PRODUZIDOS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	20/06/2008	ESTABELECE AS IMPUREZAS TOXICOLÓGICA E AMBIENTALMENTE RELEVANTES A SEREM PESQUISADAS NOS ESTUDOS DE CINCO BATELADAS DOS PRODUTOS TÉCNICOS A BASE DOS INGREDIENTES ATIVOS RELACIONADOS NO ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	18/06/2008	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DE PÊSSEGO NTEPI-PÊSSEGO, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	06/06/2008	APROVA OS FORMULÁRIOS NECESSÁRIOS PARA O REQUERIMENTO DE PROTEÇÃO DE CULTIVAR E PARA O RELATÓRIO TÉCNICO DESCRITIVO DE OBTENÇÃO DE CULTIVAR, DE QUE TRATAM OS ANEXOS I E II DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA, BEM COMO SUAS INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	04/06/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS ENRAIZADAS, MUDAS NÃO ENRAIZADAS E MUDAS IN VITRO DE CRISÂNTEMO (CHRYSANTHEMUM SPP.) (CATEGORIA 4, CLASSE 1), PRODUZIDAS NA BOLÍVIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	28/05/2008	ADOTA OS "REQUISITOS ZOOSSANITÁRIOS PARA A EXPORTAÇÃO DE EMBRIÃO EQÜINO DESTINADO AOS ESTADOS PARTES" APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 42/07
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	28/05/2008	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DA INSPEÇÃO HIGIÊNICO SANITÁRIA E TECNOLÓGICA DO PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE ANIMAIS E O MODELO DE DOCUMENTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS ANIMAIS, CONSTANTES DOS ANEXOS I E II, RESPECTIVAMENTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	21/05/2008	AUTORIZA A INSCRIÇÃO NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC DAS ESPÉCIES FLORESTAIS CONSTANTES DO ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	21/05/2008	ESTABELECE NORMAS E PADRÕES PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES DE ESPÉCIES FORRAGEIRAS DE CLIMA TROPICAL, NA FORMA DOS

				ANEXOS I A VII DESTA INSTRUÇÃO, QUE TERÃO VALIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	15/05/2008	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM DEFESA AGROPECUÁRIA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	15/05/2008	ALTERA O ITEM 9.4 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 29 DE JUNHO DE 2005.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	08/05/2008	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE APÍCOLA PNSAP, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	08/05/2008	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS EQUÍDEOS – PNSE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	07/05/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FOLHAS DE FUMO (NICOTIANA TABACUM) (CATEGORIA 2, CLASSE 10) PRODUZIDAS NA CHINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	06/05/2008	APROVA OS MODELOS DE FORMULÁRIOS UTILIZADOS NA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS, INOCULANTES E BIOFERTILIZANTES, NA FORMA DOS ANEXOS À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	16/04/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CENOURA (DAUCUS CAROTA) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NA ÁFRICA DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	16/04/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE BETERRABA (BETA VULGARIS) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NA ÁFRICA DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	16/04/2008	O § 1º, DO ART. 13, DO ANEXO I, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	07/04/2008	PROÍBE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL A FABRICAÇÃO, NA MESMA PLANTA, DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES E DE NÃO-RUMINANTES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	02/04/2008	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA ATUAÇÃO EM CASO DE SUSPEITA OU OCORRÊNCIA DE PARAPLEXIA ENZOÓTICA DOS OVINOS (SCRAPIE)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	28/03/2008	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO FEIJÃO, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	28/03/2008	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DO FEIJÃO, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE, A AMOSTRAGEM, O MODO DE APRESENTAÇÃO E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	11/03/2008	OS ARTS. 31 E 37 DO ANEXO I, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 22 DE JANEIRO DE 2008, PASSAM A VIGORAR COM AS SEGUINTES REDAÇÕES
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	06/03/2008	APROVA O REGULAMENTO PARA REGISTRO DE CENTRO DE COLETA E PROCESSAMENTO DE SÊMEN SUÍNO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	19/02/2008	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS PARA A FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, CONTROLE, COMERCIALIZAÇÃO, MODO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO DESTINADOS A DIAGNOSTICAR DOENÇAS DOS ANIMAIS, BEM COMO O GLOSSÁRIO CONSTANTE DO ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	30/01/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CAVACOS (LASCAS) DE MADEIRA DE PINUS TAEDA (CATEGORIA 2, CLASSE 6) PRODUZIDAS NA ARGENTINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	30/01/2008	RENOVA, POR TEMPO INDETERMINADO, O RECONHECIMENTO DO ESTADO DA BAHIA COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	30/01/2008	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3), DE MUDAS ENRAIZADAS COM OU SEM FOLHAS, DE ESTACAS NÃO ENRAIZADAS COM OU SEM FOLHAS, E DE MUDAS IN VITRO (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE IMPATIENS SPP. (IMPATIENS) PRODUZIDAS NA ALEMANHA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	14/01/2008	AUTORIZA A INSCRIÇÃO NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC DA ESPÉCIE JATROPHA CURCAS L. (PINHÃO MANSO), SEM A EXIGÊNCIA DE MANTENEDOR, COM AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	08/01/2008	APROVA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS INTEGRADAS EM UM ENFOQUE DE SISTEMAS PARA O MANEJO DE RISCO - SMR DA PRAGA MANCHA PRETA OU PINTA PRETA DOS CITROS (MPC) GUIGNARDIA CITRICARPA KIELY (PHYLLOSTICTA CITRICARPA VAN DER AA) EM ESPÉCIES DO GÊNERO CITRUS DESTINADAS À EXPORTAÇÃO E QUANDO HOUVER EXIGÊNCIA DO PAÍS IMPORTADOR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	03/01/2008	APROVA AS NORMAS DE TRABALHO DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA, EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES TÉCNICOS OPERACIONAIS E DE SEGURANÇA PARA AERONAVES AGRÍCOLAS, PISTAS DE POUSO, EQUIPAMENTOS, PRODUTOS QUÍMICOS, OPERADORES AEROAGRÍCOLAS E ENTIDADES DE ENSINO, OBJETIVANDO A PROTEÇÃO AS PESSOAS, BENS E AO MEIO AMBIENTE, POR MEIO DE REDUÇÃO DE RISCOS ORIUNDOS DO EMPREGO DE PRODUTOS DE DEFESA AGROPECUÁRIA, E AINDA OS MODELOS CONSTANTES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V E VI.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	20/12/2007	ALTERA O ANEXO II, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE PASSA A VIGORAR NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	58	19/12/2007	ALTERA OS ITENS 4 E 9, DO ANEXO, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 29 DE JUNHO DE 2005.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	19/12/2007	RECONHECE O ESTADO DE SERGIPE COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	19/12/2007	RENOVA, POR TEMPO INDETERMINADO, O RECONHECIMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	13/12/2007	ALTERA O § 1º, DO ART. 1º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2007.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	06/12/2007	APROVA A NORMA TÉCNICA PARA A UTILIZAÇÃO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO E DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC, CONFORME O ANEXO I, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	54	05/12/2007	APROVA A NORMA TÉCNICA PARA A UTILIZAÇÃO DA PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV, CONFORME O ANEXO I, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	04/12/2007	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS DE REPRODUÇÃO, COMERCIAIS E DE ENSINO OU PESQUISA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	23/11/2007	RECONHECE E CONSOLIDA A SITUAÇÃO SANITÁRIA DAS VINTE E SETE UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM RELAÇÃO À FEBRE AFTOSA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	21/11/2007	ESTABELECE A LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS AUSENTES (A1) E DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS PRESENTES (A2) PARA O BRASIL E APROVAR OS PROCEDIMENTOS PARA AS SUAS ATUALIZAÇÕES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	07/11/2007	SUSPENDE AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO TRÂNSITO E COMÉRCIO DE ANIMAIS E PRODUTOS DE RISCO PARA FEBRE AFTOSA ORIUNDOS DOS MUNICÍPIOS DE ELDORADO, JAPORÃ E MUNDO NOVO, LOCALIZADOS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	23/10/2007	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO AZUL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	23/10/2007	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITES FERMENTADOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	23/10/2007	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA CYDIA POMONELLA - PNECP NOMINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, NOS TERMOS DO ANEXO I.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	05/10/2007	ALTERA O ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2004. ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA O TESTE DAS EET PELA IMUNOHISTOQUÍMICA
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	05/10/2007	ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA O TESTE DAS EET PELA IMUNOHISTOQUÍMICA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	17/09/2007	APROVA O REGULAMENTO PARA REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE LABORATÓRIO DE SEXAGEM DE SÊMEN ANIMAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	13/09/2007	PROÍBE O REGISTRO E A AUTORIZAÇÃO PARA A FABRICAÇÃO, A IMPORTAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E PARA O USO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL CONTENDO A SUBSTÂNCIA QUÍMICA

				DENOMINADA VIOLETA GENCIANA (CRISTAL VIOLETA), COM A FINALIDADE DE ADITIVO TECNOLÓGICO ANTIFÚNGICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	12/09/2007	ALTERA A IN 07 DE 20/09/2004
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	23/08/2007	APROVA O REGULAMENTO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO DE SÊMEN HETEROSPÉRMICO DE RUMINANTES NO BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	21/08/2007	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 21, DE 15 DE JUNHO DE 2007, QUE RENOVA, POR TEMPO INDETERMINADO, O RECONHECIMENTO DE ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGTHON, NO ESTADO DO PARÁ, COMPREENDIDA PELOS MUNICÍPIOS DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA, PALESTINA DO PARÁ, PIÇARRA E SÃO GERALDO DO ARAGUAIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	08/08/2007	OFICIALIZA O MÉTODO ANALÍTICO PARA DETERMINAÇÃO DA RAZÃO ISOTÓPICA DO CARBONO EM SUCO, REFRESCO, NÉCTAR E BEBIDA DE UVA, CONFORME ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	27/07/2007	ALTERA O INCISO IV, DO ART. 2º, DO CAPÍTULO I, DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 15 DE MAIO DE 2007.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	20/07/2007	ALTERA O ART. 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 10 DE JUNHO DE 2005, QUE PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	18/07/2007	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE MELANCIA (CITRULLUS LANATUS) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NA ÁFRICA DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	18/07/2007	ALTERA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE UVA (VITIS VINIFERA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	18/07/2007	ALTERA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE KIWI (ACTINIDIA DELICIOSA) (CATEGORIA 3, CLASSE 4) PRODUZIDOS NO CHILE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	28/06/2007	INCLUI NA ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO,COM RECONHECIMENTO INTERNACIONAL, A REGIÃO CENTRO-SUL DO ESTADO DO PARÁ, CONSTITUÍDA PELOS MUNICÍPIOS E PARTES DE MUNICÍPIOS RELACIONADOS NO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	20/06/2007	RECONHECE OS MÉTODOS ANALÍTICOS CONSTANTES DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, CONFORME O ART. 71 DO ANEXO DO DECRETO Nº 4.954, DE 14 DE JANEIRO DE 2004. MÉTODOS RECONHECIDOS PARA DETERMINAÇÃO DE METAIS PESADOS TÓXICOS EM FERTILIZANTES, CORRETIVOS AGRÍCOLAS, CONDICIONADORES DE SOLO E SUBSTRATOS PARA PLANTAS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	15/06/2007	RECONHECE O ESTADO DO PIAUÍ COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	15/06/2007	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE EMBRIÕES SOMÁTICOS E PLÂNTULAS IN VITRO DE PINUS (PINUS TAEDA) (CATEGORIA 4, CLASSE 1), PRODUZIDOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	12/06/2007	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE AROMATIZADO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	12/06/2007	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE EM PÓ MODIFICADO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	12/06/2007	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE COMPOSTO LÁCTEO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	12/06/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA CITRUS (CÍTRICOS, FRUTA FRESCA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	22/05/2007	TORNA SEM EFEITO O ITEM 1 DAS OBSERVAÇÕES DA EXPRESSÃO DOS RESULTADOS, CONSTANTE DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2006.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	22/05/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PHASEOLUS VULGARIS (FEIJÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	22/05/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PHASEOLUS VULGARIS (FEIJÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE

				ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	22/05/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA ZEA MAYS (MILHO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	22/05/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA ARACHIS HYPOGAEA (AMENDOIM), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	22/05/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA ACTINIDIA CHINENSIS = A.DELICIOSA (KIWI), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	22/05/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA MANGIFERA INDICA (MANGA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	22/05/2007	ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA E PRATICABILIDADE AGRONÔMICAS E DE CREDENCIAMENTO DE ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E EMISSÃO DE LAUDOS PARA FINS DE REGISTRO DE AGROTÓXICOS E AFINS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	22/05/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA MELILOTUS SPP (MELILOTUS), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	22/05/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA BETA VULGARIS (BETERRABA HORTÍCOLA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	21/05/2007	APROVA OS MÉTODOS ANALÍTICOS OFICIAIS PARA ANÁLISE DE SUBSTRATOS E CONDICIONADORES DE SOLOS, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	16/05/2007	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE ARROZ (ORYZA SATIVA) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NA ÍNDIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	15/05/2007	ESTABELECE O REGULAMENTO TÉCNICO DA SOJA, DEFININDO O SEU PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO, COM OS REQUISITOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE INTRÍNSECA E EXTRÍNSECA, A AMOSTRAGEM E A MARCAÇÃO OU ROTULAGEM, NA FORMA DO ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	25/04/2007	REVALIDA O RECONHECIMENTO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS DA ÁREA DO ESTADO DO CEARÁ QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE ARACATI, ITAIÇABA, JAGUARUANA, ICAPUÍ, RUSSAS, QUIXERÉ E LIMOEIRO DO NORTE, DELIMITADA PELAS SEGUINTES COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 4º25'05" (S) E 5º18'00" (S); LONGITUDE 37º15'16" (W) E 38º24'00" (W).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	18/04/2007	APROVA AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS REQUERIDAS PARA AS FÊMEAS RECEPTORAS DE EMBRIÕES DE BOVINOS COLETADOS IN VIVO ORIGINÁRIOS E PROCEDENTES DA REPÚBLICA DA ÍNDIA, REGULARMENTE IMPORTADOS, BEM COMO AS CONDIÇÕES DE QUARENTENA PARA A REALIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	17/04/2007	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE ALGODÃO DAS ESPÉCIES GOSSYPIUM HIRSUTUM, GOSSYPIUM BARBADENSE E HÍBRIDOS DE G. HIRSUTUM X G. BARBADENSE (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS EM ISRAEL."(NR) (REDAÇÃO DADA PELO(A) INSTRUÇÃO NORMATIVA 36/2008/SDA/MAPA)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	13/04/2007	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE, QUALIDADE, EMBALAGEM, MARCAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TABACO EM FOLHA CURADO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	11/04/2007	LIBERA O TRÂNSITO DE PLANTAS E PARTES DE PLANTAS DE BANANEIRA (MUSA SPP. E SEUS CULTIVARES) E DE HELICÔNIAS DO ESTADO DE ALAGOAS PARA QUALQUER UNIDADE DA FEDERAÇÃO, APLICANDO O PREVISTO NO ART. 1º, §1º E ART. 7º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 31 DE MAIO DE 2005.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	04/04/2007	ALTERA A PARTE I DO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2001, INCLUINDO O AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE / GUARARAPES - GILBERTO FREYRE E OS PORTOS DO RECIFE E DE SUAPE, LOCALIZADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO, COMO PONTOS DE ENTRADA DE FRUTOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE UVA (VITIS SPP.), CEREJA (PRUNUS AVIUM), PÊSSEGO (PRUNUS PERSICA), PÊRA (PYRUS COMMUNIS), MAÇÃ (MALUS DOMESTICA), NECTARINA (PRUNUS PERSICA VAR. NUCIPERSICA), MORANGO (FRAGARIA SPP.), DAMASCO (PRUNUS ARMENIACA) E AMEIXA (PRUNUS DOMESTICA), PROCEDENTES DA COSTA OESTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (ESTADOS DE WASHINGTON, OREGON, CALIFÓRNIA, IDAHO E ARIZONA).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	03/04/2007	APROVA AS NORMAS PARA O CONTROLE E A ERRADICAÇÃO DA DOENÇA DE AUJESZKY (DA) EM SUÍDEOS DOMÉSTICOS, A SEREM OBSERVADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	27/03/2007	REVOGA A PORTARIA Nº 6, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1997 E A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 10 DE ABRIL DE 2003.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	15/03/2007	O ART. 18, DO ANEXO I, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2006, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	23/02/2007	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS FABRICANTES DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL E O ROTEIRO DE INSPEÇÃO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	23/02/2007	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PISUM SATIVUM (ERVILHA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	05/02/2007	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE GRÃOS (CATEGORIA 3, CLASSE 9) DE ALPISTE (PHALARIS CANARIENSIS), PRODUZIDOS NO URUGUAI.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	01/02/2007	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE GRAMA PASPALUM VAGINATUM, PRODUZIDAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	29/01/2007	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA (PNCFS) NO DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL (DSV), JUNTO À COORDENAÇÃO-GERAL DE PROTEÇÃO DE PLANTAS (CGPP).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	18/01/2007	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE AMENDOIM (ARACHIS HYPOGAEA) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	10/01/2007	REVALIDA O RECONHECIMENTO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA ANAS-TREPHA GRANDIS DA ÁREA QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE AFONSO BEZERRA, AREIA BRANCA, AÇU, ALTO DO RODRIGUES, BARAÚNA, CARNAUBAIS, GROSSOS, IPANGUAÇU, MOSSORÓ, PORTO DO MANGUE, SERRA DO MEL, TIBAU E UPANEMA, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DELIMITADA PELAS SEGUINTES COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 4º40'55" (S) E 5º52'37,2" (S); LONGITUDE 36º25'22,8" (W) E 37º47'42" (W).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	71	29/12/2006	INCLUI NA ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA (MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS) DO ESTADO DE MINAS GERAIS, RECONHECIDA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 59, DE 20 DE OUTUBRO DE 2006, OS MUNICÍPIOS DE SÃO FRANCISCO E SÃO JOÃO DAS MISSÕES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	22/12/2006	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DOS ÓLEOS VEGETAIS REFINADOS; A AMOSTRAGEM; OS PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES; E O ROTEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS REFINADOS, CONFORME OS RESPECTIVOS ANEXOS I, II, III E IV DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	21/12/2006	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAL DE REPRODUÇÃO VEGETAL DE BATATA, RESERVADO PELO USUÁRIO PARA USO PRÓPRIO, BEM COMO DE BATATA-SEMENTE ADQUIRIDA PELO USUÁRIO PARA SEMEADURA, A SER REALIZADO FORA DE SUA PROPRIEDADE.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	20/12/2006	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA COFFEA SPP (CAFÉ), SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	18/12/2006	APROVA A METODOLOGIA DA PERIODICIDADE DA COLHEITA, POR AMOSTRAGEM, RELATIVA À IMPORTAÇÃO DE BEBIDAS EM GERAL, FERMENTADOS ACÉTICOS E DEMAIS PRODUTOS PREVISTOS NO DECRETO Nº 2.314, DE 4 DE SETEMBRO DE 1997, NA FORMA DE SEUS ANEXOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	18/12/2006	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA GLYCINE MAX (SOJA), SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, EM ANEXO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	69	13/12/2006	INSTRUI CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO LEITE CONCENTRADO E EM PÓ, RECONSTITUÍDOS, COM BASE NO MÉTODO ANALÍTICO OFICIAL FÍSICO-QUÍMICO DENOMINADO "ÍNDICE CMP".
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	01/12/2006	APROVA O REGULAMENTO PARA A EXTENSÃO DE ESCOPO DE CREDENCIAMETO DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISE DE SEMENTES CREDENCIADOS PELO MAPA PARA REALIZAREM ANÁLISES DE DETECÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE OGMS AUTORIZADOS PARA USO COMERCIAL EM SEMENTES.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	01/12/2006	APROVA O REGULAMENTO PARA A EXTENSÃO DE ESCOPO DE CREDENCIAMENTO DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISE DE SEMENTES CREDENCIADOS PELO MAPA PARA DETECÇÃO DE SEMENTES OGM EM SEMENTES CONVENCIONAIS DE ALGODÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	66	27/11/2006	APROVA O REGULAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS COM FINS QUARENTENÁRIOS, NO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS, SUBPRODUTOS E EMBALAGENS DE MADEIRA, CONFORME OS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	24/11/2006	APROVA AS DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS (ARP) PARA PRAGAS NÃO-QUARENTENÁRIAS REGULAMENTADAS (PNQR).
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	24/11/2006	APROVA OS "CRITÉRIOS ESPECÍFICOS PARA O CREDENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE LABORATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DA BRUCELOSE BOVINA E BUBALINA".
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	65	21/11/2006	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A FABRICAÇÃO E O EMPREGO DE RAÇÕES, SUPLEMENTOS, PREMIXES, NÚCLEOS OU CONCENTRADOS COM MEDICAMENTOS PARA OS ANIMAIS DE PRODUÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	63	21/11/2006	RECONHECE O ESTADO DO CEARÁ COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	64	21/11/2006	RECONHECE O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	17/11/2006	APROVA A NORMA TÉCNICA PARA A UTILIZAÇÃO DA PERMISSÃO DE TRÂNSITO DE VEGETAIS - PTV, CONFORME O ANEXO I, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	17/11/2006	APROVA A NORMA TÉCNICA PARA A UTILIZAÇÃO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO E DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO - CFOC, CONFORME O ANEXO I, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	10/11/2006	APROVA O MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, ANEXO, A SER UTILIZADO PELOS FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS NA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS, DERIVADOS E PARTES, RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, NOS PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS INTERNACIONAIS, POSTOS DE FRONTEIRA E ADUANAS ESPECIAIS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	06/11/2006	SUSPENDE AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 9, DE 15 DE MARÇO DE 2006, PARA TODAS AS ÁREAS DE RISCO SANITÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ DEFINIDAS NO INCISO II, ART. 1º, DA MENCIONADA INSTRUÇÃO NORMATIVA, CONSIDERANDO FINALIZADAS AS ATIVIDADES DE SANEAMENTO CONDUZIDAS NO ESTADO PARA ELIMINAÇÃO DOS FOCOS DE FEBRE AFTOSA E AVALIAÇÃO DE CIRCULAÇÃO VIRAL NAS REFERIDAS ÁREAS DE RISCO.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	31/10/2006	RECONHECE O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	20/10/2006	RENOVA, POR TEMPO INDETERMINADO, O RECONHECIMENTO DA ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGTHON, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, COMPREENDIDA PELOS SEGUINTES MUNICÍPIOS: ÁGUAS VERMELHAS, ARAÇUAÍ, BOCAIÚVA, BURITIZEIRO, CAMPOS ALTOS, CAPITÃO ENÉIAS, CATUTI, CLARO DOS POÇÕES, ENGENHEIRO NAVARRO, ESPINOSA, FRANCISCO SÁ, FRANSCISCO DUMONT, FRUTAL, GUARACIAMA, IRAÍ DE MINAS, ITACARAMBI, ITAOBIM, ITAPAGIPE, ITURAMA, JAÍBA, JANAÚBA, JANUÁRIA, JEQUITAÍ, JEQUITINHONHA, JOAÍMA, JOÃO PINHEIRO, LAGAMAR, LAGOA FORMOSA, LASSANCE, LIMEIRA DO OESTE, MANGA, MATIAS CARDOSO, MATO VERDE, MEDINA, MONTE AZUL, MONTE CARMELO, MONTES CLAROS, NOVA PONTE, NOVA PORTEIRINHA, PAI PEDRO, PARACATU, PATROCÍNIO, PEDRA DE MARIA DA CRUZ, PERDIZES, PIRAPORA, PONTO DOS VOLANTES, PORTEIRINHA, PRESIDENTE OLEGÁRIO, SACRAMENTO, SANTA ROSA DA SERRA, SANTO ANTONIO DO RETIRO, SÃO GONÇALO DO ABAETÉ, SÃO GOTARDO, SERRA DO SALITRE, TAPIRA, UNAÍ, VARJÃO DE MINAS, VÁRZEA DA PALMA, VAZANTE E VERDELÂNDIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	04/10/2006	ESTABELECE QUE OS CERTIFICADOS DE ANÁLISE DE ORIGEM DOS VINHOS IMPORTADOS DEVERÃO APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE OS SEGUINTES PARÂMETROS ANALÍTICOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	04/10/2006	APROVA, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA, AS NORMAS, REQUISITOS E PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO, ORGANIZADO EM COOPERATIVA LEGALMENTE CONSTITUÍDA, E PARA REGISTRO DOS RESPECTIVOS PRODUTOS ELABORADOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	27/09/2006	APROVA O REGULAMENTO PARA REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE CENTRO DE COLETA E PROCESSAMENTO DE SÊMEN - CCPS DE BOVINO, BUBALINO, CAPRINO E OVINO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	27/09/2006	APROVA O REGULAMENTO PARA REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE CENTRO DE COLETA E PROCESSAMENTO DE EMBRIÕES - CCPE E DE ESTABELECIMENTO PRESTADOR DE SERVIÇOS EM COLETA E PROCESSAMENTO DE EMBRIÕES - EPSE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	27/09/2006	APROVA O REGULAMENTO PARA REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE MATERIAL DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL NACIONAL E IMPORTADO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	27/09/2006	APROVA O REGULAMENTO PARA REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE CENTRO DE PRODUÇÃO IN VITRO DE EMBRIÕES - CPIVE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	27/09/2006	PARA FINS DE REGISTRO DE PRODUTOS TÉCNICOS, PRÉ-MISTURAS, AGROTÓXICOS E AFINS DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE À EXPORTAÇÃO, O INTERESSADO DEVE APRESENTAR REQUERIMENTO DE REGISTRO, ACOMPANHADO DOS DOCUMENTOS PERTINENTES, CONFORME ESTABELECIDO NOS ANEXOS I, II E III, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/09/2006	AS REAVALIAÇÕES DOS AGROTÓXICOS,SEUS COMPONENTES E AFINS SERÃO EFETUADAS NAS SEGUINTES SITUAÇÕES
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	49	14/09/2006	APROVA AS INSTRUÇÕES PARA PERMITIR A ENTRADA E O USO DE PRODUTOS NOS ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS OU RELACIONADOS NO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	14/09/2006	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DE MAÇÃ - NTEPIMAÇÃ, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	13/09/2006	RECONHECE O ESTADO DA PARAÍBA COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA -MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	05/09/2006	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E SEMENTES EM CÁPSULAS DE ÁLAMO (POPULUS DELTOIDES) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	29/08/2006	CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA - APF NO VALE DO SÃO FRANCISCO, QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO, CURAÇÁ, CASA NOVA, SENTO SÉ, ABARÉ E SOBRADINHO NO ESTADO DA BANIA E O S MUNICÍPIOS DE

				PETROLINA, LAGOA GRANDE, SANTA MARIA DA BOA VISTA E OROCÓ NO ESTADO DE PERNAMBUCO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	22/08/2006	ALTERA O SUBITEM 5.3, O SUBITEM 7.5 E O SUBITEM 17.1, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	31/07/2006	ADOTA O SISTEMA INTEGRADO DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS PARA O MANEJO DE RISCO DE XANTHOMONAS AXONOPODIS PV.CITRI EM FRUTOS CÍTRICOS, APROVADO PELA RESOLUÇÃO GMC Nº 48/05, DE ACORDO COM O ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	31/07/2006	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PYRUS SP. (PEREIRA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	31/07/2006	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PRUNUS PERSICA (PESSEGUEIRO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	31/07/2006	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PRUNUS DOMESTICA (AMEIXA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	31/07/2006	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA PRUNUS ARMENIACA (DAMASCO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	31/07/2006	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA VITIS VINIFERA (VIDEIRA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	31/07/2006	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA MALUS SP. (MACIEIRA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	28/07/2006	AUTORIZA O ABATE IMEDIATO DE ANIMAIS SUSCEPTÍVEIS À FEBRE AFTOSA ORIUNDOS DAS ÁREAS DE RISCO DO ESTADO DO PARANÁ, DEFINIDAS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 09, DE 15 DE MARÇO DE 2006, E DO MUNICÍPIO DE ELDORADO, NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, DISPENSANDO AS EXIGÊNCIAS DE MATURAÇÃO E DE TRATAMENTO DE VÍSCERAS, ESTABELECIDAS NA ALÍNEA "B", DO INCISO II, DO ART. 2º DA REFERIDA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	25/07/2006	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE DAUCUS CAROTA (CENOURA) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NO CHILE.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	24/07/2006	ESTABELECE OS REQUISITOS PARA ADESÃO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, INDIVIDUALMENTE OU POR MEIO DE CONSÓRCIOS, AO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA, INTEGRADO PELOS SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, SISTEMABRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS E SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DEINSUMOS PECUÁRIOS, NA FORMA DOS ANEXOS I, II, III E IV.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	18/07/2006	APROVA O MODELO DA GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) A SER UTILIZADO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL PARA O TRÂNSITO DE ANIMAIS VIVOS, OVOS FÉRTEIS E OUTROS MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, NA FORMA DO ANEXO I.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	18/07/2006	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE CANOLA (BRASSICA NAPUS) PRODUZIDAS NA REPÚBLICA DO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	04/07/2006	APROVA AS NORMAS SOBRE ESPECIFICAÇÕES E GARANTIAS, TOLERÂNCIAS, REGISTRO, EMBALAGEM E ROTULAGEM DOS CORRETIVOS DE ACIDEZ, DE ALCALINIDADE E DE SODICIDADE E DOS CONDICIONADORES DE SOLO, DESTINADOS À AGRICULTURA, NA FORMA DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	23/06/2006	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 30 DE MAIO DE 2006.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	20/06/2006	PARA A IMPORTAÇÃO DE AMOSTRAS DE QUALQUER PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A TESTES NA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIO DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA, DEVERÃO SER SEGUIDOS OS PROCEDIMENTOS DEFINIDOS NESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	07/06/2006	ESTABELECE AS NORMAS DE HABILITAÇÃO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS QUE ATUAM NO SETOR PRIVADO, PARA FINS DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS NO REGULAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE E DA TUBERCULOSE ANIMAL - PNCEBT, REFERENTES À REALIZAÇÃO DE TESTES DIAGNÓSTICOS DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE, ENCAMINHAMENTO DE AMOSTRAS PARA LABORATÓRIOS CREDENCIADOS E PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO LIVRES OU MONITORADOS PARA BRUCELOSE E TUBERCULOSE BOVINA E BUBALINA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	05/06/2006	OS FERTILIZANTES, CORRETIVOS, INOCULANTES E BIOFERTILIZANTES, PARA SEREM PRODUZIDOS, IMPORTADOS OU COMERCIALIZADOS, DEVERÃO ATENDER AOS LIMITES ESTABELECIDOS NOS ANEXOS I, II, III, IV E V DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº QUE SE REFERE ÀS CONCENTRAÇÕES MÁXIMAS ADMITIDAS PARA AGENTES FITOTÓXICOS, PATOGÊNICOS AO HOMEM, ANIMAIS E PLANTAS, METAIS PESADOS TÓXICOS, PRAGAS E ERVAS DANINHAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	05/06/2006	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MUDAS ENRAIZADAS COM OU SEM FOLHAS, ESTACAS NÃO ENRAIZADAS COM OU SEM FOLHAS, E MUDAS IN VITRO DE IMPATIENS SPP. (IMPATIENS) (CATEGORIA 4, CLASSE 1) PRODUZIDAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	24/05/2006	ALTERA O ITEM 10 DO REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA COQUETEL DE VINHO OU BEBIDA ALCOÓLICA MISTA DE VINHO, APROVADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 27 DE JANEIRO DE 2005, NO QUE SE REFERE AO CONSERVANTE BENZOATO, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	23/05/2006	ESTABELECE OS CRITÉRIOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS PARA A DETERMINAÇÃO DO VALOR DE CULTIVO E USO - VCU DE FEIJÃO E OS RESPECTIVOS FORMULÁRIOS ANEXOS PARA INSCRIÇÃO DE CULTIVARES NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES (ALTERA A PORTARIA Nº 294, DE 1998).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	16/05/2006	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA BENEFICIAMENTO DE MATERIAL DE REPRODUÇÃO VEGETAL DE ALGODÃO, RESERVADO PELO USUÁRIO PARA USO PRÓPRIO, A SER REALIZADO FORA DE SUA PROPRIEDADE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	15/05/2006	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA PIMENTA-DO-REINO; A AMOSTRAGEM; OS PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES; E O ROTEIRO DE CLASSIFICAÇÃO CONTIDOS NOS ANEXOS I, II, III E IV, RESPECTIVAMENTE, DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	12/05/2006	RECONHECE O ESTADO DA BAHIA COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGTHON.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	12/05/2006	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 7, DE 3 DE MARÇO DE 2006, QUE TRATA DAS DIRETRIZES PARA REGULAMENTAR A CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DAS EMBALAGENS E SUPORTES DE MADEIRA UTILIZADOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL, CONSIDERANDO AS ALTERAÇÕES APROVADAS NA I REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS - CMF, REALIZADA EM ROMA, NO PERÍODO DE 03 A 07 DE ABRIL DE 2006.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	20/04/2006	DEFINE AS CULTIVARES E SEUS RESPECTIVOS GRAUS DE SUSCETIBILIDADE À BACTÉRIA DENOMINADA CIENTIFICAMENTE DE XANTHOMONAS CAMPESTRIS PV. VITICOLA, BEM COMO ADOTAR AS EXIGÊNCIAS FITOSSANITÁRIAS PARA SUAS MUDAS E AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA REFERIDA PRAGA, NA FORMA DOS ANEXOS I, II E III A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	18/04/2006	ESTABELECE, PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA, A CONDIÇÃO DE ÁREA LIVRE DE PRAGA, COMO OPÇÃO RECONHECIDA DE MANEJO DE RISCO PARA A PRAGA ANTHONOMUS GRANDIS (BICUDO-DO-ALGODOEIRO).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	07/04/2006	APROVA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA, O PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO DA INFLUENZA AVIÁRIA E DE CONTROLE E PREVENÇÃO DA DOENÇA DE NEWCASTLE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	31/03/2006	ESTABELECE, PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA COM DECLARAÇÃO ADICIONAL, A CONDIÇÃO PARA ÁREA LIVRE DE PRAGA (ALP), COMO OPÇÃO RECONHECIDA DE MANEJO DE RISCO PARA A PRAGA ANASTREPHA GRANDIS MACQUART, EM CULTIVOS DE CUCUMIS MELO L. (MELÃO), CITRULLUS LANATUS THUNB. (MELANCIA), CUCURBITA SPP. (ABÓBORA) E CUCUMIS SATIVUS L. (PEPINO).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	21/03/2006	ALTERA A RELAÇÃO DOS MICRORGANISMOS AUTORIZADOS PARA PRODUÇÃO DE INOCULANTES NO BRASIL, CONSTANTE DO ANEXO II, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SARC Nº 05, DE 6 DE AGOSTO DE 2004, QUE PASSA A SER AQUELA DESCRITA NO ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA (A IN 13/2011 PUBLICOU A TABELA COMPLETA DOS ORGANISMOS AUTORIZADOS PARA PRODUÇÃO DE INOCULANTES NO BRASIL).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	10/03/2006	ESTABELECE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA EFEITO DE REGISTRO DE AGENTES MICROBIOLÓGICOS, EMPREGADOS NO CONTROLE DE UMA POPULAÇÃO OU DE ATIVIDADES BIOLÓGICAS DE UM OUTRO ORGANISMO VIVO CONSIDERADO NOCIVO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	05/03/2006	ESTABELECE, PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA COM DECLARAÇÃO ADICIONAL, A CONDIÇÃO PARA SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO, COMO OPÇÃO RECONHECIDA DE MANEJO DE RISCO PARA A PRAGA ANASTREPHA GRANDIS MACQUART, EM CULTIVOS DE CUCUMIS MELO L. (MELÃO), CITRULLUS LANATUS THUNB. (MELANCIA), CUCURBITA SPP. (ABÓBORA) E CUCUMIS SATIVUS L. (PEPINO).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	13/02/2006	APROVA OS REQUISITOS SANITÁRIOS E OS PROCEDIMENTOS TECNOLÓGICOS A SEREM OBSERVADOS PARA A IMPORTAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA PARA FÊMEAS RECEPTORAS NO TERRITÓRIO NACIONAL DE EMBRIÕES DE BOVINOS COLETADOS IN VIVO, ORIGINÁRIOS E PROCEDENTES DA REPÚBLICA DA ÍNDIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	09/02/2006	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA MAÇÃ; AS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E A AMOSTRAGEM, CONFORMAÇÃO DA AMOSTRA E ANÁLISE, CONFORME OS RESPECTIVOS ANEXOS I, II E III, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	07/02/2006	APROVA AS DIRETRIZES ANEXAS, PARA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS FABRICANTES DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO NO EXTERIOR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	03/02/2006	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À MULTIPLICAÇÃO VEGETAL DE BATATA-SEMENTE (SOLANUM TUBEROSUM), PRODUZIDA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, NA FORMA DO ANEXO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	02/02/2006	OFICIALIZA A METODOLOGIA ANALÍTICA PARA DETERMINAÇÃO DA RAZÃO ISOTÓPICA DO OXIGÊNIO EM VINHOS, CONFORME ANEXO DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	02/02/2006	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA PÊRA; AS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E A AMOSTRAGEM, CONFORMAÇÃO DA AMOSTRA E ANÁLISE, CONFORME OS RESPECTIVOS ANEXOS I, II E III DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	23/01/2006	ESTABELECE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA EFEITO DE REGISTRO DE PRODUTOS SEMIOQUÍMICOS QUE SE CARACTERIZEM COMO PRODUTOS TÉCNICOS, AGROTÓXICOS OU AFINS, SEGUNDO DEFINIÇÕES ESTABELECIDAS NO DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002, ART. 1º, INCISOS IV E XXXVII.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	23/01/2006	ESTABELECE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA EFEITO DE REGISTRO DE AGENTES BIOLÓGICOS DE CONTROLE.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	16/01/2006	REVALIDA, PELO PERÍODO DE UM ANO, O RECONHECIMENTO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS, DE QUE TRATA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 89, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2004, DA ÁREA QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE AFONSO BEZERRA, AREIA BRANCA, AÇU, ALTO DO RODRIGUES, BARAÚNA, CARNAUBAIS, GROSSOS, IPANGUAÇU, MOSSORÓ, PORTO DO MANGUE, SERRA DO MEL, TIBAU E UPANEMA, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DELIMITADA PELAS SEGUINTES COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 4º40'55" (S) E 5º52'37,2" (S); LONGITUDE 36º25'22,8" (W) E 37º47'42" (W).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	29/12/2005	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE TRITICUM AESTIVUM (TRIGO) (CATEGORIA 3, CLASSE 9) PRODUZIDOS NA UCRÂNIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	16/12/2005	APROVA AS NORMAS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MUDAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	14/12/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS AMILÁCEOS DERIVADOS DA RAIZ DE MANDIOCA, CONFORME ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	24/11/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA ROTULAGEM DE PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL EMBALADO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	14/11/2005	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A IMPORTAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL CONTENDO A SUBSTÂNCIA QUÍMICA DENOMINADA CARBADOX.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	31/10/2005	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 17, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2004.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	26/10/2005	ESTABELECE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA EFEITO DE REGISTRO DE PRODUTOS BIOQUÍMICOS QUE SE CARACTERIZEM COMO PRODUTOS TÉCNICOS, AGROTÓXICOS E AFINS, SEGUNDO DEFINIÇÕES ESTABELECIDAS NO DECRETO Nº 4.074, DE 4 DE JANEIRO DE 2002, ART. 1º , INCISOS IV E XXXVII.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	25/10/2005	APROVA, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA, AS NORMAS RELATIVAS AOS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE AGUARDENTE DE CANA E DE CACHAÇA, ORGANIZADOS EM SOCIEDADE COOPERATIVA E OS RESPECTIVOS PRODUTOS ELABORADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	18/10/2005	DEFINE A REFERÊNCIA PARA MÉTODOS ANALÍTICOS QUE PASSAM A CONSTITUIR PADRÕES OFICIAIS PARA ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE CONFORMIDADE DA FARINHA DE TRIGO AO PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	11/10/2005	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE TRIGO TRITICUM AESTIVUM (CATEGORIA 3, CLASSE 9) PRODUZIDOS NA RÚSSIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	28/09/2005	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2004.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	26/09/2005	DETERMINA QUE AS PORTARIAS DE CREDENCIAMENTO E DE HABILITAÇÃO CONCEDIDAS AOS LABORATÓRIOS COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2004, FICAM REVOGADAS DENTRO DE 60(SESSENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTE ATO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	22/09/2005	ALTERA AS TABELAS DE NOMES CIENTÍFICOS DE PRAGAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	14/09/2005	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS JUNTO AO MAPA, ANVISA E IBAMA, PARA EFEITO DAS AVALIAÇÕES PRELIMINARES E DE OBTENÇÃO DO REGISTRO ESPECIAL TEMPORÁRIO - RET, PARA PRODUTOS TÉCNICOS, PRÉ-MISTURAS, AGROTÓXICOS E AFINS, DESTINADOS À PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	08/09/2005	APROVA O MANUAL OPERACIONAL DE BEBIDAS E VINAGRE, ONDE CONSTAM O MODELO DE MANUAL DA QUALIDADE, O PROTOCOLO DE VALIDAÇÃO DE MÉTODOS FÍSICO-QUÍMICOS, O PROTOCOLO DE CÁLCULO DA INCERTEZA ASSOCIADA ÀS MEDIÇÕES E OS MÉTODOS DE ANÁLISE DE BEBIDAS FERMENTADAS, DESTILADAS, NÃO ALCOÓLICAS E DE VINAGRE, QUE PASSAM A CONSTITUIR PADRÕES OFICIAIS PARA ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE BEBIDAS E VINAGRE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	08/09/2005	ALTERA O ITEM 7.6 DAS NORMAS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES

				APROVADAS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 2 DE JUNHO DE 2005.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	23/08/2005	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE BEBIDA LÁCTEA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	23/08/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE BEBIDA LÁCTEA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	15/08/2005	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO CADASTRO SANITÁRIO DE ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS, CONSTANTES DO ANEXO I, BEM COMO O MODELO DE FORMULÁRIO COM INFORMAÇÃO SOBRE O MÉDICO VETERINÁRIO PRIVADO QUE REALIZARÁ ACOMPANHAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM PROGRAMAS DE CERTIFICAÇÃO PREVISTOS NO PNSCO, CONSTANTE DO ANEXO II, E O MODELO DE INFORMAÇÕES MÍNIMAS PARA CADASTRO SANITÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS, CONSTANTE DO ANEXO III.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	15/08/2005	ACRESCENTA O INCISO III NO ART. 3º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 31 DE MAIO DE 2005.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	12/07/2005	ESTABELECE QUE A GARANTIA DO PADRÃO MÍNIMO DE GERMINAÇÃO OU, QUANDO FOR O CASO, DE VIABILIDADE, SERÁ DE RESPONSABILIDADE DO PRODUTOR DA SEMENTE PELOS PRAZOS A SEGUIR ESTABELECIDOS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA SEMENTE, COMPROVADO POR MEIO DE RECIBO NA NOTA FISCAL, OBSERVADO O PRAZO DE VALIDADE DO TESTE. DEFINIR OS MODELOS DOS DOCUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO DE SEMENTES OU DE MUDAS, APROVADOS PELO ART. 220, DO DECRETO Nº 5.153, DE 2004.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	07/07/2005	REGULAMENTA A APLICAÇÃO DO TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO COM FINS QUARENTENÁRIOS POR FUMIGAÇÃO COM BROMETO DE METILA, EM REGIME DE INÍCIO DE TRÂNSITO COMO DESCRITO NO ART. 1º, § 8º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 01, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2003.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	06/07/2005	INCLUI O ESTADO DO ACRE E OS MUNICÍPIOS DE BOCA DO ACRE E GUAJARÁ, DO ESTADO DO AMAZONAS, NA ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO CONSTITUÍDA PELOS ESTADOS DA BAHIA, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, MINAS GERAIS, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO SUL, RONDÔNIA, SANTA CATARINA, SÃO PAULO, SERGIPE, TOCANTINS E DISTRITO FEDERAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	29/06/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AGUARDENTE DE CANA E PARA CACHAÇA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	17/06/2005	AUTORIZA, SOB OS ASPECTOS DE BIOSSEGURANÇA DISCIPLINADOS PELA LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005, A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES OU GRÃOS DE SOJA GENETICAMENTE MODIFICADA TOLERANTE AO HERBICIDA GLIFOSATO, ORIUNDOS DO EVENTO GTS 40-3-2, BEM COMO SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	02/06/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA FARINHA DE TRIGO, CONFORME O ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	02/06/2005	APROVA AS NORMAS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	02/06/2005	APROVA AS NORMAS PARA PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SEMENTES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	31/05/2005	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREA LIVRE DA SIGATOKA NEGRA E OS PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO PARA SIGATOKA NEGRA - MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS (MORELET) DEIGHTON, CONSTANTES DOS ANEXOS I E II DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	19/05/2005	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 2, DE 30 DE JUNHO DE 1995, E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SARC N° 01, DE 30 DE JUNHO DE 1995.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	16/05/2005	CONDICIONA A IMPORTAÇÃO DE ESPÉCIES VEGETAIS, SUAS PARTES, PRODUTOS E SUBPRODUTOS À PUBLICAÇÃO DOS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, ESTABELECIDOS POR MEIO DE ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS - ARP
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	06/05/2005	APROVA OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA SANGRIA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	20/04/2005	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE BETA VULGARIS (BETERRABA), PRODUZIDAS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	30/03/2005	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA, PRENSADO E SEM SEMENTE, DESTINADO A TRANSFORMAÇÃO (CATEGORIA 2, CLASSE 10), PROVENIENTE DA NIGÉRIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	18/03/2005	DÁ CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE LEVANTAMENTO DA OCORRÊNCIA DO HLB, VISANDO DELIMITAR A EXTENSÃO DAS ÁREAS AFETADAS E ADOTAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	17/03/2005	ATRIBUI AO DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL - DSV AS RESPONSABILIDADES E FUNÇÕES INERENTES À ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA - ONPF DO BRASIL, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. IV DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DOS VEGETAIS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	16/03/2005	A IMPORTAÇÃO OU EXPORTAÇÃO DE QUALQUER ANIMAL, VEGETAL, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS, BEM COMO DE TODA MATÉRIAPRIMA E INSUMO UTILIZADO NA AGRICULTURA E PECUÁRIA, QUANDO REGULAMENTADO OU PASSÍVEL DE VEICULAR PRAGAS OU DOENÇAS, FICA CONDICIONADA À FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	08/03/2005	REVALIDA O RECONHECIMENTO COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS DA ÁREA QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE ARACATI, ITAIÇABA, JAGUARUANA, ICAPUÍ, RUSSAS, QUIXERÉ E LIMOEIRO DO NORTE, DO ESTADO DO CEARÁ, DELIMITADA PELAS SEGUINTES COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 4º25'05" (S) E 5º18'00" (S); LONGITUDE 37º15'16" (W) E 38º24'00" (W).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	28/02/2005	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS, CONFORME ANEXO I, PARA IMPORTAÇÃO DE MADEIRA E SEUS PRODUTOS PELO BRASIL, DESTINADOS AO CONSUMO, COMÉRCIO OU TRANSFORMAÇÃO (CATEGORIA 0 E CATEGORIAS 1, 2 E 3, CLASSE 6), EXCETO EMBALAGENS DE MADEIRA E SEUS SUPORTES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	27/01/2005	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA COQUETEL DE VINHO OU BEBIDA ALCOÓLICA MISTA DE VINHO, NA FORMA CONSTANTE DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	06/01/2005	ALTERA O ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 75, DE 22 DE OUTUBRO DE 2004, PASSANDO A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	04/01/2005	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE MILHO (ZEA MAYS) (CATEGORIA 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NA BOLÍVIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	29/12/2004	APROVA O SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARCAÇAS DE BOVINOS, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, E A CLASSIFICAÇÃO DOS BOVINOS ABATIDOS NOS ESTABELECIMENTOS SOB O CONTROLE DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	28/12/2004	APROVA OS VALORES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUE TRATA A LEI Nº 10.711, DE 5 DE AGOSTO DE 2003.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	89	23/12/2004	RECONHECE COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS A ÁREA QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE AFONSO BEZERRA, AREIA BRANCA, ASSU, ALTO DO RODRIGUES, BARAÚNA, CARNAUBAIS, GROSSOS, IPANGUAÇU, MOSSORÓ, PORTO DO MANGUE, SERRA DO MEL, TIBAU E UPANEMA, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DELIMITADA PELAS SEGUINTES COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 4º40'55" (S) E 5º52'37,2" (S); LONGITUDE 36º25'22,8" (W) E 37º47'42" (W).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	20/12/2004	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DE COCO - NTEPICOCO, CONFORME CONSTA DO ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	84	10/12/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E GRÃOS DE LENS ESCULENTA MOENCH (LENTILHA) PRODUZIDOS NO CANADÁ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	85	10/12/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PROPAGAÇÃO IN VITRO E MUDAS COM OU SEM FOLHAS, COM OU SEM RAIZ NUA DE GÉRBERAS (GERBERA JAMESONII) PROVENIENTES DA ITÁLIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	86	10/12/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE ACACIA MANGUIM

				(CATEGORIA DE RISCO 4, CLASSE 3) PRODUZIDAS NA AUSTRÁLIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	30/11/2004	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE FIXAÇÃO DE PARÂMETROS E DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS SUPLEMENTOS DESTINADOS A BOVINOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	30/11/2004	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ADITIVOS PARA PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL, SEGUNDO AS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO, CONTENDO OS PROCEDIMENTOS SOBRE AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA DE USO, REGISTRO E COMERCIALIZAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	30/11/2004	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E DE QUALIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO DO PÓ CERÍFERO DE CARNAÚBA, CONSTANTE DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	30/11/2004	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E DE QUALIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO DA CERA DE CARNAÚBA, CONSTANTE DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	29/11/2004	INSTITUI O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE SEMENTES - ELETRÔNICO (E-BIS).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	24/11/2004	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A IMPORTAÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E O USO DA SUBSTÂNCIA QUÍMICA DENOMINADA OLAQUINDOX, COMO ADITIVO PROMOTOR DE CRESCIMENTO EM ANIMAIS PRODUTORES DE ALIMENTOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	81	12/11/2004	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA/SDA Nº 49, DE 26 DE JUNHO DE 2003.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	10/11/2004	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A INSCRIÇÃO PROVISÓRIA DE NOVAS CULTIVARES DE SOJA GENETICAMENTE MODIFICADA NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES, PREVISTO NO ART. 7º, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 223, DE 14 DE OUTUBRO DE 2004.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	79	10/11/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE LENS ESCULENTA MOENCH (LENTILHA) PRODUZIDOS NA ARGENTINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	78	04/11/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTE DE TOMATE(LYCOPERSICON ESCULENTUM) PRODUZIDA NA ÁFRICA DO SUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	28	26/10/2004	PRORROGA, ATÉ 30 DE ABRIL DE 2005, O PRAZO PREVISTO NA ALÍNEA "A" DO INCISO II DO ART. 38 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 6 DE MAIO DE 2004, PARA SOLICITAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DOS REGISTROS DE PRODUTOS CONCEDIDOS ANTES DA PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 4.954, DE 14 DE JANEIRO DE 2004 (ESTABELECE UM PRAZO. ESTÁ VIGENTE, MAS NÃO TEM MAIS VALIDADE. A IN MAPA 10/2004 JÁ FOI REVOGADA)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	75	22/10/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PALMITO DE AÇAÍ (EUTERPE PRECATORIA MART.), CATEGORIA 3, CLASSE 4, PROVENIENTE DA BOLÍVIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	11/10/2004	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE FIXAÇÃO DE PARÂMETROS E DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS SUPLEMENTOS DESTINADOS A BOVINOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	76	07/10/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE GIRASSOL (HELIANTHUS ANNUUS) PRODUZIDAS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	30/09/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À MULTIPLICAÇÃO VEGETAL (CATEGORIA 4, CLASSES 1 E 2) DE MINI-TUBÉRCULOS DE BATATA-SEMENTE (SOLANUM TUBEROSUM) PRODUZIDAS PELA EMPRESA SEPA-SAM DA BOLÍVIA, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	71	22/09/2004	RECONHECE COMO ÁREA LIVRE DE SIGATOKA NEGRA A ÁREA DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, COMPREENDIDA PELOS MUNICÍPIOS: BURITIZEIRO, CAPITÃO ENÉAS, FRANCISCO SÁ, ITACARAMBI, JAÍBA, JANAÚBA, JANUÁRIA, MANGA, MATIAS CARDOSO, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ, PIRAPORA, PORTEIRINHA, NOVA PORTEIRINHA, VERDELÂNDIA E MONTES CLAROS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	63	01/09/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE ALPORQUES (ESTACAS ENRAIZADAS, SEM FOLHAS, SEM INFLORESCÊNCIAS E SEM FRUTOS) DE LITCHI CHINENSIS (CATEGORIA 4, CLASSE 1) PRODUZIDAS NA AUSTRÁLIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	64	01/09/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE PINUS MAXIMINOI (PINHEIRO BRANCO), PRODUZIDAS EM HONDURAS.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	62	30/08/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE BULBOS (CATEGORIA 4, CLASSE 2) DE TULIPA SPP., PRODUZIDOS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	26/08/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE GERGELIM (SESAMUM ORIENTALE OU SESAMUM INDICUM) CATEGORIA 3, CLASSE 9, PRODUZIDOS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	03/08/2004	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA ANANAS COMOSUS (ABACAXI), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	02/08/2004	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA ZEA MAYS (MILHO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	02/08/2004	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA LOLIUM SP., SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	02/08/2004	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA LOTUS SP., SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	02/08/2004	ADOTA O STANDARD 3.7 REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS HARMONIZADOS POR CATEGORIA DE RISCO PARA O INGRESSO DE PRODUTOS VEGETAIS, 2A REVISÃO, ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	02/08/2004	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA GOSSYPIUM SP. (ALGODÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	02/08/2004	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA ORYZA SATIVA (ARROZ), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E DE ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	28/07/2004	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA SOLANUM TUBEROSUM (BATATA), SEGUNDO PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, DO MERCOSUL, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	28/07/2004	ADOTA O "STANDARD" REGIME DE CERTIFICAÇÃO E VERIFICAÇÃO EM PONTOS DE ORIGEM/DESTINO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	51	06/07/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE CAULES DE ASPARAGUS OFFICINALIS L. (ASPARGOS) PARA CONSUMO, PRODUZIDOS NO EQUADOR.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	18/06/2004	PROÍBE A ADMINISTRAÇÃO, POR QUALQUER MEIO, NA ALIMENTAÇÃO E PRODUÇÃO DE AVES, DE SUBSTÂNCIAS COM EFEITOS TIREOSTÁTICOS, ANDROGÊNICOS, ESTROGÊNICOS OU GESTAGÊNICOS, BEM COMO DE SUBSTÂNCIAS ß-AGONISTAS, COM A FINALIDADE DE ESTIMULAR O CRESCIMENTO E A EFICIÊNCIA ALIMENTAR.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	47	18/06/2004	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS SUÍDEOS - PNSS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	46	18/06/2004	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 03 DE AGOSTO DE 2001, PUBLICADA NA SEÇÃO 1, DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 164-E, DE 27 DE AGOSTO DE 2001.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	45	15/06/2004	APROVA AS NORMAS PARA A PREVENÇÃO E O CONTROLE DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA – AIE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	09/06/2004	APROVA OS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS PARA A CERTIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS DA SOJA EM GRÃO DESTINADA À COMERCIALIZAÇÃO INTERNA, À EXPORTAÇÃO E À IMPORTAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/06/2004	ESTABELECE NOS ANEXOS I, II, III E IV, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA OS REQUISITOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NOS ENSAIOS PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DE CULTIVO E USO (VCU) DE CULTIVARES DAS SEGUINTES ESPÉCIES VEGETAIS:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	27/05/2004	APROVA AS NORMAS PARA CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES DE BEBIDAS E VINAGRE, EM CONFORMIDADE COM O CONSTANTE DO ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	14/05/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) E FRUTOS (CATEGORIA 3, CLASSE 4) DE TOMATE (LYCOPERSICON ESCULENTUM), PRODUZIDAS NO PERU.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	13/05/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE MELÃO (CUCUMIS MELO), PRODUZIDAS EM ISRAEL.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	13/05/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CUCUMIS MELO (MELÃO), PRODUZIDAS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	10/05/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE PLÂNTULAS IN VITRO DE TERMINALIA FERDINANDIANA (AMEIXA DE KAKADU), PRODUZIDAS NA AUSTRÁLIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	04/05/2004	APROVA O SISTEMA BRASILEIRO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARCAÇAS DE BOVINOS, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, E A CLASSIFICAÇÃO DOS BOVINOS ABATIDOS NOS ESTABELECIMENTOS SOB O CONTROLE DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	04/05/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE PINUS TECUNUMANNII (PINHEIRO ROXO), PRODUZIDAS NA NICARÁGUA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	20/04/2004	APROVA O PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA PESTE SUÍNA CLÁSSICA, A SER OBSERVADO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	87	10/04/2004	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS CAPRINOS E OVINOS - PNSCO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	01/04/2004	DEFINE OS PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES PARA APLICAÇÃO DO DECRETO Nº 4.680, DE 24 DE ABRIL DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O DIREITO À INFORMAÇÃO, ASSEGURADO PELA LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, QUANTO AOS ALIMENTOS E INGREDIENTES ALIMENTARES, DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO OU ANIMAL, QUE CONTENHAM OU SEJAM PRODUZIDOS A PARTIR DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	25/03/2004	PROÍBE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL A PRODUÇÃO, A COMERCIALIZAÇÃO E A UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES QUE CONTENHAM EM SUA COMPOSIÇÃO PROTEÍNAS E GORDURAS DE ORIGEM ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	15/03/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE BULBOS DE CEBOLA (ALLIUM CEPA L.), CATEGORIA 3, CLASSE 4, PRODUZIDOS NA BOLÍVIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	09/03/2004	APROVA AS NORMAS PARA A ERRADICAÇÃO DA PESTE SUÍNA CLÁSSICA (PSC) A SEREM OBSERVADAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	08/03/2004	NA PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BATATA -SEMENTE, SERÁ UTILIZADA A TABELA DE NÍVEIS DE TOLERÂNCIA PARA PRAGAS NÃO-QUARENTENÁRIAS REGULAMENTADAS, DANOS E MISTURAS, CONTIDAS NO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	08/03/2004	DEFINE QUE NA PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BATATA-SEMENTE, SERÁ UTILIZADA A TABELA DE NÍVEIS DE TOLERÂNCIA PARA PRAGAS NÃO-QUARENTENÁRIAS REGULAMENTADAS, DANOS E MISTURAS, CONTIDAS NO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	01/03/2004	INCLUI O TERMO "MUITO" NA EXPRESSÃO "ALTA UMIDADE"NOS ITENS 2.2 (CLASSIFICAÇÃO), 4.2.3 (REQUISITOS FÍSICO-QUÍMICOS) E 5.1 (ADITIVOS), NO REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO QUEIJO MINAS FRESCAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	27/02/2004	ESTABELECE AS NORMAS SOBRE OS REQUISITOS DE QUALIDADE PARA EFEITO DE CREDENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE LABORATÓRIO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA) COM VISTAS A PROCEDEREM A DIAGNÓSTICOS DAS ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS (EET) EM RUMINANTES PELA TÉCNICA DE IMUNOHISTOQUÍMICA (IHQ), CONFORME DISPOSTO NO ANEXO I, BEM COMO, APROVAR OS MODELOS DE FORMULÁRIOS PARA REQUISIÇÃO E LAUDO DE RESULTADO DE EXAMES E REGISTRO DE AMOSTRAS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	10/02/2004	APROVA AS NORMAS PARA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PARA A REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE DETECÇÃO QUALITATIVA DE ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO - OGM EM SOJA POR MEIO DE KITS IMUNOCROMATOGRÁFICOS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	29/01/2004	ESTABELECE OS REQUISITOS DE QUALIDADE PARA O CREDENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA DIAGNÓSTICO SOROLÓGICO DO MORMO POR MEIO DA TÉCNICA DE FIXAÇÃO DO COMPLEMENTO.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	14/01/2004	CONDICIONA A IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS E DE MATERIAL DE MULTIPLICAÇÃO ANIMAL À PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO MAPA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	14/01/2004	APROVA AS NORMAS QUE DISPÕEM SOBRE A FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, DO COMÉRCIO DE MATERIAL GENÉTICO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE REPRODUÇÃO ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	12/01/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE MILHO (ZEA MAYS), PRODUZIDOS NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	09/01/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE KALANCHOE BLOSSFELDIANA, PRODUZIDAS NA HOLANDA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	05/01/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE CURCUMA ALIMASTIFOLIA, PRODUZIDAS NA TAILÂNDIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	05/01/2004	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE SCHLUMBERGERA TRUNCATA, PRODUZIDAS NA HOLANDA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	19/12/2003	ESTABELECE QUE OS INTERESSADOS NA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA DE CULTIVARES DE SOJA GENETICAMENTE MODIFICADA NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES, PREVISTO NO ART. 14, DA LEI Nº 10.814, DE 2003, DEVERÃO SOLICITÁ-LA MEDIANTE REQUERIMENTO PRÓPRIO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	90	18/12/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE RUBUS SPP. L. (FRAMBOESA), PRODUZIDOS NA BOLÍVIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	86	17/12/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE ARROZ COM CASCA (ORYZA SATIVA. L), PRODUZIDOS NA GUIANA INGLESA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	15/12/2003	PROÍBE O ABATE DE BOVINO E BUBALINO IMPORTADOS DE PAÍS ONDE HOUVE OCORRÊNCIA DE CASO AUTÓCTONE DA EEB OU DE PAÍS CONSIDERADO DE RISCO PARA ESTA DOENÇA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	15/12/2003	APROVA AS NORMAS SOBRE REQUISITOS, CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE ESTABELECIMENTO, BEBIDA E FERMENTADO ACÉTICO E EXPEDIÇÃO DOS RESPECTIVOS CERTIFICADOS, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	15/12/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À MULTIPLICAÇÃO VEGETAL DE SOLANUM TUBEROSUM (BATATA), PRODUZIDOS NOS PAÍSES DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA (INGLATERRA, ESCÓCIA, PAÍS DE GALES E IRLANDA DO NORTE), CONSTANTES DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	09/12/2003	SOJA - MULTAS APLICÁVEIS POR DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 10.688: PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA DA SAFRA 2002/2003 E DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA DA SAFRA 2003/2004.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	85	28/11/2003	RECONHECE COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS A ÁREA QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE AFONSO BEZERRA, AREIA BRANCA, ASSU, ALTO DO RODRIGUES, BARAÚNA, CARNAUBAIS, GROSSOS, IPANGUAÇU, MOSSORÓ, PORTO DO MANGUE, SERRA DO MEL, TIBAU E UPANEMA, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DELIMITADA PELAS SEGUINTES COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 4º40'55" (S) E 5º52'37,2"(S); LONGITUDE 36º25'22,8" (W) E 37º47'42" (W).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	83	21/11/2003	RTIQ DE CARNE BOVINA EM CONSERVA (CORNED BEFF) E CARNE MOÍDA DE BOVINO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	14/11/2003	ADOTA O STANDARD REGIONAL EM PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA 2.10 - DIRETRIZESPARA A AUTORIZAÇÃO DE FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS PARA A EMISSÃO DE CERTIFICADOS FITOSSANITÁRIOS, APROVADO PELO COMITÊ DE SANIDADE VEGETAL DO CONE SUL - COSAVE, EM ABRIL DE 2000.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	14/11/2003	ADOTA O STANDARD REGIONAL EM PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA 2.10 - DIRETRIZES PARA A AUTORIZAÇÃO DE FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS PARA A EMISSÃO DE CERTIFICADOS FITOSSANITÁRIOS, APROVADO PELO COMITÊ DE SANIDADE VEGETAL DO CONE SUL - COSAVE, EM ABRIL DE 2000, ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	80	13/11/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE HYPERICUM ANDROSAEMUM, PRODUZIDAS NA HOLANDA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	79	11/11/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE DRACAENA SANDERIANA (LUCKY BAMBOO), PRODUZIDAS EM TAIWAN, NA REPÚBLICA DA CHINA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	78	03/11/2003	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS PARA CONTROLE E CERTIFICAÇÃO DE NÚCLEOS E ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS COMO LIVRES DE SALMONELLA GALLINARUM E DE SALMONELLA PULLORUM E LIVRES OU CONTROLADOS PARA SALMONELLA ENTERITIDIS E PARA SALMONELLA TYPHIMURIUM.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	75	28/10/2003	REGULAMENTO TÉCNICO PARA SELEÇÃO, PROJETO, FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TANQUES ISOTÉRMICOS DESTINADOS À COLETA E AO TRANSPORTE DE LEITE E DERIVADOS FLUIDOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	76	28/10/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE PINUS ELLIOTII X PINUS CARIBAEA VAR. HONDURENSIS, PRODUZIDAS NA AUSTRÁLIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	74	21/10/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CUCURBITA PEPO (ABOBRINHA), PRODUZIDAS NO CHILE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	72	20/10/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS FERMENTADAS E SECAS DE THEOBROMA CACAU (CACAU), CATEGORIA 3, CLASSE 9, PRODUZIDAS NA INDONÉSIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	16/10/2003	TODAS AS IMPORTAÇÕES DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS, INOCULANTES E BIOFERTILIZANTES, E SUAS RESPECTIVAS MATÉRIAS-PRIMAS, UMA VEZ ATENDIDAS AS LEGISLAÇÕES PERTINENTES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OBSERVARÃO AS NORMAS PARA REGISTRO NO SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR - SISCOMEX.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	69	23/09/2003	APROVA A PADRONIZAÇÃO DA METODOLOGIA PARA A DETECÇÃO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM MISTURAS DE INGREDIENTES PARA A ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES POR MICROSCOPIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	18/09/2003	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DE MANGA - NTEPI MANGA, CONFORME CONSTA DO ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	68	18/09/2003	ATRIBUI AO DEPARTAMENTO DE DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL - DDIV AS RESPONSABILIDADES E FUNÇÕES INERENTES À ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA - ONPF DO BRASIL, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. IV DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA PROTEÇÃO DOS VEGETAIS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	04/09/2003	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE GERAIS PARA SUCO TROPICAL; OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DOS SUCOS TROPICAIS DE ABACAXI, ACEROLA, CAJÁ, CAJU, GOIABA, GRAVIOLA, MAMÃO, MANGA, MANGABA, MARACUJÁ E PITANGA; E OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DOS NÉCTARES DE ABACAXI, ACEROLA, CAJÁ, CAJU, GOIABA, GRAVIOLA, MAMÃO, MANGA, MARACUJÁ, PÊSSEGO E PITANGA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	26/08/2003	APROVA NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DE CAJU - NTEPI CAJU.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	18/08/2003	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS ABAIXO INDICADOS COMO CONDIÇÃO PARA INGRESSO DE ANIMAIS SUSCEPTÍVEIS À FEBRE AFTOSA E SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS NO ESTADO DO PARÁ, EM RELAÇÃO AO TRÂNSITO INTERESTADUAL, SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS NORMAS SANITÁRIAS EM VIGOR.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	18/08/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E GRÃOS DE SORGHUM BICOLOR L. (SORGO), PRODUZIDAS NA BOLÍVIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	10/07/2003	APROVA AS NORMAS PARA CERTIFICAÇÃO DE SOJA EM GRÃO SEM A PRESENÇA DE ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO - OGM, POR MEIO DE KITS IMUNOCROMATOGRÁFICOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	07/07/2003	RTIQ DE SALAMES - ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 31 DE JULHO DE 2000.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	02/07/2003	DISPENSA DE REGISTROS NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA OS FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES IMPORTADOS DIRETAMENTE PELO CONSUMIDOR FINAL, PARA SEU USO PRÓPRIO

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	27/06/2003	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A MANIPULAÇÃO, O FRACIONAMENTO, A COMERCIALIZAÇÃO, A IMPORTAÇÃO E O USO DOS PRINCÍPIOS ATIVOS CLORANFENICOL, NITROFURANOS E OS PRODUTOS QUE CONTENHAM ESTES PRINCÍPIOS ATIVOS, PARA USO VETERINÁRIO E SUSCETÍVEL DE EMPREGO NA ALIMENTAÇÃO DE TODOS OS ANIMAIS E INSETOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	26/06/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E GRÃOS DE HELIANTHUS ANNUS L. (GIRASSOL), PRODUZIDAS NA BOLÍVIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	17/06/2003	SOMENTE PODERÁ SER DISTRIBUÍDO NO BRASIL O SÊMEN BOVINO OU BUBALINO COLETADO EM CENTROS DE COLETA E PROCESSAMENTO DE SÊMEN - CCPS, REGISTRADOS NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, QUE CUMPREM OS REQUISITOS SANITÁRIOS MÍNIMOS PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SÊMEN BOVINO E BUBALINO NO PAÍS, CONSTANTES DOS ANEXOS DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	11/06/2003	INCLUI O ESTADO DE RONDÔNIA NA ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO CONSTITUÍDA PELOS ESTADOS DA BAHIA, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, MINAS GERAIS, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SÃO PAULO, SERGIPE, TOCANTINS E DISTRITO FEDERAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	11/06/2003	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E DE QUALIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO DO CAFÉ BENEFICIADO GRÃO CRU, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	10/06/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FOLHAS DE FUMO NICOTIANA TABACUM (CATEGORIA 2, CLASSE 10), PRODUZIDAS NA TURQUIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	03/06/2003	RECONHECE, PARA FINS DE IMPORTAÇÃO, COMO LIVRES DO NEMATÓIDE ANGUINA TRITICI, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, AS ÁREAS PRODUTORAS DE TRIGO DOS ESTADOS DO TEXAS, LOUISIANA, VIRGÍNIA E WISCONSIN.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	02/06/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CITRUS SUNKI (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NOS ESTADOS DA FLÓRIDA E CALIFÓRNIA, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	02/06/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FRUTOS DE ABÓBORA DAS ESPÉCIES CUCURBITA PEPO, C. MAXIMA, C. MOSCHATA E C. MAXIMA X C. MOSCHATA (CATEGORIA 3, CLASSE 4), PRODUZIDAS NO URUGUAI.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	02/06/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CITRUS VOLKAMERIANA (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NOS ESTADOS DA FLÓRIDA E CALIFÓRNIA, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	02/06/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CITRUMELO, HÍBRIDA DE CITRUS PARADISI X PONCIRIS TRIFOLIATA (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NOS ESTADOS DA FLÓRIDA E CALIFÓRNIA, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	02/06/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE HIBISCUS CANNABINUS L.(CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NO ESTADO DO TEXAS, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	02/06/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE FOLHAS DE FUMO NICOTIANA TABACUM (CATEGORIA 2, CLASSE 10), PRODUZIDAS NA COLÔMBIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	29/05/2003	RECONHECE COMO LIVRES DE STRIGA SPP. PARA FINS DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS E SUAS PARTES AS ÁREAS AGRÍCOLAS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, EXCETO OS ESTADOS DA CAROLINA DO NORTE E CAROLINA DO SUL, DEVIDO À PRESENÇA DE STRIGA ASIATICA, E O ESTADO DA FLÓRIDA, DEVIDO À PRESENÇA DE STRIGA GESNERIOIDES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	12/05/2003	AUTORIZA A ADOÇÃO DA SISTEMÁTICA DE FRACIONAMENTO DE CARGA PARA AS IMPORTAÇÕES DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS, DERIVADOS E PARTES, SUBPRODUTOS, RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, QUANDO REALIZADO POR MEIO DE TRANSPORTE TERRESTRE NO TRÂNSITO INTERNACIONAL ENTRE OS PAÍSES LIMÍTROFES COM O BRASIL, EM ADITAMENTO AO INCISO ¿V¿, DO ART. 9º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 25, DE 15 DE ABRIL DE 2003.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	23/04/2003	A DESTINAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL APREENDIDOS DE QUE TRATA A LEI Nº 7.889, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1989 DEVERÁ CONTEMPLAR, PREFERENCIALMENTE, AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COMBATE A FOME - MESA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	22/04/2003	ESTABELECE OS CRITÉRIOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NOS ENSAIOS PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DE CULTIVO E USO – VCU DE CULTIVARES DAS SEGUINTES ESPÉCIES VEGETAIS: I – ANEXO I: ALFAFA (MEDICAGO SATIVA L.); II – ANEXO II: AVEIA PRETA (AVENA STRIGOSA SCHREB.); III – ANEXO III: AZEVÉM (LOLIUM MULTIFLORUM LAM.); IV – ANEXO IV: CAPIM DE RHODES (CHLORIS GAYANA KUNTH); V – ANEXO V: CORNICHÃO ANUAL (LOTUS SUBBIFLORUS LAG.); VI – ANEXO VI: CORNICHÃO PERENE (LOTUS CORNICULATUS L.); VII – ANEXO VII: FEIJÃO VIGNA [VIGNA UNGUICULATA (L.) WALP]; VIII – ANEXO VIII: MILHETO [PENNISETUM GLAUCUM (L.) R. BR.]; IX – ANEXO IX: PENSACOLA (PASPALUM NOTATUM FLÜGGÉ); X – ANEXO X: CAPIM SETÁRIA [SETARIA SPHACELATA (SCHUMACH) STAPF & C. E. HUBB.]; XI – ANEXO XI: TREVO BRANCO (TRIFOLIUM REPENS L.); XII – ANEXO XII: TREVO SUBTERRÂNEO (TRIFOLIUM SUBTERRANEUM L.); XIII – ANEXO XIII: TREVO VERMELHO (TRIFOLIUM PRATENSE L.); E XIV – ANEXO XIV: TREVO VESICULOSO (TRIFOLIUM VESICULOSUM SAVI).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	15/04/2003	AS IMPORTAÇÕES DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS, DERIVADOS E PARTES, SUBPRODUTOS, RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, AGROTÓXICOS, PRODUTOS TÉCNICOS E AFINS, UMA VEZ ATENDIDAS AS LEGISLAÇÕES PERTINENTES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OBSERVARÃO AS NORMAS PARA REGISTRO NO SISCOMEX.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	15/04/2003	IMPLANTA O MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS DO TOMATEIRO, CULTIVADO PARA PROCESSAMENTO INDUSTRIAL, NAS MICRORREGIÕES PRODUTORAS DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, COM A FINALIDADE DE REDUZIR OS NÍVEIS DE INFECÇÃO E DE INFESTAÇÃO PROVOCADOS PELAS PRAGAS DO TOMATEIRO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	10/04/2003	INCORPORA NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL OS "REQUISITOS E CERTIFICADOS ZOOSSANITÁRIOS PARA O INTERCÂMBIO DE ANIMAIS CAPRINOS ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL"APROVADOS PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 42/02
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	10/04/2003	APROVA AS NORMAS PARA CERTIFICAÇÃO DE SOJA EM GRÃO SEM A PRESENÇA DE ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO - OGM, POR MEIO DE KITS IMUNOCROMATOGRÁFICOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	20/03/2003	APROVA AS DIRETRIZES TÉCNICAS PARA REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS PROCESSADORES DE CAL E DE FARELO DE POLPA CÍTRICA DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL, E O PROGRAMA DE CONTROLE DOS NÍVEIS DE DIOXINAS/FURANOS NA CAL E NO FARELO DE POLPA CÍTRICA DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	18/03/2003	PROÍBE A SAÍDA DE MATERIAL PROPAGATIVO DE CITROS (MUDAS, BORBULHAS, PORTA-ENXERTOS), FORMADO OU PRODUZIDO EM VIVEIROS TELADOS E A CÉU ABERTO NOS MUNICÍPIOS DE COMENDADOR GOMES, FRUTAL, UBERLÂNDIA, MONTE ALEGRE DE MINAS, PRATA, CAMPO FLORIDO E PLANURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, E EM ALTAIR, BARRETOS, COLÔMBIA, GUARACÍ, OLÍMPIA E NOVA GRANADA, DO ESTADO DE SÃO PAULO, E OUTROS ONDE FOR CONSTATADA A OCORRÊNCIA DA MORTE SÚBITA DOS CITROS, EXCEÇÃO FEITA AO MATERIAL PRODUZIDO EM AMBIENTE PROTEGIDO COM TELA ANTIAFÍDEOS DE MALHA DE, NO MÁXIMO, 0,64MM POR 0,20MM
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	07/03/2003	APROVA O REGULAMENTO PARA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTOS QUARENTENÁRIOS E FITOSSANITÁRIOS NO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS E SUAS PARTES, CONSTANTE DOS ANEXOS DA PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	07/03/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE CITRUMELO, HÍBRIDA DE CITRUS PARADISI X PONCIRUS TRIFOLIATA (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NO ESTADO DA FLÓRIDA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	07/03/2003	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ (CATEGORIA 4, CLASSE 1), PROVENIENTES DE EMBRIÕES SOMÁTICOS DE COFFEA CANEPHORA, VARIEDADE ROBUSTA, "IN VITRO", PRODUZIDAS NO LABORATÓRIO DA EMPRESA NESTLÉ RESEARCH CENTER TOURS, LOCALIZADO A 101 AVENUE GUSTAVE EIFFEL, NOTRE DAME - D. B. P. 9716, 37097 TOURS, CEDEX 2, NA FRANÇA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	21/02/2003	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA REGISTRO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SANITÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS DE INCUBAÇÃO, DE CRIAÇÃO E ALOJAMENTO DE RATITAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	14/02/2003	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DE MANGA - NTEPI MANGA, CONFORME CONSTA DO ANEXO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	13/02/2003	DEFINE AS CONDIÇÕES ZOOTÉCNICAS PARA A CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO, PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, PARA A IMPORTAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO AVÍCOLA, ALÉM DAS EXIGÊNCIAS DE ORDEM SANITÁRIA ESTABELECIDAS NO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	13/02/2003	REVOGA A SUSPENSÃO DOS REGISTROS DE RÓTULOS DO PRODUTO OVOS EM NATUREZA, QUE APRESENTEM ROTULAGEM NUTRICIONAL COMPLEMENTAR REFERENTE A ÁCIDOS GRAXOS POLIINSATURADOS E VITAMINAS, DE QUE TRATA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 14 DE JANEIRO DE 2003.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	30/01/2003	APROVA, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA, AS NORMAS RELATIVAS AOS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE VINHO, E DERIVADOS DA UVA, E DO VINHO, ORGANIZADOS EM ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	14/01/2003	DETERMINA AO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DIPOA, A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS VISANDO O ESTABELECIMENTO DO PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO PRODUTO OVOS EM NATUREZA COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	14/01/2003	PRORROGA O PRAZO DE QUE TRATA A INSTRUÇÃO NORMATIVA/SDA Nº 42, DE 5 DE JULHO DE 2002, POR 120 (CENTO E VINTE) DIAS, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	09/01/2003	TODAS AS IMPORTAÇÕES DE ANIMAIS, VEGETAIS, SEUS PRODUTOS, DERIVADOS E PARTES, SUBPRODUTOS, RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, E DOS INSUMOS AGROPECUÁRIOS, UMA VEZ ATENDIDAS AS LEGISLAÇÕES PERTINENTES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, OBSERVARÃO AS NORMAS PARA REGISTRO NO SISCOMEX.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	69	13/12/2002	DETERMINA O USO DE UM SELO DE GARANTIA (HOLOGRÁFICO) EM TODOS OS FRASCOS DE VACINAS CONTRA A RAIVA DOS HERBÍVOROS DAS PARTIDAS APROVADAS E LIBERADAS PARA COMERCIALIZAÇÃO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DE FORMA A ASSEGURAR SUA CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE VACINAS CONTRA A RAIVA DOS HERBÍVOROS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	64	09/12/2002	O ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO QUE EXPORTE SEUS PRODUTOS PARA COMÉRCIO NO TERRITÓRIO NACIONAL DEVERÁ SER CREDENCIADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	62	05/12/2002	TORNA OBRIGATÓRIO O USO DOS FORMULÁRIOS “DOCUMENTO DE CAPTURA PARA DISSOSTICHUS" E “DOCUMENTO DE REEXPORTAÇÃO DE DISSOSTICHUS”.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	02/12/2002	ESTABELECE REQUISITOS PARA EMBALAGENS DESTINADAS AO ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS HORTÍCOLAS “IN NATURA”.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	21/11/2002	AS IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS VEGETAIS OBEDECERÃO AOS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESTABELECIDOS POR ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS - ARP, OS QUAIS SERÃO PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	21/11/2002	OS PRODUTOS VEGETAIS TRADICIONALMENTE IMPORTADOS DE UMA DETERMINADA ORIGEM, QUE NÃO DISPONHAM DE REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS REGULAMENTADOS, PODERÃO CONTINUAR SENDO IMPORTADOS, ENQUANTO SE CONCLUI A RESPECTIVA ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS - ARP, SENDO NECESSÁRIO PARA ISSO A EXISTÊNCIA DE PROCESSO DE ARP DEVIDAMENTE INSTRUÍDO E PROTOCOLADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	65	12/11/2002	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA AUTORIZAÇÃO DA IMPORTAÇÃO DE PÊRAS, MAÇÃS E MARMELOS ORIUNDOS DA REPÚBLICA ARGENTINA (SAFRA 2001/2002)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	63	08/11/2002	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE MADEIRA SERRADA BRUTA (CATEGORIA2, CLASSE 6) DE FRAXINUS AMERICANA (FRESNO), PRODUZIDA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	60	06/11/2002	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA IMPORTAÇÕES DE OVOS FÉRTEIS DE AVESTRUZES.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	04/11/2002	APROVA O ESTATUTO DO CONSELHO CONSULTIVO E O REGIMENTO DA REDE BRASILEIRA DE LABORATÓRIOS DE CONTROLE DA QUALIDADE DO LEITE - RBQL, INSTITUÍDA POR MEIO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 37/2002 - MAPA, DE 18 DE ABRIL DE 2002.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	56	22/10/2002	RATIFICA OS ATOS DO DIRETOR DE DEFESA ANIMAL, QUANTO À SUSPENSÃO DA IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS SUSCEPTÍVEIS À FEBRE AFTOSA DO PARAGUAI, ATÉ A COMPLETA ELUCIDAÇÃO TÉCNICA DO EVENTO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	22/10/2002	AUTORIZA O INGRESSO NO ESTADO DE SANTA CATARINA DE CARNE BOVINA FRESCA, COM OSSO, ORIUNDA DOS ESTADOS INTEGRANTES DA ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO, MEDIANTE O CUMPRIMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS A SEREM DEFINIDOS PELO DEPARTAMENTO DE DEFESA ANIMAL, DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	18/10/2002	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INDICAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DO PRODUTO NA ROTULAGEM DE BEBIDAS, VINHOS, DERIVADOS DA UVA E DO VINHO E VINAGRES, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	10/10/2002	RECONHECE COMO LOCAL DE PRODUÇÃO LIVRE DE SIGATOKA NEGRA A ÁREA DENOMINADA "GLEBA MACIFE", LOCALIZADA NO MUNICÍPIO RIBEIRÃO CASCALHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	10/10/2002	RECONHECE COMO LOCAL DE PRODUÇÃO LIVRE DE SIGATOKA NEGRA A ÁREA DENOMINADA "VALE DO IRIRI", LOCALIZADO NO MUNICÍPIO GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DO MATO GROSSO, DELIMITADA PELOS SEGUINTES PONTOS GEOREFERENCIADOS: O PRIMEIRO PONTO TEM COMO COORDENADAS S-10º00'00", W-54º54'25,90", DESTE PONTO SEGUE COM DISTÂNCIA DE 52 KM, PELA BR-163, MARGEADA POR AMBOS OS LADOS POR ÁREAS DE MATA AMAZÔNICA, ATÉ O PONTO 2, COM COORDENADAS S-9º30'49,74", W-54º51'33,09". DESTE PONTO, SEGUE COM DISTÂNCIA DE 62,1 KM, PELA DIVISA DO ESTADO DE MATO GROSSO COM O ESTADO DO PARÁ, EM ÁREA DE MATA AMAZÔNICA, ATÉ O PONTO 3, NO RIO IRIRI, DE COORDENADAS S-9º33'23,98", W-54º17'44,58". DESTE PONTO SEGUE POR ESTE RIO, COM DISTÂNCIA DE 6 KM ATÉ O PONTO 4, DE COORDENADAS S-9º35'17,89", W-54º15'48,11". DESTE PONTO, SEGUE POR UM RIBEIRÃO, SEM DENOMINAÇÃO, COM DISTÂNCIA DE 4 KM ATÉ O PONTO 5, DE COORDENADAS S-9º36'10,08", W-54º17'57,52" E DESTE SEGUE COM DISTÂNCIA DE 19 KM, ATÉ O PONTO 6 NO MESMO RIBEIRÃO, DE COORDENADAS S-9º46'22,67", W-54º21'05,78". DO PONTO 6 SEGUE COM DISTÂNCIA DE 23,8 KM PELA SERRA DO CACHIMBO ATÉ O PONTO 7, DE COORDENADAS S-9º54'44,66", W-54º11'44,09", NA CABECEIRA DO RIO PEIXOTINHO E DESTE, COM DISTÂNCIA DE 50 KM, ATÉ O PONTO 8, DE COORDENADAS S-10º00'00", W-54º38'46,37". DESTE PONTO SEGUE ATÉ O PONTO DE PARTIDA NA BR-163, COM DISTÂNCIA DE 28,6 KM.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	16/09/2002	INCLUI, NO ANEXO III, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SARC/MAPA Nº 002, DE 5 DE MARÇO DE 2001, A RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS A SEREM UTILIZADOS NA CLASSIFICAÇÃO DO CAFÉ BENEFICIADO, JUTA, MALVA, MAMONA, SISAL E SORGO

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	16/08/2002	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FABRICAÇÃO, FUNCIONAMENTO E ENSAIOS DE EFICIÊNCIA DE TANQUES REFRIGERADORES DE LEITE A GRANEL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	12/08/2002	REGULAMENTO TÉCNICO DE EQUIPAMENTOS DE ORDENHA – DIMENSIONAMENTO E FUNCIONAMENTO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	24/07/2002	AS IMPORTAÇÕES DE AVESTRUZES DE UM DIA SERÃO PERMITIDAS SOMENTE DE PAÍSES HABILITADOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO BRASIL (MAPA) E DE ESTABELECIMENTOS CRIADORES E INCUBATÓRIOS HABILITADOS PELO SERVIÇO VETERINÁRIO OFICIAL DO PAÍS EXPORTADOR E RECONHECIDOS PELO MAPA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	05/07/2002	ADOTA, PARA EFEITO DE ATUALIZAÇÃO DAS BULAS DE AGROTÓXICOS E AFINS COM FINALIDADE FITOSSANITÁRIA, OS NOMES VULGARES E CIENTÍFICOS ATUALIZADOS, CONSTANTES DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	17/06/2002	ADOTA A RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 51/01 QUE APROVA OS REQUISITOS E CERTIFICADOS PARA O INTERCÂMBIO DE ANIMAIS OVINOS ENTRE OS ESTADOS PARTE DO MERCOSUL, E SEUS ANEXOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	40	12/06/2002	APROVA AS NORMAS E PADRÕES PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES FISCALIZADAS DE ESPÉCIES FORRAGEIRAS DE CLIMA TROPICAL, E SEUS ANEXOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	28/05/2002	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA-DE-COCO, CONSTANTE DO ANEXO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	22/05/2002	ESTABELECE O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE INTERLABORATORIAL DE BEBIDAS E VINAGRE - PRONACIB, CONSTANTE DO ANEXO. APROVAR O GUIA DE ELABORAÇÃO DO MANUAL DE QUALIDADE DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISE DE BEBIDAS E VINAGRE DA CLAV/DDIV, QUE SE ENCONTRA À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA COORDENAÇÃO DE LABORATÓRIO VEGETAL DO DDIV/SDA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	13/05/2002	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS DE VIGILÂNCIA PARA DOENÇA DE NEWCASTLE E INFLUENZA AVIÁRIA, E DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO PARA A DOENÇA DE NEWCASTLE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	22/04/2002	ESTABELECE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES BENEFICIADAS DE PUPUNHA (BACTRIS GASIPAES) PRODUZIDAS NA REPÚBLICA DO PERU.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	18/04/2002	INSTITUI A REDE BRASILEIRA DE CONTROLE DA QUALIDADE DO LEITE, COM O OBJETIVO DE REALIZAR ANÁLISES LABORATORIAIS PARA FISCALIZAÇÃO DE AMOSTRAS DE LEITE CRU, RECOLHIDOS EM PROPRIEDADES RURAIS E EM ESTABELECIMENTOS DE LATICÍNIOS, NOS TERMOS FIXADOS PELA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	04/04/2002	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO REGIONAL DO NORTE OU QUEIJO TROPICAL DE USO INDUSTRIAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	27/03/2002	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS - ARP, ANEXOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	23	18/03/2002	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PRODUÇÃO, CONTROLE E EMPREGO DE VACINAS CONTRA O BOTULISMO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	18/03/2002	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA GLYCINE MAX (SOJA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	15/03/2002	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA LOTUS CORNICULATUS (CORNICHÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	15/03/2002	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA BRASSICA NAPUS VAR. OLEIFERA (COLZA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	15/03/2002	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA COFFEA SPP (CAFÉ), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	15/03/2002	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA MEDICAGO SATIVA (ALFAFA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	15/03/2002	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA PHASEOLUS VULGARIS (FEIJÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	15/03/2002	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA HELIANTHUS ANNUUS (GIRASSOL), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, EM ANEXO.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	15/03/2002	ADOTA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESPECÍFICOS PARA ZEA MAYS (MILHO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM DO MERCOSUL, EM ANEXO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	01/03/2002	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS PARA CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS E ATUALIZA A INCLUSÃO DA EEB, DA SCRAPIE E DE OUTRAS DOENÇAS DE CARÁTER PROGRESSIVO NO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA RAIVA DOS HERBÍVOROS. ATUALIZA PROCEDIMENTOS DA NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE DOENÇAS NERVOSAS EMRUMINANTES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	01/03/2002	A DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA - DFA E O ÓRGÃO DE DEFESA FITOSSANITÁRIA, LOCALIZADOS NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO QUE POSSUEM PROGRAMAS OU PROJETOS DE EXPORTAÇÃO DE MAMÃO, PROMOVERÃO A INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIA NOS POMARES DE MAMÃO CARICA PAPAYA L, PARA IDENTIFICAR E ELIMINAR AS PLANTAS INFECTADAS PELAS VIROSES PMV E PRSV.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	15/02/2002	ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA O TESTE DAS ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS EM RUMINANTES - EET PELA HISTOPATOLOGIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	15/02/2002	APROVA AS NORMAS A SEREM ADOTADAS, VISANDO INCREMENTAR À VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA DETECÇÃO DE ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS - EET - EM RUMINANTES
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	15/02/2002	APROVA AS NORMAS A SEREM CUMPRIDAS PARA A CERTIFICAÇÃO DE GRANJAS DE REPRODUTORES SUÍDEOS - GRSC.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	15/02/2002	AUTORIZA EM CARÁTER EMERGENCIAL, PELO PRAZO MÁXIMO DE 6 (SEIS) MESES, O USO DOS SEGUINTES INGREDIENTES ATIVOS PARA O CONTROLE DA MOSCA NEGRA DOS CITROS - ALEUROCANTHUS WLAGUMI - NA CULTURA DOS CITROS: CHLORPYRIFOS, MALATION, DIMETOATO, THIAMETHOXAM, BUPROFEZIN, IMIDACLOPRID, TRIAZOPHOS, PYRIDAPHENTHION E PYRIPROXIFEN, NAS DOSES PROPOSTAS PELA PESQUISA, MENORES OU IGUAIS ÀS JÁ REGISTRADAS PARA A CULTURA DOS CITROS, PARA OS RESPECTIVOS INGREDIENTES ATIVOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	15/02/2002	AUTORIZA EM CARÁTER EMERGENCIAL, PELO PRAZO MÁXIMO DE 6 (SEIS) MESES, O USO DO INGREDIENTE ATIVO METIL EUGENOL EM ARMADILHAS PARA O MONITORAMENTO DA MOSCA DA CARAMBOLA - BACTROCERA CARAMBOLAE - E A DISTRIBUIÇÃO DO PARASITÓIDE DIACHASMIMORPHA LONGICAUDATA PARA O CONTROLE BIOLÓGICO DA MESMA PRAGA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	14	23/01/2002	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE MUDAS DE RAIZ NUA (CATEGORIA 4, CLASSE 1) DE CYNODON DACTYLON, PROCEDENTES DOS CAMPOS DE PRODUÇÃO LOCALIZADOS NO ESTADO DA GEÓRGIA, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, E BENEFICIADAS PELA EMPRESA GEÓRGIA SEED DEVELOPMENT COMISSION (GSDC), SEDIADA NO REFERIDO ESTADO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	17/01/2002	TODAS AS PARTIDAS OU LOTES IMPORTADOS DE AMENDOIM E SEUS SUBPRODUTOS, MILHO E SEUS SUBPRODUTOS, AMÊNDOAS, PISTACHE, FRUTAS SECAS E MILHO DE PIPOCA SOMENTE PODERÃO SER LIBERADOS APÓS ANÁLISE DE MICOTOXINAS REALIZADA POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	16/01/2002	TODAS AS PARTIDAS OU LOTES IMPORTADOS DE AMENDOIM E SEUS SUBPRODUTOS, MILHO E SEUS SUBPRODUTOS, AMÊNDOAS, PISTACHE, FRUTAS SECAS E MILHO DE PIPOCA SOMENTE PODERÃO SER LIBERADOS APÓS ANÁLISE DE MICOTOXINAS REALIZADA POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	16/01/2002	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE BRACHIARIA BRIZANTHA X B. RUZIZIENSIS, B. SP. CV. "MULATO", PROCEDENTES DOS CAMPOS DE PRODUÇÃO LOCALIZADOS NO ESTADO DE GUERRERO, NO MÉXICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	10/01/2002	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE FESTUCA ARUNDINACEA, PROCEDENTES DOS CAMPOS DE PRODUÇÃO LOCALIZADOS NO ESTADO DE OREGON, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, E BENEFICIADAS PELA EMPRESA CEBECO INTERNATIONAL SEEDS (P.O. BOX 229,175 WEST "H" STREET - HALSEY, OREGON 97348-0229),

				PARA USO EXCLUSIVO EM GRAMADOS ESPORTIVOS OU EM ÁREAS PAISAGÍSTICAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	10/01/2002	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES (CATEGORIA 4, CLASSE 3) DE POA TRIVIALIS, PROCEDENTES DOS CAMPOS DE PRODUÇÃO LOCALIZADOS NO ESTADO DE OREGON, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, E BENEFICIADAS PELAS EMPRESAS LOCAIS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	10/01/2002	APROVA OS ANEXOS DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, QUE DEFINEM: I - O GLOSSÁRIO DE TERMOS EMPREGADOS NO CREDENCIAMENTO, CERTIFICAÇÃO E INSPEÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA, CONSTANTE DO ANEXO I DESTA; II - OS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES CERTIFICADORAS DE PRODUTOS ORGÂNICOS, CONSTANTES DO ANEXO II DESTA; E III - AS DIRETRIZES PARA PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO E CERTIFICAÇÃO, CONSTANTES DO ANEXO III DESTA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	09/01/2002	APROVA A METODOLOGIA ANALÍTICA PARA DETERMINAÇÃO DE OCRATOXINA A EM CAFÉ VERDE, POR CROMATOGRAFIA DE CAMADA DELGADA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	09/01/2002	APROVA AS NORMAS PARA A NOTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE PRAGAS EXÓTICAS NO PAÍS, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	17/10/2001	APROVA OS SEGUINTES REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS FERMENTADAS E SECAS DE CACAU, DA COSTA DO MARFIM E DE GANA (ÁFRICA OCIDENTAL):
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	50	02/10/2001	APROVA A NORMA PARA CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES DE RESÍDUOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS EM VEGETAIS, PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E SEUS SUBPRODUTOS, EM CONFORMIDADE AO DISPOSTO NOS ANEXOS DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	11/09/2001	INSTITUI O PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA INCIDÊNCIA DE DIOXINAS/FURANOS NO FARELO DE POLPA CÍTRICA DE USO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL, ESTABELECENDO PROCEDIMENTOS MÍNIMOS PARA COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS DOS INGREDIENTES, ADICIONADOS AO BAGAÇO DA FRUTA CÍTRICA NO PROCESSO DE FABRICAÇÃO, E DOS PRODUTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO, INTERNO OU DE EXPORTAÇÃO, AO LONGO DE TODO O PROCESSO DE FABRICAÇÃO, TRANSPORTE E ARMAZENAGEM.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	19	05/09/2001	INSTITUI O CERTIFICADO ESPECIAL DE GENEALOGIA E DESEMPENHO FUNCIONAL - CEGDF, PARA OS EQUÍDEOS DESTINADOS ÀS PRÁTICAS DE ESPORTES HÍPICOS, QUE, SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS E DE DESEMPENHO, OBTENHAM CLASSIFICAÇÃO SUPERIOR, DE ACORDO COM INSTRUÇÃO NORMATIVA A SER EXPEDIDA PELA SARC DO MAPA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	05/09/2001	NA PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BATATA-SEMENTE NO PAÍS, SERÁ UTILIZADA A TABELA DE NÍVEIS DE TOLERÂNCIA PARA PRAGAS NÃO-QUARENTENÁRIAS REGULAMENTADAS E PARA DEFEITOS, CONTIDOS NO ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	23/08/2001	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS PARA O CONTROLE E A CERTIFICAÇÃO DE NÚCLEOS E ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS PARA A MICOPLASMOSE AVIÁRIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	17/08/2001	AUTORIZA O USO DA VACINA CONTRA PESTE SUÍNA CLÁSSICA NOS ESTADOS DE ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	30/07/2001	FIXA O LIMITE MÁXIMO PERMITIDO DE CAPTURA PARA AS SEGUINTES ESPÉCIES, ALTAMENTE MIGRATÓRIAS, NAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS, PARA A ESTAÇÃO DE PESCA DO EXERCÍCIO DE 2001.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	19/07/2001	A LIBERAÇÃO DAS PARTIDAS DE AMENDOIM, DE CASTANHA-DO-BRASIL, DE AMÊNDOAS, DE PISTACHE, DE FIGO SECO, DE MILHO, DE MILHO MOÍDO E DE MILHO DE PIPOCA ORIUNDAS DAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO, FICA CONDICIONADA À ANÁLISE PRÉVIA POR LABORATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO OU POR LABORATÓRIO CREDENCIADO, QUE EMITIRÁ O RESPECTIVO LAUDO DE ANÁLISE DE AFLATOXINAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	26/06/2001	APROVA OS REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE MANTEIGA DA TERRA OU MANTEIGA DE GARRAFA; QUEIJO DE COALHO E QUEIJO DE MANTEIGA.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	11/06/2001	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE PIMENTA PICANTE (CAPSICUM FRUSTENCES) E PIMENTÃO (CAPSICUM ANNUUM), PRODUZIDAS EM COSTA RICA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	31/05/2001	REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE APITOXINA, CERA DE ABELHA, GELÉIA REAL, GELÉIA REAL LIOFILIZADA, PÓLEN APÍCOLA, PRÓPOLIS E EXTRATO DE PRÓPOLIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	16/05/2001	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA ARBITRAGEM RELATIVA À CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, CONFORME CONSTA DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	15/05/2001	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 18, DE 07 DE MAIO DE 2001
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	09/05/2001	DETERMINA A IMEDIATA VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA DOS BOVINOS E BUBALINOS DO RIO GRANDE DO SUL, E MANTEM SANTA CATARINA COMO ÁREA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	15	02/05/2001	ADOTA OS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA O RECONHECIMENTO DA EQUIVALÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE DE ALIMENTOS ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	14/04/2001	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA A EFETIVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE ESTAÇÕES QUARENTENÁRIAS, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	10/04/2001	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA IMPORTAÇÃO DE RECEPTÁCULOS DE INFLORESCÊNCIA IN NATURA DE ALCACHOFRA (CYNARA CARDUNCULUS VARO SCOLYMUS), PRODUZIDAS NA ITÁLIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	03/04/2001	APROVA AS NORMAS GERAIS PARA CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES SOB O ESQUEMA DA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	30/03/2001	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA A EFETIVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE ESTAÇÕES QUARENTENÁRIAS, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	15/02/2001	REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE PALETA COZIDA, PRODUTOS CÁRNEOS SALGADOS, EMPANADOS, PRESUNTO TIPO SERRANO E PRATO ELABORADO PRONTO OU SEMI-PRONTO CONTENDO PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	08/02/2001	DETERMINA AO DEPARTAMENTO DE DEFESA ANIMAL A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO PARA O ATENDIMENTO AOS CAPÍTULOS II E IV DAS NORMAS CONSTANTES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1999, NO QUE SE REFERE A ANIMAIS PARA ABATE IMEDIATO E A CARNE BOVINA COM OSSO ORIUNDOS DA ZONA SUPRACITADA PARA AS DEMAIS ZONAS LIVRES DE FEBRE AFTOSAS COM VACINAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	05/02/2001	APROVA A METODOLOGIA DE ANÁLISE DA RAZÃO ISOTÓPICA 13 C/ 12 C EM PRODUTOS E SUBPRODUTOS DAS PLANTAS DO CICLO FOTOSSINTÉTICO C3 E C4 EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	02/02/2001	ADOTA A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE SEMENTES, ESTABELECIDA PELA “INTERNATIONAL SEED TESTING ASSOCIATION (ISTA)” PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE SEMENTES. ADOTAR O PADRÃO PARA CREDENCIAMENTO/HABILITAÇÃO, FUNCIONAMENTO, INSPEÇÃO, AUDITORIA E AFERIÇÃO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISE DE SEMENTES; PARA OS LABORATÓRIOS QUE CONSTITUIRÃO O SISTEMA DE ANÁLISE DE SEMENTES MERCOSUL, CONSTANTE DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA. ADOTAR O MODELO DE “BOLETIM MERCOSUL DE ANÁLISE DE LOTES DE SEMENTES” (COR AMARELA) E O MODELO DE “BOLETIM MERCOSUL DE ANÁLISE DE AMOSTRAS DE SEMENTES” (COR ROSA), QUE SERÃO UTILIZADAS PELOS LABORATÓRIOS QUE CONSTITUIRÃO O SISTEMA DE ANÁLISE DE SEMENTES MERCOSUL, CONFORME OS ANEXOS VI E VII DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA. ADOTAR A MODIFICAÇÃO NA RESOLUÇÃO MERCOSUL GMC N° 60/97, NO QUE SE REFERE ÀS DEFINIÇÕES DO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE SEMENTES E

				BOLETIM DE ANÁLISE DE SEMENTES/CERTIFICADOS DE ANÁLISE DE SEMENTES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	10/01/2001	APROVA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS EXIGIDOS PARA A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CONSTANTES DO ANEXO A ESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	53	29/12/2000	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO PETIT SUISSE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	12	23/11/2000	APROVA OS REQUISITOS FOTOSSANITÁRIOS EXIGIDOS PARA A IMPORTAÇÃO DE TRIGO VERMELHO MOLE DE INVERNO, VERMELHO DURO DE PRIMAVERA E VERMELHO DURO DE INVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	37	31/10/2000	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE LEITE DE CABRA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	20/10/2000	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE MEL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	20/10/2000	ADOTA AS "CONDIÇÕES QUE DEVEM CUMPRIR AS INSTALAÇÕES AUTORIZADAS PARA QUARENTENA ANIMAL NO PAÍS DE ORIGEM OU DE DESTINO E DISPOSIÇÕES PARA SEU FUNCIONAMENTO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	02/10/2000	AUTORIZA A IMPORTAÇÃO DE TARTUFO/TRUFA (TUBER AESTIVUM VITTAD, TUBER MELANOSPORUM VITTAD E TUBER MAGNATUM PICO) PRODUZIDO NA REGIÃO DE UMBRIA, ITÁLIA, E DESTINADO AO USO CULINÁRIO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	29/09/2000	CONDICIONA A IMPORTAÇÃO DOS VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO À AUTORIZAÇÃO E ANUÊNCIA PRÉ-EMBARQUE DA MERCADORIA, SUJEITA À INSPEÇÃO NA CHEGADA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	25/09/2000	REVOGA AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS Nº 33 E 34, DE 7 DE OUTUBRO DE 1999, REFERENTES ÀS ANÁLISES DE RISCO DE PRAGAS DO CEFEEIRO PARA A BOLÍVIA E O VIETNÃ, RESPECTIVAMENTE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	22/09/2000	REVOGA AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS Nº 33 E 34, DE 7 DE OUTUBRO DE 1999, REFERENTES ÀS ANÁLISES DE RISCO DE PRAGAS DO CEFEEIRO PARA A BOLÍVIA E O VIETNÃ, RESPECTIVAMENTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	13/09/2000	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO PARA PARTIDAS DE ESPOROS ("SEMENTES") DE COGUMELOS COMESTÍVEIS DO GÊNERO AGARICUS DE QUALQUER PROCEDÊNCIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	25	03/08/2000	AUTORIZA A IMPORTAÇÃO DE ALHO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, OBSERVANDO OS REQUERIMENTOS QUARENTENÁRIOS DEFINIDOS NA PORTARIA Nº 134, DE 16 DE ABRIL DE 1997, E AS REGRAS ESTABELECIDAS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 16 DE MARÇO DE 1999.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	20	31/07/2000	REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE ALMÔNDEGA, DE APRESUNTADO, DE FIAMBRE, DE HAMBURGUER, DE KIBE, DE PRESUNTO COZIDO E DE PRESUNTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	31/07/2000	REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE PATÊ, DE BACON OU BARRIGA DEFUMADA E DE LOMBO SUÍNO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	31/07/2000	REGULAMENTO TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE COPA, DE JERKED BEEF, DE PRESUNTO TIPO PARMA, DE PRESUNTO CRU, DE SALAME, DE SALAMINHO, DE SALAMINHO TIPO ALEMÃO, DE SALAME TIPO CALABRÊS, DE SALAME TIPO FRIOLANO, DE SALAME TIPO NAPOLITANO, DE SALAME TIPO HAMBURGUÊS, DE SALAME TIPO ITALIANO, DE SALAME TIPO MILANO, DE LINGÜIÇA COLONIAL E PEPPERONI.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	13/07/2000	CRIA NOS ESTADOS DA BAHIA E DO TOCANTINS UMA ZONA TAMPÃO SEPARANDO A POSSÍVEL ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO, DAS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO CONSIDERADAS INFECTADAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	02/05/2000	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA REGISTRO DE SUPERFOSFATO TRIPLO, FOSFATO DE ROCHA E DE PRODUTOS FORMULADOS

				COM ESTAS MATÉRIAS-PRIMAS PARA UTILIZAÇÃO NA ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	31/03/2000	APROVA OS REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE CARNE MECANICAMENTE SEPARADA, DE MORTADELA, DE LINGUIÇA E DE SALSICHA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	31/03/2000	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA A FABRICAÇÃO DE BEBIDAS E VINAGRES, INCLUSIVE VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO, DIRIGIDO A ESTABELECIMENTOS ELABORADORES E OU INDUSTRIALIZADORES, CONFORME CONSTA DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	27/03/2000	ESTABELECE O MODELO ÚNICO DA PERMISSÃO DE TRÂNSITO, APRESENTADO NO ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA, QUE DEVERÁ SER UTILIZADO PELOS ORGANISMOS RESPONSÁVEIS PELA DEFESA FITOSSANITÁRIA EM TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	13/03/2000	ALTERA O MODELO DE CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM – CFO, BEM COMO INSTITUIR O CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO CFOC, CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	21/01/2000	ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO RELACIONAMENTO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, NA FORMA REGULAMENTAR, DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS QUE TRANSFORMEM PELES EM COUROS (CURTUMES), DAS DIVERSAS ESPÉCIES ANIMAIS OU QUE TENHAM ENTRE OUTROS OBJETIVOS, A OBTENÇÃO DE MATÉRIA PRIMA DESTINADA ÀS INDÚSTRIAS PRODUTORAS DE GELATINAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	17/01/2000	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DE MÉTODOS DE INSENSIBILIZAÇÃO PARA O ABATE HUMANITÁRIO DE ANIMAIS DE AÇOUGUE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	30/12/1999	APROVA AS NORMAS PARA CADASTRAMENTO E CREDENCIAMENTO DE ESTAÇÕES QUARENTENÁRIAS PARA VEGETAIS, PARTES DE VEGETAIS E ORGANISMOS VIVOS, EM CONFORMIDADE AO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	20/12/1999	ALTERA O PLANO NACIONAL DO CONTROLE DE RESÍDUOS EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL ¿ PNCR E OS PROGRAMAS DE CONTROLE DE RESÍDUOS EM CARNE - PCRC, MEL - PCRM, LEITE - PCRL E PESCADO - PCRP.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	36	14/10/1999	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA FERMENTADOS ACÉTICOS, CONFORME CONSTA DO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	14/10/1999	ESTABELECE A LISTA DE PRAGAS QUARENTENÁRIAS A1, A2 O AS NÃO QUARENTENÁRIAS REGULAMENTADAS, QUE DEMANDAM ATENÇÃO ESPECIAL DE TODOS OS INTEGRANTES DO SISTEMA DE DEFESA FITOSSANITÁRIA DO PAÍS, DESTACANDO AS DE ALTO RISCO POTENCIAL PARA AS QUAIS FICA ESTABELECIDO O ALERTA MÁXIMO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	07/10/1999	AUTORIZA A IMPORTAÇÃO DE CAFÉ CRU BENEFICIADO PRODUZIDO NO EQUADOR.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	30	27/09/1999	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA A BEBIDA DIETÉTICA, DE BAIXA CALORIA E COM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL COMPLEMENTAR, EM ANEXO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	09/09/1999	AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ POR PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DO GOVERNO FEDERAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	29/06/1999	CRIA NOS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, GOIÁS E MATO GROSSO, UMA ZONA TAMPÃO FORMADA PELOS MUNICÍPIOS LISTADOS EM ANEXO, QUE SEPARA A POSSÍVEL ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO, DAS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO CONSIDERADAS INFECTADAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	25/06/1999	ESTABELECE QUE A GUARDA E CONSERVAÇÃO DAS AMOSTRAS VIVAS DESTINADAS ÀMANIPULAÇÃO E COLEÇÃO DE GERMOPLASMA DE CULTIVAR PROTEGIDA, NOS TERMOS DO PARÁGRAFOÚNICO DO ARTIGO 22, DA LEI Nº 9.456/97, CABERÃO AO TITULAR DO CERTIFICADO DE PROTEÇÃO, OU AO SEU REPRESENTANTE LEGAL, NA QUALIDADE DE FIEL DEPOSITÁRIO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	25/06/1999	A IMPORTAÇÃO DE MATERIAL VEGETAL COM CAPACIDADE DE PROPAGAÇÃO (SEMENTE, MUDA, ESTACA, ESTOLÃO, GEMA, MERISTEMA, PÓLEN E OUTROS PROPÁGULOS VIÁVEIS) DOS GÊNEROS VEGETAIS ABAIXO RELACIONADOS SOMENTE SERÁ AUTORIZADA APÓS A CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS PARA A PRAGA LETHAL

				YELLOWING - MLO, NÃO SE EXCLUINDO QUALQUER OUTRA PRAGA QUE VIER A SER DETECTADA COMO QUARENTENÁRIA PARA O BRASIL.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	13	03/06/1999	ALTERA AS NCM 703.20.10 E 703.90.10, REFERENTES A "ALHOS FRESCOS OU REFRIGERADOS PARA SEMEADURA" E "OUTROS ALHOS FRESCOS OU REFRIGERADOS", RESPECTIVAMENTE, REFERIDAS NA PORTARIA Nº 182, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1998, QUE PASSAM A TER O LICENCIAMENTO DE IMPORTAÇÃO ANTES DO EMBARQUE POR PARTE DESTE MINISTÉRIO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	02/06/1999	A IMPORTAÇÃO DE MATERIAL VEGETAL COM CAPACIDADE DE PROPAGAÇÃO (SEMENTE, MUDA, ESTACA, ESTOLÃO, GEMA, MERISTEMA, PÓLEN E OUTROS PROPÁGULOS VIÁVEIS) DOS GÊNEROS VEGETAIS ABAIXO RELACIONADOS SOMENTE SERÁ AUTORIZADA APÓS A CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS PARA A PRAGA LETHAL YELLOWING - MLO, NÃO SE EXCLUINDO QUALQUER OUTRA PRAGA QUE VIER A SER DETECTADA COMO QUARENTENÁRIA PARA O BRASIL.
SERVIÇOS TÉCNICOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	17/05/1999	ESTABELECE AS NORMAS DE PRODUÇÃO, TIPIFICAÇÃO, PROCESSAMENTO, ENVASE, DISTRIBUIÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E DE CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE PARA OS PRODUTOS ORGÂNICOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, CONFORME OS ANEXOS À PRESENTE INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	16/03/1999	AS IMPORTAÇÕES DE VEGETAIS, SUAS PARTES, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS QUE NÃO TENHAM REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS ESTABELECIDOS, SÓ SERÃO PERMITIDAS APÓS REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DESTE MINISTÉRIO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	31/12/1998	ESTABELECE A DATA DE 04 DE JANEIRO DE 2000, COMO LIMITE MÁXIMO, PARA A ADOÇÃO DA PORTARIA MINISTERIAL Nº 371, DE 04 DE SETEMBRO DE 1997, QUE INTERNALIZOU NO PAÍS A RESOLUÇÃO GMC Nº 36/1993, QUE DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TÉCNICO PARA ROTULAGEM DE ALIMENTOS EMBALADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	238	30/12/1998	PROÍBE A IMPORTAÇÃO DE MATERIAL VEGETAL COM POSSIBILIDADE DE PROPAGAÇÃO (SEMENTE, MUDA, ESTACA, GEMA, MERISTEMA, PÓLEN, E OUTROS PROPÁGULOS VIÁVEIS) PROCEDENTES DE PAÍSES INFESTADOS OU DESCRITOS NA LITERATURA CIENTÍFICA INTERNACIONAL, DOS SEGUINTES GÊNEROS VEGETAIS HOSPEDEIRAS DO MYNDUS CRUDUS E SUSCEPTÍVEIS AMARELECIMENTO LETAL DO COQUEIRO (MLO), NÃO SE EXCLUINDO OUTROS GÊNEROS QUE VENHAM A SER IDENTIFICADOS COMO HOSPEDEIROS DAQUELA PRAGA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	246	30/12/1998	ESTABELECE QUE OS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS OU ENGENHEIROS FLORESTAIS NAS SUAS RESPECTIVAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA PARA SEREM AUTORIZADOS COMO RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELA EMISSÃO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM - CFO, SERÃO TREINADOS EM CURSO ESPECIFICAMENTE ORGANIZADO PELA INSTITUIÇÃO EXECUTORA DA DEFESA SANITÁRIA VEGETAL EM CADA UNIDADE FEDERATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	18/12/1998	O MATERIAL DE PROPAGAÇÃO E DE CONSUMO DE CITROS IMPORTADOS E OS PROVENIENTES DE ÁREAS LIVRES DE XANTHOMONAS AXONOPODIS P.V. CITRI, BIOTIPOS A, B, C, D OU E, QUANDO TRANSPORTADOS POR VIA TERRESTRE E TRANSITAR POR REGIÕES DE OCORRÊNCIA DA REFERIDA PRAGA, SOMENTE PODERÃO INGRESSAR NO PAÍS ENLONADAS, COM CORDA AO REDOR E LACRE NA PONTA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	15/12/1998	APROVA AS NORMAS PARA IMPORTAÇÃO DE MATERIAL DESTINADO A PESQUISA CIENTÍFICA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	233	07/12/1998	DÁ CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE LEVANTAMENTO DA OCORRÊNCIA DA PRAGA, VISANDO O RECONHECIMENTO DA EXTENSÃO DO PROBLEMA E ADOTAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DA PRAGA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	229	07/09/1998	AUTORIZA O USO DE SELO DE GARANTIA NOS FRASCOS AMPOLAS DA VACINA CONTRA FEBRE AFTOSA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	14/09/1993	IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PAÍSES ONDE OCORRE A ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	08/09/1993	ADOÇÃO DE MEDIDAS COM VISTAS A EVITAR A INTRODUÇÃO DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (EEB) E DA "SCRAPIE".

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	2004	PERMITE PULVERIZAÇÃO DE FUNGICIDAS E ÓLEO MINERAL EM BANANAS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	105	10/10/2018	ORIENTAÇÕES AO SIF SOBRE VERIFICAÇÃO OFICIAL DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO. CANCELA O MEMORANDO CGPE/DIPOA Nº 26/2017.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	44	16/07/2018	RASFF - AVES E BOVINOS PADRONIZAÇÃODE PROCEDIMENTOS. CANCELA E SUBSTUI O MEMORANDO CGI/DIPOA Nº 108/2017.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	6	12/01/2018	EXPORTAÇÃO. UNIÃO EUROPEIA (UE). BOVINOS. AVES. EQUINOS. OVINOS. PESCADO. GELATINA. ANÁLISES LABORATORIAIS. REGULAMENTO (CE) N° 2073/2005, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2005. REGULAMENTO (UE) N° 2017/1495, DE 23 DE AGOSTO DE 2017. ESTE MEMORANDO CANCELA E SUBSTITUI O MEMORANDO N° 199/2017/CGCOA/DIPOA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	57	16/10/2017	BOVINO. SUÍNO. AVE. PESCADO. LÁCTEOS. MEL E OVO. REDIRECIONAMENTO DE PRODUTOS APTOS À EXPORTAÇÃO. PROCEDIMENTOS PARA DESTINAÇÃO AO MERCADO INTERNO OU APROVEITAMENTO CONDICIONAL OU CONDENAÇÃO. CANCELA A CIRCULAR DIPOA Nº 05/2007.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	42	29/06/2017	ORIENTAÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES DE CATEGORIAS DE ESTABELECIMENTO REGISTRADOS (SIF) OU RELACIONADOS (ER). ROTULAGEM. PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	MEMORANDO	5	01/02/2017	ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE BIOSSEGURIDADE ADICIONAIS A SEREM ADOTADOS DURANTE A QUARENTENA DE MATERIAL GENÉTICO IMPORTADO DE PAÍSES QUE REGISTRARAM FOCOS DE INFLUENZA AVIÁRIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	67	10/03/2015	HABILITAÇÕES. BOVINOS. AVES. SUÍNOS. ADITA O MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE HABILITAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	259	21/08/2012	ROTULAGEM DE OVOS - INFORMAÇÃO NUTRICIONAL COMPLEMENTAR "CONTÉM ÔMEGA 3".
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	869	16/11/2010	PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EM PRODUÇÃO DE FARINHAS E PRODUTOS GORDUROSOS NÃO-COMESTÍVEIS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	MEMORANDO	49	14/11/2008	DISPENSA A ESTERILIZAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS PROCESSADORES DE RESÍDUOS DE NÃO-RUMINANTES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	6	20/02/2008	RECEPÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA PELAS UNIDADES PROCESSADORAS DE RESÍDUOS ANIMAIS (UPRA).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	3	14/02/2008	LANÇAMENTO DOS DADOS DE FARINHAS, GORDURAS E MATERIAIS ESPECIFICADOS DE RISCO (MER) DE ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (BSE) NO SIGSIF.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	7	17/12/2007	APLICAÇÃO DE PENALIDADES PELA INADEQUAÇÃO NA REMOÇÃO E DESTINAÇÃO DOS MATERIAIS ESPECIFICADOS DE RISCO PARA A ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (BSE).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	23	10/04/2007	NORMA INTERNA DIPOA/SDA N° 01, DE 08 DE MARÇO DE 2017. REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVOS. MODELOS DE RECEBIMENTO/REINSPEÇÃO E DE VERIFICAÇÃO DE CARREGAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO	6	16/06/2006	REMOÇÃO E DESTRUIÇÃO DE MATERIAIS CONSIDERADOS POTENCIALMENTE DE RISCO PARA A ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (BSE).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	MEMORANDO-CIRCULAR	1	27/03/2019	ORIENTAÇÕES SOBRE A EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE VENDA LIVRE, AUTORIZAÇÃO PARA FABRICAÇÃO EXCLUSIVA PARA EXPORTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	MEMORANDO-CIRCULAR	72	11/12/2018	CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE LARINGOTRAQUEÍTE INFECCIOSA DAS AVES - LTI.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	174	21/09/2018	CERTIFICADO SANITÁRIO NACIONALPARA CONDENAÇÃO E APROVEITAMENTO CONDICIONAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	54	25/04/2018	MONOGRAFIA DE PROCESSOS E/OU MEMORIAL DESCRITIVO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO. PAÍSES DIVERSOS. SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÃO. TRATATIVA ENTRE A EMPRESA E A AUTORIDADE SANITÁRIA DO PAÍS IMPORTADOR.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	27	21/11/2017	FIXA REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS NO CASO DE DESTINAÇÃO DE PRODUTOS DE AVES PARA APROVEITAMENTO CONDICIONAL (ART. 172 DO DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	13	28/08/2017	MODELOS DE CARIMBO DE INSPEÇÃO PREVISTOS NO DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017 (ESTE MEMORANDO-CIRCULAR CANCELA E SUBSTITUI O MEMORANDO-CIRCULAR DIPOA N° 07, DE 14 DE JUNHO DE 2017).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	10	19/05/2017	DEFINE REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS NO CASO DE DESTINAÇÃO DE PRODUTOS DE AVES E SUÍDEOS PARA

				APROVEITAMENTO CONDICIONAL (ART. Nº 172 DO DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	478	14/09/2016	CONCEITOS DAS CATEGORIAS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - NORMA INTERNA Nº 02/2016.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	176	15/07/2016	HABILITAÇÃO. ESTABELECIMENTOS NACIONAIS. PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS. AUTUAÇÃO DE PROCESSOS SEI.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	97	23/06/2016	BRASIL. BOVINO, SUÍNO, AVE, OVOS, LEITE E MEL. HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO. INSTRUÇÕES E ESCLARECIMENTOS. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16/2016 E MEMORANDO DIPOA Nº 41/2016.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	1	27/04/2015	ESTABELECE PROEDIMENTOS RELACIONADOS AO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE ADIÇÃO DE ÁGUA AOS PRODUTOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	25	01/05/2014	RETORNO PARA O MESMO OU OUTRO SIF DE PRODUTOS EXPEDIDOS QUE, POR MOTIVOS DIVEROS, NÃO SÃO ACEITOS PELO DESTINATÁRIO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	50	14/11/2008	DECLARAÇÃO ADICIONAL PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE RUMINANTES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	1	23/01/2007	DIRETRIZES PARA A REMOÇÃO, SEGREGAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS MATERIAIS ESPECIFICADOS DE RISCO (MER) PARA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (EEB).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	MEMORANDO-CIRCULAR	2	07/04/2005	REMOÇÃO E DESTRUIÇÃO DE MATERIAIS CONSIDERADOS POTENCIALMENTE DE RISCO PARA A ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (BSE).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	2	10/06/2020	ESTABELECE O MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS SOB O SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	NORMA INTERNA	1	05/12/2019	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA AFERIÇÃO DA CONFORMIDADE DO PRODUTO VEGETAL, SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO IMPORTADOS PARA FINS DE AUTORIZAÇÃO DE INGRESSO EM TERRITÓRIO NACIONAL.
SERVIÇOS TÉCNICOS	NORMA INTERNA	1	10/10/2019	DEFINE OS CRITÉRIOS DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E DE SELEÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO E AMOSTRAGEM PARA INSPEÇÃO DE PAR□DAS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NÃO COMES□VEIS PASSÍVEIS DE EMISSÃO DE CER□FICADO SANITÁRIO INTERNACIONAL
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	NORMA INTERNA	1	10/07/2019	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA MENSURAÇÃO DO RISCO ESTIMADO ASSOCIADO AO ESTABELECIMENTO (R) PARA DETERMINAR A FREQUÊNCIA MÍNIMA DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS SUJEITOS À INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO NA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	1	31/05/2019	NORMAS PARA RELATÓRIO DE AUDITORIA A SER UTILIZADO NO ÂMBITO DO DIPOA/SDA EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF), ENTRE OUTROS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	NORMA INTERNA	2	20/05/2019	DISPENSA OS SEGUINTES PARÂMETROS, PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTO VEGETAL IMPORTADO E NÃO EMBALADO, PARA TOMADA DE DECISÃO POR PARTE DA FISCALIZAÇÃO QUANTO AO DEFERIMENTO, OU NÃO, DE IMPORTAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	NORMA INTERNA	1	24/01/2019	APROVA A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS DE BEBIDAS, FERMENTADOS ACÉTICOS, VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO, NACIONAIS E IMPORTADOS A SER ULIZADA PELA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E PELOS ADMINISTRADOS, NA FORMA DO ANEXO DESTA NORMA (NORMA CITADA PELO SISLEGIS NO MÓDULO "LEGISLAÇÃO POR ORDEM ALFABÉTICA)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	1	20/12/2018	APROVA OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO, REINSPEÇÃO E CONTROLES ESPECIAIS APLICÁVEIS AOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMESTÍVEIS EXPORTADOS PARA O BRASIL PROVENIENTES DE ESTABELECIMENTOS ESTRANGEIROS SUBMETIDOS AO REGIME DE ALERTA DE IMPORTAÇÃO - RAI.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	3	12/06/2017	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO PARA A PESQUISA E ESTIMATIVA DE PREVALÊNCIA DE CAMPYLOBACTER SPP. EM CARCAÇAS DE FRANGOS ABATIDOS EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS JUNTO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF LOCALIZADOS NOS ESTADOS DO PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	2	21/03/2017	ALTERA O §1º DO ART. 7º DA NORMA INTERNA SDA Nº 04, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	2	09/03/2017	ESTABELECE O MODELO DE RELATÓRIO DE SUPERVISÃO A SER UTILIZADO NO ÂMBITO DO SIPOA/SISA/SIFISA E DE AUDITORIA A SER UTILIZADO NO ÂMBITO DO DIPOA/SDA, EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	1	08/03/2017	APROVA OS MODELOS DE FORMULÁRIOS, ESTABELECE AS FREQUÊNCIAS E AS AMOSTRAGENS MÍNIMAS A SEREM UTILIZADAS NA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO, PARA VERIFICAÇÃO OFICIAL DOS AUTOCONTROLES IMPLANTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL REGISTRADOS (SIF) OU RELACIONADOS (ER) JUNTO AO DIPOA/SDA, BEM COMO O MANUAL DE PROCEDIMENTOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	1	08/03/2017	APROVA OS MODELOS DE FORMULÁRIOS, ESTABELECE AS FREQUÊNCIAS E AS AMOSTRAGENS MÍNIMAS A SEREM UTILIZADAS NA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO, PARA VERIFICAÇÃO OFICIAL DOS AUTOCONTROLES IMPLANTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL REGISTRADOS (SIF) OU RELACIONADOS (ER) JUNTO AO DIPOA/SDA, BEM COMO O MANUAL DE PROCEDIMENTOS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	NORMA INTERNA	1	11/05/2016	APROVA O “RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DE EMBALAGEM/SUPORTE DE MADEIRA” A SER UTILIZADO PELAS UNIDADES DO SISTEMA VIGIAGRO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	2	28/01/2016	ALTERA O ANEXO DA NORMA INTERNA DIPOA/SDA Nº 06, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	2	06/11/2015	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DO RISCO ESTIMADO ASSOCIADO AO ESTABELECIMENTO (RE) PARA DETERMINAR A FREQUÊNCIA MÍNIMA DE FISCALIZAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS OU RELACIONADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL, SUJEITOS À INSPEÇÃO PERIÓDICA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	1	17/06/2015	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE ESCHERICHIA COLI VEROTOXIGÊNICA E SALMONELLA SPP. EM CARNE DE BOVINO IN NATURA UTILIZADA NA FORMULAÇÃO DE PRODUTOS CÁRNEOS, COMINUTADOS, PRONTOS PARA SEREM COZIDOS, FRITOS OU ASSADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	6	10/12/2014	ESTABELECE NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIGSIF O PADRÃO DE NOMENCLATURA E A CATEGORIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DIPOA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	5	12/09/2014	APROVA OS PROCEDIMENTOS DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO PARA COLETA DE AMOSTRA E PESQUISA DE SALMONELLA SPP. EM CARCAÇAS DE SUÍNOS ABATIDOS EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS JUNTO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	4	16/12/2013	APROVA O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMESTÍVEIS E ÁGUA DE ABASTECIMENTO DE ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS E RELACIONADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) E DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMESTÍVEIS IMPORTADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	4	16/12/2013	APROVA O PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PADRÕES FÍSICO-QUÍMICOS E MICROBIOLÓGICOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMESTÍVEIS E ÁGUA DE ABASTECIMENTO DE ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS E RELACIONADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) E DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL COMESTÍVEIS IMPORTADOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	2	11/10/2013	APROVA O PROGRAMA EXPLORATÓRIO PARA PESQUISA DE SALMONELLA SPP. EM CARCAÇAS DE FRANGOS ABATIDOS EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS JUNTO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	2	20/08/2013	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DE ESCHERICHIA COLI VEROTOXIGÊNICA EM CARNE DE BOVINO IN NATURA UTILIZADA NA FORMULAÇÃO DE PRODUTOS CÁRNEOS, COMINUTADOS, PRONTOS PARA SEREM COZIDOS, FRITOS OU ASSADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	1	09/08/2013	APROVA OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS COMPLEMENTARES À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09, DE 8 DE ABRIL DE 2009, DEFININDO OS PROCEDIMENTOS PARA A COLETA OFICIAL DE AMOSTRAS PARA O CONTROLE DE LISTERIA MONOCYTOGENES EM PRODUTOS DE ORIGEM

				ANIMAL PRONTOS PARA O CONSUMO A SEREM ADOTADOS PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL.
SERVIÇOS TÉCNICOS	NORMA INTERNA	1	22/06/2012	DIVULGA OS MODELOS DE CARIMBOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE MERCADORIA COM ENTREGA FRACIONADA
SERVIÇOS TÉCNICOS	NORMA INTERNA	2	29/09/2010	DIVULGA OS MODELOS DE LACRES METÁLICOS A SEREM UTILIZADOS QUANDO DA NECESSIDADE DE LACRAÇÃO DE CONTENEDORES E DEMAIS RECIPIENTES, NAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EXECUTADAS NO ÂMBITO
SERVIÇOS TÉCNICOS	NORMA INTERNA	1	24/06/2010	DIVULGA OS MODELOS DE LACRES METÁLICOS A SEREM UTILIZADOS QUANDO DA NECESSIDADE DE LACRAÇÃO DE CONTENEDORES E DEMAIS RECIPIENTES, NAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EXECUTADAS NO ÂMBITO DO VIGIAGRO
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	NORMA INTERNA	9	11/05/2010	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA A FISCALIZAÇÃO, COLHEITA E ENVIO DE AMOSTRAS DE ALIMENTOS DE RUMINANTES COLHIDOS EM ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO, E OS RESPECTIVOS FORMULÁRIOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NORMA INTERNA	1	12/01/2010	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA O TRÂNSITO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, EMISSÃO DO CERTIFICADO SANITÁRIO INTERNACIONAL - MODELO E E CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS VETERINÁRIOS NÃO-VINCULADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	NORMA INTERNA	2	18/12/2009	ALTERA A NORMA INTERNA VIGIAGRO N° 01, DE 16/10/2009
SERVIÇOS TÉCNICOS	NORMA INTERNA	1	16/10/2009	DIVULGA OS MODELOS DE CARIMBOS OFICIAIS A SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE FISCALIZAÇÃO EXECUTADAS NO ÂMBITO DO VIGIAGRO
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	NORMA INTERNA	2	25/06/2008	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA O TESTE RÁPIDO "FEED CHECK" E O LAUDO DE REALIZAÇÃO DO "TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE SUBPRODUTO DE ORIGEM ANIMAL EM ALIMENTOS PARA RUMINANTES".
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	NORMA INTERNA	2	30/05/2003	NO CASO DE EXPORTAÇÃO DE CASTANHA DO BRASIL COM CASCA DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTES PROCEDIMENTOS;
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	NORMA INTERNA	1	24/02/2003	NOS PROCESSOS DE IMPORTAÇÃO SERÃO OBJETOS DE INSPEÇÃO/FISCALIZAÇÃO O MILHO (INTEIRO, PARTIDO, ESMAGADO E MOÍDO), FARINHA E SÊMOLA DE MILHO, MILHO PIPOCA, AMENDOIM (EM CASCA, DESCASCADO, CRU E TOSTADO), AMENDOIM EM PASTA E MANTEIGA DE AMENDOIM, PISTACHE, AMÊNDOAS, FRUTAS SECAS OU DESIDRATADAS (FIGO, TÂMARAS, BANANA, COCO RALADO, UVA PASSAS E AMEIXAS) E CASTANHAS DO BRASIL, COM CASCA OU SEM CASCA (RESULTANTES DE EXPORTAÇÕES DEVOLVIDAS POR PAÍSES IMPORTADORES DEVIDO À DETECÇÃO DE CONTAMINAÇÃO POR MICOTOXINAS ACIMA DOS LIMITES PERMITIDOS), OBSERVANDO-SE OS SEGUINTES PROCEDIMENTOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	NOTA TÉCNICA	2	26/03/2019	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE COMPARTIMENTO AVÍCOLA PARA INFLUENZA AVIÁRIA - IA E DOENÇA DE NEWCASTLE - DNC.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	NOTA TÉCNICA	5	22/11/2018	RELACIONADA À RESOLUÇÃO Nº 04/2011 E RESOLUÇÃO Nº 08/2018 - LAVAGEM DE CARCAÇAS AVES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	NOTA TÉCNICA CONJUNTA	S/N	23/04/2012	NECESSIDADE DE INSTALAÇÕES SEGREGADAS PARA FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO E PARA USO HUMANO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	99	06/05/2020	ESTABELECE PROCEDIMENTOS SANITÁRIOS ADICIONAIS APLICADOS NA IMPORTAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO AVÍCOLA - MGA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO	108	13/04/2020	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS TEMPORÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EXERCIDAS PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL, CONSIDERANDO AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO	87	27/03/2020	ISENÇÃO DE REGISTROS DE INGREDIENTES, SUPLEMENTOS, ADITIVOS TECNÓLOGICOS (EXCETO OS ADITIVOS ADSORVENTES DE MICOTOXINAS E DOS INOCULANTES DE SILAGENS), ADITIVOS NUTRICIONAIS E ADITIVOS SENSORIAIS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	12	07/08/2019	ORIENTAÇÕES PARA PRESCRIÇÃO E/OU AQUISIÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS CONTROLADOS
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	13	07/08/2019	ORIENTAÇÕES PARA O COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS CONTROLADOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	12	29/06/2017	ORIENTAÇÕES SOBRE RESULTADOS DE TESTES DE CONTROLE OFICIAL E PROCEDIMENTOS DE COLHEITA

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	8	05/06/2017	ORIENTAÇÕES PARA O REGISTRO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS HOMEOPÁTICOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	5	18/04/2017	ALTERA OS PROCEDIMENTOS PARA A COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE TESTES DE INOCUIDADE EM VACINAS CONTRA A FEBRE AFTOSA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	6	18/04/2017	ORIENTAÇÕES PARA O DESEMBARAÇO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO COM ALTERAÇÃO DE REGISTRO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	OFÍCIO	27	20/04/2016	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A DEVOLUÇÃO DE EMBALAGENS E SUPORTES DE MADEIRA NÃO-CONFORMES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	564	15/09/2015	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A AUTORIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DE VACINAS AUTÓGENAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO	117	05/09/2014	SUSPENDE O REGISTRO DE ADITIVO À BASE DE CLOREXINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO	132	18/04/2012	ESTABELECE BLOQUEIO DE EMISSÃO DE GTA E OUTROS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO	117	27/07/2011	TEOR DE ÁGUA EM CARNE DE AVES (CORTES).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	42	19/06/2020	ESTABELECE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A REGULARIZAÇÃO DOS REGISTROS E DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FABRICANTES DE PRODUTOS MASTIGÁVEIS DESTINADOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA DA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL DO DIPOA/SDA/MAPA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	40	09/06/2020	EMISSÃO TEMPORÁRIA DE CERTIFICADOS INTERNACIONAIS PELO SISTEMA SIGSIF PARA PRODUTOS LISTADOS NO ANEXO II DO OFÍCIO-CIRCULAR DIPOA/SDA Nº 36, DE 07 DE MAIO DE 2020.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	12	25/05/2020	OPERACIONALIZAÇÃO DO SIPEAGRO. DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO. AMPLIAÇÃO DA VALIDADE DOS CERFICADOS DE REGISTRO PARA PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL. DIFICULDADES DE IMPORTAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	30	22/05/2020	EXPORTAÇÃO. BOVINOS. SUÍNOS. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). CONSOLIDADO DE REQUISITOS COMPLEMENTARES À EXPORTAÇÃO (CANCELA O OFÍCIO-CIRCULAR CGCOA/DIPOA Nº 24, DE 08 DE MAIO DE 2020).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	11	21/05/2020	ORIENTAÇÕES REFERENTE AO CARIMBO DA ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	8	15/05/2020	ORIENTAÇÕES - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - MIGRAÇÃO PARA O SIPEAGRO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	37	13/05/2020	IMPLANTAÇÃO DO SIPEAGRO NA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL. IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	36	07/05/2020	ATUALIZA OS PROCEDIMENTOS DE CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA INTERNACIONAL DE DETERMINADOS SUBPRODUTOS ANIMAIS NÃO COMESTÍVEIS E OUTROS PRODUTOS NÃO-COMESTÍVEIS DERIVADOS DE FONTES OU MATÉRIAS-PRIMAS ANIMAIS COM FINALIDADES DE USO ESPECÍFICAS. PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS PARA REGULARIZAÇÃO DO REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS ATUALMENTE REGISTRADOS NO DIPOA/SDA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	4	04/05/2020	OPERACIONALIZAÇÃO DO SIPEAGRO - PERÍODO DE MIGRAÇÃO DOS SISTEMAS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	5	04/05/2020	MIGRAÇÃO DOS SISTEMAS DE REGISTRO PARA O SIPEAGRO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	28	30/03/2020	MEDIDAS ADMINISTRAVAS TEMPORÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE AVIDADES EXERCIDAS PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL CONSIDERANDO AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	11	13/03/2020	EXPORTAÇÃO. UNIÃO EUROPEIA. BOVINO. CARNE EM NATUREZA. REQUISITOS SANITÁRIOS. RASTREABILIDADE. CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA (NORMA ABNT NBR 16437, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	118	06/12/2019	IMPORTAÇÃO DE ENVOLTÓRIOS NATURAIS DE SUÍNOS, BOVINOS, CAPRINOS E OVINOS - REQUISITOS DE SAÚDE ANIMAL - PROCEDIMENTOS NO DESTINO (CANCELA A CIRCULAR CGPE/DIPOA Nº 565/2006)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	190	31/10/2019	CSN - CERTIFICADO SANITÁRIO NACIONAL. PADRONIZAÇÃO DE PREENCHIMENTO NO CAMPO OBSERVAÇÕES E DOCUMENTOS DE RESPALDO. PRODUTO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA INDUSTRIALIZAÇÃO - TERMOPROCESSAMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	15	01/09/2019	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. EMISSÃO DE CSN E E/OU DCPOA. MATÉRIAS-PRIMAS DESTINADAS A ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS EM OUTROS ÓRGÃOS FISCALIZADORES.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	69	16/07/2019	ESTABELECE REGRAS PARA PRODUÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO "OVO CAIPIRA, COLONIAL OU CAPOEIRA".
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	13	14/06/2019	ALIMENTAÇÃO ANIMAL. PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NÃO COMESTÍVEIS. REGRAS PARA EMISSÃO DE DCPOA – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. ESTE DOCUMENTO TORNA SEM EFEITO O OFÍCIO-CIRCULAR DHC/CGI/DIPOA Nº 65, DE 15 DE ABRIL DE 2019.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	9	30/03/2019	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. EMISSÃO DE CSN E/OU DCPOA. MATÉRIAS-PRIMAS DESTINADAS A ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS EM OUTROS ÓRGÃOS FISCALIZADORES. ESTE DOCUMENTO CANCELA O OFÍCIO-CIRCULAR CGI/DIPOA Nº 08, DE 13 DE MARÇO DE 2019.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	8	13/03/2019	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. EMISSÃO DE CERTIFICADO SANITÁRIO NACIONAL - CSN E/OU DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DCPOA. MATÉRIAS-PRIMAS DESTINADAS A ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS EM OUTROS ÓRGÃOS FISCALIZADORES COMPETENTES. ESTE OFÍCIO-CIRCULAR TORNA SEM EFEITO O MEMORANDO-CIRCULAR CGI/DIPOA Nº 11, DE 19 DE MAIO DE 2017.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	4	25/01/2019	AVES. PÉS. EXPORTAÇÃO DE CORTES CONGELADOS DE FRANGO - PÉS. CANCELA A CIRCULAR Nº 599/2010/CGPE/DIPOA (SEI N° 6214360), A CIRCULAR Nº 141/2015/CGPE/DIPOA (SEI N°5940920) E O OFÍCIO-CIRCULAR Nº 2/2019/CGI_2/DIPOA/SDA/MAPA (SEI N° 6333893)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	3	21/01/2019	LÁCTEOS. DENOMINAÇÃO DE VENDA DE REQUEIJÃO COM ADIÇÃO DE GORDURA VEGETAL E/OU AMIDO. ADITA O MEMORANDO-CIRCULAR CGI/DIPOA Nº 15, DE 10 DE JULHO DE 2018.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	1	11/01/2019	FREQUÊNCIA DE AUDITORIAS EM ESTABELECIMENTOS SOB SIF.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	7	26/11/2018	NOVOS FORMULÁRIOS - SISBOV.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	3	13/06/2016	PROCEDIMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE FARINHAS E SUBPRODUTOS GORDUROSOS DE ORIGEM ANIMAL PRODUZIDOS EM ESTABELECIMENTOS REGISTRADOS NO ÂMBITO DO DFIP/SDA. ESTE OFÍCIO-CIRCULAR TORNA NULO O OFÍCIO CIRCULAR Nº 17/2015/CPAA/DFIP, DE 18/11/2015.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	1	11/03/2016	TRÂMITES DE DOCUMENTOS JUNTO AO SISBOV.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	14	16/11/2015	PUBLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015. ISENÇÃO DE REGISTRO DE PRODUTOS PARA A ALIMENTAÇÃO ANIMAL. PROCEDIMENTOS RELATIVOS AOS PRODUTOS ISENTOS DE REGISTRO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	OFÍCIO-CIRCULAR	88	07/10/2015	SUSPENSÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO AZEITE DE OLIVA IMPORTADO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	OFÍCIO-CIRCULAR	81	28/09/2015	ROTULAGEM SOBRE O TIPO DO AZEITE DE OLIVA E DO ÓLEO DE BAGAÇO DE OLIVA - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2012.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	5	27/07/2015	INFORMAÇÕES SOBRE REGISTRO DO PRODUTO MORTADELA CONSERVADA EM TEMPERATURA AMBIENTE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	9	14/07/2015	DISPENSA A APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE ANÁLISE PARA MELANINA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	3	26/01/2015	SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS SEM CONSUMO DE RACTOPAMINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	2	05/02/2014	REVOGA A CIRCULAR DCI/DIPOA Nº 279, DE 20 DE MAIO DE 2004.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	1.282	22/11/2010	ROTULAGEM DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO DE NATUREZA FARMACÊUTICA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	39	11/11/2010	REVISÃO DO OFÍCIO-CIRCULAR DIPOA N° 10/2005.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	38	08/11/2010	PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE ADIÇÃO DE ÁGUA AOS PRODUTOS – PPCAAP. REVISÃO DO OFÍCIO-CIRCULAR DIPOA N° 10/2005.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	26	19/08/2010	LIMITE MÁXIMO DE GLACIAMENTO EM PESCADOS CONGELADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	18	15/06/2010	CERTIFICAÇÃO. AUDITORIAS PARA AAVALIAÇÃO DA REVISÃO E REVALIDAÇÃO DOS PLANOS APPCC. ADITAMENTO DO OFÍCIO-CIRCULAR DIPOA Nº 17, DE 04 DE JUNHO DE 2010.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	17	04/06/2010	CERTIFICAÇÃO. AUDITORIAS PARA A AVALIAÇÃO DA REVISÃO E REVALIDAÇÃO DOS PLANOS APPCC.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	4	11/01/2010	DIFERENÇA ENTRE O NÚMERO DE ANIMAIS EXISTENTES NO VEÍCULO E O DESCRITO NA GTA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	31	14/12/2009	CANCELA E SUBSTITUI OS "PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRONIZADOS PARA O REGISTRO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - POP ROTULAGEM".
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	25	13/11/2009	PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE EM ESTABELECIMENTOS DE PESCADO E DERIVADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	5	23/07/2009	ORIENTA SOBRE AÇÕES RELACIONADAS À INSPEÇÃO DE PESCADO GLACIADO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	7	06/04/2009	SUÍNOS – BOLETIM SANITÁRIO – INFORMAÇÕES DE CAMPO (CADEIA PRODUTIVA) PARA SUÍNOS ENVIADOS AO ABATE (VERSÃO PRELIMINAR) - PRORROGAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	5	26/03/2009	SUÍNOS – BOLETIM SANITÁRIO – INFORMAÇÕES DE CAMPO (CADEIA PRODUTIVA) PARA SUÍNOS ENVIADOS AO ABATE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	5	26/03/2009	SUÍNOS – BOLETIM SANITÁRIO – INFORMAÇÕES DE CAMPO (CADEIA PRODUTIVA) PARA SUÍNOS ENVIADOS AO ABATE (VERSÃO PRELIMINAR).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	1	09/03/2009	PLANILHA PARA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DOCUMENTAL DE PROJETOS ENVIADOS AO DIPOA PARA ANÁLISE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	18	19/12/2007	PROGRAMA DE COMBATE À FRAUDE NOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	OFÍCIO-CIRCULAR	7	24/01/2007	PROCEDIMENTOS PERMANENTES DE VIGILÂNCIA PARA INFLUENZA AVIÁRIA E DOENÇA DE NEWCASTLE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	15	22/12/2006	HOMOLOGAÇÃO DOS SISTEMAS AVANÇADOS DE RECUPERAÇÃO MECÂNICA DE CARNE DE AVES, OS QUAIS EMPREGAM TECNOLOGIA PRÓPRIA PARA A OBTENÇÃO DE CARNE DE AVES MECANICAMENTE RECUPERADA, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS DE SEPARAÇÃO DE CARNE/OSSO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	10	03/05/2005	REVISÃO DA CIRCULAR Nº 09, DE 16 DE JUNHO DE 2004.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	7	19/05/1999	DISPÕE SOBRE O REGISTRO DO PRODUTO "FRANGO CAIPIRA OU FRANGO COLONIAL" OU "FRANGO TIPO OU ESTILO CAIPIRA" OU "TIPO OU ESTILO COLONIAL".
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR	2	04/02/1993	DISPÕE SOBRE AS PROVIDÊNCIAS CONSIDERADAS IMPRESCINDÍVEIS A SEREM EXECUTADAS PELO INSPETOR VETERINÁRIO FEDERAL COM VISTAS A CORRIGIR PROCEDIMENTOS INDEVIDOS DURANTE A RECEPÇÃO DE ANIMAIS DE AÇOUGUE E EXPEDIÇÃO DE PELES FRESCAS PARA CURTUMES, EM MATADOUROS CONTROLADOS PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO	1	25/03/2020	ALTERAÇÃO DO OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO DSA/DIPOA Nº 01, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019, REFERENTE A ORIENTAÇÕES SOBRE SUSPEITAS DE DOENÇA VESICULAR EM ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO E ABATEDOUROS DE SUÍNOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO	1	28/02/2019	DOENÇAS VESICULARES DE SUÍNOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO	1	28/02/2019	ORIENTAÇÕES SOBRE SUSPEITAS DE DOENÇA VESICULAR EM ESTABELECIMENTOS DE CRIAÇÃO E ABATEDOUROS DE SUÍNOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO	2	14/04/2010	TRÂNSITO DE OVOS FÉRTEIS COM FINALIDADE INDUSTRIAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO	1	27/02/2009	ADITAMENTO DO OFÍCIO-CIRCULAR CONJUNTO DSA/DIPOA Nº 01/2009, QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA O MONITORAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE FRANGOS DE CORTE E PERUS PARA SALMONELOSES AVIÁRIAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	ORIENTAÇÃO TÉCNICA	1	17/02/2012	DIRIME DÚVIDAS E PADRONIZA OS ENTENDIMENTOS SOBRE A APLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 54/2011, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	48	12/05/1997	APROVA COMO ANEXO O REGULAMENTO TÉCNICO A SER OBSERVADO NA PRODUÇÃO, NO CONTROLE E NO EMPREGO DE ANTIPARASITÁRIOS DE USO VETERINÁRIO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	49	12/05/1997	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO PARA PRODUÇÃO, CONTROLE E EMPREGO DE VACINAS CONTRA O CARBÚNCULO SINTOMÁTICO, GANGRENA GASOSA, ENTEROTOXEMIA E TÉTANO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	88	03/12/1975	APROVA AS INSTRUÇÕES A SEREM OBSERVADAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE VACINAS CONTRA O CARBÚNCULO HEMÁTICO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	74	01/06/1996	APROVA OS ROTEIROS PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS VISANDO O REGISTRO DE PRODUTOS:

				BIOLÓGICOS, FARMACÊUTICOS, FARMOQUÍMICOS E DE HIGIENE E/OU EMBELEZAMENTO DE USO VETERINÁRIO.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	191	09/06/2020	APROVA O GUIA DE BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	143	20/04/2020	INSTITUI, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, O COMITÊ PERMANENTE DE ANÁLISE E REVISÃO DE ATOS NORMATIVOS - CPAR/SDA/MAPA.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	106	25/03/2020	INSTITUI O CONSELHO DE SOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIAS DA DEFESA AGROPECUÁRIA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	68	23/03/2020	APRESENTA A FORMA DE FUNCIONAMENTO DO PAINEL DE CONTROVÉRSIAS DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	43	21/02/2020	ESTABELECE OS PRAZOS PARA FINS DE APROVAÇÃO TÁCITA PARA OS ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, CONFORME DISPOSTO NO CAPUT DO ART. 10 DO DECRETO Nº 10.178, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	191	20/09/2019	ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A UTILIZAÇÃO DE CONSULTORIA AD HOC PARA CONTRIBUIR COM AS ATIVIDADES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	189	19/09/2019	INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO DE RISCOS BIOLÓGICOS E BIOSSEGURANÇA EM LABORATÓRIOS DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS QUE MANIPULEM AGENTES BIOLÓGICOS E SUAS PARTES, VÍRUS E SUAS PARTES E PRÍONS DE INTERESSE EM SAÚDE ANIMAL - COMBIOLAB.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	74	07/05/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 210, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	66	23/04/2019	REVOGA A PORTARIA SDA Nº 183, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2018.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	69	17/04/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 356, DE 4 DE SETEMBRO DE 1997.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	44	26/03/2019	INSTITUI O COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO (CTC) DE ENCEFALOPATIAS ESPONGIFORMES TRANSMISSÍVEIS (EET)
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	39	19/03/2019	ALTERA OS ANEXOS I E II DA PORTARIA Nº 343, DE 27 DE MARÇO DE 2018
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	33	28/02/2019	SUSPENDE, ATÉ DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2019, A VIGÊNCIA DO ARTIGO 2° DA PORTARIA N° 410, DE 20 DE AGOSTO DE 1998.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	24	21/02/2019	INSTITUI COMITÊ TÉCNICO DE PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE, DE CARÁTER PERMANENTE E CONSULTIVO, COM OBJETIVO DE PROMOVER A ARTICULAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES, PÚBLICAS E PRIVADAS, PARA IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE A SEREM APLICADOS PELOS ESTABELECIMENTOS REGULADOS PELA LEGISLAÇÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	192	26/12/2018	ALTERA O ANEXO II DA PORTARIA 343, DE 27 DE MARÇO DE 2018
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	171	13/12/2018	INFORMA SOBRE A INTENÇÃO DE PROIBIÇÃO DE USO DE ANTIMICROBIANOS COM A FINALIDADE DE ADITIVOS MELHORADORES DE DESEMPENHO DE ALIMENTOS E ABRE PRAZO MANIFESTAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	165	05/12/2018	ESTABELECE A APROVAÇÃO TÁCITA QUANTO AOS PLEITOS DE PÓS-REGISTRO PARA A INCLUSÃO DE EMBALAGENS EM REGISTROS DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, DE USO AGRÍCOLA, BEM COMO PARA OS PLEITOS DE REGISTRO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, DE USO NÃO-AGRÍCOLA, E PARA OS PLEITOS DE REGISTRO ESPECIAL TEMPORÁRIO (RET) PARA PRODUTOS AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, DE USO NÃO-AGRÍCOLA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	1.757	16/10/2018	INSTITUI O SISTEMA DE AUDITORIA DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL - VIGIAGRO
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	1.758	16/10/2018	APROVA O MANUAL DE MARCAS DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL - VIGIAGRO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	1.732	10/10/2018	ALTERA A PORTARIA Nº 11, DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	112	10/10/2018	PRAGAS PRIORITÁRIAS PARA REGISTRO DE PRODUTOS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	86	14/08/2018	ALTERA OS ANEXOS I E II DA PORTARIA 343, DE 27 DE MARÇO DE 2018
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	1.304	07/08/2018	ALTERA A PORTARIA Nº 711, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	837	18/06/2018	ALTERA A PORTARIA MAPA Nº 364, DE 4 DE SETEMBRO DE 1997.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	35	17/04/2018	DEFINE OS TESTES LABORATORIAIS A SEREM EMPREGADOS PARA O DIAGNÓSTICO DO MORMO NO TERRITÓRIO NACIONAL.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	343	13/03/2018	DEFINE OS SERVIÇOS E SEÇÕES DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL QUE INTEGRAM O SISTEMA VIGIAGRO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	11	08/01/2018	REVOGA A PORTARIA Nº 158, DE 24 DE AGOSTO DE 2016.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	2.426	01/12/2017	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA PARA COMBATER A PRAGA DENOMINADA CASCUDO SERRADOR DA ACÁCIA-NEGRA (ONCIDERES IMPLUVIATA) NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, SUDESTE RIO-GRANDENSE, CENTRO ORIENTAL RIO-GRANDENSE E NORDESTE RIO-GRANDENSE, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, PELO PRAZO DE UM ANO, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	2.427	01/12/2017	DEFINE O MANEJO DA PRAGA ONCIDERES IMPLUVIATA E AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL QUE DEVERÃO SER ADOTADAS PARA A EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA, OBJETO DA PORTARIA/MAPA Nº 2.426, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	2.293	06/11/2017	PRORROGA OS PRAZOS DE VIGÊNCIA DAS EMERGÊNCIAS FITOSSANITÁRIAS DOS ESTADOS DE MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS, PIAUÍ, MARANHÃO E BAHIA ATÉ 30 DE JULHO DE 2018.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	127	17/10/2017	DETERMINA ÀS UNIDADES VIGIAGRO, PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA NA EXPORTAÇÃO, A IMEDIATA SUSPENSÃO DA EXIGÊNCIA DE TRATAMENTO QUARENTENÁRIO OBRIGATÓRIO - COMO MEDIDA FITOSSANITÁRIA - DE PARTIDAS DE CEREAIS, GRÃOS LEGUMINOSOS E SEMENTES DE ALGODÃO NA EXPORTAÇÃO ATÉ ORIENTAÇÃO EM CONTRÁRIO POR PARTE DO DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	116	20/09/2017	APROVA O PLANO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO E PREVENÇÃO DA FEBRE AFTOSA – PNEFA PARA 2017 – 2026.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	113	14/09/2017	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16/2017.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	97	11/08/2017	INSTITUI O GRUPO DE CONSULTORES AD HOC NO ÂMBITO DO DFIP, DA SDA, COM O OBJETIVO DE ASSESSORAR E SUBSIDIAR TECNICAMENTE E CIENTIFICAMENTE NOS ASSUNTOS ATINENTES AO MELHORAMENTO GENÉTICO ANIMAL, INCLUINDO O SERVIÇO DE REGISTRO GENEALÓGICO E PROVAS ZOOTÉCNICAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	1.699	01/08/2017	CRIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA A COMISSÃO CIENTÍFICA CONSULTIVA EM TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	85	06/07/2017	O FRACIONAMENTO E A ROTULAGEM DE AGROTÓXICOS E AFINS REGISTRADOS, PARA USO EXCLUSIVO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO, CONDUZIDA EXCLUSIVAMENTE POR ENTIDADE CREDENCIADA, SOMENTE PODERÁ SER REALIZADO POR ENTIDADE CREDENCIADA, SOB RESPONSABILIDADE DAQUELA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	72	02/06/2017	ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA A PRIORIZAÇÃO DE ANÁLISE DE PROCESSOS DE REGISTRO E ALTERAÇÃO DE REGISTRO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	63	12/05/2017	INSTITUI NO ÂMBITO DA SDA O COMITÊ TÉCNICO DE PARASITOSES DOS ANIMAIS E RESISTÊNCIA AOS ANTIPARASITÁRIOS - CTPRA, COM CARÁTER CONSULTIVO, OBJETIVANDO SUBSIDIAR TÉCNICA E CIENTIFICAMENTE A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES NACIONAIS PARA O MONITORAMENTO E O MANEJO DAS PARASITOSES DOS ANIMAIS E DA RESISTÊNCIA AOS ANTIPARASITÁRIOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	997	10/05/2017	INSTITUI O COMITÊ ORGANIZADOR COM O OBJETIVO DE PLANEJAR E COORDENAR AS AÇÕES RELACIONADAS AO RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DA CERTIFICAÇÃO DO BRASIL COMO PAÍS LIVRE DA FEBRE AFTOSA, DURANTE A

				86ª SESSÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL (OIE), EM MAIO DE 2018.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	7	17/01/2017	ALTERA A PORTARIA Nº 84/2016
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	273	21/12/2016	PRORROGA POR 1 (UM) ANO, A CONTAR DE 15 DE JANEIRO DE 2017, O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 32, DE 13 DE JANEIRO DE 2014, PRORROGADO PELA PORTARIA NO 9, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	265	06/12/2016	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO DE SURTO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS MESORREGIÕES LESTE E SUL DO ESTADO DO MARANHÃO, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	255	23/11/2016	PRORROGA POR 1 (UM) ANO, A CONTAR DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016, O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.227, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013, PRORROGADO PELA PORTARIA Nº 8, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	247	18/11/2016	PRORROGA POR UM 1 (UM) ANO, A CONTAR DE 27 DE NOVEMBRO DE 2016, O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.166, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, PRORROGADO PELAS PORTARIA Nº 1.158, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015 E PORTARIA Nº 10, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	228	01/11/2016	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA PARA COMBATER A PRAGA DENOMINADA CASCUDO SERRADOR DA ACÁCIA-NEGRA (ONCIDERES IMPLUVIATA) NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, SUDESTE RIO-GRANDENSE, CENTRO ORIENTAL RIO-GRANDENSE E NORDESTE RIO-GRANDENSE, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, PELO PRAZO DE UM ANO, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	223	24/10/2016	ART 1º ALTERA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 18 DE MARÇO DE 2015, PARA 6 DE NOVEMBRO DE 2017. ART. 2º PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.059, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013, POR UM ANO, A CONTAR DO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2016.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	108	28/09/2016	DETERMINA AOS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E ÀS DIVISÕES DE DEFESA AGROPECUÁRIA DAS SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, QUE TORNEM PÚBLICO, NO SÍTIO ELETRÔNICO DO MAPA, AS SOLICITAÇÕES DE REGISTRO, DE INSCRIÇÃO, DE CREDENCIAMENTO, DE CADASTRAMENTO DE PRODUTO, DE ESTABELECIMENTO E DE PESSOAS FÍSICAS, SEUS DEFERIMENTOS E INDEFERIMENTOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	84	17/08/2016	REAVALIAÇÃO AGRONÔMICA DE PRODUTOS PARA CONTROLE DE FERRUGEM DA SOJA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	82	12/08/2016	DEFINE AS PRAGAS DE MAIOR RISCO FITOSSANITÁRIO NAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS NACIONAIS PARA FINS DE PRIORIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE REGISTRO DE PRODUTOS E TECNOLOGIAS DE CONTROLE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	155	17/07/2016	ALTERA O ANEXO DA PORTARIA Nº 711, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1995.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	67	15/07/2016	DETERMINA QUE SEJA DADA PRIORIDADE NA ANÁLISE DE SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE CULTIVAR DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PRODUÇÃO DE SEMENTES PARA A EXPORTAÇÃO, OBJETIVANDO A INSCRIÇÃO NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES – RNC.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	48	24/05/2016	ATUALIZA A PERIODICIDADE MÍNIMA DE COLETA DE AMOSTRAS DE MOLUSCOS E DE ÁGUA MARINHA PARA O PNCMB - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE HIGIÊNICO-SANITÁRIO DE MOLUSCOS BIVALVES
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	41	16/05/2016	PARA FINS DA AVALIAÇÃO QUANTO AOS ESTUDOS DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS E AFINS, CONFORME PREVISTO NO § 16 DO ART. 10° DO DECRETO N° 4074, DE 04 DE JANEIRO DE 2002, SERÃO CONSIDERADAS SIMILARES AS FORMULAÇÕES DO TIPO CONCENTRADO EMULSIONÁVEL (CE OU EC), PÓ MOLHÁVEL (PM OU WP), GRANULADO DISPERSÍVEL (WG), SUSPENSÃO CONCENTRADA (SC) E LÍQUIDO SOLÚVEL (SL), CONFORME PREVISTO NO § 2° DO ART. 14 DA RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANVISA N.° 4, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	99	12/05/2016	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	29	13/04/2016	APROVA COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS EM ESTABELECIMENTO RURAL APROVADO NO SISBOV, A IDENTIFICAÇÃO, COMPOSTA POR TRÊS ELEMENTOS DISPOSTOS COMO SEGUE: UM BRINCO AURICULAR PADRÃO SISBOV EM UMA DAS ORELHAS, UM BRINCO BOTÃO NA OUTRA ORELHA E O NÚMERO DE MANEJO SISBOV MARCADO A FERRO QUENTE, EM UMA DAS PERNAS TRASEIRAS, NA REGIÃO SITUADA ABAIXO DE UMA LINHA IMAGINÁRIA LIGANDO AS ARTICULAÇÕES DAS PATAS DIANTEIRA E TRASEIRA ENQUANTO QUE OS SEIS NÚMEROS DE MANEJO SISBOV DEVERÃO SER MARCADOS TRÊS A TRÊS, SENDO OS TRÊS PRIMEIROS NÚMEROS NA LINHA IMAGINÁRIA E OS OUTROS TRÊS IMEDIATAMENTE ABAIXO
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	26	07/04/2016	APROVA, NA FORMA DO ANEXO DESTA PORTARIA, O MODELO DO RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO A SER EMITIDO PELOS SERVIDORES INTEGRANTES DOS CARGOS DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE FISCALIZAÇÃO FEDERAL AGROPECUÁRIA DO QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, RESPEITADAS SUAS ATRIBUIÇÕES, PARA REGISTRO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO PREVISTAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 36, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006, SOB A SUPERVISÃO DO FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO - FFA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	23	06/04/2016	INSTITUI O SISTEMA DE AGROTÓXICOS FITOSSANITÁRIOS - AGROFIT, COMO SISTEMA OFICIAL DE CADASTRO DOS AGROTÓXICOS, PRODUTOS TÉCNICOS E AFINS REGISTRADOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	24	06/04/2016	A PESQUISA E A EXPERIMENTAÇÃO DE PRODUTOS TÉCNICOS, PRÉ-MISTURAS, AGROTÓXICOS E AFINS QUE CONTENHAM APENAS INGREDIENTES ATIVOS JÁ REGISTRADOS NO BRASIL SERÃO SOLICITADAS POR MEIO DE REQUERIMENTO DE REGISTRO, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, ACRESCIDO DO PROJETO EXPERIMENTAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	8	12/01/2016	PRORROGA POR 1 (UM) ANO, A CONTAR DE 6 DE DEZEMBRO DE 2015, O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.227, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013, PRORROGADO PELA PORTARIA Nº 18, DE 28 DE JANEIRO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	9	12/01/2016	PRORROGA POR 1 (UM) ANO, A CONTAR DE 15 DE JANEIRO DE 2016, O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 32, DE 13 DE JANEIRO DE 2014, PRORROGADO PELA PORTARIA Nº 1.131, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	10	12/01/2016	PRORROGA POR 1 (UM) ANO, A CONTAR DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015, O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.166, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, PRORROGADO PELA PORTARIA Nº 1.158, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	254	15/12/2015	COMITÊ CONSULTIVO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	238	11/11/2015	ART. 1º ALTERA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 18 DE MARÇO DE 2015, PARA 6 DE NOVEMBRO DE 2016. ART. 2º PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.059, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013, POR UM ANO, A CONTAR DO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	232	22/10/2015	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO DE SURTO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS MESORREGIÕES LESTE E SUL DO ESTADO DO MARANHÃO, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	109	03/09/2015	AUTORIZA A DIAGRO E SUAS UNIDADES A FISCALIZAR O RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO E O COMERCIO DE VACINAS CONTRA FEBRE AFTOSA NAS LOJAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO AMAPÁ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	5	21/08/2015	PRAGAS PRIORITÁRIAS PARA REGISTRO DE PRODUTOS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	163	11/08/2015	CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DE ANÁLISE DE PROCESSOS DE AGROTÓXICOS

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	79	18/03/2015	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.260, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013, POR 1 (UM) ANO, A CONTAR DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	80	18/03/2015	PRORROGA POR 1 (UM) ANO, A CONTAR DE 13 DE MARÇO DE 2015, O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA MINISTERIAL Nº 188, DE 12 DE MARÇO DE 2014.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	19	04/02/2015	DEFINE A LISTA DE DOENÇAS DE ANIMAIS AQUÁTICOS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA AO SERVIÇO VETERINÁRIO OFICIAL – SVO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	20	04/02/2015	DESIGNA OS SEGUINTES LABORATÓRIOS COMO INSTITUIÇÕES CAPACITADAS E AUTORIZADAS PELO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA A MINISTRAR TREINAMENTO DE COLETA E REMESSA DE AMOSTRAS OFICIAIS, COM A FINALIDADE DE HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO PARA FINS DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADE DE DEFESA SANITÁRIA DE ANIMAIS AQUÁTICOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	18	28/01/2015	REVIGORA A PORTARIA Nº 1.227, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013, E PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO SEU ART. 2º POR UM ANO, A CONTAR DO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	11	23/01/2015	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO IMINENTE DE SURTO DA PRAGA HYPOTHENEMUS HAMPEI NO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSIDERANDO A GRAVIDADE PELO CICLO CURTO E GRANDE CAPACIDADE DE PROLIFERAÇÃO, A BAIXA CAPACIDADE DE RESPOSTA DISPONÍVEL PELA AUSÊNCIA DE ALTERNATIVAS EFICIENTES PARA SEU MANEJO E OS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA AGROPECUÁRIA POR CAUSAR GRANDES PERDAS NA PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DE CAFÉ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	12	23/01/2015	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO IMINENTE DE SURTO PELA INFESTAÇÃO DA PRAGA HYPOTHENEMUS HAMPEI NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, CONSIDERANDO A GRAVIDADE PELO CICLO CURTO E GRANDE CAPACIDADE DE PROLIFERAÇÃO, A BAIXA CAPACIDADE DE RESPOSTA DISPONÍVEL PELA AUSÊNCIA DE ALTERNATIVAS EFICIENTES PARA SEU MANEJO E OS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA AGROPECUÁRIA POR CAUSAR GRANDES PERDAS NA PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DE CAFÉ.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	444	30/12/2014	ESTABELECE O ESCOPO E AS METODOLOGIAS A SEREM APLICADAS EM PEIXES NO PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE RESISTÊNCIA A ANTIMICROBIANOS EM RECURSOS PESQUEIROS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.177	22/12/2014	ALTERA A PORTARIA Nº 1.109, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.158	18/12/2014	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA MINISTERIAL Nº 1.166, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, POR 1 (UM) ANO, A CONTAR DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.130	09/12/2014	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.168, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, POR UM ANO, A CONTAR DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.131	09/12/2014	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 32, DE 13 DE JANEIRO DE 2014, POR UM ANO, A CONTAR DO DIA 15 DE JANEIRO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.057	03/11/2014	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NO ART. 2º DA PORTARIA Nº 1.059, DE 31 DE OUTUBRO DE 2013, POR UM ANO, A CONTAR DO DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2014.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	950	24/09/2014	INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA, O GRUPO TÉCNICO-CIENTÍFICO SOBRE MANEJO DE RESISTÊNCIA - GTMR DE INSETOS-PRAGA A PROTEÍNAS ISOLADAS DE BACILLUS THURINGIENSIS, PRESENTES EM PLANTAS GENETICAMENTE MODIFICADAS CULTIVADAS COMERCIALMENTE, COM O OBJETIVO DE PROMOVER AS SEGUINTES AÇÕES:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	711	17/07/2014	DEFINE O MANEJO DA PRAGA HYPOTHENEMUS HAMPEI E AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL QUE DEVERÃO SER ADOTADAS PARA A EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA, OBJETO DA PORTARIA/MAPA NO 188, DE 12 DE MARÇO DE 2014, PUBLICADA NO DOU, SEÇÃO 1, DE 13 DE MARÇO DE 2014
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	45	01/04/2014	INSTITUI, NO ÂMBITO DA SDA, A COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO DE RISCOS BIOLÓGICOS E BIOSSEGURANÇA, EM LABORATÓRIOS QUE MANIPULAM AGENTES BIOLÓGICOS E

				SUAS PARTES, VÍRUS E SUAS PARTES E PRÍONS DE INTERESSE EM SAÚDE ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	274	26/03/2014	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO DE SURTO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NO ESTADO DE ALAGOAS, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	188	12/03/2014	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO IMINENTE DE SURTO PELA INFESTAÇÃO DA PRAGA HYPOTHENEMUS HAMPEI NO ESTADO DE MINAS GERAIS CONSIDERANDO A GRAVIDADE PELO CICLO CURTO E GRANDE CAPACIDADE DE PROLIFERAÇÃO: A BAIXA CAPACIDADE DE RESPOSTA DISPONÍVEL PELA AUSÊNCIA DE ALTERNATIVAS EFICIENTES PARA SEU MANEJO E OS EFEITOS SOBRE A ECONOMIA AGROPECUÁRIA POR CAUSAR GRANDES PERDAS NA PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DE CAFÉ.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	30	13/01/2014	RETIRA O ESTADO DO TOCANTINS DA ZONA DE EXCLUSÃO DE PLANTIO DE ALGODÃO GENETICAMENTE MODIFICADO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	31	13/01/2014	ALTERA OS ARTS. 2º, 6º E 7º DA PORTARIA Nº 1.109, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	32	13/01/2014	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA AO INTENSIVO ATAQUE DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS ÁREAS PRODUTORAS DO ESTADO DO MATO GROSSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.260	18/12/2013	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO DE SURTO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS ÁREAS PRODUTORAS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.227	05/12/2013	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO DE SURTO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS ÁREAS PRODUTORAS DO ESTADO DO PIAUÍ, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.166	26/11/2013	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO DE SURTO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS ÁREAS PRODUTORAS DO ESTADO DE GOIÁS, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.168	26/11/2013	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO RISCO DE SURTO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS ÁREAS PRODUTORAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.130	14/11/2013	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA AO INTENSIVO ATAQUE DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NAS ÁREAS PRODUTORAS DO ESTADO DO MATO GROSSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.109	06/11/2013	O PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA E AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL SERÃO ESTABELECIDAS PELO ÓRGÃO ESTADUAL OU DISTRITAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA, E DEVERÃO SER ADOTADAS UMA OU MAIS DAS SEGUINTES MEDIDAS, COM BASE NO PLANO DE MANEJO DEFINIDO PELA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.059	31/10/2013	DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA RELATIVO AO INTENSIVO ATAQUE DA PRAGA HELICOVERPA ARMIGERA NA REGIÃO DO OESTE DO ESTADO DA BAHIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	49	24/09/2013	ESTABELECE AS NORMAS TÉCNICAS ESPECÍFICAS PARA A PRODUÇÃO INTEGRADA DO CAFÉ.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	660	01/08/2013	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO, CONTROLE, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AUDITORIAS NAS ENTIDADES DE ÂMBITO NACIONAL DETENTORAS DA AUTORIZAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE REGISTRO GENEALÓGICO E REGISTRADAS PELO MAPA, SEDIADAS NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	75	17/05/2013	INSTITUI GRUPO DE TRABALHO
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	175	15/05/2013	ALTERA OS ARTS. 4º E 5º DA PORTARIA MPA Nº 204, DE 28 DE JUNHO DE 2012.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	42	05/03/2013	DECLARA COMO EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA A SITUAÇÃO DO INTENSIVO ATAQUE DA PRAGA HELICOVERPA ZEA EM LAVOURAS DE ALGODÃO E SOJA NA SAFRA 2012/2013, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA E ADOÇÃO DE MEDIDAS EMERGENCIAIS PARA AS SAFRAS 2012/2013 A 2014/2015
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	24	06/02/2013	CRIA GRUPO DE TRABALHO VISANDO PROPOR A REVISÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO E PREVENÇÃO DA FEBRE AFTOSA - PNEFA, DEFININDO AS NOVAS BASES E ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA, VISANDO FORTALECER A VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DA FEBRE AFTOSA NO BRASIL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	17	25/01/2013	CRIA, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - DIPOA/ SDA/MAPA, A COMISSÃO CIENTÍFICA CONSULTIVA EM MICROBIOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	100	15/08/2012	REVOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 1º DE AGOSTO DE 2012, PUBLICADA NO D.O.U. Nº 149, SEÇÃO 1, PÁGINA 5, DE 02 DE AGOSTO DE 2012.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	726	08/08/2012	ALTERA O § 4º DO ART. 2º DA PORTARIA Nº 316, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	204	28/06/2012	ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE COLETA DE AMOSTRAS PARA ANÁLISES DE MICRO-ORGANISMOS CONTAMINANTES E DE TOXINAS EM MOLUSCOS BIVALVES E DE ANÁLISES PARA O MONITORAMENTO DE MICROALGAS POTENCIALMENTE PRODUTORAS DE TOXINAS, E DEFINE AS METODOLOGIAS OFICIAIS PARA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS DO MPA - RENAQUA PARA ESTAS ANÁLISES
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	41	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	94	29/12/2010	PROÍBE A SAÍDA DE FRUTAS FRESCAS DE ESPÉCIES HOSPEDEIRAS DA MOSCA DA CARAMBOLA (BACTROCERA CARAMBOLAE), LISTADAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007 E NO ANEXO DA PORTARIA SDA N° 21, DE 25 MARÇO DE 1999, COM EXCEÇÃO DAS ESPÉCIES CITRUS AURANTIUM, CITRUS PARADISI, CITRUS RETICULATA E CITRUS SINENSIS, DO MUNICÍPIO DE NORMANDIA/RR, CONSIDERADO FOCO DA PRAGA, E DO MUNICÍPIO DE BONFIM/RR, CONSIDERADO COMO ÁREA TAMPÃO, PARA QUAISQUER MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RORAIMA ATÉ QUE O MUNICÍPIO DE NORMANDIA SEJA DECLARADO LIVRE DA REFERIDA PRAGA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	855	27/09/2010	ALTERA O SUBITEM 5.2 DO ANEXO DA PORTARIA MAPA Nº 354, DE 4 DE SETEMBRO DE 1997.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	396	23/11/2009	ESTABELECE RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES DA SDA ENVOLVIDAS NO SUBPROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO DO PNCRC.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	396	23/11/2009	ESTABELECE AS RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA, ENVOLVIDAS NO SUBPROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS BIOLÓGICOS EMPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - PNCRB.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	381	28/05/2009	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, MONITORAMENTO E REVISÃO DO PADRÃO OFICIAL DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS, SEUS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, E APROVAR O MODELO DE ESTRUTURA DO REGULAMENTO TÉCNICO QUE DEFINE O REFERIDO PADRÃO, NA FORMA DESTA PORTARIA E SEU RESPECTIVO ANEXO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	193	25/03/2009	ESTABELECE OS CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS NAS SUPERVISÕES TÉCNICO-FISCAIS, OPERACIONAIS E GERENCIAIS NAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	53	16/03/2009	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS INTERNOS DA SDA PARA TOMADA DE PROVIDÊNCIAS RELATIVAS A NOTIFICAÇÕES SANITÁRIAS, FITOSSANITÁRIAS, ZOOSSANITÁRIAS E DE CONFORMIDADE RELACIONADAS A OBSTÁCULOS TÉCNICOS AO COMÉRCIO DE COMPETÊNCIA DESTA SECRETARIA EMITIDAS POR TERCEIROS PAÍSES OU BLOCOS ECONÔMICOS CONTRA VEGETAIS, ANIMAIS E SEUS PRODUTOS, BEM COMO INSUMOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS, EXPORTADOS PELO BRASIL.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	1.049	31/10/2008	TORNA SEM EFEITO A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 055, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 SUBSEQÜENTE, SEÇÃO 1, PÁG. 5, 3 ª COLUNA, QUE APROVA OS REGULAMENTOS TÉCNICOS PARA A FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AS BEBIDAS ALCOÓLICAS POR MISTURA LICOR, BEBIDAS ALCOÓLICAS MISTA, BATIDA, CAIPIRINHA, BEBIDA ALCOÓLICA COMPOSTA APERITIVO E AGUARDENTE COMPOSTA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	58	09/04/2007	ALTERA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE TOMATE (LY- COPERSICUM ESCULENTUM) (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NO CHILE, ESTABELECIDOS NA PORTARIA MINISTERIAL Nº 129, DE 15 DE ABRIL DE 1997.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	316	18/12/2006	INSTITUI AS AUDITORIAS TÉCNICO-FISCAIS E OPERACIONAIS NO ÂMBITO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL VIGIAGRO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	274	09/10/2006	REVOGA A PORTARIA Nº 115, DE 15 DE JULHO DE 1978, E A PORTARIA Nº 15, DE 26 DE ABRIL DE 2000.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	201	01/08/2006	REVOGA AS PORTARIAS, DESTE MINISTÉRIO, A SEGUIR DISCRIMINADAS: PORTARIA Nº 73, DE 10 DE MARÇO DE 1980; DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU DE 12 DE MARÇO DE 1980, SEÇÃO I, PÁGINAS 45294531; II - PORTARIA Nº 246, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1981; DOU DE 5 DE NOVEMBRO DE 1981, SEÇÃO I, PÁGINAS 20800-20804; III - PORTARIA Nº 854, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1975; OU DE 24 DE DEZEMBRO DE 1975, SEÇÃO I, PÁGINAS 17167-17168; IV - PORTARIA Nº 76, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1975; DOU DE 7 DE MAIO DE 1975, SEÇÃO I, PÁGINAS 5405-5409; V - PORTARIA Nº 812, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1975; DOU DE 9 DE DEZEMBRO DE 1975, SEÇÃO I, PÁGINAS 16367-16368; VI - PORTARIA Nº 125, DE 15 DE MAIO DE 1981; DOU DE 19 DE MAIO DE 1981, SEÇÃO I, PÁGINAS 9081-9085; VII - PORTARIA Nº 247, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1981; DOU DE 5 DE NOVEMBRO DE 1981, SEÇÃO I, PÁGINAS 20802-20804; VIII - PORTARIA Nº 274, DE 5 DE DEEMBRO DE 1983; DOU DE 9 DE DEZEMBRO DE 1983, SEÇÃO I, PÁGINAS 20726-20727; IX - PORTARIA Nº 494, DE 15 DE JULHO DE 1976; DOU DE 6 DE AGOSTO DE 1976, SEÇÃO I, PÁGINAS 10430-10432; X - PORTARIA Nº 855, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1975; DOU DE 29 DE DEZEMBRO DE 1975, SEÇÃO I, PÁGINAS 17168-17170; XI - PORTARIA Nº 278, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988; DOU DE 7 DE DEZEMBRO 1988, SEÇÃO I, PÁGINAS 23827-23828; XII - PORTARIA Nº 127, DE 4 DE OUTUBRO DE 1991; DOU DE 9 DE OUTUBRO DE 1991, SEÇÃO I, PÁGINAS 21971-21973; XIII - PORTARIA Nº 165, DE 22 DE JULHO DE 1994; DOU DE 25 DE JULHO DE 1994, SEÇÃO I, PÁGINA 11076; E XIV - PORTARIA Nº 615, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998; DOU DE 31 DE DEZEMBRO DE 1998, SEÇÃO I, PÁGINA 32.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	177	30/06/2006	INSTITUI A COMISSÃO INTERMINISTERIAL COM A FINALIDADE DE CONSTRUIR, APERFEIÇOAR E DESENVOLVER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO E INCENTIVO À ABORDAGEM DA AGROECOLOGIA E DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NOS DIFERENTES NÍVEIS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO, BEM COMO NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS, DO MUNDO DO TRABALHO E DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	111	20/04/2006	APROVA O REGIMENTO INTERNO DAS COMISSÕES DE SEMENTES E MUDAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	43	10/02/2006	DECLARA NACIONALMENTE A REGIÃO CENTRO-SUL DO PARÁ, CONSTITUÍDA PELOS MUNICÍPIOS E PARTE DE MUNICÍPIOS RELACIONADOS NO ANEXO, COMO LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	38	07/02/2006	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ANÁLISE, DIFERENCIAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE CULTIVARES, NA FORMA DO ANEXO À PRESENTE PORTARIA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	168	27/09/2005	APROVA O MANUAL TÉCNICO PARA O CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS, PARA USO DOS AGENTES PÚBLICOS NAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS – PNCRH.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	265	24/05/2005	INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, A COMISSÃO TÉCNICA DE SEMENTES E MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS NATIVAS E EXÓTICAS, QUE SERÁ INTEGRADA POR REPRESENTANTES,

				TITULARES E SUPLENTES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ENUMERADAS NESTA PORTARIA
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	158	08/07/2004	DETERMINA QUE O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRO-ORGÂNICO, NOS ASSUNTOS RELATIVOS À SUA EXECUÇÃO, SEJA ASSESSORADO PELA COMISSÃO NACIONAL DA PRODUÇÃO ORGÂNICA - CNPORG E PELAS COMISSÕES DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - CPORG-UF.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	41	08/03/2004	ALTERA OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE ALFAFA (MEDICAGO SATIVA) (CATEGORIA 4, CLASSE 3), PRODUZIDAS NA REPÚBLICA DO CHILE.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	5	10/02/2004	DEFINE QUE O SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE ARRECADAÇÃO - SICAR PASSA A SER O ÚNICO INSTRUMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO E REGISTRO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO E DAS MULTAS APLICADAS PELAS DELEGACIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	11	26/01/2004	EXCLUI O ESTADO DE SANTA CATARINA DA OBRIGATORIEDADE DE VACINAÇÃO DAS FÊMEAS BOVINAS E BUBALINAS CONTRA A BRUCELOSE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	5	15/01/2004	PRORROGA, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2004, O PRAZO PARA QUE OS LABORATÓRIOS/INSTITUIÇÕES PRIVADOS OU OFICIAIS, LOCALIZADOS NA REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS COMPONENTES DO CIRCUITO PECUÁRIO NORDESTE (ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, PIAUÍ, CEARÁ E MARANHÃO) E DO CIRCUITO PECUÁRIO NORTE (AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA, RORAIMA, ACRE E AMAPÁ), ADEQÜEM A ESTRUTURA FÍSICA DE SUAS INSTALAÇÕES ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ITENS 4.4.6, 4.4.7, 4.4.12, 4.4.19, 4.4.20, 4.4.21 E 4.6 A 4.7.7 DAS NORMAS DE QUE TRATA O ART. 1º DA PORTARIA Nº 177, DE 27 DE OUTUBRO DE 1994.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	2.658	22/12/2003	DEFINE O SÍMBOLO DE QUE TRATA O ARTIGO 2º, PARÁGRAFO 1º, DO DECRETO Nº 4.680, DE 24 DE ABRIL DE 2003.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	150	01/12/2003	RECONHECE COMO ÁREA LIVRE DA PRAGA ANASTREPHA GRANDIS A ÁREA QUE COMPREENDE OS MUNICÍPIOS DE ARACATI, ITAIÇABA, JAGUARUANA, ICAPUÍ, RUSSAS, QUIXERÉ E LIMOEIRO DO NORTE, DO ESTADO DO CEARÁ, DELIMITADA PELAS SEGUINTES COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 4º25'05" (S) E 5º18'00" (S); LONGITUDE 37º15'16" (W) E 38º24'00" (W).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	51	07/08/2003	CRIA UM GRUPO COORDENADOR DAS ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS EM AMBOS OS TERRITÓRIOS, QUE VENHA BUSCAR SOLUÇÃO PARA RESOLVER OS PROBLEMAS SUSCITADOS NA REGIÃO DE FRONTEIRA, VISANDO À ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	47	01/08/2003	PRORROGA, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2003, O PRAZO PARA QUE OS LABORATÓRIOS/INSTITUIÇÕES PRIVADOS OU OFICIAIS, LOCALIZADOS NA REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS COMPONENTES DO CIRCUITO PECUÁRIO NORDESTE (ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, PIAUÍ, CEARÁ E MARANHÃO) E DO CIRCUITO PECUÁRIO NORTE (AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA, RORAIMA, ACRE E AMAPÁ), ADEQÜEM A ESTRUTURA FÍSICA DE SUAS INSTALAÇÕES ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ITENS 4.4.6, 4.4.7, 4.4.12, 4.4.19, 4.4.20, 4.4.21 E 4.6 A 4.7.7 DAS NORMAS DE QUE TRATA O ART. 1º DA PORTARIA Nº 177, DE 27 DE OUTUBRO DE 1994.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	573	04/06/2003	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DE ANIMAIS AQUÁTICOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	9	18/02/2003	INSTITUI O COMITÊ CIENTÍFICO CONSULTIVO EM SANIDADE APÍCOLA – CCCSA, QUE TERÁ POR FINALIDADE OFERECER SUBSÍDIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS AO DEPARTAMENTO DE DEFESA ANIMAL – DDA, PARA ELABORAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À SANIDADE DO PLANTEL APÍCOLA BRASILEIRO E À IMPORTAÇÃO DE ABELHAS E PRODUTOS APÍCOLAS.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	3	23/01/2003	PRORROGA, ATÉ 30 DE JULHO DE 2003, O PRAZO PARA QUE OS LABORATÓRIOS/INSTITUIÇÕES PRIVADOS OU OFICIAIS, LOCALIZADOS NA REGIÃO COMPREENDIDA PELOS ESTADOS COMPONENTES DO CIRCUITO PECUÁRIO NORDESTE (ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE, PIAUÍ, CEARÁ E MARANHÃO) E DO CIRCUITO PECUÁRIO NORTE (AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA, RORAIMA, ACRE E AMAPÁ) ADEQUEM A ESTRUTURA FÍSICA DE SUAS INSTALAÇÕES ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ITENS 4.4.6, 4.4.7, 4.4.12, 4.4.19, 4.4.20, 4.4.21 E DE 4.6 A 4.7.7 DAS NORMAS DE QUE TRATA O ART. 1.º DA PORTARIA 177, DE 27 DE OUTUBRO DE 1994.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	543	22/10/2002	DECLARA NACIONALMENTE RONDÔNIA COMO LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	451	22/08/2002	ALTERA A TABELA Nº 03, ANEXA À PORTARIA Nº 01, DE 4 DE MARÇO DE 1983, DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - SEFIS, NO QUE SE REFERE À SOMA DOS TEORES (NPK, NP, PK OU NK) DOS FERTILIZANTES ORGANO-MINERAIS, QUE PASSA A SER FIXADA NO MÍNIMO DE 12% (DOZE POR CENTO) E AO TEOR DA MATÉRIA ORGÂNICA TOTAL NO PRODUTO ACABADO, QUE PASSA AO MÍNIMO DE 15% (QUINZE POR CENTO).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	31	29/01/2002	DETERMINA O CANCELAMENTO DOS REGISTROS, NA ÁREA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS, DE TODOS PRODUTOS FORMULADOS COM PRINCÍPIOS ATIVOS À BASE DE ARSENICAIS E ANTIMONIAIS E PROÍBE O USO DE PRINCÍPIOS ATIVOS À BASE DE ARSENICAIS E ANTIMONIAIS, NA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL, COM FINALIDADE DE PROMOTORES DE CRESCIMENTO OU MELHORADORES DE DESEMPENHO ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	44	02/10/2001	REVOGA AS INSTRUÇÕES NORMATIVAS SDA, Nº 41, DE 26/11/99, Nº 13, DE 25/06/99, Nº 9, DE 02/06/99, Nº 12, DE 24/04/00; PORTARIAS CANECC, Nº 02, DE 06/03/95, Nº 001, DE 27/02/96, Nº 002, DE 07/10/97, Nº 002, DE 03/08/99, Nº 001, DE 21/06/99, Nº 03, DE 11/09/91, Nº 05, DE 21/11/91, PORTARIAS SDA, Nº 80, DE 19/07/93, Nº 81, DE 19/07/93, Nº 82, DE 19/07/93, Nº 83, DE 19/07/93, Nº 84, DE 19/07/93, Nº 85, DE 19/07/93, Nº 150, DE 23/08/93, Nº 08, DE 27/01/94, Nº 09, DE 27/01/94, Nº 10, DE 27/01/94, Nº 11, DE 27/01/94, Nº 12, DE 27/01/94, Nº 13, DE 27/01/94, Nº 14, DE 27/01/94, Nº 15, DE 27/01/94, Nº 16, DE 27/01/94, Nº 17, DE 27/01/94, Nº 18, DE 27/01/94, Nº 19, DE 27/01/94, Nº 20, DE 27/01/94, Nº 21, DE 27/01/94, Nº 22, DE 27/01/94, Nº 23, DE 27/01/94, Nº 24, DE 27/01/94, Nº 25, DE 27/01/94, Nº 26, DE 27/01/94, Nº 27, DE 27/01/94, Nº 29, DE 27/01/94, Nº 30, DE 27/01/94, Nº 31, DE 27/01/94, Nº 32, DE 27/01/94, Nº 33, DE 27/01/94, Nº 34, DE 27/01/94, Nº 35, DE 27/01/94, Nº 36, DE 27/01/94, Nº 37, DE 27/01/94, Nº 38, DE 27/01/94, Nº 39, DE 27/01/94, Nº 40, DE 27/01/94, Nº 41, DE 27/01/94, Nº 42, DE 27/01/94, Nº 43, DE 27/01/94, Nº 44, DE 27/01/94, Nº 45, DE 27/01/94, Nº 46, DE 27/01/94, Nº 47, DE 27/01/94, Nº 94, DE 30/05/94, Nº 95, DE 30/05/94, Nº 104, DE 08/06/94, Nº 105, DE 08/06/94, Nº 106, DE 08/06/94, Nº 107, DE 08/06/94, Nº 108, DE 08/06/94, Nº 109, DE 08/06/94, Nº 110, DE 08/06/94, Nº 111, DE 08/06/94, Nº 112, DE 08/06/94, Nº 113, DE 08/06/94, Nº 114, DE 08/06/94, Nº 37, DE 04/04/95, Nº 38, DE 04/04/95, Nº 184, DE 10/11/94, Nº 185, DE 10/11/94, Nº 71, DE 26/06/97, Nº 82, DE 19/08/97, Nº 20, DE 08/04/97, Nº 22, DE 22/05/85, Nº 35, DE 25/04/97, Nº 42, DE 06/04/88, Nº 73, DE 10/10/89, Nº 14, DE 13/02/90, Nº 95, DE 08/12/92, Nº 59, DE 23/04/93, Nº 54, DE 04/06/92, Nº 130, DE 20/06/94, Nº 128, DE 18/07/94, Nº 119, DE 11/09/96, Nº 129, DE 04/10/96, Nº 96, DE 31/07/96, Nº 138, DE 19/08/98, E Nº 134, DE 29/07/94.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	484	19/09/2001	REVOGA AS PORTARIAS Nº 1, DE 10/05/1938; Nº 003 DE 09/01/1986; Nº 43, DE 12/06/1940; Nº 222, DE 04/11/1994; Nº 341, DE 23/03/1942; Nº 426, DE 19/04/1956; Nº 711, DE 07/10/1946; Nº CB, DE 10/02/1938; Nº 429, DE 14/10/1974; Nº 571, DE 08/12/1998; Nº 675, DE 11/11/1960; Nº 775, DE 25/08/1961; Nº 922, DE 20/12/1950; Nº 184, DE 07/04/1995; Nº 351, DE 04/09/1997; Nº 574, DE 30/10/1940; Nº 9, DE 12/01/1972; Nº 28, DE 25/01/1972; Nº 361, DE 07/06/1976; Nº 382, DE 02/05/1979; Nº 652, DE 03/10/1995; Nº 225, DE 15/04/1947; Nº 677, DE 29/08/1945; Nº 1.574, DE 15/10/1954; Nº 370, DE 15/08/1986; Nº 381, DE 01/04/1959; Nº 438, DE 05/11/1986; Nº 828, DE 13/11/1979; Nº 829, DE 13/11/1979; Nº 385, DE 23/09/1997; Nº 1.279, DE 03/10/1953; Nº 206, DE 23/06/1971; Nº 479, DE 28/05/1942; Nº 787, DE 23/09/1964; Nº 1.018, DE 10/08/1953; Nº 210, DE 16/06/1972; Nº 248, DE 28/09/1992; S/Nº, DE 25/01/1936; Nº 263, DE 06/05/1943; Nº 508, DE 06/09/1943; Nº 193, DE 11/03/1948; Nº 348, DE 12/05/1950; Nº 665, DE 15/07/1955; Nº 6, DE 02/01/1959; Nº 1.056, DE 04/11/1959; Nº 144, DE 30/06/1988; Nº 8, DE 12/01/1993; Nº 203, DE 20/08/1992; Nº 349, DE 18/06/1996; Nº 742, DE 16/11/1995; Nº 154, DE 07/07/1988; Nº 333, DE 02/06/1995; Nº 156, DE 16/04/1997; Nº 313, DE 31/05/1943; E Nº 436, DE 13/05/1942.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	1	08/01/2001	APROVA O MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE BEBIDAS E VINAGRES.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	582	28/12/2000	CONSIDERA O ESTADO DE RONDÔNIA E OS MUNICÍPIOS DO SUL DO ESTADO DO PARÁ, LISTADOS NO ANEXO I, COMO ZONA TAMPÃO DA ZONA LIVRE E DECLARA A ZONA FORMADA PELOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, DO ESPÍRITO SANTO, DA BAHIA, DO SERGIPE, DE TOCANTINS E DO MATO GROSSO DO SUL E OS MUNICÍPIOS PERTENCENTES AOS ESTADOS DE SÃO PAULO, DE MINAS GERAIS, DE GOIÁS, DO MATO GROSSO E AS ILHAS DO RIO PARANÁ, LISTADOS NO ANEXO II, COMO ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	49	28/11/2000	ESTABELECE A DATA LIMITE DE 31 DE AGOSTO PARA DESTRUIÇÃO DOS RESTOS CULTURAIS DE ALGODÃO NO ESTADO DA BAHIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	17	19/05/2000	CONDICIONA AS AUTORIZAÇÕES PARA IMPORTAÇÕES DE ALHOS ORIUNDOS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, EMITIDAS POR ESTA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, À CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS – ARP.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	153	27/04/2000	DECLARA A ZONA FORMADA PELO ESTADO DE SANTA CATARINA COMO ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA, SEM VACINAÇÃO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	58	13/12/1999	INSTITUI AUDITORIAS TÉCNICO-OPERACIONAIS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL – VIGIAGRO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	30	03/05/1999	DETERMINA QUE A PARTIR DE 1° DE MAIO DE 2000 EM CARÁTER IMPRORROGÁVEL, O CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO EMITIDO PARA A EXPORTAÇÃO DE PIMENTA-DO-REINO SERÁ ACOMPANHADO DE DECLARAÇÃO ADICIONAL QUE GARANTA ESTAR A PARTIDA DO PRODUTO LIVRE DE SALMONELLA SPP.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	210	26/11/1998	REGULAMENTO TÉCNICO DA INSPEÇÃO TECNOLÓGICA E HIGIÊNICO-SANITÁRIA DE CARNE DE AVES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	182	26/11/1998	AS IMPORTAÇÕES DE ANIMAIS, VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E PARTES, PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, BEBIDAS, SUCOS, VINAGRES E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, E SEUS SUBPRODUTOS DEVERÃO SER INICIADAS PELA SOLICITAÇÃO AOS SETORES TÉCNICOS COMPETENTES DA DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE O (A) INTERESSADO (A) TIVER SEU ESTABELECIMENTO OU SEDE (ANUÊNCIA DO MAPA PARA O SISCOMEX)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	212	19/11/1998	AUTORIZA A IMPORTAÇÃO DE TRIGO EM GRÃOS, DESTINADO AO CONSUMO, DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E PRODUZIDOS NOS ESTADOS DO TEXAS, OKLAHOMA, NEW MÉXICO, KANSAS, COLORADO, NEBRASKA E MISSOURI.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	542	16/11/1998	ADOTA AS "NORMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA SANITÁRIA PARA HABILITAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS DE CRIAÇÃO DE AVES E INCUBATÓRIOS AVÍCOLAS PARA O INTERCÂMBIO NO MERCOSUL", ANEXAS, APROVADAS PELA

				RESOLUÇÃO DO GRUPO MERCADO COMUM (GMC) Nº 10/1996.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	542	16/11/1998	ADOTA AS "NORMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA SANITÁRIA PARA HABILITAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS DE CRIAÇÃO DE AVES E INCUBATÓRIOS AVÍCOLAS PARA O INTERCÂMBIO NO MERCOSUL", ANEXAS, APROVADAS PELA RESOLUÇÃO DO GRUPO MERCADO COMUM (GMC) Nº 10/1996.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	543	16/11/1998	FIXA O LIMITE MÁXIMO DE DIÓXIDO DE ENXOFRE NO SUCO DE CAJU, E NO SUCO DE CAJU COM ALTO TEOR DE POLPA EM 0,03G/100 ML. NOS RÓTULOS DOS SUCOS A QUE SE REFERE O ARTIGO ANTERIOR, DEVERÁ CONSTAR, OBRIGATORIAMENTE, A FORMA DE DILUIÇÃO, DE MANEIRA CLARA E DE FÁCIL COMPREENSÃO. SUBMETER À CONSULTA PÚBLICA A PRESENTE PORTARIA, POR UM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, PARA MANIFESTAÇÃO DO SEGMENTO INTERESSADO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	544	16/11/1998	APROVA OS REGULAMENTOS TÉCNICOS PARA FIXAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE, PARA REFRESCO, REFRIGERANTE, PREPARADO OU CONCENTRADO LÍQUIDO PARA REFRESCO OU REFRIGERANTE, PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO, XAROPE E CHÁ PRONTO PARA O CONSUMO, EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	545	16/11/1998	ESTABELECE QUE A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS DE TRIGO DO CANADÁ PARA O BRASIL, DESTINADO AO CONSUMO, É LIVRE, DESDE QUE O PRODUTO ESTEJA ACOMPANHADO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO, EMITIDO PELA ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO FITOSSANITÁRIA, DAQUELE PAÍS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	210	10/11/1998	APROVA O REGULAMENTO TÉCNICO DA INSPEÇÃO TECNOLÓGICA EHIGIÊNICO-SANITÁRIA DE CARNE DE AVES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	511	21/10/1998	INTERNALIZA A DECISÃO DO COMITÊ DE SANIDADE VEGETAL DO CONE SUL - CONASE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	512	20/10/1998	ADOTA E DIVULGA O AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTIFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE, EM MATÉRIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA E O MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE, SOBRE COOPERAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DE ESTUDOS E AÇÕES DE INTERESSE COMUM NA ÁREA DE AGRICULTURA, ASSINADOS EM 2 DE JULHO DE 1998, NA CIDADE DE BRASÍLIA, BRASIL, ANEXO A ESTA PORTARIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	294	14/10/1998	ESTABELECE OS CRITÉRIOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NOS ENSAIOS PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DE CULTIVO E USO - VCU DE CULTIVARES DE ALGODÃO, ARROZ, BATATA, MILHO, SOJA, SORGO E TRIGO E OS RESPECTIVOS FORMULÁRIOS DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE CULTIVARES NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC, NA FORMA DOS ANEXOS I À VIII DESTA PORTARIA (ALTERADA PELA IN Nº 25, DE 2006 E IN Nº 58, DE 2008)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	181	05/10/1998	DECLARA ALERTA MÁXIMO QUANTO ÀS PRAGAS, ABAIXO RELACIONADAS, COM SEUS PRINCIPAIS HOSPEDEIROS, DEVIDO AO SEU MAIOR POTENCIAL DE RISCO DE ENTRAREM NO PAÍS OU SE EXPANDIREM PARA ÁREAS INDENES:
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	182	05/10/1998	AS IMPORTAÇÕES DE ANIMAIS, VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E PARTES, PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, BEBIDAS, SUCOS, VINAGRES E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, E SEUS SUBPRODUTOS DEVERÃO SER INICIADAS PELA SOLICITAÇÃO AOS SETORES TÉCNICOS COMPETENTES DA DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO ONDE O (A) INTERESSADO (A) TIVER SEU ESTABELECIMENTO OU SEDE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	268	21/09/1998	APROVA, EM CARÁTER EXPERIMENTAL, PELO PRAZO DE 60 DIAS, A ANEXA NORMA DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO TRIGO, VISANDO CONSULTA PÚBLICA, TESTAR SUA APLICAÇÃO NA PRESENTE SAFRA PELOS SEGMENTOS INTERESSADOS E PROMOVER POSSÍVEIS AJUSTES E SUA VALIDAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DO CORRENTE ANO.

SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	151	15/09/1998	APROVA O MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERATIVOS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, NOS PORTOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS, EM ANEXO, RELATIVO AOS SEGMENTOS ANIMAL E VEGETAL, QUE VISA AGILIZAR, DISCIPLINAR E HARMONIZAR OS PROCEDIMENTOS DE LIBERAÇÃO DAS CARGAS AGROPECUÁRIAS EM TRÂNSITO NOS REFERIDOS PONTOS DE INGRESSO E DE SAÍDA DO PAÍS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	264	14/09/1998	INCLUI, NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 527, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1997, AS CULTIVARES CONSTANTES DA LISTAGEM EM ANEXO, HABILITANDO-AS PARA A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, DESDE QUE ATENDIDAS AS RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS DOS RESPECTIVOS OBTENTORES, DETENTORES OU INTRODUTORES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	145	01/09/1998	INCREMENTA O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CARNES BOVINA E BUBALINA AO COMÉRCIO VAREJISTA, PREVIAMENTE EMBALADAS E IDENTIFICADAS, INSTITUINDO A OBRIGATORIEDADE DA DESOSSA OU FRACIONAMENTO DOS CORTES SECUNDÁRIOS DO TRASEIRO E DO DIANTEIRO, DESTINADOS A ESTABELECIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO E VAREJO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	410	20/08/1998	ALTERA O ARTIGO 7º DAS NORMAS E PADRÕES DE QUALIDADE DA UVA DESTINADA À INDÚSTRIA, APROVADOS PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 1.012, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1978.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	125	06/08/1998	REGRAS VESPA DA MADEIRA NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	122	31/07/1998	PRORROGA O PRAZO LIMITE DE QUE TRATA O ART. 1º DA PORTARIA Nº 141, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997, DE 1º DE AGOSTO DE 1998 PARA 1º DE MAIO DE 1999.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	332	28/07/1998	PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO XAROPE.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	297	22/06/1998	CRIA O PROGRAMA DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL - VIGIAGRO, NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DESSE MINISTÉRIO, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 22 DA PORTARIA Nº 134, DE 31 DE OUTUBRO DE 1996.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	79	18/06/1998	A ENTRADA NO PAÍS DE BOVINOS DESTINADOS À CRIA, RECRIA OU ENGORDA PARA POSTERIOR ABATE SOMENTE SERÁ PERMITIDA AOS ANIMAIS IDENTIFICADOS INDIVIDUALMENTE NA FORMA ESTABELECIDA NESTA PORTARIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	283	18/06/1998	APROVA AS NORMAS E PROCEDIMENTOS, EM ANEXO, PARA O REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS, BEBIDAS E VINAGRES, INCLUSIVE VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO E A EXPEDIÇÃO DOS RESPECTIVOS CERTIFICADOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	214	20/05/1998	A ENTRADA NO PAÍS DE BOVINOS DESTINADOS A CRIA, RECRIA OU ENGORDA PARA POSTERIOR ABATE SOMENTE SERÁ PERMITIDA AOS ANIMAIS IDENTIFICADOS INDIVIDUALMENTE POR UM BRINCO PLÁSTICO NUMERADO, NO MODELO APROVADO PELA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DESTE MINISTÉRIO.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	58	15/05/1998	OFICIALIZA MÉTODOS ANALÍTICOS DE CONTROLE DE PRODUTOS CÁRNEOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	166	05/05/1998	CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA ANALISAR E PROPOR PROGRAMA E MEDIDAS VISANDO AO AUMENTO DA COMPETITIVIDADE E À MODERNIZAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO DE LEITE E DERIVADOS NO BRASIL, A SER COMPOSTO POR REPRESENTANTES DOS SEGUINTES ÓRGÃOS DE GOVERNO OU SEGMENTOS DO SETOR PRIVADO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	85	05/05/1998	INSTITUI OS COMITÊS, ABAIXO NOMINADOS, PARA ASSESSORAR NO ESTABELECIMENTO DOS CRITÉRIOS MÍNIMOS A SEREM OBSERVADOS NOS ENSAIOS DE DETERMINAÇÃO DO VCU, PARA AS ESPÉCIES VEGETAIS ALGODÃO ARROZ, BATATA, FEIJÃO, MILHO, SOJA, SORGO E TRIGO, PARA FINS DE INSCRIÇÃO NO RNC
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	46	10/02/1998	INSTITUI O SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE - APPCC A SER IMPLANTADO, GRADATIVAMENTE, NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL SOB O REGIME DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF, DE ACORDO COM O MANUAL GENÉRICO DE PROCEDIMENTOS.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	46	10/02/1998	SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE - APPCC A SER IMPLANTADO, GRADATIVAMENTE, NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL SOB O REGIME DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF, DE ACORDO COM O MANUAL GENÉRICO DE PROCEDIMENTOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	40	20/01/1998	APROVA O MANUAL DE PROCEDIMENTOS NO CONTROLE DA PRODUÇÃO DE BEBIDAS E VINAGRES, EM ANEXO, BASEADO NOS PRINCÍPIOS DO SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGO E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE - APPCC.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	34	16/01/1998	APROVA A NORMA DE IDENTIDADE, QUALIDADE, ACONDICIONAMENTO, EMBALAGEM E APRESENTAÇÃO DO KIWI EM ANEXO PARA FINS DE COMERCIALIZAÇÃO INTERNA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	44	02/01/1998	SUSPENDE A ENTRADA DE AVESTRUZES E AVES ORNAMENTAIS DOMÉSTICAS OU SILVESTRES
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	527	31/12/1997	INSTITUI O REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC, JUNTO À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR, COM A FINALIDADE DE PROMOVER A INSCRIÇÃO PRÉVIA DAS CULTIVARES, HABILITANDO-AS PARA A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS NO PAÍS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	9	11/12/1997	DECLARAÇÃO BRASIL LIVRE DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	503	03/12/1997	APROVA A TABELA ANEXA, FIXANDO OS VALORES DOS SERVIÇOS DEQUE TRATAM A LEI N° 9.456/1997 E O DECRETO Nº 2.366/1997.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	504	03/12/1997	APROVA OS ANEXOS MODELOS DE FORMULÁRIOS E DOCUMENTOS, NECESSÁRIOS AO REQUERIMENTO E TRAMITAÇÃO DE PEDIDO DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	494	28/11/1997	APROVA O MODELO DO CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	120	08/10/1997	CRITÉRIOS PARA REGISTRO DE AGROTÓXICOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	352	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO MINAS FRESCAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	353	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO PARMESÃO, PARMESANO, REGGIANO, REGGIANITO E SBRINZ.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	354	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE DOCE DE LEITE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	355	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO EM PÓ
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	356	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO PROCESSADO OU FUNDIDO, PROCESSADO PASTEURIZADO E PROCESSADO OU FUNDIDO U.H.T (UAT).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	357	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO RALADO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	358	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO PRATO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	359	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO REQUEIJÃO OU REQUESÓN.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	360	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO DANBO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	361	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO TILSIT.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	362	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO TYBO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	363	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO PATEGRÁS SANDWICH.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	364	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO MOZZARELA (MUZZARELLA OU MUSSARELA).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	365	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE QUEIJO TANDIL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	366	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE MASSA PARA ELABORAR QUEIJO MOZZARELLA (MUZZARELLA OU MUSSARELA).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	367	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE DE QUALIDADE DE MEL
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	368	04/09/1997	REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS ELABORADORES/INDUSTRIALIZADORES DE ALIMENTOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	370	04/09/1997	APROVA INCLUSÃO DO CITRATO DE SÓDIO NO REGULAMENTO TÉCNICO PARA FIXAÇÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO LEITE UHT (U.A.T).

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	92	29/08/1997	APROVA AS NORMAS PARA CREDENCIAMENTO DE CENTROS COLABORADORES, PARA EXECUÇÃO DE ANÁLISE DE RISCO DE PRAGAS - ARP.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	81	14/08/1997	DETERMINA QUE O CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO EMITIDO PARA EXPORTAÇÃO DE PIMENTA-DO-REINO, SEJA ACOMPANHADO DE DECLARAÇÃO ADICIONAL QUE GARANTA ESTAR A PARTIDA LIVRE DE SALMONELLA SSP.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	291	30/07/1997	APROVA AS NORMAS, EM ANEXO, SOBRE EXIGÊNCIAS, CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS, A SEREM ADOTADOS PELA CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO — CANECC, EM ÁREAS CONTAMINADAS PELA DOENÇA E NAQUELAS QUE VENHAM A SER AFETADAS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	290	17/07/1997	PROÍBE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL O USO DE QUALQUER FONTE DE PROTEÍNA DE RUMINANTES NA ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	185	13/05/1997	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE PEIXE FRESCO INTEIRO E EVISCERADO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	36	05/05/1997	PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CARNES BOVINA, BUBALINA, SUÍNA, OVINA E CAPRINA O COMÉRCIO VAREJISTA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	132	16/04/1997	DIVULGA E ADOTA O STANDARD 3.7 12. - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA MEDICAGO SALIVA (ALFAFA), SEGUNDO O PAIS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC N° 98/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (DO.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	136	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.10. - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "LOLIUM MULTIFLORUM" (AZEVÉM) SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC N° 96/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	141	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.8. - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "BRASSICA NAPUS" VAR. "OLEIFERA" (COLZA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC Nº 94/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	142	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.11. - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "LOTUS CORNICULATUS" (CORNICHÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC Nº 97/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	143	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.13. - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "PHASEOLUS VULGARIS" (FEIJÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC N° 99/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	145	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.9. - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "HELIANTHUS ANNUM" (GIRASSOL), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC Nº 95/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	146	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.22 - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "CUCUMIS MELO" (MELÃO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC Nº 106/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	147	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.29 - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "ZEA MAYS" (MILHO), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC Nº 112/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	151	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.24 - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "GLYCINE MAX" (SOJA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A

				RESOLUÇÃO GMC Nº 108/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	155	16/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7.19. - REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA "VITIS VINIFERA" (VIDEIRA), SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO E ORIGEM, CONFORME A RESOLUÇÃO GMC Nº 103/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	124	15/04/1997	ADOTA O STANDARD 3.7 – HARMONIZAÇÃO DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS, O SUB-STANDARD 3.7.A – INTENSIDADE DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS E O SUB-STANDARD 3.7.B – TRATAMENTOS QUARENTENÁRIOS, SEGUNDO A RESOLUÇÃO 88/96, DE ACORDO COM ANEXO, A SER PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	127	15/04/1997	AS IMPORTAÇÕES DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS, OBEDECERÃO AOS REQUISITOS QUARENTENÁRIOS ESTABELECIDOS PARA LEGISLAÇÃO EM VIGOR;
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	129	15/04/1997	DIVULGA E ADOTA O AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE, EM MATÉRIA DE SANIDADE AGROPECUÁRIA, E O MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE SOBRE COOPERAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DE ESTUDOS E AÇÕES DE INTERESSE COMUM NA ÁREA DE AGRICULTURA, ASSINADOS EM 25 DE MARÇO DE 1996, NA CIDADE DE BRASÍLIA, DE ACORDO COM TEXTOS, A SEREM PUBLICADOS EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	130	15/04/1997	DIVULGA E TORNA OBRIGATÓRIO O CUMPRIMENTO, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA, DAS EXIGÊNCIAS QUARENTENÁRIAS, COM OS REQUISITOS ESPECÍFICOS EXIGIDOS PELO BRASIL EM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, ACORDADOS NA III REUNIÃO REALIZADA ENTRE MA/DDIV E O USDA/APHIS, REALIZADA EM BRASÍLIA, BRASIL, NO PERÍODO DE 15 A 18 DE JULHO DE 1996, PARA MILHO (SEMENTES E GRÃOS PARA CONSUMO), MAÇÃ, PÊRA, MORANGO, SEMENTES DE: PIMENTÃO, TOMATE, CEBOLA, FUMO, TREVO, COMICHÃO E ERVILHA, DE ACORDO COM TEXTO QUE SERÁ PUBLICADO EM SUPLEMENTO ESPECIAL (D.O.U.) PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	10	11/03/1997	ALTERA O PRAZO PARA DESTRUIÇÃO DOS RESTOS CULTUAIS DE ALGODÃO, ESTABELECIDO NO ART. 1º DA PORTARIA Nº 86 DE 6 DE JULHO DE 1988 PARA O ESTADO DA BAHIA, DE 31 DE JULHO PARA ATÉ 30 DIAS APÓS A ÚLTIMA COLHEITA (NAS LAVOURAS DE ALGODÃO HERBÁCEO).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	4	05/03/1997	PROGRAMA DE CONTROLE DE RESÍDUOS BIOLÓGICOS EM CARNE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	3	12/02/1997	APROVAÇÃO DO MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1	29/01/1997	PROPOSTA DE HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DE CULTIVARES MILHO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	30	15/01/1997	O ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO, QUE EXPORTE SEUS PRODUTOS PARA COMÉRCIO NO TERRITÓRIO NACIONAL, DEVERÁ SER OBRIGATORIAMENTE CREDENCIADO NA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	724	23/12/1996	A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE ERVILHA SOMENTE SERÁ PERMITIDA SE ATENDER ÀS SEGUINTES EXIGÊNCIAS QUARENTENÁRIAS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	691	25/11/1996	APROVA A ANEXA NORMA DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA CEVADA, PARA COMERCIALIZAÇÃO INTERNA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	138	21/11/1996	O CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS DE ENSINO E DE PESQUISA PARA DESENVOLVER PESQUISAS E ENSAIOS EXPERIMENTAIS COM AGROTÓXICOS, VISANDO A ELABORAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DE EFICIÊNCIA E PRATICABILIDADE AGRONÔMICA PARA FINS DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, DEVERÁ SER SOLICITADO ATRAVÉS DE REQUERIMENTO DIRIGIDO AO COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS, ACOMPANHADO DOS

				DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS (REVOGA A PORTARIA SDA/MAPA Nº 182, 24 DE NOVEMBRO DE 1993)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	555	13/09/1996	PRORROGA POR 120 (CENTO E VINTE) DIAS, O PRAZO PARA ENTRADA EM VIGOR DA PORTARIA N° 255, DE 9 DE ABRIL DE 1996, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DE 10 DE ABRIL DE 1996, E CONCEDER O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO PELA OMC, PARA A MANIFESTAÇÃO DOS PAÍSES SIGNATÁRIOS DO REFERIDO ACORDO SOBRE O QUE DISPÕE A CITADA PORTARIA N° 255/96.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	91	15/08/1996	DISPÕE SOBRE A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	95	07/08/1996	CADASTRO DE ESTABELECIMENTOS FORMULADORES DE AGROTÓXICOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	364	03/07/1996	ADOTA A RESOLUÇÃO Nº 11/96, GMC - GRUPO MERCADO COMUM, REFERENTE AAPROVAÇÃO DO STANDARD 3.7.A INTENSIDADE DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS POR TIPO DE PRAGA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	80	20/06/1996	ESTABELECE PROCEDIMENTOS REFERENTES À EXPEDIÇÃO DE REGISTRO DE BEBIDAS, VINAGRES, VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO E DOS RESPECTIVOS ESTABELECIMENTOS, NA SEGUINTE FORMA: I - OS REGISTROS NOVOS SOLICITADOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DAS PORTARIAS N° 318/96 E 319/96, SERÃO EXPEDIDOS PELO ÓRGÃO TÉCNICO CENTRAL ESPECIALIZADO DESTE MINISTÉRIO, CUJOS PROCESSOS SERÃO CONSTITUÍDOS NAS RESPECTIVAS DFAS. II - OS REGISTROS DE UNIDADES INDUSTRIAIS DE ESTABELECIMENTOS IMPORTADORES E EXPORTADORES, RENOVAÇÃO, ALTERAÇÃO, MUDANÇA, INCLUSÃO, CORREÇÃO, ATUALIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E O CANCELAMENTO DE REGISTRO, SERÃO DE COMPETÊNCIA DA DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO NA RESPECTIVA UNIDADE FEDERATIVA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	78	13/06/1996	DÁ CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DE LEVANTAMENTO DE OCORRÊNCIA DA PRAGA VISANDO O RECONHECIMENTO DA EXTENSÃO DO PROBLEMA E ADOTAR MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	64	20/05/1996	RESTRINGE A ENTRADA NO TERRITÓRIO NACIONAL DE ORQUÍDEAS PROCEDENTES DA FLORIDA, CARIBE, DEVIDO À OCORRÊNCIA DO THRIPS PALMI
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	301	25/04/1996	APROVA AS NORMAS COMPLEMENTARES ANEXAS, ELABORADAS PELA SDA, A SEREM OBSERVADAS PELOS ESTABELECIMENTOS QUE FABRIQUEM E/OU COMERCIEM PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	304	22/04/1996	ESTABELECIMENTOS DE ABATE DE BOV, SUI E BUB SOMENTE PODERÃO ENTREGAR CARNES E MIÚDOS PARA COMÉCIO COM TEMPERATURA DE ATÉ 7º GRAUS CENTÍGRADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	255	09/04/1996	O ESTABELECIMENTO PRODUTOR DE VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO QUE EXPORTE SEUS PRODUTOS PARA COMÉRCIO NO TERRITÓRIO NACIONAL, DEVERÁ SER OBRIGATORIAMENTE CREDENCIADO NA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	45	09/04/1996	ESTABELECE INTERCÂMBIO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO COM CENTROS COLABORADORES, VISANDO À ADOÇÃO DE UMA REDE NACIONAL ESPECIALIZADA EM ASSUNTOS ESPECÍFICOS DE DEFESA AGROPECUÁRIA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	183	21/03/1996	ADOTA REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL SOBRE LIMITES MÁXIMOS DE AFLATOXINAS ADMISSÍVEIS NO LEITE, AMENDOIM E MILHO, APROVADO PELA RESOLUÇÃO DO GRUPO MERCADO COMUM DO SUL Nº 56/1994, DE 01 DE JANEIRO DE 1995.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	180	21/03/1996	ADOTA AS RESOLUÇÕES Nº 1, 2 E 3 DA VI REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DO COMITÊ DE SANIDADE VEGETAL DO CONE SUL-COSAVE, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	186	21/03/1996	DIVULGA O SUMÁRIO DA REUNIÃO REALIZADA ENTRE O MAARA/DDIV E O USDA/APHIS/PPQ, REALIZADA EM RIVERDALE, MARYLAND, NO PERÍODO DE 07 A 09 DE FEVEREIRO DE 1996 E O ACORDO SOBRE OS REQUISITOS

				BRASILEIROS PARA IMPORTAÇÃO DE TRIGO NORTE-AMERICANO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	146	07/03/1996	REGULAMENTO TÉCNICO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DOS PRODUTOS LÁCTEOS.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	27	07/03/1996	RECOMENDA, AOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISE DE SANIDADE DE SEMENTES CREDENCIADOS PELO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA, A ADOÇÃO, EM CARÁTER PROVISÓRIO, DA SEGUINTE METODOLOGIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	75	26/01/1996	PRORROGA POR 120 (CENTO E VINTE) DIAS, A PARTIR DE 24 DE JANEIRO DE 1996, O PRAZO DE VIGÊNCIA ESTABELECIDO NA PORTARIA Nº 747, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1995, PUBLICADA NO DOU DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	1	05/01/1996	ESTABELECE QUE, PARA IMPORTAÇÃO DE VINHOS E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO SERÃO ADOTADOS, PARA COLETAS E DESTINO DE AMOSTRAS, OS PROCEDIMENTOS CONSTANTES DAS NORMAS APROVADAS PELA PORTARIA Nº 028, DE 17 DE JUNHO DE 1986, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE JUNHO DE 1986 E PORTARIA Nº 036, DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990, OBSERVADAS AS SEGUINTES ALTERAÇÕES.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	135	27/11/1995	APROVA, CONFORME MODELO ANEXO (FIG. 1), AS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DE SONDA, DESTINADA À AMOSTRAGEM DE FERTILIZANTES SÓLIDOS E CORRETIVOS ENSACADOS EM EMBALAGENS DE 40 KG ATÉ 60 KG.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	47	24/11/1995	ALTERA A PORTARIA Nº 03, DE 05 DE SETEMBRO DE 1983.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	747	22/11/1995	A LIBERAÇÃO DE VINHOS IMPORTADOS SOMENTE SERÁ EFETIVADA APÓS O CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 7.678/88, DECRETO Nº 99.066/90 E A APRESENTAÇÃO DOS SEGUINTES DOCUMENTOS: I REQUERIMENTO DIRIGIDO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO VEGETAL, OU SERVIÇO CORRESPONDENTE NAS DELEGACIAS FEDEREIS DE AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA DE CLASSE C ATRAVÉS DE FORMULÁRIO PADRÃO, ASSINADO PELO INTERESSADO OU PROCURADOR DEVIDAMENTE HABILITADO. II CERTIFICADO DE ORIGEM EXPEDIDO POR ENTIDADE OFICIAL DO PAÍS DE ORIGEM. III CERTIFICADO DE ANÁLISE EXPEDIDO POR LABORATÓRIO OFICIAL DO PAÍS DE ORIGEM. IV - CÓPIA DO CONHECIMENTO DE CARGA (CI).
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	126	03/11/1995	APROVA AS “NORMAS DE CREDENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE LABORATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DAS SALMONELOSES AVIÁRIAS (S. ENTERITIDIS, S. GALLINARUM, S. PULLORUM E S. TYPHIMURIUM)
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	711	01/11/1995	APROVA AS NORMAS TÉCNICAS DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO DE SUÍNOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	121	24/10/1995	MODELOS OFICIAIS DOCUMENTOS E FORMULÁRIOS UTILIZADOS NA FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES DESTINADOS À AGRICULTURA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	115	04/10/1995	COMITÊ CONSULTIVO DO PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	44	03/10/1995	ADOTA O PADRÃO REGIME DA VERIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM PONTOS DE ORIGEM E DESTINO, APROVADO PELO COMITÊ DE SANIDADE, NO ÂMBITO DO MERCOSUL, PARA TODOS OS PRODUTOS DA CATEGORIA 1 DE RISCO FITOSSANITÁRIO E PARA TODAS AS CATEGORIAS DE PRODUTOS JÁ HARMONIZADOS QUE NÃO APRESENTEM PRAGAS DE CARACTER QUARENTENÁRIO NO PAÍS DE ORIGEM EM RALAÇÃO AO PAÍS DE DESTINO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	646	03/10/1995	ESTENDE OS EFEITOS DAS PORTARIAS MINISTERIAIS Nº 553/95 E Nº 529/95, PARA AVERIGUAÇÃO DA QUALIDADE DO TOMATE E DA CEBOLA IMPORTADOS DOS DEMAIS PAÍSES QUE MANTÉM INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	650	03/10/1995	CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E A NECESSIDADE DE DIVULGAR DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE INSPEÇÃO FITO E ZOOSSANITÁRIA NOS PORTOS AEROPORTOS E PONTOS ALFANDEGADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	641	03/10/1995	ADOTA A RESOLUÇÃO ÚNICA DA V REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DO COMITÊ DE SANIDADE VEGETAL DO CONE SUL-COSAVE, DE 12 DE JUNHO DE 1995.

SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	645	03/10/1995	APROVA O MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL, ANEXO, A SER UTILIZADO PELOS FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS NA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E SUBPRODUTOS, DERIVADOS E PARTES, RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO E INSUMOS AGROPECUÁRIOS, NOS PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS INTERNACIONAIS, POSTOS DE FRONTEIRA E ADUANAS ESPECIAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	529	01/09/1995	APROVA A NORMA DE IDENTIDADE, QUALIDADE, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM DA CEBOLA, PARA FINS DE COMERCIALIZAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	527	15/08/1995	ATRIBUI AO SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA A RESPONSABILIDADE DE COORDENAR A EXECUÇÃO DO PNCRB.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	209	01/08/1995	ADOTA AS MEDIDAS APROVADAS PELA RESOLUÇÃO DO GRUPO MERCADO COMUM Nº 62, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1994, PARA A IMPORTAÇÃO DE ALFAFA, COLZA, GIRASSOL, AZEVÉM, CORNICHÃO, FEIJÃO, SORGO E TRIGO, SEUS RESPECTIVOS MATERIAIS DE PROPAGAÇÃO, SUBPRODUTOS E DERIVADOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	10	05/07/1995	A IMPORTAÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS PARA REPRODUÇÃO, DE INTERESSE ECONÔMICO, BEM COMO SEUS MATERIAIS DE MULTIPLICAÇÃO, DEPENDERÁ DE ANÁLISE PRÉVIA QUANTO AOS ASPECTOS ZOOGENÉTICOS, QUE DEVERÁ SER REALIZADA PELOS SERVIÇOS DE PRODUÇÃO ANIMAL DAS DFAARAS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E GOIÁS, QUANDO O MATERIAL IMPORTADO DESTINAR-SE A ESSES ESTADOS, OU PELO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E PRODUÇÃO ANIMAL DA SDR, QUANDO O DESTINO FOR AS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	68	11/06/1995	ESTABELECE A IDENTIFICAÇÃO ATRAVÉS DE CORES IMPRESSAS NA ROTULAGEM DE PRODUTOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	269	08/05/1995	APROVA AS NORMAS DE PROCEDIMENTOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, PARA O CADASTRAMENTO DOS CRIADORES, O CREDENCIAMENTO DE MATADOUROS FRIGORÍFICOS E DA ENTIDADE INCUMBIDA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE DA CARNE DO NOVILHO PRECOCE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	267	05/05/1995	INSTITUI O CERTIFICADO ESPECIAL DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO - CEIP - PARA BOVINOS RESULTANTES DE CRUZAMENTO PLANIFICADO E PARA ANIMAIS DE RAÇAS PURAS COM APTIDÃO PARA CORTE, QUE AVALIADOS GENETICAMENTE OBTENHAM CLASSIFICAÇÃO SUPERIOR DENTRO DO GRUPO DE ANIMAIS SUBMETIDOS À SELEÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	268	04/05/1995	PADRÕES PARA CARNE BOVINA DE NOVILHO PRECOCE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	241	15/04/1995	ESTABELECE NORMAS PARA A FISCALIZAÇÃO DOS CURSOS DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA (CAVAG), QUE FOREM DELEGADOS OU HOMOLOGADOS PARA OUTROS ORGANISMOS OFICIAIS OU PRIVADOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	146	23/03/1995	A IMPORTAÇÃO DE GRÃOS SECOS DE MILHO DESTINADOS AO CONSUMO OU PROCESSAMENTO INDUSTRIAL DEVE ATENDER AOS SEGUINTES REQUISITOS QUARENTENÁRIOS
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	7	19/01/1995	DETERMINA QUE AS AMOSTRAS ENCAMINHADAS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAME DE A. I.E. ATRAVÉS DE PESSOAS JURÍDICAS, ESTEJAM OBRIGATORIAMENTE ACOMPANHADAS DA NOMEAÇÃO DE PORTADOR, EM ANEXO E DA NOTA FISCAL EMITIDA PELA EMPRESA COMO TRANSPORTADORA/PORTADORA DA AMOSTRA.
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	208	20/12/1994	APROVA AS "AS NORMAS DE CREDENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE LABORATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DAS MICOPLASMOSES AVIÁRIAS
SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	182	08/11/1994	APROVA AS “NORMAS DE CREDENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE LABORATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DA DOENÇA DE NEWCASTLE”
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	162	18/10/1994	APROVA NORMAS COMPLEMENTARES PARA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ZOOSSANITÁRIO DAS EXPOSIÇÕES, FEIRAS, LEILÕES E OUTRAS AGLOMERAÇÕES DE ANIMAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	196	23/09/1994	PROÍBE A COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO RECONSTITUÍDO, DURANTE QUATRO MESES POR ANO, COINCIDENTEMENTE COM O PERÍODO DE SAFRA, OBEDECENDO AS PECULIARIDADES DE CADA REGIÃO/ESTADO.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	193	19/09/1994	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE AVÍCOLA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA, ENVOLVENDO O DEPARTAMENTO DE DEFESA ANIMAL - DDA E DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DIPOA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	138	24/08/1994	NORMAS GERAIS PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA PRAGA CYDIA POMONELLA
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	170	18/08/1994	REGULAMENTO FORMAÇÃO DE RAÇA BOVINA GUZOLANDO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	167	03/08/1994	PIQ EMBALAGEM E APRESENTAÇÃO DO TRIGO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	93	30/05/1994	AS RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS APROVADAS PARA ROTULAGEM DEVERÃO ESTAR CONTIDAS NA BULA E NO RÓTULO DE EMBALAGEM UNITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	64	18/03/1994	APROVA AS INSTRUÇÕES ANEXAS A ESTA PORTARIA, QUE VERSAM SOBRE NORMAS DE PRODUÇÃO, CONTROLE E EMPREGO DE TUBERCULINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	74	07/03/1994	APROVA AS "NORMAS E PROCEDIMENTOS QUARENTENÁRIOS PARA 0 INTERCÂMBIO DE ORGANISMOS VIVOS PARA PESQUISA EM CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS, DOENÇAS, PLANTAS DANINHAS E OUTROS FINS CIENTÍFICOS".
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	70	03/03/1994	ALTERA A LISTA DE DOENÇAS SANITÁRIAS CONSTANTES DO ART. 61 DO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, APROVADO PELO DECRETO Nº 24.548, DE 03 DE JULHO DE 1934, PARA INCLUIR A DOENÇA DE NEWCASTLE, QUE ACOMETE AS AVES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	795	20/12/1993	APROVA AS NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, EMBALAGEM, MARCAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ÓLEO DE SOJA BRUTO, DO ÓLEO DE SOJA DEGOMADO E DO FARELO DE SOJA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	795	15/12/1993	APROVA AS NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, EMBALAGEM, MARCAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ÓLEO DE SOJA BRUTO, DO ÓLEO DE SOJA DEGOMADO E DO FARELO DE SOJA. (REDAÇÃO DADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 14 DE SETEMBRO DE 2006).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	704	09/12/1993	IMPORTAÇÃO DE AVES E OVOS FÉRTEIS DESTINADOS À REPRODUÇÃO EXIGÊNCIAS ZOOTÉCNICAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	184	30/11/1993	DECLARA INFESTADO PELA "VASSOURA-DE-BRUXA" E CONSEQUENTEMENTE INTERDITADO O ESTADO DA BAHIA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	182	24/11/1993	O CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS DE ENSINO E DE PESQUISA PARA DESENVOLVER PESQUISAS E ENSAIOS EXPERIMENTAIS COM AGROTÓXICOS, VISANDO A ELABORAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DE EFICIÊNCIA E PRATICABILIDADE AGRONÔMICA PARA FINS DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA, DEVERÁ SER SOLICITADO ATRAVÉS DE REQUERIMENTO DIRIGIDO AO COORDENADOR DE DEFESA SANITÁRIA VEGETAL ACOMPANHADO DOS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	603	10/11/1993	APROVA OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO PREPARADO LÍQUIDO PARA REFRIGERANTE OU REFRESCO E DA BEBIDA ALCOÓLICA COMPOSTA, QUE COM ESTA BAIXA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	502	16/09/1993	REGULAMENTO PARA FORMAÇÃO DA RAÇA BOVINA PAMPIANO BRAFORD.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	77	23/06/1993	CONCEDE O CRÉDITO RURAL PARA CUSTEIO DE LAVOURA (ARBÓREA E HERBÁCEA) SOMENTE A AGRICULTORES QUE TENHAM ELIMINADO TOTALMENTE OS RESTOS DA CULTURA DA SAFRA ANTERIOR, QUEIMA OU DESTRUIÇÃO E INCORPORAÇÃO DENTRO DOS SEGUINTES PRAZOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	150	30/04/1993	INSTITUI EQUIPES PERMANENTES DE SUPERVISÃO AOS ESTABELECIMENTOS EXPORTADORES DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, POR ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO, CONSTITUÍDAS DE MÉDICOS VETERINÁRIOS INSPETORES FEDERAIS, COM A FUNÇÃO DE AVALIAR AS CONDIÇÕES TÉCNICAS, DOS ESTABELECIMENTOS HABILITADOS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL, BEM COMO DAQUELES QUE MANIFESTAREM A INTENÇÃO DE SE HABILITAR A ESSE TIPO DE COMÉRCIO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	136	20/04/1993	A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E GRÃOS DE ERVILHA PARA PESQUISA E CONSUMO, RESPECTIVAMENTE, PODERÁ SER AUTORIZADA, DESDE QUE ATENDIDAS AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	108	17/03/1993	APROVA AS NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES E FEIRAS AGROPECUÁRIAS, LEILÕES DE ANIMAIS E PARA A FORMAÇÃO DE COLÉGIO DE JURADOS DAS ASSOCIAÇÕES ENCARREGADAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTRO GENEALÓGICO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	77	04/03/1993	OFICIALIZA REGRAS DE ANÁLISES DE SEMENTES
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	64	19/02/1993	APROVA A ANEXA NORMA DE IDENTIDADE, QUALIDADE, EMBALAGEM, MARCAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO TABACO ORIENTAL, DEVIDAMENTE ASSINADA PELO SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E PELO DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO E DEFESA VEGETAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	65	19/02/1993	APROVA AS ANEXAS NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, EMBALAGEM, MARCAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ALPISTE, DA ERVILHA, DA LENTILHA, DO GIRASSOL E DA MAMONA, DEVIDAMENTE ASSINADAS PELO SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E PELO DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO E DEFESA VEGETAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	6	26/01/1993	ESTABELECE A OBRIGATORIDADE DE APROVAÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, DAS ETIQUETAS, SELOS-LACRE E SINETES METÁLICOS A SEREM USADOS POR ESTABELECIMENTOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, MEDIANTE COMPROVAÇÃO DE QUE NÃO CAUSAM DANO À SAÚDE PÚBLICA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	5	13/01/1993	APROVA NORMAS TÉCNICAS PARA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUÍDEOS PARA REPRODUÇÃO, COMPETIÇÕES DE HIPISMO E PROVAS FUNCIONAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	242	17/09/1992	APROVA A ANEXA NORMA DE IDENTIDADE, QUALIDADE, ACONDICIONAMENTO, EMBALAGEM E APRESENTAÇÃO DO ALHO, BAIXADA PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA E PELO DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO E DEFESA VEGETAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	73	15/09/1992	CERTIFICADO ESPECIAL DE IDENTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DE BOVINOS DE CORTE DELTA G.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	148	14/07/1992	NORMAS E PROCEDIMENTOS QUARENTENÁRIOS DE INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DE SOLOS
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	159	23/06/1992	NORMAS PARA LICENCIAMENTO E RENOVAÇÃO DE LICENÇA ANTIMICROBIANOS DE USO VETERINÁRIO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	148	15/06/1992	APROVA AS NORMAS PARA IMPORTAÇÃO DE MATERIAL DESTINADO A PESQUISA CIENTÍFICA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	16	20/01/1992	PERMITE A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES E GRÃOS DE ERVILHA PARA PESQUISA E CONSUMO, RESPECTIVAMENTE, DESDE QUE ATENDIDAS AS SEGUINTES EXIGÊNCIAS QUARENTENÁRIAS:
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	102	11/11/1991	DELEGA COMPETÊNCIA AOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, NOS ESTADOS DE: BAHIA, CEARÁ, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, MINAS GERAIS, PARANÁ, PERNAMBUCO, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SÃO PAULO, SERGIPE, TOCANTINS E NO DISTRITO FEDERAL, PARA EXECUTAREM A FISCALIZAÇÃO DO COMERCIO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO NAS ÁREAS DE JURISDIÇÃO, OBSERVANDO O DISPOSTO NO DECRETO – LEI Nº 467, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969, E NO DECRETO SUPRA MENCIONADO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	108	04/09/1991	APROVA OS MÉTODOS ANALÍTICOS PARA O CONTROLE DE ALIMENTOS PARA USO ANIMAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	62	01/07/1991	INCLUI, NA TABELA Nº 1, ANEXA À PORTARIA Nº 01, DE 04 DE MARÇO DE 1983 DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - SEFIS, O SEGUINTE:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	13	25/02/1991	ALTERA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, OS LIMITES MÁXIMOS DE TOLERÂNCIA (% EM PESO) DO TOTAL DE QUEBRADOS E QUIRERA, DOS TIPOS 1, 2, 3, 4 E 5, ESTABELECIDOS NO ANEXO VI DA PORTARIA Nº 269, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1988, PUBLICADA NO DIÁRIO DA UNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1988, QUE PASSARÃO DE 8,00%, 15,00%, 25,00%, 35,00% E 45,00% PARA 10,00%, 20,00%, 30,00%, 40,00%, E 50,00%, RESPECTIVAMENTE, NO ARROZ BENEFICIADO, SUBGRUPO POLIDO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	304	20/12/1990	PIQ DO TRIGO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	45	10/12/1990	REQUISITOS PARA REGISTRO

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	36	01/11/1990	ESTABELECE QUE, PARA IMPORTAÇÃO DE BEBIDAS, VINAGRES E SUAS MATÉRIAS-PRIMAS SERÃO ADOTADOS, PARA COLETAS E DESTINAÇÃO DE AMOSTRAS, OS PROCEDIMENTOS CONSTANTES DAS NORMAS APROVADAS PELA "PORTARIA Nº 28, DE 17 DE JUNHO DE 1986, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE JUNHO, DE 1986," OBSERVADAS AS SEGUINTES ALTERAÇÕES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	1	21/02/1990	APROVA AS NORMAS GERAIS DE INSPEÇÃO DE OVOS E DERIVADOS, PROPOSTAS PELA DIVISÃO DE INSPEÇÃO DE CARNES E DERIVADOS - DICAR QUE SERÃO DIVULGADAS ATRAVÉS DE OFÍCIO-CIRCULAR DA SIPA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	90	22/01/1990	NORMAS PARA EMPREGO DE PRODUTOS PARASITÁRIOS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	662	22/11/1989	APROVA A NORMA ANEXA À PRESENTE PORTARIA, ASSINADA PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE NORMAS A PADRÕES, A SER OBSERVADA NA PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, EMBALAGEM E APRESENTAÇÃO DO FUMO EM CORDA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	612	05/10/1989	APROVA O NOVO SISTEMA NACIONAL DE TIPIFICAÇÃO DE CARCAÇAS BOVINAS
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	1	28/09/1989	APROVA AS NORMAS, EM ANEXO SOBRE EXIGÊNCIAS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE AMOSTRA DE SÊMEN, E O MODELO OFICIAL DO TERMO DE COLETA A SER UTILIZADO PELA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL DESTINADO À INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM ANIMAIS DOMÉSTICOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	75	27/09/1989	APROVA MODELO UTILIZADO DO ATESTADO V.I.1 EM ANEXO, A SER UTILIZADO NO PAÍS, PARA A EXPORTAÇÃO DE VINHOS, DE MOSTOS, SUCOS DE UVA E DEMAIS DERIVADOS DA UVA E DO VINHO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	9	26/09/1989	APROVA AS NORMAS DE PROCEDIMENTOS TÉCNICO OPERACIONAL, REFERENTE À EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROVAS ZOOTÉCNICAS EM OVINOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	61	07/09/1989	NORMAS DE CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE DE BATATA SEMENTE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	512	07/08/1989	PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA DA MAMONA PROIMA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	51	02/08/1989	REGISTRO PRODUTOS FITOSSANITÁRIO A BASE DE FEROMÔNIO
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	6	14/07/1989	RAÇA BOVINA SIMBRASIL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	469	10/07/1989	NORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CLASSIFICADORES, SOJA EM GRÃO, DO ÓLEO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	5	07/07/1989	PERMITE A IMPORTAÇÃO DE FÊMEAS PURAS POR CRUZAMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	224	07/04/1989	USO DE DERIVADOS DE CEREAIS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS DESTINADOS AO CONSUMO HUMANO NA ELABORAÇÃO DE PÃES
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	222	06/04/1989	VINCULA O PROGRAMA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO AO GM
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	4	03/03/1989	CRITÉRIOS DE NATUREZA ZOOGENÉTICA E DE FERTILIDADE PARA IMPORTAÇÃO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	13	01/03/1989	CONTROLE A VESPA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	109	24/02/1989	APROVA A ANEXA NORMA DE IDENTIDADE, QUALIDADE, APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM, DA CANJICA DE MILHO, DEVIDAMENTE ASSINADA PELO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS AUXILIARES DE COMERCIALIZAÇÃO E PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	15	23/02/1989	REVOGA OS SUBITENS 4 E 5.1 E AS ALÍNEAS 5.1.1 E 5.1.2, DO ITEM I - AMOSTRA FISCAL, DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA E DESTINAÇÃO DE AMOSTRAS DE BEBIDAS, VINAGRES E SUAS MATÉRIAS-PRIMAS, APROVADOS PELA PORTARIA Nº 28, DE 17 DE JUNHO DE 1986.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	9	13/01/1989	I - MODIFICA A SOMA E CORRELAÇÃO DOS COMPONENTES VOLÁTEIS NÃO ÁLCOOL DO DESTILADO ALCOÓLICO SIMPLES DE VINHO, APROVADA PELA PORTARIA Nº 370, DE 09 DE SETEMBRO DE 1974, CONFORME ANEXO I; II - MODIFICA OS ITENS 5.1 E 5.2 DA COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA O CONHAQUE, (COGNAC) APROVADA PELA PORTARIA Nº 371, DE 09 DE SETEMBRO DE 1974, CONFORME ANEXO II; III - MODIFICA OS ITENS 5.1 E 5.2 DA COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA GRASPA OU BAGACEIRA, APROVADA PELA PORTARIA Nº 371, DE 09 DE SETEMBRO DE 1974, CONFORME ANEXO III.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	270	17/11/1988	ALTERA OS GRUPOS DE VARIEDADES CONSTANTES DO ARTIGO 4º DAS NORMAS E PADRÕES DE QUALIDADE DA UVA PARA FINS INDUSTRIAIS, APROVADAS PELA PORTARIA MA Nº 1012, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1978.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	5	08/11/1988	APROVA A PADRONIZAÇÃO DOS CORTES DE CARNE BOVINA, PROPOSTA PELA DIVISÃO DE PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (DIPAC), QUE SERÁ DIVULGADA ATRAVÉS DE OFÍCIO CIRCULAR DA SIPA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	228	25/10/1988	APROVA AS INSTRUÇÕES REFERENTES AO CONTROLE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE VACINAS E SORO ANTI-RÁBICOS PARA USO VETERINÁRIO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	229	25/10/1988	APROVA OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO VINHO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	179	16/08/1988	PESO LÍQUIDO PARA TRANSPORTE DE SEMENTES DE GRANDES CULTURAS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	90	26/07/1988	MODELOS DE CARIMBOS OFICIAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	91	19/07/1988	APROVA OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO COOLER COM VINHO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	86	06/07/1988	DETERMINA A DESTRUIÇÃO TOTAL DOS RESTOS DA CULTURA DE ALGODÃO, IMEDIATAMENTE APÓS A COLHEITA, PELOS MÉTODOS DE ARRANQUIO COMPLETO, QUEIMA OU DESTRUIÇÃO E INCORPORAÇÃO DOS MESMOS NOS ESTADOS DE SP, PR, MT, MS, BA, GO, MG, AL, PE, PB, RN, CE, PI, E MA, DE ACORDO COM AS DATAS LIMITES ESPECIFICADAS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	85	28/06/1988	NORMAS RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO DE PEQUENOS E MÉDIOS MATADOUROS PARA ABASTECIMENTO LOCAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	118	06/06/1988	PIQ SUCO DE GOIABA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	81	27/04/1988	NORMAS DE INSPEÇÃO FITO SANITÁRIA PARA INTERCAMBIO TERRESTRE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PARA ARGENTINA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	84	25/04/1988	APROVA A NORMA REFERENTE À "COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO VINHO", QUE COM ESTA BAIXA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	80	20/04/1988	NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, EMBALAGEM E APRESENTAÇÃO DA RASPA DE MANDIOCA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	28	29/03/1988	NORMAS PARA CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISE DE SANIDADE DE SEMENTES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	61	24/03/1988	ESTABELECE PAUTA DE PRIORIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL, E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO PADRONIZADOS QUE SERÃO OBRIGATORIAMENTE CLASSIFICADOS EM CADA UNIDADE DA FEDERAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	38	15/03/1988	DETERMINA A DESTRUIÇÃO TOTAL DOS RESTOS DA CULTURA DE ALGODÃO, IMEDIATAMENTE APÓS A COLHEITA, PELOS MÉTODOS DE ARRANQUIO COMPLETO, QUEIMA OU DESTRUIÇÃO E INCORPORAÇÃO PROFUNDA DOS MESMOS NOS ESTADOS DE SP, PR, MT ,MS, BA, GO E MG, DE ACORDO COM AS DATAS LIMITES ABAIXO ESPECIFICADAS:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	266	02/12/1987	NORMAS PARA A FISCALIZAÇÃO DAS PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE SE DEDICAM À PRODUÇÃO E AO COMÉRCIOS DE OVOS DE BICCHO DA SEDA E DAS QUE SE DEDICAM À CRIAÇÃO DE LAGARTAS DESTINADAS À REPRODUÇÃO DE CASULOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	45	01/10/1987	APROVA AS NORMAS DE PROCEDIMENTOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, REFERENTE A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE PROVAS ZOOTÉCNICAS EM BOVINOS COM APTIDÃO PARA CORTE.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	7	20/07/1987	EXIGÊNCIAS E CRITÉRIOS ZOOGENÉTICOS A SEREM OBSERVADOS NA ADMISSÃO DE REPRODUTORES BOVINOS EM CENTRAIS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	3	18/03/1987	AUTORIZA AO SERVIÇO DE REGISTRO GENEALÓGICO DAS ASSOCIAÇÕES DELEGADAS DO MAPA, A INSCREVER NO HERD BOOK BRASILEIRO OS ANIMAIS GERADOS PELA BIOTECNOLOGIA DE TRANSFERÊNCIA DE EMBRIÕES, PRODUTOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, SEM APRESENTAÇÃO DE TESTE DE TIPAGEM SANGUÍNEA DO GENITOR, DESDE QUE, O REPRODUTOR TENHA MORRIDO ANTERIORMENTE A 31 DE DEZEMBRO DE 1983 E O SÊMEN TENHA SIDO INDUSTRIALIZADO DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES, RESSALVADO O CUMPRIMENTO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES QUE DISCIPLINAM O REGISTRO GENEALÓGICO

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	76	27/11/1986	APROVA OS MÉTODOS ANALÍTICOS, EM ANEXO, QUE PASSAM A CONSTITUIR PADRÕES OFICIAIS PARA ANÁLISE DE BEBIDAS E VINAGRES, NA FORMA ESTABELECIDA PELO DECRETO Nº 73.267, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1973.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	415	22/10/1986	É OBRIGATÓRIA A PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, DE EFEITOS EXTERNOS, DECORRENTES DAS ATIVIDADES DE INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS DIVERSOS INSUMOS AGROPECUÁRIOS DA ÁREA DE COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, TAIS COMO, CONCESSÃO OU DE NEGAÇÃO DE REGISTROS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES, IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES RESULTANTES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FINDOS, UMA VEZ ESGOTADOS TODOS OS PRAZOS PARA POSSÍVEIS RECURSOS E OUTROS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO FEDERAL PERTINENTE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	69	25/09/1986	APROVA MÉTODOS ANALÍTICOS, EM ANEXO, QUE PASSAM A CONSTITUIR PADRÕES OFICIAIS PARA ANÁLISE DE BEBIDAS E VINAGRES, NA FORMA ESTABELECIDA PELO DECRETO Nº 73.267, DE 06 DEZEMBRO DE 1973.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	28	17/06/1986	APROVA A ANEXA INSTRUÇÃO NORMATIVA PARA COLETA E DESTINAÇÃO DE AMOSTRAS DE BEBIDAS, VINAGRES E SUAS MATÉRIAS-PRIMAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	269	16/06/1986	ALTERA PERCENTUAIS DOS ÍNDICES DE UMIDADE PARA ARROZ EM CASA DO ITEM 4.5 DA PORTARIA Nº 205, PUBLICADA NO DOU DE 11/11/1981).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	270	16/06/1986	APROVA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA O ESTADO DO PARANÁ, LIMITES MÁXIMOS DE TOLERÂNCIA DE DEFEITOS/TIPOS DE PRODUTO PARA FEIJÃO DA SAFRA 1985/1986.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	7	29/05/1986	NORMAS PARA O REGISTRO GENEALÓGICO DE PRODUTO OBTIDO PELA TÉCNICA DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DE BOVÍDEOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	191	06/05/1986	PROÍBE A FABRICAÇÃO, A IMPORTAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO À BASE DE ORGANOCLORADOS, PRINCIPALMENTE, DDT, LINDANE, E HCH TOTAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	166	11/04/1986	PRORROGA A VIGÊNCIA DA PORTARIA Nº 53, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1983, QUE ESTENDE AO TRITRICALE (X. TRITICOSECALE WITTMACK) OS PARÂMETROS DE CLASSIFICAÇÃO DO TRIGO-GRÃO E FARINHA, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	62	07/02/1986	PROÍBE, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, A IMPORTAÇÃO DE SEMENTES DE ERVILHA (PISUM SATIVUM,L).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	51	06/02/1986	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DE RESÍDUOS BIOLÓGICOS EM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - PNCRB.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	18	23/01/1986	INTERDITA AS ÁREAS PLANTADAS COM MAMOEIRO, NOS MUNICÍPIOS DE ALCOBAÇA, CARAVELAS, IBIPORÁ, MEDEIROS NETO, MUCURÍ, NOVA VIÇOSA, SANTA CRUZ DE CABRALIA, TEIXEIRA DE FREITAS, PORTO SEGURO E DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, ONDE HAJA OCORRÊNCIA E SUSPEITA DE OCORRÊNCIA DA VIROSE "MOSAICO"; AFETANDO A CULTURA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	16	30/12/1985	NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO RECONSTITUÍDO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	4	26/09/1985	DETERMINAÇÃO DE DIETILENOGLICOL EM VINHOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	6	02/08/1985	NORMAS HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E TECNOLÓGICAS PARA MEL, CERA DE ABELHAS E DERIVADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	6	25/07/1985	APROVA AS NORMAS HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E TECNOLÓGICAS PARA MEL, CERA DE ABELHAS E DERIVADOS, PROPOSTAS PELA DIVISÃO DE INSPEÇÃO DE LEITE E DERIVADOS, DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTO ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	38	21/06/1985	ESTABELECE QUE AS UNIDADES DE AMOSTRA DE BEBIDAS E VINAGRE, DESTINADAS DO LABORATÓRIO OFICIAL PARA EXECUÇÃO DE ANÁLISE FISCAL DEVERÃO CONTER POR RAZÕES DE ORDEM TÉCNICA, VOLUMES DE 1.500 MILILITROS, INDEPENDENTES DA CAPACIDADE DE EMBALAGEM.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	3	27/12/1984	CONCEDE A TOLERÂNCIA DE 10% DA GARANTIA MÍNIMA DO FERTILIZANTE TERMOFOSFATO MAGNESIANO GROSSO, EM PENEIRA ABNT Nº 20 (0,84MM), DE QUE TRATA A PORTARIA Nº 001, DE 22 DE MAIO DE 1984, DO SECRETÁRIO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	330	27/11/1984	ALTERA O ART. 7º DA PORTARIA Nº 1.012, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1978, REFERENTE AO TRANSPORTE DA UVA PARA FINS INDUSTRIAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	268	22/08/1984	APROVA AS PRESENTES NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM DO SORGO NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, DEVIDAMENTE ASSINADAS PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	5	20/07/1984	ALTERA A PORTARIA Nº 003, DE 5/9/1983
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	2	16/07/1984	APROVA E OFICIALIZA O "MANUAL DE SERVIÇO DA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO COMÉRCIO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS, INOCULANTES, ESTIMULANTES OU BIOFERTILIZANTES", ELABORADO PELA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CORRETIVOS E FERTILIZANTES, DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA, DA SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA – DICOF/SEFIS/SNAD
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	199	27/06/1984	PROÍBE A IMPORTAÇÃO, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, DE SEMENTES DE LEGUMINOSAS DAS ESPÉCIES, CULTIVARES OU VARIEDADES PERTENCENTES AOS GÊNEROS CALOPOGONIUM (CALOPOGONIO), CANAVALIA (CANAVALIA), CENTROSEMA (CENTROSEMA), CROTALARIA (CROTALARIA), GLYCINE (SOJA), LEUCAENA (LEUCENA), MACROPTILIUM (SIRATRO), MACROTILOMA OU DOLICHOS (LABLAB), NEONOTONIA (SOJA PERENE), PACHYRHIZUS (FEIJÃO INHAME, JICAMA), PUERARIA (PUERARIA, KUDZU), STILOZANTHES(STILOZANTES), VICIA (FAVA, FEIJÃO FAVA), E VIGNA (FEIJÃO LIMA, CAUPI,FEIJÃO AZUKI, FEIJÃO ASPARGO), QUANDO PROCEDENTES DOS SEGUINTES PAISES:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	8	26/06/1984	NORMAS TÉCNICAS E HIGIÊNICO-SANITÁRIAS PARA O LEITE TIPO B.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	187	07/06/1984	APROVA AS NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, EMBALAGEM E APRESENTAÇÃO DA FIBRA DE RAMI, DESTINADAS À COMERCIALIZAÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	170	28/05/1984	ESTABELECE, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, OS PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE MACIEIRA - MALUS SPP.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	173	28/05/1984	ESTABELECE PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA A PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE PESSEGUEIRO - PRUNUS PERSICA, BATACH
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	174	28/05/1984	ESTABELECE, PARA TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE VIDEIRA - VITIS SPP.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	124	13/04/1984	APROVA O MODELO DE "GUIA DE LIVRE TRÂNSITO", EM ANEXO, EM SUBSTITUIÇÃO AO MODELO DE GUIA APROVADO PELA PORTARIA Nº 46, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1981.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	122	12/04/1984	PRORROGA A VIGÊNCIA DA PORTARIA Nº 71, DE 10 DE MARÇO DE 1983, QUE APROVOU AS NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM DA FIBRA BENEFICIADA DE SISAL OU AGAVE E SEUS RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	18	25/01/1984	ESTABELECE, PARA TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, OS PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE DE SEMENTES FLORESTAIS, DAS ESPÉCIES PINUS, EUCALYPTUS, ACACIA, MIMOSA E ARAUCARIA ESPECIFICADAS NA NORMA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	249	03/11/1983	PRORROGA A VIGÊNCIA DA PORTARIA Nº 71 DE 10 DE MARÇO DE 1983, QUE APROVOU AS NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM DA FIBRA BENEFICIADA DE SISAL OU AGAVE E SEUS RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 1984.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	3	05/09/1983	APROVA O MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA, ELABORADO PELA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS - DISAG, DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - SEFIS, E RECOMENDADO PELA COMISSÃO ESPECIAL PARA ASSUNTOS DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	71	18/03/1983	APROVA AS PRESENTES NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM DA FIBRA BENEFICIADA DE SISAL OU AGAVE E SEUS RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO

				ANEXO, DEVIDAMENTE ASSINADAS PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	5	07/03/1983	APROVA, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS EXIGÊNCIAS JÁ EM VIGOR, OS CRITÉRIOS DE INSPEÇÃO DO LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS, A SEREM ADOTADOS NOS ESTABELECIMENTOS DE LATICÍNIOS REGISTRADOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL/SIPA – MA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	53	23/02/1983	ESTENDE AO TRITICALE (X TRITICOSECALE) OS PARÂMETROS DE CLASSIFICAÇÃO DO TRIGO-GRÃO E FARINHA, CONFORME QUADRO EM ANEXO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	6	16/02/1983	ANEMIA INFECCIOSA EQUINA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	16	21/01/1983	COMPLEMENTA AS NORMAS DO DECRETO 86.765
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	271	06/10/1982	INSTITUI, EM ÂMBITO NACIONAL, O SISTEMA BRASILEIRO DE REGISTRO DE CULTIVARES, QUE FUNCIONARÁ SOB A COORDENAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – SNAP / MA, CONFORME ORGANOGRAMA EM ANEXO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	31	01/09/1982	VENDA CONTROLADA DE DODECACLORO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	171	22/06/1982	APROVA O PADRÃO NACIONAL DE SEMENTES DE GRAMÍNEAS E LEGUMINOSAS FORRAGEIRAS, TROPICAIS E SUBTROPICAIS, ANEXO À PRESENTE PORTARIA, ASSINADO PELO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA COMISSÃO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS – CONASEM, A SER OBSERVADO NA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	149	08/06/1982	APROVA AS PRESENTES NORMAS DE IDENTIDADE, QUALIDADE, APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM DA FIBRA DE JUTA, NOS TERMOS DO DOCUMENTO ANEXO, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE NORMAS E PADRÕES E PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	150	08/06/1982	APROVA AS PRESENTES NORMAS DE IDENTIDADE, APRESENTAÇÃO E EMBALAGEM DA FIBRA DE MALVA, NOS TERMOS DO DOCUMENTO ANEXO, DEVIDAMENTE ASSINADO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE NORMAS E PADRÕES E PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	31	08/06/1982	APROVA OS MÉTODOS ANALÍTICOS, EM ANEXO, QUE PASSAM A CONSTITUIR MÉTODOS PADRÕES, OFICIAIS, PARA ANÁLISE DE CORRETIVOS, FERTILIZANTES E INOCULANTES SUJEITOS A INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ACIMA REFERIDA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	11	29/04/1982	REGISTRO PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	88	07/04/1982	PROÍBE A IMPORTAÇÃO DE VEGETAIS OU SUAS PARTES DE REPRODUÇÃO AGÂMICA DOS GÊNEROS EUCALYPTUS E PINUS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	69	16/03/1982	RETIFICA OS ITENS I E II DA PORTARIA Nº 16 DE 19.01.82, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE JANEIRO DE 1982, O TÍTULO E O ITEM 11.3 DA NORMA QUE ACOMPANHA A REFERIDA PORTARIA, QUE PASSARÃO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	70	16/03/1982	APROVA AS NORMAS ANEXAS À PRESENTE PORTARIA, ASSINADAS PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE NORMAS E PADRÕES E PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO, A SEREM OBSERVADAS NA PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO GUARANÁ.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	16	19/01/1982	APROVA AS NORMAS ANEXAS À PRESENTE PORTARIA, ASSINADAS PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE NORMAS E PADRÕES E PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO, A SEREM OBSERVADAS NA PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, APRESENTAÇÃO, EMBALAGEM E COMERCIALIZAÇÃO DO TABACO EM FOLHA BENEFICIADO, PARA CIGARROS E DESFIADOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	178	21/07/1981	INSTITUI, EM ÂMBITO NACIONAL, O SISTEMA BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO E RECOMENDAÇÃO DE CULTIVARES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	159	22/06/1981	APROVA AS NORMAS E PADRÕES ANEXOS À PRESENTE PORTARIA, ASSINADA PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO TÉCNICA DE NORMAS E PADRÕES E PELO SECRETÁRIO NACIONAL DE ABASTECIMENTO, A SEREM OBSERVADAS NA IDENTIDADE, APRESENTAÇÃO, QUALIDADE E CLASSIFICAÇÃO DO CRAVO-DA-ÍNDIA PARA FINS DE COMERCIALIZAÇÃO.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	138	25/05/1981	EXIGE QUE O CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO, EMITIDO PELO ÓRGÃO OFICIAL DO PAIS EXPORTADOR, E QUE ACOMPANHA QUALQUER IMPORTAÇÃO DE VEGETAL OU PARTE DE VEGETAL, DO GÊNERO ALLIUM, QUANDO DESTINADAS A MULTIPLICAÇÃO, CONTENHA UMA DECLARAÇÃO ADICIONAL" DE QUE O PRODUTO ESTA ISENTO DO NEMATÓIDE DYTILENCHUS DIPSACI.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	114	30/04/1981	APROVA OS PADRÕES DE IDENTIDADE E DE QUALIDADE DA BEBIDA ALCOÓLICA DE GENGIBRE, EM ANEXO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	46	06/02/1981	TRÂNSITO DE MERCADORIAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	383	17/12/1980	ABACATEIRO PERSEA AMERICANA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	384	17/12/1980	ABACAXI ANANÁS COMOSUS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	386	17/12/1980	BANANA MUSA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	389	17/12/1980	PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE PIMENTEIRA-DO-REINO - PIPER NIGRUN, L
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	392	17/12/1980	MUDAS NOGUEIRA PECÃ
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	393	17/12/1980	PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA A PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE NESPEREIRA - ERIOBOTRYA JAPONICA, LINDE
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	394	17/12/1980	PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE MANGUEIRA - MANGIFERA INDICA, L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	396	17/12/1980	PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE GUARANAZEIRO - PAULLINIA CUPANIA, VAR. SORBILIS (MART), DUCKE.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	397	17/12/1980	PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE GOIABEIRA - PSIDIUM GUAYAVA, L.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	400	17/12/1980	PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE CAJUEIRO - ANACARDIUM OCCIDENTALE, LINN
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	401	17/12/1980	PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DA CASTANHA-DO-BRASIL - BERTHOLLLETIA EXCELSA, H.B.K.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	404	17/12/1980	PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE PARA PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMERCIALIZAÇÃO DE MUDAS DE DENDEZEIRO - ELAEIS GUINEENSIS, JACQ.:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	110	30/04/1980	APROVA A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA APERITIVOS, A COMPLEMENTAÇÃO DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AMARGOS E OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA BATIDA, EM ANEXO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	5	25/04/1980	NORMAS PARA PRODUÇÃO E BENEFICIAMENTO DE LEITE PASTEURIZADO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	17	15/04/1980	INSTRUÇÕES TÉCNICO-NORMATIVAS PARA IMPORTAÇÃO DE EQUINOS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	20	01/04/1980	CRIA O "GRUPO ESTADUAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS - GEDA", NO ESTADO DE PERNAMBUCO, COM SEDE EM RECIFE.
SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)	PORTARIA	2	01/03/1980	INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS PARA O MEIO RURAL.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	9	20/02/1980	CONTROLE DE FERTILIDADE BOVINOS IMPORTADOS OU DESTINADOS ÀS FEIRAS OU EXPOSIÇÕES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	21	16/01/1980	EMBALAGEM DO PÊSSEGO PARA INDÚSTRIA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	505	13/06/1979	ALTERA AS REGRAS PARA ANÁLISE DE SEMENTES
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	389	14/05/1979	APROVA NORMAS DE QUALIDADE PARA COMERCIALIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA CEVADA DESTINADA A FINS INDUSTRIAIS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	288	13/03/1979	NORMAS E INSTRUÇÕES PARA IMPORTAÇÃO DE SEMENTES EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	168	06/03/1979	COLETA DE AMOSTRAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	46	12/02/1979	PADRÕES MÍNIMOS DE PUREZA E GERMINAÇÃO DE SEMENTES OLERÍCOLAS.

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	54	06/02/1979	FIXA CRITÉRIOS E ATRIBUIÇÕES PARA A FISCALIZAÇÃO DA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA, DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, QUE MANIPULA, ACONDICIONA, ARMAZENA, TRANSPORTA OU COMERCIA SEMENTES E/OU MUDAS, A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 81.771, DE 07 DE JUNHO DE 1978.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	47	22/01/1979	SEMENTES NOCIVAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	296	14/04/1978	INTERDITA OS MUNICÍPIOS DE ATIBAIA E SOCORRO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, E OS DE CAMBUÍ E ESTIVA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR MOTIVO DE OCORRÊNCIA DA BACTÉRIA XANTHOMONAS FRAGARIAE, QUE INFESTA AS CULTURAS DE MORANGUEIRO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	4	03/01/1978	NORMAS HIGIÊNICO-SANITÁRIAS E TECNOLÓGICAS PARA LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	51	19/12/1977	APROVA OS MODELOS DE CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA, A SEGUIR INDICADOS, ANEXOS Á PRESENTE PORTARIA, A SEREM UTILIZADOS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, NO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS VIVOS, OVOS FÉRTEIS E PRODUTOS ANIMAIS PARA FINS INDUSTRIAIS:
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	24	28/11/1977	REGULAMENTA O CREDENCIAMENTO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS SEM VINCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	123	06/04/1977	PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO INTERNA DA LARANJA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	9	28/03/1977	REGULAMENTO DAS ESTAÇÕES PARA TESTE DE REPRODUTORES SUÍNOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	2	09/02/1977	APROVA AS NORMAS SOBRE AS CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS MÍNIMAS NECESSÁRIAS PARA A APROVAÇÃO DOS NOVOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL OU REFORMA DOS EXISTENTES DE ACORDO COM A NATUREZA E CAPACIDADE DE PRODUÇÃO, QUE NÃO SE DEDIQUEM AO COMÉRCIO INTERESTADUAL OU INTERNACIONAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	846	08/11/1976	APROVA AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARA A PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO INTERNA DA CASTANHA DO BRASIL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	271	26/04/1976	APROVA AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO, PARA A PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO INTERNA DO ÓLEO DE MENTA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	126	06/04/1976	PROFILAXIA DA RAIVA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	880	28/11/1975	APROVA OS PADRÕES E AS COMPLEMENTAÇÕES DOS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA AMARGO, APERITIVO, AGUARDENTE COMPOSTA, AGUARDENTE DE CEREAIS, BATIDA, BEBIDA ALCOÓLICA MISTA, ALCOÓLICA JURUBEBA E LICOR, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES ANEXAS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	813	19/11/1975	APROVA AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARA A PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO INTERNA DO TRIGO SARRACENO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	644	11/09/1975	APROVA AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARA PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO INTERNA DA AMÊNDOA E CASTANHA DE CAJU.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	240	02/05/1975	APROVA AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARA A PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO INTERNA DO PÓ CERÍFERO DE CARNAÚBA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	211	22/04/1975	APROVA AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARA A PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO INTERNA DO SISAL BRUTO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	191	14/04/1975	APROVA AS ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO PARA A PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO INTERNA DE AVEIA, CENTEIO E CEVADA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	571	20/12/1974	CRITÉRIOS PARA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE SANITÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS, BEBIDAS VINAGRES E DEMAIS PRODUTOS REFERIDOS NO DECRETO 73.267/1973
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	370	09/09/1974	SOMA E CORRELAÇÃO DOS COMPONENTES VOLÁTEIS NÃO ÁLCOOL DO DESTILADO ALCOÓLICO SIMPLES DE VINHO (ALTERADA PELA PORTARIA MAA Nº 09, DE 13 DE JANEIRO DE 1983).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	4	10/07/1974	REGULAMENTO DO STUD BOOK BRASILEIRO (CRIADORES DE CAVALO DE CORRIDA).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	71	18/03/1974	INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES AO DIAGNÓSTICO E CONTROLE DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE).
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	56	05/03/1974	NORMAS DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO GERAL DAS ENTIDADES QUE SE DEDICAM AOS SERVIÇOS DE REGISTRO GENEALÓGICO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	11	30/01/1974	NORMAS PARA REGISTRO DOS ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, PREPARAÇÃO, MANIPULAÇÃO, BENEFICIAMENTO E ACONDICIONAMENTO DE BEBIDAS NACIONAIS E IMPORTADAS DE BEBIDAS ESTRANGEIRAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	373	27/12/1973	INSTRUÇÕES PARA A CERTIFICAÇÃO DA BATATA-SEMENTE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	26	03/12/1973	ESTABELECE A NOMENCLATURA PARA LEITES ESTERILIZADOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	1	25/06/1973	APROVA NORMAS DE EXTERIOR DE SUÍNOS PARA EFEITO DE REGISTRO GENEALÓGICO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	467	22/12/1972	PERMISSÃO DA FABRICAÇÃO DOS PÓS INSETICIDAS À BASE DE PARATHION
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	28	25/07/1972	PROGRAMA DE LIMITAÇÃO DE ABATE DE GADO BOVINO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	8	12/01/1972	DECLARA INTERDITADOS MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DO MATO GROSSO E PARANÁ, POR OCORRÊNCIA DE CANCRO CÍTRICO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	356	15/10/1971	PROÍBE A FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PESTICIDAS CLORADOS À BASE DE DDT E BHC PARA COMBATER ECTOPARASITOS DE ANIMAIS DOMÉSTICOS
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	357	15/10/1971	PROÍBE O USO DE INSETICIDAS CLORADOS EM TRATAMENTOS DE CONTROLE DE PRAGAS EM PASTAGENS NATURAIS OU ARTIFICIAIS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	327	10/08/1970	PROÍBE A ENTRADA E TRÂNSITO POR VIA POSTAL DE PRODUTOS PARA MULTIPLICAÇÃO ANIMAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	PORTARIA	15	07/07/1970	A CLASSIFICAÇÃO E A INSPEÇÃO DE OVOS PARA O COMÉRCIO INTERESTADUAL SOMENTE PODERÃO SER REALIZADAS EM ENTREPOSTOS REGISTRADOS OU EM GRANJAS RELACIONADAS NO ÓRGÃO COMPETENTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	9	08/01/1970	APROVA NORMAS REGULADORAS DA ACEITAÇÃO, PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PARA FINS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, DE ATESTADOS ZOOSSANITÁRIOS FIRMADOS POR MÉDICOS VETERINÁRIOS SEM VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	952	09/12/1964	AUXÍLIO AOS CRIADORES PELA CONSTRUÇÃO BANHEIROS CARRAPACIDAS
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	111	19/03/1963	APROVA AS INSTRUÇÕES QUE REGEM NORMAS ADMINISTRATIVAS ZOOTÉCNICA E SANITÁRIA A SEREM ADOTADAS NA IMPORTAÇÃO DE ZEBUÍNOS, BUBALINOS E OUTROS ANIMAIS DOMÉSTICOS PROVENIENTES DOS CONTINENTES ASIÁTICOS E AFRICANO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	120	19/03/1963	FÓRMULAS INSETICIDAS DESTINADAS AO POLVILHAMENTO DA LAVOURA DEVERÃO SER REGISTRADAS QUANDO OBSERVAREM AS SEGUINTES CONCENTRAÇÕES...
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA	13	19/09/1962	INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES NACIONAIS DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	226	05/04/1962	TABELA DE TOLERÂNCIAS MÁXIMAS PARA EXAMES FITOSSANITÁRIOS NO DESEMBARAÇO ALFANDEGÁRIO DE BATATA IMPORTADA PARA PLANTIO E ALIMENTAÇÃO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	675	20/06/1961	NORMAS TÉCNICAS PARA A EXECUÇÃO DE EXPURGO OU RE-EXPURGO DE VEGETAIS E PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL EM PORÕES DE NAVIOS E OUTROS AMBIENTES QUE NÃO TENHAM ESSA FINALIDADE ESPECÍFICA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	170	13/02/1960	ENFARDAMENTO DE ALGODÃO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	1.236	14/12/1957	O REQUERENTE DE AUTORIZAÇÃO DE LAVRA DE AGUA MINERAL OU POTÁVEL DE MESA QUE PRETENDER UTILIZAR A AGUA ENGARRAFADA PARA CONSUMO DEVE APRESENTAR JUNTO COM O PLANO DE BOM APROVEITAMENTO DA FONTE CROQUIS DO RÓTULO
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	665	20/07/1955	PROIBIÇÃO DE BENEFICIAMENTO DE LARANJAS E OUTROS FRUTOS DESTINADOS OU NÃO À EXPORTAÇÃO O EMPREGO DA TIURÉIA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	S/N	19/11/1934	REVÊ E CODIFICA AS PORTARIAS REFERENTES À IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TRÂNSITO INTERNO DE VEGETAIS E PARTES DE VEGETAIS, E BAIXA OUTRAS MEDIDAS COMPLEMENTARES
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA	450	06/10/1905	PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE DO VINHO E DERIVADOS DA UVA E DO VINHO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA CONJUNTA	86	26/07/1991	CONSTITUI A COMISSÃO TÉCNICA DE ASSESSORAMENTO PARA AGROTÓXICOS.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1.426	01/07/2008	PROÍBE, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, O TRATAMENTO DA LEISHMANIOSE VISCERAL EM CÃES INFECTADOS OU DOENTES, COM PRODUTOS DE USO HUMANO OU PRODUTOS NÃO-REGISTRADOS NO MAPA.

SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA INTERMINISTERIAL	231	28/06/2017	INSTITUI O GRUPO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO PARA ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO E REALIZAR MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DO JAVALI (SUS SCROFA) NO BRASIL - PLANO JAVALI.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	PORTARIA INTERMINISTERIAL	232	28/06/2017	APROVA O OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO DO JAVALI (SUS SCROFA) NO BRASIL - PLANO JAVALI.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA INTERMINISTERIAL	233	08/09/1998	REDUZ PARA R$ 1,20 (UM REAL E VINTE CENTAVOS) POR TONELADA OU FRAÇÃO, O VALOR DA TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DO MALTE CERVEJEIRO, DE QUE TRATA A PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 531, DE 13 DE OUTUBRO DE 1994.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA INTERMINISTERIAL	290	18/04/1996	DETERMINA AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DOS MINISTÉRIOS SOB CUJA RESPONSABILIDADE OU ORIENTAÇÃO SE REALIZEM PESQUISAS NA ÁREA DE FITOSSANIDADE, QUE A DETECÇÃO OU CARACTERIZAÇÃO DE QUALQUER PRAGA, FUNGO OU BACTÉRIA...ATÉ ENTÃO CONSIDERADA INEXISTENTE NO TERRITÓRIO NACIONAL DEVE SER NOTIFICADA SUA OCORRÊNCIA À SDA, ANTES DE QUALQUER DIVULGAÇÃO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	PORTARIA INTERMINISTERIAL	531	13/10/1994	FIXA OS VALORES DAS TAXAS DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1	26/11/1983	APROVA INSTRUÇÕES PARA AUTORIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES DE ENSINO HOMOLOGAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PILOTO AGRÍCOLA
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	1	09/01/2020	DECLARA COMO ÁREA SOB QUARENTENA PARA A PRAGA QUARENTENÁRIA PRESENTE BACTROCERA CARAMBOLAE (MOSCA-DA-CARAMBOLA), NO ESTADO DE RORAIMA, AS LOCALIDADES ABAIXO
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	3	12/09/2019	RECONHECE O ESTADO DE MINAS GERAIS COMO ÁREA SEM OCORRÊNCIA DE CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI), EXCETO OS MUNICÍPIOS DE CARNEIRINHO, FRUTAL E PLANURA. RECONHECE OS MUNICÍPIOS DE CARNEIRINHO, FRUTAL E PLANURA, DO ESTADO DE MINAS GERAIS, COMO ÁREA SOB SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (SMR) PARA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	2	16/07/2019	RECONHECE O ESTADO DE GOIÁS COMO ÁREA SEM OCORRÊNCIA PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI), COM EXCEÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE ITAJÁ, JATAÍ E LAGOA SANTA. RECONHECE, NO ESTADO DE GOIÁS, A ÁREA SOB ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO NOS MUNICÍPIOS DE ITAJÁ, JATAÍ E LAGOA SANTA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	7	13/06/2019	APROVA O PLANO DE TRABALHO PARA EXPORTAÇÃO DE MAÇÃS DOS ESTADOS UNIDOS PARA O BRASIL SOB UM SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO PARA MOSCA DA MAÇÃ (RHAGOLETIS POMONELLA).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	4	29/03/2019	DECLARA COMO ÁREA SOB QUARENTENA PARA A PRAGA QUARENTENÁRIA PRESENTE BACTROCERA CARAMBOLAE (MOSCA-DA-CARAMBOLA), NO ESTADO DO PARÁ. DECLARA COMO ZONA TAMPÃO PARA A PRAGA QUARENTENÁRIA PRESENTE BACTROCERA CARAMBOLAE (MOSCA-DA-CARAMBOLA), NO ESTADO DO PARÁ. DECLARA COMO ÁREA SEM DETECÇÃO PARA A PRAGA QUARENTENÁRIA PRESENTE BACTROCERA CARAMBOLAE (MOSCA-DA-CARAMBOLA), NO ESTADO DO PARÁ.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	1	20/03/2019	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 4, DE 28 DE JUNHO DE 2000
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	2	13/03/2019	TORNA SEM EFEITO A RESOLUÇÃO Nº 01, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	5	31/10/2018	DECLARA O ESTADO DO AMAPÁ COMO ÁREA SOB QUARENTENA PARA A PRAGA QUARENTENÁRIA PRESENTE BACTROCERA CARAMBOLAE (MOSCA-DA-CARAMBOLA).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	7	24/08/2018	REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 09, DE 22 DE MAIO DE 2003.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	8	19/06/2018	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 04, DE 04 DE OUTUBRO DE 2011.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	5	04/06/2018	ALTERA O ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 2, DE 9 DE AGOSTO DE 2011 - SISTEMA DE ASPERSÃO NO PROCESSO DE RESFRIAMENTO DAS MEIAS-CARCAÇAS.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	2	15/03/2018	RECONHECE A UTILIZAÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO A 200 PPM NA HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS PLÁSTICAS RETORNÁVEIS EMPREGADAS NO TRÂNSITO INTERESTADUAL

				DE FRUTOS CÍTRICOS, VISANDO A MITIGAÇÃO DO RISCO FITOSSANITÁRIO DA PRAGA DENOMINADA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	3	15/03/2018	RECONHECE O ESTADO DE SÃO PAULO COMO ÁREA SOB SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (SMR) PARA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	2	04/01/2018	RECONHECE O ESTADO DE RONDÔNIA COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	1	02/01/2018	RECONHECE O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	6	26/12/2017	APROVA O PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCO ASSOCIADO À PRAGA PLUM POX VIRUS NA EXPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS DE AMEIXA (PRUNUS DOMESTICA), DAMASCO (PRUNUS ARMENIACA), NECTARINA (PRUNUS PERSICA VAR. NUCIFERA) E PÊSSEGO (PRUNUS PERSICA) DO CHILE PARA O BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	5	07/12/2017	APROVA O PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCO ASSOCIADO À PRAGA MYCOSPHAERELLA FIJIENSIS NA EXPORTAÇÃO DE FRUTOS DE BANANA (MUSA ACUMINATA) DO EQUADOR PARA O BRASIL
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	18	07/12/2017	RECONHECE O ESTADO DO PARANÁ COMO ÁREA SOB SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (SMR) PARA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	19	07/12/2017	RECONHECE O ESTADO DA PARAÍBA COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	17	28/09/2017	RECONHECE O ESTADO DA PERNAMBUCO COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	16	20/09/2017	RECONHECE O ESTADO DA SERGIPE COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	14	11/09/2017	RECONHECE O DISTRITO FEDERAL COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	15	11/09/2017	RECONHECE O ESTADO DO AMAZONAS COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI)
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	13	25/08/2017	RECONHECE O ESTADO DO CEARÁ COMO "ÁREA SOB ERRADICAÇÃO OU SUPRESSÃO PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	12	16/05/2017	RECONHECE O ESTADO DE SANTA CATARINA COMO ÁREA SOB SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (SMR) PARA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP.CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	4	05/05/2017	APROVA O PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCO ASSOCIADO À PRAGA XANTHOMONAS CITRI PV. CITRI NA EXPORTAÇÃO DE FRUTOS FRESCOS DE CITRUS (CITRUS SPP.) DA ARGENTINA PARA O BRASIL
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	11	04/04/2017	RECONHECE O ESTADO RIO GRANDE DO SUL COMO ÁREA SOB SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (SMR) PARA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	10	30/03/2017	RECONHECE O ESTADO DA BAHIA COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	9	28/03/2017	RECONHECE O ESTADO DE TOCANTINS COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	6	27/03/2017	RECONHECE OS MUNICÍPIOS DE ALENQUER, BELTERRA, MOJUÍ DOS CAMPOS, MONTE ALEGRE, PRAINHA E SANTARÉM, DO ESTADO DO PARÁ, COMO ÁREA LIVRE DE CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	8	27/03/2017	RECONHECE O ESTADO DE RORAIMA COMO ÁREA SOB ERRADICAÇÃO OU SUPRESSÃO PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	3	22/03/2017	RECONHECE O ESTADO DE MATO GROSSO COMO ÁREA SOB SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (SMR) PARA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).

SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	4	22/03/2017	RECONHECE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMO ÁREA COM PRAGA AUSENTE PARA O CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	5	22/03/2017	RECONHECE O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMO ÁREA SOB SISTEMA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (SMR) PARA CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	1	07/03/2017	RECONHECE OS MUNICÍPIOS DE OURÉM, IRITUIA, GARRAFÃO DO NORTE, CAPITÃO POÇO E NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, DO ESTADO DO PARÁ, COMO ÁREA LIVRE DE CANCRO CÍTRICO (XANTHOMONAS CITRI SUBSP. CITRI).
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	2	24/02/2017	APROVA O PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MEDIDAS FITOSSANITÁRIAS DE MITIGAÇÃO DE RISCO ASSOCIADO ÀS PRAGAS AMPHITETRANYCHUS VIENNENSIS, TETRANYCHUS KANZAWAI, TETRANYCHUS TRUNCATUS, CRISICOCCUS MATSUMOTOI, PLANOCOCCUS KRAUNHIAE, ACROBASIS PYRIVORELLA, ADOXOPHYES ORANA, CARPOSINA SASAKII, CONOGETHES PUNCTIFERALIS, GRAPHOLITA DIMORPHA, SPILONOTA ALBICANA, SPILONOTA OCELLANA, ALTERNARIA GAISEN, BOTRYOSPHAERIA BERENGERIANA F. SP. PIRICOLA, GYMNOSPORANGIUM ASIATICUM, GYMNOSPORANGIUM SABINAE E MONILINIA FRUCTIGENA NA EXPORTAÇÃO DE PERA (PYRUS PYRIFOLIA) DA REPÚBLICA DA COREIA (COREIA DO SUL) PARA O BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	1	21/02/2017	APROVA O PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO PARA DIMINUIÇÃO DO RISCO ASSOCIADO ÀS PRAGAS LOBESIA BOTRANA, NEOFABRAEA ALBA, PHACIDIOPYCNIS PYRI, NEONECTRIA GALIGENA, MONILINIA FRUCTIGENA E ERWINIA AMYLOVORA NA EXPORTAÇÃO DE PERA (PYRUS COMMUNIS) DA BÉLGICA PARA O BRASIL.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	3	27/12/2016	REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 04, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	2	09/05/2016	REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE MAIO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	8	23/11/2015	APROVA O PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO PARA DIMINUIÇÃO DO RISCO ASSOCIADO A PRAGA CYDIA POMONELLA EM PARTIDAS IMPORTADAS DE MAÇA (MALUS SPP), PERA (PYRUS SPP) E MARMELO (CYDONIA OBLONGA) DA REPUBLICA DA ARGENTINA CONFORME ANEXO DESSA RESOLUÇÃO.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	7	20/11/2015	REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 05, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015; REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 02, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	6	06/10/2015	AS PARTIDAS IMPORTADAS DE TURFA DE SPHAGNUM, USO PROPOSTO SUBSTRATO, CATEGORIA 5, CLASSE 10, PROVENIENTES DE QUALQUER ORIGEM AUTORIZADA, SERÃO SUBMETIDAS A COLETA DE AMOSTRA PARA ANÁLISE EM LABORATÓRIOS OFICIAIS OU CREDENCIADOS PERTENCENTES A REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS AGROPECUÁRIOS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA - SUASA.
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	2	27/02/2015	ALTERA O REQUISITO FITOSSANITÁRIO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE EMBARQUE R0, OBRIGATÓRIA, TORNANDO-O FACULTATIVO (R0) PARA OS PRODUTOS DE CATEGORIA 2 E 3 LISTADOS NAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS ABAIXO:
SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS	RESOLUÇÃO	1	25/02/2015	ALTERA O REQUISITO FITOSSANITÁRIO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE EMBARQUE R0, OBRIGATÓRIA, TORNANDO-O FACULTATIVO (R0) PARA OS PRODUTOS DE CATEGORIA 2 E 3 LISTADOS NAS INSTRUÇÕES NORMATIVAS ABAIXO:
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	4	04/10/2011	AUTORIZA O EMPREGO DO SISTEMA DE LAVAGEM DE CARCAÇAS NO PROCESSO DE ABATE DE AVES PARA REMOVER A CONTAMINAÇÃO POR CONTEÚDO GASTRINTESTINAL VISÍVEL PRESENTE NAS SUPERFÍCIES INTERNAS E EXTERNAS DAS CARCAÇAS ANTERIOR A ETAPA DE PRÉ-RESFRIAMENTO, COMO ALTERNATIVA A PRÁTICA DO REFILE.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	2	09/08/2011	APROVA TECNOLOGIA DO SISTEMA DE ASPERSÃO APLICADO NO PROCESSO DE RESFRIAMENTO DE MEIAS-CARCAÇAS DE BOVÍDEOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	1	12/07/2011	ESTABELECE A DESIGNAÇÃO DE VENDA PARA AS SEGUINTES ESPÉCIES, COM BASE EM RECOMENDAÇÕES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS DE REFERÊNCIA E DE ACORDO COM AS LEIS E COSTUMES NACIONAIS
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	2	14/07/2009	REVOGA A RESOLUÇÃO DIPOA/SDA Nº 1, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	1	07/03/2008	ADOTA A EXPRESSÃO "PEIXE DE CULTIVO: COLORAÇÃO RESULTANTE DO CORANTE UTILIZADO NA RAÇÃO" EM TODOS OS RÓTULOS APLICÁVEIS AOS PRODUTOS QUE CONTENHAM PEIXES PROVENIENTES DA AQUICULTURA CUJA COLORAÇÃO DA MUSCULATURA TENHA SIDO OBTIDA POR MEIO DA ALIMENTAÇÃO COM RAÇÕES ADICIONADAS DE CORANTES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	1	21/12/2007	REVOGA A RESOLUÇÃO DIPOA/SDA Nº 04, DE 29 DE OUTUBRO DE 2002.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	RESOLUÇÃO	1	24/10/2007	APROVA AS NORMAS A SEGUIR APRESENTADAS, A SEREM CUMPRIDAS PARA A PROFILAXIA E O CONTROLE DA ANEMIA INFECCIOSA EQÜINA - A.I.E., NO ESTADO DO PIAUÍ
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	2	22/02/2007	REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2002 E A RESOLUÇÃO Nº 2, DE 12 DE JULHO DE 2002.
SAÚDE ANIMAL E INSUMOS PECUÁRIOS	RESOLUÇÃO	1	29/09/2006	APROVA AS NORMAS A SEGUIR APRESENTADAS SOBRE PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADE INERENTES AO CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE), DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM TODO O ESTADO DE RONDÔNIA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	1	08/08/2005	REVOGA A RESOLUÇÃO DIPOA/SDA Nº 08, DE 16 DE ABRIL DE 2003.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	10	12/01/2004	INSTITUI O PROGRAMA GENÉRICO DE PROCEDIMENTOS - PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL - PPHO, A SER UTILIZADO NOS ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS QUE FUNCIONAM SOB O REGIME DE INSPEÇÃO FEDERAL, COMO ETAPA PRELIMINAR E ESSENCIAL DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO TIPO APPCC (ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	10	17/12/2003	INSTITUI O PROGRAMA GENÉRICO DE PROCEDIMENTOS - PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL - PPHO, A SER UTILIZADO NOS ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS QUE FUNCIONAM SOB O REGIME DE INSPEÇÃO FEDERAL, COMO ETAPA PRELIMINAR E ESSENCIAL DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR DO TIPO APPCC (ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE).
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	10	22/05/2003	PROGRAMA GENÉRICO DE PROCEDIMENTOS - PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL - PPHO, A SER UTILIZADO NOS ESTABELECIMENTOS DE LEITE E DERIVADOS QUE FUNCIONAM SOB O REGIME DE INSPEÇÃO FEDERAL, COMO ETAPA PRELIMINAR E ESSENCIAL DOS PROGRAMAS DE SEGURA.NÇA ALIMENTAR DO TIPO APPCC (ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	1	09/01/2003	APROVA A UNIFORMIZAÇÃO DA NOMENCLATURA DE PRODUTOS CÁRNEOS NÃO FORMULADOS EM USO PARA AVES E COELHOS, SUÍDEOS, CAPRINOS, OVINOS, BUBALINOS, EQÜÍDEOS, OVOS E OUTRAS ESPÉCIES DE ANIMAIS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	2	19/11/2002	APROVA A PRESENTE RESOLUÇÃO, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O USO DA INDICAÇÃO "LONGA VIDA" NA ROTULAGEM DE PRODUTOS LÁCTEOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO PELO PROCESSO UHT.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	8	24/09/2001	A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DA PRESENTE RESOLUÇÃO, COMPETIRÁ AO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (DIPOA) OU AOS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - SIPAS, DAS DELEGACIAS FEDERAIS DA AGRICULTURA (DFAS) NAS UNIDADES FEDERATIVAS, A ANÁLISE TÉCNICA E O REGISTRO DA ROTULAGEM DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EMITIDA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, NO QUE SE REFERE À ROTULAGEM DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, CONFORME O TEOR DA PORTARIA NO 371, DE 4/09/97, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DOS REGULAMENTOS TÉCNICOS DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, DO RIISPOA, OU DE DOCUMENTOS EM VIGOR OU QUE POSSAM VIR A SUBSTITUÍ-LOS PARCIAL OU TOTALMENTE, OU A COMPLEMENTAR AS SUAS DISPOSIÇÕES.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	5	07/05/2001	CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAR PROPOSTA, A SER ENCAMINHADA AO DIRETOR DO DEPARTAMENTO, SOBRE UM PLANO NACIONAL PARA A DETERMINAÇÃO DA RELAÇÃO ÁGUA/PROTEÍNA FISIOLÓGICA EM CORTES DE FRANGO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	7	28/12/2000	OFICIALIZA OS CRITÉRIOS DE FUNCIONAMENTO E DE CONTROLE DA PRODUÇÃO DE QUEIJARIAS, PARA SEU

				RELACIONAMENTO JUNTO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	7	28/11/2000	CRITÉRIOS DE FUNCIONAMENTO E DE CONTROLE DA PRODUÇÃO DE QUEIJARIAS, PARA SEU RELACIONAMENTO JUNTO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	5	13/11/2000	OFICIALIZA OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE (PIQ) DE LEITES FERMENTADOS.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	4	28/06/2000	INSTITUI O PRODUTO DENOMINADO MANTEIGA COMUM, PARA COMERCIALIZAÇÃO EXCLUSIVA NO TERRITÓRIO NACIONAL, QUE DEVERÁ ATENDER, PROVISORIAMENTE, ÀS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES DE QUALIDADE, ATÉ QUE SE ELABORE RTIQ ESPECÍFICO.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	2	22/05/2000	APÓS TEREM SIDO DECORRIDOS MAIS DE 29 (VINTE E NOVE) MESES DA PUBLICAÇÃO DA CITADA PORTARIA, DEVERÁ SER AUTOMATICAMENTE CANCELADA TODA ROTULAGEM DE LEITE E PRODUTOS LÁCTEOS DE INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS SOB SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF), PREVIAMENTE APROVADA E/OU REGISTRADA ANTERIORMENTE À DATA DE PUBLICAÇÃO DA PORTARIA MINISTERIAL Nº 371/97.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	56	29/09/1999	IDENTIDADE E QUALIDADE DO MEL.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	2	08/03/1999	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E INSTRUÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO ANEXO À PRESENTE RESOLUÇÃO, PARA EFEITO DO CUMPRIMENTO E APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PREVISTAS NA PORTARIA MAPA Nº 304, DE 22 DE ABRIL DE 1996, E NA PORTARIA SDA/MAPA Nº 145, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	1	21/01/1999	INSTITUI O MODELO DE QUESTIONÁRIO TÉCNICO REFERENTE ÀS INFORMAÇÕES A SEREM FORNECIDAS PELAS AUTORIDADES SANITÁRIAS DOS PAÍSES INTERESSADOS A EXPORTAREM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PARA O BRASIL, RELATIVAS ÀS COMPETÊNCIAS, ATRIBUIÇÕES, ATIVIDADES E METODOLOGIAS DE INSPEÇÃO VETERINÁRIA, BEM COMO ÀS LEGISLAÇÕES E REGULAMENTOS SANITÁRIOS CORRESPONDENTES, COM VISTAS A APROVAÇÃO OU RECONHECIMENTO DE EQUIVALÊNCIA
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	1	05/07/1991	A APROVAÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, ENTENDENDO-SE COMO TAL A APROVAÇÃO DOS MEMORIAIS DESCRITIVOS DE FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E SEUS RESPECTIVOS RÓTULOS, DE QUE TRATA O TÍTULO X.II, CAPITULO II, SEÇÃO IV DO RIISPOA NOS ARTIGOS 834 A 844, DESTINADOS AO COMÉRCIO NACIONAL E ADIANTE ESPECIFICADOS, FICA SOB A RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL JUNTO AS DIRETORIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL, OBEDECIDAS AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS EXPEDIDAS PELA DIPOA/CIPOA.
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	RESOLUÇÃO	5	05/07/1991	REGULAMENTO DE IDENTIDADE E QUALIDADE PARA O OVO INTEGRAL.

ANEXO VI
SECRETARIA DE COMÉRCIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
ALOCAÇÃO DE COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	21/08/2019	ESTABELECE A ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2019/2020, JÁ DESCONTADO O FATOR DE POLARIZAÇÃO E CONVERTIDO EM TONELADAS CURTAS, DE ACORDO COM OS VOLUMES INDICADOS NO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA BEBIDA MEXICANA TEQUILA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	09/07/2019	RECONHECE O PADRÃO DE IDENTIDADE E QUALIDADE DA BEBIDA MEXICANA TEQUILA, NA FORMA PREVISTA NAS NORMAS OFICIAIS DOS ESTADOS UNIDOS DO MÉXICO, SEGUNDO O ESTABELECIDO NO DECRETO Nº 9.658, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE PROMULGA O ACORDO DE RECONHECIMENTO MÚTUO DE CACHAÇA E TEQUILA.
ALOCAÇÃO DE COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	09/10/2018	ESTABELECE A ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2018/2019, JÁ DESCONTADO O FATOR DE POLARIZAÇÃO E CONVERTIDO EM TONELADAS CURTAS, DE ACORDO COM OS VOLUMES INDICADOS NO ANEXO DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE TOMATE	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	18/07/2018	INCORPORA AO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL O "REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL DE IDENTIDADE E QUALIDADE DE TOMATE", APROVADO PELA RESOLUÇÃO GMC - MERCOSUL Nº 26/17
ALOCAÇÃO DE COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	21/06/2018	ESTABELECE QUE A ALOCAÇÃO DA COTA PREFERENCIAL DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - EUA, A PARTIR DA COTA REFERENTE AO ANO 2018/2019, COM INÍCIO EM 01/10/2018, SERÁ DIRECIONADA ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR INSTALADAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 7º DA LEI Nº 9.362, DE 1996, OBEDECENDO OS CRITÉRIOS PREVISTOS NESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
LICENÇAS DE IMPORTAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	32	03/06/2018	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA LICENÇA DE IMPORTAÇÃO.
ADIDOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	27	07/06/2011	REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO PARA A CONCESSÃO E APLICAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS ESPECIFICIDADES DOS ADIDOS AGRÍCOLAS EM MISSÕES DIPLOMÁTICAS NO EXTERIOR.
ADIDOS AGRÍCOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	23/12/2010	DETERMINA AS REGRAS PARA O CUSTEIO DE CURSOS DE IDIOMAS PARA OS ADIDOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS
ADIDOS AGRÍCOLAS	NORMA INTERNA	2	S/N	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO E APLICAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS, COM A FINALIDADE DE ATENDER ÀS ESPECIFICIDADES DOS ADIDOS AGRÍCOLAS EM MISSÕES DIPLOMÁTICAS NO EXTERIOR.
ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	26	20/01/2020	ESTABELECE OS CRITÉRIOS E OS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADIDOS AGRÍCOLAS.
ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	113	04/06/2019	APROVA O REGULAMENTO PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS A POSTOS DE ADIDOS AGRÍCOLAS JUNTO ÀS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR
ESTRATÉGIA PARA ABERTURA, AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO 2019- 2024	PORTARIA	1.793	22/10/2018	SUBMETE À CONSULTA PÚBLICA, PELO PRAZO DE 30 DIAS, A PROPOSTA DE DOCUMENTO FINAL DA ESTRATÉGIA PARA ABERTURA, AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
ESTRATÉGIA PARA ABERTURA, AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO 2019- 2022	PORTARIA	1.066	06/08/2018	APROVAR O DOCUMENTO BASE PARA A ESTRATÉGIA, QUE DEFINE OS EIXOS ESTRUTURANTES PARA ABERTURA, AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO, RELATIVO AO CUMPRIMENTO DA PRIMEIRA FASE DA PORTARIA MAPA NO 1.564, DE 20.07.2017
PROGRAMA "O MELHOR DO AGRO BRASILEIRO"	PORTARIA	1.060	03/07/2018	INSTITUI A MARCA “O MELHOR DO AGRO BRASILEIRO” E APROVA O REGULAMENTO DO USO DA MARCA.
REGIMENTO INTERNO DA SRI/MAPA	PORTARIA	520	05/04/2018	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO (SRI).
MANUEL DE ATUAÇÃO DE EQUIPES TÉCNICA DE APOIO	PORTARIA	360	15/03/2018	INSTITUI AS EQUIPES TÉCNICAS DE APOIO (ETA), QUE ATUARÃO DE FORMA CONSULTIVA E NA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SUBSIDIÁRIOS ÀS ATIVIDADES ESTRATÉGICAS CONDUZIDAS PELAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO (SRI).
PROGRAMA "O MELHOR DO AGRO BRASILEIRO"	PORTARIA	1.734	04/08/2017	INSTITUI O PLANO "O MELHOR DO AGRO BRASILEIRO", COM O QUAL O MAPA ENFATIZA A QUALIDADE, A INOCUIDADE E A SUSTENTABILIDADE DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS, REAFIRMANDO, ASSIM, O COMPROMISSO PREVISTO NA LEI Nº 13.249, DE 13 DE JANEIRO DE 2016, DE PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NACIONAL NOS MERCADOS EXTERNOS.
ESTRATÉGIA PARA ABERTURA, AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO 2019- 2023	PORTARIA	1.564	20/07/2017	INSTITUI A ESTRATÉGIA PARA ABERTURA, AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO 2019- 2023
ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	94	10/05/2016	DEFINE OS PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS QUE CONTARÃO COM ADIDOS AGRÍCOLAS
ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	97	10/05/2016	DEFINE OS PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS QUE CONTARÃO COM ADIDOS AGRÍCOLAS
ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	1.159	14/12/2010	ESTABELECE DIRETRIZES, RESPONSABILIDADES E PROCEDIMENTOS RELATIVOS ÀS VIAGENS A SERVIÇO NO PAÍS EM QUE ESTÁ SEDIADO E INTERNACIONAIS DOS ADIDOS AGRÍCOLAS LOTADOS JUNTO ÀS MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR
ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	143	18/11/2010	DISPÕE SOBRE GASTOS COM TELEFONIA NO ÂMBITO DO MAPA
ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA	406	27/05/2010	APROVA OS LIMITES DO BENEFÍCIO DE RESIDÊNCIA FUNCIONAL PARA OS ADIDOS AGRÍCOLAS

ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA INTERMINISTERIAL	3	30/07/2019	A. INSTITUI A COMISSÃO DE SELEÇÃO QUE COORDENARÁ O PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO POSTO DE ADIDO AGRÍCOLA JUNTO ÀS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR; B. DEFINE OS POSTOS DE ATUAÇÃO DOS ADIDOS AGRÍCOLAS JUNTO ÀS MISSÕES DIPLOMÁTICAS PERMANENTES E REPARTIÇÕES CONSULARES.
ADIDOS AGRÍCOLAS	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1.305	17/08/2018	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIARES LOCAIS, O COMPARTILHAMENTO DE DESPESAS E DE CESSÃO DO USO DE ESPAÇOS FÍSICOS DESTINADOS À MISSÃO DE ASSESSORAMENTO EM ASSUNTOS AGRÍCOLAS JUNTO ÀS MISSÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR.
ESTRATÉGIA PARA ABERTURA, AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO 2019- 2022	RESOLUÇÃO	104	20/12/2018	APROVA A ESTRATÉGIA PARA ABERTURA, AMPLIAÇÃO E PROMOÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO MERCADO INTERNACIONAL (ESIAGRO).
DIREITO ANTIDUMPING	RESOLUÇÃO	53	10/08/2018	APLICA DIREITO ANTIDUMPING DEFINITIVO, POR UM PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS, ÀS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE BORRACHA NITRÍLICA, ORIGINÁRIAS DA COREIA DO SUL E DA FRANÇA.

ANEXO VII
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	25/02/2009	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO AGRICULTOR FAMILIAR COMO FORNECEDORAS DE MATÉRIA-PRIMA AOS PRODUTORES DE BIODIESEL PARA OS FINS DE CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL.
CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	28/09/2005	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO ENQUADRAMENTO DE PROJETOS DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL AO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL.
CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	07/05/2005	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À CONCESSÃO DE USO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL.
SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	20/06/2001	DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO AGRICULTOR FAMILIAR COMO FORNECEDORAS DE MATÉRIA-PRIMA AOS PRODUTORES DE BIODIESEL PARA OS FINS DE CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL.
FUNDO DE TERRAS - ANTECIPAÇÃO DE DIVIDAS	NORMA DE EXECUÇÃO	2	28/10/2011	ALTERAR O DISPOSTO NO ART. 27 DA NORMA DE EXECUÇÃO NO - 1, DE 29 DE JUNHO DE 2011, PARA ACRESCER AO PRAZO INICIALMENTE FIXADO (90 NOVENTA DIAS), O PRAZO DE MAIS 120 (CENTO E VINTE) DIAS, PASSANDO O ARTIGO A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: "ART. 27. ESTA NORMA DE EXECUÇÃO ENTRA EM VIGOR EM 210 (DUZENTOS E DEZ) DIAS CONTADOS DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO".
FUNDO DE TERRAS	NORMA DE EXECUÇÃO	1	29/06/2011	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS PARA ANTECIPAÇÃO TOTAL DAS DÍVIDAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO EM SITUAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA.
SUBPROJETOS DE INVESTIMENTO COMUNITÁRIO - PCPR	NORMA DE EXECUÇÃO	1	26/01/2011	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS PERTINENTES À SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO DOS SICS DE VALOR SUPERIOR A R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉ- DITO FUNDIÁRIO - PNCF, DOS RECURSOS DO SUBPROJETO DE INVESTIMENTO COMUNITÁRIO - SIC, COMPONENTE DA LINHA DE FINANCIAMENTO DE COMBATE À POBREZA RURAL.
PROJETO DOM HELDER CÂMARA	PORTARIA	124	12/10/2019	MODIFICA A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DO PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA, INSTITUÍDO PELA PORTARIA 67, DE 15 DE AGOSTO DE 2019, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SELO NACIONAL	PORTARIA	46	05/09/2019	DISPÕE SOBRE O PRAZO PARA DE RENOVAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DO SELO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - SENAF. O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS PELO DECRETO Nº 9.667, DE 2 DE JANEIRO DE 2019, RESOLVE.
PROJETO DOM HELDER CÂMARA	PORTARIA	67	15/08/2019	DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE GESTORA DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA, NOS TERMOS DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 2000000436, CELEBRADO EM 22 DE AGOSTO DE 2014, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O FUNDO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA).

PRONAF	PORTARIA	62	07/02/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 1, DE 13 DE ABRIL DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS, CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA A EMISSÃO, VALIDAÇÃO, SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP.
PAD	PORTARIA	148	05/11/2016	OS PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS E DISCIPLINARES NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), SUBMETEM-SE ÀS NORMAS ESTABELECIDAS NESTA PORTARIA E TÊM POR FINALIDADE MANTER A INTEGRIDADE INSTITUCIONAL, REDUZINDO O TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES, COM MAIOR EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, EFETIVIDADE E GARANTINDO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE INVESTIGADOS, ACUSADOS E INDICIADOS.
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PORTARIA	14	12/07/2015	INSTITUI INDICADORES DE DESEMPENHO PARA A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE TERRAS (OETS) NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (PCTRF).
FORMALIZAÇÃO DE INSRUMENTOS DE PARCERIA	PORTARIA	8	02/06/2015	ESTABELECE PROCEDIMENTO DE APOIO À SUPERVISÃO MINISTERIAL PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE, TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, TERMOS DE COMPROMISSO PARA TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS, TERMOS DE PARCERIA, TERMOS DE COOPERAÇÃO E ACORDOS DE COOPERAÇÃO, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
PNCF	PORTARIA	11	08/04/2015	INSTITUI INDICADORES DE DESEMPENHO PARA A ATUAÇÃO DAS UNIDADES TÉCNICAS ESTADUAIS (UTES) NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PORTARIA	74	26/03/2015	PRORROGA O PRAZO FIXADO PARA CUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO EM INSTRUMENTOS DE REPASSES EM CLÁUSULA SUSPENSIVA FIRMADOS NO EXERCÍCIO DE 2014 NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.
SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL	PORTARIA	80	27/11/2014	CRIA A CÂMARA TÉCNICA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL.
DOM HÉLDER CÂMARA	PORTARIA	73	23/10/2014	CRIA A UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO (UGP), DIRETAMENTE SUPERVISIONADA PELA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA.
PRONAF	PORTARIA	26	05/09/2014	DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS, CONDIÇÕES PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA A EMISSÃO, VALIDAÇÃO, CANCELAMENTO E EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL DE DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) - DAP.
PRONAF	PORTARIA	38	07/04/2014	DISCIPLINA SOBRE OS PLANOS SIMPLIFICADOS OU PROJETOS TÉCNICOS DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE SISTEMAS DE BASE AGROECOLÓGICA OU PARA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PRONAF	PORTARIA	94	28/12/2012	INSTITUI A DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF PARA INDÍGENAS - DAP-I, MODELO 9,4,1, DESTINADA A IDENTIFICAR OS INDÍGENAS EM NÍVEL DE SUAS UNIDADES FAMILIARES, A QUAL SERÁ EMITIDA CONFORME AS CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS NA PRESENTE NORMA.
BRASIL SEM MISÉRIA	PORTARIA	115	21/12/2012	INSTITUI O COMITÊ GESTOR DAS AÇÕES DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (CGPBSM/MDA).
PARCELAMENTO DE DÉBITOS	PORTARIA	67	21/09/2012	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS E APLICADOS PARA A FORMULAÇÃO DO PEDIDO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS, NA FASE ADMINISTRATIVA - CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES.
PRONAF	PORTARIA	102	12/06/2012	ESTABELECE CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP).
SELO COMBUSTÍVEL	PORTARIA	60	09/06/2012	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E USO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL.
	PORTARIA	24	15/05/2012	REVOGA-SE A PORTARIA SAF Nº 98 DE 29 DE AGOSTO DE 2007, PUBLICADA NA SEÇÃO 1 PÁGINA 114 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 30 DE AGOSTO DE 2007.
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	PORTARIA	18	13/09/2011	O ART. 3º, DA PORTARIA Nº. 15, DE 16 DE AGOSTO DE 2011, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: "... ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR EM 1º. DE DEZEMBRO DE 2 0 11 .
PNCF	PORTARIA	15	16/08/2011	OS DOCUMENTOS REFERENTES À TITULAÇÃO DE PROPRIEDADE DOS IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, QUANDO OS MUTUÁRIOS E AS MUTUÁRIAS CONSTITUÍREM UM CASAL, EM SITUAÇÃO DE CASAMENTO OU UNIÃO ESTÁVEL, DEVERÃO EFETIVAR, OBRIGATORIAMENTE, A TITULARIDADE CONJUNTA DE AMBOS.
FUNDO DE TERRAS	PORTARIA	14	31/05/2011	APROVA A NORMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA(*) QUE DISPÕE SOBRE OS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA À CONTA DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 0061 - CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E INVESTIMENTOS BÁSICOS; E DO SUBPROGRAMA DE INVESTIMENTOS COMUNITÁRIOS À CONTA DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1545 - ESTRUTURAÇÃO DE ASSENTAMENTOS E INVESTIMENTOS COMUNITÁRIOS - COMBATE À POBREZA RURAL.

SELO COMBUSTÍVEL	PORTARIA	75	26/11/2010	DEFINE QUE A CONTAR DO ANO SAFRA 2008/2009, ANO CIVIL 2009, TODOS OS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A MANUTENÇÃO DE USO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL SERÃO REGIDOS PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA MDA Nº 1, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2009.
TOMADA DE CONTAS	PORTARIA	78	12/10/2010	AS INCLUSÕES NO CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL - CADIN DECORRENTES DE INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, OBSERVARÃO OS PROCEDIMENTOS DESTA PORTARIA.
EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	PORTARIA	67	11/08/2010	INSTITUI O MANUAL DE ORIENTAÇÃO, NORMAS, E ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES. PARÁGRAFO ÚNICO. O MANUAL IDENTIFICADO NO CAPUT DESTE ARTIGO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO SÍTIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.
PPA	PORTARIA	9	02/08/2010	REGULAMENTA A GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA 2008-2011 NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DÁ CUMPRIMENTO AO DECRETO Nº 6.601, DE 10 DE OUTUBRO DE 2008.
BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO - PRONAF	PORTARIA	21	08/04/2010	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF O VALOR DO BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL ENTRE OS DIAS 10 DE AGOSTO E 9 DE SETEMBRO DE 2010.
APURAÇÃO DE DANOS	PORTARIA	16	23/03/2010	DETERMINAÇÃO DE UTILIZAÇÃO, NO ÂMBITO DESTE MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, PARA APURAÇÃO DE EXTRAVIO OU DANO QUE IMPLIQUE EM PREJUÍZO DE PEQUENO VALOR, DO TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO - TCA, CONFORME DISCIPLINADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2009, DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE FEVEREIRO DE 2009, SEÇÃO I, PÁGINA 1, EXCETO QUANDO HOUVER INDÍCIOS DE CONDUTA DOLOSA POR PARTE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL.
BÔNUS DE DESCONTOS - PRONAF	PORTARIA	19	21/09/2009	DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO E AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO AO AMPARO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, CONSIDERANDO A INCUMBÊNCIA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF/MDA DE FAZER A GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF E DE SUAS LINHAS DE CRÉDITO.
MODALIDADE DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PORTARIA	25	25/08/2008	ESTABELECE OS LIMITES MÍNIMOS DE CONTRAPARTIDA A SEREM EXIGIDOS SOBRE OS VALORES PREVISTOS NOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS EFETIVADAS POR ESTE MINISTÉRIO.
REGULARIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO FINANCIADOS DO FUNDO DA TERRA E REFORMA AGRÁRIA	PORTARIA	26	22/08/2008	APROVA A NORMA PARA A REGULARIZAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PRONAF	PORTARIA	75	09/08/2008	ESTABELECE O REGULAMENTO E AS CONDIÇÕES PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE CUSTEIO E DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PRONAF, EM ESPECIAL SOBRE A LINHA DE CRÉDITO DE INVESTIMENTO PARA SISTEMAS AGROFLORESTAIS (PRONAF FLORESTA); E CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE EDITAR NORMAS OPERACIONAIS QUE VIABILIZEM A EXECUÇÃO DO PRONAF FLORESTA.
DEFINIÇÃO DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS	PORTARIA	1	01/08/2008	ALTERA A PORTARIA MDA 028/2004, QUE TRATA DE REMUNERAÇÕES DEFINIDAS COM O GRAU COMPLEXIDADE DOS SERVIÇOS TÉCNICOS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PROFISSIONAIS
AUTORIZAÇÃO PARA DESTAQUE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	PORTARIA	68	24/07/2008	AUTORIZAR, PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2008, A SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO A DESTACAR À EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS NO VALOR DE R$ 50.400,00 (CINQÜENTA MIL E QUATROCENTOS REAIS), MEDIANTE FORMALIZAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF À SPOA.
PRONAF	PORTARIA	67	23/07/2008	ESTABELECE O REGULAMENTO E AS CONDIÇÕES PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE CUSTEIO E DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF
MODALIDADE DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PORTARIA	20	20/05/2008	ESTABELECE OS LIMITES MÍNIMO E MÁXIMOS DE CONTRAPARTIDA EM TERMOS PERCENTUAIS DO VALOR PREVISTO NO INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA PARA ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, CONSIDERANDO-SE PARA ESSE FIM O MUNICÍPIO SEDE DA ENTIDADE PROPONENTE.

SUPRIMENTO DE FUNDOS-CPGF	PORTARIA	13	29/04/2008	AS DESPESAS EXCEPCIONAIS E DE PEQUENO VULTO REALIZADAS SOB A FORMA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS MOVIMENTADAS COM O CARTÃO DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL - CPGF, NA MODALIDADE "SAQUE", NÃO PODERÃO SUPERAR, EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, O EQUIVALENTE A 30% (TRINTA POR CENTO) DO TOTAL DESPENDIDO POR MEIO DO CPGF, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, CABENDO AOS RESPECTIVOS CHEFES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS OBSERVAR O REFERIDO TETO NAS OCASIÕES DE CONCESSÃO E EXECUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.
PRONAF	PORTARIA	60	07/01/2008	DEFINIR QUE SÓ PODERÃO ELABORAR PROPOSTAS E PRESTAR ATER PARA O GRUPO B DO PRONAF AS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS PELA PORTARIA CONJUNTA MDA/INCRA Nº 10, DE 11 DE AGOSTO DE 2005, OU NORMATIVO QUE VENHA A SUBSTITUÍ-LA. § 1º A SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DISPONIBILIZARÁ AOS AGENTES FINANCEIROS AS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS SEGUNDO O NORMATIVO CITADO NO CAPUT. § 2º AS INSTITUIÇÕES QUE TENHAM CONCESSÃO DE USO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL, CRIADO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 01, DO MDA, DE 5 DE JULHO DE 2006, OU PRESTEM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPRESA COM A REFERIDA CONCESSÃO, FICAM ISENTAS DO CUMPRIMENTO DESSE ARTIGO, DESDE QUE FORMALIZEM, POR MEIO DE OFÍCIO AO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR, O INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO GRUPO B DO PRONAF.
PRONAF	PORTARIA	105	23/11/2007	ESTABELECER QUE, PARA O MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO MENSAL DA INADIMPLÊNCIA, AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OPERADORAS DO GRUPO "B" DO PRONAF DEVERÃO ENVIAR À SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF/MDA, A SITUAÇÃO MUNICIPAL DE INADIMPLÊNCIA DESSAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO PRONAF B.
CRIAÇÃO DA UNIDADE GESTORA	PORTARIA	75	22/11/2006	CRIA A UNIDADE GESTORA DO PROJETO DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DE EMPRESA FAMILIAR RURAL NO NORDESTE BRASILEIRO, COM SEDE EM BRASÍLIA E VINCULADA TÉCNICA E ADMINISTRATIVAMENTE À SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF, BEM COMO ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES.
PRONAF	PORTARIA	72	17/11/2006	ESTABELECE CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP).
REGIMENTO INTERNO	PORTARIA	67	26/09/2006	APROVA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA SETORIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, NA FORMA DO ANEXO A ESTA PORTARIA.
PRONAF	PORTARIA	22	22/03/2006	DEFINIR QUE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O PRONAF B COMPREENDE, CUMULATIVAMENTE: A) ELABORAÇÃO DE PROPOSTA SIMPLIFICADA DE CRÉDITO; B) ORIENTAÇÃO TÉCNICA INDIVIDUAL OU GRUPAL. ART. 2° ESTABELECER QUE AS INSTITUIÇÕES APTAS A PRESTAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER AOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO RURAL DO GRUPO B.
PRONAF	PORTARIA	40	29/11/2005	TORNAR PÚBLICO AS DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE IDENTIFICAM OS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF, COMO HABILITADOS A REALIZAREM OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL AO AMPARO DO PROGRAMA.
PRONAF	PORTARIA	3	21/09/2005	MANUAL DE CRÉDITO RURAL - MCR 10, O QUAL ESTABELECE O REGULAMENTO E AS CONDIÇÕES PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE CUSTEIO E DE INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF.
GARA	PORTARIA	13	23/08/2005	INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, O GRUPO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA PARA A REFORMA AGRÁRIA - GARA / VÁRIAS UNIDADES.
LIMITES MÍNIMOS DE CONTRAPARTIDA	PORTARIA	16	03/08/2005	ESTABELECE OS LIMITES MÍNIMOS DE CONTRAPARTIDA A SEREM EXIGIDOS SOBRE OS VALORES PREVISTOS NOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS.
PRONAF	PORTARIA	1	15/06/2005	ESTABELECE AS INSTITUIÇÕES APTAS A ELABORAR PROJETOS TÉCNICOS SIMPLIFICADOS DE CRÉDITO RURAL DO GRUPO B DO PRONAF E DE PRESTAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER AOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE CONTRATARÃO ESSE FINANCIAMENTO.
PROJETO DOM HELDER CÂMARA	PORTARIA	18	29/03/2005	DEFINE A COORDENAÇÃO DO PROJETO DOM HELDER CÂMARA PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT).
FUNDO DE TERRAS	PORTARIA	S/N	21/02/2005	APROVAR A NORMA DE EXECUÇÃO PNCF NO. 01, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE OS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA.

ORÇAMENTÁRIO	PORTARIA	13	12/01/2005	PROMOVE A MODIFICAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSIGNADAS NA LEI NO 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005, E AUTORIZA QUE A COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ADOTE NO ÂMBITO DE SUA RESPECTIVA COMPETÊNCIA, OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À EFETIVAÇÃO, NA FORMA DO ANEXO DESTA PORTARIA.
PRONAF	PORTARIA	2	09/01/2005	ESTABELECER QUE PODERÁ SER CONCEDIDA A DAP AOS BENEFICIÁRIOS QUE COMPROVAREM A PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, ESTÁGIOS E OUTROS PROCESSOS DE CAPACITAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL, VOLTADOS PARA AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS OU NÃO AGROPECUÁRIAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MEIO RURAL, A SEREM DESENVOLVIDOS NA UNIDADE FAMILIAR OU PROXIMIDADES, QUE TENHAM SIDO REALIZADOS COM CARGA HORÁRIA DE 100 (CEM) HORAS OU MAIS.
SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL	PORTARIA	81	27/11/2004	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E USO DO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL.
FUNDO DE TERRAS	PORTARIA	5	14/06/2004	APROVA OS MODELOS DE RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO FÍSICO E FINANCEIRO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA.
PRONAF	PORTARIA	41	27/04/2004	ESTABELECER QUE AS INSTITUIÇÕES APTAS A ELABORAR PROJETOS TÉCNICOS SIMPLIFICADOS DE CRÉDITO RURAL DO GRUPO B DO PRONAF E DE PRESTAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - ATER AOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE CONTRATARÃO ESSE FINANCIAMENTO
PRONAF	PORTARIA	42	06/03/2004	UNIFICAR AS INFORMAÇÕES QUE DEVERÃO CONSTAR NOS INSTRUMENTOS EXIGIDOS PARA PLEITEAR O ACESSO AOS BENEFÍCIOS PREVISTOS PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 110 / MF/MDA, DE 13 DE MAIO DE 2004, DETERMINANDO DA SEGUINTE.DECLARAÇÃO DE FRUSTRAÇÃO DE SAFRA NO CASO DE OPERAÇÕES DE CUSTEIO UTILIZE-SE O MODELO DO ANEXO I
MODALIDADE DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PORTARIA	121	17/12/2003	AUTORIZA A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS NECESSÁRIOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO - PNCF, CONFORME DISCRIMINADO NO PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DE RECURSOS 2003-2004.
PRONAF	PORTARIA	29	28/11/2003	O DISPOSTO NO MANUAL DE CRÉDITO RURAL - MCR, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, CAPÍTULO 10, SEÇÃO 2, ITEM 8, QUE TRATA DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP.
PRONAF	PORTARIA	30	12/11/2003	ESTABELECER QUE PODERÁ SER CONCEDIDA A DAP COM DIREITO AO SOBRE TETO DE 50% (CINQÜENTA POR CENTO) DOS GRUPOS C E D, DO PRONAF, CONFORME DEFINIDO NO MCR 10.4.5.V E NO MCR 10.5.12.VII, ÀS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES QUE, TENDO FILHOS COM IDADE ENTRE 16 (DEZESSEIS) E 25 (VINTE E CINCO) ANOS COMPROVAREM, AOS EMITENTES DA DAP, A PARTICIPAÇÃO DESTES EM CURSOS OU ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADOS PARA ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS OU NÃO-AGROPECUÁRIAS DESENVOLVIDAS NA UNIDADE FAMILIAR RURAL DE PRODUÇÃO, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 100 (CEM) HORAS.
PRONAF	PORTARIA	81	21/08/2003	PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP, EM SUA VERSÃO 1.2, ANEXA À PORTARIA Nº 154, DE 02 DE AGOSTO DE 2002, PARA O DIA 30 DE SETEMBRO DE 2003. DEFINE A UTILIZAÇÃO DOS VALORES FINANCEIROS CONTIDOS NA DAP - VERSÃO 1.2, CONJUGADOS COM OS LIMITES DE ENQUADRAMENTO ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL Nº 3.097, DE 25 DE JUNHO DE 2003, PARA A CATEGORIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES, NOS GRUPOS DE ACESSO ÀS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL.
PRONAF	PORTARIA	18	13/08/2003	AUTORIZA A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO BRASIL - CONFETRAF/BRASIL - A EMITIR DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PRONAF - D A P.
PRONAF	PORTARIA	75	25/07/2003	DEFINE QUE O FORMULÁRIO ÚNICO DENOMINADO DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP, ELABORADO CONFORME MODELO ANEXO A ESTA PORTARIA, É DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS AGRICULTORES FAMILIARES QUE PRETENDEM FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PRONAF.
VALORES E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES	PORTARIA	109	23/07/2003	DIVULGA AS TABELAS ANEXAS, COM OS VALORES DOS VENCIMENTOS, PROVENTOS E GRATIFICAÇÕES DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2003. / PORTARIA DO MPOG.
PROJETO DOM HELDER CÂMARA	PORTARIA	198	21/10/2002	ATRIBUI À SECRETARIA DE REFORMA AGRÁRIA A RESPONSABILIDADE DE ARTICULAÇÃO, COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO SEMI-ÁRIDO DO NORDESTE - PROJETO DOM HELDER CÂMARA.
PRÊMIO DESTAQUE DO MDA	PORTARIA	183	25/09/2002	INSTITUI O PRÊMIO INTITULADO “PRÊMIO DESTAQUE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO”, DE OUTORGA ANUAL, VISANDO RECONHECER AS INICIATIVAS E O TRABALHO DOS AGRICULTORES FAMILIARES, DOS ASSENTADOS, DAS COMUNIDADES INDÍGENAS, DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E

				DE SUAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS, BEM COMO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE ATUAM NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.
PROTEJO BRINQUEDOTECA	PORTARIA	181	19/09/2002	INSTITUI O PROJETO DE BRINQUEDOTECAS, CAPACITAÇÃO PARA MULHERES E OFICINAS PARA ADOLESCENTES EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA E NOS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO PROGRAMA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO DO MDA. PARÁGRAFO ÚNICO.
RECURSOS	PORTARIA	188	17/06/2002	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA, NAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA AMME, AMUC, AMBAV, AMVAP E AMMAM NO ESTADO DE MINAS GERAIS.
PRONAF	PORTARIA	17	23/03/2002	ESTABELECE CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP).
PRONAF	PORTARIA	154	08/02/2002	APROVA O FORMULÁRIO ÚNICO DENOMINADO “DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP”, PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES, CONFORME MODELO CONSTANTE DO ANEXO DESTA PORTARIA.
APROVAR FORMULÁRIO	PORTARIA	9	21/12/2001	APROVA FORMULÁRIO SIMPLIFICADO PARA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO DE CRÉDITO DE INVESTIMENTO CONFORME MODELO ANEXO.
REGIMENTO INTERNO	PORTARIA	224	28/09/2001	ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO INCRA.
PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA	PORTARIA	100	05/08/2001	INSTITUTO NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE REFORMA AGRÁRIA A UNIDADE TÉCNICA NACIONAL-UTN PARA GERENCIAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DO PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO E COMBATE À POBREZA RURAL, OBJETADO ACORDO DE EMPRÉSTIMO 7037/BR, COM O BANCO MUNDIAL.
ADEQUAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ÀS LEIS VIGENTES	PORTARIA	140	21/06/2001	ADEQUAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ÀS LEIS VIGENTES E APRIMORAÇÃO DA FUNÇÃO GERENCIAL FISCALIZADORA DE INSTRUMENTOS.
OPERAÇÕES E FINANCIAMENTO	PORTARIA	211	09/06/2001	DETERMINA QUE A AUTORIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS PARA O PROGRAMA DE REORDENAÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO NORDESTE, PELA SECRETARIA NACIONAL DO BANCO DA TERRA, SEJA PREVIAMENTE ENCAMINHADA AO REPRESENTANTE DO PROGRAMA DO BANCO DA TERRA.
CONDRAF	PORTARIA	120	22/05/2001	REFORMULA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DIREÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.
REGIMENTO INTERNO	PORTARIA	79	19/04/2001	APROVA O ANEXO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE REFORMA AGRÁRIA, DESTE MINISTÉRIO.
PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	PORTARIA	162	07/12/2000	CRIA O COMITÊ GESTOR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO DO NORDESTE.
CRIA UNIDADE GERENCIAL DE PROJETOS	PORTARIA	163	07/12/2000	CRIA NO ÂMBITO DESTE MINISTÉRIO, A UNIDADE GERENCIAL DE PROJETO, COM A FINALIDADE DE COORDENAR, CONTROLAR E SUPERVISIONAR A EXECUÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO SEMI-ÁRIDO DO NORDESTE.
DAP	PORTARIA	204	26/09/2000	CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PARA A EMISSÃO DE DAP.
EMISSÃO DA DAP	PORTARIA	173	21/07/2000	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DA DAP PARA FINS DO CRÉDITO RURAL PRONAF - PLANTA BRASIL.
PRONAF	PORTARIA	82	23/04/2000	CREDENCIA AS ENTIDADES RELACIONADAS A EMITIREM, CONFORME MODELO ANEXO, DECLARAÇÃO DE APTIDÃO PARA FINS DE OBTENÇÃO DE CRÉDITO PRONAF GRUPO "B" PARA AGRICULTOR(A). AQUICULTOR(A). PESCADOR(A), ARTESANAL, EXTRATIVISTA. INDÍGENA, RIBEIRINHO(A), LESÃO(5), REMANESCENTE DE QUILOMBO E PRESTADOR(A) DE SERVIÇO DE TURISMO NA ÁREA RURAL ENQUADRADOS(AS) NO CRÉDITO PRONAF GRUPO "B" NAS TERMOS DA RESOLUÇÃO CMPUBACEN/N° 2.766/2000.
INSTITUI REPRESENTAÇÕES DO MDA	PORTARIA	206	10/03/2000	INSTITUI PARA AS REGIÕES SUL, SUDESTE, NORDESTE E NORTE/CENTRO-OESTE, REPRESENTAÇÃO DESTE MINISTÉRIO.
PRONAF	PORTARIA	3	09/01/2000	CONSIDERADO OS TERMOS DA RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL RACEN DE N 02766. DE 10 DE AGOSTO DE 2000 (AR ALTERA E CONSOLIDA AS NORMAS APLICÁVEIS AOS FINANCIAMIENTOS RURAIS AO AMPARO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PRONAF.
PRONAF	PORTARIA	3	09/01/2000	A ADESÃO AO PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO É OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS FINANCIAMENTOS DE CUSTEIO AO AMPARO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF PLANTA BRASIL PARA AS CULTURAS E REGIÕES QUE FAZEM PARTE DO ZONEANIENLO A°ROCLIMALMCO DEFINIDA PELA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. PARÁGRAFO ÚNICO - EXCETUAM-SE DA OLMRIGATORIEILADC DE QUE TRATA ESTE ARTIGO OS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS SOB A MODALIDADE ROTATIVO. BEM ASSIM OS QUE TENHAM

				COBERTURA DE OUTRO SEGURO AGRÍCOLA OU OUTRA FORMA DE PROTEÇÃO DE RISCO.
INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO	PORTARIA CONJUNTA	1	08/12/2010	INSTITUI O GRUPO DE TRABALHO DE APERFEIÇOAMENTO DE MECANISMOS PARA ACESSO INDÍGENA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL.
PRORROGA O PRAZO DE EXECUÇÃO	PORTARIA CONJUNTA	2	01/06/2009	PRORROGA O PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO PACTUADO NA PORTARIA CONJUNTA Nº 03/2007.
2º SEMINÁRIO NACIONAL DO PAA	PORTARIA CONJUNTA	57	05/09/2008	ESTABELECER A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA E A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, EMPRESA PÚBLICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM O OBJETIVO DE IMPLEMENTAR A REALIZAÇÃO DO 2º SEMINÁRIO NACIONAL DO PAA, COM O TEMA " PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - BALANÇO E PERSPECTIVAS", CONFORME PLANO DE TRABALHO QUE É PARTE INTEGRANTE DA PRESENTE PORTARIA.
MODALIDADE DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PORTARIA CONJUNTA	49	03/07/2008	ESTABELECE TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MDA E A UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ- UTFPR. AUTROIZAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS. ESTABELECE ATRIBUIÇÕES PARA O EFETIVO DESEMPENHO DA COOPERAÇÃO.
CCOOPERAÇÃO	PORTARIA CONJUNTA	5	12/11/2007	ESTABELECER A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT E A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA, POR MEIO DO CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DOS TABULEIROS COSTEIROS - EMBRAPA - TABULEIROS COSTEIROS, OBJETIVANDO A ARTICULAÇÃO PARA A GERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS, DE BASE ECOLÓGICA, PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DE SERGIPE, NO VALOR DE R$ 55.000,00, DOS QUAIS R$ 49.500,00 FICARÃO A CARGO DO MDA E R$ 5.500,00 A TÍTULO DE CONTRAPARTIDA DA EMBRAPA, EM INFRA-ESTRUTURA E PESSOAL.
COOPERAÇÃO	PORTARIA CONJUNTA	4	12/07/2007	ESTABELECER A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PREPARO DE CAFÉ VIA ÚMIDA, ASSOCIATIVAS E SOLIDÁRIAS, EM COMUNIDADES DE AGRICULTORES FAMILIARES, PARA A PRODUÇÃO DE CAFÉS ESPECIAIS, NA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, NA BAHIA, CONFORME PLANO DE TRABALHO QUE É PARTE INTEGRANTE DA PRESENTE PORTARIA.
COOPERAÇÃO	PORTARIA CONJUNTA	2	12/04/2007	ESTABELECER A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT E A SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA - SEAP, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE UM FRIGORÍFICO DE PEIXE NO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR, CONFORME PLANO DE TRABALHO QUE É PARTE INTEGRANTE DA PRESENTE PORTARIA.
COOPERAÇÃO	PORTARIA CONJUNTA	1	12/03/2007	ESTABELECER A COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MDA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT E A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CONCÓRDIA - EAFC, OBJETIVANDO A ESTRUTURAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO MEL POR MEIO DA CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O ENTREPOSTO DO MEL NA EAFC, VISANDO LEGALIZAR A PRODUÇÃO DE MEL EXISTENTE NO TERRITÓRIO ALTO URUGUAI CATARINENSE, BEM COMO SERVIR DE UNIDADE DIDÁTICA AOS ALUNOS DA EAFC, CONFORME PLANO DE TRABALHO QUE É PARTE INTEGRANTE DA PRESENTE PORTARIA.
COOPERAÇÃO ENTRE MDA/CONAB	PORTARIA CONJUNTA	21	14/12/2006	ESTABELECE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA E A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, EMPRESA PÚBLICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM O OBJETIVO DE OPERACIONALIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES DE VARIEDADES DE MILHO E FEIJÃO CAUPI PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO.
COOPERAÇÃO ENTRE MDA/EMBRAPA/IBRAVIN	PORTARIA CONJUNTA	22	14/12/2006	ESTABELECE COOPERAÇÃO E DISPONIBILIZA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS COM O PROPÓSITO DE APOIO FINANCEIRO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE DETECÇÃO DA ÁGUA ESTRANHA À UVA.

COOPERAÇÃO ENTRE SDT-MDA/INCRA/CODEVASF	PORTARIA CONJUNTA	10	17/08/2006	ESTABELECE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT, E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, POR INTERMÉDIO DE SUA SEGUNDA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE BENEFICIAMENTO DE CARNE CAPRINA/OVINO, ESMAGAMENTO DE OLEAGINOSAS PARA FINS DE PRODUÇÃO DE BIODIESEL E PRODUÇÃO/BENEFICIAMENTO DE PEIXES EM TANQUES-REDE, NOS MUNICÍPIOS DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS, SERRA DO RAMALHO, MALHADA E BOM JESUS DA LAPA, LOCALIZADOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF E NO TERRITÓRIO RURAL DO VELHO CHICO DE ATUAÇÃO DA SDT/MDA.
COOPERAÇÃO ENTRE SDT-MDA/INCRA/CODEVASF	PORTARIA CONJUNTA	11	17/08/2006	ESTABELECE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT, E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE REPRODUÇÃO E MELHORAMENTO GENÉTICO DA CAPRINO/OVINOCULTURA NO VALE DE CURAÇÁ, EM COMUNIDADES DOS MUNICÍPIOS DE JAGUARARI, JUAZEIRO, UAUÁ E CURAÇÁ.
COOPERAÇÃO ENTRE MDA/CODEVASF	PORTARIA CONJUNTA	8	17/08/2006	ESTABELECE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT, E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE ALMOXARIFADO E AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO COM BAÚ ISOTÉRMICO PARA O ABATEDOURO DE AVES DE BOM JESUS DA LAPA E REGIÃO, NO ESTADO DA BAHIA.
COOPERAÇÃO ENTRE MDA/CODEVASF	PORTARIA CONJUNTA	9	17/08/2006	ESTABELECE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT, E A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE MEL EM GUANAMBI/BA.
COOPERAÇÃO ENTRE MDA/CONAB	PORTARIA CONJUNTA	2	05/08/2006	ESTABELECE COOPERAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA E A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, EMPRESA PÚBLICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM O OBJETIVO DE IMPLEMENTAR AÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS.
PRONAF	PORTARIA CONJUNTA	62	22/11/2002	ESTABELECER QUE AS DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PRONAF - DAP, CONCEDIDAS AOS EXTRATIVISTAS TRADICIONAIS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS - RESEX, RECONHECIDOS PELO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA COMO BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - PNRA, E DO CRÉDITO RURAL DESTINADO AO GRUPO A DO PRONAF, DEVEM SER EMITIDAS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - SR/INCRA, EM CONJUNTO COM O REPRESENTANTE DO ÓRGÃO REGIONAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, DOS BENEFICIÁRIOS E DA INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL QUE ASSISTE E ORIENTA OS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS
PRONAF	PORTARIA CONJUNTA	14	16/08/2002	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO E NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE CUSTEIO E INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF.
CRIA O PROGRAMA NACIONAL	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1	22/12/2015	CRIA O PROGRAMA NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E ESTABELECE OBJETIVOS E DIRETRIZES PARA SUA IMPLANTAÇÃO.
DESCENTRALIZAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE RECURSOS FINANCEIROS DO ORÇAMENTO - MDA/MMA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1	19/09/2006	APROVA A DESCENTRALIZAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE RECURSOS FINANCEIROS DO ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO EM FAVOR DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, NO VALOR DE R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE IMPLEMENTAR O PROJETO "FORMAÇÃO DE AGENTES MULTIPLICADORES E DIVULGADORES DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E DAS DELIBERAÇÕES SOBRE AGRICULTURA ORGÂNICA, FAMILIAR E URBANA".
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	123	28/12/2018	REGULAMENTO OPERATIVO DO FUNDO DE TERRAS
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	1	07/09/2018	APROVA, AD REFERENDUM DO CPFTRA, O MANUAL DE OPERAÇÃO DO CPR-SIB, CAF E NPT E O MANUAL DE OPERAÇÃO DO CPR-SIC.
RESOLUÇÃO DO CONDRAF	RESOLUÇÃO	117	05/12/2016	RESOLUÇÃO DO CONDRAF: INCORPORA O TERRITÓRIO RURAL LISTADO NO ANEXO I DESTA RESOLUÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS -PRONAT.
INCORPORAÇÃO DE TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS	RESOLUÇÃO	109	16/12/2015	RESOLUÇÃO DO CONDRAF - INCORPORAÇÃO DE TERRITÓRIOS E MUNICÍPIOS LISTADOS NOS ANEXOS AO PROGRAMA NACIONAL

				DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS - PRONAT.
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	RESOLUÇÃO	102	19/07/2015	CRIA O GRUPO TEMÁTICO PARA REFORMULAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E DE SUAS INSTÂNCIAS COM A FINALIDADE DE REVISAR OS NORMATIVOS VIGENTES E SEU FUNCIONAMENTO IMPACTANDO EM REVISÃO DO DECRETO NO - 4.854, DE 8 DE OUTUBRO DE 2003,
RESOLUÇÃO DO CONDRAF	RESOLUÇÃO	105	16/07/2015	RESOLUÇÃO DO CONDRAF: O COMITÊ PERMANENTE DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE RURAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDRAF TERÁ 6 (SEIS) MESES PARA O CUMPRIMENTO DO PREVISTO NO ARTIGO ANTERIOR.
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	2	12/05/2015	APROVA ALTERAÇÕES NOS MANUAIS DE OPERAÇÃO DAS LINHAS CPR-SIB, CAF, NPT, E CPR-SIC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
CONVOCAÇÃO DA 2° CNDRSS	RESOLUÇÃO	90	20/02/2013	RESOLUÇÃO DO CONDRAF: APROVA A CONVOCAÇÃO DA 2ª CNDRSS A SER REALIZADA EM 2013, BEM COMO APROVA RECOMENDAÇÕES AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO, A SER REALIZADA EM 2013, NA FORMA DOS ANEXOS A ESTA RESOLUÇÃO.
CONDRAF	RESOLUÇÃO	91	20/02/2013	RESOLUÇÃO DO CONDRAF: ALTERA ARTIGOS DA RESOLUÇÃO Nº 54/2005, CRIA O COMITÊ PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES.
FUNDO DE TERRAS LINHAS DE FINANCIAMENTO	RESOLUÇÃO	2	30/12/2009	APROVA O MANUAL DE OPERAÇÕES DA LINHA DE FINANCIAMENTO COMBATE À POBREZA RURAL - CPR, DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	1	07/09/2008	REVOGA "AD REFERENDUM" DO COMITÊ PERMANENTE DO FUNDO DE TERRAS E DO REORDENAMENTO AGRÁRIO, A RESOLUÇÃO Nº. 02, DE 21 DE JUNHO DE 2006, QUE APROVOU A NORMA DE REGULARIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS PROJETOS BENEFICIADOS COM RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA.
REGULARIZAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO FINANCIADOS DO FUNDO DA TERRA E REFORMA AGRÁRIA	RESOLUÇÃO	2	21/09/2006	APROVAR A NORMA PARA A REGULARIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA.
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	2	21/06/2006	OUTORGAR AO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. E AO BANCO DO BRASIL S.A. PODERES PARA ATUAREM COMO AGENTES FINANCEIROS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA NA CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS À AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E OBRAS NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA E CONDUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONCEDIDOS.
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	4	23/08/2005	AUTORIZA O BANCO DO BRASIL S.A. E O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., AGENTES FINANCEIROS CREDENCIADOS PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES PARA OPERAR COM RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA, A REPRESENTAR A UNIÃO, NOS ATOS RELACIONADOS AO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA NOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS CONCERNENTES AOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, NO ESTRITO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 93/98, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4.892/03, DO REGULAMENTO OPERATIVO DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA, APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 42, DE 13 DE ABRIL 2004, DO CONDRAF, E RESOLUÇÃO Nº 3.231, DE 31 DE AGOSTO DE 2004, DO CMN, E CONDRAF.
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	2	04/08/2005	APROVA, “AD REFERENDUM” DO COMITÊ PERMANENTE DO FUNDO DE TERRAS E DO REORDENAMENTO AGRÁRIO, OS TETOS REGIONAIS DE FINANCIAMENTO PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR FAMÍLIA, PARA AS PROPOSTAS DE FINANCIAMENTO CONTRATADAS POR MEIO DAS LINHAS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO COMBATE À POBREZA RURAL E NOSSA PRIMEIRA TERRA..
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	7	12/07/2005	AUTORIZAR A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGENTE FINANCEIRO CREDENCIADO PELO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES PARA OPERAR COM RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA, A REPRESENTAR A UNIÃO NOS ATOS RELACIONADOS AO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA E EM TODOS OS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS CONCERNENTES AOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, NO ESTRITO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 93/98, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 4.892/03, DO REGULAMENTO OPERATIVO DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA, APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 42, DE 13 DE ABRIL 2004, DO CONDRAF, E RESOLUÇÃO Nº 3.231, DE 31 DE AGOSTO DE 2004, DO CMN E CONDRAF.
FUNDO DE TERRAS	RESOLUÇÃO	1	16/03/2005	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SEREM APLICADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO.

RECURSOS	RESOLUÇÃO	186	17/06/2002	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E PARANÁ.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	187	17/06/2002	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA, NAS ASSOCIAÇÕES E NOS CONSÓRCIOS DE MUNICÍPIOS DA AMA, CONDERG, CONDERSUL E UNIPONTAL, NO ESTADO DE SÃO PAULO.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	189	17/06/2002	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA, NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA AMCESPAR DO ESTADO DO PARANÁ.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	190	17/06/2002	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA, NAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA AMAJA, AMCENTRO, AMGSR, AMLINORTE, AMM, AMUNOR, AMUPLAM, AMVAT, AMVARP, AMVRS, ASMURC, AMZOP E AZONASUL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	191	17/06/2002	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, PARA SER APLICADO NO ÂMBITO DO PROJETO CÉDULA DA TERRA, OBJETO DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO 4147-BR COM O BIRD, NOS ESTADOS DO CEARÁ, MARANHÃO, PERNAMBUCO E MINAS GERAIS.
MODELO DE RELATÓRIO DE ANÁLISE	RESOLUÇÃO	192	17/06/2002	APROVA O MODELO DE RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DOS PROJETOS DE FINANCIAMENTO A SEREM ENCAMINHADOS PELAS AGÊNCIAS ESTADUAIS E REGIONAIS DO BANCO DA TERRA À SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA.
PROPOSTA DE FINANCIAMENTO	RESOLUÇÃO	175	18/04/2002	RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA: AUTORIZA AS CONTRATAÇÕES DAS “PROPOSTAS DE FINANCIAMENTO” (FORMULÁRIO ANTIGO), APROVADAS PELAS AGÊNCIAS DO BANCO DA TERRA ATÉ DIA 07 DE JANEIRO DE 2002 E ENCAMINHADAS POR ESTAS AOS AGENTES FINANCEIROS ATÉ 30 DE ABRIL DE 2002, EXCEPCIONALIZANDO O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 170, DE 04 DE JANEIRO DE 2002, DESTE CONSELHO.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	176	18/04/2002	RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA: AUTORIZA A ALOCAÇÃO, NO BANCO DO BRASIL S/A, DA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS), DESTINADA À CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PREVISTAS NO PROGRAMA DE REORDENAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO, NO ÂMBITO DO BANCO DA TERRA, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS ACIMA CITADOS E DEMAIS NORMAS REGULAMENTADORAS DO PROGRAMA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	177	18/04/2002	RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA: AUTORIZA A ALOCAÇÃO, NO BANCO DO BRASIL S/A, DA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS), DESTINADA À CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PREVISTAS NO PROGRAMA DE REORDENAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO PARANAPANEMA - CIVAP, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO ÂMBITO DO BANCO DA TERRA, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS ACIMA CITADOS E DEMAIS NORMAS REGULAMENTADORAS DO PROGRAMA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	178	18/04/2002	RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA: AUTORIZA A ALOCAÇÃO, NO BANCO DO BRASIL S/A, DA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS), DESTINADA À CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PREVISTAS NO PROGRAMA DE REORDENAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - AMAMS, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, NO ÂMBITO DO BANCO DA TERRA, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS ACIMA CITADOS E DEMAIS NORMAS REGULAMENTADORAS DO PROGRAMA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	179	18/04/2002	RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA: AUTORIZA A ALOCAÇÃO, NO BANCO DO BRASIL S/A, DA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R$ 30.000.000,00 (TRINTA MILHÕES DE REAIS), DESTINADA À CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PREVISTAS NO PROGRAMA DE REORDENAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ÂMBITO DO BANCO DA TERRA, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS ACIMA CITADOS E DEMAIS NORMAS REGULAMENTADORAS DO PROGRAMA.

RECURSOS	RESOLUÇÃO	180	18/04/2002	RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA: AUTORIZA A ALOCAÇÃO, NO BANCO DO BRASIL S/A, DA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R$ 2.400.000,00 (DOIS MILHÕES E QUATROCENTOS MIL REAIS), DESTINADA À CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PREVISTAS NO PROGRAMA DE REORDENAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI - AMAU, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO ÂMBITO DO BANCO DA TERRA, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS ACIMA CITADOS E DEMAIS NORMAS REGULAMENTADORAS DO PROGRAMA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	181	18/04/2002	RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO BANCO DA TERRA: AUTORIZA A ALOCAÇÃO, NO BANCO DO BRASIL S/A, DA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS), DESTINADA À CONCESSÃO DE FINANCIAMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS E REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA PREVISTAS NO PROGRAMA DE REORDENAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - AMUCSER, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO ÂMBITO DO BANCO DA TERRA, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS ACIMA CITADOS E DEMAIS NORMAS REGULAMENTADORAS DO PROGRAMA.
PRORROGA O FUNCIONAMENTO CÂMARA TÉCNICA PROVISÓRIA DE EDUCAÇÃO RURAL	RESOLUÇÃO	31	12/04/2002	RESOLUÇÃO DA CNDRS: PRORROGA O FUNCIONAMENTO DA CÂMARA TÉCNICA PROVISÓRIA DE EDUCAÇÃO RURAL, PELO PRAZO DE 6 (SEIS) MESES.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	118	23/09/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA ATUÁRIA- - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO DOCE - ARDOCE, NO ESTADO-DE MINAS GERAIS, NO-ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	120	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A CAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE- TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NO ESTADO DE ALAGOAS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	121	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA BANCO DA TERRA, NO BANCO DO-BRASIL SIA, PARA SER APLICADO MO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO ÂMBITO DO-PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	122	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DA RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ALTA NOROESTE - AMAN, NO ESTADO DE SÃO PAULO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	124	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA. NO BANCO -DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRARIA A. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DÓ MÉDIO TIETÊ / ACAMPEI- AMTAU. NO ESTUDO DE -SÃO PAPIO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	125	23/08/2001	DISPÕE SOBRE RI ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA BANCO DA TERRA, NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADA, NO ESTADO DE SERGIPE NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	126	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	131	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCUÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NO ESTADO DA PARAÍBA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	132	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS C DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO- DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS MISSÕES - AMM, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO -SUL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	133	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A LOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO - BRASIL S/A, RECURSOS APLICADO--NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TAQUARI - AMVAT, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO ÂMBITO DÓ PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	134	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCAÇÃO DE RECURSOS .DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O -CONSÓRCIO INTER-MUNICIPAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA- E CAPIVARI E RESPECTIVAS SUB-BACIAS - CIBIIRPC, NO ESTADO-DE SÃO PAULO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO.

RECURSOS	RESOLUÇÃO	135	23/08/2001	DISPÕE SOBRE TI ALOCUÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO-DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ARARAQUARENSE - AMA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO ÂMBITO- DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.
RECURSOS	RESOLUÇÃO	136	23/08/2001	DISPÕE SOBRE A ALOCUÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA, NO BANCO DO BRASIL S/A, PARA SER APLICADO NOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI - AMAU; NO ESTADO DO RIO GRANDE DO- SUL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BANCO DA TERRA.

ANEXO VIII
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	AVISO	S/N	08/05/2020	TORNA PÚBLICA A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTEGRANTES DO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL (SNCR) PARA ATUAREM NA APLICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO FUNNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	AVISO	S/N	08/05/2020	TORNA PÚBLICOS OS VALORES ATRIBUÍDOS ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE MANIFESTARAM INTERESSE EM OPERAR RECURSOS DO FUNDO DE DESFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA- FUNCAFÉ NA SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	DECISÃO	25	09/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	DESPACHO	S/N	12/05/2016	AUTORIZA O SENHOR SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA A CELEBRAR CONTRATO COM OS BANCOS E COOPERATIVAS QUE TENHAM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	DESPACHO	S/N	26/01/2009	REGULAMENTA OFERTA DE PRÊMIO PARA ESCOAMENTO DE PRODUTO UVA - PEP UVA Nº 002/2008
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	DESPACHO	S/N	17/01/2008	REGULAMENTA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE MERCADORIAS RECEBIDAS EM DOAÇÃO E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS ÀS AÇÕES DE CARÁTER SOCIAL - Nº 005/2007
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	04/09/2019	ESTABELECE A ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2019/2020.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	21/08/2019	ESTABELCE A ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2019/2020.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	09/10/2018	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	16	09/04/2018	ATUALIZA OS CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO DE CULTIVARES NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	18/09/2017	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2017/2018
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	07/08/2017	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA ADICIONAL PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2016/2017
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	29/11/2016	INCLUI UNIDADE PRODUTORA NO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA/MAPA Nº 06, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	10/10/2016	INCLUI UNIDADE PRODUTORA NO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA/MAPA Nº 06, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	30/09/2016	INCLUI UNIDADE PRODUTORA NO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA/MAPA Nº 06, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	14/09/2016	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2017/2018
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	30/06/2016	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA ADICIONAL PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	12/05/2016	ESTABELECE O ACESSO DAS ATIVIDADES DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA, E ORIENTAÇÃO AO SUBSISTEMA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO - SISZARC, PELO SITE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	31/03/2016	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2015/2016
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	04/01/2016	RETIFICA O ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA/MAPA Nº 03, DE 31 DE MARÇO DE 2016
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	30/11/2015	RETIFICA O PREÂMBULO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA/MAPA Nº 02, DE 25/11/2015.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	25/11/2015	REALOCAÇÃO DE COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL - ANO-SAFRA 2015/2016
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	15/10/2015	COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL - ANO-SAFRA 2015/2016
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	12/09/2015	INCLUI UNIDADE PRODUTORA NO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SPA/MAPA Nº 02, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015,
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	04/11/2014	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA ADICIONAL PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2014/2015
SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS (SNCUA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	09/07/2013	ALTERA O ESCALONAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS ESTABELECIDO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010, A SER CUMPRIDO PELAS UNIDADES ARMAZENADORAS DE ACORDO COM A TABELA ABAIXO:
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	09/10/2012	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	02/02/2012	ESPECIFICA, PARA FINS DE INDICAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA NO ZARC DO MAPA, MACRORREGIÕES SOJÍCOLAS E RESPECTIVAS REGIÕES EDAFOCLIMATICAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	02/02/2012	ESPECIFICA, PARA FINS DE INDICAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA NO ZARC DO MAPA, MACRORREGIÕES SOJÍCOLAS E RESPECTIVAS REGIÕES EDAFOCLIMATICAS
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	22/11/2011	ESTABELECE QUE A ANÁLISE SENSORIAL DO CAFÉ TORRADO EM GRÃO E CAFÉ TORRADO E MOÍDO, DISPOSTA NA INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 16, DE 24 DE MAIO DE 2010, SOMENTE SERÁ EXIGIDA APÓS 24 (VINTE E QUATRO) MESES A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	27/09/2011	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2011/2012
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	04/07/2011	ESTABELECE ALOCAÇÃO ÀS UNIDADES PRODUTORAS DE AÇÚCAR DA REGIÃO NORTE E NORDESTE DA COTA ADICIONAL PREFERENCIAL DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA O ANO SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	21/07/2010	INCLUI MUNICÍCPIOS NO ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DA CANA-DE-AÇÚCAR E ESTABELECE NORMAS PARA AS OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO AO SETOR SUCROALCOOLEIRO, NOS TERMOS DO ZONEAMENTO.
SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS (SNCUA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	08/01/2010	AUTORIZA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	11/12/2009	ESTABELECE A RENDA DO BENEFÍCIO E OS CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DA VALORAÇÃO DO ARROZ EM CASCA A SEREM UTILIZADOS COMO ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES À CLASSIFICAÇÃO OFICIAL DO PRODUTO NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL - AGF.
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	52	12/11/2009	INSTITUI O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA - SAPCANA.
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	27/08/2009	INSTITUI, NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA (SAPCANA).
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	30/03/2009	ESTABELECE QUE A INCLUSÃO, A ALTERAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES E A EXCLUSÃO DE CULTIVARES NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO FAR-SE-ÃO POR REQUERIMENTO DO OBTENTOR/MANTENEDOR DAS RESPECTIVAS CULTIVARES NO REGISTRO NACIONAL DE CULTIVARES - RNC OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL DIRIGIDO AO COORDENADOR-GERAL DE ZONEAMENTO AGROPECUÁRIO, DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCO RURAL
SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS (SNCUA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	72	31/12/2008	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DO CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES ARMAZENADORAS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	14/10/2008	ESPECIFICA, PARA FINS DE INDICAÇÃO DE CULTIVARES NO ZARC DO MAPA, REGIÕES HOMOGÊNEAS DE ADAPTAÇÃO DE CULTIVARES
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	09/10/2008	ADOTA NO ZARC DO MAPA ESPECIFICAÇÕES PARA SOLOS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	09/10/2008	ADOTA NO ZARC DO MAPA ESPECIFICAÇÕES PARA SOLOS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	29/08/2006	APROVA MODELOS DE REQUERIMENTOS, CRONOGRAMA DE ENVIO DE REQUERIMENTOS, E FORMULÁRIOS REFERENTES À INCLUSÃO E À MANUTENÇÃO DE CULTIVARES NO ZARC DO MAPA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2005/2006.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	27/07/2005	DEFINE ÁGIOS E DESÁGIOS SOBRE OS PREÇOS MÍNIMOS FIXADOS PELO DECRETO Nº 5.494, DE 20 DE JULHO DE 2005, PARA OS CAFÉS ARÁBICA E ROBUSTA, SAFRA 2004/2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	14/06/2005	ADOTAÇÃO DO ZONEAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS PARA OS SOLOS LISTADOS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	04/11/2004	DEFINE QUE OS EFEITOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 14.08.2003, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22.08.2003, NÃO ALCANÇAM OS ESTADOS DO ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDÔNIA E RORAIMA, LOCALIZADOS NA REGIÃO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	15/10/2004	APROVA TABELA REFERENTE ÀS INFORMAÇÕES MÍNIMAS PARA INCLUSÃO DE CULTIVARES DE FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA (L.) WALP.) NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	31/01/2003	APROVA TABELA E QUADROS REFERENTES ÀS INFORMAÇÕES MÍNIMAS PARA INCLUSÃO DE CULTIVARES DE SORGO GRANÍFERO (SORGHUM SPP.) NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	16/08/2002	APROVA, EM CARÁTER EMERGENCIAL E PARA APLICAÇÃO NOS CONTRATOS DE OPÇÃO DE CAFÉ, SAFRA 2001/2002, AUTORIZADOS POR MEIO DA RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL Nº 3.007, DE 2 DE AGOSTO DE 2002, A NORMA ESPECÍFICA DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE QUALIDADE PARA A CLASSIFICAÇÃO DO CAFÉ BENEFICIADO, CONFORME ANEXO I DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.
SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS (SNCUA)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	08/06/2001	APROVA OS REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS OU RECOMENDADOS PARA CERTIFICAÇÃO DE UNIDADES ARMAZENADORAS EM AMBIENTE NATURAL E O REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS UNIDADES ARMAZENADORAS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	31/05/2001	AGRUPAMENTO DOS OS MUNICÍPIOS APTOS, AO CULTIVO DO TRIGO, PARA FINS DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	29	04/09/2020	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2020/2021.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO AMAZONAS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	26/08/2020	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	26/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA MAMONA SEMIÁRIDO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO NO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO NO ESTADO DO AMAZONAS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2020/2021.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	20/08/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	27	06/08/2020	INFORMA OS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, SOBRE OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTOS A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCERLAS DE CRÉDITO RURAL.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	26	16/07/2020	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2018/2019 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DE SUL, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	13/07/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2020/2021.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	25	08/07/2020	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DE BLOQUEIO, DESBLOQUEIO E CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 1º DO DECRETO Nº 4.962, DE 22 DE JANEIRO DE 2004, E A FORMA DE JULGAMENTO, NAS HIPÓTESES DE IMPRECISÕES CADASTRAIS OU INDÍCIOS DE NÃO ENQUADRAMENTO NOS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES DE ELEGIBILIDADE DO PROGRAMA GARANTIA-SAFRA, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, IDENTIFICADOS APÓS O CRUZAMENTO DE DADOS COM BASES DE DADOS OFICIAIS E OUTRAS DISPONÍVEIS PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA).
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	25	08/07/2020	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS DE BLOQUEIO , DESBLOQUEIO E CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	23	06/07/2020	INFORMA AOS AGENTES FINACEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NA OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	23	06/07/2020	INFORMA AOS AGENTES FINACEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FMAILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NA OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	21	09/06/2020	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS À SAFRA 2018/2019 AO AGRICULTORES (A) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS CONSTANTES NO ANEXO.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	21	09/06/2020	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS À SAFRA 2018/2019 AO AGRICULTORES (A) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	20	05/06/2020	INFORMA AOS AGENTES FINACEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FMAILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NA OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	20	05/06/2020	INFORMA AOS AGENTES FINACEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FMAILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NA OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MOT GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	28/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	21/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO AMAZONAS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOÍAS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO , ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL , ANO-SAFRA 2020/2021

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	15/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	17	07/05/2020	INFORMA OS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, SOBRE OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTOS A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCERLAS DE CRÉDITO RURAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	07/05/2020	INFORMA OS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, SOBRE OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTOS A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCERLAS DE CRÉDITO RURAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	05/05/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2020/2021
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2020/2021.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	22/04/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2020/2021.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	15	14/04/2020	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVO A SAFRA 2018/2019 AOS AGRICULTORES QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS CONSTANTES NO ANEXO.
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	PORTARIA	13	06/04/2020	DEFINE OS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA - FUNCAFÉ ENTRE OS AGENTES FINANCEIROS, PARA SAFRA 2020/2021.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	11	06/04/2020	DEFINE OS CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE VERIFICAÇÃO DE PERDA NA SAFRA 2019/2020
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	12	06/04/2020	INFORMA OS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, SOBRE OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTOS A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCERLAS DE CRÉDITO RURAL.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	9	13/03/2020	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVO A SAFRA 2018/2019 AOS AGRICULTORES QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS CONSTANTES NO ANEXO.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	8	05/03/2020	INFORMA OS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, SOBRE OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTOS A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCERLAS DE CRÉDITO RURAL.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	66	03/03/2020	PUBLICA PREÇOS MÍNIMOS PARA O CAFÉ ARÁBICA E CONILON, SAFRA 2020/2021
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	46	11/02/2020	FIXA VALORES, COMO PREÇO DE LIBERAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS – PLE – PARA O MILHO EM GRÃOS, SAFRA 2019/2020, PARA OPERAÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA CONAB
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	7	07/02/2020	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVO A SAFRA 2018/2019 AOS AGRICULTORES QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS CONSTANTES NO ANEXO.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	6	06/02/2020	INFORMA OS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, SOBRE OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTOS A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCERLAS DE CRÉDITO RURAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 133 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 138 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 128 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 31 DE 28 DE JANEIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE JANEIRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 499 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO

				CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE ALAGOAS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 141 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 466 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO CEARÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 462 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 465 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA PARAÍBA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 463 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE PERNAMBUCO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 140 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PIAUÍ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 464 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 500 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SERGIPE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 134 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ACRE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	05/02/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE AMAZONAS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	05/02/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE AMAPÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 137 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PARÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 135 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE RONDÔNIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 236 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE RORAIMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 136 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE TOCANTINS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 131 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 4 DE 19 DE MARÇO DE 2013, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE MARÇO DE 2013, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 132 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 30 DE 28 DE JANEIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE JANEIRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SÃO PAULO.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 32 DE 28 DE JANEIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE JANEIRO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 130 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	05/02/2020	REVOGA A PORTARIA Nº 129 DE 28 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2011, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	15/01/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	15/01/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	15/01/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	15/01/2020	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2019/2020.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	4	14/01/2020	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVO A SAFRA 2018/2019 AOS AGRICULTORES QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS CONSTANTES NO ANEXO.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	7	10/01/2020	FIXA VALORES, COMO PREÇO DE LIBERAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS – PLE – PARA O ARROZ EM CASCA E TRIGO, PARA OPERAÇÕES A SEREM REALIZADAS PELA CONAB, SAFRA 2018/2019 E 2019/2020
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	3	07/01/2020	INFORMA OS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, SOBRE OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTOS A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCERLAS DE CRÉDITO RURAL.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	313	30/12/2019	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTOS EXTRATIVOS DA SAFRA 2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	374	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	378	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	381	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	382	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, PARA DUPLO PROPÓSITO (FORRAGEM + GRÃO), NO ESTADO DO PARANÁ, ANOSAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	384	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, PARA DUPLO PROPÓSITO (FORRAGEM + GRÃO), NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	385	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	386	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	388	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	389	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	390	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	391	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	394	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	367	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	368	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020,

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	369	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	371	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	372	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	375	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	379	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	383	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, PARA DUPLO PROPÓSITO (FORRAGEM + GRÃO), NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	392	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	393	23/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	377	22/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	380	22/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	370	19/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	373	19/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	356	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	359	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	363	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	364	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	357	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	358	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	360	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	361	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	362	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	365	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	366	17/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA - 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020,
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	280	10/12/2019	PUBLICA O PREÇO MÍNIMO DA UVA INDUSTRIAL, AFRA 2019/2020, PARA OS ESTADOS DAS REGIÕES SUL, SUDESTE E NORDESTE, COM VIGÊNCIA DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	331	06/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	355	03/12/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	5.318	12/11/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS AS SAFRAS 2016/2017 (EXCEPCIONALMENTE) E 2018/2019 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS CONSTANTES NO ANEXO.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	343	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	344	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	346	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	347	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	348	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	341	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	345	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	349	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	350	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	351	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	352	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	353	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	354	12/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	318	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE GOIÁS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	319	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE MATO GROSSO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	320	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	321	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	323	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO CEARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	326	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	327	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	329	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE SERGIPE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	330	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	331	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	332	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	333	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	334	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO ACRE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	335	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO AMAZONAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	338	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE RONDÔNIA,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	339	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE RORAIMA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	322	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	324	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO MARANHÃO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	328	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	337	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DO PARÁ,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	340	06/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DE TOCANTINS

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	310	05/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	311	05/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	312	05/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	313	05/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	316	05/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	317	05/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	314	05/11/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	294	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	296	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	297	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	298	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	299	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	301	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	302	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	303	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	304	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	305	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	306	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	308	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	295	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	300	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	307	31/10/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	4.876	15/10/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2017/2018 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS CONSTANTES NO ANEXO.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	4.725	04/10/2019	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TÊM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE OUTUBRO DE 2019 A 09 DE NOVEMBRO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	282	30/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 288 E 5, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2011 E DE 6 DE MARÇO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	283	30/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 290 E 6, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2011 E DE 6 DE MARÇO DE 2019,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	284	30/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 292 E 7, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2011 E DE 6 DE MARÇO DE 2019

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	285	30/09/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 9, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE MARÇO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	286	30/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 293 E 11, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2011 E DE 6 DE MARÇO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	287	30/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 291 E 12, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE AGOSTO DE 2011 E DE 6 DE MARÇO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	288	30/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 294 E 13, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2011 E DE 6 DE MARÇO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	290	30/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 289 E 15, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE AGOSTO DE 2011 E DE 6 DE MARÇO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	292	30/09/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 10, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE MARÇO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	289	30/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 295 E 14, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2011 E DE 6 DE MARÇO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	291	30/09/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 8, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE MARÇO DE 2019
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	4.315	13/09/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2017/2018 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA EM MUNICÍPIOS.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	4.205	06/09/2019	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE SETEMBRO DE 2019 A 09 DE OUTUBRO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 162 E 77, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE MAIO DE 2011 E DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE GOIÁS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 98 E 79, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE ABRIL DE 2011 E DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 404 E 80, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 200 E 81, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2011 E DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	03/09/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 405, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2011 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA IRRIGADA NO ESTADO DO CEARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 103 E 82, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE ABRIL DE 2011 E DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO MARANHÃO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	264	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 284 E 83, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009 E DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA PARAÍBA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	266	03/09/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 104, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE ABRIL DE 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	03/09/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 406, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2011 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA IRRIGADA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	268	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 405 E 98, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SERGIPE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	269	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 96 E 85, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE ABRIL DE 2011 E DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO ACRE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	03/09/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 86, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE JULHO DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO AMAPÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 264 E 87, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 03 DE NOVEMBRO DE 2009 E 26 DE JULHO

				DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO PARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	272	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 101 E 96, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE ABRIL DE 2011 E 26 DE JULHO DE 2019 E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE RONDÔNIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	273	03/09/2019	REVOGA A PORTARIA Nº 88, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE JULHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	274	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 128 E 97, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE MAIO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	275	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 102 E 89, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE ABRIL DE 2011 E DE 26 DE JULHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	276	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 268 E 90, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE AGOSTO DE 2010 E DE 26 DE JULHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	277	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 127 E 91, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE MAIO DE 2010 E DE 26 DE JULHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	278	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 267 E 92, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE AGOSTO DE 2010 E DE 26 DE JULHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	279	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 100 E 93, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE ABRIL DE 2011 E DE 26 DE JULHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	280	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 95 E 94, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE ABRIL DE 2011 E DE 26 DE JULHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	281	03/09/2019	REVOGA AS PORTARIAS NºS 126 E 95, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE MAIO DE 2010 E DE 26 DE JULHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	293	30/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2018/2019

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2019/2020

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	22/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	13/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	07/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	3.524	05/08/2019	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE AGOSTO DE 2019 A 09 DE SETEMBRO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	05/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	01/08/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE RORAIMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	24/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO TOCANTINS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	23/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE PERNAMBUCO.
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	3.165	17/07/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2017/2018 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	135	12/07/2019	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTOS DE VERÃO E REGIONAIS DA SAFRA 2019/2020 E 2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	11/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	2.931	04/07/2019	INFORMAR AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE JULHO DE 2019 A 09 DE AGOSTO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2019/2020

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020 .
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	01/07/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	27/06/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	27/06/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	27/06/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	22/06/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2019/2020
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	2.637	10/06/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2017/2018 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA NOS MUNICÍPIOS CONSTANTE NO ANEXO.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	2.578	05/06/2019	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE JUNHO DE 2019 A 09 DE JULHO DE 2019
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	2.222	15/05/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2017/2018 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA EM MUNICÍPIOS
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	2.079	06/05/2019	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE MAIO DE 2019 A 09 DE JUNHO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	05/05/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TOPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DE SERGIPE

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	05/05/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TOPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DE SERGIPE
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	1.689	12/04/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2017/2018 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA, EM ABRIL/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	10/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	10/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2018/2019,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TOPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL, COM IRRIGAÇÃO, NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	05/04/2019	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL, COM IRRIGAÇÃO, NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DE GOIÁS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DE GOIÁS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DE MATO GROSSO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DE MATO GROSSO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DE TOCANTINS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL (CULTIVO IRRIGADO) E SUBTROPICAL AMENO (CULTIVO SEQUEIRO), NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL (CULTIVO IRRIGADO) E SUBTROPICAL AMENO (CULTIVO SEQUEIRO) NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA TROPICAL (CULTIVO IRRIGADO) E SUBTROPICAL AMENO (SEQUEIRO), NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA SUBTROPICAL FRIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TOPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL (CULTIVO IRRIGADO) E SUBTROPICAL AMENO (CULTIVO SEQUEIRO) NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA SUBTROPICAL FRIO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA SUBTROPICAL FRIO NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO NO ESTADO DO MARANHÃO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL COM IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DE TOCANTINS,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL (CULTIVO IRRIGADO) E SUBTROPICAL AMENO (CULTIVO SEQUEIRO) NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL (CULTIVO IRRIGADO) E SUBTROPICAL AMENO (CULTIVO SEQUEIRO), NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA TROPICAL (CULTIVO IRRIGADO) E SUBTROPICAL AMENO (SEQUEIRO), NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA TROPICAL (CULTIVO IRRIGADO) E SUBTROPICAL AMENO (CULTIVO SEQUEIRO) NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	05/04/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA CLIMA SUBTROPICAL AMENO CULTIVO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	1.527	04/04/2019	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE ABRIL DE 2019 A 09 DE MAIO DE 2019
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	1.161	14/03/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2017/2018 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA, EM MARÇO/2019
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	31	11/03/2019	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA CAFÉ ARÁBICA E CONILON, LARANJA IN NATURA, TRIGO E SEMENTES, DA SAFRA 2019/2020.
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	1.067	08/03/2019	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE MARÇO DE 2019 A 09 DE ABRIL DE 2019
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	728	14/02/2019	PRORROGA A EXCEPCIONALIDADE PREVISTA NA PORTARIA Nº 204, DE 22 DE MARÇO DE 2017, PARA AS SAFRAS 2018/2019 E 2019/2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DO CEARÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DA PARAÍBA

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	13/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA, NO ESTADO DE SERGIPE
GARANTIA-SAFRA	PORTARIA	684	12/02/2019	AUTORIZA O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS A SAFRA 2017/2018 AOS AGRICULTORES (AS) QUE ADERIRAM AO GARANTIA-SAFRA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	07/02/2019	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, PARA DUPLO PROPÓSITO (FORRAGEM + GRÃO), NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	07/02/2019	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, PARA DUPLO PROPÓSITO (FORRAGEM + GRÃO), NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR (PGPAF)	PORTARIA	568	06/02/2019	INFORMA AOS AGENTES FINANCEIROS, OPERADORES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, OS PRODUTOS QUE TEM DIREITO E O VALOR DOS BÔNUS DE DESCONTO A SER CONCEDIDO NAS OPERAÇÕES E PARCELAS DE CRÉDITO RURAL QUE SERÃO OBJETO DE PAGAMENTO OU AMORTIZAÇÃO PELOS MUTUÁRIOS NO PERÍODO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2019 A 09 DE MARÇO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	01/02/2019	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA DO CACAU E PARA OS CICLOS ANUAIS DE PRODUÇÃO NO ESTADO DE RORAIMA
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	158	15/01/2019	PUBLICA O PREÇO MÍNIMO DA UVA INDUSTRIAL 15º GLUCOMÉTRICOS, DA SAFRA 2018/19, PARA OS ESTADOS DAS REGIÕES SUL, SUDESTE E NORDESTE.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	141	08/01/2019	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTOS EXTRATIVOS DA SAFRA 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	299	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	300	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	301	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	302	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	303	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	305	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	306	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	304	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	307	27/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	292	20/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	293	20/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	294	20/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	295	20/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	297	20/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	298	20/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	296	20/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2018/2019

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	276	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	277	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/201
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	278	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	279	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	280	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	281	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	282	19/12/2018	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	283	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	284	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	285	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	286	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	287	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	288	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	289	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	290	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	291	19/12/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	275	22/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	274	19/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	264	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	268	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	269	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	272	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	273	16/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	10/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	09/11/2018	RETIFICA A PORTARIA NÚMERO 257, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	09/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	08/11/2018	CANCELA A PORTARIA Nº 256, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018 E APROVA ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	06/11/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2018/2019
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	PORTARIA	3.403	03/10/2018	PRORROGA, PELO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, A PORTARIA Nº 3.086, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018, PUBLICADA NO D.O.U. DE 05 DE SETEMBRO DE 2018, QUE SUBMETEU À CONSULTA PÚBLICA O PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE FLORESTAS PLANTADAS (PLANTARFLORESTAS).
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2018/2019

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2018/2019,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANOSAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	10/09/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2018/2019
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	PORTARIA	3.086	04/09/2018	SUBMETE À CONSULTA PÚBLICA, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA PORTARIA, A PROPOSTA DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE FLORESTAS PLANTADAS - PLANTARFLORESTAS. PARÁGRAFO ÚNICO. A PROPOSTA DO PLANO E O FORMULÁRIO PARA ENVIO DE SUGESTÕES E COMENTÁRIOS ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTP://WWW.AGRICULTURA.GOV.BR/ACESSO-A-INFORMACAO/PARTICIPACAOSOCIAL/CONSULTAS-PUBLICAS/CONSULTA-PUBLICA-DO-PLANO-NACIONAL-DE-DESENVOLVIMENTO-DE-FLORESTAS-PLANTADAS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	04/09/2018	CANCELA A PORTARIA Nº 107, DE 11 DE JULHO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2018, SEÇÃO I, PÁGINAS DE 32 A 40; E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	28/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	28/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	PORTARIA	523	24/08/2018	ESTABELECE AS CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP).
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	22/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	22/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	22/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	22/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	22/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	22/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	22/08/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2018/2019

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	20/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	19/07/2018	CANCELA A PORTARIA Nº 127, DE 11 DE JULHO DE 2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	12/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	12/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	11/07/2018	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2018/2019

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	11/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	09/07/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2018/2019
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	PORTARIA	963	20/06/2018	DEFINE AS DIRETRIZES BÁSICAS DO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DO FEIJÃO E PULSES - PNDCFP/MAPA.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	935	19/06/2018	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE VERÃO, REGIONAIS E SEMENTES.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANOSAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANOSAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANOSAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANOSAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANOSAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2018/2019.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANOSAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO PERNAMBUCO, ANOSAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	07/06/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	14/05/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA -DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE SERGIPE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	07/05/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	03/05/2018	TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DAS PORTARIAS NºS 21, 22, 23 E 24, QUE FORAM PUBLICADAS INDEVIDAMENTE NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 30 DE ABRIL 2018, SEÇÃO 1, PÁGINAS 31 A 42
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO ACRE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DA BAHIA,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO CEARÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO MARANHÃO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	30/04/2018	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DA PARAÍBA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE TOCANTINS,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO DISTRITO FEDERAL, EM REGIME DE SEQUEIRO,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE GOIÁS,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE RONDÔNIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	30/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	23/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, COM IRRIGAÇÃO DE SALVAÇÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	23/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, COM IRRIGAÇÃO DE SALVAÇÃO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	23/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, COM IRRIGAÇÃO DE SALVAÇÃO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	23/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, COM IRRIGAÇÃO DE SALVAÇÃO, NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	23/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, COM IRRIGAÇÃO DE SALVAÇÃO, NO ESTADO DO CEARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	20/04/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	438	28/03/2018	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA CAFÉ ARÁBICA E CONILON, LARANJA IN NATURA, TRIGO E SEMENTE, DA SAFRA 2018/2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	23/02/2018	CANCELA A PORTARIA Nº 16, DE 23 DE JANEIRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JANEIRO DE 2018, NA SEÇÃO I, PÁGINAS 39 A 57; E APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	23/01/2018	REVOGA AS PORTARIAS 479 E 480 DE 30/11/2011; 56 A 64, DE 17/02/2011; 296 A 300, DE 03/08/2011; 379 A 381, DE 18/10/2011, REFERENTES AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO DAS CULTURAS DE GOIABA, PÊSSEGO, PERA E PIMENTA DO REINO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANOSAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	23/01/2018	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2017/2018

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	14/12/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	13/12/2017	REVOGA AS PORTARIAS DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO DAS CULTURAS: AÇAÍ, AMEIXA, CACAU, CITRUS, COCO, NECTARINA E PUPUNHA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	23/11/2017	REVOGA PORTARIAS 121 A 126, DE 18/04/2011; 414 E 415, DE 17/12/2009.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	2.346	22/11/2017	PUBLICA O PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL 15º GLUCOMÉTRICOS, DA SAFRA 2017/18.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	03/11/2017	CANCELA A PORTARIA Nº 62, DE 27 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2017, NA SEÇÃO I, PÁGINAS 75 A 80.; E APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	03/11/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	03/11/2017	CANCELA A PORTARIA Nº 67, DE 27 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2017, NA SEÇÃO I, PÁGINAS 108 A 112; E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	03/11/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	31/10/2017	SUBSTITUI CULTIVARES NOS ANEXOS DAS PORTARIAS NÚMEROS 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172 E 173, DE 14 DE AGOSTO DE 2017, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE AGOSTO DE 2017, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2017/2018, NO DISTRITO FEDERAL, E NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, MINAS GERAIS, SÃO PAULO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, ALAGOAS, BAHIA, CEARÁ, MARANHÃO, PARAÍBA, PERNAMBUCO, PIAUÍ, RIO GRANDE DO NORTE, SERGIPE, PARÁ E TOCANTINS, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, ,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO AMAPÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2017/2018

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	20/10/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	20/10/2017	CANCELA A PORTARIA Nº 205, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016, NA SEÇÃO I, PÁGINAS 4 E 5; E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA OLIVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	13/09/2017	CANCELA A PORTARIA Nº 12, DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017; E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	PORTARIA	498	01/09/2017	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS E PARA O CADASTRO DE PRODUTOS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF MAIS ALIMENTOS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	31/08/2017	CANCELA A PORTARIA Nº 18, DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017, NA SEÇÃO 1, PÁGINAS 96 A 112; APROVAR O ZONEAMENTO

				AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	23/08/2017	SUBSTITUI AS CULTIVARES INDICADAS NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, NOS ANEXOS DAS PORTARIAS 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 E 59, DE 27 DE JULHO DE 2017, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2017, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DO ACRE, BAHIA, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ, PARANÁ, RONDÔNIA, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SÃO PAULO, TOCANTINS E NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	15/08/2017	CANCELA A PORTARIA Nº 87, DE 27 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE JULHO DE 2017, E A RETIFICAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE AGOSTO DE 2017, NA SEÇÃO 1, PÁGINAS 13 E 14; APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	14/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	13/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	07/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	07/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	07/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	07/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	07/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	07/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	07/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	02/08/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2017/2018.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	27/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2017/2018

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	21/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	20/07/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	12/05/2017	TORNA SEM EFEITO A RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 2 DE MAIO DE 2017, SEÇÃO 1, PÁGINAS 16 E 17, REFERENTE À PORTARIA Nº 248, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	25/04/2017	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017; REVOGAR A PORTARIA Nº 245, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	PORTARIA	1	13/04/2017	DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS, CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA A EMISSÃO, VALIDAÇÃO, SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL DA DAP - DECLARAÇÃO DE APTIDÃO A PRONAF (DAP).
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	27/01/2017	SUBSTITUI CULTIVARES NOS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS 223, 225, 226, 227, 230, 231, 237, 238 E 222, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, RONDÔNIA E NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	26/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2016/2017
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	264	08/12/2016	PUBLICA O PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL 15º GLUCOMÉTRICOS, DA SAFRA 2016/17, PARA OS ESTADOS DAS REGIÕES SUL, SUDESTE E NORDESTE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	08/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	08/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	08/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	08/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	08/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	08/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	08/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	08/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	06/12/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	09/11/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA OLIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	05/10/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	20/08/2016	INCLUI AS CULTIVARES DE MILHO 1ª SAFRA NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS DOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 E 166 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DO ACRE, ALAGOAS, BAHIA, CEARÁ, NO DISTRITO FEDERAL, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARÁ, PARAÍBA, PERNAMBUCO, PIAUÍ, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO NORTE, RONDÔNIA, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SERGIPE, SÃO PAULO E TOCANTINS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	20/08/2016	INCLUI AS CULTIVARES DE SOJA NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 E 182 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DO ACRE, BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARA, PIAUÍ, PARANÁ, RONDÔNIA, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E TOCANTINS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	23/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	20/07/2016	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2017/2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2016/2017

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	20/07/2016	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2016/2017

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANOSAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2016/2017

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	20/07/2016	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2016/2017,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	20/07/2016	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2016/2017

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	20/07/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2016/2017
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	123	05/07/2016	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE VERÃO E SEMENTES DAS SAFRAS 2016/2017 E 2017, PARA OS PRODUTOS REGIONAIS E OS PRODUTOS EXTRATIVOS DA SAFRA 2016/2017.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	92	10/05/2016	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS CEREAIS DE INVERNO E CAFÉ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	01/05/2016	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 176, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO PIAUÍ, O ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	16/04/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	364	28/03/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	359	24/03/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	25/02/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	25/02/2016	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RORAIMA, ANO-SAFRA 2015/2016
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1	05/01/2016	FIXA O PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL PARA A SAFRA 2015/2016 NAS REGIÕES SUL, SUDESTE E NORDESTE É DE R$ 0,78 (SETENTA E OITO CENTAVOS DE REAL) POR QUILOGRAMA (KG), NO PERÍODO DE 1O DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	23/12/2015	EMENTA AO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 170, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DE GOIÁS, NO ITEM 3. PERÍODOS DE SEMEADURA, ALTERAR E PRORROGAR O PERÍODO DE SEMEADURA, QUE PASSA A SER DE 1º DE OUTUBRO A 31 DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	264	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	268	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	269	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	22/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	21/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	12/12/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	30/11/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	06/11/2015	SUBSTITUI ANEXO DA PORTARIA DE Nº 60, DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	29/09/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	29/09/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 167, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO ACRE, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 170, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DE GOIÁS, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 172, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 173, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, O ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 174, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO MATO GROSSO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 177, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO PARANÁ, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 178, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DE RONDÔNIA, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 179, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 180, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 168, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DA BAHIA, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 169, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO DISTRITO FEDERAL, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 171, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO MARANHÃO, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 175, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO PARÁ, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 176, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DO PIAUÍ, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJ

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 181, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	23/09/2015	SUBSTITUI, NO ANEXO DA PORTARIA DE Nº 182, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DE TOCANTINS, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2014/2015

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	04/08/2015	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	04/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	03/08/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2015/2016

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	31/07/2015	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	31/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2015/2016

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2015/2016,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2015/2016,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA -DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	30/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	28/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	28/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2015/2016
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	142	08/07/2015	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE VERÃO DAS SAFRAS 2015/2016 E 2016.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	07/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	04/07/2015	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	131	02/07/2015	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS CEREAIS DE INVERNO E SEMENTES, VÁLIDOS PARA A SAFRA DE 2015/2016, RELACIONADOS NO ANEXO I DESTA PORTARIA, FIXADOS PELO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, POR MEIO DO VOTO NO 16/2015 - CMN, DE 23 DE ABRIL DE 2015.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	94	06/05/2015	FIXA OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS CAFÉS ARÁBICA E CONILON COLHIDOS EM 2015.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1.178	22/12/2014	FIXA O PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL PARA A SAFRA 2014/2015 NAS REGIÕES SUL, SUDESTE E NORDESTE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	20/12/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	20/11/2014	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2014/2015

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2014/2015,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2014/2015,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	20/11/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	854	20/08/2014	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE VERÃO DAS SAFRAS 2014/2015 .
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	18/08/2014	INCLUIR AS CULTIVARES DE TRIGO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO, ANO-SAFRA 2013/2014, NOS ESTADOS DO PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA, APROVADO, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS DE NºS 196, 197 E 198, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	14/08/2014	INCLUI OS MUNICÍPIOS DE MORRO DO CHAPÉU, MUCUGÊ E RIO DE CONTAS, NO ITEM 5 DA PORTARIA Nº 330, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	11/08/2014	INCLUI AS CULTIVARES DE MILHO NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2013/2014, NOS ESTADOS DO ACRE, BAHIA, DO DISTRITO FEDERAL, DOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RONDÔNIA, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E TOCANTINS, APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS DE NºS 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	11/08/2014	INCLUI AS CULTIVARES DE SOJA NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A CULTURA DE SOJA, ANO SAFRA 2013/2014, NOS ESTADOS DO ACRE, BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PIAUÍ, PARANÁ, RONDÔNIA, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E TOCANTINS, APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS DE NºS 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135 E 136, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	11/08/2014	INCLUI AS CULTIVARES DE SORGO NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A CULTURA DE SORGO, ANO SAFRA 2013/2014, NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS, RIO GRANDE DO SUL, E SÃO PAULO, APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS DE NºS 141, 145 E 146, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	758	29/07/2014	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS CEREAIS DE INVERNO E SEMENTES VÁLIDOS PARA A SAFRA 2014/15
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	29/07/2014	INCLUI O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ITUETO NO NO ITEM 5.1 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 80, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	24/07/2014	INCLUI NO ITEM 5, RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO DE SEQUEIRO E/OU IRRIGADO, DA PORTARIA 479 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011, O MUNICÍPIO DE ITUPEVA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	23/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANOSAFRA 2014/2015

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2014/2015.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015 .
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANOSAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	22/07/2014	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/201
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2014/2015,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2014/2015,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2014/2015

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2014/2015

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2014/2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	22/07/2014	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	16/07/2014	INCLUI O MUNICÍPIO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS EM PORTARIAS DOS ANOS DE 2010 E 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	15/07/2014	ALTERA PORTARIA Nº 197, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	15/07/2014	ALTERA PORTARIA Nº 255, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	PORTARIA	38	04/07/2014	DISCIPLINA SOBRE OS PLANOS SIMPLIFICADOS OU PROJETOS TÉCNICOS DE CRÉDITO PARA O FINANCIAMENTO DE SISTEMAS DE BASE AGROECOLÓGICA OU PARA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	10/06/2014	INCLUI NO ITEM 5, RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO DE SEQUEIRO E/OU IRRIGADO, DA PORTARIA 479 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011, OS SEGUINTES MUNICÍPIOS: ITATIBA, JUNDIAÍ, LOUVEIRA, MORUNGABA, VALINHOS E VINHEDO.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	478	20/05/2014	DEFINE QUE OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS CAFÉS ARÁBICA E CONILON COLHIDOS EM 2014 SÃO OS RELACIONADOS A SEGUIR, COM SEUS RESPECTIVOS VALORES, ESPECIFICAÇÕES E PERÍODOS DE VIGÊNCIA:
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	520	20/05/2014	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS DOS PRODUTOS REGIONAIS DA SAFRA 2014/2015.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	429	15/05/2014	PUBLICA O PREÇO MÍNIMO DA LARANJA (CITRUS SINENSIS), PARA A SAFRA 2014/2015, PARA A SAFRA 2014/2015, EM TODO O BRASIL, COM VIGÊNCIA ATÉ MARÇO DE 2015.

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	378	29/04/2014	PUBLICA O PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL PARA A SAFRA 2013/2014 NAS REGIÕES SUL, SUDESTE E NORDESTE.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	241	21/03/2014	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA O ALGODÃO EM PLUMA, ALGODÃO EM CAROÇO, CAROÇO DE ALGODÃO E SEMENTE DE ALGODÃO, PARA A SAFRA DE VERÃO 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	17/01/2014	ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 80, DE 25/02/2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	26/12/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	26/12/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	05/12/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO ACRE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	05/12/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AVEIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	05/12/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DO GOIÁS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	264	05/12/2013	ALTERA PORTARIAS REFERENTES AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	05/12/2013	ALTERA PORTARIAS REFERENTES AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	266	05/12/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DA BAHIA; APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	05/12/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2013/2014 E REVOGA A PORTARIA Nº 22 DE 8 DE JULHO DE 2013, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE JULHO DE 2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	29/11/2013	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOS SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOS SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2013/2014

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO SERGIPE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2013/2014

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	29/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2013/2014

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	28/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1.146	22/11/2013	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE VERÃO, REGIONAIS E PRODUTOS DA CIBERDIVERSIDADE DA SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	19/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2013/2014
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1.128	12/11/2013	PUBLICA O PREÇO MÍNIMO DA LARANJA (CITRUS SINENSIS), PARA A SAFRA 2013/2014, NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS, COM VIGÊNCIA ATÉ MARÇO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	12/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	12/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	12/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	12/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	12/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	12/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	12/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	12/11/2013	ALTERA PORTARIAS ZARC
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	12/11/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	02/10/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2013/2014

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	05/09/2013	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2013/2014, NO ESTADO DO MARANHÃO, APROVADO PELA PORTARIA DE Nº 105 DE 11 DE JULHO DE 2013, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JU1HO DE 2013, A CULTIVAR DE GIRASSOL, CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO: GRUPO II SERGENTA SEDES LTDA: SYN 050A
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	05/09/2013	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2013/2014, NOS ESTADOS DO ACRE, BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, PARÁ, PIAUÍ, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RONDÔNIA, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E TOCANTINS APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS DE NºS 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 41, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58 E 59, DE 8 DE JUNHO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE JUNHO DE 2013, CULTIVARES DE MILHO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	05/09/2013	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO- SAFRA 2013/2014, NOS ESTADOS DO ACRE, BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DE GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ, RONDÔNIA, SÃO PAULO E TOCANTINS APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS DE NºS 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 74 E 75, DE 8 DE JUNHO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE JUNHO DE 2013, CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	05/09/2013	INCLUI A CULTIVAR DE FEIJÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA, ANO-SAFRA 2013/2014, NOS ESTADOS DO MATO GROSSO DO SUL, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS DE NºS 30, 33, 35, 36 E 38, DE 8 DE JUNHO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE JUNHO DE 2013
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	700	14/08/2013	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA O CACAU CULTIVADO (AMÊNDOA) E CACAU EXTRATIVO (AMÊNDOA) PARA A SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	12/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2013/2014.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	11/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2013/2014,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	08/07/2013	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2013/2014,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	08/07/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	08/06/2013	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2013/2014.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	308	17/05/2013	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE INVERNO DA SAFRA 2013.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	309	17/05/2013	FIXA OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS CAFÉS ARÁBICA E ROBUSTA COLHIDOS EM 2013.
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	105	28/02/2013	FIXA EM 25% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	32	16/01/2013	DEFINIE O PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL PARA A SAFRA 2012/2013 NAS REGIÕES SUL, SUDESTE E NORDESTE.
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	PORTARIA	97	13/12/2012	INSTITUI O PROGRAMA MAIS ALIMENTOS NAS MODALIDADES NACIONAL E INTERNACIONAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	318	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	319	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	324	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AVEIA NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	325	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AVEIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	327	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	330	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	333	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	334	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	335	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	336	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	337	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	338	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	339	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	340	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	341	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	343	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	344	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	345	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	346	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	347	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	356	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	357	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	368	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	369	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	348	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	320	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	321	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	322	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	323	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AVEIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	325	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO CACAU NO ESTADO DA PARAÍBA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	326	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	328	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	329	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	332	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	342	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	349	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	350	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	351	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	352	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	353	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	355	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	358	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	359	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	360	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	361	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	362	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	363	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	364	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	365	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	366	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	367	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	370	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	372	06/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	317	05/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	371	03/12/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	276	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	277	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	278	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	279	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	280	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	282	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	283	20/11/2012	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	284	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	285	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	286	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	287	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	288	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	289	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	290	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	291	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	292	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	294	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	297	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	298	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	300	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	303	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	304	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	306	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	307	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	308	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	310	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	311	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	312	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	313	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	314	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	316	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO, INCLUIR O MUNICÍPIO DE PINHALZINHO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	295	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	296	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	301	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	302	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	305	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	309	20/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	299	02/11/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	264	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	266	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	268	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	269	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	272	23/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	11/10/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	12/09/2012	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2012/2013, NO ESTADO DO PARANÁ, APROVADO PELA PORTARIA Nº 135, DE 9 DE JULHO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2012, AS CULTIVARES DE SOJA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	10/09/2012	INCLUI O MUNICÍPIO DE ITAPICURUNO ANEXO DA PORTARIA Nº 459, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DA BAHIA, NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	03/09/2012	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	03/09/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	27/08/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	27/08/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	21/08/2012	INCLUI, NO ANEXO DA PORTARIA Nº 136, DE 9 DE JULHO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2012, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013, O ITEM 6. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PERÍODOS DE SEMEADURA INDICADOS PARA O CULTIVO DE SOJA COM ATENDIMENTO DAS FINALIDADES DO PROGRAMA PARA REDUÇÃO DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA NA AGRICULTURA
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	741	10/08/2012	PUBLICA O PREÇO MÍNIMO DO SUÍNO POR QUILO VIVO, NAS REGIÕES SUL E SUDESTE E CENTRO-OESTE; E PUBLICA O PREÇO MÍNIMO DA LARANJA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	07/08/2012	INCLUI O MUNICÍPIO DE PIO IX NO ITEM 5 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 41, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	701	30/07/2012	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE VERÃO E PRODUTOS DA SÓCIOBIODIVERSIDADE DA SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	25/07/2012	INCLUI AS CULTIVARES DE MILHO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2012/2013, NO ESTADO DO PARANÁ, APROVADO PELA PORTARIA Nº 84, DE 14 DE JUNHO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	25/07/2012	INCLUI AS CULTIVARES DE SOJA NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO SAFRA 2012/2013, NO ESTADO DA BAHIA E NO DISTRITO FEDERAL APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS NºS 147 E 148, DE 9 DE JULHO DE 2012, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	11/07/2012	INCLUI AS CULTIVARES DE MILHO NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2012/2013, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARÁ, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RONDÔNIA, SÃO PAULO, SANTA CATARINA, TOCANTINS, RIO GRANDE DO SUL E PIAUÍ APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS DE NºS 75, 76, 77, 78,79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90 E 91, DE 14 DE JUNHO DE 2012, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	11/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2021/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	09/07/2012	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	09/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	03/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	03/07/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/201.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANOSAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	26/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	14/06/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	425	17/05/2012	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE INVERNO DA SAFRA 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	10/05/2012	REVOGA A PORTARIA Nº 23, DE 25 DE JANEIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2011, SEÇÃO I PÁGINAS 10 E 11, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011; REVOGA A PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2011, SEÇÃO I PÁGINA 11, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2011.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2012/2013,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	10/05/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	09/05/2012	ALTERA OS PERÍODOS DE SEMEADURA INDICADOS PARA O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ CONSTANTES DO ITEM 5 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 9, DE 4 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE JANEIRO DE 2012, SEÇÃO 1, PÁGINAS 23 A 25, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	28/03/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012; E REVOGA A PORTARIA Nº 8 DE 4 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE JANEIRO DE 2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	28/03/2012	RENOVA O CREDENCIAMENTO NÚMERO BR SP 426, DA EMPRESA BRASFITO SERVIÇOS TÉCNICOS E AGROENGENHARIA LTDA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	02/03/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	02/03/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	116	28/02/2012	FIXA PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL PARA A SAFRA 2011/2012 NAS REGIÕES SUL, SUDOESTE E NORDESTE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	07/02/2012	ALTERA A FICHA DE INCLUSÃO DE CULTIVARES/ALTERAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES DA CULTURA DE SOJA ESTABELECIDA NO ANEXO III DA PORTARIA Nº 53, DE 3 DE ABRIL DE 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	26/01/2012	REVOGA A PORTARIA Nº 511, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011, E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	04/01/2012	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	04/01/2012	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	366	23/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	507	16/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AVEIA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	508	16/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AVEIA NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	509	16/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AVEIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	510	16/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	512	16/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	514	16/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	515	16/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	513	16/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	492	13/12/2011	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	494	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	495	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	496	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	497	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	501	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	505	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	506	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	482	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	483	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	484	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	485	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	486	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	487	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	488	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	489	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	490	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	491	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	493	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	498	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	502	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	503	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	504	13/12/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	468	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	470	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	476	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	454	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	455	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	456	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	457	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	458	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DO PARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	459	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	460	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	461	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DE SERGIPE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	467	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	471	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	472	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	473	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANOSAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	474	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	475	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	477	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	478	30/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	445	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	446	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	447	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	448	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANOSAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	449	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	450	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	451	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	452	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	453	22/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	403	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	404	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	405	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	406	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	407	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	408	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	409	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	410	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	412	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	413	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	414	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	415	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	416	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	417	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	418	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	419	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	420	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	421	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	429	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	430	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	431	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	432	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	433	18/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CACAU NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	933	17/11/2011	DETERMINA QUE OS ESTUDOS DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO APROVADOS POR ESTE MINISTÉRIO SEJAM DIVULGADOS EM PORTARIAS PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	516	16/11/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	391	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	392	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	393	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	394	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	395	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	396	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	397	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	398	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	399	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	400	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	401	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	402	27/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	382	18/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	383	18/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	384	18/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	385	17/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	386	17/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	386	17/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	387	17/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	389	17/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	390	17/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	388	17/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	376	13/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	374	13/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	375	13/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	377	13/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	378	13/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	357	08/10/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	366	23/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	370	23/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	371	23/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	367	23/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MELANCIA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	368	23/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	369	23/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	372	23/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	373	23/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	364	16/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	365	16/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	361	14/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANGA NO ESTADO DA BAHIA,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	362	14/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANGA NO ESTADO DE SÃO PAULO,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	363	14/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANGA NO ESTADO DE PERNAMBUCO,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	11/09/2011	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA - LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - SOJA - SAFRA 2001/2002.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	349	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	350	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE GOIÁS,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	354	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO PIAUÍ,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	355	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO CEARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	358	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	353	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	356	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DA PARAÍBA; REVOGA A PORTARIA NO - 396, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	357	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	359	09/09/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE SERGIPE,
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	678	31/08/2011	FIXA EM 20% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ETANOL ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	342	29/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	343	29/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	345	29/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	346	29/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	347	29/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	348	29/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	329	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	330	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	331	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	334	16/08/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	335	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	336	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	337	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANOSAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	338	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	339	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	332	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANOSAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	333	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	340	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	329	16/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	307	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	310	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	312	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	313	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	314	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	315	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	316	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	317	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	318	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	319	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	320	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	321	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	322	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	323	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	324	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SISAL NO ESTADO DA PARAÍBA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	308	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	309	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	311	15/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	303	05/08/2011	REVOGA A PORTARIA NO - 302, DE 03 DE AGOSTO DE 201, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	281	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE MATO GROSSO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	282	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	283	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	284	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	285	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	285	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	286	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	287	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	288	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	289	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	290	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	291	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	293	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	294	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	295	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	302	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO MARANHÃO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	301	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	289	03/08/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DE SERGIPE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	266	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	268	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	269	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	28/07/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	272	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	273	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	274	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	275	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	276	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	277	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	278	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	279	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	280	28/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO ACRE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE RONDÔNIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	264	21/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO PARÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO ACRE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE TOCANTINS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	18/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CACAU NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	14/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	07/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	07/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	07/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	07/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	05/07/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	533	29/06/2011	FIXA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA AS CULTURAS DE VERÃO, REGIONAIS E DA SOCIOBIODIVERSIDADE DA SAFRA 2011/2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	17/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PERA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	14/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANOSAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	14/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	14/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	14/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE GOIÁS ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	14/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	14/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	14/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO RURAL PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO RURAL PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO RURAL PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO RURAL PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO RURAL PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	08/06/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE MATO GROSSO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO MARANHÃO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO ACRE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	24/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE RONDÔNIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2011/2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	12/05/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	25/04/2011	ALTERA PORTARIAS ZARC
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	346	18/04/2011	DETERMINA QUE OS ESTUDOS DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO APROVADOS POR ESTE MINISTÉRIO SEJAM DIVULGADOS EM PORTARIAS PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	13/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	12/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	07/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	07/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	07/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	07/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	07/04/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	07/04/2011	ALTERA PORTARIAS ZARC
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	31/03/2011	INCLUI NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2010/2011, NOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE, APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS NO - S 15 E 16 DE 25 DE JANEIRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2011, AS CULTIVARES DE MILHO CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	24/03/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE ALAGOAS, E REVOGA A PORTARIA NO - 455 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	24/03/2011	DIVULGAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, E REVOGA A PORTARIA NO - 456 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	24/03/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO ACRE, E REVOGA A PORTARIA NO - 307 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	24/03/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	24/03/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	23/03/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	23/03/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011, E

				REVOGA A PORTARIA NO - 22, DE 25 DE JANEIRO DE 2010, PUBLICADA NO D.O.U DE 26 DE JANEIRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	23/03/2011	DIVULGA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011, E REVOGAR A PORTARIA NO - 22, DE 25 DE JANEIRO DE 2010, PUBLICADA NO D.O.U DE 26 DE JANEIRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	17/03/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALME DE ÓLEO (DENDÊ) NO ESTADO DE BAHIA, E REVOGA A PORTARIA Nº 418 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	17/03/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA DE ÓLEO (DENDÊ) NO ESTADO DO PARÁ, E REVOGA A PORTARIA Nº 416 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	17/03/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA DE ÓLEO (DENDÊ) NO ESTADO DE RORAIMA, E REVOGA A PORTARIA Nº 417 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	17/03/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA PALMA DE ÓLEO (DENDÊ) NO ESTADO DO ACRE, E REVOGA A PORTARIA Nº 316 DE 17 DE SETEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	17/03/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA DE ÓLEO (DENDÊ) NO ESTADO DE RONDÔNIA, E REVOGA A PORTARIA Nº 317 DE 17 DE SETEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	17/03/2011	NO ANEXO III, DA PORTARIA Nº 53, DE 03 DE ABRIL DE 2009, PUBLICADA NO D.O.U DE 06 DE ABRIL DE 2009, FORMULÁRIOS DE INDICAÇÃO DE CULTIVARES NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, SUBSTITUIR AS FICHAS DE INCLUSÃO DE CULTIVARES /ALTERAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES, DAS CULTURAS DE SOJA E TRIGO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	25/02/2011	REVOGA A PORTARIA 130, DE 31 DE MAIO 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 1º DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	25/02/2011	REVOGA A PORTARIA NO - 131 DE 31DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 1º DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	25/02/2011	REVOGA A PORTARIA NO - 140 DE 8 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 09 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	25/02/2011	REVOGA A PORTARIA NO - 132 DE 31 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 1º DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	25/02/2011	REVOGA A PORTARIA NO - 129 DE 31 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 1º DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	25/02/2011	REVOGA A PORTARIA NO - 133 DE 31 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 1º DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	25/02/2011	REVOGA A PORTARIA NO - 134 DE 31 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 1º DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	25/02/2011	REVOGA A PORTARIA NO - 135 DE 31 DE MAIO 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 1º DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	25/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E REVOGA A PORTARIA NO - 136 DE 31 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 1º DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	25/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE MINAS GERAIS, E REVOGAR A PORTARIA NO - 153 DE 17 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	21/02/2011	ALTERA OS ARTIGOS 1º E 2º DA PORTARIA Nº 330, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	21/02/2011	ALTERA OS ARTIGOS 1º E 2º DA PORTARIA Nº 411, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	17/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	14/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	14/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	14/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	14/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	10/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	10/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE ALAGOAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	10/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE SERGIPE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	10/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA BAHIA, E REVOGAR A PORTARIA Nº 307, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2010. PARÁGRAFO ÚNICO - FICAM CONVALIDADOS OS ATOS PRATICADOS NA VIGÊNCIA DA PORTARIA ORA REVOGADA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	10/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO PIAUÍ; REVOGA A PORTARIA Nº 308, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE SETEMBRO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	10/02/2011	REVOGA AS PORTARIAS NºS. 141, 142, 143, 144 E 145, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2010, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS, ANO-SAFRA 2010/2011, NOS ESTADOS DO PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS, RESPECTIVAMENTE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	10/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA PARAÍBA,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	10/02/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	27/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	27/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	27/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	27/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	25/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	21/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	20/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	20/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	20/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	19/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	19/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	19/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	19/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	19/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	19/01/2011	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	18/01/2011	INCLUI CULTIVARES DE MILHO NOS ZARCS PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, ANO SAFRA 2010/2011, NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS NºS 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425 E 426, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	448	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	440	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	441	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	442	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	443	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	444	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	446	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	447	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	449	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	450	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	451	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	452	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	453	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	454	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	457	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	458	15/12/2010	INCLUI NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, ANO SAFRA 2010/2011, NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ E SÃO PAULO, APROVADOS, RESPECTIVAMENTE, PELAS PORTARIAS NºS 419, 420, 421, 422, 423, 424 E 425, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010, AS CULTIVARES DE MILHO CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO: UF C U LT I VA R E S DF
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	459	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	460	15/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	438	14/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	439	14/12/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1.120	30/11/2010	FIXA O PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL PARA A SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	437	29/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	436	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	427	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2010/2011

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	428	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	429	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	430	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	431	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	432	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	433	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	434	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	434	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	435	25/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	420	18/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	424	18/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	419	18/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	421	18/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	422	18/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	423	18/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	425	18/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	426	18/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	411	04/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AÇAÍ NO ESTADO DO ACRE, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	411	04/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	412	04/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	413	04/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AÇAÍ NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	414	04/11/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AÇAÍ NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	399	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	403	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	404	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	405	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	406	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	407	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	408	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	409	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	410	26/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	392	22/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	393	22/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	394	22/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	395	22/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	396	22/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	397	22/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2011

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	398	22/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	390	22/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	380	20/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	382	20/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	382	20/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	383	20/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	384	20/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	385	20/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	386	20/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	381	20/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	376	19/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	375	19/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	377	19/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	378	19/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	379	19/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	369	18/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	370	18/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	371	18/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	373	18/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	374	18/10/2010	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011, APROVADO PELA PORTARIA Nº 156, DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADA NO D.O.U DE 28 DE JUNHO DE 2010, AS CULTIVARES DO GRUPO II: BM 822 E BM 911, INDICADAS PELA SEMENTES BIOMATRIX LTDA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	368	14/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011, CONFORME ANEXO. ART. 2º REVOGAR A PORTARIA Nº 351, DE 7 DE OUTUBRO DE 2010, PUBLICADA NO D.O.U DE 08 DE OUTUBRO DE 2010, SEÇÃO I, PAGINA 15 A 20, RELATIVA AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011, CONVALIDANDO OS ATOS PRATICADOS NA VIGÊNCIA DA MESMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	359	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	364	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	355	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	356	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	358	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	360	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	361	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	362	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	363	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	365	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	366	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	367	08/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011,

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	344	07/10/2010	INCLUI NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO, CONSTANTE DO ANEXO DA PORTARIA NO - 148, DE 17 DE JUNHO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010, PUBLICADA NO D.O.U. DE 18 DE JUNHO DE 2010, PAGINA 23, OS MUNICÍPIOS RELACIONADOS EM ANEXO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	345	07/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	346	07/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	347	07/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	348	07/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	336	04/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	337	04/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO PERNAMBUCO ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	338	04/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	339	04/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	340	04/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	341	04/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	342	04/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	343	04/10/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	327	29/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	319	21/09/2010	REVOGA A PORTARIA NO - 315, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO MARANHÃO, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	320	21/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	321	21/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	322	21/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	323	21/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	324	21/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	325	21/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	326	21/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	311	20/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PIMENTA-DO-REINO NO ESTADO DO ACRE, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	312	20/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PIMENTA-DO-REINO NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	313	20/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PIMENTA-DO-REINO NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	314	20/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	315	20/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO MARANHÃO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	317	20/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA DE ÓLEO (DENDÊ) NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	318	20/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PIMENTA-DO-REINO NO ESTADO DO PARÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	316	20/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA PALMA DE ÓLEO (DENDÊ) NO ESTADO DO ACRE, SAFRA 2010
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	PORTARIA	760	14/09/2010	AUTORIZA A SECRETARIA DE PRODUÇÃO E AGROENERGIA, A PROCEDER À TRANSFERÊNCIA À COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, EM CONSIGNAÇÃO, DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS DE CAFÉ SOB A GESTÃO DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA, DEPOSITADOS EM UNIDADES ARMAZENADORAS LOCALIZADAS NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS, SÃO PAULO, PARANÁ E ESPÍRITO SANTO, NAS QUANTIDADES E QUALIDADES ESPECIFICADAS NO PROCESSO NO 21000.008215/2010-29 COM VISTAS À SUA COMERCIALIZAÇÃO, VIA LEILÕES PÚBLICOS, POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE COMERCIALIZAÇÃO - SEC, DA CONAB.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	306	14/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	307	14/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	309	14/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	310	14/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	308	14/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	302	08/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	304	08/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	305	08/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO MARANHÃO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	303	08/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	296	02/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	297	02/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	298	02/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	299	02/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	300	02/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	301	02/09/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	293	31/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	294	31/08/2010	MODIFICA OS PERÍODOS DE SEMEADURA DOS MUNICÍPIOS INDICADOS NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇUCAR NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010, APROVADO PELA PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2010, PUBLICADA NO D.O.U. DE 26 DE JANEIRO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	295	31/08/2010	MODIFICA OS PERÍODOS DE SEMEADURA DOS MUNICÍPIOS INDICADOS NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2009/2010, APROVADO PELA PORTARIA Nº 80, DE 30 DE MARÇO DE 2010, PUBLICADA NO D.O.U. DE 31 DE MARÇO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	290	30/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	292	30/08/2010	MODIFICA OS PERÍODOS DE SEMEADURA DE MUNICÍPIOS INDICADOS NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011, APROVADO PELA PORTARIA Nº 156, DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADA NO D.O.U. DE 28 DE JUNHO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	291	30/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	28/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	281	25/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	279	20/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	280	20/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	272	19/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	273	19/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	275	19/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	276	19/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	277	19/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	278	19/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	266	18/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	268	18/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	269	18/08/2010	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	18/08/2010	REVOGA AS PORTARIAS NO - S. 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205 E 206, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE EUCALIPTO, SAFRA 2010, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DO ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS E DA BAHIA, RESPECTIVAMENTE, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 08 DE JULHO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	18/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	264	16/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	16/08/2010	INCLUI O MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO, CONSTANTE DO ANEXO DA PORTARIA NO - 135, DE 31 DE MAIO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	16/08/2010	INCLUI O MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO, CONSTANTE DO ANEXO DA PORTARIA Nº 135, DE 31 DE MAIO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	12/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	09/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	03/08/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	02/08/2010	ALTERA PORTARIAS ZARC
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	522	21/07/2010	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS DOS PRODUTOS ORIUNDOS DO EXTRATIVISMO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	274	19/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SAFRA 2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	16/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	14/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO ACRE, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE MATO GROSSO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO PARÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO RONDÔNIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	09/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PUPUNHA NO ESTADO DO TOCANTINS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	06/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	06/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	06/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	06/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	06/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PALMA FORRAGEIRA NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	06/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	06/07/2010	INCLUI CULTIVARES NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011, APROVADO PELA PORTARIA Nº 124, DE 24 DE MAIO DE 2010; INCLUI CULTIVAR NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011, APROVADO PELA PORTARIA Nº 120, DE 24 DE MAIO DE 2010; INCLUI CULTIVAR NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2010/2011, APROVADO PELA PORTARIA Nº 114, DE 24 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO D.O.U DE 25 DE MAIO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	05/07/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2010/2011
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	478	30/06/2010	DEFINE OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA AS CULTURAS DE INVERNO DA SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	30/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	30/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	30/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	30/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	30/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	30/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	30/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	30/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHETO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	24/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	18/06/2010	CONVALIDA OS PLANTIOS DE TRIGO DE SEQUEIRO, SAFRA 2009/2010, REALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ APÓS O DIA 22 DE ABRIL DE 2010 COM BASE NAS CONDIÇÕES VIGENTES ATÉ A DATA DA RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 79/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE EUCALIPTO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE EUCALIPTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE EUCALIPTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	17/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	08/06/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	31/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	31/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CACAU NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	25/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	25/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	25/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	25/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	24/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2010/2011
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	392	18/05/2010	DEFINE OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS CAFÉS ARÁBICA E ROBUSTA, A PARTIR DA SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	14/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CACAU NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	06/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	06/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	06/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	06/05/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2010/2011

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	19/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	01/04/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	288	30/03/2010	FIXA O PREÇO MÍNIMO BÁSICO DA UVA INDUSTRIAL A PARTIR DA SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	30/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010, E REVOGA A PORTARIA Nº 380, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO D.O.U DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009, SEÇÃO I, PÁGINAS 3 A 6, RELATIVA AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010, CONVALIDADOS OS ATOS PRATICADOS NA VIGÊNCIA DA MESMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2010/2011.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	24/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2010/2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	09/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	09/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	09/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	03/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	03/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	02/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	02/03/2010	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	02/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	02/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	02/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	02/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	02/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	02/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	02/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE MATO GROSSO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	01/03/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ACRE, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	10/02/2010	REVOGA AS PORTARIAS NºS. 150, 151 E 152, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2010, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE EUCALIPTO, SAFRA 2010, NOS ESTADOS DO PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA, RESPECTIVAMENTE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	10/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO CEARÁ, E REVOGAR A PORTARIA Nº 415, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	02/02/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	25/01/2010	REVOGA A PORTARIA Nº 333, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO D.O.U DE 2 DE DEZEMBRO DE 2009 E APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	20/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	14/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	14/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	14/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	14/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	14/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	14/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	14/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	11/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	11/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	11/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	11/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	11/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	11/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	11/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	11/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	05/01/2010	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	411	17/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	416	17/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	410	17/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	412	17/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	413	17/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	417	17/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	418	17/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2009/2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	400	16/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	401	16/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	402	16/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO CEARÁ, A SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	403	16/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	406	16/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	407	16/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	408	16/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	409	16/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	391	15/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	394	15/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	396	15/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	397	15/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	398	15/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010, CONFORME ANEXO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	399	15/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	393	15/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	395	15/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	389	14/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	390	14/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	383	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	386	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	388	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO SÃO PAULO, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	380	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	381	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	382	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO SEQUEIRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	384	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	385	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	387	11/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	381	10/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	373	09/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	374	09/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	375	09/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	376	09/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	377	09/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO CEÁRA, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	378	09/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	379	09/12/2009	OS ESTUDOS DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA O ESTADO DO PARÁ RESTRINGIRAM-SE AOS MUNICÍPIOS CONSTANTES DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO-ZEE DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS RODOVIAS BR-163 (CUIABÁ-SANTARÉM) E BR-230 (TRANSAMAZÔNICA) NO ESTADO DO PARÁ -

				ZONA OESTE, APROVADO E INSTITUÍDO PELA LEI ESTADUAL Nº 7.243/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	369	08/12/2009	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	370	08/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	371	08/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	372	08/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	368	04/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	364	04/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADI DE MATO GROSSO DOS SUL, ANO SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	365	04/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	366	04/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	367	04/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	346	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	347	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	349	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	350	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	348	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CITROS NO ESTADO DE SANTA CATARINA,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	351	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	352	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	353	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	354	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	356	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	357	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANIFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 20096/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	358	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	359	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	360	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	361	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	362	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	363	03/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	345	02/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO CONSORCIADO COM BRAQUIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	342	02/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	343	02/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	344	02/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	333	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	334	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	335	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	336	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA - DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	337	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	338	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA - DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	339	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	340	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	341	01/12/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	331	30/11/2009	REVOGA AS PORTARIAS NºS 211, 209, 210, 212, 213, 214, 218, 219, 220, 221, 236, 237 E 238, QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A CULTURA DE ABACAXI NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DE TOCANTINS, RONDÔNIA, GOIÁS, MATO GROSSO, SÃO PAULO, BAHIA, RIO DE JANEIRO, MATO GROSSO DO SUL, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, PIAUÍ E MARANHÃO, RESPECTIVAMENTE, ANO-SAFRA 2009/2010 E A PORTARIA Nº 260 QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PARÁ, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	321	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	322	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	323	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	324	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	325	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	326	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	329	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	330	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	327	25/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	319	24/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	328	24/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	328	24/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	302	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	303	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	304	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	305	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	306	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	308	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇUCAR NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	310	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	312	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	313	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	314	23/11/2009	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	315	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	316	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	317	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	318	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DO MARANHÃO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	309	23/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	289	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	290	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	292	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	293	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	294	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	295	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	298	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	299	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE CEARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	300	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010, CONFORME ANEXO. ART. 2º ESTA PORTARIA TEM VIGÊNCIA ESPECÍFICA PARA O ANO-SAFRA DEFINIDO NO ART. 1º E ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	301	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	291	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	297	16/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	282	13/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	283	13/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	285	13/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	286	13/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	287	13/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	288	13/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	278	11/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	279	11/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DA BAHIA, A SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	280	11/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	281	11/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO PARÁ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	275	10/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	276	10/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	277	10/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO MARANHÃO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	06/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	268	06/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARÁ, O ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	269	06/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PARÁ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	06/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	06/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	272	06/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	273	06/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	315	05/11/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	266	03/11/2009	REVOGA A PORTARIA Nº 265, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 3 DE NOVEMBRO DE 2009

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	309	31/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2019/2020
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	30/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	29/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CACAU NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	29/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CACAU NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	29/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	29/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	29/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO PARÁ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	29/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	29/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE EUCALIPTO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE EUCALIPTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GERGELIM NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE EUCALIPTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	23/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PINUS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	02/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	02/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	02/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	02/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	02/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	02/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	02/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	02/10/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	29/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	28/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO MARANHÃO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMÃO NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO MATO GROSSO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	25/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MARACUJÁ NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	311	23/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2009/2010
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	PORTARIA	19	21/09/2009	ESTABELECE QUE, PARA O MONITORAMENTO E O ACOMPANHAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO GRUPO B DO PRONAF, OS AGENTES FINANCEIROS OPERADORES DEVERÃO ENVIAR À SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SAF/MDA, ATÉ O DIA 30 DO MÊS SUBSEQÜENTE, OS DADOS REFERENTES AOS CONTRATOS "EM SER", AOS CONTRATOS EM ATRASO E AOS CONTRATOS BAIXADOS DOS REGISTROS DOS AGENTES FINANCEIROS DESSA LINHA DE CRÉDITO DE CADA MUNICÍPIO EM QUE OPERAM.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	18/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	18/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	18/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	18/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	18/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ABACAXI NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	18/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	18/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	14/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	274	09/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	02/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	02/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DO ACRE, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	02/09/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	28/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	28/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	28/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	28/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	28/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	28/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	27/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	27/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	18/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	18/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	17/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ACRE, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	17/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, PARA A SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	14/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	14/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	13/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010; REVOGA A PORTARIA Nº 128, DE 20 DE JULHO DE 2009, PUBLICADA NO D.O.U DE 21 DE JULHO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	13/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010; REVOGAR

				A PORTARIA Nº 137, DE 21 DE JULHO DE 2009, PUBLICADA NO D.O.U DE 22 DE JULHO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	10/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	10/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	10/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	10/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO PARANÁ, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	10/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	PORTARIA	581	06/08/2009	DEFINE CONDIÇÕES PARA DAÇÃO EM PAGAMENTO DE CAFÉ DE FORMA PARCELADA ORIGINÁRIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA - FUNCAFÉ, PREVISTO NO ART. 6 DA LEI Nº. 11.775, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	04/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010; E REVOGA A PORTARIA Nº 136, DE 21 DE JULHO DE 2009, PUBLICADA NO D.O.U DE 22 DE JULHO DE 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	04/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	04/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO MATO GROSSO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	04/08/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	29/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	29/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	29/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	29/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	28/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	543	27/07/2009	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS DOS PRODUTOS DA ATIVIDADE EXTRATIVA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	27/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	27/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	27/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	27/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	27/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	27/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	27/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	23/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	23/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	23/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	23/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	23/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	23/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	23/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2009/2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	21/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	20/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	20/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	PORTARIA	526	16/07/2009	DIVULGA A TABELA COM OS VALORES DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR PRODUZIDA E DESTINADA À ELABORAÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NA REGIÃO NORDESTE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	12/07/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MAÇÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2004/2005
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	507	10/07/2009	DEFINE OS PREÇOS MÍNIMOS PARA SEMENTES E PRODUTOS AGRÍCOLAS DAS SAFRAS DE VERÃO E DE PRODUTOS REGIONAIS 2009/2010.
SAPCANA	PORTARIA	12	07/07/2009	SUBMETE À CONSULTA PÚBLICA PELO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O PROJETO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE ESTABELECE DIRETRIZES SOBRE O CADASTRAMENTO DE UNIDADES FABRIS E DE COMERCIALIZAÇÃO E O FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AÇÚCAR E DE ETANOL AO MAPA, INSTITUINDO O SAP/CANA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	29/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	29/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	29/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	29/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	29/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	29/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	29/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	29/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	26/06/2009	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	26/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	25/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	24/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	24/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	24/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	24/06/2009	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	24/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	24/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	23/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, A SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	22/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DEMILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	22/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	22/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DEMILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	22/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DEFEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	22/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DEFEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	22/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DEARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	22/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DEMANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2009.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	460	19/06/2009	DEFINE OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS CAFÉS ARÁBICA E ROBUSTA DA SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	17/06/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DEARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	26/05/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	26/05/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	26/05/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	15/05/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2009/2010.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	339	14/05/2009	DEFINE OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS CAFÉS ARÁBICA E ROBUSTA DA SAFRA 2008/2009.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	12/05/2009	REVOGA A PORTARIA Nº 10, DE 16 DE JANEIRO DE 2009, PUBLICADA NO D.O.U DE 19 DE JANEIRO DE 2009, PÁGINAS 8 A 11 DA SEÇÃO I , RELATIVA AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009, CONVALIDADOS OS ATOS PRATICADOS NA VIGÊNCIA DA MESMA.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	324	08/05/2009	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA AS CULTURAS DE INVERNO DA SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	30/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	30/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	30/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO SÃO PAULO, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	30/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	30/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PERA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	27/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	24/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	24/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	24/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	23/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PERA NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	23/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PERA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	23/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PERA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	22/04/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	27/03/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	27/03/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	27/03/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	20/03/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	02/03/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	02/03/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2009,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	02/03/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2009
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	101	16/02/2009	ESTABELECE PREÇO MÍNIMO BÁSICO PARA UVA INDUSTRIAL DA SAFRA 2008/2009
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	103	16/02/2009	DEFINE QUE OS PRODUTOS PÓ CERÍFERO DE CARNAÚBA E BORRACHA NATURAL PODERÃO SER OBJETO DE OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (AGF), PARA A SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	09/02/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	06/02/2009	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	06/02/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	06/02/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	30/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	30/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	29/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	27/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	27/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	27/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2009
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	53	26/01/2009	PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA A PIAÇAVA (FIBRA), PRODUTO DA SOCIOBIODIVERSIDADE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	23/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	20/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	19/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2009.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	19/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	14/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	14/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	14/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	14/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	11/01/2009	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	302	19/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	303	19/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	300	16/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	301	16/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	289	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	290	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO SÃO PAULO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	291	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	292	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	293	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	294	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	296	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	297	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	299	11/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	285	08/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	286	08/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	287	08/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	288	08/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	295	08/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	284	04/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	280	03/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	281	03/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	282	03/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	283	03/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	276	01/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	277	01/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	278	01/12/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	19/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	266	19/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	19/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	14/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	14/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	14/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	14/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	14/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	12/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	12/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	12/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	11/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	11/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	11/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	11/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO NO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	11/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	298	11/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	10/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	04/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	04/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	04/11/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	31/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2008/2009

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	30/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	30/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	29/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	29/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	29/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	29/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1.039	28/10/2008	FIXA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE DA SAFRA 2008/09, APROVADOS PELO VOTO CMN Nº 109/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	28/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	23/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	21/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	21/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	21/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	20/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	20/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DO ACRE, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	20/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	20/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE TOCANTINS, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	17/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	16/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	16/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ACRE, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	16/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	16/10/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	26/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	812	22/09/2008	CANCELA A PORTARIA Nº 592, DE 30 DE JULHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 17/09/08, SEÇÃO 1 - PÁGINA 17.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	18/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	16/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	16/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	12/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE COCO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	10/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	09/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	09/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	09/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	09/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	09/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	02/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	02/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	02/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	02/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	01/09/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	28/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	28/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	28/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	28/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	28/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	28/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	28/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	28/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	24/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	18/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	18/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	13/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	13/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	01/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	01/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	01/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	01/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	01/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	01/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	01/08/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	24/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	24/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	22/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	22/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	22/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	22/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ ARÁBICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	22/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	22/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	22/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	21/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	21/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	21/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	21/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	21/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	17/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	16/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	11/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	11/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	11/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	11/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	09/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	08/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	08/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	08/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	08/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	01/07/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	30/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	30/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	30/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	30/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	30/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	30/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	27/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	27/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	652	27/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	27/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	27/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	27/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	23/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	23/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	20/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	20/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	20/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	20/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	20/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	20/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	17/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	17/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	16/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	16/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	13/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	13/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	13/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1º SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1º SAFRA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1º SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	12/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	10/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	09/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	09/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	09/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	09/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	09/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	09/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	09/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	09/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	04/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	03/06/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	29/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	29/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	29/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	29/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	29/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2008/2009.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1º SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	16/05/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	30/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	30/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR, EM REGIME DE SEQUEIRO, NO ESTADO DE MATO GROSSO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	28/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANOLA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009, CONFORME ANEXO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2008/2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 20082009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	10/04/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	18/03/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	03/03/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	25/02/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2014/2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	25/02/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	25/02/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	25/02/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2008,

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	25/02/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	18/02/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2008,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	25/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	25/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2007/2008,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	21/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	17/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	11/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	11/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	11/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	09/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008, E REVOGA A PORTARIA Nº 202, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	08/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	08/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	08/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	08/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	04/01/2008	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	264	27/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	265	27/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	267	27/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	268	27/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	269	27/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	27/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	271	27/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	21/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	263	21/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	253	20/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	257	20/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	258	20/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	259	20/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2007/2008

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	260	20/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	261	20/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	262	20/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	266	20/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	18/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	18/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	18/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	18/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	254	18/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	255	18/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	256	18/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	17/12/2007	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO, ANO-SAFRA 2007/2008, NO ESTADO MINAS GERAIS, OS MUNICÍPIOS DE CATUTI, ESPINOSA, GAMELEIRAS, MAMONAS, MATO VERDE, MONTE AZUL, PAI PEDRO E SERRANÓPOLIS DE MINAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	13/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	13/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	13/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	11/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	11/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	11/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	11/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	11/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	11/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	11/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	11/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	07/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	07/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	04/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	231	04/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	04/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	04/12/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	30/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	27/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	27/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	27/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2007/2008

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	27/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	27/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	26/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	26/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	26/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	26/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	26/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	23/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	23/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	23/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	23/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	21/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	21/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	21/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	21/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	21/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	21/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	21/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	21/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	20/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	19/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	19/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	19/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	19/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	19/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	19/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	19/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	12/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	12/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	12/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	12/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	12/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	12/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	09/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA (MUSA SSP) NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	09/11/2007	INCLUI MUNICÍPIOS NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	06/11/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	31/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	31/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	29/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2008
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	PORTARIA	55	26/10/2007	ATRIBUI À SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES SÃO CONFERIDAS PELO DECRETO NO 5.033, DE 5 DE ABRIL DE 2004, A COMPETÊNCIA NA ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E MONITORAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DO PRONAF GRUPO B
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	25/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	24/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	23/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	22/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPÍ NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	22/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	22/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	19/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	18/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	11/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	08/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE RONDÔNIA, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	05/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	05/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	05/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	02/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	02/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	02/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	02/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	02/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	02/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	02/10/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	17/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	17/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	14/09/2007	INCLUI CULTIVARES NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, MARANHÃO, PIAUÍ, MINAS GERAIS, SÃO PAULO, TOCANTINS E PARA O DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	05/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	05/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	05/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	05/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	05/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	05/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	05/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	05/09/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	04/09/2007	REVOGA A PORTARIA Nº 81, DE 22 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADA NO D.O.U DE 27 DE JUNHO DE 2007; E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	21/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	13/08/2007	ALTERA PORTARIAS 54, 77, 79, 81 E 85, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 20 DE JULHO DE 2007, SEÇÃO I
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	07/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	07/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	07/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	07/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	02/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	02/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	02/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	02/08/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	270	28/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2011/2012
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	13/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	13/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	13/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	13/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	13/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	13/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2013/2014
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	12/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	10/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	10/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	10/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO, NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1O - SAFRA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1O - SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	02/07/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊSSEGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO (ZEA MAYS L.) NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE PÊRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1º SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1º SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1º SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	29/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	28/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	28/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	28/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	28/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1O - SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	28/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	143	27/06/2007	FIXA EM 25% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ ARÁBICA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	22/06/2007	APROVAR O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	22/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	19/06/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.) NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	25/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NÃO-SAFRA 2007/2008

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	22/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE NECTARINA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	21/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	15/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	15/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	15/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	14/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	06/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	06/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	06/05/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	30/04/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MAÇÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	30/04/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MAÇÃ NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	30/04/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2007/2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	02/03/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2006/2007,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	02/03/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA (L.) WALP.) NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2006/2007,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	02/03/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA (L.) WALP.) NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2006/2007,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	01/03/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	26/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	26/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	26/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	26/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO SEQUEIRO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	26/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	16/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2007 E REVOGA A PORTARIA Nº 5, DE 16 DE JANEIRO DE 2007, PUBLICADA NO D.O.U DE 17 DE JANEIRO DE 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	16/02/2007	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA, SAFRA 2007, NO ESTADO DA PARAÍBA, OS MUNICÍPIOS DE PUXINANÃ, PRATA E QUIXABÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	15/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	13/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	12/02/2007	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA, ANO-SAFRA 2006/2007, NO ESTADO DO MARANHÃO, O MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	09/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	09/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	09/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	09/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2007

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	05/02/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	26/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	26/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	26/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	24/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANOSAFRA 2017/2018
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	24/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	24/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	24/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	24/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	24/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2007
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	PORTARIA	2	23/01/2007	PRORROGA, PELO PERÍODO DE 30 DIAS, A PARTIR DE 20 DE JANEIRO DE 2007, OS TERMOS DA PORTARIA Nº 08, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	18/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	18/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	16/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	16/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	16/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	16/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, SAFRA 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	16/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, SAFRA 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	16/01/2007	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, SAFRA 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	09/01/2007	INCLUI CULTIVARES NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NOS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	252	28/12/2006	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE CAFÉ PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007, OS SEGUINTES MUNICÍPIOS, APTOS AO CULTIVO DE CAFÉ DE SEQUEIRO: DOM CAVATI, ENTRE FOLHAS, IMBÉ DE MINAS, UBAPORANGA, SÃO SEBASTIÃO DO ANTA, SÃO DOMINGOS DAS DORES E VARGEM ALEGRE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	249	22/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	250	22/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	251	22/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE DENDÊ NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	248	21/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	247	20/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	242	14/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	243	14/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	244	14/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	245	14/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	246	14/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	234	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	235	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	236	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2006/2007

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	238	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	239	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	240	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	241	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	232	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	233	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE AMENDOIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2018/2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	237	11/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	230	08/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	229	08/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	228	05/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	215	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	217	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	212	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	213	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	214	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	216	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	218	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE RONDÔNIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	219	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	220	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	221	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	222	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	223	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	224	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	225	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	226	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	227	04/12/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	30/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA (MUSA SAPIENTUM) NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA (MUSA SAPIENTUM) NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA (MUSA SAPIENTUM) NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA (MUSA SAPIENTUM) NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA (MUSA SAPIENTUM) NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA (MUSA SAPIENTUM) NO ESTADO PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA (MUSA SAPIENTUM) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANOSAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DO CEARÁ, ANOSAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO, NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	17/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2006/2007
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	278	10/11/2006	FIXA EM 23% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	06/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	06/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	06/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	06/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	06/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	05/11/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SERGIPE, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE ALAGOAS, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA BAHIA, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO CEARÁ, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MARANHÃO, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DA PARAÍBA, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	23/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	20/10/2006	INCLUI MUNICÍPIOS NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE BANANA, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007; INCLUIR NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA

				DE MANDIOCA, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007, OS MUNICÍPIOS DE BONFIM E PIEDADE DOS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	11/10/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA) NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	06/10/2006	REVOGA A PORTARIA Nº 151, DE 10 DE AGOSTO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE AGOSTO DE 2006; TORNAR SEM EFEITO A RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, SEÇÃO I, PÁGINA 17, RELATIVA À PORTARIA Nº 151, DE 10 DE AGOSTO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE AGOSTO DE 2006; TORNA SEM EFEITO A RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2006, SEÇÃO I, PÁGINA 8 QUE INCLUIU CULTIVARES NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2006/2007, PARA OS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, BAHIA, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, GOIÁS E O DISTRITO FEDERAL; INCLUIR CULTIVARES NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE SOJA PARA OS ESTADOS DE MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL E PARA O DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007; INCLUIR CULTIVARES NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE ALGODÃO PARA OS ESTADOS DO PARANÁ, MARANHÃO, PIAUÍ E GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007; INCLUI CULTIVARES NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, PARA O DISTRITO FEDERAL E OS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, BAHIA, MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS, ANO-SAFRA 2006/2007; INCLUIR MUNICÍPIOS NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE MILHO PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	21/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	21/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	21/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO, NO ESTADO DO CEARÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	21/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	21/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	18/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.) NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	18/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.) NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	18/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.) NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	18/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	18/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	18/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	11/09/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	31/08/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	31/08/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	25/08/2006	INCLUI CULTIVARES NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2006/2007, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, BAHIA, MARANHÃO, PIAUÍ TOCANTINS, GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, E O DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	16/08/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	02/08/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	02/08/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	21/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	20/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	18/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	18/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	18/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	18/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	18/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	18/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	14/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	14/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	14/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	13/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	13/07/2006	REVOGA A PORTARIA Nº 130, DE 11.7.2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	12/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	11/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	05/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	05/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1º SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	04/07/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	30/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	30/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	29/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	29/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	29/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	29/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	29/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	29/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	29/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	29/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	27/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	26/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	23/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	23/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	23/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	23/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	21/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	21/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	21/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	21/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	21/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	21/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	21/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	21/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	14/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	09/06/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	24/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	24/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	24/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	24/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	24/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.) NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	24/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	22/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	19/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	18/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	18/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	18/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	16/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	16/05/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	15/05/2006	INCLUI NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DO MILHO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2005/2006, PARA OS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL E MATO GROSSO A SEGUINTE CULTIVAR.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	05/05/2006	INCLUI NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DO TRIGO NÃO IRRIGADO, ANO-SAFRA 2005/2006, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, SANTA CATARINA E MATO GROSSO DO SUL, AS SEGUINTES CULTIVARES.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	14/04/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	11/04/2006	INCLUI NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO-SAFRA 2005/2006, O MUNICÍPIO DE TAVARES COMO APTO AO CULTIVO, COM PERÍODO DE SEMEADURA DE 11 DE JANEIRO A 28 DE FEVEREIRO, OBSERVADOS OS INDICATIVOS TÉCNICOS CONTIDOS NA PORTARIA Nº 8, DE 5/1/2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 6/1/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	11/04/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	11/04/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	11/04/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	11/04/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ ARÁBICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	11/04/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	05/04/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MAÇÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	05/04/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MAÇÃ NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2006/2007
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	PORTARIA	82	04/04/2006	PROCEDE AO RATEIO DA COTA ADICIONAL DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR PARA O MERCADO DOS EUA, PARA O ANO 2005/2006, CONFORME ANEXO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	17/03/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	17/03/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DA BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	17/03/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	08/03/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	24/02/2006	INCLUI NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DO MILHO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2005/2006, PARA OS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, GOIÁS E DISTRITO FEDERAL AS SEGUINTES CULTIVARES, CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO:

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	23/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	23/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	51	22/02/2006	FIXA EM 25% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	22/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	22/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	22/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	22/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2005/2006,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	22/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	22/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DE SERGIPE, ANOSAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	03/02/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DE ALAGOAS, ANOSAFRA 2005/2006.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	PORTARIA	35	31/01/2006	PROCEDE AO RATEIO DA COTA ADICIONAL DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR PARA O MERCADO DOS EUA, PARA O ANO 2005/2006, CONFORME O ANEXO A ESTA PORTARIA.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1	25/01/2006	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA OS MESES DE MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO DE 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	20/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	20/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	20/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO-OUTONO/INVERNO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	20/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	20/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2005/2006,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	17/01/2006	INCLUI NOS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DO MILHO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2005/2006 PARA OS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E DISTRITO FEDERAL AS SEGUINTES CULTIVARES
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	17/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	16/01/2006	INCLUI NA RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, APTOS AO CULTIVO DE CAFÉ DE SEQUEIRO, PARA O ANO-SAFRA 2005/2006, CONSTANTE DA PORTARIA Nº 59, DE 21 DE JULHO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 05 DE AGOSTO DE 2005, SEÇÃO I, PÁGINAS 3 E 4, OS MUNICÍPIOS DE CHALÉ, DURANDÉ E LAJINHA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2005/2006

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	13/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	12/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO CAJU NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	12/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	12/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO CAJU NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	05/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	03/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	03/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	03/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	03/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	02/01/2006	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	211	29/12/2005	INCLUI NA PORTARIA Nº 158, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005, SEÇÃO I, PÁGINAS 11 E 12, NO ITEM 5. RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	209	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	210	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	207	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE PERNAMBUCO ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	208	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	204	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE ALAGOAS ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	206	22/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DA PARAÍBA ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	198	21/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	199	21/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	200	21/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	201	21/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	21/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	203	21/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	202	21/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	197	20/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO (GOSSYPIUM HIRSUTUM L. R. LATIFOLIUM HUTCH) PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	189	19/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, PARA O ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005/2006

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	190	19/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	191	19/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	192	19/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2º SAFRA, PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	193	19/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, PARA O ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	194	19/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, PARA O ESTADO DO MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	195	19/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	196	19/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, PARA O DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	181	18/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	178	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O ESTADO SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	179	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	180	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O ESTADO DO GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	182	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O ESTADO DO MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	183	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	184	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP) NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	185	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	186	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO CAJU NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	187	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO CAJU NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	188	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO CAJU NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	175	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O ESTADO DO TOCANTINS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	176	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	177	16/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) 2ª SAFRA PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	174	12/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	173	08/12/2005	CANCELA AS PORTARIAS NºS 70, DE 15 DE AGOSTO DE 2005, E 127, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE AGOSTO DE 2005, E 23 DE SETEMBRO DE 2005, SEÇÃO I, RELATIVAS AO PLANTIO DE BANANA NOS ESTADOS DA BAHIA E DO MARANHÃO; ALTERA O PERÍODO DE PLANTIO DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESINHA PARA 31 A 3, CONSTANTE DO ITEM 5. RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA PLANTIO, DA PORTARIA Nº 145, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005, PÁGINA 5, DA SEÇÃO I, QUE DIVULGOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DA BANANA NO ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	07/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	172	07/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO, NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	168	02/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP) NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	169	02/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2005/2006

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	170	02/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO, NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	171	02/12/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO GRANÍFERO NÃO IRRIGADO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	167	18/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO (GOSSYPIUM HIRSUTUM L.R. LATIFOLIUM HUTCH.) PARA O ESTADO PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	164	18/11/2005	REVOGA A PORTARIA Nº 73, DE 15 DE AGOSTO DE 2005; E APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/200
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	165	18/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO (GOSSYPIUM HIRSUTUM L.R. LATIFOLIUM HUTCH.) PARA O ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	166	18/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO (GOSSYPIUM HIRSUTUM L.R. LATIFOLIUM HUTCH.) PARA O ESTADO DA PARAÍBA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	160	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	156	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	159	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	163	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	155	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	157	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	158	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	161	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	162	17/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MANDIOCA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	147	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	150	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	151	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	144	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	145	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	146	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	148	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	149	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	152	11/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	08/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	03/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO CAFÉ NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	03/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO CAFÉ NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	03/11/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO CAFÉ NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO SAFRA 2005/2006
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	PORTARIA	450	27/10/2005	DEFINE QUE A ALOCAÇÃO DA COTA PREFERENCIAL DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR, DESTINADA AO BRASIL PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, ÀS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR BENEFICIÁRIAS, NO VOLUME DE 178.418,86 TONELADAS CURTAS, JÁ DESCONTADA A POLARIZAÇÃO, PARA EXPORTAÇÃO NO ANO-SAFRA 2005/2006, OBSERVARÁ, CONSIDERADO O MONTANTE ATRIBUÍDO A CADA ESTADO, A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA TOTALIDADE DO VOLUME DE AÇÚCAR TOTAL RECUPERÁVEL - ATR, DOS PRODUTOS DERIVADOS DA CANADE-AÇÚCAR PRODUZIDOS PELA UNIDADE FABRIL NA SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	440	24/10/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MANDIOCA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO-SAFRA 2006/2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	154	17/10/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	153	17/10/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA L. WALP.) NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	05/10/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA VIDEIRA AMERICANA (VITIS LABRUSCA L.) NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	29/09/2005	CANCELA A PORTARIA Nº 83, DE 15.08.2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24.08.2005, PÁGINAS 17 E 18 DA SEÇÃO 1, RELATIVA AO PLANTIO DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, TENDO EM CONTA QUE AS INFORMAÇÕES ALI CONTIDAS FORAM INCORPORADAS ÀS DA PORTARIA Nº 136, DE 26.09.2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIADA UNIÃO DE 29.09.2005,PÁGINAS 6 A 8 DA SEÇÃO 1
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	26/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	26/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	26/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	26/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	26/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	26/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	26/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	22/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	22/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	21/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	21/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	21/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	15/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	15/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA SOJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	08/09/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2005/2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	01/09/2005	CANCELA, POR MOTIVO DE ORDEM TÉCNICA, A PORTARIA Nº 75, DE 15 DE AGOSTO DE 2005, RELATIVA AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	PORTARIA	366	31/08/2005	DEFINE QUE A ALOCAÇÃO DA COTA PREFERENCIAL ADICIONAL DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR DESTINADA PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA AO BRASIL, ÀS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR BENEFICIÁRIAS, PARA O ANO-SAFRA 2004/2005, OBSERVARÁ A MESMA PARTICIPAÇÃO DE CADA UNIDADE NA COTA PRINCIPAL,

				OBJETO DA PORTARIA MAPA Nº 271, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	22/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	18/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO TOCANTINS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPÍ NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	15/08/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	21/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.), NO ESTADO DE SÃO PAULO ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	21/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.) NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	21/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	21/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ IRRIGADO (COFFEA ARÁBICA L.) NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	21/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA VIDEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	21/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA VIDEIRA IRRIGADA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	21/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	21/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.) IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPÍ NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAFÉ (COFFEA ARÁBICA L.) NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA VIDEIRA EUROPÉIA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	18/07/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA VIDEIRA IRRIGADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	17/06/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	17/06/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	17/06/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	30/05/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	30/05/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	30/05/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE SANTA CATRARINA, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DE SANTA CATRARINA, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAÇÃ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	25/04/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CEVADA IRRIGADA NO ESTADO SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1	31/01/2005	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), , EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE FEVEREIRO DE 2005, EM R$ 3,74 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	25/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2005

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	25/01/2005	HABILITA PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2005, AS CULTIVARES DE TRIGO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	21/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO, 2ª SAFRA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	19/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	19/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	13/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	13/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	10/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	10/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO, 2ª SAFRA, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	10/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	06/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO, 2ª SAFRA, NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	06/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO, 2ª SAFRA, NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	06/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO, 2ª SAFRA, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	05/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	05/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO, 2ª SAFRA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	03/01/2005	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO, 2ª SAFRA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	38	29/12/2004	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE JANEIRO DE 2005, EM R$ 3,73 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	29/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	29/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	29/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	28/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	27/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	27/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	27/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO/SAFRA 2004/2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	27/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO/SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	23/12/2004	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	23/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO/SAFRA 2004/2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	23/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO/SAFRA 2004/2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	22/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	22/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	22/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	22/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO/SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	16/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2004/2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	15/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	08/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	02/12/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO/SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	29/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	29/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	29/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SORGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	23/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	17/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	17/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO CEARÁ, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	17/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	17/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA PARAÍBA, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	17/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	17/11/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANO SAFRA 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	08/11/2004	HABILITA AS CULTIVARES DE FEIJÃO CAUPI (VIGNA UNGUICULATA (L.) WALP) PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	20/10/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	20/10/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	20/10/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO DA SECA NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	20/10/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MARANHÃO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	82	20/10/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	20/10/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	14/10/2004	HABILITA AS CULTIVARES DE SORGO (SORGHUM SPP), PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2004/2005.

COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	PORTARIA	28	14/09/2004	TORNA SEM EFEITO A PORTARIA SPC Nº 12, DE 8 DE MARÇO DE 2004, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - SEÇÃO 1, PÁGINA 6, EM 14 DE ABRIL DE 2004, QUE REPASSA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS À COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, A SEREM APLICADOS NO PROGRAMA 0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA, PROJETO/ATIVIDADE 20.605.0350.2825.0001 - CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES REGULADORES DE CAFÉ - FONTE 0150, CONSTANTES DA LEI DE ORÇAMENTO ANUAL - LOA Nº 10.837, DE 16 DE JANEIRO DE 2004, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19/01/2004
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	01/09/2004	HABILITA AS CULTIVARES DE ALGODÃO (GOSSYPIUM L.), PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	01/09/2004	HABILITA AS CULTIVARES DE ALGODÃO (GOSSYPIUM L.), PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	27/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NÃO IRRIGADA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	26/08/2004	HABILITA AS CULTIVARES DE SOJA (GLYCINE MAX (L.) MERRIL), PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	23/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	23/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CUPI NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	23/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	23/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	23/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	23/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	23/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	17/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2004/ 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	17/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	17/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	17/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	16/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2004/2005.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	16/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2004/ 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	16/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE TOCANTINS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	16/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	16/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DA BAHIA, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	16/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	12/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	12/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	12/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	09/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	09/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	09/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	09/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	09/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	05/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	03/08/2004	HABILITA AS CULTIVARES DE ARROZ (ORYZA SATIVA, L.) PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	03/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	03/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	03/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	03/08/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	30/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	30/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	30/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	09/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2004/ 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	09/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	09/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	07/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MAÇÃ NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2004/2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	07/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO DAS ÁGUAS NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2004/2004
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	03/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2004/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	02/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2004/2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	02/07/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2004/ 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	29/06/2004	HABILITA PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO SAFRA 2004/2005, AS CULTIVARES DE MILHO

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	10/05/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ANO SAFRA 2004/2004
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	04/05/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANO SAFRA 2004/2004
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	01/04/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO SAFRA 2004/2004
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2004/2004
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO SAFRA 2004/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO DISTRITO FEDERAL, ANO SAFRA 2004/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO SAFRA 2004/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO E NÃO IRRIGADO NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2004/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO SAFRA 2004/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO SAFRA 2004/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO SAFRA 2004/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	25/02/2004	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO SAFRA 2004/2004
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	11/02/2004	HABILITAÇÃO DE CULTIVARES DE TRIGO (TRITICUM AESTIVUM, L.) PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2004/2004
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1	29/01/2004	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE FEVEREIRO DE 2004, EM R$ 4,08 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	12/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	136	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	137	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	138	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	139	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	140	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	141	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	142	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	143	08/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	05/12/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, CONTEMPLANDO CRONOGRAMA DE PLANTIO POR ESPÉCIE AGRÍCOLA, COMBINADO COM CICLO DA PLANTA E TIPO DE SOLO, CLASSIFICADO CONFORME SUA CAPACIDADE DE RETENÇÃO HÍDRICA, OBSERVADO, AINDA, O CONTIDO NA IN Nº 2, DE 22.12.2000
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	21/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	21/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	21/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	21/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	20/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	20/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	20/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	19/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	19/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	19/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	18/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	18/11/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	37	28/10/2003	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE NOVEMBRO DE 2003, EM R$ 4,20 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	29/08/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BEM COMO DOENÇAS E PRAGAS NÃO COBERTAS PELO PROAGRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	26/08/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	26/08/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	26/08/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	25/08/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ DE SEQUEIRO - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	41	22/08/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	22/08/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	11/08/2003	CONVALIDA PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2003/2004, AS CULTIVARES DE ARROZ CONSTANTES DAS PORTARIAS Nº 47, DE 24.7.2002, Nº 99, DE 13.9.2002, Nº 106, DE 19.9.2002, Nº 107, DE 20.9.2002, Nº 109, DE 24.9.2002 E Nº 116, DE 29.10.2002 HABILITADAS PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2002/2003.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	07/08/2003	INCLUI NA HABILITAÇÃO DE QUE TRATA A PORTARIA Nº 37, DE 5/08/2003, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, PÁGINA 6, DE 6/08/2003, A CULTIVAR: AGROESTE AS 1548.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	05/08/2003	CONVALIDA PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2003/2004, AS CULTIVARES DE MILHO CONSTANTES DAS PORTARIAS Nº 30, DE 24.6, Nº 34, DE 10.7, Nº 49, DE 29.7, Nº 66, DE 16.8, Nº 95, DE 11.9 E Nº 112, DE 10.10, TODAS DE 2002, HABILITADAS PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2002/2003.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	09/06/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS IRRIGADAS E NÃO IRRIGADAS, TRIGO - SAFRA 2003, PARA BRASIL E ESTADO DO PARANÁ.
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	554	27/05/2003	FIXA EM 25% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	20/05/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, TRIGO - SAFRA 2003, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	16/05/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVO DE MAÇÃ - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	05/05/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MAÇÃ - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	05/05/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE CULTURAS PERENES, MAÇÃ - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	25/04/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS IRRIGADAS, FEIJÃO - SAFRA 2003, PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	24/04/2003	DIVULGA RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2003/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	20/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2003/2004, PARA O ESTADO DE ALAGOAS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	17	19/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	19/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	19/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	19/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	19/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	19/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, TRIGO - SAFRA 2003, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	10/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	15	07/03/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	27/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	27/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1	25/02/2003	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), PARA O MÊS DE MARÇO DE 2003, EM R$ 4,09 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	24/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	24/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	21/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO DE OUTONO/INVERNOSAFRA 2003, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	21/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO HERBÁCEO E ARBÓREO - SAFRA 2003, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	21/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	20/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SORGO GRANÍFERO - SAFRA 2003, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	20/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SORGO GRANÍFERO - SAFRA 2003, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	20/02/2003	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SORGO GRANÍFERO - SAFRA 2003, PARA O DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	19/02/2003	DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE TRIGO (TRITICUM AESTIVUM L.) HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2003
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	19/02/2003	DIVULGA RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE SORGO GRANIFERO (SORGHUM SPP) HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2003
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	27/01/2003	DIVULGA A RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE TRIGO (TRITICUM AESTIVUM L.) HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2003
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	17	22/01/2003	FIXA EM 25% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	129	20/12/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	130	20/12/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	131	20/12/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	132	20/12/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	133	20/12/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	134	20/12/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	135	20/12/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	32	12/12/2002	ESTABELECE QUE A BORRACHA NATURAL BENEFICIADA TIPO FOLHA DEFUMADA LÍQUIDA - FDL SEJA EQUIPARADA COM A BORRACHA BENEFICIADA DO TIPO FOLHA FUMADA BRASILEIRA - FFB, PARA EFEITO DO RESSARCIMENTO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA AOS PRODUTORES DE BORRACHA NATURAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	125	14/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	128	12/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	124	11/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	127	11/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	126	08/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	117	01/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	118	01/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	119	01/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	120	01/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	121	01/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	122	01/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	123	01/11/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	PORTARIA	26	30/10/2002	ESTABELECE QUE A INCIDÊNCIA DO REBATE DE 40% (QUARENTA POR CENTO) A QUE SE REFERE O INCISO III, DO ART. 2º, DA LEI Nº 9.479, DE 12 DE AGOSTO DE 1997, SERÁ APLICADA NAS AQUISIÇÕES DE BORRACHA NATURAL JUNTO AOS PRODUTORES, QUE VENHAM A SER REALIZADAS ENTRE 1º DE NOVEMBRO DE 2002 A 31 DE OUTUBRO DE 2003
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	25	30/10/2002	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE NOVEMBRO DE 2002, EM R$ 3,95 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	116	29/10/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	115	23/10/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	114	21/10/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	113	11/10/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	10/10/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	PORTARIA	459	09/10/2002	DEFINE QUE A COTA TARIFÁRIA POR UNIDADE DE PRODUÇÃO PARA A EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO COM DESTINO AO MERCADO NORTE-AMERICANO, REFERENTE AO PERÍODO DE 1° DE OUTUBRO DE 2002 A 30 DE SETEMBRO DE 2003
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	03/10/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	24	30/09/2002	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE OUTUBRO DE 2002, EM R$ 4,21 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	30/09/2002	DIVULGA RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE ALGODÃO HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	109	24/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	23/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	22/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2002 /2003, PARA O ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	20/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	19/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	18/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	18/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	18/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	18/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	105	18/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	13/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ DE SEQUEIRO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	13/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	13/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE ARROZ CONSTANTES DA PORTARIA Nº 47, DE 24.7.2002, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29.7.2002.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	13/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	11/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2002 /2003, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	11/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2002 /2003, PARA O DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	11/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2002 /2003, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	11/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2002 /2003, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	11/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE MILHO, SAFRA 2002/2003, PARA O DISTRITO FEDERAL E OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, PARANÁ, MINAS GERAIS, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, TOCANTINS E BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	11/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PIAUÍ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	03/09/2002	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - SOJA - SAFRA 2002/2003 - ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	03/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	79	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	80	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	81	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	02/09/2002	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - SOJA - SAFRA 2002/2003 - ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE TOCANTINS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	02/09/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PIAUÍ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	74	30/08/2002	DIVULGA RELAÇÃO DE CULTIVARES DE SOJA (GLYCINE MAX (L.)MERRIL), HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO SAFRA 2002/2003, BEM COMO DOENÇAS E PRAGAS NÃO COBERTAS PELO PROAGRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	30/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PIAUÍ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	30/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PIAUÍ.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1.022	26/08/2002	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), PARA O MÊS DE SETEMBRO DE 2002, EM R$ 3,15 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	70	26/08/2002	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - ARROZ - SAFRA 2002/2003 - DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	71	26/08/2002	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - FEIJÃO DAS ÁGUAS - SAFRA 2002/2003 - DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	72	26/08/2002	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - MILHO - SAFRA 2002/2003- DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	73	26/08/2002	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - FEIJÃO - SAFRA 2002/2003 - ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	68	21/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO DAS ÁGUAS - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	69	21/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO DAS ÁGUAS - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	19/08/2002	PROMOVE, NA FORMA DO ANEXO A ESTA PORTARIA, A MODIFICAÇÃO DAS MODALIDADES DE APLICAÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES DA LEI N°10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001. PARÁGRAFO ÚNICO. AS JUSTIFICATIVAS EXIGIDAS PARA ATENDER À NECESSIDADE DE EXECUÇÃO CONSTAM DO PROCESSO MAPA-21000.006289/2002-11.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	67	16/08/2002	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - MILHO - SAFRA 2002/2003, ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA. INCLUSÃO DE CULTIVARES.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	06/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	06/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	60	06/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE GOIÁS.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	06/08/2002	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - MILHO - SAFRA 2002/2003 - ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	63	06/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	62	06/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE TOCANTINS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	55	02/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	02/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	02/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO TOCANTINS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	01/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	01/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	01/08/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	31/07/2002	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003 - ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	51	31/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	40	30/07/2002	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE AGOSTO DE 2002, EM R$ 3,02 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	29/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	29/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE MILHO CONSTANTES DA PORTARIA Nº 30, DE 24.6.2002.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	40	24/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	24/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	43	24/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	24/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	24/07/2002	DIVULGA RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE ARROZ HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2002/2003, BEM COMO DOENÇAS E PRAGAS NÃO COBERTAS PELO PROAGRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	44	24/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, CONTEMPLANDO CRONOGRAMA DE PLANTIO POR ESPÉCIE AGRÍCOLA, COMBINADO COM CICLO DA PLANTA E TIPO DE SOLO, CLASSIFICADO CONFORME SUA CAPACIDADE DE RETENÇÃO HÍDRICA, OBSERVADO, AINDA, O CONTIDO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 22.12.2000
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	45	24/07/2002	DIVULGA RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE ALGODÃO HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2002/2003, BEM COMO DOENÇAS E PRAGAS NÃO COBERTAS PELO PROAGRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	22/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	18/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	17/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	36	15/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	35	11/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	34	10/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE MILHO CONSTANTES DA PORTARIA Nº 30, DE 24.6.2002, PUBLICADA ORIGINALMENTE NO D.O.U. DE 25.6.2002 E REPUBLICADA NO D.O.U DE 10.7.2002 DEVIDO A FALHAS DE FORMATAÇÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	33	09/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	31	01/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE CULTURAS PERENES, MAÇÃ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	01/07/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2002/2003, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	19	26/06/2002	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE JULHO DE 2002, EM R$ 2,75 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	24/06/2002	DIVULGA RELAÇÃO DE CULTIVARES DE MILHO (ZEA MAYS L.), HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO SAFRA 2002/2003 BEM COMO DOENÇAS E PRAGAS NÃO COBERTAS PELO PROAGRO

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	30	24/06/2002	DIVULGA RELAÇÃO DE CULTIVARES DE MILHO (ZEA MAYS L.), HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO SAFRA 2002/2003, CONSTANTES DO ANEXO DESTA, BEM COMO DOENÇAS E PRAGAS NÃO COBERTAS PELO PROAGRO
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	266	21/06/2002	DEFINE EM 25% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	28	31/05/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MAÇÃ - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	31/05/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO DAS ÁGUAS - SAFRA 2002/2003, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	16	28/05/2002	FIXAR O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE MAIO DE 2002, EM R$ 2,12 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	14/05/2002	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE TRIGO PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	13/05/2002	HABILITA AS CULTIVARES DE TRIGO (TRITICUM AESTIVUM L.), PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2002.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	07/05/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE PLANTIO DE TRIGO, SAFRA 2002, ESTADO DO PARANÁ.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	13	28/04/2002	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE MAIO DE 2002, EM R$ 1,97 POR QUILOGRAMA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	290	15/04/2002	AUTORIZA A EMPRESA ALFA PESCA LTDA, COM SEDE E FORO NA PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 111, SALA 01, NA CIDADE DE CABEDELO, ESTADO DA PARAÍBA, A CELEBRAR O CONTRATO DE ARRENDAMENTO COM A EMPRESA FRANSFIELD TRADING CORP., COM SEDE NA AVENIDA FEDERICO BOYD, PANAMÁ - REPÚBLICA DO PANAMÁ, PROPRIETÁRIA DA EMBARCAÇÃO PESQUEIRA DENOMINADA GAVILAN DEL MAR, DE BANDEIRA PANAMENHA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	12/04/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, TRIGO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	09/04/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS IRRIGADAS, FEIJÃO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	08/04/2002	DIVULGA RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE FEIJÃO (PHASEOLUS VULGARIS L.) HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2002.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	4-12	03/04/2002	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE ABRIL DE 2002, EM R$ 1,99 POR QUILOGRAMA - DIVULGA, COM BASE NO VALOR DE REFERÊNCIA DO ARTIGO ANTERIOR, OS VALORES DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA A SEREM CONCEDIDOS AOS PRODUTORES NACIONAIS DE BORRACHA NATURAL BENEFICIADA, E OS VALORES A SEREM PAGOS PELOS BENEFICIADORES AOS PRODUTORES DE BORRACHA BRUTA, COMERCIALIZADAS A PARTIR DO MÊS DE ABRIL DO CORRENTE ANO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	02/04/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	283	12/03/2002	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	11/03/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	06/03/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	05/03/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	05/03/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	05/03/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	14	01/03/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	12	28/02/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	13	27/02/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	11	26/02/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	9	14/02/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO HERBÁCEO DE SEQUEIRO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	10	14/02/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	8	13/02/2002	DIVULGAR RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE TRIGO (TRITICUMAESTIVUM L.) HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANOSAFRA 2002, BEM COMO DOENÇAS E PRAGAS NÃO COBERTAS PELO PROAGRO.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	7	04/02/2002	DIVULGA RELAÇÃO DAS CULTIVARES DE TRIGO (TRITICUM AESTIVUM L.) HABILITADAS PARA INCLUSÃO NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANOSAFRA 2002, BEM COMO DOENÇAS E PRAGAS NÃO COBERTAS PELO PROAGRO.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	1	29/01/2002	FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE FEVEREIRO DE 2002
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	4	28/01/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, TRIGO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	5	28/01/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, TRIGO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	6	28/01/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, TRIGO - SAFRA 2002, PARA O DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	3	22/01/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, TRIGO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	2	15/01/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	02/01/2002	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	PORTARIA	589	10/12/2001	FIXA EM 24% O PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	112	06/11/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	111	01/11/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	107	30/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	108	30/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	110	30/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	106	26/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	100	24/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	101	24/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	102	24/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	103	24/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	104	24/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	96	22/10/2001	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE MILHO, SAFRA 2001/2002, PARA OS ESTADOS DE RS, SC, PR, SP E MS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	97	22/10/2001	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE MILHO, SAFRA 2001/2002, PARA O DISTRITO FEDERAL E OS ESTADOS DE GOIÁS E MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	98	22/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	99	22/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2001/2002, PARA O DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	95	19/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ALGODÃO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	94	18/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE MUNICÍPIOS, FEIJÃO - SAFRA 2001/2002, ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	93	11/10/2001	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, SOBRE MUNICÍPIOS - SOJA - SAFRA 2001/2002 - ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	92	10/10/2001	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, SOBRE MUNICÍPIOS - FEIJÃO - SAFRA 2001/2002 - ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	90	05/10/2001	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, SOBRE MUNICÍPIOS - SOJA - SAFRA 2001/2002 - ESTADO DE TOCANTINS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	91	05/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE MUNICÍPIOS, ARROZ E FEIJÃO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	88	04/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE ARROZ, SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	89	04/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE ALGODÃO, SAFRA 2001/2002 PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	83	01/10/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, FEIJÃO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	84	01/10/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - FEIJÃO - SAFRA 2002, PARA O DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	85	01/10/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - FEIJÃO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	86	01/10/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - FEIJÃO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	87	01/10/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - FEIJÃO - SAFRA 2002, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	PORTARIA	515	28/09/2001	DEFINE A COTA PARA A EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR COM DESTINO AO MERCADO NORTE-AMERICANO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	75	21/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ DE SEQUEIRO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DA BAHIA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	76	21/09/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - ARROZ DE SEQUEIRO - SAFRA 2001/2002; PARA O ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	77	21/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ DE SEQUEIRO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO PIAUÍ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	78	21/09/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - ARROZ DE SEQUEIRO - SAFRA 2001/2002; PARA O ESTADO DE TOCANTINS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	65	18/09/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - MILHO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE TOCANTINS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	66	18/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	64	17/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA - LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - MILHO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	59	14/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA - LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - MILHO - SAFRA 2001/2002, PARA O DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	61	14/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE MILHO, SAFRA 2001/2002, PARA OS ESTADOS DE RS, SC E PR.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	58	13/09/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - -MILHO SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	56	12/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA - LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - SOJA - SAFRA 2001/2002.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	57	12/09/2001	LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - ALGODÃO HERBÁCEO DE SEQUEIRO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	47	11/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2001/2002, PARA O DISTRITO FEDERAL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	49	11/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	50	11/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	52	11/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	53	11/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	54	11/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA. LAVOURAS NÃO IRRIGADAS - SOJA - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO MARANHÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	42	10/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, ARROZ - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE SÃO-PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	46	10/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE GOIÁS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	38	05/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS MIO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	39	05/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SOJA - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	37	04/09/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE PERÍODOS DE PLANTIO - FEIJÃO NÃO IRRIGADO - SAFRA 200112002, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	29	15/08/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	32	15/08/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS IRRIGADAS, ARROZ - SAÍRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	27	30/07/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	26	27/07/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE CULTIVARES DE MILHO, SAFRA 2001/2002, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	25	23/07/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO PARANÁ.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	24	19/07/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	23	17/07/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE CULTURAS PERENES, LAVOURAS DE MAÇÃ - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	21	22/06/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS IRRIGADAS, ARROZ IRRIGADO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	20	19/06/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	22	05/06/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES DE LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, MILHO - SAFRA 2001/2002, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	24/05/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	18	14/05/2001	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	48	10/04/2000	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE AMEIXA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2008/2009

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	19	03/09/1998	DIVULGA INFORMAÇÕES PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA AS LAVOURAS NÃO IRRIGADAS, SAFRA 1998/99, DE ARROZ, MILHO E SOJA PARA OS ESTADOS DO MARANHÃO (REGIÃO SUL) E PIAUÍ (REGIÃO SUL)
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	1	07/01/1998	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO DE SEQUEIRO E ALGODÃO PERENE NOS ESTADOS DO CEARÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE; ALGODÃO HERBÁCEO DE SEQUEIRO PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO; E INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES À PORTARIA Nº 17, DE 22.12.97, CONTEMPLANDO A INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS COM PERÍODO DE PLANTIO EM JANEIRO DE 1998, PARA AS LAVOURA DE ALGODÃO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PIAUÍ, SAFRA 98
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	16	12/12/1997	DIVULGA INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES CORRIGINDO PERÍODOS DE PLANTIO DE FEIJÃO DA SECA NO ESTADO DO PARANÁ E RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS HABILITADOS PARA EFEITO DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA AS LAVOURAS DE ALGODÃO HERBÁCEO E ALGODÃO PERENE NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SAFRAS 97/98 E 98
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	667	07/11/1996	APROVAR O REGULAMENTO PARA OFERTA DE PRÊMIO PARA O ESCOAMENTO DE PRODUTO - PEP Nº 001/96
ARMAZENAGEM	PORTARIA	616	29/09/1995	FIXA OS NOVOS VALORES DAS TARIFAS DE ARMAZENAGEM PARA AMBIENTES NATURAL E ARTIFICIAL (FRIGORIFICADO) A SEREM PRATICADOS PELA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, A PARTIR DE SETEMBRODE 1995, PARCELADOS EM 03 MESES
CRÉDITO RURAL	PORTARIA	56	15/02/1995	APROVA A TABELA DE VALORES A SEREM COBRADOS, A TÍTULO DE RESSARCIMENTO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS AO FORNECIMENTO DAS INFORMAÇÕES PELO SISTEMO DE INFORMAÇÃO DE MERCADO AGRÍCOLA - SIMA
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	182	26/08/1994	APROVA AS REGRAS DISCIPLINADORAS DA FORMAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS, E DA INTERVENÇÃO NO MERCADO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA - CNPA	PORTARIA	59	03/05/1993	INSTITUI A MEDALHA DE "MÉRITO APOLÔNIO SALLES", DESTINADA A PREMIAR SERVIDORES E CIDADÃOS BRASILEIROS QUE TENHAM PRESTADO OU VIEREM A PRESTAR DESTACADOS SERVIÇOS À AGRICULTURA BRASILEIRA, E PARA DISTINGUIR AQUELES QUE, POR SUAS QUALIDADES OU VALOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA, O GOVERNO JULGAR MERECÊ-LA.
CRÉDITO RURAL	PORTARIA	136	11/10/1991	DECLARA OS VALORES NOMINAIS REAJUSTADOS DOS TFTULOS DA DIVIDA AGRÁRIA PARA O MÊS DE OUTUBRO DE 1991
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	57	16/02/1990	ALTERA AS REGRAS ESTABELECIDAS PARA ARROZ, FEIJÃO E MILHO PELAS PORTARIAS MA Nº 371, DE 29/05/1989; 491, DE 18/07/1989; E 575, DE 14/09/1989
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	22	18/07/1989	APROVA O PREÇO A SER COBRADO PARA A VENDA DE FARDOS DE FENO PRODUZIDOS NA FAZENDA SUCUPIRA
POLÍTICA AGRÍCOLA	PORTARIA	234	26/11/1981	ALTERA AS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA E SUAS NORMAS
POLÍTICA AGRÍCOLA	PORTARIA	470	26/11/1981	INSTITUI O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS AGRÍCOLAS A NÍVEL MUNICIPAL - PRODECAM
COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	PORTARIA	84	11/12/1980	DISCIPLINA A COMERCIALIZAÇÃO DO TIPO DE LEITE PASTEURIZADO-GORDURA 3,2%, DEFINIDO PELA LEGISLAÇÃO DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DE PRODUTO ANIMAL - SIPA - MA
CRÉDITO RURAL	PORTARIA	118	06/05/1980	ESTABELECE QUE O VALOR DE CUSTEIO DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTO OU MATÉRIA-PRIMA DE ORIGEM VEGETAL, DE SEUS SUB-PRODUTOS E RESÍDUOS DE VALOR ECONÔMICO INCIDIRÁ SOBRE O VALOR COMERCIAL LÍQUIDO, E NÃO PODERÁ SER INFERIOR AO ESTABELECIDO NA PAUTA FISCAL DAS DIVERSAS UNIDADES DA FEDERAL OU AO PREÇO MÍNIMO VIGENTE, QUANDO SE TRATAR DE OPERAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO - CEP
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA	9	28/06/1979	FIXA PREÇOS MÍNIMOS E MÁXIMOS PARA LITRO DE LEITE
CRÉDITO RURAL	PORTARIA	73	08/05/1979	ATRIBUI À CONCRED PODERES PARA MOVIMENTAR RECURSOS, SATISFAZER OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS E AUTORIZAR O RETORNO DOS CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS À SUA ORIGEM
POLÍTICA AGRÍCOLA	PORTARIA	116	01/12/1978	CRIA O CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA E SUAS NORMAS
ARMAZENAGEM	PORTARIA	321	15/05/1945	INSTRUI INTERESSADOS NA LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO, ADAPTAÇÃO OU APARELHAGEM DE ARMAZÉNS OU SILOS AGRÍCOLAS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	PORTARIA	205	20/01/1900	APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2020/2021.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1.297	27/12/2013	ESTABELECE OS PARÂMETROS PARA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA, NA FORMA DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS, POR MEIO DE LEILÕES PÚBLICOS .
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	115	01/03/2013	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A COMPRA DE MILHO EM GRÃOS, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE VENDA BALCÃO AOS PEQUENOS CRIADORES DE AVES, SUÍNOS, BOVINOS, CAPRINOS E OVINOS.

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1.072	08/11/2010	DEFINE QUE A VENDA DOS PRODUTOS DOS ESTOQUES PÚBLICOS AOS AGENTES ECONÔMICOS EFETUADA AO PREÇO DE MERCADO OBEDECERÁ ÀS REGRAS CONSTANTES DAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS MF/MAPA NºS 182, DE 25 DE AGOSTO DE 1994, 224, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1994, 296, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1995, 454, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1997 E 38, DE 9 DE MARÇO DE 2004.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	591	12/08/2010	DEFINE AS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA OS PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR CULTIVADA NA REGIÃO NORDESTE, NA SAFRA 2009/2010.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	482	03/07/2009	DEFINE PARÂMETROS PARA O LANÇAMENTO DE CONTRATOS DE OPÇÃO DE VENDA DE CAFÉ DA SAFRA 2009, PELA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
CRÉDITO RURAL	PORTARIA INTERMINISTERIAL	37	16/01/2009	DEFINE AS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO DE LINHA ESPECIAL DE CRÉDITO (LEC), DE QUE TRATA O MANUAL DE CRÉDITO RURAL (MCR).
CRÉDITO RURAL	PORTARIA INTERMINISTERIAL	47	28/03/2007	AUTORIZA A CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS CAFÉS ARÁBICA E ROBUSTA.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	38	09/03/2004	ESTABELECE COBERTURA DE DESPESAS PARA FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS REALIZADOS PELA CONAB
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	454	04/11/1997	ADOTA VALORES COMO PREÇOS DE LIBERAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS – PLE – DO ALGODÃO EM PLUMA, DO ARROZ, DA FARINHA DE MANDIOCA, DA FÉCULA DE MANDIOCA, DO FEIJÃO E DO MILHO PARA A SAFRA 1996/97
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	59	25/02/1997	AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA SOB A FORMA DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS, PREVISTANA LEI N°8.427, DE 27.05.92, PARA AMORTIZAÇÕES NOS FINANCIAMENTOS DE CUSTEIO DE TRIGO, AMPARADOS EM CLÁUSULA DE EQUIVALÊNCIA EM PRODUTO.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	473	08/08/1996	ADOTA VALORES COMO PREÇOS DE LIBERAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS – PLE – DO ALGODÃO EM PLUMA, DO ARROZ, DA FARINHA DE MANDIOCA, DA FÉCULA DE MANDIOCA, DO FEIJÃO E DO MILHO PARA A SAFRA 1995/96
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	474	08/08/1996	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 12 DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 182, DE 25/08/1994, QUE APROVA AS REGRAS DISCIPLINADORAS DA FORMAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS, E DA INTERVENÇÃO NO MERCADO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	296	05/12/1995	ALTERA OS ARTS. 14 E 15 DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 182, DE 25/08/1994, QUE APROVA AS REGRAS DISCIPLINADORAS DA FORMAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS, E DA INTERVENÇÃO NO MERCADO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	48	10/08/1995	FIXA OS VALORES DOS PREÇOS DE LIBERAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS - PLE, SAFRA 94/95, PARA O ALGODÃO EM PLUMA, ARROZ, FARINHA E FÉCULA DE MANDIOCA, FEIJÃO E MILHO; E AS REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A SOJA, SAFRA 94/95.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	225	28/04/1995	ESTABELECER CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DO PLE DO TRIGO, QUE VIGORARÃO NO PERÍODO DE 1º DE MARÇO A 31 DE AGOSTO DE 1995, VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	216	17/04/1995	ESTABELECE CONDIÇÕES PARA SUBVENÇÃO ECONÔMICA SOB A FORMA DE EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS, DE QUE TRATA A LEI Nº 8.427, DE 27.02.92, QUE TEM POR OBJETIVO VIABILIZAR A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS, MEDIANTE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS FINANCIADOS AO AMPARO DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS - PGPM
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	224	04/11/1994	ADOTA PROCEDIMENTOS NOS CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DOS PREÇOS DE ABERTURA E/OU ACEITAÇÃO DE PROPOSTA DE CADA LOTE, NO QUE SE REFERE A LOCALIZAÇÃO DOS ESTOQUES PÚBLICOS
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	251	05/10/1992	ATUALIZA OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS E OS VALORES DE FINANCIAMENTO PARA OS PRODUTOS AGRÍCOLAS DAS REGIÕES E SAFRAS RELACIONADAS EM SEU ANEXO
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	130	07/10/1991	ATUALIZA OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS E OS VALORES DE FINANCIAMENTO PARA OS PRODUTOS AGRÍCOLAS DAS REGIÕES E SAFRA RELACIONADOS EM SEU ANEXO, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 10 DE OUTUBRO DE 1.991
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	131	07/10/1991	ATUALIZA OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS E OS VALORES DE FINANCIAMENTO PARA OS PRODUTOS AGRÍCOLAS DAS REGIÕES E SAFRA RELACIONADOS EM SEU ANEXO, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 10 DE OUTUBRO DE 1.992
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	PORTARIA INTERMINISTERIAL	132	07/10/1991	ATUALIZA OS PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS E OS VALORES DE FINANCIAMENTO PARA OS PRODUTOS AGRÍCOLAS DAS REGIÕES E SAFRA RELACIONADOS EM SEU ANEXO, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 10 DE OUTUBRO DE 1.993
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	76	10/07/2020	ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 75, DE 22 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O PROJETO-PILOTO DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL PARA OPERAÇÕES ENQUADRADAS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	73	22/06/2020	ALTERA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES DE SINISTROS EM OPERAÇÕES DE SEGURO RURAL BENEFICIADAS PELO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL.

SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	74	22/06/2020	APROVA A DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO PRORAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR PARA O EXERCÍCIO DE 2020.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	75	22/06/2020	APROVA O PROJETO-PILOTO DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL PARA OPERAÇÕES ENQUADADRAS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, PARA AS CULTURAS DE MILHO 1º SAFRA, SOJA, MAÇÃ E UVA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR,NO EXERCÍCIO DE 2020
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	73	22/06/2020	ALTERA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES DE SINISTROS EM OPERAÇÕES DE SEGURO RURAL BENEFICIADAS PELO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	74	22/06/2020	APROVA A DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO PRORAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR PARA O EXERCÍCIO DE 2020.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	75	22/06/2020	APROVA O PROJETO-PILOTO DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL PARA OPERAÇÕES ENQUADADRAS NO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, PARA AS CULTURAS DE MILHO 1º SAFRA, SOJA, MAÇÃ E UVA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR,NO EXERCÍCIO DE 2020
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	72	19/03/2020	APROVA A DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO PRORAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR PARA OS MESES DE MARÇO E ABRIL DO EXERCÍCIO DE 2020.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	70	29/10/2019	TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	26	10/07/2019	ESTABELECE PARA A SAFRA DE 2019/2020 O VALOR DO BENEFÍCIO DO GARANTIASAFRA DE QUE TRATA O §1O DO ART. 8º DA LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, EM R$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	65	11/03/2019	DEFINE, "AD REFERENDUM", QUE A PROPOSTA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, A SER ENCAMINHADA PELA SECRETARIA-EXECUTIVA DO CGSR, DEVERÁ OBSERVAR OS VALORES APROVADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, OS VALORES DEFINIDOS NO PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR EM VIGOR, OS LIMITES DE DISPONIBILIDADE DE EMPENHO E PAGAMENTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E DEMAIS DISPOSITIVOS DESTA RESOLUÇÃO.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	64	09/11/2018	APROVA O PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E PRIORIDADES DA POLÍTICA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL, PARA O TRIÊNIO 2019 A 2021, ANEXO.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	63	17/09/2018	ALTERA O ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 60, DE 15 DE MARÇO DE 2018, DO COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL - CGSR.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	60	15/03/2018	APROVA A DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, OBSERVADOS OS LIMITES DE DISPONIBILIDADE DE EMPENHO E PAGAMENTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	61	15/03/2018	APROVA O PROJETO EXPERIMENTAL DE SUPLEMENTAÇÃO PRIVADA PARA A CULTURA DA SOJA E MILHO 1ª SAFRA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, NO EXERCÍCIO DE 2018.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	59	14/12/2017	APROVAR, "AD REFERENDUM", CONFORME DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 56, DE 15 DE AGOSTO DE 2017, DO CGSR, A DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, NOS MONTANTES DO ANEXO A ESTA RESOLUÇÃO, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, OBSERVADOS OS LIMITES DE DISPONIBILIDADE DE EMPENHO E PAGAMENTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	58	16/10/2017	APROVA A DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR PARA O EXERCÍCIO DE 2017.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	56	15/08/2017	DEFINE, PARA A SAFRA 2017/2018, QUE A PROPOSTA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, A SER ENCAMINHADA PELA SECRETARIA EXECUTIVA DO CGSR, DEVERÁ OBSERVAR OS VALORES APROVADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, OS VALORES DEFINIDOS NO PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR EM VIGOR, OS LIMITES DE DISPONIBILIDADE DE EMPENHO E PAGAMENTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA E DEMAIS DISPOSITIVOS DESTA RESOLUÇÃO
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	55	17/03/2017	APROVA A CRIAÇÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA DE AGENTES DO PSR, CUJA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAR-SE-ÃO NA FORMA DO REGIMENTO INTERNO
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	52	31/01/2017	APROVA, CONFORME DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 50, DE 17 DE AGOSTO DE 2016, DO CGSR, A DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, PARA O 1º SEMESTRE DE 2017, NOS MONTANTES DO ANEXO A ESTA RESOLUÇÃO, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL,

				OBSERVADOS OS LIMITES DE DISPONIBILIDADE DE EMPENHO E PAGAMENTO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	53	31/01/2017	ALTERA OS ARTIGOS 1º E 3º DO ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 41, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	54	31/01/2017	DEFINE QUE AS RESOLUÇÕES DO CGSR, QUE IMPLIQUEM EM ALTERAÇÕES NAS REGRAS DO PSR, PASSEM A VIGORAR NO MÍNIMO 30 (TRINTA) DIAS APÓS SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	2	24/08/2016	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PLANTIO, CONFORME ANEXO I, A SER UTILIZADO COMO REFERÊNCIA PARA O GARANTIA-SAFRA PARA TODAS AS ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO, INCLUINDO DESDE A INSCRIÇÃO E ADESÃO DOS AGRICULTORES, ATÉ OS REQUISITOS REGULAMENTADOS DE VERIFICAÇÃO DE PERDAS COBERTOS PELO GARANTIA SAFRA.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	51	17/08/2016	ALTERA O ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 47 DO COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL - CGSR DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	49	15/03/2016	DISPÕE SOBRE O ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL DOS SEGUROS QUE ADMITIREM A POSSIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DE VALORES AOS SEGURADOS E DETERMINA O RECOLHIMENTO DE VALORES À UNIÃO NOS CASOS QUE ESPECIFICA.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	45	22/02/2016	ALTERA O ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 40, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015, E O ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 13, DE 4 DE JULHO DE 2006.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	43	30/11/2015	APROVA, AD REFERENDUM, A CRIAÇÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA DE AGENTES DO PSR, COM DURAÇÃO DE 1 (UM) ANO A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA RESOLUÇÃO, PRORROGÁVEL POR IGUAIS PERÍODOS, CUJA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAR-SE-ÃO NA FORMA DO REGIMENTO INTERNO
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	42	20/11/2015	APROVA O PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E PRIORIDADES DA POLÍTICA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL, PARA O TRIÊNIO 2016 A 2018
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	41	18/11/2015	APROVA A CRIAÇÃO DA COMISSÃO CONSULTIVA DE ENTES FEDERATIVOS, CUJA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAR-SE-ÃO NA FORMA DO REGIMENTO INTERNO ANEXO
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	38	03/09/2015	DEFINE, PARA A SAFRA 2015/2016, QUE A PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, A SER ENCAMINHADA PELA SECRETARIAEXECUTIVA DO CGSR, SERÁ APRECIADA PELO PLENÁRIO DO CGSR, OBSERVADOS OS VALORES APROVADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, OS VALORES DEFINIDOS NO PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	39	03/09/2015	ALTERA PARCIALMENTE O REGULAMENTO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL, CONSTATE DO ANEXO DA RESOLUÇÃO N° 11, DE 4 DE JULHO DE 2006
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	36	12/08/2015	APROVA A DISTRIBUIÇÃO DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR PARA O EXERCÍCIO DE 2015.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	37	12/08/2015	APROVA O PROJETO EXPERIMENTAL DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA PARA A CULTURA DA SOJA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, NO EXERCÍCIO DE 2015.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	33	13/05/2015	APROVA A DISTRIBUIÇÃO DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR PARA A SAFRA DE INVERNO DE 2015.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	34	13/05/2015	DEFINE O NÍVEL MÍNIMO DE COBERTURA DE 60% (SESSENTA POR CENTO) PARA AS APÓLICES DE SEGURO AGRÍCOLA DO TIPO MULTIRRISCO, COMERCIALIZADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	RESOLUÇÃO	1	04/03/2015	RECOMENDA A FIXAÇÃO DO PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ETANOL ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	30	05/08/2014	DEFINE, PARA A SAFRA 2014/2015, QUE A PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, A SER ENCAMINHADA PELA SECRETARIAEXECUTIVA DO CGSR, SERÁ APRECIADA PELO PLENÁRIO DO CGSR, OBSERVADOS OS VALORES APROVADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA, OS VALORES DEFINIDOS NO PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	31	05/08/2014	APROVA A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR PARA A SAFRA DE VERÃO 2014/2015
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	29	25/06/2014	ALTERA O REGULAMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	28	08/05/2014	DEFINE, PARA AS CULTURAS DA SAFRA DE INVERNO 2013/2014, QUE A PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR, SERÁ APRECIADA E APROVADA PELO PLENÁRIO DO CGSR, OBSERVADO O VALOR APROVADO NA LEI

				ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA E OS VALORES DEFINIDOS NO PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR EM VIGOR.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	27	22/01/2014	APROVA AJUSTES NO PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR, DE QUE TRATA A RESOLUÇÃO Nº 26, DE 19 NOVEMBRO DE 2012, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E PRIORIDADES DA POLÍTICA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL, PARA O TRIÊNIO 2013 A 2015.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	32	23/10/2013	DEFINE PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NA FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	1	02/01/2013	ADOTA A MULHER COMO TITULAR DO BENEFICIO CONCEDIDO ÀS FAMÍLIAS CONSTITUÍDAS POR UM CASAL ATENDIDAS PELO PROGRAMA GARANTIA SAFRA, INDEPENDENTE DO SEU ESTADO CIVIL, PARA AS INSCRIÇÕES REALIZADAS A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	26	19/11/2012	APROVA O PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E PRIORIDADES DA POLÍTICA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL, PARA O TRIÊNIO 2013 A 2015.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	25	26/09/2012	ALTERA O ANEXO - LAUDO DE FISCALIZAÇÃO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL, DA RESOLUÇÃO Nº 24, DE 16 DE ABRIL DE 2012
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	23	06/03/2012	DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	3	22/07/2011	ESTABELECE, PARA A SAFRA 2011/2012, O VALOR DO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA O ART. 8º, §1O, DA LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, EM R$ 680,00 (SEISCENTOS E OITENTA REAIS) A SEREM PAGOS EM 5 PARCELAS DE R$ 136,00
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	1	30/03/2011	ADICIONA "AD REFERENDUM" DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO GARANTIA-SAFRA, 16.367 COTAS, PARA A SAFRA 2010/2011
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	1	04/08/2009	ESTABELECE PARA A SAFRA 2009/2010, O VALOR DO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA O ART. 8º, §1° , DA LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, EM R$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS) A SEREM PAGOS EM 4 PARCELAS DE R$ 150,00
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	4	04/08/2009	ESTABELECE O CRONOGRAMA DE INSCRIÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ADESÃO DO GARANTIA-SAFRA PARA TODAS AS SAFRAS, A PARTIR DA SAFRA 2009/2010, CONFORME ANEXO
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	5	04/08/2009	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PLANTIO, CONFORME ANEXO I, A SER UTILIZADO COMO REFERÊNCIA PARA O GARANTIA-SAFRA PARA TODAS AS ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO, INCLUINDO DESDE A INSCRIÇÃO E ADESÃO DOS AGRICULTORES, ATÉ OS REQUISITOS REGULAMENTADOS DE ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DOS SINISTROS COBERTOS PELO PROGRAMA.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	21	09/04/2009	ESTABELECE, "AD REFERENDUM" DO COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL, QUE, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2010, AS APÓLICES DE SEGURO RURAL BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL SOMENTE SERÃO PROCESSADAS SE DELAS CONSTAREM AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS, LATITUDE E LONGITUDE, DAS PROPRIEDADES ONDE SE LOCALIZAM OS EMPREENDIMENTOS SEGURADOS.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	1	25/08/2008	ESTABELECE, PARA A SAFRA 2008/2009, O VALOR DO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA O ART. 8º, §1°, DA LEI NO - 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, EM R$ 550,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS)
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	2	25/08/2008	CONSIDERA INADIMPLENTES OS ESTADOS E MUNICÍPIOS QUE, TENDO RECEBIDO ADESÕES DE AGRICULTORES, ESTEJAM EM ATRASO COM O REPASSE DAS RESPECTIVAS PARCELAS DOS APORTES DE ACORDO COM O CRONOGRAMA ESTABELECIDO ANUALMENTE.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	3	25/08/2008	APROVA MINUTA DE TERMO DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS PERANTE O ESTADO PARTICIPANTE DO FUNDO GARANTIA-SAFRA, NOS TERMOS DE SEU ANEXO
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	3	25/08/2008	APROVA MINUTA DE TERMO DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS PERANTE O ESTADO PARTICIPANTE DO FUNDO GARANTIA-SAFRA, NOS TERMOS DE SEU ANEXO
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	4	25/08/2008	ESTABELECE O CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO GARANTIA-SAFRA PARA TODAS AS SAFRAS, A PARTIR DA SAFRA 2008/2009, CONFORME ANEXO
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	5	25/08/2008	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PLANTIO, CONFORME ANEXO I, A SER UTILIZADO COMO REFERÊNCIA PARA O GARANTIA-SAFRA PARA TODAS AS ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO, INCLUINDO DESDE A INSCRIÇÃO E ADESÃO DOS AGRICULTORES, ATÉ OS REQUISITOS REGULAMENTADOS DE ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DOS SINISTROS COBERTOS PELO PROGRAMA.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	1	09/10/2007	ESTABELECE O CALENDÁRIO DE PLANTIO, CONFORME ANEXO I DESTA RESOLUÇÃO, A SER UTILIZADO COMO REFERÊNCIA PARA O GARANTIASAFRA PARA TODAS AS ATIVIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO, INCLUINDO DESDE A INSCRIÇÃO E ADESÃO DOS AGRICULTORES, ATÉ OS REQUISITOS REGULAMENTADOS DE

				ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DE SECA E PERDA DE 50% (CINQÜENTA POR CENTO) DA SAFRA NOS MUNICÍPIOS
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	2	09/10/2007	ESTABELECE O CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO GARANTIA-SAFRA PARA TODAS AS SAFRAS, A PARTIR DA SAFRA 2007/2008, CONFORME ANEXO DESTA RESOLUÇÃO.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	3	09/10/2007	CONSIDERA INADIMPLENTES OS ESTADOS E MUNICÍPIOS QUE, TENDO RECEBIDO ADESÕES DE AGRICULTORES, ESTEJAM EM ATRASO COM O REPASSE DAS RESPECTIVAS PARCELAS DOS APORTES DE ACORDO COM O CRONOGRAMA ESTABELECIDO ANUALMENTE.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	4	09/10/2007	ESTABELECE, PARA A SAFRA 2007/2008, O VALOR DO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA O ART. 8O - , §1O , DA LEI NO - 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, EM R$ 550,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	18	02/10/2007	APROVA, "AD REFERENDUM" DO COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL, ALTERAÇÃO NO ARTIGO 11 DA RESOLUÇÃO Nº 10, DE 25 DE ABRIL DE 2006, QUE TRATA DA PERIODICIDADE DE FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	17	07/05/2007	ESTABELECE PRAZO PARA COMUNICAÇÃO DE CANCELAMENTOS DE APÓLICES OU CERTIFICADOS DE SEGURO RURAL.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	16	13/02/2007	ALTERA O PRAZO PARA EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SEGURO RURAL BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DE SEGURO RURAL, CONTRATADAS NO ANO DE 2006.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	11	04/07/2006	APROVA AJUSTES NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL DE FORMA A BENEFICIAR, ALÉM DA MODALIDADE AGRÍCOLA, AS MODALIDADES PECUÁRIO, DE FLORESTAS E AQUÍCOLA
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	12	04/07/2006	APROVA AJUSTES NO PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL PARA O TRIÊNIO 2004 A 2006.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	13	04/07/2006	APROVA AJUSTES NO REGULAMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	14	04/07/2006	ALTERA AS CONDIÇÕES PARA A HABILITAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR PELAS SOCIEDADES SEGURADORAS.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	10	25/04/2006	ESTABELECE, AD REFERENDUM DO COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL, OS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NA FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	6	01/09/2005	APROVA O REGULAMENTO DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	7	01/09/2005	APROVA AJUSTES NO PLANO TRIENAL DO SEGURO RURAL - PTSR, PERÍODO 2004 A 2006, DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR.
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	8	01/09/2005	APROVA O REGULAMENTO DE OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL, NA MODALIDADE AGRÍCOLA
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	9	01/09/2005	DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE SEGURADORA NO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR
SEGURO RURAL	RESOLUÇÃO	5	03/08/2005	APROVA “AD REFERENDUM” O REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ GESTOR DO SEGURO RURAL - CGSR.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	3	22/10/2003	ESTABELECE O VALOR DO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA O ART. 8°, § 1O , DA LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, COM AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 10.700, DE 9 DE JULHO DE 2003, EM R$ 550,00 (QUINHENTOS E CINQÜENTA REAIS) PARA A SAFRA DE 2003/2004.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	4	22/10/2003	ESTABELECE QUE O ESTADO OFERECERÁ AO MUNICÍPIO QUE MANIFESTAR INTERESSE EM ADERIR AO GARANTIA-SAFRA UM QUANTITATIVO DE COTAS DE, NO MÍNIMO, 70% (SETENTA PORCENTO) DO PÚBLICO-ALVO MUNICIPAL, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES PREVISTAS NO ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE SETEMBRO DE 2003
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	5	22/10/2003	APROVA O CALENDÁRIO DE PLANTIO A SER UTILIZADO COMO REFERÊNCIA PARA O PROCESSO DE ADESÃO AO GARANTIA-SAFRA, E O CRONOGRAMA REGIONAL DE IMPLANTAÇÃO DO GARANTIA-SAFRA PARA A SAFRA 2003/2004, CONFORME ANEXOS I E II DESTA RESOLUÇÃO, RESPECTIVAMENTE.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	6	22/10/2003	APROVA O FLUXO OPERACIONAL DO GARANTIA-SAFRA, DESCREVENDO AS ETAPAS DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DESTE, ALÉM DE ESTABELECER PERÍODOS MÍNIMO E MÁXIMO NECESSÁRIOS PARA CADA ETAPA, NOS TERMOS DO ANEXO DESTA RESOLUÇÃO

GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	7	22/10/2003	ESTABELECE QUE SERÃO CONSIDERADOS INADIMPLENTES OS ESTADOS E MUNICÍPIOS QUE, TENDO RECEBIDO ADESÕES DE AGRICULTORES, ESTEJAM EM ATRASO COM O REPASSE DOS RESPECTIVOS APORTES DE ACORDO COM: I - O CRONOGRAMA DE APORTES ESTABELECIDO, ANUALMENTE, POR ESTE COMITÊ, NO CASO DOS ESTADOS; II - O CRONOGRAMA DE APORTES ESTABELECIDO, ANUALMENTE, PELOS ESTADOS, NO CASO DOS MUNICÍPIOS.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	4	30/07/2003	ESTABELECE O VALOR DO BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA, DE QUE TRATA O ART. 8º, §1O, DA LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002, PARA A SAFRA 2013/2014, EM R$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS) A SEREM PAGOS EM 05(CINCO) PARCELAS DE R$ 170,00 (CENTO E SETENTA REAIS)
CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	RESOLUÇÃO	30	15/05/2003	APROVA A FIXAÇÃO EM 25% DO PERCENTUAL OBRIGATÓRIO DE ADIÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL À GASOLINA.
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	1	28/11/2002	ESTABELECE QUE O TOTAL DE COTAS A SER DISTRIBUÍDO ENTRE OS ESTADOS ADERENTES AO SEGURO-SAFRA SERÁ DEFINIDO CONFORME A DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO DESTINADA À AÇÃO
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	2	28/11/2002	FIXA CRITÉRIOS DE ORDEM PREFERENCIAL PARA A ADESÃO AO SEGURO-SAFRA A SEREM APLICADOS PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CMDRS
GARANTIA-SAFRA	RESOLUÇÃO	1	10/09/2002	ESTABELECE QUE O TOTAL DE COTAS A SER DISTRIBUÍDO ENTRE OS ESTADOS ADERENTES AO GARANTIA-SAFRA SERÁ DEFINIDO CONFORME A DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO DESTINADA À AÇÃO
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ)	RESOLUÇÃO	1	11/10/2001	DEFINE QUE OS CAFÉS RETIDOS NO PLANO DE RETENÇÃO E QUE NÃO FORAM OBJETO DE FINANCIAMENTOS JUNTO AO AGENTE FINANCEIRO PODERÃO SER LIBERADOS POR SOLICITAÇÃO DOS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	RESOLUÇÃO	1	21/03/1979	FIXA PREÇOS MÍNIMOS E MÁXIMOS PARA LITRO DE LEITE
ARMAZENAGEM	RESOLUÇÃO	2	25/07/1974	ATRIBUI À CIBRAZEM O CADASTRAMENTO DE UNIDADES ARMAZENADORAS NO TERRITÓRIO NACIONAL
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/03/2020	RETIFICA TABELA DE PREÇOS MÍNIMOS DOS PRODUTOS DE EXTRATIVISMO – SAFRA 2020, ANEXA À PORTARIA Nº 313, DE 30/09/2019, QUE PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTOS EXTRATIVOS DA SAFRA 2020.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/01/2020	RETIFICA TABELA DE PREÇOS MÍNIMOS DOS PRODUTOS DE EXTRATIVISMO – SAFRA 2020, ANEXA À PORTARIA Nº 313, DE 30/09/2019, QUE PUBLICA OS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PRODUTOS EXTRATIVOS DA SAFRA 2020.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/12/2019	RETIFICA A PORTARIA N. 5.525, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADA NO DOU, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019, SEÇÃO 2, PAGINA 5.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/12/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 310, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/12/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 312, 05 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/12/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 314,DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/12/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 315, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/12/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 316, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/12/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 317, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019.
SEGURO RURAL	RETIFICAÇÃO	S/N	31/10/2019	RETIFICA RESOLUÇÃO Nº 69, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/10/2019	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA DE NÚMERO 48, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/09/2019	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS N.º 170, 173, 174 E 178 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	26/09/2019	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 72, DE 11 DE JULHO DE 2019, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2019	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 186, 187, 189, 190, 191, 196 E 198 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2019	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 186, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/09/2019	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA N.º 162, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/08/2019	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA DE Nº 65, DE 11 DE JULHO DE 2019, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 E 60 DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 43, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 45, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 46, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 48, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 50, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 51, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 52, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 53, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS, 44, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS, 47, DE 1º DE JULHO DE 2019, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2019.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2019	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/05/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 292, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/05/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 299, 301, 304, 305, 306 E 307, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/05/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 299, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/05/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 301, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/05/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 305, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/05/2019	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 306 , DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/04/2019	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 119 E 120, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2018, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA, ANO-SAFRA 2018/2019, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/04/2019	RETIFICA A PORTARIA Nº 34 DE 05 DE ABRIL DE 2019, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO 10 DE ABRIL DE 2019, SEÇÃO I PÁGINAS 69 A 75.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2019	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NÚMERO 257, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/12/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NÚMERO 244, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/12/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NÚMERO 247, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/12/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NÚMERO 252, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/12/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NÚMERO 275, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/12/2018	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 118, 119 E 120, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2018, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 1ª SAFRA ANO-SAFRA, 2018/2019, PARA O OS ESTADOS DO PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA CATARINA, RESPECTIVAMENTE, NO ITEM 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/12/2018	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NÚMEROS 246, 254 E 255, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2018/2019, PARA OS ESTADOS DO MATO GROSSO DO SUL, MINAS GERAIS E SÃO PAULO, RESPECTIVAMENTE, NO ITEM 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA DE NÚMERO 149, DE 20 DE JULHO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 214, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA DE NÚMERO 222, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 2018, SEÇÃO1, PÁGINAS DE 6 A 16.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2018	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 30 E 33 DE 30 DE ABRIL DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/11/2018	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 119 E 120, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2018, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO 1ª SAFRA, ANO-SAFRA 2018/2019, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/11/2018	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254 E 255 DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 2ª SAFRA ANO-SAFRA 2018/2019, PARA O DISTRITO FEDERAL E OS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, MARANHÃO, PIAUÍ, ACRE, PARÁ, RONDÔNIA, TOCANTINS, MINAS GERAIS E SÃO PAULO, RESPECTIVAMENTE; E DA PORTARIA Nº 257, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2018/2019, PARA O ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/10/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 199, DE 22 DE AGOSTO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE AGOSTO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/10/2018	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 141 E 145, DE 20 DE JULHO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2018, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA SOJA, ANO-SAFRA 2018/2019, PARA OS ESTADOS DE MINAS GERAIS E PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/10/2018	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 141 E 145, DE 20 DE JULHO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/09/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 32, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2018, SEÇÃO I PÁGINAS 36 A 38.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/09/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 218, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE OUTUBRO DE 2017, SEÇÃO I, PÁGINAS 33 A 40.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/08/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 155, DE 26 DE JULHO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE JULHO DE 2018, SEÇÃO I, PÁGINAS 11 A 25.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/08/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA DE NÚMERO 213, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/08/2018	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA DE NÚMERO 109, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 DE JULHO DE 2018, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO ANO-SAFRA 2018/2019, PARA O ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/08/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA DE NÚMERO 218, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/08/2018	TORNAR SEM EFEITO A RETIFICAÇÃO REFERENTE DO ARROZ IRRIGADO, NO ESTADO DE SÃO PAULO, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 24 DE JULHO DE 2018, SEÇÃO 1
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/07/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA DE NÚMERO 209 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/07/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 18, DE 23 DE JANEIRO DE 2018, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JANEIRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/07/2018	TORNA SEM EFEITO A RETIFICAÇÃO REFERENTE À PORTARIA Nº 32, DE 28 DE JANEIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 12 DE JULHO DE 2018, SEÇÃO 1, PÁGINA 287
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/03/2018	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA DE NÚMERO 209, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/03/2018	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 211 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017 E 6 DE NOVEMBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/03/2018	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 211E 212 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/03/2018	RETIFICA PORTARIA Nº 214, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/02/2018	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 231, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/02/2018	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 116, DE 2 DE AGOSTO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 3 DE AGOSTO DE 2017, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2016/2017, NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/12/2017	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 209, 210, 211, 212, 214, E 217 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 209, 210, 211, 212, 214, E 217 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 209, 210, 211, 212, 214, E 217 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 209, 210, 211, 212, 214, E 217 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 209, 210, 211, 212, 214, E 217 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 209, 210, 211, 212, 214, E 217 DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 208, 209, 210, 211, 212, 214, 217 E 216, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 208, 209, 210, 211, 212, 214, 217 E 216, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 208, 209, 210, 211, 212, 214, 217 E 216, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 208, 209, 210, 211, 212, 214, 217 E 216, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 208, 209, 210, 211, 212, 214, 217 E 216, DE 20 DE OUTUBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA ANEXOS DAS ANEXOS DAS PORTARIAS DE N 125, 126, 127, 129, 131, 132 E 139, DE 7 DE AGOSTO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE AGOSTO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, MARANHÃO, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA ANEXOS DAS ANEXOS DAS PORTARIAS DE N 125, 126, 127, 129, 131, 132 E 139, DE 7 DE AGOSTO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE AGOSTO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, MARANHÃO, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE N 125, 126, 127, 129, 131, 132 E 139, DE 7 DE AGOSTO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE AGOSTO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, MARANHÃO, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, SERGIPE E PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE N 125, 126, 127, 129, 131, 132 E 139, DE 7 DE AGOSTO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE AGOSTO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI, ANO-SAFRA

				2017/2018, NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, MARANHÃO, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, SERGIPE E PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE N 125, 126, 127, 129, 131, 132 E 139, DE 7 DE AGOSTO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE AGOSTO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, MARANHÃO, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, SERGIPE E PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15 E 17.DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA SOJA, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DE TOCANTINS, BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ E RONDÔNIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15 E 17.DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA SOJA, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DE TOCANTINS, BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ E RONDÔNIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA NOS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15 E 17.DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE N 125, 126, 127, 129, 131, 132 E 139, DE 7 DE AGOSTO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE AGOSTO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, MARANHÃO, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, SERGIPE E PIAUÍ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15 E 17.DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15 E 17.DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15 E 17.DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15 E 17.DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15 E 17.DE 20 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2017, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DA SOJA, ANO-SAFRA 2017/2018, NOS ESTADOS DE TOCANTINS, BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ E RONDÔNIA, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, INCLUIR AS CULTIVARES, CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO:
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/12/2017	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 37, DE 21 DE JULHO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2017.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/11/2017	NO ANEXO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE ESPECIFICOU, PARA FINS DE INDICAÇÃO DAS CULTIVARES DE SOJA, NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO, AS MACRORREGIÕES SOJÍCOLAS E RESPECTIVAS REGIÕES EDAFOCLIMÁTICAS, INCLUIR OS MUNICÍPIOS ABAIXO RELACIONADOS: MACRORREGIÃO 5 REGIÃO EDAFOCLIMÁTICA 503 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ: AMAPÁ, CALÇOENE, CUTIAS, FERREIRA GOMES, ITAUBAL, LARANJAL DO JARI, MACAPÁ, MAZAGÃO, OIAPOQUE, PEDRA BRANCA DO AMAPARI, PORTO GRANDE, PRACUÚBA, SANTANA, SERRA DO NAVIO, TARTARUGALZINHO E VITÓRIA DO JARI.
COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO BRASIL	RETIFICAÇÃO	S/N	21/09/2017	RETIFICA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 20 DE SETEMBRO DE 2017, QUE TRATA DA DISTRIBUIÇÃO DA COTA PREFERENCIAL DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR AO MERCADO NORTE-AMERICANO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	31/05/2017	RETIFICA O O ANEXO DA PORTARIA Nº 348, DE 29 DE AGOSTO DE 2.011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE AGOSTO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/05/2017	RETIFICA A PORTARIA Nº 2, DE 25 DE ABRIL DE 2017, E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 2 DE MAIO DE 2017.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/04/2017	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 344, DE 29 DE AGOSTO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE AGOSTO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/03/2017	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 152, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/03/2017	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 222, 223, 225, 226, 227, 230 E 231, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DO MILHO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2016/2017, NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/03/2017	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 245, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/02/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247 E 248, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/02/2017	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247 E 248, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	09/02/2017	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 230, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/12/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 222, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/12/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 222, 223 E 227 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/12/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 222, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/12/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 223 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/12/2016	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 238, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	30/11/2016	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA N.º 149, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/11/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 205, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016, PUBLICADAS NO DOU DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/11/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 206, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016, PUBLICADAS NO DOU DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/11/2016	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA N.º 187, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/11/2016	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 12, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE JULHO DE 2016, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	26/10/2016	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 22, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/10/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 168, 170, 172, 173, 174, 177, 179, 180 E 181 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/10/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 168, 170, 172, 173, 174, 177, 179, 180 E 181 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/10/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 168, 170, 172, 173, 174, 177, 179, 180 E 181 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/10/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 168, 170, 172, 173, 174, 177, 179, 180 E 181 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/10/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 168, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/09/2016	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS N.º 170, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 143, 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 144, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 145, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 146, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 147, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 148, , DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 148, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 150, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 153, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 154, , DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 155, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 157,DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 158 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 159, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 160, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 163, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 164, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 165 , DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 166, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 198 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA NEXOS DAS PORTARIAS N.º 161, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2016	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NO - 187, DE 5 DE JULHO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE JULHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/08/2016	RETIFICA ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA DE N.º 13, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO, ANO-SAFRA 2016/2017
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/08/2016	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 227, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/08/2016	RETIFICA PORTARIA Nº 190, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2016	RETIFICA OS ANEXO DA PORTARIA DE Nº. 181 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE Nº 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120, DE 22 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016, RESPECTIVAMENTE, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL, ANO-SAFRA 2016/2017, NOS ESTADOS DA BAHIA, NO DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 178,DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 167, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 171, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 E 182 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 170, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 172, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 174, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 175, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 176, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 177, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 179, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 180, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 181, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2016	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 182 DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	26/07/2016	RETIFICA A PORTARIA Nº 197, DE 20 DE JULHO DE 2016, E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/05/2016	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 249, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/04/2016	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA DE Nº 168, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/11/2015	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 12, DE 30 DE JULHO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 3 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE ALGODÃO HERBÁCEO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/11/2015	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 64, DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/11/2015	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 73, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2015	RETIFICA A PORTARIA Nº 92, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO 3ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, DE 30 DE JULHO DE 2015 E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, NO ART. 1º ONDE SE LÊ: ANO-SAFRA 2014/2015, LEIASE: ANO-SAFRA 2015/2016.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO - ANO SAFRA 2015/2016 - 1ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76 E 78, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO, 2ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 82, 83, 84, 85, 86, 89 E 90, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO, 3ª SAFRA: PORTARIA Nº 92, NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO - ANO SAFRA 2015/2016 - 1ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 67, 68, 69, 70, 72, 75,76 E 78, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO, 2ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 82, 83, 84, 85, 86, 89 E 90, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO, 3ª SAFRA: PORTARIA Nº 92, NO ESTADO DO PARANÁ. NO ITEM 4.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO - ANO SAFRA 2015/2016 - 1ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 67, 68, 69, 70, 72, 75,76 E 78, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO, 2ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 82, 83, 84, 85, 86, 89 E 90, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO, 3ª SAFRA: PORTARIA Nº 92, NO ESTADO DO PARANÁ. NO ITEM 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO - ANO SAFRA 2015/2016 - 1ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 67, 68, 69, 70, 72, 75,76 E 78, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO, 2ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 82, 83, 84, 85, 86, 89 E 90, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO, 3ª SAFRA: PORTARIA Nº 92, NO ESTADO DO PARANÁ. NO ITEM 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO - ANO SAFRA 2015/2016 - 1ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 67, 68, 69, 70, 72, 75,76 E 78, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO, 2ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 82, 83, 84, 85, 86, 89 E 90, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO, 3ª SAFRA: PORTARIA Nº 92, NO ESTADO DO PARANÁ. NO ITEM 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO - ANO SAFRA 2015/2016 - 1ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 67, 68, 69, 70, 72, 75,76 E 78, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO, 2ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 82, 83, 84, 85, 86, 89 E 90, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO, 3ª SAFRA: PORTARIA Nº 92, NO ESTADO DO PARANÁ. NO ITEM 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO - ANO SAFRA 2015/2016 - 1ª SAFRA;:PORTARIAS NºS. 67, 68, 69, 70, 72, 75,76 E 78, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO, 2ª SAFRA: PORTARIAS NºS. 82, 83, 84, 85, 86, 89 E 90, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ, RIO GRANDE DO SUL E SÃO PAULO, 3ª SAFRA: PORTARIA Nº 92, NO ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/09/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/09/2015	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 163, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/09/2015	RETIFICA A PORTARIA Nº 251, TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014 E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/09/2015	RETIFICA A PORTARIA Nº 160, DE 4 DE AGOSTO DE 2015 E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/09/2015	RETIFICA PORTARIA Nº 102, DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE ALAGOAS, ANO-SAFRA 2015/2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/09/2015	RETIFICA PORTARIA Nº 104, REFERENTE AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE GIRASSOL NO ESTADO DE CEARÁ, DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/08/2015	RETIFICA PORTARIA DE Nº 150, DE 30 DE JULHO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2015/2016, NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA PORTARIAS NºS 189 E 192 DE 4 DE AGOSTO DE 2015 E PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2015/2016, NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARA, NO DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO ESPIRITO SANTO, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARÁ, PIAUÍ, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RONDÔNIA, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA, SERGIPE, SÃO PAULO E TOCANTINS, RESPECTIVAMENTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 189 E 192, DE 4 DE AGOSTO DE 2015 E PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA NOS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA NOS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 244, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 344, DE 29 DE AGOSTO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE AGOSTO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152020092800425

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166, DE 4 DE AGOSTO DE 2015, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/08/2015	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 189 E 192, DE 4 DE AGOSTO DE 2015 E PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/08/2015	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 189 E 192, DE 4 DE AGOSTO DE 2015 E PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	31/07/2015	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 228, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2015	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 244, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/04/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 242 E 243 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/04/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 242 E 243 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/04/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS 245 E 251, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/04/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS 245 E 251, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/04/2015	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 122, 124, 125, 126, 128 E 123, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2014/2015, NOS ESTADOS DA BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO E NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/04/2015	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 122, 124, 125, 126, 128 E 123, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2014/2015, NOS ESTADOS DA BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO E NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/04/2015	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 122, 124, 125, 126, 128 E 123, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2014/2015, NOS ESTADOS DA BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO E NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/04/2015	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 122, 124, 125, 126, 128 E 123, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2014/2015, NOS ESTADOS DA BAHIA, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO E NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/04/2015	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS. 122, 124, 125, 126, 128 E 123, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA, ANO-SAFRA 2014/2015, NOS ESTADOS DA BAHIA, GOIÁS,

				MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO E NO DISTRITO FEDERAL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS 219 E 221, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS 219 E 221, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 225, 226, 227, 228, 229 E 230, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 225, 226, 227, 228, 229 E 230, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 225, 226, 227, 228, 229 E 230, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 225, 226, 227, 228, 229 E 230, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 225, 226, 227, 228, 229 E 230, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/03/2015	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 225, 226, 227, 228, 229 E 230, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2014	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2014/2015, RESPECTIVAMENTE, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2014	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2014/2015, RESPECTIVAMENTE, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2014	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2014/2015, RESPECTIVAMENTE, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2014	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2014/2015, RESPECTIVAMENTE, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2014	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2014/2015, RESPECTIVAMENTE, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2014	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2014/2015, RESPECTIVAMENTE, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2014	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2014/2015, RESPECTIVAMENTE, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2014	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS DE NºS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2014/2015, RESPECTIVAMENTE, NO DISTRITO FEDERAL, NOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	30/09/2014	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 17, DE 22 DE JULHO DE 2014, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE JULHO DE 2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/07/2014	RETIFICA A PORTARIA Nº 9, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2014, SEÇÃO 1, PÁG. 6, REFERENTE AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/12/2013	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº. 182, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/12/2013	RETIFICA ART. 1º NOS ANEXOS DAS PORTARIAS N.º 166, DE 20 DE JULHO DE 2016, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JULHO DE 2016
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/12/2013	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 177, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/12/2013	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 177, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/12/2013	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 178, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/12/2013	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 180, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/12/2013	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 181, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/11/2013	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 99, DE 7 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE ABRIL DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE BANANA, NO ESTADO DO MATO GROSSO, NO ITEM 3. PERÍODOS DE PLANTIO, CULTIVO DE SEQUEIRO, ONDE SE LÊ: DE 31 DE NOVEMBRO A 31 DE JANEIRO LEIA-SE: DE 1º DE NOVEMBRO A 31 DE JANEIRO. E O ART. 1º DAS PORTARIAS Nº 164 E Nº 165 DE 2 DE OUTUBRO DE 2013, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE OUTUBRO DE 2013, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE FEIJÃO CAUPI NOS ESTADOS DO PIAUÍ E DO RIO GRANDE DO NORTE, RESPECTIVAMENTE, ONDE SE LÊ: ANO-SAFRA 2012/2013, LEIA-SE ANOSAFRA 2013/2014.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/07/2013	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 369, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012, PUBLICADA NO D.O.U DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012, PÁGINA 122.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/03/2013	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS 352 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012, PUBLICADAS NO DOU DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/03/2013	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS 352, 353, 354, 355, 356 E 357,DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012, PUBLICADAS NO DOU DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO, ANO SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/12/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 268, DE 18 DE AGOSTO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE AGOSTO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/11/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 222, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	26/09/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 343, DE 29 DE AGOSTO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE AGOSTO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/09/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 46, DE 10 DE MAIO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 14 DE MAIO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/09/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 135, DE 9 DE JULHO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2012, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/08/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 84, 88 E 90, DE 14 DE JUNHO DE 2012, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2012, QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NOS ESTADOS DO

				PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL, RESPECTIVAMENTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/08/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 84, 88 E 90, DE 14 DE JUNHO DE 2012, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2012, QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NOS ESTADOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL, RESPECTIVAMENTE, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS INCLUIR A CULTIVAR LG 6304YG CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO:
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/08/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 84, 88 E 90, DE 14 DE JUNHO DE 2012, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2012, QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NOS ESTADOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL, RESPECTIVAMENTE, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS INCLUIR A CULTIVAR LG 6304YG CONFORME ABAIXO ESPECIFICADO:
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/08/2012	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 136, DE 9 DE JULHO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/08/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 135, DE 9 DE JULHO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 10 DE JULHO DE 2012, SEÇÃO 1, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/07/2012	RETIFICA A PORTARIA Nº 66, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/07/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 135, DE 9 DE JULHO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE JULHO DE 2012, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2012/2013
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/07/2012	RETIFICA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 91, DE 14 DE JUNHO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2012, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PIAUÍ, ONDE LÊ: ANO-SAFRA 2011/2012; LEIA-SE: ANO-SAFRA 2012/2013.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	30/03/2012	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 491 E 492, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	30/03/2012	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 491 E 492, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/03/2012	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 491 E 492, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/03/2012	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS NºS. 491 E 492, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/03/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 7, DE 4 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE JANEIRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/03/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 7, DE 4 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE JANEIRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	09/03/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 8, DE 4 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE JANEIRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/03/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 268, DE 18 DE AGOSTO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE AGOSTO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/02/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 492, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	30/01/2012	RETIFICA O PREÂMBULO DA PORTARIA Nº 16, DE 26 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NA SEÇÃO 1 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE JANEIRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/01/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/01/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 6, DE 04 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 06 DE JANEIRO DE 2012

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/01/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 6, DE 04 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 06 DE JANEIRO DE 2012, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, ANO SAFRA 2011/2012, NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO ITEM 4. O ANEXO DA PORTARIA Nº. 7, DE 04 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 06 DE JANEIRO DE 2012, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, ANO SAFRA 2011/2012, NO ESTADO DO PARANÁ, NO ITEM 4. O ANEXO DA PORTARIA Nº. 8, DE 04 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 06 DE JANEIRO DE 2012, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, ANO SAFRA 2011/2012, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO ITEM 4. O ANEXO DA PORTARIA Nº. 9, DE 04 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 06 DE JANEIRO DE 2012, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, ANO SAFRA 2011/2012, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ITEM 4. E O ANEXO DA PORTARIA Nº 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO SAFRA 2011/2012, NO ITEM 5.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/01/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 7, DE 04 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 06 DE JANEIRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/01/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº. 8, DE 04 DE JANEIRO DE 2012, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 06 DE JANEIRO DE 2012.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	Retificação	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/01/2012	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS. 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/12/2011	RETIFICA PORTARIA Nº 51, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/12/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 424, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/11/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 95, DE 7 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE ABRIL DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE BANANA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICIPIOS APTOS AO CULTIVO EM REGIME DE SEQUEIRO E/OU IRRIGADO, INCLUIR O MUNICÍPIO DE OSÓRIO

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/11/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 268, DE 18 DE AGOSTO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE AGOSTO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/11/2011	RETIFICA A PORTARIA Nº 66, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/11/2011	RETIFICA OS ANEXOS DAS PORTARIAS DE NÚMEROS 299, 301, 304, 305, 306 E 307, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/11/2011	RETIFICA PREÂMBULO DAS PORTARIAS 162, 304 A 323, 334, 339, 341, 375, 377, 378, 382 A 390
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/10/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 333, DE 16 DE AGOSTO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE AGOSTO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/10/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 236, DE 7 DE JULHO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE JULHO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 21, DE 25 DE JANEIRO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2011, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 216, DE 05 DE JULHO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 06 DE JULHO DE 2011, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 249, DE 9 DE AGOSTO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE AGOSTO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/09/2011	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 129, DE 9 DE AGOSTO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 10 DE AGOSTO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CANA DE AÇÚCAR, NO ESTADO DE MATO GROSSO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/09/2011	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 124, DE 24 DE MAIO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE MAIO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO, SAFRA 2010/2011, NO ESTADO DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/08/2011	RETIFICA PORTARIA Nº 277, DE 28 DE JULHO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE JULHO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/07/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NR. 84, DE 17 DE MARÇO DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE PALMA DE ÓLEO (DENDÊ) NO ESTADO DE RORAIMA, NO ITEM 3. PERÍODOS DE PLANTIO, ONDE SE LÊ: DE 1º DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO, LEIA-SE: 1º DE ABRIL A 30 DE JUNHO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/07/2011	NA RETIFICAÇÃO SDA, DE 11 DE JULHO DE 2011 , PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 131, DE 11 DE JULHO DE 2011, SEÇÃO 1, PÁGINA 20, ONDE SE LÊ: PORTARIA SDA Nº 219 DE 7 DE JULHO DE 2011 LEIA-SE: PORTARIA SDA Nº 129 DE 7 DE JULHO DE 2 0 11 .
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/06/2011	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA NO - 118 DE 13 DE ABRIL DE 2011, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 14 DE ABRIL DE 2011, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA, ANO SAFRA 2010/2011, NO ESTADO DA BAHIA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/06/2011	RETIFICA NO ANEXO DAS PORTARIAS NºS 144 E 148, DE 12 DE MAIO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE MAIO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/06/2011	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS 144 E 148, DE 12 DE MAIO DE 2011, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE MAIO DE 2011.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/03/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 425, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/03/2011	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 422, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2010/2011
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/03/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 408, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/03/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 434 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/02/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 422, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/02/2011	RETIFICA A PORTARIA Nº 34, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011, SEÇÃO I PÁGINA 6, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/02/2011	RETIFICA A PORTARIA Nº 43, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011, SEÇÃO I PÁGINAS 11 E 12.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/02/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 424, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	11/02/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 446, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/01/2011	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 425, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	30/11/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 410, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	26/11/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 400, DE 26 DE OUTUBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/11/2010	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 258, DE 12 DE AGOSTO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 16 DE AGOSTO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ALGODÃO, ANO SAFRA 2010/2011, NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/09/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 92 DE 1º DE ABRIL DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 5 DE ABRIL DE 2010, ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE MAMONA, PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS, SAFRA 2010/2011, NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, ALTERAR OS PERÍODOS DE PLANTIO DOS MUNICÍPIOS DE CATUTI, ESPINOSA, GAMELEIRAS, JAÍBA, JANAÚBA, MAMONAS, MANGA, MATIAS CARDOSO, MATO VERDE, MONTE AZUL, NOVA PORTEIRINHA, PAI PEDRO, PORTEIRINHA, RIACHO DOS MACHADOS, SERRANÓPOLIS DE MINAS E VERDELÂNDIA, CONFORME ABAIXO DESCRITO:
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/09/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NO - 187, DE 5 DE JULHO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE JULHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	12/08/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 389, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/08/2010	RETIFICA PORTARIA Nº 140, DE 2 DE AGOSTO DE 2010, PUBLICADA NA SEÇÃO 1 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 3 DE AGOSTO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NO - 139, DE 08 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 09 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NO - 156, DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 164, DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIA Nº 157 DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIA Nº 158, DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIA Nº 172, DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIA Nº, 162,DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS 157, 158, 161, 162, 164 E 172, DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/07/2010	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS 162, DE 24 DE JUNHO DE 2010, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/06/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 64, DE 24 DE MARÇO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/06/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 65, DE 24 DE MARÇO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/05/2010	RETIFICA PORTARIA Nº 103, DE 19 DE ABRIL DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 20 DE ABRIL DE 2010, QUE APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/04/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NO - 381, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/04/2010	RETIFICA ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, NO GRUPO II DO ANEXO DA PORTARIA Nº 396, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO IRRIGADO NO ESTADO DE GOIÁS, ANO-SAFRA 2009/2010, NO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/04/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 381, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/04/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 382, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/04/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 396, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/04/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 79, DE 30 DE MARÇO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 31 DE MARÇO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/04/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 227, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/03/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 321, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/03/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 325, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/03/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 328, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/03/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 380 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/03/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 381 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/03/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 382 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/02/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 99, DE 26 DE JUNHO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 29 DE JUNHO DE 2009, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2009/2010, NO ESTADO DO PIAUÍ, NO ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS, INCLUIR NO GRUPO I AS CULTIVARES ABAIXO ESPECIFICADAS:
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/02/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 200, DE 28 DE AGOSTO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 01 DE SETEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/02/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 24, DE 25 DE JANEIRO DE 2010, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2010.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/02/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 316, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/02/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 350, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 04 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/02/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 368, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/01/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 254, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/01/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 398, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/01/2010	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 399, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/12/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 303, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/12/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 321, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/12/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 322, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/12/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 324, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/12/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 327, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 87, DE 24 DE JUNHO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 25 DE JUNHO DE 2009, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DE RONDÔNIA, NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, SUBSTITUIR A RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, PELA RELAÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA:
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/12/2009	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 116, DE 26 DE JUNHO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 30 DE JUNHO DE 2009, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE ARROZ IRRIGADO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/11/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 227, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 276 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/11/2009	RETIFICA ITEM 4 DO ANEXO DAS PORTARIAS ABAIXO RELACIONADAS, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA, SAFRA 2009/2010; E DO ANEXO DA PORTARIA Nº 55, DE 22 DE ABRIL DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE ABRIL DE 2009, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA, SAFRA 2009, NO ESTADO DE SÃO PAULO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/11/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 55, DE 22 DE ABRIL DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE ABRIL DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2009	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 41, DE 16 DE MARÇO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE MARÇO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/10/2009	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA NO - 239, DE 02 DE OUTUBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/09/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 185, DE 13 DE AGOSTO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 14 DE AGOSTO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/07/2009	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 126, DE 20 DE JULHO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE JULHO DE 2009, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA, SAFRA 2009/2010
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/07/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 73, DE 17 DE JUNHO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE JUNHO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/07/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 74, DE 18 DE JUNHO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 19 DE JUNHO DE 2009 E NAS PORTARIAS NºS 75 E 76, DE 22 DE JUNHO DE 2009, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE JUNHO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/06/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 74, DE 18 DE JUNHO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 19 DE JUNHO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/06/2009	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS 70 E 72, DE 26 DE MAIO DE 2009, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE MAIO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/06/2009	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS NºS 70 E 72, DE 26 DE MAIO DE 2009, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 28 DE MAIO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/04/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 294, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/04/2009	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIA Nº 10, DE 16 DE JANEIRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 19 DE JANEIRO DE 2009, ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO PARA O ESTADO DO PARANÁ; E PORTARIA Nº 19, DE 29 DE JANEIRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2009, ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/04/2009	RETIFICA AS PORTARIAS Nº 6 E Nº 7, DE 14 DE JANEIRO DE 2009, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE JANEIRO DE 2009.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/04/2009	RETIFICA ITEM 4. CULTIVARES INDICADAS PELOS OBTENTORES/MANTENEDORES CONSTANTE DO ANEXO DAS PORTARIAS Nº 6 E Nº 7, DE 14 DE JANEIRO DE 2009, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE JANEIRO DE 2009, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2008/2009, PARA OS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/02/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 351, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 04 DE DEZEMBRO DE 2009.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/02/2009	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 10 DE 15 DE JANEIRO DE 2009, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 16 DE JANEIRO DE 2009, REFERENTE AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO, PARA O ESTADO DO PARANÁ
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/02/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 279, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	12/01/2009	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 263, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE APROVOU O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DE SERGIPE, ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINA 51, INCLUIR NO ITEM 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, A RELAÇÃO ABAIXO:
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/01/2009	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 258, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/01/2009	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 259, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/01/2009	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 260, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/01/2009	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 262, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/01/2009	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 264, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 264, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 264, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 287, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 9/12/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/12/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 191, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2008, NA SEÇÃO I, PÁGINAS 7 A 10.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA ANEXOS DAS PORTARIAS 257 A 264, PUBLICADAS EM 17/11/2008, SEÇÃO 1, QUE APROVARAM O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO 2ª SAFRA, ANO-SAFRA 2008/2009
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA DA PORTARIA 117, PUBLICADA NA SEÇÃO I DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 30 DE OUTUBRO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 257, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 258, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 259, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 261, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 262, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008..
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 263, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 264, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 17/11/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/12/2008	RETIFICA O ITEM 4 DO ANEXO DA PORTARIA Nº 60 , PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/11/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 199, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/11/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 216, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/09/2008	RETIFICA O DOU DE 28 DE AGOSTO DE 2008, PÁG. 7 DA SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/07/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 82, DE 29 DE MAIO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 30 DE MAIO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/06/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 43, DE 3 DE MARÇO DE 2008, PUBLICADA NO DOU DE 6-3-2008, NA SEÇÃO 1, PÁGS. 4 A 9.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	18/04/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 152, DE 2 DE AGOSTO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 10 DE AGOSTO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/03/2008	RETIFICA A PORTARIA Nº 15, DE 17 DE JANEIRO 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 18 JANEIRO DE 2008, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/03/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 254, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2007, SEÇÃO 1, PÁGINAS 65 E 66
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/03/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 254, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 65 E 66.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/03/2008	RETIFICA ANEXO DA PORTARIA Nº 235 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/03/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 256, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/03/2008	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS Nº 238, 240 E 242 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADAS NA SEÇÃO I DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/03/2008	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS Nº 238, 240 E 242 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADAS NA SEÇÃO I DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/03/2008	RETIFICA O ANEXO DAS PORTARIAS Nº 238, 240 E 242 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADAS NA SEÇÃO I DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/02/2008	ALTERA OS PERÍODOS DE PLANTIO PARA OS MUNICÍPIOS DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU E OURO VERDE DO OESTE DIPOSTOS NA PORTARIA Nº 14, DE 17 DE JANEIRO 2008, QUE APROVOU ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO DE SEQUEIRO NO ESTADO DO PARANÁ, SAFRA 2008
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/02/2008	RETIFICA A PORTARIA Nº 14, DE 17 DE JANEIRO 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 18 JANEIRO DE 2008, SEÇÃO I PÁGINAS 8 A 11.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/02/2008	RETIFICA A PORTARIA NO - 15, DE 17 DE JANEIRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JANEIRO DE 2008, NA SEÇÃO I, PÁGINAS 11 E 12.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/02/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NO - 14, DE 17 DE JANEIRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JANEIRO DE 2008, NA SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/02/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA NO - 21, DE 17 DE JANEIRO DE 2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JANEIRO DE 2008, SEÇÃO I, PÁGINAS 17 E 18.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/02/2008	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 256, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 68 E 69.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/01/2008	RETIFICA A PORTARIA Nº 256, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007, SEÇÃO 1, PÁGINAS 68 E 69, NO ÍTEM 5.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/01/2008	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 3, PUBLICADAS NA SEÇÃO 1 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 11 DE JANEIRO DE 2008 E Nº 23, PUBLICADA NA SEÇÃO 1 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 18 DE JANEIRO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2007	INCLUI NAS PORTARIAS NºS 137 E 138 DE 12 DE JULHO DE 2007, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DO DIA 13 DE JULHO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2007	INCLUIR NAS PORTARIAS NºS 137 E 138 DE 12 DE JULHO DE 2007, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DO DIA 13 DE JULHO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2007	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 70 E 72 DE 19 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DO DIA 25 DE JUNHO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/12/2007	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 70 E 72 DE 19 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, SEÇÃO 1, DO DIA 25 DE JUNHO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/11/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 73, DE 19 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 25 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/10/2007	RETIFICA PORTARIA Nº 79, DE 22 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO 1.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	INCLUI NAS PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, PIAUÍ E PARA O DISTRITO FEDERAL, AS CULTIVARES CONFORME ABAIXO ESPECIFICADAS: EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO SORGO GRANÍFERO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA. EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	INCLUI NAS PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, PIAUÍ E PARA O DISTRITO FEDERAL, AS CULTIVARES CONFORME ABAIXO ESPECIFICADAS: EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO SORGO GRANÍFERO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA. EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	INCLUI NAS PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, PIAUÍ E PARA O DISTRITO FEDERAL, AS CULTIVARES CONFORME ABAIXO ESPECIFICADAS: EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO SORGO GRANÍFERO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA. EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	INCLUI NAS PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, PIAUÍ E PARA O DISTRITO FEDERAL, AS CULTIVARES CONFORME ABAIXO ESPECIFICADAS: EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO SORGO GRANÍFERO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA. EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	INCLUI NAS PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, PIAUÍ E PARA O DISTRITO FEDERAL, AS CULTIVARES CONFORME ABAIXO ESPECIFICADAS: EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO SORGO GRANÍFERO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA. EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	INCLUI NAS PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, PIAUÍ E PARA O DISTRITO FEDERAL, AS CULTIVARES CONFORME ABAIXO ESPECIFICADAS: EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO SORGO GRANÍFERO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA. EXCLUIR DA PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A CULTIVAR ABAIXO ESPECIFICADA.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	INCLUIR NAS PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, PIAUÍ E PARA O DISTRITO FEDERAL, AS CULTIVARES CONFORME ABAIXO ESPECIFICADAS.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 77, DE 22 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 79, DE 22 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 82 DE 22 DE JUNHO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 2007.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	RETIFICA O ANEXO DA PORTARIA Nº 8, DE 22 DEJUNHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	RETIFICA PORTARIA Nº 109, DE 28 DE JUNHO DE 2007, REFERENTE AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO SORGO GRANÍFERO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/10/2007	RETIFICA PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA OS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, BAHIA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, PIAUÍ E PARA O DISTRITO FEDERAL; PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO SORGO GRANÍFERO, ANO-SAFRA 2007/2008, PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; PORTARIA DE ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DO MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/10/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 211, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2006, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE CAJU NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO-SAFRA 2006/2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2006, SEÇÃO 1, PÁGINA 5, NO ITEM 5. E A PORTARIA Nº 92, DE 29 DE JUNHO DE 2007, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA PEREIRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO

				OFICIAL DA UNIÃO, DE 3 DE JULHO DE 2007, SEÇÃO 1, PÁGINA 15, NO ITEM 5.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/10/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 211, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	13/10/2007	RETIFICA PORTARIAS QUE APROVARAM OS ZONEAMENTOS AGRÍCOLAS DA CULTURA DE MILHO, ANO-SAFRA 2007/2008.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/09/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 154, DE 21 DE AGOSTO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 22 DE AGOSTO DE 2007, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/09/2007	RETIFICA A PORTARIA NR. 84 DE 22 DE JUNHO DE 2007, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO MATO GROSSO, ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I, PÁGINAS 40 A 43, NO ITEM 4 E AS PORTARIAS NR. 128, 131 E 135 DE 12 DE JULHO DE 2007, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NOS ESTADOS DE GOIÁS, BAHIA E MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 13DE JULHO DE 2007, SEÇÃO I, PÁGINAS 7 A 10, 14 E 15 E 22 A 30 RESPECTIVAMENTE, NO ITEM 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/09/2007	RETIFICA AS PORTARIAS Nº 128, 131 E 135 DE 12 DE JULHO DE 2007, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NOS ESTADOS DE GOIÁS, BAHIA E MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 13DE JULHO DE 2007, SEÇÃO I, PÁGINAS 7 A 10, 14 E 15 E 22 A 30 RESPECTIVAMENTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/09/2007	RETIFICA PORTARIAS Nº 128, 131 E 135 DE 12 DE JULHO DE 2007, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NOS ESTADOS DE GOIÁS, BAHIA E MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 13 DE JULHO DE 2007, SEÇÃO I, PÁGINAS 7 A 10, 14 E 15 E 22 A 30, RESPECTIVAMENTE
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	31/08/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 154, DE 21 DE AGOSTO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 22 DE AGOSTO DE 2007
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	29/08/2007	RETIFICA A PORTARIA NO 54, DE 22 DE MAIO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 25 DE MAIO DE 2007, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/07/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 54, DE 22 DE MAIO DE 2007 DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE UVA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 25 DE MAIO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 12 A 15. A PORTARIA Nº 77, DE 22 DE JUNHO DE 2007 DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 20 A 29, NO ITEM 4. A PORTARIA Nº 79, DE 22 DE JUNHO DE 2007 DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO PARANÁ, ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 30 A 32, NO ITEM 4. A PORTARIA Nº 81, DE 22 DE JUNHO DE 2007 DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, ANOSAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 33 A 37, NO ITEM 4. A PORTARIA Nº 85, DE 22 DE JUNHO DE 2007 DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 43 E 44, NO ITEM 4. E A PORTARIA NO 104, DE 29 DE JUNHO DE 2007 DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANOSAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 3 DE JULHO DE 2007, SEÇÃO 1, PÁGINAS 37 A 39, NO ITEM 5.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/07/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 54, DE 22 DE MAIO DE 20070, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 25 DE MAIO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 12 A 15.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/07/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 77, DE 22 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/07/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 79, DE 22 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/07/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 81, DE 22 DE JUNHO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 27 DE JUNHO DE 2007, SEÇÃO I.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/07/2007	RETIFICA PORTARIA Nº 104, DE 29 DE JUNHO DE 2007 DO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ, ANOSAFRA 2007/2008, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 3 DE JULHO DE 2007, SEÇÃO 1, PÁGINAS 37 A 39
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/07/2007	RETIFICA A PORTARIA NO - 53, DE 22 DE MAIO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 25 DE MAIO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 11 E 12.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/05/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 4, DE 16 DE JANEIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE JANEIRO DE 2007, SEÇÃO 1, PÁGINAS 9 A 13.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/05/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 38, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 7 DE MARÇO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 7 E 8, NO ITEM 5.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/04/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 27, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 2 A 6.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	12/04/2007	RETIFICA PORTARIA Nº 121, DE 5 DE JULHO DE 2006, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE FEIJÃO 1ª SAFRA NO ESTADO BAHIA, ANO-SAFRA 2006/2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 6 DE JULHO DE 2006, SEÇÃO I PÁGINAS 32 A 34
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/04/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 26, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 16 DE FEVEREIRO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINA 4, NO ITEM 5.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/04/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 27, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 02 A 06.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/04/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 6, DE 16 DE JANEIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE JANEIRO DE 2007, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/04/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 8, DE 16 DE JANEIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE JANEIRO DE 2007, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/03/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 35, DE 2 DE MARÇO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE MARÇO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 5 E 6, NO ITEM 5.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/03/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 210, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/03/2007	RETIFICA A PORTARIA NO - 28, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINA 6, NO ARTIGO 3O.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/02/2007	RETIFICA A PORTARIA Nº 4, DE 16 DE JANEIRO DE 2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE JANEIRO DE 2007, SEÇÃO I PÁGINAS 9 A 13.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/02/2007	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 233, 234 E 235 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/02/2007	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 233, 234 E 235 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/02/2007	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 233, 234 E 235 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/12/2006	RETIFICA PORTARIA Nº 103, DE 29 DE JUNHO DE 2006, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTA DO MILHO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, ANO-SAFRA 2006/2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE JULHO DE 2006, SEÇÃO I, PÁGINAS 13 A 17
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/10/2006	RETIFICA A PORTARIA Nº 76, DE 9 DE JUNHO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE JUNHO DE 2006, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/10/2006	RETIFICA A PORTARIA Nº 81 DE 9 DE JUNHO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE JUNHO DE 2006, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2006	RETIFICA A PORTARIA Nº 151, DE 10 DE AGOSTO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 15 DE AGOSTO DE 2006.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2006	RETIFICA PORTARIA Nº 104, DE 29 DE JUNHO DE 2006, REFERENTE AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA DA CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DO DIA 4 DE JULHO DE 2006
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2006	RETIFICA A PORTARIA DE Nº 137, DE 31 DE JULHO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2006	RETIFICA PORTARIA Nº 104, DE 29 DE JUNHO DE 2006, REFERENTE AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MILHO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ANO-SAFRA 2006/2007, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 04 DE JULHO DE 2006, SEÇÃO I PÁGINAS 17 A 26
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2006	RETIFICA PORTARIA Nº 137, DE 14 DE JULHO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JULHO DE 2006, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	23/08/2006	RETIFICA PORTARIA Nº 138, DE 14 DE JULHO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 18 DE JULHO DE 2006, SEÇÃO I PÁGINAS 8 A 10.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/08/2006	RETIFICA A PORTARIA Nº 78, DE 09 DE JUNHO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 13 DE JUNHO DE 2006, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/03/2006	RETIFICA A PORTARIA N° 197, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/03/2006	RETIFICA AS PORTARIAS NºS 189 E 192, DE 4 DE AGOSTO DE 2015 E PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2015, SEÇÃO 1
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	06/03/2006	RETIFICA A PORTARIA N° 15, DE 12 DE JANEIRO DE 2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17 DE JANEIRO DE 2006, SEÇÃO 1, PÁGINA 5
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/02/2006	RETIFICA A PORTARIA Nº 170, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2005, SEÇÃO 1, PÁGINAS 20 E 21.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/02/2006	RETIFICA A PORTARIA Nº 172, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2005 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE DEZEMBRO DE 2005, SEÇÃO 1, PÁGINAS 3 E 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/02/2006	RETIFICA A PORTARIA Nº 172, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2005 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 8 DE DEZEMBRO DE 2005, SEÇÃO 1, PÁGINAS 3 E 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/02/2006	RETIFICA PORTARIA Nº 168, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/12/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 59, DE 21 DE JULHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	12/12/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 58 DE 21 DE JULHO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2005, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	12/12/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 128 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE MAMONA NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	12/12/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 129 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/12/2005	RETIFICA A PORTARIA 135, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DO ARROZ DE SEQUEIRO NO ESTADO DO MARANHÃO, ANO SAFRA 2005/2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2005, SEÇÃO 1, PÁGINA 24
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/12/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 116 DE 8 DE SETEMBRO DE 2005, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DA SOJA NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005/2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2005, SEÇÃO 1, PÁGINAS 17 A 19
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/12/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 59 DE 21 DE JULHO DE 2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 5 DE AGOSTO DE 2005, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/11/2005	PORTARIA 62 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 05 DE AGOSTO DE 2005, E RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/11/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 118 DE 8 DE SETEMBRO DE 2005, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, ANO SAFRA 2005/2006, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 9 DE SETEMBRO DE 2005 E RETIFICAÇÃO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 19 DE OUTUBRO DE 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	24/11/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 84, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/11/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 45, DE 30/05/2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 03/06/2005 PAGINAS 94 E 95 SEÇÃO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/11/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 106 DE 8 DE SETEMBRO DE 2005, REFERENTE AO ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NO ESTADO DO PIAUÍ, ANO SAFRA 2005/2006, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2005, SEÇÃO 1, PAGINAS 15 E 16
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/11/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 54, DE 18.07.2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 20.07.2005, PÁGINAS 13 A 20 SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/11/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 59, DE 21.07.2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 05.08.2005, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/11/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 62, DE 18.06.2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 05.08.2005, PAGINAS 23 A 24, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 47, DE 17.06.2005 PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 20.06.2005, PAGINAS 11 A 18, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 74, DE 15.08.2005, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 17.10.2005, SEÇÃO I.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 101, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 102, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 103, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 114, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 115, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 116, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 117, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 118, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 130, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 131, DE 07 DE OUTUBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 131, DE 29 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 47, DE 17 DE JUNHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 48, DE 17 DE JUNHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 49, DE 17 DE JUNHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 54, DE 18 DE JULHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 56, DE 18 DE JULHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 76, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 77, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 78, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 79, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 80, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 85, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	14/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 92, DE 22 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 117, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/10/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 59, DE 21 DE JULHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 101, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 102, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 116, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 118, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 120, DE 12 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 29, DE 03 DE MARÇO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 30, DE 03 DE MARÇO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 47, DE 17 DE JUNHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 48, DE 17 DE JUNHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 49, DE 17 DE JUNHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 54, DE 18 DE JULHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 56, DE 18 DE JULHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 76, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 77, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 78, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 79, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 80, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 82, DE 15 DE AGOSTO DE 2005.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 85, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	19/09/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 55, DE 18 DE JULHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	05/09/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 98, DE 22/8/2005 (FEIJÃO 1ª SAFRA PARA O ESTADO DE SÃO PAULO), PUBLICADA NO DOU DE 26/8/2005, NA SEÇÃO 1, PÁGINA 11, NO ITEM 4. CULTIVARES HABILITADAS, INCLUIR: CICLO INTERMEDIÁRIO: IAC - CARIOCA, IAC CARIOCA, IAC-CARIOCA AKYTÃ, IAC-CARIOCA PYATÃ, IAC-CARIOCA ARUÃ, IAC-CARIOCA TYBATÃ, IAC-CARIOCA ETÉ, IAC-UNA (PRETO) E IAC-MARAVILHA (PRETO).
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	31/08/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 47, DE 17/6/2005, PUBLICADA NO DOU DE 20/6/2005, NA SEÇÃO 1, PÁGINA 18.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	31/08/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 75 DE 15.08. 2005, PUBLICADA NO D.O. U. DE 19.08.2005, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	04/08/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 55, DE 18 DE JULHO DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	02/08/2005	RETIFICA A PORTARIA N° 25, DE 09.07.2004 (MILHO NÃO IRRIGADO PARA O ESTADO DO PARANÁ), PUBLICADA NO D.O.U. DE 19.07.2004, SEÇÃO 1, PÁGINAS N°S 44 E 45, NO ITEM 4.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/06/2005	RETIFICA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 14 DE JUNHO DE 2005, QUE ADOTA ESPECIFICAÇÃO PARA SOLOS NO ZONEAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/06/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 35, DE 25 DE ABRIL DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/06/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 38, DE 25 DE ABRIL DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/06/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 39, DE 25 DE ABRIL DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/06/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 40, DE 25 DE ABRIL DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/06/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 41, DE 25 DE ABRIL DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	03/06/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 43, DE 25 DE ABRIL DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/05/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 92, DE 02.12.2004 (ALGODÃO NÃO IRRIGADO PARA O ESTADO DA PARAÍBA), PUBLICADA NO DOU DE 03.12.2004, SEÇÃO 1, PÁGINAS NºS 14 E 15, NO ITEM 4. A PORTARIA Nº 42, DE 25.04.2005 (CEVADA IRRIGADA PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS), PUBLICADA NO DOU DE 09.05.2005, SEÇÃO 1, PÁGINAS NºS 09 E 10, NO ITEM 4. E A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 19, DE 25/1/2005, PUBLICADA NODOU DE 27/1/2005, NA SEÇÃO 1, PÁGINA 2 E NA PORTARIA Nº 33, DE 4/4/2005, PUBLICADA NO DOU DE 6/4/2005, NA SEÇÃO 1, PÁGINA 6, INCLUIR A SEGUINTE CULTIVAR: FUNDACEP/FECOTRIGO-CICLO MÉDIO: NOVA ERA-RIO GRANDE DO SUL(REG. 2 E 3).
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/05/2005	RETIFICA A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 19, DE 25/1/2005, PUBLICADA NO DOU DE 27/1/2005, NA SEÇÃO 1, PÁGINA 2 E NA PORTARIA Nº 33, DE 4/4/2005, PUBLICADA NO DOU DE 6/4/2005, NA SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/05/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 42, DE 25 DE ABRIL DE 2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/05/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 24, DE 11/2/2005, PUBLICADA NO DOU DE 14/2/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/05/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 13, DE 19/1/2005, PUBLICADA NO DOU DE 21/1/2005, NA SEÇÃO 1, PÁGINA 1
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/05/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 25, DE 11/2/2005, PUBLICADA NO DOU DE 14/2/2005.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/05/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 7, DE 6/1/2005, PUBLICADA NO DOU DE 10/1/2005, NA SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/05/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 11, DE 13/01/2005, PUBLICADA NO DOU DE 14/01/2005, SEÇÃO 1, PÁGINA 1, QUE APROVA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE TRIGO NÃO IRRIGADO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, ANO SAFRA 2005
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/04/2005	RETIFICA AS PORTARIAS DE Nº 19, DE 25/01/2005, PUBLICADA NO DOU DE 27/01/2005, SEÇÃO 1, PÁGINA 2.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	07/04/2005	RETIFICA RETIFICAÇÃO DE 21/03/2005, REFRENTE À PORTARIA Nº 75, DE 20.03.2005, PUBLICADA NO DOU DE 21.03.2005, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/03/2005	RETIFICA AS PUBLICAÇÕES DAS PORTARIAS DE Nº 77, DE 14/10/2004, PUBLICADA NO DOU DE 18/10/2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/03/2005	RETIFICA AS PUBLICAÇÕES DAS PORTARIAS DE Nº. 29, DE 03/03/2005, PUBLICADA NO DOU DE 4/03/2005, SEÇÃO 1, PÁGINA 12, PUBLICADA NO DOU DE 4/03/2005, SEÇÃO 1, PÁGINA 13
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/03/2005	RETIFICA A PORTARIA Nº 75, DE 27.08.2004), PUBLICADA NO DOU DE 02.09.2004, SEÇÃO 1.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	27/01/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 101, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	10/11/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 79, DE 20 DE OUTUBRO DE 2004.

ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 26, DE 03 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 34, DE 26 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 45, DE 12 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 47, DE 12 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 48, DE 16 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 50, DE 16 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 51, DE 16 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 66, DE 23 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/10/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 69, DE 27 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	28/09/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 35, DE 27 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/09/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 34, DE 26 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	09/09/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 58, DE 17 DE AGOSTO DE 2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	21/05/2004	RETIFICA A PORTARIA Nº 96, DE 13/10/2003, PUBLICADA NO DOU DE 16/10/2003 - SEÇÃO 1, PAGINAS 5 E 6, ITEM 4-MUNICÍPIOS E PERÍODOS FAVORÁVEIS DE PLANTIO, CICLO DA CULTIVAR ONDE SE LÊ: PRECOCE E MÉDIO, LEIA-SE: MÉDIO E TARDIO.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	08/04/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 7, (AL - MILHO) E Nº 10, (SE - MILHO), AMBAS DE 25.2.2004 E PUBLICADAS NO DOU DE 10.3.2004.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/04/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 22, DE 19.3.2003 (RS - TRIGO), PUBLICADA NO DOU DE 19.3.2003.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	16/03/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 124, DE 5.12.2003, (PE - SORGO GRANÍFERO) PUBLICADA NO D.O.U. DE 11.12.2003.
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	15/03/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 1, DE 11.2.2004, PUBLICADA NO D.O.U. DE 16.2.2004, QUE HABILITA PARA O ZONEAMENTO AGRÍCOLA, ANO-SAFRA 2004/2004, AS CULTIVARES DE TRIGO (TRITICUM AESTIVUM, L.)
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	25/02/2004	RETIFICA A PORTARIA Nº 130, DE 8.12.2003 (SÃO PAULO - MILHO 2ª SAFRA), PUBLICADA NO D.O.U. DE11.12.2003
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	20/01/2004	RETIFICA PORTARIA Nº 129, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003.
POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)	RETIFICAÇÃO	S/N	01/02/2002	RETIFICA PORTARIA Nº 01, DE 29 DE JANEIRO DE 2002, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 30 SUBSEQÜENTE, QUE FIXA O VALOR DE REFERÊNCIA PARA A BORRACHA NATURAL NACIONAL DO TIPO GRANULADO ESCURO BRASILEIRO Nº 1 (GEB-1), EQUIVALENTE AO TIPO STANDARD MALAYSIAN RUBBER Nº 10 (SMR-10), PARA O MÊS DE FEVEREIRO DE 2002, EM R$ 1,71 POR QUILOGRAMA
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	17/09/2007	RETIFICA A PORTARIAS Nº 131, DE 12 DE JULHO DE 2007, ZONEAMENTO AGRÍCOLA PARA A CULTURA DE SOJA NOS ESTADOS DE GOIÁS, BAHIA E MINAS GERAIS ANO-SAFRA 2007/2008, PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, DE 13 DE JULHO DE 2007, SEÇÃO I, PÁGINAS 14 E 15
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO (ZARC)	RETIFICAÇÃO	S/N	22/12/2005	RETIFICA PORTARIA Nº 116, DE 08 DE SETEMBRO DE 2005.

ANEXO IX
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
CADASTRO AMBIENTAL RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	18/12/2014	INSTITUI A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
CADASTRO AMBIENTAL RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	06/05/2014	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA A INTEGRAÇÃO, EXECUÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL - SICAR E DEFINE OS PROCEDIMENTOS GERAIS DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	106	27/09/2019	INSTITUI O CONCURSO DE MONOGRAFIAS VI PRÊMIO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO EM ESTUDOS DE ECONOMIA E MERCADO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	66	27/07/2018	PUBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2019 - PAOF 2019, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 296, DE 25 DE JULHO DE 2018, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	86	26/07/2017	PUBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2018 - PAOF 2018, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 241, DE 13 DE JULHO DE 2017, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	77	06/07/2017	INSTITUI O CONCURSO DE MONOGRAFIAS V PRÊMIO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO EM ESTUDOS DE ECONOMIA E MERCADO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	108	02/09/2016	INSTITUI O CONCURSO DE MONOGRAFIAS IV PRÊMIO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO EM ESTUDOS DE ECONOMIA E MERCADO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	89	25/07/2016	PUBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2017 - PAOF 2017, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 289, DE 19 DE JULHO DE 2016, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	113	17/09/2015	INSTITUI O CONCURSO DE MONOGRAFIAS III PRÊMIO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO EM ESTUDOS DE ECONOMIA E MERCADO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	83	29/07/2015	PUBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2016 - PAOF 2016, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 225, DE 16 DE JULHO DE 2015, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ADMINISTRATIVO	PORTARIA	6	22/01/2015	INSTITUI A UNIDADE GESTORA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA DO INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO E DEFINE O ARRANJO DE GESTÃO PARA A EXECUÇÃO DOS PROJETOS A ELA VINCULADOS.
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	92	29/07/2014	PUBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2015 - PAOF 2015, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 263, DE 25 DE JULHO DE 2014, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	73	04/06/2014	INSTITUI O CONCURSO DE MONOGRAFIAS II PRÊMIO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO EM ESTUDOS DE ECONOMIA E MERCADO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	104	02/08/2013	INSTITUI O CONCURSO DE MONOGRAFIAS PRÊMIO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO EM ESTUDOS DE ECONOMIA E MERCADO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	100	30/07/2013	PUBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2014 - PAOF 2014, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 250, DE 24 DE JULHO DE 2013, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	88	26/07/2012	PUBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2013 - PAOF 2013, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 250, DE 24 DE JULHO DE 2012, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
TECNOLOGFIA DA INFORMAÇÃO	PORTARIA	40	16/03/2012	TORNA PÚBLICO O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI) DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
ADMINISTRATIVO	PORTARIA	94	22/09/2011	REVOGA A PORTARIA Nº 74, DE 5 DE AGOSTO DE 2011
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	76	05/08/2011	PÚBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2012 - PAOF 2012, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 271, DE 27 DE JULHO DE 2011, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ADMINISTRATIVO	PORTARIA	73	15/07/2011	ESTABELECE NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIA DOS LABORATÓRIOS DE PRODUTOS FLORESTAIS (LPF) PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
ADMINISTRATIVO	PORTARIA	84	10/09/2010	CONTITUI O COMITÊ EDITORIAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	67	05/08/2010	PÚBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2011 - PAOF 2011, CONFORME ANEXO DESTA PORTARIA, EM CUMPRIMENTO À PORTARIA 287, DE 29 DE JULHO DE 2010, DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PORTARIA	68	09/09/2009	TORNAR PÚBLICO O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI) DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	61	31/07/2009	PÚBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2010 - PAOF 2010, E INFORMA A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2010, DISPONÍVEL NO SÍTIO ELETRÔNICO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCESSÃO FLORESTAL	PORTARIA	25	04/08/2008	PUBLICA O RESUMO EXECUTIVO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2009 - PAOF 2009, E INFORMA A ÍNTEGRA DO DOCUMENTO DO PLANO ANUAL DE OUTORGA FLORESTAL PARA O ANO DE 2009, DISPONÍVEL NO SÍTIO ELETRÔNICO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	13	29/04/2020	POSTERGA O PAGAMENTO DA PARCELA TRIMESTRAL 1/2020 DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL, TENDO EM VISTA A BUSCA PELA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DA EMERGÊNIA INTERNACINAL DE SAÚDE CAUSADA PELA COVID-19
ADMINISTRATIVO	RESOLUÇÃO	12	19/02/2020	ALTERA A GOVERNANÇA DA UNIDADE DESCENTRALIZADA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL - PROGRAMA ARBORETUM DA DIRETORIA DE CADASTRO E FOMENTO FLORESTAL PARA O LABORATÓRIO DE PRODUTOS FLORESTAIS
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	11	19/12/2019	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O CÁLCULO DO FATOR DE AGREGAÇÃO DE VALOR DO INDICADOR RELATIVO AO GRAU DE PROCESSAMENTO LOCAL DO PRODUTO FLORESTAL NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL
CADASTRO AMBIENTAL RURAL	RESOLUÇÃO	8	01/08/2019	DISPÕE ACERCA DA FORMA DE ATENDIMENTO DO ART. 78- A, DA LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012

FOMENTO	RESOLUÇÃO	6	14/12/2018	DEFINIR E TORNAR PÚBLICO O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2019, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	5	07/12/2018	REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA FLORESTAL INDEPENDENTE NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL FEDERAL
FOMENTO	RESOLUÇÃO	4	29/10/2018	CRIA A UNIDADE DESCENTRALIZADA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL - PROGRAMA ARBORETUM, NO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS, BAHIA
CADASTRO AMBIENTAL RURAL	RESOLUÇÃO	3	27/08/2018	INCLUI A SITUAÇÃO "SUSPENSO" NO DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DECLARADAS NO CASTRADO AMBIENTAL RURAL
ADMINISTRATIVO	RESOLUÇÃO	2	28/05/2018	EXTINGUE A UNIDADE REGIONAL SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
ADMINISTRATIVO	RESOLUÇÃO	42	13/12/2017	REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESQUISADORES VOLUNTÁRIOS, NO ÂMBITO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
FOMENTO	RESOLUÇÃO	41	13/12/2017	DEFINIR E TORNAR PÚBLICO O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2018, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	40	29/11/2017	INSTITUI PROCEDIMENTOS PARA A INCLUSÃO DE NOVAS ESPÉCIES E CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE VALOR DAS ESPÉCIES FLORESTAIS PARA OS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL QUE UTILIZEM A METODOLOGIA DE PREÇO POR GRUPOS DE VALOR
ADMINISTRATIVO	RESOLUÇÃO	39	13/10/2017	ESTABELECE OS VALORES DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PRESTADOS PELO LABORATÓRIO DE PRODUTOS FLORESTAIS E PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS PARA VENDA
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	38	05/10/2017	ESTABELECE INDICADORES TÉCNICOS CLASSIFICATÓRIOS E BONIFICADORES A SEREM UTILIZADOS NOS EDITAIS DE CONCESSÃO FLORESTAL FEDERAL
ADMINISTRATIVO	RESOLUÇÃO	37	07/07/2017	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	36	21/12/2016	INSTITUI PROGRAMA DE INCENTIVO AOS CONCESSIONÁRIOS FLORESTAIS
FOMENTO	RESOLUÇÃO	35	19/12/2016	DEFINE E TORNA PÚBLICO O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2017, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	32	18/04/2016	APLICA ÍNDICE DE REAJUSTE DE 4,5% AOS PREÇOS FLORESTAIS DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO VIGENTES PARA O PERÍODO 2015/ 2016
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	33	18/04/2016	ALTERA OS PREÇOS DA CONCESSÃO FLORESTAL DAS UNIDADES DE MANEJO FLORESTAL II E III DA FLORESTA NACIONAL SARACÁ-TAQUERA
FOMENTO	RESOLUÇÃO	30	23/12/2015	DEFINE E TORNA PÚBLICO O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2016, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	29	28/10/2015	INSTITUI O MANUAL DE NORMAS TÉCNICAS E ORIENTAÇÕES PARA DEMARCAÇÃO EM FLORESTAS PÚBLICAS DA UNIÃO
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	28	13/10/2015	APLICA, COMO ÍNDICE DE REAJUSTE AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL EM ANDAMENTO, PARA O PERÍODO DE 2014/2015, INDICE DE 4,5%, ALINHADO À META DE INFLAÇÃO PREVIAMENTE ESTABELECIDA PELO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	27	15/09/2015	ALTERA OS ARTIGOS 4° E 5° DA RESOLUÇÃO SFB Nº 25 DE 02 DE ABRIL DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
FOMENTO	RESOLUÇÃO	26	23/12/2014	APROVA O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2015, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, E AUTORIZA A SUA DIVULGAÇÃO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	25	02/04/2014	ESTABELECE OS PARÂMETROS DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS EDITAIS E DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL, DEFINE O POTENCIAL VOLUMÉTRICO DE REFERÊNCIA, REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA A COBRANÇA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS FLORESTAIS
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	24	06/03/2014	ESTABELECE DIRETRIZES TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO FLORESTAL PARA ÁREAS SOB CONCESSÃO FLORESTAL FEDERAL
PESQUISA E INFORMAÇÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	23	18/02/2014	INSTITUI O MANUAL DE CAMPO DO IFN COMO DOCUMENTO DE REFERÊNCIA NACIONAL PARA A COLETA DE DADOS EM CAMPO NO ÂMBITO DO INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
FOMENTO	RESOLUÇÃO	22	30/12/2013	PUBLICA O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2014, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	21	21/11/2013	REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS PARA A UTILIZAÇÃO, EM BENFEITORIAS, DE MADEIRAS PROVENIENTES DE MANEJO FLORESTAL EM FLORESTAS PÚBLICAS DA UNIÃO SOB CONCESSÃO E O PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS AO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	20	08/02/2013	INSTITUI O "GUIA PARA MEDIÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS FLORESTAIS MADEIREIROS DAS CONCESSÕES FLORESTAIS FEDERAIS" PARA APLICAÇÃO E CÁLCULO DO VOLUME EFETIVAMENTE EXPLORADO NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL EM FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS

POLÍTICA FINALÍSTCAOMENTO	RESOLUÇÃO	18	28/12/2012	DEFINE E TORNA PÚBLICO O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2013, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	16	07/08/2012	ESTABELECE OS PARÂMETROS PARA A FIXAÇÃO DO VALOR DA GARANTIA DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL FEDERAIS, AS HIPÓTESES E FORMAS DE SUA ATUALIZAÇÃO, EXECUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO, REVOGA AS RESOLUÇÕES Nº 06, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2011, E Nº 09, DE 31 DE JANEIRO DE 2012
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	15	01/08/2012	TORNA SEM EFEITO A RESOLUÇÃO N° 14, DE 10 DE JULHO DE 2012
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	11	09/05/2012	DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DAS PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS SOB CONCESSÃO FLORESTAL NAS FLORESTAS PÚBLICAS DA UNIÃO
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	8	22/12/2011	APLICA, COMO ÍNDICE DE REAJUSTE AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO FLORESTAL EM ANDAMENTO, PARA O PERÍODO DE 2010/2011, O IPCA/IBGE ACUMULADO DOS DOZE MESES ANTERIORES À ASSINATURA DOS CONTRATOS, COM REDUÇÃO DE DOIS PONTOS PERCENTUAIS
POLÍTICA FINALÍSTCA FOMENTO	RESOLUÇÃO	7	21/12/2011	PUBLICA O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2012, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	4	02/12/2011	ESTABELECE INDICADORES TÉCNICOS CLASSIFICATÓRIOS E BONIFICADORES A SEREM UTILIZADOS NOS EDITAIS DE CONCESSÃO FLORESTAL FEDERAL
CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS	RESOLUÇÃO	3	20/09/2011	ACRESCENTA O § 3°, INCISOS I E II AO ART. 16 DA RESOLUÇÃO N° 2, DE 6 DE JULHO DE 2007, QUE REGULAMENTA O CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS, DEFINE OS TIPOS DE VEGETAÇÃO E AS FORMAÇÕES DE COBERTURA FLORESTAL, PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS
FOMENTO	RESOLUÇÃO	1	19/05/2011	PÚBLICA O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2011, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
FOMENTO	RESOLUÇÃO	1	19/05/2011	PÚBLICA O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2011, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	6	07/10/2010	INSTITUI O SISTEMA DE CADEIA DE CUSTÓDIA DAS CONCESSÕES FLORESTAIS COM O OBJETIVO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E CONTROLE DA SAÍDA DOS PRODUTOS MADEIREIROS EXPLORADOS NAS ÁREAS SOB REGIME DE CONCESSÃO FLORESTAL, EM FLORESTAS PÚBLICAS DA UNIÃO.
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	5	10/09/2010	APROVA E TORNA PÚBLICO A NORMA DE EXECUÇÃO Nº 3, DE 10 DE SETEMBRO DE 2010, QUE INSTITUI O SISTEMA DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS - SMR EM ÁREAS SOB CONCESSÃO FLORESTAL FEDERAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	7	10/09/2010	ATUALIZA A LISTA DE ESPÉCIES PREVISTA NO ANEXO 5 DO EDITAL DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO FLORESTAL NA FLORESTA NACIONAL DO JAMARI (CONCORRÊNCIA Nº 01/2007)
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	7	10/09/2010	ATUALIZA A LISTA DE ESPÉCIES PREVISTA NO ANEXO 5 DO EDITAL DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO FLORESTAL NA FLORESTA NACIONAL DO JAMARI (CONCORRÊNCIA Nº 01/2007)
FOMENTO	RESOLUÇÃO	4	20/08/2010	TORNA PÚBLICO O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CONSULTIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - FNDF, APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO EM SUA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA
FOMENTO	RESOLUÇÃO	3	05/08/2010	PÚBLICA O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2010, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
FOMENTO	RESOLUÇÃO	3	05/08/2010	PÚBLICA O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2010, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
FOMENTO	RESOLUÇÃO	2	04/08/2010	DEFINE E TORNA PÚBLICO O PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO REGIONALIZADA (PAAR) 2010, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	2	12/05/2009	ALTERA O VALOR DAS MADEIRAS NOS CONTRATOS DE TRANSIÇÃO
ADMINISTRATIVO	RESOLUÇÃO	1	07/05/2009	IMPLEMENTA A UNIDADE REGIONAL DO NORDESTE DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, COM SEDE EM NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍTICA FINALÍSTICA DE PESQUISA E INFORMAÇÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	4	23/06/2008	IMPLEMENTA O SISTEMA NACIONAL DE PARCELAS PERMANENTES - SISPP E AS REDES DE MONITORAMENTO DA DINÂMICA DE FLORESTAS BRASILEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	3	05/06/2008	ESTABELECE QUE OS PREÇOS DO METRO CÚBICO DE MADEIRA SERÃO REAJUSTADOS EM 4,93 % CORRESPONDENTE À VARIAÇÃO ACUMULADA NO PERÍODO DE 1º DE MAIO DE 2007 ATÉ 30 DE ABRIL DE 2008, DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, FIXADO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ADMINISTRATIVO	RESOLUÇÃO	2	19/02/2008	IMPLEMENTA A UNIDADE REGIONAL DO DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO PURUS-MADEIRA, COM SEDE EM PORTO VELHO, ESTADO DE RONDÔNIA
ADMINISTRATIVO	RESOLUÇÃO	1	21/01/2008	IMPLEMENTA A UNIDADE REGIONAL DO DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DA BR-163, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ
CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS	RESOLUÇÃO	2	06/07/2007	REGULAMENTA O CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS, DEFINE OS TIPOS DE VEGETAÇÃO E AS FORMAÇÕES DE COBERTURA FLORESTAL, PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS

CONCESSÃO FLORESTAL	RESOLUÇÃO	1	12/05/2007	ALTERA O VALOR DAS MADEIRAS DOS CONTRATOS DE TRANSIÇÃO

ANEXO X
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

MATÉRIA	ESPÉCIE	Nº	DATA	EMENTA
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO ESPECIAL	50	26/08/1997	ESTABELECE ZONAS TÍPICAS DE MÓDULO - ZTM E ESTENDE A FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO - FMP, PREVISTA PARA AS CAPITAIS DOS ESTADOS E PARA OUTROS MUNICÍPIOS
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO ESPECIAL	51	26/08/1997	ESTABELECE O MÓDULO FISCAL PARA OS MUNICÍPIOS
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO ESPECIAL	26	21/06/1982	DISPÕE SOBRE A EXTENSÃO DA FRAÇÃO MÍNIMA DE PARCELAMENTO PREVISTA PARA AS CAPITAIS DOS ESTADOS A OUTROS MUNICÍPIOS.
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO ESPECIAL	5	06/06/1973	DISPÕE SOBRE NORMAS, CLASSIFICAÇÕES, QUESTIONÁRIOS E TABELAS RELATIVAS À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL E A TRIBUTAÇÃO PREVISTAS NO DECRETO Nº72.106, DE 18 DE ABRIL DE 1973 E NO DECRETO 55.891, DE 31 DE MARÇO DE 1965
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	100	30/12/2019	FIXA OS PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM ÁREAS RURAIS, DE QUE TRATA A LEI N° 11.952/09
SELEÇÃO DE FAMÍLIAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	98	30/12/2019	DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - PNRA
TITULAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS.	INSTRUÇÃO NORMATIVA	99	30/12/2019	FIXA OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA TITULAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA, CRIADOS EM TERRAS DE DOMÍNIO OU POSSE DO INCRA OU DA UNIÃO, BEM COMO VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E DE REGULARIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIO NO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA).
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	214	19/12/2019	ESTABELECE NORMAS PARA EMISSÃO, DESBLOQUEIO, CANCELAMENTO E RESGATE DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA
ATIVIDADE CORRECIONAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	92	17/12/2018	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À APURAÇÃO DISCIPLINAR DE QUE TRATA A LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 E DEMAIS INSTRUMENTOS DE APOIO À ATIVIDADE DISCIPLINAR NO ÂMBITO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
VENDA DE IMÓVEIS RESIDÊNCIAS DE PROPRIEDADE DO INCRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	91	03/10/2018	DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA VENDA DIRETA DOS IMÓVEIS RESIDENCIAIS DE PROPRIEDADE DO INCRA NO ÂMBITO DA AMAZÔNIA-LEGAL
PAUTA DE VALORES DE TERRA NUA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	90	03/04/2018	INSTITUI A PAUTA DE VALORES DE TERRA NUA PARA FINS DE TITULAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO, DE QUE TRATA O ART. 18, § 5° DA LEI 8.629/1993. E NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DE QUE TRATA O ART. 12, § 1° DA LEI 11952/2009.
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	88	13/12/2017	DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO E O ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL POR PESSOA NATURAL ESTRANGEIRA RESIDENTE NO PAÍS, PESSOA JURÍDICA ESTRANGEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR NO BRASIL E PESSOA JURÍDICA BRASILEIRA EQUIPARADA À ESTRANGEIRA.
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1.724	31/07/2017	ALTERA A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA RFB/INCRA Nº1.581, DE 17 DE AGOSTO DE 2015
PARCELAMENTOS DÉBITOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	85	29/07/2016	DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS NÃO INSCRITOS EM DIVIDAS ATIVAS, RESULTANTES DE INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO E REGRAS CONTRATUAIS DO INCRA E QUE NÃO TENHEM NATUREZA TRIBUTÁRIA
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	84	29/03/2016	ESTABELECE NORMAS REGULANDO O PROCEDIMENTO E OS CRITÉRIOS PARA A CONCESSÃO E A MANUTENÇÃO DE BOLSAS A PROFESSORES DAS REDES PÚBLICAS E A ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - PRONERA.
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1.581	17/08/2015	ESTABELECE PRAZOS E PROCEDIMENTOS PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL (SNCR) E DO CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS (CAFIR) QUE VISA PROPICIAR A INTEGRAÇÃO ENTRE ESSES SISTEMAS CADASTRAIS COM A FINALIDADE DE ESTRUTURAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS (CNIR).
OBTENÇÃO DE TERRAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	83	06/08/2015	ESTABELECE AS DIRETRIZES BÁSICAS PARA AS AÇÕES DE OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA FINS DE ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	82	30/05/2015	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL NO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL-SNCR
GESTÃO DE PESSOAS (CAPACITAÇÃO)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	78	13/05/2014	DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS E PARÂMETROS PARA A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO INCRA
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	77	23/08/2013	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DA POLIGONAL OBJETO DE MEMORIAL DESCRITIVO DE IMÓVEIS RURAIS
CRÉDITO INSTALAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	74	14/11/2012	FIXA MODALIDADES, VALORES E NORMAS GERAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO CRÉDITO INSTALAÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO

CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	27/09/2012	ESTABELECE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA PROCESSAMENTO DE REQUERIMENTOS DE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO OU ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURAL POR PESSOA ESTRANGEIRA SUBMETIDA AO REGIME DA LEI Nº 5.709, DE 7 DE OUTUBRO DE 1971.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	72	17/05/2012	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ACORDO ADMINISTRATIVO PARA OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS INSERIDOS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	73	17/05/2012	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS DE BOA-FÉ ERIGIDAS EM TERRA PÚBLICA VISANDO A DESINTRUSÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA.
CRÉDITO INSTALAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	69	06/12/2011	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA COBRANÇA E RECEBIMENTO DOS CRÉDITOS INSTALAÇÃO, CONCEDIDOS AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	66	30/12/2010	APROVA OS PROCEDIMENTOS PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E OS FORMULÁRIOS DE COLETA DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL
MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	65	27/12/2010	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AS ATIVIDADES DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL EM PROJETO DE ASSENTAMENTO.
FAIXA DE FRONTEIRA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	63	11/10/2010	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE RATIFICAÇÃO DAS ALIENAÇÕES E CONCESSÕES DE TERRAS DEVOLUTAS FEITAS PELOS ESTADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA
CRÉDITO INSTALAÇÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	59	15/03/2010	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA COBRANÇA E RECEBIMENTO DOS CRÉDITOS INSTALAÇÃO, CONCEDIDOS AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	57	20/10/2009	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO, DE INTRUSÃO, TITULAÇÃO E REGISTRO DAS TERRAS OCUPADAS POR REMANESCENTES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	03/08/2009	ESTABELECE DIRETRIZES PARA REALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO INCRA
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	44	18/02/2008	ESTABELECE DIRETRIZES PARA RECADASTRAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS DE QUE TRATA O DECRETO N.º 6.321, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007.
RECONHECIMENTO DE PROJETO DE REASSENTAMENTO DE BARRAGEM - PRB	INSTRUÇÃO NORMATIVA	42	18/09/2007	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA RECONHECIMENTO DE PROJETOS DE REASSENTAMENTO DE BARRAGENS - PRB E A INCLUSÃO DE AGRICULTORES REASSENTADOS EM FUNÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS NO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA E ACESSO AO PRONAF-A
PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO(AUTO SUFICIÊNCIA) DE ASSENTAMENTOS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	39	11/06/2007	TRATA DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO (AUTO SUFICIÊNCIA) DOS ASSENTAMENTOS RESULTANTES DA REFORMA AGRÁRIA - PAC NO ÂMBITO DO INCRA.
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	41	11/06/2007	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES À ALIENAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS EM ÁREAS ACIMA DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES, LIMITADAS A 15 (QUIZE) MÓDULOS FISCAIS, MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA.
GESTÃO DE PESSOAS (REMOÇÃO/CONCURSO DE REMOÇÃO)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	35	23/08/2006	DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DOS SERVIDORES DO INCRA E DISCIPLINA O CONCURSO DE REMOÇÃO
OBTENÇÃO DE TERRAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	23/05/2006	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE ACORDO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL NAS AÇÕES DE OBTENÇÃO DE TERRAS, PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.
GESTÃO DE PESSOAS (AVALIAÇÃO/ESTÁGIO PROBATÓRIO)	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	13/02/2006	DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO
REGISTRO DE IMÓVEIS	INSTRUÇÃO NORMATIVA	26	28/11/2005	FIXA ROTEIRO PARA A TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE O INCRA E OS SERVIÇOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	11	04/11/2003	ESTABELECE DIRETRIZES PARA FIXAÇÃO DO MÓDULO FISCAL DE CADA MUNICÍPIO DE QUE TRATA O DECRETO 84.685, DE 6 DE MAIO DE 1980, BEM COMO OS PROCEDIMENTOS PARA CÁLCULO DOS GRAUS DE UTILIZAÇÃO DA TERRA - GUT E DE EFICIÊNCIA NA EXPLORAÇÃO GEE, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DA LEI 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.
CADASTRO RURAL	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	13/11/2002	DEFINE DIRETRIZES BÁSICAS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO CADASTRAL DE IMÓVEIS RURAIS
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	21	07/01/1986	ESTABELECE NORMAS PARA A INCLUSÃO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA EM SISTEMA CENTRALIZADO DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA.
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	MANUAL	S/N	23/08/2013	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS PELO INCRA PARA PROMOVER A GESTÃO DA CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS, EM ATENDIMENTO AO PARÁGRAFO 5º DO ARTIGO 176, DA LEI Nº. 6.015/73
CADASTRO RURAL	MANUAL	S/N	03/12/2009	DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DE IMÓVEIS RURAIS NO ÂMBITO DA REDE NACIONAL DE CADASTRO
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	MANUAL	S/N	2013	ESPECIFICA OS TIPOS DE LIMITES DE IMÓVEIS RURAIS E ESPECIFICIADADES PARA GEORREFERENCIAMENTO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	MANUAL	S/N	2013	ESPECIFICA OS MÉTODOS DE POSICIONAMENTO PARA GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO NO INCRA

GESTÃO DE PESSOAS	NORMA	5	04/04/2001	APROVA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	NORMA COMPLEMENTAR	1	29/09/2014	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DA INTERNET
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	NORMA COMPLEMENTAR	2	29/09/2014	DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO CORREIO ELETRÔNICO
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	NORMA DE EXECUÇÃO	122	27/12/2019	APROVA O REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO E CREDENCIAMENTO DO INCRA
PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - PRONERA	NORMA DE EXECUÇÃO	120	07/06/2018	CRIA O BANCO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), ESTABELECENDO REGRAS E PROCEDIMENTOS DE CREDENCIAMENTO DESSAS ENTIDADES PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - PRONERA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	NORMA DE EXECUÇÃO	119	02/03/2018	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA
CARTOGRAFIA	NORMA DE EXECUÇÃO	2	19/02/2018	ESTABELECE CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PRODUTOS GERADOS A PARTIR DE AEROFOTOGRAMETRIA PARA DETERMINAÇÃO DE COORDENADAS DE VÉRTICES DEFINIDORES DE LIMITES DE IMÓVEIS RURAIS EM ATENDIMENTO AO PARÁGRAFO 3º DO ART. 176 DA LEI N° 6.015/1973.
CADASTRO RURAL	NORMA DE EXECUÇÃO	1	02/01/2018	APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E ARRENDAMENTO DE IMÓVEL RURALPOR ESTRANGEIRO
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NORMA DE EXECUÇÃO	1	09/10/2017	ESTABELECE PROCEDIMENTOS DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL NO SNCR DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, CARACTERIZADOS COMO IMÓVEIS RURAIS, E DOS RESPECTIVOS REGISTROS IMOBILIÁRIOS.
INFRAESTRUTURA BÁSICA	NORMA DE EXECUÇÃO	117	13/09/2017	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE PLANEJAMENTO, PARAMETRIZAÇÃO DE PREÇOS DE REFERÊNCIA, CONTRATAÇÃO, GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES CONGÊNERES, RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COMPONENTES DA INFRAESTRUTURA BÁSICA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	NORMA DE EXECUÇÃO	115	26/09/2014	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA SOLICITAÇÃO DE ASSENTIMENTO PRÉVIO AO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN), PARA LEGITIMAÇÃO DE POSSES EM ÁREAS DE ATÉ 100(CEM) HECTARES LOCALIZADAS EM TERRAS PÚBLICAS RURAIS DA UNIÃO OU DO INCRA
INFRAESTRUTURA BÁSICA	NORMA DE EXECUÇÃO	113	25/09/2014	FIXA VALORES MÁXIMOS, EM RELAÇÃO AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, PREVISTO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA BÁSICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO
OBTENÇÃO DE TERRAS	NORMA DE EXECUÇÃO	112	12/09/2014	APROVA O MÓDULO V DO MANUAL DE OBTENÇÃO DE TERRAS
INFRAESTRUTURA BÁSICA	NORMA DE EXECUÇÃO	111	19/03/2014	ESTABELECE CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO NA SELAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA
PROGRAMA TERRA FORTE	NORMA DE EXECUÇÃO	110	28/02/2014	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA A DESTINAÇÃO DE ÁREAS EM PROJETOS DE ASSENTAMNTO, NOS CASOS DE CESSÃO DE USO COM FOCO NA CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES E EMPREENDIMENTOS AGROINDUSTRIAIS E DE COMERCIALIZAÇÃOO FINANCIADOS PELO PROGRAMA TERRA FORTE
PROGRAMA TERRA SOL (AGROINDUSTRIALIZAÇÃO)	NORMA DE EXECUÇÃO	109	12/12/2013	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES À IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE FOMENTO À AGRO INDUSTRIALIZAÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO POR MEIO DO PROGRAMA TERRA SOL.
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	NORMA DE EXECUÇÃO	107	23/08/2013	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS PELO INCRA PARA PROMOVER A GESTÃO DA CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS.
CARTOGRAFIA	NORMA DE EXECUÇÃO	105	26/11/2012	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE CERTIFICAÇÃO DA POLIGONAL OBJETO DE MEMORIAL DESCRITIVO DE IMÓVEIS RURAIS A QUE SE REFERE O §5º DO ART. 176 DA LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E A NORMA TÉCNICA PARA GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS.
SUPERVISÃO OCUPACIONAL	NORMA DE EXECUÇÃO	102	04/06/2012	DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS RELATIVOS À APLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA/Nº 71, DE 2012 E ESTABELECE O VALOR DE INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS DE PEQUENA MONTA
PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - PRONERA	NORMA DE EXECUÇÃO	101	19/03/2012	NORMATIZA O VALOR UNITÁRIO POR ALUNO/ANO REFERENTE À EXECUÇÃO DOS PROJETOS NO ÂMBITO DO PROGRANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	NORMA DE EXECUÇÃO	100	29/11/2011	DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO, NA MODALIDADE DE DOAÇÃO, DOS BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO ACERVO DO INCRA
CRÉDITO INSTALAÇÃO	NORMA DE EXECUÇÃO	99	21/09/2011	DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 14, 20 E 33, DA NORMA DE EXECUÇÃO Nº 79/2008
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NORMA DE EXECUÇÃO	4	25/07/2011	ESTABELECE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS NÃO QUILOMBOLAS, EM FASE DE DESINTRUSÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E QUE SE ENQUADREM NOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA O PNRA.
CADASTRO RURAL	NORMA DE EXECUÇÃO	97	15/06/2011	ESTABELECE AS DIRETRIZES E OS PROCEDIMENTOS REFERENTES À CRIAÇÃO DO NOVO MÓDULO DE CADASTRAMENTO E ALTERAÇÃO DE USUÁRIOS E DE PERFIS DE USUÁRIOS NO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL - SNCR, COM A SUSPENSÃO DE TODAS AS SENHAS DE ACESSO AO SISTEMA, COM VISTAS AO RECADASTRAMENTO DE TODOS OS USUÁRIOS.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS PARA REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NORMA DE EXECUÇÃO	3	21/06/2010	ESTABELECE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS PARA A EDIÇÃO DE DECRETO DECLARATÓRIO DE INTERESSE SOCIAL DAS TERRAS OCUPADAS POR REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS E DESINTRUSÃO DE OCUPANTES NÃO QUILOMBOLAS
CRÉDITO INSTALAÇÃO	NORMA DE EXECUÇÃO	84	02/09/2009	ESTABELECE O FLUXO OPERACIONAL PARA CONCESSÃO, APLICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CRÉDITO INSTALAÇÃO, NA MODALIDADE CRÉDITO AMBIENTAL NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO
CRÉDITO INSTALAÇÃO	NORMA DE EXECUÇÃO	79	26/12/2008	ESTABELECE FLUXO OPERACIONAL PARA CONCESSÃO, APLICAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CRÉDITOS DO CRÉDITO INSTALAÇÃO NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO
LANÇAMENTO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	NORMA DE EXECUÇÃO	75	25/06/2008	DISPÕE SOBRE A ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO PARA LANÇAMENTO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA) COMPLEMENTARES E SEUS CANCELAMENTOS EM DECORRÊNCIA DE DECISÕES JUDICIAIS
PAGAMENTOS DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS	NORMA DE EXECUÇÃO	74	25/06/2008	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE LEGITIMIDADE DE PAGAMENTOS DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS POR MEIO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR (RPVs)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	NORMA DE EXECUÇÃO	72	12/05/2008	FIXA E ALTERA OS VALORES DE ATES - ASSESSORIA TÉCNICA SOCIAL E AMBIENTAL PARA OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO
FORNECIMENTO DE CÓPIAS REPROGRÁFICAS	NORMA DE EXECUÇÃO	66	17/10/2007	DISCIPLINA O FORNECIMENTO DE CÓPIAS REPROGRÁFICAS
ENVIO DE MATÉRIAS PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	NORMA DE EXECUÇÃO	64	21/09/2007	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA ENVIO DE MATÉRIAS POR PARTES DAS DIRETORIAS E SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	NORMA DE EXECUÇÃO	60	07/05/2007	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES À ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA - ATES.
CIDADANIA	NORMA DE EXECUÇÃO	1	22/02/2007	ESTABELECE PROCEDIMENTOS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DA DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL - PNDTR
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS NA OBTENÇÃO DE TERRAS	NORMA DE EXECUÇÃO	52	25/10/2006	APROVA O MANUAL DE OBTENÇÃO DE TERRAS E PERÍCIA JUDICIAL
REASSENTAMENTO DE NÃO ÍNDIOS	NORMA DE EXECUÇÃO	1	24/10/2006	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES AO PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE OCUPANTES NÃO ÍNDIOS DE TERRAS INDÍGENAS.
MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	NORMA DE EXECUÇÃO	51	26/07/2006	APROVA O MANUAL PARA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
IMPLANTAÇÃO DE PRÉ PROJETO	NORMA DE EXECUÇÃO	48	20/12/2005	ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRÉ-PARCELAMENTO
SERVIÇOS DE AGRIMENSURA	NORMA DE EXECUÇÃO	47	20/12/2005	APROVA A TABELA DE PREÇOS REFERENCIAIS PARA SERVIÇOS DE AGRIMENSURA
MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	NORMA DE EXECUÇÃO	43	04/07/2005	ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS REFERENTES A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS EM ÁREAS S DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA
MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	NORMA DE EXECUÇÃO	44	28/06/2005	ESTABELECE VALOR UNITÁRIO POR FAMÍLIA REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS EM ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	NORMA DE EXECUÇÃO	33	14/07/2003	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS DA UNIÃO E DO INCRA
CONCESSÃO E ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS.	NORMA DE EXECUÇÃO	29	11/09/2002	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA, E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM TERRAS PÚBLICAS DE DOMÍNIO DO INCRA E DA UNIÃO.
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	NORMA DE EXECUÇÃO	29	11/09/2002	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA, E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM TERRAS PÚBLICAS DE DOMÍNIO DO INCRA E DA UNIÃO
DÍVIDA ATIVA	NORMA DE EXECUÇÃO	23	21/03/2002	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA E DE COBRANÇA AMIGÁVEL E JUDICIAL
CÁLCULOS JUDICIAIS	NORMA DE EXECUÇÃO	20	06/03/2002	FIXA PROCEDIMENTOS PARA CONFERÊNCIA OU ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS JUDICIAIS NO ÂMBITO DA PROCURADORIA JURÍDICA
CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	NORMA DE EXECUÇÃO	9	06/04/2001	DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO.
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRARIA (SIPRA)	NORMA DE EXECUÇÃO	4	30/08/1999	DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	NORMA TÉCNICA	S/N	2013	NORMATIZA OS TRABALHOS DE GEORREFERENCIAMENTO PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO NO INCRA
REGISTRO CONTÁBIL E PATRIMONIAL DE IMÓVEIS	NOTA TÉCNICA	492	02/04/2018	ESTABELECE DIRETRIZES VISANDO ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS PARA CADASTRO E REGISTRO NO SPIUNET DOS IMÓVEIS OBTIDOS PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.
REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO.	NOTA TÉCNICA	432	26/03/2018	DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES OPERACIONAIS PARA APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO, COM BASE NO ART. 26-B DA LEI Nº 8.629/93, ATUALIZADA PELA LEI Nº 13.465/2017 E REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 9.311 DE 15 DE MARÇO DE 2018.

REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NOTA TÉCNICA	10	29/08/2017	ESTABELECE ORIENTAÇÕES PARA AÇÃO DE CADASTRO E SELEÇÃO PELO INCRA DE AGRICULTORES FAMILIARES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA-PNRA.
CADASTRO RURAL	NOTA TÉCNICA	1	30/04/2017	DISPÕE SOBRE A FORMA DE ACESSO DOS CIDADÃOS AOS SERVIÇOS CNIR
CADASTRO RURAL	NOTA TÉCNICA	3	30/04/2017	DISPÕE SOBRE A REDE CNIR E O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES ESTRUTURAIS E TEMÁTICAS DO IMÓVEL RURAL
CADASTRO RURAL	NOTA TÉCNICA	2	20/04/2017	DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE DADOS E REGRAS PARA O ARMAZENAMENTO E CONSULTA DAS INFORMAÇÕES DO CNIR
PAUTA DE VALORES DE TERRA NUA	NOTA TÉCNICA	1	14/02/2017	CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ANÁLISE DO CUSTO DE OBTENÇÃO QUE CONTEM A PAUTA DE VALORES DE TERRA NUA PARA FINS DE TITULAÇÃO E REGULARIZAÇÃO
SUPERVISÃO OCUPACIONAL	NOTA TÉCNICA	9	04/11/2016	ORIENTAR SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS VISANDO A CORREÇÃO E SANEAMENTO DE SUPOSTA IRREGULARIDADES APONTADAS PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.
PROJETOS DE ASSENTAMENTO	NOTA TÉCNICA	8	07/06/2015	ESTABELECE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO PARA TRABALHADORAS RURAIS
MICROCRÉDITO PRODUTIVO PRONAF "A" E "A/C"	NOTA TÉCNICA	4	12/11/2014	ORIENTA QUANTO À OPERACIONALIZAÇÃO DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO PRONAF "A" E "A/C" PARA BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - PNRA.
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	NOTA TÉCNICA	1	17/05/2013	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A ARRECADAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NOTA TÉCNICA	2	14/07/2011	ESTABELECE ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E CONTRATAÇÃO DE RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO, NOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NOTA TÉCNICA	1	29/03/2011	ESTABELECE ORIENTAÇÕES PARA A COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO PORTARIA E DO CONJUNTO DECRETO, NOS TERMOS DA NE DF DT 03/2010.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NOTA TÉCNICA	7	05/07/2009	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO AGROAMBIENTAL, PARA COMPOSIÇÃO DO RTID DE TERRITÓRIOS QUILOMBOS.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NOTA TÉCNICA	5	16/02/2009	DISPÕE SOBRE A PROCEDÊNCIA DE INDENIZAÇÃO DE PROPRIETÁRIO PRIVADO MEMBRO DE COMUNIDADE QUILOMBOLA.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NOTA TÉCNICA	2	24/10/2008	DISPÕE SOBRE A PROCEDÊNCIA DE INDENIZAÇÃO DE PROPRIETÁRIO PRIVADO MEMBRO DE COMUNIDADE QUILOMBOLA.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	NOTA TÉCNICA	3	01/10/2008	DISPÕE SOBRE A INSTRUÇÃO NORMATIVA INCRA Nº 49, DE 29/09/08, PUBLICADA EM 01/10/08
TÍTULOS DE DOMÍNIO	ORDEM DE SERVIÇO	2.437	26/09/2018	DISPÕE SOBRE O SISTEMA TDCALC - CÁLCULO PARA COBRANÇA DE TÍTULOS DE DOMÍNIO
CRÉDITO INSTALAÇÃO	PORTARIA	45	10/01/2020	DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DA NE 121/2018 E DEMAIS PROVIDÊNCIAS QUANTO ÀS RELAÇÕES CONTRATUAIS DESSA DECORRENTE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PORTARIA	1.242	12/06/2019	ESTABELECE, EM CARÁTER PROVISÓRIO E TRANSITÓRIO, OS PROCEDIMENTOS E AS ALÇADAS DECISÓRIAS A SEREM ADOTADAS PELO INCRA EM PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL.
PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS.	PORTARIA	460	08/03/2019	DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS ENTRE PARTICULARES E AGENTES PÚBLICOS EM EXERCÍCIO NO INCRA
CADASTRO RURAL	PORTARIA	2.017	27/12/2018	DISPÕE SOBRE AQUISIÇÕES OU ARRENDAMENTOS DE IMÓVEIS RURAIS POR PESSOA NATURAL ESTRANGEIRA
TRATAMENTO DE DENÚNCIAS	PORTARIA	1.831	20/11/2018	ESTABELECE O FLUXO INTERNO PARA TRATAMENTO DE DENÚNCIAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, COM OBJETIVO DE DAR EFETIVIDADE ÀS APURAÇÕES DOS FATOS DENUNCIADOS E TORNAR MAIS EFICIENTE O PROCESSO DE DETECÇÃO DE INDÍCIOS DE ILICITUDE NAS PRÁTICAS, PROCEDIMENTOS, PROCESSOS, E TAMBÉM PREVENIR FUTURAS OCORRÊNCIAS DE IRREGULARIDADES
DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP)	PORTARIA	523	12/04/2018	ESTABELECE AS CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP).
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PORTARIA	204	29/03/2018	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA MONITORAMENTO E VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES RESOLUTIVAS INCIDENTES EM TÍTULOS DE DOMÍNIO E CONCESSÕES DE DIREITO REAL DE USO
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PORTARIA	205	29/03/2018	DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE OCUPAÇÃO - CRO
CADASTRO RURAL	PORTARIA	326	01/06/2017	DETERMINA ÀS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS QUE ADOTEM AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NECESSÁRIAS À CONCLUSÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE FISCALIZAÇÃO CADASTRAL, CONSTRUÍDOS POR FORÇA DAS PORTARIAS INCRA P/ N. 558/99 E 596/2011 E PORTARIA INCRA/ P N.835, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004 ATUALMENTE SOB A ÉGIDE DA PORTARIA / INCRA/P/N. 12/2006.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	PORTARIA	175	09/04/2016	DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE AGRICULTORES FAMILIARES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA-PNRA.
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	PORTARIA	19	18/01/2016	APROVA SEXTO MANUAL DE OPERAÇÕES DO PRONERA 2016

PLANILHA DE PREÇOS REFERENCIAIS PPR	PORTARIA	405	14/12/2015	RETIRA DO REGIMENTO INTERNO A OBRIGATORIEDADE DE ATUALIZAÇÃO SEMESTRAL DAS PPR
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	PORTARIA	563	26/10/2015	ESTABELECE O VALOR MÁXIMO FINANCIÁVEL POR ALUNO/ANO
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PORTARIA	327	11/09/2015	DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE REVERSÃO DE IMÓVEIS RURAIS NA AMAZÔNIA LEGAL À UNIÃO
PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	PORTARIA	560	20/10/2014	ESTABELECE A COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA.
REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	PORTARIA	210	13/06/2014	DELEGA AO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO A COMPETÊNCIA PARA OUTORGAR A BENEFICIÁRIOS DE PROJETOS FEDERAIS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA E A GRUPOS REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO – CDRU.
ADJUDICAÇÃO	PORTARIA	12	21/05/2014	REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE ADJUDICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS EM FAVOR DO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA EM EXECUÇÕES PROPOSTAS PELA UNIÃO OU POR AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS
GESTÃO DE PESSOAS (CAPACITAÇÃO)	PORTARIA	215	16/04/2014	DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO
CADASTRO RURAL	PORTARIA	4	25/02/2014	REGULAMENTA A APLICAÇÃO DO PARECER GQ22, DE 1994 E DO PARECER Nº GQ-181, DE 1998, ÀS SITUAÇÕES JURÍDICAS APERFEIÇOADAS ANTES DA PUBLICAÇÃO DO PARECER AGU/LA – 01/2010.
OBTENÇÃO DE TERRAS	PORTARIA	2	19/12/2013	ESTABELECE PROCEDIMENTOS RELATIVOS ÁS CONSULTAS QUE SERÃO REALIZADAS AOS MINISTÉRIOS PELO MDA NO ÂMBITO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	PORTARIA	587	18/10/2013	DISCIPLINA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NAS UNIDADES DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
CERTIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS	PORTARIA	486	02/09/2013	HOMOLOGA A 3ª EDIÇÃO DA NORMA TÉCNICA PARA GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS, O MANUAL TÉCNICO DE POSICIONAMENTO E O MANUAL TÉCNICO DE LIMITES E CONFRONTAÇÕES.
OBTENÇÃO DE TERRAS	PORTARIA	5	31/01/2013	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS VOLTADOS À OBTENÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA
OBTENÇÃO DE TERRAS/SELEÇÃO DE FAMILIAS	PORTARIA	6	31/01/2013	ESTABELECE OS PARÂMETROS A SEREM OBSERVADOS PELO MDA E PELO INCRA NO ESTABELECIMENTO DA ORDEM DE PRIORIDADE TERRITORIAL PARA AS AÇÕES DE OBTENÇÃO DE TERRAS E OS CRITÉRIOS, REQUISITOS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA A SELEÇÃO DE CANDIDATOS A BENEFICIÁRIOS DA REFORMA AGRÁRIA
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PORTARIA	1	21/08/2012	DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DE OCUPAÇÕES INCIDENTES EM TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS, SITUADAS EM ÁREAS URBANAS NA AMAZÔNIA LEGAL
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PORTARIA	52	25/07/2012	DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOSS PARA A SOLICITAÇÃO DE ASSENTIMENTO PRÉVIO AO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL - CDN, PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE OCUPAÇÕES RURAIS E URBANAS LOCALIZADAS NA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA LEGAL
GESTÃO DE PESSOAS (AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - GDAPA E GDARA	PORTARIA	26	27/04/2012	APROVA OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DA GDAPA E DA GDARA
GESTÃO DE PESSOAS (CAPACITAÇÃO)	PORTARIA	236	03/04/2012	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DE CAPACITAÇÃO
CADASTRO RURAL	PORTARIA	3.779	21/12/2011	CRIA EQUIPE DO PROJETO CNIR - CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS
RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	PORTARIA	123	18/03/2011	SISTEMÁTICA CONTÁBIL DO RECONHECIMENTO DE PASSIVOS
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PORTARIA	80	21/12/2010	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE E CONCLUSÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS A TÍTULOS DEFINITIVOS E PRECÁRIOS EMITIDOS PELO INCRA ATÉ FEVEREIRO DE 2009
CADASTRO RURAL	PORTARIA	3	26/11/2010	CONSIDERA DE RELEVÂNCIA SOCIAL E JURÍDICA PROJETOS VARIADOS
CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO - ICMBIO	PORTARIA	4	25/03/2010	DISPÕE SOBRE O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA EFETUARÁ A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO AO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO
CADASTRO RURAL	PORTARIA	372	03/12/2009	APROVA AD REFERENDUM DO CONSELHO DIRETOR, O MANUAL DE CADASTRO, COMPOSTO DOS MÓDULOS RECEPÇÃO, ANALISE E DIGITAÇÃO, QUE ESTABELECEM PROCEDIMENTOS E REGRAS PARA A ATUALIZAÇÃO CADASTRAL NACIONAL DE CADASTRO RURAL – SNCR
PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTAL - PAF	PORTARIA	215	06/06/2006	APROVA OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A CRIAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO FLORESTAL NO ÂMBITO DO II PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PRONAF	PORTARIA	13	22/08/2005	INSTITUI NO ÂMBITO DO MDA O GRUPO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA PARA A REFORMA AGRÁRIA (GARA)
GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA	284	30/05/2005	CRIAÇÃO DA SR-30/E (REFERENDADO PELO CD CONFORME RESOLUÇÃO CD 14/05)
SELEÇÃO DE FAMÍLIAS	PORTARIA	9	27/10/2004	DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE OCUPANTES NÃO ÍNDIOS EM TERRAS INDÍGENAS
SELEÇÃO DE FAMÍLIAS	PORTARIA	687	28/09/2004	DETERMINAR QUE SEJAM INCLUÍDOS NO PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, OS AGRICULTORES FAMILIARES ATINGIDOS COM A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS PARA APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO, COM ÁREA REMANESCENTE
OBTENÇÃO DE TERRAS	PORTARIA	143	11/03/2004	DISPÕE SOBRE OS LAUDOS DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS
PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTAL - PAF	PORTARIA	1.141	19/12/2003	CRIA A MODALIDADE DE PROJETO DE ASSENTAMENTO FLORESTAL – PAF
CADASTRO DE ACAMPAMENTOS DE TRABALHADORES RURAIS	PORTARIA	471	02/03/2003	CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE IDENTIFICAR AS FAMÍLIAS ACAMPADAS EM TODO O PAÍS, INTERESSADAS EM INGRESSAR NO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA, COM VISTAS A SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO DE AÇÕES ESPECÍFICAS PARA O ENCAMINHAMENTO DAS DEMANDAS
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PDS	PORTARIA	1.040	12/12/2002	CRIAÇÃO DA MODALIDADE DENOMINADA "PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL" POR INTERMÉDIO DA PORTARIA/INCRA/P Nº 477, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1999
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PDS	PORTARIA	1.038	11/12/2002	ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 3º DA PORTARIA INCRA/P Nº 477/99
CARTOGRAFIA	PORTARIA	954	13/11/2002	ESTABELECE A PRECISÃO POSICIONAL A SER ATINGIDA EM CADA PAR DE COORDENADAS RELATIVAS A CADA VÉRTICE DEFINIDOR DO LIMITE DO IMÓVEL RURAL.
PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO (AUTO SUFICIÊNCIA) DE ASSENTAMENTOS	PORTARIA	782	04/09/2002	DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO (AUTO-SUFICIÊNCIA) DE ASSENTAMENTOS RESULTANTES DA REFORMA AGRÁRIA - PAC
PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO(AUTO SUFICIÊNCIA) DE ASSENTAMENTOS	PORTARIA	1.047	31/10/2000	TORNAR VIGENTE O REGULAMENTO OPERATIVO DO “PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO, (AUTO-SUFICIÊNCIA) DE ASSENTAMENTOS RESULTANTES DA REFORMA AGRÁRIA”
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PDS	PORTARIA	1.032	25/10/2000	APROVA A METODOLOGIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, APRESENTADA PELO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 1/99, DOS MINISTÉRIOS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA E MEIO AMBIENTE - MMA
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PDS	PORTARIA	477	04/11/1999	CRIA A MODALIDADE DE PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PDS
OBTENÇÃO DE TERRAS	PORTARIA	88	06/10/1999	VEDA A DESAPROPRIAÇÃO, AQUISIÇÃO E OUTRAS FORMAS DE OBTENÇÃO DE TERRAS EM ÁREAS COM COBERTURA FLORESTAL PRIMÁRIA INCIDENTES NOS ECOSSISTEMAS DA FLORESTA AMAZÔNICA, DA MATA ATLÂNTICA, E DO PANTANAL MATO-GROSSENSE E EM OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS
CRIAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	PORTARIA	269	23/10/1996	APROVA A METODOLOGIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE BASE AGRO-EXTRATIVISTA.
PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA - PAE	PORTARIA	268	23/10/1996	CRIA A MODALIDADE DE PROJETO DE ASSENTAMENTO AGRO-EXTRATIVISTA
CADASTRO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E PROJETOS DE ASSENTAMENTO - CPCA	PORTARIA	836	14/09/1992	IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO DE PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E PROJETOS DE ASSENTAMENTO - CPCA
GESTÃO DE PESSOAS	PORTARIA	75	22/05/1987	CRIA AS SR-18/PB, SR-19/RN, SR-20/ES, SR-21/AP, SR-22/AL, SR-23/SE, SR-24/PI E SR-25/RR E DEFINE JURISDIÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 103, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 2.023, publicada no DOU de 13/06/2019; e das atribuições constantes no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018 e considerando as informações constantes do processo SFA - ES nº 21018.004482/2020-18, resolve:

Art. 1º - Credenciar sob o número 26/2020/ES o(a) Médico(a) Veterinário(a) Áurea Krause, inscrito(a) no CRMV-ES nº 2151, para emissão de Certificados de Inspeção Sanitária - CIS-E para subproduto de origem animal, no município de Santa Maria de Jetibá, no Estado do Espírito Santo, para as propriedades relacionadas no processo em referência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 104, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Chefe do Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Espírito Santo, no uso das atribuições contidas no inciso XVI do artigo 267 e artigo 277 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Art. 4º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21018.002556/2020-73, resolve:

Art. 1º Credenciar, sob número BR ES 778, a empresa Kioshi Serviços Ltda, CNPJ 36.009.835/0001-50, situada à rua Joaquim Leopoldino Lopes, 365, Bairro Consolação, Vitória/ES, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em silos herméticos - Fosfina/FSH-FSF; b) Fumigação em contêineres - Fosfina/FEC-FSF; c) Fumigação em porões de navio - Fosfina/FPN-FSF.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria tem caráter provisório por 01 (um) ano e, em não se constatando nenhuma irregularidade neste período, este será convertido em definitivo pelo prazo normal estipulado de 05 (cinco) anos, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL MASSAUD CONDE

COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO SEGURO RURAL

RESOLUÇÃO Nº 79, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o anexo da Resolução nº 64, do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR.

O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR, no exercício da competência que lhe confere a alínea "f", do inciso III, do artigo 5º, da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, o inciso II, do artigo 18, do Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, e o inciso IV do art. 5º do Regimento Interno do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, editado pela Resolução nº 5, de 3 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Alterar os itens XV e XXI do Plano Trienal do Seguro Rural 2019-2021, constante do anexo da Resolução nº 64, de 09 de novembro de 2018, alterado pela Resolução nº 68, de 08 de agosto de 2019, do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR, na forma do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua 01/01/2021.

PEDRO AUGUSTO MARTINS LOYOLA JUNIOR
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO

XV. percentual de subvenção ao prêmio do seguro rural

1. MODALIDADE AGRÍCOLA

1.1 Grãos - Produto Multirrisco

Para os produtos caracterizados como "multirrisco", o percentual de subvenção ao prêmio será aplicado de acordo com tipo de produto contratado. O nível mínimo de cobertura da produtividade esperada exigido para elegibilidade ao PSR, para o triênio 2019 a 2021, foi elevado do percentual de 60% para 65%.

A elevação do nível mínimo de cobertura para elegibilidade ao PSR demonstra o compromisso do Governo Federal com a diretriz de utilizar o seguro como um instrumento para a estabilidade da renda agropecuária e, assim, continuar estimulando o desenvolvimento e a oferta de produtos de maior cobertura.

A tabela a seguir apresenta os percentuais de subvenção para grãos a serem adotados para produtos "multirrisco", a partir da vigência deste PTSR.

Percentuais de Subvenção para Grãos de Verão - Produtos Multirrisco

Grãos	Tipo de Produto	Percentual de Subvenção
Verão	*Custeio/Produtividade*	25%
	Receita	30%
Inverno	Custeio/Produtividade/Receita	40%

1.2 Grãos - Produto Riscos Nomeados

Para os produtos caracterizados como "riscos nomeados", o percentual de subvenção ao prêmio será de 20% para os Grãos de Verão, já para os Grãos de Inverno, o percentual será de 35%.

1.3 Frutas/Olerícolas/Cana-de-açúcar/Café

Para todas as frutas, olerícolas, cana-de-açúcar e café, o percentual de subvenção ao prêmio será de 40%.

2. MODALIDADE DE FLORESTAS

Para a modalidade de florestas, o percentual de subvenção ao prêmio será de 40%.

3. MODALIDADE PECUÁRIO

Para a modalidade pecuário, o percentual de subvenção ao prêmio será de 40%.

4. MODALIDADE AQUÍCOLA

Para a modalidade aquícola, o percentual de subvenção ao prêmio será de 40%.

4. SEGURO PARAMÉTRICO

Para o seguro paramétrico, independente da modalidade de seguro, o percentual de subvenção ao prêmio será de 20%.

XXI. Resumo dos limites e percentuais de subvenção

Modalidades de Seguro	Grupos de Atividades	Tipo de Cobertura	Tipo de Produto	Percentual Subvenção	Limite Anual (R$)
Agrícola	Grãos de Verão	Riscos Nomeados	Custeio/Produtividade	20%	48.000,00
		Multirrisco	Custeio/Produtividade	25%	
			Receita	30%	
	Grãos de Inverno	Riscos Nomeados	Custeio/Produtividade	35%	
		Multirrisco	Custeio/Produtividade/Receita	40%	
	Frutas, Olerícolas, Cana-de-Açúcar e Café	-	-	40%	
Florestas	Silvicultura (florestas plantadas)	-	-	40%	24.000,00
Pecuário	Aves, bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, ovinos e suínos				24.000,00
Aquícola	Carcinicultura, maricultura e piscicultura				24.000,00
Seguro Paramétrico para as modalidades agrícola, florestas, pecuário e aquícola				20%	Observar a modalidade

Grãos de Verão: algodão, amendoim, arroz, fava, feijão 1ª safra, girassol, milho 1ª safra e soja.

Grãos de Inverno: aveia, canola, cevada, centeio, feijão 2ª safra, milho 2ª safra, sorgo, trigo e triticale.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.152/2020

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 19ª Reunião Extraordinária da CTNBio, realizada em 24 de setembro de 2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.006432/2020-76

Requerente: Instituto Brasil de Pesquisa Clínica S.A.

CNPJ: 32.723.107/0001-54

Endereço: Rua da Glória 344 - 2º andar - Glória - Rio de Janeiro/RJ.

Assunto: Solicitação de Parecer para Concessão de CQB para atividades em nível de Biossegurança 1 (NB-1)

Extrato Prévio: 7293/2020, publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2020.

Decisão: DEFERIDO

Número do CQB concedido: 525/2020

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para Concessão de CQB para atividades em nível de Biossegurança 1 (NB-1), concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Responsável Legal do Instituto Brasil de Pesquisa Clínica S/A., Sr. Luis Augusto Tavares Russo, solicita parecer técnico da CTNBio para concessão de Certificado de Qualidade em Biossegurança NB-1, para instalações da instituição. O processo foi analisado de acordo com as normativas legais vigentes e um parecer foi emitido. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.153/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 19ª Reunião Extraordinária da CTNBio, realizada em 24 de setembro de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.004988/2020-28

Requerente: Fundação Oswaldo Cruz - Ceará

CNPJ: 33.781.055/0067-61

Endereço: Rua São José, SN, Mangabeira, Eusebio CE, CEP 61760-000

Assunto: Solicitação de Parecer para Concessão Inicial de CQB - NB 1

Extrato Prévio: 7268/2020, publicado no Diário Oficial da União em 02/09/2020

Decisão: DEFERIDO

Nº de CQB Concedido: 526/20

O Responsável Legal da Fundação Oswaldo Cruz do Ceará - Fiocruz, Sr. Antônio Carlile Holanda Lavor, solicita parecer técnico da CTNBio para concessão de Certificado de Qualidade em Biossegurança NB-1 para instalações da instituição. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para a concessão de CQB para áreas com Nível de Biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.154/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 19ª Reunião Extraordinária da CTNBio, realizada em 24 de setembro de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.004991/2020-41

Requerente: Centro de Pesquisa Clínica da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

CNPJ: 44.392.215/0001-70

Endereço: Rua Espírito Santo, 722 - Centro - São Caetano do Sul/SP

Assunto: Solicitação de Parecer para Concessão Inicial de CQB - NB 1

Extrato Prévio: 7267/2020, publicado no Diário Oficial da União em 02/09/2020

Decisão: DEFERIDO

Nº de CQB Concedido: 527/20

Os Responsáveis Legais do Centro de Pesquisa Clínica da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS, Sr. Leandro Campi Preado e Sr. Fabio Eudes Leal, solicitam parecer técnico da CTNBio para concessão de Certificado de Qualidade em Biossegurança NB-1 para instalações da instituição. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para a concessão de CQB para áreas com Nível de Biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.155/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 19ª Reunião Extraordinária da CTNBio, realizada em 24 de setembro de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245. 006531/2020-58

Requerente: IQVIA RDS Brasil Ltda

CNPJ: 02.529.870/0001-88

Endereço: Rua Verbo Divino, 2001, 7º, 9º e 11º andares, Torre A - 04719-002 - Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP

Assunto: Solicitação de Parecer para Concessão Inicial de CQB - NB 1

Extrato Prévio: 7300/2020, publicado no Diário Oficial da União em 23/09/2020

Decisão: DEFERIDO

Nº de CQB Concedido: 528/20

O Responsável Legal da IQVIA RDS Brasil Ltda., Sr. Rodrigo Antônio Valente Guimarães, solicita parecer técnico da CTNBio para concessão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações da instituição. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para a concessão de CQB para áreas com Nível de Biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.156/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 19ª Reunião Extraordinária da CTNBio, realizada em 24 de setembro de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.006141/2020-88

Requerente: Centro de Estudos e Pesquisas em Moléstias Infecciosas Ltda. - CPClin

CQB: 415/16

Endereço: Rua Doutor Ponciano Barbosa, 282 Cidade Alta Natal/RN

Assunto: Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com OGM da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 7285/2020, publicado no Diário Oficial da União em 18/09/2020

Decisão: DEFERIDO

A requerente, por meio da Presidente da CIBio do Centro de Estudos e Pesquisas em Moléstias Infecciosas Ltda. - CPClin, Dra. Paula Renata Lima Machado, solicita parecer técnico da CTNBio para concessão de Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança, para Nível de Biossegurança 1 em instalações da instituição (Dispensário de Medicamentos - Farmácia, Sala de Vacina, Sala de Preparo de Vacinas e Sala com Cabine de Biossegurança). A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

PORTARIA Nº 22/SEI-MPEG, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORA DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria MCTI nº. 407/2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 2006, e Portaria nº 3.374, de 28 de junho de 2018;

Considerando o conteúdo da Portaria MCTIC nº 5.276, de 15 de outubro de 2018, que estabelece os arranjos dos Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT e suas respectivas Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais integrantes;

Considerando o Art. 44 da Portaria MCTIC nº 3.458, de 10 de Setembro de 2020, que permite ao(a) diretor(a) do MPEG, sem qualquer custo adicional, formar outras unidades colegiadas internas, assim como constituir comitês para incentivar a interação entre as unidades da estrutura organizacional do Museu, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do Museu, resolve:

Art. 1º. Reinstituir e formalizar, sem custos adicionais, o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT no âmbito do Museu Paraense Emílio Goeldi, em caráter permanente, para execução das seguintes competências:

I - propor e executar a política institucional de estímulo à inovação e de transferência de tecnologia à sociedade;

II - coordenar as atividades do Arranjo de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (REDENAMOR)

III - acompanhar e mapear sistematicamente os grupos de pesquisa para identificar competências e tecnologias geradas;

IV - promover o desenvolvimento de inovações e a transferência de tecnologias geradas, identificadas em projetos e atividades de pesquisa;

V - executar os trâmites administrativos para as solicitações de patentes;

VI - orientar e realizar atividades administrativas relacionadas ao acesso ao material genético e remessa de amostras;

VII - analisar e opinar sobre a estratégia de proteção da propriedade intelectual das criações desenvolvidas na instituição, sendo responsável pela gestão desses ativos;

VIII - receber, prospectar e monitorar sistematicamente demandas de mercado e de setores de interesse da sociedade passíveis de serem atendidas por grupos de pesquisas da instituição e instituições associadas à REDENAMOR;

IX - propor e participar de negociações para a comercialização e transferência de tecnologia, incluindo a oferta de serviços e competências tecnológicas institucionais;

X - orientar e apoiar os demais setores do MPEG na elaboração de critérios para levantamento dos custos das pesquisas e de utilização dos laboratórios;

XI - propor a precificação de serviços tecnológicos e promover a valoração de tecnologias;

XII - promover o aprendizado do público interno e externo sobre processos ligados à inovação tecnológica, por meio da promoção de cursos, seminários, workshops e outros eventos, com ênfase à articulação de atividades integradas entre instituições de pesquisa e atores sociais externos;

XIII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas em seu campo de atuação.

Parágrafo único: Considerando a natureza de suas competências, o Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT/MPEG ficará subordinado diretamente à Coordenação de Planejamento e Acompanhamento do Museu Paraense Emílio Goeldi, auxiliando a referida coordenação na consecução da execução das competências descritas nos incisos VIII a XI do Art. 24 do Regimento Interno do MPEG.

Art. 2º. As dúvidas surgidas na aplicação da presente Portaria serão solucionadas pela Diretoria do MPEG

ANA LUISA ALBERNAZ

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 482, DE 28 DE AGOSTO DE 2020

Aprova o Manual de Publicação que trata das ferramentas de administração e publicação de conteúdos no âmbito do Portal Institucional do Governo federal

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e com fundamento no art. 6º, incisos X e XI do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo, o Manual de Publicação que trata das ferramentas de administração e publicação de conteúdo dentro do novo portal institucional do Governo federal denominado Gov.Br.

Parágrafo único. Sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União, o Manual de Diretrizes será divulgado no portal único do Governo federal "gov.br".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO

Manual de Publicação GOV.BR 2020

Secretaria Especial de Comunicação Social

Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais Digitais

Elaboração

Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais Digitais

Colaboração

Secretaria Especial de Modernização do Estado Secretaria de Governo Digital

Governo Federal.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais Digitais. Manual de Publicação, Versão 1.0. Brasília, 2020.

1. Apresentação

O Manual de Publicação foi elaborado com o objetivo de apresentar as ferramentas de administração e publicação de conteúdos dentro do portal gov.br. Além disso, apresenta o tutorial Demonstra como principal fonte de informações para os profissionais responsáveis por gerir as publicações de conteúdos dos portais dos órgãos/entidades do Governo Federal. Por fim, apresentamos uma série de Boas Práticas para que o conteúdo produzido esteja alinhado aos objetivos da comunicação de governo.

O gov.br é um projeto de unificação de portais na internet, sistemas e aplicativos móveis que contenham informações institucionais, notícias ou prestação de serviços do Governo Federal. O projeto surgiu da necessidade de sanar a dispersão dos mais de 1.600 sites e aplicativos da administração pública, que dificultam não só o relacionamento com o cidadão, como também a gestão de tantos canais por parte dos órgãos.

O portal se propõe a atender à população como uma central, reunindo em um só lugar, de forma simples, prática e eficiente todos os serviços e informações oferecidas digitalmente ao cidadão brasileiro. A mudança também é proveitosa para os órgãos/entidades federais, que agora poderão concentrar as ofertas dos serviços, respeitando a autonomia funcional de cada um. Sendo assim, o Governo Federal consegue se comunicar e se relacionar de forma efetiva, aproximando-se cada vez mais da população.

demonstra.serpro

O gov.br está em constante atualização. Todos os envolvidos contribuem para seu aperfeiçoamento. Por isso, tudo que iremos apresentar aqui é introdutório e pode ser complementado com o Demonstra, um tutorial dinâmico pronto para esclarecer em detalhes a construção das páginas institucionais.

2. Manual

Este manual é introdutório quanto à publicação de conteúdos no gov.br. Mais detalhes podem ser encontrados na seleção de links abaixo ou no curso disponibilizado pela ENAP.

Separamos esse Manual de Publicação em cinco frentes:

- Apresentação da ferramenta: contextualização sobre o sistema Plone utilizado nesta nova versão do gov.br.

- Gestão de usuários: com objetivo de auxiliar o gestor a adicionar e gerir novos perfis para administrar o conteúdo das páginas.

- Gestão de conteúdo: para que o produtor de conteúdo tenha o passo a passo de como cadastrar páginas, notícias e agendas.

- Relação de funcionalidades e links: elencamos em uma tabela os links do Demonstra, para fácil acesso aos tutoriais das principais funções administrativas do gov.br.

- Boas práticas: recomendações para escrita.

3. O Sistema

O que é um CMS?

A sigla em inglês CMS (Content Management System), significa um sistema de gestão de conteúdo que permite o gerenciamento de um site por uma pessoa leiga ou sem conhecimento específico em desenvolvimento ou programação.

O sistema escolhido para manutenção de conteúdo no gov.br foi o Plone. Criado por Alan Runyan, Alexander Limi e Vidar Andersen, em 2003, possui critérios bem definidos: usabilidade, acessibilidade e segurança.

O Plone

O sistema foi projetado seguindo as melhores práticas de usabilidade do mercado, respeitando todas as recomendações de acessibilidade do W3C (organização mundial que tem como objetivo definir padrões para os sites).

Além disso, o Plone utiliza o Zope como servidor de aplicação, que foi criado para ser um sistema altamente seguro. Mesmo com a alta segurança, é necessário adotar outras medidas de defesa que não estão ao alcance do servidor de aplicação, como as instalações de infraestrutura e a gestão diária do conteúdo por parte dos profissionais cadastrados.

4. Gestão de Usuários

A atualização do site é feita por meio do painel de ferramentas do gov.br, a partir de login, com usuário e senha cadastrados. Por isso, é importante que o gestor de conteúdo da página tenha domínio de como adicionar e gerenciar usuários. Para criar ou alterar permissões, é preciso possuir o perfil de Administrador do Site.

Cada usuário, quando cadastrado, tem permissões atribuídas a ele. Para isso, na hora do cadastramento, basta escolher entre os perfis disponíveis abaixo:

Colaborador: permite incluir conteúdos e enviá-los para publicação;

Editor: permite editar todos os conteúdos já existentes;

Membro: permite logar no sistema e possui uma área pessoal com informações básicas editáveis;

Leitor: permite visualizar conteúdo;

Revisor: permite aprovar e publicar conteúdos;

Administrador do Site: tem acesso completo a todas as funções relativas ao conteúdo do site;

Administrador: além de ter acesso completo a todas as funções relativas ao conteúdo do site, este papel permite realizar operações de configuração do site.

Adicionar um novo usuário

Para adicionar um novo usuário, siga os seguintes passos:

Para acessar o cadastro do usuário deve ser selecionada a opção Configuração do Site no menu administrativo.

Em seguida, selecione a opção Usuários e Grupos, localizada nas Configurações do Plone.

Clique em Adicionar Novo Usuário, o que levará a uma tela para preencher o cadastro.

Após esse preenchimento de cadastro, a aplicação enviará um e-mail ao novo usuário contendo um link para cadastrar sua senha.

Ao clicar no link, o usuário acessará a tela de definição de senha.

Para pesquisar usuários cadastrados, o administrador utiliza os campos de busca localizados na tela Visão Geral dos Usuários.

Na Visão Geral dos Usuários, o administrador pode atribuir papéis aos usuários, limpar sua senha ou excluí-los.

5. Gestão de conteúdo

Neste capítulo, apresentaremos o passo a passo para publicação de páginas, notícias e agenda. Esses são itens importantes para a gestão diária de conteúdo dos órgãos. São dois objetos usados para a publicação de conteúdo em formato de texto: Notícia (para textos noticiosos) e Página (usado para textos institucionais). O objeto Agenda é responsável por agrupar os Compromissos das autoridades da pasta e que não compreende os eventos do órgão. Além deles, o Demonstra apresenta em detalhes como acrescentar templates, pastas, páginas, links, imagens, áudios, multimídia, perguntas frequentes, áreas e pessoas. Consulte.

A publicação dos módulos e templates também são apresentadas no Manual de Diretrizes e no Demonstra.

Cadastrar página

O cadastro de Páginas do gov.br segue o padrão da plataforma Plone, com a inclusão da aba Cards onde podem ser feitas configurações para exibição da página nesse formato.

Após realizar o login no painel de administração, o usuário pode acessar um menu superior com opções de edição. Entre elas, o item do menu superior "Adicionar item..." é o que mais usaremos nesse manual. Clicando nele, um novo menu é apresentado. Ao selecionar "Página", o usuário tem acesso à página de edição.

Na página de edição, o usuário insere título, descrição, nota e texto.

Além dos itens cadastrados anteriormente, é possível adicionar outros três atributos à Página. Clicando em "Card", no menu superior, o usuário terá acesso às opções título, breve descrição, inserção de imagem de banco online de imagens ou opção de carregamento de imagem a partir do computador.

Com os itens cadastrados, a página aparece para visualização.

Cadastrar notícia

As notícias podem ser cadastradas pelos colaboradores, de acordo com perfil de acesso específico. O cadastro segue o padrão da plataforma Plone, com a inclusão do novo atributo Categoria.

Após realizar o login no painel de administração, acesse o item do menu superior "Adicionar item...".

Nesse item, o criador de conteúdo pode inserir o subtítulo, o título, a autoria, localização e a categoria da notícia.

As categorias e as subcategorias associadas aos serviços do portal são o conjunto de serviços e informações que atendem aos critérios de agrupamento definidos para cada nível hierárquico, de forma a garantir a objetividade na navegação.

O cadastro de uma categoria só é liberado ao perfil de "administrador do site" em outra opção do menu administrativo.

Quando publicada, a notícia apresenta a categoria cadastrada logo abaixo do texto.

Cadastrar agenda

Agendas também são itens de conteúdo que podem ser cadastrados pelos colaboradores, de acordo com perfil de acesso específico. A Agenda é item obrigatório do layout nas páginas institucionais do gov.br, com destaque visual dado ao calendário. Por ser um item importante da Lei de Acesso à Informação, de interesse público, o conteúdo agora está presente logo na home das páginas.

Com login efetuado, é só clicar em "Adicionar item..." no menu superior. Em seguida, a opção "Agenda" é a primeira da lista.

A agenda disponível nas páginas do gov.br exibem os eventos por dia e mês. Primeiro, deve ser criada a agenda mensal.

Para inserir o compromisso, clique no item "Agenda Diária".

Em seguida são informados os detalhes do compromisso a ser agendado: data, autoridade, local e descrição.

É possível, então, cadastrar Compromissos clicando no menu "Adicionar itens...". Com a agenda diária selecionada, o usuário acrescenta novos compromissos.

Na tela de compromisso, podem ser adicionados os itens autoridade, data e horário de início e término, compromisso, solicitante, participantes, pauta e local.

Relação de funcionalidades e links

Tabela de links para fácil acesso aos tutoriais das principais funções administrativas do gov.br.

FUNCIONALIDADES BÁSICAS	Busca	Pesquisar conteúdo
FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS	Configuração do site	Configurar propriedades de e-mail
	Fale conosco	Configurar Fale Conosco e enviar mensagem
	Usuários e grupos	Manter usuários
		Manter grupo de usuários
	Redes sociais	Configurar redes sociais
CADASTROS BÁSICOS	Pastas	Cadastrar pasta
	Páginas	Cadastrar página
	Links	Cadastrar link
	Notícias	Cadastrar notícia
	Imagens	Cadastrar imagem
	Áudios	Cadastrar áudio
	Multimídia	Cadastrar multimídia
	Agendas	Cadastrar agenda
		Visualizar agenda diária
	Eventos	Cadastrar evento
CADASTROS ESPECÍFICOS	Perguntas frequentes	Cadastrar perguntas frequentes
	Áreas	Cadastrar áreas
	Pessoas	Cadastrar pessoas
TEMPLATES DE EXIBIÇÃO	Template agenda de autoridadades	Selecionar e visualizar template
	Template de abas	Selecionar e visualizar template
	Template aba quem é quem	Selecionar e visualizar template
	Template aba autoridades	Selecionar e visualizar template
	Template aba estrutura	Selecionar e visualizar template
	Template de cards	Selecionar e visualizar template
	Template de áudios	Selecionar e visualizar template
	Template de vídeos	Selecionar e visualizar template
	Template de imagens	Selecionar e visualizar template
	Template de eventos	Selecionar e visualizar template
CAPAS CUSTOMIZADAS	Como criar capas	Visão geral
	Área de números do governo	Adicionar área de números
	Área de serviços	Adicionar área de serviços
	Área de card	Adicionar área de card
	Área de canais de atendimento	Adicionar área de canais de atendimento
	Área de notícia	Adicionar área de notícia
	Área de agenda	Adicionar área de agenda

6. Boas práticas

Como fonte de boas práticas e recomendações, citamos o Manual de Boas Práticas de Redes Sociais, ele elenca os objetivos estratégicos do uso das redes sociais e suas orientações podem ser utilizadas como referência para o gov.br.

Destacamos itens relevantes também no tocante à produção de conteúdo:

- Despertar consciência.
- Garantir identificação.
- Levar à decisão.
- Chamar atenção.
- Criar desejo.
- Efetivar a ação.
- Obter fidelidade.
- Suscitar interesse.
- Suscitar expectativa.
- Manter a satisfação pós-ação.
- Gerar disseminação.
- Proporcionar conhecimento.
- Conseguir a preferência.
- Estabelecer interação.

Com base nos pilares da comunicação de governo que são: informar, monitorar, ouvir, contribuir e evoluir, apresentamos proposta de tom de voz e linguagem e recomendações para construção de textos de agenda, notícias e serviços.

Tom de voz e linguagem

Para criar proximidade com o público e facilitar o entendimento da mensagem, a publicação (agenda, notícia ou serviço) deve ser orientada por um tom de voz e linguagem, seguindo uma forma de se comunicar que esteja alinhada com a personalidade que se quer transmitir.

Atualmente, a forma que o governo dialoga no digital demonstra sua atitude e personalidade, e a partir da leitura das publicações mais recentes, neste ambiente, elencamos aprendizados que darão o tom de voz e linguagem deste guia.

Observando os perfis do governo nas redes sociais é possível entender melhor sua personalidade através das publicações diárias: é um contato constante com os públicos

Perfis nas redes sociais

Os perfis @govbr, @planalto e @secomvc, por exemplo, expressam personalidades complementares na comunicação do Governo, já que cada perfil possui um público-alvo diferente. No site, precisamos unificar essa comunicação para dialogar com todos os públicos.

Assim, nos guiamos pelo híbrido dos três perfis, que apesar de terem diferentes maneiras de falar, segundo seus respectivos públicos, passam pelos mesmos elementos de comunicação, tendo como foco ações e resultados, realização de mudanças efetivas no Brasil e otimismo sobre o rumo que o país tem tomado.

A abordagem dos posts é leve, fluida e mostra o compromisso do Governo com o avanço do Brasil.

Visão otimista sobre a evolução e crescimento do país: os posts têm um tom otimista e apontam os avanços do país em todas as frentes rumo ao resgate da confiança do povo brasileiro. São apoiados por hashtags relacionadas ao tema ou à campanha vigente, por exemplo, #ProBrasilCrescer, #OBrasilJáMudou, #AquiÉBrasil. Para novos textos, campanhas e ações é necessário analisar quais são os termos mais adequados ao momento e assunto.

Foco em mostrar ações e resultados: são sempre comunicados de modo a mostrar como o país tem evoluído, objetivando manter a esperança dos brasileiros.

O patriotismo é evidente nas cores e termos usados: cores da bandeira do Brasil e constante citação ao Brasil reforçam a papel do governo em seguir com os avanços do país. Os posts são apoiados por hashtags como #ProBrasilCrescer, #OBrasilJáMudou, #AquiÉBrasil. Novamente, ressaltamos que esses são exemplos e que, ao criar um novo texto, é preciso contextualizar com os temas vigentes.

Quem somos e o que apoiamos?

O Governo Brasileiro é PATRIOTA: estimula o amor, a honra e o serviço ao país.

O Governo Brasileiro é OTIMISTA: quer que o brasileiro acredite em seu país novamente e lute por ele também.

O Governo Brasileiro é PARCEIRO: está ao lado do cidadão, para fazer do Brasil um país melhor.

O Governo Brasileiro é EFICIENTE: traz soluções para facilitar o dia-a-dia e estimular o crescimento econômico do país.

O Governo Brasileiro é COMPROMISSADO: evidencia sempre o seu dever em fazer o país crescer.

Linguagem

Como dialogar com pessoas?

O governo com seu serviço para o país, conversa com uma infinidade de públicos, o que exige uma comunicação fluida e que tenha a capacidade de dialogar com todo tipo de pessoa. Desta forma, se desenvolve uma linguagem que cria mais proximidade e autenticidade com o público.

Independente de quem vier até os canais do governo, deve notar, que embora a postura seja diferente em cada canal (sites exigem presença mais institucional e redes sociais postura mais informal, por exemplo), o tom de voz e linguagem têm os mesmos traços, e deve conter: títulos esclarecidos, texto objetivo e fluido, palavras de fácil compreensão, contendo explicações para termos complexos.

Notícias

Categorias de publicação dentro do gov.br

O tom de voz e linguagem mencionados devem se aplicar a toda a comunicação, em especial, às seções notícias, serviços, agenda e campanhas, seguindo as premissas destacadas. Foram utilizados conteúdos dos sites dos próprios ministérios para exemplificar e também direcionar a melhor forma de aplicar o tom de voz e linguagem que devem ser utilizados daqui pra frente.

Atual modelo de publicação

Apesar de apresentar um tom próximo ao esperado, o texto é longo, sem destaque para os subtítulos e utiliza linguagem técnica, portanto, se o leitor não tiver prévio conhecimento sobre o assunto tratado, ela não entende a notícia.

Proposta para modelo de publicação

As notícias devem ter títulos instigantes, que já evidenciem o contexto do que será noticiado. Notícias resumidas, simplificando termos utilizados no texto e dando mais dinâmica à leitura das publicações. Destaque nos subtítulos explicativos, para ajudar a guiar a leitura. Assinar com uma hashtag que represente o otimismo do governo em dias melhores para o país, para dar o tom final que se pretende deixar como residual da notícia.

Serviços

Atual modelo de publicação

Os modelos de serviço apresentados são autoexplicativos e orientam o usuário sobre cada programa e ação: o que é, como funciona, condições, benefícios, entre outros. Essa divisão de temas já simplifica o entendimento do leitor, e a linguagem fluida e simples também ajuda a alcançar todo tipo de público.

Proposta para modelo de publicação

Manter a atual conjuntura e linguagem utilizadas, como mostrado acima. Importante colocar mais da personalidade do governo nas publicações, ou seja, o tom de voz: patriotismo que expressa o serviço do governo ao país, o otimismo em dias melhores, a parceria do governo com o povo brasileiro, a eficiência na prestação de serviços e o compromisso em fazer o país crescer.

Agenda

Atual modelo de publicação

Apresenta de forma simples os compromissos das autoridades da pasta.

Proposta para modelo de publicação

Direta e simplificada, o título do compromisso deve ser autoexplicativo, escrita acessível e esclarecedora, nome das autoridades junto aos seus respectivos cargos, dando mais transparência sobre seus feitos.

7. Outros links

Como referenciado em todo o manual, há outros materiais que ajudam o produtor de conteúdo a gerir e atualizar as páginas do gov.br. São eles:

- Manual de Diretrizes do gov.br.
- Demonstra.
- Curso Portal gov.br - oferecido pela Enap.
- Manual de Redes Sociais.

PORTARIA Nº 485, DE 28 DE AGOSTO DE 2020

Aprova o Manual de SEO - Otimização de Mecanismos de Buscas, para o novo Portal Institucional denominado Gov.Br.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e com fundamento no art. 6º, incisos X e XI do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo, o Manual de SEO (Search Engine Optimization) - Otimização de Mecanismos de Buscas, que trata do conjunto de ações que podem ser implementadas para que um site se posicione melhor em resultados orgânicos de buscas e potencialmente obtenha mais acessos.

Parágrafo único. Sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União, o Manual de Diretrizes será divulgado no portal único do Governo federal "gov.br".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO

Manual de SEO GOV.BR
Otimização para Mecanismos de Busca
2020
Secretaria Especial de Comunicação Social
Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais Digitais
Elaboração
Departamento de Conteúdo e Gestão de Canais Digitais
Colaboração
Secretaria Especial de Modernização do Estado Secretaria de Governo Digital Governo Federal.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. Departamento de Conteúdo

e Gestão de Canais Digitais. Manual de SEO, Versão 1.0. Brasília, 2020.

1. Apresentação

A Otimização dos Mecanismos de Busca, do inglês Search Engine Optimization (SEO), é um conjunto de ações realizadas para que um site ou blog se posicione melhor em resultados orgânicos de buscas e potencialmente obtenha mais acessos.

A partir de e estratégias de SEO, um site pode ser melhor colocado em buscadores como o Google, aparecendo como uma das suas primeiras sugestões e gerando possível maior visibilidade ao conteúdo.

Tal visibilidade é aumentada a partir do melhor posicionamento no ranking de resultados de buscas orgânicas, que não considera resultados pagos por meio de impulsionamento ou investimentos em propaganda.

2. Condução de SEO

Há vários caminhos a serem seguidos em busca da otimização de um site.

Entre eles, é preciso:

- atentar-se para a forma como os usuários podem chegar ao site em questão, considerando os termos que podem ser buscados e a associação deles aos conteúdos presentes na página web;
- planejar o conteúdo, de forma a oferecer informações e serviços assertivos;
- otimizar a performance do site, tornando-o mais rápido, organizado e segmentado.

3. Buscadores

SEO ou Links Patrocinados

O patrocínio de links é uma forma mais rápida e assertiva de aparecer no topo dos buscadores, mas tende a ser mais cara do que uma estratégia de SEO e possui prazo limite. Quando uma campanha é desativada, o site em questão já não aparece necessariamente entre os resultados em destaque.

A análise a seguir propõe dicas para a implementação de estratégias de SEO que não necessariamente dependem de impulsionamento pago.

Rastreamento

Não existe uma central de registro de páginas da web. Portanto, os buscadores procuram constantemente localizar novas páginas e adicioná-las à sua lista de páginas conhecidas. Tal processo é chamado de rastreamento.

Algumas formas de detecção de novas páginas são:

- A nova página já foi rastreada anteriormente;
- Ela possui link em uma página já conhecida;
- Ela figura em lista de páginas (sitemap) enviadas para o Google rastrear.

É possível solicitar o rastreamento de todas as suas páginas novas ou atualizadas diretamente para o Google. Nesse caso, é importante impedir que o buscador rastreie páginas internas de resultados de pesquisa, posto que usuários não gostam de ser levados pelo Google, por exemplo, para uma outra página que exibe resultados de buscas dentro de um site.

Boas práticas:

- Vincule a página à outra que já seja conhecida pelo Google. Mas fique atento: links provenientes de anúncios ou inseridos de forma paga não serão seguidos.
- Em caso de rastreamento de uma única página, priorize sua página inicial. Para o Google, ela é a mais importante do site.
- Verifique se sua página inicial está vinculada às demais, gerando um eficiente sistema de navegação.

Indexação

Após o rastreamento das páginas disponíveis de forma pública, haverá um processo de análise de seu conteúdo, com catalogação de imagens e vídeos, além da classificação dos sites por tema. Tal processo é chamado de indexação. As páginas são compiladas em um índice com as demais palavras encontradas e sua localização. Nessa etapa, também são processadas informações relevantes, como os atributos, títulos, cabeçalhos e tags de uma página.

Boas práticas que facilitam a indexação:

- Crie títulos curtos e relevantes
- Utilize cabeçalhos que expressem fidedignamente o conteúdo da página

Ranqueamento

O Google e demais motores de busca constantemente rastreiam e indexam novas páginas publicadas na web. Ainda assim, ser ranqueado numa boa posição entre os demais resultados apresentados pelos buscadores exige uma série de fatores. Mesmo que um site esteja indexado no banco de dados do buscador e apareça para os usuários quando houver procura por termos em comum com seu conteúdo, ele não necessariamente estará presente entre os principais resultados.

Para estar ranqueado entre as primeiras posições, é necessário que se entenda o funcionamento do algoritmo dos buscadores. Por exemplo, apesar do Google não esclarecer todas as métricas utilizadas, estima-se que utilize cerca de 250 critérios para definir a classificação de páginas web, sendo que cada usuário recebe resultados minimamente personalizados, de acordo com sua experiência e interesses próprios.

Alguns fatores que influenciam o posicionamento das páginas incluem:

- Arquitetura do site
- Autoridade da página e do domínio
- Certificados SSL e HTTPS
- Conteúdo único e de qualidade
- Palavras-chave no título
- Responsividade
- TrustRank
- URLs amigáveis
- Velocidade de carregamento

O que é Autoridade de Domínio

A Autoridade de Domínio ou Domain Authority (DA) é a aferição do quanto um domínio é relevante. Para o cálculo da métrica, são considerados fatores como a qualidade dos links externos, fluxo de visitas no site, tempo de permanência nas páginas e índice de popularidade do link. A métrica (DA) traduz em um número, entre 0 e 100, o quão bem o domínio irá se posicionar nos mecanismos de buscas, sendo que, quanto mais perto do 100, melhor posicionado um domínio estará.

A Autoridade de página ou Page Authority (PA) também é uma métrica de 0 a 100 que traduz o quão bem será o posicionamento nos mecanismos de buscas. Nesse caso, é levado em consideração o uso adequado de palavras-chave, a baixa ocorrência de spams e a capacidade da página de ser referenciada por outros sites.

PageRank

A métrica de PageRank também é usada para medir a autoridade de uma página, baseada na quantidade e na qualidade de links que referenciam um site. O cálculo da métrica pretende resumir esses critérios em um número entre 0 e 10, sendo 0 indicativo de que o site possui baixa relevância, e 10 uma alta relevância.

O algoritmo em questão não é o único utilizado pelos mecanismos de busca para ranquear páginas, tendo, inclusive, perdido um pouco da importância nos últimos anos, dando lugar aos já citados "autoridade de domínio" e "autoridade de páginas". Entretanto, a quantidade e qualidade dos links que apontam para o site permanecem sendo vitais.

Buscadores

Ao buscar por informações na Internet, usuários adotam inúmeros estilos distintos. As consultas podem ser mais gerais (escova) ou mais específicas (escova de dente elétrica). Em todo o caso, é preciso entender os anseios do público-alvo de um site, listando as possibilidades de busca que podem levá-lo a procurar e encontrar conteúdo.

AMPLO		EXATO
ESCOVA	ESCOVA DE DENTE	ESCOVA DE DENTE ELÉTRICA
MUITAS BUSCAS		POUCAS BUSCAS

Para estruturar uma boa estratégia de SEO em buscadores, é preciso compreender o usuário, suas necessidades, sua forma de buscar por respostas e os resultados esperados.

Entre os principais fatores que afetam o comportamento de busca estão:

- O objetivo da busca.

Há buscas navegacionais, quando se procura por páginas específicas, usualmente digitando uma URL; informacionais, quando há procura por informações sobre determinadas questões; ou transacionais, quando a pesquisa é direcionada a produtos ou serviços.

- Aspectos demográficos do usuário.

Características como idade, sexo, região ou renda afetam a escolha por termos e resultados dos buscadores.

- As diferentes formas de se fazer uma busca devido ao desenvolvimento tecnológico. Por exemplo, a maneira de se realizar pesquisa por voz é diferente da pesquisa feita por dispositivos móveis.

-A construção linguística empregada

Termos regionais ou internacionais, abreviações, etc.

Palavras-chave

- Naturalmente, o Google e outros buscadores beneficiam sites que geram mais conteúdo relevante sobre determinado assunto;
- A principal função da palavra-chave é fazer com que os mecanismos de buscas e o usuário que está fazendo a busca entendam facilmente o assunto do conteúdo de uma página;
- A cada busca realizada por um usuário para uma determinada palavra- chave, buscadores como o Google avaliam quais os sites indexados que serão exibidos. Assim, apresentam as páginas mais relevantes à pesquisa feita pelo usuário.

Palavras-Chave

Há diferentes maneiras de definir palavras-chave, que variam de acordo com o objetivo e a complexidade pretendida. Usualmente, a escolha pode ser dividida em três aspectos:

- Volume ou popularidade

Essa variável faz referência ao volume de busca por uma palavra-chave, o que indica quais termos são mais ou menos buscados em determinado país ou região.

- Relevância ou dificuldade de rankeamento

Algumas palavras muito buscas podem, também, ser mais concorridas devido à grande exploração dos termos por páginas consideradas de alta relevância pelo Google.

- Intenção de conversão

Essa variável é direcionada a quem realiza investimentos no impulsionamento de palavras-chave. É preciso atentar-se para a utilidade que o termo possa ter para um usuário que tenha a intenção de procurar por um serviço ou realizar uma compra (em casos de sites de vendas).

Conversão no setor público

Nem toda estratégia de otimização ou impulsionamento tem por objetivo a conversão em vendas. Um blog ou site, por exemplo, pode ter a meta de conquistar mais visitantes para ler as publicações ou mesmo o de alcançar um número de formulários preenchidos para solicitar determinado serviço.

A utilização de palavras-chave ou o impulsionamento sobre serviços oferecidos pelo governo irá atingir pessoas com interesse direto sobre o assunto, gerando um tráfego de alta qualidade para o site. Outras páginas, mesmo que não sejam concorrentes diretas, podem realizar publicações com os mesmos termos para receberem tráfego de usuários que tendem a ter interesse em serviços similares.

Por exemplo, a procura por "emissão de carteira de trabalho" tende a refletir interesse do usuário sobre o processo envolvido e a página de solicitação de tal serviço. Das três principais respostas, uma é página do governo.

Boas práticas para palavras-chave

- Defina precisamente as palavras-chave.

O algoritmo do buscador deve ser capaz de correlacionar semanticamente o conteúdo publicado em sua página às buscas dos usuários.

- Liste as principais palavras associadas ao seu conteúdo (também chamadas de head tail) e seus sinônimos. Negative termos que não fazem sentido ou que são duplicados e evite palavras irrelevantes. Por se tratarem de termos mais simples e amplos, são também mais concorridos e difíceis de serem ranqueados, a depender do seu nicho de conteúdo.

- Monitore as tendências de pesquisa para identificar nichos e palavras-chave que podem ser de interesse dos usuários e que corresponda ao conteúdo.

- Liste as palavras mais específicas e longas (também chamadas de long tail, palavras secundárias e geralmente maiores do que a palavra-chave principal, a head tail), sem deter-se apenas nas mais gerais. Ferramentas como o Keyword Planner, Semrush e Ubersuggest podem ser úteis nas identificações das palavras. O ideal é não focar em palavras extremamente específicas, nem apenas em head tails.

- Os links internos, responsáveis por direcionar o usuário dentro do site, devem conter as palavras-chave utilizadas para otimizar as páginas. Tal medida faz com que o Google identifique mais facilmente o objetivo da página e direcione aos usuários.

Dicas

- Após a identificação das palavras-chave, é preciso inseri-las nos títulos das páginas. Os títulos devem possuir até 63 caracteres, o limite exibido pelo Google.

- Não há uma densidade ideal para a quantidade de palavras-chave para cada conteúdo publicado. É melhor focar na qualidade e no sentido do conteúdo, assegurando que as palavras-chave principais apareçam no título, na meta description e no conteúdo em si, do que tentar encaixar um número específico de palavras-chave ao longo do texto de forma mecânica, atrapalhando a fluidez da leitura para o usuário.

- Tais palavras podem e devem ser inseridas, ainda, em outros lugares da página, como as meta descriptions, imagens, subtítulos (H2), ao longo do texto ou descrição da página. Palavras-chave ao longo do texto devem aparecer, prioritariamente, nos primeiros parágrafos do conteúdo.

- Use sabiamente os "meta descriptions", os textos descritivos que acompanham o título das páginas nos resultados do Google. Tais textos funcionam como pequenos anúncios de cerca de 155 caracteres e explicações do material, motivando o usuário a clicar. Preferencialmente, também deve haver palavras-chave em tal texto.

4. Posição do gov.br nos buscadores

A análise do portal a seguir foi elaborada a partir de ferramentas que realizam estimativas de métricas com base na presença das páginas em mecanismos de busca. A estimativa é feita por algoritmos de Inteligência Artificial e Machine Learning. Por se tratarem de estimativas, os dados podem variar daqueles presentes no Google Analytics, ferramenta do próprio Google que trabalha com dados do site em questão.

Os dados são acumulados e aproximados do comportamento de mais de 200 milhões de usuários reais da Internet e apontam para as informações sobre o portal "gov.br" como exemplo para demais páginas e estratégias.

Há cerca de 883 milhões de páginas do gov.br indexadas no Google*

* O alto valor de páginas indexadas pode estar associado à quantidade de sites estaduais e municipais, além de sites de tribunais de justiça, que também usam o domínio "gov.br".

De acordo com a ferramenta de análise, em janeiro de 2020 houve 109,5 mil palavras-chave que levaram ao portal gov.br. Juntas, as palavras-chave são capazes de gerar um tráfego de aproximadamente 687,6 mil acessos por mês.

A busca pelo termo "consulta cnpj" é a que registra o maior volume de tráfego: foram, aproximadamente, 82,2 mil direcionamentos para o portal gov.br por mês.

Em 11,4% das palavras-chave, o portal aparece nas 10 primeiras posições orgânicas, ou seja, naquelas em que não houve esforços de mídia.

Estar bem posicionado aumenta a chance de clique para o portal, sobretudo quando seu portal figura na primeira posição. De acordo com a desenvolvedora HubSpot, estar na primeira posição nos resultados de pesquisa orgânica do Google pode resultar em uma taxa de cliques de mais de 30%. No entanto, em janeiro o portal encontrou-se nas primeiras três posições das buscas, em apenas 1,43% das palavras- chaves.

Palavras-chave

Palavras como "consulta cnpj", "meu inss", "situação cadastral" e "carteira de trabalho" são as que registram o maior volume de tráfego, para além de "governo". Nota-se que grande parte das buscas são sobre consultas por serviços federais, como a obtenção de documentos diversos e informações sobre formalização do emprego.

O termo "Bolsonaro", associado às demais, gera cerca de 12,5 mil acessos mensais ao portal. Já cerca de 40 mil acessos potenciais são gerados por palavras-chave que citam diretamente "governo".

5. Planejamento de Conteúdo

Buscadores priorizam os usuários e quais conteúdos mais os satisfarão. Dessa forma, é fundamental que um site possua conteúdo de qualidade para apresentar um bom desempenho. Quanto mais um site for considerado relevante pelo algoritmo do buscador, melhor ranqueado ele será.

Como otimizar conteúdo

- Crie conteúdos únicos.
- Separe palavras-chave principais e seus sinônimos.
- Tenha precaução ao usar palavras-chave muito densas ou específicas.
- Utilize palavras-chave no conteúdo.
- Use as palavras-chave no processo de otimização de imagens.
- Use subtítulos, listas e imagens.
- Verifique seus títulos, subtítulos e URL, tentando tornar seu conteúdo o mais assertivo e completo em termos de palavras-chave.
- Tente identificar os conteúdos mais lidos em seu site e em sites concorrentes.
- Tente identificar as dúvidas e inquietações dos usuários acerca do conteúdo ou serviço a ser ofertado na página.
- Monitore o resultado das pesquisas internas do seu site.
- Use Google Trends para averiguar as pesquisas externas relacionadas aos conteúdos de seu site.
- Faça boas descrições, mesmo que longas.

Como otimizar imagens

A otimização de imagens permite que o conteúdo de mídia esteja ranqueado em posições melhores no Google Imagens. Tal preocupação é importante devido ao poder de tráfego proporcionado pelos cliques dos usuários na imagem.

- Renomeie a imagem antes de fazer o upload.

Faça arquivos com palavra(s) que possam ajudar a identificar o conteúdo. Exemplo: Um arquivo com o nome "mochila_escolar_azul" será rastreado pelo Google como .

Nunca utilize nomenclaturas não identificáveis, como IMG123.png.

- Utilize legendas para as imagens com a palavra-chave que se deseja ranquear.

As legendas abaixo das fotos são mais lidas que o texto, além de servirem de insumo para que o buscador compreenda a imagem.

- Adicione Alt Text para as imagens do site.

O Alt Text (texto alternativo) é um pequeno texto, visível apenas no código-fonte do site, que visa descrever um elemento visual a fim de que ele possa ser rastreado e indexado.

- O atributo Longdesc é utilizado para descrever imagens complexas.

Quando não for possível realizar a descrição em poucos caracteres, este atributo possibilita que seja inserido um link para uma URL contendo uma descrição mais relevante sem limite de caracteres.

6. Otimização dos Sites

Primeira recomendação: faça uma análise do seu site.

Os dados a seguir foram coletados diretamente do Google Analytics do portal gov.br e correspondem ao estado da arte do portal em um período de um mês: entre 27 de janeiro e 25 de fevereiro de 2020. No período, foram mais de 5,1 milhões de sessões no portal gov.br, o que representa a quantidade de acessos únicos ao portal em períodos de até 30 minutos. Tais acessos foram efetuados por 3,9 mil usuários únicos, que gastaram, em média, 1 minuto e 31 segundos navegando.

Além disso, foram contabilizadas 9,9 milhões de visualizações de página, de vezes que o conteúdo do portal foi visitado. A taxa de rejeição, que representa a porcentagem de sessões de página única nas quais não existiu interação (e.g quando um usuário entra no site e sai logo em seguida sem interagir de nenhuma forma com a página), foi de 66,12%, valor adequado considerando o tipo de conteúdo e serviços ofertados.

Aproximadamente 64% dos acessos à página foram realizados por meio de dispositivos móveis (mobile), já acessos via computadores (desktop) somam 35,5%.

Considerando a tendência de tráfego, destaca-se que os acessos ao portal ocorreram de forma orgânica, sem depender de investimentos em propaganda e impulsionamento.

Tais informações são relevantes ao traçar esforços de otimização dos sites: é necessário considerar os dispositivos móveis como principal ferramenta de acesso, levando em conta também o tempo de permanência do usuário que é, em média, um minuto e trinta segundos

Quanto mais um site tem visitas e conversões (o preenchimento de um cadastro, inscrição em formulário, submissão de sugestão, download de conteúdo e demais métricas estabelecidas como objetivos para um site), mais o Google o classifica como relevante aos usuários, levando-o a possuir maior destaque e autoridade perante o buscador.

Por isso, é importante o estabelecimento de estratégias para assegurar o tráfego orgânico ao site, como direcionamento de links em publicações nas redes sociais e a publicação de conteúdo de qualidade com regularidade. Como demonstrado, os acessos ao gov.br já se dão massivamente de forma independente de impulsionamento pago.

Abaixo, destaca-se a fonte de tráfego das visitas ao gov.br. No período, houve 5,1 milhões de visitas ao portal. Os acessos ao portal gov.br ocorreram, sobretudo, por referência (43,7%), a partir de visitas geradas por links em outros sites que não os mecanismos de busca. Esses são os casos em que uma matéria em um jornal ou um link em uma página de seu próprio site encaminha usuários para material do portal. Em seguida, constam os acessos de forma direta (40,3%), quando um usuário digita a URL do portal diretamente em seu navegador ou busca pelo portal.

Os acessos de buscas orgânicas, de usuários que clicaram e acessaram por meio de mecanismos de busca, corresponderam a 15,1% do total, seguidos por acessos oriundos de posts em redes sociais com apenas 0,9%.

Segunda recomendação: monitore seus acessos.

Em relação aos acessos por referência, abaixo é possível apreender quais links mais geraram acessos ao portal nos 30 dias em questão (27 de janeiro a 25 de fevereiro de 2020). Todos são de serviços e pastas do governo federal, como esperado. A lista dos principais dez links reforça a predominância de questões de trabalho e educação nos acessos ao portal.

Origem	Usuários
	2.024.775 Porcentagem do total: 45,66% (4.434.385)
1. acesso.gov.br	423.069 (19,03%)
2. sso.acesso.gov.br	193.531 (8,71%)
3. saaweb.mte.gov.br	132.427 (5,96%)
4. prouniportal.mec.gov.br	109.701 (4,94%)
5. acessoainformacao.gov.br	105.335 (4,74%)
6. portal.mec.gov.br	65.185 (2,93%)
7. enccejanacional.inep.gov.br	58.306 (2,62%)
8. solicitacao.servicos.gov.br	49.373 (2,22%)
9. siteprouni.mec.gov.br	47.436 (2,13%)
10. portal.anvisa.gov.br	45.441 (2,04%)

Abaixo, estão listadas as páginas mais acessadas a partir da caixa de pesquisa constante no portal, nela os usuários podem procurar por termos e conteúdos específicos.

Há destaque para buscas por assuntos relacionados a emprego e educação. O Certificado de Direito à Assistência Médica (Pb4), também esteve presente, potencialmente devido a uma campanha nas redes sociais que divulgou link para conteúdo no portal.

Em destaque também a página do portal sobre a obtenção do certificado de vacinação internacional que ocupou o sexto lugar, considerando as buscas orgânicas.

Página	Visualizações de página	Taxa de rejeição	Tempo médio na página
/pt-br	2,4 mi	65,04%	00:01:41
/pt-br/participacao-social/	975,2 mil	76,19%	00:01:57
/pt-br/@@search	824,6 mil	65,48%	00:00:52
/pt-br/	583,9 mil	47,85%	00:01:22
/pt-br/servicos/obter-a-carteira-de-trabalho	400,6 mil	72,16%	00:04:11
/pt-br/servicos/sacar-o-abono-salarial	345 mil	78,12%	00:02:17
/pt-br/temas/carteira-de-trabalho-digital	324,1 mil	30,08%	00:00:51
/pt-br/temas/perguntas-frequentes-carteira-de-trabalho-digital	262,5 mil	75,42%	00:03:31
/pt-br/?pk_campaign=barrabrasil	221,5 mil	59,1%	00:01:38
/pt-br/servicos/obter-o-certificado-internacional-de-vacinacao-e-profilaxia	139 mil	65,61%	00:05:04

Pesquisa interna

Termo da pesquisa	Total de pesquisas exclusivas
fies	16 mil
mei	13,5 mil
Carteira de trabalho	10,8 mil
Fies	9 mil
pb4	8,2 mil
carteira de trabalho	7,6 mil
Pb4	6,4 mil
Seguro desemprego	5,8 mil

Terceira recomendação: conheça o seu público

Métricas, como as do Google Analytics, possibilitam conhecer melhor o público e avaliar a evolução de um site ou portal.

Considerando as informações oferecidas pelo Google Analytics, o perfil demográfico dos usuários que acessaram o site em janeiro de 2020 foi majoritariamente feminino (57,7%) e jovem, entre 19 e 34 anos. A região Sudeste, sobretudo São Paulo, gerou mais acessos.

7. Arquitetura dos Sites

O site deve guiar o usuário para o conteúdo desejado e facilitar a sua busca. Em geral, sites seguem uma estrutura de 3 níveis: a página inicial, as categorias e o conteúdo.

- A página inicial é geralmente o primeiro contato do usuário com o site e a página mais frequentemente visitada. O ideal é que as pessoas consigam encontrar o que elas procuram no site já a partir da página inicial.

- As categorias correspondem à estruturação das páginas, facilitando usuários que desejam encontrar informações, conteúdos e serviços.

- O conteúdo, ou as páginas de destino, são as mais importantes na perspectiva das informações. Na concepção de SEO, as "Páginas de Destino" seriam quaisquer páginas que ficam a 2 cliques da página inicial

8. Otimização de URLs

É preciso atentar-se às URLs das páginas. URLs que comunicam bem o assunto principal de uma página e que são mais amigáveis podem ser mais facilmente identificadas e aceitas pelos usuários. O ideal é que tanto a categoria em que o conteúdo está inserido quanto o conteúdo da página estejam claros na URL.

Boas práticas

- Use URLs curtas.

- Use palavras-chave no slug (a parte da sua URL que carrega o conteúdo da página em questão - e.g. www.blog.com/o-slug-fica-aqui).

- Evite usar números na URL.

- Use letras minúsculas.

- Separe palavras com hífen.

- Não utilize acentos.

- Acompanhe regularmente suas URLs, sobretudo para checar links quebrados.

- Documente suas ações.

- Avalie a evolução das URLs através de ferramentas como o Google Analytics.

9. Backlinks

Backlinks são links inseridos no conteúdo de uma página web que direcionam o usuário para outras páginas ou sites com mais conteúdos relevantes ou similiares ao da página original. Tal backlink gera mais tráfego de qualidade para o site e aumenta a quantidade de informação acessada pelo usuário.

O Google valoriza sites que têm um número significativo de backlinks de qualidade, relevantes e assertivos, o que contribui para aumentar o posicionamento da página no buscador.

É importante não apenas ter links internos que levam a conteúdos similares dentro de um mesmo site, mas também externos, de páginas de terceiros que direcionam para conteúdo de outro site. Além disso, será ainda melhor caso tais links externos sejam publicados em sites que também sejam bem avaliados pelo Google. Para tanto, parcerias de conteúdo e diálogo entre páginas similares são interessantes.

10. Link Building

Link building é o termo usado para se referir às estratégias de construção de uma rede de links externos ou internos que direcionem para um site, o que, por sua vez, indica ao Google a robustez e relevância potencial do conteúdo para os usuários. Nesse sentido, é importante que haja:

- Quantidade de links robusta levando ao conteúdo (popularidade). É preciso atentar-se para o redirecionamento de links quebrados, evitando que usuários cliquem em links que não levam a lugar nenhum.

- Diversidade de links oriundos de domínios diferentes (relevância).

- Contexto dos links, de forma a averiguar sua real relevância e conexão com o conteúdo de um site.

- Atenção para a palavra-chave ou descrição usada no texto-âncora, o texto clicável que leva a uma página.

- Confiabilidade (posicionamento no Trustrank, baseado na qualidade do conteúdo, no uso de certificados de segurança, idade do domínio e outros). É possível rejeitar backlinks de sites duvidosos, de forma a garantir um grau de confiabilidade mais elevado para uma página.

11. Dicas

SEO Off-Page

Estratégias de SEO on-page são aquelas atreladas ao funcionamento e otimização de um site próprio. Já as estratégias off-page ocorrem fora de um site próprio, quando outros sites ou redes sociais compartilham ou divulgam links para o conteúdo desse site. É o caso das interações geradas por tuítes que possuem um link para um site, por exemplo, e também de links externos. As ações sobre tais casos dependem dos próprios usuários e demais donos de sites.

Ainda assim, é possível trabalhar para difundir links de um site, melhorando a sua estratégia off-page.

Por exemplo, é possível:

- Produzir conteúdos ricos e únicos, de modo que outros sites necessariamente compartilhem links de um site (e.g: serviços do governo anunciados em portais de notícia com direcionamento para páginas do gov.br aumentam a visibilidade do site).

- Conectar o conteúdo de um site com posts em redes sociais proprietárias, incentivando o acesso.

- Disponibilizar botões de compartilhamento no site, de forma que usuários possam compartilhar e difundir o conteúdo mais facilmente.

Análise de Concorrência

Uma estratégia de SEO passa por uma compreensão sobre quais sites podem ser concorrentes sobre

determinado conteúdo e como eles estão ranqueados nos buscadores.

Como exemplo, a visualização abaixo apresenta os principais concorrentes nas palavras-chave que levam ao domínio principal do gov.br, conforme dados de janeiro de 2020. Ela traz a relação entre o tráfego orgânico do domínio e o número de palavras-chave. Quanto maior o círculo, maior a visibilidade do domínio, mais bem posicionado ele está nos mecanismos de busca; e quanto mais à direita, maior a quantidade de palavras-chave que levam ao site.

Os sites considerados concorrentes em número de palavras-chaves semelhantes são sites do próprio governo: "fazenda.gov.br", "inss.gov.br", "economia.gov.br", "previdencia.gov.br" e "dataprev.gov.br". Ao compreender quais sites são concorrentes, nesse caso mais sites ligados à economia e emprego, é possível otimizar a estratégia do gov.br, aumentando o foco em questões sobre tais temas, ou buscando mudar o cenário e produzir outro tipo de conteúdo, estimulando-o nos buscadores e direcionando o site para outras questões.

Black hat

Ações que geram punições

Algumas ações de SEO podem ser agressivas e não seguir as diretrizes dos buscadores. É o caso de estratégias que manipulam regras dos motores de busca para obter resultados rápidos. No entanto, sites que executam tais ações, conhecidas como black hat, podem ser punidos. Entre as principais técnicas que podem gerar punição e que devem ser evitadas estão:

- Keyword stuffing: inclusão de uma palavra-chave em determinada página o máximo de vezes possível na tentativa de aumentar a densidade de palavras-chave da página e mostrar relevância.

- Conteúdo oculto: inserção de mais palavras-chave, termos relevantes e links somente pensando nos buscadores, sem conteúdo real para o usuário.

-Conteúdo duplicado: qualquer página que tenha um conteúdo idêntico a outro já publicado.

- Cloaking: configuração para que uma página seja exibida de uma forma para os robôs dos buscadores que mapeiam os sites, com o objetivo de ganhar posições no ranking, e de outra para os usuários.

- Doorway page (ou gateway page): várias páginas focadas no acesso de robôs dos buscadores, cada uma otimizada para uma palavra-chave específica e diferente.

Entre as principais técnicas que podem gerar punição e que devem ser evitadas estão:

- Linkfarm: sites que possuem conteúdo como todos os outros, mas que apresentam links para outros sites sem nenhuma relevância, gerando uma rede de sites que geram links entre si na tentativa de melhorar o PageRank de todos.

- Página sem conteúdo: páginas que contenham links gerados a partir de pesquisas, mas que não retornem nenhum conteúdo.

- Private Blog Networks (PBN): uma rede composta de vários blogs e sites que geram links para certo site para que ele suba no ranking do Google.

- Links pagos: pagamento, em dinheiro, descontos ou vantagens, para que um site gere links para outro.

- Blog SPAM: comentários irrelevantes em blogs e fóruns somente com o objetivo de incluir um link para um site.

- SEO negativo: inclusão de comentários e avaliações negativas no site de concorrentes ou a geração de links de baixa qualidade (links tóxicos) para sites dos concorrentes apenas para gerar uma punição ou baixo ranking dos buscadores.

Se as diretrizes dos buscadores não são seguidas, o site poderá receber punições variando de acordo com a gravidade da infração (que é determinada pelo volume de irregularidades e sua influência sobre o desempenho do site).

Para o Google, algumas possíveis punições são:

- Queda de 30 posições no ranking.

- Queda de 50 posições no ranking.

- Queda de 950 posições no ranking.

- Banimento do Google.

12. TAGS - HTML

Tagueamento em HTML

Tags são scripts adicionados a um site que ajudam no monitoramento de dados sobre o comportamento dos visitantes, o que é fundamental para a tomada de decisões estratégicas. Assim, tags referem-se aos elementos de marcação dentro de um código HTML ("< p >" para parágrafo, por exemplo); são linhas de código na página que facilitarão a identificação das interações dos usuários com o site.

As tags podem ser utilizadas para diversas finalidades, incluindo:

- Monitoramento de como os usuários chegam ao site.

- Geração de mapas de calor sobre as áreas mais acessadas.

- Realização de pesquisas.

- Monitoramento de eventos (cliques em links, download de arquivos e submissão de requisições, por exemplo).

Algumas ferramentas podem ser utilizadas para realização do tagueamento em páginas, dentre elas o Google Tag Manager (GTM) e o Piwik. Pelo GTM, a instalação dos códigos é feita automaticamente, de acordo com as definições da equipe responsável pelo projeto, sem ser necessário o acesso à versão HTML do site.

Tags comuns

H1

O <h1> é utilizado para o tagueamento de títulos. É recomendado que o título seja construído de modo a resumir em poucas palavras o corpo do texto, com as palavras-chaves mais importantes do corpo da publicação.

H2, H3 e H4

As tags <h2>, <h3> e <h4> são utilizados para demarcar os sub-títulos. Aqui, é recomendável descrever o assunto discorrido no corpo da publicação, mas de modo bastante resumido e sintético. A estrutura das tags são crescentes. Ou seja, o <h2> é utilizado para o primeiro sub-título, o <h3> para o segundo e assim por diante.

As tags dão organização e estrutura à publicação. Desse modo, a página demonstra organização quanto à disposição do conteúdo na página. Práticas como essa podem ajudar no ranqueamento dos mecanismos de busca.

As possibilidades para o tagueamento são as mais diversas. É importante que haja uma definição dos objetivos finais da página que será tagueada para que, com base nesses objetivos, seja feito o mapeamento das partes do HTML que precisam de rastreamento de forma a mostrar os resultados com métricas assertivas. Exemplos de partes importantes de um site que estão sujeitas ao tagueamento incluem:

Título da Página

Se o mapeamento aponta para grande número de cliques em um título que não leva o usuário para nenhum outro conteúdo, é recomendado reposicionar informações na página, evitando que o usuário se frustre ao clicar em algo que não o levará a outros conteúdos.

Links

Se a página contém links que encaminham para outras páginas, o tagueamento de tais links permite um acompanhamento de quantos usuários estão clicando nos conteúdos e qual deles é o mais acessado, potencialmente gerando ideias para a produção de mais material do tipo.

Download

O tagueamento de botões de download permite que seja feito monitoramento do que os usuários mais baixaram, dando uma visão sobre o que o público pode ter se interessado mais.

Saiba Mais

Se houver um botão "saiba mais" no site, é possível saber quantas pessoas clicaram em tal botão e tiveram interesse em ver todo o conteúdo, aferindo a popularidade e interesse sobre um tema.

13. Plano de Tagueamento

Quase a totalidade das partes de um site pode ser tagueada, ou seja, monitorada através de scripts no código. O mais importante é definir com cuidado e precisão o que precisa ser mapeado e quais as métricas que devem ser alcançadas.

Por exemplo, se uma campanha será lançada em um site e ela visa aumentar o cadastro de pessoas em certo formulário, é interessante mapear a quantidade de pessoas que clicaram no botão "cadastrar" mas, no entanto, não concluíram o cadastro.

Tal informação pode apontar para a necessidade de melhorias no cadastro e diminuição do tempo para o seu preenchimento, por exemplo. Ademais, caso um site do governo decida lançar uma campanha divulgando o lançamento de um aplicativo novo, é interessante taguear o botão "baixe aqui" para averiguar, dos usuários que acessaram a página, quantos efetivamente foram motivados a baixar o aplicativo. Em ambos os casos, o mapeamento ajuda a testar a eficácia de esforços no site, auxiliando ainda na correção de trajetória dos conteúdos.

14. Exemplo do gov.br

O portal gov.br, por exemplo, dispõe de botões em sua Central de Atendimento que permitem aos usuários fazerem reclamações, solicitações, sugestões ou elogios. Se tagueados, é possível checar os cliques em cada um dos botões, aferindo qual tipo de atendimento gera mais interesse e comparando tal valor com a quantidade de formulários de atendimento que são efetivamente preenchidos.

Tal informação pode gerar ações estratégicas da página, por exemplo, que fomentem o aumento de preenchimentos e que orientem melhorias na Central de Atendimento.

Após a definição do plano de tagueamento, dos objetivos da página e das métricas a serem aferidas, tais demandas devem ser repassadas para a equipe de tecnologia responsável pela implementação dos códigos, de forma a viabilizar o monitoramento da página.

A partir de tal mapeamento, é preciso gerar relatórios que apontem para os resultados das métricas analisadas. Tal informação, então, direcionará os próximos passos a serem tomados quanto ao conteúdo do site ou quanto à própria arquitetura em HTML de uma página.

15. Esforço em campanhas

Campanhas podem demandar esforços de SEO específicos que visem aumentar o seu sucesso. Quando um site novo é criado para uma campanha, é preciso:

- Definir o objetivo do site. O interesse é aumentar a leitura e compartilhamento de determinada informação? Gerar preenchimento de um formulário ou cadastro? Gerar o download de um aplicativo?

- Taguear o HTML do site de forma a aferir a métrica de sucesso previamente definida.

- Definir uma URL simples e direta.

- Listar o site aos buscadores.

- Pesquisar, definir e aplicar palavras-chave adequadas.

- Considerar o impulsionamento pago de palavras-chave no Google.

- Publicar posts em redes sociais proprietárias sobre a campanha, com o objetivo de gerar cliques no link para a URL da campanha.

- Gerar relatórios de monitoramento da performance dos cliques em posts de redes sociais e dos acessos ao site.

- Corrigir percursos no andamento da campanha.

16. Próximos passos

Análises setoriais e monitoramento contínuo

Sites associados ao gov.br apresentam conteúdos e serviços muito diversos.

Por isso, é preciso compreender que cada tema ou seção dos sites podem possuir particularidades e impor estratégias distintas, inclusive na identificação do público consumidor e das práticas de pesquisa nos buscadores.

Uma boa estratégia de SEO é contínua e progressiva. É preciso monitorar constantemente o andamento da performance das suas páginas, atentando-se para oportunidades de melhoria na arquitetura do site e, também, de robustez no tagueamento, construção de matrizes de palavras-chave e qualidade de conteúdo.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Nº 496 - Processo nº 53500.042960/2018-18
Recorrente/Interessado: SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES. CNPJ nº 01.371.416/0001-89

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 187/2020/VA (SEI nº 5846693), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, exclusivamente para se aplicar a atenuante prevista no art. 20, inciso I, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA/2012), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, quanto à multa aplicada pela infração ao art. 52 do Regulamento de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC), aprovado pela Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, referente ao plano de serviço vinculado ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM); e,

b) retificar o valor final da sanção, o qual deverá passar de R$ 19.597,64 (dezenove mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos) para R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), em virtude da necessidade de se ajustar no cálculo da multa o elemento "UT" (usuários totais), substituindo-se o valor "NA" pelo total de usuários do serviço no Estado do Paraná existentes à época da infração.

Nº 497 - Processo nº 53500.001878/2018-25
Recorrente/Interessado: TV A CABO SÃO BENTO EIRELI. CNPJ nº 08.325674/0001-78

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 198/2020/VA (SEI nº 5882941), integrante deste acórdão, aplicar a sanção de multa à TV A CABO SÃO BENTO LTDA. no valor de R$ 17.213,37 (dezessete mil, duzentos e treze reais e trinta e sete centavos), por infração à obrigação de instalação de infraestrutura de atendimento a 90% (noventa por cento) dos domicílios urbanos (Home Passed), relativamente ao período de 8 de maio de 2015 até 8 de agosto de 2017, na Área de Prestação do Serviço (APS) de São Bento do Sul/SC.

Nº 498 - Processo nº 53500.008769/2013-24
Recorrente/Interessado: LINKTEL TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA. CNPJ nº 02.945.663/0001-04

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 155/2020/VA (SEI nº 5633925), integrante deste acórdão, receber a correspondência SEI nº 5550142 como exercício do direito de petição, previsto no art. 5º, inciso XXXIV, "a", da Constituição Federal, e indeferir o pedido dela constante, mantendo-se, na íntegra, o teor do Acórdão nº 207, de 4 de maio de 2020 (SEI nº 5503660).

Nº 499 - Processo nº 53500.048961/2018-68
Recorrente/Interessado: COLUMBUS PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ nº 01.769.127/0001-32

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 183/2020/VA (SEI nº 5803137), integrante deste acórdão, aplicar a sanção de multa à COLUMBUS PARTICIPAÇÕES S.A. no valor de R$ 53.075,63 (cinquenta e três mil, setenta e cinco reais e sessenta e três centavos), por infração à obrigação de instalação de infraestrutura de atendimento a 90% (noventa por cento) dos domicílios urbanos (Home Passed), relativamente ao período de 3 de agosto de 2015 até 4 de agosto de 2017, na Área de Prestação do Serviço (APS) de Recife/PE.

Nº 500 - Processo nº 53516.009010/2009-11
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 202/2020/VA (SEI nº 5920031), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 505 - Processo nº 53500.010898/2011-11
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544-0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento;

b) reformar, de ofício, a decisão recorrida, no sentido de alterar o valor da sanção de multa aplicada, fixando-a em R$ 31.809.806,78 (trinta e um milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e seis reais e setenta e oito centavos), por descumprimentos aos arts. 4º, § 1º; 6º; 7º, II e § 1º; 8º, II; 11, parágrafo único; e 13 do Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal (PGMQ-SMP), aprovado pela Resolução nº 317, de 27 de setembro de 2002, no período de janeiro de 2011 a abril de 2012;

c) converter a sanção de multa em sanção de obrigação de fazer, nos termos do art. 68 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e dos arts. 15 e 16 do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, em juízo discricionário, e considerando as peculiaridades do caso concreto, o contexto fático e socioeconômico da presente data e a pertinência para o interesse público, referente à implantação de ERBs nas localidades listadas no Anexo SEI nº 5968258, observando o condicionamento expresso no item 4.43 do Voto nº 90/2020/PR (SEI nº 5972887), para instalação e manutenção de infraestrutura de telecomunicações móveis com cobertura 4G, sendo que o custo estimado total dos projetos seja, no mínimo, equivalente a R$ 31.809.806,78 (trinta e um milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e seis reais e setenta e oito centavos);

c.1) a infraestrutura deverá ser mantida pelo prazo mínimo de 3 (três) anos; e,

c.2) o cumprimento da obrigação não poderá decorrer de acordos de RAN sharing, swap, aluguel de redes, contratos de exploração industrial ou outros meios contratuais;

d) fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da presente decisão, para a Recorrente declarar que irá cumprir a obrigação de fazer, no presente caso;

e) determinar à CLARO S.A. que apresente a comprovação do cumprimento da sanção de obrigação de fazer, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados do término do prazo previsto na alínea "d", na forma do § 2º do art. 16 do RASA, sob pena de conversão da obrigação de fazer em multa;

f) aplicar à CLARO S.A. sanção de multa no valor de R$ 31.809.806,78 (trinta e um milhões, oitocentos e nove mil, oitocentos e seis reais e setenta e oito centavos), nos termos do disposto no § 2º do art. 16 do RASA/2012, caso não observe os prazos previstos nas alíneas "c.1", "d" e "e", bem como as demais providências associadas, cujo montante será atualizado nos termos do § 1º do art. 34 do RASA/2012;

g) caso se evidencie a adoção de conduta protelatória por parte da CLARO S.A., tal fato poderá ensejar eventual aplicação de sanção decorrente de má-fé a ser apurada em autos próprios, mediante instauração de processo específico, que não comportará qualquer discussão a respeito da autoria, materialidade ou valor da multa ora aplicada;

h) determinar à Superintendência de Controle de Obrigações (SCO) que:

h.1) após o transcurso do prazo descrito na alínea "e", ateste o cumprimento da obrigação de implementação da infraestrutura e, em caso de seu inadimplemento, adote as providências cabíveis; e,

h.2) próximo ao término do prazo descrito na alínea "c.1", ateste o cumprimento da obrigação de manutenção da infraestrutura e, em caso de seu inadimplemento, adote as providências cabíveis; e,

i) determinar à CLARO S.A. que comunique à população dos municípios listados no Anexo SEI nº 5968258 sobre a disponibilidade do sinal 4G para voz e dados, mediante a adoção dos mesmos procedimentos previstos nos editais para outorga de direito de uso de radiofrequência que preveem compromissos de cobertura.

Nº 507 - Processo nº 53500.025282/2018-11
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 203/2020/VA (SEI nº 5921100), integrante deste acórdão, dar provimento ao Recurso Administrativo interposto, excluindo-se a determinação contida no item "b" do Despacho Decisório nº 47/2019/COUN1/COUN/SCO, de 3 de maio de 2019 (SEI nº 4011263), mantendo-se seus demais termos inalterados.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 5.213, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53520.000870/2020-28. Expedir autorização à Alan Bacelar Hino de Carvalho , CPF/CNPJ nº ***.389.328-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 5.389, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53520.000888/2020-20. Expede autorização à Matheus Flores , CNPJ nº ***.493.319-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 5.577, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53520.000913/2020-75. Expede autorização à Regivania Barbosa Soares Alexandre , CNPJ nº ***.900.613-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 5.591, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53520.000923/2020-19. Expedir autorização à Vasconcelo Carlim da Silva , CPF/CNPJ nº ***.615.039-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 5.597, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53516.002105/2020-10: Expede à SILVIO BARROS CALIMÃ, CPF nº 676.708.499-91, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 5.598, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53516.001585/2020-93: Outorga ao MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARE, CNPJ nº 76.105.659/0001-74, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 5.145, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

Expedir autorização a ROBERT FERNANDO ALBANO PACHECO, CPF nº 102.224.706-90, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATO Nº 5.461, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Outorga autorização para uso de radiofrequência à RADIO EDUCADORA DE MONTES CLAROS LTDA, CNPJ nº 20.554.531/0001-33, associada à exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATOS DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Nº 5.481 Expede autorização a GUGLIELMO NIGRO, CPF nº 013.767.776-65, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.515 Expede autorização a CARLOS ALEXANDRE DE REZENDE, CPF nº 072.110.436-36, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

ATO Nº 5.522, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Expede autorização a WJS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI, CNPJ nº 29.883.698/0001-12, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 5.210, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à RHODIA POLIAMIDA E ESPECIALIDADES S/A, CNPJ nº 15.179.682/0025-96, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 5.447, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à RAIZEN ENERGIA S/A, CNPJ nº 08.070.508/0094-77, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 5.512, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à IHC SAO PAULO HOTELARIA LTDA., CNPJ nº 09.604.474/0001-17, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 5.529, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à TRIMAIS SUPERMERCADOS LTDA., CNPJ nº 07.947.496/0002-35, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 5.560 - Robson Bragante, CPF nº 256.790.498-05, Processo nº 53504.005603/2020-45;

Nº 5.561 - Jose Antonio Claus, CPF nº 868.254.378.87, Processo nº 53504.005633/2020-51;

Nº 5.562 - Euler Ribeiro Spinelli, CPF nº 122.167.338-65, Processo nº 53504.005639/2020-29;

Nº 5.567 - Regina Ruivo Bertrand, CPF nº 245.836.138-22, Processo nº 53504.005686/2020-72;

Nº 5.570 - Rogerio Mitsuhiro Iassuoka, CPF nº 246.878.628-96, Processo nº 53504.005781/2020-76.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 5.454, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53528.001168/2020-10. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) ROTA-SUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 91.589.770/0001-77, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATO Nº 5.456, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53528.001516/2020-41. Expede autorização à(ao) ANTÔNIO JARBAS RAMOS DE ALMEIDA, CPF nº ***.246.800-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATO Nº 5.457, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53528.001515/2020-04. Expede autorização à(ao) PAULO SÉRGIO ALVES OLIVEIRA, CPF nº ***.958.660-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATO Nº 5.458, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53528.001526/2020-86. Expede autorização à(ao) ARTHUR PHILIPPI BIANCO, CPF nº ***.173.801-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

ATO Nº 5.460, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53528.001529/2020-10. Expede autorização à(ao) ENGENHO DA ARTE EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA, CNPJ nº 05.672.116/0001-90, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

STEVAN GRUBISIC
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 5.550, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Expedir autorização a Matheus Albuquerque de Saturno, CPF: 087.785.754-78, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 5.569, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 53578.000553/2020-46. . Outorga autorização para uso de radiofrequências à VALDIR JOSÉ POSSELT, CPF nº 848.975.899/91, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

Nº 5.320 Processo nº 53500.023882/2020-69. declara extinta, por renúncia, a partir de 27/08/2020, a autorização outorgada à CAIO SILVA MACHADO, CNPJ/MF nº 23.803.245/0001-52, por intermédio do Ato n° 3041, de 05/06/2020, publicado no DOU de 10/06/2020, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.322 Processo nº 53500.040203/2020-16. declara extinta, por renúncia, a partir de 28/08/2020, a autorização outorgada à EI SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ/MF nº 22.453.915/0001-95, por intermédio do Ato n° 50394, de 20/11/2015, publicado no DOU de 01/12/2015, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.323 Processo nº 53500.039977/2020-02. declara extinta, por renúncia, a partir de 27/08/2020, a autorização outorgada à D1 TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 23.449.852/0001-66, por intermédio do Ato n° 5632, de 23/12/2016, publicado no DOU de 29/12/2016, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.324 Processo nº 53500.039977/2020-02. declara extinta, por renúncia, a partir de 27/08/2020, a autorização outorgada à D1 TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 23.449.852/0001-66, por intermédio do Ato n° 1254, de 22/02/2019, publicado no DOU de 12/03/2019, para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

Nº 5.393 Processo nº 53500.042425/2020-73. Expede autorização à TW TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 31.441.808/0001-38, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.395 Processo nº 53500.035254/2020-26. Consolida e adapta as autorizações expedidas em favor da VOXONE TELECOM SOLUCOES E TECNOLOGIA EM TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 13.718.981/0001-59, habilitando à entidade a explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.396 Processo nº 53500.031418/2020-46. Extingue, por cassação, a autorização para a exploração do Serviço Limitado Privado por Satélite, expedida à LFG BUSINESS, EDIÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 09.343.389/0001-42, por meio do Ato nº 713, de 10/02/2009, publicado no DOU de 11/02/2009, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9472, de 16/07/1997.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.603, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Cascavel/PR, no período de 03/10/2020 a 04/10/2020.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 318/DPC, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Celebra o acordo de delegação de competência firmado entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA e a Entidade Especializada CERTIFICADORA BRASILEIRA DE EMBARCAÇÕES E SISTEMAS.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, de 3 de junho de 2004 e de acordo com o contido no inciso X do art. 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1o Celebrar acordo, em consonância com o estabelecido nas "Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedade Classificadora para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro" (NORMAM-06/DPC 1ª Revisão), aprovadas pela Portaria nº 104, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 4 de março de 2004, entre a Autoridade Marítima Brasileira, neste ato representada pelo Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA, Diretor de Portos e Costas, e a Entidade Especializada Certificadora Brasileira de Embarcações e Sistemas, neste ato representada pelo Sr. ALEXANDRE JOSÉ TRINAS DE FREITAS, Diretor, com o propósito de delegar competência para a citada Entidade Especializada atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

Art. 2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos, dispostos no Acordo de Delegação de Competência anexo, devem ser executados em conformidade com o disposto na NORMAM-06/DPC e demais Normas da Autoridade Marítima que sejam pertinentes.

Art. 3º A concessão para os serviços de que trata o artigo anterior vigerá no período de 7 de setembro de 2020 a 6 de setembro de 2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 7 de setembro de 2020.

Art. 5º Revoga-se a Portaria de nº 371/DPC, de 11 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 237, de 12 de dezembro de 2017.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.532, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 425, de 02 de março de 2020, que autorizou o empenho e transferência de recursos ao Município de Fervedouro - MG, para ações de Defesa Civil, para até 31/12/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.537, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Novo Santo Antônio-MT, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Novo Santo Antônio - MT, no valor de R$ 1.458.427,70 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e vinte e sete reais e setenta centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.003790/2020-64.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000466, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.538, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Poções	Estiagem - 1.4.1.1.0	268	18/08/2020	59051.009486/2020-41
BA	Tanque Novo	Estiagem - 1.4.1.1.0	100	20/08/2020	59051.009535/2020-45
CE	Solonópole	Estiagem - 1.4.1.1.0	033	26/06/2020	59051.009634/2020-27
PE	Pombos	Estiagem - 1.4.1.1.0	71	31/08/2020	59051.009524/2020-65
PI	Jacobina do Piauí	Seca - 1.4.1.2.0	142	28/08/2020	59051.009521/2020-21
RS	São Jerônimo	Tempestade Local Convectiva/Granizo - 1.3.2.1.3	5054	20/08/2020	59051.009635/2020-71
RS	Tavares	Tempestade Local Convectiva/Granizo - 1.3.2.1.3	5.848	19/08/2020	59051.009540/2020-58

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.542, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São Jerônimo - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São Jerônimo - RS, no valor de R$ 25.341,00 (vinte e cinco mil trezentos e quarenta e um reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004580/2020-01.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.551, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 6° da Portaria n. 656, de 14 de dezembro de 2017, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ponta de Pedras - PA, para ações de Defesa Civil, para até 03/12/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATO Nº 2.032, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/05/2020, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 803ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de setembro de 2020, nos termos do art. 4º, inciso XII, §3º e do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resoluções ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos ao:

MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA, Rio Ipanema, Município de Santana do Ipanema/AL, esgotamento sanitário.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

Ministério da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 21.326, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Subdelega competência ao Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para promover as designações de que tratam os §§ 1º e 4º do art. 26 da Portaria ME nº 282, de 24 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 da Portaria ME nº 40, de 30 de janeiro de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos §§ 1º e 4º do art. 26 da Portaria ME nº 282, de 24 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Art. 1º Fica subdelegada ao Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia a competência para promover as designações dos membros do Comitê de Movimentação - CMOV e dos representantes que acompanharão as reuniões do Comitê, sem direito a voto, de que tratam o §§ 1º e 4º do art. 26 da Portaria ME nº 282, de 24 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2020.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA

PORTARIA Nº 21.292, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Subdelega a competência para autorizar a utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos, para casos excepcionais, nos termos do inciso VII do § 1º do art. 6º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA,no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria ME nº 55, de 18 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 2020, e no inciso VII do § 1º do art. 6º, do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Diretor de Administração e Logística a competência para, no âmbito deste Ministério, disponibilizar telefone celular, tablet, modem e outros dispositivos de comunicação de voz e dados, por meio de telefonia móvel, com acesso à internet, para o atendimento da necessidade de serviço, nos casos excepcionais, nos termos do inciso VII do § 1º do art. 6º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.

Parágrafo único. As solicitações excepcionais a que se refere o caput deste artigo serão formalizadas pelo dirigente máximo ou respectivo chefe de gabinete da unidade administrativa demandante, com as devidas justificativas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELLE CALAZANS

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 98, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Revoga resoluções da Camex editadas entre 2001 e 2009.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação em sua 174ª reunião, realizada de 11 a 14 de setembro de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IX, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e levando em consideração as determinações do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes resoluções:

I - 4, de 22 de março de 2001;
II - 5, de 22 de março de 2001;
III - 6, de 22 de março de 2001;
IV - 11, de 25 de abril de 2001;
V - 13, de 10 de maio de 2001;
VI - S/N, de 29 de maio de 2001;
VII - 18, de 12 de junho de 2001;
VIII - 20, de 26 de junho de 2001;
IX - 21, de 26 de junho de 2001;
X - 30, de 29 de agosto de 2001;
XI - 39, de 28 de novembro de 2001;
XII - 6, de 25 de abril de 2002;
XIII - 10, de 16 de abril de 2002;
XIV - 12, de 18 de junho de 2002;
XV - 13, de 25 de junho de 2002;
XVI - 14, de 25 de junho de 2002;
XVII - 15, de 26 de junho de 2002;
XVIII - 40, de 31 de dezembro de 2002;
XIX - 4, de 07 de fevereiro de 2003;
XX - 8, de 28 de março de 2003;
XXI - 18, de 17 de junho de 2003;
XXII - 19, de 30 de junho de 2003;
XXIII - 23, de 28 de julho de 2003;
XXIV - 31, de 20 de outubro de 2003;
XXV - 34, de 27 de novembro de 2003;
XXVI - 6, de 1º de março de 2004;
XXVII - 9, de 31 de março de 2004;
XXVIII - 12, de 21 de maio de 2004;
XXIX - 18, de 30 de junho de 2004;
XXX - 35, de 16 de novembro de 2005;
XXXI - 1, de 19 de janeiro de 2006;
XXXII - 21, de 08 de agosto de 2006;
XXXIII - 24, de 22 de agosto de 2006;
XXXIV - 8, de 1º de março de 2007;
XXXV - 12, de 25 de abril de 2007;
XXXVI - 30, de 3 de agosto de 2007;
XXXVII - 38, de 22 de agosto de 2007;
XXXVIII - 24, de 6 de maio de 2008;
XXXIX - 30, de 27 de maio de 2008;
XL - 33, de 09 de junho de 2008;
XLI - 38, de 03 de julho de 2008;
XLII - 46, de 03 de julho de 2008;
XLIII - 48, de 24 de julho de 2008;
XLIV - 75, de 10 de dezembro de 2008;
XLV - 77, de 10 de dezembro de 2008;
XLVI - 1, de 13 de janeiro de 2009;
XLVII - 4, de 03 de fevereiro de 2009;
XLVIII - 11, de 13 de março de 2009;
XLIX - 18, de 26 de março de 2009;
L - 23, de 28 de abril de 2009;
LI - 30, de 09 de junho de 2009;
LII - 35, de 18 de junho de 2009;
LIII - 51, de 17 de setembro de 2009; e
LIV - 54, de 22 de setembro de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de outubro de 2020.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 99, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando deliberação de sua 174ª Reunião, ocorrida de 11 a 14 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários incidentes sobre os Bens de Capital listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Ficam revogados os Ex-tarifários abaixo dos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8443.39.10	186	Máquinas de impressão digital por jato de tinta com cabeças de impressão com 4 ou 5 cores para impressão direta em vestuários (camisas e camisetas) e tecidos de algodão e blendas (combinados) de algodão + poliéster com um mínimo de 50% de algodão e espessura de até 25mm, imprimindo com qualidade digital de até 1.440 x 720ppp ou mais, dependendo do tipo de tecido e qualidade de impressão selecionados, trabalhando com espaços de cor RGB e CMYK, possuindo sistema automático de limpeza da cabeça de impressão e de circulação de tinta branca, com bandejas de fixação de vestuários e tecidos de tamanhos variáveis de até 406 x 508mm e conexões via USB 2.0, 100- Base TX, cartões de memória USB.	Resolução Camex nº 51, de 05 de julho de 2017
8443.39.10	197	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 35s para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 914mm de largura e bandeja para folhas até tamanho A3, capacidade de utilização de mídias com peso até 280g/m2, memória de 1GB e painel com tela colorida sensível ao toque de 4,3pol.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8443.39.10	211	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 70s para o tamanho A1, resolução máxima de 1.200 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,04mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 610mm de largura e bandeja para folhas até tamanho A3, capacidade de utilização de mídias com peso até 280 g/m^2, memória de 256MB e painel com tela colorida sensível ao toque de 4,3 polegadas.	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8479.89.99	071	Equipamentos automáticos para o enchimento rápido de pneus automotivos já posicionados nas rodas, sem a utilização de anel de vedação sobre a superfície das rodas, para rodas com diâmetros compreendidos entre 14 e 17 polegadas, com dispositivo de carregamento e pré-centragem, estação de centragem e insulflamento, dispositivo de descarga dos pneus já inflados, controlados por controlador lógico programável (CLP).	Resolução Camex nº 90, de 13 de dezembro de 2017
8422.40.90	729	Máquinas envolvedoras automática rotativa, para embalar cargas sobre paletes, pela aplicação de filmes plásticos pré-estirável a frio, com capacidade de produção de até 100paletes/h, para cargas com peso máximo de 1.500kg por pallet, para medidas dos paletes mínimas 800 x 600mm até as medidas máximas de 1.200 x 1.200mm.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	012	Cilindros expansores elétricos, tipo macaco telescópico para resgate, pressão de trabalho máxima 720bar, comprimento retraído máximo 691mm, comprimento expandido máximo 1.041mm, sem bateria incorporada aos seus corpos, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	013	Ferramentas elétricas alargadoras com pressão de trabalho máxima de 720bar, distância de separação máxima de 725mm, força de separação máxima até 366kN ou 37,3t, sem bateria incorporada aos seus corpos, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	014	Ferramentas elétricas combinadas, tipo tesoura multiuso para resgate, pressão de trabalho máxima 720bar, força máxima de corte 380kN, sem bateria incorporada ao seu corpo, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8423.20.00	001	Balanças automáticas dotadas de transportador de pesagem, com tela "touchscreen" multilíngue, memória capaz de armazenar de 100 a 400 produtos, capacidade de carga compreendida entre 3g e 80kg, com até 7 zonas de pesagem e produtividade de 150 a 600pesagens/min, dispositivo de rejeição por sopro de ar, pistão pneumático, esteira ou braço desviador.	Resolução Camex nº 55, de 10 de agosto de 2018
8465.95.11	005	Máquinas-ferramentas para furar painéis de madeiras e aglomerados, com comprimento máximo de 2.550mm e mínimo de 250mm, com movimentação automática no eixo X por meio de servomotor, controladas por um controlador numérico computadorizado (CNC), dotadas de 6 ou mais grupos furadores inferiores, com 4 ou mais grupos furadores superiores, com dispositivo de substituição rápida dos cabeçotes, com 2 cabeçotes horizontais, com ferramental para troca rápida das brocas, com uma entrada e uma saída automatizada para a peça, sendo que a entrada é com 3 seções: dispositivo de posicionamento traseiro controlado por servomotor, posição rápida e liberação.	Resolução Camex nº 85, de 9 de novembro de 2018
8431.20.11	011	Conjuntos de tração para empilhadeiras elétricas, carga máxima aplicada 10.000N; torque máximo estático na roda 500Nm; torque máximo dinâmico na roda 600Nm; torque máximo contínuo na roda 150Nm; relação 29,85:1; capacidade de óleo 0,9 litros; entrada da força do motor: vertical; "bolt circle": 70mm; eixo de ação 196mm; acoplamento do motor de tração: 35 de diâmetro; redução de 17:1.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8515.90.00	003	Gabaritos de máquinas de solda para posicionamento e fechamento de cabines automotivas com estrutura de base e apoios laterais/superior baseados nos dimensionais das partes metálicas a serem agrupadas, com dimensional controlado e calibrado, com sistemas de travamento das peças por meio de atuadores e dimensões até 6.000 x 6.000mm (L x C).	Portaria SECINT nº 220, de 25 de fevereiro de 2019

8464.90.19	169	Combinações de máquinas para lapidação das 4 laterais de chapas de vidro, com capacidade de carga máxima igual ou superior a 70kg compostas de: 2 lapidadoras bilaterais, grupo de esquadria e grupo de alinhamento, sistema de refrigeração dos rebolos em circuito fechado, 1 mesa de translação angular para transporte das chapas de vidro entre as lapidadoras bilaterais; para dimensão mínima de 80 x 80mm e máxima de 1.600 x 1.600mm, e espessura 2 a 12mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; para dimensão mínima de 90 x 90mm e máxima de 2.000 x 2.000mm e espessura de 2 a 12mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; para dimensão mínima 160 x 160mm e máxima de 3.300 x 6.100mm e espessura de 3 a 30mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; podendo conter ou não; dispositivo de desbaste dos cantos da chapa de vidro (quebra canto), mesa de translação para transporte da chapa de vidro na saída, lavadora das chapas de vidro.	Portaria SECINT nº 391, de 07 de maio de 2019
8419.81.90	071	Máquinas automáticas de café expresso e bebidas à base de café expresso, com solúveis e leite; com sistema para dispensa de leite líquido ou vaporizado, quente ou gelado; podendo conter reservatório refrigerado para leite, de 5 ou 12 L; voltadas para uso não-doméstico; sem dispositivo para pagamento da bebida; capacidade de produção recomendada de até 150xícaras/dia; conexão direta à rede de fornecimento de água; dispositivo de aquecimento de água incorporado com caldeira em aço inoxidável; reservatório de café em grãos (1 com capacidade de 2kg ou 2 com capacidade de 1,2kg cada); moinho automático de café com fresas em cerâmica (1 ou 2 moinhos); sistema e reservatórios para produtos solúveis (2 reservatórios); pressão operacional de até 8bar; dotadas de sistema automático de limpeza; bandeja de gotejamento e suporte de xícaras, com capacidade de 3L; painel de controle com tela sensível ao toque de 8 polegadas e sistema de iluminação e sinalização de mensagens LED; sistema de controle de pressão e temperatura, permitindo a extração correta para cada tipo desejado de café; potência entre 2.400 e 5.300W.	Portaria SECINT nº 510, de 26 de julho de 2019
8479.90.90	297	Amortecedores "Dampers" de oscilações de painéis fotovoltaicos, usados exclusivamente em seguidores solares de um eixo "Trackers", com capacidade para suportar ventos de até 100mph (aproximadamente 161km/h), comprimento estendido máximo de 1.119mm, velocidade máxima de 500mm/s, força de amortecimento máxima de 800N e temperatura de operação de -40 a +50 Graus Celsius.	Portaria SECINT nº 510, de 26 de julho de 2019
8504.40.90	016	Equipamentos estáticos para fornecimento de energia elétrica no sistema de tração ferroviário dotados de: retificadores com tensão de entrada até 2 x 1.250Vca para tensão de saída até 3.000Vcc e potência de até 4MW, com reatância de alisamento, dispositivos de proteção com disjuntores extra rápido para até 3kVcc e curto circuitador.	Portaria SECINT nº 531, de 20 de agosto de 2019
8426.41.90	107	Manipuladores hidráulicos para a movimentação de materiais, autopropulsados sobre esteiras rodantes, ou pneus maciços ou inflados, acionados por motor diesel com potência igual ou superior 128HP mas igual ou inferior a 164HP; dotados de 2 eixos e tração em todas as rodas, com ou sem lâmina frontal; cabine com elevação hidráulica ou fixa com porta de abertura deslizante e vidro frontal blindado, podendo incluir implemento frontal de trabalho articulado (lança e braço) com alcance igual ou superior a 8,80m, podendo conter ferramentas de trabalho tais como garras hidráulicas (de diversos usos), eletroímã, tesoura hidráulica entre outros; sistema hidráulico com sensor de carga (load sensing) e câmeras traseira e lateral com monitor no interior da cabine; peso operacional igual ou superior 19.450kg, mas igual ou inferior 27.980kg.	Portaria SECINT nº 2.024, de 12 de setembro de 2019
9027.80.99	452	Analisadores de permeabilidade a gases de vapor d'água em embalagens, dotados de sensor infravermelho, com faixa de medição compreendida de 0,005 a 100cc/m²/dia, faixa de medição com área reduzida compreendida de 0,05 a 1.000cc/m²/dia, área da amostra de 50cm², controle de umidade relativa de 0, 5 a 90 e 100%, controle de temperatura compreendido de 10 a 40 Graus Celsius e com interface "touchscreen".	Resolução nº 14, de 19 de novembro de 2019
9031.80.12	031	Rugosímetros portáteis para medição de superfícies com unidade de avanço com cursos máximo X=50mm (comprimento), Z=80mm (altura) , resolução máxima de 0,0001mm, "cut-off" de 0,08; 0,25; 0,8; 2,5 e 8mm, números de comprimentos de amostragem x1 a x20 e arbitrário, com memória interna para armazenamento de medição e leitor de micro "sdcard", com envio de dados externos através de conexão usb, rs232 e "digimatic", apalpadores com e sem patins com força de medição de 0,75 e 4mn; pontas com raios de 2; 5 e 10mm e ângulos de 60 e 90 Graus, unidade de avaliação com "display" colorido e bateria recarregável.	Resolução nº 30, de 30 de dezembro de 2019
9031.80.12	032	Rugosímetros portáteis para medição de superfícies com unidade de avanço padrão, retrátil ou transversal com cursos máximo X=16mm (comprimento), Z=360mm (altura) , resolução máxima de 0,002 micrômetro, "cut-off" de 0,08; 0,25; 0,8; 2,5 e 8mm, números de comprimentos de amostragem x1, x2, x3, x4, x5, x6, x7, x8, x9, x10 e arbitrário, com memória interna para armazenamento de medição e leitor de micro SDcard com envio de dados externos através de conexão USB, RS232 e "Digimatic", com apalpadores com força de medição de 0,75 e 4mN; pontas com Raios de 2; 5 e 10mm e ângulos de 60 e 90 graus com unidade de avaliação com display colorido "touchscreen" e bateria recarregável.	Resolução nº 30, de 30 de dezembro de 2019
8441.80.00	107	Máquinas automáticas para corte e vinco, alimentadas por folhas soltas, contando com dispositivo de registro ótico para alinhamento automático de folhas, gramatura mínima do papel de 90g/m², gramatura máxima do cartão de 2.000g/m², velocidade máxima igual ou superior a 7.500folhas/h e formato máximo igual a 760 x 1.060mm.	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020
8457.10.00	405	Centros de usinagem verticais tipo multitarefas para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para furar, fresar e rosquear, com capacidade para usinar peças com diâmetro máximo de 1.700mm e altura máxima de 1.600mm, capacidade de interpolação simultânea de 5 eixos (X,Y,Z,B e C), eixos X, Y, Z com cursos respectivamente de 1.700 x 1.500 x 1.150mm, eixo B com inclinação de 150 Graus (-30 Graus ~+120 Graus), eixo C com capacidade de interpolação de 360 Graus contínuos, mínimo incremento de indexação dos eixos B e C igual a 0,0001 Graus, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y, Z igual a 52.000mm/min, cabeçote fresador com rotação máxima de 15.000rpm e com potência máxima de 56kW, com trocador automático de ferramentas e com magazine com capacidade igual ou superior a 43 ferramentas, peso máximo admissível 3.500kg.	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020
8457.10.00	406	Centros de usinagem verticais tipo multitarefa para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para furar, fresar e rosquear, com capacidade para usinar peças com diâmetro máximo de 1.050mm e altura máxima de 965mm, capacidade de interpolação simultânea de 5 eixos (X,Y,Z,B e C), eixos X,Y,Z com cursos respectivamente de 1.425 x 1.050 x 1.050mm, eixo B com inclinação de 150 Graus (-30 Graus ~+120 Graus), eixo C com capacidade de interpolação de 360 Graus contínuos, mínimo incremento de indexação dos eixos B e C igual a 0,0001 Graus, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y, Z igual a 52.000mm/min, cabeçote fresador com rotação máxima de 15.000rpm e com potência máxima de 56kW, com trocador automático de ferramentas e com magazine com capacidade igual ou superior a 43 ferramentas, peso máximo admissível 1.750kg.	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020
8413.50.10	049	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com pressão máxima de 17,5MPa.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	050	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais, fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com pressão nominal de 26MPa.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	052	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com pressão máxima de 35MPa, deslocamento volumétrico de 200cm³ /rotação, fluxo máximo de 355L/min e potência máxima de 243kW.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	054	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com pressão nominal de 34,3MPa, deslocamento volumétrico de 140cm3, fluxo máximo de 247L/min e potência máxima de 160kW.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.70.90	135	Bombas centrífugas de polpa de eixo vertical dotadas ou não de anel com bicos de aspersão de água injetada, tipo "cantilever", com carcaça bipartida fabricadas em liga metálica ou revestida em borracha (natural ou sintética), rotor tipo recuado ou semiabertos fabricado em liga metálica ou borracha (natural ou sintética), com comprimento total podendo variar de 1.200 à 3.000mm, com seus bocais com diâmetros de 2 polegadas a 8 polegadas e mancais dotados de rolamentos de rolos cônicos ou rolos cilíndricos, com capacidade de operação de fluxo de 5 a 600m³.Valor unitário (CIF) da mercadoria de no máximo R$ 35.222,80.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8426.41.90	117	Manipuladores hidráulicos para manuseio e transporte de cargas, autopropulsados sobre rodas com pneus de borracha, acionados por motor a diesel com potência máxima igual a 115 ou 160 ou 190kW, dotados de 2 eixos e tração nas 4 rodas, sendo o eixo frontal direcional e o eixo traseiro direcional ou não direcional, de montagem oscilante dotado de dispositivo de bloqueio acionável hidraulicamente, transmissão hidrostática, controlados por "joystick", com porta de abertura deslizante, braço frontal de trabalho articulado em duas partes com alcance máximo horizontal igual ou superior a 11,05m, mas inferior ou igual a 12,12m, com cilindro hidráulico do braço inferior montado invertido, com limitador de proximidade para o braço frontal superior, com peso operacional (sem acessório) igual ou superior à 22t, mas igual ou inferior à 51t, equipados ou não com garra hidráulica e/ou eletroímã e/ou "clamshell" e/ou tesoura hidráulica e/ou gancho.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8422.30.10	102	Máquinas automáticas, rotativas, para aplicação de rótulos com cola fria e/ou quente e/ou autoadesivo, por meio de agregados de rotulagem, em garrafas ou frascos de vidro e/ou plástico, controladas por sistema lógico programável (CLP), com interface de operação por meio de painel "touchscreen" colorido, com sistema de segurança de acesso, com sistema de orientação de garrafas por servomotor, com ou sem alimentação automática de rótulos, com ou sem sistema de inspeção de aplicação dos rótulos, com diâmetro de carrossel de 600 ou 720 ou 960 ou 1.200 ou 1.680mm e capacidade máxima de 25.000frascos/h.	Resolução nº 40, de 4 de maio de 2020
8432.39.10	007	Máquinas de arrasto para distribuição de produtos granulados por meio de hastes sulcadoras, com tanque central bipartido de poliuretano com capacidade de 12.000L, unidade dosadora com captação do produto granulado a vácuo, contendo sistema de taxa variável, equipados com discos de corte para corte da palhada, rodas metálicas na parte posterior para quebrar torrões do solo, largura de trabalho de 10,96m, hastes sulcadoras com espaçamento de 45cm, dotado de eixos com rodas metálicas na parte posterior e comprimento total de 11,64m.	Resolução nº 40, de 4 de maio de 2020
8413.70.10	039	Motobombas centrifugas com motor elétrico de imã permanente sem escovas, com bocal de sucção e recalque de 2 polegadas com rosca tipo BSP para as potências de 500 a 900W e bocal de sucção e recalque de 3 polegadas com rosca tipo BSP para a potência de 1.200W, trifásicos em corrente continua, com vazão máxima de 27m³/h, altura manométrica até 19mca, utilizadas para circulação de água de piscina, acompanhadas de seu acionamento (controlador para auxílio no funcionamento da bomba).	Resolução nº 55, de 22 de junho de 2020
8413.81.00	060	Motobombas centrífugas multiestágios com motor elétrico de imã permanente sem escovas para operação submersa, com bocal de saída em latão e válvula de retenção incorporada, medindo 1 polegadas com rosca tipo BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor e difusor em tecnopolímero, de 8 a 17 estágios, acopladas a motor de imã permanente refrigerado e lubrificado a óleo, potência de 270 a 750W, trifásico em corrente continua, com vazão máxima de 4,2m³/h, altura manométrica até 98mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 3 polegadas, acompanhadas de seu acionamento (Controlador para auxílio no funcionamento da bomba).	Resolução nº 55, de 22 de junho de 2020

8422.40.90	900	Combinações de máquinas automáticas para a fabricação de recipientes plásticos utilizados como embalagens de produtos alimentícios, compostas de: desbobinador duplo para filmes com largura máxima de 830mm, diâmetro máximo das boninas igual a 1.200mm, com dispositivo pneumático para elevação das bobinas e controle de término de filme; termoformadora com área de conformação nominal máxima de 750 x 380mm, área de conformação nominal mínima de 480 x 80mm, estação de pré-aquecimento, estação de aquecimento, estação de conformação e corte, velocidade operacional máxima de 45ciclos/min, sistema de controle de temperatura por meio líquido, com ferramental de 14 cavidades para produção de recipientes com volume de 347ml; empilhador de recipientes já termoformados, formando pilhas com comprimento máximo de 800mm, velocidade operacional máxima maior ou igual a 47ciclos/min (variável em função das características e dimensões dos recipientes e pilhas); triturador de aparas com rotor de corte de 380mm de diâmetro, bocal de alimentação com dimensões de 920 x 70mm, dispositivo despoeirador de ar de exaustão, sistema de descarga em "big bags", com sistema de controle de temperatura por meio líquido; dispositivos de transporte contínuo do filme entre as máquinas, controladas por CLP (Controlador Lógico Programável) com interface por meio de tela "touchscreen".	Resolução nº 55, de 22 de junho de 2020
8436.10.00	054	Combinações de maquinas para peletização de ração para aves e/ou suínos e/ou ruminantes, compostas de: rosca transportadora, com capacidade de 55m²/h ou mais, misturador de vapor com 500mm de diâmetro e 2.000mm de comprimento em aço inox, unidade de controle de vapor para 2 a 4barg de pressão e capacidade de 750 a 1.750kh/h, unidade de redução de vapor para 8 a 12barg de pressão para 2 a 4barg de pressão e capacidade de 250 a1.650kg/h, retentor de longa duração - LTV de 3.000mm e 96m³/h com 1min de retenção e 32m³/h com 3min de retenção a 625kg/m³, com isolamento térmico em serpentina elétrica, peletizadora com matriz de 900mm de diâmetro e 275mm de profundidade com capacidade de produção de 25t/h com PDI de 90%, equipada com motor trifásico de gaiola de 315kW e sistema de transmissão em 2 estágios por correia em "V" e correia dentada, com ajuste mecânico automatizado dos rolos e sistema de detecção de escorregamento dos rolos automático, sistema de troca de matriz "quick fit" de encaixe cônico, matriz sobressalente 900 x 275mm, 2 capas de rolos sobressalentes de 275mm de profundidade, 2 rolos sobressalentes de 275mm ranhurados, bica de conexão, válvula rotativa, distribuidor rotativo de peletes, resfriador de contrafluxo de 300 por 300mm, sensor indicador de nível, ciclone de aço inox de 5.000 por 1.000mm, válvula de pó de 8,5L de capacidade por evolução, válvula de controle de ar, ventilador de exaustão de 37Kw de potência, redutor de ruído, triturador duplo de peletes de capacidade de 25t/h para peletes de 4mm, painel de controle com painel principal de controle, painel de operação, painel de IO remoto e Painel PLC, com "software" de automação para operação da linha de peletização para controle da carga, temperatura, condicionamento, dosagem da rosca de transporte, lubrificação, velocidade de peletização, carga dos motores da linha de peletização, controle dos sensores e válvulas, controle dos "starters" de motores, controle dos variadores de frequência dos motores e controle do ajuste automatizado dos rolos e do sistema de detecção de escorregamento dos rolos.	Resolução nº 55, de 22 de junho de 2020
8429.52.19	059	Estantes de movimentação com bases autodeslizantes sobre trilhos, acionadas por 2 motoredutores rotor de gaiola de 0,75kW em cada base, com controle de tração, para armazenamento de cargas paletizadas em armazém frigorificado, com automação de seleção de pedidos (comissionamento), comando lógico programável acoplado (PLC), controladas automaticamente por sistema de gerenciamento WMS (warehouse management system - sistema de gerenciamento de armazéns), com estrutura em aço carbono com comprimento de 28.232mm e profundidade de 2.600mm, dotados de 2 conjuntos de trilhos guias e movimentação com 24.400mm de comprimento; 16 conjuntos de bases deslizantes formados por perfis laminados, rodas, motores e sistemas de conexão; conjunto de estruturas de porta "pallets" estática com comprimento de 31.600mm e profundidade de 1.050mm; 3 conjuntos de estruturas de porta "pallets", estática com comprimento de 28.100mm e profundidade de 1.050mm, dotadas de sensor de movimento óptico, pré-aviso sonoro de movimento, receptor via rádio frequência, transmissor portátil via rádio frequência, dispositivo para pré-ativação de iluminação do corredor, função de ventilador (estacionamento noturno com espaçamento pré-determinado para permitir uma melhor circulação de ar entre as estantes) e painel de controle/comando, com capacidade nominal de armazenagem de 4.431 paletes.	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020
8477.10.11	094	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento entre 600kN e distância entre as colunas compreendida entre 370 X 370mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões compreendidas entre 510 x 510mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.470 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 78 e 154cm3s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020
8477.10.11	095	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento entre 1.000kN e distância entre as colunas compreendida entre 470 x 470mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões compreendidas entre 637 x 637mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.530 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 98 e 176cm3s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020
8477.10.11	096	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento entre 1.500kN e distância entre as colunas compreendida entre 520 x 520mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões compreendidas entre 695 x 695mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.580 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 126 e 208cm3s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020
8477.10.11	097	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento entre 2.000kN e distância entre as colunas compreendida entre 570 x 570mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões compreendidas entre 795 X795mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.650 e 2.470bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 174 e 260cm3s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020

		por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	
8479.90.90	004	Motores de corrente contínua de 24Vcc, com 88W de potência, torque de 0,54Nm, velocidade de 1.045rpm e temperatura de operação de -40 até 80 Graus Celsius acoplados a redutor de velocidade de 1,5rpm, torque de 280Nm, relação de redução de 622:1, com índice de proteção IP:65, fixação por parafusos em 4 pontos, alimentação através de conector SP2110/S3II medidas externas de 365 x 83mm, para utilização exclusiva em acionadores de rastreadores solares.	Resolução nº 69, de 16 de julho de 2020
8479.82.10	249	Misturadores úmidos de pós por alto cisalhamento, para utilização em laboratórios farmacêuticos, para mistura, homogeneização e granulação de pós em um único corpo, com capacidade de 1.000L, com proteção contra explosão no uso de solventes; com resistência à pressão de choque 12bar; dotados de um container de produtos com um agitador e um triturador, alimentação de produtos à vácuo, descarregamento lateral com válvula de descarga pneumática, exaustão de ar com filtro hepa, bicos de pulverização e bicos para limpeza, controlador lógico programável, painel de controle "touchscreen" colorido e comando computadorizado e "software" incorporado para controle e registro dos parâmetros do processo; controle e registro de lotes fabricados; controle, administração e registro de acessos, "logins" e senhas de usuários; "software" validável de acordo com FDA 21 CFR-Part-11; geração de relatórios de lotes fabricados; serviço remoto para assistência técnica via "web".	Resolução nº 78, de 25 de agosto de 2020
8504.40.90	088	Inversores solares fotovoltaicos do tipo conectado à rede, com potência mínima de 100kW e máxima de 185kW, com no mínimo 6 rastreadores do ponto de máxima potência (MPPT) e duas entradas por MPPT, corrente fotovoltaica máxima de entrada por MPPT de até 26A, corrente máxima de entrada por conector de até 40A, máxima tensão de entrada fotovoltaica de 1.500Vcc, tensão trifásica de saída 800V, eficiência máxima de até 99,03%, grau de proteção mínimo IP65, peso máximo de 84kg, resfriamento por ar forçado inteligente, com dispositivos de proteção contra surtos (DPS) tipo II para CC e para CA , fator de potência ajustável entre 0,8 indutivo a 0,8 capacitivo e comunicação por "bluetooth".	Resolução nº 78, de 25 de agosto de 2020

Art. 3º Ficam incluídos os Ex-tarifários abaixo nos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8443.39.10	355	Máquinas de impressão digital por jato de tinta com cabeças de impressão com 4 ou 5 cores para impressão direta em vestuários (camisas e camisetas) e tecidos de algodão e blendas (combinados) de algodão + poliéster com um mínimo de 50% de algodão e espessura de até 25mm, dependendo do tipo de tecido e qualidade de impressão selecionados, trabalhando com espaços de cor RGB e CMYK, possuindo sistema automático de limpeza da cabeça de impressão e de circulação de tinta branca, com bandejas de fixação de vestuários e tecidos de tamanhos variáveis de até 500 x 600mm.	Resolução Camex nº 51 de 05 de julho de 2017
8443.39.10	351	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 35s para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 914mm de largura e bandeja para folhas até tamanho A3, capacidade de utilização de mídias com peso até 280g/m², memória de até 2GB e painel display com tela colorida sensível ao toque ou não de até 4,3 polegadas.	Resolução Camex nº 90 de 13 de dezembro de 2017
8443.39.10	352	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 70s para o tamanho A1, resolução máxima de até 2.400 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,04mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 610mm de largura e bandeja para folhas até tamanho A3, capacidade de utilização de mídias com peso até 280 g/m², memória de até 1GB e painel com tela colorida sensível ao toque de até 4,3 polegadas.	Resolução Camex nº 90 de 13 de dezembro de 2017
8479.89.99	314	Equipamentos automáticos para o enchimento rápido de pneus automotivos já posicionados nas rodas, sem a utilização de anel de vedação sobre a superfície das rodas, para rodas com diâmetros compreendidos entre 14 e 19 polegadas, com dispositivo de carregamento e pré-centragem, estação de centragem e insulflamento, dispositivo de descarga dos pneus já inflados, controlados por controlador lógico programável (CLP).	Resolução Camex nº 90 de 13 de dezembro de 2017
8467.89.00	035	Cilindros expansores elétricos tipo macaco telescópico para resgate, pressão de trabalho máxima 720bar, comprimento retraído máximo de 691mm, comprimento expandido máximo igual ou superior a 1.041mm, sem bateria incorporada aos seus corpos, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15 de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	036	Ferramentas elétricas alargadoras com pressão de trabalho máxima de 720bar, distância de separação máxima de igual ou superior a 725mm, força de separação máxima igual ou superior a 366kN ou 37,3t, sem bateria incorporada aos seus corpos, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15 de 28 de fevereiro de 2018
8467.89.00	037	Ferramentas elétricas combinadas, tipo tesoura multiuso para resgate, pressão de trabalho máxima 720bar, com força máxima de corte igual ou superior a 380kN, sem bateria incorporada ao seu corpo, iluminação de LED integrada.	Resolução Camex nº 15 de 28 de fevereiro de 2018
8423.20.00	003	Balança automática dotada de transportador de pesagem, com tela touchscreen multilíngue, memória capaz de armazenar de 100 a 400 produtos, capacidade de carga compreendida de 3g a 80kg, com até 7 zonas de pesagem e produtividade igual ou superior a 60pesagens/min, dispositivo de rejeição por sopro de ar, pistão pneumático, esteira basculante ou braço desviador.	Resolução Camex nº 55, de 10 de agosto de 2018
8465.95.11	010	Máquinas-ferramentas para furar painéis de madeiras e aglomerados, com comprimento máximo de 3.000mm e mínimo de 250mm, com movimentação automática no eixo X por meio de servomotor, controladas por um controlador numérico computadorizado (CNC), dotadas de 6 ou mais grupos furadores inferiores, com 4 ou mais grupos furadores superiores, com dispositivo de substituição rápida dos cabeçotes, com 2 cabeçotes horizontais, com ferramental para troca rápida das brocas, com uma entrada e uma saída automatizada para a peça, sendo que a entrada é com 3 seções: dispositivo de posicionamento traseiro controlado por servomotor, posição rápida e liberação.	Resolução Camex nº 85, de 9 de novembro de 2018
8431.20.11	073	Conjuntos de tração para empilhadeiras elétricas, carga máxima aplicada entre 10.000 e 12.000N; torque máximo estático na roda entre 500 e 900Nm; torque máximo dinâmico na roda 600Nm; torque máximo continuo na roda 150Nm; relação 29,85:1; capacidade de óleo 0,9 litros; entrada da força do motor: vertical; bolt circle: 70mm; eixo de ação 196mm; acoplamento do motor de tração: 35 de diâmetro; redução de 17:1.	Resolução Camex nº 96, de 07 de dezembro de 2018
8515.90.00	009	Gabaritos de máquinas de solda para posicionamento e fechamento de cabines ou peças automotivas com estrutura de base e apoios laterais/superior baseados nos dimensionais das partes metálicas a serem agrupadas, com dimensional controlado e calibrado, com sistemas de travamento das peças por meio de atuadores e dimensões até 6.000 x 6.000mm (L x C).	Portaria SECINT nº 220, de 25 de fevereiro de 2019
8464.90.19	199	Combinações de máquinas para lapidação das 4 laterais de chapas de vidro, com capacidade de carga máxima igual ou superior a 70kg compostas de: 2 lapidadoras bilaterais, grupo de esquadria e grupo de alinhamento, sistema de refrigeração dos rebolos em circuito fechado, 1 mesa de translação angular para transporte das chapas de vidro entre as lapidadoras bilaterais; para dimensão mínima de 80 x 80mm e máxima de 1.600 x 1.600mm, e espessura 2 a 12mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; para dimensão mínima de 90 x 90mm e máxima de 2.000 x 2.000mm e espessura de 2 a 12mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; para dimensão mínima 160 x 160mm ou 140x270mm e máxima de 3.300 x 6.100mm e espessura de 3 a 30mm velocidade de avanço máxima igual ou superior a 10m/min; podendo conter ou não; dispositivo de desbaste dos cantos da chapa de vidro (quebra canto), mesa de translação para transporte da chapa de vidro na saída, lavadora das chapas de vidro.	Portaria SECINT nº 391 de 07 de maio de 2019
8419.81.90	117	Máquinas automáticas de café expresso e bebidas à base de café expresso, com solúveis e leite; com sistema para dispensa de leite líquido ou vaporizado, quente ou gelado; podendo conter reservatório refrigerado para leite, de 5 ou 12 L; voltadas para uso não-doméstico; sem dispositivo para pagamento da bebida; capacidade de produção recomendada de até 150xícaras/dia; conexão direta à rede de fornecimento de água; dispositivo de aquecimento de água incorporado com caldeira em aço inoxidável; reservatório de café em grãos (1 com capacidade de 2kg ou 2 com capacidade de 1,2kg cada); moinho automático de café com fresas em cerâmica (1 ou 2 moinhos); sistema e reservatórios para produtos solúveis (2 reservatórios); pressão operacional de até 8bar; dotadas de sistema automático de limpeza; bandeja de gotejamento e suporte de xícaras, com capacidade de 3L; painel de controle com tela sensível ao toque de 8 polegadas e sistema de iluminação e sinalização de mensagens LED; sistema de controle de pressão e temperatura, permitindo a extração correta para cada tipo desejado de café; potência entre 2.400 e 7.900W.	Portaria SECINT nº 510 de 26 de julho de 2019
8479.90.90	313	Amortecedores "Dampers" de oscilações de painéis fotovoltaicos, usados exclusivamente em seguidores solares de um eixo "Trackers", com capacidade para suportar ventos de até 100mph (aproximadamente 161km/h), comprimento estendido máximo de 1.119mm, velocidade máxima de 500mm/s, força de amortecimento máxima de 8.000N e temperatura de operação de -40 a +50 Graus Celsius.	Portaria SECINT nº 510 de 26 de julho de 2019
8504.40.90	109	Equipamentos estáticos para fornecimento de energia elétrica no sistema de tração ferroviário dotados de: retificadores com tensão de entrada até 2 x 1.250Vca para tensão de saída até 3.000Vcc e potência de até 4MW, podendo conter reatância de alisamento, dispositivos de proteção com disjuntores extra rápido e/ou seccionadora para até 3kVcc e dispositivo curto circuitador.	Portaria SECINT nº 531, de 20 de agosto de 2019
9027.80.99	512	Analisadores de permeabilidade a gases de vapor d'água em embalagens, dotados de sensor infravermelho, com faixa de medição compreendida de 0,005 a 100g/m²/dia, faixa de medição com área reduzida compreendida de 0,05 a 1.000g/m²/dia, área da amostra de 50cm², controle de umidade relativa de 0%, 5% a 90% e 100%, controle de temperatura compreendido de 10 a 40 Graus Celsius e com interface "touchscreen".	Resolução nº 14 de 19 de novembro de 2019
9031.80.12	036	Rugosímetros portáteis para medição de superfícies com unidade de avanço com cursos máximo X=50mm (comprimento), Z=800 micrometros (altura) , resolução máxima de 0,0001mm, "cut-off" de 0,08; 0,25; 0,8; 2,5 e 8mm, números de comprimentos de amostragem x1 a x20 e arbitrário, com memória interna para armazenamento de medição e leitor de micro "sdcard", com envio de dados externos através de conexão usb, rs232 e "digimatic", apalpadores com e sem patins com força de medição de 0,75 e 4Nm; pontas com raios de 2; 5 e 10 micrômetros e ângulos de 60 e 90 Graus, unidade de avaliação com "display" colorido e bateria recarregável.	Resolução nº 30, de 30 de dezembro de 2019
9031.80.12	037	Rugosímetros portáteis para medição de superfícies com unidade de avanço padrão, retrátil ou transversal com cursos máximo X=16mm (comprimento), Z=360 micrômetros (altura) , resolução máxima de 0,002 micrômetro, "cut-off" de 0,08; 0,25; 0,8; 2,5 e 8mm, números de comprimentos de amostragem x1, x2, x3, x4, x5, x6, x7, x8, x9, x10 e arbitrário, com memória interna para armazenamento de medição e leitor de micro SDcard com envio de dados externos através de conexão USB, RS232 e "Digimatic", com apalpadores com força de medição de 0,75 e 4Nm; pontas com Raios de 2; 5 e 10 micrômetros e ângulos de 60 e 90Graus com unidade de avaliação com display colorido "touchscreen" e bateria recarregável.	Resolução nº 30, de 30 de dezembro de 2019
8457.10.00	444	Centros de usinagem verticais tipo multitarefas para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para furar, fresar e rosquear, com capacidade para usinar peças com diâmetro máximo de 1.700mm e altura máxima de 1.600mm, capacidade de interpolação simultânea de 5 eixos (X,Y,Z,B e C), eixos X, Y, Z com cursos respectivamente de 1.700 x 1.500 x 1.150mm, eixo B com inclinação de 150 graus (-30 graus ~ +120 graus), eixo C com capacidade de interpolação de 360 graus contínuos, mínimo incremento de indexação dos eixos B e C igual a 0,0001 grau, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y, Z igual a 52.000mm/min, cabeçote fresador com rotação máxima de 15.000rpm e com potência máxima de 56kW, com trocador automático de ferramentas e com magazine com capacidade igual ou superior a 43 ferramentas, peso máximo admissível 3.500kg, com ou sem transportador de cavacos.	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020
8457.10.00	445	Centros de usinagem verticais tipo multitarefa para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para furar, fresar e rosquear, com capacidade para usinar peças com diâmetro máximo de 1.050mm e altura máxima de 965mm, capacidade de interpolação simultânea de 5 eixos (X,Y,Z,B e C), eixos X,Y,Z com cursos respectivamente de 1.425 x 1.050 x 1.050mm, eixo B com inclinação de 150 graus (-30 graus ~ +120 graus), eixo C com capacidade de interpolação de 360 graus contínuos, mínimo incremento de indexação dos eixos B e C igual a 0,0001 graus, velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y, Z igual a 52.000mm/min, cabeçote fresador com rotação máxima de 15.000rpm e com potência máxima de 56kW, com trocador automático de ferramentas e com magazine com capacidade igual ou superior a 43 ferramentas, peso máximo admissível 1.750kg, com ou sem transportador de cavacos.	Resolução nº 11, de 30 de janeiro de 2020
8413.50.10	060	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com diâmetro externo de eixo de 30mm, com pressão nominal de 175bar e máxima de 220bar.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	061	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com diâmetro externo de eixo de 34mm, com pressão nominal de 200bar e máxima de 250bar.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	062	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com diâmetro externo do eixo de 49,6mm, com pressão máxima de 350bar, deslocamento volumétrico de 200cm3 /rotação, fluxo máximo de 355L/min e potência máxima de 243kW.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.10	063	Bombas volumétricas alternativas de pistões axiais de fluxo variável para acionamento hidráulico em circuito fechado, com diâmetro externo do eixo de 47mm, com pressão nominal de 343bar e máxima de 392bar, deslocamento volumétrico de 140cm3, fluxo máximo de 247L/min e potência máxima de 160kW.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

8413.70.90	151	Bombas centrífugas de polpa de eixo vertical dotadas ou não de anel com bicos de aspersão de água injetada, tipo "cantilever", com carcaça bipartida fabricadas em liga metálica ou revestida em borracha (natural ou sintética), rotor tipo recuado ou semiabertos fabricado em liga metálica ou borracha (natural ou sintética), com comprimento de haste total podendo variar de 1.200 à 3.000mm, com seus bocais de descarga com diâmetros de 2 polegadas a 8 polegadas e mancais dotados de rolamentos de rolos cônicos ou rolos cilíndricos, com capacidade de operação de fluxo de 5 a 600m3.Valor unitário (CIF) da mercadoria de no máximo R$ 35.222,80.	Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8422.30.10	108	Máquinas automáticas, rotativas, para aplicação de rótulos com cola fria e/ou quente e/ou autoadesivo, por meio de agregados de rotulagem, em garrafas ou frascos de vidro e/ou plástico, controladas por sistema lógico programável (CLP), com interface de operação por meio de painel "touchscreen" colorido, com sistema de segurança de acesso, com sistema de orientação de garrafas por servomotor, com ou sem alimentação automática de rótulos, com ou sem sistema de inspeção de aplicação dos rótulos, com diâmetro de carrossel de 600 ou 720 ou 960 ou 1.200 ou 1.680mm e capacidade máxima de até 25.000frascos/h.	Resolução nº 40, de 4 de maio de 2020
8432.80.00	032	Máquinas de arrasto para distribuição de produtos granulados por meio de hastes sulcadoras, com tanque central bipartido de poliuretano com capacidade de 12.000L, unidade dosadora com captação do produto granulado a vácuo, contendo sistema de taxa variável, equipados com discos de corte para corte da palhada, rodas metálicas na parte posterior para quebrar torrões do solo, largura de trabalho de 10,96m, hastes sulcadoras com espaçamento de 45cm, dotado de eixos com rodas metálicas na parte posterior e comprimento total de 11,64m.	Resolução nº 40, de 4 de maio de 2020
8413.70.10	044	Motobombas centrífugas multiestágios com motor elétrico de imã permanente sem escovas para operação submersa, com bocal de saída em latão e válvula de retenção incorporada, medindo 1 polegadas com rosca tipo BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor e difusor em tecnopolímero, de 8 a 17 estágios, acopladas a motor de imã permanente refrigerado e lubrificado a óleo, potência de 270 a 750W, trifásico em corrente continua, com vazão máxima de 4,2m^3/h, altura manométrica até 98mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 3 polegadas, acompanhadas de seu acionamento (Controlador para auxílio no funcionamento da bomba).	Resolução nº 55 de 22 de junho de 2020
8413.70.90	150	Motobombas centrifugas com motor elétrico de imã permanente sem escovas, com bocal de sucção e recalque de 2 polegadas com rosca tipo BSP para as potências de 500 a 900W e bocal de sucção e recalque de 3 polegadas com rosca tipo BSP para a potência de 1.200W, trifásicos em corrente continua, com vazão máxima de 27m^3/h, altura manométrica até 19mca, utilizadas para circulação de água de piscina, acompanhadas de seu acionamento (controlador para auxílio no funcionamento da bomba).	Resolução nº 55 de 22 de junho de 2020
8436.10.00	056	Combinações de máquinas para peletização de ração para aves e/ou suínos e/ou ruminantes, compostas de: rosca transportadora, com capacidade de 55m^2/hora ou mais, misturador de vapor com 500mm de diâmetro e 2.000mm de comprimento em aço inox, unidade de controle de vapor para 2-4barg de pressão e capacidade de 750-1.750kh/hora, unidade de redução de vapor para 8-12barg de pressão para 2-4barg de pressão e capacidade de 250-1.650kg/hora, retentor de longa duração - LTV de 3.000mm e 96m^3/h com 1 minuto de retenção e 32m^3/h com 3 minutos de retenção a 625kg/m^3, com isolamento térmico em serpentina elétrica, peletizadora com matriz de 900mm de diâmetro e 275mm de profundidade com capacidade de produção de 25t/h com PDI de 90%, equipadas com motor trifásico de gaiola de 315kW e sistema de transmissão em 2 estágios por correia em "V" e correia dentada, com ajuste mecânico automatizado dos rolos e sistema de detecção de escorregamento dos rolos automáticos, sistema de troca de matriz "quick fit" de encaixe cônico, bica de conexão, válvula rotativa, distribuidor rotativo de peletes, resfriador de contra fluxo de 3.000mm por 3.000mm, sensor indicador de nível, ciclone de aço inox de 5.000mm por 1.000mm, válvula de pó de 8,5L de capacidade por evolução, válvula de controle de ar, ventilador de exaustão de 37kW de potência, redutor de ruído, triturador duplo de peletes de capacidade de 25t/h para peletes de 4mm, painel de controle com painel principal de controle, painel de operação, painel de IO remoto e Painel PLC, com "software" de automação para operação dos equipamentos de peletização como controle da carga, temperatura, condicionamento, dosagem da rosca de transporte, lubrificação, velocidade de peletização, carga dos motores, controle dos sensores e válvulas, controle dos "starters" de motores, controle dos variadores de frequência dos motores e controle do ajuste automatizado dos rolos e do sistema de detecção de escorregamento dos rolos.	Resolução nº 55 de 22 de junho de 2020
8477.40.90	039	Combinações de máquinas automáticas para a fabricação de recipientes plásticos utilizados como embalagens de produtos alimentícios, compostas de: desbobinador duplo para filmes com largura máxima de 830mm, diâmetro máximo das boninas igual a 1.200mm, com dispositivo pneumático para elevação das bobinas e controle de término de filme; termoformadora com área de conformação nominal máxima de 750 x 380mm, área de conformação nominal mínima de 480 x 80mm, estação de pré-aquecimento, estação de aquecimento, estação de conformação e corte, velocidade operacional máxima de 45ciclos/min, sistema de controle de temperatura por meio líquido, com ou sem ferramental de 14 cavidades para produção de recipientes com volume de 347ml; empilhador de recipientes já termoformados, formando pilhas com comprimento máximo de 800mm, velocidade operacional máxima maior ou igual a 47ciclos/min (variável em função das características e dimensões dos recipientes e pilhas); triturador de aparas com rotor de corte de 380mm de diâmetro, bocal de alimentação com dimensões de 920 x 70mm, dispositivo despoeirador de ar de exaustão, sistema de descarga em "big bags", com sistema de controle de temperatura por meio líquido; dispositivos de transporte contínuo do filme entre as máquinas, controladas por CLP (Controlador Lógico Programável) com interface por meio de tela "touchscreen".	Resolução nº 55 de 22 de junho de 2020
8477.10.11	101	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento de 600kN e distância entre as colunas de 370 X 370mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões de 510 x 510mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.470 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 78 e 154cm^3/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020
8477.10.11	102	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento de 1.000kN e distância entre as colunas de 470 x 470mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões de 637 x 637mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.530 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 98 e 176cm^3/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020
8477.10.11	103	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento de 1.500kN e distância entre as colunas de 520 x 520mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões de 695 x 695mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.580 e 2.500bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 126 e 208cm^3/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020
8477.10.11	104	Máquinas injetoras horizontais elétricas monocolores para moldar e processar materiais termoplásticos, com unidade de fechamento com força de travamento de 2.000kN e distância entre as colunas de 570 x 570mm, com regulagem automática da altura do molde, sistema de fechamento por joelheira dupla de 5 pontos com acoplamento direto do servo motor ao eixo, dispensando uso de correias, com sistema de segurança do molde que detecta variações a partir de 1kN, com placas de fixação do molde com dimensões de 795 X795mm, unidade de injeção com pressão de injeção entre 1.650 e 2.470bar e fluxo de injeção máximo compreendido entre 174 e 260cm^3/s (mesmo quando a máquina atinge a pressão máxima de injeção), servos motores que fazem os acionamentos dos eixos controlados por drives de acionamento com sistema de recuperação de energia elétrica na frenagem (KERS) que proporciona economia de até 30% no gasto com energia elétrica, refrigeração dos servos motores realizada por fluído especial que aumenta a eficiência dos servos motores e dispensa o uso de ventiladores, interface homem máquina sensível ao toque, com programação de sequência do ciclo via fluxograma gráfico com teste instantâneo de plausibilidade e com sistema de assistência ao programador (assistente de setup) que permite a instalação do molde e sua parametrização em 5 etapas.	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020
8479.90.90	314	Motores de corrente contínua de 24Vcc, com 65 a 88W de potência, torque de 0,54 a 0,59Nm, velocidade de 1.045RPM e temperatura de operação de -40 até 80 Graus Celsius acoplados a redutor de velocidade de 1 a 1,5RPM, torque entre 280 e 480Nm, relação de redução entre 622:1 e 1045;1 , com índice de proteção IP:65 ou IP:66 , fixação por parafusos em 4 pontos, alimentação através de conector SP2113/P3 ou SP2110/S3II medidas externas de 365x83 ou 365x128mm, para utilização exclusiva em acionadores de rastreadores solares.	Resolução nº 69 de 16 de julho de 2020
8479.82.10	252	Misturadores úmidos de pós por alto cisalhamento, para utilização em laboratórios farmacêuticos, para mistura, homogeneização e granulação de pós em um único corpo, com capacidade de 1.000L, com proteção contra explosão no uso de solventes; com resistência à pressão de choque 12bar; dotados de um container de produtos com um agitador e um triturador, alimentação de produtos à vácuo, descarregamento lateral com válvula de descarga pneumática, exaustão de ar com filtro hepa, bicos de pulverização e bicos para limpeza, controlador lógico programável, painel de controle "touchscreen" colorido e comando computadorizado e "software" incorporado para controle e registro dos parâmetros do processo; controle e registro de lotes fabricados; controle, administração e registro de acessos, "logins"	Resolução nº 78, de 25 de agosto de 2020

		e senhas de usuários; "software" validável de acordo com FDA 21 CFR-Part-11; geração de relatórios de lotes fabricados; serviço remoto para assistência técnica via "web".	
8504.40.90	115	Inversores solares fotovoltaicos do tipo conectado à rede, com potência mínima de 100kW e máxima de 185kW, com no mínimo 6 rastreadores do ponto de máxima potência (MPPT) e duas entradas por MPPT, corrente fotovoltaica máxima de entrada por MPPT de até 26A, corrente máxima de entrada por conector de até 40A, máxima tensão de entrada fotovoltaica de 1.500Vcc, tensão trifásica de saída 800V, eficiência máxima de até 99,03%, grau de proteção mínimo IP65, peso máximo de 84kg, resfriamento por ar forçado inteligente, com dispositivos de proteção contra surtos (DPS) tipo II para CC e para CA , fator de potência ajustável entre 0,8 indutivo a 0,8 capacitivo e comunicação por "bluetooth".	Resolução nº 78, de 25 de agosto de 2020

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2020.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
7309.00.90	022	Tanques circulares fabricados em chapas de aço parafusado com revestimento em epóxi fundido, para armazenamento de água, base sintética, salmoura e fluidos de perfuração para poços de petróleo com densidade específica de até 2,2lb/gal, construído baixo as normas de referências API-12B e API-650, com capacidade superior 100m^3, com diâmetro máximo de 95m, altura máxima de 34m, dotados ou não de coberturas em dômus de alumínio ou em aço.
8402.90.00	001	Estruturas em aço de tubos de seção retangular, com formato próprio para envolver tubulações e equipamentos que trabalham com processamento de enxofre de refino de petróleo, interligadas por conexão flexível em aço, próprias para manutenção de temperaturas em Unidade de Recuperação de Enxofre (URE) entre 135 a 145 Graus Celsius, pressão de até 10,5kgf/cm^2g.
8405.10.00	010	Geradores de nitrogênio com calibrador de pneus, em aço, com pressão de entrada de ar de até 30bar ou até 300psi, e pressão de saída de N2 de até 30bar ou até 300psi, pureza de nitrogênio de 85 até 99%, tensão monofásica de até 220V, com capacidade do tanque acima de 90L com enrolador de mangueira de ar para calibração, tela em LCD e manômetros.
8405.10.00	011	Equipamentos para enchimento de pneu automotivo, em aço, com geradora de N2, utiliza pressão de entrada de ar de 10 a 30bar, faz a calibração, tensão de até 380V, com mangueira com retração automática, display LCD e manômetros.
8412.21.90	073	Fixadores giratórios hidráulicos, compostos de corpo de aço e curso total de 4 a 125mm; pressão máxima de 120 a 500bar; giro de 0 a 120 graus no sentido horário ou anti-horário; com ou sem curso vertical durante o giro, usados em dispositivos de fixação de centros de usinagem.
8412.29.00	024	Motores hidráulicos rotativos de engrenagens internas, pressão de trabalho até 25Mpa, vazão máxima de 50L/min a 6.000rpm, tamanhos 12 e 22, sentido de rotação horário/anti-horário, trabalha com fluídos hidráulicos HLP óleo mineral ou HFC, viscosidade de até 300mm^2/s, temperatura de trabalho -20/+100 Graus Celsius, pressão de trabalho até 250bar, pressão estática até 450bar, deslocamento efetivo de até 8cm^3/rev, velocidade máxima no eixo de saída até 6.000rpm.
8413.50.10	064	Bombas de membrana em polipropileno de alta densidade, para transporte de fluídos corrosivos, com coletores de sucção/saída, separados do corpo da bomba, cabeçote em polipropileno injetado, vazão compreendida de 95 a 142 litros/min, pressão máxima de 40 bar e potência compreendida de 10 a 14,9HP.
8413.70.10	045	Motobombas centrifugas multiestágios com motor elétrico incorporado para operação submersa, com bocal de saída em latão e válvula de retenção incorporada, medindo entre 1.1/4 e 2 polegadas com rosca tipo BSP, eixo e corpo do bombeador em aço inox, rotor de fluxo radial em poliacetal e difusor em policarbonato, acoplada a motor assíncrono lubrificado a óleo, rebobinável, com 2 polos, potência entre 0,50 e 3,00CV, frequência de 60Hz, com vazão máxima de 12m^3/h, altura manométrica entre 5,98 e 211mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundos com diâmetro mínimo de 4 polegadas, para trabalho com teor máximo de areia permitido de 50g/m^3 podendo ser acompanhada de seu acionamento (Dispositivo capacitor para auxilio no funcionamento da bomba), de valor unitário (CIF) não superior a R$94,47.
8413.91.90	057	Sistemas de encapsulamento de bomba centrífuga submersa, com temperatura de trabalho entre -40 e 1.200 Graus Celsius e diferença de pressão de até 100Kgf/cm^2 para uso em produção de poços de petróleo "subsea", composto por: tubos revestimento, "crossovers", tubos metálicos com rosca e abraçadeiras centralizadoras.
8414.59.90	043	Ventiladores axiais com motor AC de rotor externo, com difusor de ar incorporado ou grade metálica, conjunto hélice/rotor fundido em peça única de alumínio, dispensando a utilização de parafusos na fixação deste conjunto, hélice com 7 pás com borda de fuga serrilhada para a redução de nível de ruído e componente aerodinâmico "winglet" nas extremidades, potências nominais entre 740 até 2.900W, com diâmetro de hélice entre 497,5 a 788mm, vazão de ar até a 28.000m^3/h, pressão até 380Pa.
8414.59.90	044	Ventiladores DC, com tensão nominal de 12V, área de carcaça de 128cm^2, velocidade de 2.900rpm, vida útil de 70.000h, resistência de isolamento de 10Megaohm e proteção "Auto-Restart", para uso em conjunto com evaporador, utilizados no resfriamento dos compartimentos de refrigeradores domésticos.
8414.59.90	045	Ventiladores axiais monofásicos de corrente alternada para motores elétricos do sistema de "pitch" de turbinas eólicas, dotados de chapa metálica para fixação no motor elétrico; tensão nominal de 230Vac, frequência de 60Hz, rotação nominal de 3.050rpm, potência consumida 46W, temperatura de operação -25 a 70 Graus Celsius, corrente de partida 0,4A, direção de rotação anti-horário, grau de proteção mínimo IP54.
8417.10.10	002	Fornos para refusão de alumínio a gás natural para produção de tarugos, com capacidade de 32t , com dimensões internas de 5.400 x 5.900 x 2.120mm (L x C x A), tipo basculante, com controle de pressão interna, e um sistema de combustão composto por um par de queimadores regenerativos com 4.600kW de potência cada um, acompanhado de 1 conjunto de calhas de aço revestidas de material refratário apto a transferência de alumínio fundido, com painéis, painel de operação e comando por controle lógico programável (CLP).
8417.10.20	006	Fornos industriais contínuos, em linha, com esteira condutora em malha SUS310 com inclinação automática e espalhador por vibração, de aquecimento a gás com atmosfera controlada para tratamento térmico de têmpera, cementação e revenimento, com capacidade de produção entre 1.600 a 2.000kg/h para peças em aço carbono, com temperatura controlada mínima de 760 Graus Celsius e máxima de 950 Graus Celsius para têmpera e cementação e, temperatura mínima de 160 Graus Celsius e máxima de 650 Graus Celsius para revenimento, com sistema de controle computadorizado.
8417.80.90	067	Unidades funcionais de cura de esmalte a pó para esmaltação de peças para fogão doméstico, com capacidade de produção bruta de 4.000kg/h, composta de: forno à gás (GLP ou gás natural), tipo túnel com curso interno em "U", temperatura de trabalho de 800 - 880 Graus Celsius, com zonas térmicas controladas eletronicamente, tempo de queima em zona quente de 4,5min, com regulagem automática e contínua da potência necessária dos queimadores podendo variar sua modulação na faixa de 0 a 100%, tubos radiantes, isolamento térmico, sistema de combustão, cortinas de vedação térmica de ar do tipo moinho de vento, Transportador monotrilho aéreo de corrente bi- planar, com ganchos, trilhos, colunas e ferramentas de suporte de queima, Sistema de controle eletrônico da unidade com PLC e IHM.
8418.50.90	004	Estufas para controle de temperatura para armazenamento de produtos de nível alimentício entre 25 à 40 Graus Celsius e umidade controlada na faixa de 60 à 75%, possui de 1 até 4 portas de acesso e dimensões de 2.220mm de altura com 1.320 até 4.020mm da largura, com capacidade interna de armazenamento entre 4,86m^2 até 17,01m^2 e de 1.600 até 6.000L, com painel externo de controle "touchscreen".
8418.69.99	066	Refrigeradores equipados com painel de controle de umidade relativa, com capacidade de operação da temperatura entre -2 à 20 Graus Celsius, para armazenamento de biomateriais delicados, com sistema de alarme integrado, sensor de temperatura, prateleiras e gavetas ajustáveis e removíveis, distribuidor de ar acoplado na parte superior.
8418.99.00	025	Chapas de policarbonato, espelhadas, desprovidas de componentes elétricos/eletrônicos, com resistência a chama UL-64 e resistência a descarga eletroestática de 12kV, para compor painéis de controles de refrigeradores com indicação das funções de uso, tais como: modo supermercado, festa e férias; controle do freezer em mínimo, médio, máximo; Drink Cooler com temporizador de 40min, 50min e 60min; Vitamin Power; Turbo Freezer e Trava do painel.
8419.31.00	011	Combinações de máquinas para secagem e esterilização, via tecnologia infravermelho, da pimenta preta, por um processo contínuo, com capacidade térmica de 2kJ/kg.k, temperatura de entrada em 20 Graus Celsius, e fonte de alimentação energética de 230/400V em 50Hz, compostas de: tambor rotativo com sistema infravermelho específico para secagem e também esterilização da pimenta preta, constituído de aço inoxidável, com base de aço carbono, possuindo em seu interior hélice transportadora, e sendo composto por sistema dosador de potência 1,5kW, 80 radiadores infravermelhos de potência 4,5kW cada, 2 acionadores do tambor rotativo, 2kW cada, 2 sistemas de refrigeração para o módulo radiador, de 2,2kW cada, e um ventilador-exaustor de ar, de 11kW; tambor rotativo para resfriamento com pás transportadoras integradas na base, composta por aço inoxidável e base de aço carbono, composto por 2 acionadores do tambor rotativo de potência 1,5kW cada,
		sistema de resfriamento por passagem de ar com 11kW e um sistema de ar-exaustor de 11kW; sistema de controle compostos por cabine elétrica com cabos de conexão, controle PLC, controle automático de emissão de luz infravermelho e parada de emergência; correias transportadoras, segmentada em módulos de plástico e acionada por um motor de 0,37kW; sistema de saída para envasamento em "big-bags" no estilo Y invertido, composto por aço carbono, com abertura de 60 graus, no qual se preenche 2 grandes sacos, possui um sistema de válvulas seletoras para direcionar o enchimento, e sistema de alerta de máximo preenchimento.
8419.31.00	012	Combinações de máquinas para controle, remoção e monitoramento da umidade interna do produto, dotadas de dispositivo automático de temperatura e velocidade dos fluxos de ar quente, ascendentes e descendentes, com capacidade de processamento de até 25t/h, com revestimento estrutural de "quantanium", base de funcionamento através de vapores espirais gerados através de motores elétricos em estruturas de aço inoxidável e sistema de controle de fluxo de ar, composto por: removedor de umidade interna por evaporação de 5 a 12% de umidade; agitador de carregamento; agitador de distribuição uniforme; 16 filtros de ar de entrada com relação ar-média de 4:1 e desempenho de 15.000 ACFM por filtro; agitador coletor com processamento em fluxo contínuo; e ventiladores de filtragem de ar de entrada, para injeção automática de ar para secagem controlada.
8419.39.00	151	Combinações de máquinas para secagem de pó cerâmicos com capacidade de produção igual ou superior a 55t/h a 1% de umidade, compostos de: 1 (um) fluidificador horizontal contínuo, com corpo em forma de túnel oscilante, dotado de gerador de ar quente por combustão direta (gás natural) com regulagem automática de temperatura, potência de até 3.500.000kcal/h e ventiladores elétricos com tubos para transmissão do ar quente ao ambiente; 1 (um) filtro de mangas com limpeza automática por meio de filtro em contracorrente, mediante ar comprimido, dotado de ventilador centrifugo com capacidade de 32.000m^3/h a 15 Graus Celsius e motor elétrico de 55kW, controle e regulagem da capacidade aspirada automatizados e painéis elétricos com controlador lógico programável (PLC) para gestão dos equipamentos.
8419.50.21	090	Trocadores de calor tubulares, metálicos, formados por tubo de alumínio em formato de serpentina, com impurezas máxima nos tubos de 0,91g, com volume interno de 395cc ±5%, para gases He, dotados de resistência de aquecimento com tensão de 127V ou 220V, com capacidade de aquecimento de 230W ±5%, próprios para geração de calor para ocorrer o ciclo de degelo de refrigeradores domésticos.
8419.50.21	091	Trocadores de calor tubulares, metálicos, formados por tubo de alumínio em formato de serpentina, com impurezas máxima nos tubos de 13,3mg, com volume interno de 495cc ±5% a 528cc ±5%, para gases He, desprovidos de resistência de aquecimento, próprios para geração de calor para ocorrer o ciclo de degelo de refrigeradores domésticos.
8419.50.90	016	Trocadores de calor por meio de película, equipados com unidade de ventilação e feltro, para fluxo normal de ar entre 250 e 2.000m^3/h, e com eficiência de troca entálpica no modo de resfriamento de até 75%, e no modo aquecimento em até 80%, utilizados em sistemas de ar condicionado para a renovação do ar interno em ambientes climatizados.
8419.50.90	017	Radiadores dissipadores de calor, para funcionamento com ar forçado, fabricados 100% em cobre C11000-HH conforme ASTM B 152, com aletas para que o ar flua, com dimensões de 295 x 370 x 129mm (L x C x A), peso aproximado de 57kg, fabricados para montagem exclusiva em modulo de potência denominado FASE, utilizados exclusivamente nos conversores estáticos de geração de energia fotovoltaica.

8419.50.90	018	Sistemas de resfriamento de circuito fechado, com trocador de calor água deionizada-ar, para resfriar válvulas de tiristores, com fluxo nominal de água de 1.290L/min, queda de pressão no fluxo nominal de água de 140kPa, capacidade de resfriamento de 560kW, pressão de projeto de 1.000kPa, compostos por: 2 bombas centrífugas verticais paralelas de vários estágios com as partes úmidas em aço inoxidável AISI316 e vedação mecânica do eixo, com sistema de partida suave para os motores; 1 trocador de íons de leito misto de 39 litros; 1 recipiente de expansão em aço inoxidável (AISI316) com volume de 400L; 1 resfriador a ar com 8 ventiladores, tipo mesa plana; 1 sistema de controle, redundante e totalmente independente, que monitora suas próprias operações e as condições da água de resfriamento através de PLC montado em cubículo, com IHM (Interface Homem-Máquina) instalado na porta do cubículo do PLC de controle.
8419.89.99	288	Equipamentos isoladores modulares para testes de esterilidade de amostras farmacêuticas, construídos em aço inoxidável, câmara de trabalho operando sob pressão positiva com ambiente de processamento asséptico para o trabalho de acordo com os requisitos GMP Grau A (EU) e ISO Classe 5, fluxo de ar laminar para modo de produção e turbulento para descontaminação, duas luvas de manipulação, teste de estanqueidade automático das luvas, iluminação de 500LUX, gerador integrado de vapor de peróxido de hidrogênio com conversor catalítico, desumidificador e sistema de ventilação, amostrador microbiano de ar, amostrador de partículas em aerossol, com controlador lógico programável (CLP) e painel de interface homem-máquina (IHM) "touchscreen" de 12 polegadas, atendendo aos requisitos da norma 21 CFR part 11 do FDA (Food and Drug Administration).
8419.89.99	289	Unidades de controle de temperatura de óleo, com meio de operação através da recirculação de fluidos com transferência de calor em altas temperaturas, com faixa de operação compreendida entre 38 e 288 Graus Celsius, dotadas de: trocador de calor tubular, bomba de deslocamento positivo capaz de reverter para evacuar o processo de 0,75 a 1,50kW e de 2 a 4bar, aquecedor de 6 a 24kW, painel de controle elétrico e sequência de ventilação automática configurável para ventilar ar automaticamente do sistema na partida.
8420.10.10	014	Máquinas laminadoras automáticas para trabalhos em papel ou cartão com aplicação (laminação) em um ou dois lados simultâneos de filme BOPP ou similar em trabalhos com tamanho máximo da folha igual ou superior a 820 x 1.050mm, tamanho mínimo da folha igual ou superior a 300 x 300mm, espessura do papel igual ou superior a 90 - 500g/m², velocidade de laminação igual ou superior a 0 - 40m/min, utilizada em papéis impressos ou não, para aplicar filme de BOPP ou similar, utilizando-se de um sistema de alimentação com pré-empilhador e controlado por servo motor e sensor fotoelétrico para garantir que o papel seja continuamente alimentado na máquina, sistema de aquecimento avançado por indução eletromagnética, dispositivo anti-curvatura que garante que o papel permaneça plano e liso durante todo o processo, destaque pneumático para separar o papel de forma estável e rápida, empilhador automático que recebe as folhas em ordem sem parar a
		máquina, operando com sistema de controle CLP com tela sensível ao toque colorida e servo controlador que garante precisão no controle da sobreposição e velocidade do papel.
8420.91.00	014	Cilindros de aço, com superfície gravada com linhas longitudinais para gravação em papel da marca vergê, com cobertura e tratamento superficial de níquel cromo 20micras, com 450mm de diâmetro nominal, 2.400mm de comprimento da face e 3.800mm de comprimento total.
8421.19.90	081	Centrífugas horizontais para produtos farmacêuticos ativos, com lado processo compatível com sala limpa classe ISO 8, dotadas de descarga automática com rampa inclinada em 30 graus, fluxo de nitrogênio no eixo e na dupla guarda hidráulica com visor e eliminador de energia estática, sistema automático de limpeza, faca protegida de respingos na rampa de sólidos, fechamento da carcaça por anel de aperto automático, sistema de controle de pressão com sensor ótico dedicado de nível do bolo por laser, rolamentos do eixo rotativo lubrificados à óleo, sistema de controle integrado automático de alimentação desde a saída da fonte externa, receita programável por produto, rotação máxima de 1.200rpm, nível de ruído máximo até 75dB, vibração em funcionamento de 2 a 4mm/s e sem carga em velocidade máxima de 0,4 a 0,5mm/s, diâmetro do cesto de 1.300mm, três motores elétricos, protocolo de validação de sistema computadorizado GAMP5, painéis elétrico e IHM (tela de toque)
		com sistemas controlados por CLP.
8421.21.00	181	Sistemas centralizados de purificação e distribuição de água, capazes de produzir até 200 litros/h e distribuir entre 16 e 38 litros/min a partir de uma fonte de água potável, com controle automático do fluxo, construído em uma unidade única com reservatório interno e integrado com capacidade de 350 litros de armazenamento, sendo capaz de recircular a água purificada do "loop" e reservatório pelas tecnologias de troca iônica, lâmpada UV e filtro 0,2mm e é capaz de produzir água purificada com as seguintes características: Resistividade a 25 Graus Celsius >10MW-cm, níveis de TOC <30ppb, níveis bacteriológicos <10UFC/ml, partículas <0,mm.
8421.21.00	182	Sistemas centralizados de purificação e distribuição de água, capazes de produzir entre 60 e 120 litros/h e distribuir até 10 litros/min a partir de uma fonte de água potável, com controle automático do fluxo, construído em uma unidade única com reservatório interno e integrado com capacidade de 50 litros de armazenamento, sendo capaz de recircular a água purificada do "loop" e reservatório pelas tecnologias de troca iônica, lâmpada UV e filtro 0,2mm e é capaz de produzir água purificada com as seguintes características: Resistividade a 25 Graus Celsius >10MW-cm, níveis de TOC <20ppb, níveis bacteriológicos <1UFC/mL e partículas <0,2mm.
8421.39.90	116	Cabines para pesagem e fracionamento de insumos farmacêuticos (ativos e excipientes) nas formas sólidas e líquidas não inflamáveis, para instalação de balança com capacidade de peso de até 60kg, com função principal de gerar barreira de ar por meio da criação de perfil de velocidade de fluxo na área de manipulação com parte do ar filtrado e direcionado para a sala limpa e parte para o insuflamento de ar da cabine, para criação do perfil de velocidade dotadas de grelhas nas portas do equipamento para impedir a saída do material particulado da área de manipulação; cabine com mesa pantográfica para elevação dos pallets até a altura de trabalho e bancadas em inox para a instalação de balanças de pesagem; botoeiras localizadas na parte frontal e traseira do equipamento para abertura/fechamento da porta automática, elevação/abaixamento da mesa pantográfica, reset de alarmes e liga/desliga do equipamento; painel elétrico para comando da cabine, composto por uma
		IHM; e barreira adicional em vidro de proteção móvel, e luvas para a manipulação de materiais de maior toxicidade; projetadas para atendimento a zona 22 para áreas a prova de explosão com manipulação de pós.
8421.39.90	117	Filtros à base de enzima sintética, com catalisadores biológicos desodorizantes, com propriedades antibacterianas, com núcleo de células de 22cm², apresentados em forma de folhas onduladas de porfirina, próprios para filtrar o ar do sistema de circulação de refrigeradores domésticos.
8421.39.90	118	Filtros de esterilização foto-catalisadora, com agentes antimicrobianos e antimofo, constituídos em poliéster modacrílico e tecido não tecido, resistente a produtos como ácido acético, álcool ou cloro, com performance de 90% ou mais, próprios para filtrar o ar do sistema de circulação de refrigeradores domésticos.
8421.39.90	119	Filtros secadores com função dissecante, em cobre, com absorção de umidade entre 18 e 20%, livres de rebarbas ou deformações nas pontas, dotados de telas anti-vazamento interna, próprios para reter líquidos de retorno de evaporadores em refrigeradores domésticos.
8421.39.90	120	Separadores de nitrogênio por membrana típico com fibras que são agrupadas e encapsuladas em ambas as extremidades em uma resina epóxi, acondicionadas em carcaça de ABS de alto desempenho, alumínio ou aço inoxidável e tampas de alumínio ou aço inoxidável, utilizando ar comprimido entre 5 e 15barg e temperatura de 55 Graus Celsius para alimentação, esse separador promove a permeação seletiva para separar moléculas de nitrogênio com pureza entre 95 a 99,5% do oxigênio, argônio, dióxido de carbono e vapor de água contidos no ar comprimido.
8421.39.90	121	Filtros de exaustão utilizados em turbinas eólicas, feitos a partir de injeção de termoplástico, autoextinguível, UL94VO; dimensões da armação do filtro 320 x 320 x 45,72mm (C x L x A); dimensões do filtro 291 x 291mm; sistema de proteção (EN60529) IP54, sistema de proteção (UL50) NEMA Tipo 12; Eficiência de filtração de 91%, classe de qualidade do material do filtro G4 (DIN EN779); massa máxima de 0,7kg; temperatura de operação -15 a 55 Graus Celsius.
8422.20.00	034	Combinações de máquinas automáticas para lavagem, secagem, empilhamento, desempilhamento e movimentação de bandejas plásticas para pães, com capacidade máxima de processar até 2.700bandejas/h, com controladores lógicos programáveis (CLP), Interface Homem Máquina (IHM), compostas de: lavadora e secadora em aço inox dotada de sistema de aquecimento de água por gás GLP, enxague com dosagem de detergente e limpeza automáticos, filtros rotativos para filtragem de água recirculada, spray de água doce, seção de secagem por ar quente em alta velocidade com conjunto de bicos de sopradores; empilhadores automáticos de bandejas plásticas com empilhamento de cima para baixo com posicionador automático de pilha para carrinhos tipo "dolly"; empilhadores e desempilhadores de alta velocidade para empilhamento aos pares de bandejas; esteiras transportadoras providas de dispositivos para orientação/reposicionamento da bandeja nas esteiras;
		transportadores e desviadores de linha para movimentação de bandejas plásticas.
8422.20.00	035	Lavadoras externas rotativas, projetadas especificamente para descontaminação de superfícies externas de frascos envasados, com velocidade máxima de 9.000unidades/h, dotadas de: circuito de lavagem, alimentação de frascos, com esteira de entrada, estrela de transferência; carrossel principal de lavagem e secagem dos frascos; sistema de transportes com estrela de transferência e esteira de saída com bandeja para coletar os frascos, com peças em aço inoxidável, borracha de silicone ou materiais equivalentes, paredes internas laváveis; portas de vidro hermeticamente fechadas, com luvas instaladas nas portas para acesso dos operadores a parte interna da máquina, atendendo aos requisitos da norma 21 CFR part 11 do FDA (Food and Drug Administration), PLC e IHM com sistema de senhas multinível.
8422.30.10	109	Máquinas automáticas, rotativas, para aplicação de rótulos com cola quente, por meio de agregados de rotulagem, em garrafas ou frascos de plástico, controladas por sistema lógico programável (CLP), com interface de operação por meio de painel "touchscreen" colorido, com sistema de segurança de acesso, com sistema de orientação de garrafas por servomotor, sem alimentação automática de rótulos, sem sistema de inspeção de aplicação dos rótulos, com diâmetro de carrossel de 960mm e capacidade máxima de até 5.280frascos/h.
8422.30.29	835	Máquinas envasadoras rotativas automáticas, para envase de produtos líquidos e pastosos em embalagens flexíveis pré-formadas, com largura igual ou maior a 95mm e menor ou igual a 240mm e comprimento igual ou maior a 110mm e menor ou igual a 350mm, com 10 estações duplas para envase de duas embalagens ao mesmo tempo, sendo a primeira para carregamento das embalagens na envasadora, a segunda para impressão data de fabricação, a terceira abertura das embalagens, a quarta para sopro das embalagens, a quinta envase primário, a sexta envase secundário, a sétima rejeito de embalagem, a oitava selagem por ultrassom, a nona selagem térmica, a décima resfriamento e saída, com capacidade de produção maior ou igual a 40ciclos/min.
8422.30.29	836	Máquinas envasadoras verticais para sachês de quatro soldas, com velocidade de envasamento de até 300sachês/min, dotadas de: módulo de envase para produtos em pó sensíveis à temperatura; 6 sistemas de dosagem dotadas de roscas auxiliares, roscas de dosagem, válvula rotativa de alimentação, funis resfriados, sensor de controle de nível e sistema de aspiração de pó; sistema de alimentação com bobina única; sistema de codificação de dados variáveis por Tinta "Ink Jet" com controle por tela tátil; sistema de visão de controle dos dados variáveis impressos dotados de 3 câmeras; sistema de rejeição de materiais incorretos; sistema de pré-corte para facilitação do destaque ou corte completo dos sachês; sistema de "pick and place" de recolhimento com contagem intermitente; sistema de controle automático de peso estatístico programável, com balança estática e impressora e sistema automático de feedbacks para calibração do sistema de dosagem e sistema gerenciador/controlador por computador industrial com tela sensível ao toque.
8422.30.29	837	Máquinas automáticas para sopro, extrusão, enchimento e selagem de frascos plásticos através da tecnologia "blow-fill-seal", dispondo de molde de 20 cavidades e ferramental para frascos com volume de 10 e 20ml e fechamento tipo "twist-off", com capacidade de produção aproximada de 6.000peças/h, dependendo do tipo recipiente.
8422.30.29	838	Máquinas empacotadoras automáticas, verticais, para acondicionamento de substâncias do gênero alimentício em pacotes flexíveis dos tipos "doy, cornerseal, fullcornerseal" e outros (5 ou menos soldas), aptas para execução das funções de formação, enchimento e selagem do pacote, com capacidade máxima de produção igual ou inferior a 200pacotes/min, concebidas para operar com embalagens de largura máxima igual ou inferior a 250mm, dotadas de sistema a vácuo de avanço do filme formador da embalagem; painel touchscreen de interface homem-máquina (HMI); com ou sem sistema de dosagem automático; capazes de serem integradas em linhas produção.
8422.30.29	839	Combinações de máquinas automáticas para formar, encher e fechar embalagens plásticas verticais, com até 8 servomotores, mordente rotativo duplo, com área dos mordentes iluminada por "leds", com faca aquecida para a separação de pacotes, velocidade máxima de operação de 200 ou 250pacotes/min, para embalagens com largura mínima ou igual a 70mm e largura máxima ou igual a 250 ou 330mm e altura mínima ou igual a 75mm e altura máxima igual a 533 ou 711mm, com ajuste automático do filme através da leitura da fotocélula, com controlador lógico programável (CLP) com interface homem máquina (IHM) em português "touchscreen" colorido de 15,3 polegadas e "software" dedicado, com balança de múltiplos cabeçotes para dosagem dos produtos nas embalagens provenientes da empacotadora.

8422.30.29	840	Máquinas automáticas para formar, encher e fechar embalagens plásticas verticais, com até 8 servomotores, mordente rotativo (plano, único ou duplo), com área dos mordentes iluminada por LEDs, com ou sem faca aquecida para a separação de pacotes, velocidade máxima de operação de 125pacotes/min, para embalagens com largura mínima igual a 70mm e largura máxima igual a 250 ou 330mm e altura mínima igual a 50 ou 75mm e altura máxima igual a 380 ou 533 ou 711mm, com ajuste automático do filme através da leitura da fotocélula, com controlador lógico programável (CLP) com interface homem máquina (IHM) em português "touchscreen" colorido de 15,3 polegadas e "software" dedicado.
8422.30.29	841	Máquinas automáticas para aplicação de rótulos "sleeve" termoencolhível (tipo mangas) em latas de TFS, com capacidade de até 3.000 latas/h, operando com potência de 8kW e pressão de 6bar, dotadas de túnel retrátil a vapor e rotuladora, controladas por sistema lógico programável (CLP), com interface de operação por meio de painel "touchscreen" colorido.
8422.40.90	921	Combinações de máquinas, automáticas e contínuas, para emblistar, encartuchar, pesar, encaixotar produtos farmacêuticos (caixas de embarque contendo cartuchos com blisters que contém comprimidos farmacêuticos), com seus respectivos controladores lógicos programáveis (CLPs), sistemas de controle automatizados, compostas de: máquina emblistadeira de movimento contínuo horizontal, capaz de trabalhar com alumínio, aclar, PVC e PVDC, com capacidade de produção máxima de 600blisters/min, encartuchadora horizontal, com capacidade de produção máxima de 400cartuchos/min, para cartuchos com dimensões máximas de 160 x 70 x 75mm (comprimento x altura x largura), com estação de abertura e posicionamento de cartuchos pré-colados, estação de alimentação dos blisters nos cartuchos, dobramento e inserção de bulas automática, estação de fechamento dos cartuchos, sistema de aplicação de cola a quente para selagem de abas, estação de descarte de cartuchos
		fora de especificação (falta de bula, falta de blister), máquina encaixotadora tipo "Case Packer", com capacidade de produção máxima de 8caixas/min, para caixas com dimensões máximas de 500 x 350 x 350mm, estação de abertura de caixas, estação de empilhamento e alimentação dos cartuchos nas caixas, estação de fechamento das caixas, com capacidade de empilhamento máximo de 60ciclos/min, munida de impressora de relatórios de produção; transportadores em geral e guardas de segurança.
8422.40.90	922	Máquinas automáticas dosadoras e embaladoras de manteiga em pacotes em forma de paralelepípedos de 50 a 500g com precisão de 0,5g para quantidades menor que 250g e velocidade de 100pacotes/min, dotadas de sistema de alimentação de embalagens, unidade de dosagem servo motorizada, unidade de calibração e descarga, esteira de saída de produto embalado, CLP - Controlador Lógico Programável e IHM - Interface Homem Máquina com tela sensível ao toque.
8422.40.90	923	Máquinas automáticas para agrupar em lotes e carregar em caixas pacotes de manteiga em formato de paralelepípedos com velocidade de processamento de até 150pacotes/min e de produção de até 10caixas/min de dimensão mínima de 248 x 100 x 58mm e máxima de 438 x 311 x 244mm, dotadas "buffer" de produtos para até 30min de funcionamento e de CLP - Controlador Lógico Programável.
8422.40.90	924	Máquinas semiautomáticas com sistemas de embalagem com câmaras rotativas a vácuo e solda curva, para selar embalagens com produtos alimentícios "prontos para comer" com comprimento de até 508mm, largura de até 305mm e altura de 265mm, com velocidade variável de até 35ciclos/min, construída em aço inoxidável/higienizável e liga de alumínio resistente à corrosão sendo seu componentes desenhados para simplificar a sanitização e limpeza, com controle digital com capacidade para identificação de defeitos, sistema de lubrificação centralizada e painel de comando com interface homem-máquina (IHM) tipo "touchscreen", com sistema de vácuo com dupla válvula combinada, dotada de elevador de suporte de produtos, duplo arame de solda, sistema de descarga suave, esteira de saída e agrupamento das embalagens acabadas, voltagem de 3~460VAC/60Hz e pressão de ar de 7 bar.
8422.40.90	925	Paletizadores automáticos, próprios para paletizar carreteis de fios e cabos elétricos com metragens variadas, dependendo da seções dos materiais a serem acondicionados na bobinadeira e das dimensões dos carreteis em processo, peso máximo do palete, entre 1.000 e 1.100kg , número de camadas entre duas e três, dependendo das dimensões dos carreteis, com acumulador de paletes vazios, inserção horizontal automática de chapas de papelão para separação das camadas de carreteis e interface homem máquina.
8422.40.90	926	Máquinas para prensar, dobrar e enrolar colchões em até 3 seções sendo eles de molas, espuma, espuma visco elástica e látex, contém uma esteira de alimentação com capacidade de centralizar o colchão e posicionar em diferentes direções, detectando automaticamente o peso e tamanho do colchão, possui dois suportes para 2 filmes plásticos, alimentados por uma bobina as quais fazem a vedação cruzada através de 2 barras de solda laterais, com controle eletrônico para calcular em tempo real a temperatura de vedação e resfriamento prensa com capacidade máxima de 60t podendo trabalhar em colchões de tamanho máximo 220 x 220cm e capacidade de ajustar a velocidade da prensa devido a sua bomba dupla capacidade produtiva dele dobrado e prensado de cerca de 1 colchão a cada 25 - 30s e somente enrolado cerca de 1 colchão a cada 20s. contém um sistema hidráulico capaz de ajustar o diâmetro do colchão enrolado com diâmetro mínimo de 30cm e diâmetro máximo de 60cm,
		controlado por um sistema computadorizado "touchscreen" capaz de enrolar 3colchões/min.
8422.40.90	927	Unidades funcionais para empacotar produtos de forma automática, com aproximadamente 7,5m de largura, 22,53m de comprimento, compostas de: transportador com indução de 90 graus, aproximadamente 12m de comprimento de esteira com cobertura, canal de alimentação de suprimentos, "scanner" tridimensional, leitor de código de barras, decisão automática do tamanho da embalagem, alternador de dimensões de papel, corte de papel automatizado, montagem da caixa mecanicamente, 3 estações de dobragem, 3 estações de cola quente, 2 dispositivos de fechamento de embalagens, impressora para etiquetas, etiquetadora automática, controlada por "software" de linha de produção, operando com a velocidade mecânica máxima de 1.000caixas/h, montando caixa com 3 dimensões sendo: 150 x 240 x 35mm, 600 x 800 x 215mm e/ou 600 x 490 x 370mm.
8422.40.90	928	Formadoras para fármacos automáticas para formar, encher e selar cartelas termo formáveis em plástico/alumínio e/ou alumínio/alumínio com produtos farmacêuticos, com capacidade máxima de 640blisters/min, sendo capazes de produzir cartelas com dimensões úteis de 162 x 206mm com profundidade de 12, com capacidade máxima de formação de 100ciclos/min e capacidade máxima de corte de 200ciclos/min, dotadas de um ou mais carrinhos para bobinas com diâmetro máximo de 700mm, funil de alimentação de produtos farmacêuticos com capacidade nominal de 100L e alimentador dedicado com capacidade de 60 ciclos de alimentação/min, regulagem automática de borda do filme de cobertura, sensor de quantidade mínima de material em bobina, mesa de emenda e corte de bobina e detecção automática de emenda da bobina inferior e superior, codificação e carimbo das cartelas, controle de marca de impressão do filme de cobertura, perfuração desativada
		automaticamente em caso de emenda de folha, pré-aquecimento do filme de cobertura, capaz cortar em sentidos opostos com transferência por roda de sucção, controle e inspeção por câmera CCD com iluminação superior e inferior de LED para detecção e rejeição de cartelas defeituosas e vazias, monitoramento e programação de manutenções preventivas e preditivas através da análise do ciclo de serviço dos componentes, interface homem-máquina (IHM) com tela tipo "touchscreen", controlador lógico programável (CLP) e acesso remoto para manutenção do CLP e software do IHM.
8423.30.19	011	Máquinas dosadoras de ingredientes para indústria de ração animal, com 8 a 12 gavetas hidráulicas para dosagem de ingredientes com densidade e fluidez diferentes, com abertura das lâminas em V ou retangular, componentes internos de contatos com os ingredientes em aço inoxidável 304, intervalo da faixa de pesagem do lote de 20 a 200kg, motor hidráulico com potência de 1,2kW, duas válvulas borboletas para impedir a influência do ar, com painel de controle elétrico integrado, com ou sem sistema de dosagem de precisão PID.
8424.20.00	010	Pistolas de diluição e pulverizadora e de engate rápido com capacidade de operar até 40PSI, utilizando água à temperatura ambiente e viscosidade de 1Cp, com taxa de diluição mínima de 12:1 e máxima de 128:1, compatíveis com produtos químicos alcalino clorados e ácidos.
8424.89.90	382	Sistemas de aplicação de antiaderente por pulverização (spray), com controle eletrônico de aplicação, com 2 bicos aplicadores em inox, com 2 reservatórios com capacidade de até 2L cada com possibilidade de alterar frequência e tempo de aplicação, para utilização em máquinas coladeiras de bordo, esquadrabordos e centros de usinagem.
8424.89.90	383	Estações centrais híbridas de espuma para limpeza na indústria de alimentos e bebidas, automática com capacidade de limpeza para até três produtos diferentes (alcalino, ácido ou peróxido), com bomba controlada por frequência, com ou sem PLC com capacidade de controlar 9 ou 10 válvulas externas com ou sem unidades secundárias, com um injetor de vazão de 300L/min, saída manual opcional é desenvolvida com tecnologia corona, com faixa de fluxo operacional podendo variar entre 0 a 240L/min, com IHM de configuração e monitoramento.
8424.89.90	384	Robôs industriais para pintura de porta, moveis e acrílico, contendo 1 ou mais pistola(s) automática(s) "airless e ou airmix" para aplicação de tintas e kit de aplicação spray (mangueira e bomba), com capacidade para operar ma ou mais cores em sistema independente(s) e/ou verniz, constituídos de um ou mais braços mecânicos com 03 ou mais eixos de movimentação, com área de trabalho com largura de 1.300mm ou superior, com servo motores controlados por CNC, com sistema de "tele-assitência" remota, com sistema de segurança perimetral, com estrutura de sustentação (incluindo trilhos e colunas para movimento e suporte), e com painel "touchscreen" e memorização de arquivos.
8425.39.10	026	Puxadores hidráulicos rebocáveis sobre 2 rodas, para lançamento de 1 cabo com diâmetro máximo de 24mm, em redes de transmissão de energia elétrica, tração máxima de 180kN à velocidade de 2,2km/h, velocidade máxima de lançamento de 5km/h à tração de 80kN, com roda-guia de diâmetro de 600mm, massa 6.000kg, motor diesel de 209kW refrigerado a água, transmissão hidráulica com circuito fechado para variação contínua de velocidade em ambos os sentidos de rotação, sistema de pré-ajuste de tração, freio hidráulico negativo auto atuante, dinamômetro hidráulico com ponto de ajuste e controle automático da tração máxima, sistema de resfriamento do óleo hidráulico, instrumentos de controle para o sistema hidráulico e o motor diesel, eixo rígido para reboque à velocidade máxima de 30km/h com freio de estacionamento mecânico, enrolador automático de carretel incorporado com auto carregamento e enrolamento de nível automático, estabilizador de lâmina
		frontal com atuação mecânica, ponto de ligação à terra.
8426.41.90	124	Manipuladores hidráulicos para a movimentação de materiais, autopropulsados, sobre pneus maciços ou inflados, com 2 eixos e tração em todas as rodas de peso operacional igual ou superior 49.000kg, mas igual ou inferior a 69.000kg; equipados com painel elétrico central, joystick; motor diesel com potência igual ou superior 304HP mas igual ou inferior a 368 HP; sistema hidráulico com bombas hidráulicas e sensor de carga (load sensing); 2 motores de giro, com ou sem lâmina frontal; Cabine com elevação hidráulica ou fixa com porta de abertura deslizante e vidro frontal blindado, câmeras traseira e lateral com monitor no interior da cabine; implemento frontal de trabalho articulado (lança e braço) com alcance igual ou superior a 16,9m, podendo conter ferramentas de trabalho tais como garras hidráulicas, florestal, reciclagem e tesoura hidráulica.
8426.49.90	081	Manipuladores hidráulicos autopropulsados sobre esteiras para movimentação de materiais, montados sobre estrutura tubular de aço com altura igual ou superior a 9.000mm, mas igual ou inferior a 11.000mm, de peso operacional igual ou superior a 165t, mas igual ou inferior a 195t, dotados de painel elétrico central, joystick, conexões de 12V/24V; sistema hidráulico com bombas hidráulicas com reserva de energia; motor elétrico com potência igual ou superior a 240kW, mas igual ou inferior a 265kW; implemento frontal de trabalho articulado (lança e braço) com alcance máximo de 26.714mm (ao nível do solo), podendo conter ferramentas hidráulicas de trabalho, tais como, garras florestais, garras de demolição, tesoura hidráulica.
8428.33.00	075	Esteiras de saída com transportador anel em formato "O", de ação continua, para linha de produção de alimentos, com comprimento aproximado de até 1.600mm, com guias de aço inox 307 e puxadores de plástico, com sensores de nível mínimo e máximo, motores e redutores incorporados, sistema de lubrificação de óleo, com correia transportadora e sistema de alimentação de colheres plásticas para alimentador centrifugo modelo CF-40 com dispositivo controlador para diferentes tipos de colheres, com centrifuga e aplicador de colher com a função de separação, transporte e aplicação de colheres em diferentes formatos e volumes de 8 até 42mL, com capacidade de aplicação em até 144latas/min em linha continua.
8428.39.90	250	Equipamentos para transporte de material em pó e/ou granulado, através de transportadores tubulares mecânicos em aço inox, com discos internos de arraste tracionados por cabo ou corrente que se movimentam na vertical, diagonal e horizontal, com polias para auxiliar na mudança de direção, sistema de tubos fechados com diâmetro igual ou superior a 50mm, com capacidade de transporte igual ou superior a 50kg/h, contendo ponto de preparação e dosagem do produto transportado, controlados por inversor de frequência e supervisório desenvolvido especificadamente.

8428.90.90	626	Transportadores-classificadores de pedidos e/ou produtos diversos, compondo uma única máquina, computadorizada e automatizada, dotada de separação mecânica/computadorizada com aproximadamente 56m de comprimento e 10m de largura, do tipo bandeja, nas dimensões de 500 x 800mm, que suporta até 15kg, com estações de introdução/alimentação manual e automática de pedidos e/ou produtos, contendo um total de 4 induções manuais e 1 automática, composto também de 75 saídas duplas (do tipo Flipper) e 3 saídas normais, com capacidade operacional de até 6.316bandejas/h, na velocidade de aproximadamente 1m/s, impulsionado mecanicamente via motores, controlado por controlador lógico programável (CLP), com classificação de produtos com dimensões máximas de até 780 x 480 x 420mm (comprimento x largura x altura), direcionados para as bandejas com impulsor para separação dos artigos, equipados com dispositivos de escaneamento para leitura
		automática de código de barras, através de sistema câmera "scanner", contendo direcionador de saídas via "flipper", com comunicação visual após a conclusão do pedido e/ou produto programado.
8428.90.90	627	Combinações de máquinas robotizadas para movimentação de mercadorias no interior de fábricas, compostas de: equipamentos AGVs (Automated Guided Vehicles) com capacidade para rebocar, indexar e elevar carrinhos com tração de até 6.000kg e capacidade de elevação de até 1.000kg, dotados de mecanismo de pino para indexação automática, com sistema de comunicação "wi-fi" ou radiofrequência e conectividade à CLPs, robôs, softwares e aplicativos de gestão da produção, com trajetória guiada em qualquer direção, usando sensores laser e ultrassônicos para detecção de obstáculos e segurança de pessoas, por meio de fita magnética ou tecnologia "mapping/Slam"; carregador em linha de 16 a 25A; carregador de bateria com conector de 16 a 50A; "Tags" de controle RFID; quadros elétricos de potência de transmissão 10mW; quadros de controle de tráfego local com CLP de comunicação por radiofrequência ou "wi-fi", com ou sem tela IHM; macaco de arraste; controle
		24VDC/4A; "smartphone" com aplicativo para configuração de "tags"; guias magnéticas de seção 5 x 5mm ou fita magnética com 50mm de largura; e carro de carga e intercâmbio de baterias de 90 a 130Ah, com ou sem rodas.
8428.90.90	628	Equipamentos eletromecânicos para distribuição de até 2.154t/h de matérias-primas (metálicos, coque e fundentes) no interior do alto-forno, "bell less top", constituído de caixa de engrenagens com diâmetro nominal do flange de 3.310mm para movimento rotacional contínuo e de inclinação da calha de carregamento de carga metálica, coque e fundentes no topo do alto-forno, temperatura máxima de operação de 600 Graus Celsius, monitoramento por sensores de posição, sensores de indicação do movimento rotacional, sensores de inclinação da calha, termopares; sondas tipo radar e mecânica para análise de nível da carga; sondas curtas para análise de gás e temperatura de carga; monitoramento 3D da carga e medição bidimensional de temperatura das matérias primas no interior do alto-forno.
8428.90.90	629	Equipamentos automáticos para estocagem, transporte, medição e dosagem de farinha, para uso em panificação industrial, dotados de: 2 silos em tecido trevira com propriedades antiestática, estrutura de perfilados eletrogalvanizada com conexões de encaixe para a montagem e desmontagem rápida, com volume médio de 58.100 Litros cada, com pesagem dinâmica em tempo real ,com válvulas automáticas de segurança de extra pressão instalada no teto filtrante do silo com cárter de proteção em aço pintado (pressão máxima de 350mm+/-), tubulação e conexões de carga pneumática com diâmetro de 100mm em aço inox, engate rápido para o caminhão granel, pré-filtro, 4 sondas eletrônicas de controle de nível com alimentação de 24V, 2 centrocones de 700mm, 2 cones vibratórios em aço inox, com diâmetro de 1.200mm cada, 2 dosadores alveolares contínuos em alumínio, 1 regulador de velocidade a variação de frequência, 2 sistemas de pesagem completos, com vazão de
		60.000kg cada; 1 transportador pneumático por aspiração com compressor centrífugo com motor elétrico trifásico, com turbopeneira instalada no transporte pneumático com diâmetro de 100mm; 2 filtros dinâmicos autolimpantes para tremonha de pulmão com mangas filtrantes, engate rápido, superfície de 6,12m² e porosidade de 4 mícron, alimentada por ar comprimido de 2 a 4bar, filtrada e seca, alimentação elétrica 24V; 2 tremonhas-pulmão para produtos em pó, com corpo modular e cone inferior em aço inox AISI 304 polido; 6 células de carga construídas em aço inox, tipo herméticas, de alta precisão de 500kg cada, 2 sistemas fluidificantes da tremonha com sequenciador eletrônico, 2 vibradores elétricos trifásicos, 2 válvulas borboletas com comando pneumático, compressor tipo lóbulos balanceados, desinfestador dos ovos de larvas centrifugo para limpeza da farinha, sistema de esvaziamento dos big bags com talha, sistema de esvaziamento de sacos para cereais
		dotado de cone vibratório e vibrador e controlador lógico programável para gerenciamento dinâmico de todo o sistema, de valor unitário (CIF) não superior a R$1.282.88.
8428.90.90	630	Pisos rolantes planos para carga e descarga de mercadorias embaladas ou em paletes, movimentados e tracionados por correntes transportadoras, operando em ação descontínua, com movimentos para frente e para trás, sob controle automatizado de um CLP (comando lógico programável) auxiliado por sensores de proximidade e por fotocélulas, permitindo a montagem estacionária em docas de carga e descarga e a montagem veicular em semirreboques, com 30t de capacidade de carga movimentada à velocidade de 1,5 a 6m/min, fornecidos com motor redutor de 5,5kW de potência (400VAC a 50/60Hz), sistema de fornecimento de energia elétrica 24V DC, conversor de frequência, conversor de alta potência, caixa de controle com CLP.
8428.90.90	631	Braços manipuladores pneumáticos Megapartner, com braços bi-articulados e angulados, construção em coluna, com capacidade de até 1.200kg, completo de dispositivo de pega por garras, o equipamento trabalha com ar seco, filtrado e não lubrificado a uma pressão mínima de 9bar constante.
8428.90.90	632	Equipamentos para troca de cilindros da cadeira de laminação com capacidade de carga total de 4 cilindros e até 80.000lbs, compostas de: carro extrator acionado por motor com velocidade de 260mm/s, dotados de redutor, pinhão, embreagem, berços de deslocamento, velocidade de movimentação lateral de 200mm/s; cilindros hidráulicos; base de arraste; barra empurradora; estruturas metálicas.
8428.90.90	633	Máquinas de carregamento de sucatas de alumínio para fornos de fusão com capacidade de carga de 5t, com possibilidade de giro em 180 graus; painel de operação e comando por controle lógico programável (CLP).
8428.90.90	634	Equipamentos automáticos para armazenagem, controle do estoque e dispensação de produtos, dotados de braços mecânicos automatizados e software inteligente, controlados por PLC´s, com capacidade de armazenagem de até 74.500 produtos e movimentação de até 1.350produtos/h.
8429.40.00	054	Rolos compactadores de solo com chassis articulados e controlados remotamente, dotados de rolos frontais e traseiros bipartidos do tipo "pé de carneiro", peso operacional entre 1.600 a 1.800kg, força centrifuga entre 32 a 72kN e frequência de vibração 42Hz, com motor diesel de 3 cilindros, 24,3HP e partida elétrica, velocidade máxima de operação 24m/min e de transporte 48m/min.
8429.52.19	060	Escavadeiras autopropulsadas sobre esteiras, equipadas com motor diesel de 6 cilindros e 18,1L, com potência líquida ISO9249 entre 524 e 532HP (391 - 397kW), a 2.000rpm, atendendo aos padrões de emissões Tier 3 do EPA dos EUA, velocidade de giro de 6.2rpm, peso operacional entre 86.000 a 93.000kg, força de escavação do braço entre 235 a 357kN e força de escavação da caçamba entre 363 a 471kN.
8429.59.00	053	Retroescavadeiras compactas com tração integral nas 4 rodas, cabine aberta ROPS/FOPS com isolamento acústico, ângulo de ataque de 52 graus, ângulo de interferência/rampa de 132 graus, ângulo de saída de 23 graus; composta de: 1 unidade carregadeira frontal com altura de descarga 2,10m, altura da carga 2,51m, ângulo de descarga 50 graus, força de desagregação 2.350kgf, capacidade de levantamento hidráulico máxima SAE de 2.400kgf, caçamba multiuso (6 em1) podendo: carregar, cavar, empurrar, gradear, levantar e recolher, volume máx. da caçamba 0,28m³, carga máx. da caçamba 610kg, comprimento de deslocamento 3,41m; 1 unidade escavadeira traseira com alcance 2,55 metros de profundidade, deslocamento com alcance lateral de 3,83m, força de desagregação da caçamba 2.201kgf, braço com força de 1.488kgf; 1 sistema hidráulico servo-controlado por meio de joystick para ferramentas auxiliares como: rompedor hidráulico/bidirecional, bombas e
		cortadores a disco, perfuratriz, garra para paralelepípedos; 1 motor a diesel de 36,3kW (49hp), potência bruta a 2.800rpm, torque a 1.800rpm, arrefecimento a água, certificação de emissões EC Stage IIIA/USA EPA Tier 3; transmissão hidrostática servo-assistida/ independente para direita e esquerda, controlados por meio de servo-controles, velocidades de deslocamento de 0 a 11km/h à frente e ré, frenagem com controle da transmissão hidrostática, freios multidiscos para estacionamento elétrico; 2 estabilizadores laterais com autonivelamento.
8430.10.00	043	Unidades de cravação de estacas tubulares e/ou do tipo prancha de diâmetro igual ou superior a 800mm, sem vibrações, através da força de pressão ao solo e/ou da força de rotação, com força de pressão máxima igual ou superior a 1.500kN, força de extração máxima igual ou superior a 1.600kN, operadas por sistema de controle remoto, e dotadas de um gerador de energia e de um sistema de lubrificação à base de água.
8430.49.90	011	Tuneladoras de tubo cravado balanceada a lama, controladas remotamente pelo PLC, diâmetro da tubulação de construção entre 415 e 1.440mm, cabeçote de corte com motor hidráulico para acionamento, alcance de torque do disco de corte entre 7,5 -195KN.m; possui três cilindros hidráulicos para corrigir a direção, força de impulso de cada cilindro entre 100 e 800Kn, ângulo de correção de ±3Graus, sistema hidráulico de impulsão com dois cilindros hidráulicos para empurrar, curso do cilindro hidráulico de impulsão entre 760×2 e 1.200×2mm e tensão de trabalho AC 380/60Hz.
8431.43.90	050	Corpos externos utilizados na ferramenta de limpeza da fase 30/36 para limpeza de cavidades, seu comprimento é de aproximadamente 62,70 Polegadas com pressão máxima de até 1.000psi e vazão máxima de 15bpm.
8431.43.90	051	Buchas de proteção recuperáveis para perfuração em avanço, é um componente utilizado durante as operações de perfuração para proteger o suspensor do revestimento de 9 - 5/8 Polegadas com capacidade de torque nas chavetas de 52.379Nm e peso aproximado de 613kg.
8431.43.90	052	Corpos inferiores da ferramenta de instalação do selo de travamento rígido com classe de temperatura entre 0 Graus Fahrenheit (-18 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius) e pressão de trabalho de 34,4MPa.
8431.43.90	053	Camisas internas da ferramenta de perfuração avante com área de fluxo otimizada sendo utilizada para instalação da primeira fase e perfuração da segunda fase de poços submarinos de petróleo com capacidade máxima de 340.000kg e peso aproximado de 3.232kg.
8431.43.90	054	Capas inferiores da ferramenta de viagem única de 16 polegadas de diâmetro externo de 467mm e interno 76,2mm com comprimento de 1.957mm.
8431.43.90	055	Anéis de apoio da bucha adaptadora da mesa rotativa com capacidade de carga de 590.000kg, peso aproximado de 1.556kg e comprimento de 546mm.
8431.43.90	056	Camisas externas da ferramenta de instalação do selo de travamento rígido com classe de temperatura entre 0 Graus Fahrenheit (-18 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius), com diâmetro externo de 948,06mm e pressão de trabalho de 34.4MPa.
8431.43.90	057	Corpos externos da ferramenta de viagem única de 16 Polegadas com diâmetro externo de 467mm, peso aproximado de 1.111kg e comprimento de 1.957mm.
8431.43.90	058	Luvas externas da ferramenta de viagem única com máxima capacidade de torção de 26.796N-m, peso aproximado de 853kg e comprimento de 1.856mm.
8431.43.90	059	Corpos externos da ferramenta de viagem única de 18 polegadas com comprimento de 1.957mm, peso aproximado de 1.460kg e diâmetro interno de 76mm.
8431.43.90	060	Mandris das ferramentas de perfuração avante com área de fluxo otimizada, utilizadas para instalação da primeira fase e perfuração da segunda fase de poços submarinos de petróleo com diâmetro interno de 88,9mm, diâmetro externo de 824,62mm e capacidade máxima de 340.000kg.
8431.43.90	061	Corpos da ferramenta de instalação do 30/36 Polegadas, alojador de baixa pressão com diâmetro interno de 88,1mm e diâmetro externo de 824,62mm com peso aproximado de 1.574,8mm.
8431.43.90	062	Corpos da ferramenta de teste de BOP (Blowout Preventer) com capacidade de compressão até 2.000kg, classe de temperatura entre 35 Graus Fahrenheit (-18 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius) e diâmetro externo de 474,35mm.
8431.43.90	063	Corpos modificados da ferramenta do alojador de alta pressão 18-3/4 polegadas com peso aproximado de 987kg, diâmetro externo 472,06mm e comprimento de 1.651mm.
8431.43.90	064	Capas inferiores da ferramenta de perfuração avante, utilizadas para instalação da primeira fase e perfuração da segunda fase de poços submarinos de petróleo com diâmetro externo 824,62mm, peso aproximado de 3.232kg, capacidade máxima de 340.000kg.
8431.43.90	065	Ferramentas de instalação e remoção do Tubing Hanger de 7 & 10K, para diâmetro externo de 18 3/4 polegadas do recipiente protetor do "collet finger" com peso aproximado de 34 lbs(16kg).
8431.43.90	066	Ferramentas para funcionamento ou recuperação de EVDT de 7k/10k, para diâmetro externo de 18 3/4 polegadas (47,625cm) com acionamento mecânico, tendo pressão máxima de trabalho de 10.000psi.
8431.43.90	067	Ferramentas para instalação/remoção para montagem de chassi da Capa de XT EVDT com buchas de revestimento contendo Stab de Produção LRP para Hub de 27 polegadas e peso aproximado de 1894 lbs/860kg.
8431.43.90	068	Ferramentas de Manuseio de ação manual para tubing hanger concêntrico de 18 3/4 polegadas com carga segura de trabalho de até 2.500kg (5511 lbs, peso aproximado de 55kg(121lb), sendo certificado para DNV 2.22 e marcado pela CE.

8431.43.90	069	Ferramentas horizontais de instalação e remoção do "choque" submarino "technipfmc" para montagem do inserto do "choque" com faixa de temperatura de -75 Graus Fahrenheit (-59 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius) e opera em profundidade de até 3.000m contendo peso aproximado de 1.216lbs (552kg).
8431.43.90	070	Ferramentas da unidade de trava, para instalação e retirada do SCM com carga de trabalho segura de 4.900kg, peso bruto máximo de 5000kg e faixa de temperatura é de 0 Graus Fahrenheit (-18 Graus Celsius) a 131 Graus Fahrenheit (55 Graus Celsius).
8431.43.90	071	Ferramentas utilizadas para testes de pressão com conector H4 e modelo Torus IV para qualificação de equipamentos com pressão de trabalho até 22.500psi com capacidade de carga até 85t e peso aproximado de 7.650kg.
8431.43.90	072	Camisas estabilizadoras superiores e inferiores, não magnéticas, com diâmetro máximo externo de 173/8 polegadas, para máquinas de perfuração de poços de petróleo e gás, utilizadas para direcionamento das brocas, com a finalidade de distribuir as tensões e forças da coluna na perfuração, de modo a alterar a tendência de ganho de inclinação e direção do poço, além de aumentar a rigidez da coluna, evitando ou suavizando as vibrações.
8432.80.00	033	Equipamentos revolvedores de leiras de compostos orgânicos (compostagem) ou mineral, para uso agrícola ou industrial, autopropulsado com motor a diesel maior ou igual a 375HP, mas igual ou inferior a 630HP, grupo hidráulico integrado ao equipamento, dotados de: cabine de operação climatizada por ar-condicionado com filtragem de ar, plataforma para acesso a área da cabine e do grupo gerador com guarda-corpo, rotor de revolvimento acionado hidraulicamente com tubo de diâmetro maior ou igual a 700mm e menor ou igual a 1.016mm equipados com aletas substituíveis e com rebatedores laterais helicoidais, túnel de revolvimento de formato trapezoidal com largura maior ou igual a 5,57m e menor ou igual a 6,60m e altura mínima para o solo de 2,4m, sistema de propulsão hidráulico dotados de 4 rodas motrizes com tração independente ou esteiras metálicas, com velocidade de avanço ajustável controlada pelo operador ou com auxílio de piloto automático, movimentação independente esquerda / direita, sistema de regulagem de altura do chassis do equipamento com capacidade de elevação em 50cm independente frontal
		/ traseiro e sistema de operação computadorizado.
8433.90.90	030	Mantas de borracha vulcanizada com 914,4mm de largura por 6.969mm de comprimento.
8433.90.90	031	Rodas de plástico UHMW, com revestimento de borracha moldada, com diâmetro de 368,3 por 279,4mm de largura
8433.90.90	032	Rodas de plástico UHMW, com revestimento de borracha moldada e encalque de cubo de aço ASTM a36, com diâmetro de 711,2 por 241,3mm de largura.
8433.90.90	033	Eixos da roda em aço 4340 (dureza 32-35hrc) com diâmetro de 75 por 694mm de comprimento (com tempera por indução dureza 50-55hrc nas extremidades).
8433.90.90	034	Eixos da roda em aço 4340 (dureza 32-35hrc) com diâmetro de 75 por 762mm de comprimento (com tempera por indução dureza 50-55hrc nas extremidades).
8433.90.90	035	Pinos pivô de aço resistente a atrito com diâmetro de 75 por 209mm de comprimento.
8433.90.90	036	Pinos pivô de aço resistente a atrito com diâmetro de 76 por 248mm de comprimento.
8433.90.90	037	Eixos principais forjado de aço 4140 temperado (dureza 30-35hrc) com diâmetro de 569 por 421mm de comprimento.
8434.20.90	029	Filadeiras contínuas em aço inoxidável para filar coalhada fresca e comercial a vapor, com capacidade de produção variável entre 3.000 a 6.000 kg/h realizando funções de pré-aquecimento, cozimento e filagem, transporte da massa filada, adição ou não de sal a seco, adição ou não de ingredientes lácteos, dotadas de: superfícies em contato com o produto tratado mecânico e eletroquímico antiaderentes (dispensando revestimentos PTFE), conjunto de roscas duplas contrarrotativas aquecidas por sistema indireto de calor, jaquetas aquecidas por sistema indireto de calor, componentes para injeção de vapor para aquecimento, cozimento e filagem da coalhada, sensores para controle de temperatura, contendo ou não componentes para medição de pH do queijo, sistema de limpeza (CIP), controladas por PLC acondicionado em painel de controle com tela sensível ao toque e centro de controle de motor, formado ou não por corpo único.
8434.20.90	030	Máquinas de moldagem e resfriamento automáticos para queijos de pasta filata com capacidade entre 3.000 a 6.350kg/h com superfície em aço inox tratado antiaderente, seção de alimentação com funil, extrusora com 2 roscas sem fim revestidas com material de dupla camada de material antiaderente, jaqueta para aquecimento, carrossel rotativo composto por blocos com estrutura de suporte, cilindros e controles de indexação, cilindro individual para cada cavidade do carrossel, sensores para ajuste do peso dos queijos; estrutura com gancho para transferência de blocos que compõem o carrossel; blocos que compõem o carrossel com altura máxima de 880mm para o queijo; tanque de água fria com bomba e controle de nível; tanque de água quente com bomba, válvula de vapor e borrifador, controle de temperatura e controle de nível; conjunto de tubulação, bombas e sensores para troca de temperatura indireta entre o líquido quente ou frio e as peças de queijo;
		cilindro de ejeção; gabinete de controle com painel sensível ao toque (touchscreen) e interface para o operador; sistemas de controle em painel em aço inoxidável; pardas de motor e acionamentos com inversor de frequência; seções de limpeza CIP (Clean in Place) incluindo gabinete de lavagem, dispositivos de pulverização e estação de inundação das cavidades; com ou sem plataforma de acesso; com ou sem carrossel rotativo adicional composto por blocos para formação de queijos de diferente formato e tamanho.
8435.10.00	015	Prensas de banda para separação contínua de líquidos a partir de diferentes misturas sólido-liquidas, com capacidade máxima de 40t/h.
8435.10.00	016	Máquinas para espremer e extrair suco de frutas cítricas com capacidade de processamento de até 13frutas/min com tecnologia antibacteriana de íons de prata, alimentador com capacidade para 6 frutas com sensor de presença que detecta a ausência de frutas e para automaticamente o modulo extrator, sistema triplo de segurança e detecção de bloqueio do motor, sistema operacional com modo automático continuo, recipiente de sucos integrado com capacidade para 750ml, modo manual composto por torneira de autoatendimento com acionamento direto que permite a liberação do suco e com sistema anti-gotejamento, display digital que permite verificar a quantidade de frutas espremidas, modo alarme com identificação dos erros operacionais via tela display e kit de extração compacto e de fácil limpeza.
8435.10.00	017	Máquinas para espremer e extrair suco de frutas cítricas com capacidade de processamento de até 27frutas cítricas/min e com eficiência de produzir até 2,5 litros de suco/min com tecnologia antibacteriana de íons de prata, sistema duplo de segurança e detecção de bloqueio do motor, peças compostas por imãs de contato, sistema operacional com acionamento profissional e autoatendimento, torneira anti gotejamento com botão frontal de acionamento automático e com trava para operação em modo continuo, suporte para garrafa, alimentador integrado composto por prato giratório e capacidade de armazenamento de 10kg de frutas, cesto integrado para descarte de cascas, visualização de dados operacionais, contagem de frutos espremidos e sinalização de erros via tela display digital com botões sensíveis ao toque.
8435.10.00	018	Máquinas para espremer e extrair suco de frutas cítricas com capacidade de processamento de até 22 frutas cítricas/min e com eficiência de produzir até 2 litros de suco/min com tecnologia antibacteriana de íons de prata, sistema duplo de segurança e detecção de bloqueio do motor, peças compostas por imãs de contato, sistema operacional com acionamento de autoatendimento e auto funcionamento que permite a operação de forma automática com a introdução da fruta no alimentador, torneira anti-gotejamento com botão frontal de acionamento automático e trava para uso de modo continuo, visualização de dados operacionais, contagem de frutos espremidos e sinalização de erros via tela display digital e com botões sensíveis ao toque.
8438.10.00	252	Combinações de máquinas para a fabricação contínua e balanceada de massa alimentícia para pães de hambúrguer, cachorro-quente e pães especiais, com capacidade de produção máxima de 1.568kg/h, com monitoramento eletrônico via controlador lógico programável (CLP), composta de: 1 masseira horizontal em aço inoxidável com caçamba refrigerada, basculamento de 120 Graus, com válvula tipo borboleta para entrada automática de farinha, entrada de ingredientes líquidos e capacidade compreendida entre 136 a 272kg de esponja massa; 1 masseira horizontal em aço inoxidável com caçamba refrigerada, basculamento de 120 Graus, com válvula tipo borboleta para entrada automática de farinha, entrada de ingredientes líquidos e entrada para a alimentação de esponja massa com capacidade compreendida entre 227 a 453kg de massa; 1 elevador/tombador de carros de esponja massa; 1 porcionador automático de massa, acoplado a esteira sanitária inclinada de 80 Graus;
		conjunto de esteiras sanitárias horizontais para o transporte da massa; e 12 carros de construção especial em aço inoxidável para a fermentação de esponja massa.
8438.10.00	253	Combinações de máquinas automáticas e contínuas para fermentação e cocção de massa de pães de forma com peso máximo de 400g assado, com capacidade máxima igual ou superior a 18.000pães/h, com controlador lógico programável (CLP), composto de: alimentadores transportadores oscilantes para massa dos pães nas formas; câmara de fermentação com capacidade de 2.503 balancins e tempo de permanecia da massa de 100min, com controle de temperatura de 27 a 36 Graus Celsius e umidade relava entre 60 a 85%, com extensão mínima de 26.540 m; com sistema concatenado entre a câmara de fermentação e área de cocção através de correntes laterais interligadas por total de 3.780 balancins (gondolas) em aço inox com capacidade cada de 4 formas triplas para pão; forno de cocção do tipo indireto a convecção dotado de 12 câmaras independentes de combustão, com capacidade de 759 balancins com extensão mínima de 30.500mm; retirada dos pães das formas (depanner)
		por meio de ventosas à vácuo, transportadores de esteiras de ligações.
8438.10.00	254	Combinações de máquinas automáticas para aplicação de coberturas líquidas e/ou secas e escarificação superficial em massas de pães de hambúrguer sobre assadeiras, com capacidade nominal de aplicação em até 5.600dúzias de pães/h, com controladores lógicos programáveis (CLP), Interface Homem Máquina (IHM), pulverizador de agua, pulverizador de coberturas líquidas (glaze) com sistema de visão integrado, tanque encamisado e limpeza integrada, máquina para escarificar massa de pão por jato de água pressurizada com escarificação e parada de assadeira simultâneas "cross split", máquina para escarificar massa de pão "splitter" por jato de água pressurizada para diversos tipos de padrões sem parada de assadeira, polvilhador de farinha, aplicadores de grãos e sementes variadas com reservatório e tremonha a vácuo de abastecimento automático, interligadas por transportadores.
8438.20.90	069	Moinhos de tortas de cacau com estabilização de pó para fabricação de pó de cacau com granulometria de 99,5µm de finura e capacidade máxima de 4.000kg/h de processamento, dotados de: um moinho classificador; um detector e rejeitador de metal; uma válvula rotativa para alimentação do sistema de transporte pneumático e moagem de tortas de cacau; dois filtros de produto para armazenagem e estabilização do pó da torta de cacau moído; dois ventiladores centrífugos de circulação de ar frio; duas válvulas rotativas na saída dos filtros de produto; um sistema de detecção de faísca para segurança do sistema; dois trocadores de calor com filtros bactericidas para filtragem e resfriamento do ar interligadas a duas unidades reguladoras de água gelada; um painel elétrico para o controle automatizado do processo e operacional.
8438.50.00	366	Conjuntos para utilização exclusiva "upgrade" em máquina de insensibilização de suínos por dióxido de carbono, compostos por: sistema automático pré-divisor de suínos em grupos por tamanhos predeterminados por meio de portões servo assistidos e sensores; e 2 gôndolas não motorizadas, feitas em aço galvanizado, com área de 3,43m², capacidade para até 8 animais de peso total de até 780kg.
8438.50.00	367	Máquinas fatiadoras computadorizadas de alto desempenho para produtos alimentícios tais como bacon e/ou presunto curado, munida de sistema de servomotores e servocontroladores, com velocidade máxima de corte igual ou superior a 1.500rpm, para produtos com comprimento máximo de até 650mm, dotadas de balança de pesagem dinâmica, esteira transportadora de porções, sistema de escaneamento de produtos, sistema de projeção para indicação de correção de porções fora de peso, dispositivo afiador de facas e carro para acomodação das partes que são desmontadas para higienização da máquina.
8438.60.00	022	Equipamentos automáticos para texturização de tubérculos vegetais em até 30.000kg/h de batatas, com campo elétrico pulsado para redução de quebras moleculares e de desperdícios e elevação de crocância com gerador de pulso elétrico de até 30kV, corrente de saída operacional de até 3.000A e frequência operacional de até 500pulsos elétricos/s.
8438.80.90	108	Máquinas industriais para ralar alimentos de alta produtividade, possuindo um sistema de raspagem com rotações internas distintas, operando com 2 velocidades entre 380 e 750rpm, com capacidade de produção aproximada de até 2.000kg/h, contendo tambores de diferentes granulometrias de raspagem, palhetas direcionadoras e elementos de ralar fabricados em aço inox, equipada com dispositivo de refrigeração interno, potência do motor de 4 - 7,5kW, tensão: 3 x 380V, frequência: 60Hz, completa, com sistema elétrico, peças e acessórios para seu funcionamento.

8441.10.90	114	Máquinas automáticas para corte de materiais rígidos e flexíveis, tais como papel, papel fotográfico, papel térmico, papel magnético, cartolina, lona, vinil e tecido (tecidos, malhas, materiais têxteis e outros materiais porosos exigem um forro), com opção de esboço de desenho e escrita por meio de caneta, largura de recorte com variações de 21 até 155cm, velocidade recorte mínima de 500mm/s, força máxima de até 2.000g, dotadas de lâmina de corte auto ajustável para profundidade, com opção de sensor óptico ou câmera para identificação de imagem pré-impressa para recorte, com opção de painel colorido "touchscreen", conexão USB com máquina automática de processamento de dados com ou sem compatibilidade "WiFi" e com ou sem controle remoto.
8441.10.90	115	Cortadeiras digitais a laser, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de corte de 1.524mm/s para cortes em linha reta, para trabalhar bobinas com largura máxima de 400mm, com voltagem do laser de 20 até 30W, largura máxima de corte de 381mm, controle de ajuste de velocidade e potência com até 16 configurações, painel LCD de 4 linhas, fonte CO2 laser selada, sistema de alinhamento através de módulo CCD, interface USB, trabalho rolo a rolo com controle por motor de passo, sistema de vácuo para fixação e limpeza de mídia, fonte de energia de 100-240 Volts AC, 50/60Hz, comutação automática, máx. 10A, consumo de energia máximo de 1.000W, com opção de laminador em módulo integrado ou não.
8441.10.90	116	Cortadeiras digitais, para trabalhos rolo a rolo, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de corte de 960mm/s para cortes em linha reta, para trabalhar bobinas com largura máxima de 310mm, com tamanho máximo de rótulo de corte em branco de 300 x 200mm, força máxima descendente de 750g com ajuste de 3 níveis, precisão de repetição menor ou igual a 0,08mm, painel touchscreen com interface de usuário profissional, interface USB, CPU de 64 BIT e 32MB de memória flash, botão de emergência frontal, ruído menor ou igual a 35dB, com temperatura ambiente para operação de 5 - 35 Graus Celsius, com potência de 150W.
8441.10.90	117	Cortadeiras digitais, para trabalhos folha a folha, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de corte de 960mm/s para cortes em linha reta, para trabalhar com mídias com largura entre 210 a 330mm e comprimento entre 279 e 500mm, com velocidade de digitalização entre 5 a 12s, capacidade de mídia para até 120 folhas de 80g/m² de papel, espessura de mídia entre 80 a 300g/m², precisão de corte de 0,02mm, painel touchscreen com interface de usuário profissional, interface USB ou SD CARD/USB, força máxima de corte 750g com 3 níveis, dispositivo de digitalização através de sensor óptico de luz vermelha ou câmera CCD.
8441.20.00	045	Máquinas totalmente automáticas para confecção sacolas de sacolas de papel alimentadas por rolo, de gramatura entre 80g e 150g/m2, fundo quadrado, com alça plana ou torcida, largura do rolo de papel entre 590 e 1.150mm e diâmetro máximo de 1.200mm; largura do corpo das sacolas entre 200 e 360mm; comprimento do tubo de papel entre 350 e 650mm; tamanho do fundo da sacola entre 80 a 200mm, altura da alça torcida entre 110 e 120mm e da alça plana de 100mm. Contém cubo de formação que possibilita fabricar 5sacolas/volta. Máquinas composta pelas seções de desenrolamento, fabricação de alça torcida, fabricação de alça plana, aplicação da alça, formação do tubo, formação do fundo, coleta de sacolas e seção de controle, com capacidade máxima de produção de 120sacolas/min com alça.
8441.80.00	Ex 116	Máquinas automáticas para corte e vinco, alimentadas por bobina, para processamento de substratos diversos como papel revestido de PE, papel normal, papel corrugado ou material plástico, largura máxima da bobina igual ou superior a 950mm, diâmetro máximo de 1.800mm, capacidade de produção igual ou superior a 150golpes/min, tamanho de corte igual ou superior a 950 x 540mm.
8442.30.90	037	Montadoras de clichês semiautomáticas com posicionamento automático das câmeras nas posições horizontal, vertical e na circunferência da camisa, dotadas de duas câmeras digitais coloridas com ampliação de 100X visualizando marcas de registro, micro pontos e cruzes, tela "touchscreen" de 27 Polegadas, movimentação das câmeras e do mandril cantilever das camisas através de servo motores, precisão de +/- 1 mícron, largura máxima de até 1.300mm (lado esquerdo da montagem da camisa), mínimo de desenvolvimento de 320mm e máximo de até 1.400mm.
8443.39.10	350	Máquinas impressoras digitais de produção, por jato de tinta "inkjet", 4 cores (CMYK), para a impressão em mídias porosas como papelão, papel, envelopes, sacolas e tags, com resolução máxima de impressão de 1.200dpi/cor, velocidade máxima de impressão de 27m/min, largura máxima de impressão de 297mm, utilização de tinta pigmento base água, alimentador de fricção integrado, bandeja de recepção ajustável, esteira de transporte à vácuo, conexão ethernet, driver de impressão compatível com sistemas operacionais para impressão estática, tela "touchscreen" de 10,1 polegadas, ajuste eletrônico de altura da cabeça de impressão, temperatura de operação entre 15 e 30 Graus Celsius.
8443.39.10	356	Máquinas impressoras digitais industriais, operando por jato de tinta, 4 ou mais cores, para a impressão de folhas de papelão corrugado e outros, utilizadas no processo de manufatura de caixas ou displays, com resolução a partir de 600 x 300dpi, velocidade máxima de produção de 562m2/h, largura máxima de folha de 98 polegadas (250cm), com ou sem empilhador de saída, com ou sem secador IR.
8443.39.10	357	Máquinas de impressão por jato de tinta, de uso industrial, com funções cumulativas ou não de marcar, codificar, personalizar, endereçar e datar produtos ou embalagens, de formatos, superfícies e materiais variados, como plástico, vidro, metal, papel e cartão, com velocidade máxima de impressão de até 2.700caracteres/s, imprimindo em movimento com velocidade linear máxima do produto de até 508m/min.
8443.91.99	085	Rolos de impressão cobertos de borracha para transferência da tinta para a lata de alumínio, cor verde água (E.P.D.M.), alta resistência a abrasão e temperaturas de até 176,6 Graus Celsius (350 Graus Fahrenheit) e produtos químicos, para máquinas de impressão de latas.
8443.91.99	086	Rolos de impressão coberto de borracha para transferência da tinta para a lata de alumínio, cor preta (N.G.), alta resistência a abrasão e produtos químicos para máquinas de impressão de latas que rodam 2.000latas/min.
8450.90.10	026	Eixos do cesto, flange, tipo tripé, com eixo central igual ou superior a 115mm de comprimento, fabricado em aço 1045, base em alumínio, com braço de fixação igual ou superior a 239mm, para uso exclusivo em máquinas de lavar roupas com capacidade em peso de roupa seca superior a 10kg.
8451.40.29	017	Máquinas para tingir tecidos e tecido de malha, hidráulica, com tecnologia específica para utilização mínima de água e produtos químicos, com capacidade nominal de 320kg, volume nominal de água 1.600L, diâmetro autoclave 1.200mm e comprimento 2.000mm.
8451.80.00	090	Máquinas de impressão e revestimento de acabamentos especiais em tecido plano, com três aplicadores com controle automático da quantidade de pastas ou espumas na superfície do tecido, para aplicações de até 2.000mm de largura, com velocidade operacional de até 50m/min, dotadas de: unidade de impressão por serigrafia rotativa com cilindro de impressão de área de impressão de 640 até 1.018mm de comprimento; unidade de aplicação tipo espatulagem (coating) para aplicação de pastas por meio de faca sobre cilindro ou faca sobre ar; e unidade de aplicação de espuma por meio de um sistema de estrutura de perfil de alumínio acionado eletronicamente.
8454.30.90	084	Máquinas para vazamento vertical de tarugos de alumínio de diâmetros de 5 e 7 polegadas e comprimento máximo de 7.500mm, compostas por: cilindro hidráulico com 400mm de diâmetro, 31t de capacidade de vazamento, 8.000mm de curso total e 7.500mm de comprimento do vazamento; "platen" de apoio da mesa de vazamento e junção desta com cilindro; unidade hidráulica para elevação do cilindro hidráulico, 1 sistema de inclinação das mesas; com sistema de controle de vazamento automático; estrutura para captação de gases do poço de vazamento; sistema para adição de refinador de grão para ajuste das características metalúrgicas do alumínio; sistema de controle do fluxo de água para os moldes de vazamento; filtro com auto limpeza para controle e filtragem de água de resfriamento; sistema de controle de nível de água do poço de vazamento, com bombas verticais para controle da água; controle de nível de metal nas calhas por laser; painel de energia; 1 mesa de 56
		posições para vazamento de tarugos de 5 polegadas com moldes; 1 mesa de 56 posições para vazamento de tarugos de 7 polegadas com moldes; console de operação com interface homem máquina (IHM); e, comando por controlador lógico programável (CLP).
8456.11.90	028	Máquinas para gravação a laser com função de gravação em materiais diversos: PVC, embalagens, plásticos, com voltagem bivolt 110/220V, altura máxima de 2.000mm, barra de escala com configuração ajustável, lista de etapas: Largura e altura das letras de 0,1 a 10mm, distancia móvel de cada passo na direção X e Y offset de 0,1 a 100mm, ângulo de 1, 90 até 180 graus máximo, espaçamento das letras impressão 0,1 a 1mm, parâmetros de impressão ajustável: velocidade de impressão galvanômetro 3.000mm/s, velocidade de marcação 1.000mm/s, frequência 10kHZ, parâmetro óptico ajustável: velocidade da luz vermelha laser 3.000mm/s, gravação em diversos tipos de fonte de letras, compatível com arquivos de diferentes formatos tais como: MDB, Bitmap, QR Code, Code 39, Code 128, com conexão USB e também SD, controladas por software de controle, dotadas de aste de metal para montagem dos componentes com regulagem de altura, tela de visualização e
		manuseio, CPU e peça com a luz vermelha (laser), de valor unitário (CIF) não superior a R$31.800,00.
8457.10.00	446	Centros de usinagem vertical de dupla coluna tipo portal com travessa fixa, com comando numérico computadorizado (CNC), com 3 eixos controlados simultaneamente, podendo conter 4º eixo interpolado (Eixo-A), capaz de mandrilar, fresar, furar e rosquear metais e não metais com curso de trabalho nos eixos X, Y e Z iguais ou superiores a 762, 460 e 460mm respectivamente, dimensões da mesa iguais ou superiores a 1.000 x 460mm, capacidade máxima de carga sobre a mesa igual ou superior a 700kg, com sistema estabilizador termo ativo da estrutura da máquina-(TAS-C), com sistema estabilizador termo ativo do fuso (Spindle)-(TAS-S), com precisão dimensional da peça menor que 8mm mesmo em ambientes de trabalho com variações de temperatura, fuso (Spindle) tipo motor integral (motor spindle) com velocidade de 12.000 ou 15.000rpm, com velocidade de corte nos eixos X,Y e Z de 32m/min, avanço rápido nos eixos X e Y de 40m/min e Z de 32m/min, com trocador
		automático de ferramentas (ATC) com capacidade de até 32 ferramentas, com comprimento máximo da ferramenta de 300mm, com tempo de troca de ferramenta (T-T) de 1,2s, com tanque de refrigeração, com ou sem transportador de cavacos, com sistema de gerenciamento de economia de energia (ECO SUITE), com sistema de gestão da usinagem e das atividades realizadas pela máquina (MacMan), com sistema de análise da condição de corte para minimizar vibrações com captura por microfone (Machining Navi).
8457.10.00	447	Centros de usinagem vertical de dupla coluna, tipo portal, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos controlados simultaneamente, capazes de fresar, mandrilar, furar e roscar metais e não metais, com curso de trabalho nos eixos lineares X de 1.020mm, Y de 510mm e Z de 460mm, com velocidade máxima de avanço rápido dos eixos X, Y e Z de 52.000mm/min e velocidade máxima de avanço de usinagem de 52.000mm/min, com largura efetiva entre colunas de 1.380mm, tamanho da mesa de 1.200 x 550 mm, com capacidade de carga máxima sobre a mesa de 1.200kg, velocidade (rotação) máxima do "spindle" de 12.000rpm, magazine com capacidade de 60 ferramentas, com diâmetro máximo da ferramenta de 80mm e tempo de troca de ferramentas de 3,7s.
8457.30.10	006	Máquinas de estações múltiplas de usinagem simultânea tipo "transfer", com comando numérico computadorizado (CNC) de alta tecnologia para usinar simultaneamente corpos de compressores de ferro fundido com capabalidade Cpk 1,67 nas tolerâncias de 0,09mm para batimento total das pernas, 0,04mm de perpendicularidade de cilindro x mancal, 0,03mm perpendicularidade topo x cilindro e diâmetros de cilindro e mancal com ±0,01mm, máquina com capacidade de produção de até 514peças/h, com sistema de carga e descarga automático por robô, a máquina possui 18 unidades de usinagem programadas e controladas pelo CNC, dispostas em até três unidades por estação (vertical inferior, superior e radial), sendo: 16 unidades de furação-fresamento de 5,5 e 7,5kW de potência, fuso com rotação variável por inversor de frequência de até 4.000 e 6.000rpm e 2 unidades combinadas de furação e rosqueamento em posição fixa de 5,5kW potência, rotação variável
		por inversor de frequência de até 4.000rpm, possui mesa horizontal de posicionamento e transferência da peça com 10 estações, com eixo C de duplo motor em sincronismo "Dual Drive", sendo que possui montado em cada posição um dispositivo de fixação, maquina completa de transportador de cavacos, sistema de alta pressão de refrigeração de 20bar e seus acessórios standard.
8459.29.00	007	Máquinas automáticas de conformação (end forming) e furação de tubos metálicos, dotadas de alimentação automática, consola táctil de parametrização e histórico produtivo, unidades de furação simples e duplas, descarga automática para cavaletes de acabamento, com ou sem sistema de marcação de tubo processado, processamento até 60tubos/h, espessura do tubo 2,5 - 4 mm, diâmetro 127mm, comprimento 5.540 - 11.670mm, até 25 unidade de furação, sendo 10 verticais e 15 horizontais.
8459.31.00	079	Madriladoras-fresadoras com comando numérico computadorizado, em estrutura de ferro fundido, utilizadas para fresar, mandrilar e furar, com 5 eixos controlados via CNC, com eixo árvore no diâmetro máximo de 130mm, curso máximo do eixo X de 3.800mm, curso máximo do eixo Y de 2.000mm, curso máximo do eixo Z de 1.500mm e curso do eixo W de 800mm, motor principal de 55kW de potência, rotação de 4.000rpm, torque de 2.250Nm, correção em tempo real da dilatação térmica do eixo árvore via CNC, avanço nos eixos X, Y e Z de 25m min, avanço no eixo W de 25m min, sistema de medição direta em todos os eixos do tipo absoluto, mesa giratória de posicionamento milesimal com 1.800 x 2.200mm, com apoio hidrostático, capacidade de carga de 20t, resolução de posicionamento absoluto no eixo B de 536.870.912 pulsos, "tilting" torque momento pendular da mesa giratória de 40.000Nm, rotação de giro da mesa eixo B de 4 rpm, cabeçote de fresar angular de 1 eixo

		posicionamento automático a cada 2,5graus, com 20kW de potência, rotação de 2.400rpm, torque de 1.000Nm, magazine trocador automático para 60 ferramentas com torque de bloqueio de ferramenta de 60Nm, sistema de refrigeração externa e interna via ferramenta controlado por CNC de pressão de 30bar e vazão de 50L/min, proteções ao redor da máquina interligadas com o sistema de segurança em atendimento à NR12.
8459.59.00	003	Fresadoras ferramenteiras com cabeçote de velocidade variável, com ou sem inversor de frequência, velocidade do eixo-árvore de 65 a 3.200rpm ou superior, motor do cabeçote vertical ferramenteiro de 5HP, motor do cabeçote universal horizontal de 5HP, mesa de 1.370x254mm ou maior, angulação da mesa de 35 Graus, inclinação lateral do cabeçote vertical de 90 Graus, cone do eixo-árvore do cabeçote ferramenteiro vertical IS040, cone do eixo-árvore do cabeçote universal horizontal IS040, leitores digitais nos eixos XYZ, motorização de avanço eletrônico ou engrenado no eixo longitudinal (X), podendo ter motor de avanço eletrônico ou engrenado no eixo transversal (Y) e motor elétrico de subida e descida da mesa.
8459.61.00	057	Centros de fresagem para virabrequim temperado de alta precisão, para pré-acabamento de mancais e moentes com comando numérico computadorizado (CNC), único corpo e base única de concreto, duplo fuso de fresas independentes, dotados de um sistema de fixação de placa dupla, lunetas de apoio, sistema de medição automático por apalpador, com potência de 36kW, torque de 3.550Nm, velocidade do fuso de 300RPM, área de trabalho de 1.200mm de comprimento e 170mm de diâmetro, capaz de garantir posição axial para os mancais e moentes de 0,2mm, posição radial de 0,1mm, circularidade de 0,05mm nos diâmetros, com tolerância nas larguras e diâmetros de mais ou menos 0,05mm, fresamento a seco e transportador de cavaco.
8460.24.00	012	Retíficas automáticas de precisão, controladas por comando numérico computadorizado (CNC), utilizadas para retificar metais com diâmetro máximo de furo retificável de 200mm, profundidade máxima de furo retificável de 190mm, com 4 eixos, sendo 2 eixos lineares, com deslocamento máximo no eixo X de 400 e no eixo Z de 460mm, 1 eixo B0 rotativo com giro angular de -15 graus/+91 graus e eixo W (manual) com percurso de deslocamento de 220mm, dotadas de sistema de exaustão.
8460.29.00	184	Máquinas retificadoras contínuas à seco de blocos refratários em superfície plana com largura de 114 até 600mm; altura de 30 até 350mm; remoção de material por passe de 0,5 até 1,5mm; tolerância dimensional de ± 0,3mm; tolerância padrão de ± 0,5mm e ângulo de giro de 5 graus até 30 graus com sistema de transporte vertical e horizontal revestido e sistema de compensação de tolerâncias variáveis por mola.
8461.50.90	019	Máquinas automáticas para multicortes simultâneos de tubos metálicos com diâmetro entre 12 e 50mm, com sistema de carrosséis para transporte dos tubos até os cabeçotes de corte e posterior descarga em esteiras, possibilitando uma operação contínua, com capacidade de produção máxima de 25.200 peças por hora, dotadas de 14 cabeçotes de corte, com corte por serra circular com diâmetro de no máximo 315mm, com sistema alimentador de tubos com capacidade para até 4.000kg, para tubos com comprimento de até 7.000mm, com duas esteiras de controle independentes para retirada dos tubos do interior da máquina, com quadro elétrico, controladas por CLP único, com opção de operar no modo manual, com comando remoto por "joystick", com sistema pneumático, com dispositivos de segurança, construída segundo normativos de segurança cee89/392 ce..
8462.21.00	292	Máquinas dobradeiras elétricas, com comando numérico computadorizado, sistema de fixação e alinhamento da ferramenta automática para punção e matriz, sistema de segurança com ajuste automático da posição de dobra, painel de operação "touch", dispostos de sistema de programação gráfica no comando da máquina em desenhos com definição em 3D e "software" específico instalado no comando da máquina "TecZone Bend", que permite abrir arquivos em 3D e gerar o programa automaticamente, posição da matriz variável, com iluminação frontal e traseira para auxílio no trabalho e posicionamento instrutivo em LED para posicionamento da estação de dobra, sistema de medição de ângulo automático ACB "Wireless", acionamento através de cartão RFID para controle de acesso do painel da máquina, comprimento máximo de dobra de até 1.530mm, força de operação até 50t, disposta com até 9 eixos de ação.
8462.29.00	264	Prensas mecânicas "linkdrive" com capacidade de 8.000kN, para estampagem de chapas metálicas, com controlador lógico programável (CLP), mesa e martelo com dimensões 5.200 x 1.600mm, velocidade ajustável em modo contínuo de 5 a 25golpes/min, transmissão para fornecer 160kJ de energia em modo contínuo a 8golpes/min a 20mm do ponto mínimo inferior, troca de ferramenta semi automática com 2 mesas móveis, sistema automático de fixação de ferramentas por grampo hidráulico móvel, abertura programada para queda de cavaco ao nível do solo em frente, atrás e no centro da prensa, 2 transportadores de cavaco: um abaixo da prensa, e outro inclinado para depósito de cavaco em caçamba ao nível do solo, cabine de enclausuramento para abafar ruídos, de valor unitário (CIF) não superior a R$10.483.658,00.
8462.91.19	094	Prensas hidráulicas para cravação de terminais em mangueiras, com mancal de deslizamento na ferramenta de prensagem isento de lubrificação, força de prensagem entre 200 e 340t, diâmetro máximo de prensagem entre 100 e 165mm, curso entre 41 e 70mm, velocidade de abertura das ferramentas entre 7,9 e 44mm/s, fechamento entre 3 e 30mm/s prensagem entre 1,3 e 2,3mm/s, com ou sem controlador lógico programável (PLC) tipo "touchscreen".
8464.10.00	057	Máquinas próprias para cortes de pavimentos em geral equipadas com discos diamantados de até 50mm, motor a combustão 4 tempos a gasolina de até 13HP, tanque de água incorporado para arrefecimento do corte, volante de ajuste da profundidade de corte com amortecedor incorporado, alça de içamento, guia de corte, punho com ajuste de altura e atenuador de vibração, capacidade de corte de até 245mm de profundidade no piso.
8464.20.90	037	Politrizes elétricas próprias para desbaste e polimento de pisos de concreto, pedra natural e outros tipos de pisos, através de segmentos diamantados ou de videa, com padrão de engate "ezchange" ou "redi-lock", para trabalho a seco ou úmido, com área de trabalho de 1.380mm, dotados de assento para o operador, dois sistemas de aspiração de pó de 3kW cada, dois cabeçotes de fresamento, cada cabeçote equipado com motor elétrico de 11kW e sistema planetário de rotação com 4 discos de desbaste de 270mm.
8465.10.00	934	Máquinas-ferramentas para fresar, furar e serrar painéis de madeira ou similares, com controle numérico computadorizado (CNC) e com software de programação, com capacidade de furar, dotado de sistema de troca rápida nas brocas verticais e com sistema de travamento automático dos mandris para controle preciso de profundidade de furação, com múltiplas ferramentas verticais e horizontais independentes para trabalhar no máximo 5 lados da peça com movimentação simultânea da peça em X e os cabeçotes em Y e Z, com comprimento mínimo da peça de 180mm e máximo de 3.050mm e largura mínima de 55mm e máxima de 1.200mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$116.150,00.
8465.10.00	935	Máquinas para corte e processamento rápido de madeira, automática, com capacidade para operações adicionais de furação, fresagem e impressão, com capacidade para processar madeira de seção compreendida entre 20 x 40mm e 160 x 450mm, com comprimento de até 8.000mm, com precisão de posicionamento de ±0,5mm e velocidade de alimentação de 120m/min, com unidade de serra com lâmina de serra sem flange, de 5 eixos e giro de 360 graus, com capacidade para cortes de 0 graus a 90 graus (em qualquer ângulo e inclinação) e capaz de se mover debaixo do lado de apoio da peça de trabalho, dotada de: sistema de alimentação automático; transportador; correia transportadora para eliminação de resíduos; mesa retrátil para saídas das peças processadas; porta ferramenta para ferramentas verticais; unidade de furação; unidade de fresagem de; impressora a jato de tinta com 8 cabeças de impressão e resolução de 150 x 300dpi; esteira de transporte para peças
		pequenas; controlada por CNC, com console para o operador com teclado e monitores.
8465.92.90	030	Plainas desengrossadoras para trabalhar madeira, com largura de corte de 304mm, altura compreendida de 3 a 155mm, potência 1.650W e rotação de 8.500rpm.
8465.99.00	165	Sistemas automáticos de armazenagem, derretimento, abastecimento e aplicação de cola a base de poliuretano (pur), vedado contra oxigênio, sistema de derretimento e abastecimento sob demanda, para uso em máquinas coladeiras de bordas e esquadrabordas, com controle eletrônico e/ou CLP, com sistema cilindro de pressão por pistão e derretimento por grelha de aquecimento, aplicação por "slot nozzle" ou por cabeçote de aplicação, amplificador, sensor de nível de cola e prato de proteção, podendo ser dotado de uma ou duas mangueiras térmicas de transferência sendo cada mangueira com comprimento de 3 a 11m, capacidade para embalagens de cola de 2 ou 20kg.
8466.93.20	022	Mesas giratórias de configuração vertical, com servo motor para máquinas ferramenta, giro com repetitibilidade de 2 a 8s, e precisão de 14 a 20s, com freio pneumático ou hidráulico, engrenagens em aço tratado e sem folgas, com sistema de cremalheira e torre rolamentada com zero folga, incremento mínimo de 0,001 graus.
8466.93.20	023	Paletes em ferro fundido G EN-GJS-500, com dimensões de 400 x 500mm ou 500 x 630mm, superfície dos paletes retificada não convexa e planicidade de 0,01mm, superfície de fixação do arrastador do palete com tolerância dimensional de ±0,01mm, planicidade de 0,015mm e paralelismo de 0,02mm, alojamentos dos componentes de fixação do palete (zero point system) (4x) com tolerância dimensional H6 e tolerância de verdadeira posição de 0,008mm, furo central do palete com tolerância dimensional H6, perpendicularidade de 0,01mm, cilindricidade de 0,01mm e tolerância de verdadeira posição de 0,015mm, roscas para fixação do pino central do zero point system (4x) com tolerância dimensional H6 e concentricidade de 0,03mm, em execução com padrão de furação (forma A1) ou ranhura T (forma A2), conforme norma DIN 55.201, utilizado para prender o dispositivo de fixação de peças de trabalho.
8466.93.40	005	Barras rotativas com sistema de atracação tipo "autolock" ou "camlock" para mandrilar sedes de válvulas de gaveta de diâmetros nominais 2-1/16 polegadas ou 5-1/8 polegadas ou 7-1/16 polegadas, com diâmetro de corte ajustável entre um limite mínimo e máximo por meio da expansão ou retração do elemento cortante previamente instalado na face do cabeçote da máquina e um cone macho normalizado ISO #50 ou HSK-100.

8467.99.00	003	Capas de proteção em aço LNE380, fabricadas em processo de estampagem progressiva de duas partes unidas através de solda a ponto para garantir a fixação da cinta na capa e a referência de montagem na ferramenta; com porca soldada na cinta e parafuso pré-fixado; com acabamento superficial através de pintura eletrostática, utilizadas exclusivamente em ferramentas elétricas manuais.
8474.20.90	151	Moinhos pulverizadores de amostras, integrados com sistemas para prensagem de pastilhas com dimensão de 40 ou 51,5mm de diâmetro, automatizados, com controlador lógico programável (CLP) integrado, para utilização em laboratórios para processamento de minérios e de outras matérias minerais, podendo estar acompanhados, ou não, de dispositivo para limpeza, dispositivo de inserção de amostra, dispositivo de dosagem de aglomerante, dispositivo de dosagem em branco, correias transportadoras e/ou carrossel de amostras.
8474.20.90	152	Alimentadores uniformes para processamento de materiais minerais sólidos, com saída consistente e precisa para processamento contínuo a jusante, oferecendo redução de tamanho confiável e alimentação consistente de materiais irregulares ou friáveis dotados de alimentadores triplos de doze eixos com três acionamentos por motores elétricos independentes de quatro eixos separados, conjunto de roscas extratoras espirais de encaixe substituíveis, sistema de lubrificação automática e com três opções de descarga (frontal, central ou traseira).
8474.20.90	153	Britadores de duplo rolos dentados para materiais minerais com capacidade de produção aproximada entre 800 e 1.000t/h, com granulometria de alimentação menor ou igual a 500mm e granulometria de saída menor ou igual a 125mm, com força de britagem (esmagamento) menor ou igual 160MPa, com 2 motores de potência do superior a 200kW cada, com rolos com dente de liga de alta resistência a abrasão com dureza HRC 45 ~ 55, com sistema de controle inteligente através de CLP.
8474.39.00	009	Combinações de máquinas automáticas para abastecimento e controle de fluxo de matérias primas utilizadas na fabricação de embalagens de vidro, com ciclo contínuo de produção , compostas de : alimentadores de bandeja vibratória, elevador de canecas com até 500mm de largura e capacidade mínima de 70m³/h, válvulas de controle e distribuição de fluxo de 2 ou mais vias, sensores de níveis, transportadores com capacidade mínima de 70m³/h, alimentadores com rosca dosadora, balanças de precisão de até 400kg, painéis elétricos, CLP's e acessórios, controladas por sistemas informatizados integrados.
8474.80.90	166	Combinações de maquinas para produção de até 20.000m²/dia de revestimento cerâmico com largura útil de até 1.200 por 3.600mm, após corte e queima, e espessura de 3 a 30mm, compostas de: estação de dosagem móvel do pó atomizado sobre tapete com comprimento de 15.208mm e controle automático de espessura, estação hidráulica de prensagem sem utilização de moldes, com compactação realizada entre um tapetes inferior e um superior, com pressão máxima de 400kg/cm² realizada por bomba de pistão com fluxo variável controlada eletronicamente, e com ajuste automático de planaridade e espessura da placa prensada, dotado de sistema automático de corte da placa prensada, torre de recuperação, moagem a seco e classificação dos resíduo da estação de corte para retro alimentação da estação de dosagem móvel em ciclo fechado.

8474.80.90	167	Combinações de máquinas para sistema microgranulação contínua de massa cerâmica moída a seco, com capacidade de produção igual ou superior a 55t/h, controladas por um controlador lógico programável (PLC), composto de: 3(três) granuladores de operação continua, dotado de alimentador continuo tipo rosca sem fim, câmara misturadora rotativa em formato cilíndrico - sinusoidal e controle automático de lubrificação, 3(três) kits de dosagem de massa e 3(três) "skids" de dosagem de água equipado com reservatório, medidor de vazão eletromagnético e bombas controladas por inversor de frequência e painéis elétricos para gestão dos equipamentos.
8474.90.00	055	Telas peneiras vibratórias, em plástico poliuretano, tipo reta, formato malha retangular, comprimento de até 1.016mm, largura de até 762mm, espessuras compreendidas entre 0,15 e 0,18mm, proporção da abertura oblonga compreendidas entre 1:8 e 1:16, tipo fixação encaixe rápido, com ou sem aditivo especial anti-incrustação, comercialmente denominado "panel ure - tapered".
8477.10.11	105	Injetoras de plásticos PP (polipropileno), com capacidade máxima de fechamento de 170t; com servo motor acoplado com diâmetro de rosca de 42 x 45mm; com capacidade cúbica máxima de 442cm³; com capacidade máxima de injeção de 397g; com pressão máxima de 174kPa; com velocidade máxima de rosca de 190rpm; com fechamento de grampo de 1.700kN; com espaço máximo de 470 x 470mm; com molde acoplado para injeção de carneira de máscara de solda de escurecimento automático com fechamento fotossensível, de valor unitário (CIF) não superior a R$198.484,00.
8477.10.11	106	Injetoras de plásticos PP (polipropileno); com capacidade máxima de fechamento de 300t, com servo motor acoplado com diâmetro de rosca de 60 x 65mm; com capacidade cúbica máxima de 1.085cm³; com capacidade máxima de injeção de 976g; com pressão máxima de 170KPa; com velocidade máxima de rosca de 220rpm; com fechamento de grampo de 3.000kN; com espaço máximo de 620 x 620mm; com molde acoplado para injeção máscara de solda de escurecimento automático com fechamento fotossensível, de valor unitário (CIF) não superior a R$246.532,00.
8477.10.19	053	Máquinas de moldar por injeção, de comando numérico, monocolor, para materiais termoplásticos, fechamento hidráulico com 2 placas, travamento com castanhas com acionamento hidráulico, com capacidade de injeção compreendida entre 996 e 10.849g, e força de fechamento compreendida entre 450 e 1.400t, dotadas de interface para robô, 4 machos hidráulicos, 4 válvulas pneumáticas, medidor de consumo de energia, portal frontal automática como opcional e sistema de bombas hidráulicas acionadas por servomotor.
8477.10.21	066	Máquinas injetoras horizontais monocolor para moldar peças plásticas, hidráulicas, com sistema de travamento central com joelheiras duplas travando no centro da placa móvel, precisão de abertura e fechamento do molde de 0,5mm, variação máxima do peso injetado de 0,3%, placa móvel apoiada sobre guias lineares e ausência de buchas entre as colunas, sistema de abertura e fechamento com acionamento por bomba hidráulica acionada por servomotor, unidade de injeção apoiada sobre guias lineares, placas retangulares com maior espaço entre colunas, controlado por computador lógico programável (CLP) de tela colorida com recursos gráficos, memória interna para moldes, comunicação externa (USB), força de travamento igual ou superior a 1.000kN, equipadas com machos hidráulicos, válvulas pneumáticas e interfaces para ligação de periféricos, de valor unitário (CIF) não superior a R$126.720,00.
8477.10.99	090	Máquinas automáticas verticais de moldagem por injeção de material termoplástico tipo EVA, para fabricação de pneus de bicicleta, bicolor com 2 injetores, 8 estações e 2 posições de molde por estação, com sistema de servomotor para economia de energia, com força de fechamento de 1863,26kN (190t), capacidade máxima de injeção de 1.290cm³, rosca de diâmetro de 65mm e velocidade máxima de 150rpm, com controlador lógico programável (CLP).
8477.20.10	274	Extrusoras de dupla rosca cônica contra rotantes com capacidade de processar PVC e CPVC entre 11 e 1.273kg/h (entre 25 e 2.800Lbs/h), com ou sem as roscas, sistema de controle de temperatura interno automático, sem manutenção, com rotação variável das roscas compreendida entre 7 e 50rpm, com torque máximo disponível compreendido entre 1.740 e 39.020Nm, com caixas de engrenagens com redução compreendida entre 1:32 e 1:76, que permitem uma carga continua compreendida entre 62 e 409kN, controladas através de controlador lógico programável (CLP) e com acionamento por painel "touchscreen", com conjuntos de plastificação contendo: cilindro nitretado ou revestido em tungstênio para operação com roscas bimetálicas revestidas com molibdênio ou carboneto de tungstênio.
8477.20.90	118	Extrusoras para produção de chapas de plástico rígido multicamadas, dotadas de 2 duplas roscas corrotantes, 2 grupos de dosadores de matéria-prima do tipo gravimétrico, 2 dispositivos de superfiltração com retrolavagem e controle de pressão automática, cabeçote de extrusão plano, sistema para controle automático de espessura da chapa, sistema de desgaseificação de alto vácuo equipadas com 3 bombas cada e sistema de limpeza da calandra, com capacidade máxima de produção compreendida entre 1.500 e 2.500kg/h, com largura útil máxima compreendida entre 1.420 e 2.000mm e espessura da folha compreendida entre 0,12 e 2mm.
8477.40.90	040	Combinações de máquinas para produção de telhas e cumeeiras de PVC+ASA/PVC, tipos colonial e romana, com largura compreendida de 810 a 880 mm e espessura compreendida de 1,6 a 3,5 mm conforme o tipo, com capacidade máxima de produção de 400 a 500kg/h dependendo da formulação, compostas de: 1 distribuidor (feed block), 1 cabeçote plano (flat die) com tratamento interno de cromo duro com espessura de 0,03 a 0,05mm, 1 cortador automático de serra horizontal, 1 calandra para texturização das telhas aquecida a óleo, com velocidade máxima de 5m/min, rolos com diâmetro de 300mm e largura de 1.250mm, incluindo controlador de temperatura de óleo, 1 conformador de telhas com velocidade de operação variável de 0,5 a 5m/min e 2 conformadores pneumáticos de cumeeiras.
8477.80.90	571	Unidades de injeção, utilizadas para realizar a injeção de termoplásticos, com diâmetro do fuso de 25mm, com curso de injeção até 125mm, pressão de injeção até 2.000bar, volume de injeção até 61,4cm³, dotadas de painel de operação e painel elétrico.
8477.80.90	572	Máquinas automáticas para produção de rolos de fitas-adesivas em filme plástico, com largura mínima igual ou superior a 10mm, a partir de bobinas jumbo com largura máxima igual ou inferior a 2.500mm, velocidade máxima de produção igual ou inferior a 700m/min, sistema de corte, rebobinador, alimentador de tubetes, descarregador dos rolos cortados e painel de comando com PLC "touchscreen".
8477.80.90	573	Máquinas para reciclagem, utilizadas para produção de pellets de (polietileno, polipropileno, poliamida e copolímero de etileno e álcool vinílico), a partir de resíduos de produção diretamente na forma de bobinas, refiles e folhas soltas, com capacidade de granulação de 50 a 100kg/h, dotada de: 1 triturador robusto e resfriado para reduzir e manter a propriedade do material; 1 extrusora para produção da massa de material fundido; 1 esteira de alimentação de 400mm de largura para metais soltos, com detector de metais; 1 alimentador para materiais embobinados com largura de até 3.000mm e espessura máxima de 0,15mm; 1 triturador com alimentador e extrusor incorporados e CLP (Controlador Lógico Programável).
8477.90.00	442	Conjuntos para injetora constituídos de um fuso roscado e um cilindro fabricados em aço temperado, para processamento de um volume de 2 até 300kg de material composto de PVC/h, seccionados entre 1 e 3 zonas com passo de hélice de 42 a 95mm e filetes de 3,5 a 20mm, tratamento de cromo duro nas zonas com rosca, nitretação em toda superfície, dureza entre 56-80HRC, qualidade superficial N8, vedação mecânica, furo passante para refrigeração à óleo, em uma extremidade engrenagens de dentes retos para recebimento da força motriz, rebaixo no dente para guiar montagem e sincronizar movimento, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 8.158,78.
8479.10.90	078	Máquinas para nivelamento, alisamento e acabamento de pisos de concreto, dotadas de um par de cabeçotes com diâmetros entre 900 e 1.600mm e equipados com pás metálicas, discos metálicos e/ou ferramentas para polimento dotadas de diamante sintético aglomerados em resina, para realização do trabalho através de rotação, com assento ajustável para o operador, luzes de trabalho, controle por alavancas ou joysticks, ajuste de rotação, ajuste de angulação das pás e com motor a gasolina ou diesel com potência entre 20 e 75HP.
8479.10.90	079	Máquinas para nivelamento, alisamento e acabamento de pisos de concreto através de rotação com pás metálicas, discos metálicos ou ferramentas para polimento compostas de diamante sintético aglomerados em resina, com diâmetro de trabalho compreendido entre 600 e 1.230mm, rotação variável, ajuste de angulação das pás, com motor a combustão 4 tempos a gasolina com potência compreendida de 3,5 e 13HP, sistema de segurança para interrupção de funcionamento caso o operador perca o controle da máquina.
8479.50.00	440	Plataformas robóticas móveis para aplicação de revestimento de peças de pequenas dimensões, constituídas de: 1 robô industrial, com 6 eixos (graus) de liberdade, alcance máximo de 892mm, capacidade de carga máxima de 5kg, repetibilidade de +- 0,03mm, 1 controlador, 1 aplicador de spray automático duplo HVLP, 1 potenciômetro de pressão agitada e engrenagem reduzida, 1 servo indexador rotativo, 1 sistema de monitoramento e dispositivos de segurança (scanner), controlado por CNC e com IHM (Interface homem-máquina).
8479.81.90	453	Combinações de máquinas, inteiramente automáticas, para bobinamento, em carretéis para venda a varejo, de condutores elétricos com secção transversal maior ou igual a 0,5mm e menor ou igual a 20mm; diâmetro do carretel de saída maior ou igual a 152mm e menor ou igual a 800mm; com desbobinador com diâmetro do flange da bobina de alimentação maior ou igual a 400mm e menor ou igual a 2.600mm; puxador tipo cabrestante; compostas de: acumulador vertical e controle de tensão de desbobinamento, aparelho para teste da isolação do condutor; detector de nódulos, bobinadeira automática com um ou dois cabeçotes operacionais; medidor de comprimento para velocidade de até 1.000m/min e precisão de 0,3%, carga e descarga automática dos carretéis, corte automático do condutor, aplicação de filme plástico em torno no carretel, aplicador automático de rótulos nos carretéis; e interface homem máquina.
8479.82.10	251	Combinações de máquinas de dosagem e mistura, para fabricação de compostos poliméricos com faixa de densidade entre 0,9 a 1,6g/cm³ e ampla faixa de tamanho de partículas, construídas em aço inoxidável, com funções complementares de homogeneizar e agitar materiais líquidos, sólidos e semissólidos através de rotação assimétrica de 360 Graus, acionados por motores elétricos, com controlador lógico programável (CLP) e painel de operação com interface homem máquina (IHM), compostas de: 2 sistemas de alimentação de matéria prima com plataforma; 2 funis de alimentação automático e aquecimento de matérias primas sólidas com sistemas de sucção de matéria prima à vácuo; 2 misturadores com recipientes cônicos de mistura, aquecidos por condução através de água até 140 Graus Celsius e com sistema de vácuo, com capacidade até 7.000L; 1 funil de descarga do produto acabado dotado de dispositivo duplo de dosagem e enchimento à vácuo, dispositivo de
		transferência; dispositivo de aquecimento e abastecimento de matérias-primas líquidas com volume de 200L e injeção de gás inerte; estruturas metálicas e plataformas de acesso com escada e guarda corpo.
8479.82.90	186	Trituradores de resíduos florestais e madeira, de comprimento mínimo de 12.469mm e comprimento máximo de 13.347mm, altura mínima de descarga de 4.386mm e altura máxima de descarga de 5.000mm, peso igual ou superior a 19t, mas igual ou inferior a 25t, montados sobre rodas ou esteiras autopropelidas, controlado por controle remoto; dotados de sistema telemetria para monitoramento remoto; motor diesel com potência igual ou superior a 462HP, mas igual ou inferior a 585HP; rotor de trituração de largura de 1.550mm, diâmetro de 1.100mm, com 2 faixas de rotação de trabalho igual ou superior a 460rpm, mas igual ou inferior a 912rpm, equipado com 32 dentes de trituração, podendo conter martelos com pontas de lâminas.
8479.82.90	187	Trituradores de resíduos florestais, domésticos e industriais de comprimento igual ou superior a 11.372mm, mas igual ou inferior a 14.279mm, montados sobre chassi rígido, sobre eixos rebocáveis ou esteiras autopropulsadas; dotados de rotor único com comprimento de 3.000mm, diâmetro de 1.050mm, rotação máxima de 38rpm, dentes parafusados no rotor variando de 22 a 32unidades; caixa de carga com bordas dobráveis para alimentação do eixo de trituração; motor diesel com potência igual ou superior a 330HP, mas igual ou inferior a 583HP; peso igual ou superior a 21t, mas igual ou inferior 28t, equipado com sistema de telemetria.
8479.89.12	156	Dispenser's (dosadores)de injeção automática precisa de aditivo de lavagem ou higienizador para a linha de lavagem final de máquina de lavar louça mecânica por borrifação, com motor CC de velocidade variável entre 3 e 36rpm, desenvolvido para aditivo de lavagem entre 50 e 600ppm e/ou higienizador de hipoclorito de sódio 8,4% entre 50 - 10ppm.
8479.89.12	157	Equipamentos diluidores/dosadores de produto químicos sólidos em capsula ou em pó, utilizado no processo de máquinas de lavar louça, com controle eletrônico através de sensor, com válvula solenoide de 24V, com capacidade de trabalho com agua quente dentro da faixa de temperatura de 48,9 à 65,5 Graus Celsius, com reservatório para produto químico em capsula ou em pó de capacidade de até 2,7kg.
8479.89.12	158	Combinações de máquinas para dispensação automática de cola em "display" de painel de veículo automóvel, com um número de até 512 programas, compostas de: célula de mistura e reposição com parâmetros de dados e monitoramento do processo; misturador de saco duplo com capacidade de até 20 litros com válvula tripla da bomba dosadora, cabeça de mistura e bico; máquina para aplicação de cola, incluindo chassi, unidade hidráulica, cilindro hidráulico, placa de fusão com cilindro de mangas, armário de controle elétrico e pneumático, transmissão pneumático-hidráulica para pressão adesiva de até 20bar, gabinete elétrico e pneumático em um compartimento, 3 zonas de aquecimento com microprocessador com característica PID, auto otimizável, controlador eletrônico de temperatura integrado para 4 zonas de aquecimento com modo de controle PID e auto otimização, malha fechada e proteção contra temperatura alta e baixa para cada zona de aquecimento individual

		programável em separado, código para bloquear o controlador contra programação não autorizada e tela de toque colorida de 7 polegadas, bomba dosadora de precisão de até 0,5cm^3, bomba dosadora de precisão de até 0,1cm^3 de saída, ambas com motor de engrenagem 24VCC com sistema de "encoder", cartão de controle para regular a velocidade das bombas e o volume do adesivo, sinal de entrada de 0 a 10VCC para controlar a quantidade das dosagens, misturador estático com válvula de fechamento e aplicação, sensor de pressão com sinal de saída analógica de 0 até 10V, válvula de fechamento para alimentação de cola antes da unidade de mistura; estação de armazenagem de peças com sistema de controle e saída garantindo o tempo de cura da cola; garra e berço para posicionamento de peças; estação para garantir a temperatura de trabalho nos componentes antes da aplicação da cola; robô industrial com "dispenser" acoplado constituído de braço mecânico com
		movimentos orbitais de 3 graus de liberdade X, Y, e Z, com parâmetro de repetibilidade inferior a 0,10mm, com velocidade máxima até 60m/min, aceleração máxima até 10m/s^2 e capacidade de carga de até 10kg; painel elétrico de comando com controle e unidade de programação; estação de ativação do plasma com cabeçote de plasma instalado no sistema de eixos do robô; estação de limpeza; filtros; cortina de luz; unidade de ar-condicionado; controlado com programador lógico programável (PLC) com interface homem-máquina (IHM).
8479.89.12	159	Máquinas dispensadoras volumétricas automáticas de tintas com 16 tanques de tintas com capacidade para 15 ou 20 litros para dispersão controladas e automáticas por meio de 1 bocal, provido de painel "touchscreen" para controle de operações e 2 blocos de medição motorizados, um em cada lado, para dispersão rápida e precisa de tinta através de pulsos, capacitadas para serem conectadas ao sistema de gestão kurabo - aucolor system para processamento de múltiplas ordens e lotes.
8479.89.99	354	Combinações de máquinas automáticas conectadas, sincronizadas por servo motores contínuos, de alta velocidade para fabricação em tamanhos variados de fraldas descartáveis tipo calça formadas por 3 peças em "H", com capacidade de produção máxima de 500peças/min e velocidade de 280m/min, eficiência superior a 85% e refugos inferiores a 3%, com controlador lógico programável (CLP) compostas de: unidade formadora de polpa com desbobinador de celulose com capacidade para suportar 2 bobinas com diâmetro máximo de 1500mm, correia transportadora e unidade de pressão; módulo inferior de formação multicamadas da cobertura da fralda (backsheet) habilitado para faseamento por leitura de fotocélula e com desbobinador constituído por 2 rodas pneumáticas com eixos expansíveis operados por 2 servomotores independentes; módulo de formação do não tecido interno (topsheet) com 4 eixos pneumáticos expansíveis operados por 4 servomotores independentes;
		estação de aplicação pós laminação "backsheet/topsheet" com dispositivo de alinhamento automático e correia de acionamento para alimentação de material na unidade de corte e posicionamento; unidade formadora da cintura elástica habilitada para faseamento por leitura de fotocélula e com tecnologia ultrassônica criando tanto efeito de toque suave ao produto como robustas soldas laterais; estação de processamento final.
8479.89.99	355	Máquinas para desparafusar, soltar e apertar porcas de grampos de molas das suspensões de veículos pesados automotores, dotada de multiplicador de torque, sendo torque nominal 400kg/m e torque máximo 420kg/m; cabeçote de torque com deslocamento de 360 graus, possibilitando operações em qualquer ângulo, soltar e apertar porcas, grampos, de cima para baixo ou de baixo para cima, rotação máxima de 16 rpm; motor elétrico de 3cv, voltagem 220/380V, 60hz; redutor de velocidade; eixo de transmissão; duas rodas de ferro fundido; alça; chave elétrica liga/desliga.
8479.89.99	356	Módulos posicionadores com capacidade de manuseio de 500kg, motorizado, com grau de proteção IP67, com distância da flange de 190mm, rotação de saída de até 150 graus, repetibilidade de +/-0,05mm, composto por uma unidade de redução, uma flange para suportar o equipamento a ser posicionado, com sistemas que permite o trabalho em conjunto com um robô industrial, temperatura de trabalho de 0 a 45 Graus Celsius, limite de rotação de saída de 150 (graus/segundos), tempo de aceleração 0,6(s), máxima inercia de 250 (kgm2).
8479.89.99	357	Módulos posicionadores com capacidade de manuseio de até 1.250kg, motorizado, com grau de proteção IP67, com distância da flange de 370mm, rotação de saída de até 150 graus, repetibilidade de até +/-0,06mm, composto por uma unidade de redução, uma flange para suportar o equipamento a ser posicionado, com sistemas que permite o trabalho em conjunto com um robô industrial, temperatura de trabalho de 0 a 45 Graus Celsius, limite de rotação de saída de 150 (graus/segundos), tempo de aceleração de até 0,8(s), máxima inercia de 400 (kgm2).
8479.89.99	358	Módulos posicionadores com capacidade de manuseio de até 5.000kg, motorizado, com grau de proteção IP67, com distância da flange de até 900mm, rotação de saída de até 100 graus, repetibilidade de até +/-0,10mm, composto por uma unidade de redução, uma flange para suportar o equipamento a ser posicionado, com sistemas que permite o trabalho em conjunto com um robô industrial, temperatura de trabalho de 0 a 45 Graus Celsius , limite de rotação de saída de até 100 (graus/segundos), tempo de aceleração de até 0,7(s), máxima inercia de até 2.500 (kgm2).
8479.89.99	359	Câmaras de vácuo, de aço carbono, para manutenção da qualidade de colas a base de poliuretano (PUR), com capacidade de armazenamento de até 2 caixas, tensão de controle 24V DC, tensão de operação 1L/N/PE, 230V, desvio de tensão admissível +/- 10%, faixa de frequência 50/60hz, fusível de backup máximo 16A.
8479.89.99	360	Máquinas automáticas de formação de células para acumuladores elétricos industriais do tipo "flooded", por conversão e recirculação de solução eletrolítica, com capacidade nominal de produzir bateladas de 320 a 480 baterias em ciclos de 15 a 20h, com até 80 células conectadas, dotadas de: sistema de recirculação e armazenamento de ácido, dotado de tanques para recirculação e estoque de solução eletrolítica concentrada, com torres de resfriamento, contentor de segurança de contaminação do solo, bombas para recirculação de solução nos 480 acumuladores, com conexão acumulador-máquina, sistema de exaustão gases automático, densímetros de controle do processo de conversão acoplados a tubulação, sensores de temperatura de solução eletrolítica para controle de resfriamento, sensor de pressão, sensor ultrassônico de nível de tanque, sensores de vazamento, medidor e controlador de fluxo de solução eletrolítica, painel com programa de controle para
		processo de conversão automático, controle do fluxo de eletrólito circulando com inversores de frequência, carregadores e descarregadores IGBT de acumuladores elétricos com capacidade de corrente constante de 500A e tensão de 270V, ajuste automático de densidade do eletrólito com bombas dosadoras, controle de temperatura também das baterias piloto com teor ácido sulfúrico no ar de saída menor que 1 mg/m^3 e temperatura do ácido das células no final do ciclo de até 30 Graus Celsius com medidores de temperatura embutidos nos adaptadores de encaixe das baterias, CLP, computador IHM com monitor LCD e controle interativo.
8479.89.99	361	Máquinas de montagem de módulos eletrônicos ACU (unidade controladora de airbag), de veículos automotivos, com tempo de ciclo menor ou igual a 20s/peça, com dois estágios internos, controladas por CLP (controlador lógico programável), interface homem-máquina (IHM) sensível ao toque, montadas em duas bancadas denominadas operação 10 e 20, dotadas de 1 sistema de parafusamento automático, 1 sensor de distância, câmeras para leitura de componentes, 1 sistema de alimentação automática, 1 monitoramento ativo de carga eletrostática, 1 ionizador de ar, 1 sistema de indicação de posição e 1 impressora.
8479.89.99	362	Ferramentas de instalação HCR com montagem 24/20 sem unidade latch e dispositivo de orientação com peso aproximado 2.088 lbs (947kg) e variação de temperatura de -4 Graus Fahrenheit (-20 Graus Celsius) a 176 Graus Fahrenheit (80 Graus Celsius).
8479.89.99	363	Câmaras hiperbáricas de simulação das condições de pressão e temperatura do ambiente submarino, com pressão máxima de trabalho até 6.000psi, temperatura de trabalho mínima 2 Graus Celsius / máxima ambiente e espessura de parede de projeto de 127mm (5in).
8479.89.99	364	Obturadores tipo inchável para água ou óleo, com tubo base até 6.625 polegadas de 28 lb/pés VAM TOP, rosca tipo caixa na parte superior e pino na parte inferior, metalurgias em aço inoxidável ou liga de níquel, pressão máxima de trabalho até 5.000psi, temperatura máxima de trabalho até 257 Graus Fahrenheit, para utilização em completação de poços de petróleo.
8479.89.99	365	Obturadores de produção, tipo copo, para revestimento 9 5/8 polegadas de 53,5 lb/pés, metalurgias em aço inoxidável ou liga de níquel, até 3.000psi de diferencial de pressão, padrão de 1/4 de polegada para as linhas de controle, rosca 4 ½ VAM TOP, rosca tipo caixa na parte superior e tipo pino na parte inferior, para utilização em completação de poços de petróleo.
8479.89.99	366	Máquinas de fusão de fibra ótica para emenda, com sistema de alinhamento núcleo a núcleo, com tempo típico de fusão igual ou superior a 7s e tempo típico de aquecimento de tubo igual ou superior a 9s; com protetor de vento automático; com capacidade de até 100 modos de fusão e de até 30 modos de aquecimento; com ou sem clivador de precisão; com display colorido de alta resolução, com tela LCD de 5 polegadas sensível ao toque, com ampliação de visão de até 320 vezes, com entrada USB 2.0 para interface com PC, com bateria para até 300 ciclos de fusão e de aquecimento do forno; com eletrodo para até 5.000 fusões; com capacidade de armazenamento dos últimos 20.000 resultados de fusões; com tecnologia "bluetooth" para conectividade; com ou sem maleta multi-funcional."
8479.89.99	367	Máquinas para aplicação de revestimento rígido, em lentes oftálmicas, por imersão em banho de verniz em câmera de vácuo, para ativação, limpeza, enxágue e secagem de lentes com diâmetro máximo de 80mm e espessura máxima de 20mm, dotada de rack para acomodação máxima de 14 lentes, tempo de ciclo compreendido de 4 a 6min, duas unidades de refrigeração e ciclo de revestimento compreendido de 1.000 a 1.200lentes/turno.
8479.89.99	368	Dispositivos para possibilitar a desconexão e reconexão eletro-hidráulico da completação superior de poços submarinos possuindo passagem para linhas de controle elétrica e hidráulicas, com perfil para conectores de dupla vedação metal-metal, fabricação com metalurgia de aço carbono ou superior, conexões em 3 ^{1}/2 polegadas ou superior, limite mínimo de escoamento de 80.000psi, pressão de trabalho mínima de 5.000psi.
8479.89.99	369	Unidades moveis, para transporte de óleo lubrificante, em aço, com sistema hidráulico ou não, suporta capacidade de 50 até 500kg ou no máximo 500L.
8479.89.99	370	Máquinas automáticas de corte de materiais como papel, tecido, EVA, vinil, madeira balsa, acetato, cortiça, couro sintético e feltro com até 3mm de espessura, "scanner" embutido de até 600dpi, área máxima de corte de até 12 x 24 polegadas, com tela LCD sensível ao toque de 3 à 5 polegadas, entre 200 e 1.310 desenhos e entre 5 e 17 fontes embutidas, caneta sensível ao toque e espátula inclusas.
8479.89.99	371	Combinações de máquinas automáticas instaladas modularmente em uma base única para carregamento de equipamentos de usinagem, montagem e conformação compostas de: 1 robô com alcance de 1.450 a 1.850mm, capacidade de carga de 10 a 20kg, estrutura de sustentação mecânica do robô, esteira de lona para entrada e saída dos produtos, sistema de visão para leitura do posicionamento dos produtos para orientação do robô (FlexLoader), painel de interface de operação, dispositivo de segurança, ferramentas para calibração do sistema de visão, dispositivos de controle e sinalização audiovisual, com quadro elétrico com tensão de alimentação trifásica de 380 a 440VAC, por 60Hz.
8479.89.99	376	Unidades de abastecimento para transferência de combustíveis, com visor de nível, com capacidade para até 30L, vazão de 1 a 20L/min, gatilho automático, válvula antiderramamento e acionamento "push-button".
8479.89.99	377	Equipamentos de limpeza por hidrojateamento, sucção à vácuo e tratamento de resíduos, para serem acoplados em caminhão, destinados à retirada de resíduos sólidos sedimentados em redes de drenagem pluvial ou de esgoto, dotados de: 1 tomada de força conectada ao motor do veículo; 1 controle remoto para gerenciamento do maquinário com distanciamento de até 100m do operador da área de eventual perigo; 1 CLP (controle lógico programável) para automação; 1 sistema de vácuo com mangueira de sucção de 5 polegadas de diâmetro e comprimento igual ou superior a 20m; 1 sistema de hidrojato com mangueiras para impulsão de água reciclada,
		sendo: 1 mangueira de 1 polegada de diâmetro e comprimento igual ou superior a 160m, e 1 mangueira de ^{1}/2 polegada de diâmetro e comprimento igual ou superior a 60m; 1 tanque para armazenamento de até 5m^3 de resíduos sólidos; 1 sistema de filtragem com dispositivo de limpeza automático das peneiras e centrífugas para desidratação dos sólidos e separação do líquido; 1 reservatório com capacidade de até 5.000L para acúmulo de efluente reciclado utilizável para hidrojato.
8479.90.90	312	Cabeçotes de enfitamento para máquinas isoladoras de bobinas de 6 eixos, equipados com servo motor, sensores de distância ultrassônicos, ajuste programável de ângulo e tensão de enfitamento, capacidade de mudança automática do ângulo de enfitar no final da bobina com partida direta na direção reversa sem operação intermediária, possibilidade de configuração individual para cada freio magnético, mecanismo de troca rápida de rolo, dispositivo automático para detecção de quebra de fita e fim de fita, proteção na abertura do cabeçote para segurança do usuário, dispositivo para calibração de geometria do olho da bobina e 1 conjunto de peças de desgaste, contendo as seguintes dimensões e parâmetros: bobina diagonal isolada de no máximo 80mm, abertura da bobina maior que 300mm, comprimento mínimo da parte reta: 500mm, diâmetro externo máximo das bobinas de fita: 120mm, diâmetro interno das bobinas de fita: 25mm, espaço livre entre o rolo de fita no ângulo 0
		Grau: 150mm, largura da fita de 20mm, 25 ou 30mm, tensão da fita: 20 a 60N, ângulo da fita: mais ou menos 20 Graus, velocidade máxima: 300min^{-1}.
8480.71.00	196	Moldes de 72 a 192 cavidades (cold half), confeccionados em aço especial, para injeção de pré-formas de politereftalato de etileno (PET) de 5 a 94g com variação de peso de até mais ou menos 0,60g, passo vertical entre cavidades de 50 a 75mm e passo horizontal entre cavidades de 110 a 240mm, com capacidade de injeção de 72 a 192peças/ciclo, dotados de placa de machos, placa extratora, placa de cavidades e placa de resfriamento e extração das pré-formas e garantia de ciclos entre 8 e 11 milhões sem rebarbas.

8480.71.00	197	Moldes de 96 cavidades fabricados em aço inoxidável RAMAX com postiços também fabricados em aço inoxidável M340 e XDBD com tratamento especial para dureza de 55 ~ 59HRC, postiços totalmente intercambiáveis, para fabricação de hub(canhão) de agulha hipodérmica descartável nos calibres 21, 22, 23, 24 e 26G, peça fabricada em polipropileno por meio de moldagem por injeção em máquinas injetoras de alta pressão, possibilidade de troca dos calibres dentro da máquina injetora, com sistema de extração por placa extratora e buchas cônicas, cunhas e centralizadores para controle da concentricidade da peça a ser injetada, circuitos de refrigeração, tempo de ciclo de 8s +/- 15%, sistema de injeção 100% com canais quentes contendo "manifould" principal e bicos quentes, sem a presença de canal frio, 16 bicos quentes com 6 saídas cada, dois jogos de pinos para troca dos calibres.
8480.71.00	198	Moldes para plásticos, utilizados em máquinas injetoras, com: sistema "lift and turn", que proporciona o avanço, rotação e recuo do macho central, provida de painel elétrico com painel de controle; e sistema "C-Frame" de rotação das cavidades.
8480.71.00	199	Moldes para injeção de borracha (EPDM) operando em temperaturas de 100 a 300 Graus Celsius com 1 ou 2 cavidades para uso em injetoras de alta pressão, próprio para produção de molduras de laterais de porta de veículo automotivo com vidro, confeccionados em aço especial P20, com geometria espacial e sistema de injeção com formas próprias, próprios para unir perfis recortados em EPDM e o vidro que compõem as guarnições traseiras das portas de veículos automotores, operando com 0,2mm de tolerância na projeção da geometria do produto para os perfis e seção de moldagem, dotados de sistema de extração de acionamento pneumático e/ou hidráulico e/ou manual conforme complexidade da moldagem a ser realizada, sistema de posicionamento do vidro a vácuo, dotados de sensores de posicionamento, de presença e de controle dimensional do produto acabado.
8480.71.00	200	Moldes em aço inox, completo, para moldagem por injeção de preformas PET, com 32 cavidades 70 x 175mm, resfriamento duplo nas castanhas, machos com tratamento superficial em titânio, câmara quente com bico valvulado e controle individual por termopar, conjunto de peças de reposição com 1 macho, 1 cavidade, 1 suporte, 1 castanha, 1 inserto do funcho, 1 tubo robô, 1 pino de extração, resistência, bico "nozzle", insulador, termopares e agulhas.
8481.10.00	027	Módulos de restrição de passagem para controle de produção para linhas de produção de gás até 10.000psi de pressão, comprimento de 1.183mm e peso aproximado de 368kg.
8481.20.90	099	Eletroválvulas 5/2 vias duplo solenóide 24V corrente contínua com potência de 4,8W, sem lubrificação, com pressão máxima de operação inferior ou igual a 1,2MPA e vazão máxima inferior ou igual a 1.500L/min e temperatura de operação entre -5 e +60 Graus Celsius e conexão DIN 1/8 polegadas rosca cilíndrica para o acionamento pneumático de cilindros usados no sistema de movimentação de portas para ônibus, de valor unitário (CIF) não superior a R$50,23.
8481.40.00	030	Válvulas de segurança de subsuperfície para controle de fluxo emergencial em poços de petróleo submarinos, atuação por sistema de magnetos e linha de balanceio insensível e isolada da pressão da coluna, tipo "flapper", vedação não elastomérica, fabricadas com metalurgia de aço carbono ou superior, tamanhos nominais de 4 1/2 e 5 1/2 polegadas, pressão de trabalho de 7.500psi ou superior.
8481.40.00	031	Válvulas de segurança de subsuperfície para controle de fluxo emergencial em poços submarinos, tipo "flapper", com abertura por sistema de pistão balanceado, vedação não elastomérica, com perfil para exercício "exercise profile" e sistema de travamento permanente em posição de abertura, fabricadas em aço carbono ou liga superior, conexões de 4 1/2 polegadas ou superior, limite de escoamento mínimo de 80.000psi ou superior, pressão de trabalho de até 15.000psi.
8481.40.00	032	Válvulas de segurança de subsuperfície para controle de fluxo emergencial em poços submarinos, tipo "flapper", com abertura por sistema de pistão único e não balanceado, vedação não elastomérica, com perfil para exercício "exercise profile" e sistema de travamento permanente em posição de abertura, fabricadas em aço carbono ou liga superior, conexões de 2 3/8 polegadas ou superior, limite de escoamento mínimo de 80.000psi ou superior, pressão de trabalho de até 20.000psi.
8481.80.29	003	Válvulas dispensadoras de bebidas, que permitem duas diferentes opções de extração: 1) dispensar água pura ou com gás, de forma exclusiva ou misturada com até 3 sabores (flavor shots), 2) dispensar até 3 sabores de refrigerante diferentes; painel de seleção de produtos na parte frontal do conjunto com teclas de toque capacitivo, com um botão exclusivo para água; com opções de enchimento automático (optifill), manual através da alavanca (sanitary lever) ou manual através do botão (push button), com um sistema para mudar de tipo de enchimento através da placa eletrônica e "microswitchs"; capacidade de fluxo de 45 a 90ml/s; umidade relativa operacional de 20 a 100%; temperatura operacional ambiente de 0 a 60 Graus Celsius; alimentação elétrica interna de 24V e 50/60Hz.
8481.80.29	004	Válvulas dispensadoras de bebidas, com regulador de cerâmica; opções de dispensação manual, através de alavanca ou botão capacitivo, ou dispensação eletrônica, através de módulos com botão de porção ou dispensa automática (OptiFill); programação direta nos módulos eletrônicos; com regulador de fluxo de água e xarope e capacidade de fluxo de 45 a 118ml/s; pressão de entrada entre 30 e 120psi; operacional em temperatura ambiente entre 0 e 60 Graus Celsius e umidade relativa entre 20 e 100%; alimentação elétrica interna de 24V e 50/60Hz.
8481.90.90	056	Buchas nominais utilizadas para proteger a parte interna do alojador de alta pressão de 18 3/4 Polegadas durante operações de perfuração com carga de cisalhamento dos pinos de cisalhamento de 11.340kg e cisalhamento da gaxeta 24.950kg.
8481.90.90	057	Conectores montados para Ucon-V com gaxetas de 6 até 11 polegadas para conjunto do conector de teste do KLV-14, peso aproximado de 4.974 lbs (2.257kg) e variação de temperatura de -50 Graus Fahrenheit (-46 Graus Celsius) a 250 Graus Fahrenheit (121 Graus Celsius).
8481.90.90	058	Conectores rápidos múltiplos com conexão e desconexão rápida positiva e orientada de múltiplos conectores hidráulicos com número 13 máximo de conexões, diâmetro externo de 260mm com comprimento de 719mm e peso aproximadamente 57kg.
8481.90.90	059	Pistões atuadores pertencentes ao atuador M3000 de 2 1/16 polegadas para pressão de trabalho da linha 10.000psi com diâmetro da linha de 2 1/16 polegadas e peso aproximado 210kg.
8481.90.90	060	Corpos de suspensor de coluna de produção para poços de 16 3/4 polegadas de diâmetro com linhas de 5 e 2 polegadas para 10ksi de pressão.
8483.40.10	309	Caixas de engrenagem para multiplicação de rotação e transmissão de torque, para aplicação em aerogeradores, com dois estágios planetários e um estágio paralelo, com rotação nominal de entrada de 13,4rpm, com relação de multiplicação de velocidade de 1:104, capacidade de óleo entre 380 e 420L, com torque nominal de entrada de 1.572kNm.
8483.90.00	051	Espaçadores de fibra de vidro para acoplamentos flexíveis, com diâmetro externo máximo de 285mm e comprimento de 406mm para acoplamentos com distância entre eixos de 425mm, torque de deslizamento de 20.625Nm +/-15%.
8501.52.10	004	Conjuntos formando corpo único, constituídos de motor elétrico trifásico assíncrono de corrente alternada com eletrofreio monofásico e aquecedor monofásico, caixa de engrenagens e pinhão suspenso, próprios para aplicação em turbinas eólicas; motor elétrico com tensão de 400Vac, frequência 60Hz, torque nominal 41+/-1 Nm, rotação nominal de 1.100 +/- 100rpm, corrente elétrica de 11,3A, dotados de ventilador de refrigeração e aquecedor com tensão de 230Vac e potência de 50W; eletrofreio com tensão de 230Vac, com torque mínimo de 120Nm; redutor de velocidades com relação de transmissão de 1150+/-100; módulo do pinhão de saída: 22mm, ângulo de pressão de contato: 20 Graus, número de dentes: 13, fator de correção de perfil: +0,5, espessura do dente: 165mm, diâmetro externo de 351,8mm; massa máxima do conjunto de 850kg já com graxa.
8501.52.10	005	Conjuntos formando corpo único, constituídos de motor elétrico trifásico assíncrono de corrente alternada com eletrofreio monofásico e aquecedor monofásico, caixa de engrenagens e pinhão suspenso, próprios para aplicação em turbinas eólicas; motor elétrico com tensão de 400 ou 690 Vac, frequência 60 Hz, momento de inércia inferior a 0,02kg.m² incluindo o eletrofreio, rotação nominal de 1200 rpm, corrente elétrica nominal de 5A @ 690V, potência nominal de 3,6kW dependendo da curva de torque, dotado de ventilador de refrigeração e aquecedor com tensão de 230Vac; eletrofreio com tensão de 230Vac, com torque de frenagem entre 40 e 50N.m; redutor de velocidades de multi estágio planetário com relação de transmissão de 1.150+/-100; módulo do pinhão de saída: 20mm, ângulo de pressão de contato: 20°, número de dentes: 14, fator de correção de perfil: +0,5, espessura do dente: 160mm, diâmetro externo de 338mm; Massa máxima do conjunto de 540kg já com graxa.
8501.52.10	006	Conjuntos motobomba para aplicação em sistemas de lubrificação de redutores de velocidades de turbinas eólicas, dotados de: motor elétrico com potência nominal de 4,2 ou 7,2kW, corrente elétrica nominal de até 8A, tensão elétrica de entrada de 690Vac, frequência de 60Hz e grau de proteção IP55; aquecedor monofásico de tensão 230V, frequência 60Hz e potência de 25W; bomba de engrenagem externa com capacidade de fluxo de fluido à baixas rotações de 54L/min e a altas rotações de 105L/min, pressão máxima de 25bar, pressão mínima de sucção -0,4bar, viscosidade máxima de 20.000cSt, pressão de ajuste para válvula de alívio de 12bar.
8501.64.00	005	Geradores síncronos de corrente alternada, com sistema de resfriamento, potência igual ou superior a 169MVA, tensão de 13,8kV, frequência de 60Hz e rotação de 3.600rpm (2 pólos), para uso em turbo gerador a vapor, com sistema de óleo, excitação estática, sistema de isolamento projetado na classe de resistência F, tipo de construção IM 7215 (IEC 60034-7), com dois mancais de pedestal montados à estrutura da base que suportam o rotor, flange de acoplamento ao lado da turbina, grau de proteção dos geradores fornecido IP54 (IEC60034-5).
8502.20.11	015	Geradores a gás natural com possibilidade de ser monofásico ou trifásico; potência standby com a possibilidade de ser 9kVA / 9kW, 13kVA / 13kW, 16kVA / 16kW, 18kVA / 18kW, 19,5kVA / 19,5kW ou 21kVA / 17kW; ruído com a possibilidade de ser 61, 65, 66 ou 67 dB(A)@ 7m; motor com a possibilidade de ser composto por cilindro único ou 2 cilindros em linha e velocidade de 3.600rpm; arrefecimento a ar; tensão de partida 12V; alimentação elétrica de 240V.
8502.20.11	016	Geradores portáteis a gasolina com a possibilidade de ser monofásico ou trifásico; potência máxima (LTP) com a possibilidade de ser 16,2 ou 12,3kVA; potência contínua (COP) com a possibilidade de ser 12,5 ou 9,6kVA; capacidade do tanque de 24 litros; autonomia 75% de 5h.
8503.00.90	034	Reservatórios de alumínio para fluido de arrefecimento do conversor de turbinas eólicas, com dimensões máximas de 500,89 x 410,21 x 490,84m (C x L x A), capacidade de estancamento sob pressões superiores a 3psi; mangueiras e conexões com capacidade de resistência a pressões superiores a 80psi; possuindo tampa constituída de alumínio 6061-T6 com 14 furos de diâmetro 11,18mm +/-0,07 para fixação no corpo do reservatório; chapas inferiores constituídas de alumínio 5052-H32; contendo soldagem do tipo MIG/MAG ou TIG.
8503.00.90	035	Clarabóias para teto da nacelle de turbinas eólicas, com tamanho nominal de 620 x 620mm, material da armação constituído por alumínio 6063; material da lente constituído por acrílico (PMMA) com transparência superior a 80% de no mínimo 10mm de espessura; material do selante constituído por EPDM; material da mola constituído por aço inoxidável AISI 316; vedadas para proteção contra água; com capacidade para abertura do lado de dentro e de fora; contendo dobradiças com alto atrito para conter quedas repentinas; temperatura de operação de -40 a 65 Graus Celsius.
8504.40.90	097	Inversores fotovoltaicos trifásicos "on-grid", com potência nominal de 75.000W, para inversão de tensão contínua para tensão alternada eletronicamente, entrando em paralelo com a rede elétrica, usados em unidades de geração fotovoltaica para injeção de energia em rede pública; com 9 entradas de ponto de máxima potência (MPPT) e 2 entradas por MPPT, com tensão de partida em corrente contínua mínima de 195VCC e máxima de 1.000VCC, frequência de trabalho de 60Hz, eficiência máxima de no mínimo 98,7%; grau de proteção IP66, com ventilação forçada inteligente, fator de potência ajustável entre 0,8 atrasado e 0,8 adiantado, desenvolvidos para suportar a operação em temperatura ambiente dentro da faixa de -25 a +60 Graus Celsius, com recursos de monitoramento em tempo real e atualização remota de parâmetros "RenoUp" através de comunicação via dispositivo Wi-Fi plug II.
8504.40.90	098	Conversores elétricos estáticos de corrente de 2 níveis, DC/AC, modulação bipolar e topologia H-bridge, de potência nominal de 150.000W, e potência máxima em corrente contínua de até 225.000W, tensão de entrada em corrente contínua máxima de 1.500Vdc, grau de proteção IP65, temperatura de operação de -25 até 60 Graus Celsius, corrente máxima de saída 151A.
8504.40.90	099	Inversores "string" trifásicos para aplicação fotovoltaica com "range" de potência entre 50 e 60kW, para a conversão de tensão DC produzida pelos arranjos fotovoltaicos em tensão AC para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária em tensão nominal AC de 380V em frequência de 60Hz, MPPT com eficiência superior a 99,5%; tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico de no mínimo 200Vdc; distorção harmônica total máxima menor que 3% e eficiência máxima do inversor de no mínimo 98,8%.
8504.40.90	100	Microinversores fotovoltaicos monofásicos "on-grid", com potência nominal de 1.500W, para conversão de tensão CC em tensão CA para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária; eficiência de pico em 96,6%; grau de proteção ip67; desenvolvidos para suportar em temperatura ambiente dentro da faixa de -40 a 65 Graus Celsius.
8504.40.90	101	Conversores elétricos estáticos de corrente de multinível, DC/AC, modulação bipolar, com potência nominal de saída de 4.600kVA, tensão nominal de saída 690Vca 3F/PE, tensão máxima de entrada 1.500Vdc, corrente máxima de entrada Idc 4.750A.
8504.40.90	102	Inversores "string" trifásicos para aplicação fotovoltaica com "range" de potência entre 25 e 40kW, para a conversão de tensão DC produzida pelos arranjos fotovoltaicos em tensão AC para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária em tensão nominal AC de 380V em frequência de 60Hz, MPPT com eficiência superior a 99,5%; tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico de no mínimo 180Vdc; distorção harmônica total máxima menor que 3% e eficiência máxima do inversor de no mínimo 98,8%.

8504.40.90	110	Conversores elétricos estáticos de corrente de multinível, DC/AC, modulação bipolar, potência nominal máxima de 4.600kVA operando a 25 Graus Celsius de temperatura ambiente e 3.910KW a temperatura de 50 Graus Celsius, com tensão mínima de entrada de 976V, e tensão mínima de start de 1.153V, tensão nominal em corrente alternada 690V, classe de condição ambiental conforme IEC60721-3-4 4K4H.
8504.40.90	111	Inversores fotovoltaicos "ongrid" para conversão de tensão contínua para tensão alternada eletronicamente, entrando em paralelo com a rede elétrica, usado em unidades de geração fotovoltaica para injetar energia em rede pública de 1 , 2, 3, 6 ou 12 MPPT com duplo estágio de conversão DC/DC para DC/AC contendo 1, 2, 4 ou 5 entradas, corrente máxima de entrada de 10A, 20A/10A, 32A/16A, 38A/19A, 34A/17A, 36A/18A, 50A/25A, 64A/32A, 55A, 50A ou 30A, tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico entre 120 à 650Vdc, tensão nominal de operação de 580 à 1.110Vdc, potência nominal de 30 à 177kW (tensão de entrada entre 120 à 950Vdc) máxima tensão admitida de 600 até 1.500Vdc, conexão padrão monofásica ou trifásica, com valor nominal de 230 à 800 VAC, funcionamento operacional entre 180VAC à 960VAC, frequência de trabalho de 60Hz, podendo variar de 47 Hz...53Hz / 57 Hz...63Hz , 45 Hz...55Hz / 55 Hz...65Hz, distorção harmônica total máxima
		menor que 3,5%, fator de potência podendo ser ajustado 0,9 capacitivo até 0,9 indutivo, eficiência máxima do inversor entre 94,8 à 98,9%, equipamento dotado de proteções tais como: anti-ilhamento, sobrecorrente máxima 225A e sobretensão de saída; trabalhando na faixa de temperatura ambiente de -25 até +60 Graus Celsius, com nível de emissão de ruído até 75dBA, com grau de proteção IP65 ou IP66 com resfriamento natural ou ventilação forçada, sistema de montagem com suporte de parede vertical ou horizontal, nível de isolamento sem transformador.
8504.40.90	112	Inversores "string" trifásicos para aplicação fotovoltaica com potência nominal de 20kW, para a conversão de tensão DC produzida pelos arranjos fotovoltaicos em tensão AC para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária em tensão nominal AC de 380V em frequência de 60Hz, MPPT com eficiência superior a 99,5%; tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico de no mínimo 180Vdc; distorção harmônica total máxima menor que 3% e eficiência máxima do inversor de no mínimo 98,7%, de valor unitário (CIF) não superior a R$6.712,20.
8504.40.90	113	Microinversores monofásicos conectados à rede (on-grid), usados em unidades de geração fotovoltaica, com potência nominal máxima de saída de 500 a 1.300W, com tensão nominal de saída de 127 ou 220VCA; equipados com 2 ou 4MPPT (maximum peak power tracking); tensão nominal máxima de entrada de 60VCC; equipados com módulo de conexão Wi-Fi integrado, para comunicação e monitoramento; eficiência máxima do inversor de 96,5%; gabinete com grau de proteção IP67.
8504.40.90	114	Inversores "string" trifásicos para aplicação fotovoltaica com potência nominal de 75kW, para a conversão de tensão DC produzida pelos arranjos fotovoltaicos em tensão AC para alimentação das cargas e sincronismo com a rede da concessionária em tensão nominal AC de 380V em frequência de 60Hz, MPPT com eficiência superior a 99,5%; tensão contínua mínima proveniente do arranjo fotovoltaico de no mínimo 195Vdc; distorção harmônica total máxima menor que 3% e eficiência máxima do inversor de no mínimo 98,7%.
8504.40.90	108	Inversores monofásico "on-grid" para sistemas de energia fotovoltaica, com potências de 3.000 a 7.500W, topologia sem transformador, com método de resfriamento passivo (sem ventiladores) e temperatura de operação compreendida entre de -25 a +60 Graus Celsius, IHM com LCD para operação, peso entre 5 e 12kg, fornecendo grau de proteção IP65 (com proteção contra poeira e jatos de agua) e com ruído de operação menor ou igual a 25db, porta de comunicação RS 485 e sem comunicação WIFI, modelos com "2" rastreadores de máximo ponto de potência (MPPT), Tensão máxima de entrada compreendida entre 500 e 600V em corrente contínua, eficiência entre 97.55% a 98.2%, com tensão mínima de entrada em corrente continua de 120Vdc, com range de saída em corrente alternada de 180 a 276Vac, com tensão nominal de 220 a 240Vac, com operação em 50/60Hz, com fator de potência em 1 com opção para alteração manual, com função de impedimento de exportação a Rede
		(Built in zero export function), atendendo as normas IEC62109-1/-2, G83/2, AS4777.2:2015, VDE0126-1-1, IEC61727, VDE N4105,NBR-16149/NBR-16150,EN50438.
8504.90.30	020	Membranas metálicas tipo célula, dotadas de câmara de expansão volumétrica formada a partir de chapas de aço inox (inox 304 ou 316L) de pequena espessura (da ordem de 0,3 a 0,5mm) estampadas para a formação de ondas e soldadas para a composição da câmara.
8514.40.00	013	Equipamentos de aquecimento por radiofrequência para tratamento térmico de pães de forma, capacidade de processamento de 12.000pães/h, composto de dois módulos com controle eletro mecânico de ajuste de altura automático para precisão de posicionamento, gerador de alta frequência com capacidade de fornecer até 240kW de ondas de radiofrequência, controlador lógico programável (PLC), painel controlador no modo sensível ao toque, velocidade variável do transportador, trocadores de calor integrados para resfriamento do sistema, 440VCA, 60hz.
8514.40.00	014	Equipamentos de aquecimento por radiofrequência para tratamento térmico de pães de forma, capacidade de processamento de 15.000pães/h, compostos de três módulos, com controle eletro mecânico de ajuste de altura automático para precisão de posicionamento, gerador de alta frequência com capacidade de fornecer até 360kW de ondas de radiofrequência, controlador lógico programável (PLC), painel controlador no modo sensível ao toque, velocidade variável do transportador, trocadores de calor integrados para resfriamento do sistema, 380VCA, 60hz.
8530.80.90	007	Reguladores de correntes constantes refrigerados a ar de 4 a 30kW, com corrente de saída máxima de 6,6 até 20A, com fornecimento de três a cinco níveis de saída de precisão para alimentar circuitos de iluminação das series nas pistas de aeroportos e taxiamento, com operação "solid-state", sem reles, com proteção contra circuito aberto e contra sobrecorrente na saída, com supressores de raio nos terminais e buchas de saída e entrada, com derivação de potência de saída de 10 em 10 até 100%, com alimentação de 50 a 60Hz, monofásica, com acabamento em pintura industrial por pó.
8543.30.90	046	Eletrolisadores com tecnologia de eletrólise do tipo alcalina a partir do consumo de água da rede e energia elétrica, uso e hidróxido de potássio (KOH) como eletrólito para a reação eletroquímica, com capacidade de produção de 50Nm³/h de hidrogênio a uma pureza de 99,998% e pressão de 27bar, com alimentação elétrica trifásica de 380V e 60Hz, potência instalada de 590kVA, projetados de acordo com a norma CE (ATEX directive 94/9/EC) ISO 22734-1 2008, montados dentro de contêineres modificados de 40pés e prontos para serem instalados em área externa, com "dry cooler" e "chiller" externos aos contêineres porém que integram o sistema de arrefecimento dos eletrolisadores, equipados com sistema de segurança que conta com sensores de detecção de vazamentos de hidrogênio e KOH e atuações automáticas de ventilação forçada e purga com nitrogênio em caso de emergência, com sistema automatizado de monitoramento e controle que pode ser acessado
		localmente através de tela IHM ou remotamente através de conexão VPN.
8607.11.10	003	Bogies (truques) para aplicação em veículos ferroviários, constituídos de rodado com distância de 1,353mm+-1, eixo móvel, rodas para transferência da carga do veículo para o trilho e unidade de caixa de eixo montada no gargalo do eixo.
8609.00.00	028	Isotanques de 40 pés para transporte e armazenamento criogênico de gás natural liquefeito (GNL), tanque interior de aço inoxidável, tanque exterior de aço carbono Q345R, isolamento por alto vácuo e isolante, inclui válvulas criogênicas de carga, descarga, de "boil-off" e de segurança, capacidade geométrica de 44,5m³, com pressão máxima de trabalho de 8,3 ar, temperatura de projeto de -196 a 50 Graus Celsius, temperatura de trabalho maior ou igual a -196 Graus Celsius e peso de 11.780kg.
8701.95.90	010	Tratores terminais (veículos-trator) "off-road", próprios para uso em portos, centros de distribuição/logística e indústrias, com chassi de aço soldado em viga caixão reforçada, distância entre eixos entre 3.000 e 3.250mm, equipados ou não com 5ª roda hidráulica com capacidade de elevação entre 32 e 45t, equipados ou não com assento giratório do operador, motor diesel entre 185 e 285kW, com capacidade de arraste entre 100 e 250t, tração 4 x 2 ou 4 x 4, velocidade máxima 40km/h, ar condicionado, acompanhado ou não de pescoço de ganso, suporte de estacionamento ou contrapesos.
9014.80.10	023	Equipamentos para monitoramento e determinação de vazão volumétrica e fração de volume de gás com processamento de arranjos sonares para captar som e interpretar a turbulência do fluxo gerada pelo fluxo de fluido e o som gerado pela tubulação e instrumentação do processo, transmitido através de uma ou mais saídas analógicas de 4 à 20mA, com saída de pulso, saída de alarme, com interface.
9015.80.90	057	Ferramentas circulares fabricadas com liga de Níquel inconel 713 através de seus mecanismos de abertura hidráulica, se aproximam da rocha que está sendo perfurada criando um efeito "seringa" com diâmetro de 1,12m utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo com perfil de rigidez e pode haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de Níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	058	Ferramentas circulares fabricadas com liga de Níquel inconel 713 responsável por abrigar fios e sensores que fornecem a direção e velocidade de rotação do motor e mantem a orientação, localização e posicionamento da ferramenta de perfuração com diâmetro de 0,15m com perfil de rigidez e podem haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de Níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	059	Equipamentos de medição tridimensional sem contato, tipo laser scanner terrestre 3D, portáteis, de alta velocidade e dinamicidade do laser pulsado, com tecnologia de digitalização (WFD), com alcance de 0,5 a 25m, velocidade de escaneio de 420.000pontos/s, precisão angular de 30 Polegadas, precisão tridimensional de 3mm, dotados de sistema de 3 câmeras de 4,8 MPixel e câmera de visão panorâmica de 12MPixel, campo de visão de 135 Graus horizontais por 100 Graus verticais, com LED flash, câmera de infravermelho longo termal panorâmica, sensores de navegação com base em IMU (unidade de medição inercial),Wireless LAN (802.11 b/g/n/ac) integrada, temperatura de operação de -25 a +40 Graus Celsius e proteção ao ingresso de partículas sólidas e líquidas IP54 (IEC 60529), acompanhados de maleta de transporte e fonte de alimentação.
9015.80.90	060	Equipamentos de medição tridimensional sem contato, tipo laser scanner terrestre 3D de imagens portátil, alta velocidade e dinamicidade do laser pulsado, com tecnologia de digitalização (WFD), com alcance de 60m, velocidade de escaneio de 360.000 pontos por segundo, precisão linear de 4mm, precisão angular de 40 Polegadas, precisão tridimensional de 6mm, dotado de sistema de três câmeras de 15MP para imagens esféricas HDR calibradas fotograficamente de 150MPixels , campo de visão de 360 Graus horizontais por 300 Graus verticais, com LED flash, câmera de infravermelho longo termal panorâmica, sensores de navegação com base em IMU (unidade de medição inercial), autonomia de 30 posições, Wireless LAN (802.11 b/g/n) integrada, temperatura de operação de -5 a +40 Graus Celsius e proteção ao ingresso de partículas sólidas e líquidas IP54 (IEC 60529), acompanhados de maleta de transporte e fonte de alimentação.
9015.80.90	061	Equipamentos de medição tridimensional sem contato, tipo laser scanner terrestre 3D de imagens portáteis, alta velocidade e dinamicidade do laser pulsado, aperfeiçoado pela tecnologia de digitalização da forma da onda portadora (WFD), alcance de 130m, velocidade de escaneio de 1.000.000 a 2.000.0000 pontos/s, precisão linear de 1 mm + 10 ppm, precisão angular de 18 Polegadas, precisão tridimensional de 1,9mm a 10m; 2,9mm a 20m e 5,3mm a 40m, dotados de sistema de 3 câmeras de 36 MPixel para imagens esféricas HDR calibradas fotograficamente de 432 MPixels , campo de visão de 360 Graus horizontais por 300 Graus verticais, sensores de navegação com base em IMU (unidade de medição inercial) com ou sem opcional de sistema de navegação inercial, VIS, baseados em sistema de imagens por 5 câmeras, com altímetro, bússola e sistema de GNSS, Wireless LAN (802.11 b/g/n) integrada, temperatura de operação de -5 a +40 Graus Celsius e proteção ao
		ingresso de partículas sólidas e líquidas IP54 (IEC 60529), acompanhados de maleta de transporte e fonte de alimentação.
9015.80.90	062	Equipamentos de medição tridimensional sem contato, tipo laser scanner terrestre 3D de imagens portáteis, alta velocidade e dinamicidade do laser pulsado, aperfeiçoado pela tecnologia de digitalização da forma da onda portadora (WFD), alcance de 130, 270 a 1.000m, dependendo do modelo, velocidade de escaneio de 1.000.0000pontos/s, precisão linear de 1,2mm + 10ppm, precisão angular de 8 Polegadas, precisão tridimensional de 3mm a 50m e 6mm a 100m, dotado de câmera de 4 MPixel para imagens panorâmicas HDR de 700MPixels , campo de visão de 360 Graus horizontais por 290 Graus verticais, com compensador em 2 eixos com atuação ao vivo e prumo laser, Ethernet Gigabit, WLAN sem fio integrado e dispositivo USB, temperatura de operação de -25 a +55 Graus Celsius e proteção ao ingresso de partículas sólidas e líquidas IP54 (IEC 60529), acompanhados de maleta de transporte e fonte de alimentação.
9015.80.90	063	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713 com sensores que fornecem peso e força de torque na coluna, com diâmetro de 0,29m utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo com perfil de rigidez podendo haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	064	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713 com as partes de pré-teste eletromecânicos, onde um parafuso de rolo e um conjunto de caixa de engrenagens do motor acionam o pistão, com diâmetro de 1,10m, utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo, com perfil de rigidez e pode haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	065	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713 dotadas de uma válvula de equalização da linha de fluxo com diâmetro de 0,56m, utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo com perfil de rigidez e pode haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9015.80.90	066	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713, abriga um conjunto de motor e bomba bidirecional e dois sensores diferenciais de pressão, com diâmetro de 0,77m.

9015.80.90	067	Sensores anemômetros de três pás para turbinas eólicas, dotados de rolamentos do tipo blindado para proteção contra poeira, água ou qualquer resíduo; contém aquecedor com potência de 96W para manter o aquecimento do sensor em temperaturas baixas; capacidade para medir velocidades de vento de 0 a 50m/s e manter-se sem danos em velocidades de até 90m/s; precisão de +/- 0,3m/s +2% do valor medido; resistência mínima de 1.200 W; possui intervalo de sinal de saída de 1 a 101Hz, de modo que 0Hz indique uma falha; constante de distância (recuperação de 63%) de 16m; diâmetro de varredura do rotor de 127mm (5 polegadas); tensão de entrada de 8 a 24Vdc; corrente elétrica de entrada de 40mA (operação) e máxima de 51mA; tensão de entrada para o aquecedor de 24V; temperatura de operação de -40 a 60 Graus Celsius; altura máxima de 237,6mm; diâmetro de corpo 58mm; massa máxima de 1,45 kg.
9015.80.90	068	Ferramentas circulares fabricadas com liga de níquel inconel 713, que fornece direcionamento para a coluna de perfuração em tempo real, com diâmetro de 1,12m, utilizadas na perfuração em poços exploratórios de petróleo, com perfil de rigidez e pode haver variações sem cobertura, com coberturas em membrana de níquel 713, ou cúpula geodésica em alumínio autoportante.
9018.19.80	114	Monitores de sinais vitais, com tela plana "touchscreen" transparente de cristal líquido LCD colorida de 12,1 polegadas (resolução de 1280 x 800pixels e peso aproximado de 6kg, autonomia da bateria de 5h, utilizando 2 baterias) ou 15,6 polegadas (resolução de 1.366 x 768pixels e peso aproximado de 7kg, autonomia da bateria de 4h, utilizando 2 baterias) ou 15,6 polegadas (resolução de 1366 x 768 pixels e peso aproximado de 6,3, autonomia da bateria de 3min, utilizando 1 bateria) ou 19 polegadas (resolução de 1680 x 1050 pixels e peso aproximado de 8,3kg, autonomia da bateria de 3min, utilizando 1 bateria), uso em pacientes adultos, crianças e recém-nascidos, alarmes sonoros e visuais, capacidade de armazenamento de dados de 72h, função entre leitos com possibilidade de visualização de até 20 leitos diferentes interligados via rede, contém multi-conectores e conceito "Smart Cable", Oximetria com tecnologia "BluePro", podendo ter impressora térmica integrada ao
		monitor, podendo realizar captura de tela, podendo realizar a configuração de 3 telas diferentes, podendo possuir a tecnologia "cap-one", tecnologia iNBP, Tecnologia PWTT/TTOP, Tecnologia synECi18 e Tecnologia esCCO (Débito Cardíaco contínuo estimado), realiza a monitorização dos seguintes parâmetros: frequência cardíaca (FC), frequência de pulso (FP), frequência respiratória por impedância (FR), saturação do oxigênio no sangue (SpO2), dupla oximetria (SpO2-2), análise de ECG de 12 derivações, pressão arterial não invasiva (PANI) e temperatura (corpórea, esofágica e retal), podendo realizar a medição da pressão arterial invasiva (PAI), CO2 ao final da respiração (etCO2), BIS (índice bispectral), TNM (transmissão neuromuscular), EEG (2 e 8 canais), Agentes anestésicos, débito cardíaco contínuo e intermitente (PiCCO, ProAQT, SwanGanz).
9018.19.80	115	Racks de 4 slots de conexão plug-in para expansão de até 4 módulos plug-in em monitor de sinais vitais, constituídos de carcaça plástica, 4 botões de ejeção de módulo, placa principal microprocessada, placa de expansão microprocessada com porta "powerUSB" de alimentação e comunicação e barramento RS485, podendo conter, suporte de montagem.
9018.19.80	116	Módulos de capnografia para monitoramento não invasivo da concentração de dióxido de carbono (CO2) em gases respiratórios exalados de pacientes adultos, pediátricos e neonatos, entubados ou não, por aspiração lateral (sidestream) e espectroscopia de luz infravermelha não dispersiva (NDIR), configurados para fornecer capnogramas (curvas de CO2), parâmetros de CO2 ao final da expiração (EtCO2) e CO2 mínimo inspirado (CO2mi) na faixa de 0 a 150mmHg e frequência respiratória (FR) de 0 a 150respirações/min (rpm) a partir de fluxos de amostragem de 50mL/min; podendo ou não conter linha de amostragem e/ou adaptador de vias.
9018.19.80	117	Sistemas de análise marcha, medindo 70 x 40 x 18mm, pesando 37g, com 4 acelerômetros de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica selecionável entre ±2, ±4, ±8, ±16g e largura de banda de 4 a 1.000Hz, 4 giroscópios de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica selecionável entre ±250, ±500, ±1000, ±2000 (graus/segundo)e frequência de 4 a 8.000Hz, magnetômetro de 3 eixos de sensibilidade múltipla com faixa dinâmica de ±1200 mT e frequência de até 100Hz, receptor GPS com precisão de posição de 2,5m até 5Hz ou de 3m até 10Hz, bateria recarregável por USB com 8h de autonomia, frequência de aquisição de 1.000Hz, módulo "bluetooth" 3.0 classe 1 de alcance de até 60m LOS, funcionamento em tempo real ou armazenamento interno em memória flash sincronizável nativamente com sistema de eletromiografia, acessórios: 1x módulo "bluetooth" ; 1x cabo de extensão 1,8m USB ; 1x cabo do sensor 0,6m USB-micro USB ; 1x chave de licença USB; 1x
		cinto ergonômico; 1x extensão para cinto; 1x maleta de transporte.
9018.19.80	118	Monitores de sinais vitais, com tela plana "touchscreen" transparente de cristal líquido LCD colorida de 10,4 polegadas com resolução de 800 x 600 pixels e peso aproximado entre 3,3 - 3,5kg, alça de transporte integrada ao monitor, autonomia da bateria de 3 ou 6h, uso em pacientes adultos, crianças e recém-nascidos, alarmes sonoros e visuais, capacidade de armazenamento de dados de 120 horas, Função entre leitos com possibilidade de visualização de até 8 leitos diferentes interligados via rede, contém multi-conectores e conceito Smart Cable, Oximetria com tecnologia BluePro, podendo ter impressora térmica integrada ao monitor, podendo possuir a Tecnologia Cap-ONE, Tecnologia iNBP, Tecnologia PWTT/TTOP e Tecnologia esCCO (Débito Cardíaco contínuo estimado), realiza a monitorização dos seguintes parâmetros: Frequência cardíaca (FC), Frequência de Pulso (FP), Frequência Respiratória por Impedância (FR), Saturação do oxigênio no sangue (SpO2), Pressão arterial
		não invasiva (PANI) e Temperatura corporal, podendo realizar a medição da Pressão arterial invasiva (PAI) e do CO2 ao final da respiração (etCO2).
9018.19.80	119	Monitores de sinais vitais, com tela plana "touchscreen" transparente de cristal líquido LCD colorida de 10,4 polegadas (resolução de 800 x 600 pixels e peso aproximado de 5,3kg, autonomia da bateria de 3 horas, utilizando 2 baterias) ou 12,1 polegadas (resolução de 800 x 600 pixels e peso aproximado de 7kg, autonomia da bateria de 3h, utilizando 2 baterias) ou 15 polegadas (resolução de 1.024 x 768 pixels e peso aproximado de 9kg, autonomia da bateria de 2 horas, utilizando 2 baterias), uso em pacientes adultos, crianças e recém-nascidos, alarmes sonoros e visuais, capacidade de armazenamento de dados de 72h, Função entre leitos com possibilidade de visualização de até 20 leitos diferentes interligados via rede, contém multi-conectores e conceito Smart Cable, Oximetria com tecnologia BluePro, podendo ter impressora térmica integrada ao monitor, podendo possuir a Tecnologia Cap-ONE, Tecnologia iNBP, Tecnologia PWTT/TTOP e Tecnologia esCCO (Débito Cardíaco
		contínuo estimado), realiza a monitorização dos seguintes parâmetros: Frequência cardíaca (FC), Frequência de Pulso (FP), Frequência Respiratória por Impedância (FR), Saturação do oxigênio no sangue (SpO2), Dupla oximetria (SpO2-2), Análise de ECG de 12 derivações, Pressão arterial não invasiva (PANI) e Temperatura (corpórea, esofágica e retal), podendo realizar a medição da Pressão arterial invasiva (PAI), CO2 ao final da respiração (etCO2), BIS (Índice Bispectral), TNM (Transmissão Neuromuscular), EEG (2 e 8 canais), Agentes Anestésicos, Débito Cardíaco contínuo e Intermitente (PiCCO, ProAQT, SwanGanz).
9018.19.80	120	Módulos de Índice Bispectral (BIS), não invasivos, para monitoração do nível de consciência do paciente, por meio de sinais de eletroencefalograma, tais como: curva EEG e parâmetros de índice bispectral (BIS), eletromiografia (EMG), índice de qualidade do sinal (SQI), taxa de supressão (SR), frequência da borda espectral (SEF), potência total (TP), contagem de surtos (BC) e indicação da impedância dos eletrodos e seu estado de conexão; podendo ou não conter conversor digital de sinais com cabos e/ou sensor BIS.
9018.19.80	121	Monitores de sinais vitais, podendo ser utilizados como monitor de transporte, com tela plana "touchscreen" transparente de cristal líquido LCD colorida de 5,7 polegadas (resolução de 640 x 480 pixels e peso aproximado de 1,57kg, uso em pacientes adultos, crianças e recém-nascidos, alarmes sonoros e visuais, capacidade de armazenamento de dados de 72h, função entre leitos com possibilidade de visualização de até 9 leitos diferentes interligados via rede, contém multi-conectores e conceito "smart cable", oximetria com tecnologia "bluepro", podendo possuir a tecnologia "cap-one", tecnologia INBP, tecnologia pwtt/ttop e tecnologia escco (débito cardíaco contínuo estimado), realiza a monitorização dos seguintes parâmetros: frequência cardíaca (FC), frequência de pulso (FP), frequência respiratória por impedância (FR), saturação do oxigênio no sangue (spo2), dupla oximetria (spo2-2), análise de ecg de 12 derivações, pressão arterial não invasiva (pani) e temperatura
		(corpórea, esofágica e retal), podendo realizar a medição da pressão arterial invasiva (pai), CO2 ao final da respiração (etco2), bis (índice bispectral), TNM (transmissão neuromuscular), débito cardíaco intermitente (swanganz).
9018.20.90	016	Sistemas a laser de múltiplos uso em estética capazes de emitir comprimentos de onda de luz de 1.064nm & 532nm e energia de pulso máximo de 600mj (1.064nm) , 300mj (532mn), com taxa de repetição única de 1 a 10hz que oferece modos de tratamento com duração de pulso em picossegundos e nanossegundos de precisão para utilização em tratamentos estéticos de remoção de tatuagens e lesões pigmentadas, equipamento constituído de modulo principal, canetas de laser, pedal de acionamento, braço articulado e óculos de proteção.
9018.50.90	141	Refratores digitais para exames de refração controlados por um monitor de visualização com teclado e "touchscreen" com capacidade de medição esférica (SPH), faixa de medição de -29.00 ~ +26.75D (geral); -19.00 ~ +16.75D (cilindro cruzado ou prisma), medição cilíndrica (CYL) faixa de medição de 0D~±8.75D.
9018.50.90	142	Câmeras retinais digitais para exames de retinografia, com capacidade de realização de fotos sem necessidade de midríase, resolução mínima de 18Megapixel, ângulo de fotografia de 45 Graus.
9018.50.90	143	Câmeras retinais digitais para exames de retinografia, angiografia com flouresceína e auto-fluorescência, sem necessidade de midríase, com resolução mínima de 18 MegaPixel e angulo de fotografia de 45 Graus para modo não midriático e 50 Graus para fotos em modo midriático.
9018.50.90	144	Auto tonômetros com função automática com modos de operação, modo 30 - 0 a 40hPa / 33 a 80hPa muda automaticamente (0 a 30mmHg / 25 a 60 mmHg muda automaticamente); modo 60 - 33 a 80hPa (25 a 60mmHg).
9018.90.10	057	Bombas de infusão volumétrica de pequeno porte, equipadas com programa de segurança de doses de 5.000 drogas em 32 áreas de cuidados, para infusão contínua de líquidos parenterais e lipídios, sangue e hemocomponentes por meio de dedos de bombeamento e membrana impermeável que os reveste, com tela TFT LCD colorida, com tamanho (diagonal) de 88,9mm, sistema de alarme visual e sonoro, entrada de energia de 100 a 240VAC, baterias de lítio de 4.800mAh de capacidade com tempo de duração de até 9 horas, faixa de configuração da taxas de fluxo de 0,10 a 100ml/h, precisão de mais ou menos 5% e de 0,10 a 1.200ml/h, precisão de taxa de mais ou menos 7.5%.
9018.90.10	058	Dispositivos eletrônicos com algoritmo próprio para o controle da insulina utilizados, do tempo de aplicações, de valor glicêmico, das taxas de infusão e dose atual administrada em UI ou ml/h e da infusão de nutrição enteral e nutrição parenteral.
9018.90.10	059	Painéis próprios para visualização e controle das funções das bombas de infusão intravenosa do sistema de apoio da terapia de insulina, com tela de cristal líquido (LCD), sensível ao toque (touchscreen), colorida de 5,7 polegadas, com indicadores de alarmes coloridos e com interface exclusiva para o módulo SGC (Space Glucose Control).
9019.20.90	032	Máscaras nasais ou oronasais, indicadas em terapias com aplicação de 1 ou 2 níveis de pressão positiva nas vias aéreas superiores, incluindo elementos de fixação ajustáveis, cotovelo, suporte giratórios e sistema de vedação, com pressão de terapia compreendida de 3 a 40cmH2O.
9022.14.19	034	Aparelhos de raios-X móvel motorizado para aquisição de radiografias, dotados de: gerador de alta frequência de no mínimo 60kHz e potência de 12,5 ou 32kW; menor faixa de tensão do tubo de igual ou menor de 40kV, maior faixa de tensão do tubo igual ou maior de 125kV, faixa do produto corrente-tempo de 0,32 a 320mAs, em 60 passos ou mais; tubo de raios-X com um ou dois focos e velocidade de rotação do ânodo igual ou maior a 3.200rpm, capacidade calorifica do ânodo igual ou maior a 300kHU; deslocamento motorizado, acionamento dos motores por botões no colimador e/ou pela barra de comando; coluna giratória com faixa de rotação de 540 (±270) graus; alcance do braço telescópico igual ou maior a 560mm, rotação do braço telescópico de 360 (±180) graus; disparo de raios-X por meio de baterias internas recarregáveis ou pela rede elétrica de 100 a 240Vac (50/60Hz); peso máximo do aparelho menor ou igual a 450kg; podendo conter um ou mais detector(es) de painel(is)
		plano(s) móvel(is) com ou sem fio; de cintilador de CsI ou GOS, com tamanho de pixel de 140 micrometros ou menor; sistema de imagens com computador interno ou laptop, com memória SSD ou disco rígido de 128GB ou mais, capacidade de armazenamento de 3.500 imagens ou mais, monitor integrado ou não de 12 polegadas ou maior, de valor unitário (CIF) não superior a R$167.620,00.
9022.90.90	046	Painéis detectores digitais planos com sensor de silício amorfo (a-Si) combinado com cintilador de óxissulfito de gadolínio (GOS), para geração de imagens estáticas de 14 Bits e próprios para equipamentos de raios X digitais compactos, alimentados em baixa tensão de 12V, com consumo médio de 20W, área de detecção aproximada de 35 x 43cm², resolução máxima de 1.918 x 2.365 pontos de imagem (pixel) e tamanho de pixel de 182 x 182 micrometros.
9027.10.00	180	Medidores de amônia (NH3), para banco de teste de motores a diesel, (conforme norma de certificação WHDC), leituras de medidas iguais ou superior a 1Hz de frequência, precisão de 2% MDC dos pontos de ajuste com mistura de gases de calibração, repetibilidade de 1% do valor de leitura do gás em amplitude total.

9027.10.00	181	Sistemas de coleta e análise de emissões de gases de escape de motores alimentados à diesel, gasolina, etanol, CNG ou LPG, por meio de amostragem bruta e/ou diluída, configurados para análise de monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono (CO2), hidrocarbonetos (HC), óxidos de nitrogênio (NOx), oxigênio (O2) e metano (CH4); Sistema de diluição por túnel de fluxo total, amostrador de volume constante com gabinete de armazenamento e calibração com orifício de fluxo crítico para emissões gasosas e particulados controlado por automação, sistema de transferência de exaustão, unidade de válvula para as bags; amostrador de particulado em massa com sistema de 4 fases por meio de elemento filtrante e sistema de controle, embutido em caixa com controle de temperatura; sistema de automação e controle com pacote de automação para execução e certificação de ciclos de testes de emissões.
9027.30.19	048	Espectrômetros de infravermelho por transformada de Fourier com interferômetro tipo RockSolid, permanentemente alinhado, com divisor de feixe de substrato de quartzo, insensível a vibração e com alta estabilidade com espelhos tipo canto de cubo revestidos com ouro, para análise de amostras líquidas com controle de temperatura por transmitância em células de fluxo de 1mm de caminho óptico ou frascos de vidro de 8mm de diâmetro externo; análise de amostras sólidas e pastosas por reflectância na esfera de integração em frasco de 97, ou 51, ou 370mm ou placa de petri, em controle de qualidade; com software de controle; banco óptico controlado por microprocessador, controle de velocidade digital, verificação avançada de sistema.
9027.30.20	076	Espectrômetros de infravermelho próximo (NIR) por reflectância em faixas específicas e imagens de câmeras UHD, para leitura e análise quantitativa e qualitativa de frutas, vegetais e outros produtos (tamanho, cor, defeito), dotados de sistema de processamento de dados para analisar até 14produtos/s, com até 500 imagens geradas por produto analisado.
9027.80.99	513	Unidades de análise automática "on-line" para monitoramento e identificação de contaminantes em CO2, montadas em contêiner climatizado, com tecnologia baseada em espectroscopia de absorção óptica com identificação mínima de 21 componentes diferentes através de 2 módulos de espectrômetro, com limites de detecção de 0,004 a 4ppm, com multiplexador de gás com até 8 pontos de entrada, sistema de controle e inspeção da qualidade do gás, unidade de conversão de enxofre com detecção de 0,15ppm, gabinete de análise para medição de componentes do CO2, analisador de O2 com detecção de até 1 ppm, módulo de validação para monitoramento de funções de rotina, válvulas e tubulações, controladores, redutores, controladas por software e painel de controle.
9027.80.99	514	Unidades de monitoramento de cloro livre, dióxido de cloro ou ozônio em água, equipamento integrado à tecnologia 3D, que permite sua conexão via internet, analisa amostra de água a cada 6s, por meio de sensor potenciostático, calculando residual de cloro no sistema e com possibilidade de fazer ajuste por meio de controle PID (Proporcional, Integral e Derivativo) das dosagens de químicos para controle microbiológico, faixas de medição: Cloro livre e Dióxido de cloro 0 a 20mg/L, Ozônio 0 a 10mg/L, com precisão de +/- 2% da faixa completa de compensação.
9027.80.99	515	Equipamentos de monitoramento e controle de parâmetros de água de alimentação de caldeira, como pH, condutividade, temperatura, ORP (Potencial de Óxido Redução) e corrosão, com dispositivo de comunicação por modem ethernet, celular integrados, analisando a cada 6 segundos por meio de sensores óptico-fluorescentes, residual de produto químico e calculando índices microbiológicos e de incrustação, após a leitura dos parâmetros, utiliza água de recirculação para dosagem de produtos químicos líquidos patenteados para controle microbiológico, de incrustação e corrosão no sistema de água.
9027.80.99	516	Equipamentos de monitoramento e controle de parâmetros de água de torre de resfriamento, como pH, condutividade, temperatura, ORP (Potencial de Óxido Redução) e corrosão, com dispositivo de comunicação por modem ethernet, celular integrados, analisando a cada 6s por meio de sensores óptico-fluorescentes, residual de produto químico e calculando índices microbiológicos e de incrustação, após a leitura dos parâmetros, utiliza água de recirculação para dosagem de produtos químicos líquidos patenteados para controle microbiológico, de incrustação e corrosão no sistema de água.
9027.80.99	517	Equipamentos de monitoramento e controle de parâmetros de água de torre de resfriamento, como pH, condutividade, temperatura, ORP (Potencial de Óxido Redução) e corrosão, com dispositivo de comunicação por modem ethernet, celular integrados, analisando a cada 6s, por meio de sensores óptico-fluorescentes, residual de produto químico e de incrustação. Após a leitura dos parâmetros, utiliza água de recirculação para dosagem de produtos químicos sólidos ou líquidos para controle microbiológico, de incrustação e corrosão no sistema de água, com bomba dosadora.
9027.80.99	518	Equipamentos para monitoramento e determinação de vazão volumétrica e fração de volume de gás ou quantidade de gás em liquido ou outro meio, incluindo gases que se manifestam na forma de bolha ou espuma, através de sonar passivo, com processamento de arranjos sonares para captar som e interpretar a turbulência do fluxo gerada pelo fluxo de fluido ou gases e o som gerado pela tubulação, e instrumentação do processo, transmitido através de uma ou mais saídas analógicas de 4 à 20mA, com saída de pulso, saída de alarme, com interface, com capacidade de determinação da fração volumétrica de gás (CO2, O2 E OUTROS), utilizado atrelado a sistemas de desaeração para controle de formação de espuma em processos como, por exemplo, de fermentação.
9027.80.99	519	Sistemas de monitoramento da condição de diferentes tipos de óleos e fluidos; espectrômetro de infravermelho médio 950 - 3.850cm-1; conforme ASTM D7889; volumes de amostra de até 100microlitros; análise de fluidos escuros com fuligem em porcentagem; temperatura de operação de 10 a 50 Graus Celsius; faixa analítica para número de acidez total (TAN) 0-6mg KOH/g; número de base total (TBN) 0-70mg KOH/g; nitração 0-50abs/cm; sulfatação 0-75abs/0,1mm; leitura de água dissolvida até 100ppm e leitura de água livre de 0,03-6,5% ou 300 a 65.000ppm; viscosímetro cinemático com faixa de operação de 1-700cSt a 40 Graus Celsius; precisão de +/-3% para a faixa de viscosidade de 1 a 320cSt e precisão de +/-5% para a faixa de 320 a 700cSt; volumes de amostra de 60microlitros; cálculo da viscosidade a 100 Graus Celsius.
9030.10.90	005	Unidades de medição dos níveis de radiação próprios para aplicação em equipamentos de raios X de diagnóstico por imagem, dotadas de display integrado e teclas de controle diretamente conectadas à câmera de medição e com interface serial para conexão a impressora ou display secundário, tensão de funcionamento de 10 a 30Vcc e potência de 3W.
9030.10.90	006	Câmaras de ionização próprias para medição da radiação que atravessa o paciente durante o exame de diagnóstico por imagens, aplicadas como acessório em sistema com tubos de raio X de tensão de 40 a 150kV, com faixa de leitura de taxa de dose de 0,5 a 1.000uGy/s, resolução digital de 0.025uGy, tempo de exposição de 1ms a 10s, tolerância de sensibilidade entre sensores de campo menor que 5%, fator de atenuação menor que 1,04, camada semi redutora menor que 0,75mm Al, faixa de tensão de trabalho de 12 a 16Vcc e com interface de comunicação serial.
9030.39.90	055	Equipamentos elétricos para teste de carregamento e descarregamento de células de baterias individuais com faixa de tensão compreendida entre 1 e 6VDC e corrente de 400A; com teste paralelo de temperatura, tensão, corrente e tempo, com dispositivo registrador de dados; com até 3 faixas de comutação de corrente dinâmica automática para até 1mA de precisão.
9031.20.90	208	Bancadas de testes de qualidade e funcional para os módulos para porta veicular, análise de funcionalidade; resistência, fadiga em componentes, alto falantes, travas e maçaneta, levantador de vidros, interruptores do descanso de braço, sistema elétricos, sistema de airbag, após as análises impressão de etiqueta de aprovação, utilizando software próprio para cada modulo da porta, sistema de proteção durante os testes, fonte de alimentação 400V, 60Hz, 25A, 1 fase, 5,5kW, 6bar seco sem óleo, tempo de processo £20 s, com seus acessórios normais para o seu pleno funcionamento.
9031.80.12	035	Rugosímetros para acoplamento em máquinas de medição CNC para medição de superfícies, com movimentos contínuos, rotações angulares de +/- 180 graus, velocidade maior que 30graus/s e precisão de posicionamento de mais ou menos 0,1 grau em todos os eixos, com curso máximo de medição em X=15mm (comprimento) com resolução digital de 0,5 micrômetros, Z= 600 micrômetros (altura), resolução de 5 micrômetros, velocidade de medição entre 0,05 e 0,5mm/s, filtro "cut-off" de 0,08, 0,25, 0,8 e 2,5mm.
9031.80.20	231	Máquinas de medição tridimensional tipo portal fixo motorizada e programável (CNC), com volume de medição x=300mm, Y=200mm, Z=200mm, incerteza de medição de MPE E(2D)=1.9+L/150 mm, cabeçote fixo de medição óptico com câmera de 5 megapixels, resolução de 2.448 x 2.048 pixel, foco automático, com taxa de quadros de 15quadros/s; este cabeçote possui um anel de luzes brancas e azuis que se ajustam de forma programável ou automática, com zoom digital, distância de trabalho de 65mm e profundidade de foco de aproximadamente 100mícrons.
9031.80.99	080	Equipamentos de medição a laser para ajustes (pré-set) e monitoramento de ferramentas de usinagem, aferição feita com ou sem movimento de rotação, velocidade de rotação máxima igual a 200.000rpm, diâmetro mínimo da ferramenta menor ou igual a 1.050 micrometros (variável em função da distância entre transmissor e receptor), laser classe 2 com comprimento de onda entre 630 e 700nm, classe de proteção IP68.
9031.80.99	081	Leitoras traçadoras para medir forma e curvatura de armações de óculos, por meio de apalpadores, com calibração automática e posicionamento automático do apalpador, dotadas de câmera de vídeo de 2 vias sem erros de paralaxe, armazenamento de 1.000 formas através do código de barras, cruz de centragem para todos os tipos de lentes: visão simples, multifocal, progressiva, executiva e meia-distância, com possibilidade de conexão em rede e interface para uma ou mais biseladoras, dotada de tela "touch" de 10 polegadas.
9031.80.99	082	Máquinas de medição de rugosidade e avaliação de contorno 2D, com medição realizada via processo dinâmico de aferição de superfícies retificadas do ângulo do assento do corpo (inclinação de 30 graus), com capabilidade estatística de cg/cgk maior ou igual a 1,33 e grr menor ou igual a 10% para as características controladas; range de medição do apalpador igual ou superior a 0,0375mm; tolerância de +-15% para característica de Ra e Rz; com capacidade de combinação de vários níveis de operação separados para diferentes programas de rugosidade e contorno; com opções de mudança rápida entre as medidas de rugosidade e contorno operado por software e mudança dos componentes mecânicos como: unidade de acionamento, a sonda (para rugosidade) mfw-250 e apalpadores de 175 e 350mm (para contorno).
9031.80.99	083	Aparelhos codificadores incrementais (encoder) com rolamentos híbridos para gerador elétrico de turbinas eólicas; tensão de operação e de saída de 9 a 30VDC, consumo de corrente 60mA a uma tensão de 24Vdc (máx. 80mA), corrente de saída de 40mA, comprimento máximo do cabo de 350m à uma frequência de 100kHz, frequência máxima de 200kHz, sinal de saída do tipo HCHTL, diâmetro de 100mm, vibração máxima (IEC60068-2-6) de 200m/s^2, choque máximo (IEC60068227) de 1.500m/s^2, rotação máxima de 6.000rpm, grau de proteção IP66, resolução de 2.048ppr, temperatura de operação de -40 a 100 Graus Celsius.
9032.89.84	001	Controladores automáticos de velocidade de motores elétricos por variação de frequência para uso exclusivo em bicicletas elétricas, com tensão nominal até 48V e potência nominal de até 500W, grau de proteção impermeável IP65, resiste a temperaturas externas até -20 a 45 Graus Celsius, podendo conter controles sobre motor, bateria, luzes, sensores, acelerador e display de comandos.
9032.89.84	002	Controladores automáticos de velocidade de motores elétricos por variação de frequência para uso exclusivo em bicicletas elétricas, com tensão nominal até 48V e potência nominal de até 1.680W, grau de Proteção Impermeável IP65.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 100, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação que menciona, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando a deliberação de sua 174ª Reunião, ocorrida de 11 a 14 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 15, de 19 de fevereiro de 2020, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-Tarifários incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Fica revogado o Ex-tarifário abaixo do respectivo ato legal indicado:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8471.60.59	002	Telas sensíveis ao toque "touchscreen" de 15 a 32 polegadas com tecnologia SAW (surface acoutic wave) para uso conjunto com telas LCD e unidades de processamento digital baseada em microcomputadores.	Resolução nº 15 de 19 de fevereiro de 2020

Art. 3º Fica incluído o Ex-tarifário abaixo no respectivo ato legal indicado:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8471.60.59	004	Telas sensíveis ao toque "touchscreen" de 15 a 32 polegadas com tecnologia SAW (surface acoustic wave) para uso conjunto com telas LCD e unidades de processamento digital baseada em microcomputadores.	Resolução nº 15 de 19 de fevereiro de 2020

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2020.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê-Executivo de Gestão
Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO
8471.49.00	024	Servidores com 2u de altura, 1 interface de rede de 100gbps ou 6 de 10gbps (configuradas em lag/lacp), com capacidade de armazenamento de 354terabytes em 24 discos rígidos de 14terabytes cada mais 9 drives nvme ssd de 2terabytes cada, fonte de alimentação AC ou DC, consumo 400W (sem utilização) e 670W (de acordo com a temperatura do ambiente) peso líquido 35kg dimensão 2u x 43,2cm x 71,1cm.
8471.50.90	011	Unidades de processamento sob a forma de placa de circuito impresso com microprocessador de alto desempenho, podendo ou não conter o conector do slot dos tipos PCIe 3.0 ou NVLink para conexão à placa-mãe, sem saída de vídeo para dispositivos de visualização, concebidas principalmente para uso em servidores de alto desempenho e data centers, comercialmente denominadas "Unidade de Processamento Gráfico (GPU)" ou placa aceleradora.
8471.70.12	007	Unidades de discos rígidos, com um só conjunto cabeça-disco (HDA Head Disk Assembly), com interface SATA, ciclo de operação 24 x 7 (vinte e quatro horas diárias, operando sete dias por semana), utilizando a tecnologia Multi-Tier Caching (MTC) com caching de no mínimo 64MB destinadas para armazenamento de dados, destinadas para armazenamento de dados de áudio e/ou vídeo, desenvolvidas para operação em temperatura ambiente dentro da faixa entre 0 e 60 Graus Celsius ou excedendo-a, resistência à choques de no mínimo 65G, com duração de 2ms em operação, durante processo de leitura.
8471.90.90	012	Robôs equipados com sistema de reconhecimento facial e de voz, display de LED, tela LCD, sistema de sensores híbridos (infravermelho+ultrasom) de distância e detecção de obstáculos, placa-integradora de sensores eletromagnéticos, alto falantes de 25w rms, microfone multidirecional, filmadora, impressora portátil e controle remoto.
8472.90.10	003	Máquinas dispensadoras automáticas de papel moeda (cédulas), com a função de recebimento e entrega de cédulas (reciclagem) operando entre 3 e 10 rolos intercambiáveis de armazenamento inteligente, com a função de armazenar as cédulas enroladas em filme poliéster bi orientado, podendo ser desabilitados individualmente sem interrupção da operação da máquina, com capacidade de classificação e validação por meio de diversos parâmetros e mínimo de 16 denominações, velocidade de depósito e saque mínimo de 3 cédulas/s, alimentador com atuadores para centralização de cédulas na entrada ou com capacidade de realimentação continua durante depósitos, dotadas opcionalmente de cassete para coleta das notas em excesso, interface de rede para integração com outros sistemas computacionais e opcionalmente preparada para integração com sistema de alarme, podendo ou não operar com painel de controle integrado ao equipamento, fonte
		de alimentação de 100 - 240V, 50/60Hz, consumo de 720W, de valor unitário (CIF) não superior a R$46.633,58.
8473.30.99	024	Subconjuntos montados próprios para microcomputador portátil com tela sensível ao toque "touchscreen" - "tablet PC", podendo conter, estrutura de fixação da tela, gabinetes, antenas, calços, componentes plásticos e/ou metálicos, visores, alto-falantes, microfones, botões, compartimentos de aberturas, motor de "vibracall", condutores, imãs, conectores, cabos, placa de circuito impresso montado com componentes eletroeletrônicos sem função de processamento central, rede de comunicação, sem fio e acesso à rede de celular, módulos de captura de imagens, sensores, mecanismos, teclas, suportes, guia de conexão do cartão SIM e/ou SDcard, adesivos, etiquetas, contatos de aterramento, parafusos, insertos, fitas, protetores, tela de visualização, dispositivo sensível ao toque "touchscreen".
8473.30.99	025	Subconjuntos tela de cristal líquido, plasma, "amoled" ou outras tecnologias, com a respectiva placa de controle, podendo conter visor frontal e/ou dispositivo sensível ao toque e placa de circuito impresso montada, que implemente quaisquer funções que não a de processamento central (placa-mãe), próprios para mesa computadorizada semi-portátil educacional.
8504.40.40	006	Sistemas para armazenamento, regulação e fornecimento ininterrupto de energia elétrica, para uso geral, dotados de banco de baterias de íons de lítio NCM, com capacidade total de armazenamento de 35kWh, contidos em 13 racks de 19 polegadas, com controlador e conversor integrados (retificador), 30kW, 400+-10% VAC, 50-63,5 Hz, controle de temperatura via ventilador duplo com controle automático, de valor unitário (CIF) não superior a R$84.441,24.
8517.62.39	016	Comutadores de rede ethernet, utilizados para gerenciamento de comunicações do tipo ethernet em sistemas de comunicação de turbinas eólicas, com tensão de entrada redundante de 10 - 30Vdc, corrente elétrica de entrada de 200mA em uma tensão de 24V; número do endereço MAC: 4000, tempo de envelhecimento: 300s, latência: 2,1µs, velocidade de "backplane": 2,6GB/s, método de "switching store&forward"; 8 conectores RJ-45 com portas de cobre; gabinete nas seguintes dimensões: 58,42mm de altura, 142,24mm de largura, 86,36mm de profundidade, massa de 0,72kg, trilho DIN 35mm; 2 indicadores em LED para status de conexão e velocidade; capacidade de operação em temperaturas de -40 a 85 Graus Celsius.
8517.62.59	076	Transceptores do tipo SFP+, utilizados para comunicação de aparelhos da rede de dados, protegidos por invólucro metálico, taxa de transferência de dados de 10Gbps, com cabo de 3m comprimento, raio de curvatura de 25mm.
8517.62.59	077	Transceptores do tipo QSFP+, utilizados para comunicação de aparelhos da rede de dados, protegidos por invólucro metálico, taxa de transferência de dados de 40Gbps, com cabo de 3m comprimento.
8517.62.59	078	Placas adaptadoras "infiniband" ou ethernet PCI "express", contendo suporte de inicialização remota internet "small computer system interface" (iSCSI), com ou sem conectores QSFP28/QSFP+/QSFP, SFP+ ou RJ45, específicas para unidade de processamento de dados denominada Servidor.
8517.62.59	079	Comutadores de rede ethernet de fibra ótica de modo único, utilizados para gerenciamento de comunicações do tipo ethernet em sistemas de comunicação de turbinas eólicas, com tensão de entrada redundante de 10 - 30Vdc, corrente elétrica de entrada de 250mA em uma tensão de 24V; dotados de dreno de aterramento para garantir a imunidade e emissões de ruídos ideais; número do endereço MAC: 4.000, tempo de envelhecimento: 20s, latência: 2,1 micrometros, velocidade de "backplane": 2,6GB/s, método de "switching store&forward"; 6 conectores RJ-45 com portas de cobre e 2 conectores SC com portas duplex; gabinete nas seguintes dimensões: 58,42mm de altura, 142,24mm de largura, 96,52mm de profundidade, massa de 0,72kg, trilho DIN 35mm; 2 indicadores em LED para status de conexão e velocidade; capacidade de operação em temperaturas de -20 a 70 Graus Celsius.
8517.62.59	080	Transmissores ópticos para aplicações de multiplexação densa de divisão de onda(DWDM - Dense Wave Division Multiplexing) em sistemas de transmissão de dados dotipo HFC em comprimentos de onda do grid ITU, com banda passante de 45 a1.218MHz, capacidade para 30 canais analógicos (até 258 MHz) + canais QAM, potência do sinal na saída óptica de 10 +- 0,25dBm, capacidade para controle de ganho automático ou manual do sinal de entrada, atenuador RF interno para ajuste de níveis dependendo da carga de canal aplicada, temperatura de operação de -20 a +65 Graus Celsius e dimensões (comprimento x largura x altura) de 29,2 x 2 x 5,1cm próprias para montagem em chassis 3RU.
8517.69.00	006	Unidades de comunicação de energia ECU, com protocolo de comunicação ZigBee 2.4 GHz, Wi-Fi integrado, Ethernet integrado, grau de proteção IP20, temperatura de operação entre -20 e +65 Graus Celsius, própria para utilização em sistemas de geração de energia fotovoltaica com microinversores.
8528.52.20	014	Monitores de vídeo profissional "broadcast monitor" utilizados para sistemas de edição, produção, transmissão ou cinematografia, com resolução máxima de 4.096 x 2.160 e mínima de 720 linhas nas resoluções de 4 e 2K, interface de entrada de vídeo SDI (HD, 3G, 6G e 12G) e HDMI, com modo de alto alcance dinâmico (HDR - "High Dynamic Range"), eficiência de pixel de 99,99%, aproveitamento de 100% do desempenho da tela de cor P3, capacidade máxima de brilho de 1.000 nits em 100% da tela de no mínimo 30 polegadas e relação de contraste de 1.000.000:1.
8531.20.00	031	Displays tipo LCD - módulo matriz de LEDs e 7 segmentos - microcontrolados, comunicação CAN de 125 a 1.000kbit/s, com indicadores de falhas, tensão de alimentação de 36 até 48Vdc, com Bluetooth e USB de 5V 500mA, programável em linguagem C, grau de proteção IP 65 e conectividade com aplicativo móvel.
8537.10.20	044	Relés de proteção multifunção, aplicados em gabinetes de conversores de turbinas eólicas, com frequência de operação de 60Hz, potência aparente de 36VA, tensão de entrada de 300Vdc a 2mA, tensão de saída de 125Vdc quebrando a 0,3A, contendo massa máxima de 4kg, comprimento de 237,5mm, espessura de 158,2mm, altura de 202,7mm, conexões IP40 frontal, IP10 traseira, IP20 na tampa e capacidade de operação em temperaturas de -40 a 60 Graus Celsius.
8538.90.10	005	Módulos de energia alternativa do eixo de "pitch" (AEPA) para sistema de "pitch" de turbinas eólicas, responsáveis pelo controle dos ângulos de ataque das pás da turbina em relação ao vento; contém as seguintes entradas e saídas para realizar o controle do motor de "pitch": 20 entradas digitais (incluindo 3 reservas), 8 saídas para relés, 8 entradas analógicas, 1 saída discreta, 1 saída analógica de 4-20mA, 1 entrada para o "encoder" incremental, 1 entrada para o "encoder" absoluto, 2 interfaces RS-485, 1 saída para o controle do freio, 1 conector RJ-45 Ethernet; dotados de 1 placa processadora BPPC; intervalo de tensão de entrada analógica: 0 a 140Vdc, intervalo de saída analógica de 4 a 20mA, resistência da saída analógica de 200 a 300Ω potência máxima consumida 80W; dimensões: 22,86 x 33,02 x 3,15cm (C x L x A); temperatura de operação -30 a 85 Graus Celsius.
8543.70.99	227	Aparelhos para esterilização de objetos através de raios ultravioleta banda C, comprimento de onda de 270nm e entrada USB 5VDC, 1A.
8543.70.99	Ex 228	Conjuntos de módulos eletrônicos para controle de degradação induzida pelo potencial (PID - Potential Induced Degradation), com módulo Anti-PID para detecção da tensão dos painéis FV de todos os inversores do tipo "string" e a terra e envio de comando de controle via módulo Anti-PID para ajuste de tensão de saída que é a tensão de saída AC entre o neutro virtual e a terra até que a tensão entre os painéis FV e cada inversor controlado pelo "datalogger" seja próxima de 0V e desta forma suprimir os efeitos de PID dos painéis FV, permitindo também o controle e detecção de corrente residual (RCD) a fim de garantir a segurança humana no ambiente de operação, abrigado em gabinete IP65.
8543.70.99	229	Dispositivos sem fio de comando à distância, por raios infravermelhos (IR) e tecnologia "bluetooth", com sensor sensível de movimento do tipo indicador (mouse), dotado de processamento de linguagem natural "Neuro-Linguistic Programming" (NLP), e com capacidade de gravação de até 9 aplicativos para acesso rápido, próprios para possibilitar o controle remoto de Smart TV e outros aparelhos.
8543.70.99	230	Amplificadores e conversores de frequência para recepção de sinais de TV via satélite (LNBF), em sistemas DTH, banda KU, podendo conter entre duas até oito saídas, com faixa de frequência de entrada entre 10,70 e 12,75GHz, faixa de frequência de saída entre 950 e 2.150MHz, polarização horizontal e vertical, ganho mínimo de 52dB e máximo de 70dB, figura de ruído inferior ou igual a 1dB, consumo máximo de 100mA por porta de saída.
9001.10.11	001	Fibra ópticas monomodos com baixa sensibilidade a curvatura de acordo com a especificação ITU-T G-657, raio de curvatura de 7,5mm com uma volta de mandril conforme comprimento de onda de 1.550nm com perda máxima do sinal de 0,50dB, raio de curvatura de 10mm com uma volta de mandril conforme comprimento de onda de 1.550nm com perda máxima do sinal de 0,10 dB, raio de curvatura de 15mm com dez voltas de mandril conforme comprimento de onda de 1.550nm com perda máxima do sinal de 0,03dB, de valor unitário (CIF) não superior a R$28,09.
9030.33.19	006	Módulos eletrônicos de monitoramento remoto com comunicação em rádio frequência para controle, detecção e localização de anomalias elétricas em plantas fotovoltaicas, baseado em "microcontrolador" de 32 bits capaz de registrar e controlar os parâmetros medidos na caixa de junção fotovoltaica "stringbox", operando em "real time", executando medição de correntes de "string" em até 32 canais de até 50 ampères e tensão de usina fotovoltaica de até 1.500Vdc, com tecnologia de sensores de efeito HALL de três eixos para medição de corrente com erro máx.. de +/- 0,5%, e medição de tensão com erro máximo de +/- 1%, contendo: uma placa processamento, uma placa de monitoramento de tensão, e de uma a até oito placas de monitoramento de corrente com 4 entradas cada, três tipos de interfaces de comunicação 1x Modbus (TCP/IP) e 2x Modbus RTU (RS-485) e 1x banda ISM (frequência operacional de 900 mhz) sem fio, três tipos de entradas digitais de uso geral,
		um sensor de temperatura analógico interno e duas conexões externas de 3 fios PT100, próprio para ser instalado em caixa de junção fotovoltaica "stringbox", com ou sem display de 2x 20 caracteres, operando com temperaturas de -40 a +85 Graus Celsius.
9030.89.90	060	Calibradores multifuncionais automatizados para calibração de equipamentos elétrico com geração e medição de tensão até 300.00V, corrente até 110mA, resistência até 10.000kW, frequência até 500kHz, com emissão de documentação conforme requisitos ISO.
9032.89.82	022	Placa controladora de temperatura eletrônica, destinada a refrigeradores de uso doméstico, com controle realizado por microcontroladores com lógicas proprietárias capazes de realizar o controle de temperatura do compartimento refrigerado, de forma eficiente do ponto de vista energético, através de três sensores de temperatura, e o acionamento de um ventilador, um compressor de velocidade variável com motor tipo BLDC, lógicas de degelo adaptativo que consideram tempo de compressor ligado e aberturas de portas, assim como comunicar-se com uma interface de comando também eletrônica por protocolo de comunicação I2C.

RETIFICAÇÃO

No artigo 2º da Resolução Gecex nº 83, de 03 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2020, Seção 1, Página 23, onde se lê:

"Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Portarias do Secretário-Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, que tratam das reduções temporárias da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL:

I - 390, de 6 de maio de 2019;
II - 421, de 22 de maio de 2019;
III - 468, de 27 de junho de 2019;
IV - 504, de 19 de julho de 2019; e
V - 512, de 29 de julho de 2019."

Leia-se:

"Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Portarias do Secretário-Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, que tratam das reduções temporárias da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL:

I - 390, de 6 de maio de 2019;
II - 421, de 22 de maio de 2019;
III - 504, de 19 de julho de 2019; e
IV - 512, de 29 de julho de 2019."

RETIFICAÇÃO

Os artigos 1º e 2º da Resolução nº 86, de 9 de setembro de 2020, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2020, Seção 1, Página 13, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam alteradas para dois por cento, por um período de trezentos e sessenta e cinco dias, conforme quotas e início de vigência discriminados na tabela abaixo, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos seguintes códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM:

NCM	Descrição	Quota	Início da vigência
5501.30.00	Acrílicos ou modacrílicos	6.240 toneladas	No dia em que esta Resolução entrar em vigor
7506.20.00	De Ligas de Níquel		
	Ex 001 - Chapas de liga níquel-cromo-molibdênio com largura igual ou superior a 200 mm, mas não superior a 1.300 mm, espessura igual ou superior a 2 mm, mas não superior a 10 mm, próprias para a fabricação de tubos a serem usados como revestimento	2.500 toneladas	No dia em que esta Resolução entrar em vigor
	interno de outros tubos de ferro ou aço usados em oleodutos ou gasodutos.		

Art. 2º Ficam alteradas para zero por cento, por um período de trezentos e sessenta e cinco dias, conforme quotas e início de vigência discriminados na tabela abaixo, as alíquotas ad valorem do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos seguintes códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM:

NCM	Descrição	Quota	Início da vigência
3804.00.20	Lignossulfonatos	72.000 toneladas	No dia em que esta Resolução entrar em vigor
9018.90.92	Aparelhos para medida da pressão arterial		
	Ex 001 - Braçadeiras, dos tipos para serem aplicados em braços ou pulsos, próprias para serem utilizadas em aparelhos para medida da pressão arterial	2.500.000 unidades	A partir de 18/09/2020
3002.20.21	Contra a gripe		
	Ex 001 - Vacinas influenza trivalentes	20.000.000 de doses	A partir de 26/11/2020
3002.20.23	Contra a hepatite B	30.000.000 de doses	A partir de 16/10/2020
3002.20.27	Outras tríplices		
	Ex 001 - Vacina contra a Difteria, o Tétano e a Pertussis (acelular) - dTpa, apresentada em doses ou acondicionada para venda a retalho	10.000.000 de doses	A partir de 01/12/2020
3002.20.29	Outras		
	Ex 001 - Vacina contra o Papilomavirus Humano 6, 11, 16, 18, (recombinante), apresentada em doses ou acondicionada para venda a retalho	18.000.000 de doses	A partir de 01/12/2020
	Ex 002 - Vacina contra a Hepatite A, apresentada em doses ou acondicionada para venda a retalho	10.000.000 de doses	A partir de 24/10/2020
	Ex 004 - Contra raiva (inativada)	4.000.000 de doses	A partir de 16/10/2020
	Ex 005 - Vacina adsorvida contra a difteria, tétano, pertussis, hepatite B e Haemophilus influenzae B	20.000.000 de doses	A partir de 01/04/2021

"

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 876, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Institui Grupo de Trabalho Especial para tratar da proposta da Bancada dos Trabalhadores no CODEFAT de ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos segurados durante o estado de calamidade pública em razão da pandemia do novo Coronavírus.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e tendo em vista o que dispõe o inciso VI do art. 4 º do Regimento Interno do CODEFAT, aprovado pela Resolução CODEFAT nº 596, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho Especial - GTE, com o objetivo de tratar da proposta da Bancada dos Trabalhadores no CODEFAT de ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos segurados durante o estado de calamidade pública em razão da pandemia do novo Coronavírus.

Art. 2º O GTE será composto por até 3 representantes titulares de cada uma das bancadas no CODEFAT, com igual número de suplentes.

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar dos trabalhos do GTE outros representantes e assessores técnicos.

Art. 3º A Secretaria Executiva do CODEFAT adotará providências visando à instalação e funcionamento do GTE, conforme estabelece o inciso V do art. 16 do Regimento Interno do Conselho.

Art. 4º O GTE ora instituído tem o prazo de até 15 dias, a contar da data da publicação desta Resolução, para apresentar ao colegiado a proposta resultante dos trabalhos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 877, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova o planejamento para o exercício de 2020 das ações de qualificação social e profissional a serem executadas pela União e pelas esferas de governo no âmbito do SINE, em observância ao art. 13, § 2º, da Resolução CODEFAT nº 866, de 16 de julho de 2020.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, o art. 6º, § 1º, o art. 9º da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, e o art. 13, § 2º, da Resolução CODEFAT nº 866, de 16 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador alocados para as ações Qualificação Social e Profissional a serem executadas, no exercício de 2020, pela União e pelas esferas de governo que aderirem ao SINE serão alocados da seguinte forma:

Esfera	%
União (execução direta)	0 %
Estados, Distrito Federal e municípios (execução descentralizada)	100 %

Art. 2º Os montantes alocados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que, nos termos do art. 13, caput, da Resolução CODEFAT nº 866, de 16 de julho 2020, tenham manifestado interesse em receber transferências automáticas entre fundos para o bloco de ações e serviços "Qualificação Social e Profissional" no exercício de 2020 serão distribuídos, conforme tabela constante do anexo I desta Resolução, em correspondência com as respectivas populações oficiais, de acordo com os dados do IBGE, multiplicadas pela razão entre o orçamento total da União alocado para a ação e o total da população oficial do conjunto dos entes elegíveis no mesmo período.

Art. 3º Os recursos distribuídos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que não figurarem aptos a receber as transferências automáticas no exercício e os respectivos montantes poderão ser redistribuídos em favor dos demais entes, observados o critério de que trata o art. 2º desta Resolução aplicado ao orçamento remanescente e as novas proporções derivadas da exclusão do cômputo dos entes inaptos.

Art. 4º Em caso de contingenciamento de recursos ou suplementação orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador, as transferências automáticas poderão ser realizadas em mais de uma parcela, na proporção dos limites financeiros disponíveis.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2020.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO I

Distribuição percentual dos recursos do FAT para o bloco de ações e serviços "Qualificação Social e Profissional" alocados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios no exercício de 2020:

Nome do ente da federação	UF	População estimada 2019 (IBGE)	% de recursos do FAT a ser distribuído por ente da federação
Estado da Bahia	BA	14.873.064	14,62346356
Estado do Ceará	CE	9.132.078	8,978823049
Estado de Goiás	GO	7.018.354	6,900571662
Estado do Maranhão	MA	7.075.181	6,956444988
Estado do Mato Grosso	MT	3.484.466	3,425989532
Estado do Mato Grosso do Sul	MS	2.778.986	2,73234893
Estado de Minas Gerais	MG	21.168.791	20,81353538
Estado do Paraná	PR	11.433.957	11,24207181
Estado do Piauí	PI	3.273.227	3,218295555
Estado de Rondônia	RO	1.777.225	1,747399529
Estado de Roraima	RR	605.761	0,595595091
Distrito Federal	DF	3.015.268	2,964665634
Município de Belford Roxo	RJ	510.906	0,502331952
Município de Belo Horizonte	MG	2.512.070	2,469912326
Município de Campina Grande	PB	409.731	0,402854876
Município de Campo Grande	MS	895.982	0,880945589
Município de Caucaia	CE	361.400	0,355334969
Município de Jaboatão dos Guararapes	PE	702.298	0,690512003
Município de Manaus	AM	2.182.763	2,146131771
Município de Ponta Grossa	PR	351.736	0,34583315
Município do Rio de Janeiro	RJ	6.718.903	6,606146062
Município de São Bernardo do Campo	SP	838.936	0,824856938
Município de São Carlos	SP	251.983	0,24775421
Município de Uberaba	MG	333.783	0,328181438

RESOLUÇÃO Nº 878, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2020 - PDE/2020, de que trata a Resolução CODEFAT nº 851, de 18 de março de 2020, alterada pela Resolução CODEFAT nº 856, de 25 de março de 2020.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVII do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º Alterar a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2020 - PDE/2020, de que trata a Resolução CODEFAT nº 851, de 18 de março de 2020, alterada pela Resolução nº 856, de 25 de março de 2020, pela redução de recursos para novas alocações para o montante de até R$ 1.550.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões de reais), conforme detalhado no Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2020.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ANEXO

ROGRAMAÇÃO ANUAL DA APLICAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT - EXERCÍCIO DE 2020 - PDE/2020

PROGRAMAS E LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS	VALOR (R$ milhões)		
	PDE VIGENTE (novas alocações autorizadas pelo CODEFAT mediante Resolução nº 851/2020, alterada pela Resolução n. 856 /2020)	AJUSTES DA PDE	Nova Distribuição de Recursos da PDE/2020

		ACRÉSCIMO	REDUÇÃO	
PROGRAMAS	5.000,0	1.050,0	(4.500,0)	1.550,0
FAT FOMENTAR	-	400,0	-	400,0
EMPRESAS COM FAT. ATÉ R$ 10 MILHÕES	-	400,0	-	400,0
PROGER URBANO	5.000,0	250,0	(4.500,0)	750,0
INVESTIMENTO	-	250,0	-	250,0
CAPITAL DE GIRO	5.000,0	-	(4.500,0)	500,0
PRONAF	-	400,0	-	400,0
INVESTIMENTO	-	400,0	-	400,0
LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAL	-			-
TOTAL	5.000,0			1.550,0

RESOLUÇÃO Nº 879, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o bloco de ações e serviços "Fomento à Geração de Emprego e Renda" no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos fundos do trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do art. 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e o disposto no § 1º do artigo 3º da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, resolve:

Seção I

Do objetivo e âmbito de aplicação

Art. 1º Dispor sobre o bloco de ações e serviços de "Fomento à Geração de Emprego e Renda" ("bloco de Fomento") no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelecer os critérios para as respectivas transferências automáticas aos fundos do trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do art. 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

§ 1º O bloco de Fomento compõe o conjunto de ações e serviços do SINE, nos termos do art. 2º, inciso I, da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019.

§ 2º O bloco de Fomento será objeto de plano de ações e serviços específico, que será elaborado pelo ente parceiro e aprovado pelo respectivo Conselho do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos termos do inciso X do art. 2º da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019.

§ 3º As transferências de recursos regulamentadas por esta Resolução tem por objetivo promover a execução descentralizada de atividades de fomento à geração de emprego e renda em âmbito local, observados os termos da Lei nº 13.667, de 2018, da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019, desta Resolução e demais normativos que regulamentam a matéria.

Art. 2º Poderão ofertar ações e serviços do bloco de Fomento, sob orientação e supervisão do Coordenador Nacional, todos os entes que aderirem ao SINE, nos termos do art. 5º da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019.

Seção II

Dos eixos de atuação para a oferta de ações e serviços do bloco de Fomento

Art. 3º As ações e serviços do Sine do bloco de Fomento terão como eixos de atuação:

I - arranjos de mercado: identificação de cadeias produtivas, com potencial de geração de emprego e renda, com ênfase no desenvolvimento sustentável, aliando o desenvolvimento de planos de negócios com ações de assistência técnica;

II - fomento ao empreendedorismo: execução de ações de orientação, de assistência técnica e de estímulo à adimplência de microempreendedores, especialmente os beneficiários do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e os registrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, podendo contemplar ou não parceria com as entidades de que trata o caput do art. 3º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018; e

III - incentivo à formalização: apoio à construção de redes de cooperação e processos de incubação de empreendimentos, destinados à produção e comercialização de bens e serviços.

Parágrafo único: É vedada a utilização dos recursos de que trata esta Resolução para a concessão de crédito.

Seção III

Da Elegibilidade às Transferências Automáticas do FAT

Art. 4º Serão elegíveis à transferência automática de recursos do FAT, comuns ou oriundos de emendas parlamentares com beneficiários predeterminados, para o bloco de Fomento, no âmbito do Sine, os municípios e consórcios públicos municipais que:

I - aderirem ao Sine, observando os critérios do art. 5º da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019;

II - mantiverem unidade própria de atendimento do SINE há pelo menos 3 (três) anos, e

III - comprovem a existência de política pública de fomento à geração de emprego e renda, operacionalizada por meio de programa instituído por lei ou decreto do poder público local ou de parceria com instituição operadora de microcrédito produtivo orientado, de que trata o caput do art. 3º da Lei n. 13.636, de 2018.

Parágrafo único. Para a realização das transferências automáticas de recursos do FAT de que trata o caput deste artigo, é necessário cumprir os requisitos estabelecidos no art. 7º da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019, e suas alterações.

Seção IV

Da Distribuição de Recursos

Art. 5º A distribuição de recursos comuns do FAT para o bloco de Fomento será feita a cada exercício, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

§ 1º O Coordenador Nacional receberá, até o fim de cada exercício, manifestação dos municípios e consórcios públicos municipais que aderirem ao Sine, observando os critérios do art. 4º desta Resolução, quanto ao interesse em receber a transferência automática de recursos comuns do FAT no exercício seguinte, para a execução de ações e serviços do bloco de Fomento.

§ 2º Após o recebimento das manifestações de interesse de que trata o § 1º, os recursos de que trata o caput deste artigo, para o exercício de referência, serão distribuídos entre os entes elegíveis mediante aprovação do CODEFAT.

Art. 6º A transferência de recursos para o bloco de Fomento poderá contemplar recursos recebidos pelo FAT oriundos de descentralização de crédito por parte de outros órgãos da administração pública federal, para execução de ações de interesse da unidade descentralizadora.

§ 1º Para a transferência de recursos de que trata o caput deste artigo aos entes parceiros do Sine que atendam aos critérios do art. 4º desta Resolução, devem ser observados os mesmos critérios e condições que se aplicam à transferência de recursos comuns ou oriundos de emendas parlamentares com beneficiários predeterminados do FAT, nos termos da Resolução CODEFAT nº 825, de 2019 e demais normas do CODEFAT afetas a matéria.

§ 2º A distribuição dos recursos de que trata o §1º aos entes parceiros dar-se-á conforme os critérios acordados com a unidade descentralizadora.

Seção V

Das disposições finais e transitórias

Art. 7º Compete à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego expedir atos normativos complementares para o cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2020.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 880, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Resolução CODEFAT nº 831, de 21 de maio de 2019, que estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 19, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e o disposto no § 1º, do art. 3º, da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CODEFAT nº 831, de 21 de maio de 2019, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

§ 2º Atos de regulamentação da composição e funcionamento dos conselhos deverão ser publicados pelo respectivo ente por meio de imprensa oficial, se houver, e no sítio oficial do poder público na Internet." (NR)

"Art. 19-A. Excepcionalmente, no prazo de até 180 dias, contados a partir da entrada em vigor desta Resolução, o credenciamento de que trata o art. 14 poderá ser realizado por meio de autuação de processo administrativo, mediante a juntada dos seguintes documentos:

.....

II - decreto de regulamentação da lei de criação do CTER, quando essa regulamentação for obrigatória;

III - regimento interno do CTER e o ato normativo de sua aprovação;

.....

VI - ato do Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios designando formalmente os Conselheiros, titulares e suplentes, representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo.

VII - ato do dirigente máximo do órgão gestor local, ou de autoridade hierarquicamente superior, designando formalmente o Secretário-Executivo e eventual substituto, dentre servidores de sua estrutura.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2020.

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

SUBSECRETARIA DE ESTRATÉGIA COMERCIAL

RETIFICAÇÃO

Na Consulta Pública nº 6/2020, da Subsecretaria de Estratégia Comercial da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos da Internacionais do Ministério da Economia, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2020, Edição 173, Seção 1, pág. 25,

No Anexo Único,

Onde se lê:

SITUAÇÃO ATUAL		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC (%)
6402.19.00	Outro	35
6403.19.00	Outro	35

e

SITUAÇÃO PROPOSTA		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC (%)
6403.99.90	Calçados para tênis, basquetebol, ginástica, treino e semelhantes, concebidos para a prática de atividade física	18

Leia-se:

SITUAÇÃO ATUAL		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC (%)
6402.19.00	--Outro	35
6403.19.00	--Outro	35

e

SITUAÇÃO PROPOSTA		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC (%)
6403.99.20	Calçados para tênis, basquetebol, ginástica, treino e semelhantes, concebidos para a prática de atividade física	18

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 21.332, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o Termo de Adesão para acesso ao Portal de Crédito Digital pelas instituições gestoras das plataformas e as instituições financeiras tipo I de que trata a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 127 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, e o art. 13 da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o Termo de Adesão para acesso ao Portal de Crédito Digital pelas instituições gestoras das plataformas e as instituições financeiras tipo I de que trata o art. 13 da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS PARA ACESSO

Termo de Acesso

Art. 2º As instituições gestoras das plataformas e as instituições financeiras tipo I credenciadas pela Central de Compras da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia celebrarão Termo de Adesão para acesso ao Portal de Crédito Digital, conforme modelo constante do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, Termo de Adesão é o instrumento que formaliza o acesso ao Portal de Crédito Digital, após o cumprimento das condições e requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento, nos termos do Capítulo II da Instrução Normativa nº 53, de 2020.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 3º A Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá:

I - expedir normas complementares necessárias para a execução desta Portaria; e

II - estabelecer, por meio de orientações ou manuais, informações adicionais para fins de operacionalização da gestão de acesso ao Portal de Crédito Digital.

Art. 4º Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Vigência

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de outubro de 2020.

CRISTIANO ROCHA HECKERT

ANEXO

TERMO DE ADESÃO AO PORTAL DE CRÉDITO DIGITAL

Pelo presente, a [INSTITUIÇÃO GESTORA DA PLATAFORMA / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA TIPO I], com endereço na [ ], CEP [ ], [CIDADE], [ESTADO], inscrita no CNPJ/MF sob o nº[ ], neste ato representada na forma de seu [Estatuto Social/Regulamento], por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), ora designada "AGENTE FINANCEIRO", resolve formalizar o presente Termo de Adesão, consoante às regras estabelecidas na Portaria n° [ ], de [ ] de 2020, da Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, declarando, desde já ciência do inteiro teor do referido normativo.

Tendo em vista que o AGENTE FINANCEIRO tem interesse em realizar OPERAÇÕES DE CRÉDITOS no PORTAL DE CRÉDITO DIGITAL com FORNECEDORES dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional (SACADO), mediante utilização da PLATAFORMA, nomeada AntecipaGOV, mantida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), sujeita-se às condições, requisitos e obrigações conforme segue:

1. PORTAL DE CRÉDITO DIGITAL: é um ambiente de tecnologia e comunicação, acessível via internet e disponibilizado pelo Ministério da Economia, que proporciona a integração entre FORNECEDORES, INSTITUIÇÕES GESTORAS DAS PLATAFORMAS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS TIPO I e SACADO, para realização de operação de crédito de que trata a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020.

2. REQUISITOS FUNCIONAIS: a AntecipaGOV permitirá, no mínimo:

(a) envio de notificações, arquivos e informações entre os fornecedores, as instituições gestoras das plataformas, as instituições financeiras Tipo I e o SACADO;

(b) upload de arquivos;

(c) disponibilização de CONTRATOS, pelo FORNECEDOR, para negociação de OPERAÇÕES DE CRÉDITOS;

(d) solicitação e gerenciamento de propostas de OPERAÇÕES DE CRÉDITOS;

(e) registro de efetivação e de informações básicas de OPERAÇÕES DE CRÉDITOS;

(f) consulta das OPERAÇÕES DE CRÉDITOS;

(g) cadastramento de usuários dos participantes envolvidos;

(h) filtros de pesquisa das OPERAÇÕES DE CRÉDITOS de que o respectivo participante seja parte;

(i) atendimento aos PARTICIPANTES através de plataforma de chamados do SERPRO;

(j) a visualização, pelos AGENTES FINANCEIROS, em uma área exclusiva da AntecipaGOV, dos CONTRATOS indicados pelo FORNECEDOR para negociação das OPERAÇÕES DE CRÉDITOS.

(l) o acesso pelo AGENTE FINANCEIRO aos CONTRATOS selecionados pelo FORNECEDOR para simulação de OPERAÇÃO DE CRÉDITO;

(m) o cadastro das propostas pelos AGENTES FINANCEIROS para OPERAÇÃO DE CRÉDITO com o FORNECEDOR;

(n) o envio de proposta dos AGENTES FINANCEIROS ao FORNECEDOR; e

(o) o registro da liberação dos CONTRATOS apresentados pelo FORNECEDOR, pelo SACADO, para que possa realizar a OPERAÇÃO DE CRÉDITO.

3. ATRIBUIÇÕES E CONDIÇÕES: Fica desde já estabelecido que:

(a) as atividades do SERPRO são limitadas a prover a disponibilização, transmissão e troca de informações, notificações e arquivos entre SACADOS, FORNECEDORES e AGENTES FINANCEIROS;

(b) o SERPRO não atuará como representante dos SACADOS, dos AGENTES FINANCEIROS ou dos FORNECEDORES, sendo sua responsabilidade unicamente gerir a AntecipaGOV como meio eletrônico para troca de informações, notificações e arquivos entre os participantes na negociação de OPERAÇÕES DE CRÉDITOS, podendo, no desempenho dessa função, promover ações de relacionamento junto aos AGENTES FINANCEIROS (por meio de contato direto e individualizado com cada um desses PARTICIPANTES), objetivando facilitar a integração com a AntecipaGOV e suas funcionalidades;

(c) todas as negociações de termos e condições das OPERAÇÕES DE CRÉDITOS ocorridas através da AntecipaGOV, assim como a formalização dos contratos, serão conduzidas diretamente entre FORNECEDORES e AGENTES FINANCEIROS, sem intermediação ou intervenção do SERPRO;

4. OBRIGAÇÕES: O AGENTE FINANCEIRO obriga-se a:

(a) responder pelos atos praticados pelo(s) usuário(s) que vier(em) a ter acesso à AntecipaGOV por sua autorização;

(b) cumprir os procedimentos, políticas, diretrizes e as normas de segurança da informação do SERPRO (disponíveis no endereço https://www.serpro.gov.br/);

(c) dar o adequado tratamento à informação recebida ou gerada, direta ou indiretamente, em razão deste TERMO DE ADESÃO, de acordo com as regras de segurança da informação e confidencialidade;

(d) manter o seu pessoal informado acerca dos procedimentos, políticas, diretrizes e normas de segurança da informação do SERPRO, e das regras de segurança da informação e confidencialidade;

(e) comunicar imediatamente à Central de Compras (CREDENCIANTE) e ao SERPRO possíveis casos de descumprimento de regras relativas à segurança da informação e confidencialidade referidas no item acima; e

(f) não fazer uso do nome ou da marca SERPRO ou de qualquer outro SACADO, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pelo titular.

4.1. Para fins de segurança da informação, o AGENTE FINANCEIRO obriga-se por seus administradores, empregados, representantes e prepostos a qualquer título, sucessores e comissários, assim como por terceiros por ele contratados.

5. O AGENTE FINANCEIRO declara e garante que:

(a) a celebração e a execução deste TERMO DE ADESÃO não viola nenhuma disposição de seu Estatuto Social/Regulamento, ou das leis e dos regulamentos a que se submete;

(b) com relação às atividades e negócios vinculados ao objeto do presente TERMO DE ADESÃO (declarando por si próprio e por seus administradores, empregados, prepostos, representantes e agentes):

(i) Não realizou, ofereceu, prometeu ou autorizou qualquer pagamento, presente, promessa ou outra qualquer vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, conforme definido nos arts. 327 e 337-D do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal (CP); partido político; autoridade de partido político; candidato a cargo eletivo; ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação às leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, ao Código Penal, inclusive suas futuras alterações, e as demais regras e regulamentos deles decorrentes (coletivamente denominadas "Leis Anticorrupção");

(ii) Compromete-se a não praticar quaisquer dos atos mencionados no item 'i' acima e a cumprir as Leis Anticorrupção; e

(iii) Não utilizou ou utilizará bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultou ou dissimulou a sua natureza, origem, localização, disposição movimentação e propriedade, e cumprirá as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, mas não se limitando as condutas descritas na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e demais legislações aplicáveis ao AGENTE FINANCEIRO.

(c) possui políticas e procedimentos adequados e em vigor em relação à ética e conduta nos negócios, e às Leis Anticorrupção; e

(d) as declarações aqui prestadas pelo AGENTE FINANCEIRO subsistirão até a final e total liquidação das OPERAÇÕES DE CRÉDITOS contratadas por meio da AntecipaGOV, ficando o AGENTE FINANCEIRO responsável por todos e quaisquer prejuízos causados a participantes que decorram da inveracidade ou da inexatidão das declarações e garantias aqui prestadas.

(e) os riscos das OPERAÇÕES DE CRÉDITO são de sua integral responsabilidade, cabendo-lhe avaliar antes de decidir pela concessão, ou não, ao FORNECEDOR; e

(f) está ciente que:

(i) o SACADO não se responsabiliza ou dá garantia das OPERAÇÕES DE CRÉDITO realizada na AntecipaGOV, cabendo-lhe apenas creditar os recursos das faturas do contrato na conta vinculada, quando houver valores de crédito ao FORNECEDOR; e

(ii) as OPERAÇÕES DE CRÉDITO de que trata a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, não representam garantias da União aos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras aos fornecedores.

6. VIGÊNCIA: A Adesão do AGENTE FINANCEIRO à AntecipaGOV produzirá efeitos a partir da data de assinatura deste TERMO DE ADESÃO.

6.1. O AGENTE FINANCEIRO poderá, a qualquer tempo, deixar de integrar a AntecipaGOV, resilindo o presente TERMO DE ADESÃO, mediante envio de notificação por escrito nesse sentido à Central da Compras (CREDENCIANTE) e ao SERPRO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem qualquer ônus, ficando assegurada a conclusão e/ou liquidação das obrigações por ele assumidas no âmbito da AntecipaGOV anteriormente à sua efetiva saída, incluindo, sem limitação, as obrigações relacionadas às OPERAÇÕES DE CRÉDITOS.

6.1.1. A saída do AGENTE FINANCEIRO da AntecipaGOV, previsto no item 6.1, será efetivada em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação.

6.1.2. A partir da efetiva retirada do AGENTE FINANCEIRO, este não mais poderá contratar OPERAÇÕES DE CRÉDITOS por meio da AntecipaGOV.

6.2. O AGENTE FINANCEIRO poderá, a qualquer tempo, rescindir o TERMO DE ADESÃO e deixar de integrar a AntecipaGOV de imediato, mediante envio de notificação por escrito nesse sentido à Central da Compras (CREDENCIANTE) e ao SERPRO, caso este provedor descumpra as normas que lhes são aplicáveis referentes a atos de corrupção e a atos lesivos contra a administração pública, incluindo a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e sua regulamentação.

6.2.1. A rescisão prevista no item 6.2 será realizada sem qualquer ônus para o AGENTE FINANCEIRO, ficando assegurada a conclusão e/ou liquidação das obrigações por ele assumidas no âmbito da AntecipaGOV anteriormente à sua efetiva saída, incluindo, sem limitação, as obrigações relacionadas às OPERAÇÕES DE CRÉDITOS.

6.2.2. A saída do AGENTE FINANCEIRO da AntecipaGOV, no caso de rescisão na forma do item 6.2, será efetivada na data do recebimento da notificação.

6.2.3. A partir da efetiva retirada do AGENTE FINANCEIRO no caso do item 6.2, este não mais poderá contratar OPERAÇÕES DE CRÉDITOS por meio da AntecipaGOV.

6.3. O TERMO DE ADESÃO será rescindido pela Central de Compras (CREDENCIANTE), nas seguintes situações:

(a) Encerramento das atividades, liquidação (sob qualquer modalidade), dissolução, ou decretação de falência do AGENTE FINANCEIRO; ou

(b) Intervenção do Banco Central, instauração de insolvência civil, requerimento de recuperação judicial, propositura de plano de recuperação extrajudicial, ou procedimentos equivalentes, em face do/pelo AGENTE FINANCEIRO, ou alteração social, reorganização societária, modificação da finalidade ou da estrutura do AGENTE FINANCEIRO, que, no entendimento da Central da Compras (CREDENCIANTE) prejudique a capacidade de participar da AntecipaGOV.

6.3.1. Nas hipóteses do item 6.3, fica assegurada a conclusão e/ou liquidação das obrigações assumidas pelo AGENTE FINANCEIRO no âmbito da AntecipaGOV anteriormente ao evento de rescisão, incluindo, sem limitação, as obrigações relacionadas às OPERAÇÕES DE CRÉDITOS.

6.3.2. Na data de rescisão do TERMO DE ADESÃO, será efetivada a retirada do AGENTE FINANCEIRO da PLATAFORMA.

6.3.3. A partir da retirada do AGENTE FINANCEIRO, em caso de rescisão, este não mais poderá contratar OPERAÇÕES DE CRÉDITOS por meio da AntecipaGOV.

6.4. Mesmo após o encerramento deste TERMO DE ADESÃO e, por consequência, do acesso à AntecipaGOV, o AGENTE FINANCEIRO compromete-se a manter ativas, pelo prazo que for preciso, todas as estruturas necessárias para o integral cumprimento das obrigações e exercício dos direitos relacionados às OPERAÇÕES DE CRÉDITOS vigentes até a data de sua efetiva saída.

7. COMUNICAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS: Toda e qualquer comunicação ou esclarecimentos relativamente a este TERMO DE ADESÃO deverão ser encaminhados à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8. SUCESSÃO: Este TERMO DE ADESÃO vinculará o AGENTE FINANCEIRO e seus respectivos sucessores e cessionários a qualquer título, sendo certo que eventuais sucessores do AGENTE FINANCEIRO responderão solidariamente com este.

9. FORO: As PARTES elegem o Foro da Seção Judiciária de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias resultantes deste TERMO DE ADESÃO, que não possam ser solucionadas por entendimento amigável, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justas e acordadas, assina(m) o(s) representante(s) da [AGENTE FINANCEIRO] o presente Termo, eletronicamente, para que produza os efeitos legais.

Brasília, de de 2020.

AGENTE FINANCEIRO

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 93, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de recadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, inciso I, alínea "g", do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Portaria n° 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 22, de 17 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Fica suspensa, até 31 de outubro de 2020, a exigência de recadastramento anual de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis de que trata a Portaria nº 244, de 15 de junho de 2020, e a Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2020".

.....

§3º Encerrado o prazo de que trata o caput, os beneficiários que tiverem sido dispensados da realização de comprovação de vida durante o período de suspensão deverão realizar o recadastramento anual nos termos de que trata a Portaria nº 244, de 15 de junho de 2020, e a Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2020" (NR)

"Art. 2º-A. .....

.....

§3º Encerrado o período de que trata o caput do art. 2º, o beneficiário a quem tiver sido deferido o restabelecimento excepcional deverá realizar a comprovação de vida para continuidade do pagamento de proventos e pensões e recebimento de eventuais retroativos, nos termos da Portaria nº 244, de 15 de junho de 2020, e da Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2020." (NR)

Art. 2 º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LENHART

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA Nº 21.329, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.101471/2020-15, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, as deliberações constantes da Ata do Conselho de Administração da Sociedade, de 27 de julho de 2020, da sociedade estrangeira ESTACIONAMIENTOS Y SERVICIOS, S.A., autorizada a funcionar no Brasil por meio da Portaria nº 2, de 10 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 12 de junho de 2019, concernente à alteração promovida no objeto social da filial no Brasil, que passará a ser: 1. A realização de todos os tipos de contratos de fornecimento, serviços, gestão de serviços públicos (concessão, sociedade mista, acordo e gestão interessada), contratos mistos ou contratos privados celebrados com qualquer administração pública, instituição, organização ou similar, e sociedade privada, de qualquer âmbito administrativo ou territorial. 2. A operação de estacionamentos ou áreas de estacionamento de veículos, dentro ou fora das vias públicas, incluindo o gerenciamento do pagamento das taxas correspondentes e o serviço de vigilância do estacionamento de veículos, bem como a remoção desses das estradas e seu transporte para os armazéns estabelecidos para este fim. 3. Processamento de procedimentos sancionadores, desde que essas atividades não impliquem exercícios de autoridade, incluindo serviços de organização, gerenciamento do sistema de arquivamento e notificação de todos os tipos de documentação. 4. Fornecimento de parquímetros, dispositivos e sistemas para medição, captura e emissão eletrônica de denúncias de tráfego, sinalizações, estáticas horizontais e verticais, sinalizações dinâmicas, sistemas de controle de tráfego, semáforos e centros de controle, pedágios, controle de acesso e controle de estacionamento de veículos. 5. Serviços de manutenção e conservação de vias públicas. 6. Projeto, desenvolvimento, implementação, manutenção, gerenciamento e exploração de programas, aplicativos, plataformas, interfaces e quaisquer outros meios tecnológicos auxiliares de serviços de estacionamento regulamentado, de meios de transporte públicos ou privados, com ou sem motorista, gerenciamento e cobrança de acesso a estradas ou áreas urbanas e qualquer outra atividade relacionada à mobilidade urbana em geral, incluindo, sem limitação, aquelas que facilitam o pagamento de taxas de estacionamento, uso ou acesso dos usuários, bem como identificação veículos infratores e o processamento das correspondentes denúncias. 7. Prestação de serviços próprios da atividade de engenharia e consultoria, tais como prestação, desenvolvimento, realização e comercialização de projetos, estudos e relatórios de caráter técnico, econômico e comercial, além de serviços de assessoria e assistência técnica a instituições públicas e privadas. Gestão de licenças e autorizações administrativas. 8. Gerenciamento de publicidade, marketing, informações, avisos, notícias, redes sociais, sites, recebimento de telefonemas e serviços administrativos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 21.245, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Prorrogação de Autorização de Obra para executar o prolongamento da Avenida Litorânea nos trechos de Talude Existentes e Microdunas, conforme Processo n° 04952.000027/2017-51.

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso VI, artigo 15º, da Portaria SPU nº 83, de 28 de agosto de 2019, tendo em vista o disposto no artigo 6º, parágrafo § 1º, do Decreto nº. 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e, de acordo com os elementos que integram o Processo n° 04952.000027/2017-51, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 29 de setembro de 2020, a vigência da Portaria SPU-MA Nº 8685 de 27 de março de 2020, publicada no DOU de 02 de abril de 2020, que autoriza o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos - MOB, a executar a Obra de prolongamento da Avenida Litorânea nos trechos de Microdunas e Talude Existente, situados na Avenida Litorânea, no município de São Luís, Estado do Maranhão, conceituados como terrenos de marinha e acrescidos, conforme memoriais descritos e plantas integrantes do processo acima epigrafado.

Art. 2º - Permanecem inalterados todos os demais artigos e condições da Portaria SPU-MA Nº 8685/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RIBAMAR MONTEIRO SEGUNDO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 21282, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 44, § 1º, inciso III, alíneas "a" e "b", da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e

Considerando a necessidade de ajuste de Identificador de Uso - IDUSO na ação "Ativos Civis da União", no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, tendo em vista a identificação de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Considerando a frustração da fonte 70 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica e a possibilidade de uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, relativo à fonte 50 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação, para a realização da ação "Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais", no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; e

Considerando a previsão de frustração na arrecadação da fonte 70 e a possibilidade de uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, concernente à fonte 50, para o atendimento da ação "Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes", no Fundo Naval, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos e os identificadores de uso constantes da Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, no que concerne aos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e da Defesa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO I

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							18.700.000
		Atividades							
12 302	0032 20TP	Ativos Civis da União							18.700.000
12 302	0032 20TP 0043	Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							18.700.000
			S	1	1	90	8	151	18.700.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.700.000
TOTAL - GERAL									18.700.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							10.000.000
		Atividades							
18 541	1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							10.000.000
18 541	1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							10.000.000
			F	3	9	90	0	650	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO I
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							18.000.000
		Atividades							
05 301	0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							18.000.000
05 301	0032 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							18.000.000
			S	3	1	90	0	650	18.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.000.000
TOTAL - GERAL									18.000.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							18.700.000
		Atividades							
12 302	0032 20TP	Ativos Civis da União							18.700.000
12 302	0032 20TP 0043	Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							18.700.000
			S	1	1	90	0	151	18.700.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.700.000
TOTAL - GERAL									18.700.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais							10.000.000
		Atividades							
18 541	1041 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							10.000.000
18 541	1041 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							10.000.000
			F	3	9	90	0	270	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO II
Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo							18.000.000
		Atividades							
05 301	0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							18.000.000
05 301	0032 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							18.000.000
			S	3	1	90	0	270	18.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									18.000.000
TOTAL - GERAL									18.000.000

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 21.232, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2020, com vigência para o ano de 2021 e dos dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.3, calculados em 2020, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a delegação de competência de que trata o inciso IV do art. da Portaria GME nº 117, de 26 de março de 2019, publicada no DOU de 27 de março de 2019, seção 1, página 9, e considerando o disposto no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; no art. 10 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, no inciso II do art. 126 da Lei nº. 8.213 de 24 de julho de 1991; no art. 202-A, § 5º, 303 e 305, todos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1.999 e alterado pelo Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020, e nas Resoluções do MF/CNP nºs 1.329, de 25 de abril de 2017 e 1.335, de 18 de dezembro de 2017 - (Processo nº 10132.100344/2020-28), resolve:

Art. 1º Serão disponibilizados pelo Ministério da Economia - ME, no dia 30 de setembro de 2020, podendo ser acessados nos sítios da Previdência (https://www.gov.br/previdencia) e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB (www.receita.economia.gov.br):

I - Os róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, calculados em 2020, considerando informações dos bancos de dados da previdência social relativas aos anos de 2018 e 2019.

II - O Fator Acidentário de Prevenção - FAP calculado em 2020 e vigente para o ano de 2021, juntamente com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que possibilitem ao estabelecimento (CNPJ completo) verificar o respectivo desempenho dentro da sua Subclasse da CNAE.

Parágrafo único. O valor do FAP de todos os estabelecimentos (CNPJ completo), juntamente com as respectivas ordens de frequência, gravidade, custo e demais elementos que compuseram o processo de cálculo, serão de conhecimento restrito do estabelecimento mediante acesso por senha pessoal.

Art. 2º O FAP atribuído aos estabelecimentos (CNPJ completo) pelo Ministério da Economia poderá ser contestado perante o Conselho de Recursos da Previdência Social da Secretaria de Previdência, exclusivamente por meio eletrônico, através de formulário que será disponibilizado nos sítios da Previdência e da RFB.

§ 1º A contestação de que trata o caput deverá versar, exclusivamente, sobre razões relativas a divergências quanto aos elementos que compõem o cálculo do FAP.

§ 2º Os elementos que compõem o cálculo do FAP contestados deverão ser devidamente identificados, conforme incisos abaixo, sob pena de não conhecimento da contestação:

I - Comunicação de Acidentes do Trabalho - CAT - seleção das CATs relacionadas para contestação.

II - Benefícios - seleção dos Benefícios relacionados para contestação.

III - Massa Salarial - seleção da(s) competência (s) do período-base, inclusive o 13º salário, informando o valor da massa salarial (campo "REMUNERAÇÃO" - GFIP eSocial) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correto ter declarado em GFIP/eSocial para cada competência selecionada.

IV - Número Médio de Vínculos - seleção da(s) competência(s) do período-base, informando a quantidade de vínculos (campo "EMPREGADOS E TRABALHADORES AVULSOS" - GFIP/eSocial) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera correta ter declarado em GFIP/eSocial para cada competência selecionada.

V - Taxa Média de Rotatividade - seleção do(s) ano(s) do período-base, informando as quantidades de rescisões (campo "MOVIMENTAÇÕES"* - GFIP / e no eSocial), admissões (campo "ADMISSÃO"** - GFIP / e no eSocial) e de vínculos no início do ano (campo X GFIP/eSocial competência) que o estabelecimento (CNPJ completo) considera corretas ter declarado em GFIP/eSocial para cada ano do período-base selecionado.

(*) Códigos das MOVIMENTAÇÕES considerados no cálculo: I1 e I3 (GFIP) e motivos 2, 3 e 6 (eSocial).

(**) Códigos das ADMISSÕES das categorias considerados no cálculo: 1, 2, 4, 7, 12, 19, 20, 21 e 26 (GFIP) e 101, 102, 103, 105, 106, 107. 108, 111, 201, 202, 301, 302, 303, 306, 309, 401 e 410 (eSocial), excetuados os vinculados a Regimes Próprios de Previdência.

§ 3º Ainda sob pena de não conhecimento, qualquer referência aos elementos impugnados deverá identificá-los pelos seus respectivos números: CAT (número da CAT), benefícios, trabalhador (número do NIT).

§ 4º O formulário eletrônico de contestação deverá ser preenchido e transmitido no período de 01 de novembro de 2020 a 30 de novembro de 2020.

§ 5º O resultado do julgamento proferido pelo Conselho de Recursos da Previdência Social será divulgado no sítio da Previdência, e o inteiro teor da decisão será divulgado nos sítios da Previdência e da RFB, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

§ 6º O processo administrativo de que trata este artigo tem efeito suspensivo, que cessará com o esgotamento do prazo para o recurso previsto no art. 3º sem que este tenha sido interposto.

Art. 3º Da decisão proferida pelo Conselho de Recursos da Previdência Social caberá recurso, exclusivamente por meio eletrônico, no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do resultado no DOU.

§ 1º O recurso deverá ser encaminhado através de formulário eletrônico, que será disponibilizado nos sítios da Previdência e da RFB, e será examinado em caráter terminativo pelo Conselho de Recursos da Previdência Social.

§ 2º Não será conhecido o recurso sobre matérias que não tenham sido objeto de contestação em primeira instância administrativa.

§ 3º O resultado do julgamento proferido pelo Conselho de Recursos da Previdência Social será publicado no DOU, e o inteiro teor da decisão será divulgado nos sítios da Previdência e da RFB, com acesso restrito ao estabelecimento (CNPJ completo).

§ 4º O efeito suspensivo cessará na data da publicação do resultado do julgamento proferido pelo Conselho de Recursos da Previdência Social.

Art. 4º A propositura, pelo contribuinte, de ação judicial que tenha por objeto idêntico pedido sobre o qual versa o processo administrativo de que trata esta Portaria, importa em renúncia ao direito de recorrer à esfera administrativa e desistência da contestação interposta.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor no dia 30 de setembro de 2020.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, em cumprimento a decisão proferida no Processo Judicial nº 0000590-21.2020.5.10.0018, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 40583/2020/ME, resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E COMBATE ÀS ENDEMIAS DOS MUNICÍPIOS DE EUNÁPOLIS, BELMONTE, GUARATINGA, ITABELA, ITAGIMIRIM, ITAPEBI, PORTO SEGURO, SANTA CRUZ CABRÁLIA, CANAVIEIRAS, CAMACAN, MASCOTE, PAU BRASIL E SANTA LUZIA - BA - SINDIACSCER - BAHIA, CNPJ 11.190.556/0001-04, Processo 46204.004221/2018-07, para representar a Categoria Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate as Endemias, ativos e aposentados, com vínculo direto ou indireto, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Eunápolis, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Canavieiras, Camacan, Mascote, Pau Brasil e Santa Luzia, Estado da BAHIA, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SSINDICATO DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS DA BAHIA - SINDACS/BA, CNPJ 06.953.941/0001-26, Processo 46000.005999/2003-35; excluindo a Categoria Agentes Comunitários de Saúde e Combate as Endemias, ativos e aposentados, com vínculo direto ou indireto; nos municípios Eunápolis, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Canavieiras, Camacan, Mascote, Pau Brasil e Santa Luzia, do Estado da BAHIA, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32703/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º SA03078, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE LAURENTINO, CNPJ 82.758.566/0001-41, para representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou. aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971 cujos imóveis contenham de 0,00 limitando-se a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Laurentino/SC, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 32375/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º SC 17533 e proc. 46212.014357/2015-75, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Jaboti, CNPJ 21.506.032/0001-33, para representação da categoria dos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo, Poder Legislativo, administração direta e indireta, inclusive professores, trabalhadores da rede de ensino, ocupantes de cargos comissionados, ativos e inativos, com abrangência municipal e base territorial no Município de Jaboti/PR, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, com fundamento na NT 32770/2020/ME, resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 46220.002994/2015-08, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IPORÃ DO OESTE- SC, CNPJ: 78.486.305/0001-42, nos termos do inciso IV do art. 27, da Portaria 326/2013 e inciso XI do art. 22 da Portaria 17.593, de 24 de julho de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 31910/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical de interesse do Sindicato dos Laboratórios de Patologia, Pesquisas, Análises Clínicas e Banco de Sangue do Estado do Rio Grande do Norte - SINDLAC, CNPJ nº 21.684.779/0001-81, processo 46217.001242/2015-71, nos termos do inciso I do art. 22 e art 47 da Portaria 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica nº 32427/2020/ME (SEI 9786687), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46221.004917/2015-74, de interesse do Sindicato dos Assistentes de Trânsito, Vistoriadores de Trânsito e Servidores do DETRAN do Estado de Sergipe - SINDETRAN/SE, CNPJ 12.257.474/0001-00 , nos termos do art. 22, inciso II c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica nº 33536/2020/ME (SEI 9905097), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46205.009082/2015-47, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Umirim, CNPJ 23.728.454/0001-89, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei L166/1971, em área igual ou inferior a 2 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Umirim, no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 31549/2020/ME(9685991), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária processo n.º 46220.001294/2015-98 - SA02575, de interesse do Sindicato Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Orleans-SC, CNPJ nº 85.287.878/0001-02, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais e agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto lei 1.166/1971, com abrangência municipal e base territorial em Orleans no Estado de Santa Catarina-SC, nos termos dos arts. 14, 15 e 47 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 31593/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical, de interesse do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Piracicaba, Saltinho e Rio das Pedras, Águas de São Pedro, Charqueada, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Torrinha, Ipeúna, Iracemápolis e Mombuca, CNPJ nº 21.321.024/0001-12, para representação da categoria econômica das indústrias de panificação e confeitaria, com abrangência Intermunicipal e base territorial no municípios de Piracicaba, Saltinho, Rio das Pedras, Águas de São Pedro, Charqueada, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, Torrinha, Ipeúna, Iracemápolis e Mombuca no Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33224/2020/ME (9871685), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46220.005093/2015-60 (SA 02867), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Barra Velha e Região, CNPJ n.º 16.888.636/0001-51, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria nº 326/2013, c/c art. 22, incisos I e XI e art. 47, da Portaria n.º 17.593/2020, atualmente em vigor.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 35003/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46218.003906/2016-15, de interesse do SINDICATO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA, CNPJ 24.011.608/0001-80, nos termos do art. 22, Inciso XI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 34998/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46214.000552/2016-89, de interesse do SINDCONAM-PI - SINDICATO DOS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ 23.901.741/0001-49, para representação da categoria dos Condutores de Ambulância, da rede privada, contratados ou concursados da rede pública Municipal e Estadual, Condutores de ambulância em emergência e urgência, motorista de ambulância de transporte de paciente, condutores de veículos ambulatoriais ou que prestem atendimento em caráter de urgência e emergência do Estado do Piauí, com abrangência ESTADUAL e base territorial no Estado do *Piauí*, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38094/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46217.010279/2016-71, de interesse do SINDECFC-RN - Sindicato dos Empregados em Centro de Formação de Condutores no Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ 25.135.745/0001-99, nos termos do art. 22, inciso I c/c o art. 47 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 34032/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46205.001245/2016-24, de interesse do Sindracse Regional - XIX - Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as endemias - Regional XIX, CNPJ 21.633.740/0001-35, para representação da categoria TRABALHADORES AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, ABRANGENDO TODOS AQUELES TRABALHADORES EMPREGADOS, CONTRATADOS SOB QUALQUER FORMA OU REGIME E OU COOPERADOS QUE PRESTAM SERVIÇOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTES MUNICIPIOS, com abrangência INTERMUNICIPAL e base territorial no *Ceará*: Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 33384/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46416.001554/2015-38, SC17375, de interesse do Sinhores-Atibaia - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Município de Atibaia, CNPJ 22.498.472/0001-59, nos termos do art. 22, inciso I, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 35013/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46206.005449/2016-24, de interesse do SINDECOM - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PLANALTINA DE GOIÁS, CNPJ 14.699.262/0001-09, para representação da categoria dos trabalhadores empregados comércio varejista e atacadista, que compreende as seguintes atividades: 1. Comércio varejista: I. Comércio de tecidos e vestuário; II. Comércio varejista de artefatos de tecidos; III. Comércio varejista de artigos do vestuário (confecções e roupas feitas); IV. Comércio varejista de roupas para uso profissional e para segurança no trabalho; V. comércio varejista de complementos e acessórios do vestuário; VI. Comércio varejista de calçados; VII. Comércio varejista de couros, peles e seus artefatos; VIII. Comércio varejista de móveis, objetos de arte, decoração e de antiguidades; IX. Comércio varejista de artigos de colchoaria; X. Comércio varejista de tapeçaria; XI. Comércio varejista de artigos de mesa, copa e cozinha; XII. Comércio varejista de artigos de cutelaria; XIII. Comércio varejista de molduras para quadros; XIV. Comércio varejista de material elétrico eletrônico; XV. Comércio varejista de equipamentos e aparelhos para escritório, para uso comercial, técnico e profissional, peças e acessórios (TV, ar condicionado, refrigerador, frigobar, filtro de água, suporte para papel); XVI. Comércio varejista de aparelhos e

equipamentos para comunicação, peças e acessórios; XVII. Comércio varejista de equipamentos de informática, peças e acessórios; XVIII. Comércio varejista de máquinas, aparelhos e equipamentos para o uso na agropecuária, peças e acessórios; XIX. Comércio varejista de máquinas e aparelhos para uso doméstico (eletrodomésticos); XX. Comércio varejista de máquinas, aparelhos e equipamentos odonto-médicohospitalares, científicos e laboratoriais; XXI. Comércio varejista de material cinematográfico; XXII. Comércio varejista de instrumentos musicais e acessórios, cds, dvds, e fitas magnéticas gravadas; XXIII. Comércio varejista de artigos escolares (bolsas, mochilas, lancheiras); XXIV. Comércio varejista de jóias e relógios; XXV. Comércio varejista de bijuterias; XXVI. Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, peças e acessórios; XXVII. Comércio varejista de artigos desportivos, de caça, pesca e camping; XXVIII. Comércio varejista de borracha, plásticos, espumas e seus artefatos; XXIX. Comércio varejista de animais vivos para criação doméstica, acessórios para criação de animais e artigos de jardinagem; XXX. Comércio varejista de produtos veterinários, produtos químicos de uso na agropecuária, forragens, rações e produtos alimentícios para animais; XXXI. Comércio varejista de produtos de higiene, limpeza e conservação comercial e domiciliar; XXXII. Comércio varejista de perfumes, artigos de toucador e de higiene pessoal; XXXIII. Comércio varejista de artigos de armarinhos, bazares e magazines; XXXIV. Comércio varejista de lojas de departamentos; XXXV. Comércio varejista de artigos usados; XXXVI. Comércio varejista de artesanatos e souvenires; XXXVII. Comércio varejista de artigos para presentes; XXXVIII. Comércio varejista de artigos de cerâmica e de gesso; XXXIX. Comércio varejista de produtos pirotécnicos; XL. Comércio varejista de artigos importados; XLI. Comércio varejista de carvão vegetal e lenha; XLII. Estabelecimentos de serviços funerários (compreende casas, agências e empresas funerárias); XLIII. Empresa de garagem, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos; e 2. Comércio Atacadista: I. de carvão vegetal e lenha; II. de gêneros alimentícios; III. de tecidos, vestuário e armarinho; IV. de louças, tintas e ferragens; V. de maquinismos em geral; VI. de material de construção; VII. de material elétrico; VIII. de produtos químicos para indústria e lavoura; IX. de álcool e bebidas em geral; X. de couros e peles; XI. de artigos sanitários; XII. de sucatas de ferro; XIII. de café; e XIV. de minérios e pesquisas, com abrangência MUNICIPAL e base territorial no Estado de *Goiás*: Planaltina, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 35016/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46215.007273/2016-36, de interesse do SINERGIA - SINDICATO INTERESTADUAL DAS INDÚST. DE ENERGIA ELÉTRICA, CNPJ n.º 34.074.211/0001-90, nos termos do art. 5º, §1º, inciso I, alíneas a e c, do art. 22, inciso I e do art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38113/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46234.002941/2016-19, SC18548, de interesse do SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO DE SAO DOMINGOS DO PRATA E REGIAO DE MINAS GERAIS (SITIAS), CNPJ 25.188.530/0001-36, para representação da Categoria profissional dos trabalhadores nas indústrias de Alimentação, nas atividades de: 01- Nas indústrias de Milho, Trigo, Soja e Mandioca; 02- Na indústria do Açúcar em geral; 03-Na indústria do Arroz, Feijão e Aveia; 04- Na indústria de Torrefação, Moagem e Beneficiamento do Café e outros cereais em grãos; 05- Na indústria do Café Solúvel; 06- Na indústria de Refinação de Sal; 07-Na indústria de Panificação e Confeitaria; 08- Na indústria de Produtos de Cacau, Balas e Gomas de Mascar; 09- Na indústria do Mate; 10- Na indústria de Laticínios e seus produtos derivados; 11- Na indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos; 12- Na indústria de Águas Minerais, Cervejas, Refrigerantes, Vinhos e Bebidas em Geral; 13- Na indústria do Azeite e Óleos Alimentícios; 14- Na indústria de Doces e Conservas Alimentícias; 15- Na indústria da Carne e seus produtos derivados; 16- Na indústria do Frio; 17-Na indústria do Fumo; 18- Na indústria de Imunização, Tratamento e Industrialização de Frutas; 19- Na indústria de Rações balanceadas e demais Alimentação Animal; 20- Na indústria de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados; 21- Na indústria de Abates, Frigoríficos e Preparação de Carnes Bovina, Suínas, Equinas, Aves, Pequenos Animais, Conservas de Carnes e subprodutos; 22- Nas Cooperativas de Industrialização e Manipulação de produtos alimentícios; 23- Trabalhadores terceirizados e temporários nas indústrias de alimentos , com abrangência intermunicipal e base territorial no Estado de Minas Gerais: Abre Campos, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Alvinópolis, Antônio Dias, Bom Jesus do Galho, Bela Vista de Minas, Braúnas, Caparaó, Caputira, Carangola, Chalé, Córrego Novo, Dionísio, Durandé, Entre Folhas, Jaguaraçú, Joanésia, João Monlevade, Lajinha, Luiz Burgo, Manhuaçu, Manhumirim, Marliéria, Martins Soares, Matipó, Mesquita, Nova Era, Orizânia, Piedade de Caratinga, Pingo D'água, Raul Soares, Reduto, Rio Doce, Santa Margarida, São Domingos do Prata, São José do Mantimento, São Pedro dos Ferros, São João do Manhuaçú, São José do Goiabal, Rio Piracicaba, Santa Barbara do Leste, Santa Maria do Itabira, Santana do Manhuaçú, São Gonçalo do Rio Abaixo, Simonésia, Vargem Alegre e Vermelho Novo., nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38110/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46215.092467/2016-29, SA03687, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Duque de Caxias e Magé, CNPJ 29.397.957/0001-03, nos termos do art. 22, incisos III e IV, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38089/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46268.003881/2016-56, de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO, CNPJ 56.359.292/0001-08, para representação da categoria dos empregados rurais assalariados em atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais, extrativistas, comerciais, hortifrutigranjeiros, que prestam serviços às pessoas físicas, jurídicas, agroindustriais utilizando sistema manual ou mecânico às empresas (Extrativistas, Pecuárias, Comerciais, Hortifrutigranjeiros em Propriedades de Pessoas Físicas ou Jurídicas) que desenvolvam atividades rurais que explorem produtos (vegetal e animal) de qualquer natureza, mediante recebimento de salário e nas atividades rurais acima referidas, com abrangência intermunicipal e base territorial no Estado de *São Paulo*: Bady Bassitt, Cedral, Ipiguá, Nova Aliança e São José do Rio Preto, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 37649/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46220.006152/2016-06, de interesse do SINCERVALE - Sindicato das Indústrias de Olaria e de Cerâmica para Construção do Vale do Rio Tijucas, CNPJ 13.462.586/0001-58, nos termos do inciso I do art. 22 c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 36985/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46312.002710/2016-27, de interesse do SIMTED - SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, CNPJ 03.923.919/0001-45, nos termos do art. 22, inciso I, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 37001/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46206.009297/2016-39, de interesse do SINEECON-DF - SINDICATO DOS EMPREG EM EMPRESAS DE CONTAB DO DF, CNPJ 03.657.210/0001-45, nos termos do art. 22, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020, c/c art. 8º, I, alínea "b", da Portaria nº 326/2013.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 35005/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46212.005529/2016-09, SA03318, de interesse do SINDIFAZCRE - PR - Sindicato dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, CNPJ 06.957.774/0001-91, nos termos do art. 22, inciso II , c/c art. 47 da Portaria 17.593, de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33556/2020/ME (9906683), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46222.010429/2015-96, SA02878, de interesse do Sindicato dos Empregados no Comercio Hoteleiro e similares, em Turismo e Hospitalidade, Asseio e Conservação de Altamira e Região dos municípios de Anapú, Medicilândia, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Uruará - SINHOAL, CNPJ:14.137.251/0001-27, nos termos do art. 22, inciso I c/c o 47 da Portaria 17.593/2020..

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34237/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46207.000934/2016-00, de interesse do SINDTRAT/ES - SINDICATO DOS TRABALHADORES AUTONOMOS DE TRANSITO, CNPJ 23.664.974/0001-75, nos termos do art. 22, Inciso III da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38973/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46205.018810/2016-92, SC18701, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES(AS) PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LAVRAS DA MANGABEIRA - CE, CNPJ 07.775.382/0001-74, para representação da categoria dos Servidores(as) Públicos Municipais, com abrangência municipal e base territorial em Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33771/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46213.018688/2015-74, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Bento do Una/PE, para representação da categoria Profissional dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, àqueles que ativos ou aposentados, proprietário ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercício em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros, em imóveis com área total não superior a dois módulos rurais, nos termos do Decreto-Lei n.° 1.166/1971, com abrangência municipal e base territorial no município de São Bento do Una no Estado de Pernambuco, conforme os artigos. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT nº 39250/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46217.011264/2016-20, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ASSU/RN, CNPJ (08.081.291/0001-00), para representação da categoria Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no município de Assu/RN, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais,nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, com abrangência no Município de Açu e base territorial no Estado do RIO GRANDE DO NORTE, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; cumprimento à Decisão Judicial, Processo n." 0000935- 62.2016.5.10.0006, procedente da 6ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou a análise do processo no prazo máximo de 30 (trinta) dias; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 40645/2020/ME (10680085), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Ceará - AUDITECE SINDICAL (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46205.016019/2015-67 (SC17646), CNPJ: 23.530.225/0001-55 e o Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Estado do Ceará- SINTAF, CNPJ: 23.563.208/0001-14 (impugnante); para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38001/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46215.090738/2016-10, SA03761, de interesse do TRAQUIMFAR - SINDICATO TRAQUIMFAR RJ, CNPJ 33.652.629/0001-75, nos termos do art. art. 22, Inciso III, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34031/2020/ME (9962007), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46218.001729/2016-24 (SA03175), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Marau - STIA, CNPJ 88.496.708/0001-26, para representação da categoria de trabalhadores nas indústrias da alimentação em geral, nas indústrias de bebidas, sucos e concentrados; de balas, chocolates, mandolates; indústrias de beneficiamento de fumo, fábricas de cigarros, charutos; de beneficiamento de frutas e legumes; de refinação e moagem de sal; de óleos vegetais, soja, arroz; de milho, mandioca, de fabricação de margarina, e moinhos em geral; de rações de todos os tipos; de engenhos de arroz e seus beneficiamentos; de aviários e criações de aves; de panificações, confeitaria, biscoitos e massas; de torrefação e moagem de café; de beneficiamento de erva-mate; fabricação de aguardente e outras bebidas destiladas, fabricação de vinho, fabricação de malte, cervejas e chopes, fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não alcóolicas, de pesca e seus derivados; de laticínios e seus derivados; de trigo e centeio; de carnes - suínos, bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos - e seus derivados; de aves e seus derivados; de temperos, condimentos, corantes e conservantes alimentares; de mel, e adoçantes; de sorvetes, gelos; de refeições industriais; de doces e conservas alimentícias; de beneficiamento de sementes; de beneficiamento e secagem de grãos; e de alimentação em geral não mencionada nos grupos citados, bem como os trabalhadores das empresas da alimentação no setor de produção de matéria prima para a industrialização de alimentos, com abrangência intermunicipal (Camargo, Gentil, Marau, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Santo Antônio do Palma e Vila Maria) e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34160/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46224.003784/2015-99, de interesse do Sindicato dos Servidores Publicos Municipais de Itaporanga/PB, denominado também e simplesmente de SISPUMI, CNPJ n° 12.601.609/0001-03, nos termos do art. 22, inciso I, c/c art. 47, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 39041/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46224.000788/2017-87, de interesse do SINDICATO DOS ARTESÃOS PROFISSIONAIS DAS MICRORREGIÕES DO CARIRI OCIDENTAL E ORIENTAL DO ESTADO DA PARAÍBA - SINDART - CARIRI OCIDENAL E ORIENTAL/PB, CNPJ 26.390.694/0001-04, para representação da Categoria profissional de artesão reconhecida pela Lei Federal nº 13.180/2015, com abrangência intermunicipal e base territorial no Estado da Paraíba: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, Sao Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá, Zabelê, Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38997/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46223.000761/2017-02, de interesse do Sindicato dos Fisioterapeutas do Estado do Maranhão - SINFISIO/MA, CNPJ 22.158.787/0001-57, para representação da categoria dos Fisioterapeutas, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38763/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46221.000626/2017-79, SA03885, de interesse do STERTS - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radio, Televisão Aberta, por Assinatura e Publicidade do Estado de Sergipe, CNPJ 15.594.567/0001-00, nos termos do art. 22, Inciso I, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 38755/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46204.000167/2017-31, SC18775, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Prospecção e Pesquisa, Extração, Beneficiamento de Vanádio, Bauxita, Mármore, Pedreiras, de Pirita, Calcário, de Areia, Metais Preciosos e Minerais não Metálicos de Maracás, Jaguaquara, Planaltino, Nova Itarana, Brejões, Milagres, Amargosa, Itiruçu, Lajedo do Tabocal, Irajuba, Santa Inês, Cravolândia, Itaquara, Lafayete Coutinho, Contendas do Sincorá, Iramaia e Jequié - Estado da Bahia, CNPJ 22.687.335/0001-62, para representação da categoria dos trabalhadores na indústria de Prospecção e Pesquisa, Extração, Beneficiamento de Vanádio, Bauxita, Mármore, Pedreiras, de Pirita, Calcário, de Areia, Metais Preciosos e Minerais não Metálicos, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Amargosa, Brejões, Contendas do Sincorá, Cravolândia, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jequié, Lafayete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês - Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 33769/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46205.000887/2016-14, SC17898, de interesse do SINTRACERAMICA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ 24.009.404/0001-04, nos termos do art. 22, inciso IV, c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT SEI nº 37052/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46220.006889/2016-11, de interesse do SINSENAVE - Sindicado dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, CNPJ 23.436.174/0001-05, para representação da categoria dos Servidores públicos municipais de Navegantes/SC, com abrangência municipal e base territorial em *Santa Catarina*: Navegantes, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 41181/2020/ME (10732492), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46312.002002/2015-13, SA02682, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Corumbá-MS, CNPJ 14.892.459/0001-51, para representação da categoria profissional os trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais, ativos, inativos e aposentados, compreende toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, com abrangência municipal e base territorial no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32256/2020/ME (9768659), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro n.º 46220.002310/2015-60, SC17067, de interesse do SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, CNPJ 22.039.849/0001-01, nos termos do art. 22, inciso I c/c o art. 47 da Portaria 17.593 de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33810/2020/ME (9938508), resolve: PUBLICAR o pedido de registro n.º 46213.015955/2015-51, SC17171, de interesse do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ 21.097.144/0001-88, para representação da categoria profissional dos profissionais de Educação Física, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33899/2020/ME (9949482), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46216.003012/2015-56, SC17145, de interesse do Sindicato dos Servidores do Instituto de Pesos e Medidas de Rondônia - SINDIPEM-RO, CNPJ 22.304.376/0001-22, com base no no art. 22, inciso I, c/c o art. 47 da Portaria nº 17.593/2020..

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica nº 34034/2020/ME (9963105, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46221.007663/2015-46, SA02776, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Gracho Cardoso - SE, CNPJ 00.853.700/0001-29, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com área inferior ou igual a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Gracho Cardoso, Estado de Sergipe, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33857/2020/ME (9944708), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.012712/2015-71, SA03072, de interesse do SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE TEIXEIRA DE FREITAS -SINCOMÉRCIO, CNPJ 63.178.180/0001-16, para representação da categoria Econômica do Comércio Varejista, com abrangência Municipal e base territorial no no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 36775/2020/ME, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46212.011748/2016-19 , de interesse do SIMENCAL - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CIMENTO, CAL E GESSO DE ADRIANÓPOLIS, BALSA NOVA E CAMPO LARGO, CNPJ 79.965.687/0001-50, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Adrianópolis, Balsa Nova e Campo Largo, no Estado do Paraná, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical Substituto, no uso das suas atribuições, considerando a devolução do Ofício nº 162721/2020/ME respaldado no art. 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE QUERÊNCIA/MT, CNPJ Nº 19.914.868/0001-25, Processo 46210.002342/2014-01, para a apresentação no prazo de 20 dias, a partir desta publicação, da documentação solicitada no referido ofício, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 22, incisos I e XI, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 34622 (10032863), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46217.008603/2015-18, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Passa e Fica no Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ 20.944.878/0001-92, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 33657/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.012676/2015-45, de interesse do Sindicato SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BOQUIRA, CNPJ 14.570.733/0001-76, nos termos do art. artigo 22, inciso XI c\c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 32749/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46206.007661/2015-45, de interesse do Sindicato dos Árbitros de Futebol do Distrito Federal - SAF/DF, CNPJ 00.527.218/0001-07,com base no art. 22, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA Nº 21.337, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Habilitação ao Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, inciso II, alínea "a", da Portaria nº 213, de 14 de maio de 2020, do Ministério da Economia, e tendo vista o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, e o art. 14, § 1º, do Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do art. 9º, caput, inciso II, da Lei nº 13.755, de 2018, a empresa BMW DO BRASIL LTDA. (CNPJ 00.882.430/0001-84), conforme processo nº 19687.104932/2020-39, de 14 de julho de 2020.

Art. 2º A habilitação de que trata o art. 1º tem vigência a partir de 1º de outubro de 2020 até 30 de novembro de 2023.

Art. 3º A empresa habilitada está sujeita à verificação do cumprimento dos compromissos assumidos no requerimento de habilitação, bem como às sanções administrativas previstas nos arts. 25 a 29 do Decreto nº 9.557, de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

PORTARIA Nº 21.355, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova a reformulação do Orçamento-Programa e do Plano de Ação Anual da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, para o ano de 2020 .

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, com base no disposto no art. 8º, inciso II, da Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, no art. 11, § 2º, do Decreto n° 5.352, de 24 de janeiro de 2005, no inciso VI do art. 1º da Portaria ME nº 213, de 14 de maio de 2020, e considerando as informações constantes do Processo nº 14021.151955/2020-42, resolve:

Art. 1º Aprovar a reformulação do Orçamento-Programa e Plano de Ação Anual da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, para o ano de 2020, aprovados pela Portaria nº 3.237, de 18 de fevereiro de 2020, em conformidade com os Quadros Anexos, condicionando sua execução às normas regulamentares.

Art. 2º Determinar ao Dirigente Máximo da Entidade que, em respeito à orientação governamental de transparência ativa e divulgação das informações públicas, na linha do que dispõe Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada para cada exercício e a Lei de Acesso à Informação (LAI), e nos termos do Contrato de Gestão firmado entre o Ministério da Economia e a ABDI, seja garantida a disponibilização na rede mundial de computadores do Plano de Ação e do Orçamento Programa 2020 ora reformulados, em sua completude.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

ANEXO I

PLANO DE AÇÃO 2020
1. PROGRAMAS PRIORITÁRIOS*

PROGRAMA Nº 1 - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Objetivo Geral: criar condições necessárias para a promoção da digitalização do setor produtivo brasileiro.

Título do programa	Etapas	Prazo estimado para a conclusão	Entregas ABDI	Resultados Esperados	Orçamento
Transformação Digital	Desenvolvimento de competências alinhadas com as demandas da Economia Digital	2º semestre	Plataforma com os resultados do mapeamento das demandas por profissionais do setor produtivo e ações, bem como outras funcionalidades.	Aumento da disponibilidade de capital humano qualificado, de acordo com as necessidades da economia digital, a partir de políticas, programas e projetos construídos com os dados disponibilizados na plataforma.	R$ 10.320.000,00 (recurso ABDI) R$ 5.040.059,30 (recurso convênio)
	Estímulo a políticas públicas de digitalização do setor produtivo no âmbito de governos estaduais	2º semestre	Programa metodológico e de aprendizado para gestores públicos na formulação e implementação dos projetos	Aumento do número de agentes públicos e privados capacitados para formular e implementar políticas, programas e projetos de transformação digital em nível regional.	
		1º semestre	Modelo de maturidade digital de instrumentos de apoio à transformação digital		
		2º semestre	Premiação de 4 (quatro) políticas públicas, programas ou projetos de transformação digital do setor produtivo para implementação dos pilotos	Aumento da disponibilidade e eficácia de políticas, programas e projetos voltados para a transformação digital do setor produtivo em nível regional. Aumento no número de profissionais da saúde habilitados a operar respiradores artificiais.	
		1º semestre	Plataforma com disponibilização de conteúdo para capacitar e habilitar profissionais da saúde a operar os principais modelos de respiradores disponíveis no mercado nacional		
	Implantação de mecanismos de Segurança no Ambiente Digital	2º semestre	Centro de segurança cibernética estruturado	Aumento da confiança no ambiente digital. Aumento da resiliência cibernética. Maior disponibilidade de profissionais capacitados em segurança cibernética.	
		2º semestre	Treinamento de 50 profissionais na área de segurança cibernética		
	Desenho e implementação de Governança de Dados e Informações	2º semestre	Estruturação da Política interna de Governança de Dados estabelecendo princípios, diretrizes, atribuições e responsabilidades para a gestão de dados, informação e conhecimento, bem como quanto à divulgação de informações relevantes na ABDI. O campo de aplicação será a todas as instâncias, bem como a todos os empregados da ABDI.		
		2º semestre	Apoiar, promover e participar das atividades previstas no Plano de Trabalho no âmbito do Acordo Técnico de Cooperação firmado entre o Ministério da Economia, o INPI e a ABDI em janeiro de 2018 nos seus três eixos estruturantes, em especial no terceiro eixo: geração de inteligência competitiva e capacitação.	Geração de inteligência competitiva para adoção e disseminação de novas tecnologias no setor produtivo brasileiro e contribuir para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento produtivo e tecnológico.	
		2º semestre	Efetivação de Acordo de Cooperação Técnica com o IBGE e início do desenho da pesquisa de inovação a ser realizada em 2021		
		2º semestre	Sistematizar e disseminar as informações sobre a evolução da Transformação Digital no Brasil em comparação com outros países - Painel de Indicadores		

PROGRAMA Nº 2 - ADOÇÃO E DIFUSÃO DE INOVAÇÃO E NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS

Objetivo Geral: prover às empresas instrumentos que viabilizem a adoção e a difusão de inovações que conduzirão à modernização (processos, produtos e modelos de negócios) do setor produtivo brasileiro.

Título do programa	Etapas	Prazo estimado para a conclusão	Entregas ABDI	Resultados esperados	Orçamento
Adoção e Difusão de Inovação e novos modelos de negócios	Geração de inteligência para políticas voltadas à melhoria de processos produtivos e de negócios de MPMEs (Brasil Mais)	2º semestre	Nova funcionalidade da plataforma de governança do Programa Brasil Mais implantada.	Melhoria do planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho da política do Brasil Mais. Melhoria na integração da comunicação das entidades parceiras do Brasil Mais. Maior produtividade das MPMEs. Subsídios para outras políticas públicas, por meio da inteligência gerada no Programa.	R$ 48.052.611,93 (recurso ABDI) R$ 183.600,00 (recurso convênio)
		2º semestre	Dashboards de informações estratégicas e relatórios analíticos gerados.		
		1º semestre	Plano de comunicação do Programa Brasil Mais elaborado aprovado		
	Adoção/Difusão de tecnologias 4.0	1º semestre	Plataforma de conexões para geração de negócios entre demandantes e provedores de soluções tecnológicas (incluindo startups).	Aumento da prontidão das empresas na adoção de tecnologias 4.0	
		2º semestre	2 (dois) Roadmaps da indústria 4.0		
	Adoção/Difusão de soluções tecnológicas para cidades inteligentes e sustentáveis	2º semestre	Plataforma BIMBR: novas funcionalidades implantadas.	Maior disseminação de conhecimento para estimular o uso do BIM pelo setor privado	
		2º semestre	500 (quinhentos) profissionais do setor privado inscritos na capacitação em BIM.		
		2º semestre	4 (quatro) soluções de cidades inteligentes testadas em ambiente controlado	Estímulo ao mercado de provedores de soluções tecnológicas para Cidades Inteligentes e Sustentáveis Melhoria dos processos de logística reversa de RSU e de reciclagem veicular	
		2º semestre	Implantação de 4 (quatro) cases reais, replicando os testes realizados nos ambientes de demonstração		
		2º semestre	Novos modelos de negócios para RSU Novos modelos de negócios para eficiência e produtividade logística		
	Promoção do ecossistema de inovação em IoT	2º semestre	14 projetos de difusão de soluções de IOT selecionados	Aumento da prontidão das empresas na adoção de tecnologias 4.0	
	Desenho e implementação de Governança de Dados e Informações	2º semestre	Estruturação da Política interna de Governança de Dados estabelecendo princípios, diretrizes, atribuições e responsabilidades para a gestão de dados, informação e conhecimento, bem como quanto à divulgação de informações relevantes na ABDI. O campo de aplicação será a todas as instâncias, bem como a todos os empregados da ABDI.	Geração de inteligência competitiva para adoção e disseminação de novas tecnologias no setor produtivo brasileiro e contribuir para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento produtivo e tecnológico.	
		2º semestre	Apoiar, promover e participar das atividades previstas no Plano de Trabalho no âmbito do Acordo Técnico de Cooperação firmado entre o Ministério da Economia, o INPI e a ABDI em janeiro de 2018 nos seus três eixos estruturantes, em especial no terceiro eixo: geração de inteligência competitiva e capacitação. Informações, em conjunto com a Coordenação Geral de Estratégia de Produtividade do Ministério da Economia.		

*Os projetos priorizados dentro de cada programa transversal deverão serão detalhados e publicados no sitio eletrônico da Agência.

2. QUADRO DE INDICADORES E METAS 2020**

	#Indicador	Meta
01	Índice de desenvolvimento de escopo (IDE) de projetos priorizados	80% (mínimo)
02	Índice de desembolso em projetos finalísticos sobre a receita total	50% (mínimo)
03	Índice de desembolso com pessoal sobre as receitas de contribuição social	45% (máximo)
04	Índice de satisfação dos stakeholders, quanto aos produtos e serviços ofertados pela ABDI.	70% (avaliação positiva mínima)
05	Índice de percepção institucional dos stakeholders	70% (avaliação positiva mínima)

**Os indicadores operacionais por projeto serão detalhados e publicados no sitio eletrônico da Agência.

ANEXO II

ORÇAMENTO-PROGRAMA
1. RECEITAS
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Especificação	Valor R$ mil
Receita Total	177.586.019,82
Receitas Correntes	94.168.487,83
Receitas de Contribuições	86.204.901,21
Contribuições Sociais	86.204.901,21
Outras Contribuições Sociais	86.204.901,21
Receita Patrimonial	3.553.215,97
Receita de Valores Mobiliários	3.553.215,97
Remuneração de Depósitos Bancários - ABDI	3.217.215,97
Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios	336.000,00
Transferências Correntes	4.410.370,65
Transferências Intergovernamentais	0,00
Transferências da União	0,00
Transferências de Convênios	4.410.370,65
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	0,00
Receitas Diversas	83.417.531,99
Outras Receitas	83.417.531,99
Outras Receitas	821.429,97
Saldos de Exercícios Anteriores - Recursos Próprios	71.270.708,42
Saldos de Exercícios Anteriores - Recursos de Convênios	11.325.393,60

Receita de Contribuições: É a principal receita da ABDI, conforme prevê o artigo 15 da Lei 11.080/2004, proveniente do repasse da arrecadação mensal da Contribuição Social feita, exclusivamente, por intermédio da Receita Federal do Brasil - RFB.

2. DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO
2.1. Programa de Gestão e Ações Administrativas - PAA
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Função: (04) - Administração
Subfunção: (122) - Administração Geral
Programa: (2810) - Programa de Gestão e Ações Administrativas

OBJETIVO GERAL					
Propiciar infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades e viabilizar a eficiência, eficácia e efetividade aos sistemas de gerenciamento interno da ABDI.					
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA	VALOR - R$
2811	Ações administrativas e de gestão da ABDI.	-	-	Pessoal	20.834.356,99
				Custeio e Serviços	4.490.171,29
				Tributos e Operações Financeiras	223.200,00
				Total:	25.547.728,28

2.2. Investimentos
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Função: (04) - Administração
Subfunção: (122) - Administração Geral
Programa: (2820) - Investimentos

OBJETIVO GERAL					
Propiciar infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades e viabilizar a eficiência, eficácia e efetividade aos sistemas de gerenciamento interno da ABDI.					
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA	VALOR - R$
2821	Ações administrativas e de gestão da ABDI.	-	-	Máquinas e Equipamentos	3.600.000,00
				Direito de Uso de Software	1.170.000,00
				Obras Civis	300.000,00
				Total:	5.070.000,00

2.3. Programa de Promoção do Desenvolvimento Produtivo - PDP
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Função: (22) - Indústria
Subfunção: (661) - Promoção Industrial
Programa: (2830) - Programa de promoção do Desenvolvimento Produtivo

OBJETIVO GERAL				
Promover ações estratégicas, alinhadas com as instâncias de diálogo público-privado, com vistas a ampliar a eficiência produtiva, tecnológica e de mercado, contribuindo para a inovação, competitividade e avaliação da indústria.				
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	METAS
2831	Ações de promoção do Desenvolvimento Produtivo		Índice de desenvolvimento de escopo (IDE) de projetos priorizados	80% (mínimo)
			Índice de desembolso em projetos finalísticos sobre a receita total	50% (mínimo)
			Índice de desembolso com pessoal sobre as receitas de contribuição social	45% (máximo)
			Índice de satisfação dos stakeholders, quanto aos produtos e serviços ofertados pela ABDI	70% (avaliação positiva mínima)
			Índice de percepção institucional dos stakeholders	70% (avaliação positiva mínima)

OBJETIVO GERAL					
Promover ações estratégicas, alinhadas com as instâncias de diálogo público-privado, com vistas a ampliar a eficiência produtiva, tecnológica e de mercado, contribuindo para a inovação, competitividade e avaliação da indústria.					
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA	VALOR - R$
2831	Ações de promoção do Desenvolvimento Produtivo			Pessoal	17.957.848,55
				Custeio e Serviços	101.082.983,40
				Tributos e Operações Financeiras	520.800,00
				Total:	119.561.631,95

2.4. Reservas e Provisões

Órgão: Ministério da Economia

Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Função: (99) - Reserva de Contingência e Provisões

Subfunção: (999) - Reserva de Contingências e Provisões

Programa: (2840) - Reserva de Contingências e Provisões

OBJETIVO GERAL					
Garantir reserva de recursos que permita à ABDI planejar ações de longo prazo, bem como a viabilidade financeira da Agência, tendo em vista as incertezas decorrentes de processos jurídicos e do cenário econômico mundial.					
AÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	META	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA	VALOR - R$
2841	Reserva de Recursos	-	-	Reserva de Contingência Geral	15.900.895,38
				Provisão da Taxa de Administração	11.005.764,20
				Reserva de Contingências Jurídicas	500.000,00
				Total:	27.406.659,58

3. SÍNTESE DE DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMA

Órgão: Ministério da Economia

Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Função	Subfunção	Programa	Total - R$
4	122	Programa: (2810) - Programa de Gestão e Ações Administrativas (PAA)	25.547.728,28
4	122	Programa: (2820) - Investimentos	5.070.000,00
22	661	Programa: (2830) - Programa de Promoção da Indústria (PDP)	119.561.631,95
99	999	Programa: (2840) - Reserva de Contingências e Provisões	27.406.659,58
Total:			177.586.019,82

4. GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

Órgão: Ministério da Economia

Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ID	Grupo de Despesa	Valor R$
1	Pessoal e Encargos Sociais	38.792.205,54
2	Juros e Encargos da Dívida	-
3	Outras Despesas Correntes	106.317.154,69
4	Investimentos	5.070.000,00
5	Inversões financeiras	-
6	Amortização da Dívida	-
7	Reserva de Contingência e Provisões	27.406.659,58
TOTAL		177.586.019,82

5. DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS

Órgão: Ministério da Economia

Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

RECEITA		DESPESA	
Especificações	Valor R$	Especificações	Valor R$
Receitas Correntes	91.436.701,83	Despesas Correntes	145.109.360,23
Receita Patrimonial	3.553.215,97	Despesas de Capital	5.070.000,00
TOTAL	94.989.917,80	TOTAL	150.179.360,23
Saldo de Exercícios Anteriores	82.596.102,02	Reservas	27.406.659,58
RECEITA TOTAL	177.586.019,82	DESPESA TOTAL	177.586.019,82
RESUMO R$			
Receitas Correntes	91.436.701,83	Despesas Correntes	145.109.360,23
Receita Patrimonial	3.553.215,97	Investimentos	5.070.000,00
Saldos de exercícios anteriores	82.596.102,02	Reservas	27.406.659,58
TOTAL	177.586.019,82	TOTAL	177.586.019,82

6. QUADRO RESUMO DE RECEITA E DESPESA

Órgão: Ministério da Economia

Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

RECEITA		DESPESA	
Especificações	Total - R$	Especificações	Total - R$
Receitas de contribuições Sociais	86.204.901,21	Pessoal	38.792.205,54
Receitas de Transferências Intergovernamentais	-	Custeio e Serviços	105.573.154,69
Receitas de Aplicações Financeiras	3.217.215,97	Tributos e Operações Financeiras	744.000,00
Outras Receitas	821.429,97		
Saldo do Exercício Anterior - Recursos Próprios	71.270.708,42		
Saldo do Exercício Anterior - Transf. Intergov. (CG)	-		
Receitas de Transferência de Convênios	4.410.370,65	Investimenos	5.070.000,00
Receitas de Aplicações Financeiras de Convênios	336.000,00	Reservas e Provisões	27.406.659,58
Saldo do Exercício Anterior de Convênios	11.325.393,60	-	-
TOTAL	177.586.019,82	TOTAL	177.586.019,82

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO ORÇAMENTÁRIO
Órgão: Ministério da Economia
Unidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Receita - R$		Desembolso Estimado - R$	Saldo - R$
Saldo	82.596.102,02	0,00	82.596.102,02
Janeiro	12.160.028,69	5.069.042,43	89.687.088,28
Fevereiro	8.005.305,90	5.975.192,76	91.717.201,42
Março	11.626.706,26	6.347.361,60	96.996.546,08
Abril	7.095.507,05	8.066.736,88	96.025.316,25
Maio	7.339.185,39	7.038.082,87	96.326.418,77
Junho	7.104.304,82	10.929.814,83	92.500.908,76
Julho	7.016.936,51	11.178.933,68	88.338.911,59
Agosto	6.996.455,65	14.003.298,99	81.332.068,25

Setembro	7.176.829,61	8.497.690,85	80.011.207,01
Outubro	6.760.907,85	8.966.926,21	77.805.188,64
Novembro	6.888.469,46	57.508.883,46	27.184.774,65
Dezembro	6.819.280,61	34.004.055,26	0,00
TOTAL	177.586.019,82	177.586.019,82	0,00

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 485, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Compartilha competências regimentais e explicita a jurisdição das DRF, ALF e IRF, no âmbito da 2ª Região Fiscal, para as atividades de controle aduaneiro que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336, 359, inciso IV, e 364, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e no disposto no artigo 9º da Portaria RFB nº 1.215, de 23 de julho de 2020, que dispõe sobre a jurisdição fiscal das Unidades Descentralizadas da RFB, resolve:

Art. 1º As competências regimentais das Delegacias (DRF), Alfândegas (ALF) e Inspetorias (IRF) da Receita Federal do Brasil, no âmbito da 2ª Região Fiscal, para execução de atividades relacionadas à gestão de riscos para o controle aduaneiro e de gestão e execução de ações de combate a fraudes aduaneiras, ficam compartilhadas e as respectivas jurisdições explicitadas na forma desta Portaria.

As competências regimentais das DRF, ALF e IRF relativas à gestão de riscos para o controle aduaneiro, no pré-despacho e no curso do despacho, ficam compartilhadas, de forma concorrente, complementar e subsidiária:

com a Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belém (ALF/BEL), no que se relaciona com as unidades situadas nos Estados do Pará e Amapá; e

com a Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Manaus (ALF/MNS), no que se relaciona com as unidades situadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

As competências regimentais das DRF, ALF e IRF relativas à gestão e execução de ações de combate a fraude, ficam compartilhadas, de forma concorrente, complementar e subsidiária:

com a ALF/BEL, no que se relaciona com os recintos aduaneiros localizados na jurisdição das unidades situadas nos Estados do Pará e Amapá; e

com a ALF/MNS, no que se relaciona com os recintos aduaneiros localizados na jusrisdição das unidades situadas nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

A ALF/MNS tem jurisdição:

em toda 2ª Região Fiscal em relação:

à fiscalização aduaneira, inclusive ao combate às fraudes aduaneiras;

à malha aduaneira;

à promoção da conformidade tributária e aduaneira;

à habilitação de importadores, exportadores e de empresas comerciais ou industriais da Zona Franca de Manaus que promovem a internação de mercadorias para outros pontos do território nacional; e

à gestão de riscos para o controle aduaneiro, pós despacho.

nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, em relação às competências mencionadas no art. 2º.

A ALF/BEL tem jurisdição em relação:

à gestão e à execução das ações de combate à fraude nos recintos aduaneiros de que trata o inciso I do art. 3º;

à execução de ações fiscais conexas à atuação prevista no inciso I, com a anuência da ALF/MNS; e

às competências mencionadas no art. 2º, nos Estados do Pará e Amapá.

A jurisdição dos demais serviços aduaneiros e de vigilância e repressão em zona secundária estão definidas, respectivamente, nas colunas B e C do Anexo III da Portaria RFB nº 1.215/2020.

Fica delegada aos titulares da ALF/MNS e da ALF/BEL, a atribuição de gerir as atividades relativas aos processos de trabalho de controle aduaneiro, no exercício das competências compartilhadas de que tratam os art. 2º e 3º.

Fica revogada a Portaria SRRF02 nº 438, de 20 de setembro de 2019, publicada no Boletim de Serviço nº 184, de 24 de setembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

PORTARIA Nº 39, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM - PA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 299, 360, 364 e 365, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n°. 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto n° 83.937, de 6 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto n°. 86.377, de 17 de setembro de 1981, no disposto no art. 6°, da Lei n.°10.593, de 06 de dezembro de 2002, regulamentada pelo Decreto n.° 6.641, de 10 de novembro de 2008, e as alterações promovidas pela Lei n.° 13.464, de 10 de julho de 2017, e ainda com fulcro na Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, e seus anexos, resolve:

Art. 1° Delegar, em caráter geral, ao cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, autoridade tributária e aduaneira da União, lotados e em exercício nas Equipes Regionais de Fiscalização, vinculadas a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belém (DRF/BEL), no exercício de suas atribuições originárias e/ou derivadas, competência, para, em sua área de atuação:

I. assinar e expedir editais, ofícios, mensagens eletrónicas, solicitações de prestação de esclarecimentos e/ou apresentação de documentos e outros expedientes destinados a contribuintes ou a outros órgãos, bem como, decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo para o seu atendimento, respeitando o disposto na legislação e normas sobre sigilo fiscal;

II. prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, com observância da legislação referente ao sigilo fiscal, na sua área de competência.

Art. 2°. A prática de qualquer dos atos mencionados no artigo anterior pela autoridade delegante, ocorrerá sempre que esta julgar conveniente e não importará na revogação, total ou parcial, do presente ato, que prevalecerá até ser revogado expressamente.

Art. 3º. Determinar que, em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas, sejam mencionados, após assinatura, o nome do cargo por extenso, matrícula do servidor, o número e a data desta Portaria.

Art. 4°. Para fins administrativos, a numeração e a guarda dos documentos expedidos se dará de forma centralizada na Equipe correspondente.

Art. 5°. As competências delegadas neste ato continuam vigentes mesmo com a revogação tácita ou expressa da legislação referida nesta Portaria, desde que não sejam contrárias à legislação superveniente.

Art. 6º Fica expressamente vedada a subdelegação de competência em relação a qualquer delegação prevista nesta Portaria.

Art. 7°. A autoridade delegante, sempre que julgar conveniente, poderá avocar a decisão de assunto inerente às atribuições ora delegadas, sem que isso implique na revogação parcial ou total do presente ato.

Art. 8°. O prazo da presente delegação é indeterminado, podendo o ato de delegação ser revogado a qualquer tempo.

§ único. A presente delegação não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente e a qualquer tempo, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade das delegações.

Art. 9º. Fica revogada a Portaria DRF/BEL n°. 56, de 16 de maio de de 2016, publicada no DOU de 19 de maio de 2016, Seção 1, pág. 16.

Art. 10º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO MARTINS RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 558, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o horário de funcionamento da ARF/Iguatu e do Posto de Atendimento do Crato, discriminado na Portaria SRRF03 nº 503, de 1º de setembro de 2020, que dispõe sobre o horário de funcionamento, de atendimento e jornada de trabalho no âmbito da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal e das unidades descentralizadas jurisdicionadas.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no art. 5º, da Portaria RFB nº 1.863, de 30 de outubro de 2014, publicada no Boletim de Serviço da RFB de 31 de outubro de 2014, na Portaria RFB nº 371, de 23 de julho de 2019, publicada no DOU de 25 de julho de 2019, e na Portaria RFB nº 4.261, de 28 de agosto de 2020, publicada no DOU de 31 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo Único da Portaria SRRF03 nº 503, de 31 de agosto de 2020, publicada no DOU de 1º de setembro de 2020, que determina sobre o horário de funcionamento, de atendimento e jornada de trabalho da Agência da Receita Federal do Brasil em Iguatu - CE e do Posto de Atendimento da Receita Federal do Brasil no Crato - CE, que será cumprido conforme determinado abaixo:

UNIDADE	Unidade	Horário de Funcionamento	Jornada de Trabalho	Horário de Atendimento	Período diário de Atendimento
DRF/JNE	ARF - Iguatu (CE)	07:30 às 17:00	07:30 às 11:30 13:00 às 17:00	07:30 às 11:30	4 horas
	Posto Crato - CE	08:00 às 17:00	08:00 às 12:00 13:00 às 17:00	08:00 às 12:00	4 horas

Art. 2º Publique-se no Diário Oficial da União.

WILMAR TEIXEIRA DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, os arts. 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2020, publicada no DOU de 15/10/2019, seção 1, página 27 e, considerando ainda, o que consta do processo administrativo nº 10271.208.047/2020-35, declara habilitada no referido Regime Especial - REIDI - a pessoa jurídica a seguir qualificada:

I- Nome: USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA GRAVIOLA I S.A.

II- CNPJ nº :35.983.680/0001-95.

III- CNO: Pendente de Cadastro até o início da execução do referido projeto - 31/10/2023 -, conforme disciplina a Instrução Normativa RFB 1.845 de 22 de novembro de 2018.

IV- Portaria nº 290, de 21 de Julho de 2020, e Anexo I, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 23/07/2020, seção 1, página 67, a qual aprova o enquadramento da citada empresa no referido Regime Especial.

V- Nome do Projeto: Central Geradora Fotovoltaica denominada Graviola I, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.036925-0.01.

VI- Período de Execução do Projeto: 31/10/2023 a 31/12/2024.

VII- Localidade do Projeto: Município de São João do Piauí, Estado do Piauí,

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, os arts. 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2020, publicada no DOU de 15/10/2019, seção 1, página 27 e, considerando ainda, o que consta do processo administrativo nº 10271.208.048/2020-80, declara habilitada no referido Regime Especial - REIDI - a pessoa jurídica a seguir qualificada:

I- Nome: USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA GRAVIOLA II S.A.

II- CNPJ nº :35.983.653/0001-12.

III- CNO: Pendente de Cadastro até o início da execução do referido projeto - 31/10/2023 -, conforme disciplina a Instrução Normativa RFB 1.845 de 22 de novembro de 2018.

IV- Portaria nº 291, de 21 de Julho de 2020, e Anexo I, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 23/07/2020, seção 1, página 69/70, a qual aprova o enquadramento da citada empresa no referido Regime Especial.

V- Nome do Projeto: Central Geradora Fotovoltaica denominada Graviola II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.036926-8.01.

VI- Período de Execução do Projeto: 31/10/2023 a 31/12/2024.

VII- Localidade do Projeto: Município de São João do Piauí, Estado do Piauí,

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, os arts. 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2020, publicada no DOU de 15/10/2019, seção 1, página 27 e, considerando ainda, o que consta do processo administrativo nº 10271.208.049/2020-24, declara habilitada no referido Regime Especial - REIDI - a pessoa jurídica a seguir qualificada:

I- Nome: USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA GRAVIOLA III S.A.

II- CNPJ nº :35.983.615/0001-60.

III- CNO: Pendente de Cadastro até o início da execução do referido projeto - 31/10/2023 -, conforme disciplina a Instrução Normativa RFB 1.845 de 22 de novembro de 2018.

IV- Portaria nº 292, de 21 de Julho de 2020, e Anexo I, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 23/07/2020, seção 1, página 70/71, a qual aprova o enquadramento da citada empresa no referido Regime Especial.

V- Nome do Projeto: Central Geradora Fotovoltaica denominada Graviola III, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.037745-7.01.

VI- Período de Execução do Projeto: 31/10/2023 a 31/12/2024.

VII- Localidade do Projeto: Município de São João do Piauí, Estado do Piauí,

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TERESINA-PI, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III; 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1, e tendo em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, os arts. 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2020, publicada no DOU de 15/10/2019, seção 1, página 27 e, considerando ainda, o que consta do processo administrativo nº 10271.208.050/2020-59, declara habilitada no referido Regime Especial - REIDI - a pessoa jurídica a seguir qualificada:

I- Nome: USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA GRAVIOLA IV S.A.

II- CNPJ nº :35.963.676/0001-65.

III- CNO: Pendente de Cadastro até o início da execução do referido projeto - 31/10/2023 -, conforme disciplina a Instrução Normativa RFB 1.845 de 22 de novembro de 2018.

IV- Portaria nº 293, de 21 de Julho de 2020, e Anexo I, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 23/07/2020, seção 1, página 71/72, a qual aprova o enquadramento da citada empresa no referido Regime Especial.

V- Nome do Projeto: Central Geradora Fotovoltaica denominada Graviola IV, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.037746-5.01.

VI- Período de Execução do Projeto: 31/10/2023 a 31/12/2024.

VII- Localidade do Projeto: Município de São João do Piauí, Estado do Piauí,

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

EUDIMAR ALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 475, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a competência das Equipes de Atendimento Regional de que trata o art. 251 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no âmbito da 4ª Região Fiscal, que jurisdiciona os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 243, 290, 336 e 364 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito da 4ª Região Fiscal, as Equipes de Atendimento Regional 1 e 2 (Eatre 1 e Eatre 2), de que trata o art. 251 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com competência para realizar as atividades relativas às demandas de atendimento definidas como de execução regional.

Parágrafo único. A competência a que se refere o caput poderá ser exercida, a critério das respectivas chefias das equipes, concorrentemente pelas Eatres 1 e 2.

Art. 2º São atribuições das Eatres 1 e 2:

I. Análise e liberação de Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), de Certidão de Regularidade Fiscal de Imóvel Rural (CND ITR) e de Certidão para Averbação de Obra de Construção Civil;

II. Retificação de documentos de arrecadação (DARF e GPS);

III. Análise das solicitações de inscrição, alteração e baixa via Documento Básico de Entrada (DBE) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e

IV. Conferência e aprovação de Procurações RFB.

Parágrafo único. Os serviços relacionados a pessoas físicas e jurídicas serão realizados prioritariamente pela:

a) Eatre1, para os procedimentos dos incisos I e II; e

b) Eatre2, para os procedimentos dos incisos III e IV.

Art. 3º As Eatres 1 e 2 serão compostas por servidores a serem designados pelo Superintendente em portaria publicada no Boletim de Serviço.

Parágrafo único. A alteração do exercício entre as Eatres 1 e 2 se dará de acordo com a necessidade do serviço, segundo decisão do Chefe da Divisão Regional de Atendimento da SRRF04 - Diate.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ DE ASSIS FERRAZ NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.041, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.723089/2020-94, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 128/SPE, DE 22/04/2020, publicada no DOU em 23/04/2020 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE VI S.A.

CNPJ nº : 31.199.538/0001-09

Nome do Projeto: EOL Monte Verde VI

Cadastro Nac.l de Obras/CEI: 90.000.75830/77

Setor de Infraestrutura: Infraestrutura de geracão e transmissão de energia elétrica.

Prazo Estimado de Execução: 05/10/2022 a 01/01/2024.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Declara nulidade de inscrições no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas por motivo de fraude

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício da atribuição privativa prevista do inciso I, alínea "b", do "caput" do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, e considerando o que consta em cada processo administrativo mencionado, resolve:

Art. 1º Declarar NULIDADE DO ATO DE INSCRIÇÃO CADASTRAL, por ter sido constatada fraude na inscrição de pessoa física integrante do quadro de sócios e administradores, com base no inciso II do "caput" do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1863/2018, as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas abaixo:

Processo	Inscrição no CNPJ	Nome Empresarial
19613-721.339/2020-15	20.976.456/0001-07	TRAVEL NET DESIGN, WEBDESIGN E TURISMO EIRELI
19613-721.340/2020-40	19.846.667/0001-38	BHC PROJETOS E COMPUTACAO GRAFICA EIRELI
19613-721.341/2020-94	61.554.317/0001-64	AUTO BORIS CENTRO AUTOMOTIVO E COMERCIO DE VEICULOS LTDA
19613-721.342/2020-39	32.737.193/0001-54	BHR BUSINESS & INVESTMENT LIMITED
19613-721.343/2020-83	30.123.528/0001-19	BHR CONSULTORIA E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
19613-721.344/2020-28	31.364.799/0001-29	BHR CORRETAGEM DE SEGUROS E CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
19613-721.345/2020-72	33.779.675/0001-30	BHR DIGITAL SERVICES CONSULTORIA EM PUBLICIDADE E SERVICOS ONLINE LTDA
19613-721.346/2020-17	23.601.265/0001-40	BHR PUBLICIDADE E SERVICOS ONLINE LTDA
19613-721.347/2020-61	21.707.095/0001-58	BHR TURISMO, CONSULTORIA TRIBUTARIA, TECNOLOGIA DA INFORMACAO E INVESTIMENTOS EIRELI
19613-721.348/2020-14	23.604.548/0001-46	BHR VIAGENS E EVENTOS LTDA
19613-721.349/2020-51	29.729.964/0001-57	CONNECT AUTO SERVICOS ONLINE LTDA
19613-721.350/2020-85	31.696.315/0001-49	DOUTOR BORIS PET SHOP E CLINICA VETERINARIA LTDA
19613-721.351/2020-20	29.790.119/0001-97	FARM SHARE SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA
19613-721.352/2020-74	29.861.591/0001-73	FB VIAGENS E EVENTOS LTDA
19613-721.353/2020-19	34.024.258/0001-40	M STAR VIAGENS E TURISMO LTDA

19613-721.354/2020-63	30.296.681/0001-48	SOCIAL4PET SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA
19613-721.355/2020-16	19.281.256/0001-42	GREAT IDEAS DESIGN, REPRESENTACOES E TURISMO LTDA
19613-721.356/2020-52	17.710.059/0001-76	MOJO DESIGN E WEBDESIGN EIRELI
19613-721.357/2020-05	17.724.708/0001-98	MR SOLUCOES EM INTERNET LTDA
19613-721.358/2020-41	18.347.061/0001-95	ROTHSCHILD ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI
19613-721.359/2020-96	28.744.742/0001-40	BHR VIAGENS E TURISMO LTDA
19613-721.360/2020-11	21.796.202/0001-61	BRUNO HAUPTMANN ROTHSCHILD 70043835635
19613-721.361/2020-65	32.771.700/0001-76	BRUNO ROBERT CAMPBELL 71064701124
19613-721.363/2020-54	18.600.180/0001-08	SETTE URECH ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI

Art. 2º Esta declaração de nulidade opera efeitos desde o ato de abertura de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas.

ANDERSON FÉLIX DE OLIVEIRA

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita empresa a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial.

O DELEGADO DA DECEX/SPO - DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições estabelecidas pela Portaria RFB nº 1215, de 23 de julho de 2020, anexo III e do artigo 6º, caput da IN/RFB nº 386, de 14 de janeiro de 2004, e, ainda, o que consta no processo digital 13032.228199/2020-65, declara:

Art. 1º Fica a empresa MINDRAY DO BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, CNPJ 09.058.456/0001-87, habilitada em caráter precário a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial por meio do estabelecimento 09.058.456/0004-20, situado na Avenida Tamboré nº 1400, Complemento 1440, Sala Mindray 30, Mezanino, Bairro Tamboré, Barueri/SP, CEP 06460-000.

Art. 2º O regime aduaneiro de Depósito Especial, normatizado pela IN/RFB nº 386, de 14 de janeiro de 2004, permite ao contribuinte mencionado no artigo anterior, a estocagem, com suspensão do pagamento de impostos federais, da contribuição para o PIS - Importação e da COFINS - Importação, de partes, peças, componentes e materiais de reposição ou manutenção para veículos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, estrangeiros, nacionalizados ou não, empregados nas atividades de diagnose, cirurgia, terapia e pesquisa médicas, realizadas por hospitais, clínicas de saúde e laboratórios.

Parágrafo Único. Somente poderão ser admitidas no regime mercadorias importadas sem cobertura cambial e consignadas à MINDRAY DO BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Concede habilitação no Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O Delegado da DECEX/SPO - Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil em São Paulo, no uso das atribuições estabelecidas pela Portaria RFB nº 1215, de 23 de julho de 2020, anexo III e tendo em vista o disposto nos artigos 8º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de Janeiro de 2016, no artigo 4º, §1º da Portaria COANA nº 57, de 2 de outubro de 2019 e, ainda, o que consta no processo digital 13033.241846/2020-14, declara:

Art. 1º Fica a empresa Thyssenkrupp Elevadores S.A., por meio dos estabelecimentos 90.347.840/0001-18, 90.347.840/0053-49 e 90.347.840/0061-59, habilitada a operar o Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), nos termos e condições estabelecidos pela Instrução Normativa RFB n° 1.612, de 26 de janeiro de 2016, e pela Portaria Coana nº 57, de 02 de outubro de 2019.

Art. 2º A habilitação a que se refere o artigo anterior é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer momento, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, sem prejuízo da aplicação de penalidade específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.014, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

IMUNIDADE OBJETIVA. LIVROS, JORNAIS E PERIÓDICOS.

A imunidade constitucional conferida aos livros, jornais e periódicos não se aplica ao Imposto sobre a Renda devido pela pessoa física ou jurídica em decorrência da exploração de atividade econômica relacionada a esses bens.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 519, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Constituição Federal, art. 150, VI, "d"; Parecer Normativo CST nº 389, de 31 de maio de 1971; Parecer Normativo CST nº 1.018, de 9 de dezembro de 1971; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 22.

IOLANDA MARIA BINS PERIN
Chefe

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.853, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Resolução nº 4.734, de 27 de junho de 2019, que estabelece condições e procedimentos para a realização de operações de desconto de recebíveis de arranjo de pagamento integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro baseado em conta pós-paga e de depósito à vista e de operações de crédito garantidas por esses recebíveis, por parte das instituições financeiras.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de setembro de 2020, com base no disposto no art. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, e 26-A da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 4.734, de 27 de junho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

V - operações de desconto de recebíveis de arranjo de pagamento: operações de cessão definitiva de recebíveis de arranjo de pagamento, com ou sem coobrigação;

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

IV - especificar a instituição financeira ou de pagamento para liquidação financeira dos recebíveis objeto de desconto ou dados em garantia da operação de crédito;

V - garantir a possibilidade de antecipação pós-contratada, pela instituição credenciadora ou subcredenciadora, dos recebíveis constituídos dados em garantia de operação de crédito, respeitada a instituição financeira ou de pagamento especificada no inciso IV para liquidação dos valores antecipados; e

.....

§ 5º A instituição financeira ou de pagamento de que trata o inciso IV do caput deve ser participante direto ou indireto dos sistemas de compensação e de liquidação autorizados pelo Banco Central do Brasil nos quais os instituidores de arranjo de pagamento implantaram a compensação e a liquidação centralizada das transações de pagamento realizadas no âmbito dos arranjos de que trata o art. 1º." (NR)

"Art. 6º .....

.....

II - o valor excedente de recebíveis constituídos mantido em garantia de operação de concessão de limite de crédito não cancelável incondicional e unilateralmente pela instituição financeira em relação ao saldo devedor dessa operação em:

a) até um dia útil após a solicitação de desconstituição de gravames e de ônus pelo usuário final recebedor, quando a solicitação ocorrer diretamente na instituição financeira beneficiária; ou

b) até dois dias úteis após a solicitação de desconstituição de gravames e de ônus pelo usuário final recebedor, quando a solicitação ocorrer indiretamente, na forma de que trata o § 1º deste artigo.

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2020.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.854, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre as operações de microcrédito, inclusive as de microcrédito produtivo orientado, realizadas pelas instituições financeiras e sobre o direcionamento de recursos para essas operações.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de setembro de 2020, com base nos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, 2º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, 1º, § 1º, e 12 da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, e 3º, § 1º, inciso I, e 4º da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, resolveu:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as operações de microcrédito, inclusive as de microcrédito produtivo orientado, realizadas pelas instituições financeiras e sobre o direcionamento de recursos para essas operações.

CAPÍTULO II

DAS OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO

Art. 2º Considera-se operação de microcrédito, inclusive para fins de classificação no Sistema de Informações de Crédito (SCR), a operação de crédito realizada para financiamento de atividades produtivas de pessoas naturais ou jurídicas, organizadas de forma individual ou coletiva, com renda ou receita bruta anual limitada ao valor máximo de receita bruta estabelecido para microempresa, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III

DAS OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

Art. 3º Considera-se operação de microcrédito produtivo orientado a operação de microcrédito, conforme definida no art. 2º, que observa as seguintes condições:

I - uso de metodologia específica de concessão e controle;

II - taxa de juros efetiva máxima de 4% a.m. (quatro por cento ao mês);

III - valor máximo da taxa de abertura de crédito de até 3% (três por cento) do valor do crédito concedido, vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou despesas;

IV - prazo não inferior a cento e vinte dias;

V - somatório dos saldos devedores das operações de microcrédito produtivo orientado do tomador, na mesma instituição financeira, não superior a R$21.000,00 (vinte e um mil reais); e

VI - somatório dos saldos devedores das operações de crédito do tomador contratadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, exceto as operações de crédito habitacional, não superior a R$80.000,00 (oitenta mil reais).

§ 1º Na contratação das operações de que trata o caput:

I - podem ser adotados procedimentos simplificados para confecção de ficha cadastral e para elaboração do título representativo da dívida; e

II - é admitida a utilização de quaisquer meios que permitam a adequada e inequívoca identificação do tomador, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º A metodologia específica referida no inciso I do caput compreenderá, no mínimo:

I - orientação sobre o planejamento do negócio e acompanhamento da operação;

II - avaliação dos riscos da operação, levando em consideração, pelo menos, a necessidade de crédito, a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa de cada tomador; e

III - mecanismo de controle do volume e da inadimplência das operações realizadas.

§ 3º As atividades mencionadas no inciso I do § 2º:

I - deverão contar com assessoria especializada, podendo esta ser prestada por profissional especializado, inclusive do próprio quadro da instituição, ou pelas pessoas jurídicas especializadas no apoio, no fomento ou na orientação às atividades produtivas de que trata a legislação em vigor aplicável ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e

II - poderão ser realizadas de forma não presencial.

§ 4º Fica admitida a contratação de operações em prazo menor do que o previsto no inciso IV do caput, desde que não inferior a sessenta dias, caso em que os limites para as taxas de abertura de crédito estabelecidos no inciso III do caput devem ser reduzidos na mesma proporção.

§ 5º Admite-se a verificação do cumprimento da condição estabelecida no inciso VI do caput por meio de declaração firmada pelo tomador, por escrito ou por meio eletrônico.

CAPÍTULO IV

DO DIRECIONAMENTO

Art. 4º Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal devem manter aplicado em operações de microcrédito produtivo orientado valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) da média dos saldos dos depósitos à vista captados pela instituição, calculada na forma do inciso I do art. 6º.

§ 1º A verificação do não atendimento das condições previstas para a caracterização de operação como microcrédito produtivo orientado, nos termos do art. 3º, seja ela própria ou adquirida de terceiros, implicará sua desclassificação para fins do cumprimento do direcionamento.

§ 2º Na hipótese do § 1º, a instituição financeira deve retificar as informações referentes à realização de operações de microcrédito produtivo orientado fornecidas ao Banco Central do Brasil.

§ 3º Não devem ser computados no saldo dos depósitos sujeitos ao direcionamento:

I - os depósitos à vista captados por instituições financeiras públicas federais e estaduais:

a) dos respectivos governos; e

b) de autarquias e de sociedades de economia mista de cujos capitais participem majoritariamente os respectivos governos; e

II - os depósitos à vista captados pelas instituições financeiras públicas estaduais titulados por entidades públicas municipais da respectiva unidade federativa.

Art. 5º Para o cumprimento do direcionamento de que trata o art. 4º, além das aplicações em operações de microcrédito produtivo orientado contratadas diretamente com os beneficiários, devem ser considerados:

I - os recursos repassados para outras instituições financeiras, por meio de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (DIM), exclusivamente para aplicações nas operações elegíveis ao cumprimento do direcionamento de que trata o art. 4º, observadas as disposições da regulamentação vigente aplicável;

II - o crédito concedido à sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte;

III - o repasse concedido à organização da sociedade civil de interesse público;

IV - o crédito concedido à cooperativa singular de crédito;

V - os créditos oriundos de operações de adiantamentos, empréstimos e financiamentos que atendam às condições estabelecidas nesta Resolução adquiridos de:

a) outras instituições financeiras;

b) organizações da sociedade civil de interesse público; e

c) entidades, fundos ou programas voltados para o microcrédito; e

VI - as operações de crédito para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, observadas as disposições da regulamentação vigente aplicável, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor sujeito ao direcionamento.

§ 1º A instituição recebedora dos recursos mencionados nos incisos I, II e IV do caput deve aplicá-los integralmente em operações de microcrédito produtivo orientado, nos termos do art. 3º.

§ 2º Na hipótese de o cumprimento do direcionamento previsto no inciso IV do caput ocorrer por meio de repasse interfinanceiro, deverão ser cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:

I - a totalidade dos recursos de cada repasse interfinanceiro deve destinar-se a apenas uma operação de microcrédito;

II - os instrumentos relativos ao repasse interfinanceiro e à operação de microcrédito vinculada devem observar idênticas datas de vencimento e indicar sua mútua vinculação;

III - a cooperativa de crédito deve efetuar a operação de microcrédito no prazo máximo de um dia útil após o recebimento dos recursos oriundos do repasse interfinanceiro; e

IV - a cooperativa de crédito deve fornecer todas as informações sobre a operação de microcrédito efetuada ao banco cooperativo, à confederação de centrais de cooperativas de crédito ou à cooperativa central de crédito que tiver realizado o repasse interfinanceiro.

§ 3º Na hipótese de o cumprimento do direcionamento previsto no inciso II do caput ocorrer por meio de repasse interfinanceiro, bem como na hipótese prevista no inciso III, deverão ser cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:

I - a totalidade dos recursos de cada repasse deve destinar-se a apenas uma operação de microcrédito;

II - os instrumentos relativos ao repasse e à operação de microcrédito vinculada devem observar idênticas datas de vencimento e indicar sua mútua vinculação;

III - a entidade recebedora do repasse deve efetuar a operação de microcrédito no prazo máximo de um dia útil após o recebimento dos recursos oriundos do repasse; e

IV - a entidade recebedora do repasse deve fornecer todas as informações sobre a operação de microcrédito efetuada à instituição repassadora.

§ 4º Na hipótese do inciso III do caput, a instituição repassadora será responsável por garantir que a entidade recebedora aplique os recursos oriundos do repasse integralmente em operações de microcrédito produtivo orientado, nos termos do art. 3º, e pelo cumprimento do disposto no § 3º.

§ 5º As operações em atraso há mais de noventa dias não poderão ser computadas para fins do cumprimento do direcionamento.

Art. 6º Para a verificação do cumprimento do direcionamento de que trata o art. 4º, devem ser considerados:

I - o direcionamento de aplicações, que corresponde à média dos valores resultantes da aplicação do percentual mínimo exigido sobre os saldos dos depósitos à vista apurados no último dia útil dos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior ao mês em que estiver sendo realizada a verificação; e

II - a média dos saldos diários das operações elegíveis do mês imediatamente anterior ao mês em que estiver sendo realizada a verificação.

§ 1º O cômputo da deficiência de aplicações em relação ao direcionamento será a diferença entre os valores descritos nos incisos I e II do caput.

§ 2º É facultado às instituições sujeitas ao cumprimento do direcionamento de que trata esta Resolução aplicar fator de multiplicação de 2 (dois inteiros) ao saldo das operações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado com pessoas naturais inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

§ 3º A verificação de que trata o caput deve ser efetuada no dia 20 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente, quando o dia 20 for dia não útil.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas e a baixar as normas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 8º Ficam revogados os arts. 1º a 7º da Resolução nº 4.713, de 28 de março de 2019.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor em 3 de novembro de 2020.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.855, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de setembro de 2020, com base no art. 4º, incisos VIII e XII, da referida Lei, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução estabelece critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações realizadas pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia, nos quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, diretamente ou por meio de fundo garantidor ou de instituição financeira por ela controlada.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições legais.

Art. 2º Para a constituição da provisão para fazer face à perda provável das operações cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, as instituições mencionadas no art. 1º devem aplicar os percentuais definidos no art. 6º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, somente sobre a parcela do valor contábil da operação, incluindo principal e encargos, cujo risco de crédito é detido pela instituição.

§ 1º O saldo contábil das operações de que trata o caput deve ser transferido para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses com provisão igual a 100% (cem por cento).

§ 2º As instituições mencionadas no art. 1º deverão divulgar em nota explicativa a classificação por nível de risco das operações de que trata o caput, acompanhada do montante da provisão constituída para cada nível.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se somente a partir das demonstrações financeiras anuais relativas ao ano de 2021.

§ 4º O disposto no art. 7º da Resolução nº 2.682, de 1999, não se aplica às operações de que trata o caput.

Art. 3º Fica admitida a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º da Resolução nº 2.682, de 1999, na classificação por níveis de risco das operações que contem com garantia prestada pela União, diretamente ou por meio de fundo garantidor ou de instituição financeira por ela controlada.

Art. 4º As instituições mencionadas no art. 1º devem manter à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de, no mínimo, cinco anos a documentação relativa à análise de crédito das operações de que trata esta Resolução.

Art. 5º A Resolução nº 4.803, de 9 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Fica permitido às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil reclassificar, para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

....." (NR)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor:

I - na data de sua publicação, em relação ao disposto no art. 5º; e

II - em 1º de janeiro de 2021, em relação aos demais artigos.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.856, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, que estabelece, por tempo determinado, em função de eventuais impactos da Covid-19 na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 24 de setembro de 2020, com base nos arts. 4º, inciso VIII, da referida Lei, 2º, inciso VI, e 9º da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, 20, § 1º, da Lei nº 4.864, de 29 de novembro de 1965, 7º e 23, alínea "a", da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, 1º, inciso II, da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 6º do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, e 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Para fins do gerenciamento do risco de crédito, as reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020, inclusive:

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 25 DE SETEMEBRO DE 2020

Dispõe sobre os limites de valor para as transações no âmbito do Pix.

O Chefe do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro (Decem), no uso das atribuições que lhe confere o art. 97-A, inciso X, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto no art. 37 do Regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Os participantes do Pix podem estabelecer limites máximos de valor para iniciação de um Pix, por usuário pagador, nos termos do art. 37 do Regulamento anexo à Resolução BCB n° 1.

Parágrafo único. No estabelecimento dos limites de que trata o caput, as instituições não poderão estabelecer valores inferiores ao parâmetro indicado na tabela constante no Anexo I.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa:

I - são considerados feriados os feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais do domicílio cadastral do usuário pagador associado a sua conta transacional;

II - é considerado dia útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado;

III - os horários dispostos no art. 1º referem-se ao horário do domicílio cadastral do usuário pagador associado a sua conta transacional;

IV - canal internet banking é o canal de atendimento que o participante disponibiliza aos seus clientes pela internet, por meio de web browser; e

V - canal mobile banking é o canal de atendimento que o participante disponibiliza aos seus clientes mediante o uso de aplicativo fornecido pelo participante e instalado em telefone celular.

Art. 3º Os limites dispostos no art. 1º podem ser estabelecidos:

I - por transação;

II - por dia;

III - por mês.

Art. 4º Os limites máximos de valor podem ser estabelecidos, para cada usuário pagador, acima dos limites dispostos no art. 1º, a depender:

I - do cadastramento prévio da conta transacional do recebedor;

II - de o Pix ser um Pix Agendado;

III - do canal de atendimento utilizado pelo usuário pagador;

IV - de a conta do usuário recebedor ser da mesma titularidade da conta do usuário pagador;

V - da forma de autenticação do usuário pagador; ou

VI - de qualquer outro critério definido pelo participante.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 3 de novembro de 2020.

ANGELO JOSÉ MONT ALVERNE DUARTE

ANEXO I

Parâmetros para o estabelecimento de Limites máximos de valor para iniciação de um Pix

Período	Titularidade da conta	Canal de atendimento	Procedimento para iniciação	Parâmetro válido entre 3/11/2020 e 28/2/2021	Parâmetro válido a partir de 1/3/2021
Dias úteis, entre 6h e 20h	Mesma titularidade	Todos	Todos	50% do limite disponibilizado para a TED	Limite disponibilizado para a TED
Dias úteis, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Internet banking	Todos	50% do limite disponibilizado para a TED	Limite disponibilizado para a TED
Dias úteis, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	Chave Pix cuja conta transacional vinculada seja de um usuário recebedor usual ou chave Pix cuja conta transacional vinculada esteja cadastrada previamente	50% do limite disponibilizado para a TED	Limite disponibilizado para a TED
Dias úteis, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	Inserção manual dos dados pelo usuário pagador, em que a conta transacional seja de um usuário recebedor usual ou esteja cadastrada previamente	50% do limite disponibilizado para a TED	Limite disponibilizado para a TED
Dias úteis, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	QR Code dinâmico ou QR Code estático	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito
Dias úteis, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	Chave Pix cuja conta transacional vinculada seja de um usuário recebedor não usual ou chave Pix cuja conta transacional vinculada não esteja cadastrada previamente	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito
Dias úteis, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	Inserção manual dos dados pelo usuário pagador, em que a conta transacional não seja de um usuário recebedor usual ou que não esteja cadastrada previamente	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito
Sábados, domingos e feriados, entre 6h e 20h	Mesma titularidade	Todos	Todos	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite disponibilizado para a TED
Sábados, domingos e feriados, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Internet banking	Todos	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite disponibilizado para a TED
Sábados, domingos e feriados, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	Chave Pix cuja conta transacional vinculada seja de um usuário recebedor usual ou chave Pix cuja conta transacional vinculada esteja cadastrada previamente	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite disponibilizado para a TED
Sábados, domingos e feriados, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	Inserção manual dos dados pelo usuário pagador, em que a conta transacional seja de um usuário recebedor usual ou esteja cadastrada previamente	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite disponibilizado para a TED
Sábados, domingos e feriados, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	QR Code dinâmico ou QR Code estático	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito
Sábados, domingos e feriados, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	Chave Pix cuja conta transacional vinculada seja de um usuário recebedor não usual ou chave Pix cuja conta transacional vinculada não esteja cadastrada previamente	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito
Sábados, domingos e feriados, entre 6h e 20h	Titularidade diferente	Mobile banking	Inserção manual dos dados pelo usuário pagador, em que a conta transacional não seja de um usuário recebedor usual ou que não esteja cadastrada previamente	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito
Entre 20h e 6h	Mesma titularidade ou titularidade diferente	Todos	Todos	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito	Limite de compra disponibilizado para o cartão de débito

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 18.110, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 22/09/2020, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Física
ELIZEU DE AZEVEDO
CPF: 272.250.978-49

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Nº 18.114 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a HELENA BIASOTTO, CPF nº 277.936.480-72, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.115 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a PATRICIA ARAÚJO BRANCO, CPF nº 042.935.447-98, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 18.116 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza SIMONE APARECIDA DA COSTA, CPF nº 339.350.108-93, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 654, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "d", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004100/2020-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de gerenciamento do Plano Saldado Inergus - PSI, CNPB nº 2008.0045-38, do Inergus - Instituto Energipe de Seguridade Social, CNPJ nº 13.945.837/0001-55, para a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, CNPJ nº 06.056.449/0001-58.

Art. 2º Aprovar a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano Saldado Inergus - PSI, CNPB nº 2008.0045-38, que passa a se denominar Plano de Benefícios Sergipe Saldado.

Art. 3º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre o Inergus - Instituto Energipe de Seguridade Social, CNPJ nº 13.945.837/0001-55, a Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A., CNPJ nº 13.017.462/0001-63, na condição de patrocinadores do Plano de Benefícios Sergipe Saldado, e a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 7677, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Fixa os prazos máximos para a decisão administrativa dos pedidos de atos públicos de liberação da atividade econômica requeridos a Superintendência de Seguros Privados e classifica os níveis de risco relacionados à referida liberação, nos termos do disposto no Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 36 e no art. 11, § 1º, do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 10.219, de 30 de janeiro de 2020, e tendo em conta a deliberação do Conselho Diretor na reunião ordinária realizada em 24 de setembro de 2020, registrada no Processo Susep nº 15414.613020/2020-11, resolve:

Art. 1º Fixar, conforme quadro anexo a esta Portaria, os prazos máximos para decisão administrativa dos pedidos de atos públicos de liberação da atividade econômica apresentados à Susep, e a classificação dos níveis de risco inerentes à liberação da atividade econômica.

§ 1º No caso de uma única solicitação conter diferentes pedidos de liberação de atividade econômica, o prazo máximo a ser observado para aprovação tácita do ato público será o mais longo.

§ 2º A contagem dos prazos máximos de que trata o caput iniciar-se-á a partir da instrução processual completa por parte da interessada, com a apresentação de todos os documentos necessários à solicitação, conforme o caso.

Art. 2º A Superintendente da SUSEP poderá estabelecer, nos termos do § 4º do art. 10 do Decreto nº 10.178, de 2019, prazos específicos para diferentes fases do processo administrativo de liberação da atividade econômica, que não extrapolarão os prazos máximos indicados no quadro anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os prazos específicos de que trata o caput deverão ser objeto de comunicação aos requerentes, na forma do § 1º do art. 12 do Decreto nº 10.178, de 2019.

Art. 3º Os atos de liberação de atividade econômica sujeitos à incidência da Lei nº 13.874, de 2019, e à sua regulamentação, não previstos no quadro anexo a esta Portaria, observarão o prazo máximo de sessenta dias para decisão administrativa.

Art. 4º O prazo para a decisão administrativa acerca do ato público aprovação tácita poderá ser suspenso uma vez, se houver necessidade de complementação da instrução processual.

§ 1º Poderá ser admitida nova suspensão do prazo para complementação na hipótese de ocorrência de fato novo durante a instrução processual.

§ 2º A contagem dos prazos suspensos somente se reinicia após a instrução processual completa pelo requerente

§ 3º Decorrido o prazo concedido pela Susep para atendimento das exigências, as solicitações que permanecerem com instrução processual incompleta serão arquivadas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

ANEXO I

Item	Atos Públicos de Liberação da Atividade Econômica requeridos à Susep	Prazo	Base Normativa	Risco
Ressegurador Eventual	Autorização	120	Art. 4º, Inc. III, Lei Complementar nº 126/2007; Art. 13, Incisos I a VII, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 8º, Incisos I a V, Circular Susep nº 527/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Cancelamento	120	Art. 39, inc.I a III, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 11, Incisos I a VII, e § 2º, Circular Susep nº 527/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alteração de Razão Social	NA	Art. 11, Incisos I a VII, e § 1º, Circular Susep nº 527/2016 e	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Fusão/Cisão/Incorporação por empresa autorizada pela Susep	60	Art. 5º, Inc. I e II, Lei Complementar nº126/2007; Art. 39,§ 2º, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Fusão/Cisão/Incorporação por empresa não autorizada pela Susep	120	Art. 5º, Inc. I e II, Lei Complementar nº126/2007; Art. 39, Incisos I a III, e § 1º, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alteração de Sede/País de origem	60	Art. 20, § 2º, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alteração de Procurador ou de Endereço do Procurador	NA	Art. 11, Incisos I a VII, Circular Susep nº 527/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Inclusão de novo ramo/grupo de seguro na autorização	60	Art. 20, § 2º, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Ressegurador Admitido	Autorização	120	Art. 4º, Inc. II, Lei Complementar nº 126/2007; Art. 20, Incisos I a V, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 4º, Incisos I a III, Circular Susep nº 527/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Cancelamento	120	Art. 39, inc.I a III, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 11, Incisos I a VII, e § 2º, Circular Susep nº 527/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alteração de Razão Social	NA	Art. 11, Incisos I a VII, e § 1º, Circular Susep nº 527/2016 e	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Fusão/Cisão/Incorporação por empresa autorizada pela Susep	60	Art. 5º, Inc. I e II, Lei Complementar nº126/2007; Art. 39,§ 2º, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Fusão/Cisão/Incorporação por empresa não autorizada pela Susep	120	Art. 5º, Inc. I e II, Lei Complementar nº126/2007; Art. 39, Incisos I a III, e § 1º, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alteração de Sede/País de origem	60	Art. 13, § 1º, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alteração de Procurador ou de Endereço do Procurador	NA	Art. 11, Incisos I a VII, Circular Susep nº 527/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Inclusão de novo ramo/grupo de seguro na autorização	60	Art. 13, § 1º, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Escritório de Representação	Consulta Prévia - Eleição de Representantes	60	Art. 17, Inc. II, Anexo I ; Art.1º, Parágrafos 1º ao 6º, Anexo II, da Resolução CNSP nº 330/21015 e e Art. 7º, inc. III, Circular Susep nº 526/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Eleição de Representantes	60	Art. 17, Inc. II, Anexo I ; Art.1º, Parágrafos 1º ao 6º, Anexo II, da Resolução CNSP nº 330/21015 e e Art. 7º, inc. III, Circular Susep nº 526/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Autorização Prévia para Instalação	120	Art. 2º, Incisos I a X, Circular Susep nº 527/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alteração da Razão Social (Consulta Prévia)	60	Art. 17, Inc. I, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 12, Incisos I a VIII, Circular Susep nº 527/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Transferência de Sede	NA	Art. 16, Inc. I, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 12, Incisos I a VIII, Circular Susep nº 527/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Abertura/Encerramento de Representação	NA	Art. 16, Inc. II, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 12, Incisos I a VIII, Circular Susep nº 527/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Alteração do Capital Social	60	Art. 16, Inc. III, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 12, Incisos I a VIII, Circular Susep nº 527/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Eleição de Diretor sem designação específica	NA	Art. 12, Incisos I a VIII, Circular Susep nº 527/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Transformação da forma jurídica	NA	Art. 16, Inc. IV, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 12, Incisos I a VIII, Circular Susep nº 527/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Demais alterações no estatuto ou contrato social	NA	Art. 16, Inc. V, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 12, Incisos I a VIII, Circular Susep nº 527/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Renúncia de representantes	NA	Art. 4º, Parágrafos 1º e 2º, Circular Susep nº 526/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
Corretoras de Resseguro	Consulta Prévia - Eleição de Administradores/Diretores/Conselheiros/Responsável Técnico	60	Art.1º, Parágrafos 1º ao 6º, Anexo II, da Resolução CNSP nº 330/21015 e Art. 7º, inc. III, Circular Susep nº 526/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Eleição de Administradores/Diretores/Conselheiros/Responsável Técnico	60	Art. 27, II, da Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 5º da Circular Susep nº 526/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Autorização para funcionamento	120	Art. 8º, Lei Complementar nº 126/2007; Art. 23, Incisos I a XI, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 3º, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Análise da Apólice de Responsabilidade Civil Profissional	60	Art. 8º, §2º, Lei Complementar nº 126/2007; Art. 24, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 7º, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Transferência de Sede	NA	Art. 26, Inciso I, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 16, Circular Susep nº 528/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Abertura/Encerramento de Representação	NA	Art. 26, Inciso II, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 16, Circular Susep nº 528/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Alteração do Capital Social	60	Art. 16, Inc. III, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 12, Incisos I a VIII, Circular Susep nº 527/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Transformação da forma jurídica	NA	Art. 26, Inciso IV, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 18, Circular Susep nº 528/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Demais alterações no estatuto ou contrato social	NA	Art. 26, Inciso V, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 19, Circular Susep nº 528/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Alteração da Razão Social (Consulta Prévia)	60	Art. 27, Inciso I, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 9º, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alteração do Objeto Social (Consulta Prévia)	60	Art. 27, Inciso III, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Transferência de controle societário ou qualquer mudança, direta ou indireta, no grupo de controle, que possa implicar alteração na ingerência efetiva nos negócios da sociedade (Consulta Prévia)	120	Art. 32, Inciso I, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 10, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Fusão/Cisão/Incorporação por empresa autorizada pela Susep	60	Art. 32, Inciso II, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 ; § 2º, art. 39, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 11, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Fusão/Cisão/Incorporação por empresa não autorizada pela Susep	120	Art. 32, Inciso II, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 11, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Assunção da condição de acionista ou quotista detentor de participação qualificada	60	Art. 32, Inciso III, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 12, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Expansão da participação qualificada em percentual igual ou superior a quinze por cento do capital da sociedade, de forma acumulada ou não	60	Art. 32, Inciso IV, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e e Art. 12, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019

	Cancelamento	120	Art. 39, inc.I a III, Anexo I, Resolução CNSP nº 330/2015 e Art. 13, Circular Susep nº 528/2016	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Destituição de ocupantes de cargos estatutários ou contratuais	NA	Art. 5º,§1º, da Circular Susep nº 526/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Renúncia de ocupantes de cargos estatutários ou contratuais	NA	Art. 6º, Parágrafo único, Incisos I a III, Circular Susep nº 526/2016	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
Autorreguladoras	Autorização Prévia para Constituição	120	Art. 3º, Incisos I a VI, Circular Susep nº 435/2012	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Autorização para Funcionamento	120	Art. 8º, Incisos I a VII, Circular Susep nº 435/2012	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Alterações estatutárias, eleição, reeleição, recondução, exoneração, renúncia e afastamento de dirigentes, conselheiros e ouvidor	60	Arts. 10 , 11 e 12, Circular Susep nº 435/2012	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Extinção	120	Art. 20, Parágrafo único, Incisos I a III, Circular Susep nº 435/2012	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Autorização para Acordo com outras entidades	60	Art. 12, Resolução CNSP nº 233/2011	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Corretores de Seguros	Concessão de Registro	NA	Art. 123, § 1º, Decreto-Lei nº 73/66; Art. 2º, Lei nº 4594/1964	Moderado - art. 3º, inciso II, Decreto 10.178/2019
	Alteração Cadastral	NA	Art. 8º, Inc. I e II, Circular Susep nº 510/2015	Moderado - art. 3º, inciso II, Decreto 10.178/2019
	Suspensão a Pedido	NA	Arts. 6º e 7º, Circular Susep nº 510/2015	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Reativação de Suspensão a Pedido	NA	Arts. 6º e 7º, Circular Susep nº 510/2015	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Cancelamento a Pedido	NA	Arts. 6º e 7º, Circular Susep nº 510/2015	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Recadastramento	NA	Art. 9º, Resolução CNSP nº 249/2012	Moderado - art. 3º, inciso II, Decreto 10.178/2019
	Inclusão de Prepostos	NA	Art. 123, § 2º, Decreto-Lei 73/66; Parágrafo único, art. 12, Lei 4594/1964	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Autorizacão de Instituição de Ensino	120	Art. 3º, § 2º, Resolução CNSP nº 249/2012	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Entidades Registradoras	Credenciamento	120	Art. 3º, incisos I a VII, Circular Susep nº 599/2020	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Renovação do Credenciamento	120	Art. 2º, § 1º, Circular Susep nº 599/2020	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019

Seguradora, Entidades Abertas de Previdência Complementar, Entidades de Capitalização e Ressegurador Local.	Consulta Prévia para Constituição e o funcionamento.	120	Artigo 36, alínea "a", do Decreto Lei nº 73, de 1966; Decreto Lei nº 261, de 1967, artigo 38, inciso I, da Lei Complementar 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007 combinado com o artigo 2º do Anexo I à Resolução CNSP nº 330, de 2015 e artigo 4º da Circular SUSEP nº 529, de 2016.;	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Consulta prévia de mudança de obejto; mudança da área geográfica de atuação; fusão, cisão ou incorporação e redução de capital.	120	Artigo 36, alínea "a", do Decreto Lei nº 73, de 1966; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com o artigo 29, incisos I, II, III e IV do Anexo I à Resolução CNSP nº 330, de 2015 e artigos 6º, 7º e 8º da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Consulta Prévia de Transformação societária .	120	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com a Resolução CNSP nº 142, de 2005 e do artigo 29, inciso V do Anexo I à Resolução CNSP nº 330, de 2015.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Consulta Prévia de Transferência de Carteira.	120	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com a Resolução CNSP nº 79, de 2002, Circular SUSEP nº 456, de 2012, e o artigo 29, inciso VI do Anexo I à Resolução CNSP nº 330, de 2015.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Consulta Prévia de membros de órgãos estatutários.	60	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com o Anexo II à Resolução CNSP nº 330, de 2015.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Consulta Prévia de Cancelamento da Autorização para operar.	120	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com o artigo 39 do Anexo I à Resolução CNSP nº 330, de 2015.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Após aprovação prévia - Ato Societário de Eleição de administradores; reeleição de membros de órgãos estatutários.	60	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com a Circular SUSEP nº 526, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Após aprovação do pedido de aprovação prévia - Ato Sociedade de Constituição ou de Autorização para funcionamento.	120	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com o artigo 10 da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Após aprovação do pedido de aprovação prévia - Atos Sociedades de alteração do controle societário; cisão, fusão ou incorporação de sociedades.	120	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com o artigos 11 e 12 da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Após aprovação do pedido de consulta prévia - Ato Societário de redução de capital.	120	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com o artigo 13 da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Após aprovação do pedido de consulta prévia - Ato Societário de Cancelamento da Autorização para operar.	120	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com o artigo 14 da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Atos Não Sujeitos à Autorização Prévia - Aquisição ou expansão de participação qualificada.	60	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado com o artigo 19 da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Atos Não Sujeitos à Autorização Prévia - Instalação, alteração ou encerramento de dependências e representações.	NA	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado as Resoluções CNSP nºs 19, de 1978 e 17, de 1992 e com o artigo 20 da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Atos Não Sujeitos à Autorização Prévia - Aumento de capital.	60	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado as Resoluções CNSP nºs 19, de 1978 e 17, de 1992 e com o artigo 21 da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Atos Não Sujeitos à Autorização Prévia - Modificação do Estatuto Social	60	Artigo 36 do Decreto Lei nº 73, de 2015; Decreto Lei nº 261, de 1967; Lei Complementar nº 109, de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 2007, combinado as Resoluções CNSP nºs 19, de 1978 e 17, de 1992 e com o artigo 22 da Circular SUSEP nº 529, de 2016.	Alto - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Comunicação de Renúncia de membros de órgãos estatutários.	NA	Circular SUSEP nº 526, de 2015.	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Destituição de membros de órgãos estatutários.	NA	Circulares SUSEP nº 526 e 529, de 2016.	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
	Ingresso no Consório Dpvat.	60	Resolução CNSP nº 332, de 2015.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Sandbox Regulatório	Consulta Prévia para constituição e o funcionamento por prazo determinado de 36 meses.	45	Artigo 10 da Resolução CNSP nº 381, de 2020.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Consulta Prévia de membros de órgãos estatutários.	60	Artigo 11 da Resolução CNSP nº 381, de 2020.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019.
	Após Consulta Prévia - Ato para constituição e o funcionamento por prazo determinado de 36 meses.	60	Artigo 12 da Resolução CNSP nº 381, de 2020.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019.
	Transferência de Carteira	60	Art. 40 da Resolução CNSP nº 381, de 2020 e Circular SUSEP nº 598, de 2020	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
	Cancelamento de Sandbox Regulatório, passado o prazo de 36 meses da autorização para operar.	60	Resolução CNSP nº 381, de 2020 e Circular SUSEP nº 598, de 2020.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Enquadramento no segmento S4	Comunicação	NA	inciso III do art. 5º da Resolução CNSP nº 388/2020.	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
Seguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), Sociedades de Capitalização, Resseguradores locais	Autorização para utilização de fatores reduzidos de risco no cálculo do capital de risco	360	Art. 35-A, Resolução CNSP nº 321/2015 e § 3º, Art. 91-B, Circular Susep nº 517/2015	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Entidades registradoras	Homologação	180	Art. 5º ao 8º, Circular Susep nº 599/2020	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2020
Seguradoras, Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), Sociedades de Capitalização, Resseguradores locais	Nomeação/ Destituição de Gestor de Risco	NA	Art. 108-E-A, Circular Susep nº 517/2015	Leve - art. 3º, inciso I, Decreto 10.178/2019
Utilização de limites de retenção superiores ao máximo previsto em norma	Autorização	60	§ 1º do art. 81 da Resolução CNSP nº 321/15	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Livre movimentação de ativos garantidores	Autorização	60	inciso VII do art. 98 e art. 104 da Circular Susep nº 57/15	Alto - art. 3º, inciso II, Decreto 10.178/2020
Desvinculação de ativos garantidores	Autorização	60	inciso VII do art. 98 e art. 105 da Circular Susep nº 57/15	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2020
Retirada do cadastro de pendências	Atualização cadastral	60	§ 3º do art. 2º da Circular 427/11	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2020
Aprovação de planos de previdência	Autorização	60	inciso II, Art.38, LC 109/2001	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2020
Aprovação de planos de capitalização	Autorização	60	Parágrafo único, Art. 1º, Decreto-Lei nº 261/1967.	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2020
Registro de produto sem exigência de aprovação	Protocolo	NA	Art. 8º, Decreto º 60.459/1967, com a alteração Decreto nº 3.633/2000	Moderado - art. 3º, inciso II, Decreto 10.178/2020
Aprovação de produto de seguro rural com subvenção econômica de prêmio	Autorização	60	Decreto nº 5121/2004 (§ § 1º e 2º do artigo 5º)	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019
Cessão em resseguro ou retrocessão acima do limite regulamentar	Autorização	60	Lei Complementar nº 126/2007 e Resolução CNSP nº 168/2007 (§ 2º do artigo 16)	Alto - art. 3º, inciso III, Decreto 10.178/2019

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Resolução nº 001/2020, de 23/03/2020 (prorrogada pelas Resoluções nos. 004, 005, 008, 010/2020, 011/2020, 012/2020, 013/2020 e 014/2020) - Estabelece, no âmbito da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, plano de resposta aos impactos gerados pelo vírus Covid-19, fixa critérios de excepcionalidade para solução de situações administrativas, tendo em vista a situação emergencial decretada pelos Órgãos Públicos de Saúde: Federal, Estadual e Municipal, e dá outras providências.

Os Diretores Executivos da CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, constituídos pelos Senhores PATRÍCIO LAGUNA, Diretor Administrativo e Financeiro nomeado através da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração nº 01/2020, de 08/05/2020 e Diretor-Presidente Interino, conforme designação do Conselho de Administração registrada na Ata da Reunião Ordinária nº 07/2020, de 30/07/2020, e CARLOS EDUARDO PÉGOLO, Diretor Técnico e Operacional nomeado através da Ata da Reunião Extraordinária do CONSAD nº 03/2020, de 13/07/2020, reunidos em reunião da Diretoria,

Considerando o Decreto nº 65.184 de 18 de setembro de 2020 do Governo do Estado de São Paulo, no qual estendeu até 09 de outubro de 2020 a vigência da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881/2020, resolvem:

Art. 1º. Prorrogar os efeitos da Resolução da Diretoria Executiva nº 001/2020, datada de 23 de março de 2020, até a vigência do Decreto nº 65.184/2020 acima descrito;

§ 1º - A prorrogação de que trata o "caput" acompanhará os critérios do PLANO SÃO PAULO de retomada consciente e faseada da economia;

Art. 2º. Os demais termos da referida Resolução permanecem inalterados;

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se eventuais disposições em contrário.

PATRÍCIO LAGUNA
Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor-Presidente Interino

CARLOS EDUARDO PÉGOLO
Diretor Técnico e Operacional

Ministério da Educação

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

PORTARIA Nº 1.555, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais, considerando o processo da Procuradoria Geral da União n.5004305-02.2020.4.04.7110/RS, resolve:

Tornar sem efeito a portaria 1337/2020, de 21/08/2020 publicada no Diário Oficial da União de 25/08/2020 que suspendia a área 6 do edital 150-2018.

FLÁVIO LUÍS BARBOSA NUNES

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 2.476, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 145, e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.018303/2018-51, resolve:

Art. 1º Tornar pública a cassação do Certificado de Organização de Manutenção nº 9903-01/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico HORUS AERO TÁXI LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

PORTARIA Nº 2.488, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.005540/2020-76, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 0310-02/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico JUTA MARABÁ (JUNQUEIRA TÁXI AÉREO LTDA).

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 640, de 6 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 49, Seção 1, página 169, de 12 de março de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 2.489, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 2º e 6º da Portaria nº 2748/SIA, de 04 de setembro de 2019, considerando a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 48/2020/GFIC/SIA, de 23 de setembro de 2020, e o que consta no Processo nº 00065.028425/2019-47, resolve:

Art. 1º Tornar pública a aplicação de medida administrativa cautelar ao aeródromo público Santa Maria do Suaçuí, Código Identificador de Aeródromo - CIAD MG0076, indicador de localidade OACI SNSI, localizado no Município de José Raydan/MG.

§ 1º A medida cautelar aplicada refere-se à proibição de operações de pouso, exceto no caso de operações de emergência médica ou de transporte de valores realizadas mediante prévia coordenação com o Operador do Aeródromo.

§ 2º A medida ora aplicada tem caráter provisório, sem prazo determinado, e será mantida até que o Operador de Aeródromo solicite a sua revogação e demonstre o cumprimento das condições definidas no Parecer que fundamentou esta decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 2.242, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.028434/2020-71, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Floresta;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: GO0271;

III - município (UF): Nazário (GO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 32' 10" S / 049° 50' 18" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.248, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029613/2020-26, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Santa Cruz;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: TO0080;

III - município (UF): Araguaína (TO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 07° 27' 21" S / 049° 11' 44" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.249, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029422/2020-64, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Condomínio Boa Esperança;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PI0029;

III - município (UF): Ribeiro Gonçalves (PI);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08° 24' 23'' S / 045° 26' 29'' W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2163/SIA, de 1º de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2010, Seção 1, Página 55.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.261, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029325/2020-71, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Rio Azul;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0653;

III - município (UF): São José do Rio Claro (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 30' 47" S / 056° 35' 54" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.265, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029330/2020-84, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Reata;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0194;

III - município (UF): Campo Novo do Parecis (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 37' 13'' S / 057° 34' 51'' W.

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2755/SIA, de 21 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2013, Seção 1, Página 4.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.272, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029114/2020-39, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Lagoa Encantada;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0446;

III - município (UF): Porto Esperidião (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 01' 20'' S / 058° 53' 40'' W.

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 3138/SIA, de 26 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2014, Seção 1, Página 2.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.273, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029154/2020-81, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Retiro do Bom Fim;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0090;

III - município (UF): Ipiaçu (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 40' 51'' S / 049° 59' 13'' W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2099/SIA, de 24 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2010, Seção 1, Página 8.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.288, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029906/2020-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Santa Rosa;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0642;

III - município (UF): Campo Verde (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 24' 27" S / 054° 57' 56" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.292, DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.029896/2020-14, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Comandante Gravatá;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0349;

III - município (UF): Angra do Reis (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 01' 07" S / 044° 19' 10" W.

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.325, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.023089/2020-80, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda São Domingos;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0032;

III - município (UF): Alto Araguaia (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 41' 13'' S / 53° 35' 28'' W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.355, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.023858/2020-40, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Clube de Voo Floresta;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0150;

III - município (UF): Visconde do Rio Branco (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 59' 17'' S / 042° 53' 16'' W

Art. 2º A inscrição tem validade até 25 de abril de 2026.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 993/SIA, de 22 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2016, Seção 1, Página 3.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.367, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.030961/2020-46, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Helisul - Cataratas;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0114;

III - município (UF): Foz do Iguaçu (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 25°41'34'' S / 54°25'57'' W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2198/SIA, de 28 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2013, Seção 1, Página. 6.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.396, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031171/2020-88, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Aeropel;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RS0077;

III - município (UF): São Borja (RS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 28° 42' 39" S / 055° 59' 22" W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1967/SIA, de 5 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2010, Seção 1, página 16.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.398, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.027857/2020-74, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Retirinho;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0512;

III - município (UF): Aquidauana (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 52' 49" S / 056° 01' 31" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.426, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031533/2020-31, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Luma;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0511;

III - município (UF): Paraíso das Águas (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 20' 42" S / 052° 43' 49" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.439, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031687/2020-22, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Bruno Forcela;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0458;

III - município (UF): Itapecerica (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 28' 00" S / 045° 07' 37" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.452, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022800/2020-89, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Osvaldo de Carvalho;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0155;

III - município (UF): Ibaiti (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 50' 47'' S / 050° 12' 30'' W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 2.472, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.021904/2020-76, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda São Joaquim;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0126;

III - município (UF): Marabá Paulista (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 11' 55'' S / 51° 58' 35'' W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1611/SIA, de 26 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2015, Seção 1, Página 2.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

GERÊNCIA TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

PORTARIA Nº 2.496, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE TÉCNICO DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "b" do inciso I do art. 3º da Portaria nº 1443, de 26 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 00065.034986/2020-19, resolve:

Art. 1º Validar a Categoria Contraincêndio do Aeródromo - CAT 9 (nove) do Aeroporto Salgado Filho (SBPA), localizado em Porto Alegre/RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAVÃ ATAYDE PEDREIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.409, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1.260/SPO, de 24 de Abril de 2019, e considerando o que consta do processo nº 00065.025736/2020-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a CAE CENTRE COPENHAGEN A/S, situada no KYSTVEJEN 40, 2770 KASTRUP, Dinamarca, a conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos que tenham por finalidade a emissão de habilitação requerida pela ANAC. Autorização é válida até 30 de setembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 2.499, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1260, de 24 de abril de 2019, no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 135 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.029626/2018-70, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2020-09-00FS-02-00, emitido em 23 de setembro de 2020, em favor da sociedade empresária AEROVIDA TÁXI AÉREO LTDA, CNPJ - 28.445.023/0001-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL SEBASTIAO MAIA JUNIOR

PORTARIA Nº 2.503, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão F, aprovado pela Portaria nº 1260, de 24 de abril de 2019, no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 137 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00066.002047/2020-03, resolve:

Art. 1º Tornar Pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2020-09-0OHA-02-00, emitido em 22 de setembro de 2020, em favor da sociedade empresária FIGUEIREDO AVIAÇÃO AGRÍCOLA EIRELI, CNPJ - 31.919.184/0001-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL SEBASTIAO MAIA JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 8.033-ANTAQ, DE 24 DE SETEMBRO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS- ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008227/2018-24 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.428-ANTAQ, de 29 de junho de 2017, de titularidade da microempreendedora individual MARA DAYANE RODRIGUES DE SOUZA 93925042253, inscrita no CNPJ sob o nº 24.958.786/0001-12, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 67, DE 18 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 50300.003790/2019-97. Fiscalizada: VALDEMIR FERREIRA LIMA , CNPJ nº 07.150.731/0001-62. Objeto e Fundamento Legal: decido pela imposição de penalidade de advertência, por infração ao artigo 20, inciso XXXIX, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ, por prestar o serviço de transporte aquaviário de que trata esta Norma sem autorização da ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

DESPACHO Nº 82, DE 25 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 50300.012192/2018-28. Fiscalizada: ALLOG TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA., CNPJ nº 04.796.567/0001-77. Objeto e Fundamento legal: Aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, pela prática da infração tipificada no art. 30, I da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente
Substituta

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 179, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.078697/2020-13, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução das seguintes obras, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), relativas a Projeto de Interesse de Terceiro - PIT com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A.:

I - Travessia subterrânea da via férrea, visando à implantação de rede de esgoto, no km 592+500, e Paralelismo do km 529+500 ao 592+519, no município de Sabará/MG;

II - Travessia subterrânea da via férrea, visando à implantação de rede de esgoto, no km 169+063, no município de Três Corações/MG;

III - Travessia subterrânea da via férrea, visando à implantação de rede de água, no km 656+423, no município de Matozinhos/MG; e

IV - Paralelismo subterrâneo, visando à implantação de rede de esgoto, do km 166+809 ao 166+887, no município de Três Corações/MG.

Art. 2° Revogar a Portaria SUFER nº 176, de 13 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2017.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

PORTARIA Nº 180, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695 de 13 de maio de 2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.088133/2020-99, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Moulin Machado Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT para travessia subterrânea da via férrea, no km 479+046 m, visando a implantação de rede coletora de água pluvial, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A., no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO Nº 99, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50520.000531/2019-10, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração protocolado sob o nº 50500.095616/2020-40 pela empresa Auto Viação Venâncio Aires Ltda, CNPJ nº 98.593.668/0001-94, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da Decisão nº 43 (SEI 4053422), de 08 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 100, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50501.354482/2018-80, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração protocolado sob o nº 50500.095610/2020-72 pela empresa Auto Viação Venâncio Aires Ltda, CNPJ nº 98.593.668/0001-94, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da Decisão nº 43 (SEI 4053422), de 08 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 101, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50520.003620/2019-18, decide:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração protocolado sob o nº 50500.095619/2020-83 pela empresa Auto Viação Venâncio Aires Ltda, CNPJ nº 98.593.668/0001-94, e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da Decisão nº 43, de 08 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 103, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.412296/2019-63, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa VIAÇÃO TAVARES TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - ME, CNPJ nº 20.526.371/0001-19, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 16.624.611/0098-73, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 104, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.412946/2019-71, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa TRANSLELES TRANSPORTE E TURISMO LTDA, CNPJ nº 02.337.254/0001-25, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 105, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.413827/2019-35, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO BRASILEIRO TRANSPORTE RODOVIÁRIO E TURISMO LTDA, CNPJ nº 02.840.960/0001-95, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação da empresa Viação Nacional S.A, CNPJ nº 61.898.813/0001-35, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 106, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.412685/2019-99, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa VIAÇÃO TAVARES TRANSPORTES E TURISMO EIRELI - ME, CNPJ nº 20.526.371/0001-19, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 126, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.052942/2020-62, decide:

Art. 1º Conhecer do pedido de reconsideração da empresa Edson Agencia de Viagens e Turismo, CNPJ 11.482.281/0001-82 e, no mérito, negar-lhe provimento por descumprimento ao disposto no art. 4º da Deliberação nº 134, de 31 de março de 2018, mantendo-se os efeitos da DECISÃO Nº 03, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 146, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.011950/2020-59, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO SATELITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 147, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.013260/2020-34, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03; VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A, CNPJ nº 27.175.975/0001-07 e VIAÇÃO CAIÇARA LTDA, CNPJ nº 11.047.649/0001-84, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 148, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.011947/2020-35, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 149, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.011975/2020-52, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 150, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.011968/2020-51, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 151, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.011976/2020-05, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 152, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.015857/2020-13, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA - BUSCOOP, CNPJ nº 34.280.525/0001-40, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01 e VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 153, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.011978/2020-96, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO SATÉLITE NORTE LIMITADA, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA, CNPJ nº 30.069.314/0001-01; VIAÇÃO COMETA S/A, CNPJ nº 61.084.018/0001-03; VIAÇÃO ITAPEMIRIM S/A, CNPJ nº 27.175.975/0001-07; VIAÇÃO CAIÇARA LTDA, CNPJ nº 11.047.649/0001-84, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DECISÃO Nº 154, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o que consta no processo nº 50500.018225/2019-78, decide:

Art. 1º Negar seguimento ao requerimento de mercados da empresa EXPRESSO KURZ LTDA, CNPJ nº 07.906.321/0001-07, e determinar o arquivamento, por descumprimento ao art. 25 da Resolução 4.770/2015.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação das empresas AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35; VIAÇÃO UNIÃO SANTA CRUZ LTDA, CNPJ nº 95.424.735/0001-59; EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A, CNPJ nº 76.539.600/0001-94 e EMPRESA SANTO ANJO DA GUARDA LTDA, CNPJ nº 86.431.749/0001-09, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 751, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.149765/2018-11, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa GRANDE RIO TRANSPORTE E TURISMO EIRELI, CNPJ nº 13.597.883/0001-00, por inobservância ao prazo indicado no §1º do artigo 26 da Resolução ANTT nº 4.770/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 758, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.327421/2019-31, resolve:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa UNESUL DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 92.667.948/0001-13 e, no mérito, dar-lhe provimento, revogando a Portaria nº 534, de 04 de agosto de 2020.

Art. 2º Deferir o pedido da empresa UNESUL DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 92.667.948/0001-13, para a inclusão dos mercados a seguir em sua Licença Operacional - LOP, de número 96:

I - De: Barracão (PR) para: Caibi (SC), Descanso (SC), Giruá (RS), Iporã do Oeste (SC), Itapiranga (SC), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Riqueza (PR);

II - De: Caibi (SC) para: Campo Novo (RS), Giruá (RS), Ijuí (RS), Palmitinho (RS), Panambi (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

III - De: Capanema (PR) para: Giruá (RS), Ijuí (RS), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Riqueza (SC);

IV - De: Capitão Leonidas Marques (PR) para: Caibi (SC), Campo Novo (RS), Giruá (RS), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Riqueza (SC), Tenente Portela (RS), Três Passos (RS);

V - De: Céu Azul (PR) para: Campo Novo (RS), Carazinho (RS), Descanso (SC), Dionísio Cerqueira (SC), Giruá (RS), Guaraciaba (SC), Guarujá do Sul (SC), Ijuí (RS), Iporã do Oeste (SC), Itapetininga (SC), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Palmitos (SC), Riqueza (SC), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Jose do Cedro (SC), São Martinho (RS), São Miguel D'Oeste (SC), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

VI - De: Descanso (SC) para: Campo Novo (RS), Carazinho (RS), Frederico Westphalen (RS), Giruá (RS), Ijuí (RS), Iraí (RS), Palmitinho (RS), Panambi (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

VII - De: Dionísio Cerqueira (SC) para: Barracão (PR), Capitão Leonidas Marques (PR), Giruá (RS), Palmitinho (RS), Panambi (RS);

VIII - De: Foz do Iguaçu (PR) para: Boa Vista do Buricá (RS), Caibi (SC), Campo Novo (RS), Coronel Bicaco (RS), Giruá (RS), Ijuí (RS), Mondai (SC), Riqueza (SC), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Três de Maio (RS);

IX - De: Guaraciaba (SC) para: Campo Novo (RS), Giruá (RS), Ijuí (RS), Palmitinho (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

X - De: Guarujá do Sul (SC) para: Campo Novo (RS), Giruá (RS), Palmitinho (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XI - De: Ijuí (RS) para: Guarujá do Sul (SC), Itapiranga (SC);

XII - De: Iporã do Oeste (SC) para: Campo Novo (RS), Carazinho (RS), Frederico Westphalen (RS), Giruá (RS), Ijuí (RS), Iraí (RS), Palmitinho (RS), Panambi (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XIII - De: Itapiranga (SC) para: Campo Novo (RS), Carazinho (RS), Frederico Westphalen (RS), Giruá (RS), Iraí (RS), Palmitinho (RS), Panambi (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XIV - De: Medianeira (PR) para: Caibi (SC), Giruá (RS), Ijuí (RS), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Riqueza (SC), Santo Ângelo (RS);

XV - De: Mondai (SC) para: Campo Novo (RS), Carazinho (RS), Frederico Westphalen (RS), Ijuí (RS), Giruá (RS), Iraí (RS), Palmitinho (RS), Panambi (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XVI - De: Palmitos (SC) para: Campo Novo (RS), Giruá (RS), Ijuí (RS), Palmitinho (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XVII - De: Panambi (RS) para: Céu Azul (PR), Foz do Iguaçu (PR), Medianeira (PR), Palmitos (SC);

XVIII - De: Perola D'Oeste (PR) para: Giruá (RS), Ijuí (RS), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Riqueza (SC);

XIX - De: Planalto (PR) para: Campo Novo (RS), Girá (RS), Ijuí (RS), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Riqueza (SC), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XX - De: Pranchita (PR) para: Caibi (SC), Campo Novo (RS), Descanso (SC), Dionísio Cerqueira (SC), Giruá (RS), Guaraciaba (SC), Guarujá do Sul (SC), Ijuí (RS), Iporã do Oeste (SC), Itapiranga (SC), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Palmitos (SC), Panambi (RS), Riqueza (SC), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Jose do Cedro (SC), São Martinho (RS), São Miguel D'Oeste (SC), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XXI - De: Riqueza (SC) para: Campo Novo (RS), Carazinho (RS), Frederico Westphalen (RS), Ijuí (RS), Giruá (RS), Iraí (RS), Palmitinho (RS), Panambi (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XXII - De: Santa Terezinha de Itaipu (PR) para: Boa Vista do Buricá (RS), Caibi (SC), Campo Novo (RS), Carazinho (RS), Coronel Bicaco (RS), Dionísio Cerqueira (SC), Frederico Westphalen (RS), Giruá (RS), Guaraciaba (SC), Guarujá do Sul (SC), Ijuí (RS), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Panambi (RS), Riqueza (SC), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XXIII - De: Santo Antonio do Sudoeste (PR) para: Giruá (RS), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Riqueza (SC);

XXIV - De: São José do Cedro (SC) e São Miguel D'Oeste (SC) para: Giruá (RS), Palmitinho (RS);

XXV - De: São Miguel do Iguaçu (PR) para: Boa Vista do Buricá (RS), Caibi (SC), Campo Novo (RS), Coronel Bicaco (RS), Giruá (RS), Ijuí (RS), Mondai (SC), Palmitinho (RS), Panambi (RS), Riqueza (SC), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), São Martinho (RS), Tenente Portela (RS), Três de Maio (RS), Três Passos (RS);

XXVI - De: Tenente Portela (RS) para: Itapiranga (SC);

Art. 3º Conhecer os pedidos de impugnação apresentados pelas empresas AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, CNPJ nº 82.647.884/0001-35 e EXPRESSO GUANABARA LTDA, CNPJ nº 41.550.112/0001-01 e, no mérito, negar-lhes provimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 772, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.090484/2020-60, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa TOCANTINS TRANSPORTE E TURISMO LTDA, CNPJ nº 00.018.127/0001-38, para implantação dos mercados abaixo como seções nos serviços Goiânia (GO) - São Miguel do Tocantins (TO), prefixos nº s 12-0362-00 e 12-0362-61:

I- De: GOIÂNIA (GO), ANÁPOLIS (GO), JARAGUÁ (GO), URUAÇU (GO) E PORANGATU (GO) Para: ALVORADA (TO), GURUPI (TO), ALIANÇA DO TOCANTINS (TO).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 773, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.095318/2020-50, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa REAL ALAGOAS DE VIAÇÃO LTDA, CNPJ nº 12.191.409/0001-11, para a implantação dos mercados abaixo como seções na linha RECIFE (PE) - ARACAJU (SE), prefixo nº 04-0026-00:

I - De: ARACAJU (SE), RECIFE (PE) e PALMARES (PE) Para MACEIO (AL).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.127, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/15522 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IDEAL GUARDIAN SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 13.317.659/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1599/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.128, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/22086 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa SÃO SALVADOR ALIMENTOS SA, CNPJ nº 03.387.396/0001-60, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

30 (trinta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.129, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/27148 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MASTER MAGNUM SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 04.958.249/0001-65, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1840/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.130, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/28640 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Autorizar a empresa SEGVALE SEGURANÇA PATRIMONIAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO LTDA EPP, CNPJ Nº 13.662.616/0001-70, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser SEGVALE SEGURANÇA PATRIMONIAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO EIRELI EPP

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.131, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/29122 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VALPARAIZO MONITORAMENTO E SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 00.845.375/0001-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1841/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.132, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/29635 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1540/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.133, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/33055 - DPF/DVS/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa D C M FERREIRA SEGURANÇA - ME, CNPJ nº 21.322.053/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1517/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.134, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/34258 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 21.956.955/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1863/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.135, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/35554 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOLIAS SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.737.152/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1188/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.136, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/38067 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.229.363/0003-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1274/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.137, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/38424 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BY SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.958.945/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1858/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.138, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/41271 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KOPASSUS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 30.984.935/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1446/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.139, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/41597 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa BRIDMAN SEGURANCA PRIVADA LTDA -, CNPJ nº 23.672.986/0001-41, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

48 (quarenta e oito) Munições calibre 12

246 (duzentas e quarenta e seis) Munições calibre 38

90 (noventa) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.140, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/43449 - DPF/MGA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELO SERVICOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.611.593/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1677/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.141, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/44200 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Conceder autorização à empresa DEFENSIVA FREITAS SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 16.649.674/0002-32, sediada no Maranhão, para adquirir:

Da empresa cedente OSTENSIVA SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 05.920.248/0001-94:

19 (dezenove) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

400 (quatrocentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.142, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/45330 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BAZISUL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 10.478.512/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1860/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.143, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/45705 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GTC VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 31.249.187/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1563/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.144, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/48170 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0013-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 1681/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.145, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/48437 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARSENAL - SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 10.533.299/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1827/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.146, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/48883 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EQUINÓCIO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.771.822/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 1629/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.147, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/49088 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0017-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1845/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.148, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/50222 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LAZABRASIL SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 26.828.290/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1801/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.149, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/51204 - DPF/CXS/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JPGOBBI SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 20.311.050/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1851/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.150, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/51599 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa CETREL-CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 17.019.775/0001-01, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4096 (quatro mil e noventa e seis) Munições calibre 38

4096 (quatro mil e noventa e seis) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Estojos calibre 38

1062 (um mil e sessenta e dois) Gramas de pólvora

4096 (quatro mil e noventa e seis) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.151, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/51826 - DPF/CAC/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa CASCAVEL SERVICO DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ nº 28.981.919/0001-22, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

118 (cento e dezoito) Munições calibre .380

24 (vinte e quatro) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.152, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/52221 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Conceder autorização à empresa PINHEIRO SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 04.944.975/0002-00, sediada em Alagoas, para adquirir:

Da empresa cedente ARMATUS VIGILANCIA LTDA EPP, CNPJ nº 17.166.146/0001-04:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.153, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/53105 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Conceder autorização à empresa CTF ESCOLA DE VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 23.190.392/0001-02, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38

1 (uma) Espingarda calibre 12

1 (uma) Pistola calibre .380

3 (três) Revólveres calibre 38

5000 (cinco mil) Munições calibre .380

1951 (uma mil e novecentas e cinquenta e uma) Munições calibre 12

70000 (setenta mil) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

3 (três) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.154, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/53603 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa VILA SUL ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.963.936/0002-50, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7172 (sete mil e cento e setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.155, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/53640 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPRESA DE REVITALIZAÇÃO DO PORTO DE MANAUS S.A., CNPJ nº 04.487.767/0001-48 para atuar no Amazonas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.156, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/54111 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ENGEPLAN - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ nº 04.949.426/0001-47 para atuar no Pará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.157, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/54578 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa TNT CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 03.732.792/0001-87, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4188 (quatro mil e cento e oitenta e oito) Munições calibre 12

40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Gramas de pólvora

40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38

10962 (dez mil e novecentas e sessenta e duas) Espoletas calibre .380

10962 (dez mil e novecentos e sessenta e dois) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.158, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/55122 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa NAFSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.369.790/0001-30, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DA BAHIA LTDA, CNPJ nº 04.419.921/0001-44:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

84 (oitenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.159, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/55422 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETARIOS EM RESERVA IBIRAPITANGA, CNPJ nº 04.955.427/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.160, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/55439 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização, à empresa GVS3 SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.241.374/0003-00, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.161, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/56080 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa QRV SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 30.669.598/0001-77, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO BAHIA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 07.601.090/0001-15:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

70 (setenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 2.523, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

Declarar a perda da nacionalidade brasileira das pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, § 4o, inciso II, da Constituição Federal, por ter adquirido outra nacionalidade na forma do Art. 249 do Decreto nº 9.199/2017:

ANA CRISTINA PEREIRA DE SIQUEIRA FRANÇA, nascida em 24 de outubro de 1975, filha de Terezinha das Graças Pereira de Siqueira, adquirindo a nacionalidade austríaca (Processo nº 08000.039819/2020-21);

CÁTIA SIMONE GONÇALVES SANTOS, nascida em 07 de maio de 1971, filha de Constantino de Oliveira Santos e de Maria dos Reis Gonçalves Santos adquirindo a nacionalidade holandesa (Processo nº 08018.038223/2020-14) e;

MONICA ZHAO, nascida em 29 de agosto de 2000, filha de Zhao Xia, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08018.034422/2020-53);

EDSON GOMES DOS SANTOS JUNIOR que passou assinar EDSON GOMES DOS SANTOS JR., nascido em 09 de fevereiro de 1976, filho de Edson Gomes dos Santos e de Celia da Graca Gomes dos Santos, adquirindo a nacionalidade norte americana (Processo nº 08018.030973/2020-48);

RUI HIROKAWA CRESPO, nascido em 09 de janeiro de 1969, filho de Mauricio Perlingeiro Crespo e de Teresa Kazuko Hirokawa Crespo, adquirindo a nacionalidade japonesa (Processo nº 08018.033048/2020-79) e;

DIEGO ELI MOREIRA, nascido em 04 de setembro de 1988, filho de Ezequiel Moreira e de Nilce Aparecida França Moreira, adquirindo a nacionalidade chinesa (Processo nº 08000.026633/2019-78).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 1.095, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: YU-GI-OH! LEGACY OF THE DUELIST: LINK EVOLUTION (Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT, INC.
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Cartas
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000113/2020-90
Requerente: FERNANDO BUSTAMANTE

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.096, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: IS IT WRONG TO TRY TO PICK UP GIRLS IN A DUNGEON? INFINITE COMBATE (Reino Unido - 2020)
Produtor(es): PQUBE LIMITED
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: RPG/Visual Novel
Plataforma: PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000421/2020-15
Requerente: DANIEL STUBBS

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.097, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: RISK OF RAIN 2 (Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): GEARBOX PUBLIISHING
Distribuidor(es): 1080PARTNERS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Ação/Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000606/2019-96
Requerente: GEARBOX PUBLISHING

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.098, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: CIEL FLEDGE (Reino Unido - 2019)
Produtor(es): PQUBE LIMITED
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Temas Sensíveis e Violência
Processo: 08017.000772/2019-92
Requerente: DANIEL STUBBS

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.099, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: STAR WARS JEDI: FALLEN ORDER (Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): WARNER BROTHERS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001043/2019-53
Requerente: Emilia de Castro c/o Electronic Arts

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.100, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: METAL GEAR SOLID (Japão - 2000)
Produtor(es): KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): GOG.COM
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.001077/2020-81
Requerente: KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.101, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: METAL GEAR SOLID 2: SUBSTANCE (Japão - 2002)
Produtor(es): KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): GOG.COM
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001085/2020-28
Requerente: KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.102, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: KONAMI COLLECTOR`S SERIES: CASTLEVANIA & CONTRA (Japão - 2002)
Produtor(es): KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): GOG.COM
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Ação/Plataforma
Plataforma: Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001130/2020-44
Requerente: KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.103, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: DUKE NUKEM 3D: 20TH ANNIVERSRY WORLD TOUR (Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): GEARBOX PUBLISHING
Distribuidor(es): 1080PARTNERS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas e Violência Extrema
Processo: 08017.001174/2019-31
Requerente: GEARBOX PUBLISHING

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.104, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: METAL GEAR (Japão - 2006)
Produtor(es): KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): GOG.COM
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001233/2020-12
Requerente: KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.105, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: AVICII INVECTOR (Suécia - 2019)
Produtor(es): WIRED PRODUCTIONS
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Música/Ritmo
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001490/2019-11
Requerente: KEVIN LEATHERS

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.106, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: OLD DRAGON: UMA DÉCADA DE AVENTURAS (Brasil - 2020)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Fantasia Medieval
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001503/2020-87
Requerente: BURÓ EDITORA

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.107, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: LATE SHIFT (Reino Unido - 2017)
Produtor(es): WALES INTERACTIVE
Distribuidor(es): STEAM/GOG.COM/PLAYSTATION STORE/XBOX STORE/SWITCH/eSHOP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Aventura/Interactive Movie
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch/Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.001517/2020-09
Requerente: BEN TESTER

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.108, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: CRUCIBLE (Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): AMAZON GAME STUDIOS
Distribuidor(es): AMAZON DIGITAL TECHNOLOGIES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001739/2019-80
Requerente: DAVID WHARTON/AMAZON GAME STUDIOS

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.109, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: INERTIAL DRIFT (2019)
Produtor(es): PQUBE
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Corrida
Plataforma: PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001960/2019-38
Requerente: DANIEL STUBBS

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.110, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: WARBORN (Reino Unido - 2019)
Produtor(es): PQUBE
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Plataforma: PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001961/2019-82
Requerente: DANIEL STUBBS

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.079, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: VALE DA ENCHENTE E DO FOGO (VALLEY OF FLOOD AND FIRE, Reino Unido - 2017)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000603/2020-96
Requerente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.080, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: JIRAIYA O INCRÍVEL NINJA (SEKAI NINJA SEN JIRAIYA, Japão - 1988/1989)
Diretor(es): Makoto Tsuji
Distribuidor(es): SATO COMPANY LTD
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura/Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência Fantasiosa e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000675/2020-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.081, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: MEU PEDAÇO DO BRASIL (Brasil - 2020)
Produtor(es): TV Brasil
Diretor(es): João Pedro Borsani/Manoel Borges
Distribuidor(es): TV BRASIL
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000872/2020-52
Requerente: EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.082, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: LIGHTSPEED: O PRIMEIRO HERÓI (LIGHTSPEED, Estados Unidos da América - 2006)
Produtor(es): Elie Cohen
Diretor(es): Don E. Fauntleroy
Distribuidor(es): SWEN
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte e uma horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Atos criminosos e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000889/2020-18
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.083, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: BOCA A BOCA - 1ª TEMPORADA (Brasil - 2020)
Produtor(es): Esmir Filho
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte e duas horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001226/2020-11

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.084, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: MISTÉRIOS NO CONVENTO - 2ª TEMPORADA (CONVENT MYSTERIES - SEASON 2, Itália - 2013)
Produtor(es): Lux Vide Rai Fiction
Diretor(es): Francesco Vicario
Distribuidor(es): ALBERTO BITELLI INTERNATIONAL FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Aventura/Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001230/2020-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.085, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: MARAVILHOSA SRA. MAISEL - 2ª TEMPORADA (THE MARVELOUS MRS. MAISEL - SECOND SEASON, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Amy Sherman-Palladino/Daniel Palladino
Diretor(es): Amy Sherman-Palladino/Daniel Palladino
Distribuidor(es): AMAZON PRIME VIDEO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama/Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte e uma horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001267/2020-07

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.086, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O BARBEIRO QUE SE VIRA (Brasil - 1957)
Produtor(es): Oswaldo Massaini
Diretor(es): Watson Macedo
Distribuidor(es): CINEDISTRI PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Atos criminosos e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001279/2020-23
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.087, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: OS REIS DE APPLETOWN (THE KINGS OF APPLETOWN, Estados Unidos da América - 2008)
Produtor(es): Amanda Moresco/Bobby Moresco
Diretor(es): Bobby Moresco
Distribuidor(es): SATO COMPANY COMUNICAÇÕES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001293/2020-27
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.088, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A FANTÁSTICA JORNADA DE ROBBY E TOBY (ROBBI, TOBBI UND DAS FLIEWATÜÜT, Alemanha - 2016)
Produtor(es): Uwe Kolbe
Diretor(es): Wolfgang Groos
Distribuidor(es): SATO Company Comunicação
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001363/2020-47
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

PORTARIA Nº 1.089, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A ILHA DOS SEGREDOS (ISLAND OF SECRETS, Finlândia - 2014)
Produtor(es): Jarkko Hentula
Diretor(es): Taavi Vartia
Distribuidor(es): Sato Company Comunicação
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Aventura
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Atos criminosos
Processo: 08017.001374/2020-27
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.090, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A MÁQUINA DO PRAZER (VERONICA 2020, Estados Unidos da América - 1999)
Produtor(es): Don Pascual
Diretor(es): Gary Graver
Distribuidor(es): SWEN ENTRETENIMENTOS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Erótico
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte e três horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Nudez , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001425/2020-11
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.091, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: QUASE UMA ROCK STAR (ALL TOGETHER NOW, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Brett Haley
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001478/2020-31

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.092, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O LEGADO DE FRANCISCO (FROM FRANCIS TO FRANCIS, BIELORRÚSSIA (Belarus) - 2016)
Produtor(es): Blagovest
Diretor(es): Nick Goryachkin
Distribuidor(es): DENISE JANCAR ME
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001513/2020-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.093, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O CLUBE DOS MENINOS BILIONÁRIOS (BILIONAIRE BOYS CLUB, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): James Cox
Distribuidor(es): HBO GO
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte e duas horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Atos criminosos
Processo: 08017.001570/2020-00

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

PORTARIA Nº 1.094, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Política de Classificação Indicativa, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O DILEMA DAS REDES (THE SOCIAL DILEMMA, Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Jeff Orlowski
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das vinte horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08017.001605/2020-01

SUELLEN CAROL DA COSTA SOUSA MORENO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 183, de 23 de setembro de 2020, Seção 1, página 67, Processo nº: 08017.001359/2020-89, na linha.

Onde se lê: "Série: TRANSAMAZÔNICA UTOPIAS DA SELVA (Brasil - 2020)"

leia-se: "Série: TRANSAMAZÔNICA UTOPIAS NA SELVA (Brasil - 2020)".

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 78ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2020

Hora: 19:03

Presidente: Alexandre Barreto de Souza

Secretária do Plenário Substituta: Keila de Sousa Ferreira

A distribuição é realizada nos termos do §1º, artigo 35 do Regimento Interno do Cade e iniciará sem os nome dos Conselheiros Luis Henrique Bertolino Braido, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann, Lenisa Rodrigues Prado e Sérgio Costa Ravagnani, que nos últimos blocos de sorteio, nas sessões extraordinárias nsº 76 e 77, e na sessão ordinária nº 225 foram os relatores sorteados respectivamente.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Consulta nº 08700.004474/2020-05

Consulente: Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda.

Advogados: Roberto Naves de Assunção e Fernando Rodrigues da silva Alves Costa

Relator (a): Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 1.082, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o Anexo I e II da Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017 - Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio - Funai.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Transferir a subordinação do Núcleo de Documentação - Nudoc, atualmente da Coordenação de Gabinete - Cogab, da Diretoria de Proteção Territorial-DPT, para o Serviço de Gestão Documental - Sedoc, da Coordenação de Gestão Documental e Divulgação Institucional - Cogedi, subordinada à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica - CGGE, da Diretoria de Administração e Gestão - Dages.

Art. 2º O Art. 5° do CAPÍTULO II, DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, do Anexo I da Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

"Art. 5° .....

b).....

1. .....

1.1. Divisão de Apoio Técnico - Diat; e

1.1.1. Serviço de Apoio Administrativo - Sead;"(NR)

Art. 3º O Art. 167, do Anexo I da Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 167. Ao Núcleo de Documentação - Nudoc compete:

I - realizar a conferência, classificação, organização e acondicionamento dos documentos transferidos ao Arquivo Intermediário, de acordo com o Código de Classificação de Documentos da Funai;

II - controlar o acesso aos documentos custodiados no Arquivo Intermediário;

III - monitorar os prazos de guarda dos documentos que encontram-se em fase intermediária, de modo a serem destinados para eliminação ou guarda permanente, de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos da Funai;

IV - elaborar listagens de eliminação de documentos para análise por parte da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Funai; e

V - encaminhar documentos para recolhimento ao Arquivo Permanente.

Art. 4º O Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio, item a), do Anexo II da Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO:

.....

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FCPE/FG
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
.....			
Núcleo	5	Chefe	FG-3
.....			
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação			DAS 101.3
Divisão			DAS 101.2
	1	Chefe	FCPE 101.1
Núcleo	1	Chefe	FG-3
	4		FG-3

.....

Art. 5º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo I da Portaria 666/PRES, de 17 de julho de 2017:

I - O subitem 1.1, da alínea "b" do Art. 5º; e

II - os Incisos I,II, III, IV, V e VI do Art. 167.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 28 de setembro de 2020.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto da Presidência da República de 9 de janeiro de 2019, este publicado no Diário Oficial da União (DOU) - Edição Extra de 9 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, incisos I, V e VIII, do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no DOU de 25 de janeiro de 2017, e o art. 132 do Anexo I da Portaria Ibama nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019, publicada no DOU do dia subsequente, com fundamento no art. 7º, inc. XII e XIII, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, no art. 8º, inciso VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, no art. 3º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, e na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 490, de 16 de novembro de 2018, e considerando o constante no Processo nº 02001.003751/2020-55, resolve:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Estabelecer os requisitos técnicos e de homologação para os sistemas de OBD e para a medição das emissões em tráfego real e emissões durante a vida útil do veículo (ISC) em veículos pesados novos homologados na fase P8 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE).

§ 1º Os requisitos técnicos e de homologação para o sistema OBD de que trata o caput são aqueles previstos na Série 06 de revisões ao Regulamento 49 das Nações Unidas, de 04 de março de 2013 (UN ECE R49.06), incluídas as séries de alterações 01 a 04, de 22 de fevereiro de 2017.

§ 2º Os requisitos técnicos e de homologação para a medição das emissões em tráfego real e emissões durante a vida útil do veículo (ISC) de que trata o caput são aqueles previstos na UN ECE R49.06, incluídas as séries de alterações 01 a 04, de 22 de fevereiro de 2017 (fase C), de acordo com os capítulos VI e VII da Resolução CONAMA nº 490, de 16 de novembro de 2018.

TÍTULO II

DOS REQUISITOS TÉCNICOS E DE HOMOLOGAÇÃO

CAPÍTULO I

DO SISTEMA OBD

Art. 2º Para efeitos desta Instrução Normativa, os limites previstos na Tabela 3 - Limites OBD para veículos pesados de uso rodoviário, da Fase PROCONVE P8, constante no Anexo da Resolução CONAMA nº 490/2018, são equivalentes aos limites e monitores previstos na UN ECE R49.06 para fase C.

Parágrafo único. Os anexos e itens do UN ECE R49.06 que são referência para o sistema OBD estão listados abaixo e devem ser considerados de acordo com as disposições dessa Instrução Normativa:

I - Anexo 9A da UN ECE R49.06, apêndices 1 e 2 - INFORMAÇÕES RELATIVAS AO OBD PARA HOMOLOGAÇÃO.

II - Anexo 9B da UN ECE R49.06, apêndices de 1 a 8 - REQUISITOS TÉCNICOS PARA SISTEMAS DE AUTO DIAGNOSE A BORDO (OBD).

III - Anexo 9C da UN ECE R49.06, apêndice 1 - REQUISITOS TÉCNICOS PARA A AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EM-USO DOS SISTEMAS DE AUTO DIAGNOSE A BORDO (OBD).

IV - Anexo 11 da UN ECE R49.06, apêndices 1 a 6 - REQUISITOS PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO CORRETO DAS MEDIDAS DE CONTROLE DAS EMISSÕES DE NOX.

V - Anexo 14 da UN ECE R49.06 - ACESSO À INFORMAÇÃO DO OBD DO VEÍCULO.

VI - Itens 2 e 6 da UN ECE R49.06 - DEFINIÇÕES E INSTALAÇÃO NO VEÍCULO.

Art. 3º Para assegurar o funcionamento correto das medidas de controle de óxidos de nitrogênio (NOx), a documentação que permite ao Ibama avaliar as estratégias de controle das emissões e os sistemas a bordo do veículo e no motor deve ser apresentada com duas formas distintas, observando o Item 5.1.4 da UN ECE R49.06:

I - a "documentação formal", que pode ser facultado às partes interessadas mediante pedido;

II - a "documentação estendida", que deve permanecer estritamente confidencial.

§ 1º A documentação formal será conservada pelo Ibama, e deve comprovar, no mínimo, que foram identificados todos os resultados permitidos por uma matriz obtida a partir da gama de controle dos dados de cada unidade e, ainda, descrever o funcionamento do sistema de persuasão do condutor exigido no anexo 11 da UN ECE R49.06, incluindo os parâmetros necessários para acessar as informações associadas a esse sistema.

§ 2º Devem ser incluídos na documentação estendida:

a) dados sobre o funcionamento de todas as estratégias AES (Estratégia Auxiliar de Emissões) e BES (Estratégia Base de Emissões), incluindo uma descrição dos parâmetros que são alterados por qualquer AES e as condições-limite em que funciona a AES, bem como uma indicação quanto às AES e BES suscetíveis de funcionar nas condições dos métodos de ensaio constantes da legislação vigente;

b) a descrição da lógica do sistema de controle do combustível, estratégias de sincronização e os pontos de comutação durante todos os modos de funcionamento;

c) uma descrição completa do sistema de persuasão exigido no anexo 11 da UN ECE R49.06, incluindo as estratégias de monitoramento associadas.

§ 3º A documentação estendida deve permanecer estritamente confidencial e ser conservada pelo Ibama.

§ 4º Durante o período de validade da documentação estendida, ela deve ser disponibilizada ao Ibama para efeitos de inspeção, por ocasião da homologação ou a qualquer momento.

Art. 4º Quando do pedido de homologação, deve ser apresentado ao Ibama informações comprobatórias de que o sistema de eliminação do NOx mantém a sua função de controle das emissões em todas as condições ambientais encontradas em território nacional, especialmente a baixas temperaturas, conforme disposto no item 5.5 da UN ECE R49.06.

§ 1º As informações sobre a estratégia de funcionamento de um eventual sistema de recirculação dos gases de escape (EGR), incluindo o seu funcionamento em ambiente de temperaturas baixas e a descrição dos eventuais efeitos sobre as emissões, deverão ser apresentadas ao Ibama pelo solicitante de homologação.

§ 2º As informações sobre os testes e os procedimentos para o cumprimento desses requisitos constam no anexo 11 da UN ECE R49.06.

Art. 5º Para atendimento dos §§ 2º e 3º do Art. 10 da Resolução CONAMA nº 490/2018, o sistema OBD pode utilizar alternativamente o PID (Identificador de Parâmetro) 0x93, conforme definido na norma SAE J1979DA ou DM 39 ("Diagnostic Message", ou mensagem de diagnóstico) conforme norma SAE J1939/73, de modo a manter um contador cumulativo contínuo de LIM (lâmpada de indicação de mau funcionamento) que não pode ser zerado ou apagado pelo sistema de controle do motor, por ferramenta de diagnóstico ou de serviço, por desconexão elétrica das baterias do veículo, ou por reprogramação do módulo de controle do motor.

Parágrafo único: O Ibama poderá rever o caput deste artigo até janeiro de 2022, para ser implementado em conjunto com a próxima atualização da fase PROCONVE P8, equivalente ao previsto no UN ECE R49.06.

Art. 6º Para fins de atendimento ao § 1º do Art. 3 da Resolução CONAMA nº 490/2018, a demonstração de funcionamento do AES deverá acontecer durante o processo de certificação e ser verificado, por meio de, pelo menos, uma simulação de ocorrência de AES em dinamômetro ou veículo.

§ 1º O AES a ser demonstrado deve ser proposto pelo fabricante ou importador e acordado junto ao Ibama.

§2º Para fins de demonstração, os AES similares poderão ser acordados entre o fabricante ou importador e o Ibama para que não sejam demonstrados repetidamente para diferentes famílias de OBD.

Art. 7º Para atendimento do parágrafo único do Art. 9º da Resolução CONAMA nº 490/2018, o sistema OBD pode realizar o monitoramento da quantidade de injeção de combustível, como estabelecido no item 7D, do apêndice 3 do Anexo 9B da UN ECE R49.06.

CAPÍTULO II

DAS EMISSÕES EM TRÁFEGO REAL

Art. 8º Fica estabelecida, a partir do início da fase PROCONVE P8, a exigência da medição da emissão de poluentes em tráfego real no ato da homologação, cujos limites a serem atendidos constam da Tabela 1 do Anexo da Resolução CONAMA nº 490/2018.

§ 1º Será permitida a antecipação da realização do ensaio de medição das emissões em tráfego real no momento dos ensaios de homologação para obtenção da LCVM de Motor, desde que previamente acordado com o Ibama.

§ 2º A validação do ensaio antecipado de medição das emissões em tráfego real acontecerá quando a LCVM do motor for obtida.

Art. 9º Para cumprimento dos requisitos do § 1º do Art. 12 da Resolução CONAMA nº 490/2018, a definição da família de motores e sua configuração mestre deve seguir os critérios estabelecidos na norma ABNT NBR ISO 16185:2010.

Art. 10. Para fins de atendimento ao previsto no § 3º do Art. 12 da Resolução CONAMA nº 490/2018, a velocidade média e os dados de medição da partida a frio devem ser apenas registrados.

Art. 11. Os ensaios previstos no Art. 12 da Resolução CONAMA nº 490/2018, devem ser realizados com óleo diesel de referência B7 (7% v/v de biodiesel), conforme resolução ANP nº 764, de 2018, ou óleo diesel comercial, conforme as especificações vigentes pela ANP, à critério do fabricante e/ou importador.

Parágrafo único. O acúmulo de quilometragem deverá ser feito exclusivamente com o óleo diesel comercial.

CAPÍTULO III

DAS EMISSÕES DURANTE A VIDA ÚTIL DO VEÍCULO (ISC)

Art. 12. Para fins do atendimento dos requisitos do Art. 13 da Resolução CONAMA nº 490/2018, a definição da família de motores e sua configuração mestre deve seguir os critérios estabelecidos na norma ABNT NBR ISO 16185:2010.

Art. 13. Os ensaios previstos no Art. 13 da Resolução CONAMA nº 490/2018, devem ser realizados com óleo diesel de referência B7 (7% v/v de biodiesel), conforme resolução ANP nº 764, de 2018, ou óleo diesel comercial, conforme as especificações vigentes pela ANP, à critério do fabricante e/ou importador.

Parágrafo único. O acúmulo de quilometragem deverá ser feito exclusivamente com o óleo diesel comercial.

Art. 14. Para cumprimento dos requisitos previstos no § 1º do Art. 13 e no Art. 14 da Resolução CONAMA nº 490/2018, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - para cumprimento dos requisitos previstos no caput do Art. 14 da Resolução CONAMA nº 490/2018 será exigido, no mínimo, um veículo equipado com motor mestre (tamanho de amostra) que represente cada intervalo de rodagem, conforme definido no art. 6º da Resolução CONAMA nº 490/2018, acrescido de um ônibus urbano;

II - para cumprimento dos requisitos previstos nos § 1º e 2º do Art. 14 da Resolução CONAMA nº 490/2018 serão exigidos no mínimo três veículos testados por família de motor (tamanho de amostra), para atingir o critério de aprovação do Ciclo de Comprovação das Emissões Durante a Vida Útil do Veículo (ISC), não havendo a necessidade de serem equipados com a configuração mestre da família;

III - em complemento aos critérios de seleção da amostra do Ciclo de Comprovação das Emissões Durante a Vida Útil do Veículo (ISC) previstos no anexo 8 da UN ECE R49.06, devem também ser atendidos os seguintes critérios:

a) para veículos de passageiro com PBT menor ou igual a 5 toneladas, deverão ser selecionados veículos com quilometragem igual ou inferior a 160.000 km e com vida útil igual ou menor que cinco anos;

b) para veículos com PBT entre 3,856 toneladas e 16 toneladas, e para veículos de passageiro com PBT entre 5 toneladas e 7,5 toneladas, deverão ser selecionados veículos com quilometragem igual ou inferior a 300.000 km e com vida útil igual ou menor que seis anos;

c) para veículos com PBT maior que 16 toneladas, e para veículos de passageiro com PBT maior que 7,5 toneladas, deverão ser selecionados veículos com quilometragem igual ou inferior a 700.000 km e com vida útil igual ou menor que sete anos;

d) para veículos leves comerciais com PBT entre 3,5 toneladas e 3,856 toneladas, cujo motor deriva de motor mestre homologado para veículo pesado, o intervalo de quilometragem deve seguir os critérios aplicados para o motor mestre do qual ele deriva.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2024, ou seja, após dois anos do início da fase PROCONVE P8, todas as famílias de motor devem observar o procedimento do inciso II desse artigo.

§ 2º Para atendimento do § 1º do Art. 14 da Resolução CONAMA nº 490/2018, deve-se considerar a entrega do plano de ISC das demais famílias até janeiro de 2024, observado o prazo de até 18 meses para entrega dos resultados de ISC dessas famílias, contados da data do primeiro registro após a entrega do plano de ISC.

§ 3º Para atendimento do § 6º do Art. 14 da resolução CONAMA nº 490/2018, considera-se intercorrência qualquer imprevisto que dificulte ou impossibilite a utilização da amostra selecionada e aprovada pelo Ibama para cada etapa de testes de ISC, não se fazendo necessária a utilização de um mesmo VIN entre diferentes etapas do ISC.

Art. 15. O fabricante ou importador do veículo fica dispensado da realização de ensaios de ISC para a família de motor que possua volume comercializado nacionalmente de até 100 unidades por ano.

Art. 16. Os executores do ensaio em emissões em tráfego real e dos ensaios de ISC devem ser aceitos pelo Ibama de acordo com os procedimentos específicos do ensaio, visando a garantia da sua confiabilidade metrológica.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 17. As dúvidas que surgirem na aplicação do presente regulamento deverão ser endereçadas à Diretoria de Qualidade Ambiental - Diqua, do Ibama.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de novembro de 2020.

EDUARDO FORTUNATO BIM

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 895, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, no Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro - Processo nº 02126.000120/2016-37

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, nomeado pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, da Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020, seção 2, e no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020;

Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 29, de 05 de setembro de 2012, que disciplina, no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes, requisitos e procedimentos administrativos para a elaboração e aprovação de Acordo de Gestão em Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federal com populações tradicionais;

Considerando o art. 15, §1º, da IN 07/2017 do ICMBio, que autoriza de forma excepcional a aplicação da IN 29/2012 (revogada pela IN 07/2017) aos Acordos que estivessem em fase de avaliação em dezembro de 2017;

Considerando os autos do Processo nº 02126.000120/2016-37, resolve:

Art. 1º Aprovar as regras constantes do Acordo de Gestão da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, cujo texto integra o ANEXO da presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria substitui a Portaria nº 28, de 18 de janeiro de 2019, e entra em vigor na data da sua publicação.

FERNANDO CESAR LORENCINI

ANEXO

ACORDO DE GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO ARRAIAL DO CABO

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE DO ACORDO

1. Esse Acordo objetiva assegurar a sustentabilidade da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEXMar AC), mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais, dos procedimentos a serem seguidos pela população extrativista no que diz respeito às condições para a conservação e exploração racional dos recursos pesqueiros, minimizar o impacto de outras atividades sobre a vida do pescador artesanal e sobre o ambiente costeiro e marinho dessa Unidade de Conservação.

1.1. O presente Acordo tem como finalidade servir de guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social.

CAPITULO II

DAS ATIVIDADES EXTRATIVISTAS

2. As atividades produtivas, dos extrativistas regulamentadas nesse Acordo de Gestão, compreendem o aproveitamento racional dos recursos pesqueiros, pesca artesanal, mariscagem, maricultura, beneficiamento, comercialização de pescado e atividades de lazer ligadas a visitação (turismo náutico com ênfase ao turismo de base comunitária, pesca amadora, esportes náuticos e ecoturismo).

3. Não é permitido pescar com redes de arrasto de portas, arrasto de parelha, arrasto de meia água, rede de emalhe, bem como usar explosivos e substâncias tóxicas.

4. Não é permitido pescar com redes de monofilamento de nylon, conhecidas como de caída, de espera, caiçara, três malhos, caçoeira, curvineira. A utilização de redes de monofilamento de nylon apenas é permitida na modalidade "cerco" exercido pelos pescadores artesanais no 2º Distrito de Arraial do Cabo e na modalidade "cerco" para a pesca de tainha exercida pelos pescadores artesanais de canoa de "borçada".

5. Não é permitida a captura de peixes ornamentais, corais e invertebrados utilizados para ornamentação, assim como espécies constantes no Anexo II deste acordo, incluindo espécies ameaçadas de extinção protegidas por lei, mesmo que não listadas no respectivo anexo.

5.1. É permitido aos pescadores beneficiários das categorias A e B a pesca de subsistência de espécies constantes no Anexo II, que não estejam presentes em listas oficiais de espécies ameaçadas, sendo limitada a captura de até 5 exemplares por dia, respeitados os tamanhos mínimos de captura.

6. As áreas tradicionais para realização das atividades de pesca artesanal da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, conforme Anexo I, são de uso exclusivo do pescador Beneficiário, devendo ser obrigação de todos os usuários e prestadores de serviços, respeitar o exercício das práticas extrativistas em seu território de uso tradicional.

6.1. As atividades que possam causar interferência à atividade extrativista do pescador artesanal, Beneficiário da Reserva, necessitam avaliação e regulamentação específica.

6.2. Não é permitido pescar sem autorização, exceto as famílias beneficiárias da Reserva.

7. É permitido aos pescadores beneficiários da Reserva a captura de iscas vivas para comercialização a outras embarcações pesqueiras.

7.1. Deve-se respeitar o direito de vez nos pontos pesqueiros.

7.2. Não é permitido o fundeio de embarcações de fora, que estão comprando isca viva, em áreas onde haja presença de pescadores artesanais, Beneficiários da RESEX, em atividade.

8. A pesca da sardinha verdadeira (Sardinella brasiliensis) e demais espécies que demandem ordenamento especial (espécies alternativas) deverão ser submetidas a estudos de manejo específico e regulamentadas por portarias, após aprovação do conselho.

9. A pesca artesanal de lula está regulamentada por instrumento específico.

10. Todas as modalidades de pescarias deverão obedecer aos tamanhos mínimos de captura estabelecidas no Anexo III, sendo proibida a captura de espécies descritas no Anexo II deste acordo.

10.1. É proibida a descaracterização do pescado, anterior ao desembarque.

11. As artes de pesca, metodologias e restrições, descritas nesse Acordo de Gestão, poderão ser suspensas mediante resultados de trabalhos de pesquisa e programas de monitoramento que evidenciem danos a biodiversidade e ou conflitos com outras estratégias de pescarias tradicionais, conforme resolução do Conselho Deliberativo.

11.1. Fica estabelecido que a medida de uma braça equivale a 1,5 metros para as redes utilizadas em pescarias na RESEXMar AC.

Seção I - Da pesca artesanal de canoa de "borçada"

12. A pesca artesanal, realizada com canoas de "borçada", pode ser realizada por pescadores Beneficiários da Reserva, na modalidade cerco, de acordo com as normas de "direito de vez" que regula a "corrida das canoas" e suas respectivas "marcas de pescaria", respeitando os acordos estabelecidos entre as "companhas".

13. Para a modalidade cerco, as redes deverão ter no máximo 300 braças de comprimento e 30 braças de altura, com malhas maior ou igual 13 mm.

13.1. Será permitido o uso de rede de monofilamento de nylon e malhas mistas, apenas para pesca de tainha por canoas de "borçada"; medindo no máximo 350 braças de comprimento, 12 braças de altura e malha de 50 mm.

13.2. Durante o cerco fica proibido tarrafear a menos de 500 m deste.

Seção II - Da pesca artesanal de botes de boca aberta e caíco

14. A pescaria com botes de boca aberta e caícos, pode ser realizada por pescadores artesanais beneficiários somente com utilização de linha de mão, espinhel, rede de armar, puçá e zangarejo, para captura de peixes e lula.

14.1. Não é permitido o procedimento de cerco para esta modalidade de pesca.

14.2. O fundeio, dos botes de boca aberta e caícos, deve obedecer a ordem de chegada aos pontos de pesqueiros.

Seção III - Da pesca artesanal de traineiras

15. A pesca de cerco de traineiras é restrita a pescadores beneficiários da Reserva, sendo que o proprietário da embarcação deve ser pescador categoria A.

16. Para o exercício desta modalidade, no interior da Reserva, as embarcações deverão ter no máximo 10 TAB (dez toneladas de arqueação bruta), sendo limitado o número máximo de 10 traineiras, conforme restrições do item 15 deste Acordo.

17. As traineiras só poderão transportar pescado na quantidade (peso) equivalente a capacidade de transporte permitida, pela Autoridade Marítima, para a embarcação.

17.1. É obrigatório o desembarque de pescado no cais de Arraial do Cabo.

18. As redes para esta modalidade deverão ter, no máximo, 300 braças de comprimento e 30 braças de altura, com malhas maior ou igual 13 mm, incluindo malhas mistas e malha laça com 350 braças de comprimento máximo e altura até 30 braças.

19. Não é permitida a utilização de vigias nos costões para sinalizar a ocorrência de cardumes.

20. As traineiras devem respeitar o direito de vez das demais modalidades de pesca, não sendo permitido cerco próximo aos costões rochosos e embarcações ocupadas por pescadores em atividade, devendo também respeitar as seguintes restrições de local:

a) Praia Grande: é proibido o cerco da Ponta da Cabeça para a terra até o Afonso, respeitando o limite de 10 a12 metros de profundidade (boca da vala para trás);

b) Ilha dos Franceses e Ilhote: o cerco deverá manter uma distância mínima de 200 metros da pedra, no entorno das Ilhas;

c) Enseada do Marmutá: não poderá haver cerco de traineiras quando tiver canoa em atividade;

d) Praia da Ilha do Farol: proibido o cerco de traineiras quando tiver canoa em atividade. Não havendo canoa, o cerco deverá manter distância mínima de 200 metros do costão;

e) Prainha: Só é permitido o cerco de traineira do Arpoador a Ponta do Meio para fora em direção ao mar aberto;

f) Praia do Pontal: A área de cerco de traineiras na Praia do Pontal é restrita a área de mar aberto para fora da Ilha do Pontal, podendo excepcionalmente ser realizado entre a ilha e a praia se não houver bandeira branca de sinalização, estendida no costão do Morro do Miranda (área de vigia);

g) parte de fora da Ilha do Farol: da parte de fora do Boqueirão até a Pedra Miúda, só pode haver cerco das traineiras a uma distância mínima de 200 metros do costão. Da Pedra Miúda até a Ponta Leste, as traineiras deverão respeitar o direito de vez e o cerco só pode ocorrer a uma distância mínima de 50 metros da caraca da pedra;

h) 2º Distrito de Arraial do Cabo/Massambaba: é proibido o fundeio e o cerco a menos de 200 metros da arrebentação.

Seção IV - Da pesca artesanal subaquática

21. A pesca artesanal subaquática, ou mergulho profissional, pode ser exercida por pescadores Beneficiários A e B, nas modalidades apneia e mergulho de compressor.

21.1. A caça submarina na modalidade de mergulho de compressor será limitada aos pescadores Beneficiários A e B que se encontram atualmente dedicados a essa atividade e possuam autorização específica do ICMBio.

21.2. Para o exercício desta modalidade, no interior da Reserva, será limitado o número máximo de 10 embarcações especificamente registradas na Reserva.

22. A pesca subaquática profissional realizada por mergulho de compressor pode ser realizada diariamente das 07:00h às 13:00h, com o acréscimo de 1 hora para descompressão, sempre respeitando a ordem de chegada no ponto pesqueiro. Nas localidades da Ponta Leste ao Focinho poderá se estender por mais uma hora.

22.1. Não é permitida a prática de pesca subaquática com compressor aos domingos.

22.2. É obrigatório apresentação de relação de capturas, com informação sobre espécie (pode ser nome vulgar conhecido), tamanho ou peso.

22.3. As áreas de uso para pesca artesanal subaquática estão apresentadas no Anexo I.

22.4. É obrigatório o desembarque no cais de Arraial do Cabo, conforme determinado na autorização da atividade.

23. Não é permitida a captura de anchova, tainha, bonito e raquete por esta modalidade.

24. Não é permitida a abertura de tocas para a captura de polvo, sendo proibido a captura de fêmeas.

24.1. Após a captura de cavacas (Scyllarides spp) e peixes, os mergulhadores deverão refazer as tocas dos pesqueiros.

25. Não é permitido o mergulho do Boqueirão para dentro da Ilha e em direção às Prainhas do Atalaia, quando houver canoas em atividade.

26. É obrigatório o afastamento de, no mínimo, 30 metros das embarcações de pesca de linha.

27. Não é permitido o mergulho no local denominado Saco da Graçainha.

Seção V - Da pesca artesanal de polvo

28. É permitida a captura de polvo por pesca subaquática e utilizando-se potes em espinhel.

28.1. Os pescadores empenhados nesta pescaria necessitam autorização específica do ICMBio.

28.2. A captura de polvo por embarcações que utilizem potes em espinhel está limitada a 04 embarcações de propriedade de pescadores Beneficiários A, especificamente registradas na Reserva.

28.3. Os pescadores autorizados para esta pescaria necessitam apresentar a relação de captura mensalmente ao ICMBio

29. Não é permitida a captura de fêmeas ovadas, devendo a mesma permanecer no pote e este ser devolvido ao local de captura.

30. A pesca por potes de polvo está limitada ao uso de no máximo 1000 potes por embarcação autorizada.

31. A colocação dos potes de polvo é permitida apenas nas seguintes localidades:

a) no Costão da Praia Grande - os potes ficarão afastados 1.000 m do costão, com afastamento mínimo de 800 m do Ilhote do Frances, em sentido transversal na direção ao Focinho e distando no mínimo de 500 m da laje do Focinho;

b) na Praia Grande /Afonsos - os potes ficarão afastados 2500 m da arrebentação e colocados em direção ao mar aberto;

c) na Ilha dos porcos - os potes ficarão afastados 200 m do costão em direção das ilhas de Cabo Frio;

d) na Ponta do Meio e na Ponta do Leste - os potes ficarão afastados 200 m da pedra, em direção ao mar aberto;

e) na Ponta da Prainha - os potes ficarão afastados 200 m da pedra, em direção às ilhas de Cabo Frio;

f) na Ponta da Cabeça - os potes ficarão afastados 1500 m do costão da Praia Grande, colocados em sentido perpendicular em direção ao mar aberto;

g) outras situações mais distantes dos costões, mar a dentro, devem ser consideradas, mantendo distâncias maior que 700 m entre um espinhel e outro.

Seção VI - Da extração de mariscos

32. A extração de mariscos está restrita as famílias beneficiárias da Reserva, sendo permitida a captura para comercialização apenas para pescadores beneficiários das categorias A e B.

32.1. Ao beneficiário da categoria B, em atividade extrativista individual, está limitada a cata de no máximo 50kg de mexilhão com casca, por dia.

33. A cata do mexilhão deve ser realizada por faixas nos costões, ou moitas nas lajes, obedecendo os procedimentos estabelecidos para a conservação e manutenção dos estoques.

33.1. Na cata do mexilhão por faixas é permitida a retirada de mariscos numa faixa de no máximo 1 metro de largura, em visão vertical no costão, devendo manter faixas preservadas de 40 cm, intercaladas a cada faixa de retirada do marisco.

33.2. Na cata do mexilhão por moitas, é permitida a retirada do marisco em áreas circulares de no máximo 1 metro de diâmetro, devendo manter áreas circulares preservadas de 40 cm de diâmetro, intercaladas a cada área de retirada do marisco.

33.3. Os costões ou lajes com sinais de catação recente (presença de espaços limpos) não podem sofrer nova extração de mexilhão até recuperação da cobertura da área preservada na cata anterior.

34. Não é permitida a retirada de mexilhões menores que 7cm de comprimento da casca.

35. A regulamentação da cata do mexilhão poderá ser revista por resolução do Conselho Deliberativo, de acordo com resultados de monitoramento ambiental e será suspensa por período de um ano, nas localidades em que se constatar exploração excessiva, podendo a suspensão, em casos de escassez, ser prorrogada por mais um ano.

Seção VII - Da pesca artesanal no 2º distrito de Arraial do Cabo

36. A pesca artesanal no 2º Distrito de Arraial do Cabo é realizada por pescadores beneficiários das localidades de Monte Alto, Figueira, Caiçara, Sabiá e Pernambuca, os quais realizam pesca de linha, pesca de pipa, sistema de espinhel vai e vem com linha até 300m, tarrafa e rede de cerco com monofilamento de nylon.

37. A pescaria com rede de cerco, com redes de monofilamento de nylon, será permitida aos pescadores beneficiários da Reserva da categoria A, a partir de 300 metros da beira da praia no período entre 5:00h e 20:00h.

37.1. Os pescadores da categoria A empenhados nesta pescaria devem cadastrar sua rede no ICMBio e obter autorização específica para a prática. Sendo permitida a seguinte quantidade de redes:

a) 08 na Massambaba;

b) 08 na Figueira;

c) 03 no Novo Arraial;

d) 06 no Sabiá, Caiçara e Praia Alcaíra;

e) 06 em Pernambuca;

f) 04 no Parque das Garças.

37.2. Somente serão permitidas duas redes por vez, na água, por localidade, e quatro embarcações, no sistema de rodizio.

37.3. Cada rede cadastrada deve conter lacre de identificação instalado pelo ICMBio.

37.4. As redes devem conter no máximo 400 braças de comprimento e 2 a 3 braças de altura, com malha de no mínimo50 mm.

37.5. Para o exercício da prática, o pescador deve permanecer no lance por todo o período da pescaria, e não pode exceder o período máximo de 2h para o cerco, com o pescador no mar, exercendo o sistema caracol (cerco total de bóia a bóia).

37.6. É permitida a realização de um segundo lance somente após o recolhimento do pescado. O pescado pode ser recolhido para a embarcação ou para a praia.

37.7. Não é permitido o uso de rede de monofilamento de nylon no sistema de espera.

Seção VIII - Da maricultura

38. Para o exercício da atividade de maricultura na Reserva, é necessário o licenciamento ambiental competente.

38.1. A proporção de mexilhões a ser criado em consórcio com ostras, vieiras e peixes, deverá ser equivalente a no mínimo 20% da área ocupada.

38.2. Somente será permitido a criação de peixes nativos.

39. As áreas concedidas para prática da maricultura serão de uso coletivo, sob gerenciamento de associações, Colônia Z5, ou cooperativas, que tenha o direito de explorá-las, não podendo ser tidas como propriedade particular.

39.1. A gestão da maricultura deverá ser conduzida com autonomia gerencial das entidades (pessoa jurídica) concessionárias.

40. O acesso a exploração das fazendas marinhas está restrito a famílias beneficiárias da Reserva, que devem manifestar interesse em trabalhar em parceria com outras famílias de cada área concedida. Devem ser priorizados os beneficiários que se dedicam principalmente a extração de mariscos, para compor o grupo de famílias que trabalharão nas fazendas.

41. A gestão das áreas concedidas para maricultura terá regulamentação definida por Resolução do Conselho Deliberativo.

42. As áreas que permanecerem desocupadas ou improdutivas poderão ter suas concessões revistas conforme aprovação do Conselho Deliberativo.

CAPITULO III

DO USO PÚBLICO

Seção I - Das normas gerais de visitação

43. Poderão ser realizadas visitas diárias na RESEXMar AC, das 8:00h às 17:00h, sendo estendido até às 19:00h no horário de verão, sempre respeitando a presença de pescadores artesanais, em atividade, nos atrativos da Reserva.

44. A visitação, em qualquer atrativo, poderá ser suspensa por ato do chefe da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, conforme estabelecido no Art. 7° da Portaria MMA N° 366 de 07 de outubro de 2009.

45. Em relação ao tráfego aquaviário é assegurado a liberdade de navegação e de fundeio de embarcações, bem como as ações da Autoridade Marítima voltadas à salvaguarda da vida humana no mar, segurança da navegação e prevenção da poluição ambiental por parte de embarcação.

45.1. Só é permitida a parada com fundeio de embarcações de esporte e recreio em atividade de lazer na Reserva nas seguintes localidades, ressalvados os casos de salvaguarda da vida humana:

a) Prainhas do Atalaia;

b) Praia da Ilha do Farol, com obtenção de autorização prévia do IEAPM;

c) Praia dos Anjos;

d) Praia do Forno.

45.2. As localidades descritas no item 45.1. não se aplicam às embarcações de esporte e recreio de beneficiários da categoria C empenhadas na atividade de lazer de pesca esportiva e amadora na Reserva, os quais deverão respeitar as restrições estabelecidas na seção VI.

45.3. É proibido o fundeio de embarcações em costões rochosos, sendo o uso de âncoras permitido apenas em fundo arenoso.

46. Não é permitida a navegação de embarcações tipo moto-aquática (jet-ski) em áreas de uso tradicional da pesca artesanal na Reserva conforme Anexo I, sem prejuízo das normas da Autoridade Marítima

46.1. Nas áreas de uso tradicional da pesca artesanal as embarcações tipo moto-aquática só poderão trafegar em velocidade baixa para acessar as praias.

46.2. A navegação de moto-aquática deverá atender as normas da Autoridade Marítima podendo ser definidas restrições adicionais de velocidade, distância dos costões e horários.

47. Não é permitido alimentar, tocar, molestar, perseguir ou retirar de seu ambiente natural espécies da fauna marinha dentro dos limites da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, com exceção para as atividades de pesca esportiva que podem retirar do ambiente natural os peixes capturados.

48. Não é permitida a entrada da embarcação no interior da Gruta Azul.

49. As restrições para a visitação na área da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, incluso as estimativas de capacidade de carga, poderão ser alteradas, por Resolução do Conselho Deliberativo, de acordo com vistoria periódica dos atrativos, evidencias de conflitos com atividades extrativistas tradicionais, resultados de trabalhos de pesquisa e programas de monitoramento.

Seção II - Da atividade de Turismo de Base Comunitária - TBC

50. Serão definidos pontos de parada específicos para prestação de serviço de visitação de Turismo de Base Comunitária (TBC).

50.1. As atividades de Turismo de Base Comunitária (TBC) serão conceituadas e regulamentadas por resolução do Conselho Deliberativo.

50.2. As embarcações de TBC serão de até 24 passageiros e até 10m no TIE.

50.3. Aos prestadores de serviço que se enquadrarem no perfil estabelecido para o TBC será permitida a atividade de taxi, passeio náutico e pesca esportiva.

Seção III - Da autorização para prestação de serviços de visitação

51. Será permitida a prestação de serviços para condução de visitantes na Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, desde que devidamente autorizado pelo ICMBio, nas seguintes modalidades:

a) passeio náutico;

b) mergulho recreativo técnico e autônomo;

c) pesca esportiva;

d) brinquedos aquáticos;

e) táxi (Praia do Forno e Prainhas do Atalaia).

51.1. As normas, para as autorizações, renovações, concessões, licenças, para qualquer atividade, inclusive de prestação de serviço de visitação elencados no item 51, assim como, qualquer critério, omissão, contradição e obscuridade do presente Acordo de Gestão, além de resoluções em geral sobre o tema, inclusive atividade de pesca deverão ser deliberados em assembleia do Conselho Deliberativo.

51.2. Será concedido número máximo de 181 autorizações para os prestadores de serviço, de acordo com os limites e critérios estabelecidos em Portaria própria, que procure mitigar impactos ambientais negativos e interferência excessiva nas atividades extrativistas dos beneficiários com base em resoluções do Conselho Deliberativo.

51.3. A lotação máxima permitida por embarcação será de 80 passageiros

51.4. Somente será autorizado a entrada de novas embarcações em substituição as já existentes, por embarcações com a mesma capacidade de passageiros da embarcação substituída não podendo ultrapassar o número por embarcações de até 80 passageiros.

51.5. É obrigatório o preenchimento e entrega dos Mapas de Bordo, conforme orientações estabelecidas nos Termos de Autorização.

51.6. As autorizações para embarcações que desenvolvem atividade de Taxi deverão ter no máximo 24 passageiros e 10 m de comprimento no TIE e serão destinadas aos beneficiários que realizam TBC.

Seção IV- Da atividade de visitação de passeio náutico

52. Os prestadores de serviço autorizados para a realização de passeio náutico, podem realizar no máximo duas saídas para a condução dos visitantes por dia.

52.1. Aos prestadores de serviço de TBC será permitida a realização de até 3 passeios por dia.

52.2. Não é permitido a atividade de taxi para prestadores de serviço de passeio náutico.

53. Não é permitida a prestação de serviços de passeio náutico na Praia do Pontal, na Prainha e na Praia Grande.

54. O embarque e desembarque de embarcações de transporte de passeio náutico na Praia do Forno é permitido apenas para embarcações de Turismo de Base Comunitária (TBC).

54.1. Para as demais embarcações é permitido fundeio no Saco da Lancha/Pedra do Marimbondo, como ponto de banho do passeio; não sendo permitida a entrada na enseada, nem o desembarque na praia com embarcações de apoio.

55. As paradas para banho na Praia da Ilha do Farol dependem de autorização expressa do IEAPM/Marinha do Brasil, sem prejuízo da obrigatoriedade de autorização do ICMBio.

55.1. Não é permitido parar na Fenda de Nossa Senhora.

56. Não é permitida parada nas Prainhas do Atalaia quando tiver canoa em atividade.

57. O desembarque dos visitantes do Passeio Náutico nos pontos de praia deve ser realizado de acordo com as normas vigentes da Agência da Capitania dos Portos em Cabo Frio.

Seção V - Da atividade de visitação de mergulho recreativo autônomo

58. A atividade de visitação de mergulho recreativo autônomo pode ser realizada através da condução por operadores de mergulho autorizadas pelo ICMBio.

58.1. Fica estabelecido o limite de autorização para 13 operadoras e 13 embarcações empenhadas na atividade de visitação de mergulho recreativo autônomo.

58.2. É permitido o número máximo de 40 mergulhadores visitantes por embarcação.

58.3. Será permitido que prestadores de serviço que já atuam na RESEX migrem para a atividade de mergulho, após estudo de viabilidade ambiental e técnico, independente do limite previsto no item 58.1.

59. O fundeio das embarcações de mergulho recreativo autônomo autorizadas deverão ser realizados através da sua amarração em poitas, nos locais em que for possível sua instalação, respeitando os limites de número máximo de poitas (uma embarcação por poita) e de mergulhadores por vez em cada área de mergulho, conforme a relação abaixo:

59.1. A definição de localização e colocação das poitas dependerá de estudo prévio e obedecerá as Normas da NORMAN 11.

a) Ilha de Porcos, lado interno: (100) mergulhadores por período, até as 17:00h, podendo no horário de verão estender por mais 1:00 h. Serão instaladas 4 poitas sendo 1 no Saltador, 2 no Meio de Porcos e 1 na Ponta Sul;

b) Ilha de Porcos, lado externo, do "Canion" até a Ponta Sul: 60 mergulhadores, até as 14:00h e 2 embarcações;

c) Ilha dos Porcos, lado de fora - Virado pra Cabo Frio, excluído da Ponta Norte até as Andorinhas - Pedra Maior: 60 mergulhadores e 2 embarcações, até as 14:00h;

d) Cardeiro: 60 mergulhadores por período, 30 mergulhadores no lado direito sentido Ponta D'agua, e 30 mergulhadores no lado esquerdo;

e) Ponta da Jararaca - Teixeirinha: 50 mergulhadores por período, 2 embarcações das 9:00h as 15:00h;

f) Saco do Gato: 40 mergulhadores por período, 1 poita, 1 embarcação até as 17:00h;

g) Praia do forno - 120 mergulhadores por período 3 poitas, 3 embarcações até as 17:00h;

h) Saco do Cherne, lado esquerdo: somente na enseada interna, 120 mergulhadores por período, 4 poitas, 4 embarcações, até às 17:00h;

i) Enseda do Gabriel, lado de fora - 80 mergulhadores por período, 2 embarcações, até as 17:00h;

j) Saco do Ferreira - 40 mergulhadores, 2 embarcações até as 14:00h;

l) Cachorrinha - 40 mergulhadores, 2 embarcações, sem poita, até as 14:00h;

m) Ilhote - lado de dentro - Buraco do Mero - 40 mergulhadores, 1 embarcação até as 14:00h;

n) Oratório - 40 mergulhadores, 1 embarcações das 10:00h as 14:00h;

o) Camarinha - 40 mergulhadores, 1 embarcação, das 11:00 as 13:00h;

p) Saco dos Ingleses - Thetis-Gruta Azul - 80 mergulhadores, 2 embarcações até as 14:00h;

q) Enseada do Anequim - 40 mergulhadores por período, sem poita, 2 embarcações das 14:00 as 17:00h;

r) Enseada da Abobrinha (antes da Pedra Vermelha) - 20 mergulhadores, sem poita, 1 embarcação, das 14:00h as 17:00h;

s) Furnas dos Soldados-Harligen - 80 mergulhadores, 2 embarcações das 11:00 as 14:00;

59.2. Não é permitido lançar grateias e âncoras em fundo coralíneo.

59.3. Não é permitido saídas de praias.

60. Será permitida a atividade de mergulho recreativo autônomo e técnico noturno nos locais: Enseadas do "Cardeiro", Cherne e Forno, de acordo com as capacidades acordadas no item 59.

61. As restrições para as atividades de mergulho autônomo e técnico, incluso as estimativas de capacidade de carga, poderão ser alteradas, por Resolução do Conselho Deliberativo, de acordo com vistoria periódica do ICMBio dos pontos de mergulho, evidencias de conflitos com atividades extrativistas tradicionais, estudos técnicos, e resultados de trabalhos de pesquisa e programas de monitoramento.

Seção Vl - Da atividade de visitação de pesca esportiva e amadora

62. A atividade de visitação de pesca esportiva e amadora poderá ser realizada somente com autorização do ICMBio.

62.1. As autorizações para prestação de serviço de pesca esportiva serão específicas, limitando-se ao número máximo de 50 embarcações autorizadas.

62.2. Será concedida autorização para prestação de serviço de passeio náutico e pesca esportiva aos beneficiários praticantes do turismo de base comunitária, de acordo com regra especifica a ser estabelecida

62.3. Excepcionalmente, e no interesse da unidade, também poderá ser concedida autorização para prestação de serviço de turismo náutico e pesca esportiva aos prestadores que já praticam a atividade, de acordo com regra especifica a ser estabelecida.

62.4. A atividade de visitação de pesca esportiva e amadora, só será permitida das 6:00h as 14:00 h, com mais uma hora no horário de verão, com exceção do largo da ilha e até as 17:00h das poitas da Praia Grande até os barrancos, e nos recifes do Pontal, (fora do costão, ao largo), com a prioridade da pesca artesanal.

63. A captura de recursos pesqueiros para pesca amadora está limitada a 10kg mais 1 exemplar por pescador amador, podendo a embarcação trazer no máximo 100kg de pescado, por dia.

64. É permitido o número máximo de 15 pescadores amadores por embarcação, tendo os mesmos que estar portando a permissão para pesca amadora embarcada emitida por órgão competente.

65. O exercício da pesca esportiva e amadora é proibido nas localidades denominadas Ilha do Pontal, Prainha, "Baixios", Pedra Vermelha, "Marmutá", Boqueirão, Fenda de Nossa Senhora, Ponta do Focinho, Praia Grande, Ponta do Cabeça, Ilha dos Franceses e Ilhote.

65.1. Deve-se manter distância mínima de 300 m dos locais proibidos listados no caput.

65.2. É permitido a pesca esportiva e amadora nos demais locais da RESEXMar AC, mantendo-se afastamento de 100m dos costões rochosos.

65.3. É permitido a prática de pesca esportiva e amadora a menos de 100 m do costão rochoso na localidade "Pedra do Raio" e Saco do Cherne, sem fundeio, para a pesca de caída, entre às 10:00h e 14:00h nos períodos abertos à visitação.

65.4. É permitido a prática da pesca esportiva e amadora a menos de 100 m dos costões rochosos das localidades Oratório e Cachorrinha, na Ilha do Farol, apenas aos sábados e domingos entre as 8:00h e 14:00h, sem fundeio, para a pesca de caída.

65.5. É proibido a prática de pesca esportiva e amadora em áreas permitidas para a atividade de mergulho autônomo recreativo.

65.6. Nas localidades permitidas para a prática da pesca esportiva e amadora, deve-se respeitar a possível presença de pescadores artesanais, não sendo permitido o exercício da prática caso haja pescador em atividade na localidade.

66. Devem ser respeitados os tamanhos mínimos de captura estabelecidos no Anexo II deste Acordo.

67. É proibida a captura de espécies constantes no Anexo II deste Acordo.

68. Deverá ser estimulada a prática do pesque e solte.

69. A pesca submarina amadora só é permitida para Beneficiários C, mediante autorização do ICMBio.

70. Não é permitido às embarcações esporte e recreio realizarem pesca amadora esportiva na área da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, exceto para embarcações de beneficiários cadastradas no ICMBio.

71. Os petrechos permitidos para a atividade de pesca esportiva são anzol, linha, iscas artificiais, caniço, carretilha, molinete, e puçá para auxiliar a retirada do peixe da água com o diâmetro máximo de 50 cm.

71.1. Não é permitido o uso de linha e anzol no sistema de espinhel.

Seção VII - Da atividade de visitação em brinquedos aquáticos e esportes náuticos

72. A condução de visitantes em brinquedos aquáticos deve ser previamente autorizada pelo ICMBio, podendo ser realizada nas seguintes modalidades:

a) - banana "boat";

b) caiaque;

c) brinquedos infantis;

d) aluguel de equipamento de mergulho livre.

73. A atividade de Banana "Boat" apenas é permitida nas localidades Prainha, Praia do Forno, Praia dos Anjos e Prainhas do Atalaia, em local delimitado pelo ICMBio e Capitania dos Portos, constante no Termo de Autorização concedido.

73.1. Somente é permitido a navegação de uma banana "boat" por vez, devendo os prestadores autorizados revezarem suas saídas.

73.2. Na Prainha é permitido quando não houver canoa no ponto, somente da marca da pedra/castelinho para a esquerda, mantendo distância de 100 metros do costão.

73.3. Na Praia do Forno, Praia dos Anjos e Prainhas do Atalaia é permitido apenas a concessão de 01 autorização por praia, para operar entre os meses de janeiro a março.

73.4. Nas Prainhas do Atalaia, será suspensa a atividade em casos de existência de canoa no ponto ou se a canoa estiver em deslocamento para a prática da pescaria na Praia da Ilha do Farol.

74. A prestação de serviço de Canoagem, por caiaques, apenas é permitida nas localidades Prainha, Praia do Forno e Praia dos Anjos.

75. A prestação de serviço de Brinquedos aquáticos infantis de pequeno porte apenas é permitida nas localidades Prainha, Praia do Forno e Praia dos Anjos.

76. A prestação de serviço de Mergulho Livre é permitida nos costões rochosos nas localidades Prainha, Praia do Forno e Praia dos Anjos, quando não houver canoa em atividade.

77. A prática de surf na RESEX é permitida respeitando o aviso de bandeiras, sendo a bandeira azul proibindo a prática e a vermelha permitindo.

77.1. A prática de surf, na Praia Grande, está restrita a área a partir do "Combo Grande" (altura do último quiosque) em direção a Massambaba.

77.2. Na praia do Pontal, a prática do surf é permitida a partir da Barra Nova, em direção a Cabo Frio.

78. As demandas de novos esportes náuticos não contemplados neste Acordo serão objeto de discussão e normatização prévia através de Resolução do Conselho Deliberativo da RESEX.

Seção VIII - Do fundeio de embarcações

79. O fundeio para permanência de embarcações na RESEXMar AC será realizada apenas na Enseada dos Anjos, com exceção de embarcações em atividade de pesca artesanal e em atividade de visitação, resguardados casos de segurança de navegação e salvaguarda da vida humana.

80. A permanência de embarcações de extrativistas beneficiários e prestadores de serviço de visitação embarcada é isenta de cobrança de taxa.

81. A permanência de embarcações de esporte e recreio está sujeita a pagamento de taxa e obtenção de prévia autorização do ICMBio.

81.1. As embarcações de propriedade de moradores de Arraial do Cabo serão isentas de pagamento de taxa mediante autorização prévia do ICMBio.

82. Embarcações de pesca industriais, ou de outros municípios, deverão obter prévia autorização do ICMBio para entrada na Reserva, quando em atividade de abastecimento de suprimentos ou descarga de pescado, mediante pagamento de taxa de fundeio e permanência, de acordo com critérios estabelecidos pela Colônia de Pescadores para o uso da Marina dos Pescadores.

83. O fundeio na Ilha do Pontal é permitido apenas para extrativistas beneficiários durante o exercício de prática de pesca, lazer familiar, e turismo de base comunitária.

Seção IX - Da ocupação de áreas de praia e ilhas

84. Não é permitido acampar nem fazer churrasco ou fogueira nas ilhas e praias da Reserva.

84.1. Esta restrição não se aplica às atividades profissionais de mariscagem, exercidas pelos beneficiários A e B.

85. O desembarque nas Ilhas da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo só é permitido para os pescadores artesanais beneficiários da RESEX.

85.1. Esta restrição não se aplica ao desembarque na Praia da ilha do Farol quando em atividade de visitação autorizada pelo IEAPM.

85.2. Esta restrição não se aplica às atividades de pesquisa e ensino autorizadas pelo ICMBio.

86. Na Praia Grande será definida área para o trânsito de veículos de apoio às atividades de pesca de canoa no canto da praia, onde não será permitida a instalação de mesas e cadeiras de praia.

87. Não é permitida a colocação de mesas e cadeiras nas praias da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, em frente à área ocupada pelas embarcações tradicionais.

CAPÍTULO IV

DA ATIVIDADE PORTUÁRIA

88. A entrada e permanência de embarcações, na área de Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, requer prévia autorização, com pagamento de taxas específicas, estipuladas em Portaria específica.

88.1. Embarcações cuja docagem para limpeza e pintura ante incrustante do casco que ultrapasse o período de validade da pintura, necessitam apresentação prévia de filmagem do casco com laudo de bioincrustação correspondente, acompanhado de anotação de responsabilidade técnica de profissional habilitado.

89. A área de fundeio permitida encontra-se de acordo com a NORMAN 08/DPC.

90. As atividades portuárias serão permitidas conforme a Licença de Operação do Porto do Forno.

91. O processo de licenciamento ambiental para as atividades portuárias deverá obrigatoriamente ser debatido e deliberado pelo Conselho Deliberativo, e enviado por Resolução ao ICMBio, seguindo o previsto na Lei n° 9.985/2000, no Decreto Federal n° 4.340/2002 e IN ICMBio de Conselhos Gestores.

91.1 - Em caso de evidências de conflitos em função de impactos nas atividades extrativistas tradicionais, ou identificados impactos através de resultados de pesquisa e programas de monitoramento, o Conselho Deliberativo poderá rever o seu posicionamento, sugerindo ao ICMBio, de forma embasada, a solicitação de alteração da licença ambiental.

CAPÍTULO V

DA ARRECADAÇÃO DE TAXAS OFICIAIS E CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO

92. O repasse e aplicação de recursos institucionais e oriundos de arrecadação da RESEXMar AC serão utilizados conforme as normas de contratos e repasses do Governo Federal, e quando possível serão destinados a ações e projetos, em benefício da comunidade de extrativistas.

92.1. Devido ao reconhecimento da necessidade do fomento da identidade cultural da pesca em detrimento das atividades não tradicionais de turismo e atividade portuária na reserva, o ICMBio, em conjunto com entidades parceiras, deverá buscar meios de apoiar ações que favoreçam o pescador beneficiário e seus familiares.

92.2. Poderá ser estabelecido, quando couber, nas autorizações para atividades não tradicionais condicionante específica para atendimento a programas e projetos para a comunidade extrativista tradicional apresentados pelas entidades de pesca do Conselho Deliberativo.

93. A Concessionária de Direito Real de Uso deverá apresentar Plano de Trabalho e Prestação de Contas anuais para o Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Arraial do Cabo.

CAPÍTULO VI

DO MONITORAMENTO DO ACORDO

94. Todos os extrativistas beneficiários, na qualidade de co-autores e co-gestores na administração da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, de forma coletiva ou individual, assim como da Concessionária do Direito Real de Uso da RESEXMar AC, são responsáveis pela execução e pelo monitoramento do cumprimento do presente Acordo de Gestão. A responsabilidade de cumprimento do Acordo estende-se também a todos os usuários da Reserva.

95. Cabe ao ICMBio, a Concessionária do Direito Real do Uso da RESEXMar AC, ao Conselho Deliberativo, as instituições de pesquisa e a sociedade civil organizada propor e executar medidas de monitoramento das atividades ocorrentes na RESEXMar AC, de modo a avaliar os seus impactos efetivos e potenciais sobre os recursos naturais e sobre os modos de vida dos extrativistas, buscando melhoria nas medidas de ordenamento dos instrumentos de gestão da Reserva.

96. A responsabilidade de resolver os problemas decorrentes da execução deste Plano será do ICMBio e do Conselho Deliberativo da ResexMar AC, de acordo com a situação.

97. Compete ao Conselho Deliberativo da RESEXMAR AC e ao ICMBio, nos termos das normas ambientais e de pesca, eleger o maior interesse social no uso sustentável dos recursos naturais como critério para diminuir conflitos a bem da sua conservação.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

98. O não cumprimento destas regras significa quebra de compromisso dos beneficiários e usuários da Reserva Extrativista. A abertura de eventual procedimento de perda de direito de uso deverá ser precedida de manifestação do conselho deliberativo.

99. O presente Acordo de Gestão fica sujeito a alterações de qualquer de suas normas, sempre que o aparecimento de novos conhecimentos e novas tecnologias possam contribuir para a melhoria do processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.

99.1. Qualquer alteração deste Acordo deve ser aprovada pelo Conselho Deliberativo da RESEXMar AC.

100. As propostas para adequação e alterações no Acordo de Gestão poderão ser feitas formalmente pelos Grupos que desenvolvem atividades na Reserva, e quando acatadas pelo Conselho Deliberativo serão encaminhadas ao ICMBio para consultas jurídicas e providências.

Anexos do Plano de Gestão:

I- a) Mapas de Áreas de Uso da Pesca Artesanal (Documento SEI 4801570) ;

b) Mapa de Atividades de Uso Público (Documento SEI 4801880);

II - a) Listas de espécies com restrição (Documento SEI 4801788) ;

b) Listas de espécies proibidas de captura (Documento SEI 4801702).

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.728, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Processos nºs 48500.000810/2020-11, 48500.000809/2020-89, 48500.000808/2020-34, 48500.000807/2020-90, 48500.000806/2020-45 e 48500.000805/2020-09. Interessado: Ventos de Santa Marcella Energias Renováveis S. A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Ventos de Santa Marcella 01, EOL Ventos de Santa Marcella 02, EOL Ventos de Santa Marcella 03, EOL Ventos de Santa Marcella 04, EOL Ventos de Santa Marcella 05 e EOL Ventos de Santa Marcella 06, localizadas nos municípios de Ibipeba e Barra dos Mendes, no estado da Bahia. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.749, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 48500.002897/2014-13. Interessado: Central Eólica Acauã III S.A. Decisão: alterar o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Acauã III, cadastrada no CEG sob o nº EOL.CV.RN.033864-8.01. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.653, de 18 de setembro de 2020, constante dos Processos nºs 48500.000432/2020-68 e 48500.000433/2020-11, publicado no DOU de 23 de setembro de 2020, Seção 1, p. 72, v. 158, n. 183, onde se lê:

ANEXO II AO DESPACHO Nº 2.653, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Ventos de São Cirilo 02		
		CEG
		EOL.CV.BA.047209-3.01

Leia-se:

ANEXO II AO DESPACHO Nº 2.653, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

Ventos de São Cirilo 02		
		CEG
		EOL.CV.BA.047210-7.01

A íntegra desta Retificação consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.753, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessados: Sengés Papel e Celulose Ltda. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 26 de setembro de 2020. Usina: UTE Caldeira 6 Kairós. Unidade Geradora: UG1 de 3.200 kW, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Sengés, estado do Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 2.754, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foi delegada pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005115/2020-38, decide indeferir o pleito da Transenergia Renovável S.A. - TER de isenção de aplicação de desconto devido ao cancelamento intempestivo do desligamento programado para o dia 05 de fevereiro de 2020, no período de 10h00min a 12h30min, da LT 230 kV Chapadão / Jataí - C2.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 25/2020

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou IMPROCEDENTE a defesa administrativa interposta; restando-lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, nº 13.540/2017, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:

Processo de Cobrança Nº: 48075.986083/2019-99, Titular: COOPERATIVA ESTANÍFERA DE MINERADORES DA AMAZÔNIA LEGAL LTDA, CNPJ/CPF: 03.556.866/0001-71, NFLDP Nº: 40/2019, Valor: R$ 27.040,86 (Vinte e Sete Mil e Quarenta Reais e Oitenta e Seis Centavos).

Processo de Cobrança Nº: 48075.986084/2019-33, Titular: COOPERATIVA ESTANÍFERA DE MINERADORES DA AMAZÔNIA LEGAL LTDA, CNPJ/CPF: 03.556.866/0001-71, NFLDP Nº: 41/2019, Valor: R$ 19,44 (Dezenove Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que se julgou parcialmente acatada a defesa administrativa interposta; restando-lhe pagar ou parcelar ou apresentar recurso relativo aos débitos apurados da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nºs 7.990/89, 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Leis nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48075.986082/2019-44, Titular: COOPERATIVA ESTANÍFERA DE MINERADORES DA AMAZÔNIA LEGAL LTDA, CNPJ/CPF: 03.556.866/0001-71, NFLDP Nº: 39/2019, Valor: R$ 5.256.291,79 (Cinco Milhões, Duzentos e Cinquenta e Seis Mil, Duzentos e Noventa e Um Reais e Setenta e Nove Centavos).

LUCIANO RIBEIRO DA SILVA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 3.767, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Fase de Autorização de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)

48062.870839/2020-61-CARLOS ALBERTO BARBOSA DA SILVA (Documento SEI: 1765129)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 299/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.984/2010-MOACIR ALVES DE QUEIROZ-OF. N°159/2020/UAPM - MG/GER - MG
832.523/2004-EDGAR NEVES MIRANDA JÚNIOR-OF. N°432/2020/UAGV - MG/GER - MG
832.289/2016-JOSÉ ADION CARVALHO ANDRADE-OF. N°2276/2020/DFMNM-MG/GER-MG e 275/2020/SECOR - MG/GER-MG (Plinio Alvarenga Duarte)
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
831.823/2018-MINERAÇÃO MARINHO CAMPOS LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
831.230/2005-ÁGUA MINERAL SANTÍSSIMA LTDA- Nome da Fonte: Taquara - Marca: Aguasete - Volumetria: 20L, 1,5L e 500 mL, sem gás- PAPAGAIOS/MG
831.658/2002-CAMBRAIA MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA- Nome da Fonte: Novo Horizonte - Marca: Águas de Santa Fé - Volumetria: 510 mL, 1,5L e 20L, sem gás; 510 mL e 1,5L, com gás- ITAPECERICA/MG, SÃO FRANCISCO DE PAULA/MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
831.297/2014-AXSSEL PEREIRA CAIXETA ME
Fase de Lavra Garimpeira
Homologa renúncia da Permissão de Lavra Garimpeira(709)
834.187/2011-CARLOS GOMES ANDRADE
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
830.083/2012-Edmilson do Carmo Peixoto- AI N°6400/2020/GER-MG/UAGV-MG (Referência:930.426/2020)
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.089/2002-COPARI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA.- Registro de Licença N° 1967/2003 - Vencimento em 19/07/2023
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.089/2002-COPARI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA.-OF. N°2252/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.010/2011-MGWR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°2275/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.169/2016-FERNANDO ESTEVES FERNANDES CPF:306.031.531-00-OF. N°2126/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.049/2015-BACURI AGRICOLA LTDA.-OF. N°2124/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.870/2015-HERALDO DOS SANTOS-OF. N°2122/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.047/2016-GABRIEL FELIPE GOMES ME-OF. N°2116/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.251/2014-EUCELIA DA CUNHA FARIA ME-OF. N°2329/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.653/2012-MAURO SIQUEIRA JARDIM-OF. N°2319/2020/DFMNM-MG/GER-MG
834.495/2010-SANTOS & DIAS TRANSPORTES E CARVOEJAMENTO LTDA-OF. N°2317/2020/DFMNM-MG/GER-MG
834.191/2008-JOAQUIM ANTONIO RESENDE-OF. N°2296/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.511/2011-RENATO PAGLIARO RIBEIRO-OF. N°2279/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.281/2004-HAMILTON XAVIER BORGES & CIA LTDA-OF. N°2298/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.210/2009-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°2300/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.773/2009-MINERADORA SANTA RITA LTDA ME-OF. N°2302/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.336/1998-MILTON DE FREITAS GUEDES-ME-OF. N°2209/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.074/2008-DRAGAGEM CACHOEIRÃO LTDA-OF. N°2307/2020/DFMNM-MG/GER-MG

831.460/2010-ENOCH DE SOUSA CAMPOS-OF. N°2309/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.946/2010-CASCALHEIRA PORTO FELIZ LTDA ME-OF. N°2311/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
832.169/2016-FERNANDO ESTEVES FERNANDES CPF:306.031.531-00-OF. N°2125/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.049/2015-BACURI AGRICOLA LTDA.-OF. N°2123/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.870/2015-HERALDO DOS SANTOS-OF. N°2121/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.047/2016-GABRIEL FELIPE GOMES ME-OF. N°2115/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.251/2014-EUCELIA DA CUNHA FARIA ME-OF. N°2328/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.653/2012-MAURO SIQUEIRA JARDIM-OF. N°2318/2020/DFMNM-MG/GER-MG
834.495/2010-SANTOS & DIAS TRANSPORTES E CARVOEJAMENTO LTDA-OF. N°2316/2020/DFMNM-MG/GER-MG
834.191/2008-JOAQUIM ANTONIO RESENDE-OF. N°2295/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.511/2011-RENATO PAGLIARO RIBEIRO-OF. N°2278/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.281/2004-HAMILTON XAVIER BORGES & CIA LTDA-OF. N°2297/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.210/2009-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°2299/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.773/2009-MINERADORA SANTA RITA LTDA ME-OF. N°2301/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.336/1998-MILTON DE FREITAS GUEDES-ME-OF. N°2208/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.074/2008-DRAGAGEM CACHOEIRÃO LTDA-OF. N°2306/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.460/2010-ENOCH DE SOUSA CAMPOS-OF. N°2308/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.946/2010-CASCALHEIRA PORTO FELIZ LTDA ME-OF. N°2310/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
833.531/2014-ENVASADORA DE AGUA MINERAL PARAGUACU LTDA-OF. N°2277/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.808/1991-MINERAÇÃO BOA ESPERANÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°2336/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.555/2007-MINERAÇÃO BARREIRO LTDA-OF. N°2333/2020/DFMNM-MG/GER-MG
834.177/2010-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°2267/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.602/2002-ANÁLIA RODRIGUES CARDOSO ME-OF. N°2332/2020/DFMNM-MG/GER-MG
834.018/2011-EXTRATIVA BRUMADINHO LTDA EPP-OF. N°2331/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.733/1997-ARDOSIA VEREDA LTDA-OF. N°2330/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.001/2005-EIMCAL EMPRESA INDUSTRIAL DE MINERAÇÃO CALCÁREA LTDA.-OF. N°2324/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.361/2018-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2320/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.898/1998-DRAGAGEM BRASIL LTDA EPP-OF. N°2282/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.681/1993-KMM MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°2281/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.485/1997-KMM MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°2280/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
830.113/2012-JS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE CASCALHO EIRELI
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.678/2017-ADALGISA CARDOSO COSTA-OF. N°2325/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.926/2017-GUSTAVO MOURA GUIMARAES-OF. N°2321/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
831.843/2018-MINERAÇÃO MARINHO CAMPOS LTDA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 300/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
833.805/2011-JOSE MATEUS FILHO- Alvará n°16.499/2011 - Cessionario:830.284/2020-MINERAÇÃO SANTA RITA LTDA- CPF ou CNPJ 36.441.245/0001-00
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.475/2011-BETONITA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-OF. N°272/2020/SECOR - MG/GER-MG; Empreendimentos Pedra Branca Ltda Me
831.103/2018-SFMG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°271/2020/SECOR - MG/GER-MG;LRH Comercio de Minerais e Artigos do Vestuario Ltda. EPP
831.439/2013-JUSCÉLIO GARCIA DE OLIVEIRA ME-OF. N°2813/2020/DIREM-MG/GER-MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
832.947/2010-CASCALHEIRA PORTO FELIZ LTDA ME-OF. N°2312/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.325/2010-PLANEJAR ENGENHARIA DE PROJETOS & NEGÓCIOS LTDA-OF. N°2326/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.428/2010-CASCALHEIRA CRUZ E MACAÚBAS LTDA ME-OF. N°2314/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.847/1992-MINERAÇÃO CARAVELLA LTDA.-OF. N°2216/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.745/1984-MIDRAS LTDA-OF. N°2220/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.658/2000-FELÍCIO ZUCARELLI FILHO-OF. N°2235/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.365/2000-AREAL RIO RANCHO LTDA-OF. N°2237/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.919/2005-CERAMICA RIO PRETO LTDA-OF. N°2239/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.915/2002-CFL CONSTRUTORA FERREIRA LIMA LTDA-OF. N°2241/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.325/2003-SERTANEJA MADEIREIRA LTDA-OF. N°2243/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.840/2002-PORTO DE AREIA 3J LTDA-OF. N°2245/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.331/2002-MÁRIO VINÍCIUS LEMOS DE ALMEIDA 93216262634 ME-OF. N°2247/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.405/2011-CERAMICA MACHADÃO LTDA-OF. N°2230/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.587/2008-AREIA LAVADA SANTO ANTÔNIO LTDA ME-OF. N°2249/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.431/2011-JESUS ANTÔNIO DE ALVARENGA-OF. N°2233/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.209/2005-CÉLIO VELASCO-OF. N°2257/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.692/2005-JVF COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.-ME-OF. N°2261/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.084/2006-CARLA ALVES SIMPLÍCIO DE FREITAS-OF. N°2271/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.705/2000-MINERAÇÃO CARAVELLA LTDA.-OF. N°2214/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.645/2008-ASSOCIAÇÃO DOS EXTRATORES DE AREIA DE JOÃO PINHEIRO-OF. N°2263/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.256/2000-SEBASTIÃO BATISTA CAMPOS-OF. N°2265/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.754/2007-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°2289/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.260/2007-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°2291/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.346/2008-ISIDIO GOMES BARROSO-OF. N°2293/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.433/2008-CERÂMICA PONTAL LTDA-OF. N°2210/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.947/2010-CASCALHEIRA PORTO FELIZ LTDA ME-OF. N°2313/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.325/2010-PLANEJAR ENGENHARIA DE PROJETOS & NEGÓCIOS LTDA-OF. N°2327/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.428/2010-CASCALHEIRA CRUZ E MACAÚBAS LTDA ME-OF. N°2315/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.847/1992-MINERAÇÃO CARAVELLA LTDA.-OF. N°2219/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.745/1984-MIDRAS LTDA-OF. N°2221/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.658/2000-FELÍCIO ZUCARELLI FILHO-OF. N°2236/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.365/2000-AREAL RIO RANCHO LTDA-OF. N°2238/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.915/2002-CFL CONSTRUTORA FERREIRA LIMA LTDA-OF. N°2242/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.325/2003-SERTANEJA MADEIREIRA LTDA-OF. N°2244/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.840/2002-PORTO DE AREIA 3J LTDA-OF. N°2246/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.331/2002-MÁRIO VINÍCIUS LEMOS DE ALMEIDA 93216262634 ME-OF. N°2248/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.405/2011-CERAMICA MACHADÃO LTDA-OF. N°2231/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.587/2008-AREIA LAVADA SANTO ANTÔNIO LTDA ME-OF. N°2250/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.431/2011-JESUS ANTÔNIO DE ALVARENGA-OF. N°2234/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.209/2005-CÉLIO VELASCO-OF. N°2258/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.692/2005-JVF COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.-ME-OF. N°2262/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.084/2006-CARLA ALVES SIMPLÍCIO DE FREITAS-OF. N°2272/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.705/2000-MINERAÇÃO CARAVELLA LTDA.-OF. N°2215/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.645/2008-ASSOCIAÇÃO DOS EXTRATORES DE AREIA DE JOÃO PINHEIRO-OF. N°2264/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.256/2000-SEBASTIÃO BATISTA CAMPOS-OF. N°2266/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.754/2007-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°2290/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.260/2007-MINERAÇÃO REZENDE EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°2292/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.346/2008-ISIDIO GOMES BARROSO-OF. N°2294/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.433/2008-CERÂMICA PONTAL LTDA-OF. N°2211/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.015/2001-IRMÃOS CAPISTRANO LTDA-OF. N°274/2020/SECOR - MG/GER-MG; Standard Stone Pedras Ltda.
832.014/2001-IRMÃOS CAPISTRANO LTDA-OF. N°273/2020/SECOR - MG/GER-MG; Standard Stone Pedras Ltda.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.190/2018-PLINIO ALVARENGA DUARTE-OF. N°276/2020/SECOR - MG/GER-MG ; José Adion Carvalho Andrade

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 302/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
830.806/2017-MD PLOTAGENS LTDA- Cessionário:NEW STONES MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 25.260.776/0001-71- Alvará n°281/2018
832.488/2016-PEDRO DA SILVA LIMA CPF 941.072.706-53- Cessionário:AREAL BOM JARDIM LTDA. ME- CPF ou CNPJ 20.251.496/0001-83- Alvará n°4.829/2019
830.855/2017-JOÃO DOMINGOS CABRERA PICON- Cessionário:FULVIO SUELLI 03496052627- CPF ou CNPJ 33.627.422/0001-40- Alvará n°1934/2020
832.003/2017-QUARTZITO DO BRASIL LTDA - EPP- Cessionário:EXTRATIMINAS MINÉRIOS EIRELI- CPF ou CNPJ 34.127.232/0001-27- Alvará n°1.958/2018
832.139/2017-MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS- Cessionário:UNI STONE MINERAÇÃO EIRELI- CPF ou CNPJ 36.182.135/0001-62- Alvará n°8370/2018
831.108/2019-MINERAÇÃO K3 EIRELI- Cessionário:CALVIGRAN GRANITOS E MÁRMORES LTDA.- CPF ou CNPJ 00.927.659/0001-98- Alvará n°2258/2020
830.334/2017-OSVALDO SOARES FRANCA- Cessionário:BRASIL MINERAL LTDA- CPF ou CNPJ 12.622.579/0001-03- Alvará n°2.412/2018
831.796/1984-MOSAIC FERTILIZANTES PEK LTDA- Cessionário:SONGEO MINERAÇÃO S.A- CPF ou CNPJ 41.799.313/0001-39- Alvará n°2.204/1990
832.785/2007-MOSAIC FERTILIZANTES PEK LTDA- Cessionário:SONGEO MINERAÇÃO S.A- CPF ou CNPJ 41.799.313/0001-39- Alvará n°9523/2009
831.744/2016-CASTELO STONE MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- Cessionário:ROCHA MINEIRA MINERAÇÃO EIRELI- CPF ou CNPJ 20.516.437/0001-90- Alvará n°3.742/2017
830.490/2004-JAMES CESAR SPEROTTO- Cessionário:BENTES MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI- CPF ou CNPJ 19.732.805/0001-58- Alvará n°4873/2004
830.463/2019-LUCIANO FREITAS CASTRO- Cessionário:EXOTICA STONES GRANITOS E MARMORES EIRELI- CPF ou CNPJ 24.817.998/0001-80- Alvará n°1918/2020
832.507/2016-MINERAÇÃO EUROPA LTDA ME- Cessionário:BLC MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA ME- CPF ou CNPJ 04.425.464/0001-09- Alvará n°6126/2017
831.116/2018-DIEGO AUGUSTO DA SILVA- Cessionário:Smm GRANITOS LTDA.- CPF ou CNPJ 37.195.749/0001-41- Alvará n°2.534/2019

831.767/2018-MARCOS FLÁVIO DA CUNHA MEDEIROS- Cessionário:JOAQUIM PEDRO DE SOUSA- CPF ou CNPJ 314.343.806-10- Alvará n°250/2020
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.891/2017-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°2644/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.358/2005-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-OF. N°2670/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.197/2006-GEMA VERDE COM. EXP. MINERAIS & SERVIÇOS LTDA-OF. N°2667/2020 - DIREM/ANM/MG
833.382/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF. N°2664/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.081/2020-GRB GRAFITE DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°269/2020/SECOR - MG/GER-MG; Odin Brasil Mineração Ltda.
832.000/2015-PEMAGRAN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2677/2020/DIREM-MG/GER-MG
833.550/2014-MINERACAO SANTA INES LTDA-OF. N°2649/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.265/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-OF. N°2662/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.067/2017-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°2646/2020/DIREM-MG/GER-MG
833.175/2014-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2633/2020/DIREM-MG/GER-MG? -(cedente: Imetame Mineração Ltda.)
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
833.446/2011-DEPOSITO TANGARA LTDA-OF. N°2666/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.943/2016-MOISÉS BATISTA DA SILVA-OF. N°2665/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.756/2017-MAGBAN - MÁRMORES E GRANITOS AQUIDABAN LTDA-OF. N°2671/2020/DIREM-MG/GER-MG -(cedente: Rochagran Mineração Ltda Me.)
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.159/2017-LUCIANO DUARTE DE CARVALHO-ALVARÁ N°5007/2018
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.789/2012-BRAZMINCO LTDA-ALVARÁ N°6592/2017
832.008/2016-MINAS GERAIS MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°7941/2017 (Mineração Nautilus S.a.)
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
832.260/2016-CARLOS MAGNO SILVA GARCIA ME- Alvará n°5630/2017 - Cessionario:830.687/2020-JOSÉ GARCIA DA SILVA- CPF ou CNPJ 64.515.695/0001-27
830.418/2018-GRANORTE COMERCIO DE GRANITOS LTDA- Alvará n°8.430/2018 - Cessionario:830.181/2019-TRANS PACHECO COMERCIO E TRANSPORTE LTDA. ME- CPF ou CNPJ 16.779.038/0001-44
831.240/2017-GEOVANE RAMOS- Alvará n°391/2019 - Cessionario:831.155/2019-MINERADORA RIO GRANDE LTDA.- CPF ou CNPJ 31.147.692/0001-29
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
824.692/1971-SIGMA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2668/2020/DIREM-MG/GER-MG
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
832.319/2013-PAULO CEZAR MOURAO MASCARENHAS- Cessionário:VANDERLEY PEREIRA DE FREITAS- CNPJ 35.999.015/0001-90- PLG n°026/2015
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
832.605/2003-AREAL CÁSSIA LTDA ME- Cessionário:AREAL CASTRO LTDA. ME- CNPJ 14.386.646/0001-63- Registro de Licença N° 2.466/2004- Vencimento da Licença: INDETERMINADO
831.907/2017-OLIVEIRA VELOSO COMERCIO E TRANSPORTE LTDA- Cessionário:CERÂMICA LUCAS PERES LTDA.- CNPJ 09.020.214/0001-02- Registro de Licença N° 5.256/2020- Vencimento da Licença: 10/04/2039
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
833.270/2015-AGROTEC CONSULTORIA AGROAMBIENTAL EIRELI ME-OF. N°2127/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.902/2016-ALVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP-OF. N°2131/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.109/2013-TLMS AGRICOLA LTDA ME-OF. N°2133/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.060/2017-MARCELA FERREIRA VASCONCELOS-OF. N°2135/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.284/2016-RODRIGO BARBOSA MANTOVANI EIRELI - ME-OF. N°2137/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.469/2017-PROJETAR ENGENHARIA ARQUITETURA E EMPREENDIMENTOS EIRELI ME-OF. N°2139/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
833.270/2015-AGROTEC CONSULTORIA AGROAMBIENTAL EIRELI ME-OF. N°2128/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.902/2016-ALVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP-OF. N°2132/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.109/2013-TLMS AGRICOLA LTDA ME-OF. N°2134/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.060/2017-MARCELA FERREIRA VASCONCELOS-OF. N°2136/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.469/2017-PROJETAR ENGENHARIA ARQUITETURA E EMPREENDIMENTOS EIRELI ME-OF. N°2140/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.975/2003-ECB ARDÓSIAS LTDA-OF. N°270/2020/SECOR - MG/GER-MG;Axm Indústria e Comércio de Pedras Ltda.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
831.775/2009-VINÍCIUS PEREIRA DA SILVEIRA- n° 9.892/2010 - Cessionário: CEFAS MINERAÇÃO LTDA ME- CNPJ 08.258.118/0001-26
832.413/2003-LUIZ ZEFERINO ACÁCIO - ME- n° 3832/2004 - Cessionário: BRAGA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA. ME- CNPJ 07.317.707/0001-75
831.985/2001-NILSON OLIVEIRA ME- n° 576/2002 - Cessionário: N2JC MINERAÇÃO LTDA. ME- CNPJ 24.094.269/0001-42
830.065/2000-PEDREIRAS DO BRASIL S A- n° 14.522/2000 - Cessionário: CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 24.339.646/0001-66
831.109/1993-PEDREIRAS DO BRASIL S A- n° 20.676/2000 - Cessionário: CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 24.339.646/0001-66
831.115/1993-PEDREIRAS DO BRASIL S A- n° 20.678/2000 - Cessionário: CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 24.339.646/0001-66
831.113/1993-PEDREIRAS DO BRASIL S A- n° 20.677/2000 - Cessionário: CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA.- CNPJ 24.339.646/0001-66
Nega anuência prévia aos atos de cessão parcial do requerimento de lavra(603)
834.043/2006-MINERAÇÃO VALE DO RIO PRETO LTDA- Cessionário:835.007/2020-HJ de Oliveira Monteiro
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
835.007/2010-H J DE OLIVEIRA MONTEIRO

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 303/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.811/2016-M L DALFIOR PECAS E ACESSORIOS ME-OF. N°2810/2020/DIREM-MG/GER-MG
834.849/2008-CATALAO INDUSTRIA E COMERCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°2809/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.521/2010-MLOG S.A-OF. N°2773/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.154/2018-DIAMANTINA QUARTZITE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-OF. N°2796/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.281/2016-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA-OF. N°2783/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.130/2014-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA ME-OF. N°2782/2020/DIREM-MG/GER-MG
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.440/2018-IVANOE TENORIO DE OLIVEIRA-ALVARÁ N°7412/2018
832.242/2017-SOUZA & PERES COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP-ALVARÁ N°5726/2018
Despacho publicado(256)
831.154/2018-DIAMANTINA QUARTZITE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-2797/2020/DIREM-MG/GER-MG
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.863/2008-ETGRAN MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS LTDA.- Área de 1676,73 ha para 1032,30 ha-MINÉRIO DE FERRO (Uso Industrial)-Diamantina/MG
832.216/2009-SANTOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA ME- Área de 554,95 hectares para 442,48 hectares-Areia, Argila (Industrial) e Calcário-Pedro Leopoldo e São José da Lapa/MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
Barragens: Santana, Cemig I, Cemig II, Alcindo Vieira, Piabas, Jirau, Barramento Principal, Dique 2, Dique 3, Dique 4, Dique 5, Cordão Nova Vista, Dique Minervino, Cambucal I, Cambucal II, Quinzinho, Borrachudo, Borrachudo II, Rio de Peixe, Conceição, Itabiruçu-VALE S A-930.641/1989-OF. N°275/2020/DISBM - MG/GER - MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
830.848/2017-IMOBILIÁRIA PADRE LIBÉRIO EIRELI-OF. N°2146/2020/DFMNM-MG/GER-MG;ELISANJA MARIA RODRIGUES ME
832.281/2009-BEATRIZ GONTIJO DE QUEIROZ PAULINO-OF. N°2151/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.187/2019-RICARDO RODRIGUES DE MELO-OF. N°2153/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.852/2008-PEDREIRA SÃO SEBASTIÃO EIRELI-OF. N°2155/2020/DFMNM-MG/GER-MG; Britagem Pedra Fort Ltda
832.246/2015-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-OF. N°2129/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.817/1984-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°2212/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.281/2009-BEATRIZ GONTIJO DE QUEIROZ PAULINO-OF. N°2152/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.852/2008-PEDREIRA SÃO SEBASTIÃO EIRELI-OF. N°2156/2020/DFMNM-MG/GER-MG; Britagem Pedra Fort Ltda
833.246/2015-VICTOR JUNIO COSTA ARAUJO ME-OF. N°2130/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.817/1984-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°2213/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
834.277/2007-BRANCO SUPREMO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2795/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.241/2015-MINERAÇÃO CORCOVADO DE MINAS LTDA-OF. N°2784/2020/DIREM-MG/GER-MG
Reitera exigência(366)
830.760/2008-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°397/2020 UAPC/ANM/MG-60 dias
Fase de Requerimento de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
831.093/2019-EXTRATIVA 3.I. LTDA ME-OF. N°2829/2020/DIREM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.619/2019-ARELI NOGUEIRA DA SILVA JUNIOR-OF. N°2754/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.086/2020-CLAUDIO PEREIRA DUTRA-OF. N°2775/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.412/2020-CONSTRUTORA MADEMA EIRELI-OF. N°2824/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.408/2020-PAULO VITOR FERREIRA DA SILVA-OF. N°2776/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.491/2020-KULUENE SERVIPOS E CONSULTORIA LTDA.-OF. N°2822/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.247/2019-MENDES PERES PARTICIPAÇOES E EMPRENDIMENTOS EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2719/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.455/2019-MINERAÇÃO VRB LTDA-OF. N°2753/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.484/2019-FRANCISCO GONÇALVES DE PAULA-OF. N°2756/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.246/2019-MENDES PERES PARTICIPAÇOES E EMPRENDIMENTOS EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2720/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.420/2019-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA-OF. N°2750/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.431/2019-MATHEUS CANEDO DE OLIVEIRA-OF. N°2801/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.433/2019-MATHEUS CANEDO DE OLIVEIRA-OF. N°2800/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.440/2019-MATHEUS CANEDO DE OLIVEIRA-OF. N°2802/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.357/2019-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-OF. N°2823/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.893/2020-MINERAÇÃO CHAPADA DAS PERDIZES LTDA-OF. N°2682/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.248/2019-MENDES PERES PARTICIPAÇOES E EMPRENDIMENTOS EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2718/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.394/2019-GERALDO ROBERTO FERNANDES SOARES-OF. N°2825/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.418/2019-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA-OF. N°2751/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.271/2019-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2722/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.270/2019-EMILSON MATTOS DOS SANTOS-OF. N°2723/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.448/2019-MATHEUS CANEDO DE OLIVEIRA-OF. N°2794/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.449/2019-MATHEUS CANEDO DE OLIVEIRA-OF. N°2793/2020/DIREM-MG/GER-MG

831.450/2019-MATHEUS CANEDO DE OLIVEIRA-OF. N°2803/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.245/2019-MENDES PERES PARTICIPAÇOES E EMPRENDIMENTOS EM MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2721/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.569/2019-DRAGAGEM AM LTDA-OF. N°2774/2020/DIREM-MG/GER-MG
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
830.465/2020-JOÃO FRANCISCO CUNHA SOARES
831.485/2019-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME
831.486/2019-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME
831.487/2019-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME
831.553/2019-MENDES PERES PARTICIPAÇOES E EMPRENDIMENTOS EM MINERAÇÃO LTDA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 304/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.617/2011-DRAGAGEM AM LTDA- Área de 390,03 hectares para 35,73 hectares-Argila e Areia-Esmeraldas/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
831.629/2014-EVERALDO JOSE DA SILVA 68495714604-OF. N°2691/2020/DIREM-MG/GER-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.688/2012-GRANITOS ROCHA BRANCA LTDA EPP-OF. N°2686 e 2687/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.528/2001-REUBI LUIZ DE MATOS-OF. N°2828/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.709/2015-VALE GRANITOS LTDA-OF. N°2818 e 2819/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.564/2011-AB MARTYN CONSTRUTORA LTDA-OF. N°2817/2020/DIREM-MG/GER-MG
831.762/2013-OCLAM - MINERACOES LTDA-OF. N°2816/2020/DIREM-MG/GER-MG
830.121/2011-GREGORIO DENIO DINIZ COSTA-OF. N°2815/2020/DIREM-MG/GER-MG
832.615/2015-AREIAS FILEMON LTDA ME-OF. N°2814/2020/DIREM-MG/GER-MG
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
832.625/2004-ÂNGELA MARIA DA ROCHA
830.576/2016-STONE GOLD MINERAÇÃO EIRELI
832.663/2014-RIVA COSTA DUTRA
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
832.663/2014-RIVA COSTA DUTRA- AI N°6549/2020/GER-MG/UAGV-MG (Ref.930.518/2020)
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(437)
831.057/2010-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI- Início:11/10/2018-Término:11/10/2023
003.664/1942-CSN MINERAÇÃO S.A.- Início:04/07/2001-Término:04/07/2003
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
831.057/2010-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE EIRELI-OF. N°467/2020/DFMIM-MG/GER-MG
000.326/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°464/2020/DFMIM-MG/GER-MG
931.021/1983-SIGMA MINERAÇÃO S.A.-OF. N°434 e 435/2020/UAGV-MG/GER-MG
000.325/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°466/2020/DFMIM-MG/GER-MG
005.600/1945-NACIONAL MINERIOS SA-OF. N°451/2020/DFMIM-MG/GER-MG
933.382/2010-SAMARCO MINERAÇÃO S A.-OF. N°477/2020/DFMIM-MG/GER-MG
002.756/1935-GRANHA LIGAS LTDA-OF. N°468/2020/DFMIM-MG/GER-MG
Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(438)
000.326/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.
001.540/1960-VALE S A
000.325/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.
930.774/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA
Indefere o pedido de prorrogação do prazo do início dos trabalhos de lavra(404)
811.977/1969-VALE S A
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
832.978/2002-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-Prazo:22/02/2019 à 20/02/2020.
Indefere pedido de área de servidão(434)
830.046/1985-MINERAÇÃO SANTA CRUZ LTDA-ME
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
002.756/1935-GRANHA LIGAS LTDA-OF. N°469/2020/DFMIM-MG/GER-MG
Fase de Lavra Garimpeira
Homologa renúncia da Permissão de Lavra Garimpeira(709)
831.613/2014-GILDASIO ANDRADE GOMES
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1730)
831.160/2014-MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA-OF. N°2366/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.194/2015-THYAGO RODRIGUES DE SOUZA-OF. N°2368/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.575/2015-ESTHER DA SILVA BARROS-OF. N°2370/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.186/2016-A G PIERROUT COMÉRCIO ATACADISTA DE MINERIOS ME-OF. N°2372/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.128/2016-A G PIERROUT COMÉRCIO ATACADISTA DE MINERIOS ME-OF. N°2374/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.998/2016-ADRIEL GONÇALVES PIERROUT-OF. N°2376/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.581/2015-FILIPE MEDEIROS LISBOA SOARES-OF. N°2378/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.689/2013-JOSÉ DA SILVA PEREIRA-OF. N°2346/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.656/2011-RICARDO DE CERQUEIRA CRUZ-OF. N°2383/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.862/2015-VALDEMAR RESENDE FILHO-OF. N°2360/2020/DFMNM-MG/GER-MG
830.320/2015-JOSÉ MANOEL CARRETERO-OF. N°2351/2020/DFMNM-MG/GER-MG
831.486/2015-VITOR SAD CADAR-OF. N°2356/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.481/2015-JOSE MILTON MOREIRA DA SILVA-OF. N°2358/2020/DFMNM-MG/GER-MG
832.222/2014-JURANDIR GOMES PEREIRA-OF. N°2385/2020/DFMNM-MG/GER-MG
833.658/2012-RICARDO ZIMETBAUM-OF. N°2387/2020/DFMNM-MG/GER-MG
834.176/2010-COMPANHIA DOS METAIS E PEDRAS PRECIOSAS DO BRASIL EIRELI-OF. N°2389/2020/DFMNM-MG/GER-MG
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
831.613/2014-Gildasio Andrade Gomes- AI N°6551/2020/GER-MG/UAGV-MG (Referência 930.519/2020)
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.161/2007-FEM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°472/2020/DFMIM-MG/GER-MG
832.997/2004-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°470/2020/DFMIM-MG/GER-MG
830.596/2010-JAZIDA LINDA FLOR LTDA ME-OF. N°475/2020/DFMIM-MG/GER-MG
830.480/2009-MINERAÇÃO MELO LTDA ME-OF. N°471/2020/DFMIM-MG/GER-MG
831.527/2005-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°474/2020/DFMIM-MG/GER-MG
830.192/2005-VENEZA MINERAÇÃO E PESQUISA MINERAIS LTDA-OF. N°473/2020/DFMIM-MG/GER-MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
832.547/2009-MINERAÇÃO OLIVEIRA LTDA. ME-OF. N°394/2020/UAPC-MG/GER-MG-60 dias

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 305/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
830.084/2017-O. S. TRANSPORTES E CONSTRUTORA LTDA ME-Registro de Licença N° 5342/2020 - Vencimento em indeterminado
830.517/2014-WANDER LAGE NOVAES ME-Registro de Licença N° 5341/2020 - Vencimento em INDETERMINADO
830.642/2016-MARIA ROSÁRIO CARDOSO CANÇADO FIGUEIREDO ME-Registro de Licença N° 5343/2020 - Vencimento em 02/09/2023
830.666/2020-MINERADORA SANTA ROSA LTDA-Registro de Licença N° 5345/2020 - Vencimento em 26/05/2030
830.859/2020-PEDRO JOSÉ DE SOUZA CPF 271.501.606 97 ME-Registro de Licença N° 5344/2020 - Vencimento em 29/07/2025
830.464/2019-FREDERICO ARANTES SANTOS-Registro de Licença N° 5346/2020 - Vencimento em 15/04/2024

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 78/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
866.502/1995-MINERAÇÃO APOENA S A-ALVARÁ N°1251/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.245/2017-E.C. CALCARIO ESTRELA LTDA- Cessionário:Donizete Borges de Campos- CPF ou CNPJ 207.647.661-04- Alvará n°7237/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
866.646/2018-KIN MINERACAO LTDA-CUIABÁ/MT - Guia n° 14/2020-50.000toneladas-Minério de Ouro- Duração da Guia:01 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
866.739/2016-KIN MINERACAO LTDA-CUIABÁ/MT - Guia n° 15/2020-50.000toneladas-Minério de Ouro- Duração da Guia:01 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
866.623/2016-VM MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP - PLG Nº 07/2017 de 25/04/2017- Vencimento em 25/04/2024
867.368/2007-COOPERATIVA BRASILEIRA DE DIAMANTES - PLG Nº 34/2008 de 18/06/2008- Vencimento em 18/06/2023
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
866.533/2018-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.711/2015-MARCO AURELIO FOGLIATTO
866.045/2015-QUEBIO DA SILVA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
867.074/2019-MACTERRA EQUIPAMENTO E SERVIÇOS LTDA
867.073/2019-MACTERRA EQUIPAMENTO E SERVIÇOS LTDA
867.072/2019-MACTERRA EQUIPAMENTO E SERVIÇOS LTDA
867.071/2019-MACTERRA EQUIPAMENTO E SERVIÇOS LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.109/2019-LESLIE BORGES DA SILVA ALVES 00966057155
866.460/2019-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA
866.438/2019-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
866.371/2019-JOÃO FRANCISCO DA SILVA
866.816/2018-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO
866.738/2018-WILSON ROBERTO PERRI BRUNETTA
866.694/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
866.398/1999-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.397/1999-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.273/1999-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.272/1999-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.147/1998-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.322/1993-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.083/1993-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
867.290/1992-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.593/1992-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.592/1992-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.241/1991-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.240/1991-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
866.515/1988-EXTRAMIL EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.795/2019-KULUENE SERVIPOS E CONSULTORIA LTDA.-OF. N°155/2020-DIREM
866.772/2018-GIONGO IMÓVEIS S.A.-OF. N°95/2020-DIREM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
866.408/2020-MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE- Registro de Extração N°62/2020 de 23/09/2020
866.407/2020-MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE- Registro de Extração N°63/2020 de 23/09/2020
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
867.151/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ- Registro de Extração N°59/2020 de 21/09/2020
867.148/2019-MUNICIPIO DE MARCELANDIA- Registro de Extração N°60/2020 de 21/09/2020
867.119/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA- Registro de Extração N°61/2020 de 21/09/2020

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 79/2020

Fase de Lavra Garimpeira
Determina o cancelamento da Permissão de lavra Garimpeira(532)
867.305/2008-ESPÓLIO DE OSIRIS OLIVA- PLG N°32/2010- DOU de 16/09/2010
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
866.183/2019-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ UNIDADE AVANÇADA EM MACAPÁ/AP

DESPACHO
Relação nº 34/2020

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
858.092/2017-EDSON CARDOSO MONTEIRO- Registro de Licença N° 12/2018 - Vencimento em 03/07/2021

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 35/2020

Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
858.044/2014-FERNANDO JOSE PEREZ SEGATO - PLG Nº 2/2016 de 07/07/2016- Vencimento em 13/06/2022
858.045/2014-FERNANDO JOSE PEREZ SEGATO - PLG Nº 1/2016 de 07/07/2016- Vencimento em 13/06/2022

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 79/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.221/2012-MINERADORA ARAÇÁ EIRELI EPP-AI N°5699
890.687/2014-AREAL BATATAL LTDA-AI N°5711
890.192/2014-GCB MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES-AI N°5712
890.474/2015-VALLE SUL SERVICOS E MINERACAO LTDA-AI N°5719
890.846/2013-J. L. CUNHA CAMPANATI-AI N°5724
890.870/2013-E.E.D. FERNANDES AREAL ME-AI N°5726
890.549/2013-RODOLFO AZEVEDO GAMA CERÂMICA ME-AI N°5729

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 126/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
811.083/2012-TRANSTERRA INCORPORADORA EIRELI
810.427/2018-CALHERRÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI EPP
810.338/2019-PVI MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
811.083/2012-TRANSTERRA INCORPORADORA EIRELI
810.427/2018-CALHERRÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI EPP
810.338/2019-PVI MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI
Fase de Concessão de Lavra
Determina a interdição da lavra(442)
810.419/1998-MERIBA ÁGUA MINERAIS EIRELI- N° do Termo de Interdição:61/2020/GER-RS/SEFAM - RS, de 24/09/2020- Lacre N°
Fase de Licenciamento
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
811.527/2014-RODOVIAS DO SUL PAVIMENTADORA LTDA- Processo englobado:811.152/2015
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
811.152/2015-RODOVIAS DO SUL PAVIMENTADORA LTDA
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
811.358/2015-ALEXANDRE DE MELLO GIONGO ME- Registro de Licença N° 145/2017 - Vencimento em 22/09/2030
811.103/2016-CONSTRUTORA ALEGRETENSE EIRELI- Registro de Licença N° 098/2017 - Vencimento em 15/10/2024
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
810.100/1993-ASTEM ASSOC TORRENSE DOS EXTRATORES MINERAIS
810.101/1993-ASTEM ASSOC TORRENSE DOS EXTRATORES MINERAIS
810.106/1993-ASTEM ASSOC TORRENSE DOS EXTRATORES MINERAIS
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
810.414/2003-ASTEM ASSOC TORRENSE DOS EXTRATORES MINERAIS-OF. N°268/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.630/2018-TRANSTERRA INCORPORADORA EIRELI-Registro de Licença N° 166/2020 - Vencimento em 07/08/2022
810.110/2020-CALHERRÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELLI EPP-Registro de Licença N° 167/2020 - Vencimento em 19/02/2025
810.529/2020-PVI MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI-Registro de Licença N° 168/2020 - Vencimento em 31/12/2025
810.310/2020-GUIDO BIERHALS-Registro de Licença N° 169/2020 - Vencimento em 18/03/2023
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
810.524/2020-JORGE COSTA DE MEDEIROS

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 55/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
868.188/2019-MINERAÇÃO RANCHO VERDE LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
868.188/2019-MINERAÇÃO RANCHO VERDE LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
968.252/2010-PEDREIRA BRITAMAT LTDA-OF. N°320/2020/SEREM-MS/GER-MS
868.009/2000-MINERADORA EVA LTDA-OF. N°316/2020/SEREM-MS/GER-MS
866.079/1991-PEDREIRA BRITAMAT LTDA-OF. N°319/2020/SEREM-MS/GER-MS
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
868.297/2010-ÁGUA MINERAL TRÊS LAGOAS ME- Prazo:4 (quatro) anos, com início em 04/12/2018 e término em 04/12/2022
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.048/2014-MINERADORA EVA LTDA-OF. N°318/2020/SEREM-MS/GER-MS
868.130/2012-PEDREIRA BRITAMAT LTDA-OF. N°321/2020/SEREM-MS/GER-MS
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.125/2013-MINERAÇÃO CALBON LTDA-OF. N°322/2020/SEREM-MS/GER-MS
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.033/2020-JOAQUIM DOS SANTOS MAIA-OF. N°319/2020/SEFAM - MS/GER-MS
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
868.181/2015-QUALITY CONSTRUÇÕES EIRELI
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.104/2020-MINERAÇÃO RANCHO VERDE LTDA-Registro de Licença N° 45/2020 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 28/04/2030

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA ANP Nº 275, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Divulga a listagem completa dos atos normativos vigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, em cumprimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Anexo I da Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, considerando o que consta do Processo nº 48610.220821/2019-27 e as deliberações tomadas na 1.022ª Reunião de Diretoria, realizada em 24 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria divulga, na forma do Anexo, a listagem completa dos atos normativos vigentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em cumprimento ao art. 12 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

§ 1º O disposto nesta Portaria aplica-se a:

I - portarias;

II - resoluções;

III - instruções normativas; e

IV - qualquer ato com conteúdo normativo editado pela ANP ou por órgão ou entidade extinto cujas competências a ANP tenha assumido.

§ 2º Esta Portaria não se aplica a:

I - atos cujo destinatário, pessoa natural ou jurídica, esteja nominalmente identificado; e

II - recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implique aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais.

Art. 2º Foram considerados os atos normativos vigentes e publicados até o dia 16 de setembro de 2020.

Art. 3º A ANP mantém permanentemente atualizada a listagem de seus atos normativos vigentes na página de "Legislação" em seu sítio eletrônico na Internet (www.gov.br/anp).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL NEVES MOURA
Diretor-Geral
Interino

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Portaria ANP nº 275, de 25 de setembro de 2020)

ATOS NORMATIVOS VIGENTES PUBLICADOS ATÉ 16 DE SETEMBRO DE 2020

I - Resoluções Conjuntas, Resoluções e Portarias:

1) RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 24.11.1999 - DOU 25.11.1999
2) RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 2, DE 27.3.2001 - DOU 29.3.2001
3) RESOLUÇÃO CONJUNTA ANP/INMETRO Nº 1, DE 10.6.2013 - DOU 12.6.2013 - RETIFICADA DOU 17.6.2013
4) RESOLUÇÃO CNP Nº 3, DE 15.3.1966 - 1307ª SESSÃO ORDINÁRIA - DOU 19.7.1966
5) RESOLUÇÃO CNP Nº 4, DE 15.3.1966 - 1307ª SESSÃO ORDINÁRIA - DOU 19.7.1966
6) RESOLUÇÃO CNP Nº 7, DE 17.6.1969 - 1471ª SESSÃO ORDINÁRIA - DOU 4.7.1969
7) RESOLUÇÃO CNP Nº 6, DE 25.6.1970 - 1521ª SESSÃO ORDINÁRIA - DOU 13.7.1970
8) RESOLUÇÃO CNP Nº 10, DE 29.9.1970 - 1534ª SESSÃO ORDINÁRIA - DOU 20.10.1970
9) RESOLUÇÃO CNP Nº 4, DE 9.3.1982 - 1.929ª SESSÃO ORDINÁRIA - DOU 19.3.1982
10) PORTARIA CNP Nº 283, DE 2.6.1980 - DOU 10.6.1980
11) PORTARIA CNP/DIFIS Nº 395, DE 29.10.1982 - DOU 4.11.1982
12) RESOLUÇÃO CNP Nº 14, DE 30.11.1982 - 532ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - DOU 15.12.1982
13) RESOLUÇÃO CNP Nº 9, DE 31.3.1987 - DOU 9.4.1987 - RETIFICADA DOU 9.4.1987
14) PORTARIA DNC Nº 9, DE 26.3.1992 - DOU 30.3.1992
15) PORTARIA DNC Nº 26, DE 13.11.1992 - DOU 16.11.1992
16) PORTARIA DNC Nº 23, DE 20.8.1993 - DOU 23.8.1993
17) PORTARIA DNC Nº 23, DE 6.6.1994 - DOU 7.6.1994
18) PORTARIA DNC Nº 47, DE 6.12.1994 - DOU 7.12.1994
19) PORTARIA ANP Nº 57, DE 30.4.1998 - DOU 4.5.1998
20) PORTARIA DNC Nº 44, DE 29.9.1997 - DOU 1º.10.1997

21) PORTARIA ANP Nº 72, DE 20.5.1998 - DOU 22.5.1998
22) PORTARIA ANP Nº 143, DE 25.9.1998 - DOU 28.9.1998
23) PORTARIA ANP Nº 152, DE 15.10.1998 - DOU 16.10.1998
24) PORTARIA ANP Nº 156, DE 29.10.1998 - DOU 30.10.1998
25) PORTARIA ANP Nº 157, DE 29.10.1998 - DOU 30.10.1998
26) PORTARIA ANP Nº 168, DE 26.11.1998 - DOU 27.11.1998
27) PORTARIA ANP Nº 197, DE 23.12.1998 - DOU 24.12.1998
28) PORTARIA ANP Nº 31, DE 11.2.1999 - DOU 12.2.1999
29) PORTARIA ANP Nº 37, DE 10.3.1999 - DOU 11.3.1999
30) PORTARIA ANP Nº 38, DE 10.3.1999 - DOU 11.3.1999
31) PORTARIA ANP Nº 47, DE 24.3.1999 - DOU 25.3.1999
32) PORTARIA ANP Nº 62, DE 7.4.1999 - DOU 8.4.1999
33) PORTARIA ANP Nº 63, DE 8.4.1999 - DOU 9.4.1999
34) PORTARIA ANP Nº 87, DE 5.5.1999 - DOU 6.5.1999
35) PORTARIA ANP Nº 103, DE 9.6.1999 - DOU 10.6.1999
36) PORTARIA ANP Nº 116, DE 14.7.1999 - DOU 15.7.1999
37) PORTARIA ANP Nº 139, DE 12.8.1999 - DOU 13.8.1999
38) PORTARIA ANP Nº 152, DE 9.9.1999 - DOU 10.9.1999
39) PORTARIA ANP Nº 169, DE 18.10.1999 - DOU 19.10.1999
40) PORTARIA ANP Nº 181, DE 9.11.1999 - DOU 10.11.1999
41) PORTARIA ANP Nº 189, DE 8.12.1999 - DOU 9.12.1999
42) PORTARIA ANP Nº 5, DE 11.1.2000 - DOU 13.1.2000
43) PORTARIA ANP Nº 21, DE 9.2.2000 - DOU 10.2.2000
44) PORTARIA ANP Nº 45, DE 15.3.2000 - DOU 16.3.2000
45) PORTARIA ANP Nº 46, DE 15.3.2000 - DOU 16.3.2000
46) PORTARIA ANP Nº 71, DE 25.4.2000 - DOU 27.4.2000
47) PORTARIA ANP Nº 64, DE 6.4.2000 - DOU 7.4.2000
48) PORTARIA ANP Nº 84, DE 23.5.2000 - DOU 24.5.2000
49) PORTARIA ANP Nº 80, DE 9.5.2000 - DOU 10.5.2000
50) PORTARIA ANP Nº 100, DE 20.6.2000 - DOU 21.6.2000
51) PORTARIA ANP Nº 109, DE 28.6.2000 - DOU 29.6.2000
52) PORTARIA ANP Nº 119, DE 11.7.2000 - DOU 12.7.2000
53) PORTARIA ANP Nº 118, DE 11.7.2000 - DOU 12.7.2000
54) PORTARIA ANP Nº 123, DE 18.7.2000 - DOU 19.7.2000
55) PORTARIA ANP Nº 202, DE 15.8.2000 - DOU 16.8.2000
56) PORTARIA ANP Nº 203, DE 15.8.2000 - DOU 16.8.2000
57) PORTARIA ANP Nº 206, DE 29.8.2000 - DOU 30.8.2000
58) PORTARIA ANP Nº 235, DE 26.9.2000 - DOU 27.9.2000
59) PORTARIA ANP Nº 239, DE 10.10.2000 - DOU 13.10.2000
60) PORTARIA ANP Nº 242, DE 18.10.2000 - DOU 19.10.2000
61) PORTARIA ANP Nº 251, DE 7.11.2000 - DOU 8.11.2000 - REPUBLICADA DOU 4.2.2002 E 7.2.2002
62) PORTARIA ANP Nº 256, DE 16.11.2000 - DOU 17.11.2000
63) PORTARIA ANP Nº 260, DE 11.12.2000 - DOU 12.12.2000 - RETIFICADA DOU 19.12.2000
64) PORTARIA ANP Nº 265, DE 21.12.2000 - DOU 22.12.2000
65) PORTARIA ANP Nº 9, DE 18.1.2001 - DOU 19.1.2001
66) PORTARIA ANP Nº 28, DE 21.2.2001 - DOU 22.2.2001
67) PORTARIA ANP Nº 29, DE 22.2.2001 - DOU 23.2.2001
68) PORTARIA ANP Nº 50, DE 21.3.2001 - DOU 22.3.2001
69) PORTARIA ANP Nº 58, DE 5.4.2001 - DOU 9.4.2001
70) PORTARIA ANP Nº 67, DE 24.4.2001 - DOU 25.4.2001
71) PORTARIA ANP Nº 83, DE 23.5.2001 - DOU 30.5.2001
72) PORTARIA ANP Nº 84, DE 24.5.2001 - DOU 30.5.2001
73) PORTARIA ANP Nº 100, DE 26.6.2001 - DOU 27.6.2001
74) PORTARIA ANP Nº 112, DE 17.7.2001 - DOU 18.7.2001
75) PORTARIA ANP Nº 123, DE 22.8.2001 - DOU 23.8.2001
76) PORTARIA ANP Nº 254, DE 11.9.2001 - DOU 12.9.2001
77) PORTARIA ANP Nº 261, DE 24.9.2001 - DOU 25.9.2001
78) PORTARIA ANP Nº 271, DE 17.10.2001 - DOU 18.10.2001
79) PORTARIA ANP Nº 286, DE 21.11.2001 - DOU 26.11.2001
80) PORTARIA ANP Nº 298, DE 18.12.2001 - DOU 20.12.2001
81) PORTARIA ANP Nº 297, DE 18.12.2001 - DOU 20.12.2001
82) PORTARIA ANP Nº 317, DE 27.12.2001 - DOU 28.12.2001
83) PORTARIA ANP Nº 318, DE 27.12.2001 - DOU 28.12.2001
84) PORTARIA ANP Nº 7, DE 23.1.2002 - DOU 24.1.2002
85) PORTARIA ANP Nº 10, DE 30.1.2002 - DOU 31.1.2002
86) PORTARIA ANP Nº 21, DE 27.2.2002 - DOU 28.2.2002
87) PORTARIA ANP Nº 34, DE 20.3.2002 - DOU 22.3.2002
88) PORTARIA ANP Nº 52, DE 26.4.2002 - DOU 29.4.2002
89) PORTARIA ANP Nº 72, DE 29.5.2002 - DOU 31.5.2002
90) PORTARIA ANP Nº 88, DE 19.6.2002 - DOU 20.6.2002
91) PORTARIA ANP Nº 114, DE 23.7.2002 - DOU 25.7.2002
92) PORTARIA ANP Nº 125, DE 5.8.2002 - DOU 6.8.2002
93) PORTARIA ANP Nº 143, DE 21.8.2002 - DOU 22.8.2002
94) PORTARIA ANP Nº 161, DE 11.9.2002 - DOU 12.9.2002
95) PORTARIA ANP Nº 180, DE 17.10.2002 - DOU 21.10.2002
96) PORTARIA ANP Nº 214, DE 18.11.2002 - DOU 19.11.2002
97) PORTARIA ANP Nº 234, DE 13.12.2002 - DOU 16.12.2002
98) PORTARIA ANP Nº 1, DE 6.1.2003 - DOU 7.1.2003 - REPUBLICADA DOU 25.11.2003 - RETIFICADA DOU 11.3.2004
99) PORTARIA ANP Nº 10, DE 30.1.2003 - DOU 31.1.2003
100) PORTARIA ANP Nº 27, DE 21.2.2003 - DOU 24.2.2003
101) PORTARIA ANP Nº 53, DE 21.3.2003 - DOU 24.3.2003
102) PORTARIA ANP Nº 110, DE 17.4.2003 - DOU 22.4.2003
103) PORTARIA ANP Nº 165, DE 16.5.2003 - DOU 22.5.2003
104) PORTARIA ANP Nº 180, DE 5.6.2003 - DOU 9.6.2003
105) PORTARIA ANP Nº 193, DE 18.6.2003 - DOU 23.6.2003
106) PORTARIA ANP Nº 212, DE 18.7.2003 - DOU 21.7.2003
107) PORTARIA ANP Nº 234, DE 12.8.2003 - DOU 13.8.2003
108) PORTARIA ANP Nº 239, DE 25.8.2003 - DOU 27.8.2003
109) PORTARIA ANP Nº 259, DE 24.9.2003 - DOU 25.9.2003
110) PORTARIA ANP Nº 273, DE 16.10.2003 - DOU 20.10.2003
111) PORTARIA ANP Nº 296, DE 18.11.2003 - DOU 20.11.2003
112) PORTARIA ANP Nº 295, DE 18.11.2003 - DOU 20.11.2003
113) PORTARIA ANP Nº 330, DE 27.12.2003 - DOU 29.12.2003
114) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 9.1.2004 - DOU 12.1.2004
115) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 23.1.2004 - DOU 26.1.2004
116) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 12.2.2004 - DOU 13.2.2004
117) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 19.2.2004 - DOU 20.2.2004
118) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 20.2.2004 - DOU 26.2.2004 - REPUBLICADA DOU 27.2.2004
119) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 18.3.2004 - DOU 19.3.2004
120) RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 18.3.2004 - DOU 19.3.2004
121) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 22.4.2004 - DOU 23.4.2004
122) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 14.5.2004 - DOU 18.5.2004
123) RESOLUÇÃO ANP Nº 13, DE 17.6.2004 - DOU 18.6.2004
124) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 28.7.2004 - DOU 29.7.2004
125) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 20.8.2004 - DOU 23.8.2004
126) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 22.9.2004 - DOU 23.9.2004
127) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 21.10.2004 - DOU 22.10.2004
128) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 17.11.2004 - DOU 18.11.2004
129) RESOLUÇÃO ANP Nº 23, DE 24.11.2004 - DOU 9.12.2004
130) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 24.11.2004 - DOU 9.12.2004
131) RESOLUÇÃO ANP Nº 37, DE 24.11.2004 - DOU 9.12.2004
132) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 10.12.2004 - DOU 13.12.2004
133) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 14.1.2005 - DOU 18.1.2005
134) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 14.1.2005 - DOU 19.1.2005
135) RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 24.2.2005 - DOU 25.2.2005
136) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 24.2.2005 - DOU 25.2.2005
137) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 24.2.2005 - DOU 25.2.2005
138) RESOLUÇÃO ANP Nº 11, DE 17.3.2005 - DOU 18.3.2005
139) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 18.4.2005 - DOU 19.4.2005
140) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 18.5.2005 - DOU 19.5.2005
141) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 17.6.2005 - DOU 21.6.2005
142) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 11.7.2005 DOU 12.7.2005 - REPUBLICADA DOU 13.7.2005 - RETIFICADA DOU 25.7.2005 - RETIFICADA DOU 17.3.2006
143) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 20.7.2005 - DOU 21.7.2005
144) RESOLUÇÃO ANP Nº 23, DE 22.8.2005 - DOU 24.8.2005
145) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 16.9.2005 - DOU 19.9.2005
146) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 24.10.2005 - DOU 25.10.2005
147) RESOLUÇÃO ANP Nº 32, DE 21.11.2005 - DOU 23.11.2005 - RETIFICADA DOU 25.11.2005
148) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 2.12.2005 - DOU 5.12.2005
149) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 22.12.2005 - DOU 23.12.2005
150) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 25.1.2006 - DOU 26.1.2006
151) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 8.2.2006 - DOU 9.2.2006
152) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 16.2.2006 - DOU 17.2.2006
153) RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 10.3.2006 - DOU 13.3.2006
154) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 26.6.2006 - DOU 27.6.2006
155) RESOLUÇÃO ANP Nº 11, DE 26.6.2006 - DOU 27.6.2006
156) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 26.6.2006 - DOU 27.6.2006
157) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 6.7.2006 - DOU 7.7.2006 - RETIFICADA DOU 3.8.2006 - RETIFICADA DOU 27.10.2006
158) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 21.7.2006 - DOU 24.07.2006
159) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 26.7.2006 - DOU 27.7.2006
160) RESOLUÇÃO ANP Nº 18, DE 26.7.2006 - DOU 27.7.2006
161) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 10.8.2006 - DOU 11.8.2006
162) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 22.8.2006 - DOU 24.8.2006
163) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 22.8.2006 - DOU 24.8.2006
164) RESOLUÇÃO ANP Nº 23, DE 22.8.2006 - DOU 24.8.2006
165) RESOLUÇÃO ANP Nº 24, DE 6.9.2006 - DOU 11.9.2006 - RETIFICADA DOU 26.12.2006
166) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 19.9.2006 - DOU 20.9.2006
167) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 10.10.2006 - DOU 11.10.2006
168) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 26.10.2006 - DOU 27.10.2006
169) RESOLUÇÃO ANP Nº 31, DE 23.11.2006 - DOU 27.11.2006
170) RESOLUÇÃO ANP Nº 33, DE 18.12.2006 - DOU 19.12.2006
171) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 17.1.2007 - DOU 19.1.2007
172) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 24.1.2007 - DOU 26.1.2007
173) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 8.2.2007 - DOU 9.2.2007
174) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 8.2.2007 - DOU 9.2.2007
175) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 13.2.2007 - DOU 14.2.2007
176) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 6.3.2007 - DOU 8.3.2007
177) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 7.3.2007 - DOU 8.3.2007 - RETIFICADA DOU 9.3.2007
178) RESOLUÇÃO ANP Nº 11, DE 14.3.2007 - DOU 15.3.2007
179) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 21.3.2007 - DOU 22.3.2007
180) RESOLUÇÃO ANP Nº 13, DE 13.4.2007 - DOU 16.4.2007
181) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 18.4.2007 - DOU 19.4.2007
182) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 25.5.2007 - DOU 28.5.2007
183) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 25.5.2007 - DOU 28.5.2007
184) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 27.6.2007 - DOU 28.6.2007
185) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 27.6.2007 - DOU 28.6.2007
186) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 18.7.2007 - DOU 19.7.2007
187) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 15.8.2007 - DOU 22.8.2007
188) RESOLUÇÃO ANP Nº 24, DE 15.8.2007 - DOU 22.8.2007
189) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 4.9.2007 - DOU 5.9.2007
190) RESOLUÇÃO ANP Nº 27, DE 18.9.2007 - DOU 19.9.2007
191) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 27.9.2007 - DOU 28.9.2007
192) RESOLUÇÃO ANP Nº 29, DE 9.10.2007 - DOU 10.10.2007
193) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 9.10.2007 - DOU 10.10.2007
194) RESOLUÇÃO ANP Nº 33, DE 30.10.2007 - DOU 31.10.2007
195) RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 14.11.2007 - DOU 16.11.2007
196) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 1.11.2007 - DOU 5.11.2007
197) RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 5.12.2007 - DOU 10.12.2007 - REPUBLICADA DOU 17.6.2010
198) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 6.12.2007 - DOU 7.12.2007 - RETIFICADA DOU 10.12.2007 E DOU 12.12.2007
199) RESOLUÇÃO ANP Nº 45, DE 11.12.2007 - DOU 12.12.2007
200) RESOLUÇÃO ANP Nº 47, DE 18.12.2007 - DOU 19.12.2007
201) RESOLUÇÃO ANP Nº 48, DE 28.12.2007 - DOU 31.12.2007
202) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 23.1.2008 - DOU 24.1.2008
203) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 21.2.2008 - DOU 22.2.2008
204) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 12.3.2008 - DOU 13.3.2008
205) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 25.3.2008 - DOU 26.3.2008 - RETIFICADA DOU 27.3.2008 E DOU 8.5.2008
206) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 8.4.2008 - DOU 9.4.2008
207) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 17.4.2008 - DOU 18.4.2008
208) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 20.5.2008 - DOU 21.5.2008
209) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 29.5.2008 - DOU 30.5.2008
210) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 17.6.2008 - DOU 18.6.2008
211) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 17.6.2008 - DOU 18.6.2008
212) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 4.7.2008 - DOU 7.7.2008
213) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 10.7.2008 - DOU 11.7.2008
214) RESOLUÇÃO ANP Nº 23, DE 16.7.2008 - DOU 17.7.2008
215) RESOLUÇÃO ANP Nº 24, DE 14.8.2008 - DOU 15.8.2008
216) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 18.9.2008 - DOU 22.9.2008
217) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 18.9.2008 - DOU 19.9.2008
218) RESOLUÇÃO ANP Nº 27, DE 18.9.2008 - DOU 22.9.2008
219) RESOLUÇÃO ANP Nº 29, DE 26.9.2008 - DOU 29.9.2008
220) RESOLUÇÃO ANP Nº 32, DE 21.10.2008 - DOU 22.10.2008
221) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 14.11.2008 - DOU 17.11.2008
222) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 18.11.2008 - DOU 19.11.2008
223) RESOLUÇÃO ANP Nº 36, DE 5.12.2008 - DOU 8.12.2008
224) RESOLUÇÃO ANP Nº 37, DE 16.12.2008 - DOU 17.12.2008
225) RESOLUÇÃO ANP Nº 38, DE 16.12.2008 - DOU 17.12.2008
226) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 24.12.2008 - DOU 26.12.2008
227) RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 24.12.2008 - DOU 26.12.2008
228) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 24.12.2008 - DOU 26.12.2008
229) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 13.1.2009 - DOU 14.1.2009
230) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 28.1.2009 - DOU 29.1.2009
231) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 3.2.2009 - DOU 4.2.2009
232) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 17.2.2009 - DOU 18.2.2009
233) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 10.3.2009 - DOU 11.3.2009
234) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 7.4.2009 - DOU 8.4.2009
235) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 1.4.2009 - DOU 2.4.2009
236) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 12.5.2009 - DOU 13.5.2009
237) RESOLUÇÃO ANP Nº 13, DE 9.6.2009 - DOU 10.6.2009
238) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 9.6.2009 - DOU 10.6.2009
239) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 18.6.2009 - DOU 19.6.2009
240) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 18.6.2009 - DOU 19.6.2009 - RETIFICADA DOU 31.8.2009
241) RESOLUÇÃO ANP Nº 18, DE 18.6.2009 - DOU 19.6.2009 - RETIFICADA DOU 31.8.2009

242) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 18.6.2009 - DOU 19.6.2009 - RETIFICADA DOU 31.8.2009
243) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 18.6.2009 - DOU 19.6.2009 - RETIFICADA DOU 31.8.2009
244) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 7.7.2009 - DOU 8.7.2009
245) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 11.8.2009 - DOU 12.8.2009
246) RESOLUÇÃO ANP Nº 27, DE 10.9.2009 - DOU 11.9.2009
247) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 22.9.2009 - DOU 23.9.2009
248) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 30.9.2009 - DOU 1.10.2009 - RETIFICADA DOU 2.10.2009
249) RESOLUÇÃO ANP Nº 33, DE 14.10.2009 - DOU 15.10.2009
250) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 22.10.2009 - DOU 23.10.2009
251) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 6.11.2009 - DOU 9.11.2009
252) RESOLUÇÃO ANP Nº 36, DE 10.11.2009 - DOU 11.11.2009
253) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 10.12.2009 - DOU 11.12.2009
254) RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 14.12.2009 - DOU 16.12.2009 - RETIFICADO DOU 18.12.2009
255) RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 15.12.2009 - DOU 16.12.2009
256) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 22.12.2009 - DOU 24.12.2009
257) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 22.12.2009 - DOU 24.12.2009
258) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 12.1.2010 - DOU 13.1.2010
259) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 14.1.2010 - DOU 18.1.2010
260) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 21.1.2010 - DOU 22.1.2010
261) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 9.2.2010 - DOU 10.2.2010
262) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 10.3.2010 - DOU 11.3.2010
263) RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 16.4.2010 - DOU 19.4.2010
264) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 16.4.2010 - DOU 19.4.2010
265) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 16.4.2010 - DOU 19.4.2010
266) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 11.5.2010 - DOU 12.5.2010
267) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 20.5.2010 - DOU 21.5.2010
268) RESOLUÇÃO ANP Nº 13, DE 20.5.2010 - DOU 21.5.2010
269) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 7.6.2010 - DOU 8.6.2010
270) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 10.6.2010 - DOU 11.6.2010
271) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 10.6.2010 - DOU 11.6.2010
272) RESOLUÇÃO ANP Nº 18, DE 15.6.2010 - DOU 16.6.2010
273) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 15.6.2010 - DOU 16.6.2010
274) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 15.6.2010 - DOU 16.6.2010
275) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 16.6.2010 - DOU 17.6.2010
276) RESOLUÇÃO ANP Nº 24, DE 6.7.2010 - DOU 7.7.2010
277) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 6.7.2010 - DOU 7.7.2010
278) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 1.7.2010 - DOU 2.7.2010
279) RESOLUÇÃO ANP Nº 27, DE 11.8.2010 - DOU 12.8.2010
280) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 11.8.2010 - DOU 12.8.2010
281) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 9.9.2010 - DOU 10.9.2010
282) RESOLUÇÃO ANP Nº 31, DE 9.9.2010 - DOU 10.9.2010
283) RESOLUÇÃO ANP Nº 32, DE 21.9.2010 - DOU 22.9.2010
284) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 30.9.2010 - DOU 1º.10.2010
285) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 30.9.2010 - DOU 1º.10.2010
286) RESOLUÇÃO ANP Nº 38, DE 6.10.2010 - DOU 7.10.2010
287) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 15.10.2010 - DOU 18.10.2010
288) RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 26.10.2010 - DOU 27.10.2010
289) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 18.11.2010 - DOU 19.11.2010
290) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 18.11.2010 - DOU 19.11.2010
291) RESOLUÇÃO ANP Nº 45, DE 23.11.2010 - DOU 24.11.2010 - RETIFICADA DOU 10.12.2010
292) RESOLUÇÃO ANP Nº 46, DE 8.12.2010 - DOU 9.12.2010
293) RESOLUÇÃO ANP Nº 47, DE 14.12.2010 - DOU 15.12.2010
294) RESOLUÇÃO ANP Nº 49, DE 15.12.2010 - DOU 16.12.2010
295) RESOLUÇÃO ANP Nº 48, DE 15.12.2010 - DOU 16.12.2010
296) RESOLUÇÃO ANP Nº 52, DE 29.12.2010 - DOU 30.12.2010
297) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 12.1.2011 - DOU 13.1.2011
298) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 19.1.2011 - DOU 20.1.2011
299) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 19.1.2011 - DOU 20.1.2011
300) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 19.1.2011 - DOU 20.1.2011
301) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 3.2.2011 - DOU 7.2.2011
302) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 9.2.2011 - DOU 10.2.2011
303) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 17.2.2011 - DOU 18.2.2011
304) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 17.2.2011 - DOU 18.2.2011
305) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 2.3.2011 - DOU 3.3.2011
306) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 15.3.2011 - DOU 16.3.2011
307) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 15.3.2011 - DOU 16.3.2011
308) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 15.3.2011 - DOU 16.3.2011
309) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 31.3.2011 - DOU 1.4.2011
310) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 14.4.2011 - DOU 15.4.2011
311) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 25.4.2011 - DOU 26.4.2011
312) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 25.4.2011 - DOU 26.4.2011
313) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 19.5.2011 - DOU 20.5.2011
314) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 19.5.2011 - DOU 20.5.2011
315) RESOLUÇÃO ANP Nº 29, DE 3.6.2011 - DOU 6.6.2011
316) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 3.6.2011 - DOU 6.6.2011
317) RESOLUÇÃO ANP Nº 32, DE 16.6.2011 - DOU 17.6.2011
318) RESOLUÇÃO ANP Nº 33, DE 16.6.2011 - DOU 17.6.2011
319) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 28.6.2011 - DOU 29.6.2011
320) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 28.6.2011 - DOU 29.6.2011
321) RESOLUÇÃO ANP Nº 36, DE 14.7.2011 - DOU 15.7.2011
322) RESOLUÇÃO ANP Nº 37, DE 14.7.2011 - DOU 15.7.2011
323) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 4.8.2011 - DOU 5.8.2011
324) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 18.8.2011 - DOU 19.8.2011
325) RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 18.8.2011 - DOU 19.8.2011
326) RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 18.8.2011 - DOU 19.8.2011
327) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 18.8.2011 - DOU 19.8.2011
328) RESOLUÇÃO ANP Nº 45, DE 9.9.2011 - DOU 12.9.2011
329) RESOLUÇÃO ANP Nº 47, DE 15.9.2011 - DOU 16.9.2011
330) RESOLUÇÃO ANP Nº 48, DE 15.9.2011 - DOU 16. 9.2011
331) RESOLUÇÃO ANP Nº 50, DE 22.9.2011 - DOU 23.9.2011
332) RESOLUÇÃO ANP Nº 51, DE 29.9.2011 - DOU 30.9.2011
333) RESOLUÇÃO ANP Nº 52, DE 29.9.2011 - DOU 30.9.2011
334) RESOLUÇÃO ANP Nº 54, DE 14.10.2011 - DOU 17.10.2011
335) RESOLUÇÃO ANP Nº 55, DE 14.10.2011 - DOU 17.10.2011
336) RESOLUÇÃO ANP Nº 56, DE 14.10.2011 - DOU 17.10.2011
337) RESOLUÇÃO ANP Nº 58, DE 10.11.2011 - DOU 11.11.2011
338) RESOLUÇÃO ANP Nº 61, DE 24.11.2011 - DOU 25.11.2011
339) RESOLUÇÃO ANP Nº 59, DE 24.11.2011 - DOU 25.11.2011
340) RESOLUÇÃO ANP Nº 60, DE 24.11.2011 - DOU 25.11.2011
341) RESOLUÇÃO ANP Nº 63, DE 7.12.2011 - DOU 8.12.2011 - RETIFICADA DOU 19.12.2011
342) RESOLUÇÃO ANP Nº 66, DE 9.12.2011 - DOU 12.12.2011
343) RESOLUÇÃO ANP Nº 67, DE 9.12.2011 - DOU 13.12.2011 - RETIFICADA DOU 16.12.2011
344) RESOLUÇÃO ANP Nº 68, DE 15.12.2011 - DOU 16.12.2011
345) RESOLUÇÃO ANP Nº 69, DE 15.12.2011 - DOU 16.12.2011
346) RESOLUÇÃO ANP Nº 70, DE 20.12.2011 - DOU 22.12.2011
347) RESOLUÇÃO ANP Nº 71, DE 20.12.2011 - DOU 22.12.2011
348) RESOLUÇÃO ANP Nº 62, DE 1.12.2011 - DOU 2.12.2011
349) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 18.1.2012 - DOU 19.1.2012
350) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 18.1.2012 - DOU 19.1.2012
351) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 18.1.2012 - DOU 19.1.2012
352) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 18.1.2012 - DOU 19.1.2012
353) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 26.1.2012 - DOU 1.2.2012
354) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 16.2.2012 - DOU 17.2.2012
355) RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 16.2.2012 - DOU 17.2.2012
356) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 17.2.2012 - DOU 22.2.2012
357) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 15.3.2012 - DOU 20.3.2012
358) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 15.3.2012 - DOU 20.3.2012
359) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 25.4.2012 - DOU 26.4.2012
360) RESOLUÇÃO ANP Nº 13, DE 25.4.2012 - DOU 26.4.2012
361) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 24.5.2012 - DOU 25.5.2012
362) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 24.5.2012 - DOU 25.5.2012
363) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 13.6.2012 - DOU 14.6.2012
364) RESOLUÇÃO ANP Nº 18, DE 13.6.2012 - DOU 14.6.2012
365) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 19.6.2012 - DOU 20.6.2012
366) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 19.7.2012 - DOU 20.7.2012
367) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 19.7.2012 - DOU 20.7.2012
368) RESOLUÇÃO ANP Nº 24, DE 22.8.2012 - DOU 23.8.2012
369) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 22.8.2012 - DOU 23.8.2012
370) RESOLUÇÃO ANP Nº 27, DE 13.9.2012 - DOU 14.9.2012
371) RESOLUÇÃO ANP Nº 33, DE 18.10.2012 - DOU 19.10.2012
372) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 18.10.2012 - DOU 19.10.2012
373) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 1.10.2012 - DOU 2.10.2012
374) RESOLUÇÃO ANP Nº 31, DE 1.10.2012 - DOU 2.10.2012 - REPUBLICADA DOU 28.11.2012
375) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 1.10.2012 - DOU 2.10.2012
376) RESOLUÇÃO ANP Nº 29, DE 1.10.2012 - DOU 2.10.2012
377) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 13.11.2012 - DOU 14.11.2012
378) RESOLUÇÃO ANP Nº 36, DE 13.11.2012 - DOU 14.11.2012
379) RESOLUÇÃO ANP Nº 38, DE 19.11.2012 - DOU 20.11.2012
380) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 19.11.2012 - DOU 20.11.2012
381) RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 19.11.2012 - DOU 20.11.2012
382) RESOLUÇÃO ANP Nº 37, DE 19.11.2012 - DOU 20.11.2012
383) RESOLUÇÃO ANP Nº 42, DE 10.12.2012 - DOU 11.12.2012
384) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 20.12.2012 - DOU 21.12.2012
385) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 20.12.2012 - DOU 21.12.2012
386) RESOLUÇÃO ANP Nº 45, DE 20.12.2012 - DOU 21.12.2012
387) RESOLUÇÃO ANP Nº 47, DE 21.12.2012 - DOU 24.12.2012
388) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 17.1.2013 - DOU 18.1.2013
389) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 17.1.2013 - DOU 18.1.2013
390) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 17.1.2013 - DOU 18.1.2013
391) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 24.1.2013 - DOU 25.1.2013
392) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 24.1.2013 - DOU 25.1.2013
393) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 21.2.2013 - DOU 22.2.2013
394) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 21.2.2013 - DOU 22.2.2013
395) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 21.2.2013 - DOU 22.2.2013
396) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 19.3.2013 - DOU 20.3.2013
397) RESOLUÇÃO ANP Nº 11, DE 19.3.2013 - DOU 20.3.2013
398) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 15.4.2013 - DOU 16.4.2013
399) RESOLUÇÃO ANP Nº 13, DE 15.4.2013 - DOU 16.4.2013
400) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 15.4.2013 - DOU 16.4.2013
401) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 21.5.2013 - DOU 22.5.2013 - RETIFICADA DOU 23.5.2013
402) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 21.5.2013 - DOU 22.5.2013
403) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 14.6.2013 - DOU 17.6.2013
404) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 26.6.2013 - DOU 27.6.2013
405) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 26.6.2013 - DOU 27.6.2013
406) RESOLUÇÃO ANP Nº 24, DE 28.6.2013 - DOU 1.7.2013
407) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 8.7.2013 - DOU 9.7.2013
408) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 10.7.2013 - DOU 11.7.2013
409) RESOLUÇÃO ANP Nº 27, DE 22.7.2013 - DOU 23.7.2013
410) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 22.7.2013 - DOU 23.7.2013
411) RESOLUÇÃO ANP Nº 29, DE 31.7.2013 - DOU 1.8.2013
412) RESOLUÇÃO ANP Nº 31, DE 19.8.2013 - DOU 20.8.2013
413) RESOLUÇÃO ANP Nº 32, DE 19.8.2013 - DOU 20.8.2013
414) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 21.8.2013 - DOU 22.8.2013
415) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 16.9.2013 - DOU 17.9.2013
416) RESOLUÇÃO ANP Nº 36, DE 16.9.2013 - DOU 17.9.2013
417) RESOLUÇÃO ANP Nº 37, DE 4.10.2013 - DOU 7.10.2013
418) RESOLUÇÃO ANP Nº 38, DE 18.10.2013 - DOU 21.10.2013
419) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 18.10.2013 - DOU 21.10.2013
420) RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 5.11.2013 - DOU 6.11.2013
421) RESOLUÇÃO ANP Nº 42, DE 14.11.2013 - DOU 18.11.2013
422) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 14.11.2013 - DOU 18.11.2013
423) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 19.11.2013 - DOU 20.11.2013
424) RESOLUÇÃO ANP Nº 45, DE 22.11.2013 - DOU 25.11.2013 - RETIFICADA DOU 26.11.2013
425) RESOLUÇÃO ANP Nº 46, DE 27.11.2013 - DOU 28.11.2013
426) RESOLUÇÃO ANP Nº 47, DE 27.11.2013 - DOU 28.11.2013
427) RESOLUÇÃO ANP Nº 48, DE 19.12.2013 - DOU 20.12.2013
428) RESOLUÇÃO ANP Nº 49, DE 19.12.2013 - DOU 20.12.2013
429) RESOLUÇÃO ANP Nº 50, DE 23.12.2013 - DOU 24.12.2013
430) RESOLUÇÃO ANP Nº 52, DE 26.12.2013 - DOU 27.12.2013
431) RESOLUÇÃO ANP Nº 51, DE 26.12.2013 - DOU 27.12.2013
432) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 21.1.2014 - DOU 22.1.2014
433) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 21.1.2014 - DOU 22.1.2014
434) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 21.1.2014 - DOU 23.1.2014
435) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 29.1.2014 - DOU 30.1.2014
436) RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 5.2.2014 - DOU 6.2.2014
437) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 5.2.2014 - DOU 6.2.2014
438) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 12.2.2014 - DOU 13.2.2014
439) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 12.2.2014 - DOU 13.2.2014
440) RESOLUÇÃO ANP Nº 11, DE 20.2.2014 - DOU 21.2.2014
441) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 21.2.2014 - DOU 24.2.2014
442) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 14.3.2014 - DOU 17.3.2014
443) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 14.3.2014 - DOU 17.3.2014
444) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 14.3.2014 - DOU 17.3.2014
445) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 27.3.2014 - DOU 28.3.2014 - RETIFICADA DOU 3.4.2014
446) RESOLUÇÃO ANP Nº 18, DE 27.3.2014 - DOU 1º.4.2014 - RETIFICADA DOU 3.4.2014
447) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 10.4.2014 - DOU 11.4.2014
448) RESOLUÇÃO ANP Nº 23, DE 16.4.2014 - DOU 17.4.2014
449) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 30.4.2014 - DOU 2.5.2014
450) RESOLUÇÃO ANP Nº 27, DE 8.5.2014 - DOU 9.5.2014
451) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 14.5.2014 - DOU 15.5.2014
452) RESOLUÇÃO ANP Nº 29, DE 14.5.2014 - DOU 15.5.2014
453) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 19.5.2014 - DOU 20.5.2014 - REPUBLICADA DOU 15.7.2014
454) RESOLUÇÃO ANP Nº 31, DE 27.5.2014 - DOU 28.5.2014
455) RESOLUÇÃO ANP Nº 32, DE 5.6.2014 - DOU 6.6.2014
456) RESOLUÇÃO ANP Nº 33, DE 12.6.2014 - DOU 13.6.2014
457) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 12.6.2014 - DOU 13.6.2014
458) RESOLUÇÃO ANP Nº 36, DE 8.7.2014 - DOU 9.7.2014
459) RESOLUÇÃO ANP Nº 37, DE 17.7.2014 - DOU 18.7.2014
460) RESOLUÇÃO ANP Nº 38, DE 17.7.2014 - DOU 18.7.2014
461) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 30.7.2014 - DOU 31.7.2014
462) RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 31.7.2014 - DOU 1.8.2014

463) RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 13.8.2014 - DOU 14.8.2014
464) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 19.8.2014 - DOU 20.8.2014
465) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 20.8.2014 - DOU 21.8.2014
466) RESOLUÇÃO ANP Nº 45, DE 25.8.2014 - DOU 26.8.2014
467) RESOLUÇÃO ANP Nº 46, DE 28.8.2014 - DOU 29.8.2014
468) RESOLUÇÃO ANP Nº 48, DE 3.9.2014 - DOU 4.9.2014
469) RESOLUÇÃO ANP Nº 49, DE 3.9.2014 - DOU 4.9.2014
470) RESOLUÇÃO ANP Nº 50, DE 3.9.2014 - DOU 4.9.2014 - RETIFICADA DOU 9.9.2014
471) RESOLUÇÃO ANP Nº 47, DE 3.9.2014 - DOU 5.9.2014
472) RESOLUÇÃO ANP Nº 51, DE 15.9.2014 - DOU 16.9.2014
473) RESOLUÇÃO ANP Nº 52, DE 18.9.2014 - DOU 19.9.2014
474) RESOLUÇÃO ANP Nº 53, DE 18.9.2014 - DOU 19.9.2014
475) RESOLUÇÃO ANP Nº 55, DE 15.10.2014 - DOU 17.10.2014
476) RESOLUÇÃO ANP Nº 56, DE 15.10.2014 - DOU 17.10.2014
477) RESOLUÇÃO ANP Nº 61, DE 14.11.2014 - DOU 17.11.2014
478) RESOLUÇÃO ANP Nº 62, DE 14.11.2014 - DOU 17.11.2014
479) RESOLUÇÃO ANP Nº 57, DE 17.10.2014 - DOU 20.10.2014
480) RESOLUÇÃO ANP Nº 58, DE 17.10.2014 - DOU 20.10.2014
481) RESOLUÇÃO ANP Nº 64, DE 5.12.2014 - DOU 8.12.2014
482) RESOLUÇÃO ANP Nº 65, DE 10.12.2014 - DOU 11.12.2014
483) RESOLUÇÃO ANP Nº 66, DE 10.12.2014 - DOU 11.12.2014
484) RESOLUÇÃO ANP Nº 67, DE 10.12.2014 - DOU 11.12.2014
485) RESOLUÇÃO ANP Nº 68, DE 10.12.2014 - DOU 11.12.2014
486) RESOLUÇÃO ANP Nº 69, DE 23.12.2014 - DOU 24.12.2014
487) RESOLUÇÃO ANP Nº 70, DE 30.12.2014 - DOU 31.12.2014
488) RESOLUÇÃO ANP Nº 71, DE 31.12.2014 - DOU 2.1.2015
489) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 14.1.2015 - DOU 15.1.2015
490) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 14.1.2015 - DOU 15.1.2015
491) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 15.1.2015 - DOU 16.1.2015
492) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 19.1.2015 - DOU 20.1.2015 - RETIFICADA DOU 23.1.2015
493) RESOLUÇÃO ANP Nº 6, DE 19.1.2015 - DOU 20.1.2015 - RETIFICADA DOU 23.1.2015
494) RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 19.1.2015 - DOU 20.1.2015
495) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 30.1.2015 - DOU 2.2.2015
496) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 11.2.2015 - DOU 12.2.2015
497) RESOLUÇÃO ANP Nº 11, DE 11.2.2015 - DOU 12.2.2015
498) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 26.2.2015 - DOU 27.2.2015
499) RESOLUÇÃO ANP Nº 13, DE 6.3.2015 - DOU 9.3.2015
500) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 11.3.2015 - DOU 12.3.2015
501) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 11.3.2015 - DOU 12.3.2015
502) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 18.3.2015 - DOU 20.3.2015 - RETIFICADA DOU 23.4.2015
503) RESOLUÇÃO ANP Nº 18, DE 18.3.2015 - DOU 19.3.2015
504) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 15.4.2015 - DOU 16.4.2015 - REPUBLICADA DOU 17.4.2015 - REPUBLICADA DOU 20.4.2015
505) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 15.4.2015 - DOU 16.4.2015
506) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 15.4.2015 - DOU 16.4.2015
507) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 17.4.2015 - DOU 20.4.2015
508) RESOLUÇÃO ANP Nº 24, DE 13.5.2015 - DOU 14.5.2015
509) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 13.5.2015 - DOU 14.5.2015
510) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 27.5.2015 - DOU 29.5.2015
511) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 19.6.2015 - DOU 22.6.2015
512) RESOLUÇÃO ANP Nº 29, DE 19.6.2015 - DOU 22.6.2015
513) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 29.6.2015 - DOU 30.6.2015
514) RESOLUÇÃO ANP Nº 31, DE 9.7.2015 - DOU 10.7.2015
515) RESOLUÇÃO ANP Nº 32, DE 16.7.2015 - DOU 17.7.2015
516) RESOLUÇÃO ANP Nº 33, DE 16.7.2015 - DOU 17.7.2015
517) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 12.8.2015 - DOU 13.8.2015
518) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 12.8.2015 - DOU 13.8.2015
519) RESOLUÇÃO ANP Nº 36, DE 26.8.2015 - DOU 27.8.2015
520) RESOLUÇÃO ANP Nº 37, DE 28.8.2015 - DOU 31.8.2015
521) RESOLUÇÃO ANP Nº 38, DE 16.9.2015 - DOU 17.9.2015
522) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 16.9.2015 - DOU 17.9.2015
523) RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 8.10.2015 - DOU 9.10.2015
524) RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 9.10.2015 - DOU 13.10.2015
525) RESOLUÇÃO ANP Nº 42, DE 15.10.2015 - DOU 16.10.2015
526) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 15.10.2015 - DOU 16.10.2015
527) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 15.10.2015 - DOU 16.10.2015
528) RESOLUÇÃO ANP Nº 47, DE 12.11.2015 - DOU 13.11.2015
529) RESOLUÇÃO ANP Nº 48, DE 13.11.2015 - DOU 16.11.2015
530) RESOLUÇÃO ANP Nº 49, DE 13.11.2015 - DOU 16.11.2015
531) RESOLUÇÃO ANP Nº 50, DE 25.11.2015 - DOU 30.11.2015
532) RESOLUÇÃO ANP Nº 51, DE 25.11.2015 - DOU 26.11.2015
533) RESOLUÇÃO ANP Nº 52, DE 2.12.2015 - DOU 3.12.2015
534) RESOLUÇÃO ANP Nº 53, DE 2.12.2015 - DOU 3.12.2015
535) RESOLUÇÃO ANP Nº 54, DE 17.12.2015 - DOU 18.12.2015
536) RESOLUÇÃO ANP Nº 56, DE 17.12.2015 - DOU 18.12.2015
537) RESOLUÇÃO ANP Nº 57, DE 17.12.2015 - DOU 18.12.2015
538) RESOLUÇÃO ANP Nº 1, DE 15.1.2016 - DOU 19.1.2016
539) RESOLUÇÃO ANP Nº 2, DE 15.1.2016 - DOU 19.1.2016
540) RESOLUÇÃO ANP Nº 3, DE 27.1.2016 - DOU 28.1.2016 - RETIFICADA DOU 16.2.2016
541) RESOLUÇÃO ANP Nº 4, DE 22.2.2016 - DOU 24.2.2016
542) RESOLUÇÃO ANP Nº 5, DE 22.2.2016 - DOU 24.2.2016
543) RESOLUÇÃO ANP Nº 7, DE 22.2.2016 - DOU 23.2.2016
544) RESOLUÇÃO ANP Nº 8, DE 23.2.2016 - DOU 24.2.2016
545) RESOLUÇÃO ANP Nº 9, DE 14.3.2016 - DOU 15.3.2016
546) RESOLUÇÃO ANP Nº 10, DE 14.3.2016 - DOU 15.3.2016
547) RESOLUÇÃO ANP Nº 11, DE 16.3.2016 - DOU 18.3.2016
548) RESOLUÇÃO ANP Nº 12, DE 16.3.2016 - DOU 17.3.2016
549) RESOLUÇÃO ANP Nº 13, DE 16.3.2016 - DOU 17.3.2016
550) RESOLUÇÃO ANP Nº 14, DE 16.3.2016 - DOU 17.3.2016
551) RESOLUÇÃO ANP Nº 15, DE 6.4.2016 - DOU 7.4.2016
552) RESOLUÇÃO ANP Nº 16, DE 7.4.2016 - DOU 8.4.2016
553) RESOLUÇÃO ANP Nº 17, DE 8.4.2016 - DOU 11.4.2016
554) RESOLUÇÃO ANP Nº 18, DE 12.4.2016 - DOU 13.4.2016
555) RESOLUÇÃO ANP Nº 19, DE 12.4.2016 - DOU 13.4.2016
556) RESOLUÇÃO ANP Nº 20, DE 29.4.2016 - DOU 4.5.2016
557) PORTARIA ANP Nº 148, DE 10.5.2016 - DOU 11.5.2016
558) RESOLUÇÃO ANP Nº 21, DE 11.5.2016 - DOU 12.5.2016
559) RESOLUÇÃO ANP Nº 22, DE 11.5.2016 - DOU 12.5.2016
560) RESOLUÇÃO ANP Nº 23, DE 11.5.2016 - DOU 12.5.2016
561) RESOLUÇÃO ANP Nº 24, DE 19.5.2016 - DOU 20.5.2016
562) RESOLUÇÃO ANP Nº 25, DE 7.6.2016 - DOU 8.6.2016
563) RESOLUÇÃO ANP Nº 26, DE 7.6.2016 - DOU 8.6.2016
564) RESOLUÇÃO ANP Nº 27, DE 16.6.2016 - DOU 17.6.2016 - RETIFICADA DOU 24.6.2016
565) RESOLUÇÃO ANP Nº 28, DE 16.6.2016 - DOU 17.6.2016
566) RESOLUÇÃO ANP Nº 29, DE 16.6.2016 - DOU 17.6.2016
567) RESOLUÇÃO ANP Nº 30, DE 23.6.2016 - DOU 24.6.2016
568) RESOLUÇÃO ANP Nº 31, DE 14.7.2016 - DOU 15.7.2016
569) RESOLUÇÃO ANP Nº 32, DE 14.7.2016 - DOU 15.7.2016
570) RESOLUÇÃO ANP Nº 33, DE 21.7.2016 - DOU 22.7.2016
571) RESOLUÇÃO ANP Nº 34, DE 28.7.2016 - DOU 29.7.2016
572) RESOLUÇÃO ANP Nº 35, DE 8.8.2016 - DOU 9.8.2016
573) RESOLUÇÃO ANP Nº 36, DE 16.8.2016 - DOU 17.8.2016
574) RESOLUÇÃO ANP Nº 37, DE 16.8.2016 - DOU 17.8.2016
575) RESOLUÇÃO ANP Nº 38, DE 31.8.2016 - DOU 1º.9.2016
576) RESOLUÇÃO ANP Nº 39, DE 31.8.2016 - DOU 1º.9.2016
577) RESOLUÇÃO ANP Nº 40, DE 9.9.2016 - DOU 12.9.2016
578) RESOLUÇÃO ANP Nº 41, DE 15.9.2016 - DOU 16.9.2016
579) RESOLUÇÃO ANP Nº 42, DE 15.9.2016 - DOU 16.9.2016
580) RESOLUÇÃO ANP Nº 43, DE 15.9.2016 - DOU 16.9.2016
581) RESOLUÇÃO ANP Nº 44, DE 14.10.2016 - DOU 17.10.2016
582) RESOLUÇÃO ANP Nº 45, DE 14.10.2016 - DOU 17.10.2016
583) RESOLUÇÃO ANP Nº 46, DE 1.11.2016 - DOU 3.11.2016
584) PORTARIA ANP Nº 374, DE 4.11.2016 - DOU 7.11.2016
585) RESOLUÇÃO ANP Nº 47, DE 10.11.2016 - DOU 11.11.2016
586) RESOLUÇÃO ANP Nº 48, DE 10.11.2016 - DOU 11.11.2016
587) RESOLUÇÃO ANP Nº 49, DE 30.11.2016 - DOU 02.12.2016
588) RESOLUÇÃO ANP Nº 51, DE 30.11.2016 - DOU 02.12.2016
589) RESOLUÇÃO ANP Nº 52, DE 16.12.2016 - DOU 19.12.2016
590) RESOLUÇÃO ANP Nº 53, DE 16.12.2016 - DOU 19.12.2016
591) RESOLUÇÃO ANP Nº 661, DE 04.01.2017 - DOU 05.01.2017
592) RESOLUÇÃO ANP Nº 662, DE 12.1.2017 - DOU 16.1.2017
593) RESOLUÇÃO ANP Nº 663, DE 18.1.2017 - DOU 19.1.2017
594) RESOLUÇÃO ANP Nº 664, DE 18.1.2017 - DOU 19.1.2017
595) RESOLUÇÃO ANP Nº 665, DE 18.1.2017 - DOU 19.1.2017
596) RESOLUÇÃO ANP Nº 666, DE 15.2.2017 - DOU 16.2.2017
597) RESOLUÇÃO ANP Nº 667, DE 15.2.2017 - DOU 16.2.2017
598) RESOLUÇÃO ANP Nº 668, DE 15.2.2017 - DOU 16.2.2018
599) RESOLUÇÃO ANP Nº 669, DE 17.2.2017 - DOU 20.2.2017 - REPUBLICADA DOU 9.3.2017
600) RESOLUÇÃO ANP Nº 670, DE 8.3.2017 - DOU 9.3.2017
601) RESOLUÇÃO ANP Nº 672, DE 15.3.2017 - DOU 16.3.2017
602) RESOLUÇÃO ANP Nº 673, DE 15.3.2017 - DOU 16.3.2017
603) RESOLUÇÃO ANP Nº 674, DE 23.3.2017 - DOU 24.3.2017
604) RESOLUÇÃO ANP Nº 675, DE 19.4.2017 - DOU 24.4.2017
605) RESOLUÇÃO ANP Nº 676, DE 19.4.2017 - DOU 24.4.2017
606) RESOLUÇÃO ANP Nº 677, DE 17.5.2017 - DOU 18.5.2017
607) RESOLUÇÃO ANP Nº 678, DE 17.5.2017 - DOU 18.5.2017
608) RESOLUÇÃO ANP Nº 679, DE 25.5.2017 - DOU 26.5.2017
609) RESOLUÇÃO ANP Nº 680, DE 5.6.2017 - DOU 6.6.2017
610) RESOLUÇÃO ANP Nº 681, DE 5.6.2017 - DOU 6.6.2017
611) RESOLUÇÃO ANP Nº 682, DE 23.6.2017 - DOU 26.6.2017
612) RESOLUÇÃO ANP Nº 683, DE 23.6.2017 - DOU 26.6.2017
613) RESOLUÇÃO ANP Nº 684, DE 29.6.2017 - DOU 30.6.2017
614) RESOLUÇÃO ANP Nº 685, DE 29.6.2017 - DOU 30.6.2017
615) RESOLUÇÃO ANP Nº 687, DE 29.6.2017 - DOU 30.6.2017
616) RESOLUÇÃO ANP Nº 688, DE 5.7.2017 - DOU 6.7.2017
617) RESOLUÇÃO ANP Nº 690, DE 17.7.2017 - DOU 18.7.2017
618) RESOLUÇÃO ANP Nº 691, DE 17.7.2017 - DOU 18.7.2017
619) RESOLUÇÃO ANP Nº 692, DE 17.7.2017 - DOU 18.7.2017- RETIFICADA DOU 2.8.2017
620) RESOLUÇÃO ANP Nº 693, DE 15.8.2017 - DOU 16.8.2017
621) RESOLUÇÃO ANP Nº 694, DE 15.8.2017 - DOU 16.8.2017
622) RESOLUÇÃO ANP Nº 695, DE 28.8.2017 - DOU 29.8.2017
623) RESOLUÇÃO ANP Nº 696, DE 31.8.2017 - DOU 1º.9.2017- RETIFICADA DOU 3.10.2017
624) RESOLUÇÃO ANP Nº 697, DE 31.8.2017 - DOU 1º.9.2017
625) RESOLUÇÃO ANP Nº 698, DE 6.9.2017 - DOU 8.9.2017
626) RESOLUÇÃO ANP Nº 699, DE 6.9.2017 - DOU 8.9.2017
627) RESOLUÇÃO ANP Nº 701, DE 14.9.2017 - DOU 15.9.2017 - RETIFICADA DOU 27.9.2017
628) RESOLUÇÃO ANP Nº 702, DE 14.9.2017 - DOU 15.9.2017 - RETIFICADA DOU 27.9.2017
629) RESOLUÇÃO ANP Nº 703, DE 26.9.2017 - DOU 27.9.2017 - RETIFICADA DOU 04.10.2017
630) RESOLUÇÃO ANP Nº 704, DE 29.9.2017 - DOU 2.10.2017
631) RESOLUÇÃO ANP Nº 705, DE 11.10.2017 - DOU 13.10.2017
632) RESOLUÇÃO ANP Nº 706, DE 11.10.2017 - DOU 13.10.2017
633) RESOLUÇÃO ANP Nº 707, DE 18.10.2017 - DOU 19.10.2017
634) RESOLUÇÃO ANP Nº 708, DE 25.10.2017 - DOU 26.10.2017
635) RESOLUÇÃO ANP Nº 709, DE 14.11.2017 - DOU 16.11.2017
636) RESOLUÇÃO ANP Nº 710, DE 14.11.2017 - DOU 16.11.2017
637) RESOLUÇÃO ANP Nº 711, DE 14.11.2017 - DOU 16.11.2017
638) RESOLUÇÃO ANP Nº 712, DE 24.11.2017 - DOU 27.11.2017
639) RESOLUÇÃO ANP Nº 714, DE 18.12.2017 - DOU 19.12.2017
640) RESOLUÇÃO ANP Nº 715, DE 18.12.2017 - DOU 19.12.2017
641) RESOLUÇÃO ANP Nº 716, DE 17.1.2018 - DOU 18.1.2018
642) RESOLUÇÃO ANP Nº 717, DE 17.1.2018 - DOU 18.1.2018 - RETIFICADA DOU 19.1.2018
643) RESOLUÇÃO ANP Nº 718, DE 17.1.2018 - DOU 18.1.2018
644) RESOLUÇÃO ANP Nº 719, DE 21.2.2018 - DOU 22.2.2018
645) RESOLUÇÃO ANP Nº 720, DE 26.2.2018 - DOU 27.2.2018
646) RESOLUÇÃO ANP Nº 721, DE 26.2.2018 - DOU 27.2.2018
647) RESOLUÇÃO ANP Nº 722, DE 8.3.2018 - DOU 9.3.2018
648) RESOLUÇÃO ANP Nº 723, DE 20.3.2018 - DOU 21.3.2018
649) RESOLUÇÃO ANP Nº 724, DE 20.3.2018 - DOU 21.3.2018
650) RESOLUÇÃO ANP Nº 725, DE 5.4.2018 - DOU 6.4.2018
651) RESOLUÇÃO ANP Nº 726, DE 11.4.2018 - DOU 12.4.2018 - REPUBLICADA DOU 16.4.2018
652) RESOLUÇÃO ANP Nº 727, DE 20.4.2018 - DOU 23.4.2018
653) RESOLUÇÃO ANP Nº 728, DE 20.4.2018 - DOU 23.4.2018
654) RESOLUÇÃO ANP Nº 729, DE 11.5.2018 - DOU 14.5.2018
655) RESOLUÇÃO ANP Nº 730, DE 17.5.2018 - DOU 18.5.2018
656) RESOLUÇÃO ANP Nº 731, DE 17.05.2018 - DOU 18.05.2018
657) RESOLUÇÃO ANP Nº 732, DE 21.06.2018 - DOU 22.06.2018
658) RESOLUÇÃO ANP Nº 733, DE 21.06.2018 - DOU 22.06.2018
659) RESOLUÇÃO ANP Nº 734, DE 28.6.2018 - DOU 29.6.2018
660) RESOLUÇÃO ANP Nº 735, DE 19.7.2018 - DOU 20.7.2018
661) RESOLUÇÃO ANP Nº 736, DE 19.7.2018 - DOU 20.7.2018
662) RESOLUÇÃO ANP Nº 737, DE 27.7.2018 - DOU 30.7.2018
663) RESOLUÇÃO ANP Nº 739, DE 2.8.2018 - DOU 3.8.2018
664) RESOLUÇÃO ANP Nº 740, DE 15.8.2018 - DOU 16.8.2018
665) RESOLUÇÃO ANP Nº 741, DE 24.8.2018 - DOU 27.8.2018
666) RESOLUÇÃO ANP Nº 742, DE 24.8.2018 - DOU 27.8.2018
667) RESOLUÇÃO ANP Nº 743, DE 27.8.2018 - DOU 28.8.2018
668) RESOLUÇÃO ANP Nº 744, DE 30.8.2018 - DOU 31.8.2018
669) RESOLUÇÃO ANP Nº 745, DE 30.8.2018 - DOU 31.8.2018
670) RESOLUÇÃO ANP Nº 746, DE 30.8.2018 - DOU 31.8.2018 - RETIFICADA DOU 23.10.2018
671) RESOLUÇÃO ANP Nº 747, DE 20.9.2018 - DOU 21.9.2018
672) RESOLUÇÃO ANP Nº 748, DE 20.9.2018 - DOU 21.9.2018
673) RESOLUÇÃO ANP Nº 749, DE 21.9.2018 - DOU 24.9.2018
674) RESOLUÇÃO ANP Nº 750, DE 10.10.2018 - DOU 11.10.2018
675) RESOLUÇÃO ANP Nº 751, DE 18.10.2018 - DOU 19.10.2018
676) RESOLUÇÃO ANP Nº 752, DE 18.10.2018 - DOU 19.10.2018
677) RESOLUÇÃO ANP Nº 753, DE 25.10.2018 - DOU 29.10.2018
678) RESOLUÇÃO ANP Nº 755, DE 23.11.2018 - DOU 26.11.2018
679) RESOLUÇÃO ANP Nº 756, DE 23.11.2018 - DOU 26.11.2018
680) RESOLUÇÃO ANP Nº 757, DE 23.11.2018 - DOU 26.11.2018

681) RESOLUÇÃO ANP Nº 758, DE 23.11.2018 - DOU 27.11.2018
682) RESOLUÇÃO ANP Nº 759, DE 30.11.2018 - DOU 3.12.2018
683) RESOLUÇÃO ANP Nº 760, DE 13.12.2018 - DOU 14.12.2018
684) RESOLUÇÃO ANP Nº 761, DE 14.12.2018 - DOU 17.12.2018
685) RESOLUÇÃO ANP Nº 762, DE 14.12.2018 - DOU 17.12.2018
686) RESOLUÇÃO ANP Nº 763, DE 14.12.2018 - DOU 17.12.2018
687) RESOLUÇÃO ANP Nº 764, DE 20.12.2018 - DOU 21.12.2018
688) RESOLUÇÃO ANP Nº 765, DE 20.12.2018 - DOU 21.12.2018
689) RESOLUÇÃO ANP Nº 766, DE 17.1.2019 - DOU 18.1.2019
690) RESOLUÇÃO ANP Nº 767, DE 17.1.2019 - DOU 18.1.2019
691) RESOLUÇÃO ANP Nº 768, DE 17.1.2019 - DOU 18.1.2019
692) RESOLUÇÃO ANP Nº 769, DE 31.1.2019 - DOU 1.2.2019
693) RESOLUÇÃO ANP Nº 770, DE 14.2.2019 - DOU 15.2.2019
694) RESOLUÇÃO ANP Nº 771, DE 22.2.2019 - DOU 25.2.2019
695) RESOLUÇÃO ANP Nº 772, DE 22.2.2019 - DOU 25.2.2019
696) RESOLUÇÃO ANP Nº 773, DE 26.2.2019 - DOU 27.2.2019
697) RESOLUÇÃO ANP Nº 774, DE 28.2.2019 - DOU 8.3.2019
698) RESOLUÇÃO ANP Nº 775, DE 28.2.2019 - DOU 8.3.2019
699) RESOLUÇÃO ANP Nº 775A, DE 22.03.2019 - DOU 26.03.2019 - RETIFICADA DOU DE 18.04.2019
700) RESOLUÇÃO ANP Nº 776, DE 22.3.2019 - DOU 26.3.2019
701) RESOLUÇÃO ANP Nº 777, DE 5.4.2019 - DOU 8.4.2019
702) RESOLUÇÃO ANP Nº 778, DE 5.4.2019 - DOU 8.4.2019
703) RESOLUÇÃO ANP Nº 779, DE 5.4.2019 - DOU 8.4.2019
704) RESOLUÇÃO ANP Nº 780, DE 5.4.2019 - DOU 8.4.2019
705) RESOLUÇÃO ANP Nº 781, DE 18.4.2019 - DOU 22.4.2019
706) RESOLUÇÃO ANP Nº 782, DE 18.4.2019 - DOU 22.4.2019
707) RESOLUÇÃO ANP Nº 784, DE 26.4.2019 - DOU 29.4.2019
708) RESOLUÇÃO ANP Nº 785, DE 16.5.2019 - DOU 17.5.2019
709) RESOLUÇÃO ANP Nº 786, DE 22.5.2019 - DOU 23.5.2019
710) RESOLUÇÃO ANP Nº 787, DE 22.5.2019 - DOU 23.5.2019
711) RESOLUÇÃO ANP Nº 788, DE 22.5.2019 - DOU 23.5.2019
712) RESOLUÇÃO ANP Nº 789, DE 22.5.2019 - DOU 23.5.2019
713) RESOLUÇÃO ANP Nº 790, DE 10.6.2019 - DOU 11.6.2019
714) RESOLUÇÃO ANP Nº 791, DE 12.6.2019 - DOU 14.6.2019
715) RESOLUÇÃO ANP Nº 792, DE 19.6.2019 - DOU 21.6.2019
716) RESOLUÇÃO ANP Nº 793, DE 19.6.2019 - DOU 21.6.2019
717) RESOLUÇÃO ANP Nº 794, DE 5.7.2019 - DOU 8.7.2019
718) RESOLUÇÃO ANP Nº 795, DE 5.7.2019 - DOU 8.7.2019
719) RESOLUÇÃO ANP Nº 796, DE 16.7.2019 - DOU 17.7.2019
720) RESOLUÇÃO ANP Nº 797, DE 19.7.2019 - DOU 22.7.2019
721) RESOLUÇÃO ANP Nº 798, DE 1.8.2019 - DOU 2.8.2019
722) RESOLUÇÃO ANP Nº 799, DE 2.8.2019 - DOU 3.8.2019
723) RESOLUÇÃO ANP Nº 800, DE 4.9.2019 - DOU 5.9.2019
724) RESOLUÇÃO ANP Nº 801, DE 18.9.2019 - DOU 19.9.2019
725) RESOLUÇÃO ANP Nº 802, DE 05.12.2019 - DOU 06.12.2019
726) RESOLUÇÃO ANP Nº 803, DE 19.12.2019 - DOU 20.12.2019
727) RESOLUÇÃO ANP Nº 804, DE 20.12.2019 - DOU 23.12.2019
728) RESOLUÇÃO ANP Nº 805, DE 20.12.2019 - DOU 23.12.2019
729) RESOLUÇÃO ANP Nº 806, DE 17.01.2020 - DOU 20.01.2020
730) RESOLUÇÃO ANP Nº 807, DE 23.01.2020 - DOU 24.01.2020 - RETIFICADA DOU 27.01.2020
731) RESOLUÇÃO ANP Nº 808, DE 23.01.2020 - DOU 24.01.2020 - RETIFICADA DOU 27.01.2020
732) RESOLUÇÃO ANP Nº 809, DE 31.01.2020 - DOU 04.02.2020 - RETIFICADA DOU 06.02.2020
733) RESOLUÇÃO ANP Nº 810, DE 16.03.2020 - DOU 17.03.2020
734) RESOLUÇÃO ANP Nº 811, DE 16.03.2020 - DOU 17.03.2020
735) RESOLUÇÃO ANP Nº 812, DE 23.03.2020 - DOU 23.03.2020
736) RESOLUÇÃO ANP Nº 813, DE 17.04.2020 - DOU 20.04.2020
737) RESOLUÇÃO ANP Nº 814, DE 20.04.2020 - DOU 20.04.2020
738) RESOLUÇÃO ANP Nº 815, DE 20.04.2020 - DOU 20.04.2020
739) RESOLUÇÃO ANP Nº 816, DE 20.04.2020 - DOU 20.04.2020
740) RESOLUÇÃO ANP Nº 817, DE 24.04.2020 - DOU 27.04.2020
741) RESOLUÇÃO ANP Nº 818, DE 21.05.2020 - DOU 22.05.2020
742) RESOLUÇÃO ANP Nº 819, DE 05.06.2020 - DOU 08.06.2020
743) RESOLUÇÃO ANP Nº 820, DE 16.06.2020 - DOU 17.06.2020
744) RESOLUÇÃO ANP Nº 821, DE 17.06.2020 - DOU 18.06.2020
745) RESOLUÇÃO ANP Nº 822, DE 23.06.2020 - DOU 24.06.2020
746) RESOLUÇÃO ANP Nº 823, DE 08.07.2020 - DOU 09.07.2020
747) RESOLUÇÃO ANP Nº 824, DE 13.08.2020 - DOU 14.08.2020
748) RESOLUÇÃO ANP Nº 825, DE 28.08.2020 - DOU 31.08.2020
749) RESOLUÇÃO ANP Nº 826, DE 28.08.2020 - DOU 31.08.2020
750) RESOLUÇÃO ANP Nº 827, DE 1.09.2020 - DOU 02.09.2020
751) RESOLUÇÃO ANP Nº 828, DE 1.09.2020 - DOU 02.09.2020
752) RESOLUÇÃO ANP Nº 829, DE 11.09.2020 - DOU 14.09.2020

II - Portarias Administrativas:

1) PORTARIA ANP Nº 61, DE 30.4.1998 - DOU 11.5.1998
2) PORTARIA ANP Nº 46, DE 17.3.1999 - BPE 23.3.1999
3) PORTARIA ANP Nº 121, DE 23.7.1999 - DOU 30.7.1999
4) PORTARIA ANP Nº 111, DE 28.6.2000 - DOU 29.6.2000
5) PORTARIA ANP Nº 223, DE 5.9.2000 - DOU 6.9.2000
6) PORTARIA ANP Nº 229, DE 13.9.2000 - BPE 13.9.2000
7) PORTARIA ANP Nº 262, DE 20.12.2000 - DOU 21.12.2000
8) PORTARIA ANP Nº 264, DE 21.12.2000 - BPE 22.12.2000
9) PORTARIA ANP Nº 57, DE 5.4.2001 - BPE 6.4.2001
10) PORTARIA ANP Nº 158, DE 11.9.2002 - DOU 12.9.2002
11) PORTARIA ANP Nº 159, DE 11.9.2002 - DOU 12.9.2002
12) PORTARIA ANP Nº 160, DE 11.9.2002 - DOU 12.9.2002
13) PORTARIA ANP Nº 46, DE 19.3.2003 - DOU 24.3.2003
14) PORTARIA ANP Nº 101, DE 11.4.2003 - DOU 14.4.2003
15) PORTARIA ANP Nº 108, DE 15.4.2003 - DOU 16.4.2003
16) PORTARIA ANP Nº 288, DE 11.11.2003 - DOU 12.11.2003
17) PORTARIA ANP Nº 19, DE 13.2.2004 - DOU 19.2.2004
18) PORTARIA ANP Nº 47, DE 29.3.2004 - DOU 30.3.2004
19) PORTARIA ANP Nº 173, DE 26.8.2004 - DOU 27.8.2004
20) PORTARIA ANP Nº 213, DE 4.10.2006 - DOU 5.10.2006
21) PORTARIA ANP Nº 244, DE 30.10.2006 - DOU 1º.11.2006
22) PORTARIA ANP Nº 248, DE 9.11.2006 - DOU 10.11.2006
23) PORTARIA ANP Nº 253, DE 28.11.2006 - DOU 29.11.2006
24) PORTARIA ANP Nº 81, DE 27.4.2007 - DOU 30.4.2007 - RETIFICADA DOU 7.5.2007
25) PORTARIA ANP Nº 97, DE 25.5.2007 - DOU 28.5.2007 - RETIFICADA DOU 4.6.2007
26) PORTARIA ANP Nº 159, DE 22.8.2007 - DOU 23.8.2007
27) PORTARIA ANP Nº 203, DE 30.10.2007 - DOU 31.10.2007
28) PORTARIA ANP Nº 215, DE 29.11.2007 - DOU 30.11.2007
29) PORTARIA ANP Nº 155, DE 30.4.2008 - DOU 2.5.2008
30) PORTARIA ANP Nº 166, DE 14.5.2008 - DOU 15.5.2008
31) PORTARIA ANP Nº 212, DE 30.7.2008 - BPE 7.8.2008
32) PORTARIA ANP Nº 234, DE 21.8.2008 - BPE 22.8.2008
33) PORTARIA ANP Nº 259, DE 10.9.2008 - BPE 10.9.2008
34) PORTARIA ANP Nº 381, DE 16.12.2008 - DOU 17.12.2008
35) PORTARIA ANP Nº 18, DE 10.2.2009 - BPE 11.2.2009
36) PORTARIA ANP Nº 42, DE 10.3.2009 - BPE 13.3.2009
37) PORTARIA ANP Nº 78, DE 31.3.2010 - DOU 1.4.2010
38) PORTARIA ANP Nº 181, DE 27.7.2010 - DOU 28.7.2010
39) PORTARIA ANP Nº 203, DE 18.8.2010 - BPE 20.8.2010
40) PORTARIA ANP Nº 1, DE 4.1.2011 - BPE 7.1.2011
41) PORTARIA ANP Nº 173, DE 14.7.2011 - BPE 14.7.2011
42) PORTARIA ANP Nº 174, DE 14.7.2011 - BPE 18.7.2011
43) PORTARIA ANP Nº 175, DE 14.7.2011 - BPE 18.7.2011
44) PORTARIA ANP Nº 189, DE 28.7.2011 - DOU 29.7.2011 - RETIFICADA DOU 21.9.2011
45) PORTARIA ANP Nº 199, DE 25.8.2011 - DOU 26.8.2011
46) PORTARIA ANP Nº 270, DE 1º.12.2011 - DOU 2.12.2011
47) PORTARIA ANP Nº 233, DE 20.7.2012 - DOU 23.7.2012
48) PORTARIA ANP Nº 274, DE 1º.10.2012 - BPE 1º.10.2012
49) PORTARIA ANP Nº 287, DE 1º.10.2012 - DOU 2.10.2012
50) PORTARIA ANP Nº 315, DE 25.10.2012 - BPE 25.10.2012
51) PORTARIA ANP Nº 371, DE 20.12.2012 - BPE 28.12.2012
52) PORTARIA ANP Nº 67, DE 28.03.2013 - DOU 1.4.2013
53) PORTARIA ANP Nº 92, 7.5.2013 - BPE 10.5.2013
54) PORTARIA ANP Nº 106, DE 29.5.2013 - DOU 31.5.2013
55) PORTARIA ANP Nº 163, DE 31.7.2013 - DOU 1.8.2013
56) PORTARIA ANP Nº 180, DE 21.08.2013 - BPE 27.08.2013
57) PORTARIA ANP Nº 186, DE 29.08.2013 - BPE DE 03.09.2013
58) PORTARIA ANP Nº 187, DE 29.8.2013 - DOU 30.8.2013
59) PORTARIA ANP Nº 213, DE 01.10.2013 - BPE 7.10.2013
60) PORTARIA ANP Nº 217, DE 11.10.2013 - DOU 14.10.2013
61) PORTARIA ANP Nº 248, DE 14.11.2013 - DOU 18.11.2013
62) PORTARIA ANP Nº 289, DE 31.12.2013 - BPE 2.1.2014
63) PORTARIA ANP Nº 94, DE 14.3.2014 - BPE 17.3.2014
64) PORTARIA ANP Nº 206, DE 27.5.2014 - BPE 27.5.2014
65) PORTARIA ANP Nº 292, DE 6.8.2014 - DOU 7.8.2014
66) PORTARIA ANP Nº 328, DE 28.8.2014 - DOU 29.8.2014
67) PORTARIA ANP Nº 93, DE 15.4.2015 - BPE 27.4.2015
68) PORTARIA ANP Nº 217, DE 30.7.2015 - DOU 31.7.2015
69) PORTARIA ANP Nº 219, DE 7.8.2015 - BPE 10.8.2015
70) PORTARIA ANP Nº 232, DE 28.8.2015 - DOU 31.8.2015
71) PORTARIA ANP Nº 245, DE 3.9.2015 - BPE 8.9.2015
72) PORTARIA ANP Nº 284, DE 14.10.2015 - BPE 15.10.2015
73) PORTARIA ANP Nº 248, DE 28.7.2016 - DOU 29.7.2016
74) PORTARIA ANP Nº 263, DE 1º.8.2016 - DOU 2.8.2016
75) PORTARIA ANP Nº 277, DE 29.8.2016 - DOU 31.8.2016
76) PORTARIA ANP Nº 373, DE 4.11.2016 - DOU 7.11.2016
77) PORTARIA ANP Nº 380, DE 17.11.2016 - BPE 17.11.2016 - RETIFICADA BPE 17.11.2016
78) PORTARIA ANP Nº 453, DE 19.12.2016 - BPE 21.12.2016
79) PORTARIA ANP Nº 455, DE 19.12.2016 - BPE 20.12.2016
80) PORTARIA ANP Nº 78, DE 13.2.2017 - BPE 14.2.2017
81) PORTARIA ANP Nº 181, DE 19.4.2017 - DOU 20.4.2017
82) PORTARIA ANP Nº 192, DE 26.4.2017 - DOU 27.4.2017
83) PORTARIA ANP Nº 367, DE 2.8.2017 - DOU 3.8.2017
84) PORTARIA ANP Nº 368, DE 2.8.2017 - DOU 3.8.2017
85) PORTARIA ANP Nº 385, DE 30.8.2017 - DOU 31.8.2017
86) PORTARIA ANP Nº 435, DE 11.10.2017 - RETIFICADA BPE 19.10.2017
87) PORTARIA ANP Nº 487, DE 29.11.2017 - DOU 30.11.2017
88) PORTARIA ANP Nº 488, DE 29.11.2017 - DOU 30.11.2017 - RETIFICADA DOU 13.12.2017
89) PORTARIA ANP Nº 496, DE 7.12.2017 - BPE 8.12.2017
90) PORTARIA ANP Nº 12, DE 17.1.2018 - BPE 17.1.2018
91) PORTARIA ANP Nº 14, DE 17.1.2018 - DOU 18.1.2018
92) PORTARIA ANP Nº 131, DE 09.04.2018 - BPE 10.04.2018
93) PORTARIA ANP Nº 170, DE 26 DE ABRIL DE 2018 - DOU 27.4.2018
94) PORTARIA ANP Nº 171, DE 26 DE ABRIL DE 2018 - DOU 27.4.2018
95) PORTARIA ANP Nº 295, DE 20.7.2018 - DOU 23.7.2018
96) PORTARIA ANP Nº 325, DE 29.8.2018 - BPE 29.8.2018
97) PORTARIA ANP Nº 328, DE 30.8.2018 - DOU 31.8.2018
98) PORTARIA ANP Nº 397, DE 10.10.2018 - DOU 11.10.2018 - RETIFICADA DOU 19.10.2018
99) PORTARIA ANP Nº 42, DE 1.2.2019 - DOU 4.2.2019
100) PORTARIA ANP Nº 292, DE 5.7.2019 - BPE 8.7.2019
101) PORTARIA ANP Nº 293, DE 5.7.2019 - BPE 8.7.2019
102) PORTARIA ANP Nº 309, DE 12.7.2019 - DOU 15.7.2019
103) PORTARIA ANP Nº 383, DE 21.8.2019 - DOU 23.8.2019
104) PORTARIA ANP Nº 546, DE 16.12.2019 - DOU 17.12.2019
105) PORTARIA ANP Nº 557, DE 19.12.2019 - DOU 20.12.2019
106) PORTARIA ANP Nº 15, DE 31.01.2020 - DOU 04.03.2020
107) PORTARIA ANP Nº 39, DE 20.02.2020 - DOU 21.02.2020
108) PORTARIA ANP Nº 58, DE 12.03.2020 - BPE 12.03.2020
109) PORTARIA ANP Nº 61, DE 12.03.2020 - DOU 13.03.2020
110) PORTARIA ANP Nº 69, DE 13.03.2020 - BPE 13.03.2020
111) PORTARIA ANP Nº 70, DE 16.03.2020 - BPE 16.03.2020
112) PORTARIA ANP Nº 77, DE 17.03.2020 - DOU 18.03.2020
113) PORTARIA ANP Nº 85, DE 25.03.2020 - BPE 25.03.2020
114) PORTARIA ANP Nº 88, DE 25.03.2020 - BPE 25.03.2020
115) PORTARIA ANP Nº 101, DE 30.03.2020 - BPE 30.3.2020
116) PORTARIA ANP Nº 127, DE 15.04.2020 - BPE 15.04.2020
117) PORTARIA ANP Nº 150, DE 26.05.2020 - BPE 26.05.2020
118) PORTARIA ANP Nº 193, DE 17.06.2020 - BPE 17.06.2020
119) PORTARIA ANP Nº 205, DE 29.06.2020 - BPE 30.06.2020
120) PORTARIA ANP Nº 207, DE 01.07.2020 - BPE 02.07.2020

III - Instruções Normativas:

Série Gestão Interna

1) IN nº 1/1999 - Reuniões de Diretoria
2) IN nº 5/2002 - Gestão de Documentos
3) IN nº 8/2004 - Audiências e Consultas Públicas
4) IN nº 10/2012 - Centro de Documentação e Informação
5) IN nº 11/2016 - Atuação da Auditoria e outras Providências
6) IN nº 12/2017 - Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANP
7) IN nº 13/2017 - Procedimentos relativos a Comitês, Comissões e Grupos de Trabalhos no âmbito da ANP
8) IN nº 14/2018 - Processo de regulamentação das atividades da indústria do petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis
9) IN nº 15/2018 - Procedimentos de apuração, pagamento e auditoria da subvenção econômica à comercialização do óleo diesel
10) IN nº 16/2019 - Correição

Série Gestão Técnica

11) IN nº 1/2010 - Enquadramento de projetos de produção e de processamento de gás natural e de projetos de dutovias no REIDI
12) IN nº 1/2012 - Devolução de prazo a concessionários de E& P em razão de atraso em processo de licenciamento ambiental
13) IN nº 2/2016 - Leilão de Biodiesel
14) IN nº 3/2016 - Procedimentos de Fiscalização
15) IN nº 4/2016 - Destinação de bens advindos da aplicação de pena de perdimento de produtos apreendidos

Série Recursos Humanos

16) IN nº 3/1999 - Movimentação Interna de Pessoal

Série Financeira Administrativa

17) IN nº 3/1999 - Viagens a Serviço
18) IN nº 4/1999 - Aquisição de Bens e Contratação de Obras e Serviços
19) IN nº 5/2001 - Requisição de Material de Almoxarifado

20) IN nº 6/2001 - Utilização do Serviço de Transporte

21) IN nº 7/2001 - Utilização do Serviço de Reprografia

22) IN nº 8/2002 - Gestão de Bens Móveis

23) IN nº 9/2006 - Descentralização de Recursos entre Órgãos da Administração Pública Federal

24) IN nº 10/2008 - Utilização de Aparelho Telefônico Móvel

25) IN nº 11/2009 - Critérios Operacionais para Execução das Despesas

26) IN nº 12/2010 - Celebração e Acompanhamento da Execução dos Convênios, Termos de Cooperação e Acordos

27) IN nº 12/2011 - Utilização de Vagas de Garagem

Série Segurança Operacional

28) IN nº 1/2009 - Verificação de Incidentes

DESPACHO ANP Nº 805, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com base nas deliberações tomadas na 1.022ª Reunião de Diretoria, de 24 de setembro de 2020, e nas disposições da Resolução ANP nº 50, de 25 de Novembro de 2015, que aprova o Regulamento Técnico nº 03/2015, nego provimento ao recurso interposto por PetroRio White Shark Petróleo Ltda (antiga Frade Japão Petróleo Ltda), inscrita no CNPJ sob o nº 03.255.266/0001-73, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conforme Processo Administrativo nº 48610.000173/2018-11.

RAPHAEL NEVES MOURA
Diretor-Geral
Interino

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 681, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 8, de 08/03/2007, e o que consta do processo nº 48610.210138/2020-15, autoriza a empresa SIVIERO DIESEL LTDA, CNPJ nº 76.592.286/0001-03, a exercer a atividade de transportador revendedor retalhista.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 682, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.210138/2020-15, autoriza a empresa SIVIERO DIESEL LTDA, CNPJ nº 76.592.286/0001-03, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista, localizada na Rua Porto Alegre, nº 370, Xanxerê/SC - CEP: 89.820-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -26:52:17,570; -52:23:32,810 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m³.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,54	6,11	30,00	II e III	Horizontal aéreo
02	2,54	6,11	30,00	II e III	Horizontal aéreo
03	2,54	6,11	30,00	II e III	Horizontal aéreo
04	2,54	6,11	30,00	II e III	Horizontal aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 683, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.211311/2020-01, autoriza a empresa ALPES DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ nº 10.354.704/0006-20, a operar a instalação compartilhada de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação localizada na Rodovia da Balsinha, s/nº , km 18, Zona Rural, Iguatemi, MS, CEP 79960-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -23:10:2,4100; - 54:23:30,9900 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 14.247,75 m³. Fica revogada a Autorização ANP nº 567 de 13/08/2020.

Integram a Base Compartilhada as seguintes empresas:

Distribuidora	CNPJ	Participação (m³)	Participação (%)
ALPES DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. (Responsável)	10.354.704/0006-20	2.250,00	15,79
ECOLÓGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. (Administrada)	02.798.067/0009-04	8.997,75	63,17
VETOR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. (Administrada)	04.677.033/0005-55	750,00	5,26
IMPÉRIO COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA. (Administrada)	36.122.677/0001-40	750,00	5,26
PETRORIENTE DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA (Administrada)	37.020.090/0001-92	750,00	5,26
EASY PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA (Administrada)	37.339.109/0001-68	750,00	5,26

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade Nominal (m³)	Classe	Tipo
1	22,40	12,49	4.749,25	I, II ou III	Vertical aéreo
2	22,42	12,49	4.749,25	I, II ou III	Vertical aéreo
3	22,41	12,49	4.749,25	I, II ou III	Vertical aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 684, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo nº 48610.214849/2020-69, autoriza a empresa EASY PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ 37.339.109/0001-68, a exercer a atividade de como distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 800, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base no Art. 30, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/CE0011574	BALAGAZ COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	07.849.047/0001-73	48610.001368/2007-18
001/GLP/PR0006211	DORTA & DORTA COMERCIO DE GAS LTDA - ME	05.592.321/0001-46	48610.008113/2005-14
GLP/MA0216627	GASOLEOS SANTA TEREZINHA LTDA - ME	09.123.991/0001-74	48610.008576/2012-13
GLP/RN0208377	INTERIOR GAS LTDA	04.023.548/0001-08	48610.007851/2011-92
001/GLP/MS0004303	IRACEMA PATUSSI QUAIO ME	24.647.810/0001-00	48610.003846/2005-62
GLPPE0311854	JOSE JUSTINO ALVES	23.095.437/0004-02	48610.013427/2018-53
GLP/MG0222914	JOSE WANDERLEY PEREIRA DE SOUZA 53470788634	18.360.635/0001-65	48610.010203/2013-85
GLPGO0351004	LEONARDO JACINTO SILVA MACHADO	33.910.059/0001-76	48610.008343/2019-89
GLP/PR0245562	LOJA DE GÁS SÃO RAFAEL LTDA - ME	23.880.833/0002-70	48610.004810/2018-11
GLP/PR0245733	M. E.L.F.SUPERMERCADOS LTDA	24.361.759/0001-68	48610.005205/2018-67
GLPDF0306376	M.A GUIMARAES DIAS FILHO - COMERCIO DE GAS	30.329.118/0001-29	48610.010333/2018-22
001/GLP/RS0013182	POSTO DO CEDRO COMÉRCIO DE COMB. E LUBRIFICANTES LTDA.	03.139.181/0001-20	48610.003478/2007-14
GLP/MG0180871	REAL GÁS DISTRIBUIDORA LTDA.	04.097.222/0001-25	48610.012790/2009-61
GLP/SP0234329	VERA REGINA ZANCHETTA DOS SANTOS 16459224803	24.013.406/0001-77	48610.004933/2016-90

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 801, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0085772	AUTO POSTO CABEÇA BRANCA LTDA.	59.258.699/0002-18	48610.011724/2010-15
PR/DF0005268	AUTO POSTO MILLENNIUM 2000 LTDA	03.261.491/0007-08	48610.003129/2001-15
PR/MT0173470	AUTO POSTO VISTA NOBRE EIRELI	22.083.424/0001-08	48610.012953/2015-53
PR/RS0176168	AUTO SERVICO LINDOLFO COLLOR LTDA	96.735.022/0010-60	48610.006598/2016-64
PR/RS0186351	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS BONATTO LTDA.	12.076.554/0002-32	48610.001696/2018-77
PR/SC0011915	MARIAN MATTER DIST. E COM. DE COMB. LTDA	02.882.522/0001-90	48610.012858/2001-54
PR/GO0191954	NETELLER COMBUSTIVEIS EIRELI	29.808.253/0001-78	48610.001122/2019-80
PR/SP0004567	PARISE & COMER LTDA	61.813.572/0001-84	48610.003950/2001-23
PR/MG0060243	POSTO AEL TRANSABRIL P. A. LTDA.	07.750.236/0001-94	48610.008262/2008-26
PR/RS0178756	SIM REDE DE POSTOS LTDA	07.473.735/0123-50	48610.014162/2016-49

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 802, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PB0202656	AFL GAS NATURAL LTDA	09.200.728/0001-31	48610.004177/2020-85
PR/RR0202658	AUTO POSTO COLINA LTDA	02.128.933/0001-94	48610.005024/2020-55
PR/MG0202676	AUTO POSTO LAMAPE LTDA	35.423.595/0001-72	48610.004824/2020-59
PR/SP0202657	AUTO POSTO MAX ENERGY LTDA	34.579.905/0001-80	48610.004910/2020-61
PR/PA0202696	AUTO POSTO NORTE PARA EIRELI	17.827.292/0004-86	48610.005586/2020-07
PR/PR0202697	AUTO POSTO ONYX LTDA	34.748.688/0001-04	48610.005587/2020-43
PR/SP0202699	AUTO POSTO TEIXEIRA DE PONGAI LTDA.	19.728.402/0001-35	48610.005598/2020-23
PR/PR0202698	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS SERRAIA LTDA	36.991.113/0001-43	48610.005592/2020-56
PR/MG0202677	E.R. VIEIRA POSTOS EIRELI	34.534.276/0001-71	48610.005585/2020-54
PR/BA0202659	SAO PEDRO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES EIRELI	22.159.186/0001-69	48610.005164/2020-23

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 803, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/AM0202202	L. B. SILVESTRE EIRELI	34.276.995/0001-30	48610.001218/2020-81

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 806, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo nº 48610.214849/2020-69, declara habilitada a empresa EASY PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ 37.339.109/0001-68, como distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 804, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018 e a Resolução de Diretoria nº 413, de 27 de agosto de 2020, considerando o que consta do Processo ANP nº 48610.203980/2018-86, resolve:

Art. 1º A Autorização ANP nº 421, de 22/06/2020, publicada no DOU de 23/06/2020, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A.:

Art. 2º-A. Ficam suspensas as obrigações dos produtores de etanol em recuperação judicial, relativas à comprovação de regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal (CNDs), enquanto perdurar a situação de recuperação judicial.

Art. 2º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.378, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 498/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.54451, resolve:

Declarar anistiado político post mortem IZAIAS DA MATA FILHO, filho de MARIA GOMES MARTINS DA MATA, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/01/1967 a 31/12/1970, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.379, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 499/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.50110, resolve:

Declarar anistiado político post mortem MARCELINO JOÃO BORTOLETI, filho de MARIA ZAMPIZON, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/01/1970 a 31/12/1972, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.380, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 500/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67861, resolve:

Declarar anistiado político post mortem EXPEDITO GUERRA DE SOUSA, filho de DORCIONILIA MARIA DE JESUS, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/01/1973 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.381, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 501/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55507, resolve:

Declarar anistiado político post mortem ANTÉRO MARTINAZZO, filho de IDA MARTINAZZO, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/01/1969 a 31/12/1972, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.382, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 502/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60594, resolve:

Declarar anistiado político post mortem WALTER ANSANELLO, filho de MARIA DE GASPERI, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/02/1969 a 31/01/1973, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.383, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 503/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72253, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JOSÉ ANDRADE, filho de MARIA MADALENA DE ANDRADE, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, dos períodos compreendidos de 01/01/1971 a 31/12/1972 e de 01/01/1973 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.384, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 504/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67294, resolve:

Declarar anistiado político post mortem ARIOVALDO LUIZ BIER, filho de OLMIRA FRANCO BIER, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 29/12/1968 a 31/12/1972, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.385, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 507/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70568, resolve:

Declarar anistiado político OSÓRIO VALTER PIETRÂNGELO, inscrito no CPF sob o nº 013.485.669-49, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/02/1973 a 01/02/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.386, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 508/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68221, resolve:

Declarar anistiado político post mortem PEDRO SEVERINO, filho de MARIA REIS, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 27/10/1965 a 30/01/1969, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.387, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 289/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71327, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HILÁRIO FURLANETTO, inscrito no CPF sob o nº 387.942.170-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 287/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71420, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO HÉLIO VENDRAME, inscrito no CPF sob o nº 336.772.209-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.389, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 286/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71330, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO LIBRELATO, inscrito no CPF sob o nº 119.260.749-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.390, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 285/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71331 resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SADI CADONÁ, inscrito no CPF sob o nº 189.757.040-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.391, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 284/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71332, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARNALDO HOSSEL, inscrito no CPF sob o nº 026.859.499-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.392, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 283/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71333, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CESLAU SKRZYPCZAK, inscrito no CPF sob o nº 036.909.709-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.393, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 282/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71334, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ILDO DOMINGOS CENTENARO, inscrito no CPF sob o nº 283.613.009-10.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.394, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 281/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71335, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DANIEL VOSS, inscrito no CPF sob o nº 368.505.009-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.395, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 279/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71342, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ENIO BERNARDO HAMES, filho de EMA HAMES.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.397, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 265/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71352, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LORIS BENTO PONTES, inscrito no CPF sob o nº 608.366.109-97.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.398, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 263/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71425, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADELIO JAIR DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 336.001.989-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.399, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 262/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71426, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VERCIDINO GETULIO ORO, inscrito no CPF sob o nº 165.788.139-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.400, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 257/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71433, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de RUI OSMAR WENTZ, filho de WILMA WENTZ.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.401, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 255/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71397, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LEOPOLDO HONSE, inscrito no CPF sob o nº 220.354.359-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.402, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 252/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71391, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WANDERLEY PILONI, inscrito no CPF sob o nº 201.913.839-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.403, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 249/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71399, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RUI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 026.816.179-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.404, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 247/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71395, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ELOIR COPETTI, inscrito no CPF sob o nº 628.017.329-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.405, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 246/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71400, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ZELINDO BURATTI, filho de MABILE BURATTI.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.406, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 236/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71398, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALCENO BECKER DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº 033.995.910-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.407, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 235/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71296, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JAIR DOS SANTOS MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 152.660.369-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.408, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 535/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69850, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VENDELINO SILVA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 683.969.889-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.409, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 539/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70129, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PEDRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 255.244.290-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.410, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 561/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70127, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIS CARLOS PINZON, inscrito no CPF sob o nº 662.799.689-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.411, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 567/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69803, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DENIS RODRIGUES DE MELLO, inscrito no CPF sob o nº 370.144.479-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.412, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 597/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68878, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARTEMIO BEBBER, inscrito no CPF sob o nº 300.552.619-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.413, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 612/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69145, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OSVALDO RAMOS DE ANDRADE, inscrito no CPF sob o nº 091.622.405-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.414, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 600/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68851, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OZORIO TEODORO, inscrito no CPF sob o nº 222.562.029-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.415, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 601/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68726, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por AGENOR CANALLI, inscrito no CPF sob o nº 176.944.189-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.416, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 624/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72365, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARCELO LEANDRO BALDUINO, inscrito no CPF sob o nº 615.919.209-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.417, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 620/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72680, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CLAUDIO APARECIDO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 453.008.109-59.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.418, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 615/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70490, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GENIVALDO MENEZES FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 111.271.122-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.419, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 614/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08802.002280/2020-19 (2020.01.78866), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SAMUEL GUIMARÃES, inscrito no CPF sob o nº 992.579.807-82.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.420, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 482/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71372, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROQUE VALIATI, inscrito no CPF sob o nº 662.198.509-63.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.421, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 481/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71404, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JULIO BRATKOSKI, inscrito no CPF sob o nº 240.983.709-30.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.422, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 480/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71466, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SANSÃO PINHEIRO, inscrito no CPF sob o nº 395.280.579-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.423, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 479/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038325/2015-61 (2015.01.75587), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO ANTONIAK OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 127.092.479-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.424, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 454/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038333/2015-16 (2015.01.75605), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por THADEUS CIUPAK, inscrito no CPF sob o nº 225.658.099-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.425, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 453/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038303/2015-00 (2015.01.75598), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GERALDO STORKI, inscrito no CPF sob o nº 067.697.999-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.426, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 452/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038284/2015-11 (2015.01.75833), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARESTIDES ALVES DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 059.750.939-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.427, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 447/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038283/2015-69 (2015.01.75595), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GERMANO ALBERTO KROHN, inscrito no CPF sob o nº 165.973.979-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.428, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 444/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038294/2015-49 (2015.01.75740), resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de GENTIL MORAIS DA CRUZ, filho de MARIA LUIZA DE MORAIS.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.429, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 417/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038317/2015-15 (2015.01.75591), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LAURO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº 157.456.789-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.430, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 413/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038315/2015-26 (2015.01.75592), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por THEOPHILO JOSE CORDEIRO, inscrito no CPF sob o nº 297.373.629-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.431, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 408/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038324/2015-17 (2015.01.75586), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOEL FERREIRA DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 125.509.149-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.432, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 406/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 08000.038307/2015-80 (2015.01.75731), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALFREDO ROQUE REZENDE, inscrito no CPF sob o nº 257.928.149-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.433, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 404/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71329, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO MARIO VIEIRA DO PRADO, inscrito no CPF sob o nº 028.569.309-30.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.434, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 395/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71317, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALGEMIRO VASCO, inscrito no CPF sob o nº 284.925.959-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.435, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 387/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71348, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DELSIO SENN, inscrito no CPF sob o nº 644.231.829-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.436, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 381/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71350, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ESPEDITO DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 553.895.119-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.437, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 380/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71298, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por SEVERINO BALDASSO, inscrito no CPF sob o nº 084.091.619-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.438, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 385/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71346, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIS CARLOS PELECK, inscrito no CPF sob o nº 553.671.359-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.439, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 740/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73864, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CLAUDIA BENTO TEIXEIRA, inscrita no CPF sob o nº 002.761.567-73.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.440, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 723/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73819, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO NUNES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 366.749.407-63.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.441, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 721/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73730, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ERIVALDO FREITAS SILVA, inscrito no CPF sob o nº 727.334.032-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.442, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 719/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73728, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JEISA CELESTE DE ALMEIDA NOGUEIRA, inscrita no CPF sob o nº 299.118.262-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.443, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 684/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73713, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por TALITA MENEZES DO NASCIMENTO, inscrita no CPF sob o nº 070.819.077-41.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.444, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 683/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73712, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALEXANDRA PRISCILA MENEZES DO NASCIMENTO, inscrita no CPF sob o nº 086.632.067-98.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.445, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 660/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73654, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ADENIR FRANCISCO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 557.149.351-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.446, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 152/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69104, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JALMIR GIBBON FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 355.273.150-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.447, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 147/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68531, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSE DIEGO FERREIRA MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 749.475.590-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.448, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 309/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68959, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OLÍMPIA GERALDA BACELAR PRADO, inscrita no CPF sob o nº 489.230.876-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.449, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 238/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71174, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIS OLAVO BRANDIMILLER, inscrito no CPF sob o nº 153.981.058-50.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.450, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 211/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72214, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DINALVA DE SOUZA GIL OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 618.916.901-59.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.451, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 198/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71624, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROSILÉIA RODRIGUES CARDOSO, inscrita no CPF sob o nº 498.432.141-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.452, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 171/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71593, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARINALVA ALVES DE SOUSA, inscrita no CPF sob o nº 018.052.121-76.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.453, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 170/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71589, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLINDO LIMA DE MACENA, inscrito no CPF sob o nº 610.628.632-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.454, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 168/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71169, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RONALDO PEREIRA MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 006.530.911-17.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.455, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 844/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74246, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANDRE GUIMARÃES ANTUNES, inscrito no CPF sob o nº 579.298.230-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.456, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 839/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74222, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FLORITA DE ALMEIDA PALMAR FIGUEREDO, inscrita no CPF sob o nº 000.891.979-84.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.457, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 178/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71568, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JANINE ANDREIV RODRIGUES, inscrita no CPF sob o nº 595.105.019-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.458, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 485/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.44048, resolve:

Declarar anistiado político ABRAÃO ANSELMO DE QUADROS, inscrito no CPF sob o nº 048.254.979-34, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31/01/1973 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.459, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 486/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.45422, resolve:

Declarar anistiado político AMILCAR DE MATOS, inscrito no CPF sob o nº 021.808.129-49, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 02/02/1970 a 31/01/1973, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.460, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 487/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.56776, resolve:

Declarar anistiado político post mortem JACINTO PEREIRA SABINO, filho de MARIA ALVES PIMENTEL, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/01/1967 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.461, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 488/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.45428, resolve:

Declarar anistiado político post mortem PAULO NOBRE ALENCAR, filho de FLORINDA NOBRE DE ALENCAR, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31/01/1973 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.462, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 489/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.24155, resolve:

Declarar anistiado político GERALDO PEREIRA DE FARIAS, inscrito no CPF sob o nº 058.512.384-53, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31/01/1973 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.463, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 490/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66521, resolve:

Declarar anistiado político LUIZ GONZAGA PIRES MATHIAS, inscrito no CPF sob o nº 600.028.838-72, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/02/1969 a 31/12/1972, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.464, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 491/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66589, resolve:

Declarar anistiado político ALEXANDRE LOIOLA DE ALENCAR, inscrito no CPF sob o nº 024.488.743-87, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31/01/1973 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.465, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 492/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68693, resolve:

Declarar anistiado político LEANDRO BARBOSA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 192.089.368-72, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, dos períodos compreendidos de 25/04/1967 a 20/03/1969 e de 01/01/1973 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.466, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 493/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72948, resolve:

Declarar anistiado político WILSON JOÃO CIGNACHI, inscrito no CPF sob o nº 123.174.970-91, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/01/1969 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.467, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 494/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66570, resolve:

Declarar anistiado político post mortem COSME PINHEIRO SILVA, filho de JOANA PINHEIRO SILVA, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31/01/1967 a 31/12/1970, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.468, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 495/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67191, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ HONORATO DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 027.720.515-87, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 27/10/1965 a 04/07/1975, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.469, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 496/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69108, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ ALCURE DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 114.137.277-00, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 31/01/1971 a 25/01/1973, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.470, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 497/2020/DSCA/CSF/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação das Súmulas Administrativas nº 2003.07.0013/CA e nº 2006.07.0016/CA, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.38848, resolve:

Declarar anistiado político JOSÉ BRITO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 019.431.112-00, e conceder contagem de tempo, para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social, do período compreendido de 01/01/1967 a 31/12/1970, nos termos do artigo 1º, inciso I, e artigo 2º, inciso XIII e §1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.471, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 288/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68294, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANA LEILA ALVES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 375.186.662-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.472, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 290/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66644, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MARIA DA PAZ DOS REIS BEDULI, inscrita no CPF sob o nº 108.713.572-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.473, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 261/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68476, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO FERREIRA COSTA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.474, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 259/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68507, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VALDECI ALVES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 411.128.902-97.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.475, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 114/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.036759/2015-27 (2015.01.75484), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DIONE LIMA DE SOUSA, inscrita no CPF sob o nº 877.533.672-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.476, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 302/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71473, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IRINEU AKSELRUD DE SEIXAS, inscrito no CPF sob o nº 011.307.638-03.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.477, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 179/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71609, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RICARDO LIMA GOMES, inscrito no CPF sob o nº 024.064.331-37.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.478, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 220/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.045886/2016-06 (2016.01.76447), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ RIBEIRO ARAÚJO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 473.141.331-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.479, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 214/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.71752, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ALINNE PORFÍRIO DE SOUSA, inscrita no CPF sob o nº 003.955.111-35.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.480, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 208/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72293, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOVANE PORFÍRIO DIAS, inscrito no CPF sob o nº 036.368.851-03.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.481, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 202/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71658, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDINALDO MENDES RODRIGUES, inscrito no CPF sob o nº 414.336.531-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.482, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 183/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71611, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EMIVAL RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 176.414.542-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.483, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 180/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70628, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PEDRO RODRIGUES PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 168.565.972-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.484, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 177/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71595, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OZANO DAMASCENO LIMA, inscrito no CPF sob o nº 582.505.812-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.485, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 165/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.70439, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DINISIO GOMES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 791.587.141-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.486, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 164/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.043348/2017-50 (2017.01.77312), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ DA CUNHA BRITO, inscrito no CPF sob o nº 619.200.612-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.487, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 153/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 08000.051720/2017-00 (2017.01.77456), resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CÍCERO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 263.699.151-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.488, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 151/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70255, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAIMUNDA RIBEIRO DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 583.686.042-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.489, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 150/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69943, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAIMUNDO NONATO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 271.320.641-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.490, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 149/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.68997, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAIMUNDO BRITO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 108.753.548-40.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.491, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 120/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.66557, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por IEDA LUCIA BARBOSA BASTOS, inscrita no CPF sob o nº 081.166.838-02.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.492, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 118/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 2/2019, publicado no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2019, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68117, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MISAEL CÂNDIDO DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 771.921.177-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.493, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 364/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71301, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARLINDO BELLORINI, inscrito no CPF sob o nº 127.773.589-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.494, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 361/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71303, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PAULO LUIZ BORTOLANZA, inscrito no CPF sob o nº 146.273.969-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.495, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 360/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71341, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ELIO JOSÉ SCHAEDLER, filho de ROMILDA SCHAEDLER.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.496, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 359/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71405, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ DA COSTA MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 213.036.229-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.497, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 358/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71402, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CLAUDIONOR DA PAZ CAPELANI, inscrito no CPF sob o nº 557.024.579-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.498, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 357/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71408, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LÚCIO ALVES PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 663.596.609-97.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.499, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 356/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72343, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ PASSENKO, inscrito no CPF sob o nº 643.546.289-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.500, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 355/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72332, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROBERCIL DA ROCHA PARREIRA, inscrito no CPF sob o nº 925.962.077-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.501, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 354/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71373, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROMILDO KUKOWITSCH, inscrito no CPF sob o nº 241.023.009-10.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.502, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 353/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71356, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por OSVALDO ROSALEN, inscrito no CPF sob o nº 644.215.899-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.503, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 352/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71353, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JARDELINO FARINA, inscrito no CPF sob o nº 308.027.849-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.504, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 351/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71409, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ MIGLIATI VERMELHO, inscrito no CPF sob o nº 697.792.369-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.505, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 350/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71385, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ELISBÃO RAMÃO CRISTALDO, inscrito no CPF sob o nº 334.540.609-82.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.506, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 349/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71412, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EDSON AGLIARDI, inscrito no CPF sob o nº 663.605.799-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.507, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 346/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71416, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de JOÃO GIRARDI, filho de TERESA GIRARDI.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.508, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 348/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71413, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DAVID MARTINES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 023.279.068-06.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.509, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº

340/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71386, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ CARLOS VEZZARO, inscrito no CPF sob o nº 492.857.509-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.510, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 339/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71351, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIZ DRUCZKOWSKI, inscrito no CPF sob o nº 575.188.159-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.511, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 335/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71390, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ROMALDO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 167.560.299-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.512, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 314/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71417, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PASCHOAL CREMA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 311.493.758-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.513, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 313/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71401, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ACACIO TOLEDO ALVES, inscrito no CPF sob o nº 198.078.649-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.514, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 311/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71300, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ARMELINDO PAZZINI, inscrito no CPF sob o nº 250.103.109-10.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.515, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 310/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71302, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ORACILDO FERREIRA DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 813.349.079-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.516, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 280/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71337, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por VALDEMIRO COCCO.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.517, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 308/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71319, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLINHOS DOMINGOS BATTISTI, inscrito no CPF sob o nº 475.168.959-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.518, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 307/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71324, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANILDO CONTE, inscrito no CPF sob o nº 226.648.820-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.519, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 306/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71326, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por WAGNER PACO, inscrito no CPF sob o nº 598.853.439-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.520, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 303/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71419, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por HERMES CAETANO BRESOLIN MARTELLO, inscrito no CPF sob o nº 156.325.559-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.521, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 394/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71347, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por PEDRO NOGUEIRA DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 043.931.049-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.522, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 393/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71321, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ILGO JOÃO BERNARDI, inscrito no CPF sob o nº 512.899.209-82.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.523, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 391/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71283, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por EGIDIO LEICHTVEIS, inscrito no CPF sob o nº 783.837.909-10.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.524, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 390/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71320, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por DANILO JOSÉ DRECHSLER, inscrito no CPF sob o nº 191.403.209-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.525, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 389/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2012.01.71340, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de MOACIR ANTONIO BERNARDI, filho de OLIVIA BERNARDI.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.526, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002; considerando o Parecer do Relator nº 2119/2019/DSCA/CSF/CGP/CA, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 1/2019, publicado no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2019; e considerando que o Requerimento de Anistia nº 08000.058269/2016-62 (2016.01.76620) funda-se exclusivamente em licenciamento decorrente da Portaria nº 1.104/GM3/1964, e, que esta, por si só, não configura ato de exceção, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por GERALDO FERREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 442.901.954-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.527, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 483/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70042, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por LUIS GONZAGA SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 029.661.662-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.528, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 484/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70037, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ RAMOS RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 046.980.702-44.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.529, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 485/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70034, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ESTEVAM ALVES DE ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 080.432.482-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.530, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 486/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70030, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ERNANE DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 047.794.282-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.531, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 487/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70119, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 066.315.922-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.532, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 488/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70039, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOÃO DA LUZ SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 067.708.002-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.533, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 506/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70043, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por MOACYR DE OLIVEIRA SANTIS, inscrito no CPF sob o nº 104.985.672-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.534, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 517/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70181, resolve:

Indeferir o pedido de anistia post mortem de ANTONIO MARINHO DA ROCHA, filho de TERESA MORAES DA SILVA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.535, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 518/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70180, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO TRAGINO BENTO, inscrito no CPF sob o nº 141.219.302-82.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.536, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 519/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70176, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO DAVI DE ANDRADE FILHO, inscrito no CPF sob o nº 156.550.592-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.537, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 523/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70165, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CLAUDIMIR DE JESUS FARIAS, inscrito no CPF sob o nº 067.721.612-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.538, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 529/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70149, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JONAS PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 123.624.682-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.539, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 532/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70160, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS PORTELA, inscrito no CPF sob o nº 044.440.602-63.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.540, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de

novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 533/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70141, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ DA SILVA ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 047.784.802-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.541, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 534/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70140, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RAIMUNDO CANDIDO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 072.711.152-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.542, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 538/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70133, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por RUBENS FRANCISCO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 047.760.892-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.543, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 560/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69952, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 047.773.362-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.544, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 562/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.70121, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ANCHIETA SEVERO CORDEIRO, inscrito no CPF sob o nº 062.214.595-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.545, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 565/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69948, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CLAUDIMIRO WOLF MOURÃO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 046.964.092-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.546, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 566/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69945, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ ADMILSON DA GAMA, inscrito no CPF sob o nº 037.948.812-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.547, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 592/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69802, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ELVIO LUIZ CONSTANTIN, inscrito no CPF sob o nº 093.652.300-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.548, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 596/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2011.01.69375, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por JOSÉ MARIA FERREIRA CHAVES, inscrito no CPF sob o nº 116.185.742-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.549, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 654/2020/DRAT/CAN/CGP/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação da Súmula Administrativa nº 2003.07.0012/CA, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2003, no Requerimento de Anistia nº 2014.01.73417, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por CARLOS ROBERTO PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 085.951.192-87.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ASSUNTOS DE SOBERANIA NACIONAL E CIDADANIA

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ASSUNTOS DE SOBERANIA NACIONAL E CIDADANIA, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria nº 334, de 2 de setembro de 2020, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1º Criar o Consulado Honorário em Puerto Maldonado, República do Peru, com jurisdição sobre o departamento de Madre de Dios, subordinado à Embaixada em Lima.

Art. 2º Ampliar a jurisdição do Consulado Honorário em Valencia, subordinado ao Consulado-Geral do Brasil em Barcelona, de modo a abranger a Comunidade Autônoma de Valencia e a Região de Murcia.

DAMARES REGINA ALVES FABIO MENDES MARZANO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.549, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do Coronavírus - COVID 19, responsável pela atual pandemia;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei supracitada, resolve:

Art. 1º Os entes federativos elencados no anexo a esta Portaria ficam habilitados a receber recursos referentes ao Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Nacional.

Art. 2º Os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus - COVID 19, previsto na Portaria nº 245/SAES/MS, de 24 de março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do coronavírus.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	19000337702202000	39260003	300.000,00	300.000,00	10122501821C06500
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	19000337703202000	39260017	300.000,00	300.000,00	10122501821C06500
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000337600202000	41120021	225.000,00	225.000,00	10122501821C06500
MG	JUIZ DE FORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUIZ DE FORA	19000337769202000	36820010	100.000,00	100.000,00	10122501821C06500
RJ	SAO JOAO DE MERITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DE MERITI	19000337588202000	39930005	1.000.000,00	1.000.000,00	10122501821C06500
SP	PARIQUERA-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000337766202000	39550005	100.000,00	100.000,00	10122501821C06500
SP	SAO CAETANO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SUS	19000337672202000	39550008	100.000,00	100.000,00	10122501821C06500
SP	VOTORANTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000337481202000	39550005	100.000,00	100.000,00	10122501821C06500
TOTAL			8 PROPOSTAS			2.225.000,00	

PORTARIA Nº 2.550, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
PB	GURJAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GURJAO	36000336981202000	97.000,00	71160001	97.000,00	1030250182E900025	6417086	97.000,00
PB	JOAO PESSOA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA PARAIBA - FESEP	36000336921202000	747.810,00	71160001	747.810,00	1030250182E900025	6355064	747.810,00
PB	JOAO PESSOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000336801202000	200.000,00	71160001	200.000,00	1030250182E900025	2399776	200.000,00
PB	LAGOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000336688202000	100.000,00	71160001	100.000,00	1030250182E900025	6433405	100.000,00
PB	PRINCESA ISABEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRINCESA ISABEL	36000336761202000	211.320,00	71160001	211.320,00	1030250182E900025	6408044	211.320,00
PB	SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA	36000337598202000	200.000,00	71160001	200.000,00	1030250182E900025	2592746	200.000,00
TOTAL			6 PROPOSTAS	1.556.130,00					

PORTARIA Nº 2.551, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000337701202000	250.000,00	14080023	250.000,00	1030250182E900031	4042085	250.000,00
RJ	NOVA FRIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA FRIBURGO	36000336683202000	100.000,00	40390010	100.000,00	1030250182E906500	7962797	100.000,00
SP	IBIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIUNA	36000337599202000	800.000,00	28160012	800.000,00	1030250182E900035	6465765	800.000,00
SP	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000336601202000	250.000,00	22950006	250.000,00	1030250182E903912	2080931	250.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000336881202000	1.230.227,00	41300008	1.230.227,00	1030250182E903928	2077485	1.230.227,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000336962202000	200.000,00	28130014	200.000,00	1030250182E900035	3928721	200.000,00
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	36000336982202000	200.000,00	28130011	200.000,00	1030250182E900035	3928721	200.000,00
TOTAL			7 PROPOSTAS	3.030.227,00					

PORTARIA Nº 2.552, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	BORBA	PMB/SEMSA/FMS	10471924000120001	105.705,00	0004	10302501885350001
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FES	06023708000120008	169.969,00	0004	10302501885350001
GO	GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	37623352000120016	169.317,00	0004	10302501885350001
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	04441389000120005	169.961,00	0004	10302501885350001
PA	CURRALINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CURRALINHO	11441240000120005	118.787,00	0004	10302501885350001
PA	MOCAJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOCAJUBA	11939601000120001	169.936,00	0004	10302501885350001
TOTAL			6 PROPOSTAS	903.675,00		

PORTARIA Nº 2.553, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	RIO PRETO DA EVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICPIO DE RIO PRETO DA EVA	13284015000120002	39580005	249.936,00	249.936,00	10122501821C06500
GO	NOVO BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11260263000120001	29270009	49.976,00	49.976,00	10122501821C06500
MG	VAZANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VAZANTE	13199188000120005	38100008	199.007,00	199.007,00	10122501821C06500
PE	PESQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10488181000120003	41750024	399.688,00	399.688,00	10122501821C06500
PE	PESQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10488181000120004	41750023	239.726,00	239.726,00	10122501821C06500
PE	RECIFE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DE PERNAMBUCO	11430018000120021	41750020	999.626,00	999.626,00	10122501821C06500
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO LIMPO PAULISTA	14018974000120014	25200005	299.991,00	299.991,00	10122501821C06500
SP	PINDORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDORAMA	11861752000120016	25200005	196.940,00	196.940,00	10122501821C06500
TOTAL			8 PROPOSTAS			2.634.890,00	

PORTARIA Nº 2.555, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000120039	544.619,00	0004	10302501885350001
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000120042	845.918,00	0004	10302501885350001
PA	BELEM	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	83369835000120043	322.978,00	0004	10302501885350001
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18017671000120002	999.569,00	0004	10302501885350001
PE	RECIFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41090291000120012	217.395,00	0004	10302501885350001
SP	SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTOS	11939723000120004	697.104,00	0004	10302501885350001
TOTAL			6 PROPOSTAS	3.627.583,00		

PORTARIA Nº 2.556, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	13851748000120042	39.910,00	0004	10302501885350001
SP	SAO PAULO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	13851748000120044	108.366,00	0004	10302501885350001
SP	TAUBATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10480722000120007	169.950,00	0004	10302501885350001
TOTAL			3 PROPOSTAS	318.226,00		

PORTARIA Nº 2.558, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	MUNICIPIO DE BOM JESUS DAS SELVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000338521202000	100.000,00	23880006	100.000,00	1030250182E906500	9147578	100.000,00
MA	COLINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COLINAS	36000338101202000	400.000,00	23880006	400.000,00	1030250182E906500	6575552	400.000,00
MA	SAO JOSE DOS BASILIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS BASILIOS	36000338401202000	106.862,00	23880006	106.862,00	1030250182E906500	7524269	106.862,00
MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	MUNICIPIO DE VILA NOVA DOS MARTIRIOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000337891202000	100.000,00	23880006	100.000,00	1030250182E906500	6915299	100.000,00
MG	JUIZ DE FORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUIZ DE FORA	36000338268202000	100.000,00	39400013	100.000,00	1030250182E906500	2153742	100.000,00
PB	AGUA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA BRANCA	36000338581202000	135.000,00	20280002	135.000,00	1030250182E900025	6426166	135.000,00
TOTAL			6 PROPOSTAS	941.862,00					

PORTARIA Nº 2.559, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do Coronavírus - COVID 19, responsável pela atual pandemia;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei supracitada, resolve:

Art. 1º Os entes federativos elencados no anexo a esta Portaria ficam habilitados a receber recursos referentes ao Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Nacional.

Art. 2º Os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus - COVID 19, previsto na Portaria nº 245/SAES/MS, de 24 de março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do coronavírus.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	BAURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAURU	19000338421202000	39550005	300.000,00	300.000,00	10122501821C06500
TOTAL			1 PROPOSTAS			300.000,00	

PORTARIA Nº 2.570, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MA	SAO LUIS	ESTADO DO MARANHAO - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE / FES	36000322243202000	36.772.522,00	71110003	36.772.522,00	1030250182E900021	6064647	36.772.522,00
TOTAL			1 PROPOSTAS	36.772.522,00					

PORTARIA Nº 2.582, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Cancela a qualificação da Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), estabelece a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado da Bahia e Município de Nova Viçosa e determina devolução de recursos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título II - Do componente do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 921/GM/MS, de 14 de maio de 2019, que desabilita Unidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) dos Estados e Municípios e estabelece a dedução dos recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar incorporados ao Limite Financeiro dos Estados e Municípios;

Considerando a Portaria nº 2.355/GM/MS, de 4 de setembro de 2019, que qualifica Central de Regulação das Urgências - CRU, Unidades de Suporte Avançado - USA, Unidades de Suporte Básico - USB e Unidade Móvel Tipo Motocicleta (Motolância) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado da Bahia e Municípios;

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde; e

Considerando a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência (CGURG/DAHU/SAES/MS), constante no NUP-SEI nº 25000.083398/2018-70, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a qualificação da Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU) Teixeira de Freitas (Extremo Sul), de Nova Viçosa (BA), conforme o Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecida a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 105.528,00 (cento e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais), incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC Estado da Bahia e Município de Nova Viçosa.

Parágrafo único. Fica estabelecido o efeito financeiro da dedução do recurso até a 9ª (nova parcela) de 2021, considerando a data de validade da qualificação definida pela Portaria nº 2.355/GM/MS, de 4 de setembro de 2019.

Art. 3º Fica determinada a devolução do recurso financeiro repassado ao Município de Nova Viçosa (BA) referente à qualificação da Unidade de Suporte Básico (USB), conforme Anexo II a esta Portaria.

Art. 4º A Secretaria de Atenção Especializada à Saúde adotará os procedimentos junto ao Fundo Municipal de Saúde de Nova Viçosa, IBGE 292300, para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei.

Art. 5º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, deixa de onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018-8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	IBGE	CNES	DESCRIÇÃO	CRU	GESTÃO	PORTARIA DE QUALIFICAÇÃO	VALOR ANUAL A SER DEDUZIDO
BA	NOVA VIÇOSA	292300	7024207	USB	TEIXEIRA DE FREITAS (EXTREMO SUL)	MUNICIPAL	PORTARIA Nº 2.179/GM/MS, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014	R$ 105.528,00

ANEXO II

UF	MUNICÍPIO	IBGE	CNES	DESCRIÇÃO	GESTÃO	VALOR MENSAL DE QUALIFICAÇÃO (R$)	PARCELAS PARA DEVOLUÇÃO DA QUALIFICAÇÃO	VALOR A SER DEVOLVIDO
BA	NOVA VIÇOSA	292300	7024207	USB	MUNICIPAL	8.794,00	DA 10ª PARCELA DE 2019 ATÉ À 9ª PARCELA DE 2020	R$ 105.528,00

DESPACHO Nº 89, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Ref. Processo Administrativo nº 25000.197204/2016-51
Interessado: CIRCULO OPERÁRIO CAXIENSE
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na NOTA TÉCNICA Nº 150/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS; bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00936/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e respectivos Despachos de aprovação, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade acima referenciada.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO Nº 97, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica indeferida, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25000.100499/2019-01
MUNICÍPIO: ITAMARAJU/BA
ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento - UPA (Proposta SISMOB n° 10694.9060001/12-024).
READEQUAÇÃO SOLICITADA: 02 (dois) Centros de Saúde/Unidade Básica e 01 (uma) Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na Área de Urgência..
DECISÃO: READEQUAÇÃO NÃO APROVADA.
MOTIVO: O ente não respondeu a diligência dentro do prazo concedido.
EMBASAMENTO: Art. 6º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019.

2. Nos termos do art. 8º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 2019, caberá recurso em face da presente decisão, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação deste Despacho.

PEDRO GERALDO PINHEIRO DOS SANTOS

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA Nº 52, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Ref.: 25000.010840/2020-63, 0016816860.
O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de incorporação dos broncodilatadores antagonistas muscarínicos de longa ação (LAMA) + agonistas beta2-adrenérgicos de ação longa (LABA) para o tratamento de pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde - SCTIE/MS, nos autos do processo NUP 25000.010840/2020-63. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.
A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

HÉLIO ANGOTTI NETO

PORTARIA SCTIE/MS Nº 43, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o bortezomibe para o tratamento de pacientes adultos com mieloma múltiplo, não previamente tratados, elegíveis ao transplante autólogo de células-tronco hematopoiéticas, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde e de acordo com a assistência oncológica no SUS.

Ref.: 25000.012317/2020-71, 0016865118.
O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos art. 20 e art. 23, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:
Art. 1º Incorporar no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o bortezomibe para o tratamento de pacientes adultos com mieloma múltiplo, não previamente tratados, elegíveis ao transplante autólogo de células-tronco hematopoiéticas, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde e de acordo com a assistência oncológica no SUS.
Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.
Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO ANGOTTI NETO

PORTARIA SCTIE/MS Nº 44, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o bortezomibe para o tratamento de pacientes adultos com mieloma múltiplo previamente tratados, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde e de acordo com a assistência oncológica no SUS.

Ref.: 25000.012327/2020-15, 0016865242.
O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos art. 20 e art. 23, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:
Art. 1º Incorporar no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o bortezomibe para o tratamento de pacientes adultos com mieloma múltiplo previamente tratados, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde e de acordo com a assistência oncológica no SUS.
Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.
Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO ANGOTTI NETO

PORTARIA SCTIE/MS Nº 45, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o bortezomibe para o tratamento de pacientes adultos com mieloma múltiplo, não previamente tratados, inelegíveis ao transplante autólogo de células-tronco hematopoiéticas, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde e de acordo com a assistência oncológica no SUS.

Ref.: 25000.012435/2020-80, 0016865873.
O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos art. 20 e art. 23, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:
Art. 1º Incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o bortezomibe para o tratamento de pacientes adultos com mieloma múltiplo, não previamente tratados, inelegíveis ao transplante autólogo de células-tronco hematopoiéticas, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde e de acordo com a assistência oncológica no SUS.
Art. 2º Conforme determina o art. 25 do Decreto nº 7.646/2011, o prazo máximo para efetivar a oferta ao SUS é de cento e oitenta dias.
Art. 3º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO ANGOTTI NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 131, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Circuito Deliberativo CD_DN nº 841/2020, de 18 de setembro de 2020, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, e visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 28 de dezembro de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da Lei retrocitada, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o prazo para publicação de decisão referente aos recursos administrativos listados abaixo.

Recorrente: Paulo Rodrigues Mendes
Siape: 1086707
Processo: 25351.919834/2020-93
Expediente do Recurso: 1088067
Data do Protocolo: 14/7/2020
Prazo máximo para decisão: 10/1/2021
Recorrente: GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 44.363.661/0001-57
Processo: 25000.009256/99-26
Expediente do Recurso: 2039555/20-8
Data do Protocolo: 25/6/2020
Prazo máximo para decisão: 22/12/2020
Recorrente: MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 17.440.261/0001-25
Processo: 25351.376957/2019-93
Expediente do Recurso: 2573831/20-5
Data do Protocolo: 4/8/2020
Prazo máximo para decisão: 31/1/2021
Recorrente: JP INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A
CNPJ: 55.972.087/0001-50
Processo: 25351.191189/2002-51
Expediente do Recurso: 2372804/20-3
Data do Protocolo: 20/7/2020
Prazo máximo para decisão: 16/1/2021
Recorrente: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA
CNPJ: 61.282.661/0001-41
Processo: 25351.094604/2019-78
Expediente do Recurso: 1859716/20-5
Data do Protocolo: 10/6/2020
Prazo máximo para decisão: 7/12/2020
Recorrente: CELLAVITA PESQUISAS CIENTÍFICAS LTDA
CNPJ: 21.604.144/0001-27
Processo: 25351.211508/2019-09
Expediente do Recurso: 2375645/20-4
Data do Protocolo: 17/7/2020
Prazo máximo para decisão: 13/1/2021
Recorrente: MARAZIS ASSESSORIA EM IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO LTDA
CNPJ: 23.624.268/0001-08
Processo: 25351.491665/2020-13
Expediente do Recurso: 2751040/20-9
Data do Protocolo: 17/8/2020
Prazo máximo para decisão: 13/2/2021
Recorrente: CENTRO DE INOVAÇÃO E ENSAIOS PRÉ-CLÍNICOS
CNPJ: 18.118.151/0001-04
Processo: 25351.555506/2020-54
Expediente do Recurso: 2452139/20-3
Data do Protocolo: 27/7/2020

Prazo máximo para decisão: 23/1/2021
Recorrente: PHARMEDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 35.677.373/0001-86
Processo: 25351.393268/2020-87
Expediente do Recurso: 1743938/20-9
Data do Protocolo: 2/6/2020
Prazo máximo para decisão: 29/11/2020
Recorrente: PHARMEDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 35.677.373/0001-86
Processo: 25351.393264/2020-07
Expediente do Recurso: 1744023/20-4
Data do Protocolo: 2/6/2020
Prazo máximo para decisão: 29/11/2020
Recorrente: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ: 17.562.075/0003-20
Processo: 25351.396447/2020-76
Expediente do Recurso: 897711/20-9
Data do Protocolo: 12/6/2020
Prazo máximo para decisão: 9/12/2020
Recorrente: ZMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS MEDICOS
CNPJ: 23.690.002/0001-55
Processo: 25351.495281/2020-70
Expediente do Recurso: 2168935/20-3
Data do Protocolo: 6/7/2020
Prazo máximo para decisão: 2/1/2021
Recorrente: EBENEZER TRANSPORTE E LOGÍSTICA EIRELI
CNPJ: 05.581.142/0002-94
Processo: 25351.495342/2020-07
Expediente do Recurso: 2716269/20-3
Data do Protocolo: 14/8/2020
Prazo máximo para decisão: 10/2/2021
Recorrente: EBENEZER TRANSPORTE E LOGÍSTICA EIRELI
CNPJ: 05.581.142/0002-94
Processo: 25351.495342/2020-07
Expediente do Recurso: 2716170/20-7
Data do Protocolo: 14/8/2020
Prazo máximo para decisão: 10/2/2021
Recorrente: TEXAS IMPORTS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 07.698.260/0001-21
Processo: 25351.630990/2020-16
Expediente do Recurso: 2654097/20-0
Data do Protocolo: 10/8/2020
Prazo máximo para decisão: 6/2/2021
Recorrente: MAF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA
CNPJ: 36.941.740/0001-70
Processo: 25351.631002/2020-48
Expediente do Recurso: 2752392/20-6
Data do Protocolo: 17/8/2020
Prazo máximo para decisão: 13/2/2021
Recorrente: VS TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 09.423.645/0001-01
Processo: 25351.346908/2020-60
Expediente do Recurso: 1938893/20-4
Data do Protocolo: 18/6/2020
Prazo máximo para decisão: 15/12/2020
Recorrente: MEDIC LIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.030.858/0001-22
Processo: 25351.648403/2020-37
Expediente do Recurso: 2704762/20-1
Data do Protocolo: 13/8/2020
Prazo máximo para decisão: 9/2/2021
Recorrente: MEDICINI COMERCIO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 26.995.529/0001-86
Processo: 25351.404850/2017-81
Expediente do Recurso: 1726526/20-6
Data do Protocolo: 29/5/2020
Prazo máximo para decisão: 25/11/2020
Recorrente: MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA
CNPJ: 04.645.160/0001-49
Processo: 25351.683267/2020-21
Expediente do Recurso: 2422345/20-4
Data do Protocolo: 24/7/2020
Prazo máximo para decisão:20/1/2021
Recorrente: CIRURGICA PREMIUM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 34.479.558/0001-13
Processo: 25351.578223/2020-81
Expediente do Recurso: 2843474/20-5
Data do Protocolo: 24/8/2020
Prazo máximo para decisão: 20/2/2021
Recorrente: BRENNTAG QUIMICA BRASIL LTDA
CNPJ: 33.391.434/0008-95
Processo: 25741.770152/2020-82
Expediente do Recurso: 2970403/20-1
Data do Protocolo: 2/9/2020
Prazo máximo para decisão: 1°/3/2021
Recorrente: PHARMACIA TOTAL FARMA
CNPJ: 02.457.318/0002-02
Processo: 25351.725400/2020-24
Expediente do Recurso: 2808612/20-1
Data do Protocolo: 21/8/2020
Prazo máximo para decisão: 17/2/2021
Recorrente: PHARMACIA TOTAL FARMA
CNPJ: 02.457.318/0002-02
Processo: 25351.802192/2020-94
Expediente do Recurso: 2891345/20-1
Data do Protocolo: 27/8/2020
Prazo máximo para decisão: 23/2/2021
Recorrente: ROBSON LIRA DA SILVA DROGARIA EIRELI
CNPJ: 37.842.486/0001-15
Processo: 25351.740870/2020-18
Expediente do Recurso: 2861963/20-3
Data do Protocolo: 25/8/2020
Prazo máximo para decisão: 21/2/2021
Recorrente: SERTRADING BR LTDA
CNPJ: 04.626.426/0002-97
Processo: 25351.733951/2020-61
Expediente do Recurso: 2763409/20-4
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: VIDA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Processo: 25351.520262/2020-99
Expediente do Recurso: 2360987/20-7
Data do Protocolo: 17/7/2020
Prazo máximo para decisão: 13/1/2021
Recorrente: DROGARIA FARMACLUBE POCOS DE CALDAS EIRELI
CNPJ: 26.570.699/0001-19
Processo: 25351.043517/2017-91
Expediente do Recurso: 2309661/20-6
Data do Protocolo: 16/7/2020
Prazo máximo para decisão: 12/1/2021
Recorrente: NIKHIL KARUNAKARAN PONON
Passaporte: P8079070
Processo: 25759.807063/2020-18
Expediente do Recurso: 697893/20-2
Data do Protocolo: 13/8/2020
Prazo máximo para decisão: 9/2/2021
Recorrente: SAUDE BRAZIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MASCARAS LTDA
CNPJ: 28.354.251/0001-93
Processo: 25351.452626/2020-09
Expediente do Recurso: 2194499/20-7
Data do Protocolo: 7/7/2020
Prazo máximo para decisão: 3/1/2021
Recorrente: SALES MACHADO REPRESENTAÇÃO E COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ: 31.937.164/0001-73
Processo: 25351.448729/2020-66
Expediente do Recurso: 2116306/20-5
Data do Protocolo: 1°/7/2020
Prazo máximo para decisão: 28/12/2020
Recorrente: VELLIX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ: 28.301.801/0001-06
Processo: 25351.491735/2020-33
Expediente do Recurso: 2751220/20-7
Data do Protocolo: 17/8/2020
Prazo máximo para decisão: 13/2/2021
Recorrente: INVERTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS EIRELI
CNPJ: 17.074.272/0001-39
Processo: 25351.392712/2020-47
Expediente do Recurso: 1939486/20-3
Data do Protocolo: 18/6/2020
Prazo máximo para decisão: 15/12/2020
Recorrente: L DAPPER
CNPJ: 36.419.284/0001-00
Processo: 25351.292573/2020-52
Expediente do Recurso: 1251876/20-0
Data do Protocolo: 23/4/2020
Prazo máximo para decisão: 20/10/2020
Recorrente: REDE FARMACIA POUPE-JA LTDA
CNPJ: 27.573.437/0001-70
Processo: 25351.528538/2017-81
Expediente do Recurso: 2038921/20-3
Data do Protocolo: 26/6/2020
Prazo máximo para decisão: 23/12/2020
Recorrente: DROGARIAS FRONTEIRA LTDA
CNPJ: 14.648.568/0001-28
Processo: 25351.172805/2014-17
Expediente do Recurso: 1425204/20-0
Data do Protocolo: 7/5/2020
Prazo máximo para decisão: 3/11/2020
Recorrente: DROGARIA E PERFUMARIA FARMAVIDA LTDA
CNPJ: 42.826.156/0001-76
Processo: 25351.517207/2014-73
Expediente do Recurso: 2909150/20-1
Data do Protocolo: 28/8/2020
Prazo máximo para decisão: 24/2/2021
Recorrente: INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA À SAÚDE
CNPJ: 09.652.823/0002-57
Processo: 25752.489093/2020-90
Expediente do Recurso: 2778304/20-9
Data do Protocolo: 19/8/2020
Prazo máximo para decisão: 15/2/2021
Recorrente: EMBATEK TECNOLOGIA EM COSMÉTICOS LTDA
CNPJ: 05.444.482/0001-92
Processo: 25351.469968/2019-16
Expediente do Recurso: 2970471/20-5
Data do Protocolo: 2/9/2020
Prazo máximo para decisão: 1°/3/2021
Recorrente: INTERMEDICA SISTEMA DE SAUDE S/A
CNPJ: 44.649.812/0069-26
Processo: 25351.412784/2020-18
Expediente do Recurso: 2041080/20-5
Data do Protocolo: 26/6/2020
Prazo máximo para decisão: 23/12/2020
Recorrente: VEUS PROCESSAMENTO DE DADOS DE TESTE PORTATIL LTDA
CNPJ: 36.655.547/0001-72
Processo: 25351.448385/2020-95
Expediente do Recurso: 2227604/20-4
Data do Protocolo: 10/7/2020
Prazo máximo para decisão: 6/1/2021
Recorrente: PHARMALOG TRANSPORTES EIRELI
CNPJ: 22.937.144/0001-01
Processo: 25351.504094/2020-94
Expediente do Recurso: 2198190/20-6
Data do Protocolo: 8/7/2020
Prazo máximo para decisão: 4/1/2021
Recorrente: TAG-FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PARA MEDICINA E ODONTOLOGIA LTDA
CNPJ: 16.538.388/0001-19
Processo: 25351.388073/2019-81
Expediente do Recurso: 2808107/20-0
Data do Protocolo: 21/8/2020
Prazo máximo para decisão: 17/2/2021
Recorrente: BIOLOGICA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EIRELI
CNPJ: 20.817.796/0001-87
Processo: 25351.499730/2020-59
Expediente do Recurso: 2522617/20-6
Data do Protocolo: 31/7/2020
Prazo máximo para decisão: 27/1/2021
Recorrente: S DE J T PINTO EIRELI
CNPJ: 20.114.251/0001-04
Processo: 25351.592711/2020-09
Expediente do Recurso: 2690154/20-0
Data do Protocolo: 12/8/2020
Prazo máximo para decisão: 8/2/2021
Recorrente: D G DA CRUZ
CNPJ: 22.006.668/0001-89
Processo: 25351.612314/2020-52
Expediente do Recurso: 2306817/20-5
Data do Protocolo: 16/7/2020
Prazo máximo para decisão: 12/1/2021
Recorrente: FACEBOOKSERVIÇOS ONLINE DO BRAIL LTDA

CNPJ: 13.347.016/0001-17
Processo: 25351.028654/2020-09
Expediente do Recurso: 1815180/20-9
Data do Protocolo: 5/6/2020
Prazo máximo para decisão: 2/12/2020
Recorrente: DROGAPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 20.787.984/0003-71
Processo: 25351.181417/2020-67
Expediente do Recurso: 2420679/20-2
Data do Protocolo: 24/7/2020
Prazo máximo para decisão: 20/1/2021
Recorrente: L C DA SILVA DROGARIA EIRELI
CNPJ: 35.183.414/0001-88
Processo: 25351.528503/2020-48
Expediente do Recurso: 2293684/20-0
Data do Protocolo: 15/7/2020
Prazo máximo para decisão: 11/1/2021
Recorrente: CORREIA EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ: 37.458.175/0001-57
Processo: 25351.645990/2020-11
Expediente do Recurso: 2777628/20-0
Data do Protocolo: 19/8/2020
Prazo máximo para decisão: 15/2/2021
Recorrente: LABOR IMPORT IMP EXP LTDA
CNPJ: 01.005.728/0011-40
Processo: 25351.822911/2020-93
Expediente do Recurso: 2810377/20-7
Data do Protocolo: 21/8/2020
Prazo máximo para decisão: 17/2/2021
Recorrente: LABOR IMPORT IMP EXP LTDA
CNPJ: 01.005.728/0011-40
Processo: 25351.822873/2020-79
Expediente do Recurso: 2810379/20-3
Data do Protocolo: 21/8/2020
Prazo máximo para decisão: 17/2/2021
Recorrente: BIOLOGICA DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR EIRELI
CNPJ: 20.817.796/0001-87
Processo: 25351.499730/2020-59
Expediente do Recurso: 2522630/20-2
Data do Protocolo: 31/7/2020
Prazo máximo para decisão: 27/1/2021
Recorrente: MEDIC LIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 31.030.858/0001-22
Processo: 25351.648403/2020-37
Expediente do Recurso: 2706258/20-9
Data do Protocolo: 13/8/2020
Prazo máximo para decisão: 9/2/2021
Recorrente: EMBATEK TECNOLOGIA EM COSMÉTICOS LTDA
CNPJ: 05.444.482/0001-92
Processo: 25351.469945/2019-10
Expediente do Recurso: 2970542/20-0
Data do Protocolo: 2/9/2020
Prazo máximo para decisão: 1°/3/2021
Recorrente: ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A
CNPJ: 55.980.684/0001-27
Processo: 25351.866654/2020-00
Expediente do Recurso: 2909536/20-1
Data do Protocolo: 28/8/2020
Prazo máximo para decisão: 24/2/2021
Recorrente: MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA
CNPJ: 04.645.160/0001-49
Processo: 25351.210205/2020-02
Expediente do Recurso: 2763520/20-1
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: KOLPLAST C I S.A.
CNPJ: 59.231.530/0001-93
Processo: 25351.621652/2020-85
Expediente do Recurso: 2942100/20-6
Data do Protocolo: 31/8/2020
Prazo máximo para decisão: 27/2/2021
Recorrente: HADASSAH COSMÉTICOS LTDA
CNPJ: 07.967.729/0001-80
Processo: 25351.681961/2020-12
Expediente do Recurso: 2861101/20-2
Data do Protocolo: 25/8/2020
Prazo máximo para decisão: 21/2/2021
Recorrente: MASSY DO BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA
CNPJ: 22.849.492/0001-27
Processo: 25351.607639/2020-13
Expediente do Recurso: 2704671/20-6
Data do Protocolo: 13/8/2020
Prazo máximo para decisão: 9/2/2021
Recorrente: BRASIL MED CARE IMPORTACAO EXPORTACAO COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
CNPJ: 17.152.616/0001-80
Processo: 25351.528526/2020-52
Expediente do Recurso: 2765841/20-9
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: NUTRICIUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.040.657/0001-33
Processo: 25351.008019/2015-94
Expediente do Recurso: 2793948/20-9
Data do Protocolo: 20/8/2020
Prazo máximo para decisão: 16/2/2021
Recorrente: NUTRICIUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 04.040.657/0001-33
Processo: 25351.290618/2015-06
Expediente do Recurso: 2657059/20-1
Data do Protocolo: 10/8/2020
Prazo máximo para decisão: 6/2/2021
Recorrente: MANTARAY IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA
CNPJ: 14.394.549/0001-12
Processo: 25351.587427/2019-79
Expediente do Recurso: 2776860/20-0
Data do Protocolo: 19/8/2020
Prazo máximo para decisão: 15/2/2021
Recorrente: BRASIL MED CARE IMPORTACAO EXPORTACAO COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
CNPJ: 17.152.616/0001-80
Processo: 25351.251779/2020-22
Expediente do Recurso: 2765554/20-0
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: WINNING TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ: 13.352.623/0001-75
Processo: 25351.535874/2020-86
Expediente do Recurso: 2673122/20-6
Data do Protocolo: 11/8/2020
Prazo máximo para decisão: 7/2/2021
Recorrente: EMPHASYS IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 07.850.730/0001-20
Processo: 25351.177302/2019-34
Expediente do Recurso: 2988786/20-8
Data do Protocolo: 3/9/2020
Prazo máximo para decisão: 2/3/2021
Recorrente: PLAST SUTURE DO BRASIL IND. COM. E REP. DE FIOS CIRÚRGICOS LTDA
CNPJ: 05.937.544/0001-06
Processo: 25351.455251/2005-91
Expediente do Recurso: 2229536/20-4
Data do Protocolo: 10/7/2020
Prazo máximo para decisão: 6/1/2021
Recorrente: GEKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA
CNPJ: 20.434.492/0001-30
Processo: 25351.381889/2020-18
Expediente do Recurso: 2979941/20-4
Data do Protocolo: 3/9/2020
Prazo máximo para decisão: 2/3/2021
Recorrente: GEKA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA
CNPJ: 20.434.492/0001-30
Processo: 25351.381886/2020-84
Expediente do Recurso: 2979340/20-1
Data do Protocolo: 3/9/2020
Prazo máximo para decisão: 2/3/2021
Recorrente: SANFARMA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 02.625.651/0001-00
Processo: 25351.523770/2019-95
Expediente do Recurso: 2391658/20-6
Data do Protocolo: 22/7/2020
Prazo máximo para decisão: 18/1/2021
Recorrente: ECSSUS PRIME FRANGÂNCIAS LTDA
CNPJ: 26.467.803/0001-44
Processo: 25351.465494/2020-77
Expediente do Recurso: 2620641/20-9
Data do Protocolo: 7/8/2020
Prazo máximo para decisão: 3/2/2021
Recorrente: BIOMÁTIKA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS S/A
CNPJ: 07.801.309/0001-20
Processo: 25351.415728/2016-73
Expediente do Recurso: 2167838/20-4
Data do Protocolo: 6/7/2020
Prazo máximo para decisão: 2/1/2021
Recorrente: BIOMÁTIKA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS S/A
CNPJ: 07.801.309/0001-20
Processo: 25351.361285/2017-19
Expediente do Recurso: 2165743/20-6
Data do Protocolo: 6/7/2020
Prazo máximo para decisão: 2/1/2021
Recorrente: BIOMÁTIKA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS S/A
CNPJ: 07.801.309/0001-20
Processo: 25351.288242/2017-47
Expediente do Recurso: 2165618/20-7
Data do Protocolo: 6/7/2020
Prazo máximo para decisão: 2/1/2021
Recorrente: JALLES MACHADO S/A
CNPJ: 02.635.522/0001-95
Processo: 25351.112740/2010-18
Expediente do Recurso: 1470717/20-4
Data do Protocolo: 11/5/2020
Prazo máximo para decisão: 7/11/2020
Recorrente: VISION MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 20.398.875/0001-09
Processo: 25351.357795/2020-28
Expediente do Recurso: 2869156/20-1
Data do Protocolo: 26/8/2020
Prazo máximo para decisão: 22/2/2021
Recorrente: FARMOQUÍMICA S/A
CNPJ: 33.349.473/0001-58
Processo: 25351.720526/2017-15
Expediente do Recurso: 2686302/20-8
Data do Protocolo: 12/8/2020
Prazo máximo para decisão: 8/2/2021
Recorrente: RADIOMED COMERCIO E IMPORTACAO LTDA
CNPJ: 71.785.687/0001-66
Processo: 25351.415642/2020-11
Expediente do Recurso: 3025126/20-5
Data do Protocolo: 6/9/2020
Prazo máximo para decisão: 5/3/2021
Recorrente: LQF LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO RIO PRETO EIRELI
CNPJ: 17.159.943/0001-64
Processo: 25351.234101/2020-85
Expediente do Recurso: 2697987/20-7
Data do Protocolo: 13/8/2020
Prazo máximo para decisão: 9/2/2021
Recorrente: VISION MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 20.398.875/0001-09
Processo: 25351.357794/2020-83
Expediente do Recurso: 2866392/20-5
Data do Protocolo: 25/8/2020
Prazo máximo para decisão: 21/2/2021
Recorrente: MEMPHIS S/A INDUSTRIAL
CNPJ: 92.697.010/0001-46
Processo: 25351.249905/2020-89
Expediente do Recurso: 2557329/20-7
Data do Protocolo: 3/8/2020
Prazo máximo para decisão: 30/1/2021
Recorrente: VISION MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 20.398.875/0001-09
Processo: 25351.357793/2020-39
Expediente do Recurso: 2868413/20-0
Data do Protocolo: 25/8/2020
Prazo máximo para decisão: 21/2/2021
Recorrente: CASTRO, BARROS, SOBRAL, VIDIGAL, GOMES ADVOGADOS
CNPJ: 42.278.168/0001-03
Processo: 25351.197547/2017-66
Expediente do Recurso: 2751642/20-3

Data do Protocolo: 14/8/2020
Prazo máximo para decisão: 10/2/2021
Recorrente: SOUSAM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 03.616.432/0001-10
Processo: 25351.631700/2019-18
Expediente do Recurso: 2783687/20-8
Data do Protocolo: 19/8/2020
Prazo máximo para decisão: 15/2/2021
Recorrente: VIDA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Processo: 25351.089674/2019-12
Expediente do Recurso: 2765932/20-4
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS EVIDENCY LTDA
CNPJ: 94.311.032/0001-51
Processo: 25351.465797/2020-90
Expediente do Recurso: 2686296/20-8
Data do Protocolo: 12/8/2020
Prazo máximo para decisão: 8/2/2021
Recorrente: H7 IMPORT EIRELI
CNPJ: 14.209.847/0001-95
Processo: 25351.646033/2020-01
Expediente do Recurso: 2879725/20-8
Data do Protocolo: 26/8/2020
Prazo máximo para decisão: 22/2/2021
Recorrente: CELER BIOTECNOLOGIA S/A
CNPJ: 04.846.613/0001-03
Processo: 25351.376779/2020-34
Expediente do Recurso: 2601740/20-5
Data do Protocolo: 6/8/2020
Prazo máximo para decisão: 2/2/2021
Recorrente: H7 IMPORT EIRELI
CNPJ: 14.209.847/0001-95
Processo: 25351.661303/2020-04
Expediente do Recurso: 2879930/20-1
Data do Protocolo: 26/8/2020
Prazo máximo para decisão: 22/2/2021
Recorrente: MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA
CNPJ: 04.645.160/0001-49
Processo: 25351.236276/2020-27
Expediente do Recurso: 2763630/20-1
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: CELER BIOTECNOLOGIA S/A
CNPJ: 04.846.613/0001-03
Processo: 25351.616246/2020-09
Expediente do Recurso: 2601768/20-7
Data do Protocolo: 6/8/2020
Prazo máximo para decisão: 2/2/2021
Recorrente: MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA
CNPJ: 04.645.160/0001-49
Processo: 25351.236504/2020-69
Expediente do Recurso: 2763634/20-6
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: MEMPHIS S/A INDUSTRIAL
CNPJ: 92.697.010/0001-46
Processo: 25351.249905/2020-89
Expediente do Recurso: 2875822/20-9
Data do Protocolo: 26/8/2020
Prazo máximo para decisão: 22/2/2021
Recorrente: MOBIUS LIFE SCIENCE INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA
CNPJ: 04.645.160/0001-49
Processo: 25351.188230/2020-94
Expediente do Recurso: 2763508/20-1
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: RADIOMED COMERCIO E IMPORTACAO LTDA
CNPJ: 71.785.687/0001-66
Processo: 25351.415641/2020-68
Expediente do Recurso: 3025127/20-1
Data do Protocolo: 6/9/2020
Prazo máximo para decisão: 5/3/2021
Recorrente: ORTHOFIX DO BRASIL LTDA
CNPJ: 02.690.906/0001-00
Processo: 25351.411833/2020-03
Expediente do Recurso: 3046340/20-6
Data do Protocolo: 8/9/2020
Prazo máximo para decisão: 7/3/2021
Recorrente: SMITH & NEPHEW COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 13.656.820/0001-88
Processo: 25351.189001/2020-97
Expediente do Recurso: 2951716/20-6
Data do Protocolo: 1°/9/2020
Prazo máximo para decisão: 28/2/2021
Recorrente: R. F. SIQUEIRA LANDIM
CNPJ: 34.240.698/0001-34
Processo: 25351.384956/2020-56
Expediente do Recurso: 2293898/20-2
Data do Protocolo: 15/7/2020
Prazo máximo para decisão: 11/1/2021
Recorrente: LABORATÓRIO VITALAB LTDA
CNPJ: 56.646.953/0001-86
Processo: 25351.119097/2020-26
Expediente do Recurso: 2013883/20-0
Data do Protocolo: 24/6/2020
Prazo máximo para decisão: 21/12/2020
Recorrente: EMBATEK TECNOLOGIA EM COSMÉTICOS LTDA
CNPJ: 05.444.482/0001-92
Processo: 25351.333631/2020-13
Expediente do Recurso: 2074712/20-1
Data do Protocolo: 29/6/2020
Prazo máximo para decisão: 26/12/2020
Recorrente: SMART SURGICAL IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 26.454.218/0001-00
Processo: 25351.350493/2020-29
Expediente do Recurso: 2970230/20-8
Data do Protocolo: 2/9/2020
Prazo máximo para decisão: 1°/3/2021
Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMÁTICA S/A
CNPJ: 42.563.692/0001-26
Processo: 25351.908888/2017-28
Expediente do Recurso: 1130244
Data do Protocolo: 18/8/2020
Prazo máximo para decisão: 14/2/2021
Recorrente: CAZI QUIMICA FARMACEUTICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 44.010.437/0001-81
Processo: 25992.013246/75
Expediente do Recurso: 2989317/20-1
Data do Protocolo: 3/9/2020
Prazo máximo para decisão: 2/3/2021
Recorrente: MEDQUIMICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
CNPJ: 17.875.154/0001-20
Processo: 25000.020805/99-96
Expediente do Recurso: 2879736/20-0
Data do Protocolo: 26/8/2020
Prazo máximo para decisão: 22/2/2021
Recorrente: NATIVITA IND. COM. LTDA
CNPJ: 65.271.900/0001-19
Processo: 25351.199939/2002-33
Expediente do Recurso: 2794201/20-4
Data do Protocolo: 20/8/2020
Prazo máximo para decisão: 16/2/2021
Recorrente: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Processo: 25000.021549/99-63
Expediente do Recurso: 2848986/20-4
Data do Protocolo: 24/8/2020
Prazo máximo para decisão: 20/2/2021
Recorrente: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A
CNPJ: 60.665.981/0001-18
Processo: 25351.707759/2008-23
Expediente do Recurso: 2810400/20-2
Data do Protocolo: 21/8/2020
Prazo máximo para decisão: 17/2/2021
Recorrente: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Processo: 25351.657000/2018-64
Expediente do Recurso: 3002557/20-0
Data do Protocolo: 4/9/2020
Prazo máximo para decisão: 3/3/2021
Recorrente: VIDA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Processo: 25351.626277/2017-64
Expediente do Recurso: 3045420/20-4
Data do Protocolo: 4/9/2020
Prazo máximo para decisão: 3/3/2021
Recorrente: RODRIGO SARAN AZEVEDO EIRELI ME
CNPJ: 17.879.231/0001-10
Processo: 25351.116287/2014-98
Expediente do Recurso: 3044629/20-9
Data do Protocolo: 8/9/2020
Prazo máximo para decisão: 7/3/2021
Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Processo: 25351.200913/2020-27
Expediente do Recurso: 2953316/20-3
Data do Protocolo: 31/8/2020
Prazo máximo para decisão: 27/2/2021
Recorrente: MASIF ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 03.968.926/0001-63
Processo: 25351.156770/2004-99
Expediente do Recurso: 3088243/20-9
Data do Protocolo: 11/9/2020
Prazo máximo para decisão: 10/3/2021
Recorrente: INDICE TOKYO COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ: 13.955.228/0001-87
Processo: 25351.215989/2020-57
Expediente do Recurso: 2891324/20-0
Data do Protocolo: 27/8/2020
Prazo máximo para decisão: 23/2/2021
Recorrente: QUALITY IN TABACOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 11.816.308/0001-26
Processo: 25069.453234/2017-49
Expediente do Recurso: 3126230/20-2
Data do Protocolo: 14/9/2020
Prazo máximo para decisão: 13/3/2021
Recorrente: BIO BRASIL LIMPEZA BIOLÓGICA LTDA
CNPJ: 02.684.483/0001-16
Processo: 25351.539651/2013-51
Expediente do Recurso: 3001948/20-5
Data do Protocolo: 4/9/2020
Prazo máximo para decisão: 3/3/2021
Recorrente: EBRAM PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA
CNPJ: 50.657.402/0001-31
Processo: 25351.409612/2020-67
Expediente do Recurso: 2721642/20-1
Data do Protocolo: 14/8/2020
Prazo máximo para decisão: 10/2/2021
Recorrente: VIDA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Processo: 25351.106067/2016-71
Expediente do Recurso: 3045416/20-6
Data do Protocolo: 4/9/2020
Prazo máximo para decisão: 3/3/2021
Recorrente: VIDA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Processo: 25351.578974/2017-00
Expediente do Recurso: 3045410/20-7
Data do Protocolo: 4/9/2020
Prazo máximo para decisão: 3/3/2021
Recorrente: VIDA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS
CNPJ: 07.455.576/0001-92
Processo: 25351.012266/2018-83
Expediente do Recurso: 3045311/20-9
Data do Protocolo: 4/9/2020
Prazo máximo para decisão: 3/3/2021
Recorrente: VIDA FORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS
CNPJ: 07.455.576/0006-05
Processo: 25351.216122/2017-11
Expediente do Recurso: 3045218/20-0
Data do Protocolo: 4/9/2020
Prazo máximo para decisão: 3/3/2021
Recorrente: MILLEVENTI COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTAÇAO E ASSESSORIA LTDA
CNPJ: 03.001.037/0002-03
Processo: 25351.490128/2020-56
Expediente do Recurso: 3073927/20-4

Data do Protocolo: 10/9/2020
Prazo máximo para decisão: 9/3/2021
Recorrente: DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA
CNPJ: 038.756.680/0001-40
Processo: 25351.402440/2019-67
Expediente do Recurso: 2373764/20-6
Data do Protocolo: 21/7/2020
Prazo máximo para decisão: 17/1/2021
Recorrente: DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA
CNPJ: 38.756.680/0001-40
Processo: 25351.402438/2019-98
Expediente do Recurso: 2373105/20-2
Data do Protocolo: 21/7/2020
Prazo máximo para decisão: 17/1/2021
Recorrente: DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA
CNPJ: 38.756.680/0001-40
Processo:25351.402441/2019-10
Expediente do Recurso: 2372687/20-3
Data do Protocolo: 21/7/2020
Prazo máximo para decisão: 17/1/2021
Recorrente: LAVILABOR PRODUTOS NATURAIS LTDA-ME
CNPJ: 01.363.045/0001-93
Processo:25351.581175/2019-74
Expediente do Recurso: 3065008/20-3
Data do Protocolo: 9/9/2020
Prazo máximo para decisão: 8/3/2021

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente
Substituto

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.814, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 607020
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

DANONE LTDA. 23.643.315/0115-10
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ARGENTINA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.001-3
METALICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ALEMANHA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.002-1
METALICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SABOR BAUNILHA - ARGENTINA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.003-1
METALICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SABOR BAUNILHA - ALEMANHA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.004-8
METALICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - POÇOS DE CALDAS/MG
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.005-6
METALICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SABOR BAUNILHA - POÇOS DE CALDAS/MG
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.006-4
METALICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SOROCABA/SP
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.007-2
ELASTOMERICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - INGLATERRA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.008-0
ELASTOMERICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - CHINA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.009-9
ELASTOMERICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - HOLANDA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.010-2
ELASTOMERICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SABOR BAUNILHA - SOROCABA/SP
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.011-0
ELASTOMERICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SABOR BAUNILHA - INGLATERRA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.012-9
ELASTOMERICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SABOR BAUNILHA - HOLANDA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.013-7
ELASTOMERICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
CELULOSICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SABOR BAUNILHA - CHINA
25351.525373/2009-58 6.6577.0016.014-5
CELULOSICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 03/2025
4097 Revalidação de registro de fórmulas pediátricas para nutrição enteral
456 Alteração de Rotulagem
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - HOLANDA
25351.528415/2009-18 6.6577.0051.002-2
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - CHINA
25351.528415/2009-18 6.6577.0051.003-0
METALICA 12 Meses
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL - CASTRO/PR
25351.528415/2009-18 6.6577.0051.006-5
CELULOSICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇAO ENTERAL - HOLANDA
25351.528677/2009-90 6.6577.0045.003-8
METALICA 12 Meses
CELULOSICA 12 Meses
PLASTICO 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇAO ENTERAL - CHINA
25351.528677/2009-90 6.6577.0045.008-9
PLASTICO 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇAO ENTERAL - CASTRO/PR
25351.528677/2009-90 6.6577.0045.012-7
CELULOSICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 04/2025
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
---
NESTLE BRASIL LTDA 60.409.075/0001-52
FÓRMULA INFANTIL DE SEGMENTO PARA CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA - FEIRA DE SANTANA/BA
25351.566646/2019-14 6.5965.0113.002-1
PLASTICA 12 Meses

ALIMENTOS INFANTIS 02/2025
4051 Inclusão de Unidade Fabril
456 Alteração de Rotulagem
496 Inclusão de Nova Embalagem

PRIMEIROS SABORES COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI 33.345.722/0001-37
SOPINHA DE FEIJÃO, ARROZ, ALMÔNDEGA DE CARNE, CHUCHU E PURÊ DE ABÓBORA
25351.662917/2019-61 6.7505.0001.001-7
PLASTICA 03 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 09/2025
PRIMEIROS SABORES
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
---
PRLV INDUSTRIA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA 33.089.180/0002-60
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.668774/2019-00 6.7494.0008.001-1
PLASTICA 15 Meses
METALICA 15 Meses
ELASTOMERICA 15 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 09/2025
NUTRO PREMIUM SOY PREFIBRA / NVTRO SOY PREFIBRA
4057 Registro de fórmula padrão para nutrição enteral

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.815, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 606320
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

LAMINA INDÚSTRIA PLÁSTICA LTDA 05.853.030/0001-64
BOBINA DE PET PCR CRISTAL
25351.671766/2019-32 000000000
EMBALAGENS NOVAS TECNOLOGIAS (RECICLADAS)
4044 Registro de Embalagem Reciclada

PHARMIMPORT IMPORTACAO, COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ALIMENTARES21.727.445/0001-48
LACTASE
25351.833487/2020-11 000000000
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
---
PHL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA ME 10.861.595/0001-23
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS NCFM, LACTOBACILLUS CASEI LC-11, LACTOCOCCUS LACTIS LL-23, BIFIDOBACTERIUM BIFIDUM BB-06 E BIFIDOBACTERIUM LACTIS HN019 EM CÁPSULAS
25351.330800/2016-85 000000000
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
---
PRIMEIROS SABORES COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI 33.345.722/0001-37
MARMITINHA DE MINI HAMBÚRGUER
25351.031355/2020-43 000000000
ALIMENTOS INFANTIS
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
MARMITINHA DE BOBÓ DE FRANGO
25351.031356/2020-98 000000000
ALIMENTOS INFANTIS
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
MARMITINHA DE MINI ESCALOPE
25351.031359/2020-21 000000000
ALIMENTOS INFANTIS
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
MARMITINHA DE MACARRÃO
25351.042095/2020-31 000000000
ALIMENTOS INFANTIS
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
MARMITINHA DE CARNE MOÍDA
25351.042096/2020-86 000000000
ALIMENTOS INFANTIS
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.816, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS - PUBLICAÇÃO NR: 605020
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO
ASSUNTO PETIÇÃO

LEMMA SUPPLY SOLUTIONS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA 09.005.862/0001-81
EXTRATO AQUOSO DE MELAO DE CANTALOUPE EM PO
25351.284935/2019-06
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

NUTRACOM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 25.859.018/0001-74
AMINOACIDO TRIPTOFANO
25351.360146/2019-71
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

WACKER QUÍMICA DO BRASIL LTDA 49.323.579/0001-12
GAMA-CICLODEXTRINA
25351.462755/2019-63
ADITIVOS
4112 AVALIAÇÃO DE INCLUSÃO DE ADITIVOS ALIMENTARES, EXCETO ESPÉCIES BOTÂNICAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.817, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições de alteração temporária, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 382, de 12 de maio de 2020, relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º A aprovação das petições objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 610920
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

NESTLE BRASIL LTDA 60.409.075/0001-52
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - FORM 01 - ARAÇATUBA/SP
25004.120051/2010-25 4.0076.1951.001-2
PLASTICA 12 Meses
ELASTOMERICA 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 08/2021
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - FORM 02 - ARAÇATUBA/SP
25004.120051/2010-25 4.0076.1951.002-0
METALICA 12 Meses
ELASTOMERICA 12 Meses
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 08/2021
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES - ARAÇATUBA/SP
25004.120095/2008-63 4.0076.1911.001-4
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 05/2025
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA - FORM 01 - ARAÇATUBA-SP
25004.120120/2008-16 6.5965.0006.001-1
METALICA 12 Meses
PLASTICO 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 10/2022
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA - FORM 01 - MÉXICO
25004.120120/2008-16 6.5965.0006.002-8
METALICA 12 Meses
PLASTICO 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 10/2022
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA - FORM 02 - ARAÇATUBA/SP
25004.120120/2008-16 6.5965.0006.003-6
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 10/2022
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA - FORM 02 - MÉXICO
25004.120120/2008-16 6.5965.0006.004-4
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 10/2022
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - ARAÇATUBA/SP
25351.221552/2017-91 6.5965.0099.001-7
CELULOSICA 15 Meses
METALICA 15 Meses
PLASTICA 15 Meses
ELASTOMERICA 15 Meses
VIDRO 15 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 01/2024
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO/SP
25351.221552/2017-91 6.5965.0099.002-5
VIDRO 15 Meses
ELASTOMERICA 15 Meses
PLASTICA 15 Meses
METALICA 15 Meses
CELULOSICA 15 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 01/2024
4126 Alteração pós-registro temporária relacionada a COVID-19

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.805, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

ENQUADRAMENTO: Art. 4º, §1º da Resolução - RDC nº 168, de 2017
PROCESSO
DEPOSITANTE
PROCURADOR
PARECER
PI 0710057-4
NOVARTIS AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
357/20
PI 0804859-2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
362/20
PI 0814719-1
CHEMOCENTRYX, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
357/20
PI 0907087-7
CUREVAC AG
DANNEMANN SIEMSEN BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
PI 0907565-8
JULIUS MAXIMILIANS-UNIVERSITÄT WÜRZBURG
MOMSEN, LEONARDOS & CIA.
362/20
PI 0921467-4
COMMONWEALTH SCIENTIFIC AND INDUSTRIAL RESEARCH ORGANISATION/ GRAINS RESEARCH AND DEVELOPMENT CORPORATION
ORLANDO DE SOUZA
362/20
PI 0921999-4
ANTHROGENESIS CORPORATION
MOMSEN, LEONARDOS & CIA.
362/20
PI 1008564-5
GANYMED PHARMACEUTICALS AG/ JOHANNES GUTENBERG-UNIVERSITAT MAINZ
DI BLASI, PARENTE, S. G. & ASSOCIADOS S/C
362/20
PI 1011721-0
PULMATRIX, INC
VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS
362/20
PI 1011768-7
KYOWA HAKKO KIRIN CO., LTD
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
PI 1012077-7
N.V. NUTRICIA
MOMSEN, LEONARDOS & CIA.
362/20
PI 1012831-0
ABBVIE DEUTSCHLAND GMBH & CO. KG
NELLIE ANNE DANIE-SHORES
362/20
PI 1013990-7
BIOTEST AG/ IMMUNOGEN, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
PI 1014637-7
BAYER INTELLECTUAL PROPERTY GMBH
ORLANDO DE SOUZA
362/20
PI 1015135-4
INCYTE HOLDINGS CORPORATION
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
PI 1015367-5
CENTRO NACIONAL DE INVESTIGACIONES ONCOLOGICAS (CNIO)
DI BLASI, PARENTE, VAZ E DIAS & ASSOCIADOS
362/20
PI 1015424-8
BURNHAM INSTITUTE FOR MEDICAL RESEARCH
BHERING ADVOGADOS
362/20
PI 1015936-3
NIPPON SHINYAKU CO., LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
PI 1015983-5
H. LUNDEBECK A/S
LICKS ADVOGADOS
362/20
BR 102012027556-2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
362/20
BR 102014023110-2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
362/20
BR 102015008273-8
DOW AGROSCIENCES LLC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 102015017528-0
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES LTDA/ INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA
SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES LTDA/ INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA
362/20
BR 102015018628-2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
362/20
BR 102015024092-9
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
362/20
BR 102015025186-6
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE/ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN / UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
362/20
BR 102015031739-5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
GLENIO DO COUTO PINTO JUNIOR
362/20
BR 102015031753-0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS/ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
362/20
BR 102015032955-5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/ UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS / UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
362/20
BR 102016000771-2
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
JOSÉ MESSIAS BATISTA DIAS
362/20
BR 102016001855-2
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
362/20
BR 102016004295-0
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA/ KIROPHARMA FARMACIA LTDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA/ KIROPHARMA FARMACIA LTDA
362/20
BR 102016012077-2
INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA / UNIVERSIDADE TIRADENTES
INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA / UNIVERSIDADE TIRADENTES
362/20
BR 102016012345-3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
362/20
BR 102016018430-4
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
BHERING, ALMEIDA & ASSOCIADOS SC LTDA (KATIA F DE ALMEIDA)
362/20
BR 102016020994-3
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
362/20
BR 102016023153-1
FUNDAÇÃO BUTANTAN
DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C
362/20
BR 102016024371-8
FUNDAÇÃO VALE DO TAQUARI DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL FUVATES
REMER VILLAÇA & NOGUEIRA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROP. INTELECTUAL S/S LTDA.
362/20
BR 102016024702-0
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA " JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA " JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
362/20
BR 102016027560-1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
362/20
BR 102016027923-2
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
REMER VILLAÇA & NOGUEIRA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROP. INTELECTUAL S/S LTDA.
362/20
BR 102016030134-3
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP/ CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS - CNPEM
FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO
362/20
BR 102016030231-5
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ VALORISATION RECHERCHE HSCM, LIMITED PARTNERSHIP
FABÍOLA DE MORAES SPIANDORELLO
362/20
BR 102017006810-2
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
CRISTIANO RODRIGO DA SILVA
362/20
BR 102017021262-9
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
362/20
BR 112012000311-9
CLENE NANOMEDICINE, INC.
TAVARES PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA.
362/20
BR 112012000760-2
N.V NUTRICIA
VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS
362/20
BR 112012000859-5
N.V. NUTRICIA
VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS.
362/20
BR 112012003637-8
MEMORIAL SLOAN-KETTERING CANCER CENTER
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112012003955-5
KARUS THERAPEUTICS LIMITED
MMV AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

362/20
BR 112012004208-4
GENKYOTEX SUISSE AS
MATOS & ASSOCIADOS - ADVOGADOS
362/20
BR 112012008019-9
SLOAN-KETTERING INSTITUTE FOR CANCER RESEARCH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112012008209-4
RHIZEN PHARMACEUTICALS S.A.
BHERING ADVOGADOS
362/20
BR 112012010762-3
AERPIO THERAPEUTICS INC.
MATOS & ASSOCIADOS - ADVOGADOS
362/20
BR 112012011478-6
ACASTI PHARMA, INC.
CLARKE, MODET PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
362/20
BR 112012013951-7
BIOLITEC UNTERNEHMENSBETEILIGUNGS II AG
HUGO SILVA & MALDONADO - PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112012016398-1
ARQULE, INC.
NELLIE D SHORES
362/20
BR 112012017136-4
UMECRINE MOOD AB
NELLIE ANNE DANIEL SHORES
362/20
BR 112012017382-0
GILEAD SCIENCES, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112012018170-0
HYPROTEK, INC.
NELLIE D SHORES
362/20
BR 112012018412-1
NOVARTIS AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112012019437-2
BOEHRINGER INGELHEIM INTERNATIONAL GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112012019540-9
HEPTARES THERAPEUTICS LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112012019866-1
BIOTICA TECHNOLOGY LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112012020110-7
KISSEI PHARMACEUTICAL CO., LTD.
NELLIE D SHORES
362/20
BR 112012022812-9
BOEHRINGER INGELHEIM INTERNATIONAL GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112012023355-6
TAIVEX THERAPEUTICS CORPORATION
SABINA NEHMI DE OLIVEIRA
362/20
BR 112012024017-0
LEAD DISCOVERY CENTER GMBH/ BAYER INTELLECTUAL PROPERTY GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112012026953-4
SYNTARGA B.V.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112012028893-8
ASCEND BIOPHARMACEUTICALS PTY LTD
ORLANDO DE SOUZA
362/20
BR 112012029005-3
DANA-FARBER CANCER INSTITUTE, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112012031071-2
ABBVIE INC.
DANIEL ADVOGADOS
364/20
BR 112013002012-1
LES LABORATOIRES SERVIER/ INSTITUT NATIONAL DE LA SANTE ET DE LA RECHERCHE MEDICALE/ CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE (C.N.R.S)
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112013002914-5
ASTRAZENECA AB
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112013004520-5
RFS PHARMA LLC/ EMORY UNIVERSITY
ADVOCACIA PIETRO ARIBONI S/C
362/20
BR 112013010522-4
HANMI SCIENCE CO., LTD.
ORLANDO DE SOUZA
359/20
BR 112013010535-6
THE RESEARCH FOUNDATION OF STATE UNIVERSITY OF NEW YORK
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013011003-1
NOVARTIS AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013011065-1
BOEHRINGER INGELHEIM INTERNATIONAL GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013011198-4
ACADEMIA SINICA
ORLANDO DE SOUZA
359/20
BR 112013011644-7
NOVARTIS AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013011705-2
THE TRUSTEES OF THE UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA / INOVIO PHARMACEUTICALS, INC.
MIRIAN OLIVEIRA DA ROCHA PITTA
359/20
BR 112013012555-1
IMNATE SARL
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013012627-2
GLAXO GROUP LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112013012671-0
AMICUS THERAPEUTICS, INC.
ORLANDO DE SOUZA
359/20
BR 112013012786-4
MOLECULAR PARTNERS AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013013016-4
IMNATE SARL
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013013044-0
IMNATE SARL
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013013167-5
CONSTALLATION PHARMACEUTICALS, INC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112013013781-9
SEATTLE GENETICS, INC.
MURTA GOYANES PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112013015508-6
MEDIMMUNE LIMITED.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112013015771-2
HEBEI KUNXIANGJISHI PHARMACEUTICAL TECHNOLOGY CO., LTD
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013015774-7
NISSAN CHEMICAL INDUSTRIES LTD
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112013015959-6
HENGRUI (USA) LTD.
LUIZ LEONARDOS & CIA - PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112013016165-5
PIERRE FABRE MEDICAMENT
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112013016684-3
CENTRO DE INGENIERÍA GENÉTICA / BIOTECNOLOGÍA E BIOREC S.A
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112013016917-6
GLAXO GROUP LIMITED
ANDRÉ LUIZ SOUZA ALVAREZ
359/20
BR 112013017009-3
TAKEDA PHARMACEUTICAL COMPANY LIMITED
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013017943-0
VENTIRX PHARMACEUTICALS, INC. / ARRAY BIOPHARMA, INC.
NELLIE D SHORES
362/20
BR 112013017951-1
UCB BIOPHARMA SPRL
LUIZ LEONARDO & ADVOGADOS
359/20
BR 112013018399-3
CANTARGIA AB
DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
359/20
BR 112013018742-5
GENTICEL
TAVARES PRORPIEDADE INTELECTUAL LTDA
359/20
BR 112013019975-0
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG
PRISCILA PENHA DE BARROS THEREZA
359/20
BR 112013020002-2
LIPOTEC S.A.
DAVID DO NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
359/20
BR 112013020070-7
THE TRUSTEES OF THE UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA
WALTER DE ALMEIDA MARTINS
359/20
BR 112013020274-2
PRESIDENT AND FELLOWS OF HARVARD COLLEGE
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013021134-2
ABBVIE STEMCENTRX LLC
DANIEL ADVOGADOS
359/20
BR 112013021460-0
ROCHE GLYCART AG
CAROLINA NAKATA

359/20
BR 112013021562-3
ARGENX BVBA
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
359/20
BR 112013021860-6
LIVZON MABPHARM INC.
MMV AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
359/20
BR 112013023167-0
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MARIA BEATRIZ CORREA DA SILVA MEYER GAIARSA
359/20
BR 112013023211-0
PROBIODRUG AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013024476-3
THE ROGOSIN INSTITUTE, INC
ANTÔNIO MAURÍCIO PEDRAS ARNAUD
359/20
BR 112013024768-1
ISIS PHARMACEUTICALS, INC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112013025304-5
BOEHRINGER INGELHEIM INTERNATIONAL GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013025633-8
BOARD OF REGENTS, THE UNIVERSITY OF TEXAS SYSTEM / ALZECA BIOSCIENCES, LLC / BOARD OF REGENTS OF THE UNIVERSITY OF HOUSTON SYSTEM / TEXAS CHILDREN'S HOSPITAL
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013025799-7
IMMUNE DESIGN CORP
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112013027224-4
APTEVO RESEARCH AND DEVELOPMENT LLC
DANIEL ADVOGADOS
359/20
BR 112013028134-0
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG
PRISCILA DE BARROS THEREZA YAMASHITA
359/20
BR 112013029893-6
MACROGENICS, INC.
DAVID DO NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
359/20
BR 112013030807-9
ISDIN, S.A / HOSPITAL CLÍNIC DE BARCELONA / INSTITUT D'INVESTIGACIONS BIOMÈDIQUES AUGUST PI I SUNYER
VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS
359/20
BR 112013030958-0
XOMA TECHNOLOGY LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013031370-6
KINETA ONE, LLC.
DANIEL ADVOGADOS
359/20
BR 112013031892-9
ABGENOMICS COOPERATIEF U.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013032235-7
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG
VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS
359/20
BR 112013032451-1
VIB VZW / VRIJE UNIVERSITEIT BRUSSEL / THE BOARD OF TRUSTEES OF THE LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY / THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF MICHIGAN
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013032621-2
OXFORD BIOTHERAPEUTICS LTD
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112013033342-1
LABORATOIRE FRANÇAIS DU FRACTIONNEMENT ET DES BIOTECHNOLOGIES
LUIZ LEONARDOS & CIA - PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112013033799-0
INHIBRX, LP
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112013033801-6
INHIBRX, LP
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112013033988-8
BECKMAN COULTER, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014000181-2
SANOFI INVESTMENT CO., LTD. SHANGHAI BRANCH / SHANGHAI JIAO TONG UNIVERSITY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014000278-9
LABORATOIRE FRANCAIS DU FRACTIONNEMENT ET DES BIOTECHNOLOGIES
GUERRA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
359/20
BR 112014001573-2
AFFIMED THERAPEUTICS AG.
DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
359/20
BR 112014002608-4
TORAY INDUSTRIES, INC.
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
359/20
BR 112014002613-0
TORAY INDUSTRIES, INC.
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
359/20
BR 112014002614-9
TORAY INDUSTRIES, INC.
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
359/20
BR 112014003110-0
LABORATOIRE FRANCAIS DU FRACTIONNEMENT ET DES BIOTECHNOLOGIES
JACQUES LABRUNIE
359/20
BR 112014003501-6
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF CALIFORNIA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014003670-5
ARES TRADING S.A.
MARIA PIA CARVALHO GUERRA
359/20
BR 112014003679-9
GLAXO GROUP LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112014003769-8
ROCHE GLYCART AG
PRISCILA DE BARROS THEREZA YAMASHITA
359/20
BR 112014005644-7
GENZYME CORPORATION
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014006158-0
BIOCEROX PRODUCTS B.V.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112014006929-8
TECHNOPHAGE, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM BIOTECNOLOGIA, AS
FLÁVIA SALIM LOPES
359/20
BR 112014007290-6
CHUGAI SEIYAKU KABUSHIKI KAISHA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014008167-0
GENVEC INC.
FLÁVIA SALIM LOPES
359/20
BR 112014008249-9
GENVEC INC.
FLÁVIA SALIM LOPES
359/20
BR 112014008862-4
GENENTECH, INC.
JACQUES LABRUNIE
360/20
BR 112014009536-1
AUGUREX LIFE SCIENCES CORPORATION
LUIZ LEONARDOS & CIA - PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112014009866-2
PROTHENA BIOSCIENCES LIMITED
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014010023-3
GENMAB A/S
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112014010161-2
UNIVERSITY OF ZURICH / BIOGEN INTERNATIONAL NEUROSCIENCE GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014010198-1
PROTHENA BIOSCIENCES LIMITED
TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS
359/20
BR 112014010383-6
PIERRE FABRE MEDICAMENT
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014010591-0
PIERRE FABRE MEDICAMENT
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014011304-1
UCB BIOPHARMA SPRL
LUIZ LEONARDOS & CIA - PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112014011404-8
UCB BIOPHARMA SPRL
LUIZ LEONARDOS & CIA - PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112014012624-0
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG
JACQUES LABRUNIE
359/20
BR 112014014605-5
JANSSEN PHARMACEUTICALS, INC.
MMV AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL LTDA
359/20
BR 112014014671-3
INSTITUTO POLITECNICO NACIONAL
PAULO SERGIO SCATAMBURLO
359/20
BR 112014016723-0
ADC THERAPEUTICS AS
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014016744-3
COMPLIX NV
JACQUES LABRUNIE
359/20
BR 112014016887-3
BIOGEN MA INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014017165-3
BIOVERATIV THERAPEUTICS INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20

BR 112014017814-3
GENZYME CORPORATION
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014017876-3
VIB VZW / UNIVERSITEIT GENT / CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE / CENTRE HOSPITALIER REGIONAL UNIVERSITAIRE DE MONTPELLIER / UNIVERSITÄT OSNABRÜCK / UNIVERSITE DE MONTPELLIER
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014018539-5
SBI BIOTECH CO., LTD.
LUIZ LEONARDOS & CIA - PROPRIEDADE INTELECTUAL
359/20
BR 112014018679-0
ALBUMEDIX A/S
DANIEL ADVOGADOS
359/20
BR 112014019116-6
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG / LUDWIG-MAXIMILIANS - UNIVERSITÄT MÜNCHEN
PRISCILA DE BARROS THEREZA YAMASHITA
360/20
BR 112014019459-9
IGM BIOSCIENCES A/S
DI BLASI, PARENTE & ASS. PROP. IND. LTDA
360/20
BR 112014020103-0
AILERON THERAPEUTICS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
360/20
BR 112014020198-6
OPKO BIOLOGICS LTD.
CLARKE, MODET PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
359/20
BR 112014020629-5
UCB PHARMA S.A.
LUIZ LEONARDOS & CIA
360/20
BR 112014020694-5
AMUNIX OPERATING INC. / BIOVERATIV THERAPEUTICS INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
360/20
BR 112014020816-6
ABBVIE STEMCENTRX LLC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
360/20
BR 112014021080-2
BOEHRINGER INGELHEIM INTERNATIONAL GMBH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
360/20
BR 112014021931-1
JANSSEN VACCINES & PREVENTION B.V.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014022662-8
ADVAXIS, INC
PINHEIRO NETO ADVOGADOS
360/20
BR 112014022692-0
REGENERON PHARMACEUTICALS, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
360/20
BR 112014022713-6
LUPIN LIMITED
DAVID DO NASCIMENTO ADVOGADOS ASSOCIADOS
362/20
BR 112014023642-9
THE UNITED STATES OF AMERICA, AS REPRESENTED BY THE SECRETARY, DEPARTMENT OF HEALTH AND UMAN SERVICES
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014023937-1
TORAY INDUSTRIES, INC.
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
360/20
BR 112014024209-7
TORAY INDUSTRIES, INC.
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
360/20
BR 112014024769-2
AC IMMUNE S.A. / KATHOLIEKE UNIVERSITEIT LEUVEN
CAROLINA NAKATA
360/20
BR 112014025649-7
ELI LILLY AND COMPANY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
360/20
BR 112014026531-3
NOVO NORDISK A/S / AMGEN INC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
359/20
BR 112014026786-3
FUNDACIÓ HOSPITAL UNIVERSITARI VALL D´HEBRON - INSTITUT DE RECERCA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
360/20
BR 112015022864-0
CELTAXSYS, INC.
BHERING ADVOGADOS
362/20
BR 112016018100-0
MCMASTER UNIVERSITY
DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
362/20
BR 112016019533-7
LYCERA CORPORATION
DANNEMANN, SIEMSEN, BLIGER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112016022025-0
IPSEN BIOINNOVATION LIMITED
LUIZ LEONARDOS & ADVOGADOS
362/20
BR 112016024462-1
GENENTECH, INC.
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
362/20
BR 112016024860-0
GIOVANNI MOGNA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112016025626-3
GIOVANNI MOGNA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIEGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112016026183-6
THANKSTEM S.R.L.
VAZ E DIAS ADVOGADOS & ASSOCIADOS
362/20
BR 112016026299-9
CHUGAI SEIYAKU KABUSHIKI KAISHA/ OSAKA UNIVERSITY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112016028023-7
THE BOARD OF TRUSTEES OF THE LELAND STANFORD JUNIOR UNIVERSITY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112016029201-4
THE UNITED STATES OF AMERICA, AS REPRESENTED BY THE SECRETARY, DEPT. OF HEALTH AND HUMAN SERVICES
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112016030172-2
APTATARGETS, S.L.
MSANTOS & FILHOS PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA-EPP
362/20
BR 112016030705-4
COMMONWEALTH SCIENTIFIC AND INDUSTRIAL RESEARCH ORGANISATION/ GRAINS RESEARCH AND DEVELOPMENT CORPORATION/ NUSEED PTY LTD
FLÁVIA SALIM LOPES
362/20
BR 112017000042-3
CELGENE QUANTICEL RESEARCH, INC.
ORLANDO DE SOUZA
362/20
BR 112017000464-0
TC BIOPHARM LTD
DANIEL ADVOGADOS
362/20
BR 112017000696-0
OREGON HEALTH & SCIENCE UNIVERSITY
ORLANDO DE SOUZA
362/20
BR 112017000939-0
NOVARTIS AG/ THE TRUSTEES OF THE UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017002237-0
ASTELLAS PHARMA INC.
DANIEL ADVOGADOS
362/20
BR 112017002333-4
DAIICHI SANKYO COMPANY, LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017002934-0
CHR. HANSEN A/S
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017003906-0
UCL BUSINESS PLC
DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
362/20
BR 112017004169-3
BOEHRINGER INGELHEIM INTERNATIONAL GMBH/ MACROGENICS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017004270-3
STEMCELL TECHNOLOGIES INC.
BHERING ADVOGADOS
362/20
BR 112017004452-8
THE RESEARCH FOUNDATION FOR THE STATE UNIVERSITY OF NEW YORK
FLÁVIA SALIM LOPES
362/20
BR 112017004576-1
VIRGINIA TECH INTELLECTUAL PROPERTIES, INC.
MARTINEZ & ASSOCIADOS S/S LTDA.
362/20
BR 112017005416-7
UNIVERSITY-INDUSTRY COOPERATION GROUP OF KYUNG HEE UNIVERSITY/ DONG-A ST CO., LTD.
NASCIMENTO ADVOGADOS
362/20
BR 112017005524-4
THE UNIVERSITY OF IOWA RESEARCH FOUNDATION
DANIEL ADVOGADOS
362/20
BR 112017006061-2
CHUGAI SEIYAKU KABUSHIKI KAISHA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017006925-3
ROCHAL INDUSTRIES, LLC
MMV AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
365/20
BR 112017007089-8
SERUM INSTITUTE OF INDIA PRIVATE LIMITED
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017007102-9
FONDAZIONE IRCCS CA' GRANDA - OSPEDALE MAGGIORE POLICLINICO
ARIBONI, FABBRI E SCHMIDT SOCIEDADE DE ADVOGADOS
362/20
BR 112017007737-0
UNIVERSITY OF MASSACHUSETTS
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017007765-5
HALOZYME, INC.
MMV AGENTES DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL LTDA.
362/20
BR 112017008301-9
UNITED CANNABIS CORP.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20

BR 112017008693-0
THE TRUSTEES OF THE UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017008734-0
WELL STONE CO.
EDMUNDO BRUNNER ASSESSORIA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL LTDA
362/20
BR 112017008868-1
ALNYLAM PHARMACEUTICALS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017009004-0
CALIFORNIA INSTITUTE OF TECHNOLOGY
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
362/20
BR 112017009475-4
MEMORIAL SLOAN KETTERING CANCER CENTER
BM&A PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
362/20
BR 112017009501-7
GLAXOSMITHKLINE INTELLECTUAL PROPERTY (NO. 2) LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017009504-1
GLAXOSMITHKLINE INTELLECTUAL PROPERTY (NO. 2) LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017010808-9
MATOKE HOLDINGS LIMITED
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
362/20
BR 112017010910-7
ABOCA S.P.A. SOCIETÀ AGRICOLA
PAULO MAURÍCIO CARLOS DE OLIVEIRA
362/20
BR 112017011078-4
ANAGENIX IP LIMITED
LICKS ADVOGADOS
362/20
BR 112017012299-5
4D PHARMA RESEARCH LIMITED
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017012366-5
COMMONWEALTH SCIENTIFIC AND INDUSTRIAL RESEARCH ORGANISATION
FLÁVIA SALIM LOPES
362/20
BR 112017013664-3
BONAC CORPORATION
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017014090-0
BONAC CORPORATION
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017014304-6
ESM TECHNOLOGIES, LLC
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
362/20
BR 112017014649-5
WAGENINGEN UNIVERSITEIT
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017015536-2
PHYTOPLANT RESEARCH S.L.
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
362/20
BR 112017016497-3
NATUREX AS
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
362/20
BR 112017016681-0
HEAT BIOLOGICS, INC.
BHERING ADVOGADOS
362/20
BR 112017017092-2
OREGON HEALTH & SCIENCE UNIVERSITY
FLÁVIA SALIM LOPES
362/20
BR 112017017927-0
ABBVIE STEMCENTRX LLC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017018111-8
TILT BIOTHERAPEUTICS OU
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017018861-9
BOARD OF REGENTS, THE UNIBERSITY OF TEXAS SYSTEM
BHERING ADVOGADOS
362/20
BR 112017020058-9
CHILDREN'S NATIONAL MEDICAL CENTER
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017020750-8
PRESIDENT AND FELLOWS OF HARVARD COLLEGE
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017021190-4
GALDERMA AS
RODRIGO CID ARAUJO SERRANO
362/20
BR 112017021191-2
GALDERMA AS
RODRIGO CID ARAUJO SERRANO
362/20
BR 112017021292-7
VICTOR ATAMANIUK/ ANATOLLI NOVIK
VOLKHART HANEWALD
362/20
BR 112017021505-5
GENZYME CORPORATION
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017022134-9
MEMORIAL SLOAN KETTERING CANCER CENTER
HUGO SILVA & MALDONADO PROPRIEDADE INTELECTUAL SOCIEDADE CIVIL S/C LTDA.
362/20
BR 112017022249-3
TC BIOPHARM LTD
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL & CIA)
362/20
BR 112017023171-9
PSIOXUS THERAPEUTICS LIMITED
MSANTOS & FILHOS PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA-EPP
362/20
BR 112017023409-2
UCL BUSINESS PLC
DANIEL ADVOGADOS
362/20
BR 112017024091-2
NEW HEALTH SCIENCES, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017024304-0
BIOIBERICA, S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017024514-0
GENZYME CORPORATION
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017024786-0
BRITISH COLUMBIA CANCER AGENCY BRANCH
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
362/20
BR 112017024975-8
THE MILK COMPANY LIMITED
LUIZ LEONARDOS & ADVOGADOS
362/20
BR 112017025157-4
DEUTSCHES KREBSFORSCHUNGSZENTRUM/ RUPRECHT-KARLS-UNIVERSITÄT HEIDELBERG
DI BLASI, PARENTE & ADVOGADOS ASSOCIADOS
362/20
BR 112017025954-0
DE STAAT DER NEDERLANDEN, VERT. DOOR DE MINISTER VAN VWS, MINISTERIE VAN VOLKSGEZONDHEID, WELZIJN EN SPORT
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
362/20
BR 112017026467-6
BOARD OF REGENTS, THE UNIVERSITY OF TEXAS SYSTEM
BHERING ADVOGADOS
362/20
BR 112017026564-8
4D PHARMA RESEARCH LIMITED
DANNEMANN, SIEMSEN, BIEGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017026586-9
REBIOTIX, INC.
GUERRA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
362/20
BR 112017027082-0
SUN PHARMACEUTICAL INDUSTRIES LIMITED/ INTERNATIONAL CENTRE FOR GENETIC ENGINEERING AND BIOTECHNOLOGY/ DEPARTMENT OF BIOTECHNOLOGY
BM&A PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
362/20
BR 112017027578-3
BIOVERATIV USA INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017027876-6
CELLIS AG
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
362/20
BR 112017027956-8
THE CHILDREN'S HOSPITAL OF PHILADELPHIA
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017027965-7
JCR PHARMACEUTICALS CO., LTD.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112017028178-3
TENSHA THERAPEUTICS, INC.
MONTAURY PIMENTA, MACHADO & VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS
362/20
BR 112017028201-1
THE JOHNS HOPKINS UNIVERSITY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112017028601-7
EIGER GROUP INTERNATIONAL, INC. (US)
ORLANDO DE SOUZA
361/20
BR 112018000194-5
UNIVERSITY OF GUELPH
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112018000522-3
LANTMÄNNEN AS-FAKTOR AB
CARLOS ANDRÉ BARBOSA CAVALCANTI
362/20
BR 112018000934-2
NESTEC S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112018001232-7
THE CHILDREN'S MEDICAL CENTER CORPORATION
MAGELLAN IP PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112018001660-8
ONKIMMUNE LIMITED
LICKS ADVOGADOS
362/20
BR 112018001782-5
IFOM FONDAZIONE ISTITUTO FIRC DI ONCOLOGIA MOLECOLARE
REMER VILLAÇA & NOGUEIRA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PROP. INTELECTUAL S/S LTDA.
362/20
BR 112018001858-9
THE TRUSTEES OF THE UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA
DANIEL ADVOGADOS

362/20
BR 112018002428-7
WUXI BIOLOGICS (SHANGHAI) CO. LTD./ WUXI BIOLOGICS IRELAND LIMITED
ANA PAULA SANTOS CELIDONIO
362/20
BR 112018002463-5
ONCOTHERAPY SCIENCE, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIEGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112018003580-7
XIAMEN UNIVERSITY/ YANG SHENG TANG COMPANY, LTD.
ANTÔNIO MAURÍCIO PEDRAS ARNAUD
362/20
BR 112018004220-0
ALNYLAM PHARMACEUTICALS, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112018004283-8
TOCAGEN INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
362/20
BR 112018004532-2
UNIVERSITÉ CATHOLIQUE DE LOUVAIN/ WAGENINGEN UNIVERSITEIT
LUIZ LEONARDOS & ADVOGADOS
362/20
BR 112018004800-3
MEMORIAL SLOAN KETTERING CANCER CENTER
BM&A PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA
362/20
BR 112018006693-1
PHOTODYNAMIC INC.
TINOCO SOARES SOCIEDADE DE ADVOGADOS
362/20
BR 112018068314-0
YAMAGUCHI UNIVERSITY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112018074352-6
INFECTIOUS DISEASE RESEARCH INSTITUTE (US)
MSANTOS & FILHOS PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA-EPP
366/20
BR 112018075291-6
QURATIS INC..
GRUENBAUM, POSSINHAS & TEIXEIRA LTDA
362/20
BR 112018075295-9
LYSAT PHARMA GMBH (LYSATPHARMA)
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
362/20
BR 112019006336-6
THE MILK COMPANY LIMITED
LUIZ LEONARDOS & ADVOGADOS
362/20
BR 112019019177-1
SHIONOGI & CO., LTD. (JP)
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
366/20
BR 122018004815-8
PSIOXUS THERAPEUTICS LIMITED
MSANTOS & FILHOS PROPRIEDADE INTELECTUAL LTDA-EPP
362/20
BR 122019001241-5
PHYTOPLANT RESEARCH S.L.
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO DE BOTTON
362/20
BR 122019017002-9
ALKAHEST, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER & IPANEMA MOREIRA
357/20

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.806, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) sob os nºs de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações válidas no link: https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL
NOME DO PRODUTO VALIDADE DO REGISTRO
NÚMERO DO PROCESSO NÚMERO DO EXPEDIENTE

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
CLARITROMICINA 09/2025
25351.258231/2014-81 0736410/20-5

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA
CARBOPLATINA 09/2025
25351.458822/2014-18 0140270/20-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.807, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo arts. 2º e 4° da Lei n° 13.411, de 28 de dezembro de 2016 e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
XYLESTESIN 2599200750163
0423482201 SIMILAR - Inclusão de nova apresentação
20 MG/G GEL OFT CX 10 ENVOL SER PRENC PLAS PEBD TRANSL X 2 G 1029803570191

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.808, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelos arts. 2º e 4° da Lei n° 13.411, de 28 de dezembro de 2016 e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

ACCORD FARMACÊUTICA LTDA.
BICALUTAMIDA 25351501851200881
0964578201 GENÉRICO - Mudança maior de método analítico
BYCAL 25351515144201763
1142228209 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 0964578201 - 25351501851200881)

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A
NEO DECAPEPTYL 2500100352585
2698574208 NOVO - Mudança relacionada ao diluente

APSEN FARMACEUTICA S/A
LEVOXIN 25351570926201497
0895572207 NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto

BAYER S.A.
CANESTEN 25351212365200719
3545657194 NOVO - Alteração maior do processo de produção do medicamento
3546032196 NOVO - Ampliação dos limites de especificação
3545818196 NOVO - Exclusão de um teste ou método obsoleto
3545814193 NOVO - Mudança maior da forma e dimensões da embalagem primária do medicamento
3545652193 NOVO - Mudança maior de excipientes para formas farmacêuticas em solução
3545655198 NOVO - Substituição de local de fabricação de medicamento de liberação convencional
---
CHEMICALTECH IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS, FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA
BICALUTAMIDA 25351334394202008
3072329209 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 0964578201 - 25351501851200881)

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A
TASULIL 25351687909201051
0363342200 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
0363344206 SIMILAR - Mudança maior de método analítico
0453698203 SIMILAR - Ampliação dos limites de especificação

TORRENT DO BRASIL LTDA.
LAMOTRIGINA 25351703245200807
0883088206 GENÉRICO - Exclusão de um teste ou método obsoleto

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.809, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA 05439635000103
CITRATO DE SUFENTANILA
SUFENTA 25351.660962/2020-15 08/2029
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2259434/20-5
1.5562.0058.001-1 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 1 ML
1.5562.0058.002-1 36 Meses
5 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 2 ML
1.5562.0058.003-8 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ 10 CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML
1.5562.0058.004-6 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML
ETOMIDATO
HYPNOMIDATE 25351.660982/2020-96 11/2029
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2259139/20-7
1.5562.0059.001-7 24 Meses
2 MG/ML SOL INJ IV CX 5 AMP VD TRANS X 10 ML
CITRATO DE FENTANILA
FENTANIL 25351.694549/2020-54 09/2025
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2362233/20-4
1.5562.0060.001-2 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ 10 CX 5 AMP VD TRANS X 2 ML
1.5562.0060.002-0 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ 10 CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML
1.5562.0060.003-9 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 10 ML
1.5562.0060.004-7 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 2 ML
1.5562.0060.005-5 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE POTÁSSIO + cloreto de cálcio diidratado + LACTATO DE SÓDIO
SOLUCAO FISIOLOGICA DE RINGER COM LACTATO DE SODIO 25351.606893/2020-02 03/2029
1877 ESPECÍFICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 2088782/20-5
1.0298.0541.001-9 24 Meses
SOL INJ CX 20 FR PLAS TRANS SIST FECH X 500 ML
1.0298.0541.002-7 24 Meses
SOL INJ CX 12 FR PLAS TRANS SIST FECH X 1000 ML
1.0298.0541.003-5 24 Meses
SOL INJ IV CX 20 BOLS PLAS SIST FECH X 500 ML
1.0298.0541.004-3 24 Meses
SOL INJ IV CX 12 BOLS PLAS SIST FECH X 1000 ML
1.0298.0541.005-1 24 Meses
SOL INJ CX 20 FR PLAS TRANS SIST FECH X 500 ML
1.0298.0541.006-1 24 Meses
SOL INJ CX 12 FR PLAS TRANS SIST FECH X 1000 ML

TAKEDA PHARMA LTDA. 60397775000174
alfagalsidase
Replagal 25351.778045/2020-96 07/2029
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2614068/20-3
1.0639.0284.001-4 24 Meses
1 MG/ML SOL INJ CT FA VD TRANS X 3,5 ML
GAMANONACOGUE
RIXUBIS 25351.778782/2020-99 08/2029
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2614498/20-1
1.0639.0285.001-1 36 Meses
250 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
1.0639.0285.002-8 36 Meses
500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
1.0639.0285.003-6 36 Meses
1000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
1.0639.0285.004-4 36 Meses
2000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
1.0639.0285.005-2 36 Meses
3000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
inibidor de C1 esterase derivado de plasma humano
Cinryze 25351.778788/2020-66 06/2029
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2614837/20-4
1.0639.0287.001-0 24 Meses
500 U PÓ LIOF INJ CT 2 FA VD INC + 2 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
FATOR IX DE COAGULAÇÃO
IMMUNINE 25351.778794/2020-13 04/2026
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615033/20-6
1.0639.0289.001-1 24 Meses
200 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + DIL FA X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0289.002-1 24 Meses
600 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + DIL FA X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0289.003-8 24 Meses
1200 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + DIL FA X 10 ML + CONJ REC E INFUS
IMUNOGLOBULINA HUMANA
Cuvitru 25351.778795/2020-68 11/2028
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615035/20-2
1.0639.0291.001-2 36 Meses
0,2 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 5 ML
1.0639.0291.002-0 36 Meses
0,2 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 10 ML
1.0639.0291.003-9 36 Meses
0,2 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 20 ML
1.0639.0291.004-7 36 Meses
0,2 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 40 ML
FATOR VIII DE COAGULAÇÃO
HEMOFIL 25351.778799/2020-46 05/2029
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615244/20-4
1.0639.0292.001-8 30 Meses
250 UI SOL INJ CT FA + SOL DIL FA VD INC X 10 ML + CONJ REC E INJ
1.0639.0292.002-6 30 Meses
500 UI SOL INJ CT FA + SOL DIL FA VD INC X 10 ML + CONJ REC E INJ
1.0639.0292.003-4 30 Meses
1000 UI SOL INJ CT FA + SOL DIL FA VD INC X 10 ML + CONJ REC E INJ
alfavelaglicerase
VPRIV 25351.778961/2020-26 11/2025
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2614902/20-8
1.0639.0286.001-5 36 Meses
400 U PO LIOF INJ CT FA VD INC X 1
alfaoctocogue
ADVATE 25351.779075/2020-10 07/2029
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615018/20-2
1.0639.0288.001-6 24 Meses
250 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0288.002-4 24 Meses
500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0288.003-2 24 Meses
1000 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0288.004-0 24 Meses
1500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0288.005-9 24 Meses
250 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0288.006-7 24 Meses
500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0288.007-5 24 Meses
1000 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0288.008-3 24 Meses
1500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + CONJ REC E INFUS
LANADELUMABE
TAKHZYRO 25351.779114/2020-89 10/2029
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615138/20-3
1.0639.0290.001-7 24 Meses
150 MG/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 2 ML + CONJ INFUS
IMUNOGLOBULINA G
HYQVIA 25351.779242/2020-22 09/2027
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615368/20-8
1.0639.0293.001-3 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 25 ML + 1 FA VD INC X 1,25 ML
1.0639.0293.002-1 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 50 ML + 1 FA VD INC X 2,5 ML
1.0639.0293.003-1 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 100 ML + 1 FA VD INC X 5 ML
1.0639.0293.004-8 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 200 ML + 1 FA VD INC X 10 ML
1.0639.0293.005-6 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 300 ML + 1 FA VD INC X 15 ML
FATOR II DE COAGULAÇÃO + FATOR VII DE COAGULAÇÃO + FATOR IX DE COAGULAÇÃO + FATOR X
Prothromplex 25351.779244/2020-11 03/2027
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615373/20-4
1.0639.0294.001-9 36 Meses
600 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 20ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0294.002-7 36 Meses
600 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 20ML + CONJ REC E INFUS.
ALBUMINA HUMANA
ALBUMINA SÉRICA HUMANA NORMAL 25351.779247/2020-55 12/2025
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615404/20-8
1.0639.0295.001-4 24 Meses
20 PCC SOL INJ CT FA X 50 ML + EQUIPO
1.0639.0295.002-2 24 Meses
20 PCC SOL INJ CT FA X 100 ML + EQUIPO
1.0639.0295.003-0 24 Meses
25 PCC SOL INJ CT FA X 20 ML + EQUIPO
1.0639.0295.004-9 24 Meses
25 PCC SOL INJ CT FA X 50 ML + EQUIPO
1.0639.0295.005-7 24 Meses
25 PCC SOL INJ CT FA X 100 ML + EQUIPO
1.0639.0295.006-5 24 Meses
20 PCC SOL INJ BOLSA PLÁSTICA X 50 ML
1.0639.0295.007-3 24 Meses
20 PCC SOL INJ BOLSA PLÁSTICA X 100 ML
1.0639.0295.008-1 24 Meses
20 PCC SOL INJ CX 24 BOLSA PLÁSTICA X 50 ML
1.0639.0295.009-1 24 Meses
20 PCC SOL INJ CX 12 BOLSA PLÁSTICA X 100 ML
ALFARURIOCTOCOGUE PEGOL
ADYNOVATE 25351.779248/2020-08 01/2030
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615411/20-1
1.0639.0297.001-5 24 Meses
250 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.0639.0297.002-3 24 Meses
250 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.003-1 24 Meses
250 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.004-1 24 Meses
500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.0639.0297.005-8 24 Meses
500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.006-6 24 Meses
500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.007-4 24 Meses
750 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.0639.0297.008-2 24 Meses
750 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.009-0 24 Meses
750 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS

1.0639.0297.010-4 24 Meses
1000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.0639.0297.011-2 24 Meses
1000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.012-0 24 Meses
1000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.013-9 24 Meses
1500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.0639.0297.014-7 24 Meses
1500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.015-5 24 Meses
1500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.016-3 24 Meses
2000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.0639.0297.017-1 24 Meses
2000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.0639.0297.018-1 24 Meses
3000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.0639.0297.019-8 24 Meses
3000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
FATOR VIII DE COAGULAÇÃO
IMMUNATE 25351.779249/2020-44 04/2026
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615413/20-7
1.0639.0299.001-6 24 Meses
250 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0299.002-4 24 Meses
500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0299.003-2 24 Meses
1000 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 10 ML + CONJ REC E INFUS
IDURSULFASE
Elaprase 25351.779252/2020-68 05/2028
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615420/20-0
1.0639.0300.001-1 24 Meses
2 MG/ML SOL INJ CT FA VD INC X 3 ML
TEDUGLUTIDA
REVESTIVE 25351.779289/2020-96 11/2028
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615480/20-3
1.0639.0296.001-1 48 Meses
5 MG PO LIOF SOL INJ CT 28 FA VD TRANS + 28 SER PREENC VD TRANS
COMPLEXO PROTROMBÍNICO PARCIALMENTE ATIVADO
FEIBA 25351.779291/2020-65 09/2026
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615483/20-8
1.0639.0298.001-0 24 Meses
500 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + 1FA DIL X 20ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0298.002-9 24 Meses
1000 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + 1FA DIL X 20ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0298.003-7 24 Meses
500 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + FA DIL X 20ML + DISP REC + CONJ INFUS
1.0639.0298.004-5 24 Meses
1000 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + FA DIL X 20ML + DISP REC + CONJ INFUS
1.0639.0298.005-3 24 Meses
2500 U PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + FA DIL X 50ML + CONJ REC INFUS
1.0639.0298.006-1 24 Meses
2500 U PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + FA DIL X 50ML + DISP REC + CONJ INFUS
1.0639.0298.007-1 24 Meses
500 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + 1FA DIL X 10ML + CONJ REC E INFUS
1.0639.0298.008-8 24 Meses
500 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + 1FA DIL X 10ML + DISP REC + CONJ INJ
IMUNOGLOBULINA G
ENDOBULIN KIOVIG 25351.779297/2020-32 06/2026
11201 PRODUTO BIOLÓGICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2615589/20-3
1.0639.0301.001-5 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 10 ML
1.0639.0301.002-3 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 25 ML
1.0639.0301.003-1 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 50 ML
1.0639.0301.004-1 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 100 ML
1.0639.0301.005-8 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 200 ML

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO INSUMO NUMERO DO PROCESSO
ROTA
VENCIMENTO NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
ASSUNTO DESCRIÇÃO

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
FOSFATO DE CLINDAMICINA 25351.935923/2020-87
001
09/2030 15.0041.0168.002-8 36 Meses
10320 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR INCORPORAÇÃO DE EMPRESA

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0
ACICLOVIR SÓDICO 25351.936384/2020-01
001
08/2023 15.0041.0169.002-3 36 Meses
10320 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR INCORPORAÇÃO DE EMPRESA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.810, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
CITRATO DE FENTANILA
FENTANIL 25000.000039/88 09/2025
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2358168/20-9
1.1236.0027.002-6 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ 10 CX 5 AMP VD TRANS X 2 ML
1.1236.0027.010-7 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ 10 CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML
1.1236.0027.011-5 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 10 ML
1.1236.0027.012-3 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 2 ML
1.1236.0027.013-1 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML
CITRATO DE SUFENTANILA
SUFENTA 25000.009271/89-48 08/2029
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2224899/20-4
1.1236.0032.013-9 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 1 ML
1.1236.0032.014-7 36 Meses
5 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 2 ML
1.1236.0032.015-5 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ 10 CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML
1.1236.0032.016-3 36 Meses
50 MCG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML
ETOMIDATO
HYPNOMIDATE 25991.008787/79 11/2029
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2225357/20-2
1.1236.0023.003-2 24 Meses
2 MG/ML SOL INJ IV CX 5 AMP VD TRANS X 10 ML

LABORATÓRIO SANOBIOL LTDA 21561931000309
CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE POTÁSSIO + cloreto de cálcio diidratado + LACTATO DE SÓDIO
SOLUCAO FISIOLOGICA DE RINGER COM LACTATO DE SODIO 25001.011420/83 03/2029
1883 ESPECÍFICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2026769/20-0
1.0139.0014.001-9 24 Meses
SOL INJ CX 20 FR PLAS TRANS SIST FECH X 500 ML
1.0139.0014.002-7 24 Meses
SOL INJ CX 12 FR PLAS TRANS SIST FECH X 1000 ML
1.0139.0014.005-1 24 Meses
SOL INJ IV CX 20 BOLS PLAS SIST FECH X 500 ML
1.0139.0014.006-1 24 Meses
SOL INJ IV CX 12 BOLS PLAS SIST FECH X 1000 ML
1.0139.0014.007-8 24 Meses
SOL INJ CX 20 FR PLAS TRANS SIST FECH X 500 ML
1.0139.0014.008-6 24 Meses
SOL INJ CX 12 FR PLAS TRANS SIST FECH X 1000 ML

SHIRE FARMACÊUTICA BRASIL LTDA. 07898671000160
alfagalsidase
Replagal 25351.040221/2008-27 07/2029
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2509490/20-4
1.6979.0002.001-2 24 Meses
1 MG/ML SOL INJ CT FA VD TRANS X 3,5 ML
FATOR VIII DE COAGULAÇÃO
HEMOFIL 25351.053713/2018-54 05/2029
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2509162/20-0
1.6979.0018.001-1 30 Meses
250 UI SOL INJ CT FA + SOL DIL FA VD INC X 10 ML + CONJ REC E INJ
1.6979.0018.002-8 30 Meses
500 UI SOL INJ CT FA + SOL DIL FA VD INC X 10 ML + CONJ REC E INJ
1.6979.0018.003-6 30 Meses
1000 UI SOL INJ CT FA + SOL DIL FA VD INC X 10 ML + CONJ REC E INJ
IMUNOGLOBULINA HUMANA
Cuvitru 25351.178330/2017-59 11/2028
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2508750/20-9
1.6979.0020.001-0 36 Meses
0,2 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 5 ML
1.6979.0020.002-9 36 Meses
0,2 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 10 ML
1.6979.0020.003-7 36 Meses
0,2 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 20 ML
1.6979.0020.004-5 36 Meses
0,2 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 40 ML
IDURSULFASE
Elaprase 25351.188437/2007-91 05/2028
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2508843/20-2
1.6979.0001.001-7 24 Meses
2 MG/ML SOL INJ CT FA VD INC X 3 ML
alfavelaglicerase
VPRIV 25351.196161/2010-52 11/2025
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2506364/20-2
1.6979.0005.002-7 36 Meses
400 U PO LIOF INJ CT FA VD INC X 1
LANADELUMABE
TAKHZYRO 25351.234353/2019-71 10/2029
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2508518/20-2
1.6979.0023.001-7 24 Meses
150 MG/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 2 ML + CONJ INFUS
TEDUGLUTIDA
REVESTIVE 25351.295319/2017-28 11/2028
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2509494/20-7
1.6979.0019.001-5 48 Meses
5 MG PO LIOF SOL INJ CT 28 FA VD TRANS + 28 SER PREENC VD TRANS
ALFARURIOCTOCOGUE PEGOL
ADYNOVATE 25351.411215/2019-11 01/2030
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2506141/20-1
1.6979.0024.001-2 24 Meses
250 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.6979.0024.002-0 24 Meses

250 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.003-9 24 Meses
250 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.004-7 24 Meses
500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.6979.0024.005-5 24 Meses
500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.006-3 24 Meses
500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.007-1 24 Meses
750 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.6979.0024.008-1 24 Meses
750 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.009-8 24 Meses
750 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.010-1 24 Meses
1000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.6979.0024.011-1 24 Meses
1000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.012-8 24 Meses
1000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.013-6 24 Meses
1500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.6979.0024.014-4 24 Meses
1500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.015-2 24 Meses
1500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.016-0 24 Meses
2000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.6979.0024.017-9 24 Meses
2000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
1.6979.0024.018-7 24 Meses
3000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ3 + CONJ INFUS
1.6979.0024.019-5 24 Meses
3000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC BJ2HF + CONJ INFUS
inibidor de C1 esterase derivado de plasma humano
Cinryze 25351.733342/2017-15 06/2029
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2508670/20-7
1.6979.0021.001-6 24 Meses
500 U PÓ LIOF INJ CT 2 FA VD INC + 2 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
IMUNOGLOBULINA G
HYQVIA 25351.735839/2017-60 09/2027
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2509485/20-8
1.6979.0009.001-0 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 25 ML + 1 FA VD INC X 1,25 ML
1.6979.0009.002-9 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 50 ML + 1 FA VD INC X 2,5 ML
1.6979.0009.003-7 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 100 ML + 1 FA VD INC X 5 ML
1.6979.0009.004-5 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 200 ML + 1 FA VD INC X 10 ML
1.6979.0009.005-3 36 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 300 ML + 1 FA VD INC X 15 ML
FATOR IX DE COAGULAÇÃO
IMMUNINE 25351.735843/2017-28 04/2026
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2509174/20-3
1.6979.0008.001-5 24 Meses
200 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + DIL FA X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0008.002-3 24 Meses
600 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + DIL FA X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0008.003-1 24 Meses
1200 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + DIL FA X 10 ML + CONJ REC E INFUS
IMUNOGLOBULINA G
ENDOBULIN KIOVIG 25351.735849/2017-03 06/2026
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2508922/20-6
1.6979.0017.001-4 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 10 ML
1.6979.0017.002-2 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 25 ML
1.6979.0017.003-0 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 50 ML
1.6979.0017.004-9 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 100 ML
1.6979.0017.005-7 24 Meses
0,1 G/ML SOL INJ CT 1 FA VD INC X 200 ML
FATOR VIII DE COAGULAÇÃO
IMMUNATE 25351.735851/2017-74 04/2026
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2509165/20-4
1.6979.0010.001-6 24 Meses
250 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0010.002-4 24 Meses
500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0010.003-2 24 Meses
1000 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 10 ML + CONJ REC E INFUS
FATOR II DE COAGULAÇÃO + FATOR VII DE COAGULAÇÃO + FATOR IX DE COAGULAÇÃO + FATOR X
Prothromplex 25351.735852/2017-19 03/2027
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2509488/20-2
1.6979.0011.001-1 36 Meses
600 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 20ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0011.002-1 36 Meses
600 UI PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 20ML + CONJ REC E INFUS.
ALBUMINA HUMANA
ALBUMINA SÉRICA HUMANA NORMAL 25351.735856/2017-05 12/2025
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2506417/20-7
1.6979.0013.001-2 24 Meses
20 PCC SOL INJ CT FA X 50 ML + EQUIPO
1.6979.0013.002-0 24 Meses
20 PCC SOL INJ CT FA X 100 ML + EQUIPO
1.6979.0013.003-9 24 Meses
25 PCC SOL INJ CT FA X 20 ML + EQUIPO
1.6979.0013.004-7 24 Meses
25 PCC SOL INJ CT FA X 50 ML + EQUIPO
1.6979.0013.005-5 24 Meses
25 PCC SOL INJ CT FA X 100 ML + EQUIPO
1.6979.0013.006-3 24 Meses
20 PCC SOL INJ BOLSA PLÁSTICA X 50 ML
1.6979.0013.007-1 24 Meses
20 PCC SOL INJ BOLSA PLÁSTICA X 100 ML
1.6979.0013.008-1 24 Meses
20 PCC SOL INJ CX 24 BOLSA PLÁSTICA X 50 ML
1.6979.0013.009-8 24 Meses
20 PCC SOL INJ CX 12 BOLSA PLÁSTICA X 100 ML
alfaoctocogue
ADVATE 25351.735857/2017-41 07/2029
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2505908/20-4
1.6979.0014.001-8 24 Meses
250 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0014.002-6 24 Meses
500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0014.003-4 24 Meses
1000 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0014.004-2 24 Meses
1500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0014.005-0 24 Meses
250 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0014.006-9 24 Meses
500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0014.007-7 24 Meses
1000 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0014.008-5 24 Meses
1500 UI PÓ LIOF INJ CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 2 ML + CONJ REC E INFUS
GAMANONACOGUE
RIXUBIS 25351.735859/2017-31 08/2029
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2509715/20-6
1.6979.0015.001-3 36 Meses
250 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
1.6979.0015.002-1 36 Meses
500 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
1.6979.0015.003-1 36 Meses
1000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
1.6979.0015.004-8 36 Meses
2000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
1.6979.0015.005-6 36 Meses
3000 UI PO LIOF CT 1 FA VD INC + 1 FA DIL X 5 ML + DISP REC
COMPLEXO PROTROMBÍNICO PARCIALMENTE ATIVADO
FEIBA 25351.735860/2017-65 09/2026
1610 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2508851/20-3
1.6979.0016.001-9 24 Meses
500 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + 1FA DIL X 20ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0016.002-7 24 Meses
1000 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + 1FA DIL X 20ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0016.003-5 24 Meses
500 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + FA DIL X 20ML + DISP REC + CONJ INFUS
1.6979.0016.004-3 24 Meses
1000 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + FA DIL X 20ML + DISP REC + CONJ INFUS
1.6979.0016.005-1 24 Meses
2500 U PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + FA DIL X 50ML + CONJ REC INFUS
1.6979.0016.006-1 24 Meses
2500 U PO LIOF INJ CT 1 FA VD INC + FA DIL X 50ML + DISP REC + CONJ INFUS
1.6979.0016.007-8 24 Meses
500 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + 1FA DIL X 10ML + CONJ REC E INFUS
1.6979.0016.008-6 24 Meses
500 U PO LIOF INJ CT 1FA VD INC + 1FA DIL X 10ML + DISP REC + CONJ INJ

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO INSUMO NUMERO DO PROCESSO
ROTA
VENCIMENTO NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
ASSUNTO DESCRIÇÃO

NOVAFARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.01402-4
FOSFATO DE CLINDAMICINA 25351.004246/2015-82
001
11/2023 15.1402.0085.002-1 36 Meses
10314 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - CANCELAMENTO DE REGISTRO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

NOVAFARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 1.01402-4
ACICLOVIR SÓDICO 25351.359010/2016-12
001
08/2023 15.1402.0083.002-0 36 Meses
10314 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - CANCELAMENTO DE REGISTRO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.811, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 56998982000107
ipilimumabe
YERVOY 25351.231323/2011-57 06/2027
1613 PRODUTO BIOLÓGICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 2556468/20-4
1.0180.0402.002-0 36 Meses
200 MG SOL INJ CT 1 FA VD TRANS X 40 ML

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP 43640754000119
DIPIRONA
FURP- DIPIRONA 25991.006361/81 02/2027
1988 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DA APRESENTAÇÃO DO MEDICAMENTO 3033721/20-6

1.1039.0034.005-1 24 Meses
500 MG COM CX BL AL PLAS TRANS X 500

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO VITAMED LTDA 29346301000153
ISOVIT 25351.053962/2003-63 08/2025
1810 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - CANCELAMENTO DO REGISTRO DA APRESENTAÇÃO 2402468/20-6
1.1695.0032.001-2 36 Meses
75 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
GLYCINE MAX (L.) MERRL
1.1695.0032.002-3 36 Meses
75 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
GLYCINE MAX
1.1695.0032.003-4 36 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
GLYCINE MAX (L.) MERRL
1.1695.0032.004-5 36 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
GLYCINE MAX (L.) MERRL
1.1695.0032.007-8 36 Meses
150 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 30
GLYCINE MAX
1.1695.0032.014-5 36 Meses
100 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 30
GLYCINE MAX (L.) MERRL
1.1695.0032.015-6 36 Meses
100 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 60
GLYCINE MAX
1.1695.0032.017-7 36 Meses
100 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 90
GLYCINE MAX (L.) MERRL
1.1695.0032.018-8 36 Meses
150 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 60
GLYCINE MAX
1.1695.0032.019-9 36 Meses
150 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 90
GLYCINE MAX

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.812, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA
ENGRAN 25351.371665/2017-01 09/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1363053/17-9
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 214701/03-7 - 25351.057963/2003-87)
1.0573.0752.001-2 24 Meses
2MG/ML SOL INJ CT 2 AMP X 1 ML
1.0573.0752.002-0 24 Meses
2MG/ML SOL INJ CT 2 FA X 1 ML
1.0573.0752.003-9 24 Meses
4MG/ML SOL INJ CT 1 FA X 2,5 ML
1.0573.0752.004-7 24 Meses
4MG/ML SOL INJ CT 1 AMP X 2,5 ML
1.0573.0752.005-5 24 Meses
2MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 1 ML
1.0573.0752.006-3 24 Meses
2MG/ML SOL INJ CT 100 AMP VD TRANS X 1 ML
1.0573.0752.007-1 24 Meses
4MG/ML SOL INJ CT 50 FA VD TRANS X 2,5 ML
1.0573.0752.008-1 24 Meses
4MG/ML SOL INJ CT 100 FA VD TRANS X 2,5 ML

Arese Pharma Ltda 07670111000154
TRIFOLIUM PRATENSE L.
Minel 25351.423791/2014-24 06/2028
10777 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO MENOR DE EXCIPIENTE 2208940/20-3
1.5819.0019.006-3 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8
1.5819.0019.007-1 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5819.0019.008-1 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.5819.0019.009-8 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5819.0019.010-1 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 02433631000120
INSULINA GLARGINA
GLATUS 25351.174890/2015-87 11/2029
1519 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL 1522696/16-4
1.3764.0181.007-5 24 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS 3 ML

BIOLAB FARMA GENERICOS LTDA 33150764000112
SUCCINATO DE METOPROLOL
DOZOITO 25351.711355/2019-97 06/2030
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2698532/20-2
1.0492.0242.022-1 24 Meses
25 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0492.0242.023-8 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0492.0242.024-6 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA 17562075000169
PARACETAMOL + CAFEÍNA ANIDRA
CEFADRIN 25351.211373/2014-60 09/2030
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0288542/14-5
1.1560.0228.001-6 24 Meses
(500,0 + 65,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6
1.1560.0228.002-4 24 Meses
(500,0 + 65,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8
1.1560.0228.003-2 24 Meses
(500,0 + 65,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 12
1.1560.0228.004-0 24 Meses
(500,0 + 65,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.1560.0228.005-9 24 Meses
(500,0 + 65,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
1.1560.0228.006-7 24 Meses
(500,0 + 65,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 120
1.1560.0228.007-5 24 Meses
(500,0 + 65,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 180

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA 02814497000107
FENOFIBRATO
SOLOMIA 25351.014263/2014-61 09/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0019681/14-9
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0019666/14-5 - 25351.014275/2014-31)
1.4381.0268.001-7 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.4381.0268.002-5 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15
1.4381.0268.003-3 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.4381.0268.004-1 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.4381.0268.005-1 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.4381.0268.006-8 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.4381.0268.007-6 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500
fosfato sódico de prednisolona 25351.051748/2018-59 05/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2025982/20-4
1.4381.0207.005-7 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP
1.4381.0207.006-5 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS PET AMB X 100 ML + 50 COP
BICARBONATO DE SÓDIO + CARBONATO DE SÓDIO + ACIDO CITRICO
FRUSALT 25351.718166/2012-85 09/2029
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 0750648/20-1
1.4381.0164.001-1 24 Meses
460 MG/G + 100 MG/G + 440 MG/G PO EFEV CT 20 ENV AL PLAS 5 G (EMB MULT)
1.4381.0164.002-1 24 Meses
460 MG/G + 100 MG/G + 440 MG/G PO EFEV CT 50 ENV AL PLAS 5 G (EMB MULT)
1.4381.0164.003-8 24 Meses
460 MG/G + 100 MG/G + 440 MG/G PO EFEV CT 60 ENV AL PLAS 5 G (EMB MULT)
1.4381.0164.004-6 24 Meses
460 MG/G + 100 MG/G + 440 MG/G PO EFEV CT 5 ENV AL PLAS 5 G
1.4381.0164.005-4 24 Meses
460 MG/G + 100 MG/G + 440 MG/G PO EFEV FR PLAS OPC X 50 G
1.4381.0164.006-2 24 Meses
460 MG/G + 100 MG/G + 440 MG/G PO EFEV FR PLAS OPC X 100 G

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
LETROZOL
IVEVI 25351.644429/2020-14 09/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2207696/20-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0967167/13-6 - 25351.675226/2013-46)
1.7817.0888.001-7 36 Meses
2,5 COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC X 28
1.7817.0888.002-5 36 Meses
2,5 COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC X 30
1.7817.0888.003-3 36 Meses
2,5 COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC X 90
1.7817.0888.004-1 36 Meses
2,5 COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC X 300

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
pantoprazol sódico sesqui-hidratado 25351.144723/2020-12 09/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0647663/20-5
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 1161008/16-5 - 25351.810606/2016-54)
1.0298.0542.001-4 24 Meses
40 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD AMB + DIL AMP VD AMB X 10 ML
1.0298.0542.002-2 24 Meses
40 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 5 FA VD AMB + DIL 5 AMP VD AMB X 10 ML
1.0298.0542.003-0 24 Meses
40 MG PO LIOF SOL INJ IV CX 50 FA VD AMB + DIL 50 AMP VD AMB X 10 ML
ETODOLACO
ETOD 25351.660584/2020-70 09/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2258651/20-2
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1187515/18-1 - 25351.842222/2018-81)
1.0298.0543.001-1 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.0298.0543.002-8 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0298.0543.003-6 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.0298.0543.004-4 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0298.0543.005-2 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0298.0543.006-0 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.0298.0543.007-9 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 6
1.0298.0543.008-7 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0298.0543.009-5 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20

DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 03978166000175
succinato de metoprolol 25351.056421/2018-73 02/2029
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 2388429/20-1
1.5143.0039.022-7 24 Meses
25 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.5143.0039.023-5 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.5143.0039.024-3 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20

ELI LILLY DO BRASIL LTDA 43940618000144
insulina LISPRO
LYUMJEV 25351.441407/2019-52 05/2030
10409 PRODUTO BIOLÓGICO - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO 1738076/20-6
1.1260.0201.001-7 24 Meses
100 UI/ML SOL INJ CT FA VD TRANS X 10ML

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
PANTOPRAZOL SÓDICO SESQUI-HIDRATADO
PANTOPRAZOL 25351.018244/2003-41 11/2028
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 2399994/20-2
1.0043.0026.010-3 24 Meses
40 MG PÓ LIOF SOL INJ CT 50 FA VD TRANS
PANTOPRAZOL SÓDICO SESQUI-HIDRATADO
PANTOCAL 25351.089648/2017-14 07/2027
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2773634/20-2
1.0043.1213.010-2 24 Meses
40 MG PÓ LIOF SOL INJ CT 50 FA VD TRANS

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A 03485572000104
IBUPROFENO
IBUVIX 25351.564912/2020-16 09/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1951924/20-9
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0001314/18-5 - 25351.000653/2018-77)
1.5423.0311.001-8 24 Meses
50 MG/ML SUS GOT OR CT FR GOT PLAS PE OPC X 30 ML
1.5423.0311.002-6 24 Meses
50 MG/ML SUS GOT OR CX 50 FR GOT PLAS PE OPC X 30 ML
1.5423.0311.003-4 24 Meses
50 MG/ML SUS GOT OR CX 60 FR GOT PLAS PE OPC X 30 ML
1.5423.0311.004-2 24 Meses
50 MG/ML SUS GOT OR CX 100 FR GOT PLAS PE OPC X 30 ML
1.5423.0311.005-0 24 Meses
100 MG/ML SUS GOT OR CT FR GOT PLAS PE OPC X 20 ML
1.5423.0311.006-9 24 Meses
100 MG/ML SUS GOT OR CX 50 FR GOT PLAS PE OPC X 20 ML
1.5423.0311.007-7 24 Meses
100 MG/ML SUS GOT OR CX 60 FR GOT PLAS PE OPC X 20 ML
1.5423.0311.008-5 24 Meses
100 MG/ML SUS GOT OR CX 100 FR GOT PLAS PE OPC X 20 ML

GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
RISEDRONATO SÓDICO
FIXENATO 25351.735542/2020-08 09/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2486693/20-8
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 202210/09-9 - 25351.155495/2009-00)
1.0583.0979.001-5 24 Meses
35 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 1
1.0583.0979.002-3 24 Meses
35 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 2
1.0583.0979.003-1 24 Meses
35 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 4
1.0583.0979.004-1 24 Meses
35 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10
1.0583.0979.005-8 24 Meses
35 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 12
1.0583.0979.006-6 24 Meses
35 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 14
1.0583.0979.007-4 24 Meses
35 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 16
1.0583.0979.008-2 24 Meses
150 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 1
1.0583.0979.009-0 24 Meses
150 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 2

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA 19570720000110
fosfato sódico de prednisolona 25351.577996/2009-81 09/2027
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 1738720/20-5
1.1343.0184.005-5 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP
1.1343.0184.006-3 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS PET AMB X 100 ML + 50 COP

KLEY HERTZ FARMACEUTICA S.A 92695691000103
AESCULUS HIPPOCASTANUM L.
VARICAPS AH 25351.599900/2019-61 09/2030
1697 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2511474/19-3
1.0689.0204.001-9 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30

LABORATÓRIO GLOBO LTDA 17115437000173
FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA
PROSOLIN 25351.911388/2016-92 03/2027
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1981160/20-8
1.0535.0191.005-7 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP
1.0535.0191.006-5 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS PET AMB X 100 ML + 50 COP
fosfato sódico de prednisolona 25351.911558/2016-39 09/2026
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1981290/20-6
1.0535.0186.005-1 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP
1.0535.0186.006-8 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS PET AMB X 100 ML + 50 COP

MERCK S/A 33069212000184
CLORIDRATO DE SOTALOL 25351.021180/01-03 11/2026
11061 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVO TIPO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 3198823/19-7
1.0089.0281.004-1 24 Meses
160 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
NITAZOXANIDA
ZOXYLAB 25351.477482/2014-47 09/2030
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0664759/14-6
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0443029/14-8 - 25351.322378/2014-66)
1.2675.0400.001-1 24 Meses
20MG/ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 45 ML + SER DOS
1.2675.0400.002-1 24 Meses
20MG/ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
1.2675.0400.003-8 24 Meses
20MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS PEAD OPC X 45 ML + SER DOS
1.2675.0400.004-6 24 Meses
20MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS PEAD OPC X 100 ML + SER DOS
1.2675.0400.005-4 24 Meses
500MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 6
1.2675.0400.006-2 24 Meses
500MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 14
1.2675.0400.007-0 24 Meses
500MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 18
1.2675.0400.008-9 24 Meses
500MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60

NOVO NORDISK FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 82277955000155
INSULINA ASPARTE
Fiasp 25351.183811/2016-12 05/2028
1513 PRODUTO BIOLÓGICO - ALTERAÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO 1409395/20-2
1.1766.0035.001-2 30 Meses
100 U / ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS (FLEXTOUCH)
1.1766.0035.002-0 30 Meses
100 U / ML SOL INJ CT 5 CAR VD TRANS X 3 ML + 5 SIST APLIC PLAS (FLEXTOUCH)
1.1766.0035.003-9 30 Meses
100 U / ML SOL INJ CT 1 FA VD TRANS X 10 ML
1.1766.0035.004-7 30 Meses
100 U / ML SOL INJ CT 5 CAR VD TRANS X 3 ML (PENFILL)
1.1766.0035.005-5 30 Meses
100 U / ML SOL INJ CT 10 CAR VD TRANS X 3 ML (PENFILL)

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
VÍRUS DA HEPATITE A PURIFICADO INATIVADO
AVAXIM 25351.190506/2019-61 05/2028
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 1163148/20-1
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 1164331/20-5
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 1165363/20-9
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 1165376/20-1
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 1165380/20-9
1.8326.0350.001-8 36 Meses
320 U/ML SUS INJ CT 1 SER PRE-ENCH C/ AGU ACOPLADA X 0,5 ML
1.8326.0350.005-0 36 Meses
160 U/ML SUS INJ CT SER PRE-ENCH C/ AGU ACOPLADA X 0,5 ML

SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA 61068755000112
fosfato sódico de prednisolona 25351.625664/2018-64 05/2030
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2035085/20-6
1.0714.0272.005-3 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP
1.0714.0272.006-1 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS PET AMB X 100 ML + 50 COP

TORRENT DO BRASIL LTDA 33078528000132
hemiFUMARATO DE BISOPROLOL
ICCOR 25351.579272/2012-87 03/2030
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2653359/20-6
1.0525.0082.021-8 24 Meses
1,25 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0082.022-6 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0082.023-4 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0082.024-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 100
hemifumarato de bisoprolol 25351.585898/2012-23 06/2029
11091 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO 2373230/20-0
1.0525.0078.021-6 24 Meses
1,25 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0078.022-4 24 Meses
2,5 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0078.023-2 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.0525.0078.024-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 100

VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 30222814000131
fosfato sódico de prednisolona 25351.359374/2018-17 09/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2075551/20-1
1.0392.0188.005-1 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP
1.0392.0188.006-8 24 Meses
3,0 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS PET AMB X 100 ML + 50 COP

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 48113906000149
DIPIRONA
dipirona monoidratada 25351.006545/2019-99 09/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0009972/19-4
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 999027/49-1 - 25991.004697/79)
1.0481.0162.001-2 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML
1.0481.0162.002-0 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML
FENOFIBRATO 25351.043009/2014-78 09/2030
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0059534/14-9
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0019666/14-5 - 25351.014275/2014-31)
1.0481.0161.001-7 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.0481.0161.002-5 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15
1.0481.0161.003-3 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.0481.0161.004-1 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30
1.0481.0161.005-1 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.0481.0161.006-8 24 Meses

200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.0481.0161.007-6 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. 33009945000123
fosfato de oseltamivir
TAMIFLU 25000.027850/99-07 01/2025
11119 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DE USO 1678487/20-1
1.0100.0555.001-1 48 Meses
75 MG CAP DUR CT BL AL PLAS TRANS X 10

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133
ceftarolina fosamila
ZINFORO 25351.334846/2017-84 01/2029
11118 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA 1337206/20-8
11119 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DE USO 1337121/20-5
1.2110.0432.001-1 24 Meses
600 MG PO SOL INFUS CT 10 FA VD TRANS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.813, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NÚMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
cloridrato de dextrocetamina
KETAMIN 25000.013550/97-25 12/2027
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS 0166915/17-0
1.0298.0213.006-6 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 5 FA VD AMB X 10 ML
1.0298.0213.007-4 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 AMP VD AMB X 2 ML
1.0298.0213.008-2 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD AMB X 10 ML
1.0298.0213.009-0 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 36 AMP VD AMB X 2 ML
1.0298.0213.010-4 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 FA VD AMB X 10 ML
1.0298.0213.011-2 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CT AMP VD AMB X 2 ML + SER
1.0298.0213.012-0 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CT 3 AMP VD AMB X 2 ML + 3 SER
1.0298.0213.013-9 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CT 5 AMP VD AMB X 2 ML + 5 SER

INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 33258401000103
cloridrato de dextrocetamina
NEWCET 25351.333068/2018-51 08/2030
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3152803/20-1
1.0063.0253.001-5 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 5 FA VD AMB X 10 ML
1.0063.0253.002-3 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 AMP VD AMB X 2 ML
1.0063.0253.003-1 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD AMB X 10 ML
1.0063.0253.004-1 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 36 AMP VD AMB X 2 ML
1.0063.0253.005-8 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 FA VD AMB X 10 ML
1.0063.0253.006-6 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CT AMP VD AMB X 2 ML + SER
1.0063.0253.007-4 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CT 3 AMP VD AMB X 2 ML + 3 SER
1.0063.0253.008-2 24 Meses
50 MG/ML SOL INJ IM/IV CT 5 AMP VD AMB X 2 ML + 5 SER

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.895, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NUMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO

33.349.473/0001-58 - FARMOQUÍMICA S/A
1065994203 06/04/2020

MYLAN LABORATORIOS LTDA - 11.643.096/0001-22
1212097209 20/04/2020

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA - 45.987.013/0001-34
1336164203 29/04/2020
1336125202 29/04/2020
1336097203 29/04/2020

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 03.560.974/0001-18
1336363208 29/04/2020
1336268202 29/04/2020
1336119208 29/04/2020

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA - 56.998.701/0001-16
1339403207 29/04/2020

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
1324140201 29/04/2020
1324138209 29/04/2020
1382572201 30/04/2020
1382479201 30/04/2020
1382578200 30/04/2020
1382586201 30/04/2020

ACCORD FARMACÊUTICA LTDA - 64.171.697/0001-46
1394205201 04/05/2020
2264968209 13/07/2020

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA - 01.571.702/0001-98
1391140206 04/05/2020
1391105208 04/05/2020
1391132205 04/05/2020
1391103201 04/05/2020
1391009204 04/05/2020
1391025206 04/05/2020
1391021203 04/05/2020
1391002207 04/05/2020
1390877204 04/05/2020

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA - 05.439.635/0001-03
1377370204 30/04/2020
1377323202 30/04/2020
1377496204 30/04/2020
1391101205 04/05/2020

ZAMBON LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS LTDA. - 61.100.004/0001-36
1382100208 30/04/2020

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
1376761205 30/04/2020
2793116201 19/08/2020

LABORATÓRIO GLOBO LTDA - 17.115.437/0001-73
1405982207 05/05/2020
1406005201 05/05/2020
1406041208 05/05/2020
1406043204 05/05/2020
1406051205 05/05/2020
1406053201 05/05/2020
1406057204 05/05/2020
1406048205 05/05/2020

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. - 61.190.096/0001-92
1421906209 06/05/2020
1421916206 06/05/2020
1421896208 06/05/2020
1421934204 06/05/2020
1421941207 06/05/2020
1421901208 06/05/2020
1677918205 06/05/2020
1677956208 06/05/2020
1676986204 06/05/2020
1678110204 06/05/2020
1678218206 06/05/2020

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA - 49.475.833/0001-06
1467445209 08/05/2020
1467449201 08/05/2020
2167725205 03/07/2020
2167651208 03/07/2020
2167723209 03/07/2020
2167794208 03/07/2020
2167800206 03/07/2020
2167792201 03/07/2020
2182723201 07/07/2020

PRATI DONADUZZI & CIA LTDA - 73.856.593/0001-66
1481529200 11/05/2020
1482006204 11/05/2020
1481941204 11/05/2020
1481786201 11/05/2020
1481537201 11/05/2020
1481540201 11/05/2020
1481718207 11/05/2020
1592631201 20/05/2020
1592646200 20/05/2020
1592648206 20/05/2020
1592648206 20/05/2020
1592805205 20/05/2020
1592577203 20/05/2020
1592919201 20/05/2020
1592812208 20/05/2020
1592933207 20/05/2020
1592715206 20/05/2020
1592717202 20/05/2020

EMS S/A - 57.507.378/0003-65
1581765202 19/05/2020

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
1814961208 05/06/2020
1814938203 05/06/2020

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 61.286.647/0001-16
1900329203 15/06/2020
2618676204 06/08/2020

RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA - 73.663.650/0001-90
1979791205 19/06/2020
1979953205 19/06/2020
1979945204 19/06/2020
1980100209 19/06/2020
1980302208 19/06/2020
1980426201 19/06/2020
1979957208 19/06/2020
1980027204 19/06/2020
1980080201 19/06/2020
1980214205 19/06/2020
2078714206 24/06/2020

2078808208 26/06/2020
2078822203 26/06/2020
2078522204 26/06/2020
2078606209 26/06/2020
2078609203 26/06/2020
2078613201 26/06/2020
2078618202 26/06/2020
2078532201 26/06/2020
2078534208 26/06/2020
2078704209 26/06/2020
2078539209 26/06/2020
2078603204 26/06/2020

COLBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - 00.413.925/0001-64
2014305202 24/06/2020

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - 60.665.981/0001-18
2087772202 29/06/2020
2087747201 29/06/2020
2118544201 01/07/2020
2118532208 01/07/2020
2761502202 17/08/2020

COLBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - 00.413.925/0001-64
2078105209 29/06/2020
2078107205 29/06/2020

CIPLA BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - 18.268.051/0001-64
2115763204 01/07/2020

AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. - 18.774.815/0001-93
2290598207 14/07/2020
2290624200 14/07/2020
2290632201 14/07/2020
2290634207 14/07/2020
2290500206 14/07/2020
2290603207 14/07/2020

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A - 03.485.572/0001-04
2290480208 14/07/2020
2290473205 14/07/2020

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. - 44.734.671/0001-51
2320771200 16/07/2020
2320767201 16/07/2020

ASTELLAS FARMA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA. - 07.768.134/0001-04
2319851206 17/07/2020

APSEN FARMACEUTICA S/A - 62.462.015/0001-29
2358159200 20/07/2020

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A - 55.980.684/0001-27
2468325206 27/07/2020

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - 10.588.595/0010-92
2470698201 27/07/2020
2470762207 27/07/2020
2470764203 27/07/2020
2470698201 27/07/2020
2470762207 27/07/2020
2470764203 27/07/2020

SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 05.035.244/0001-23
2553407206 31/07/2020

MR LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS LTDA - 23.668.196/0001-92
2569751200

NATULAB LABORATÓRIO S.A - 02.456.955/0001-83
2849149201 24/08/2020

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A - 05.161.069/0001-10
3044713205 04/09/2020

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 692, de 6 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº. 46, de 9 de março de 2020, Seção 1, Pág. 82, referente ao processo 25351.809624/2018-73.

Onde se lê:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192

FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA PRENI 25351.809624/2018-73 03/2030

10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1138674/18-6 (155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0095679/18-1 - 25351.067593/2018-72)

1.0043.1300.001-6 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOS 1.0043.1300.002-4 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 60 ML + SER DOS 1.0043.1300.003-2 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 120 ML + SER DOS 1.0043.1300.004-0 24 Meses 11 MG/ML SOL GOT OR CT FR GOT PLAS PE OPC X 10 ML 1.0043.1300.004-0 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOS 1.0043.1300.005-9 24 Meses 11 MG/ML SOL GOT OR CT FR GOT PLAS PE OPC X 20 ML 1.0043.1300.005-9 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 60 ML + SER DOS 1.0043.1300.006-7 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 120 ML + SER DOS 1.0043.1300.007-5 24 Meses 11 MG/ML SOL GOT CT FR GOT PLAS OPC 10 ML 1.0043.1300.008-3 24 Meses 11 MG/ML SOL GOT CT GR GOT PLAS OPC 20 ML

Leia-se:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192

FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA PRENI 25351.809624/2018-73 03/2030

10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1138674/18-6 (155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0095679/18-1 - 25351.067593/2018-72)

1.0043.1300.001-6 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOS 1.0043.1300.002-4 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 60 ML + SER DOS 1.0043.1300.003-2 24 Meses 3 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 120 ML + SER DOS 1.0043.1300.004-0 24 Meses 11 MG/ML SOL GOT OR CT FR GOT PLAS PE OPC X 10 ML 1.0043.1300.005-9 24 Meses 11 MG/ML SOL GOT OR CT FR GOT PLAS PE OPC X 20 ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 1.430, de 7 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº. 88, de 11 de maio de 2020, Seção 1, Pág. 110, referente ao processo 25000.021935/99-37.

Onde se lê:

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 48113906000149

LIDOCAÍNA LIDOPASS 25000.021935/99-37 06/2025

142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 2513885/19-5

1.0481.0076.002-3 24 Meses

50 MG/G POM BUC CT BG AL X 25 G (SBR LARANJA)

Leia-se:

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA 48113906000149

LIDOCAÍNA LIDOPASS 25000.021935/99-37 06/2030

142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 2513885/19-5

1.0481.0076.002-3 24 Meses

50 MG/G POM BUC CT BG AL X 25 G (SBR LARANJA)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 1.739, de 27 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 124, de 1º de julho de 2019, Seção 1, página 196, e em Suplemento, página 9, referente ao processo nº 25351.718166/2012-85,

Onde se lê:

1.1462.0001.011-5 24 meses

7000 UI COM REV CT BL AL PLAS BCO X 4

1.1462.0001.012-3 24 meses

1000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90

1.1462.0001.013-1 24 meses

1000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120

1.1462.0001.014-1

2000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90

1.1462.0001.015-8

2000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120

1.1462.0001.016-6

5000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

1.1462.0001.017-4

7000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

1.1462.0001.018-2

10000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 8

1.1462.0001.019-0

50000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 8

Leia-se:

1.1462.0001.011-5 24 meses

7000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 4

1.1462.0001.012-3 24 meses

1000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90

1.1462.0001.013-1 24 meses

1000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120

1.1462.0001.019-0 24 meses

2000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90

1.1462.0001.014-1 24 meses

2000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120

1.1462.0001.015-8 24 meses

5000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

1.1462.0001.016-6 24 meses

7000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

1.1462.0001.017-4 24 meses

10000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 8

1.1462.0001.018-2 24 meses

50000 UI COM REV CT BL AL PLAS OPC X 8

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.146, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 29 de junho de 2020, Seção 1, página 73, referente ao processo nº 25351.176531/2009-78,

Onde se lê:

PHARMASCIENCE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI 25773037000183

PEUMUS BOLDUS

BIOHEPATON 25351.176531/2009-78 01/2025

10690 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0644170/19-0

Leia-se:

PHARMASCIENCE INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EIRELI 25773037000183

PEUMUS BOLDUS

BIOHEPATON 25351.176531/2009-78 01/2030

10690 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0644170/19-0

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 3.306, de 27 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 167, de 31 de agosto de 2020, Seção 1, pág. 154, referente ao Processo número: 25351.750828/2019-71,

Onde se lê:

DAIICHI SANKYO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA 60874187000184

COLECALCIFEROL

Cygnus D 25351.750828/2019-71 08/2030

1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 3619356/19-9

1.0454.0189.001-0 Meses

7000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 4

1.0454.0189.002-9 Meses

7000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 8

1.0454.0189.003-7 Meses

7000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 12

1.0454.0189.004-5 Meses

7000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 30

1.0454.0189.005-3 24 Meses

50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 4

1.0454.0189.006-1 Meses

50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 6

1.0454.0189.007-1 Meses

50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 8

1.0454.0189.008-8 Meses

50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 10

Leia-se:

DAIICHI SANKYO BRASIL FARMACÊUTICA LTDA 60874187000184

COLECALCIFEROL

Cygnus D 25351.750828/2019-71 08/2030

1577 ESPECÍFICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 3619356/19-9

1.0454.0189.001-0 24 Meses

7000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 4

1.0454.0189.002-9 24 Meses

7000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 8

1.0454.0189.003-7 24 Meses

7000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 12

1.0454.0189.004-5 24 Meses

7000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 30

1.0454.0189.005-3 24 Meses

50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 4

1.0454.0189.006-1 24 Meses

50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 6

1.0454.0189.007-1 24 Meses

50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 8

1.0454.0189.008-8 24 Meses

50000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS OPC X 10

5ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.773, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente, única e exclusivamente quanto a Autorização de Funcionamento de Empresa nº 170002-5, referente à armazenagem de produtos para saúde, materiais e equipamentos médico hospitalares e produtos para diagnóstico de uso in vitro, bem como matérias-primas que os integram, em recintos alfandegados da empresa LIBRA TERMINAL RIO S/A, CNPJ n.º 02.373.517/0001-51, publicada pela Resolução-RE n° 4044, de 25 de outubro de 2013, no Diário Oficial da União nº. 209, de 28 de outubro de 2013, Seção 1, pág. 78, e em Suplemento da Seção 1, pág. 191, devido a publicação desta Autorização de Funcionamento de Empresa, ter sido gerada com número de publicação que não refere-se a área de Portos, Aeroportos e Fronteiras.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORBERTO POLLA DE CAMPOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.774, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORBERTO POLLA DE CAMPOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: LIBRA TERMINAL RIO S/A
AUTORIZ/MS: 9.09322-4
CNPJ: 02.373.517/0001-51
PROCESSO Nº.: 25752.483279/2013-12 (0688844/13-5)
ENDEREÇO: RUA GENERAL GURJÃO Nº: 105
BAIRRO: CAJU
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RJ
CEP: 20930-670
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de armazenagem de produtos para saúde, materiais e equipamentos médico hospitalares e produtos para diagnóstico de uso in vitro, bem como matérias-primas que os integram, em recintos alfandegados.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.792, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORBERTO POLLA DE CAMPOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: PROVIDA COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ENDEREÇO: RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 9686 SALA 01
BAIRRO: TESTO CENTRAL
MUNICÍPIO: POMERODE
UF: SC
CEP:89.107-000
CNPJ: 17.882.205/0001-40
PROCESSO N°: 25741.925308/2020-79 (EXPEDIENTE 3045390/20-9)
AUTORIZ/MS: 9.09343-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de importação por conta e ordem de terceiro de produtos para saúde e produtos para diagnóstico in vitro.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.858, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORBERTO POLLA DE CAMPOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: DAWLOG LOGÍSTICA E HANGARAGEM LTDA.
ENDEREÇO: RUA SAMUEL HEUSI, N° 463 SALA 1014 B
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.301-320
CNPJ: 01.122.809/0001-59
PROCESSO N°: 25741.033790/2019-85 (EXPEDIENTE 0051847/19-6)
AUTORIZ/MS: 9.09323-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de armazenagem de produtos para saúde, materiais e equipamentos médico hospitalares e produtos para diagnóstico de uso in vitro, bem como matérias-primas que os integram, em recintos alfandegados.
MATRIZ
EMPRESA: DAWLOG LOGÍSTICA E HANGARAGEM LTDA.
ENDEREÇO: RUA SAMUEL HEUSI, N° 463 SALA 1014 B
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.301-320
CNPJ: 01.122.809/0001-59
PROCESSO N°: 25741.033744/2019-86 (EXPEDIENTE 0051783/19-6)
AUTORIZ/MS: 9.09324-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de armazenagem de cosméticos, produtos de higiene, perfumes e matérias-primas que os integram em recintos alfandegados.
MATRIZ
EMPRESA: DAWLOG LOGÍSTICA E HANGARAGEM LTDA.
ENDEREÇO: RUA SAMUEL HEUSI, N° 463 SALA 1014 B
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.301-320
CNPJ: 01.122.809/0001-59
PROCESSO N°: 25741.033841/2019-79 (EXPEDIENTE 0051932/19-4)
AUTORIZ/MS: 9.09325-5
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de armazenagem de alimentos em recintos alfandegados.
MATRIZ
EMPRESA: DAWLOG LOGÍSTICA E HANGARAGEM LTDA.
ENDEREÇO: RUA SAMUEL HEUSI, N° 463 SALA 1014 B
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.301-320
CNPJ: 01.122.809/0001-59
PROCESSO N°: 25741.033780/2019-40 (EXPEDIENTE 0051822/19-1)
AUTORIZ/MS: 9.09326-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de armazenagem de medicamentos, matérias-primas, insumos farmacêuticos em recintos alfandegados.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.872, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORBERTO POLLA DE CAMPOS

ANEXO

EMPRESA: IMUNE GUERRA SERVIÇOS EIRELI.
ENDEREÇO: AV. AMILCAR PEREIRA DA SILVA, N°. 1165
BAIRRO: PITEIRAS
MUNICÍPIO: QUISSAMÃ
UF: RIO DE JANEIRO
CEP: 28.735-000
CNPJ: 03.617.464/0001-30
PROCESSO: 25752.909674/2020-51 (EXP: 2997358/20-9)
ÁREA: PAF
AUTORIZ/MS: 9.09341-0
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM EMBARCAÇÕES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, AERONAVES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA.

EMPRESA: O MONTEIRO REFRIGERAÇÃO LTDA.
ENDEREÇO: RUA CAMPO GRANDE, Nº 2454.
BAIRRO: CAMPO GRANDE
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RIO DE JANEIRO
CEP: 23.070-000
CNPJ: 01.414.540/0001-84
PROCESSO: 25752.940227/2020-70 (EXP: 3086482/20-8)
ÁREA: PAF
AUTORIZ/MS: 9.09346-8
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

EMPRESA: MMV SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI.
ENDEREÇO: RUA NICOLAU MOREIRA, 38. CASA 01.
BAIRRO: ANDARAÍ
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF: RIO DE JANEIRO
CEP: 20.510-350
CNPJ: 34.956.687/0001-55
PROCESSO: 25752.870467/2020-08 (EXP: 2887025/20-5)
ÁREA: PAF
AUTORIZ/MS: 9.09342-3
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

EMPRESA: JC LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA DAS TORRES Nº 4033
BAIRRO: SÃO PEDRO
MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
UF: PR
CEP: 83005-450
CNPJ: 09.323.193/0001-96
PROCESSO Nº.: 25743.103252/2020-89 (EXP: 0462794/20-6)25743911098202011
ÁREA: PAF
AUTORIZ/MS: 9.09330-1
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LAVANDERIA EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.

EMPRESA: VITAL RESÍDUOS LTDA
ENDEREÇO: RUA BARONESA DO CERRO AZUL Nº 1086
BAIRRO: COSTEIRA
MUNICÍPIO: PARANAGUÁ
UF: PR
CEP: 83203-420

CNPJ: 36.349.288/0001-51
PROCESSO Nº.: 25743.911098/2020-11 (EXP: 3001944/20-3)
AUTORIZ/MS: 9.09336-3
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

EMPRESA: VIVA SERVIÇOS LTDA.
ENDEREÇO: R. NOVA TRINDADE, Nº 10
BAIRRO: MOOCA
MUNICÍPIO: SÃO PAULO
UF: SP
CEP: 03.164-135
CNPJ: 64.112.428/0001-09
PROCESSO: 25759.862283/2020-04 (EXP: 2861981/20-1)
AUTORIZ/MS: 9.09339-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE AERONAVES, VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR ESTAÇÕES E PASSAGENS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS DE CARGAS E VIAJANTES, TERMINAIS ADUANEIROS DE USO PÚBLICO E ESTAÇÃO E PASSAGEM DE FRONTEIRAS.

EMPRESA: DEDETIZADORA E DESENTUPIDORA INSETLIG LTDA
ENDEREÇO: RUA DIVINA PASTORA Nº 1029
BAIRRO: GETULIO VARGAS
MUNICÍPIO: ARACAJU
UF: SE
CEP: 49.055-220
CNPJ:04.416.672/0001-33
PROCESSO:25765.940695/2020-03 (EXP:3087030/20-5)
AUTORIZ/MS:9.09344-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAR SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.873, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORBERTO POLLA DE CAMPOS

ANEXO

EMPRESA: BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA.
ENDEREÇO: RODOVIA QUARTO ANEL VIÁRIO, N.º 2.346
BAIRRO: PEDRAS
MUNICÍPIO: FORTALEZA
UF: CE
CEP: 60.874-401
CNPJ: 12.216.990/0001-89
PROCESSO: 25763.238889/2012-31 EXPEDIENTE: 2259878/20-2
AUTORIZ./MS: 9.04740-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS RESULTANTES DO TRATAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS E DEJETOS EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 331, de 31 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 23, de 3 de fevereiro de 2020, Seção 1, página 97.

Onde se lê:
AUTORIZ./MS:
Leia-se:
AUTORIZ./MS: 9.09088-7

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.778, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa MILLMOUNT HEALTHCARE LTD., publicada pela Resolução-RE nº 163, de 18 de janeiro de 2019, no Diário Oficial da União nº 14, de 21 de janeiro de 2019, Seção 1, pág. 46, e em Suplemento da Seção 1, págs. 43 e 44, DE COLLECT IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 53.452.157/0001-14, Autorização de Funcionamento: 1051895; PARA BIOMARIN BRASIL FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ: 08.002.360/0001-34, Autorização de Funcionamento: 1073334; conforme expedientes nº 3431947/19-1 e 2357475/20-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.779, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica na certificação da empresa IBSA INSTITUT BIOCHIMIQUE S.A. (código único: A.0310), solicitada pela empresa UCB BIOPHARMA LTDA., CNPJ nº 64.711.500/0001-14, publicada pela Resolução-RE nº 2.261, de 15 de agosto de 2019, no Diário Oficial da União nº 159, de 19 de agosto de 2019, Seção 1, pág. 67, e em Suplemento, pág. 47, conforme expedientes nº 0112606/19-7 e 2357475/20-0.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.780, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA: OXICAP INDUSTRIA DE GASES LTDA - CNPJ: 43.117.399/0002-89 - AUTORIZ/MS: 2200024
ENDEREÇO: AV AYRTON SENNA DA SILVA, 3111
MUNICÍPIO: MAUÁ - UF: SP - EXPEDIENTE: 0749999/20-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos Criogênicos Medicinais: Líquidos Criogênicos Medicinais
.....
EMPRESA FABRICANTE: VETTER PHARMA-FERTIGUNG GMBH & CO. KG
ENDEREÇO: SCHÜTZENSTRASSE 87 UND 99 - 101, 88212 RAVENSBURG - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0625
EMPRESA SOLICITANTE: ELI LILLY DO BRASIL LTDA - CNPJ: 43.940.618/0001-44
AUTORIZ/MS: 1012603 - EXPEDIENTE(s): 0906361/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: SIEGFRIED HAMELN GMBH
ENDEREÇO: LANGES FELD 13 - 31789, HAMELN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.0295
EMPRESA SOLICITANTE: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - CNPJ: 33.009.945/0001-23
AUTORIZ/MS: 1001004 - EXPEDIENTE(s): 0301129/20-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRAIS LTDA - CNPJ: 35.820.448/0094-35 - AUTORIZ/MS: 2200001
ENDEREÇO: Rod Armando Sales Oliveira km 5,5
MUNICÍPIO: SERTÃOZINHO - UF: SP - EXPEDIENTE: 0538617/20-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais (Embalagem primária): Gases Medicinais
.....
EMPRESA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA - CNPJ: 24.380.578/0002-60 - AUTORIZ/MS: 2200002
ENDEREÇO: AV FERNANDES LIMA, 3135
MUNICÍPIO: MACEIÓ - UF: AL - EXPEDIENTE: 0538612/20-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais (Embalagem primária): Gases Medicinais
.....
EMPRESA: LEBON PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ: 87.375.952/0001-78 - AUTORIZ/MS: 1012560
ENDEREÇO: AV. RICARDO LEÔNIDAS RIBAS, 439
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE - UF: RS - EXPEDIENTE: 0921091/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções com Preparação Asséptica

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.781, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA: CHEMICALTECH IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS, FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 03.959.540/0003-57 - AUTORIZ/MS: 1049324
ENDEREÇO: Sia/Sul - Trecho 3/4 - Lote: 625 a 695 - BlOCO A - Sala 112 e 114 Ed. SIA Centro Empresarial
MUNICÍPIO: BRASÍLIA - UF: DF - EXPEDIENTE: 0979118/17-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: SERRANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ: 19.907.582/0001-12 - AUTORIZ/MS: 1184944 - AE: 1198987
ENDEREÇO: EST ESTRADA DO TAMBORIN, 10
MUNICÍPIO: SANTA MARIA MADALENA - UF: RJ - EXPEDIENTE: 2418176/20-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: Marymed Distribuidora de Medicamentos e Correlatos Ltda - CNPJ: 23.121.920/0001-63 - AUTORIZ/MS: 1151386 - AE: 1173440
ENDEREÇO: AVENIDA CARLOS GOMES
MUNICÍPIO: MARINGÁ - UF: PR - EXPEDIENTE: 3044009/19-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA - CNPJ: 04.301.884/0001-75 - AUTORIZ/MS: 1051679 - AE: 1210732
ENDEREÇO: VIA PRINCIPAL 06E, QUADRA 9, MÓDULOS 12/15, S/N
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 2259221/20-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: GERAIS, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 04.491.780/0001-70 - AUTORIZ/MS: 1166743 - AE: 1131579
ENDEREÇO: AVENIDA CRISTIANO MACHADO, Nº 640, SALA 1507
MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE - UF: MG - EXPEDIENTE: 0457774/18-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: RANIERI DOS SANTOS GOMES EIRELI - CNPJ: 14.807.803/0001-67 - AUTORIZ/MS: 1135735 - AE: 1135749
ENDEREÇO: Avenida Prefeito Wall Ferraz, BR - 316, nº 11264
MUNICÍPIO: TERESINA - UF: PI - EXPEDIENTE: 0462817/20-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....

EMPRESA: COLLECT IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 53.452.157/0001-14 - AUTORIZ/MS: 1051895
ENDEREÇO: RUA JOSEFINA n° 200 CONJ 311
MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 0487816/17-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: BLUE LOGÍSTICA INTEGRADA EIRELI - CNPJ: 31.959.959/0001-82 - AUTORIZ/MS: 1197427 - AE: 1197413
ENDEREÇO: RUA LEOPOLDO BULHÕES, 01650 NUM SUPL RUA EURICO S LEÃO 120
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 0829352/20-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: LJR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 23.504.746/0001-38 - AUTORIZ/MS: 1165081 - AE: 1165094
ENDEREÇO: RUA JOÃO ROSA DAMASCENO Nº 57
MUNICÍPIO: MIRACEMA - UF: RJ - EXPEDIENTE: 3321456/19-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: CIRURGICA ITAMBE - EIRELI - ME - CNPJ: 26.847.096/0001-11 - AUTORIZ/MS: 1175531 - AE: 1175545
ENDEREÇO: Avenida Brasil, 5709
MUNICÍPIO: MARINGÁ - UF: PR - EXPEDIENTE: 0772446/18-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: ELI LILLY DO BRASIL LTDA - CNPJ: 43.940.618/0001-44 - AUTORIZ/MS: 1012603 - AE: 1200307
ENDEREÇO: AVENIDA MORUMBI , Nº 8264
MUNICÍPIO: SÃO PAULO - UF: SP - EXPEDIENTE: 2875437/20-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.782, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no Art. 4° da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

EMPRESA: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A. - CNPJ: 01.571.702/0008-64 - AUTORIZ/MS: 1003113
ENDEREÇO: RUA MANOEL MAVIGNIER N 5000 SALA A
MUNICÍPIO: EUSÉBIO - UF: CE - EXPEDIENTE: 0055524/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.783, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Ind-Swift Laboratories Limited
Endereço: Village Bhagwanpur, Barwala Road, Near DeraBassi, Dist. S.A.S., Nagar (Mohali), Punjab - 140507
País: Índia Código único: B.0100
Solicitante: EMS S/A CNPJ: 57.507.378/0003-65
Autorização de Funcionamento: 1.00.235-1 Expediente(s): 0950502/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos
Insumo farmacêutico ativo obtido por semissíntese: claritromicina (etapa de síntese química)

Fabricante: M/S Rajasthan Antibiotics Limited
Endereço: A-619 & 630 RIICO, Phase I, Industrial Area, Bhiwadi, Alwar District, Rajasthan-301 019
País: Índia Código único: B.0118
Solicitante: Novafarma Indústria Farmacêutica Ltda. CNPJ: 06.629.745/0001-09
Autorização de Funcionamento: 1.01.402-4 Expediente(s): 0921101/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: aciclovir sódico (etapa de esterilização)
A fabricação deste insumo farmacêutico ativo envolve ainda etapas de síntese química para a produção do aciclovir, realizadas pela seguinte planta, que também deve possuir Certificado de Boas Práticas de Fabricação válido, conforme estabelece a RDC 69/14:
Mylan Laboratories Ltd. - Unit VII Plot No.14, 99 & 100, IDA, Pashamylaram, Phase II, Medak District, Patancheru, Telangana - 502307 - Índia

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.784, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: LG Chem, Ltd.
Endereço: 129, Seokam-ro, Iksan-si, Jeollabuk-do
País: Coreia do Sul Código único: A.0376
Solicitante: Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. CNPJ: 10.588.595/0010-92
Autorização de Funcionamento: 1.08.326-7 Expediente(s): 0115793/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: antígeno de superfície da hepatite B.

Fabricante: Merck Sharp & Dohme Corp.
Endereço: 770 Sumneytown Pike, West Point, Pennsylvania (PA) 19486
País: Estados Unidos da América Código único: A.0403
Solicitante: Merck Sharp & Dohme Farmacêutica Ltda. CNPJ: 45.987.013/0001-34
Autorização de Funcionamento: 1.00.029-0 Expediente: 1004325/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: antígeno da hepatite B recombinante; partícula semelhante a vírus de proteína L1 do HPV dos tipos 6, 11, 16, 18, 31, 33, 45, 52 e 58; polissacarídeos pneumocócicos dos sorotipos 1, 2, 3, 4, 5, 6B, 7F, 8, 9N, 9V, 10A, 11A, 12F, 14, 15B, 17F, 18C, 19A, 19F, 20, 22F, 23F e 33F; reacoplamento de rotavírus humano/bovino tipos G1, G2, G3, G4 e P1A[8]; vírus da caxumba atenuado; vírus da hepatite A inativado e purificado; vírus da rubéola atenuado; vírus da varicela atenuado; vírus do herpes zóster atenuado e vírus do sarampo atenuado.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.796, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o Parágrafo primeiro do Art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Anteis S.A.
Endereço: Chemin D'Etraz, 2, Lonay, Vaud, CH-1027, Suíça
Solicitante: Merz Farmacêutica Comercial Ltda CNPJ: 11.681.446/0001-45
Autorização de Funcionamento: 8.08.294-3 Expediente: 0750202/20-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Anteis S.A.
Endereço: Chemin Des Aulx 12, Plan-Les-Ouates, Geneva, CH-1228, Suíça
Solicitante: Merz Farmacêutica Comercial Ltda CNPJ: 11.681.446/0001-45
Autorização de Funcionamento: 8.08.294-3 Expediente: 0750243/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: APT Medical Inc.
Endereço: Nº.009 Xiangxiang Road, Xiangxiang Economic Development Zone, Xiangxiang City, Hunan, 411400 P.R., China
Solicitante: Zarek Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 08.862.233/0001-05
Autorização de Funcionamento: 8.04.461-4 Expediente: 2747569/20-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Avent, Inc.
Endereço: 6620 S. Memorial Place, Suite 100, Tucson, Arizona, 85756, Estados Unidos da América
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.01.025-1 Expediente: 2569607/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III e materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: B. Braun Avitum AG
Endereço: AM Buschberg 1, 34212 - Melsungen, Hessen, Alemanha
Solicitante: Laboratórios B. Braun S/A CNPJ: 31.673.254/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.01.369-9 Expediente: 0881564/20-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Bovie Medical Corporation
Endereço: 5115 Ulmerton Road, Clearwater, 33760, Flórida, Estados Unidos da América
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 0364338/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Carl Zeiss Meditec Production, LLC
Endereço: 1040 South Vintage Avenue, Building A, Ontario, 91761, California, Estados Unidos da América
Solicitante: Carl Zeiss do Brasil Ltda CNPJ: 33.131.079/0001-49
Autorização de Funcionamento: 1.03.320-3 Expediente: 0881607/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Covidien
Endereço: 1430, Marvin Griffin Road - Augusta, GA 30906, Estados Unidos da América
Solicitante: Cardinal Health do Brasil Ltda. CNPJ: 19.585.158/0001-07
Autorização de Funcionamento: 8.13.561-1 Expediente: 0115800/20-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Covidien Manufacturing Solutions S.A.
Endereço: Calle 9 Sur 1113, Ciudad Industrial, 22444, Tijuana, Baja California, México
Solicitante: Cardinal Health do Brasil Ltda CNPJ: 19.585.158/0001-07
Autorização de Funcionamento: 8.13.561-1 Expediente: 0750276/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Croma-Pharma GmbH
Endereço: Industriezeile 6, A-2100 Leobendorf, Áustria
Solicitante: Gusmed do Brasil Comércio e Locação de Produtos Médicos Ltda - EPP CNPJ: 19.443.457/0001-07
Autorização de Funcionamento: 8.10.507-6 Expediente: 2667737/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante Karl Storz SE & Co. KG
Endereço: Kaiserstrasse 10, Tuttlingen, Baden-Wurtemberg 78532, Alemanha
Solicitante: Karl Storz Marketing América do Sul Ltda CNPJ: 10.836.991/0001-09
Autorização de Funcionamento: 8.07.534-6 Expediente: 0964407/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Life Vascular Devices Biotech, S.L.U.
Endereço: Camí de Can Ubach nº11, Pol. Ind. Les Fallulles, Sant Vicenç dels Horts, Barcelona, 08620, Espanha
Solicitante: Saúde Import - Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda., CNPJ: 07.956.849/0001-82
Autorização de Funcionamento: 8.04.338-1 Expediente: 0921049/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Medtronic Powered Surgical Solutions.
Endereço: 4620 North Beach Street, Fort Worth 76137 Texas, Estados Unidos da América
Solicitante: Medtronic Comercial Ltda CNPJ: 01.772.798/0001-52
Autorização de Funcionamento: 1.03.391-9 Expediente: 0710573/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Microaire Surgical Instruments LLC
Endereço: 3590 Grand Forks Boulevard, Charlottesville, Virginia, 22911, Estados Unidos da América
Solicitante: VGBRAS - Importação e Comércio Ltda CNPJ: 03.359.558/0001-56
Autorização de Funcionamento: 8.00.207-2 Expediente: 0683011/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV e equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Siemens Shenzhen Magnetic Resonance Ltd.
Endereço: Siemens MRI Center, Gaoxin C. Ave., 2nd, Hi-Tech Industrial Park, Shenzhen, Guangdong, 518057, China
Solicitante: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda CNPJ: 01.449.930/0001-90
Autorização de Funcionamento: 1.03.451-6 Expediente: 0829361/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.799, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: Àgil Produtos Para Saúde Eireli Me CNPJ: 24.595.557/0001-80
Endereço: Avenida Madri, 1114 - Vila Alba - Campo Grande - MS CEP: 79100-430
Autorização de Funcionamento: 8.14.014-8 Expediente: 2485784/20-5
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Bmc Farma Comercio E Distribuidora Eireli - Epp CNPJ: 26.574.261/0001-09
Endereço: Rua Julio De Castilho, 376 - Rio Do Limao - Araruama - RJ CEP: 28970-000
Autorização de Funcionamento: 8.15.201-0 Expediente: 1929562/19-6
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Comercio De Produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 07.437.428/0001-45
Endereço: Rua Osvaldo Cruz N°01 Sala 1606 - Meireles - Fortaleza - CE CEP: 60125-150
Autorização de Funcionamento: 8.13.835-8 Expediente: 2697503/20-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Dl Distribuidora De Medicamentos Eireli CNPJ: 31.556.536/0001-11
Endereço: St Splm Conjunto 9 S/N Lote 4 - Setor Placa Da Mercedes - Brasília - DF CEP: 71732-090
Autorização de Funcionamento: 8.17.621-3 Expediente: 2383160/19-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Ello - Comércio De Materiais Médicos E Cirúrgicos Ltda. CNPJ: 09.069.959/0001-58
Endereço: Av Santos Dumont, 1343, Salas 1101 E 1102 - Aldeota - Fortaleza - CE CEP: 60150-160
Autorização de Funcionamento: 8.05.567-8 Expediente: 1994878/20-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Inmed Comercio De Materiais Hospitalares Ltda CNPJ: 01.885.484/0001-66
Endereço: R Barao Do Triunfo, 385 - Menino Deus - Porto Alegre - RS CEP: 90130-101
Autorização de Funcionamento: 8.01.874-2 Expediente: 0964347/20-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Médica Comércio De Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 12.518.517/0003-18
Endereço: Rua Itororó, 223, Anexo 229 - Menino Deus - Porto Alegre - RS CEP: 90110-290
Autorização de Funcionamento: 8.13.735-2 Expediente: 2321099/20-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Ortopedica Distribuidora De Produtos Medico Hospitalar Ltda CNPJ: 08.768.651/0001-38
Endereço: Quadra 802 Sul Alameda 1, S/N - Plano Diretor Sul - Palmas - TO CEP: 77023-005
Autorização de Funcionamento: 8.13.075-2 Expediente: 2302021/19-3
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Polymedical Imp.E Com. De Prod.Medico Ltda. CNPJ: 85.032.019/0001-72
Endereço: Rua Mariano Torres - 729 - Centro- Curitiba - PR CEP: 80060-120
Autorização de Funcionamento: 1.02.972-1 Expediente: 0488342/19-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Prestymedic Com. E Represent. Comercial De Mat. Medicos Hospitalares Ltda CNPJ: 13.898.227/0001-48
Endereço: Avenida Meriti Nº 2591 Sala 313 Lote 01 Pavilh 45813 - Vila Da Penha - Rio De Janeiro - RJ CEP: 21211-007
Autorização de Funcionamento: 8.08.929-8 Expediente: 0881611/20-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: São Marcos Distribuidora De Medicamentos, Equipamentos E Materiais Hospitalares E Odontológicos Ltda CNPJ: 03.894.963/0001-74
Endereço: Rua Avelino Freitas Nº 498 - Centro - São Raimundo Nonato - PI CEP: 64770-000
Autorização de Funcionamento: 8.05.653-4 Expediente: 1417494/16-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Sullab Distrib Prod Diagnosticos Hosp E Farm Ltda CNPJ: 88.484.969/0003-98
Endereço: Rod Antonio Heil N° 1001 Km 01 Armz G2 Sala 13 - Itaipava - Itajaí - SC CEP: 88316-000
Autorização de Funcionamento: 8.18.819-5 Expediente: 0190429/20-8
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Vgbras - Importação E Comércio Ltda CNPJ: 03.359.558/0001-56
Endereço: Rua Domingos Vieira 587 - Santa Efigênia - Belo Horizonte - Belo Horizonte - MG CEP: 30150-240
Autorização de Funcionamento: 8.00.207-2 Expediente: 0856427/18-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: X - Safe Comercio De Produtos Medicos Hospitalares Ltda - Epp CNPJ: 11.820.103/0001-14
Endereço: Alameda Terracota, Nº 185, Cj 504/505 - Cerâmica - São Caetano Do Sul - SP CEP: 09531-190
Autorização de Funcionamento: 8.12.362-7 Expediente: 1480707/20-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.800, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: BOWA-electronic GmbH & Co. KG
Endereço: Heinrich-Hertz-Str. 4-10, Gomaringen, Baden-Württemberg, 72810, Alemanha
Solicitante: Canadá Central de Negócios do Brasil Ltda CNPJ: 01.911.022/0001-76
Autorização de Funcionamento: 8.00.038-9 Expediente: 0644886/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Carl Zeiss Meditec S.A.S
Endereço: 27, Avenue Paul Langevin, 17180, Perigny, França
Solicitante: Carl Zeiss do Brasil Ltda. CNPJ: 33.131.079/0001-49
Autorização de Funcionamento: 1.03.320-3 Expediente: 0424978/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Ceramtec GmbH
Endereço: CeramTec Platz 1-9, Plochingen, BW, 73207, Alemanha
Solicitante: Vox Med Comércio e Representações Ltda. CNPJ: 10.388.140/0001-32
Autorização de Funcionamento: 8.07.943-9 Expediente: 2023324/20-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Donatelle
Endereço: 501 County Road E2 Extension, New Brighton, Minnesota, 55112, Estados Unidos da América
Solicitante: LDR Brasil Comércio, Importação e Exportação de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 08.954.683/0001-28
Autorização de Funcionamento: 8.04.448-1 Expediente: 2190557/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais da classe de risco III.

Fabricante: GB Implantat Technologies GmbH
Endereço: Harkortstrasse 65, Essen, 45145, Alemanha
Solicitante: Arthrex do Brasil Importação e Comério de Equipamentos Ltda. CNPJ: 18.272.616/0001-87
Autorização de Funcionamento: 8.09785-6 Expediente: 2014349/19-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Immy, Inc
Endereço: 2701 Corporate Centre Drive, Norman - OK,73069, Estados Unidos da América
Solicitante: Passrod Importação e Exportação de Produtos para Saúde LTDA - ME CNPJ: 26.185.222/0001-10
Autorização de Funcionamento: 8.15047-9 Expediente: 0060893/19-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: Innolcon Medical Technology (Suzhou) Co., Ltd.
Endereço: Unit 405/407/409/411, Building B2, No. 218 Xinghu Street, Suzhou, Jiangsu Province, 215123, China
Solicitante: Medical Support Materiais Medicos e Hospitalares Ltda. CNPJ: 13.928.215/0001-19
Autorização de Funcionamento: 8.09.291-9 Expediente: 2954060/20-4

Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Lisi Medical Fasteners
Endereço: 19 Chemin de la Traille - Neyron - 01700 - Miribel, França
Solicitante: Wright Medical Brasil Ltda. CNPJ: 08.051.626/0001-39
Autorização de Funcionamento: 8.04.913-6 Expediente: 0905990/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Pharmpur GmbH
Endereço: Messerschmittring 33, Königsbrunn, Bavaria, 86343, Alemanha
Solicitante: PNF Empresa Comercial de Equipamentos Ltda CNPJ: 05.059.768/0001-54
Autorização de Funcionamento: 8.02.869-2 Expediente: 3085957/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Siemens Healthcare Pvt. Ltd.
Endereço: Plot No. 16, Electronic City, II Phase Industrial Area, Bangalore, Karnataka, 560 100, Índia
Solicitante: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda. CNPJ: 01.449.930/0001-90
Autorização de Funcionamento: 1.03.451-6 Expediente: 1435287/20-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Söring GmbH
Endereço: Justus-von-Liebig-Ring 2, Quickborn, 25451 - Alemanha.
Solicitante: Panmédica Negócios Hospitalares Ltda CNPJ: 56.942.527/0001-90
Autorização de Funcionamento: 1.01.716-1 Expediente: 0869919/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais e equipamentos de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.801, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: OCX - Implantes Especializados Ltda - EPP CNPJ: 18.747.435/0001-60
Endereço: Rua João Pacheco, 89, Ponte Pequena, São Paulo-SP CEP: 01107-030
Autorização de Funcionamento: 8.11.638-5 Expediente: 0710564/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Empresa: Fresenius Hemocare Brasil Ltda CNPJ: 49.601.107/0001-84
Endereço: Rua Roque Gonzales 128, Jardim Branca Flor, Itapecerica da Serra - SP, CEP 06855-690
Autorização de Funcionamento: 1.01.544-5 Expediente: 0615250/19-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Empresa: Polar Fix Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 02.881.877/0001-64
Endereço: Rua Ruzzi, 607, Sertãozinho, Mauá - SP CEP: 09.370-850
Autorização de Funcionamento: 8.00.340-0 Expediente: 2117977/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.802, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Establishment Labs AS
Endereço: Coyol Free Zone & Business Park Building, 4th Street, Building B-25, Alajuela, Costa Rica.
Solicitante: Establishment Labs Brasil Produtos para Saude Ltda CNPJ: 08.290.164/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.05.883-9 Expediente: 2766366/20-2
Linha: Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Em desacordo com o Art. 3° da RDC 25/2011: utilização de código de assunto equivocado.

Empresa: Medbest Eireli CNPJ: 36.991.316/0001-30
Endereço: Avenida Olinda Silveira Cruz Braga, 200, Parque Interlagos, Aguaí - SP CEP: 13.860-000
Autorização de Funcionamento: 8.19.992-8 Expediente: 1608251/20-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III
Motivo: Em atendimento ao Art. 6º da RDC nº 39/2013 e em desacordo com a RDC nº 16/2013: não cumpre as Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde em relação aos itens 2.4.1, 2.4.2, 4.1.2, 4.1.3, 4.1.4, 4.1.5, 4.1.6, 4.1.7, 4.1.8, 4.1.9, 4.1.10 e 4.1.11.

Fabricante: Xiamen AmonMed Biotechnology Co., Ltd
Endereço: Unit 503, 120 Xinyuan Road, Haicang District, Xiamen, Fujian - China
Solicitante: BASAL Comércio, Importação e Exportação Ltda CNPJ: 17.002.220/0001-57
Autorização de Funcionamento: 8.09885-1 Expediente: 0882703/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV
Motivo: Em desacordo com o Art. 6º da RDC nº 204/2005, alterado pela RDC nº 23/2015.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.803, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa HeartSine Technologies Limited, publicada pela Resolução RE nº 1.592, de 21 de maio de 2020, no Diário Oficial da União nº. 98, de 25 de maio de 2020, Seção 1, pág. 205, de Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda, CNPJ nº 04.967.408/0001-98, para Stryker do Brasil LTDA, CNPJ nº 02.966.317/0001-02, conforme expedientes nº 1154092/18-3 e 1682812/20-1.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Exactech Inc., publicada pela Resolução RE nº 2.488, de 15 de julho de 2020, no Diário Oficial da União nº. 137, de 20 de julho de 2020, Seção 1, págs. 114 e 115, de Implamed-Implantes Especializados Com Impor e Expor Ltda., CNPJ nº 57.146.607/0001-00, para VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos LTDA., CNPJ nº 04.718.143/0001-94, conforme expedientes nº 0152587/20-9 e 1340096/20-0.

Art. 3º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Wavelight GmbH., publicada pela Resolução RE nº 1.784, de 04 de julho de 2019, no Diário Oficial da União nº. 129, de 08 de julho de 2019, Seção I, pág. 148, e em suplemento da Seção I, pág. 34 de Novartis Biociências S.A. CNPJ: 56.994.502/0001-30, para Alcon Brasil Cuidados com a Saúde Ltda., CNPJ nº 32.929.819/0001-24, conforme expedientes nº 1131271/18-8 e 2121606/20-3.

Art. 4º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Optonol Ltd., publicada pela Resolução RE nº1.422, de 30 de maio de 2019, no Diário Oficial da União nº. 105, de 03 de junho de 2019, Seção I, pág. 85, e em suplemento da Seção I, pág. 44 de Novartis Biociências S.A., CNPJ nº 56.994.502/0001-30, para Alcon Brasil Cuidados com a Saúde Ltda., CNPJ nº 32.929.819/0001-24, conforme expedientes nº 0571193/18-2 e 2122351/20-9.

Art. 5° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.821, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: FIOFORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - CNPJ: 04.861.946/0004-46
Produto - (Lote): BLEND ORIGINAL BARBA DE RESPEITO (Todos);SHAMPOO BEARD BEER BARBA DE RESPEITO (Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 3217295/20-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso, Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.822, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: GUKI NUTRACEUTICA LTDA - CNPJ: 06789363000134
Produto - (Lote): TODOS(todos);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 3247676/20-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda
Recolhimento
Motivação: constatação que a empresa não cumpre, de maneira geral, os requisitos higiênico sanitários e de boas práticas de fabricação (BPF) de alimentos; constatação da presença no estoque da empresa de grande quantidade de matérias-primas e de produtos finais vencidos e sem identificação, não havendo garantias de que essas não tenham sido empregados nos produtos fabricados pela empresa ou comercializados/ distribuídos; constatação da presença no estoque da empresa de substâncias que podem adulterar os alimentos por elas fabricados, como hormônio T3, Threonine, Turkesterone, Crisina, Bacopa e Theonine; constatação de ausência de controle de qualidade e de realização dos testes de estabilidade nos suplementos fabricados pela empresa; constatação de irregularidades de rotulagem e de composição frente à legislação sanitária em diversos produtos fabricados pela empresa; constatação da fabricação de Novo Alimento (Amazom Power - Guaraná, Açaí e Camu Camu) e de alimento infantil sem registro (Funchicalm); foram infringidos os seguintes dispositivos legais: o art. 47 e 48 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969; a Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997; a Resolução - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002; item 5.2.1 da Resolução nº 23, de 15 de março de 2000 e o §1º do art. 10 da RDC nº 243, de 26 de julho de 2018.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.823, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa Alere S.A., CNPJ nº 50.248.780/0001-61, publicada pela Resolução-RE nº 2.319, de 22 de agosto de 2019, no Diário Oficial da União nº 164, de 26 de agosto de 2019, Seção 1, pág. 73, e em suplemento da Seção 1, pág. 36, de Standard Diagnostics Inc, para Abbott Diagnostics Korea Inc, conforme expedientes nº 1068404/18-2 e 3136782/20-8.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.831, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: STEM PHARMACEUTICAL SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - CNPJ: 04056093000127
Produto - (Lote): SUPLEMENTO ALIMENTAR DE VITAMINA D EM COMPRIMIDOS DE MARCA STEM PHARMACEUTICAL(19001);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 3252463/20-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Propaganda, Uso
Recolhimento - Voluntário
Motivação: constatação pela empresa da presença de vitamina D no suplemento alimentar em quantidades 600 vezes maiores que o máximo permitido na legislação sanitária para adultos; foram infringidos os seguintes dispositivos legais: inciso IV, do artigo 48 do Decreto- Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e artigos 4o e 9o da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 243, de 26 de julho de 2018.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.832, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 47, de 25 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: LUCKMANN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA.
CNPJ: 74.196.031/0001-04
Endereço: Rodovia SC 281, n° 4111, Km 05, Sertão do Maruim, São José, SC
Autorização de Funcionamento: 3.03236-1 Expediente: 3370865/19-0
Linha: Líquidos

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.855, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: ORTOSPINE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - CNPJ: 08.832.121/0001-01
Produto - (Lote): HASTE PARA QUADRIL ACTINIA(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);INSTRUMENTAL ACS(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);Instrumental Agilon(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);INSTRUMENTAL ECOFIT(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);INSTRUMENTAL NES(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);INSTRUMENTAL TARIC(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);KIT INSTRUMENTAL Cotovelo NES(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);Kit Instrumental ACS(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);kit Instrumental ACTINIA(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);Kit Instrumental Agilon(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);KIT INSTRUMENTAL JOELHO ACS(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);Kit Instrumental para quadril(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);KIT INSTRUMENTAL Sistema MUTARS Tumores Ósseos(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);PRÓTESE NÃO CONVENCIONAL PARA MEMBROS INFERIORES MUTARS(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);PRÓTESE NÃO CONVENCIONAL PARA MEMBROS SUPERIORES MUTARS(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);SISTEMA DE JOELHO SEM RESTRIÇÃO ACS(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);SISTEMA PARA JOELHO ACSLD(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);SISTEMA PARA OMBRO AGILON(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);SISTEMA PARA QUADRIL DE REVISÃO ECOFIT(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);SISTEMA PARA QUADRIL NÃO CIMENTADO ECOFIT(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);SISTEMA PARA QUADRIL NÃO CIMENTADO RESURFACING(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);SISTEMA PARA REVISÃO DE JOELHO COM RESTRIÇÃO ACS(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);SISTEMA TOTAL PARA TORNOZELO TARIC(LOTES A PARTIR DE 13/07/2020);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2382611/20-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Importação
Motivação: Considerando a Resolução-RE nº2.360, de 08 de julho de 2020, publicada no DOU de 13/07/2020, que cancelou a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa Implantcast GmbH, publicada pela Resolução RE n° 1.130, de 16 de abril de 2020, no Diário Oficial da União nº. 75, de 20 de abril de 2020, Seção 1, pág.179.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.856, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA - CNPJ: 60.856.937/0001-95
Produto - (Lote): FAMILIA DE PARAFUSOS CANULADOS EM LIGA DE TITANIO(TODOS);FAMILIA DE PARAFUSOS CANULADOS EM LIGA DE TITANIO(TODOS);FAMILIA DE PLACAS PARA PEQUENO FRAGMENTOS EM LIGA DE TITÂNIO(TODOS);HASTES FLEXIVEL EM LIGA DE TITANIO ORTOCIR(TODOS);MINI HASTES FLEXIVEIS EM LIGA DE TITANIO ORTOCIR(TODOS);PARAFUSOS CANULADOS(TODOS);PLACAS PARA GRANDES FRAGMENTOS(TODOS);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2026877/20-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Importação
Motivação: considerando indeferimento da petição de certificação exp. 2013874/16-1 pelo descumprimento do §2º do Art. 14 da Resolução RDC nº 183/2017

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.857, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA - CNPJ: 38.756.680/0001-40
Produto - (Lote): ANDALAN CLASSIC(LOTES A PARTIR DE 23/09/2019);ANDALAN COMFORT(LOTES A PARTIR DE 23/09/2019);ANDALAN SILVERFLEX(LOTES A PARTIR DE 23/09/2019);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 1612689/20-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Importação
Motivação: Considerando o indeferimento de petição de CBPF, publicado por meio da RESOLUÇÃO-RE Nº 2.652, de 19 de setembro de 2019, D.O.U. nº 184 - Suplemento, de 23 de setembro de 2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.860, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: ENTERPRISES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. - CNPJ: 81.110.637/0001-32
Produto - (Lote): BROCA CIRÚRGICA DIAMANTADA ESTÉRIL ARTFIX(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);BROCA CIRÚRGICA ESTÉRIL ARTFIX(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);BROCA EM TUNGSTENIO ESTÉRIL ARTFIX(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);CAIXA SISTEMA ARTFIX(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);ESTOJOS ARTFIX(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);guia cirúrgico de corte e perfuração customizado(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);Instrumental Cirúrgico ARTICULADO CORTANTE ARTFIX(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);Instrumental Cirúrgico Articulado Não cortante ARTFIX(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);Instrumental Cirúrgico Não Articulado Cortante Artfix(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);Instrumental Cirúrgico Não Articulado Não Cortante Artfix(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);Parafusos de bloqueio artfix(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);SISTEMA DE FIXAÇÃO NÃO RÍGIDA DE PLACAS ESPECIAIS E PARAFUSOS ARTFIX - MINI E MICRO(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);SISTEMA DE RECONSTRUÇÃO FACIAL LOCKING ARTFIX-PEQUENOS E GRANDES(LOTES A PARTIR DE 18/11/2019);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 3184094/20-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Fabricação
Motivação: Considerando a inspeção sanitária realizada na empresa Enterprises - Importação e Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda., entre os dias 14 e 29/05/2019 pela Vigilância Sanitária de São José dos Pinhais/PR, ficando a empresa em exigência, por descumprimento da Boas Práticas de Fabricação; Considerando o risco associado às 18 não conformidades identificadas durante a inspeção, nos seguintes itens da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 16/2013: 2.2.3 (NC Grau 1); 7.7.1.3 (NC Grau 4); 2.5.2 (NC Grau 3); 3.1.1 (NC Grau 1); 4.1.1 (NC Grau 3); 5.6 (NC Grau 3); 4.1.11 (NC Grau 3); 5.1.2 (NC Grau 3); 5.13 (NC Grau 3); 5.1.3.5 (NC Grau 3); 3.2.1 (NC Grau 3); 5.1.5.1 (NC Grau 3); 5.1.5.2 (NC Grau 3); 5.5.1 (NC Grau 4); 5.5.2 (NC Grau 3); 5.6.2 (NC Grau 4); 7.1.1.2 (NC Grau 4); 7.3.1 (NC Grau 1); considerando o risco associado aos produtos fabricados pela empresa (materiais implantáveis, instrumentos cirúrgicos, implantes customizados de face, sistema de fixação não rígida de placas e parafusos mini e micro)e considerando o cancelamento da certificação de boas práticas de fabricação, publicado pela RE nº. 3.226 em 18/11/2019; com fundamento no inciso XIV, do Art 7º da Lei nº 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.861, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: mauro kazuhiro iwama - CNPJ: 24.215.999/0001-54
Produto - (Lote): 2019-NEW CORONAVÍRUS IGM/IGG RAPID TEST CASSETTE (WB/S/P)(20200303);
Tipo de Produto: Produtos para diagnóstico de uso in vitro
Expediente nº: 3247573/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Interdição cautelar do Lote 20200303, do produto 2019-NEW CORONAVÍRUS IgM/IgG RAPID TEST CASSETTE (WB/S/P), fabricado por BEIJING BEIER BIOENGINEERING CO., LTD., considerando o Laudo de Análise 2558.1P.0/2020, de 08/09/2020, com finalidade fiscal, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), com resultado insatisfatório para sensibilidade, com fundamento no art. 23 da Lei n. 6.437/77.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.862, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Baszi Comercial LTDA ME - CNPJ: 15086174000196
Produto - (Lote): CATETER DUPLO LÚMEN 12FX 15CM(T151107);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2031472/20-8
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização

Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da comercialização de produtos para saúde adulterados; Considerando Relatório Técnico de Inspeção emitido pela Vigilância Sanitária municipal de Aparecida de Goiânia em visita à empresa ; Considerando os art. 5º, art. 11, art. 59, art. 67 e art. 68 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; Considerando o art 2º da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977; Considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.
.....
2. Empresa: CARRION SILVA COMERCIAL EIRELI - CNPJ: 11453808000
Produto - (Lote): TODOS(antes de 17/08/2020);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2726329/20-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando a Relatório Técnico de Inspeção emitido pela Vigilância Sanitária municipal de Aparecida de Goiânia em visita à empresa; Considerando a comprovação da comercialização de produtos para saúde adulterados, com fundamento nos art. 11, art. 59, art. 67 e art. 68 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; Considerando a comprovação de distribuição de produtos para saúde por empresa sem Autorização de Funcionamento para tal, com fundamento no inciso IV do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977e art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.863, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: NOCLAVISION COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 04.988.787/0001-00
Produto - (Lote): AcriJET(LOTES A PARTIR DE 07/10/2019);OcuJET(LOTES A PARTIR DE 07/10/2019);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2329086/20-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação
Motivação: Considerando indeferimento de petição de CBPF da planta fabril a Vsy Biyoteknoloji Ve Ilac Sanayi Anonim Sirkelocalizada em Tepeoren Mevkii Istanbul Tuzla Organize Sanayi Bolgesi 3. Cadde No:3 Tuzla, Turquia, em desacordo com o Art. 4º da RDC nº 25/2011, alterado pela RDC nº 50/2013. Considerando o risco sanitário relativo ao descumprimento dos requisitos de BPF relativos "Controle de Contaminação" e "Validação", previstos na RDC nº 16/2013 e seus impactos relacionados ao produto.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.864, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA - CNPJ: 04.718.143/0001-94
Produto - (Lote): AcriJET Green(LOTES A PARTIR DE 07/10/2019);PROTECTALON(LOTES A PARTIR DE 07/10/2019);REVISCON(LOTES A PARTIR DE 07/10/2019);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 2329088/20-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação
Motivação: Considerando indeferimento de petição de CBPF da planta fabril a Vsy Biyoteknoloji Ve Ilac Sanayi Anonim Sirkelocalizada em Tepeoren Mevkii Istanbul Tuzla Organize Sanayi Bolgesi 3. Cadde No:3 Tuzla, Turquia, , em desacordo com o Art. 4º da RDC nº 25/2011, alterado pela RDC nº 50/2013. Considerando o risco sanitário relativo ao descumprimento dos requisitos de BPF relativos "Controle de Contaminação" e "Validação", previstos na RDC nº 16/2013 e seus impactos relacionados ao produto.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.866, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: IN VITRO DIAGNOSTICA LTDA - CNPJ: 42.837.716/0001-98
Produto - (Lote): SARS-CoV-2 IgM/IgG(6119/20);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 3144166/20-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 e o Laudo de Análise Fiscal inicial nº 2566.1P.0/2020, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de sensibilidade, por apresentar resultado inferior ao declarado pelo fabricante na instrução de uso.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.884, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

SUPERAÇÃO DISTRIBUIDORA LTDA EPP / 09.266.890/0001-52
25351.086792/2018-80 / 1174891
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2842240201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 1174891, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.885, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

M A OLIVEIRA AGOSTINONE CIA LTDA / 17.512.543/0001-90
25351.834959/2016-33 / 1151082
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 2697737201

SUPERAÇÃO DISTRIBUIDORA LTDA EPP / 09.266.890/0001-52
25351.086792/2018-80 / 1174891
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3260216201
25351.086792/2018-80 / 1174891
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3260146202

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.886, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

drogaria marcelo ltda / 38.289.202/0001-78
25351.930142/2020-04 / 7748528
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058069202

RICARDUS MAXIMUS MIRANDA DA CUNHA JUNIOR / 20.672.116/0002-65
25351.935408/2020-05 / 7748727
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072438204

OTILIA M D GUIMARAES / 37.959.838/0001-17
25351.935380/2020-06 / 7748559
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072382205

SOUSA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 27.307.159/0002-90
25351.935415/2020-07 / 7748792
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072452200

DROGARIA MOLINA DRUGSTORE LTDA / 38.047.097/0001-60
25351.935387/2020-10 / 7748622
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072396205

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2472-03
25351.930119/2020-10 / 7748441
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058015203

SANTOS E SOUSA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.804.470/0001-92
25351.935420/2020-10 / 7748821
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072462207

DEYVISON P DE MELO FARMACIA / 36.359.815/0001-09
25351.930091/2020-11 / 7748381
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057894209

DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA / 06.271.093/0144-78
25351.930082/2020-11 / 7748363
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057869208

ORGANIZAÇÃO FARMACEUTICA NAKANO LTDA / 03.123.210/0053-96
25351.935394/2020-11 / 7748671
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072410204

DROGARIA A.A.PINHEIRO LTDA / 37.353.962/0001-34
25351.930126/2020-11 / 7748471
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058030207

TR DROGARIA LTDA / 03.137.344/0007-20
25351.935411/2020-11 / 7748758
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072444209

PATRICIA ARRUDA LUNGATTO LTDA / 37.984.972/0001-78
25351.935406/2020-16 / 7748700
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072434201
---
consani & munhoz ltda / 38.275.407/0001-02
25351.935389/2020-17 / 7748636
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072400207

FRANCISCO ELANIO PINHEIRO DA SILVA / 37.702.325/0001-26
25351.935413/2020-18 / 7748775
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072448201

ORGANIZAÇÃO FARMACEUTICA NAKANO LTDA / 03.123.210/0050-43
25351.935385/2020-21 / 7748605
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072392202

REDE OFERTAS PRODUTOS FARMACEUTICOS / 34.519.930/0004-10
25351.935392/2020-22 / 7748653
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072406206
---
drogaria g e k ltda / 37.672.019/0001-94
25351.935378/2020-29 / 7748531
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072358202

PRADO E ROCHA LTDA / 14.929.354/0001-20
25351.935383/2020-31 / 7748580
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072388204

SOGLIA E CONSULI DROGARIA LTDA / 36.396.977/0001-17
25351.930106/2020-32 / 7748406
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057939202

R.F. DE LARA MARCONDES - FARMACIA E DROGARIA / 37.612.527/0001-87
25351.935390/2020-33 / 7748640
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072402203

FPB CAMPING CLUBE AGUAS LINDAS LTDA / 37.787.602/0001-40
25351.930113/2020-34 / 7748410
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057966200

FARMACIA BEIRA RIO LTDA / 38.004.328/0001-59
25351.935409/2020-41 / 7748731
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072440206

FARMACIA HIPER POPULAR GRAJAU LTDA / 37.769.919/0001-54
25351.935381/2020-42 / 7748562
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072384201

DROGARIA CIPRIANO DE SANTA ROSA S.A. / 07.781.007/0042-05
25351.930087/2020-44 / 7748377
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057881207
---
drogaria total farma eireli / 37.129.299/0001-99
25351.930094/2020-46 / 7748394
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057904200

DROGARIA CARVALHO VITORIA LTDA / 28.039.454/0001-95
25351.930129/2020-47 / 7748499
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058038202

DROGARIA BEM ESTAR LTDA / 38.313.762/0001-10
25351.939354/2020-49 / 7748849
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3084688209

MARIA ALEKSANDRA FARIAS DE QUEIROZ DINIZ / 37.954.792/0001-43
25351.935407/2020-52 / 7748713
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072436208

ORGANIZAÇÃO FARMACEUTICA NAKANO LTDA / 03.123.210/0047-48
25351.935414/2020-54 / 7748789
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072450203

H R CLARO E CIA LTDA / 28.812.815/0001-94
25351.935421/2020-56 / 7748835
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072464203

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2518-20
25351.930127/2020-58 / 7748485
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058034200

CAMPOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 36.124.072/0001-98
25351.930132/2020-61 / 7748501
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058048200

FARMACIA E DROGARIA NISSEI S.A / 79.430.682/0380-14
25351.935405/2020-63 / 7748698
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072432205

DELFINO & SILVA COMERCIO LTDA / 32.929.179/0001-52
25351.935412/2020-65 / 7748761
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072446205

ORGANIZAÇÃO FARMACEUTICA NAKANO LTDA / 03.123.210/0051-24
25351.935395/2020-66 / 7748684
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072412201

DROGARIA NOVA PHARMA MEDICAMENTOS LTDA / 37.075.226/0001-61
25351.930123/2020-70 / 7748468
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058024202

DROGARIA SIMONAN GUANDU DO SENA LTDA / 38.049.679/0001-86
25351.935379/2020-73 / 7748545
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072360204

SP FARMA E DROGARIA EIRELI / 33.453.419/0001-58
25351.939743/2020-74 / 7748852
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3085197201

SUPERMERCADOS DO NORTE DO BRASIL LTDA / 05.327.241/0016-40
25351.935386/2020-75 / 7748619
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072394209

DROGARIA IRMAO SILVA SOARES LTDA / 17.908.869/0002-12
25351.940171/2020-76 / 7748866
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3085837202

MARTINS & ARAUJO LTDA / 37.307.643/0001-92
25351.935410/2020-76 / 7748744
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072442202

DROGARIA COELHO PEREIRA LTDA / 11.241.928/0002-65
25351.935393/2020-77 / 7748667
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072408202

LUCILENE GALDINO DE BARROS ME / 34.818.751/0001-31
25351.930116/2020-78 / 7748437
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057974201

A CARVALHO DROGARIA - ME / 01.207.064/0002-01
25351.930121/2020-81 / 7748454
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058020200

ANA MARA ALVES ME / 33.960.099/0001-22
25351.935384/2020-86 / 7748593
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072390206

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0886-00
25351.935419/2020-87 / 7748818
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072460201

DROGARIA BIG MED LTDA / 38.134.689/0001-10
25351.940719/2020-88 / 7748883
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3087047200

Veiga Farma Eireli / 37.073.955/0001-89
25351.930114/2020-89 / 7748423
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057968206

DROGARIA MILÃO LTDA / 08.586.171/0002-37
25351.930137/2020-93 / 7748514
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058059205

ESTOECIO LUIZ DO CARMO / 24.690.360/0002-01
25351.935382/2020-97 / 7748576
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072386208

NEW MED - MEDICAMENTOS EIRELI / 33.392.089/0001-38
25351.940178/2020-98 / 7748870
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3085938207

DROGARIA BANC FARMA LTDA / 32.741.815/0001-18
25351.935417/2020-98 / 7748804
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072456202

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.887, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

Inacio & Daboit Comercio de Medicamentos LTDA / 37.904.808/0001-03
25351.930131/2020-16 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3058044207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
a p diniz soares / 36.673.907/0001-69
25351.935416/2020-43 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072454206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da Documentação de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

FARMACIA ULTRA POPULAR CRUZ LTDA / 37.959.099/0001-63
25351.930085/2020-55 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057875202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
lippia farmacia e cosmeticos eireli / 37.880.455/0001-59
25351.935391/2020-88 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3072404200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011

MODELFARMA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 06.206.253/0004-45
25351.930088/2020-99 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3057887206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.888, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

GALLUZZI LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI / 22.036.661/0001-00
25351.023536/2020-04 / 3096633
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3171792206

SM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS HOSPITALARES LTDA / 15.568.217/0001-70
25351.768353/2020-11 / 8206341
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2584521202
---
tauros fabricacao de cosmeticos e saneantes ltda / 37.612.602/0001-00
25351.763242/2020-19 / 3096664
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2569593206

ALI CLEAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME / 19.438.898/0001-02
25351.768381/2020-21 / 4023749
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2584549204

ROST Indústria e Comércio de Produtos Médicos Eireli / 27.720.626/0001-29
25351.768421/2020-34 / 8206369
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2584595206

---
carvalho & basi ltda / 37.650.759/0001-20
25351.763134/2020-38 / 8206295
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2569480207

Forza Indústria de Equipamentos Médicos Ltda / 37.033.567/0001-74
25351.768435/2020-58 / 8206390
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2584609207

GALLUZZI LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI / 22.036.661/0001-00
25351.023371/2020-62 / 8194770
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3171954206
25351.023540/2020-64 / 1242502
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3171796201

SC HOSPITALAR LTDA / 17.881.838/0001-34
25351.763241/2020-66 / 8206311
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2569592200

PR LABOR COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS LTDA / 15.188.525/0001-70
25351.697923/2020-73 / 8206324
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3166875204
---
destak distribuidora de produtos e equipamentos hospitalares ltda / 35.797.639/0001-24
25351.763088/2020-77 / 8206281
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2569430200

GALLUZZI LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI / 22.036.661/0001-00
25351.023563/2020-79 / 4023689
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3172045200

AGIFLEX TRANSPORTES DE CARGAS LTDA / 10.520.551/0003-00
25351.763223/2020-84 / 8206307
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2569571202

SUPRAMED COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 09.285.873/0001-62
25351.768420/2020-90 / 8206355
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2584594200

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.889, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

J. RIBEIRO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME / 84.972.926/0001-39
25351.351914/2016-01 / 3070732
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2697589201

BRASFILME COMÉRCIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. / 17.403.114/0001-85
25351.004101/2006-02 / 8029151
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2697468200

KERALUX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - EPP / 11.864.739/0001-68
25351.314653/2012-05 / 2064726
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2747617203

M A OLIVEIRA AGOSTINONE CIA LTDA / 17.512.543/0001-90
25351.692491/2014-05 / 1127194
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 2697723200

SUPERAÇÃO DISTRIBUIDORA LTDA EPP / 09.266.890/0001-52
25351.439560/2016-05 / 1159911
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3260130209
25351.439560/2016-05 / 1159911
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3260271201

LIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI / 10.468.505/0001-39
25351.004325/2010-10 / 8065751
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 1896160206

ALL COOL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA / 36.847.509/0001-11
25351.812507/2020-10 / 4023735
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2747611205

Ultra Air Comercio de Gases Industriais e Medicinais Ltda - ME / 15.158.729/0001-68
25351.563739/2013-11 / 8099627
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2713800200

MBS HEALTH COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS E CORRELATOS LTDA / 35.427.075/0001-38
25351.666428/2020-12 / 4022635
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2697714201

BIOMEDICAL COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS CORRELATOS EIRELI / 02.078.622/0001-68
25351.489315/2011-13 / 8080453
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2697759204

LUMMINY COMERCIO DE PRODUOTS PARA A ASAUDE LTDA EPP / 26.333.809/0001-29
25351.277658/2017-14 / 8151733
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2761738209
25351.277658/2017-14 / 8151733
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2761728203

J. RIBEIRO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME / 84.972.926/0001-39
25351.351930/2016-22 / 8141953
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2697669205

M A OLIVEIRA AGOSTINONE CIA LTDA / 17.512.543/0001-90
25351.692504/2014-24 / 8113452
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2697766201
25351.273552/2017-35 / 3074228
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 2697560203
---
l r l barros eireli / 33.736.549/0001-06
25351.723394/2019-37 / 8193743
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2747727203

LEBRUCE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS EIRELI / 02.372.824/0001-18
25351.193420/2002-41 / 2034727
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2713877202

A. D. SALES LTDA / 29.180.760/0001-00
25351.626962/2019-52 / 1237642
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 2714081207

GREEN PROCESS PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 02.438.569/0001-69
25351.864352/2016-62 / 2085357
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2747733203

MBS HEALTH COMERCIO DE PRODUTOS COSMETICOS E CORRELATOS LTDA / 35.427.075/0001-38
25351.666152/2020-72 / 8204445
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2697602208

TRANSPORTES MARWIL LTDA - EPP / 55.240.196/0001-83
25351.277310/2015-74 / 1140081
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 2747448207

M A OLIVEIRA AGOSTINONE CIA LTDA / 17.512.543/0001-90
25351.102227/2018-77 / 2099827
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 2697765204

Igor dos Santos Cavelagna - EPP / 14.202.920/0001-05
25351.520457/2014-79 / 8110092
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2714035205

JKL INVESTIMENTOS S.A. / 33.286.926/0001-44
25351.499661/2020-83 / 8201101
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2697466207

LUMMINY COMERCIO DE PRODUOTS PARA A ASAUDE LTDA EPP / 26.333.809/0001-29
25351.559248/2020-85 / 4021566
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2761743202
---
rjd medical imports ltda / 36.647.189/0001-56
25351.334119/2020-86 / 8204002
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2697666206

WAVE CLEANER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 15.281.128/0001-48
25351.021004/2019-91 / 4006236
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 2747620204

J. RIBEIRO COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME / 84.972.926/0001-39
25351.351896/2016-93 / 2089132
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2697587209

A. D. SALES LTDA / 29.180.760/0001-00
25351.626958/2019-94 / 8195667
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2713972205

LABORATÓRIO GLOBO LTDA / 17.115.437/0001-73
25351.564317/2013-98 / 8100662
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2714017207

GREEN PROCESS PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 02.438.569/0001-69
25351.037527/01-40 / 3025755
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2747480208

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.890, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 23.669.731/0001-20
25351.362218/2019-14 / 4011403
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2761709209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de d ocumento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

AC COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA / 07.415.554/0001-07
25351.735081/2020-65 / 4022774
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2747446204
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.891, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

SUPERAÇÃO DISTRIBUIDORA LTDA EPP / 09.266.890/0001-52
25351.439560/2016-05 / 1159911
703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2747567206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a atividade solicitada, nº 1159911, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

UNI-TECH PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 37.164.818/0001-50
25351.768489/2020-13 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2584664208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

JETA TRANSPORTES LTDA / 13.807.189/0001-70
25351.763097/2020-68 /
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2569440205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

SOVENAR & SOVENAR TRANSPORTES LTDA / 09.073.279/0001-08
25351.763061/2020-84 /
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2569400203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para a atividade e classe pleiteada, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Adicionalmente, o endereço constante no formulário de petição diferente do constante no relatório de inspeção.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.892, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

DISTRICENTER DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.457.333/0001-29
25351.769782/2020-06 / 1242547
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2589157200

AGIFLEX TRANSPORTES DE CARGAS LTDA / 10.520.551/0003-00
25351.763222/2020-30 / 1242516
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2569570206

SOVENAR & SOVENAR TRANSPORTES LTDA / 09.073.279/0001-08
25351.682478/2020-47 / 1242520
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 3155968206

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n.º 811 de 19 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 55, de 20 de março de 2020, Seção 1, Págs. 184 e 190.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA E PERFUMARIA SÃO GOTARDO LTDA.-EPP
ENDEREÇO: RUA ARISTIDES VIADANA, Nº 180
BAIRRO: LAPA DE BAIXO CEP: 05038020 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 10.813.451/0001-00
PROCESSO: 25351.111675/2020-86 AUTORIZ/MS: P5Y97H3W429Y (8.19670.5)
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
Leia-se:
EMPRESA: MRH COMERCIAL IMPORTAÇÃO LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA BRAGANÇA PAULISTA, Nº 798
BAIRRO: VILA CRUZEIRO CEP: 04727001 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 10.813.451/0001-00
PROCESSO: 25351.111675/2020-86 AUTORIZ/MS: P5Y97H3W429Y (8.19670.5)
AT I V I DA D E / C L A S S E
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 3.682, de 26 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 251, de 30 de dezembro de 2019, Seção 1, Págs. 1439 e 1442.
Onde se lê:
EMPRESA: FARMACIA CALMON LTDA
ENDEREÇO: R PEDRO NELCIDO KAFER , 11
BAIRRO: CENTRO CEP: 89650000 - TREZE TÍLIAS/SC
CNPJ: 08.039.459/0001-00
PROCESSO: 25351.355248/2014-60
AUTORIZ/MS: 7.21554-3
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA CALMON LTDA
ENDEREÇO: AV. MANOEL FORTUNATO, 292
BAIRRO: CENTRO CEP: 89430000 - CALMON/SC
CNPJ: 08.039.459/0001-00
PROCESSO: 25351.355248/2014-60
AUTORIZ/MS: 7.21554-3
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE nº 2.052, de 30 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União n° 149, de 5 de agosto de 2019, Seção 1, Pag. 52, e em Suplemento, Págs. 56 e 65.
Onde se lê:
EMPRESA: Associação Afam de Assistência Farmacêutica
ENDEREÇO: Rua FLORENCIO DE ABREU 365
BAIRRO: CENTRO CEP: 09015190 - SANTO ANDRÉ/SP
CNPJ: 12.846.956/0015-93 PROCESSO: 25351.009858/2012-11 AUTORIZ/MS: 0.82217.2
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: Associação Afam de Assistência Farmacêutica
ENDEREÇO: Rua GENERAL GLICÉRIO 365
BAIRRO: CENTRO CEP: 09015190 - SANTO ANDRÉ/SP
CNPJ: 12.846.956/0015-93 PROCESSO: 25351.009858/2012-11 AUTORIZ/MS: 0.82217.2
AT I V I DA D E / C L A S S E
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Na Resolução - RE nº 4.985, de 27 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n° 252, de 30 de dezembro de 2013, Seção 1, Pag. 757, e em Suplemento, Págs. 96 e 125.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA GENERICOS BARRETOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA 22 Nº 1102
BAIRRO: CENTRO CEP: 14780080 - BARRETOS/SP
CNPJ: 04.310.393/0001-90
PROCESSO: 25351.189314/2002-63 AUTORIZ/MS: 0.08650.7
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA GENERICOS BARRETOS LTDA ME
ENDEREÇO: AVENIDA 17 Nº 1099
BAIRRO: CENTRO CEP: 14780290 - BARRETOS/SP
CNPJ: 04.310.393/0001-90
PROCESSO: 25351.189314/2002-63 AUTORIZ/MS: 0.08650.7
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Na Resolução - RE nº 2.964, de 7 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 152, de 11 de agosto de 2014, Seção 1, Pag. 40, e em Suplementos, Págs. 126 e 174.
Onde se lê:
EMPRESA: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS
ENDEREÇO: AV PRESIDENTE KENNEDY, 696 LOJA 05
BAIRRO: CAMPINAS CEP: 88101000 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 84.683.481/0144-70
PROCESSO: 25351.160373/2009-91 AUTORIZ/MS: 0.59236.1
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS
ENDEREÇO: AV PRESIDENTE KENNEDY, 696 LOJA 05
BAIRRO: CAMPINAS CEP: 88101000 - SÃO JOSÉ/SC
CNPJ: 84.683.481/0144-70
PROCESSO: 25351.160373/2009-91 AUTORIZ/MS: 0.59236.1
AT I V I DA D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução - RE n.º 3.328, de 4 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União n° 233, de 7 de dezembro de 2015, Seção 1, Pág. 57, e em Suplemento, Pág. 71.
Onde se lê:
EMPRESA: Cargosoft Transportes Ltda

ENDEREÇO: Av Prefeito Joao Vilallobo Quero, N° 1505 Area 12
BAIRRO: Jardim Belval CEP: 06442122 - BARUERI/SP
CNPJ: 05.443.883/0008-02
PROCESSO: 25351.715100/2015-09 AUTORIZ/MS: 1.14869.5
AT I V I D A D E / C L A S S E
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
Leia-se:
EMPRESA: Cargosoft Transportes Ltda
ENDEREÇO: Av Prefeito Joao Vilallobo Quero, N° 1505 Area 12
BAIRRO: Jardim Belval CEP: 06442122 - BARUERI/SP
CNPJ: 05.443.883/0008-02
PROCESSO: 25351.715100/2015-09 AUTORIZ/MS: 1.14869.5
AT I V I D A D E / C L A S S E
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 17, de 5 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 06, de 9 de janeiro de 2017, Seção 1, pág. 16, e em Suplemento, Pag. 35.
Onde se lê:
EMPRESA: FARMÁCIA AVANTE LTDA
ENDEREÇO: rua comendador viana, 372
BAIRRO: centro CEP: 34505340 - SABARÁ/MG
CNPJ: 09.813.824/0001-55
PROCESSO: 25351.572688/2016-41
AUTORIZ/MS: 1.16150-2
AT I V I D A D E / C L A S S E
MATÉRIAS-PRIMAS PARA PROD. DE HIGIENE: INSUMOS
FA R M A C Ê U T I C O S
Leia-se:
EMPRESA: FARMÁCIA AVANTE LTDA
ENDEREÇO: rua comendador viana, 372
BAIRRO: centro CEP: 34505340 - SABARÁ/MG
CNPJ: 09.813.824/0001-55
PROCESSO: 25351.572688/2016-41
AUTORIZ/MS: 1.16150-2
AT I V I D A D E / C L A S S E
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.820, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Habilitar, na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS), conforme o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, os laboratórios abaixo relacionados:

Código na REBLAS	Nome do Laboratório	Endereço	Cidade/UF	CNPJ
183	Pharmacontrol Laboratório de Controle de Qualidade Ltda	Rua DR. EDUARDO CHARTIER, 559	Porto Alegre/RS	25351.774814/2020-87
195	SUISSE Controle de Qualidade EIRELI	Avenida Presidente Affonso Camargo, 849 - módulo 4A - bairro Cristo Rei - cidade Curitiba	Curitiba/PR	25351.764661/2020-60
196	BR Cert Laboratórios	Rua Cacerebu, 62, bairro Socorro, São Paulo, CEP: 04763-030	São Paulo/SP	25351.867942/2020-73
197	LANALI - Laboratório de Análise de Alimentos S/S	Rodovia BR 467, KM 07, Bairro Canadá. Cascavel	Cascavél/PR	25351.764006/2020-10
198	Labmass Laboratory - Laboratório de Análises Químicas, Consultoria e Treinamento Ltda	RUA ALBERTO CERQUEIRA DE LIMA, 249	Campinas/SP	25351.765296/2020-19

Art. 2º O período de vigência da habilitação será de quatro anos, a contar da data de publicação.
Art. 3º Os escopos habilitados serão publicados no sítio eletrônico da ANVISA (http://portal.anvisa.gov.br/laboratorios-analiticos).
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.874, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 0054565-79.2010.4.01.3400, emitido pelo TRF1; à Decisão concedida pela 3ª VF/BA, no processo nº 0046408-58.2012.4.01.3300; e à Decisão concedida pela 12ª Vara Federal do TRF1 no processo n° 008570-42.2016.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

P.B.P MÁRQUEZ INDUSTRIA E COMERCIO DE TABACOS ME
CNPJ: 30.615.010/0001-00
Marca: DIÓGENES PUENTES ROBUSTOS 52 RG (charuto - (125 x 20)mm) - embalagens primárias caixa em papel para 5 unidades e caixa em madeira para 10 unidades; e embalagem secundária caixa para 5 embalagens primárias caixa em papel para 5 unidades
Processo: 25351.304910/2019-28
Expediente: 1862195/20-3
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.875, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à decisão liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no processo 1029408-24.2018.4.01.0000.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: DUNHILL TOBACCO OF LONDON LTD CARLTON MASTER BLEND (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25351.959138/2020-10
Expediente: 3142007/20-9
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: LUCKY STRIKE ORIGINAL RED LUCKIES SINCE 1871 (cigarro com filtro) - embalagem primária maço
Processo: 25351.959137/2020-75
Expediente: 3141719/20-1
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ROTHMANS BLUE (cigarro com filtro) - embalagens primárias box e maço; e embalagem secundária tipo pacote para 10 embalagens primárias maço
Processo: 25351.326571/2017-85
Expediente: 3086898/20-0
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ROTHMANS OF LONDON INTERNATIONAL CLICK (cigarro com filtro) - embalagem primária maço
Processo: 25351.957371/2020-68
Expediente: 3136303/20-2
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ROTHMANS OF LONDON SPECIAL BLUE (cigarro com filtro) - embalagem primária box
Processo: 25351.940664/2020-14
Expediente: 3086823/20-8
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ROTHMANS OF LONDON TASTE BLUE (cigarro com filtro) - embalagem primária maço
Processo: 25351.959302/2020-99
Expediente: 3141971/20-2
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.876, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

HBT INDUSTRIA E COMERCIO DE TABACOS LTDA
CNPJ: 18.044.630/0001-23
Marca: RAINBOW GOLDEN BROWN (fumo desfiado) - embalagens primárias saco para 12g, 20g e 25g e lata para 50g e 80g
Processo: 25351.193962/2017-00
Expediente: 1696973/20-1
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: RAINBOW SILVER BRIGHT (fumo desfiado) - embalagens primárias saco para de 25 g e lata para 50 g
Processo: 25351.468340/2017-31
Expediente: 1998172/19-4
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
MATEUS MACHADO DOS SANTOS 06672942602
CNPJ: 36.558.797/0001-94
Marca: PALHEIRO BELORIZONTINO TRADICIONAL (cigarro de palha) - embalagem primária caixa para 20 unidades
Processo: 25351.579782/2020-16
Expediente: 1999764/20-7
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
TRF INDUSTRIA TABACO LTDA
CNPJ: 31.369.746/0001-09
Marca: ORIGINAL TABACO BEM BOLADO (fumo desfiado) - embalagem primária saco para 25 g
Processo: 25351.066644/2019-20
Expediente: 1086753/20-8
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.877, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à decisão liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

BFT COMÉRCIO DE FUMOS LTDA
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Marca: ZIGGY LARANJOLA (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g do produto e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.878115/2020-13
Expediente: 2906380/20-9
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.878, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à decisão liminar concedida pela 1ª Vara - SJ/DF, no processo 100994496.2018.4.01.3400.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

ELITE TRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME
CNPJ: 27.839.998/0001-79
Marca: NAY BUBBLE GRAPE (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.887468/2020-04
Expediente: 2938000/20-6
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ZOMO CHERRY GUM (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.940910/2020-20
Expediente: 3087698/20-2
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ZOMO FRAMBOERA (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.887469/2020-41
Expediente: 2938265/20-3
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ZOMO GUAVA (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.940909/2020-03
Expediente: 3087696/20-6
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ZOMO LEMON MINT (fumo para narguilé) - embalagem primária caixa para 50g e embalagem secundária pacote para 10 embalagens primárias
Processo: 25351.940911/2020-74
Expediente: 3087700/20-8
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.879, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro de produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, por indeferimento da petição de renovação.

Art. 2º A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

QUALITY IN TABACOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 11.816.308/0001-26
Marca: NEWS (cigarro com filtro)
Processo: 25069.424723/2017-01
Expediente: 230731620-1
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.867, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
MICROCATETER PHENOM
25351.227104/2019-04 / 10349000978
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0346406196

BIOMOLECULAR TECHNOLOGY COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA - EPP / 07.767.477/0001-46
SOLUÇÃO CONTROLE DE GLICOSE GLUCOLEADER ENHANCE
25351.421280/2020-99 / 80867150038
8433 - IVD - Registro de produto / 1510893207

CELER BIOTECNOLOGIA S/A / 04.846.613/0001-03
Celer Finecare AFP Teste Quantitativo
25351.607742/2020-63 / 80537410077
8433 - IVD - Registro de produto / 2091213207

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Família Elecsys Anti-HAV II
25351.834106/2020-11 / 10287411534
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2778573204
Família Cobas HIV-1/HIV -2 Qualitative
25351.224425/2019-71 / 10287411535
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 0342492198

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
ADVIA Centaur Proteína A plasmática associada à gravidez (PAPP-A)
25351.878026/2020-69 / 10345162387
8433 - IVD - Registro de produto / 2906046200
Atellica IM Proteína A plasmática associada à gravidez (PAPP-A)
25351.878025/2020-14 / 10345162386
8433 - IVD - Registro de produto / 2906044203

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
Amplatzer Trevisio Intravascular Delivery System
25351.740650/2020-94 / 10332340465
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 2501735207

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Grampeador Endoscópico Linear Cortante Descartável e Recargas
25351.078387/2020-11 / 80102512586
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 0361371202

WERFEN MEDICAL LTDA / 02.004.662/0001-65
GEM Premier ChemSTAT PAK
25351.899723/2020-53 / 80003610586
8433 - IVD - Registro de produto / 2969867207
GEM Premier ChemSTAT PAK
25351.899743/2020-24 / 80003610587
8433 - IVD - Registro de produto / 2969961204

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.868, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
FREESTYLE PRECISION PRO BLOOD GLUCOSE AND B-KETONE MONITORING METER KIT / SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DE GLICOSE E B-CETONA FREESTYLE PRECISION PRO
25351.577227/2013-97 / 80146501881
8008 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição de produtos ou modelos de instrumentos / 2807370203

ACCUMED PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA / 06.105.362/0001-23
Tiras Reagentes G-Tech Free Lite
25351.252660/2015-17 / 80275310061
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2955531201

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Neuroestimulador Implantável Percept PC com Tecnologia BrainSense
25351.779782/2020-14 / 10349000969
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 3218988205
Dispositivo de Revascularização Solitaire X
25351.028837/2020-16 / 10349000968
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3234476207

BAUMER S.A. / 61.374.161/0001-30
CABEÇA FEMORAL MODULAR EM EUROCONE - CERÂMICA
25351.655682/2011-72 / 10345500112
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 2553367203

BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA / 02.913.684/0001-48
Sistema de Ombro Comprehensive®
25351.335702/2012-72 / 80044680117
80149 - MATERIAL - Alteração de fabricante em registro de material implantável em ortopedia - Inclusão/Substituição/Exclusão de fabricante ou unidade fabril, ou alteração dos endereços. / 3259282195
Hastes Modulares Não Cimentadas para Quadril
25351.561449/2017-47 / 80044680370
80248 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 2456115201

BIOMOLECULAR TECHNOLOGY COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA - EPP / 07.767.477/0001-46
Família para Teste de Glicose Sanguínea OK Meter Match II
25351.664613/2019-39 / 80867150004
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2225386206
Medidor de Glicose Sanguínea OKMeter Match II
25351.664642/2019-09 / 80867150005
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2225390204

ECCO FIBRAS ÓPTICAS E DISPOSITIVOS EIRELI - EPP / 01.644.138/0001-96
SISTEMA MULTIFUNCIONAL QUANTUM
25351.442087/2006-33 / 80323310001
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2905821200

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
CONJUNTO PARA CATETERIZAÇÃO VENOSA CENTRAL COM DUPLO LÚMEN PEDIÁTRICO
25351.347218/2019-94 / 80117580821
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 3167659206

ENGIMPLAN ENGENHARIA DE IMPLANTE IND E COM LTDA.-EPP / 67.710.244/0001-39
SISTEMA DE FIXAÇÃO RÍGIDA 2.4/2.7MM - SHOULDERPLAN
25351.322371/2013-11 / 10208610073
80244 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão do método de esterilização / 2570495208

ENTERPRISES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. / 81.110.637/0001-32
DISPOSITIVO MÉDICO SOB MEDIDA
25351.137425/2020-76 /
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3139179206
DISPOSITIVO MÉDICO SOB MEDIDA
25351.688118/2019-15 /
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3139333201

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / 33.781.055/0001-35
TR DPP® COVID-19 IGM/IGG - Bio-Manguinhos
25351.218814/2020-00 / 80142170039
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3059991201

GLOBUS MEDICAL BRASIL LTDA / 07.131.437/0001-03
Sistema de Fusão Intervertebral Globus Medical
25351.725808/2018-04 / 80263050100
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3170144202

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
Harmonic HD 1000i Shears
25351.397137/2016-08 / 80145901795
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 2600983208
FAMILÍA DE PLACAS EM POLIETILENO POROSO SYNTHES - SYNPOR
25351.734529/2014-31 / 80145901665
80139 - MATERIAL - Alteração de razão social de empresa estrangeira fabricante em registro de material implantável em ortopedia / 3074974193

KOVALENT DO BRASIL LTDA / 04.842.199/0001-56
CK-MB
25351.198599/2009-86 / 80115310126
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3041888207

MIT MEDICAL INDUSTRY TECHNOLOGY LTDA - ME / 10.795.989/0001-20
máscara cirúrgica descartável tesk
25351.812940/2020-47 / 80835370020
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3248906204

NEOORTHO PRODUTOS ORTOPÉDICOS S/A / 08.365.527/0001-21
SISTEMA NEOHIP NÃO CIMENTADO - TPS CERÂMICA CERÂMICA
25351.125797/2017-06 / 80546720096
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 2668903201

ONB MEDICAL MATERIAIS MEDICOS LTDA - EPP / 22.575.433/0001-08
PLACA VOLAR MEDIN 5ª GERAÇÃO
25351.485776/2019-57 / 81466430014
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3216644203

ORTHOFIX DO BRASIL LTDA. / 02.690.906/0001-00
HASTE UMERAL DE TITANIO ORTHOFIX
25351.333496/2006-40 / 10392060036
80148 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão do método de esterilização em registro de material implantável em ortopedia. / 0129041200
PARAFUSO PARA HASTE TROCANTERICA DE TITANIO VERONAIL ORTHOFIX
25351.333676/2006-21 / 10392060037
80148 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão do método de esterilização em registro de material implantável em ortopedia. / 0129039208

ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA / 60.856.937/0001-95
Haste Flexível EIN
25351.711466/2017-31 / 10314800158
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 2373466203

Penumbra Latin America Distribuidora de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda / 21.873.761/0001-28
Sistema de Aspiração INDIGO - CAT RX
25351.387046/2020-25 / 81248520025
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3167158206

RM CRIATIV CONFECCAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA / 07.057.976/0001-40
linha de descartaveis em tnt rm criativ
25351.621565/2019-94 / 81886980002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3181119201
LINHA DE DESCARTÁVEIS EM TNT RM CRIATIV
25351.621561/2019-14 / 81886980001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3179487204
LINHA DE DESCARTÁVEIS EM TNT RM CRIATIV
25351.621574/2019-85 / 81886980003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3181799208
LINHA DE DESCARTÁVEIS EM TNT RM CRIATIV
25351.621578/2019-63 / 81886980004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3182573207

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Família Elecsys Troponina I
25351.544992/2009-98 / 10287410846
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2778657209

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
Quartet MRI
25351.400180/2016-07 / 10332340401
8064 - EQUIPAMENTO - Alteração do nome comercial, denominação do código (part number) ou modelo comercial / 0203424207

STONE OKAMONT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 29.255.348/0001-01
JINAN MASKS KN95
25351.740931/2020-47 / 81707000008
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3249098204

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
Sistema para Artroplastia de Joelho Triathlon PS - Não Cimentado - Conjugado
25351.425599/2013-64 / 80005430316
80143 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão de componente/acessório em registro de sistema de material implantável em ortopedia. / 0058348201

VINCULA INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE IMPLANTES S.A. / 01.025.974/0001-92
PARAFUSO DE INTERFERENCIA
25351.090252/2005-86 / 10417940028
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3155459208
HASTE SEM CIMENTO EM TITANIO
25351.090377/2005-14 / 10417940045
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3155755204
SISTEMA PARA COLUNA POSTERIOR SAFE
25351.575869/2010-81 / 10417940075
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3215585209

VOX MED COMERCIO E REPRESENTACÕES LTDA / 10.388.140/0001-32
PRÓTESE DE JOELHO SEM PRESERVAÇÃO DO LCP (LIGAMENTO CRUZADO POSTERIOR) UOC
25351.165926/2016-05 / 80794390008
80244 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão do método de esterilização / 2322305207

WERFEN MEDICAL LTDA / 02.004.662/0001-65
HEMOSIL RECOMBIPLASTIN 2G
25351.495082/2008-75 / 80003610194
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2969965207
HEMOSIL DIMERO D HS
25351.328234/2006-63 / 80003610152
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2999201200

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.869, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

bioteck industria, comercio, importação e exportação de implantes bio-absorviveis ltda / 06.232.491/0001-82
Parafuso Masterteck Prime
25351.579328/2020-57 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 1998114207
Âncora Impacteck Prime
25351.528533/2020-54 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 1840380208

EXPANSOR EQUIPAMENTOS ORTODONTICOS LTDA - ME / 62.308.390/0001-19
Âncora Expansor
25351.560137/2020-11 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 1938049206

KORAL PRODUTOS MÉDICOS CORRELATOS E DESCARTÁVEIS LTDA - EPP / 02.005.077/0001-80
ABSOCLEAR IV CHG
25351.049119/2020-83 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0229423201

LEALMEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA / 26.852.877/0001-02
POWERBONE FLEXIBLE
25351.560158/2020-37 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 1938103204
POWERBONE PUTTY
25351.555502/2020-76 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 1924156209
POWERBONE GRANULE
25351.560157/2020-92 /

80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 1938101208

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
Cimento Ósseo Radiopaco Antibiótico Simplex com Tobramicina
25351.445709/2016-06 / 80005430473
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão da indicação de uso, advertências, precauções ou contraindicações / 2668901204

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

Techimport Tecnologia em Implantes Ortopédicos Ltda - EPP / 15.524.734/0001-47
Parafuso IMF NE - Techimport
25351.603613/2020-04 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2078332209

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

TRAUMEDICA INSTRUMENTAIS E IMPLANTES LTDA - ME / 72.763.733/0001-99
Sistema de Fixação Rigida Traufoot
25351.560138/2020-66 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 1938051208

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.870, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob os números de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº do Processo	Expediente do Pedido de Desistência	Expediente da Petição	Assunto
ASSUT EUROPE LATINO AMERICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - 07.032.636/0001-64	25351.210059/2020-15	3217743/20-7	0880566/20-1	8433 - IVD - Registro de produto

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.871, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou notificação de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/notificação constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

CNPJ	Razão Social	do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
55979736000145	ALLIAGE S/A INDÚSTRIAS MÉDICO ODONTOLÓGICA	25351319417201736	2907916201	CÂMERA IN CAM LX	10069210064
10818693000188	BARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA.	25351377773201299	3215578206	Dispositivo para Infusão PowerLoc	80689090007
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351019161201401	2906206203	INSTRUMENTAIS C-THRU 1	80044680121
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351021019201411	2906485206	INSTRUMENTAIS SST NÃO ESTEREIS, NÃO ARTICULADOS, NÃO CORTANTES, SEM CONEXÃO COM EQUIPAMENTOS - BIOMET SPINE	80044680135
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351021020201485	2906225200	INSTRUMENTAIS C-THRU 5	80044680122
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351021029201427	2906308206	INSTRUMENTAIS C-THRU 3	80044680123
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351058950201266	2906367201	Instrumentais para Cirurgia de Coluna Polaris 5.5	80044680128
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351117147201287	2906623209	INSTRUMENTAIS PARA CIRÚRGIA DE COLUNA POLARIS	80044689015
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351217516201213	2906672207	Kit Instrumental Discectomia Posterior	80044689018
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351218134201326	2904908203	INSTRUMENTAIS DE DISCECTOMIA ANTERIOR	80044680096
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351234829201451	2906233201	Instrumentais MaxAn Green 1	80044680129
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351234851201493	2906402203	Instrumentais MAXAN Green 2	80044680130
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351272205201124	2906574207	KIT INSTRUMENTAL TRIVIUM DEROTATION	80044689005
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351275574201448	2906463205	Instrumentais C-Thru 2	80044680131
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351275591201401	2906469204	Instrumentais C-Thru 4	80044680132
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351289605201153	2906579208	KIT INSTRUMENTAL BALLISTA	80044689010
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351393842201206	2904866204	INSTRUMENTAIS ESTÉREIS MAXAN GREEN	80044680089
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351393852201211	2904259203	INSTRUMENTAIS ALTIUS M-INI	80044680088
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351393874201210	2906568202	INSTRUMENTAIS MAXAN GREEN	80044680141
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351431991201219	2904895208	Kit Instrumental Ballista Bridge	80044680090
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351621835201315	2905374209	INSTRUMENTOS ZYSTON CURVE	80044680111
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351622947201319	2905006205	CAIXAS CIRÚRGICAS PARA SISTEMAS DE COLUNA BIOMET	80044680106
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351622970201370	2904999207	GABARITOS ZYSTON AÇO INOXIDÁVEL	80044680107
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351622994201321	2905215207	GABARITOS ZYSTON TITÂNIO	80044680108
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351629918201393	2905239204	INSTRUMENTOS UNIVERSAIS ZYSTON	80044680109
02913684000148	BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA	25351629925201328	2905848201	INSTRUMENTAIS ZYSTON RETO	80044680110
02220795000179	BIOSYS LTDA	250000036179930	3234917203	AVITEX-RF	10350840050
02220795000179	BIOSYS LTDA	250000042059916	3235134208	AVITEX ASO	10350840055
02220795000179	BIOSYS LTDA	250000084219903	3234895209	AVITEX-IM	10350840051
02220795000179	BIOSYS LTDA	250000084229968	3235027209	AVITEX-SLE	10350840052
50595271000105	BIOTRONIK COMERCIAL MÉDICA LTDA.	25351442169201602	3184905209	QUBIC RF - GERADOR DE RF PARA ABLAÇÃO CARDÍACA POR RF	80224390266
27011022000103	BL INDÚSTRIA OTICA LTDA	25351430087201400	2982893207	INSTRUMENTAIS PARA MICROCIRURGIA OFTALMOLÓGICA - LINHAS PNEUMÁTICAS	80136060195
01513946000114	BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA	25351300179200728	3217385207	ELETRODO EASYTRAK 3	10341350512
07430231000184	CMW SAUDE E TECNOLOGIA IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA - ME	25351675777201012	2945125206	CRYOS SAFE	80430089002
07430231000184	CMW SAUDE E TECNOLOGIA IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO LTDA - ME	25351676165201092	2944794201	CRYOFLEX	80430089001

31116239000155	DENTSPLY IND.COM. LTDA	25351311811201417	2906873208	Triad Gel	80196889033
31116239000155	DENTSPLY IND.COM. LTDA	25351398775201451	2904455203	Sistema Triad	80196880263
11462456000190	DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	25351250615201552	3165344208	MULT DROGAS BIOCON	80638720056
11462456000190	DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	25351334547201032	3156307204	THC Test Biocon	80638720002
11462456000190	DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	25351335534201031	3165185202	Rotavirus Test Biocon	80638720003
11462456000190	DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	25351336315201011	3165673201	COC Test Biocon	80638720010
11462456000190	DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	25351372177201536	3183668202	D-Dímero Test Biocon	80638720060
11462456000190	DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME	25351372259201565	3183891200	H. pylori Test Biocon	80638720061
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351257948201813	2863559201	Human IgG1 Kit (for SPAPLUS)	81357320033
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351257987201811	2863861201	Hevylite Human IgA Lambda Kit (for SPAPLUS)	81357320035
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351257999201845	2864029202	Human IgG Kit (for SPAPLUS)	81357320036
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258002201874	2864179205	Lipoprotein (a) Kit (for SPAPLUS)	81357320037
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258046201802	2864309207	Human Microalbumin Kit for SPAPLUS	81357320038
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258060201806	2864787204	Human IgA2 Kit (for SPAPLUS)	81357320040
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258064201886	2864340202	SPAPLUS SAMPLE DILUENT 2	81357320039
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258085201800	2865056205	Human IgA1 Kit (for SPAPLUS)	81357320042
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258086201846	2865150202	Freelite Human Kappa Free Kit (IM)	81357320043
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258110201847	2864933208	Human IgD Kit (for SPAPLUS)	81357320041
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258354201820	2865269200	Freelite Human Kappa Free Kit (T)	81357320044
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258357201863	2865407202	Human IgG CSF Kit (for SPAPLUS)	81357320045
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258443201876	2865507209	Full Range C-Reactive Protein Kit (for SPAPLUS)	81357320046
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258466201881	2865647204	Freelite Human Lambda Free Kit for use on the Roche cobas c Systems	81357320047
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258524201876	2865827202	Hevylite Human IgG Lambda Kit (for SPAPLUS)	81357320048
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258554201882	2865863209	Freelite Human Kappa Free Kit for use on the Roche cobas c Systems	81357320049
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258559201813	2865878207	Human Albumin CSF Kit (for SPAPLUS)	81357320050
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258701201814	2866044207	Human IgG3 Kit (for SPAPLUS)	81357320051
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258732201875	2866138209	IgG3 Kit (IM)	81357320053
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258764201871	2866154201	Human IgG4 Kit (for SPAPLUS)	81357320056
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258765201815	2867001209	Human IgA Kit (for SPAPLUS)	81357320057
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258778201894	2867009204	Rheumatoid Factor Kit for SPAPLUS	81357320061
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258808201862	2867004203	Human IgM Kit (for SPAPLUS)	81357320058
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258817201853	2867007208	Human C4 Kit (for SPAPLUS)	81357320060
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258836201880	2867273209	Human Haptoglobin Kit (for SPAPLUS)	81357320063
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258849201859	2867181203	Human CH50 reagent pack for use on the SPAPLUS	81357320062
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258872201843	2867540201	Hevylite Human IgA Kappa Kit (for SPAPLUS)	81357320064
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258903201866	2867543206	Human Caeruloplasmin Kit (for SPAPLUS)	81357320065
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258907201844	2867650205	Human IgA CSF Kit (for SPAPLUS)	81357320066
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258911201811	2867777203	Apolipoprotein B Kit (for SPAPLUS)	81357320067
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258915201891	2867785204	Human Prealbumin Kit (for SPAPLUS)	81357320068
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258922201892	2872306206	Hevylite Human IgG Kappa Kit (for SPAPLUS)	81357320070
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351258926201871	2872250207	Human C3c Kit (for SPAPLUS)	81357320069
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351264868201814	2872373202	IgG1 Kit (IM)	81357320071
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351264949201814	2872445203	Freelite Human Lambda Free Kit (for use on the SPAPLUS) - I	81357320072
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351264959201850	2872460207	Freelite Human Kappa Free Kit (for use on the SPAPLUS) - I	81357320073
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265049201894	2872532208	Freelite Lambda Free Kit (B)	81357320075
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265077201810	2872539205	IgG4 Kit (IM)	81357320076
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265106201835	2873129208	Human B2 Microglobulin Latex Enhanced Kit for Use on SPAPLUS	81357320077
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265128201803	2873323201	Human B2 Microglobulin Urine Kit for SPAPLUS	81357320080
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265161201825	2878095207	Freelite Human Lambda Free Kit (IM)	81357320081

23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265171201861	2878100207	Human IgG2 Kit (for SPAPLUS)	81357320082
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265194201875	2878194205	Freelite Human Lambda Free Kit (T)	81357320084
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265260201815	2878285202	IgG2 Kit (IM)	81357320085
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265281201822	2878393200	Freelite Kappa Free Kit (B)	81357320088
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265395201872	2878494204	Human IgE for Use on SPAPLUS	81357320090
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265694201815	2878509206	Human Alfa 2-Macroglobulin Kit for SPAPLUS	81357320091
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265715201894	2878605200	Hevylite Human IgM Lambda Kit (for SPAPLUS)	81357320092
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265724201885	2878622200	Human Alfa 1-Antitrypsin Kit (for SPAPLUS)	81357320093
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265726201874	2878713207	Hevylite Human IgM Kappa Kit (for SPAPLUS)	81357320094
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265732201821	2878912201	Human Albumin Kit (for SPAPLUS)	81357320096
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265740201878	2879097209	Human C1 Inactivator Kit (for SPAPLUS)	81357320098
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265750201811	2878829200	Apolipoprotein A1 Kit (for SPAPLUS)	81357320095
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265754201891	2879017201	Human CH50 controls for use on the SPAPLUS	81357320097
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265758201870	2879135205	Ferritin Kit (for SPAPLUS)	81357320099
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265767201861	2879222200	Freelite Human Lambda Free Kit (AU)	81357320100
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265769201850	2879235201	Freelite Human Kappa Free Kit (AU)	81357320101
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265773201818	2879118205	Human Alfa 1-Acid Glycoprotein Kit for SPAPLUS	81357320103
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265786201897	2879428201	Human Anti-Streptolysin O Kit for SPAPLUS	81357320104
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265793201899	2879486209	Human CH50 calibrator set for use on the SPAPLUS	81357320105
23119193000108	Diamedica Importação e Exportação de Produtos para Laboratório Ltda. - ME	25351265902201878	2879615202	Human IgM CSF Kit (for SPAPLUS)	81357320107
13558813000143	DPS - Distribuição Indústria Comércio Importação e Exportação de Produtos para Saúde LTDA.	25351307088202091	3164838200	Face Mask EVA	80861970038
13558813000143	DPS - Distribuição Indústria Comércio Importação e Exportação de Produtos para Saúde LTDA.	25351307090202060	3165660209	Face Mask PVC	80861970039
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351117707201325	2890720205	AFASTADOR DE TECIDOS MOLES THRUPORT PERIVUE	80219050144
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351153483201174	2890054205	INSTRUMENTAIS PORT ACCESS	80219050131
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351272474201211	2890204201	Instrumentais Reutilizáveis Edwards Não Articulados Não Cortantes	80219050142
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351273520201211	2890064202	Instrumentais Reutilizáveis Edwards Articulados Não Cortantes	80219050139
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351275134201212	2890086203	Instrumentais Reutilizáveis Edwards Articulados Cortantes	80219050141
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351326295201054	2890723200	SISTEMA RETRATOR MODELO RRA	80219050125
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351326341201063	2890296203	KIT RETRATATOR ATRIAL MODELO ARSL	80219050135
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351326527201010	2890282203	KIT RETRATOR ATRIAL MODELO ARS	80219050129
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351431862201271	2890793201	Bandejas de Esterilização	80219050145
05944604000100	EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA	25351654203201280	2890641201	KIT MEDIDOR EMBOL-X	80219050143
04967408000198	EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	25351577887200836	2943206205	BANDA PERIGÁSTRICA AJUSTÁVEL MIDBAND	80117580064
04967408000198	EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	25351691943201806	2982705201	Topaz System	80117580739
07427470000185	ENDOBRAX COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	25351092405201006	2943532203	SISTEMA DE ENDOSCOPIA	80393910009
05785287000126	ENDO-MASTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS OPTICOS E CIENTÍFICOS LTDA - EPP	25351714478201980	3231395201	Bolsa Segura para Trabalho e Coleta Endomaster	80533420091
00029372000140	GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25351091649201221	3088938203	ESTEIRA ERGOMETRICA T2100	80071260189
13640053000119	Halma Saúde e Ótica do Brasil Importação Exportação e Distribuição Ltda	25351532181201421	3042045208	OTOSCÓPIOS KEELER	80891620023
13640053000119	Halma Saúde e Ótica do Brasil Importação Exportação e Distribuição Ltda	25351536996201453	3042041205	RETINOSCÓPIOS KEELER	80891620024
13640053000119	Halma Saúde e Ótica do Brasil Importação Exportação e Distribuição Ltda	25351536997201482	3042059208	OFTALMOSCÓPIOS KEELER	80891620026
01390500000140	Intermedic Technology Importação e Exportação Ltda	25351277317200415	3231719201	SISTEMA DE FIXACAO EXTERNA STABLELOC	80094170010
28219442000142	PROMNI COMERCIO INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE APARELHOS P CORRECAO E DIAGNOSTICO DE DEFICIENCIAS FISICAS LTDA ME	25351059121201613	2972452200	PROTECT BAG	80112860007
28219442000142	PROMNI COMERCIO INDUSTRIA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE APARELHOS P CORRECAO E DIAGNOSTICO DE DEFICIENCIAS FISICAS LTDA ME	25351062273201218	2972888206	MEDICAV - MEDIDOR PARA IMPLANTE PENIANO	80112869001
60588803000130	RICHTER LTDA	25351008443201229	3237181201	Cânulas para Lipoaspiração com Cabo V	10343969001
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351425810201607	2988127207	156 - KIT CANULA PRP PRACTICAL SPRAY	80777280096
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351425893201606	2988358200	157 - KIT CANULA PRP PRACTICAL STD	80777280098
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351520285201515	2988123204	KIT CÂNULA PRP PRACTICAL	80777280092
13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351535795201113	2988039204	LÂMINA PARA SHAVER SETORMED MS	80777280005

13533397000129	SETORMED INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA- EPP	25351635679201459	2988047205	TORNIQUETE SETORMED	80777280029
02966317000102	STRYKER DO BRASIL LTDA	25351387827201217	3046116202	INSTRUMENTAL RP 360º	80005430283
10141389000149	TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA.	25351010561201379	2909396201	EXTRATOR ELETRÔNICO DE PLASMA - TERUMO	80554210022
10141389000149	TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA.	25351720816201314	2909521202	DESCONGELADOR DE PLASMA TERUMO BCT	80554210031
10141389000149	TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA.	25351245781201363	2944004201	CONJUNTO DE COLETA SPECTRA OPTIA	80554210024
10141389000149	TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA.	25351327819201071	2944099208	DISPOSITIVO DESCARTÁVEL TRIMA ACCEL - PLASMA, HEMÁCIA E PLAQUETAS	80554210010
10141389000149	TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA.	25351328777201016	2944015207	DISPOSITIVO DESCARTÁVEL PARA TROCA TERAPÊUTICA SPECTRA OPTIA	80554210003
03129105000133	TERUMO MEDICAL DO BRASIL LTDA.	25351497308201705	2874825205	DISPOSITIVO PARA SELAMENTO DE PUNÇÃO HEMOSTÁTICA ANGIO-SEAL STS PLUS (8F)	80012280196
03129105000133	TERUMO MEDICAL DO BRASIL LTDA.	25351497399201706	2874906205	DISPOSITIVO PARA SELAMENTO DE PUNÇÃO HEMOSTÁTICA ANGIO-SEAL STS PLUS (6F)	80012280199
35820448000136	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.	25351124045201503	2891600200	Humidificador e Aquecedor de Ar	10345330006

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.893, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, com validade de 1(um) ano em atenção ao art. 8º e ao art. 10 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 349, de 19 de março de 2020, conforme anexo

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

D&I COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. / 18.552.169/0001-10
Ventilador Pulmonar Aria 104
25351.958134/2020-14 / 81178350030
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3137716205

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MARIMAX COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAUDE E VETERINARIOS EIRELI - ME / 20.339.865/0001-94
MONITOR DE PACIENTE
25351.910278/2020-90 / 81449010002
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2998824201

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.894, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

_____

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

ABBOTT DIAGNOSTICOS RAPIDOS S.A. / 50.248.780/0001-61
Família ID NOW COVID-19
25351.855578/2020-07 / 10071770914
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2844229206

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

G TRADING COMERCIO EXTERIOR HQ LTDA / 04.504.200/0001-32
GenBody COVID-19 AG
25351.935535/2020-04 / 80179010004
8433 - IVD - Registro de produto / 3072887208

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
MAGLUMI® SARS-CoV-2 S-RBD IgG (CLIA)
25351.949736/2020-81 / 80102512587
8433 - IVD - Registro de produto / 3118225209

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.833, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) pós-emergência para a cultura do trigo, com LMR de 0,03 mg/kg e IS de 95 dias, na monografia do ingrediente ativo Saflufenacil, código S-16, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.834, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do arroz, com LMR de 0,01 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego, modalidade de emprego (aplicação) Tratamento de sementes, na monografia do ingrediente ativo C74 - CIANTRANILIPROLE, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.835, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) tratamento de sementes para a cultura da soja, com a manutenção do LMR de 0,02 mg/kg e IS "Não determinado devido a modalidade de emprego", na monografia do ingrediente ativo A02 - ACEFATO, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.836, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura do abacaxi, mamão e manga, com LMR de 6,0 mg/Kg, e IS não determinado devido à modalidade de emprego, na modalidade de emprego (aplicação) Pós colheita; Incluir a cultura da banana com LMR de 30,0 mg/Kg e IS não determinado devido à modalidade de emprego, na modalidade de emprego (aplicação) Pós colheita e Alterar o LMR da cultura do citros, de 0,3 mg/kg para 8,0 mg/kg, mantendo o IS de 3 dias, na modalidade de emprego (aplicação) Foliar e Incluir a modalidade de emprego (aplicação) pós-colheita com LMR de 8,0 mg/kg e IS não determinado devido à modalidade de emprego (aplicação) pós-colheita, na monografia do ingrediente ativo F49 - Fludioxonil, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.837, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a monografia do ingrediente ativo H19 Habrobracon hebetor, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.838, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a monografia do ingrediente ativo F73 - Fenpirazamina, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.839, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR da cultura do algodão, de 0,5 mg/kg para 0,9 mg/kg, mantendo o IS de 28 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar e alterar o LMR da cultura do café, de 0,08 mg/kg para 0,5 mg/kg, mantendo o IS de 15 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar e incluir a Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,05 mg/Kg p.c. (fonte: EFSA 08), na monografia do ingrediente ativo T46 - TETRACONAZOL, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.840, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR da cultura do algodão, de 0,2 mg/kg para 8,0 mg/kg, mantendo o IS de 14 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar e alterar o LMR da cultura do café, de 0,2 mg/kg para 1,5 mg/kg, e alterar o IS de 28 dias para 21 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar e incluir a Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,1 mg/Kg p.c. (fonte: JMPR, 2005) no item k, na monografia do ingrediente ativo T14-TIOFANATO-METÍLICO, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.841, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a modalidade de emprego (aplicação) foliar com IS de 40 dias e alterar o LMR de 0,02 para 0,15 mg/kg para a cultura da cana-de-açúcar, na monografia do ingrediente ativo B26 - BIFENTRINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.842, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas de plantas ornamentais, com LMR e IS "Uso não alimentar", modalidade de emprego (aplicação) pós-emergência, na monografia do ingrediente ativo F23.1 - FLUASIFOPE-P-BUTÍLICO, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.843, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar do IS de 28 para 7 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar e incluir a modalidade de emprego (aplicação) maturador, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 7 dias, ambas na cultura da maçã, na monografia do ingrediente ativo A48.1-CLORIDRATO DE AVIGLICINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.844, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR da cultura do feijão de 0,03 mg/kg para 0,06 mg/kg e da cultura do tomate de 0,3 mg/kg para 0,5 mg/kg; incluir as frases: a)" Obs.: Para fins de definição de resíduos para conformidade com o LMR será considerado o ingrediente espiromesifeno e para a avaliação do risco dietético: espiromesifeno e seu metabólito espiromesifeno-enol, expresso como espiromesifeno"; b) "Dose de Referência Aguda (DRfA): Não aplicável (fonte: JMPR*, 2016)" e, c) "* Joint FAO/WHO Meeting on Pesticide Residues (Comitê de Especialistas FAO/OMS sobre Resíduos de Agrotóxicos)" na monografia do ingrediente ativo E26 - ESPIROMESIFENO, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.845, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o Intervalo de Segurança de 14 para 1 dia na cultura da cebola e altera o LMR de 0,05 para 0,1 mg/kg na cultura do arroz, ambas na modalidade de emprego (aplicação) foliar, incluir a frase: Dose de Referência Aguda (DRfA) = DRfA: 0,04 mg/kg p.c. (Fonte: JMPR, 2006) e a frase: * The Joint FAO/WHO Meeting on Pesticide Residues (Comitê de Especialistas FAO/OMS sobre Resíduos de Agrotóxicos), na monografia do ingrediente ativo C61 - BETA-CIFLUTRINA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO - RE Nº 3.846, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas: milheto e sorgo, com LMR de 0,1 mg/kg e IS de 30 dias, na modalidade de emprego (aplicação) foliar, na monografia do ingrediente ativo Propiconazol, código P21, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.847, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a monografia para o ingrediente ativo B44 - BACILLUS SUBTILIS, atualizando a classificação taxonômica, informações toxicológicas e adaptar o texto ao novo modelo aprovado para monografias de produtos microbiológicos, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE nº 531 de 9 fevereiro de 2011, DOU de 11 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.848, DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir as culturas: milheto e sorgo, com LMR de 0,05 mg/kg e IS de 84 dias, modalidade de emprego (aplicação) pós-emergência, na monografia do ingrediente ativo C49 - CARFENTRAZONA-ETÍLICA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.849, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Incluir a cultura da duboisia, com LMR e IS "Uso não alimentar", modalidade de emprego (aplicação) pós-emergência, na monografia do ingrediente ativo D21.1 - DIBROMETO DE DIQUATE, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.850, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o LMR de 0,1 para 0,2 mg/kg para a cultura do café, nas modalidades de emprego (aplicação) foliar e solo e inclui o item: l) Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,06 mg/kg p.c. (Fonte: JMPR*, 2010), na monografia do ingrediente ativo C36 - CIPROCONAZOL, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.851, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar na cultura da soja o LMR de 0,1 mg/kg para 0,4 mg/kg e incluir as frases: a) "Dose de Referência Aguda (DRfA) = 0,1 mg/kg p.c. (Fonte: JMPR*, 2007)" e, b) "* The Joint FAO/WHO Meeting on Pesticide Residues (Comitê de Especialistas FAO/OMS sobre Resíduos de Agrotóxicos)", na monografia do ingrediente ativo P33 - PROCIMIDONA, na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e

Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º Disponibilizar o conteúdo da referida monografia no endereço eletrônico: http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/agrotoxicos/produtos/monografia-de-agrotoxicos/autorizadas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.880, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

COCAPEC COOP DE CAFEICULTORES E AGROPEC LTDA / 54.772.017/0001-96
BIOISCA NA
25351.011742/2017-04
5016 - PRODUTO DE USO NÃO AGRÍCOLA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0039005/17-4

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.881, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
AFFRONT
25351.681719/2017-35
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 22543284/17-8
CLASSE CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO - FAIXA AZUL
TRICLOPIR TÉCNICO ADAMA BR
25351.799581/2016-08
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1143552/16-6
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
ACRONIS UBS
25351.061681/2013-74
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0087404/13-3
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

BIORISK ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA / 08.911.564/0001-98
INDOXACARB TÉCNICO JINGBO
25351.807881/2018-02
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1136144/18-0
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

BRA DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 07.057.944/0001-44
BIFENTRINA TÉCNICO MI-BRA
25351.045349/2020-73
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0215059/20-4
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

BRA DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 07.057.944/0001-44
TIODICARBE TÉCNICO BRA
25351.013246/2015-75
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0020169/15-3
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

CCAB AGRO S.A. / 08.938.255/0001-01
ACETAMIPRID CCAB 200 SP II
25351.740978/2015-98
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1054476/15-3
CLASSE CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO - FAIXA AZUL
TRINEXAPAC TÉCNICO CCAB II
25351.115050/2017-01
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0337885/17-5
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

CROPCHEM LTDA / 03.625.679/0001-00
TIODICARBE TÉCNICO SN-CROPCHEM
25351.693394/2014-79
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1023057/14-2
CLASSE CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

DILLON BIOTECNOLOGIA LTDA / 14.698.067/0001-56
BACTEL
25351.357291/2020-16
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 1322995/20-6
CLASSE NÃO CLASSIFICADO

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA / 47.180.625/0001-46
COMBINADO
25351.006930/2012-78
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 0009847/12-7
CLASSE CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO - FAIXA AZUL

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS / 61.142.550/0001-30
SONDA TÉCNICO
25351.746047/2015-26
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1062417/15-1
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

OURO FINO QUIMICA LTDA / 09.100.671/0001-07
TIODICARBE TÉCNICO OURO FINO
25351.660968/2014-11
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0977117/14-4
CLASSE CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

OURO FINO QUIMICA LTDA / 09.100.671/0001-07
TRINEXAPAQUE-ETÍLICO TÉCNICO OF
25351.695229/2014-71
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1025495/14-1
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

PONTIX BRASIL CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - ME / 09.258.268/0001-00
BIOBAC-T
25351.854849/2020-07
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 2841986/20-9
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

ROTAM DO BRASIL AGROQUÍMICA E PRODUTOS AGRICOLAS / 05.772.606/0001-69
THIODICARB TÉCNICO RTM
25351.611239/2014-64
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0907084/14-2
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
RIDOMIL GOLD MZ 680 WG
25351.880118/2008-16
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 376894/08-5
CLASSE CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO - FAIXA AZUL

SIPCAM UPL BRASIL S.A. / 23.361.306/0001-79
S-METALOCLORO TÉCNICO SNB
25351.371239/2017-51
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1362330/17-3
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

TOPBIO - INSUMOS BIOLÓGICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. / 22.296.945/0001-35
ORINS
25351.713600/2020-34
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 2418060/20-9
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

TRADECORP DO BRASIL COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA / 04.997.059/0001-57
TRINEXAPAQUE-ETÍLICO SAPEC TÉCNICO
25351.541486/2013-99
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0773901/13-0
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
2,4D TÉCNICO UPL
25351.130031/2014-08
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0176447/14-1
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.882, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
TROP
25000.003802/95-28

5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI (CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE) - MINOR CROPS, 2889541/20-7

BIO CONTROLE - MÉTODOS DE CONTROLE DE PRAGAS LTDA / 01.841.604/0001-23
THURICIDE
25000.009967/90-26
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 1495627/20-9

DINAGRO AGROPECUÁRIA LTDA / 55.991.921/0001-55
FORMICIDA GRANULADO DINAGRO D
25991.007498/80
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 0454399/19-8

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. / 04.136.367/0001-98
PREMIO
25351.557090/2007-31
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 1581692/20-0

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS / 61.142.550/0001-30
ELEITTO
25351.004208/2015-63
5044 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE INTERVALO DE SEGURANÇA, 1592505/20-1

LABORATORIO DE BIO CONTROLE FARROUPILHA LTDA / 07.983.734/0001-87
GRANADA
25351.103802/2014-73
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 1997758/20-2

LABORATORIO DE BIO CONTROLE FARROUPILHA LTDA / 07.983.734/0001-87
OPALA
25351.253470/2014-42
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 1994733/20-9

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
ATRAZINA TÉCNICA NORTOX
25000.015672/94-31
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 2388760/19-4

SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA / 42.462.952/0001-77
PROMALIN
25000.024408/99-48
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 1314658/16-1

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
TRUZON
25351.578499/2013-94
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI (CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE) - MINOR CROPS, 2485736/20-1

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
UNIX 750 WG
25000.026956/98-11
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI (CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE) - MINOR CROPS, 2290293/20-2

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
OMITE 720 CE
25351.319780/2005-22
5051 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE RÓTULO E BULA, 2452754/20-0

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
OMITE 720 CE
25351.319780/2005-22
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 0455822/19-2

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.883, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, objeto de decisão judicial (Processo Judicial Originário n. 1043088-90.2020.4.01.340 - Agravo de Instrumento n. 1027113-43.2020.4.01.0000 - Seção Judiciária do Distrito Federal, NUP: 00424.110020/2020-69) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto ARREMATE.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ADAMA BRASIL S.A. / 02.290.510/0001-76
ARREMATE
25351. 694587/2018-92
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0968333/18-0
CATEGORIA 4: PRODUTO POUCO TÓXICO

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.852, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: AMANGIO INDUSTRIA QUIMICA EIRELi
AUTORIZAÇÃO: 3.08965-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX GRILL CARBO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376454/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0003.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX GRILL CARBO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376454/2020-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0003.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX FRIGOLAT HS 50
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376456/2020-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0005.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX FRIGOLAT HS 50
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376456/2020-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0005.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX FRIGOLAT 1200
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376481/2020-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0002.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX FRIGOLAT 1200
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376481/2020-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0002.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX ALCALI
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376486/2020-57
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0004.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE CARTOLINA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX ALCALI
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376486/2020-57
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0004.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX SW 30
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376488/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0006.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX SW 30
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376488/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0006.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX ALCLOR

NUMERO DE PROCESSO: 25351.376490/2020-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0007.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX ALCLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376490/2020-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0007.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX FOAM CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376509/2020-23
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0008.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE CARTOLINA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPEX FOAM CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.376509/2020-23
NUMERO DE REGISTRO: 3.8965.0008.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BANDEJA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: American Nutrients do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.05522-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANTOTREX
VERSÃO: BUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.706204/2019-17
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2009327/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANTOTREX
VERSÃO: BUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.706204/2019-17
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2009327/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANTOTREX
VERSÃO: BUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.706204/2019-17
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2009327/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANTOTREX
VERSÃO: BUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.706204/2019-17
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2009327/20-9

_ _

NOME DA EMPRESA: ANTARES QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02471-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA - ANTARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.293697/2010-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.2471.0006.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3198558/19-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA - ANTARES
NUMERO DE PROCESSO: 25351.293697/2010-02
NUMERO DE REGISTRO: 3.2471.0006.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3198558/19-1

_ _

NOME DA EMPRESA: BASF S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.00404-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SETTMILL - ACID CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.092510/2010-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0404.0034.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3272441/19-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SETTMILL - ACID CLEANER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.092510/2010-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0404.0034.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3272441/19-1

_ _

NOME DA EMPRESA: BTA ADITIVOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04585-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS ACID 210
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.500359/2020-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0026.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS ACID 210
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.500359/2020-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0026.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS ACID 210
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.500359/2020-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0026.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS ACID 210
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.500359/2020-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0026.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: Ceras Johnson Ltda
AUTORIZAÇÃO: 3.00063-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PATO CLORO GEL JOHNSON
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.467812/2020-34
NUMERO DE REGISTRO: 3.0063.0637.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

_ _

NOME DA EMPRESA: C.R. SILVA INDUSTRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08922-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: BUGATTI - SEM CONTAT 388
NUMERO DE PROCESSO: 25351.433648/2020-61
NUMERO DE REGISTRO: 3.8922.0004.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: BUGATTI - SEM CONTAT 388
NUMERO DE PROCESSO: 25351.433648/2020-61
NUMERO DE REGISTRO: 3.8922.0004.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LM 1/40
NUMERO DE PROCESSO: 25351.433651/2020-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.8922.0005.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: DE SANGOSSE AGROQUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02233-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: MALATHION 500 CE NITROSIN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.279938/2004-33
NUMERO DE REGISTRO: 3.2233.0056.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2025
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0748657/20-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: MALATHION 500 CE NITROSIN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.279938/2004-33
NUMERO DE REGISTRO: 3.2233.0056.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2025
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS

ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0748657/20-0

_ _

NOME DA EMPRESA: DISPROSUL - INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DO SUL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09306-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DHJ 20 -DX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.592921/2020-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.9306.0001.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DHJ 20 -DX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.592921/2020-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.9306.0001.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DHJ 20 -DX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.592921/2020-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.9306.0001.003-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: Douglas de Abreu EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.01346-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: EUCALÍPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: EUCALÍPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: EUCALÍPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.003-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: JASMIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.004-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: JASMIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.005-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: JASMIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.006-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.007-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.008-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.009-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.010-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.011-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.012-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.013-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.014-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: HERBAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.015-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.016-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.017-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.018-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO

VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.019-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.020-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.021-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: CAPIM LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.022-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: CAPIM LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.023-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: CAPIM LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.024-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: DAMA DA NOITE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.025-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: DAMA DA NOITE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.026-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: DAMA DA NOITE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.027-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: ALGAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.028-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: ALGAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.029-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: ALGAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.030-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.031-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.032-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DE USO GERAL GÊNIO
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667015/2014-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.1346.0012.033-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 12/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1928774/20-2

_ _

NOME DA EMPRESA: ECO FESST QUIMICA, INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09286-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO ORGÂNICO GRANULADO KEEP CLOR SOFT LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.472532/2020-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.9286.0001.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3884 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Piscinas
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO ORGÂNICO TABLETE KEEP CLOR MULTIAÇÃO MIX LINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.472572/2020-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.9286.0002.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3884 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Piscinas
NOME DO PRODUTO E MARCA: REDUTOR DE PH E ALCALINIDADE PREMIUM KEEP CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.472579/2020-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.9286.0003.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222037 NEUTRALIZADOR DE RESÍDUO ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: ELFEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05215-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LDC 30
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.508554/2020-53
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0062.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LDC 30
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.508554/2020-53
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0062.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LDC 30
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.508554/2020-53
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0062.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LDC 30
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.508554/2020-53
NUMERO DE REGISTRO: 3.5215.0062.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030

APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

---

NOME DA EMPRESA: EVALAR ABC QUIMICA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02905-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROSANI REMOX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131106/2020-57
NUMERO DE REGISTRO: 3.2905.0033.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3102033 DETERGENTE ANTIFERRUGINOSO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROSANI REMOX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131106/2020-57
NUMERO DE REGISTRO: 3.2905.0033.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3102033 DETERGENTE ANTIFERRUGINOSO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSOAP EVALAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131142/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2905.0034.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: INSOAP EVALAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.131142/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2905.0034.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

---

NOME DA EMPRESA: GÁVEA QUÍMICA DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04568-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: FOAM CHLOR GÁVEA
VERSÃO: FOAM CHLOR GÁVEA - 1L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.477254/2020-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.4568.0018.001-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO + FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 4 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Indústria Alimentícia e Afins
NOME DO PRODUTO E MARCA: FOAM CHLOR GÁVEA
VERSÃO: FOAM CHLOR GÁVEA - 5L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.477254/2020-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.4568.0018.002-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO + GALAO
VALIDADE DO PRODUTO: 4 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Indústria Alimentícia e Afins
NOME DO PRODUTO E MARCA: FOAM CHLOR GÁVEA
VERSÃO: FOAM CHLOR GÁVEA - 20L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.477254/2020-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.4568.0018.003-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 4 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Indústria Alimentícia e Afins
NOME DO PRODUTO E MARCA: FOAM CHLOR GÁVEA
VERSÃO: FOAM CHLOR GÁVEA - 50L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.477254/2020-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.4568.0018.004-3
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 4 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Indústria Alimentícia e Afins

---

NOME DA EMPRESA: GHS INDUSTRIA E SERVICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05059-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: BIOTEC 35
NUMERO DE PROCESSO: 25351.078744/2015-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.5059.0006.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3115570/19-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: BIOTEC 35
NUMERO DE PROCESSO: 25351.078744/2015-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.5059.0006.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205045 DESINFETANTE PARA PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3115570/19-7

NOME DA EMPRESA: G5 INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08727-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-601 - CAR ÁCIDO
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.420567/2020-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0019.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-601 - CAR ÁCIDO
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.420567/2020-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0019.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: G5-601 - CAR ÁCIDO
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.420567/2020-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.8727.0019.003-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

---

NOME DA EMPRESA: Higiemaster Sul Industria e Comércio de Saneantes - Eireli-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06960-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: HALITEC PRO30.06
NUMERO DE PROCESSO: 25351.524543/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.6960.0038.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3879 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Hortifrutícolas

---

NOME DA EMPRESA: INNOVATIVE WATER CARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS BRASIL LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.00388-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH PRO REDUCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.413665/2017-75
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0068.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 11/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300217 PRODUTO PARA TRATAMENTO DE PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1683968/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH PRO REDUCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.413665/2017-75
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0068.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 11/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300217 PRODUTO PARA TRATAMENTO DE PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1683968/20-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: HTH PRO REDUCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.413665/2017-75
NUMERO DE REGISTRO: 3.0388.0068.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 11/2027
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300217 PRODUTO PARA TRATAMENTO DE PISCINAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 396 REG. SANEANTES - Alteração (Inclusão Ou Exclusão) de Fabricante
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1683968/20-4

NOME DA EMPRESA: ITAQUIMICA COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI ME
AUTORIZAÇÃO: 3.04981-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ITA CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.578579/2020-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.4981.0008.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: ITA CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.578579/2020-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.4981.0008.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: ITA CLORO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.578579/2020-14
NUMERO DE REGISTRO: 3.4981.0008.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL

ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

_ _

NOME DA EMPRESA: JUGATHA IND. E COM. DE PROD. QUÍMICOS LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02842-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% JUGATHA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.144750/2017-09
NUMERO DE REGISTRO: 3.2842.0011.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1113987/20-1

_ _

NOME DA EMPRESA: MAKROQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01392-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: NEUKLIN - RG 390
NUMERO DE PROCESSO: 25351.044368/2010-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1392.0035.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3040158/19-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: NEUKLIN - RG 390
NUMERO DE PROCESSO: 25351.044368/2010-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1392.0035.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3040158/19-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ZICKS - SPS 500
NUMERO DE PROCESSO: 25351.165800/2015-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1392.0048.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3040119/19-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ZICKS - SPS 500
NUMERO DE PROCESSO: 25351.165800/2015-28
NUMERO DE REGISTRO: 3.1392.0048.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3040119/19-4

_ _

NOME DA EMPRESA: MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02747-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETER AL QUATER
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.435121/2020-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0162.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Indústria Alimentícia e Afins
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETER AL QUATER
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.435121/2020-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0162.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3883 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Indústria Alimentícia e Afins

_ _

NOME DA EMPRESA: MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00546-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: SAMPROX-H 3,5%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.188050/2019-79
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3163.001-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 05/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3204014 ESTERILIZANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0978111/20-1

_ _

NOME DA EMPRESA: NCH DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00045-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SUPER CHEMZYME IV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.162189/2020-26
NUMERO DE REGISTRO: 3.0045.0252.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211020 PRODUTO BIOLÓGICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3892 Registro de Produto de Risco 2 - Produto Biológico
NOME DO PRODUTO E MARCA: SUPER CHEMZYME IV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.162189/2020-26
NUMERO DE REGISTRO: 3.0045.0252.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211020 PRODUTO BIOLÓGICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3892 Registro de Produto de Risco 2 - Produto Biológico
NOME DO PRODUTO E MARCA: SUPER CHEMZYME IV
NUMERO DE PROCESSO: 25351.162189/2020-26
NUMERO DE REGISTRO: 3.0045.0252.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211020 PRODUTO BIOLÓGICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3892 Registro de Produto de Risco 2 - Produto Biológico
NOME DO PRODUTO E MARCA: FREE FLOW LIQUID
NUMERO DE PROCESSO: 25351.207375/2020-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.0045.0253.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211020 PRODUTO BIOLÓGICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3892 Registro de Produto de Risco 2 - Produto Biológico

_ _

NOME DA EMPRESA: PIRISA PIRETRO INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00262-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SET INSET AÇÃO TOTAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.533146/2011-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.0262.0058.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2027
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2010532/20-1

_ _

NOME DA EMPRESA: plennolabor indústria e comércio ltda epp
AUTORIZAÇÃO: 3.07070-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAX TR PLENNO
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.381289/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.7070.0003.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAX TR PLENNO
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.381289/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.7070.0003.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAX TR PLENNO
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.381289/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.7070.0003.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAX TR PLENNO
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.381289/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.7070.0003.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAX TR PLENNO
VERSÃO: TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.381289/2020-50
NUMERO DE REGISTRO: 3.7070.0003.005-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO OPACO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: proliser produtos de limpeza fernandes ltda
AUTORIZAÇÃO: 3.04412-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE CLORADO REALEZA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.186518/2015-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.4412.0003.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 334 REG. SANEANTES - Revalidação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3373324/19-4

_ _

NOME DA EMPRESA: SANDET QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00970-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: SANDET 790
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.503945/2020-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0115.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: SANDET 790

VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.503945/2020-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0115.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: SANDET 790
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.503945/2020-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0115.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: SANDET 790
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.503945/2020-81
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0115.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3101010 DETERGENTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: X4 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504010/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0114.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: X4 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504010/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0114.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: X4 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504010/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0114.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: X4 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504010/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0114.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: X4 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504010/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0114.005-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: X4 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504010/2020-12
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0114.006-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LM 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504016/2020-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0116.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LM 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504016/2020-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0116.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LM 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504016/2020-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0116.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LM 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504016/2020-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0116.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LM 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504016/2020-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0116.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
NOME DO PRODUTO E MARCA: LM 200
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.504016/2020-90
NUMERO DE REGISTRO: 3.0970.0116.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres

_ _

NOME DA EMPRESA: Servklin Produtos de Limpeza Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.05620-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: DOVENE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.005-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: DOVENE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.006-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.007-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL

ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.008-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.009-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRUTUS MEGAKLIN
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.635769/2020-46
NUMERO DE REGISTRO: 3.5620.0007.010-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DA EMPRESA: SIGMA AREAL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS E SANEANTES EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.06842-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO ASTRO
VERSÃO: CLORO ASTRO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.271789/2020-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.6842.0003.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLORO ASTRO
VERSÃO: CLORO ASTRO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.271789/2020-84
NUMERO DE REGISTRO: 3.6842.0003.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3882 Registro de Produto de Risco 2 - Desinfetante para Uso Geral

NOME DA EMPRESA: WALTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04754-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: POWER CLEANER 100
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352405/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0009.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO COM GATILHO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2107357/20-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: POWER CLEANER 100
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352405/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0009.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2107357/20-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: POWER CLEANER 100
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352405/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0009.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2107357/20-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: POWER CLEANER 100
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352405/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0009.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2029
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2107357/20-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: POWER CLEANER 100
NUMERO DE PROCESSO: 25351.352405/2014-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.4754.0009.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2029
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 4300213 DETERGENTE PARA USO ESPECÍFICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2107357/20-0

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.853, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: EVC INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04024-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALUMAX
VERSÃO: ALUMAX 5L
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602950/2020-76
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: PRIZM
VERSÃO: PRIZM 500ML
NUMERO DE PROCESSO: 25351.602953/2020-18
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222028 LIMPA VIDROS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 387 Registro de Produto de Risco 2 - Detergentes e Congêneres
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.854, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos saneantes de risco 2, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: HIGIDET PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07555-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFECT PRO HIGIDET
VERSÃO: DESINFECT PRO HIGIDET
NUMERO DE PROCESSO: 25351.658994/2018-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.7555.0002.001-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2619806/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFECT PRO HIGIDET
VERSÃO: DESINFECT PRO HIGIDET
NUMERO DE PROCESSO: 25351.658994/2018-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.7555.0002.002-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2619806/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFECT PRO HIGIDET
VERSÃO: DESINFECT PRO HIGIDET
NUMERO DE PROCESSO: 25351.658994/2018-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.7555.0002.003-3
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2619806/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFECT PRO HIGIDET
VERSÃO: DESINFECT PRO HIGIDET
NUMERO DE PROCESSO: 25351.658994/2018-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.7555.0002.004-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses

CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2619806/20-8

NOME DA EMPRESA: JPB INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05192-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670648/2020-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670648/2020-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670648/2020-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670648/2020-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670648/2020-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670648/2020-41
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMIPROTECT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670649/2020-95
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMIPROTECT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670649/2020-95
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMIPROTECT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670649/2020-95
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMIPROTECT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670649/2020-95
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670650/2020-10
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670650/2020-10
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670650/2020-10
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670650/2020-10
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670650/2020-10
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670650/2020-10
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.670650/2020-10
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2

NOME DA EMPRESA: L&L DO BRASIL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.04830-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMIPROTECT
VERSÃO: FUMIPROTECT 50G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069780/2016-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0001.001-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012898/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMIPROTECT
VERSÃO: FUMIPROTECT 80G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069780/2016-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0001.002-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012898/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMIPROTECT
VERSÃO: FUMIPROTECT 400G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069780/2016-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0001.003-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012898/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMIPROTECT
VERSÃO: FUMIPROTECT 800G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069780/2016-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0001.004-3
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012898/20-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
VERSÃO: ULTRAD HA 16G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069786/2016-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0002.001-4
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027

APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012900/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
VERSÃO: ULTRAD HA 40G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069786/2016-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0002.002-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012900/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
VERSÃO: ULTRAD HA 80G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069786/2016-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0002.003-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012900/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
VERSÃO: ULTRAD HA 200G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069786/2016-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0002.004-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012900/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
VERSÃO: ULTRAD HA 400G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069786/2016-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0002.005-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012900/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ULTRAD HA
VERSÃO: ULTRAD HA 1000G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069786/2016-13
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0002.006-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012900/20-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
VERSÃO: FUMAGRI HA 16G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069847/2016-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0003.001-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012985/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
VERSÃO: FUMAGRI HA 40G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069847/2016-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0003.002-8
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012985/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
VERSÃO: FUMAGRI HA 80G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069847/2016-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0003.003-6
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012985/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
VERSÃO: FUMAGRI HA 200G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069847/2016-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0003.004-4
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012985/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
VERSÃO: FUMAGRI HA 400G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069847/2016-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0003.005-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012985/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
VERSÃO: FUMAGRI HA 1000G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069847/2016-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0003.006-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012985/20-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: FUMAGRI HA
VERSÃO: FUMAGRI HA SILO 16G
NUMERO DE PROCESSO: 25351.069847/2016-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.4830.0003.007-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: LATA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2012985/20-8
_ _
NOME DA EMPRESA: RIVEEN INDÚSTRIA DE COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS
AUTORIZAÇÃO: 3.06371-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA RIVEEN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.750678/2019-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.6371.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2485993/20-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA RIVEEN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.750678/2019-04
NUMERO DE REGISTRO: 3.6371.0001.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2485993/20-1

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.859, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

B&G Industria de Cosmeticos LTDA / 097.519.277/0001-67
GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR DE MÃOS 70ºINPM - FIXA COSMÉTICOS
25351.518275/2020-06 / 280610001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1810835/20-8

BIO EXTRATUS COSMETIC NATURAL LTDA / 002.176.615/0001-07
FLEX LIZZ CREME ALISAMENTO ANEETHUN
25351.448482/2020-88 / 227280094
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1594578/20-6

COSINTER INTERNACIONAL IND E COM COSMETICOS LTDA / 085.080.836/0001-04
PROTETOR SOLAR FPS 20 RED APPLE
25351.035741/2003-11 / 216760109
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 1467226/20-3
PROTETOR SOLAR FPS 20 RED APPLE
25351.035741/2003-11 / 216760109
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3229519/20-5

INSTITUTO BRASIL COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 004.658.623/0001-07
LOVE CARAMEL BODY'NKEY GEL ANTISSÉPTICO E DESODORIZANTE
25351.174403/2020-97 / 234630050
255 - REG. COSMÉTICOS - Retificação de Publicação de Registro / 2972861/20-5

LABORATÓRIO BRASILEIRO DE BIOLOGIA LTDA / 033.524.950/0001-74
ÁLCOOL EM GEL ANTISSÉPTICO 70% BOTAFOGO SEM ESSÊNCIA
25351.587696/2020-79 / 212770051
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2023407/20-6

Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda. / 022.966.065/0001-29
SPRAY REPELENTE DE INSETOS EXPERT TOTAL COM ICARIDINA 15%
25351.490338/2020-44 / 291200317

287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1725764/20-2

QUIMIDROL COMERCIO INDUSTRIA IMPORTACAO LTDA / 084.704.683/0001-58
GEL ANTISSEPTICO 70 QUIMIDROL
25351.444282/2020-56 / 417010001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1581638/20-5

RIOQUIMICA S.A. / 055.643.555/0001-43
RIOCARE GEL
25351.596568/2012-31 / 218690358
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 0991173/20-1
RIOCARE GEL
25351.596568/2012-31 / 218690358
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 1337732/20-6
RIOCARE GEL
25351.596568/2012-31 / 218690358
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 2501357/20-5
RIOCARE GEL
25351.596568/2012-31 / 218690358
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 2501440/20-0
RIOCARE GEL
25351.596568/2012-31 / 218690358
242 - REG. COSMÉTICOS - Alteração do Prazo de Validade de Produto Registrado / 2501465/20-2
RIOCARE GEL
25351.596568/2012-31 / 218690358
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3062422/20-3

TRIASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA / 005.123.710/0001-22
TRIAGEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
25351.308158/2020-28 / 235260018
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1179598/20-2

WHITE DO BRASIL INDUSTRIA DE COSMETICOS EIRELI / 011.287.350/0001-05
Álcool Gel - Truss
25351.499884/2020-41 / 265030001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1753517/20-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.865, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JÚNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

BELLA FLORENZA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP/ 2.07507-4
USE-LISS SELAGEM NATURAL MÁSCARA ORGÂNICA BELLA FLORENZA COSMÉTICOS
25351.307854/2018-01

BELLA-QUIMICA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA ME/ 2.05322-1
FASHION - SELANTE POTENCIALIZADOR PLATINUM - YBERA
25351.171805/2020-30

BIO INSTINTO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA -ME/2.05121-7
Liso Eterno Spray Condicionante 20 benefícios Mary Life
25351.135371/2019-71

BRUNO FELIPE MARTINS/ 2.05306-7
WALORY SMOOTH POWER HYDRATE - EFEITO LISO COM HIDRATAÇÃO
25351.200414/2018-15

COSMONEW INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/ 2.09035-6
NUTRI VIOLET DISPLINING TREATMENT - OXILLIS
25351.859665/2020-25
ORGANIC SMOOTH EFFECT TRATAMENTO ORGANICO PROTEICO
25351.741747/2019-81

DC BEAUTY COSMETICS LTDA ME/ 4.00051-0
JACQUES JANINE PROFESSIONAL - GEL ANTISSÉPTICO NEUTRO
25351.361138/2020-85

DOYTH COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA - ME/ 2.03826-1
Gel Higienizante para as mãos antisséptico Clean de 5,0 kg, 10,0 Kg, 12,5 Kg, 20,0 Kg, 30,0 Kg, 50,0 Kg, 100 Kg e 200 kg - Doyth
25351.436618/2020-15

FABIO ALVES MENDES-ME/ 4.02149-2
REESTRUTURADOR BCI BLINDAGEM CAPILAR INSTANTLY LOUCAS & LISAS
25351.810668/2020-61
REESTRUTURADOR BCI GOLD INSTANTLY EDITION LOUCAS & LISAS
25351.810676/2020-15

FENIX INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/ 2.08883-9
Máscara Capilar Condicionante ME LEVA Zap Cosméticos
25351.385382/2019-08

FRIELO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - ME/ 2.06637-7
FLUÍDO ROYAL CANADIAN SPA
25351.922463/2016-71
ONE STEP E ROYAL CANADIAN SPA
25351.922483/2016-91

GRAZIETE SOUZA DE MELO NUNES ME/ 2.08924-1
SOS BOTOX ORGANIC PROFESSIONAL ABSOLISS COSMETICS
25351.268073/2019-66

GRESPI INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA ME/ 2.05523-6
Tanino Plastia Brazilian Hair Tech
25351.418738/2019-99

HERDORA IND. IMP. E EXP. DE COSMETICOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA/ 4.00987-4
4 HOME HEALTH CARE ÁLCOOL GEL 70% ANTISSÉPTICO
25351.319846/2020-13

INDÚSTRIAS RAYMOUND´S LTDA/ 2.03156-6
Fluid Reductor Organic Smooth Hair
25351.488901/2015-83

INR CORPORATION IMPORTADORA LTDA/ 2.09649-8
SAI MOSQUITO BABYDEAS
25351.628031/2019-99

JCS INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS EIRELI/ 2.03808-9
REI DAS ESCOVAS ORGAN PRO MÁSCARA
25351.149232/2020-68

JG DA SILVA FILHO EIRELE - ME/ 2.06115-3
GEL ANTISSÉPTICO PROTECTGEL HIGIENIZADOR DE MÃOS HÁBITO COSMÉTICOS
25351.213162/2020-17

LA FORCE CREATIVE PRODUTOS NATURAIS LTDA/ 2.02929-0
SELANTE ORGÂNICO CARIBBEAN MUTARI
25351.178471/2013-04

LE PIERI COSMÉTICOS LTDA/ 2.02486-1
Tratamento Orgânico Intensivo Biotox BTX Floratrix
25351.101288/2020-31

L`AROMATIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA/ 2.07009-4
ESCOVA PROGRESSIVA HIDRA LISS - SOFICLAR
25351.243447/2017-04
ESCOVA PROGRESSIVA REALINHAMENTO 3D - EMMY PROFESSIONAL
25351.691651/2020-06

L & S BRASIL ABSOLUT-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA/ 2.04636-1
GEL ANTISSÉPTICO COM CLOREXIDINE SPA DA PELE
25351.408239/2011-15

LUVIK DO BRASIL LTDA/ 2.03750-7
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS VITASSEPT
25351.213189/2020-00

MG-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-EPP/ 2.03194-7
OURIBEL GEL PARA AS MÃOS ANTISSÉPTICO
25351.198303/2020-56

MORANDINI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME/ 2.05835-4
GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZANTE E HIDRATANTE TOOL BEAUTY
25351.235330/2020-17

Nova brasil sul indústria e comércio importação e exportação de cosméticos ltda/ 4.01388-1
Gel antisséptico para as mãos Yelsew
25351.198484/2020-11

ORIGINAL BEAUTY COSMETICOS EIRELI - EPP/ 2.05968-4
BIO FLOWERS - ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO - HIGIENIZADOR DE MÃOS 70 INPM
25351.379800/2020-53
ESCOVA PROGRESSIVA MATIZADORA STEP 2 ENCANTER
25351.662106/2019-61

PICCO PIONEER INDUSTRIA E COM. DE COSMETICOS LTDA/ 2.01503-1
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS DERMO MIL
25351.225474/2016-34

PINHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. - ME/ 2.04227-8
GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR DE MÃOS CAPILAR ESSÊNCIA
25351.398208/2020-51

REMAZZO INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI/ 4.01735-0
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
25351.225390/2020-21

SUISSA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA/ 2.00230-1
GEL ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS SMILLYGEL
25351.723086/2020-45

T.C.I INDÚSTRIA COSMÉTICA LTDA-EPP/ 2.04076-6
GEL ANTISSÉPTICO YGRY PROFESSIONNE
25351.249823/2020-34

TECH- SCIENCE COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME/ 2.03759-0
LEX GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE & HIGIENIZADOR DE MÃOS
25351.333799/2020-11

TIMAGE INDUSTRIA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP/ 2.03018-1
MÁSCARA CAPILAR GLOBAL PEARL - NOUR ABED
25351.836933/2020-31

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova o Regulamento de Mediação e Arbitragem no âmbito da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto nº 9.574, de 22 de novembro de 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, com base no disposto no art. 100-B da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, no § 1º do art. 25 do Decreto nº 9.574, de 22 de novembro de 2018, e na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem, alterada pela Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento de Mediação e Arbitragem no âmbito da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, na forma do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 2º A solução de controvérsias, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, somente será possível mediante acordo expresso entre as partes.

Art. 3º A Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual poderá, quando demandada, mediante acordo expresso entre as partes, atuar de modo a:

I - promover a mediação entre usuários e titulares de direitos autorais ou seus mandatários em relação à falta de pagamento, aos critérios de cobrança, às formas de oferecimento de repertório e aos valores de arrecadação, e entre titulares e suas associações, em relação aos valores e critérios de distribuição, de acordo com o regulamento em anexo; e

II - dirimir os litígios, por meio de arbitragem, entre usuários e titulares de direitos autorais ou seus mandatários e entre titulares e suas associações que forem submetidos na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e de acordo com o regulamento em anexo.

§ 1º A Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual atuará como mediadora, aproximando as partes e intervindo de modo a facilitar um acordo para a solução do litígio.

§ 2º Quando não for possível alcançar um acordo por mediação da Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, esta sugerirá às partes a solução do litígio pela escolha de um árbitro, nos termos do art. 5º.

Art. 4º Os procedimentos de mediação e de arbitragem serão realizados em língua portuguesa e regidos pelas leis brasileiras, obedecendo aos termos da Lei nº 9.307, de 1996, alterada pela Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

Art. 5º Será fornecida ao público uma lista de mediadores e árbitros credenciados pela Secretaria Especial de Cultura para atuarem na resolução de conflitos relativos a direitos autorais.

Art. 6º É direito das partes a assistência de advogado, bem como a escolha de árbitros que não se incluam na lista de que trata o art. 5º.

Art. 7º Objetivando a solução de controvérsias, a Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual oferecerá:

I - orientação às partes sobre os procedimentos de mediação e arbitragem oferecidos;

II - interlocução entre as partes e os mediadores ou árbitros, assegurando um canal de comunicação ágil e eficiente;

III - instalações físicas necessárias à condução de reuniões ou audiências; e

IV - outros serviços e funções necessários para a realização da mediação ou da arbitragem.

Art. 8º A Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual publicará edital para credenciamento de mediadores e árbitros com comprovada experiência e notório saber na área de direitos autorais, que poderão ser escolhidos pelas partes na forma da Lei nº 9.307, de 1996.

Art. 9º É facultada a utilização de outros serviços de mediação e arbitragem que não o oferecido pela Secretaria Especial de Cultura.

Art. 10. A mediação e arbitragem oferecidas pela Secretaria Especial de Cultura por meio da Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual ocorrerá sem prejuízo da apreciação pelo Poder Judiciário e pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, na forma da lei.

Art. 11. Fica revogada a Instrução Normativa nº 4, de 7 de julho de 2015.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 05 de outubro de 2020.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

ANEXO I

REGULAMENTO DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EM DIREITOS AUTORAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA DO MINISTÉRIO DO TURISMO.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento institui os procedimentos de mediação e arbitragem em direitos autorais no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Art. 2º Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

I - compromisso de mediação todo instrumento celebrado pelas partes para submeter à mediação todas ou determinadas controvérsias que tenham ocorrido ou que possam ocorrer entre elas; um compromisso de mediação pode adotar a forma de uma cláusula de mediação em um contrato ou a de um contrato separado;

II - Requerente, a parte que apresenta o pedido de instauração da mediação, da conciliação ou da arbitragem;

III - Requerido, a parte contra a qual se solicita o pedido de instauração da mediação, da conciliação ou da arbitragem;

IV - a Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo;

V - a Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo; e

VI - regulamento, o Regulamento de Mediação, Conciliação e Arbitragem em Direitos Autorais da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Parágrafo único. O termo "mediador" inclui um único mediador ou todos os mediadores quando se nomeiem mais de um.

Art. 3º Quando o compromisso de mediação ou a cláusula compromissória de arbitragem previr a utilização do serviço de solução de conflitos da Secretaria Especial de Cultura, o presente regulamento será considerado parte desse compromisso ou dessa cláusula.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário das partes, o presente regulamento será aplicado tal como vigente na data de início da mediação ou da arbitragem.

Art. 4º Os atos dos procedimentos de mediação e arbitragem poderão ser digitalizados e realizados por meios tecnológicos, inclusive por teleconferências, mensagens eletrônicas ou outros meios de comunicação remota, que atendam aos princípios da celeridade, economia processual e eficiência.

Art. 5º As dúvidas suscitadas na aplicação do presente regulamento e os casos omissos serão decididos no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, ouvida a Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo, se houver dúvida jurídica expressamente registrada.

Art. 6º Será aplicado o direito brasileiro, observando-se o estabelecido na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e nas demais normas vigentes no país que regem a matéria.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO DE MEDIAÇÃO

Seção I

Do Início da Mediação

Art. 7º A parte interessada em iniciar um procedimento de mediação notificará a Secretaria Especial de Cultura, por escrito, através de requerimento de mediação.

§ 1º Recebido o requerimento, a Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual proferirá decisão sobre sua admissibilidade, verificando o enquadramento do pleito ao disposto no artigo 100-B da Lei nº 9.610, de 1998.

§ 2º Na hipótese de não haver compromisso prévio de mediação, a parte requerida deverá manifestar, por escrito, a aceitação da mediação relativa à controvérsia descrita no requerimento inicial.

§ 3º Não havendo resposta no prazo de 30 (trinta) dias da data de recebimento da notificação, será considerado rejeitado o convite para participar da mediação.

§ 4º O requerimento de mediação indicará:

I - os nomes, endereços e números de telefone, fax, correio eletrônico, ou qualquer outra referência, para fins de comunicação das partes em controvérsia e de seus representantes legais;

II - cópia do compromisso de mediação, quando houver; e

III - uma breve descrição da natureza da controvérsia.

§ 5º A Secretaria Especial de Cultura informará à parte requerida, por escrito e de imediato, acerca do requerimento de mediação.

Art. 8º As partes devem firmar um termo inicial de mediação, por escrito, após o surgimento do conflito, ainda que a mediação tenha sido prevista em cláusula contratual ou em instrumento prévio.

§ 1º Constará, obrigatoriamente, do termo inicial de mediação:

I - o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes;

II - o local onde ocorrerá a mediação;

III - o nome, profissão e domicílio do mediador, ou dos mediadores, ou, se for o caso, a delegação à Secretaria Especial de Cultura da indicação de mediadores;

IV - a declaração da responsabilidade pelo pagamento das despesas com a mediação e fixação dos honorários do mediador, ou dos mediadores; e

V - a matéria objeto da mediação.

Art. 9º Será considerada como data de início da mediação aquela em que for assinado o termo inicial de mediação apresentado em conformidade com este regulamento.

Seção II

Da Nomeação e Competência do Mediador

Art. 10. Salvo acordo entre as partes quanto à escolha do mediador, ou outro método desejado de nomeação do mediador, esta ocorrerá de acordo com o procedimento a seguir:

I - a Secretaria Especial de Cultura transmitirá, a cada uma das partes, a lista de mediadores para controvérsias relativas a direitos autorais; e

II - as partes deverão informar a indicação do mediador à Secretaria Especial de Cultura, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data do recebimento da lista de mediadores.

§ 1º A Secretaria Especial de Cultura nomeará o mediador, quando as partes tenham chegado a um acordo sobre a pessoa que atuará como mediador de livre escolha.

§ 2º Caso seja de interesse das partes, a Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual atuará diretamente como mediadora na solução do conflito.

§ 3º Caso as partes não cheguem a um acordo sobre a escolha do mediador, a Secretaria Especial de Cultura comunicará que não efetuará a mediação.

Art. 11. Ao aceitar sua nomeação, o mediador se compromete a dedicar o tempo suficiente para permitir que a mediação seja conduzida de maneira célere e eficaz.

Art. 12. O mediador deve ser devidamente capacitado, imparcial, independente, diligente e confidencial.

Parágrafo único. Aplicam-se aos mediadores as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição dos juízes.

Art. 13. É vedado ao mediador possuir vínculo contratual de qualquer natureza com qualquer das partes interessadas, obrigando-se a revelar, antes da aceitação da função, qualquer fato que comprometa sua imparcialidade ou independência em relação às partes e ao conflito.

Art. 14. As partes poderão estar representadas ou assistidas nas reuniões que celebrem com o mediador.

Parágrafo único. Imediatamente depois da nomeação do mediador, cada uma das partes comunicará à outra, ao mediador e à Secretaria Especial de Cultura, os nomes e os endereços das pessoas autorizadas a representá-las, se for o caso, bem como os nomes e os cargos das pessoas que assistirão as reuniões com o mediador em nome da respectiva parte.

Art. 15. As partes acordarão a maneira de ser conduzida a mediação.

Parágrafo único. Na hipótese de demora ou ociosidade das partes, o mediador determinará, em conformidade com este regulamento, a maneira pela qual a mediação será conduzida.

Art. 16. As partes deverão cooperar de boa-fé com o mediador para que os objetivos da mediação sejam alcançados de maneira célere e transparente.

Art. 17. O mediador terá liberdade para se reunir e se comunicar separadamente com uma parte, ficando entendido que as informações fornecidas em tais situações não serão divulgadas à outra parte sem a autorização expressa da parte que forneceu a informação.

Art. 18. Após sua nomeação, o mediador fixará, em consulta às partes, as datas em que cada parte apresentará documentação na qual figure:

I - um resumo dos antecedentes da controvérsia;

II - as demandas e os argumentos da parte;

III - o estado atual da controvérsia; e

IV - outras informações pertinentes à controvérsia.

§ 1º A parte apresentará a documentação disposta no caput ao mediador e à outra parte.

§ 2º O mediador poderá propor, a qualquer momento da mediação, que uma das partes providencie informações ou materiais adicionais considerados oportunos.

§ 3º Até a assinatura de qualquer acordo de solução da controvérsia, qualquer das partes poderá submeter ao mediador, somente para sua consideração, qualquer informação ou material que considere confidencial, não podendo o mediador divulgar tais informações ou materiais à outra parte, sem a autorização por escrito.

Art. 19. O mediador promoverá a solução das questões em controvérsia do modo que considere apropriado, sendo vedada a imposição de acordo às partes.

Art. 20. É facultado ao mediador, com autorização das partes, solicitar consulta técnica preliminar ao setor competente da Secretaria Especial de Cultura.

Art. 21. Quando o mediador entender que quaisquer das questões em controvérsia não possam ser resolvidas através da mediação, poderá propor às partes o uso de outros procedimentos que considere apropriados para a solução do conflito de maneira eficaz, inclusive:

I - laudo pericial de uma ou mais questões controvertidas;

II - conversão da mediação em arbitragem, conduzida com base nas últimas propostas de acordo ou nas informações extraídas da mediação, na qual o mediador, com o expresso consentimento das partes, atue como árbitro único; e

III - arbitragem, em termos acordados pelas partes.

Seção III

Da Confidencialidade da Mediação

Art. 22. As reuniões das partes com o mediador terão caráter confidencial.

Art. 23. Salvo acordo em contrário entre as partes, é vedado a qualquer pessoa que participe da mediação divulgar, por qualquer meio, informações relativas à mediação ou obtidas durante o curso do procedimento.

§ 1º Antes de participar da mediação, cada pessoa assinará um documento com o compromisso de confidencialidade apropriado ao caso.

§ 2º Salvo acordo em contrário entre as partes, os participantes da mediação devolverão, ao seu final, todos os documentos ou materiais à parte que lhes forneceu, sem conservar nenhuma cópia dos mesmos.

§ 3º Ao término da mediação, os registros que eventualmente tenham sido realizados por uma pessoa nas reuniões entre partes e o mediador serão inutilizados.

Art. 24. Salvo acordo em contrário entre as partes, o mediador e as partes não apresentarão como prova nem invocarão por nenhum outro conceito, em um procedimento judicial ou de arbitragem:

I - as opiniões reveladas ou as sugestões elaboradas por uma das partes a respeito de uma possível solução da controvérsia;

II - qualquer declaração formulada por uma das partes durante a mediação;

III - qualquer proposta formulada ou opinião emitida pelo mediador; ou

IV - o fato de que uma parte tenha indicado ou não sua vontade de aceitar uma proposta de solução formulada pelo mediador ou pela outra parte.

Seção IV

Da Conclusão da Mediação

Art. 25. A mediação será encerrada:

I - quando as partes assinarem um acordo total ou parcial sobre as questões em controvérsia;

II - por decisão do mediador se, a seu juízo, considerar improvável que o prosseguimento da mediação resultará na resolução da controvérsia; ou

III - por declaração escrita de uma das partes, a qualquer momento após ter havido a primeira reunião das partes com o mediador e antes de realizada a assinatura de qualquer acordo.

Art. 26. Após o encerramento da mediação, o mediador notificará à Secretaria Especial de Cultura, por escrito e de imediato, a data de conclusão da mediação, se o conflito foi resolvido e, em tal caso, se a resolução foi total ou parcial.

§ 1º O mediador enviará às partes uma cópia da notificação enviada à Secretaria Especial de Cultura.

§ 2º A Secretaria Especial de Cultura poderá incluir a informação relativa à mediação nas estatísticas globais que publicar acerca de suas atividades, desde que tal informação não permita que se revele a identidade das partes, nem as circunstâncias particulares da controvérsia.

§ 3º Ressalvado o teor do § 2º, a Secretaria Especial de Cultura manterá a confidencialidade da notificação do mediador e não divulgará, sem a autorização escrita das partes, a existência nem o resultado da mediação.

Art. 27. A menos que um tribunal judicial o exija ou que as partes o autorizem por escrito, o mediador não atuará diferentemente da qualidade de mediador em procedimentos existentes ou futuros, tanto judiciais, arbitrais como de outra natureza, em relação ao objeto da controvérsia.

Seção V

Dos Honorários do Mediador

Art. 28. A Secretaria Especial de Cultura estabelecerá o valor dos honorários do mediador.

§ 1º Salvo acordo em contrário das partes com o mediador, o valor dos honorários será calculado com base nas taxas indicativas por hora, ou, se aplicável ao caso, por dia, publicadas na tabela de honorários do mediador, estabelecida pela Secretaria Especial de Cultura, vigente na data do requerimento da mediação, tendo em conta o montante em disputa, a complexidade do objeto da controvérsia, os costumes e os preços médios praticados em procedimentos semelhantes e qualquer outra circunstância pertinente ao caso.

§ 2º Não serão devidos honorários nos casos em que a Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual atuar diretamente como mediadora na solução do conflito, nos termos do § 2º do art. 10.

Art. 29. Salvo disposição em contrário entre as partes, os honorários do mediador e todos os demais gastos da mediação, incluídos os gastos de viagem do mediador e os necessários para se obter laudo técnico, competem às partes em igual proporção.

Art. 30. Compete aos mediadores prestar contas dos valores recebidos, devendo:

I - apresentar calendário e modalidades de pagamento em até 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do termo inicial de mediação.

II - apresentar extrato dos valores recebidos, observado calendário aprovado, em até 5 (cinco) dias após o efetivo recebimento.

§ 1º O mediador informará à Secretaria Especial de Cultura acerca do atraso no cronograma de pagamento, podendo solicitar o encerramento do procedimento quando o atraso for superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º Após o encerramento da mediação, o mediador deverá transmitir à Secretaria Especial de Cultura o extrato contábil relativo aos depósitos recebidos, bem como prestar informações sobre reembolsos de saldos eventualmente existentes e informar, por meio de declaração, a não existência de quantias pendentes relativas à mediação.

Art. 31. Solicitado o encerramento da mediação nos termos do § 1º do art. 30, a Secretaria Especial de Cultura notificará às partes, concedendo prazo de 5 (cinco) dias para a quitação do débito, sob pena de encerramento da mediação.

Parágrafo único. Não havendo a quitação do débito no prazo previsto no caput, a Secretaria Especial de Cultura notificará as partes da não quitação e indicará a data de encerramento da mediação.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE ARBITRAGEM

Seção I

Disposições Gerais

Art. 32. A Secretaria Especial de Cultura não será responsável pela resolução de conflitos submetidos a seu serviço de arbitragem, devendo apenas zelar pelo desenvolvimento correto, célere e eficaz do procedimento arbitral.

Art. 33. As partes podem ser representadas e assistidas por pessoas de sua escolha.

Parágrafo único. Os nomes, endereços, número de telefone, correio eletrônico ou outras referências de comunicação dos representantes e assistentes deverão ser comunicados à Secretaria Especial de Cultura, para a outra parte e, depois de sua nomeação, ao árbitro.

Seção II

Do Início da Arbitragem

Art. 34. A parte interessada em iniciar um procedimento de arbitragem notificará a Secretaria Especial de Cultura, por escrito, por meio de requerimento de arbitragem.

Art. 35. Recebido o requerimento, a Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual proferirá decisão sobre sua admissibilidade, verificando o enquadramento do pleito ao disposto no artigo 100-B da Lei nº 9.610, de 1998.

Art. 36. O requerimento de arbitragem indicará:

I - nomes, endereços, e números de telefone, fax, correio eletrônico ou qualquer outra referência das partes em controvérsia e de seus representantes;

II - cópia da cláusula compromissória de arbitragem, se for o caso;

III - declaração completa dos fatos e argumentos jurídicos relacionados à demanda do requerente;

IV - pedido para que o conflito seja submetido à arbitragem de acordo com este regulamento; e

V - observações que o requerente considerar úteis referentes ao número ou qualidade dos árbitros.

Parágrafo único. A Secretaria Especial de Cultura informará à parte requerida, por escrito e de imediato, acerca do requerimento de arbitragem.

Art. 37. Será considerada como data de início da arbitragem aquela em que for assinado o termo inicial de arbitragem apresentado em conformidade com este regulamento.

Art. 38. Na hipótese de não haver compromisso prévio de arbitragem, a parte requerida deverá manifestar, por escrito, a aceitação da arbitragem relativa à controvérsia descrita no requerimento inicial.

§ 1º Não havendo resposta no prazo de 30 (trinta) dias da data de recebimento da notificação, será considerado rejeitado o convite para participar da arbitragem.

§ 2º No caso de aceitação da arbitragem, a resposta do requerido deverá conter declaração completa dos fatos e argumentos jurídicos apresentados pelo requerido e, na medida do possível, provas documentais relacionadas ao conflito.

§ 3º Eventual pedido de reconvenção ou compensação deverá conter os mesmos requisitos do requerimento de arbitragem e deverá ser feito em resposta à demanda ou, em circunstâncias excepcionais e a critério do árbitro, em momento posterior do processo arbitral.

Seção III

Da Nomeação e Competência dos Árbitros

Art. 39. Iniciado o procedimento de arbitragem, caberá às partes a indicação do Tribunal Arbitral, composto por 3 (três) árbitros, ou a indicação de árbitro único para a solução da controvérsia.

§ 1º Quando as partes optarem por um único árbitro, a indicação será feita em comum acordo entre as partes no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de início da arbitragem.

§ 2º Quando o Tribunal Arbitral for composto por 3 (três) árbitros, salvo outro procedimento acordado entre as partes, o requerente indicará um árbitro no requerimento de arbitragem e o requerido indicará outro árbitro no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do requerimento de arbitragem.

§ 3º Nas hipóteses do § 2º, os árbitros indicados escolherão em conjunto, no prazo de 10 (dez) dias, contado da indicação do segundo árbitro, um terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral.

§ 4º Se as partes não indicarem os árbitros nos prazos estabelecidos nos parágrafos anteriores, um árbitro único será nomeado pela Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, após consulta com as partes sobre as suas preferências.

Art. 40. Nenhuma das partes ou qualquer pessoa agindo em seu nome pode comunicar-se separadamente com qualquer um dos candidatos a árbitro, exceto para discutir a qualificação, a disponibilidade ou a independência do candidato em relação às partes.

Art. 41. Os árbitros devem ser devidamente capacitados, imparciais, independentes, diligentes e confidenciais.

§ 1º Aplicam-se aos árbitros as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição dos juízes.

§ 2º O árbitro deverá revelar às partes e à Secretaria Especial de Cultura, antes de aceitar a nomeação, quaisquer circunstâncias que possam dar origem a dúvidas quanto à sua imparcialidade ou independência, ou confirmar por escrito a ausência de tais circunstâncias.

§ 3º Se, em qualquer fase da arbitragem, surgirem novas circunstâncias que possam suscitar dúvidas quanto à imparcialidade ou à independência do árbitro, o árbitro deverá revelar de imediato tais circunstâncias às partes e à Secretaria Especial de Cultura.

§ 4º O árbitro pode ser recusado por uma parte se existirem circunstâncias que possam levantar dúvidas justificadas sobre a sua imparcialidade ou independência.

Art. 42. O árbitro deverá aceitar a nomeação por escrito e comunicá-la à Secretaria Especial de Cultura.

Parágrafo único. Ao aceitar a sua nomeação, o árbitro se compromete em dedicar tempo suficiente para conduzir a arbitragem de forma célere e eficaz.

Art. 43. A Secretaria Especial de Cultura notificará as partes da criação do Tribunal Arbitral ou da nomeação do árbitro único.

Art. 44. As partes podem recusar um árbitro nomeado apenas por razões de que tenham tido conhecimento após a nomeação.

§ 1º A parte que recusar o árbitro deverá notificar a Secretaria Especial de Cultura, o árbitro e a outra parte, expondo os motivos para a recusa, no prazo de 7 (sete) dias após o recebimento da notificação de nomeação do árbitro ou após tomar conhecimento das circunstâncias que deram origem às dúvidas quanto à imparcialidade ou independência do árbitro.

§ 2º Quando o árbitro for recusado por uma parte, a outra parte terá o direito de responder à recusa no prazo de 7 (sete) dias após o recebimento da notificação com os motivos para a recusa, devendo enviar uma cópia de sua resposta para a Secretaria Especial de Cultura, para o árbitro e para a parte que recusou o árbitro.

Art. 45. A instância arbitral suspenderá o processo arbitral pendente a resolução da recusa ao árbitro.

Art. 46. A outra parte pode aceitar a recusa ou o árbitro poderá retirar-se voluntariamente.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no caput, o árbitro será substituído sem que isso implique a validade dos motivos para a recusa.

Art. 47. Se a outra parte não aceitar a recusa e o árbitro recusado não se afastar voluntariamente, a decisão sobre a recusa será tomada pela Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual.

Art. 48. O árbitro poderá renunciar à nomeação, por pedido motivado, com o consentimento das partes ou da Secretaria Especial de Cultura.

Art. 49. Independentemente de qualquer pedido do árbitro, as partes podem revogar em comum acordo a nomeação de um árbitro.

Parágrafo único. As partes devem notificar imediatamente a Secretaria Especial de Cultura do acordo de revogação da nomeação do árbitro.

Art. 50. A Secretaria Especial de Cultura poderá revogar a nomeação do árbitro de ofício ou a pedido de uma das partes, no caso de impossibilidade, de fato ou de direito, do árbitro exercer suas funções, ou na hipótese de descumprimento de suas funções.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput, as partes terão a oportunidade de expressar suas opiniões acerca da revogação da nomeação, aplicando-se, no que couber, o procedimento para a recusa unilateral do árbitro.

Art. 51. Sempre que necessário, um árbitro substituto será nomeado de acordo com o procedimento aplicável à nomeação do árbitro a ser substituído.

Parágrafo único. Salvo acordo em contrário das partes, o processo será suspenso enquanto a substituição estiver pendente.

Art. 52. Ao nomear um árbitro substituto, a instância arbitral, considerando quaisquer declarações das partes, determinará, a seu exclusivo critério, se audiências já realizadas ou outros atos do processo deverão ser repetidos, considerando os eventuais prejuízos para as partes, nos moldes do artigo 77.

Seção IV

Do Compromisso Arbitral

Art. 53. Após a nomeação do árbitro, as partes firmarão o compromisso arbitral por escrito, assinado por duas testemunhas ou por instrumento público.

§ 1º O compromisso arbitral deverá conter:

I - o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes;

II - o nome, profissão e domicílio do árbitro;

III - a matéria que será objeto da arbitragem;

IV - o lugar em que será proferida a sentença arbitral;

V - local, ou locais, onde se desenvolverá a arbitragem;

VI - a autorização para que os árbitros julguem por equidade, se assim for convencionado pelas partes;

VII - o prazo para apresentação da sentença arbitral;

VIII - a declaração da responsabilidade pelo pagamento dos honorários e das despesas com a arbitragem; e

IX - a fixação dos honorários dos árbitros.

§ 2º O compromisso arbitral poderá assumir forma simplificada se os elementos descritos já estiverem previstos em cláusula compromissória previamente convencionada entre as partes, com remissão expressa ao procedimento de arbitragem deste regulamento, hipótese em que o compromisso arbitral reportar-se-á ao acordo prévio.

Seção V

Do Procedimento Arbitral

Art. 54. A Secretaria Especial de Cultura enviará o processo arbitral ao Tribunal Arbitral ou ao árbitro único, após sua nomeação.

Art. 55. Cabe à instância arbitral disciplinar o procedimento da arbitragem do modo que considere apropriado, devendo observar este regulamento e as leis aplicáveis.

Parágrafo único. A instância arbitral zelará para que o procedimento se desenvolva com a devida celeridade e eficácia.

Art. 56. Serão sempre respeitados os princípios do contraditório, da igualdade das partes, da imparcialidade do árbitro e de seu livre convencimento.

Art. 57. A pedido de uma das partes ou por iniciativa própria, a instância arbitral poderá, em casos excepcionais, estender um prazo fixado neste regulamento ou acordado entre as partes.

Art. 58. A instância arbitral terá competência para conhecer objeções relativas à sua própria competência, suspeição ou impedimento dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da cláusula compromissória de arbitragem ou do compromisso arbitral.

Art. 59. Salvo acordo em contrário entre as partes, o local, ou os locais, onde se desenvolverá a arbitragem será determinado pela Secretaria Especial de Cultura, considerando as observações formuladas pelas partes e as circunstâncias da arbitragem.

Art. 60. A instância arbitral poderá determinar que documentos que não estejam na língua portuguesa sejam acompanhados de sua tradução juramentada.

Art. 61. A petição inicial deverá conter uma relação completa dos fatos e fundamentos de direito em que se baseia a demanda, além de uma indicação clara dos pedidos.

Art. 62. Sempre que possível, deverão acompanhar a petição inicial provas documentais em que o reclamante fundamenta sua demanda, com uma lista dos referidos documentos.

Art. 63. A contestação deverá responder aos fatos e fundamentos de direito indicados na petição inicial e será acompanhada, sempre que possível, de provas documentais a ela relacionadas.

Parágrafo único. O prazo para apresentar a contestação é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento pelo requerido de cópia da petição inicial.

Art. 64. Eventual pedido de reconvenção ou compensação deverá ser feito na própria contestação, ou, em circunstâncias excepcionais e a critério da instância arbitral, em momento posterior do processo arbitral.

Parágrafo único. Na hipótese de haver pedido de reconvenção ou compensação formulado pelo requerido, o requerente deverá responder a todos os elementos desse pedido em um prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da cópia do pedido.

Art. 65. A instância arbitral poderá requerer, a qualquer momento, outras manifestações escritas, observando sempre o princípio do contraditório.

Art. 66. Salvo acordo em contrário entre as partes, uma parte poderá emendar sua petição inicial, contestação ou pedido de reconvenção ou compensação durante o procedimento arbitral, exceto quando a instância arbitral considerar que a emenda atrase demasiadamente o procedimento, viole o princípio do contraditório ou de outra forma prejudique injustificadamente o andamento da arbitragem.

Art. 67. Salvo acordo em contrário entre as partes, quando permitido pela instância arbitral, ou quando disposto neste regulamento, nenhuma das partes ou seus representantes se comunicarão separadamente com os árbitros a respeito do mérito da arbitragem.

Parágrafo único. O disposto no caput não interfere na possibilidade das partes de se comunicarem com os árbitros sobre questões de organização, tais como locais, datas e horários das audiências.

Art. 68. A pedido de qualquer das partes, a instância arbitral poderá determinar medidas cautelares que julgue necessárias para conservar o objeto da tutela pretendida.

§ 1º A concessão de medida cautelar pode se sujeitar a uma garantia apropriada da parte que a requereu, a critério da instância arbitral.

§ 2º Uma parte poderá requerer, em circunstâncias excepcionais, uma garantia provisória relativa a seu pedido, que será concedida a critério da instância arbitral, quando julgar estarem presentes indícios de fato e de direito que fundamentem o pedido e um perigo na demora para a obtenção da tutela pretendida.

§ 3º Eventual pedido de medida cautelar ou de caráter provisório, ou de sua execução, feito por uma das partes ao Poder Judiciário não será considerado incompatível com o compromisso de arbitragem e não significará renúncia a este acordo.

Art. 69. Após o recebimento da contestação, a instância arbitral organizará uma audiência em que será realizada uma tentativa de conciliação entre as partes.

Parágrafo único. Não sendo possível chegar a um acordo por meio da conciliação, as ações subsequentes, os prazos e o procedimento a serem seguidos serão determinados na audiência a que se refere o caput.

Seção VI

Das Provas

Art. 70. A instância arbitral determinará a admissibilidade, pertinência e importância das provas apresentadas.

Parágrafo único. A instância arbitral poderá requerer, a qualquer momento, por iniciativa própria ou a pedido de uma parte, que se apresentem documentos ou outras provas que considere necessárias ou apropriadas para o esclarecimento de alguma questão da arbitragem.

Art. 71. A instância arbitral poderá, com autorização das partes, solicitar consulta técnica ao setor competente da Secretaria Especial de Cultura ou a perito independente escolhido pela instância arbitral, após prévia consulta com as partes.

§ 1º O perito consultado ou o responsável pela consulta da Secretaria Especial de Cultura deverá firmar um compromisso de confidencialidade, quando assim desejarem as partes.

§ 2º Às partes será concedido o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da ciência do laudo técnico, para se manifestarem sobre seu conteúdo.

§ 3º A pedido de qualquer uma das partes, o perito poderá ser convocado para audiência na qual as partes poderão formular perguntas e requerer esclarecimentos sobre os pontos omissos ou controvertidos do laudo técnico.

Seção VII

Das Audiências

Art. 72. A pedido de qualquer uma das partes ou por iniciativa própria, a instância arbitral designará uma audiência para a apresentação de provas testemunhais, de peritos, ou para a argumentação oral.

§ 1º A audiência mencionada no caput deverá ser convocada em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da contestação pela instância arbitral.

§ 2º A instância arbitral notificará as partes com suficiente antecedência da data, hora e local da audiência.

§ 3º Salvo acordo em contrário entre as partes, as audiências serão privadas.

§ 4º A instância arbitral determinará se as audiências serão registradas e a forma do eventual registro.

§ 5º As partes poderão se manifestar por escrito acerca das provas ou argumentos apresentados na audiência em um prazo de 5 (cinco) dias após seu término, salvo se outro prazo for acordado durante a audiência.

Seção VIII

Das Testemunhas

Art. 73. Antes de realizar qualquer audiência, a instância arbitral poderá exigir a cada uma das partes que notifique a identidade e as qualificações das testemunhas que deseja convocar, bem como o objeto do testemunho e sua importância para dirimir o conflito.

§ 1º A instância arbitral poderá limitar ou rejeitar o comparecimento de qualquer testemunha se considerá-lo desnecessário ou impertinente.

§ 2º As partes poderão interrogar, sob o controle da instância arbitral, as testemunhas que apresentem provas orais.

§ 3º A instância arbitral poderá formular perguntas às testemunhas em qualquer momento da audiência em que estejam presentes.

§ 4º As partes poderão apresentar depoimentos por escrito, com a assinatura da testemunha ou em documento público, podendo a instância arbitral condicionar a admissibilidade desses testemunhos à disponibilidade da testemunha para apresentá-lo oralmente.

§ 5º Cada parte será responsável pelos arranjos práticos, custos e disponibilidade dos testemunhos que queira convocar.

§ 6º A instância arbitral determinará se uma testemunha deverá ou não se retirar da audiência em qualquer momento, em especial durante o depoimento de outras testemunhas.

Seção IX

Da Revelia

Art. 74. A revelia da parte não impedirá que seja proferida a sentença arbitral.

Seção X

Do Encerramento do Procedimento Arbitral

Art. 75. A instância arbitral declarará encerrado o procedimento quando estiver satisfeita de que as partes tenham tido a oportunidade para apresentar seus argumentos e provas.

Parágrafo único. Em casos excepcionais e se a instância arbitral julgar necessário, o procedimento já encerrado poderá ser reaberto, por iniciativa própria ou a pedido de uma parte, em qualquer momento anterior à divulgação da sentença arbitral.

Seção XI

Das Nulidades

Art. 76. Eventual erro no cumprimento deste regulamento ou nas determinações da instância arbitral deverá ser alegado na primeira oportunidade em que couber à parte se manifestar no procedimento, sob pena de preclusão.

§ 1º A parte que descumpriu alguma determinação deste regulamento ou da instância arbitral não poderá invocar a nulidade desse mesmo ato.

§ 2º Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para as partes.

Seção XII

Da Sentença Arbitral e Outras Decisões

Art. 77. A instância arbitral poderá proferir decisões preliminares, provisórias, interlocutórias, parciais ou definitivas.

§ 1º Toda decisão será feita por escrito e indicará a sua motivação e a data em que foi proferida.

§ 2º Salvo acordo em contrário entre as partes ou na hipótese de árbitro único, toda decisão será tomada por maioria, podendo o árbitro vencido registrar os motivos de seu dissenso.

Art. 78. A sentença arbitral será proferida no prazo estipulado pelas partes.

§ 1º Nada tendo sido convencionado, o prazo para a apresentação da sentença é de 30 (trinta) dias, contados da data de encerramento do procedimento.

§ 2º A sentença arbitral conterá:

I - o relatório resumido do conflito e do procedimento, com os nomes das partes envolvidas;

II - os fundamentos da decisão, expondo as questões de fato e de direito analisadas e mencionando expressamente se o árbitro julgou por equidade;

III - o dispositivo, em que o Tribunal Arbitral resolverá as questões que lhe foram submetidas e estabelecerá prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso;

IV - a data e o lugar em que foi proferida; e

V - a assinatura dos árbitros.

Art. 79. Ao aceitarem o procedimento de arbitragem conforme este regulamento, as partes se comprometem a cumprir a sentença arbitral sem atrasos.

Art. 80. Se, no decurso da arbitragem, as partes chegarem a um acordo quanto ao conflito, a instância arbitral, a pedido das partes, declarará tal fato mediante sentença arbitral.

Art. 81. No prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação ou da ciência pessoal da sentença arbitral, a parte interessada, mediante comunicação à outra parte, poderá solicitar à instância arbitral que:

I - corrija qualquer erro material da sentença arbitral; e

II - esclareça alguma obscuridade, dúvida ou contradição da sentença arbitral, ou se pronuncie sobre ponto omitido a respeito do qual devia manifestar-se a decisão.

Art. 82. A instância arbitral decidirá, no prazo de 10 (dez) dias, aditando a sentença arbitral, se for o caso, e notificando as partes.

Seção XIII

Da Confidencialidade

Art. 83. Salvo acordo em contrário das partes, são consideradas confidenciais as informações, em qualquer meio, que:

I - estejam na posse de uma das partes;

II - não sejam de caráter público ou de livre acesso ao público;

III - tenham importância comercial, financeira ou industrial; e

IV - sejam consideradas confidenciais pela parte que a possua;

§ 1º A parte que queira invocar o caráter confidencial de qualquer informação que deseja submeter à instância arbitral ou a terceiro indicado pela instância arbitral deverá solicitar que essa informação seja classificada como confidencial mediante notificação à instância arbitral, com cópia para a outra parte, indicando as razões pelas quais considera a informação confidencial.

§ 2º A instância arbitral deverá decidir se a informação deve ser classificada como confidencial, determinando, caso julgue necessário, em quais condições e a quem a informação poderá ser revelada, em todo ou em parte, e requerendo que a pessoa a quem a informação for revelada assine um compromisso de confidencialidade.

§ 3º Além das informações classificadas como confidenciais a pedido de uma parte, serão consideradas confidenciais qualquer prova documental ou testemunhal apresentada por uma parte.

Art. 84. As partes não poderão divulgar unilateralmente a terceiros qualquer informação relativa à existência da arbitragem, salvo quando seja necessário:

I - devido a uma ação judicial relativa à arbitragem;

II - para a execução da sentença arbitral; ou

III - por obrigação legal ou determinação de uma autoridade competente.

Art. 85. Sempre que uma testemunha for autorizada a acessar provas ou outras informações confidenciais da arbitragem, a parte que a convocou se responsabilizará pelo cumprimento das regras de confidencialidade pela testemunha.

Art. 86. A sentença arbitral será confidencial e só poderá ser divulgada a terceiros quando:

I - as partes assim autorizarem;

II - tenha sido disponibilizada ao público em um processo judicial ou administrativo; ou

III - deva ser divulgada para cumprir uma obrigação legal imposta a uma parte ou para proteger direitos de uma parte frente a terceiros.

Art. 87. Salvo acordo em contrário entre as partes ou determinação judicial, a Secretaria Especial de Cultura e a instância arbitral manterão o caráter confidencial da arbitragem, da sentença arbitral e de qualquer prova documental ou de outras provas utilizadas durante a arbitragem.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, a Secretaria Especial de Cultura poderá incluir informações relativas à arbitragem em estatísticas globais de suas atividades que vierem a ser publicadas, desde que essas informações não permitam a identificação das partes ou as circunstâncias particulares da controvérsia.

Seção XIV

Das Taxas, das Custas e dos Honorários do Árbitro

Art. 88. A Secretaria Especial de Cultura estabelecerá o valor dos honorários do árbitro, tendo em conta o montante em disputa, a complexidade do objeto da controvérsia, os costumes e os preços médios praticados em procedimentos semelhantes e qualquer outra circunstância pertinente ao caso, em conformidade com a tabela de taxas em vigor.

Art. 89. A instância arbitral determinará na sentença arbitral as custas da arbitragem, as quais deverão incluir, entre outros:

I - os honorários dos árbitros;

II - os gastos com viagens, comunicações e outros gastos dos árbitros relativos à arbitragem;

III - os custos de peritos ou qualquer outra forma de assistência requerida pelos árbitros com base neste regulamento; e

IV - qualquer outro gasto necessário para a realização do procedimento arbitral.

§ 1º Sempre que possível, as custas serão debitadas dos depósitos adiantados pelas partes.

§ 2º Salvo acordo em contrário entre as partes, a instância arbitral determinará a divisão das custas da arbitragem e das taxas administrativas entre as partes, levando em consideração as circunstâncias da arbitragem e seu resultado.

Art. 90. Considerando as circunstâncias da arbitragem e seu resultado, salvo acordo em contrário entre as partes, a instância arbitral poderá determinar na sentença arbitral que uma parte efetue pagamento total ou parcial correspondente aos gastos razoavelmente despendidos pela outra parte para apresentar sua demanda, inclusive com representantes, advogados e testemunhas.

Art. 91. Compete aos árbitros prestar contas dos valores recebidos, devendo:

I - apresentar calendário e modalidades de pagamento em até 15 (quinze) dias, a contar do termo inicial de arbitragem; e

II - apresentar extrato dos valores recebidos, observado calendário aprovado, em até 5 (cinco) dias após o efetivo recebimento.

§ 1º O árbitro informará à Secretaria Especial de Cultura acerca do atraso no cronograma de pagamento, podendo solicitar o encerramento do procedimento quando o atraso for superior a 15 (quinze) dias.

§ 2º Após o encerramento da arbitragem, o árbitro deverá transmitir à Secretaria Especial de Cultura o extrato contábil relativo aos depósitos recebidos, bem como prestar informações sobre reembolsos de saldos eventualmente existentes e informar, por meio de declaração, a não existência de quantias pendentes relativas à arbitragem.

Art. 92. Solicitado o encerramento da arbitragem nos termos do § 1º do art. 89, a Secretaria Especial de Cultura notificará as partes, concedendo prazo de 5 (cinco) dias para a quitação do débito, sob pena de encerramento da arbitragem.

Parágrafo único. Não havendo a quitação do débito no prazo previsto no caput, a Secretaria Especial de Cultura notificará as partes da não quitação e indicará a data de encerramento da arbitragem.

Art. 93. Após o encerramento da arbitragem, o árbitro deverá transmitir à Secretaria Especial de Cultura o extrato contábil relativo aos depósitos recebidos, bem como prestar informações sobre reembolsos de saldos eventualmente existentes e informar, por meio de declaração, a não existência de quantias pendentes relativas à arbitragem.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Seção I

Das Notificações e Prazos

Art. 94. Qualquer notificação ou comunicação que possa ou deva ser realizada em virtude deste regulamento será feita por escrito e transmitida por correio, fax, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação que forneça um registro de seu envio.

§ 1º As partes deverão fornecer e manter atualizadas as informações sobre o local e os meios para recebimento de notificações e de outras comunicações.

§ 2º Os prazos começam a correr a partir da data da notificação ou comunicação ou, no caso das telecomunicações, da data em que foi realizada a transmissão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 3º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado oficial ou em dia não útil no domicílio ou local de trabalho do destinatário.

Seção II

Da Isenção de Responsabilidade

Art. 95. Salvo em caso de infração intencional ou de comprovada má-fé, a Secretaria Especial de Cultura e o mediador ou árbitro não serão responsáveis ante nenhuma parte por nenhum ato ou omissão em relação a qualquer mediação ou arbitragem realizada em conformidade com o presente regulamento.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece, em caráter temporário, a suspensão da obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos vigentes e dos prazos de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, bem como a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e os arts. 6º, 10, § 1º, e 50, do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, e, ainda, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a classificação do Coronavírus (Covid-19) como pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa regula, de forma excepcional, os parcelamentos de débitos previstos no art. 64 da Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Cidadania, relativos a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, impactados em razão da Pandemia da Covid-19.

Art. 2º Os parcelamentos de débitos regulados na forma do art. 1º poderão ser suspensos, excepcionalmente e a requerimento do proponente, enquanto perdurarem os efeitos do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, tendo em vista as medidas adotadas para combater a disseminação da Covid-19.

Parágrafo único. Às prestações suspensas aplicam-se os termos do § 4º do art. 64 da Instrução Normativa nº 2, de 23 de abril de 2019.

Art. 3º Aplicam-se as regras da presente Instrução Normativa aos requerimentos formulados com base na Instrução Normativa nº 6, de 29 de abril de 2020, do Ministério da Cidadania.

Art. 4º Revoga-se a Instrução Normativa nº 6, de 29 de abril de 2020, do Ministério da Cidadania, com espeque nas regras de competência estabelecidas no Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entrará em vigor e produzirá efeitos na data de sua publicação.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

PORTARIA Nº 666, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Aprova as normas gerais e critérios de aplicação dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, em operações de financiamento.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 18 e 19 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, no inciso VII do art. 49 da Lei n° 13.844, de 18 de junho de 2019, e no § 11 do art. 2º na Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas, nos termos dos Anexos I e II, as normas gerais e os critérios de aplicação dos recursos do FUNGETUR em operações estruturadas de financiamento na forma de linha de crédito intermediadas por agentes financeiros.

Art. 2º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 75, de 20 de maio de 2015;

II - a Portaria nº 141, de 19 de março de 2020; .

III - a Portaria nº 148, de 24 de março de 2020,

IV - a Portaria nº 166, de 12 de junho de 2019;

V - a Portaria nº 232, de 14 de maio de 2020; e

VI - a Portaria nº 372, de 18 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor e produzirá efeitos na data de sua publicação.

MARCELO HENRIQUE TEIXEIRA DIAS

ANEXO I

NORMAS GERAIS E CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO GERAL DE TURISMO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA JURÍDICA E DO OBJETIVO

Art. 1º Esta Portaria estabelece as normas gerais e critérios de aplicação em linhas de créditos dos recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, a serem operadas por intermédio de agentes financeiros, mediante a concessão de financiamento a empreendimentos turísticos, obras e serviços reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, em consonância com os objetivos estratégicos e as metas do Plano Nacional do Turismo - PNT.

Art. 2º O FUNGETUR é um fundo especial de financiamento, vinculado ao Ministério do Turismo, com orçamento específico, dispondo de patrimônio próprio e autonomia financeira e orçamentária, tendo por finalidade o fomento e a provisão de recursos, para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados de interesse ao desenvolvimento do turismo nacional.

§ 1º O FUNGETUR atua, também, como suporte financeiro no desenvolvimento de políticas públicas de fomento à atividade turística.

§ 2º Os financiamentos privados em capital fixo, compreenderão as obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos; em bens; e em capital de giro, em conformidade com os planos e programas estabelecidos pelo Ministério do Turismo.

§ 3º Estão habilitadas a realizar operações de financiamento com os recursos de que trata o caput, os prestadores de serviços turísticos e as sociedades empresárias a que se refere o art. 21 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, desde que estejam inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur, do Ministério do Turismo.

Art. 3º O funcionamento e as condições operacionais de crédito com recursos procedentes do FUNGETUR serão regidos por esta Portaria.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Ministério do Turismo poderá estabelecer programas específicos, a serem operacionalizados por seus agentes financeiros credenciados, com o objetivo de disponibilizar linhas de crédito e condições financeiras especiais para a preservação e a geração de empregos, diretos ou indiretos, observado o disposto na Lei nº 11.771, de 2008.

CAPÍTULO II

DA ORIGEM DOS RECURSOS

Art. 4º Constituem recursos do FUNGETUR:

I - recursos do orçamento geral da União;

II - contribuições, doações, subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

III - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

IV - reembolso das operações de crédito realizadas a título de financiamento reembolsável;

V - recebimento de dividendos ou da alienação das participações acionárias do próprio Fundo e da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) em empreendimentos turísticos;

VI - resultado das aplicações em títulos públicos federais;

VII - quaisquer outros depósitos de pessoas físicas ou jurídicas realizados a seu crédito;

VIII - receitas eventuais e recursos de outras fontes que vierem a ser definidas; e

IX - superávit financeiro de cada exercício.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º A gestão do FUNGETUR é atribuição do Ministério do Turismo, de acordo com o disposto no inciso VII do art. 49 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no inciso V do art. 18 do Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

Art. 6º As operações de financiamentos tratadas nesta Portaria deverão ser efetuadas por intermédio de agentes financeiros credenciados ao FUNGETUR, mediante celebração de contrato administrativo com o Ministério do Turismo.

Art. 7º Os recursos destinados ao Fundo Geral de Turismo deverão ser arrecadados e recolhidos, de forma identificada na Conta Única do Tesouro Nacional, em nome do FUNGETUR.

Parágrafo único. Os saldos eventuais de caixa deverão ser aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional.

Art. 8º As operações de financiamento deverão obedecer às seguintes disposições:

I - o Ministério do Turismo contratará o agente financeiro responsável pelas realizações das operações de crédito com recursos do FUNGETUR, conforme as disposições previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - o risco das operações será de exclusiva responsabilidade do agente financeiro;

III - o Ministério do Turismo estipulará a remuneração a que fará jus o agente financeiro pelos seus custos administrativos e tributários;

IV - o Ministério do Turismo fixará as taxas de juros aplicáveis às operações realizadas com recursos oriundos do FUNGETUR, que levará em conta as finalidades sociais e econômicas do Fundo;

V - o Ministério do Turismo definirá a forma de repasse ao agente financeiro dos recursos destinados à execução dos projetos;

VI - o agente financeiro prestará contas, a qualquer tempo, da execução financeira das operações de financiamento;

VII - até o 5º dia útil de cada mês os agentes financeiros devem encaminhar relatório mensal detalhado ao Ministério do Turismo, contendo informações sobre as operações contratadas e em análise, movimentações e renegociações de contratos que tenham ocorrido no mês anterior ao do envio do relatório, conforme modelo a ser estabelecido pelo Ministério do Turismo;

VIII - até 31 de agosto e até 31 de janeiro de cada ano, os agentes financeiros credenciados devem prestar contas ao Ministério do Turismo, por meio do envio de relatórios, contendo informações sobre as contratações realizadas nos primeiro e segundo semestres, respectivamente, conforme modelo a ser estabelecido pelo Ministério do Turismo;

IX - até 31 de janeiro de cada ano, os agentes financeiros credenciados ao FUNGETUR devem prestar contas, por meio do envio de relatório anual, contendo informações sobre as contratações realizadas no ano imediatamente anterior, conforme modelo a ser estabelecido pelo Ministério do Turismo;

X - os agentes financeiros que utilizem recursos do FUNGETUR poderão aderir ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e requerer garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para essas operações, as quais, para fins do disposto nos § 4º e § 4º-A do art. 6º da Lei 13.999, de 18 de maio de 2020, deverão ser agrupadas como carteira específica no âmbito de cada instituição;

XI - para adesão ao Pronampe, os agentes financeiros que trata o inciso X do caput deverão observar o disposto na Lei 13.999, de 2020, para a concessão de crédito.

Parágrafo único. As informações constantes dos relatórios de que tratam os incisos VII, VIII e IX do caput auxiliarão o Ministério do Turismo na elaboração de proposta de orçamento anual, na análise das aplicações de recursos para o exercício seguinte, no monitoramento da evolução das operações do FUNGETUR, e identificação de reflexos no desenvolvimento da política de acesso ao crédito público, instituída no âmbito do Ministério do Turismo.

CAPÍTULO IV

DA REMUNERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS RECURSOS

Art. 9º Os recursos pertencentes ao FUNGETUR deverão ser remunerados, pro rata die, pela mesma taxa utilizada na remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, quando forem efetivamente colocados à disposição do agente financeiro.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o caput deverão ser atualizados a partir da efetiva liberação das parcelas do financiamento ao tomador final, com base no índice de variação de preços, regularmente calculado e publicamente reconhecido, a ser definido pelo Ministério do Turismo.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DE OPERAÇÃO

Art. 10 A concessão de financiamento, por meio de linhas de crédito com recursos do FUNGETUR, subordina-se às condições básicas de operação estabelecidas nesta Portaria.

§ 1º O Ministério do Turismo divulgará o limite de recursos disponível para contratação dos financiamentos.

§ 2º Os prestadores de serviços turísticos e as sociedades empresárias habilitados a realizar operações de financiamento com os recursos do FUNGETUR devem apresentar um projeto a um dos agentes financeiros credenciados ao Fundo.

§ 3º O modelo do projeto de que trata o § 2º e a documentação necessária à instrução do processo de financiamento será estabelecida pelo agente financeiro credenciado.

§ 4º Caso o projeto de que trata o § 2º possua mais de um financiamento, a soma de seus valores não poderá ultrapassar o montante equivalente a 100% (cem por cento) do valor do investimento fixo total do projeto.

§ 5º Os recursos do FUNGETUR serão liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro, mantendo-se sempre a proporcionalidade das fontes estabelecidas no projeto aprovado pelo agente financeiro, observada a regular e efetiva aplicação dos recursos mediante documentação pertinente.

§ 6º O retorno do valor principal financiado e da remuneração deverão ser efetuados em parcelas mensais, fixadas a partir do término do prazo de carência, ressalvando-se que, durante esse período, o tomador recolherá a atualização monetária e os juros decorrentes do financiamento concedido.

Art. 11. O detalhamento das condições básicas de operação está estabelecido no Anexo II desta Portaria.

CAPÍTULO VII

DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO

Art. 12. O agente financeiro, a título de del credere, fará jus à remuneração equivalente à taxa de juros prefixada estabelecida para as operações de financiamento para cobertura dos seus custos administrativos e tributários.

Parágrafo único. O agente financeiro poderá, também, cobrar do tomador final taxa para análise, aprovação e acompanhamento do projeto.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O saldo das aplicações, apurado em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do FUNGETUR.

Art. 14. As normas gerais e os critérios de aplicação dos recursos de que trata esta Portaria serão revistos, sempre que necessário, visando ao aprimoramento das condições operacionais de crédito de modo a garantir recursos compatíveis com os pleitos de investimentos turísticos, a fim de adequá-los às demandas por crédito público e às condições socioeconômicas existentes.

Art. 15. Os beneficiários dos créditos adquiridos por meio das linhas de financiamento do FUNGETUR ficam obrigados a afixar nos empreendimentos placa ou adesivo alusivo ao apoio concedido pelo Ministério do Turismo, conforme modelo a ser disponibilizado pela referida Pasta.

Art. 16 Os casos omissos ou as dúvidas oriundas da aplicação das normas gerais, critérios de aplicação e condições básicas de operacionalização dos recursos do FUNGETUR serão dirimidos pelo Ministério do Turismo.

ANEXO II

DETALHAMENTO DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DE OPERAÇÃO DO FUNGETUR

OBJETIVO: financiamento de investimentos em capital fixo.

1. Itens financiáveis: obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, e capital de giro associado.

a) público-alvo: sociedades empresárias, preferencialmente micro, médias e pequenas empresas; empresários individuais e Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada- EIRELI, legalmente constituídas e com registro no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR;

b) valor financiável: até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

c) participação no financiamento: até 80% (oitenta por cento) do valor do investimento;

d) capital de giro: até 30% (trinta por cento) do valor financiado;

e) encargos financeiros: de até 5% a.a. + SELIC;

f) atualização do principal: o saldo devedor será atualizado pela variação anual da SELIC;

g) prazos: serão determinados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do empreendedor, podendo ser:

g.1) amortização: até 240 meses; e

g.2) carência: até 60 meses.

h) utilização do Sistema de Amortização Constante - SAC.

OBJETIVO: financiamento de bens.

2. Itens financiáveis: bens destinados a empreendimentos turísticos e capital de giro associado.

a) público-alvo: sociedades empresárias, preferencialmente micro, médias e pequenas empresas; empresários individuais e Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada- EIRELI, legalmente constituídas e com registro no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR;

b) valor financiável: até R$ 10.000.000,00 (dez milhões);

c) participação no financiamento: até 100% (cem por cento) do valor do investimento;

d) capital de giro: até 30% (trinta por cento) do valor financiado;

e) encargos financeiros: de até 5% a.a. + SELIC;

f) atualização do principal: o saldo devedor será atualizado pela variação anual da SELIC;

g) prazos: serão determinados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do empreendedor, podendo ser:

g.1) amortização: até 60 meses; e

g.2) carência: até 12 meses.

h) utilização do Sistema de Amortização Constante - SAC.

OBJETIVO: financiamento de capital de giro isolado.

3. Itens financiáveis: capital de giro destinado a empreendimentos turísticos.

a) público-alvo: sociedades empresárias, preferencialmente micros, médias e pequenas empresas; empresários individuais e Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada- EIRELI, legalmente constituídas e com registro no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - CADASTUR;

b) valor financiável: até R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

c) participação no financiamento: até 100% (cem por cento) do valor do investimento;

d) encargos financeiros: de até 5% a.a. + SELIC. Poderá ser admitida a cobrança de encargos para complementação de garantias;

e) atualização do principal: o saldo devedor será atualizado pela variação anual da SELIC;

f) prazos: serão determinados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do empreendedor, podendo ser:

f.1) amortização: até 60 meses; e

f.2) carência: até 12 meses;

g) utilização do Sistema de Amortização Constante - SAC.

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 90-E, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O DIRETOR - PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

18-1039 AS VIÚVOS
Processo: 01416.020180/2018-64
Proponente: SALA 12 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.640.643/0001-74
Valor total aprovado: de R$ 2.400.105,88 para R$ 3.247.533,50
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.280.086,74 para R$ 2.500.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 387.103,50
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 769, realizada em 22/09/2020
Prazo de captação: até 31/12/2022.

Art. 2º Aprovar as análises complementares e os prazos de captação dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

19-0413 TURMA DA MÔNICA: LIÇÕES
Processo: 01416.009094/2019-81
Proponente: BIÔNICA CINEMA E TV LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.570.789/0001-65
Valor total aprovado: de R$ 9.432.164,11 para R$ 9.102.139,41
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 144.682,41
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 769, realizada em 22/09/2020
Prazo de captação: até 31/12/2023.

18-0836 CRIAÇÃO BRASILEIRA: DESIGN DE ARTESANATO
Processo: 01416.012637/2018-67
Proponente: AIUÊ PRODUTORA E EDITORA LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.225.539/0001-13
Valor total aprovado: de R$ 1.033.881,61 para R$ 1.658.341,90
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 340.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 574.753,66
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 769, realizada em 22/09/2020
Prazo de captação: até 31/12/2022.

19-0110 NEM TUDO SE DESFAZ
Processo: 01416.001875/2019-28
Proponente: JOSIAS SARAIVA MONTEIRO NETO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS EIRELI
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 31.608.781/0001-25
Valor total aprovado: de R$ 558.000,00 para R$ 156.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 530.100,00 para R$ 78.000,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 0,00 para R$ 31.930,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 769, realizada em 22/09/2020
Prazo de captação: até 31/12/2022.

Art. 3º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual para o qual a proponente estava autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

17-0232 ECONOMIA CIRCULAR
Processo: 01416.015017/2017-07
Proponente: PRODUTORA BRASILEIRA DE ARTE E CULTURA LTDA
Cidade/UF: Santos / SP
CNPJ: 13.483.286/0001-55
Valor total aprovado: de R$ 500.000,00 para R$ 304.300,11
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 300.000,00 para R$ 289.085,10
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 769, realizada em 22/09/2020
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 4º As Deliberações produzem efeitos a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO Nº 21-E, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento de fontes de recursos e prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada.

18-0512 BABY
Processo: 01416.009051/2018-15
Proponente: PLATEAU MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 74.425.067/0001-04
Valor total aprovado: R$ 2.637.969,90
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 568.071,41
Prazo de captação: até 31/12/2021

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ELISA FARIAS SAUWEN DE ALMEIDA

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

PORTARIA Nº 292, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação dos atos normativos hierarquicamente inferiores a Decreto no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20, inciso IV do Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto no Decreto no 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta portaria estabelece os procedimentos a serem adotados para revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus, nos termos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

§ 1º O disposto nesta portaria aplica-se a qualquer ato inferior a decreto com conteúdo normativo editado pela Presidência do Instituto Brasileiro de Museus e que verse sobre matéria de sua competência.

§ 2º Esta portaria não se aplica a:

I - atos cujo destinatário, pessoa natural ou jurídica, esteja nominalmente identificado; e

II - recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implique aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais.

Art. 2º Ficam designados o Chefe de Gabinete e o Serviço de Apoio ao Gabinete para estruturar, coordenar, prestar orientação técnica e monitorar os trabalhos de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, observados os procedimentos, regras e prazos do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 3º Compete aos titulares dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus propor à Presidência a revisão, a consolidação ou a revogação de atos normativos inferiores a decreto, editados dentro de suas competências, observados os prazos e procedimentos estabelecidos.

Parágrafo único. Os titulares dos integrantes da estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus destacarão servidor responsável por:

I - participar das reuniões de alinhamento e capacitações promovidas;

II - orientar, apoiar e monitorar os procedimentos administrativos que visem à revisão e consolidação de atos, no âmbito das unidades que representam;

III - prestar informações relacionadas ao desenvolvimento das atividades e cumprimento dos prazos; e

IV - contribuir com o Chefe de Gabinete e o Serviço de Apoio ao Gabinete no aprimoramento de procedimentos e definição de orientações comuns.

Art. 4º Caberá à Assessoria de Comunicação estruturar seção específica no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Museus, estabelecer e orientar os procedimentos para divulgação das informações relativas aos atos normativos publicados pelo Instituto Brasileiro de Museus, em observância às diretrizes do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e às normas complementares dispostas pela Procuradoria Federal junto ao Instituto Brasileiro de Museus.

CAPÍTULO II

DAS FASES DE REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO

Art. 5º A revisão e a consolidação de que trata esta Portaria terão as seguintes fases:

I - triagem;

II - exame; e

III - consolidação ou revogação.

Seção I

DA TRIAGEM

Art. 6º Os órgãos integrantes da estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus identificarão e farão a listagem de todos os atos normativos inferiores a decreto editados no âmbito de suas competências e não revogados expressamente.

§ 1º O Chefe de Gabinete e o Serviço de Apoio ao Gabinete serão responsáveis por, em conjunto, proceder à identificação e à análise dos atos referentes aos órgãos ou órgãos extintos e cujas competências não foram absorvidas por outros integrantes da estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus.

§ 2º Os órgãos encaminharão a listagem de que trata o caput , na forma a ser orientada pelo Chefe de Gabinete e o Serviço de Apoio ao Gabinete, até 1º de outubro de 2020.

Art. 7º O Chefe de Gabinete e o Serviço de Apoio ao Gabinete farão a consolidação dos atos levantados pelos órgãos e encaminhará as informações à Assessoria de Comunicação para divulgação no sítio eletrônico até 2 de outubro de 2020.

Seção II

DO EXAME

Art. 8º Os atos normativos listados na fase de triagem deverão ser separados por pertinência temática e analisados pelos órgãos competentes, de forma a:

I - verificar a vigência dos atos normativos e se, eventualmente, foram revogados;

II - identificar os atos com necessidade de revogação;

III - se vigentes, identificar necessidade de revisão e consolidação;

IV - sugerir eixos temáticos normativos; e

V - identificar atos com valor normativo idêntico ou assuntos congêneres e agrupá-los nos eixos temáticos normativos.

§ 1º Na identificação da necessidade de revisão deverá ser verificada se a forma dos atos segue os preceitos vigentes, conforme estabelecido no art. 13 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

§ 2º O envio ao Chefe de Gabinete de relatório contendo as informações relativas ao caput se dará até 30 de outubro de 2020.

§ 3º O Chefe de Gabinete disporá sobre a forma de apresentação do relatório a que se refere o § 2º, podendo ainda requerer informações adicionais e solicitar ajustes aos dados apresentados.

Seção III

DA REVISÃO E CONSOLIDAÇÃO

Art. 9º. O órgão competente fará a revisão dos atos normativos cuja necessidade de revisão ou consolidação tenha sido identificada na fase de exame, resultando em:

I - proposta de ato que expressamente revogue normativo inferior a decreto:

a) já revogado tacitamente;

b) cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

c) vigente, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

II - proposta de ato que revise normativos anteriores e edite ato consolidado sobre a matéria, em diploma legal único, com a revogação expressa dos anteriores; ou

III - na conclusão de que o ato vigente atende às regras de consolidação e às técnicas de elaboração, redação e alteração de atos normativos.

§ 1º A revogação de normativos de que trata o inciso I é obrigatória e poderá ser formalizada em ato único.

§ 2º A consolidação de que trata o inciso II incluirá o aperfeiçoamento da técnica legislativa do ato, inclusive com:

I - introdução de novas divisões do texto legal básico;

II - fusão de dispositivos repetitivos ou de valor normativo idêntico;

III - atualização da denominação de órgãos e de entidades da administração pública federal;

IV - atualização de termos e de linguagem antiquados;

V - eliminação de ambiguidades;

VI - homogeneização terminológica do texto; e

VII - supressão dos dispositivos de que trata o § 1º.

§ 3º A denominação diversa dos atos normativos sobre a mesma matéria não afasta a obrigação de sua consolidação em um único ato.

Art. 10. A publicação dos atos normativos ocorrerá nos seguintes prazos:

I - primeira etapa - até 30 de novembro de 2020;

II - segunda etapa - até 26 de fevereiro de 2021;

III - terceira etapa - até 31 de maio de 2021;

IV - quarta etapa - até 31 de agosto de 2021; e

V - quinta etapa - até 30 de novembro de 2021.

Art. 11. A divisão dos atos normativos por pertinência temática para atender o disposto no art. 8º será proposta pelo Chefe de Gabinete e Serviço de Apoio ao Gabinete.

Art. 12. O órgão competente encaminhará a proposta de revisão ou consolidação de ato normativo ao Chefe de Gabinete que o encaminhará para a Procuradoria Federal junto ao Instituto Brasileiro de Museus para análise jurídica, com no mínimo 30 dias de antecedência ao respectivo prazo para publicação.

§ 1º Para a finalidade de que trata o caput, o órgão deverá instruir processo SEI do tipo: 020.1a LEGISLAÇÃO (Normas, Regulamentações, Diretrizes, Estatutos, Regulamentos, Procedimentos, Estudos e/ou Decisões de Caráter Geral), com:

I - a proposta de ato normativo;

II - cópia dos normativos a serem revogados;

III - nota informativa que justifique e fundamente, de forma clara e objetiva, a edição do ato normativo, observado no que couber o disposto no art. 27 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017; e

IV - quadro comparativo que demonstre as alterações entre o texto vigente e o texto proposto.

§ 2º Deverão ser respeitados os prazos contidos na Portaria Conjunta IBRAM/PROFER n.º 01, de 22 de junho de 2016.

Art. 13. O titular do órgão competente será responsável por submeter a proposta final de ato normativo que atenda aos requisitos formais e materiais necessários à aprovação do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, observados os prazos de publicação.

Art. 14. Após a publicação do ato, os órgãos competentes encaminharão à Chefia de Gabinete e à Assessoria de Comunicação cópia do ato publicado, no respectivo processo SEI.

CAPÍTULO III

DA EDIÇÃO E REVISÃO DE ATOS

Art. 15. Os atos normativos inferiores a decreto editados no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus serão:

I - portarias - atos normativos editados por uma ou mais autoridades singulares;

II - resoluções - atos normativos editados por colegiados; ou

III - instruções normativas - atos normativos que, sem inovar, orientem a execução das normas vigentes pelos agentes públicos.

§ 1º O disposto no caput não afasta a possibilidade de:

I - uso excepcional de outras denominações de atos normativos por força de exigência legal;

II - edição de portarias, resoluções ou instruções normativas conjuntas; ou

III - edição de portarias de pessoal.

§ 2º As portarias de pessoal são os atos referentes a agentes públicos nominalmente identificados.

Art. 16. Os atos de competência do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus ou de colegiado do qual participe serão instruídos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), precedidos de análise jurídica da Procuradoria Federal junto ao Instituto Brasileiro de Museus, nos termos da Portaria Conjunta IBRAM/PROFER n.º 01, de 22 de junho de 2016.

Art. 17. Os atos normativos estabelecerão data certa para a sua entrada em vigor e para a produção de efeitos:

I - de, no mínimo, uma semana após a data de sua publicação; e

II - sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justificada no expediente administrativo.

§ 2º O Instituto Brasileiro de Museus terá até 1º de dezembro de 2021 para que os atos normativos sejam divulgados no portal eletrônico gov.br:

I - com registro no corpo do ato das alterações realizadas por normas esparsas, das revogações de dispositivos e das suspensões ou das invalidações por determinação judicial com efeito erga omnes;

II - em padrão linguagem de marcação de hipertexto;

III - em endereço de acesso permanente e único por ato; e

IV - em sítio eletrônico que abranja todos os atos do órgão ou da entidade.

§ 3º O prazo para divulgação, na forma prevista neste artigo, de registro no corpo do ato das alterações de que trata o inciso I do § 2º é de um dia útil, contado da data da entrada em vigor do ato normativo e, na hipótese de suspensão ou de invalidação do ato normativo por determinação judicial, de cinco dias úteis, contado da data da comunicação.

§ 4º Será divulgado diariamente ementário com as normas publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 18. Os órgãos integrantes da estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus deverão manter controles permanentes e atualizados que possibilitem a identificação e vigência dos atos normativos editados no âmbito de suas competências.

Art. 19. Será de responsabilidade da Assessoria de Comunicação promover e monitorar o cumprimento das obrigações de divulgação em transparência ativa das informações relativas aos atos normativos inferiores a decreto editados pelo Instituto Brasileiro de Museus.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Museus.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO MACHADO MASTROBUONO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 60, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

A DIRETORA SUBSTITUTA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 475, de 30/11/2016, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

II - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DANIELI HELENCO

ANEXO I

01-Processo nº 01500.003233/2013-19
Projeto: Monitoramento Arqueológico das Obras de Implantação da LT 345KV - Comperj
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes Lins
Área de Abrangência: Municípios de Itaboraí e Cachoeira de Macacu, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 03 (três) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01409.000271/2020-97
Projeto: Prospecção e Monitoramento Arqueológico para Obras no Santuário de Anchieta
Arqueólogo Coordenador: Ricardo Augusto Silva Nogueira
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Anchieta, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ventos Tecnologia Elétrica Ltda
Empreendimento: Complexo Eólico Serra do Feiticeiro
Processo nº 01421.000114/2020-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Complexo Eólico Serra do Feiticeiro
Arqueólogo Coordenador: Thiago Fonseca de Sousa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História - Larq-CCHLA-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 03 (três) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lan Comércio e Transporte Ltda EPP
Empreendimento: Jazida Lan Transportes
Processo n.º 01504.000029/2020-35
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Jazida Lan Transportes
Arqueóloga Coordenadora: Jane Viana Almeida de Carvalho
Arqueóloga de Campo: Silvia Santos Seixas
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Santo Amaro das Brotas, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

03-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: EDP Transmissão Aliança SC S.A
Empreendimento: SE 525/230 kV Siderópolis 2; LTs 525 kV Biguaçu - Siderópolis 2, Siderópolis 2 - Abdon Batista CD, Abdon Batista - Campos Novos C2; LTs 230 kV Siderópolis 2 - Siderópolis CD, Siderópolis 2 - Forquilhinha
Processo nº 01510.000292/2018-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação da SE 525/230 kV Siderópolis 2; LT's 525 kV Biguaçu - Siderópolis 2, Siderópolis 2 - Abdon Batista CD, Abdon Batista - Campos Novos C2; LT's 230 kV Siderópolis 2 - Siderópolis CD, Siderópolis 2 - Forquilhinha
Arqueóloga Coordenadora: Ana Lucia Herberts
Área de Abrangência: Municípios de Águas Mornas, Anita Garibaldi, Orleans, Painel, Bom Jardim da Serra, Braço do Norte, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Cerro Negro, Forquilhinha, Grão Pará, Rio Fortuna, Lages, São Pedro de Alcântara, São Ludgero, Abdon Batista, Antônio Carlos, Cocal do Sul, Biguaçu, Lauro Muller, Nova Veneza, Siderópolis, São Bonifácio, São Joaquim, São Martinho, Urupema e Urussanga, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vida Nova Londrina - Empreendimento Imobiliário Ltda
Empreendimento: Loteamento Terra Nova 1 e 2 (Nova Vida Londrina)
Processo nº 01508.000419/2020-75
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Terra Nova 1 e 2 (Nova Vida Londrina)
Arqueóloga Coordenadora: Lilian Benevides Guedes Lins
Arqueólogo de Campo: Jouran de Deus Ferreira
Área de Abrangência: Município de Londrina, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Dom Pedro II Transmissora e Energia SPE Ltda
Empreendimento: Trecho de LT CD 230 kV entre a SE Crato II e o Seccionamento da LT 230 kV Milagres - Tauá II C1
Processo nº 01496.000253/2020-73
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do na Área Diretamente Afetada do Trecho de LT CD 230 kV entre a SE Crato II e o Seccionamento da LT 230 kV Milagres - Tauá II C1
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Manoel Ramos Júnior
Apoio Institucional: Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio - ICA
Área de Abrangência: Municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Caririaçu, estado do Ceará
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: BPM Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Pôr do Sol
Processo nº 01508.000113/2020-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Pôr do Sol
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueóloga de Campo: Amanda Lopes da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Santa Izabel do Oeste, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: FFM Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Fechado FFM 1 e FFM 2
Processo nº 01516.000829/2019-83
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para as Áreas do Loteamento Fechado FFM 1 e FFM 2
Arqueólogo Coordenador: Mozart Martins de Araújo Junior
Arqueóloga de Campo: Isadora Silva Mota
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos" - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Município de Senador Canedo, estado de Goiás
Prazo de Validade: 03 (três) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: José Carmo Alves
Empreendimento: Condomínio Hoteleiro Alto de Pitinga
Processo nº 01502.000757/2020-67
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do na Área do Empreendimento Condomínio Hoteleiro Alto de Pitinga
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Área de Abrangência: Município de Porto Seguro, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MetroGreen Skyrail Concessionária da Bahia S.A
Empreendimento: VLT - Monotrilho do Subúrbio
Processo: 01502.001209/2019-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do VLT - Monotrilho do Subúrbio Fase 1 - Trecho 1
Arqueóloga Coordenadora: Jeanne Almeida Dias
Arqueólogo de Campo: Railson Cotias da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VII - Senhor do Bonfim
Área de Abrangência: Município de Salvador, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rôgga Construtora e Incorporadora S.A
Empreendimento: Residencial Tigre
Processo nº 01510.000528/2020-43
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Empreendimento Imobiliário Residencial Tigre
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Thiago Vieira Torquato
Apoio Institucional: Museu Etno-Arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Balneário Piçarras, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: 2M Loteadora Ltda e M. I. Assis & Mazaron Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Diamante e Loteamento Jardim Imperial
Processo nº 01508.000743/2019-50
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na área dos Loteamentos Jardim Diamante e Jardim Imperial
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Paiçandu, estado do Paraná
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fernando Isoton
Empreendimento: CGH Quevedos
Processo nº 01512.000200/2020-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Quevedos
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Sousa
Arqueóloga de Campo: Graciele Tules de Almeida
Apoio Institucional: Laboratório de Cultura Material e Arqueologia, Núcleo de Pré História e Arqueologia (Lacuma/Nupha) - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Municípios de Quevedos e Jari, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Millenium Bioenergia Bonfim Ltda
Empreendimento: Usina Millenium Bonfim Bioenergia
Processo nº 01419.000134/2019-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Usina Millenium Bonfim Bioenergia
Arqueóloga Coordenadora: Crisvanete de Castro Aquino
Arqueóloga de Campo: Isabelly Maria Gomes Vieira
Área de Abrangência: Município de Bonfim, estado de Roraima
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Dom Pedro II Transmissora e Energia SPE Ltda
Empreendimento: Subestação 230/69-13,8 kV Crato II
Processo nº 01496.000252/2020-29
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada da Subestação 230/69-13,8 kV Crato II
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Manoel Ramos Júnior
Apoio Institucional: Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio - ICA
Área de Abrangência: Município do Crato, estado do Ceará
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Multiloc Locadora e Serviços Ltda
Empreendimento: Multiloc Locadora e Serviços Ltda - 896.456/2013
Processo nº 01409.000060/2020-54
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Multiloc Locadora e Serviços Ltda - 896.456/2013
Arqueólogo Coordenador: Mauro Almeida e Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de São Mateus, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Termoclave Ambiental Ltda EPP
Empreendimento: Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Termoclave
Processo nº 01504.000194/2020-97
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Termoclave
Arqueólogo Coordenador: Ronaldo José Ferreira Alves Santos
Arqueólogo de Campo: Lucas Ferreira dos Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Itaporanga D'Ajuda, estado do Sergipe
Prazo de Validade: 03 (três) meses

14-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Oitis 5 Energia Renovável S.A
Empreendimento: Parque Eólico Oitis 5
Processo nº 01402.000635/2019-65
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Oitis 5
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Município de Dom Inocêncio, estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

15-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: SPE Transmissora de Energia Linha Verde II S/A
Empreendimento: Linha de Transmissão 500kv Presidente Juscelino - Itabira 5 - C2
Processo nº 01450.005243/2018-36
Projeto: Proteção, Cercamento, Sinalização e Monitoramento Arqueológico na Área da Linha de Transmissão LT 500 kv Presidente Juscelino - Itabira 5 - C2
Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Arqueóloga de Campo: Alessandra Teixeira Fontes
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Municípios de Presidente Juscelino, Santana de Pirapama, Baldim, Santana do Riacho, Jaboticatubas, Taquaruçu de Minas, Nova União e Itabira, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 14 (quatorze) meses

16-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Jefferson Antunes de Carvalho
Empreendimento: Fazenda Planura I
Processo n.º 01422.000350/2019-96
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Fazenda Planura I
Arqueóloga Coordenadora: Crisvanete de Castro Aquino
Arqueólogo de Campo: Fábio Isidio dos Santos
Área de Abrangência: Município de Taipas do Tocantins, estado de Tocantins
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Marcussi Loteadora e Participações Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Marcussi
Processo nº 01508.000520/2020-26
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Jardim Marcussi
Arqueólogo Coordenador: Felipe Roger Alves Glória
Arqueólogo de Campo: Felipe Roger Alves Glória

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Paiçandu, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Leoni Rodrigues Giacobbo
Empreendimento: Loteamento Boa Esperança
Processo nº 01508.000331/2019-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Boa Esperança
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Boa Esperança do Iguaçu, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

19-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Ferreira Costa & Cia Ltda
Empreendimento: Home Center Ferreira Costa
Processo n.º 01498.001120/2018-80
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação do Home Center Ferreira Costa
Arqueólogo Coordenador: Gabriel Farias Carneiro
Arqueólogo de Campo: Gabriel Farias Carneiro
Área de Abrangência: Município de Caruaru, estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 03 (três) meses

20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Intacta Desenvolvimento Imobiliário Ltda-ME
Empreendimento: Loteamento Aberto Vila In Riviera
Processo nº 01516.000330/2020-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Aberto Vila In Riviera
Arqueólogo Coordenador: João Luiz de Oliveira Lopes
Arqueólogo de Campo: Lucas Renan Lobato Lima da Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí "Francisco Honório de Campos - Prefeitura de Jataí
Área de Abrangência: Município de Senador Canedo, estado de Goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA Nº 28, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Suspensão Temporária de Contrato

Contratada: Construtora Amazonas Comércio e Indústria Ltda - CNPJ: 01.584.861/0001-27;
Contratante: Superintendência do Iphan em Goiás - CNPJ: 26.474.056/0015-77
Modalidade de licitação: Concorrência nº 01/2019

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias nº 673, de 16 de outubro de 2009, e considerando o disposto no art. 4º da Portaria 175, de 18 de março de 2020, ao Decreto Estadual nº 9.685/2020, bem como a solicitação da Construtora Amazonas Comércio e Industria Ltda, e conforme o constante no Processo nº 01516.000326/2019-16, resolve:

Art.1º Autorizar a suspensão temporária do Contrato nº 06/2019, que tem como objeto a execução da obra de restauração da Antiga Chefatura de Polícia, pertencente ao acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco de Goiânia nos termos requeridos pelo Ofício s/nº da Construtora Amazonas Comércio e Indústria Ltda. e acatado pela fiscalização do Contrato. Data de início da suspensão: 26/08/2020, data final da suspensão: 02/10/2020.

Art. 2º A suspensão será realizada sem ônus para o IPHAN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 26/08/2020.

ALLYSON RIBEIRO E SILVA CABRAL

PORTARIA Nº 29, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Suspensão Temporária de Contrato

Contratada: Geometrie Projetos e Serviços de Urbanismo e Arquitetura Ltda - CNPJ: 15.289.250.0001-60;
Contratante: Superintendência do Iphan em Goiás - CNPJ: 26.474.056/0015-77
Modalidade de licitação: Tomada de Preços nº 03/2019

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Portarias nº 673, de 16 de outubro de 2009, considerando a solicitação da Empresa Geometrie Projetos e Serviços de Urbanismo e Arquitetura Ltda, e conforme o constante no Processo nº 01516.000293/2019-04, resolve:

Art.1º Autorizar a suspensão temporária do Contrato nº 08/2019, que tem como objeto a elaboração de projetos executivos para requalificação Urbana do Largo da Igreja Matriz de Pirenópolis e da Igreja Matriz de Corumbá de Goiás, nos termos requeridos pela Contratada por meio de Carta Externa. Data de início da suspensão: 26/09/2020, data final da suspensão: 05/10/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALLYSON RIBEIRO E SILVA CABRAL

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA Nº 107, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Presidente da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16 do Anexo I da Lei nº 8.297/2014 (Estatuto da FBN), pelos incisos I e VII do art. 6º do Regimento Interno da FBN e CONSIDERANDO:

a) a Lei Federal nº 13.979/2020 e subsequentes alterações, que estabelecem medidas para enfrentamento de emergências de saúde pública de importância internacional, decorrente da COVID-19, regulamentada pela Portaria MS nº 356, de 11/03/2020; o Decreto Federal nº 7.616, de 17/11/2011, o Decreto Federal nº 10.212, de 30/01/2020, a Portaria MS nº 188, de 03/02/2020, a Instrução Normativa da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal nº 19, de 12/03/2020 e posteriores alterações, a Nota Técnica DELOG/SEGES/MP nº 66/2018, a Política de Gestão de Riscos da FBN, publicada em 06/11/2019, as recomendações contidas no Ofício Circular nº 251/2020/GSE/SE, de 16/03/2020;

b) o acentuado registro de casos confirmados e de óbitos por COVID-19 no Estado do Rio de Janeiro, segundo as informações tornadas públicas pelas autoridades sanitárias;

c) as recomendações do Ministério da Saúde para tais situações, em especial o isolamento social e a adoção do trabalho remoto, quando possível; as recomendações do Ministério da Economia, em especial aquelas contidas nas Instruções Normativas nºs 19, de 12/03/2020 e alterações posteriores e 65, de 30/07/2020; além das medidas emergenciais estabelecidas pelas demais esferas federativas por meio dos Decretos Municipais nºs 47.882, de 03/09/2020; 47.794, de 19/08/2020; 47.770, de 07/08/2020; 47.488, de 02/06/2020; 47.246, de 12/03/2020; 47.282/2020, de 21/03/2020, e alterações posteriores; da Leis Estaduais nºs 8.859, de 03/06/2020; 8.794, de 17/04/2020 e alterações posteriores; e dos Decretos Estaduais nºs 47.287, de 18/09/2020; 47.249; 47.246, de 01/09/2020; 47.228, de 24/08/2020; 47.205, de 10/08/2020; 47.128, de 19/06/2020; 46.973, de 16/03/2020, e alterações posteriores;

d) a Decisão prolatada pela Diretoria Colegiada na 15ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada do ano de 2020, realizada em 24/09/2020, resolve:

Art. 1º Ficam prorrogadas, por mais 15 (quinze) dias, as disposições da Portaria FBN nº 035, de 18/03/2020, conforme previsão contida em seu art. 12, a contar da assinatura da presente Portaria, com vigência, portanto, do dia 29/09/2020 ao dia 13/10/2020, haja vista anteriores prorrogações operadas pelas Portarias nºs 101, de 10/09/2020; 096, de 27/08/2020; 093, de 13/08/2020; 085, de 29/07/2020; 082, de 14/07/2020; 079, de 29/06/2020; 076, de 15/06/2020; 058, de 29/05/2020; 052, de 15/05/2020; 046, de 29/04/2020; 044, de 15/04/2020 e 041, de 30/03/2020.

RAFAEL ALVES DA SILVA

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 138, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 2º quadrimestre de 2020, conforme Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	381.709.734,40	382.171.476,78	382.701.056,56	694.040.845,00	593.675.620,21	388.278.364,61	395.643.407,26	392.938.459,97	394.780.411,20	398.209.742,45	446.566.760,97	398.184.036,41	5.248.899.915,82	5.053.834,13
Pessoal Ativo	325.220.671,85	325.099.814,97	325.873.540,08	593.794.042,88	508.624.032,98	330.945.218,01	338.299.700,92	335.491.959,58	337.385.708,51	340.551.124,73	385.684.171,94	340.718.921,38	4.487.688.907,83	3.995.659,74
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	279.488.235,09	279.590.188,73	279.807.797,66	501.792.892,53	462.628.816,94	284.752.984,12	281.062.961,00	278.025.553,95	280.188.684,92	283.184.746,83	328.338.056,17	283.327.821,85	3.822.188.739,79	3.454.563,66
Obrigações Patronais	45.713.577,48	45.489.205,94	46.046.883,14	91.980.227,43	45.977.594,54	46.175.062,49	57.219.568,52	57.449.234,23	57.190.109,48	57.442.427,71	57.346.115,77	57.391.099,53	665.421.106,26	541.096,08
Benefícios Previdenciários	18.859,28	20.420,30	18.859,28	20.922,92	17.621,50	17.171,40	17.171,40	17.171,40	6.914,11	-76.049,81			79.061,78	
Pessoal Inativo e Pensionistas	56.489.062,55	57.071.661,81	56.827.516,48	100.246.802,12	85.051.587,23	57.333.146,60	57.343.706,34	57.446.500,39	57.394.702,69	57.658.617,72	60.882.589,03	57.465.115,03	761.211.007,99	1.058.174,39
Aposentadorias, Reserva e Reformas	44.585.053,66	45.001.284,68	44.790.986,68	79.443.223,01	66.787.396,90	45.190.345,98	45.172.543,87	45.204.533,37	45.198.081,17	45.213.444,82	48.122.205,31	45.060.585,95	599.769.685,40	857.094,81
Pensões	11.904.008,89	12.033.048,48	11.999.201,15	20.803.579,11	18.264.190,33	12.142.800,62	12.171.162,47	12.241.967,02	12.196.621,52	12.445.172,90	12.760.383,72	12.404.529,08	161.366.665,29	201.079,58
Outros Benefícios Previdenciários		37.328,65	37.328,65										74.657,30	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	56.489.062,55	57.073.222,83	56.827.516,48	33.154.121,96	85.051.587,23	57.333.240,88	57.345.572,24	57.446.500,39	58.316.084,75	57.805.367,51	60.882.589,03	57.465.115,03	695.189.980,88	13.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		1.561,02		11.632.340,21		94,28	1.865,90		921.382,06	146.749,79			12.703.993,26	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	56.489.062,55	57.071.661,81	56.827.516,48	21.521.781,75	85.051.587,23	57.333.146,60	57.343.706,34	57.446.500,39	57.394.702,69	57.658.617,72	60.882.589,03	57.465.115,03	682.485.987,62	13.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	325.220.671,85	325.098.253,95	325.873.540,08	660.886.723,04	508.624.032,98	330.945.123,73	338.297.835,02	335.491.959,58	336.464.326,45	340.404.374,94	385.684.171,94	340.718.921,38	4.553.709.934,94	5.040.834,13

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2]	765.111.520.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	4.558.750.769,07	0,60
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.590.669.120,00	0,60
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.361.135.664,00	0,57
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	4.131.602.208,00	0,54

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 22/setembro/2020 e hora de emissão 15h e 30m.

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN nº 504, de 21/9/2020.

Nota: Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	TOTAL (Últimos 12 Meses) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	58.526.441,79	58.696.739,80	58.213.187,63	117.329.264,52	91.806.646,87	59.211.799,50	60.602.792,09	60.689.576,31	60.508.450,62	60.681.438,61	71.546.720,81	60.551.511,67	818.364.570,22	256.030,36
Pessoal Ativo	51.237.049,92	51.344.989,79	50.942.487,80	100.194.963,23	80.811.946,65	51.874.115,15	53.229.371,82	53.301.723,93	53.121.464,21	53.369.025,15	63.875.511,29	53.253.042,38	716.555.691,32	256.030,36
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.362.441,35	44.439.890,39	44.023.816,50	86.279.682,76	73.833.333,16	44.881.865,77	44.456.067,56	44.492.086,44	44.293.850,63	44.610.383,41	55.143.855,81	44.476.959,13	615.294.232,91	209.996,27
Obrigações Patronais	6.874.608,57	6.905.099,40	6.918.671,30	13.915.280,47	6.978.613,49	6.992.249,38	8.773.304,26	8.809.637,49	8.827.613,58	8.758.641,74	8.731.655,48	8.776.083,25	101.261.458,41	46.034,09
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.289.391,87	7.351.750,01	7.270.699,83	17.134.301,29	10.994.700,22	7.337.684,35	7.373.420,27	7.387.852,38	7.386.986,41	7.312.413,46	7.671.209,52	7.298.469,29	101.808.878,90	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.679.246,43	5.742.617,73	5.693.572,20	14.674.222,61	8.512.242,47	5.680.089,67	5.715.427,78	5.729.859,89	5.729.465,08	5.688.592,11	6.021.623,77	5.707.448,29	80.574.408,03	

Pensões	1.610.145,44	1.609.132,28	1.577.127,63	2.460.078,68	2.482.457,75	1.657.594,68	1.657.992,49	1.657.992,49	1.657.521,33	1.623.821,35	1.649.585,75	1.591.021,00	21.234.470,87	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	7.289.391,87	7.351.750,01	6.780.565,68	797.497,49	10.994.700,22	7.400.906,76	7.337.429,98	7.440.404,29	7.386.986,41	7.312.413,46	7.671.209,52	7.298.469,29	85.061.724,98	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				797.497,49		63.222,41	-35.990,29	52.551,91					877.281,52	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.289.391,87	7.351.750,01	6.780.565,68		10.994.700,22	7.337.684,35	7.373.420,27	7.387.852,38	7.386.986,41	7.312.413,46	7.671.209,52	7.298.469,29	84.184.443,46	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	51.237.049,92	51.344.989,79	51.432.621,95	116.531.767,03	80.811.946,65	51.810.892,74	53.265.362,11	53.249.172,02	53.121.464,21	53.369.025,15	63.875.511,29	53.253.042,38	733.302.845,24	256.030,36

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ²	765.111.520.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	733.558.875,60	0,0959
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF e Decreto nº 3.917/2001, com redação dada pelo Decreto nº 10.120/2019)	1.017.598.321,60	0,1330
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	966.718.405,52	0,1264
LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	915.838.489,44	0,1197

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 22/setembro/2020 e hora de emissão 15h e 30m.

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN nº 504, de 21/9/2020.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Secretária-Geral

RONALDO DA SILVA PEREIRA
Auditor-Chefe

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Procurador-Geral da República

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.418, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016), bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.1500.0002357/2019-24, resolve:

Art. 1º Determinar a alteração do status do 12° Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região para "ofício provido com designação suspensa", enquanto perdurar a atuação, com prejuízo integral de suas atribuições ordinárias, de sua titular perante a Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações do Trabalho - Conafret.

Art. 2º Revogar a Portaria PGT nº 1357, de 21 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2020.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA STJ/GP Nº 329, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553 - TCU - Plenário de 29 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar, na forma do anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2020, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publicar, na forma do anexo II, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Acórdão 553 - TCU - Plenário, de 29 de março de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	90.678.982,52	90.884.405,94	139.725.176,67	110.890.427,89	120.273.337,40	90.555.424,87	93.482.068,07	92.533.495,30	92.454.258,89	94.180.355,36	92.822.802,64	92.386.151,55	1.200.866.887,10	6.251.556,39	1.207.118.443,49
Pessoal Ativo	58.924.902,15	58.999.488,42	92.205.028,58	79.074.364,86	72.928.253,79	58.660.767,98	61.689.306,39	60.860.525,72	60.691.496,57	62.610.462,37	61.190.426,98	60.815.891,15	788.650.914,96	5.997.515,45	794.648.430,41
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	50.318.132,79	50.418.435,63	74.994.061,10	70.539.118,78	64.298.385,07	50.070.574,19	50.971.450,12	50.145.528,30	49.976.646,20	51.880.659,26	50.453.598,42	50.102.560,50	664.169.150,36	5.987.591,03	670.156.741,39
Obrigações Patronais	8.606.769,36	8.581.052,79	17.210.967,48	8.535.246,08	8.629.868,72	8.590.193,79	10.717.856,27	10.714.997,42	10.714.850,37	10.729.803,11	10.736.828,56	10.713.330,65	124.481.764,60	9.924,42	124.491.689,02
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.754.080,37	31.884.917,52	47.520.148,09	31.816.063,03	47.345.083,61	31.894.656,89	31.792.761,68	31.672.969,58	31.762.762,32	31.569.892,99	31.632.375,66	31.570.260,40	412.215.972,14	254.040,94	412.470.013,08
Aposentadorias, Reserva e Reformas	27.191.783,97	27.266.155,02	40.516.820,47	27.204.741,99	40.249.935,77	27.169.978,75	27.027.695,72	26.893.131,79	26.955.501,32	26.776.580,88	26.796.043,72	26.769.266,83	350.817.636,23	254.040,94	351.071.677,17
Pensões	4.562.296,40	4.618.762,50	7.003.327,62	4.611.321,04	7.095.147,84	4.724.678,14	4.765.065,96	4.779.837,79	4.807.261,00	4.793.312,11	4.836.331,94	4.800.993,57	61.398.335,91	0,00	61.398.335,91
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	178.637,27	74.985,75	183.617,44	71.086,27	47.417.049,48	32.096.909,33	31.913.789,23	31.687.271,31	31.800.908,33	31.627.634,54	31.652.078,69	31.577.122,21	270.281.089,85	494,00	270.281.583,85
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	69.158,50	68.989,49	141.901,47	69.676,62	24.322,50	31.467,37	35.370,79	11.640,94	18.463,12	18.463,12	19.036,20	0,00	508.490,12	494,00	508.984,12
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	86.251,14	5.996,26	41.715,97	1.409,65	47.643,37	170.785,07	85.656,76	2.660,79	19.682,89	39.278,43	666,83	6.861,81	508.608,97	0,00	508.608,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	23.227,63	0,00	0,00	0,00	47.345.083,61	31.894.656,89	31.792.761,68	31.672.969,58	31.762.762,32	31.569.892,99	31.632.375,66	31.570.260,40	269.263.990,76	0,00	269.263.990,76
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	90.500.345,25	90.809.420,19	139.541.559,23	110.819.341,62	72.856.287,92	58.458.515,54	61.568.278,84	60.846.223,99	60.653.350,56	62.552.720,82	61.170.723,95	60.809.029,34	930.585.797,25	6.251.062,39	936.836.859,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	936.836.859,64	0,122444%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.712.388.441,85	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.626.769.019,76	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.541.149.597,66	0,201428%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, 10/09/20, às 15h25mim

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1. Foram cancelados no quadrimetre um total de R$ 268.208,35 de RP não processados, nas rubricas de Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis (R$ 266.199,60) e Obrigações Patronais (R$ 2.008,75), resultando assim numa diminuição do valor total das Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados em relação ao quadrimestre anterior
2. Durante o exercício. somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício. as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Marcos Antonio Cavalcante
Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl
Secretária de Orçamento e Finanças

Ivo Mützenberg
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.207.118.443,49	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				270.281.583,85	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**936.836.859,64**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,122444%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO \1	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,224450%**	**1.717.292.806,69**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		**0,224276%**	**1.715.961.512,65**
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		**0,224226%**	**1.715.578.956,89**
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		**0,223809%**	**1.712.388.441,85**
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Marcos Antonio Cavalcante — Diretor-Geral

Fabiana Bittes Veyl — Secretária de Orçamento e Finanças

Ivo Mützenberg — Secretário de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº TRF2-PTP/352, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e no item 9.4 do Acórdão nº 553/2017-TCU-Plenário, bem como considerando o que consta no Processo nº TRF2-ADM-2020/00110, resolve:

Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 2º quadrimestre de 2020, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

REIS FRIEDE

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	132.037.876,46	130.892.953,51	202.899.270,02	132.352.059,09	182.915.475,22	129.455.815,59	134.250.425,09	132.737.919,77	133.453.325,05	134.272.445,43	132.739.368,62	135.829.039,22	1.713.835.973,07	9.704.451,86	1.723.540.424,93
Pessoal Ativo	104.641.603,36	103.381.058,26	161.616.034,64	103.841.628,09	142.344.207,96	102.165.037,73	106.750.601,45	105.184.613,29	105.545.096,65	106.440.749,17	104.969.688,54	107.676.475,77	1.354.556.794,91	9.343.188,40	1.363.899.983,31
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	89.040.720,29	87.830.846,75	130.549.091,60	88.404.354,70	126.839.189,30	86.644.815,34	86.984.633,15	85.478.766,16	85.886.584,08	86.845.911,85	85.328.998,95	88.030.687,92	1.127.864.600,09	9.256.625,44	1.137.121.225,53
Obrigações Patronais	15.600.883,07	15.550.211,51	31.066.943,04	15.437.273,39	15.505.018,66	15.520.222,39	19.765.968,30	19.705.847,13	19.658.512,57	19.594.837,32	19.640.689,59	19.645.787,85	226.692.194,82	86.562,96	226.778.757,78
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	27.396.273,10	27.511.895,25	41.283.235,38	28.510.431,00	40.571.267,26	27.290.777,86	27.499.823,64	27.553.306,48	27.908.228,40	27.831.696,26	27.769.680,08	28.152.563,45	359.279.178,16	361.263,46	359.640.441,62
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.241.379,91	22.515.892,64	33.686.984,41	23.558.871,66	33.144.260,63	22.315.103,90	22.218.780,20	22.490.940,73	22.813.847,43	22.735.411,63	22.727.495,80	22.975.974,36	293.424.943,30	257.921,79	293.682.865,09
Pensões	5.154.893,19	4.996.002,61	7.596.250,97	4.951.559,34	7.427.006,63	4.975.673,96	5.281.043,44	5.062.365,75	5.094.380,97	5.096.284,63	5.042.184,28	5.176.589,09	65.854.234,86	103.341,67	65.957.576,53
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	27.454.852,64	27.440.078,59	11.784.608,53	203.427,50	40.820.079,47	27.446.161,59	27.590.177,40	27.611.086,88	28.015.564,33	27.893.772,63	27.859.805,70	28.208.664,62	302.328.279,88	0,00	302.328.279,88
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	19.906,64	165.519,38	18.817,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.829,07	0,00	211.072,36	0,00	211.072,36
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	31.495,28	31.495,28	207.219,45	169.262,71	73.185,27	38.209,37	43.906,99	49.214,26	49.214,26	49.509,78	49.318,56	49.318,56	841.349,77	0,00	841.349,77
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	27.084,26	24.989,36	11.626,86	6.108,85	175.626,94	117.174,36	46.446,77	8.566,14	58.121,67	12.566,59	33.977,99	6.782,61	529.072,40	0,00	529.072,40
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.396.273,10	27.363.687,31	11.400.242,84	9.238,67	40.571.267,26	27.290.777,86	27.499.823,64	27.553.306,48	27.908.228,40	27.831.696,26	27.769.680,08	28.152.563,45	300.746.785,35	0,00	300.746.785,35
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	104.583.023,82	103.452.874,92	191.114.661,49	132.148.631,59	142.095.395,75	102.009.654,00	106.660.247,69	105.126.832,89	105.437.760,72	106.378.672,80	104.879.562,92	107.620.374,60	1.411.507.693,19	9.704.451,86	1.421.212.145,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.421.212.145,05	0,185752%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.964.599.803,25	0,256773%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.866.369.813,09	0,243934%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.768.139.822,92	0,231096%

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: AJUC/SG/TRF2, Data e hora da emissão: 17/09/2020, as 14:07
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA(S): Limite máximo fixado pela Resolução CJF 250/2013.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.723.540.424,93
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	302.328.279,88
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.421.212.145,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,185752%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,188508%	1.442.296.424,12
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Proc. Adm SIGED nº 2001160727/7	0,188324%	1.440.888.618,92
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resol CJF 184/2012	0,257251%	1.968.257.036,32
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resol CJF 250/2013	0,256773%	1.964.599.803,25

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

RAPHAEL JUNGER DA SILVA
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna

MÁRCIO COSTA VIDAL
Diretor da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria Geral

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CATRF3R Nº 115, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições regimentais, "ad referendum",
CONSIDERANDO o disposto no art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, e art. 1º da Resolução n.º 250, de 19/8/2013, do Conselho da Justiça Federal;
CONSIDERANDO o item 9.4 do Acórdão n.º 553/2017-TCU-Plenário;, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal da 3.ª Região, referente ao 2.º quadrimestre de 2020, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2.º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. MAIRAN MAIA

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														
	LIQUIDADAS														
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	176.065.307,83	177.343.128,24	278.619.081,80	189.814.151,20	251.764.179,90	179.471.622,41	185.571.914,76	183.372.005,15	183.039.419,82	185.284.162,10	181.453.737,61	183.139.547,38	2.354.938.258,20	266.412,96	2.355.204.671,16
Pessoal Ativo	143.894.881,81	145.042.896,92	230.370.170,61	156.921.940,64	202.841.729,51	146.334.097,70	152.691.125,95	150.240.980,83	149.728.772,31	151.639.224,57	147.955.102,30	149.597.876,35	1.927.258.799,50	266.412,96	1.927.525.212,46
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	122.404.298,44	123.402.341,60	187.301.773,43	135.457.609,79	180.526.843,19	125.030.535,00	125.110.622,07	122.792.849,19	122.375.499,56	124.190.010,47	120.773.034,16	122.243.860,73	1.611.609.277,63	266.412,96	1.611.875.690,59
Obrigações Patronais	21.490.583,37	21.640.555,32	43.068.397,18	21.464.330,85	22.314.886,32	21.303.562,70	27.580.503,88	27.448.131,64	27.353.272,75	27.449.214,10	27.182.068,14	27.354.015,62	315.649.521,87		315.649.521,87
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.170.426,02	32.300.231,32	48.248.911,19	32.892.210,56	48.922.450,39	33.137.524,71	32.880.788,81	33.131.024,32	33.310.647,51	33.644.937,53	33.498.635,31	33.541.671,03	427.679.458,70	0,00	427.679.458,70
Aposentadorias, Reserva e Reformas	28.116.675,83	28.113.802,92	42.044.489,03	28.696.503,10	42.843.560,23	28.902.490,07	28.688.658,47	28.894.151,20	29.078.235,05	29.367.757,03	29.202.794,07	29.331.327,59	373.280.444,59	0,00	373.280.444,59
Pensões	4.053.750,19	4.186.428,40	6.204.422,16	4.195.707,46	6.078.890,16	4.235.034,64	4.192.130,34	4.236.873,12	4.232.412,46	4.277.180,50	4.295.841,24	4.210.343,44	54.399.014,11	0,00	54.399.014,11
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	32.273.579,63	32.541.300,98	4.763.505,92	369.973,51	49.063.107,35	33.415.747,64	32.960.569,78	33.160.194,14	33.354.335,10	33.866.883,28	33.597.462,35	33.620.710,50	352.987.370,18	0,00	352.987.370,18
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		9.100,66		169.367,80			18.011,80						196.480,26		196.480,26
Decorrentes de Decisão Judicial	39.132,95	36.112,66	120.314,96	80.936,45	69.801,41	29.512,76	19.238,37	20.666,63	24.798,76	10.700,86	6.702,71	5.858,77	463.777,29		463.777,29
Despesas de Exercícios Anteriores	64.020,66	195.856,34	75.481,56	87.806,92	70.855,55	248.710,17	42.530,80	8.503,19	18.888,83	211.244,89	92.124,33	73.180,70	1.189.203,94		1.189.203,94
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	32.170.426,02	32.300.231,32	4.567.709,40	31.862,34	48.922.450,39	33.137.524,71	32.880.788,81	33.131.024,32	33.310.647,51	33.644.937,53	33.498.635,31	33.541.671,03	351.137.908,69		351.137.908,69
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	143.791.728,20	144.801.827,26	273.855.575,88	189.444.177,69	202.701.072,55	146.055.874,77	152.611.344,98	150.211.811,01	149.685.084,72	151.417.278,82	147.856.275,26	149.518.836,88	2.001.950.888,02	266.412,96	2.002.217.300,98

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	2.002.217.300,98	0,2616896%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.719.726.617,99	0,355468%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.583.740.287,10	0,337695%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.447.753.956,20	0,319921%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: Divisão de Acompanhamento e Avaliação - DACO, Data e hora da emissão 11/09/2020 às 14:40h.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1)Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O valor de R$ 4.749.961,68 não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por se tratar de despesa pertencente ao período de apuração, conforme orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2020,do Ministério da Fazenda/STN, 10ª edição, páginas 522 a 523. O valor de R$ 225.239,71, referente às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169), está computado no valor, no item II,linha "inativos e pensionistas com recursos vinculados";

3) O índice de 0,355468% referente ao limite máximo é decorrente da Resolução CJF nº 250/2013 e da Resolução CNJ nº 177/2013.

JEANE REIS ALVES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PATRICIA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

OTÁVIO AUGUSTO PASCUCCI PERILLO
Diretor-Geral

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				2.355.204.671,16	
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)				352.987.370,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				2.002.217.300,98	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) *100				0,261690%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,260964%	1.996.665.627,11
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente :	Proc.Adm. SIGED nº 2001160727	0,260710%	1.994.722.243,85
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 184/2012	0,356130%	2.724.791.656,26
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Resolução CJF nº 250/2013	0,355468%	2.719.726.617,99
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			0,000000%	-

JEANE REIS ALVES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PATRICIA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

OTÁVIO AUGUSTO PASCUCCI PERILLO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 183, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0001308-42.2020.6.03.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao segundo quadrimestre de 2020, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.988.649,79	2.917.134,00	5.150.840,49	4.414.324,99	4.036.629,20	2.909.784,74	3.037.967,03	2.971.582,27	2.994.003,18	3.019.204,63	2.997.174,33	2.990.607,42	40.427.902,07	382.970,29
Pessoal Ativo	2.783.006,39	2.711.046,90	4.837.415,61	4.208.237,89	3.678.525,58	2.681.234,13	2.809.416,42	2.743.031,66	2.765.452,57	2.790.654,02	2.768.623,72	2.762.056,81	37.538.701,70	382.970,29
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis Obrigações Patronais	2.415.393,25	2.352.671,38	4.115.199,27	3.844.105,47	3.319.534,93	2.320.857,91	2.365.473,77	2.302.491,55	2.322.025,69	2.344.094,56	2.324.210,88	2.317.419,55	32.343.478,21	382.970,29
Benefícios Previdenciários	367.613,14	358.375,52	722.216,34	364.132,42	358.990,65	360.376,22	443.942,65	440.540,11	443.426,88	446.559,46	444.412,84	444.637,26	5.195.223,49	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	205.643,40	206.087,10	313.424,88	206.087,10	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	2.889.200,37	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	180.224,26	180.667,96	273.630,54	180.667,96	289.271,89	194.721,76	194.721,76	194.721,76	194.721,76	194.721,76	194.721,76	194.721,76	2.467.514,93	-
	25.419,14	25.419,14	39.794,34	25.419,14	68.831,73	33.828,85	33.828,85	33.828,85	33.828,85	33.828,85	33.828,85	33.828,85	421.685,44	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	257.851,88	54.669,25	660.485,98	959.877,43	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	3.890.842,43	382.970,29
Indenizações por Demissão e centivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados														
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	52.208,48	-	660.485,98	959.877,43	-	-	-	-	-	-	-	-	1.672.571,89	382.970,29
	205.643,40	54.669,25	-	-	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	2.218.270,54	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.730.797,91												36.537.059,64	-
		2.862.464,75	4.490.354,51	3.454.447,56	3.678.525,58	2.681.234,13	2.809.416,42	2.743.031,66	2.765.452,57	2.790.654,02	2.768.623,72	2.762.056,81		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	36.537.059,64	0,004775
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	59.831.720,87	0,00782
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	56.840.134,82	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	53.848.548,78	0,007038

FONTE: Sistema SIAFI, SAO-COF-SECON, Data da emissão 25/SET/2020, 11h e 33m

1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
EMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2019 A AGOSTO 2020
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.810.872,36
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.273.812,72
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	36.537.059,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004775%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF. art. 20. incisos I, II e III			0,007843%	60.007.696,52
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,007835%	59.946.487,59
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385. de 22 de agosto de 2013	0,007820%	59.831.720,87
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

Des. ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

ELINETE NUNES FREITAS
Diretora-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Secretária de Administração e Orçamento

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 701, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no PAD nº 7100/2020, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2020 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ARISTÓTELES LIMA THURY

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1]
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/19	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.913.426,57	8.094.888,73	11.829.461,90	11.938.365,56	10.216.400,56	8.055.159,85	8.307.559,09	8.290.545,94	8.563.740,74	8.293.448,86	8.050.498,59	8.259.347,88	107.812.844,27	1.419.267,33
Pessoal Ativo	7.132.748,01	7.313.324,52	10.652.196,25	11.159.834,78	9.048.237,20	7.276.663,53	7.529.062,77	7.486.708,30	7.673.016,47	7.476.718,21	7.260.696,53	7.466.097,97	97.475.304,54	1.419.267,33
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.163.957,05	6.341.064,39	8.739.530,75	10.612.051,47	8.114.565,43	6.294.678,48	6.293.286,80	6.258.958,74	6.442.995,18	6.244.849,63	6.117.382,16	6.232.774,58	83.856.094,66	1.416.024,61
Obrigações Patronais	968.790,96	972.260,13	1.912.665,50	547.783,31	933.671,77	981.985,05	1.235.775,97	1.227.749,56	1.230.021,29	1.231.868,58	1.143.314,37	1.233.323,39	13.619.209,88	3.242,72
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	780.678,56	781.564,21	1.177.265,65	778.530,78	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	803.837,64	890.724.27	816.730,65	789.802,06	793.249,91	10.337.539,73	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	516.184,09	513.885,29	758.941,55	514.209,83	771.681,91	514.175,37	514.175,37	515.854,81	620.488,00	546.494,38	505.774,43	505.774,43	6.797.639,46	-
Pensões	264.494,47	267.678,92	418.324,10	264.320,95	396.481.45	264.320,95	264.320,95	287.982,83	270.236,27	270.236,27	284.027,63	287.475,48	3.539.900,27	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	781.276,96	917.394,36	1.267.161,93	2.326.106,73	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	804.466,80	894.027,24	816.730,65	789.802,06	794.929,25	12.117.051,98	286.525,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	598,40	3.758,22	2.560,30	4.310,01	-	-	-	629,16	3.302,97	-	-	1.679,34	16.838,40	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	132.071,93	87.335,98	1.876.687,47	-	-	-	-	-	-	-	-	2.096.095,38	286.525,47
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	780.678,56	781.564,21	1.177.265,65	445.109,25	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	803.837,64	890.724,27	816.730,65	789.802,06	793.249,91	10.004.118,20	-

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.132.149,61	7.177.494,37	10.562.299,97	9.612.258,83	9.048.237,20	7.276.663,53	7.529.062,77	7.486.079,14	7.669.713,50	7.476.718,21	7.260.696,53	7.464.418,63	95.695.792,29	1.132.741,86

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	96.828.534,15	0,012655
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	127.505.834,81	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	121.130.543,07	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	114.755.251,33	0,014999

FONTE: SIAFI, SECONT/COF, 22/SET/2020 e hora de emissão 15h45m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21, de setembro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2019 A AGOSTO 2020

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				109.232.111,60	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				12.403.577,45	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				96.828.534,15	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,012655%	
				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,016713%	127.873.088,34
LIMITE MÁXIMO	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,016696%	127.743.019,38
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,016665%	127.505.834,81
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

Des. ARISTÓTELES LIMA THURY
Presidente do Tribunal

RUY MELO DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

PAULO GERMANO CARVALHO LEITE
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

RINALDO PAES GUIMARÃES
Coordenador de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

DIRETORIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

Na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", na coluna Jul/20, do Anexo I, da Portaria nº 585, de 22 de setembro de 2020, publicada no D.O.U. nº 184, Seção 1, página 145, onde se lê o valor de "3.055.728,60", leia-se "3.486.505,14".

Em "Notas:", inclua-se: "3. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020"

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA TRE Nº 237, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral Goiás relativo ao Segundo quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral relativo ao segundo quadrimestre de 2020 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9.4, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LEANDRO CRISPIM

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.146.840,34	13.156.510,81	20.047.864,89	14.930.886,91	17.047.178,26	13.167.159,20	13.565.841.02	13.470.267,84	13.433.973,50	13.592.512,57	13.469.965,94	13.564.378,89	172.593.380,17	268.729,50
Pessoal Ativo	11.162.878,28	11.220.246,98	17.162.544,75	12.998.054,97	14.194.039,21	11.248.199,63	11.649.443,15	11.510.669,58	11.500.572,02	11.622.553,09	11.494.223,80	11.614.205,50	147.377.630,96	268.729,50
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.696.426,14	9.747.209,83	14.241.869,21	11.489.169,43	12.754.984,26	9.780.902,51	9.877.963,38	9.723.962,40	9.732.199,67	9.835.810,13	9.703.652,52	9.816.816,32	126.400.965,80	232.327,28
Obrigações Patronais	1.466.450,38	1.473.035,39	2.920.673,94	1.508.883,94	1.439.054,95	1.467.297,12	1.771.479,77	1.786.707,18	1.768.372,35	1.786.742,96	1.790.571,28	1.797.389,18	20.976.658,44	36.402,22
Benefícios Previdenciários	1,76	1,76	1,60	1,60	-	-	-	-	-	-	-	-	6,72	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.983.962,06	1.936.263,83	2.885.320,14	1.932.831,94	2.853.139,05	1.918.959,57	1.916.397,87	1.959.598,26	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	25.215.749,21	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.546.188,05	1.498.489,82	2.226.327,59	1.522.153,59	2.229.020,32	1.501.507,99	1.499.317,34	1.542.517,73	1.516.320,95	1.546.778,29	1.552.560,55	1.518.553,33	19.699.735,55	-
Pensões	437.773,53	437.773,53	658.992,07	410.677,87	624.118,73	417.451,58	417.080,53	417.080,53	417.080,53	423.181,19	423.181,59	431.620,06	5.516.011,74	-
Outros Benefícios Previdenciários	0,48	0,48	0,48	0,48	-	-	-	-	-	-	-	-	1,92	-

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.983.962,06	1.978.311,52	1.488.675,70	184.244,28	2.853.139,05	1.918.959,57	1.916.397,87	1.959.598,26	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	22.112.564,80	135.169,87
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	42.047,69	-	64.070,33	-	-	-	-	-	-	-	-	106.118,02	135.169,87
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.983.962,06	1.936.263,83	1.488.675,70	120.173,95	2.853.139,05	1.918.959,57	1.916.397,87	1.959.598,26	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	22.006.446,78	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.162.878,28	11.178.199,29	18.559.189,19	14.746.642,63	14.194.039,21	11.248.199,63	11.649.443,15	11.510.669,58	11.500.572,02	11.622.553,09	11.494.223,80	11.614.205,50	150.480.815,37	133.559,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	150.614.375,00	0,019685
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	178.714.748,85	0,023358
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	169.779.011,40	0,022190
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	160.843.273,96	0,021022

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFI, Data da emissão 23/SET/2020.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO /2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				172.862.109,67	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				22.247.734,67	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				150.614.375,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,019685%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,023424%	179.219.722,45
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023401%	179.043.746,80
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023358%	178.714.748,85

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFI , Data da emissão 23/SET/2020.

WILSON GAMBOGE JÚNIOR
Diretor-Geral

CHRISTINE FERREIRA RESPLANDA
Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

SANDRA FLEURY NOGUEIRA
Coordenadora de Auditoria Interna

Des. LEANDRO CRISPIM
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 1.206, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 2º Quadrimestre de 2020, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, referentes ao período de setembro de 2019 a agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TYRONE JOSÉ SILVA

ANEXO I

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													
	Set /19	Out/19	Nov /19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul /20	Ago /20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.545.494,63	12.490.319,50	18.171.070,06	19.355.779,35	15.911.075,98	12.537.203,79	12.830.877,72	12.522.620,90	12.620.923,91	12.779.308,71	12.637.959,28	12.632.422,73	167.035.056,56	107.288,59
Pessoal Ativo	10.846.355,36	10.909.512,74	15.716.326,55	17.753.004,66	13.518.012,04	10.919.058,14	11.226.203,12	10.895.459,47	10.992.929,31	11.151.371,86	11.018.433,44	11.012.896,89	145.959.563,58	107.288,59
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.424.291,64	9.484.977,56	13.333.973,15	16.307.772,38	12.124.419,83	9.504.777,62	9.476.882,12	9.168.608,38	9.260.730,27	9.405.480,48	9.272.773,82	9.263.409,81	126.028.097,06	107.288,59
Obrigações Patronais	1.422.063,72	1.424.535,18	2.382.353,40	1.445.232,28	1.393.592,21	1.414.280,52	1.749.321,00	1.726.851,09	1.732.199,04	1.745.891,38	1.745.659,62	1.749.487,08	19.931.466,52	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.699.139,27	1.580.806,76	2.454.743,51	1.602.774,69	2.393.063,94	1.618.145,65	1.604.674,60	1.627.161,43	1.627.994,60	1.627.936,85	1.619.525,84	1.619.525,84	21.075.492,98	-

Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.185.576,87	1.067.244,36	1.661.382,70	1.089.212,29	1.622.720,28	1.078.170,63	1.077.905,89	1.100.392,72	1.101.213,99	1.101.168,14	1.092.757,13	1.092.757,13	14.270.502,13	-
	513.562,40	513.562,40	793.360,81	513.562,40	770.343,66	539.975,02	526.768,71	526.768,71	526.780,61	526.768,71	526.768,71	526.768,71	6.804.990,85	-
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.777.584,02	1.580.806,76	408.911,55	3.328.355,52	2.393.063,94	1.618.145,65	1.604.674,60	1.627.161,43	1.627.994,60	1.627.936,85	1.619.525,84	1.619.525,84	20.833.686,60	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	78.444,75	-	-	2.521.678,04	-	-	-	-	-	-	-	-	2.600.122,79	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			408.911,55	806.677,48	2.393.063,94	1.618.145,65					1.619.525,84			-
	1.699.139,27	1.580.806,76					1.604.674,60	1.627.161,43	1.627.994,60	1.627.936,85		1.619.525,84	18.233.563,81	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)														107.288,59
	10.767.910,61	10.909.512,74	17.762.158,51	16.027.423,83	13.518.012,04	10.919.058,14	11.226.203,12	10.895.459,47	10.992.929,31	11.151.371,86	11.018.433,44	11.012.896,89	146.201.369,96	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	146.308.658,55	0,019123
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	213.007.047,17	0,027840
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	202.356.694,82	0,026448
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	191.706.342,46	0,025056

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 22 de setembro de 2020 às 16:00hs.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN n. 504, de 21 de setembro de 2020.

ANEXO II

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				167.142.345,15	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				20.833.686,60	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				146.308.658,55	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,019123 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,027920%	213.619.136,39
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,027892%	213.404.905,16
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente\2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,027840%	213.007.047,17
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

FRANCISCO PETRÔNIO NEPOMUCENO LOPES
Coordenador de Controle Interno Substituto

DÉBORA MÁRCIA SOARES VÉRAS
Secretária de Administração e Finanças

Des. TYRONE JOSÉ SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 718, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e parágrafos 2º e 4º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2020 desta Corte.

FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.936.515,08	19.050.598,56	28.983.035,78	22.304.090,08	24.718.464,74	19.063.204,69	20.471.821,72	17.710.425,09	19.322.564,04	19.192.009,94	20.335.278,29	18.437.075,73	248.525.083,74	14.118,34
Pessoal Ativo	15.045.584,19	15.025.868,07	22.951.249,78	18.402.865,61	18.929.266,23	15.166.950,99	16.680.381,78	13.820.145,46	15.501.249,29	15.309.669,98	16.431.601,03	14.559.423,71	197.824.256,12	14.118,34
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.756.631,39	12.744.660,57	18.371.715,30	16.046.010,40	16.711.339,48	12.902.993,59	14.146.890,08	11.294.500,05	12.971.800,25	12.782.100,76	13.896.139,14	12.029.843,32	166.654.624,33	14.118,34
Obrigações Patronais	2.288.949,92	2.281.204,78	4.579.531,60	2.356.852,33	2.217.926,75	2.263.957,40	2.533.491,70	2.525.645,41	2.529.449,04	2.527.569,22	2.535.461,89	2.529.580,39	31.169.620,43	0,00
Benefícios Previdenciários	2,88	2,72	2,88	2,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,36	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.890.930,89	4.024.730,49	6.031.786,00	3.901.224,47	5.789.198,51	3.896.253,70	3.791.439,94	3.890.279,63	3.821.314,75	3.882.339,96	3.903.677,26	3.877.652,02	50.700.827,62	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.014.802,40	3.132.405,79	4.685.421,01	3.020.106,20	4.529.903,06	3.025.803,06	2.935.157,38	2.964.805,49	2.937.490,47	2.964.098,49	2.964.098,49	2.964.098,49	39.138.190,33	0,00
Pensões	876.126,89	892.323,42	1.346.363,71	881.117,15	1.259.295,45	870.450,64	856.282,56	925.474,14	883.824,28	918.241,47	939.578,77	913.553,53	11.562.632,01	0,00

Outros Benefícios Previdenciários	1,60	1,28	1,28	1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,28	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.956.705,47	3.206.158,72	3.244.019,58	941.620,19	5.789.198,51	3.896.253,70	3.791.439,94	3.890.279,63	3.821.314,75	3.882.339,96	3.903.677,26	3.877.652,02	44.200.659,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	65.774,58	0,00	2.352,95	1.165,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.293.22	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.890.930,89	3.206.158,72	3.241.666,63	940.454,50	5.789.198,51	3.896.253,70	3.791.439,94	3.890.279,63	3.821.314,75	3.882.339,96	3.903.677.26	3.877.652,02	44.131.366,51	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.979.809,61	15.844.439,84	25.739.016,20	21.362.469,89	18.929.266,23	15.166.950,99	16.680.381,78	13.820.145,46	15.501.249,29	15.309.669,98	16.431.601,03	14.559.423,71	204.324.424,01	14.118,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	204.338.542,35	0,026707
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	334.896.963,43	0,043771
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	318.152.115,26	0,041582
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	301.407.267,09	0,039394

FONTE: SIAFI, COFINC/SOF/TRE-PE, data de emissão 22/setembro/2020 às 16h e 30min.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração será realizada apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21/09/2020.

Robson Costa Rodrigues
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Ruy Gustavo Rattacaso de Araújo
Secretário de Controle Interno

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Presidente

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				248.539.202,08	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				44.200.659,73	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				204.338.542,35	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,026707%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,043896%	335.853.352,83
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,043852%	335.516.703,76
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,043771%	334.896.963,43
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

Nota:

1. Valor da RCL do 2º quadrimestre de 2020 - Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

Robson Costa Rodrigues
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Ruy Gustavo Rattacaso de Araújo
Secretário de Controle Interno

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 3, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, inc. III e parágrafo único; do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como, das informações contidas no Procedimento Administrativo SEI nº 0000883-84.2020.6.22.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2020 (0592636), referente ao período de setembro de 2019 a agosto de 2020, contendo o Demonstrativo de Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal - em cumprimento ao disposto no item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPE SAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.309.523,61	5.426.876,70	8.055.606,88	6.055.786,90	7.030.440,82	5.194.054,35	5.335.594,38	5.356.977,09	5.320.325,05	5.348.127,91	5.428.088,94	5.342.161,37	69.203.564,00	1.778.857,79
Pessoal Ativo	4.704.574,08	4.813.022,96	7.125.987,35	5.397.171,64	6.037.256,59	4.529.941,05	4.671.481,08	4.692.863,79	4.658.444,13	4.686.246,99	4.745.153,27	4.665.715,51	60.727.858,44	1.778.857,79
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.107.962,84	4.206.014,96	5.947.826,56	4.797.290,27	5.462.118,58	3.958.584,55	3.945.677,58	3.962.168,66	3.932.274,77	3.955.343,10	4.020.095,19	3.936.464,59	52.231.821,65	1.639.796,83
Obrigações Patronais	596.611,24	607.008,00	1.178.160,79	599.881,37	575.138,01	571.356,50	725.803,50	730.695,13	726.169,36	730.903,89	725.058,08	729.250,92	8.496.036,79	139.060,96
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	604.949,53	613.853,74	929.619,53	658.615,26	993.184,23	664.113,30	664.113,30	664.113,30	661.880,92	661.880,92	682.935,67	676.445,86	8.475.705,56	-

Aposentadorias, Reserva e Reformas	508.119,38	517.023,59	783.796,16	561.785,11	845.057,79	565.362,35	565.362,35	565.362,35	563.129,97	563.129,97	584.184,72	577.694,91	7.200.008,65	-
Pensões	96.830,15	96.830,15	145.823,37	96.830,15	148.126,44	98.750,95	98.750,95	98.750,95	98.750,95	98.750,95	98.750,95	98.750,95	1.275.696,91	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	604.949,53	622.822,30	567.655,76	96.830,15	993.184,23	664.113,30	664.113,30	664.113,30	661.880,92	661.880,92	682.935,67	676.445,86	7.560.925,24	1.413.280,55
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	8.968,56	95.359,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.328,34	1.413.280,55
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	604.949,53	613.853,74	472.295,98	96.830,15	993.184,23	664.113,30	664.113,30	664.113,30	661.880,92	661.880,92	682.935,67	676.445,86	7.456.596,90	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.704.574,08	4.804.054,40	7.487.951,12	5.958.956,75	6.037.256,59	4.529.941,05	4.671.481,08	4.692.863,79	4.658.444,13	4.686.246,99	4.745.153,27	4.665.715,51	61.642.638,76	365.577,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	62.008.216,00	0,008104
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	95.478.266,58	0,012479
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	90.704.353,25	0,011855
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	85.930.439,93	0,011231

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão: 21/SET/2020, às 14h e 46 min.

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				70.982.421,79	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				8.974.205,79	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				62.008.216,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,008104%	
LIMITES MÁXIMOS				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,012515%	95.753.706,73
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,012502%	95.654.242,23
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,012479%	95.478.266,58
	"Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

Notas: 1.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.
2. Demonstrativo apresentado nos termos do item 9.4 do Acórdão 553/2017 TCU- Plenário.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Diretora-Geral

REJANE ASSIS LIMA DA FONSECA
Coordenadora

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO
Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Des. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 112, DE 22 SETEMBRO DE 2020

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário - item 9.4, no período compreendido entre setembro de 2019 a agosto de 2020, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. JAIME RAMOS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2019 A AGOSTO 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.645.150,11	13.770.068,73	20.661.110,00	15.924.145,52	18.891.953,72	14.241.159,91	14.098.070,30	14.241.596,85	14.111.613,40	14.169.002,57	14.119.135,01	14.244.854,58	182.117.860,70	600.000,00
Pessoal Ativo	10.378.420,43	10.451.905,37	15.696.057,77	12.698.866,46	13.946.214,69	10.935.899,72	10.789.933,94	11.003.145,48	10.858.801,57	10.927.888,49	10.869.922,52	10.998.574,01	139.555.630,45	400.000,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.049.212,86	9.111.389,61	13.017.533,53	11.243.933,04	12.688.754,04	9.566.354,98	9.136.555,58	9.327.059,89	9.165.198,13	9.212.408,87	9.163.595,96	9.277.109,96	119.959.106,45	350.000,00
Obrigações Patronais	1.329.207,57	1.340.515,76	2.678.524,24	1.454.933,42	1.257.460,65	1.369.544,74	1.653.378,36	1.676.085,59	1.693.603,44	1.715.479,62	1.706.326,56	1.721.464,05	19.596.524,00	50.000,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-										
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.266.729,68	3.318.163,36	4.965.052,23	3.225.279,06	4.945.739,03	3.305.260,19	3.308.136,36	3.238.451,37	3.252.811,83	3.241.114,08	3.249.212,49	3.246.280,57	42.562.230,25	200.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.466.977,55	2.518.411,23	3.746.946,58	2.425.526,93	3.665.759,93	2.452.000,69	2.438.960,83	2.410.786,98	2.423.927,20	2.412.229,45	2.420.327,86	2.417.395,94	31.799.251,17	150.000,00
Pensões	799.752,13	799.752,13	1.218.105,65	799.752,13	1.279.979,10	853.259,50	869.175,53	827.664,39	828.884,63	828.884,63	828.884,63	828.884,63	10.762.979,08	50.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-				-					
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-				-					
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF)	3.266.729,68	3.318.163,36	1.081.343,86	114.867,98	4.945.739,03	3.305.260,19	3.308.136,36	3.238.451,37	3.252.811,83	3.241.114,08	3.249.212,49	3.246.280,57	35.568.110,80	600.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-				-					

Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	114.867,98	-				-				114.867,98	600.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.266.729,68	3.318.163,36	1.081.343,86	-	4.945.739,03	3.305.260,19	3.308.136,36	3.238.451,37	3.252.811,83	3.241.114,08	3.249.212,49	3.246.280,57	35.453.242,82	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	10.378.420,43	10.451.905,37	19.579.766,14	15.809.277,54	13.946.214,69	10.935.899,72	10.789.933,94	11.003.145,48	10.858.801,57	10.927.888,49	10.869.922,52	10.998.574,01	146.549.749,90	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	146.549.749,90	0,019154
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	266.480.691,31	0,034829
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	253.156.656,74	0,033088
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	239.832.622,18	0,031346

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRESC, Data de emissão: 21/SET/2020, hora da emissão: 16h e 15m.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas : 1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013
2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.
3) Conforme Orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização de dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizados no último quadrimestre de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2019 A AGOSTO 2020

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	182.717.860,70
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	36.168.110,80
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	146.549.749,90

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -RCL (IV)					765.111.520.022,84
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100					0,019154%
				%DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO<%> \1	LRF, art. 20, inciso I,II e III			0,034929%	267.245.802,83
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005.	0,034894%	266.978.013,80
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente\2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,034829%	266.480.691,31
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

JOSÉ LUIZ SOBIERAJSKI JÚNIOR
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDUARDO CARDOSO
Secretário de Administração e Orçamento

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Secretária de Controle Interno e Auditoria

DANIEL SCHAEFFER SELL
Diretor-Geral

Des. JAIME RAMOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 582, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto nos artigos 54, III, e 55, §2º, ambos da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 20, XVIII, da Resolução TRE-TO nº. 282, de 11 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal relativo ao 2º Quadrimestre de 2020, constante do demonstrativo anexo a esta Portaria (eventos 1409037 e 1409039).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS[1] (b)
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.343.121,90	5.335.987,49	8.136.990,16	7.176.954,64	6.885.869,27	5.483.335,07	5.631.907,32	5.601.586,57	5.558.637,16	5.653.514,80	5.573.423,34	5.595.198,97	71.976.526,69	-
Pessoal Ativo	4.850.895,51	4.839.216,03	7.355.067,21	6.655.488,81	6.103.670,46	4.960.773,54	5.126.641,83	5.098.204,24	5.055.254,83	5.150.132,47	5.070.041,01	5.091.816,64	65.357.202,58	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.213.878,70	4.201.228,88	6.090.009,14	6.027.723,42	5.475.887,03	4.332.560,43	4.328.600,40	4.283.481,91	4.244.997,01	4.341.933,91	4.262.007,62	4.284.375,91	56.086.684,36	-
Obrigações Patronais	637.016,81	637.987,15	1.265.058,07	627.765,39	627.783,43	628.213,11	798.041,43	814.722,33	810.257,82	808.198,56	808.033,39	807.440,73	9.270.518,22	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	492.226,39	496.771,46	781.922,95	521.465,83	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	6.619.324,11	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	445.968,64	450.513,71	712.532,86	475.208,08	712.812,17	475.720,96	458.716,33	456.833,17	456.833,17	456.833,17	456.833,17	456.833,17	6.015.638,60	-
Pensões	46.257,75	46.257,75	69.390,09	46.257,75	69.386,64	46.840,57	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	46.549,16	603.685,51	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	492.226,39	47.260,68	341.375,70	463.168,87	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	5.670.969,12	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	1.002,93	-	416.911,12	-	-	-	-	-	-	-	-	417.914,05	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	492.226,39	46.257,75	341.375,70	46.257,75	782.198,81	522.561,53	505.265,49	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	503.382,33	5.253.055,07	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	4.850.895,51	5.288.726,81	7.795.614,46	6.713.785,77	6.103.670,46	4.960.773,54	5.126.641,83	5.098.204,24	5.055.254,83	5.150.132,47	5.070.041,01	5.091.816,64	66.305.557,57	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	66.305.557,57	0,008666
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	94.843.224,02	0,012396
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	90.101.062,82	0,011776
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	85.358.901,62	0,011156

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO, 22/set/2020, 17h e 13m.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				71.976.526,69	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)				5.670.969,12	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				66.305.557,57	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,008666%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,012431%	95.111.013,05
	Resol. CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26/9/05	0,012419%	95.019.199,67
	Resol. CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol. CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22/8/13	0,012396%	94.843.224,02
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. EURÍPEDES DO CARMO LAMOUNIER
Presidente do Tribunal

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor Geral

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Secretário de Administração e Orçamento

JACINTA BRITO TAVARES
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº GPR 1.701, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do art. 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2020, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

ANEXO I

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	188.978.617,26	189.235.453,45	294.827.492,71	241.039.057,16	269.937.994,24	187.491.956,10	194.969.889,95	192.319.362,42	192.189.001,83	194.352.169,88	198.629.952,54	199.979.756,11	2.543.950.703,65	2.472.790,69
Pessoal Ativo	147.649.564,49	147.660.853,31	232.176.395,90	193.989.183,74	207.132.710,68	145.615.921,43	153.230.536,55	150.534.787,18	150.540.631,40	152.685.456,79	156.769.967,72	158.119.600,34	1.996.105.609,53	1.933.822,66

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	125.775.588,07	125.767.496,42	188.882.705,24	170.561.482,00	185.340.047,55	124.370.392,76	126.396.294,27	123.710.716,45	124.046.760,05	125.974.707,57	130.108.229,36	131.352.941,75	1.682.287.361,49	1.796.770,27
Obrigações Patronais	21.873.976,42	21.893.356,89	43.293.690,66	23.427.701,74	21.792.663,13	21.245.528,67	26.834.242,28	26.824.070,73	26.493.871,35	26.710.749,22	26.661.738,36	26.766.658,59	313.818.248,04	137.052,39
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	41.329.052,77	41.574.600,14	62.651.096,81	47.049.873,42	62.805.283,56	41.876.034,67	41.739.353,40	41.784.575,24	41.648.370,43	41.666.713,09	41.859.984,82	41.860.155,77	547.845.094,12	538.968,03
Aposentadorias, Reservas e Reformas	35.153.143,49	35.357.094,29	53.268.907,00	40.624.854,88	53.345.949,84	35.510.849,96	35.464.192,54	35.509.414,38	35.333.936,42	35.390.780,45	35.519.251,82	35.515.204,19	465.993.579,26	75.562,77
Pensões	6.175.909,28	6.217.505,85	9.382.189,81	6.425.018,54	9.459.333,72	6.365.184,71	6.275.160,86	6.275.160,86	6.314.434,01	6.275.932,64	6.340.733,00	6.344.951,58	81.851.514,86	463.405,26
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	41.349.459,73	41.574.600,14	54.584.120,51	30.117.613,28	62.805.283,56	41.876.034,67	41.739.353,40	41.784.575,24	41.648.370,43	41.666.713,09	41.859.984,82	41.860.155,77	522.866.264,64	705.479,30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	20.406,96	0,00	0,00	14.116.874,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.137.281,49	705.479,30
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	41.329.052,77	41.574.600,14	54.584.120,51	16.000.738,75	62.805.283,56	41.876.034,67	41.739.353,40	41.784.575,24	41.648.370,43	41.666.713,09	41.859.984,82	41.860.155,77	508.728.983,15	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	147.629.157,53	147.660.853,31	240.243.372,20	210.921.443,88	207.132.710,68	145.615.921,43	153.230.536,55	150.534.787,18	150.540.631,40	152.685.456,79	156.769.967,72	158.119.600,34	2.021.084.439,01	1.767.311,39

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	2.022.851.750,40	0,264387%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	3.052.794.964,80	0,399000%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.900.155.216,56	0,379050%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.747.515.468,32	0,359100%

FONTE: SIAFI, Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª edição, aprovado pela Portaria STN nº. 91/2020, e Receita Corrente Líquida do 1º quadrimestre-2020, divulgada pela Portaria STN nº 504/2020. Elaboração SERDAD/SUCONSEOF.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Para fins de dedução, foram consideradas apenas as despesas de exercícios anteriores realizadas no ano de 2019.

2. O percentual correspondente ao limite máximo da despesa em relação à Receita Corrente líquida foi alterado pelo Decreto n. 10.120, de 21.11.2019.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 123, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ DA FONSECA MARTINS JUNIOR

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
RGF-ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/201 9	OUT/201 9	NOV/201 9	DEZ/201 9	JAN /20 20	FEV /20 20	MAR /20 20	ABR /20 20	MAI /20 20	JUN /20 20	JUL /20 20	A GO /20 20	TOTAL LTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	142.257.396,02	143.573.312,67	220.138.424,11	158.249.170,71	158.294.038,25	146.096.755,34	147.930.779,26	145.787.194,86	186.968.671,31	142.964.179,59	150.206.611,77	144.714.095,74	1.887.180.629,63	0,00	1.887.180.629,63
Pessoal Ativo	87.707.570,24	88.134.469,76	135.798.385,97	98.726.768,19	103.317.783,66	90.555.682,41	92.531.952,20	90.530.939,46	104.329.077,18	87.724.304,91	95.215.380,63	89.755.834,44	1.164.328.149,05	0,00	1.164.328.149,05
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	74.810.764,51	75.253.719,84	110.532.561,57	85.810.483,67	90.673.322,89	77.827.521,49	76,569.343,94	74.574.315,36	90.956.698,12	74.211.437,00	74.306.917,99	73.796.595,66	979.323.682,04	0,00	979.323.682,04
Obrigações Patronais	12.896.805,73	12.880.749,92	25.265.824,40	12.916.284,52	12.644.460,77	12.728.160,92	15.962.608,26	15.956.624,10	13.372.379,06	13.512.867,91	20.908.462,64	15.959.238,78	185.004.467,01	0,00	185.004.467,01
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	54.549.825,78	55.438.842,91	84.340.038,14	59.522.402,52	54.976.254,59	55.541.072,93	55.398.827,06	55.256.255,40	82.639.594,13	55.239.874,68	54.991.231,14	54.958.261,30	722.852.480,58		722.852.480,58
Aposentadorias, Reserva e Reformas	43.206.993,78	44.088.979,26	67.356.116,77	46.798.740,91	43.726.721,12	43.780.958,38	43.839.786,08	43.635.223,05	65.284.296,03	43.564.002,46	43.473.032,27	43.342.197,59	572.097.047,70		572.097.047,70
Pensões	11.342.832,00	11.349.863,65	16.983.921,37	12.723.661,61	11.249.533,47	11.760.114,55	11.559.040,98	11.621.032,35	17.355.298,10	11.675.872,22	11.518.198,87	11.616.063,71	150.755.432,88		150.755.432,88
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	54.638.305,35	55.656.135,75	29.792.031,10	8.602.958,02	54.976.254,59	55.541.072,93	55.398.827,06	55.256.255,40	82.639.594,13	31.827.969,43	31.707.028,76	31.649.026,41	547.685.458,93	0,00	547.685.458,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	88.479,57	125.996,39	274.483,34	378.067,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	867.026,88	0,00	867.026,88
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	91.296,45	16.686,50	6.420.708,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.172,94	0,00	0,00	6.539.864,62	0,00	6.539.864,62
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	54.549.825,78	55.438.842,91	29.500.861,26	1.804.181,71	54.976.254,59	55.541.072,93	55.398.827,06	55.256.255,40	82.639.594,13	31.816.796,49	31.707.028,76	31.649.026,41	540.278.567,43	0,00	540.278.567,43
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	87.619.090,67	87.917.176,92	190.346.393,01	149.646.212,69	103.317.783,66	90.555.682,41	92.531.952,20	90.530.939,46	104.329.077,18	111.136.210,16	118.499.583,01	113.065.069,33	1.339.495.170,70	0,00	1.339.495.170,70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.339.495.170,70	0,175072%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.253.567.122,19	0,294541%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.140.888.766,08	0,279814%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.028.210.409,97	0,265087%

FONTE: Tesouro Gerencial - CCON/SOF/TRT 1ª Região - 18/09/2020- 13:30h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S): 1) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 30.800.140,54.

2) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R$ 15.760.191,80.

3) No período de setembro/2019 a agosto/2020, não houve despesa com Precatórios da Administração Direta.

4) No período de setembro/2019 a agosto/2020, não houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados.

5) Não foi incluído no item "Despesas não computadas" o montante de R$ 886.332,90, referente a Despesas Decorrentes de Decisão Judicial, liquidadas no período de setembro/2019 a agosto/2020, uma vez que seus fatos geradores são referentes ao período de apuração deste relatório.

6) Não foi incluído no item "Despesas não computadas" o valor de R$ 1.069.346,11, referente a Despesas de Exercícios Anteriores liquidadas no período de setembro/2019 a agosto/2020, tendo em vista que seus fatos geradores são referentes ao período de apuração deste relatório.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.887.180.629,63
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	547.685.458,93
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.3 39 . 495 .1 7 0, 70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765 . 111 . 520 . 022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,1 7 50 72 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,372658%	2 . 851.249.288 , 29
	Resol ução CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,372550%	2.850.422.967 , 85
	Resol ução CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,327940%	2. 509.106.718 , 76
	Resol ução CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,327331%	2. 5 04.447.189 ,6 1
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3			0,294541%	2. 253.567.122,1 9

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des. JOSÉ DA FONSECA MARTINS JUNIOR
Presidente do Tribunal

LUIS FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA
Diretor-Geral

DENISE HOLLANDA COSTA LIMA
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

MARIA DE LOURDES PIRES BITTENCOURT
Diretora Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 17, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve:

Publicar os demonstrativos: "Despesa com Pessoal" e "Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU", referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, do período de setembro de 2019 a agosto de 2020.

Desª. RILMA APARECIDA HEMETÉRIO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	187.707.230,14	190.986.916,55	290.418.235,84	233.913.344,74	212.784.705,86	189.235.887,47	199.845.219,59	196.488.484,86	240.237.220,47	191.424.736,77	199.849.693,87	193.694.524,74	2.526.586.200,90	484.346,18	2.527.070.547,08
Pessoal Ativo	133.728.474,07	135.856.350,08	208.950.543,20	167.837.251,48	159.129.970,81	134.994.259,77	145.764.044,33	142.084.648,12	158.964.978,57	136.830.076,58	145.699.688,16	139.806.198,15	1.809.646.483,32	391.033,12	1.810.037.516,44
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	113.903.150,06	115.920.149,14	169.730.086,81	146.948.324,48	139.479.195,77	115.202.998,90	120.563.896,84	116.832.262,92	136.820.203,68	114.657.325,03	114.190.530,79	114.543.343,25	1.518.791.467,67	291.033,12	1.519.082.500,79
Obrigações Patronais	19.825.324,01	19.936.200,94	39.220.456,39	20.888.927,00	19.650.775,04	19.791.260,87	25.200.147,49	25.252.385,20	22.144.774,89	22.172.751,55	31.509.157,37	25.262.854,90	290.855.015,65	100.000,00	290.955.015,65

Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	53.978.756,07	55.130.566,47	81.467.692,64	66.076.093,26	53.654.735,05	54.241.627,70	54.081.175,26	54.403.836,74	81.272.241,90	54.594.660,19	54.150.005,71	53.888.326,59	716.939.717,58	93.313,06	717.033.030,64
Aposentadorias, Reserva e Reformas	44.139.788,74	45.165.004,37	66.960.783,30	54.752.989,75	44.076.068,48	44.361.077,12	44.323.510,66	44.451.417,30	66.387.785,86	44.804.073,34	44.301.499,25	44.099.891,99	587.823.890,16	93.313,06	587.917.203,22
Pensões	9.838.967,33	9.965.562,10	14.506.909,34	11.323.103,51	9.578.666,57	9.880.550,58	9.757.664,60	9.952.419,44	14.884.456,04	9.790.586,85	9.848.506,46	9.788.434,60	129.115.827,42	0,00	129.115.827,42
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	53.978.756,07	54.982.564,35	45.611.762,88	25.615.206,49	53.669.429,68	54.275.360,97	54.151.439,57	54.431.158,91	81.278.221,73	54.602.950,96	54.151.786,26	53.890.056,14	640.638.694,01	0,00	640.638.694,01
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	24.900,34	108.166,50	112.376,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.443,09	0,00	245.443,09
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	1.665,36	507.233,50	23.371.294,92	14.694,63	33.733,27	70.264,31	27.322,17	5.979,83	8.290,77	1.780,55	1.729,55	24.043.988,86	0,00	24.043.988,86
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	53.978.756,07	54.955.998,65	44.996.362,88	2.131.535,32	53.654.735,05	54.241.627,70	54.081.175,26	54.403.836,74	81.272.241,90	54.594.660,19	54.150.005,71	53.888.326,59	616.349.262,06	0,00	616.349.262,06
DESP. LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	133.728.474,07	136.004.352,20	244.806.472,96	208.298.138,25	159.115.276,18	134.960.526,50	145.693.780,02	142.057.325,95	158.958.998,74	136.821.785,81	145.697.907,61	139.804.468,60	1.885.947.506,89	484.346,18	1.886.431.853,07

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.886.431.853,07	0,246556
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.801.432.877,22	0,366147
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.661.361.233,36	0,347840
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.521.289.589,50	0,329532

FONTE: TESOURO GERENCIAL - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 11/SET/2020 - 14h00

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações a seguir indicadas:

a) Sentenças de Pequeno Valor, classificadas nos itens de despesa 3190.91.32 e 3190.91.33, no montante de R$ 4.548.238,32;

b) Precatórios da Administração Direta e Indireta, classificadas nos itens de despesa 3190.91.25 e 3190.91.97, no total de R$ 25.869.480,49.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.527.070.547,08
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	640.638.694,01
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.886.431.853,07

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,246556%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,414905%	3.174.485.952,15
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,414784%	3.173.560.167,21
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,365117%	2.793.552.228,56
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,364439%	2.788.364.772,46
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,366147%	2.801.432.877,22

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

Desª. RILMA APARECIDA HEMETÉRIO

Presidente do Tribunal

RÔMULO BORGES ARAÚJO

Diretor-Geral da Administração

AIRTON MATOS DA SILVA

Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

Substituto

LUÍS CARLOS DE PAULA RESECK

Diretor da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 254, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 2º quadrimestre de 2020, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, item 9.4.

Des. JOSÉ MURILO DE MORAIS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	135.383.907,50	134.964.155,05	204.420.517,28	156.935.154,97	147.979.186,19	133.242.837,49	179.645.225,59	134.637.778,35	131.371.639,94	132.904.390,88	140.070.831,89	134.992.765,00	1.766.548.390,13	1.773.832,38	1.768.322.222,51
Pessoal Ativo	85.736.188,89	86.188.432,12	132.002.987,39	103.861.740,93	100.410.218,53	85.313.115,10	108.021.394,75	86.701.168,72	83.691.579,37	85.278.230,33	92.399.224,14	87.311.749,57	1.136.916.029,84	1.026.591,32	1.137.942.621,16
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	73.465.738,87	74.097.322,79	108.280.430,46	91.456.429,36	88.529.299,35	73.248.171,29	92.870.289,93	71.578.087,47	70.855.965,12	72.449.689,27	72.537.372,43	72.130.789,71	961.499.586,05	964.299,52	962.463.885,57
Obrigações Patronais	12.270.450,02	12.091.109,33	23.722.556,93	12.405.311,57	11.880.919,18	12.064.943,81	15.151.104,82	15.123.081,25	12.835.614,25	12.828.541,06	19.861.851,71	15.180.959,86	175.416.443,79	62.291,80	175.478.735,59
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	49.647.718,61	48.775.722,93	72.417.529,89	53.073.414,04	47.568.967,66	47.929.722,39	71.623.830,84	47.936.609,63	47.680.060,57	47.626.160,55	47.671.607,75	47.681.015,43	629.632.360,29	747.241,06	630.379.601,35
Aposentadorias, Reserva e Reformas	42.370.277,94	41.559.056,43	61.742.627,15	44.760.042,44	40.450.882,48	40.519.404,10	60.638.351,50	40.421.901,49	40.375.812,04	40.379.069,48	40.200.546,04	40.210.073,81	533.628.044,90	351.309,70	533.979.354,60
Pensões	7.277.440,67	7.216.666,50	10.674.902,74	8.313.371,60	7.118.085,18	7.410.318,29	10.985.479,34	7.514.708,14	7.304.248,53	7.247.091,07	7.471.061,71	7.470.941,62	96.004.315,39	395.931,36	96.400.246,75
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	38.792.212,75	32.224.960,10	24.280.600,83	20.487.863,75	47.568.967,66	47.929.722,39	71.624.131,77	47.936.609,63	47.680.060,57	47.626.160,55	47.671.607,75	47.682.810,11	521.505.707,86	43.669,86	521.549.377,72
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	9.748,60	20.362,58	0,00	16.824,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.935,42	0,00	46.935,42
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	32.476,37	74.330,52	372.115,15	18.501.185,43	0,00	0,00	300,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.794,68	18.982.203,08	0,00	18.982.203,08
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	38.749.987,78	32.130.267,00	23.908.485,68	1.969.854,08	47.568.967,66	47.929.722,39	71.623.830,84	47.936.609,63	47.680.060,57	47.626.160,55	47.671.607,75	47.681.015,43	502.476.569,36	43.669,86	502.520.239,22
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	96.591.694,75	102.739.194,95	180.139.916,45	136.447.291,22	100.410.218,53	85.313.115,10	108.021.093,82	86.701.168,72	83.691.579,37	85.278.230,33	92.399.224,14	87.309.954,89	1.245.042.682,27	1.730.162,52	1.246.772.844,79

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.246.772.844,79	0,162953%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.330.131.832,00	0,304548%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.213.625.240,40	0,289321%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.097.118.648,80	0,274093%

FONTE: Tesouro Gerencial/SIAFI - DOF/SEPEOC/TRT3 -21/SETEMBRO/2020 - 14h e 15m.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

2 - Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computadas como despesas de pessoal:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 6.140.046,03.

Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação de R$ 635.935,66. Ainda não houve liquidação do saldo em RAP.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada de R$ 13.343.272,10. Não houve inscrição em restos a pagar.

c) Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 313.560,37.

Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação de R$ 3.219.138,00, dos quais R$ 3.026.121,17 já foram pagos.

3 - Conforme apurado por este Regional, das despesas classificadas como de exercícios anteriores, ND 319092, nos meses de Mar/20, Abr/20 e Maio/20, os valores de R$ 26.853,64, R$ 5.822,50 e R$ 1.452,69, respectivamente, referem-se ao período de apuração do relatório e, portanto, não foram deduzidas.

4 - Houve, no período de apuração, o cancelamento de saldo residual de Restos a Pagar não processados no valor de R$ 1,98, referente a pessoal ativo, e o pagamento de Restos a Pagar não processados no valor total de R$ 1.212.124,03. A inscrição em Restos a Pagas não Processados ocorreu no valor de R$ 1.773.834,36.

5 - A partir desta publicação, tornou-se possível segregar as despesas decorrentes de decisão judicial referentes ao período de apuração do relatório daquelas de períodos anteriores. Sendo assim, do total da despesa liquidada na Natureza 31.90.91, nas fontes de recursos não vinculadas para inativos e pensionistas, de R$ 1.273.201,95, somente o valor de R$ 46.935,42 foi deduzido por se tratar de despesas de período anterior a Set/19.

Des. JOSÉ MURILO DE MORAIS
Presidente do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

LUCIANA CORREA CRUZ HAHNE
Diretora de Orçamento e Finanças
Em exercício

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Controle Interno

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)				1.768.322.222,51	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				521.549.377,72	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				1. 246 . 772 . 884 , 79	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111 . 520 . 022 , 84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100				0,1 62953 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,380315%	2 . 909 . 833 . 877 , 37
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente	ATO. SEOF. GDGCA.GP Nº 239/2005	0,380204%	2 . 908 . 984 . 603 , 59
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,334678%	2. 560 . 659 . 932 , 98
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,334056%	2. 555 . 900 . 939 , 33
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015			0,304548%	2. 330 . 131 . 832 ,00

Des. JOSÉ MURILO DE MORAIS
Presidente do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

LUCIANA CORREA CRUZ HAHNE
Diretora de Orçamento e Finanças
Em exercício

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3.622, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL e, em atendimento ao Acórdão do TCU Plenário de nº 553/2017, de 29 de março de 2017, o relatório denominado DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4, ambos constantes no Processo Administrativo TRT 4ª nº 1966/2020 (PROAD).

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	118.804.640,97	118.299.651,74	182.104.047,11	141.752.911,57	176.028.213,06	114.126.002,01	120.040.647,15	120.237.185,82	116.934.903,43	118.544.786,27	122.683.241,23	121.091.424,05	1.570.647.654,41	3.892.694,59	1.574.540.349,00
Pessoal Ativo	75.820.610,81	73.844.079,02	115.462.539,92	85.923.325,77	111.930.404,01	71.098.678,84	77.108.427,84	77.301.693,87	74.075.814,44	75.676.616,80	80.165.806,73	77.970.189,85	996.378.187,90	3.796.363,08	1.000.174.550,98
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	64.497.108,87	62.715.818,04	93.440.085,01	74.582.706,24	99.879.341,63	60.612.948,56	62.971.138,08	63.120.681,28	62.345.972,65	63.568.819,14	63.530.698,98	63.711.831,94	834.977.150,42	726.768,02	835.703.918,44
Obrigações Patronais	11.323.501,94	11.128.260,98	22.022.454,91	11.340.619,53	12.051.062,38	10.485.730,28	14.137.289,76	14.181.012,59	11.729.841,79	12.107.797,66	16.635.107,75	14.258.357,91	161.401.037,48	3.069.595,06	164.470.632,54
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.984.030,16	44.455.572,72	66.641.507,19	55.829.585,80	64.097.809,05	43.027.323,17	42.932.219,31	42.935.491,95	42.859.088,99	42.868.169,47	42.517.434,50	43.121.234,20	574.269.466,51	96.331,51	574.365.798,02
Aposentadorias, Reserva e Reformas	35.547.688,90	36.971.877,14	55.674.955,26	44.773.111,02	53.202.491,16	35.435.519,94	35.544.089,93	35.496.997,00	35.481.211,30	35.388.543,36	35.146.574,17	35.650.055,77	474.313.114,95	27.000,00	474.340.114,95
Pensões	7.436.341,26	7.483.695,58	10.966.551,93	11.056.474,78	10.895.317,89	7.591.803,23	7.388.129,38	7.438.494,95	7.377.877,69	7.479.626,11	7.370.860,33	7.471.178,43	99.956.351,56	69.331,51	100.025.683,07
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	7.418.813,74	7.570.271,89	7.334.015,87	20.651.631,40	64.097.809,05	43.027.323,17	42.933.347,49	42.935.491,95	42.858.040,69	42.868.169,47	42.517.434,50	43.121.234,20	407.333.583,42	0,00	407.333.583,42
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	41.995,54	41.995,54	42.274,80	41.995,54									168.261,42		168.261,42
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.975,05	7.792,30	17.399,65	17.068.298,31			1.128,18		(1.048,30)				17.098.545,19		17.098.545,19
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.371.843,15	7.520.484,05	7.274.341,42	3.541.337,55	64.097.809,05	43.027.323,17	42.932.219,31	42.935.491,95	42.859.088,99	42.868.169,47	42.517.434,50	43.121.234,20	390.066.776,81		390.066.776,81
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	111.385.827,23	110.729.379,85	174.770.031,24	121.101.280,17	111.930.404,01	71.098.678,84	77.107.299,66	77.301.693,87	74.076.862,74	75.676.616,80	80.165.806,73	77.970.189,85	1.163.314.070,99	3.892.694,59	1.167.206.765,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.167.206.765,58	0,152554%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.691.393.781,74	0,221065%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.606.824.092,65	0,210012%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.522.254.403,56	0,198959%

FONTE: SIAFI, Cofin/Secof/TRT 4ª Região, 22/09/2020 17h.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a.1) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

a.2) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso IIda Lei 4.320/64.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada R$ 7.825.101,54.

c) Despesas com precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 69.718.685,24.

d) Despesa com precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R$ 3.692.663,72.

e) O valor negativo de R$ 1.048,30 em maio de 2020 refere-se a estorno parcial de pagamento feito em março de R$ 1.128,18 de Despesas de Exercícios Anteriores.

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Ordenador de Despesas

CLÁUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

CAROLINA FEUERHARMEL LITVIN
Diretora da Secretaria de Controle Interno

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.574.540.349,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	407.333.583,42
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	1.167.206.765,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)=(III/IV)*100				0,152554%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,271745%	2.079.152.300,09
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,271666%	2.078.547.861,99
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,239136%	1.829.657.084,52
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,238692%	1.826.259.989,37
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015\3			0,221065%	1.691.393.781,74

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho.

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Ordenador de Despesas

CLÁUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

CAROLINA FEUERHARMEL LITVIN
Diretora da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

ATO Nº 273, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma dos Anexos a seguir:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2.º QUADRIMESTRE DE 2020
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRRSTOS A PGR NÃO PROCES-SADOS (B)	TOTAL EXECUTA-DO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	78.177.029,00	78.388.807,62	118.459.854,40	93.431.482,51	112.824.151,14	77.758.853,74	80.246.128,24	79.714.959,29	78.089.214,15	77.496.250,54	81.319.457,55	81.861.525,10	1.037.767.713,28	0,00	1.037.767.713,28
Pessoal Ativo	53.641.626,41	53.721.244,72	81.529.884,26	64.080.231,14	76.436.952,81	53.171.054,42	55.808.878,39	55.271.880,86	53.657.301,49	52.989.983,80	56.802.210,66	57.444.562,16	714.555.811,12	0,00	714.555.811,12
Venctos, Vant e Outras Dsp Variáveis	45.720.403,05	45.838.283,16	67.563.823,60	55.937.707,89	68.598.321,33	45.281.730,13	45.685.071,90	45.209.035,73	45.589.875,33	44.564.847,99	45.079.433,12	45.746.056,38	600.814.589,61		600.814.589,61
Obrig. Patronais	7.921.223,36	7.882.961,56	13.966.060,66	8.142.523,25	7.838.631,48	7.889.324,29	10.123.806,49	10.062.845,13	8.067.426,16	8.425.135,81	11.722.777,54	11.698.505,78	113.741.221,51		113.741.221,51
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.535.402,59	24.667.562,90	36.929.970,14	29.351.251,37	36.387.198,33	24.587.799,32	24.437.249,85	24.443.078,43	24.431.912,66	24.506.266,74	24.517.246,89	24.416.962,94	323.211.902,16	0,00	323.211.902,16
Aposentadorias, Reserva e Reformas	19.264.889,98	19.349.630,99	29.067.694,87	24.050.064,29	28.464.922,21	19.072.242,96	19.078.313,81	19.029.430,63	19.044.025,99	19.042.506,47	19.019.316,39	18.933.072,76	253.416.111,35		253.416.111,35
Pensões	5.270.512,61	5.317.931,91	7.862.275,27	5.301.187,08	7.922.276,12	5.515.556,36	5.358.936,04	5.413.647,80	5.387.886,67	5.463.760,27	5.497.930,50	5.483.890,18	69.795.790,81		69.795.790,81
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Desp de Pessoal dec . de Contratos de Terceirização (§ 1º art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º art. 19 da LRF) (II)	5.420.122,41	5.329.488,72	7.871.708,54	11.722.042,86	36.613.217,61	24.652.863,23	24.444.477,33	24.444.028,29	24.432.862,52	24.507.216,60	24.550.534,44	24.417.912,80	238.406.475,35	0,00	238.406.475,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissã Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dec de Decisão Judicial Período Ant ao da Apuração	5.071,28	3.799,44	949,86	949,86	949,86	949,86	949,86	949,86	949,86	949,86	949,86	949,86	18.369,32		18.369,32
Despesas de Exercícios Anteriores Período Anterior ao da Apuração	10.943,25	7.757,37	8.483,41	9.423.872,13	225.069,42	64.114,05	6.277,62	0,00	0,00	0,00	32.337,69	0,00	9.778.854,94		9.778.854,94
Inat e Pensionistas c Recursos Vinculados	5.404.107,88	5.317.931,91	7.862.275,27	2.297.220,87	36.387.198,33	24.587.799,32	24.437.249,85	24.443.078,43	24.431.912,66	24.506.266,74	24.517.246,89	24.416.962,94	228.609.251,09		228.609.251,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	72.756.906,59	73.059.318,90	110.588.145,86	81.709.439,65	76.210.933,53	53.105.990,51	55.801.650,91	55.270.931,00	53.656.351,63	52.989.033,94	56.768.923,11	57.443.612,30	799.361.237,93	0,00	799.361.237,93

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	799.361.237,93	0,104476%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.412.908.490,68	0,184667%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.342.263.066,15	0,175434%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.271.617.641,61	0,166200%

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CCONT/TRT5, 22/09/2020, 12:19

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Despesas com Requisição de Pequeno Valor (R.P.V.) - Ação 0625: Sent. Judiciais: R$57.594.380,49.

2) Despesa Liquidada de Outros Precatórios Judiciais - Ação 0005: R$9.424.492,09.

3) As Despesas relativas às Obrigações Patronais estão segregadas em RPPS R$110.334.675,29; INSS R$516.818,64 e R$25.831,43 (SAT) e FUNPRESP R$2.863.877,11 e R$19,04 (DEA).

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2018-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.037.767.713,28
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	238.406.475,35
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	799.361.237,93

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,104476%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,235301%	1.800.315.057,73
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,235233%	1.799.794.781,90
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,207065%	1.584.278.168,94
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,206680%	1.581.332.489,58
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12 /2015 \3			0,184667%	1.412.908.490,68

Notas:
\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art.20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso
\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação, etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa de pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des. DALILA NASCIMENTO ANDRADE
Presidente do Tribunal

TARCÍSIO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS
Diretor-Geral

CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS
Diretor da S.O.F.

MAURÍCIO BORBA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTARIA TRT6 Nº 102, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2020, na forma constante dos anexos.

Des. VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020
ANEXO À PORTARIA TRT6-GP Nº 102/2020
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Em R$ 1,00

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas Setembro de 2019 a agosto de 2020 Liquidadas Set 2019	Out 2019	Nov 2019	Dez 2019	Jan 2020	Fev 2020	Mar 2020	Abr 2020	Mai 2020	Jun 2020	Jul 2020	Ago 2020	Total (Últimos 12 meses) (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total Executado C=(a)+(b)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	58.050.512,95	58.326.386,33	90.504.132,55	67.730.321,47	83.443.377,01	57.959.185,14	59.539.275,36	59.549.424,95	57.500.475,17	60.027.359,31	59.475.544,79	59.841.014,26	771.947.009,29	316.955,46	772.263.964,75
Pessoal Ativo	40.907.178,11	40.574.321,82	63.476.701,19	47.290.481,60	57.510.136,90	40.588.628,05	42.199.529,90	42.205.360,53	40.209.593,01	42.705.349,34	42.169.369,06	42.484.434,69	542.321.084,20	316.955,46	542.638.039,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesa Variáveis	34.866.372,12	35.158.568,95	51.517.557,16	41.154.152,87	51.521.769,16	34.604.653,85	34.517.142,05	34.517.116,27	33.773.989,16	35.026.357,06	34.481.668,81	34.804.403,45	455.943.750,91	309.954,96	456.253.705,87
Obrigações Patronais	6.034.644,07	5.409.590,95	11.952.982,11	6.136.328,73	5.988.367,74	5.983.974,20	7.682.387,85	7.688.244,26	6.435.603,85	7.678.992,28	7.687.700,25	7.680.031,24	86.358.847,53	7.000,50	86.365.848,03
Benefícios Previdenciários	6.161,92	6.161,92	6.161,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.485,76	0,00	18.485,76
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.143.334,84	17.752.064,51	27.027.431,36	20.439.839,87	25.933.240,11	17.370.557,09	17.339.745,46	17.344.064,42	17.290.882,16	17.322.009,97	17.306.175,73	17.356.579,57	229.625.925,09	0,00	229.625.925,09
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.699.512,50	14.267.587,00	21.771.432,63	16.082.788,72	20.651.891,59	13.746.489,23	13.744.183,05	13.753.341,92	13.700.159,66	13.721.829,81	13.717.111,99	13.752.681,37	182.609.009,47	0,00	182.609.009,47
Pensões	3.443.822,34	3.484.477,51	5.255.998,73	4.357.051,15	5.281.348,52	3.624.067,86	3.595.562,41	3.590.722,50	3.590.722,50	3.600.180,16	3.589.063,74	3.603.898,20	47.016.915,62	0,00	47.016.915,62
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de Contratação de forma indireta(§ 1º art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	11.585.742,74	8.807.736,59	8.152.563,38	7.746.807,87	25.933.240,11	17.370.557,09	17.339.745,46	17.344.064,42	17.290.882,16	17.322.009,97	17.306.175,73	17.356.579,57	183.556.105,09	0,00	183.556.105,09
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	24.147,54	28.512,33	29.852,76	31.564,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.077,40	0,00	114.077,40
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	13.463,25	0,00	117.196,50	5.138.814,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.269.474,11	0,00	5.269.474,11

Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	11.548.131,95	8.779.224,26	8.005.514,12	2.576.428,74	25.933.240,11	17.370.557,09	17.339.745,46	17.344.064,42	17.290.882,16	17.322.009,97	17.306.175,73	17.356.579,57	178.172.553,58	0,00	178.172.553,58
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	46.464.770,21	49.518.649,74	82.351.569,17	59.983.513,60	57.510.136,90	40.588.628,05	42.199.529,90	42.205.360,53	40.209.593,01	42.705.349,34	42.169.369,06	42.484.434,69	588.390.904,20	316.955,46	588.707.859,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	765.111.520.022,84	
Despesa Total com Pessoal - DTP (V)= (IIIa +IIIb)	588.707.859,66	0,076944% 0,136461% 0,129638% 0,122815%
Limite Máximo (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.044.078.831,34	
Limite Prudencial (VII)= (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	991.874.889,77	
Limite de Alerta (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	939.670.948,20	

Fonte: Tesouro Gerencial, Seção de Análise Contábil/DIVCONTA/SOF/TRT da 6ª Região - 23.09.2020, 13h e 55m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computados no Anexo I:

a) Despesas com Precatório executados por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 1.390.137,03.

b)Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por intermédio da descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 4.586.988,75.

3)Não Houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados referente a Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.

4)Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

Des. VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

MÁRCIA FERNANDA DE MENEZES ALVES DE ARAÚJO
Coordenadora de Auditoria Interna

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020
ANEXO À PORTARIA TRT6-GP Nº 102/2020

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				772.263.964,75	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				183.556.105,09	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				588.707.859,66	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP SOBRE A RCL (V) = (III/IV)*100				0,076944%	
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,173432%	1.326.948.211,41
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,173382%	1.326.565.655,65
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007	0,152620%	1.167.713.201,86
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013	0,152336%	1.165.540.285,14
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015			0,136461%	1.044.078.831,34

Des. VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

MÁRCIA FERNANDA DE MENEZES ALVES DE ARAÚJO
Coordenadora de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO Nº 107, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2020, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do "Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4", para divulgação e conhecimento público.

Des. REGINA GLÁUCIA CAVANCANTE NEPOMUCENO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.426.970,97	30.205.589,42	47.160.531,94	35.124.658,57	43.576.595,73	29.932.586,55	31.314.030,62	31.169.354,45	30.975.918,47	29.767.773,36	31.656.372,77	30.965.925,02	402.276.307,87	0,00	402.276.307,87
Pessoal Ativo	21.444.625,30	21.453.739,31	33.656.640,94	26.028.239,39	30.459.420,71	21.058.756,47	22.442.569,58	22.285.578,96	22.161.744,18	20.992.373,79	22.915.226,15	22.233.328,78	287.132.243,56	0,00	287.132.243,56
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.251.243,76	18.295.316,67	27.257.598,10	22.769.823,93	27.282.652,59	17.903.563,53	18.333.106,04	18.210.907,53	18.103.981,99	18.356.584,75	18.220.804,07	18.177.596,25	241.163.179,21		241.163.179,21
Obrigações Patronais	3.193.381,54	3.158.422,64	6.399.042,84	3.258.415,46	3.176.768,12	3.155.192,94	4.109.463,54	4.074.671,43	4.057.762,19	2.635.789,04	4.694.422,08	4.055.732,53	45.969.064,35		45.969.064,35
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.982.345,67	8.751.850,11	13.503.891,00	9.096.419,18	13.117.175,02	8.873.830,08	8.871.461,04	8.883.775,49	8.814.174,29	8.775.399,57	8.741.146,62	8.732.596,24	115.144.064,31	0,00	115.144.064,31
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.100.612,30	7.084.892,48	10.863.332,17	7.425.774,72	10.662.591,25	7.182.729,39	7.211.692,00	7.228.359,45	7.170.265,89	7.133.990,30	7.134.266,85	7.117.176,11	93.315.682,91		93.315.682,91
Pensões	1.881.733,37	1.666.957,63	2.640.558,83	1.670.644,46	2.454.583,77	1.691.100,69	1.659.769,04	1.655.416,04	1.643.908,40	1.641.409,27	1.606.879,77	1.615.420,13	21.828.381,40		21.828.381,40
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.750.067,68	3.692.042,14	6.527.367,39	3.760.065,53	13.117.175,02	8.873.830,08	8.871.461,04	8.883.775,49	8.814.174,29	8.775.399,57	8.741.146,62	8.732.596,24	92.539.101,09	0,00	92.539.101,09
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	251.042,19	200.704,06	323.297,52	192.696,63									967.740,40		967.740,40
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	60.753,77	35.455,08	11.385,64	1.677.037,35									1.784.631,84		1.784.631,84
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.438.271,72	3.455.883,00	6.192.684,23	1.890.331,55	13.117.175,02	8.873.830,08	8.871.461,04	8.883.775,49	8.814.174,29	8.775.399,57	8.741.146,62	8.732.596,24	89.786.728,85		89.786.728,85
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.676.903,29	26.513.547,28	40.633.164,55	31.364.593,04	30.459.420,71	21.058.756,47	22.442.569,58	22.285.578,96	22.161.744,18	20.992.373,79	22.915.226,15	22.233.328,78	309.737.206,78	0,00	309.737.206,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	309.737.206,78	0,040483%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	531.063.906,05	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	504.510.710,75	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	477.957.515,44	0,062469%

FONTE: SIAFI / TESOURO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região - 14/setembro/2020 - 10h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O item Pessoal Ativo - Obrigações Patronais agrega valores da contribuição previdenciária patronal para o RPPS, para o INSS e SAT, além da Contribuição Patronal para o FUNPRESP LEI 12618/12

3) Nas despesas com Pessoal não estão computadas aquelas executadas por meio de descentralização interna (provisão) e descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R$ 1.163.463,17. b) Precatórios da Administração Direta - R$ 306.480,00 c) Precatórios da Administração Indireta - R$ 325.220,00.

4) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	402.276.307,87
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	92.539.101,09
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	309.737.206,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,0 40483 %	
	% DA RCL VALOR				
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,087418%	6 68. 845.188,57
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,087393%	6 68. 653.910,69
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,076928%	588.584.990,12
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,076785%	587.490.880,65
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,069410%	531.063.906,05

FONTE: SIAFI /TESOURO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região - 14/setembro/2020 - 10h

Des. REGINA GLÁUCIA CAVALCANTE NEPOMUCENO
Vice-Presidente do Tribunal
No exercício da Presidência

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral - Ordenadora de Despesas

FABIANO REGO DE SOUSA
Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

MAURA CRISTINA BRASIL CORREIA MARINHO
Secretária de Auditoria Interna
Substituta

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO Nº 520, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

A DESEMBARGADORA VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, a) e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000, e na Portaria STN n° 286/2019; Considerando o que estabelece o item 9.4 do Acórdão nº 553/2017-Plenário, do Tribunal de Contas da União, e Considerando, ainda, o que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2483/2020, resolve:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre de 2020, conforme Anexos deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal (cumprimento do item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU/Plenário).

Des. MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.267.302,09	42.756.700,14	65.304.126,95	46.866.738,68	61.981.410,78	42.887.688,14	43.055.899,34	43.553.535,64	42.483.630,11	42.719.905,13	42.866.443,62	44.378.165,84	561.121.546,46	0,00	561.121.546,46
Pessoal Ativo	28.629.003,70	28.358.953,34	43.485.143,75	31.550.164,45	41.135.307,34	28.807.239,83	28.903.300,13	29.406.681,06	28.476.147,76	28.673.288,31	28.860.371,32	30.431.388,65	376.716.989,64	0,00	376.716.989,64
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	24.762.132,67	24.521.875,80	35.868.334,90	27.649.374,97	37.366.662,48	24.917.383,01	24.176.355,94	24.654.809,47	24.450.347,55	24.597.180,82	24.152.937,18	24.420.026,05	321.537.420,84	0,00	321.537.420,84
Obrigações Patronais	3.866.871,03	3.837.077,54	7.616.808,85	3.900.789,48	3.768.644,86	3.889.856,82	4.726.944,19	4.751.871,59	4.025.800,21	4.076.107,49	4.707.434,14	6.011.362,60	55.179.568,80	0,00	55.179.568,80
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.638.298,39	14.397.746,80	21.818.983,20	15.316.574,23	20.846.103,44	14.080.448,31	14.152.599,21	14.146.854,58	14.007.482,35	14.046.616,82	14.006.072,30	13.946.777,19	184.404.556,82	0,00	184.404.556,82
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.975.178,77	11.731.917,51	17.629.717,37	12.298.354,49	16.757.791,57	11.251.227,54	11.296.955,67	11.326.499,72	11.207.402,51	11.178.588,97	11.132.593,47	11.121.607,73	147.907.835,32	0,00	147.907.835,32
Pensões	2.663.119,62	2.665.829,29	4.189.265,83	3.018.219,74	4.088.311,87	2.829.220,77	2.855.643,54	2.820.354,86	2.800.079,84	2.868.027,85	2.873.478,83	2.825.169,46	36.496.721,50	0,00	36.496.721,50
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	5.143.932,52	45.024,78	46.435,43	1.808.328,24	20.846.103,44	14.080.448,31	14.152.599,21	14.146.854,58	14.007.482,35	14.046.616,82	14.006.072,30	13.946.777,19	126.276.675,17	0,00	126.276.675,17
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	39.449,02	39.449,02	41.480,94	39.957,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.335,98	0,00	160.335,98
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	5.575,76	4.954,49	1.768.371,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.778.901,49	0,00	1.778.901,49
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.104.483,50	0,00	0,00	0,00	20.846.103,44	14.080.448,31	14.152.599,21	14.146.854,58	14.007.482,35	14.046.616,82	14.006.072,30	13.946.777,19	124.337.437,70	0,00	124.337.437,70
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	37.123.369,57	42.711.675,36	65.257.691,52	45.058.410,44	41.135.307,34	28.807.239,83	28.903.300,13	29.406.681,06	28.476.147,76	28.673.288,31	28.860.371,32	30.431.388,65	434.844.871,29	0,00	434.844.871,29

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	434.844.871,29	0,056834%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	697.575.126,13	0,091173%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	662.696.369,82	0,086614%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	627.817.613,52	0,082056%

FONTE: Tesouro Gerencial - COAUD/TRT8ª - 23/9/2020 - 8h00m
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA(S):

MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO
Desembargadora Vice-Presidente
no Exercício da Presidência

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

NORMA CRISTINA DINIZ BARROSO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesa

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				561.121.546,46	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				126.276.675,17	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**434.844.871,29**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,056834%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO \1	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,115213%**	**881.507.935,54**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	**0,115180%**	**881.255.448,74**
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	**0,101388%**	**775.731.267,90**
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	**0,101200%**	**774.292.858,24**
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			**0,091173%**	**697.575.126,13**

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso
\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

MARY ANNE ACATAUASSÚ CAMELIER MEDRADO
Desembargadora Vice-Presidente
no Exercício da Presidência

NORMA CRISTINA DINIZ BARROSO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesa

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

PORTARIA PRE DIGER Nº 30, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o conteúdo do Processo SEI nº 0008295-83.2020.5.10.8000, resolve tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro de 2019 a agosto de 2020, constante dos anexos I e II desta Portaria.

Des. BRASILINO SANTOS RAMOS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF-ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.572.970,93	41.454.556,76	64.457.527,47	50.923.226,32	61.048.882,89	40.222.177,28	42.219.070,93	42.184.593,27	42.317.659,64	42.291.608,14	42.134.081,09	41.978.996,50	552.805.351,22	0,00	552.805.351,22
Pessoal Ativo	25.359.032,33	25.266.454,53	38.493.689,11	32.518.647,84	36.321.814,75	23.732.352,40	25.638.035,75	25.621.232,72	25.743.737,36	25.660.722,20	25.530.710,34	25.396.717,17	335.283.146,50	0,00	335.283.146,50
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.674.950,09	21.553.861,71	31.187.241,84	28.606.320,30	32.696.093,86	20.098.050,94	21.034.384,97	21.077.304,75	21.842.628,27	21.072.315,88	20.952.304,16	20.796.748,18	282.592.204,95	0,00	282.592.204,95
Obrigações Patronais	3.675.312,23	3.703.822,81	7.297.677,26	3.903.557,53	3.625.720,89	3.634.301,46	4.603.650,78	4.543.927,97	3.901.109,09	4.588.406,32	4.578.406,18	4.599.968,99	52.655.861,51	0,00	52.655.861,51
Benefícios Previdenciários	8.770,01	8.770,01	8.770,01	8.770,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.080,04	0,00	35.080,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.213.938,60	16.188.102,23	25.963.838,36	18.404.578,48	24.727.068,14	16.489.824,88	16.581.035,18	16.563.360,55	16.573.922,28	16.630.885,94	16.603.370,75	16.582.279,33	217.522.204,72	0,00	217.522.204,72
Aposentadorias, Reserva e Reformas	14.681.970,15	14.656.024,18	23.624.042,03	16.870.690,56	22.382.783,45	14.923.307,93	15.016.348,57	14.998.673,95	15.009.235,68	15.018.672,14	15.020.638,06	14.999.548,35	197.201.935,05	0,00	197.201.935,05
Pensões	1.531.968,45	1.532.078,05	2.339.796,33	1.533.887,92	2.344.284,69	1.566.516,95	1.564.686,61	1.564.686,60	1.564.686,60	1.612.213,80	1.582.732,69	1.582.730,98	20.320.269,67	0,00	20.320.269,67
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.535.229,79	416.391,69	85.999,83	5.189.207,19	24.727.068,14	16.493.088,72	16.581.035,18	16.563.360,55	16.970.793,90	16.630.885,94	16.654.405,26	16.594.786,79	148.442.252,98	0,00	148.442.252,98
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	121.748,43	15.485,68	5.189.207,19	0,00	3.263,84	0,00	0,00	396.871,62	0,00	51.034,51	12.507,46	5.790.118,73	0,00	5.790.118,73
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.535.229,79	294.643,26	70.514,15	0,00	24.727.068,14	16.489.824,88	16.581.035,18	16.563.360,55	16.573.922,28	16.630.885,94	16.603.370,75	16.582.279,33	142.652.134,25	0,00	142.652.134,25
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	40.037.741,14	41.038.165,07	64.371.527,64	45.734.019,13	36.321.814,75	23.729.088,56	25.638.035,75	25.621.232,72	25.346.865,74	25.660.722,20	25.479.675,83	25.384.209,71	404.363.098,24	0,00	404.363.098,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	404.363.098,24	0,052850%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	721.331.838,85	0,094278%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	685.265.246,90	0,089564%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	649.198.654,96	0,084850%

FONTE: TESOURO GERENCIAL - NUGIC/SEORF/TRT 10ª Região - 20/setembro/2020 - 14h00min.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) A despesa líquida com pessoal foi de R$ 404,3 milhões. Verifica-se que este Egrégio está dentro do limite máximo legal de R$ 721,3 milhões, dispondo de margem de crescimento de cerca de 43,94%, o que equivale a, aproximadamente, R$ 316,96 milhões.

3) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada o valor de R$ 13,01 milhões;

b) Despesas com Precatórios da Administração Direta "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (RPV)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada o valor de R$ 9,06 milhões.

4) Despesas com Pessoal Ativo: despesa liquidada no valor de R$ 335,28 milhões, cerca de 61% do total.

a) Contribuição patronal para o RPPS: montante de R$ 49,5 milhões, equivalente a 14,77% da despesa com pessoal ativo. Houve crescimento de R$ 2,7 milhões (cerca de 6% de aumento) em relação ao quadrimestre anterior devido à implementação da Nova Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019);

b) Contribuições previdenciárias ao INSS: montante de R$ 320,1 mil, equivalente a 0,10% da despesa com pessoal ativo;

c) Contribuições previdenciárias ao FUNPRESP: montante de R$ 2,42 milhões, equivalente a 0,72% da despesa com pessoal ativo;

d) Demais Despesas: R$ 283 milhões liquidadas no período, equivalente a 84,41% da despesa com pessoal ativo;

5) Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas: despesa liquidada no valor de R$ 217,5 milhões, cerca de 39,35% do total. Houve crescimento de R$ 2,1 milhões (quase 1% de aumento) em relação ao quadrimestre anterior devido ao aumento no número de pedidos de aposentadorias;

a) Pessoal Inativo: montante de R$ 197,2 milhões, equivalente a 90,66% da despesa com pessoal inativo e pensionistas;

b) Pensionistas: montante de R$ 20,3 milhões, equivalente a 9,34% da despesa com pessoal inativo e pensionistas;

6) Cancelamento de Restos a Pagar não Processados: no período de setembro de 2019 a agosto de 2020, houve cancelamento de restos a pagar de pessoal inativo referente ao exercício de 2017 no montante de R$ 4,1 mil

7) Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	552.805.351,22
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	148.442.252,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	404.363.098,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

				% DA RCL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					765.111.520.022,84
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,052850%
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,118556%	907.085.613,68
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,118521%	906.817.824,65
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,104329%	798.233.197,72
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,104135%	796.748.881,38
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,094278%	721.331.838,85

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des. BRASILINO SANTOS RAMOS
Presidente do Tribunal

RAFAEL ALVES BELLINELLO
Diretor-Geral e Ordenador de Despesas

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Secretário de Auditoria e Controle Interno

BRUNO HENRIQUE NUNES PEDROZO
Contador Responsável

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 182/DG, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do 2o. Quadrimestre de 2020.

O DIRETOR-GERAL E ORDENADOR DE DESPESAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11a. REGIÃO, Ildefonso Rocha de Souza, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao art. 1o., incisos I e II da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e o determinado no inciso III e parágrafo único do art. 54, e § 2º do art. 55 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000, e em atendimento ao Acórdão no. 553/2017- TCU - Plenário, item 9.4, resolve:

Art. 1o. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 2º quadrimestre de 2020, ao período de setembro de 2019 a agosto de 2020, na forma constante de seus anexos.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

ANEXO I

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11a REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.435.623,47	33.339.903,77	50.513.929,57	40.872.998,23	37.628.382,55	33.111.707,89	32.108.208,07	33.705.154,80	42.832.270,51	32.735.769,07	33.259.075,09	33.360.001,07	436.903.024,09	114.739,72	437.017.763,81
Pessoal Ativo	20.192.067,23	20.086.394,41	31.637.026,77	25.897.018,87	25.098.662,32	20.435.974,85	19.493.634,07	21.073.355,46	23.947.790,69	20.133.922,74	20.594.796,15	20.749.928,27	269.340.571,83	98.572,77	269.439.144,60
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.241.838,45	17.173.543,22	25.732.898,45	22.822.352,40	22.263.644,40	17.554.778,34	17.579.172,18	17.425.644,64	20.817.650,41	17.004.555,60	16.979.656,67	17.125.665,50	229.721.400,26	97.466,41	229.818.866,67
Obrigações Patronais	2.950.228,78	2.912.851,19	5.904.128,32	3.074.666,47	2.835.017,92	2.881.196,51	1.914.461,89	3.647.710,82	3.130.140,28	3.129.367,14	3.615.139,48	3.624.262,77	39.619.171,57	1.106,36	39.620.277,93
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.243.556,24	13.253.509,36	18.876.902,80	14.975.979,36	12.529.720,23	12.675.733,04	12.614.574,00	12.631.799,34	18.884.479,82	12.601.846,33	12.664.278,94	12.610.072,80	167.562.452,26	16.166,95	167.578.619,21
Aposentadorias, Reserva e Reformas	11.805.571,00	11.721.622,05	16.640.699,47	13.290.102,80	11.058.575,16	11.063.355,39	11.072.807,24	11.058.911,48	16.510.452,87	11.035.798,02	11.082.044,73	11.057.672,66	147.397.612,87		147.397.612,87
Pensões	1.437.985,24	1.531.887,31	2.236.203,33	1.685.876,56	1.471.145,07	1.612.377,65	1.541.766,76	1.572.887,86	2.374.026,95	1.566.048,31	1.582.234,21	1.552.400,14	20.164.839,39	16.166,95	20.181.006,34
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.887.230,16	2.582.051,98	9.720.959,82	5.898.419,72	12.529.720,23	12.675.733,04	12.614.574,00	12.631.799,34	18.884.479,82	12.601.846,33	12.664.278,94	12.610.072,80	127.301.166,18	29.911,00	127.331.077,18
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	7.117,52	177,98		4.436.503,40									4.443.798,90	29.911,00	4.473.709,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.880.112,64	2.581.874,00	9.720.959,82	1.461.916,32	12.529.720,23	12.675.733,04	12.614.574,00	12.631.799,34	18.884.479,82	12.601.846,33	12.664.278,94	12.610.072,80	122.857.367,28		122.857.367,28
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	31.548.393,31	30.757.851,79	40.792.969,75	34.974.578,51	25.098.662,32	20.435.974,85	19.493.634,07	21.073.355,46	23.947.790,69	20.133.922,74	20.594.796,15	20.749.928,27	309.601.857,91	84.828,72	309.686.686,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	309.686.686,63	0,040476%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	505.134.276,63	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	479.877.562,80	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	454.620.848,97	0,059419%

FONTE: TG - NÚC. DE CONTABILIDADE - 22/set/2020 - 10h 55m
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.
Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA(S):
1 Os gastos com Precatorios de Requisição de Pequenos Valores na Açao 0625, foi consolidado no valor de R$ 3.772.475,92 .
2 Os gastos com Precatorios da Administração Indireta na Ação 0005, se consolidou no valor de R$ 5.835.713,00 .
3 Cancelamentode RP no valor de R$ 40,00, do valor anteriormente registrado de R$ 97.506,41 estimado a maior em dezembro 2019, pago a menor em 2020.

LAIRTO JOSÉ VELOSO
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador de Despesas

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

ANEXO II

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				437.017.763,81	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				127.331.077,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				309.686.686,63	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,040476%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,080659%	617.131.300,94
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOFI.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,080636%	616.955.325,29
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO.CONJUNO TST/CSJT Nº 1/2007	0,070980%	543.076.156,91
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO.CONJUNO TST/CSJT Nº 30/2013	0,070848%	542.066.209,71
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,066021%	505.134.276,63

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso
\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Manaus-AM, 23 de setembro de 2020.
LAIRTO JOSÉ VELOSO
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador de Despesas

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA TRT CGP Nº 205, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o Protocolo TRT n.º 000.08786/2020, R E S O L V E: Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2020, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e no Diário Oficial da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Des. WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FICAL
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 a AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "a")															R$1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Último 12 meses)														
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.904.299,46	31.503.897,59	49.346.253,70	37.419.188,08	45.489.080,58	30.640.282,75	32.585.781,57	31.781.213,45	31.000.205,26	32.104.514,32	32.557.677,72	32.053.256,99	417.385.651,47	0,00	417.385.651,47
Pessoal Ativo	22.539.985,66	22.381.832,87	34.741.575,43	27.074.882,72	32.077.206,30	21.584.719,73	23.401.224,06	22.836.150,11	22.048.495,68	23.164.187,57	23.528.855,31	23.082.365,29	298.461.480,73	0,00	298.461.480,73
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.170.000,05	19.034.687,56	28.264.865,44	23.750.166,61	28.856.708,68	18.340.587,24	19.295.107,66	18.738.599,23	18.679.337,61	19.070.856,32	18.728.064,67	18.995.439,67	250.924.420,74	0,00	250.924.420,74
Obrigações Patronais	3.369.985,61	3.347.145,31	6.476.709,99	3.324.716,11	3.220.497,62	3.244.132,49	4.106.116,40	4.097.550,88	3.369.158,07	4.093.331,25	4.800.790,64	4.086.925,62	47.537.059,99	0,00	47.537.059,99
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.364.313,80	9.122.064,72	14.604.678,27	10.344.305,36	13.411.874,28	9.055.563,02	9.184.557,51	8.945.063,34	8.951.709,58	8.940.326,75	9.028.822,41	8.970.891,70	118.924.170,74	0,00	118.924.170,74
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.089.607,48	7.867.984,62	12.694.727,89	8.717.351,61	11.466.122,32	7.760.216,48	7.889.611,86	7.683.410,93	7.684.749,24	7.677.049,32	7.794.287,56	7.740.103,29	102.065.222,60	0,00	102.065.222,60
Pensões	1.274.706,32	1.254.080,10	1.909.950,38	1.626.953,75	1.945.751,96	1.295.346,54	1.294.945,65	1.261.652,41	1.266.960,34	1.263.277,43	1.234.534,85	1.230.788,41	16.858.948,14	0,00	16.858.948,14
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.851.700,33	611.561,00	3.823.559,78	3.593.541,44	13.862.794,65	9.506.483,39	9.184.557,51	8.945.063,34	8.951.709,58	8.940.326,75	9.028.822,41	8.970.891,70	94.271.011,88	0,00	94.271.011,88
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	474.023,50	619.021,94	928.055,41	692.287,22	450.920,37	450.920,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.615.228,81	0,00	3.615.228,81
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	13.363,03	1.597,17	7.383,41	2.108.984,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.131.328,33	0,00	2.131.328,33
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.364.313,80	-9.058,11	2.888.120,96	792.269,50	13.411.874,28	9.055.563,02	9.184.557,51	8.945.063,34	8.951.709,58	8.940.326,75	9.028.822,41	8.970.891,70	88.524.454,74	0,00	88.524.454,74
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.052.599,13	30.892.336,59	45.522.693,92	33.825.646,64	31.626.285,93	21.133.799,36	23.401.224,06	22.836.150,11	22.048.495,68	23.164.187,57	23.528.855,31	23.082.365,29	323.114.639,59	0,00	323.114.639,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	323.114.639,59	0,042231%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	517.047.062,99	0,067578%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	491.194.709,84	0,064199%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	465.342.356,69	0,060820%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, SPF, NCONT, 22/09/2020 10h e 45m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização de créditos (provisão) : R$1.550.955,73

Despesas com Outros Precatórios Judiciais executados por meio de descentralização de créditos (destaque): R$ 3.429.921,87

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				417.385.651,47	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				94.271.011,88	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				323.114.639,59	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,0422331%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITEMÁXIMO\1	LRF, art. 20, incisos I, II e III				
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,076936%	588.646.199,03
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,076914%	588.477.874,49
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,067578%	517.047.062,99
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,067578%	517.047.062,99

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des. WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Presidente do Tribunal

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA
Diretor-Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 342, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio 2000, e na Lei n. 13.898, de 11 de novembro de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020) c/c o art. 5º, inciso I da Lei n. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). resolve: Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao Segundo Quadrimestre de 2020, que compreende o período de setembro/2019 a agosto/2020, conforme documentação em anexo.

Desª ANNE HELENA FISCHER INOJOSA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
							LIQUIDADAS						INSCRITAS EM RESTOS A	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.043505,30	15.473.986,67	23.971.558,70	19.973.567,04	20.004.128,18	15.671.802,79	16.090.379,34	15.761.631,17	17.589.513,55	15.474.906,88	16.233.899,83	16.394.594,94	207.683.474,39	552.447,52	208.235.921,91
Pessoal Ativo	12.898.291,43	13.306.983,55	20.568.587,43	17.596.950,60	17.718.261,13	13.333.299,16	13.776.009,68	13.441.409,15	14.118.541,16	13.140.982,27	13.915.281,57	14.075.976,68	177.890.573,81	552.447,52	178.443.021,33
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.345.503,84	11.470.761,17	16.922.264,99	15.680.023,31	15.907.265,28	11.010.572,47	11.479.607,33	11.146.388,22	12.189.259,30	11.233.513,59	11.230.954,71	11.371.553,47	150.987.667,68	1.340,32	150.989.008,00
Obrigações Patronais	1.552.787,59	1.836.222,38	3.646.322,38	1.916.927,29	1.810.995,85	2.322.726,69	2.296.402,35	2.295.020,93	1.929.281,86	1.907.468,68	2.684.326,86	2.704.423,21	26.902.906,13	551.107,20	27.454.013,33
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.145.213,87	2.167.003,12	3.402.971,27	2.376.616,44	2.285.616,44	2.285.867,05	2.338.503,63	2.314.369,66	2.320.222,02	3.470.972,39	2.333.924,61	2.318.618,26	2.318.618,26	0,00	29.792.900,58
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.786.240,95	1.808.978,54	2.863.089,45	2.018.591,86	1.915.609,80	1.941.437,18	1.930.707,79	1.936.560,15	2.895.479,48	1.950.262,74	1.934.956,39	1.934.956,39	24.916.870,72	0,00	24.916.870,72
Pensões	358.972,92	358.024,58	539.881,82	358.024,58	370.257,25	397.066,45	383.661,87	383.661,87	575.492,91	383.661,87	383.661,87	383.661,87	4.876.029,86	0,00	4.876.029,86
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.156.925,84	2.176.509,07	1.335.992,86	2.592.699,47	2.285.867,05	2.338.503,63	2.314.369,66	2.320.222,02	3.470.972,39	2.333.924,61	2.318.618,26	2.318.618,26	27.963.223,12	0,00	27.963.223,12
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	13.451,24	9.505,95	7.792,30	2.420.183,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.450.932,96	0,00	2.450.932,96
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.143.474,60	2.167.003,12	1.328.200,56	172.516,00	2.285.867,05	2.338.503,63	2.314.369,66	2.320.222,02	3.470.972,39	2.333.924,61	2.318.618,26	2.318.618,26	25.512.290,16	0,00	25.512.290,16
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.886.579,46	13.297.477,60	22.635.565,84	17.380.867,57	17.718.261,13	13.333.299,16	13.776.009,68	13.441.409,15	14.118.541,16	13.140.982,27	13.915.281,57	14.,68075.976	179.720.251,27	552.447,52	180.272.698,79

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	180.272.698,79	0,023562%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	265.784.439,83	0,034738%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	252..495.217,83	0,033001%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	239.205.995,84	0,031264%

FONTE: Tesouro Gerencial - Setor de Contabilidade - 22/09/2020

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	208.235.921,91
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	27.963.223,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	180.272.698,79

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,023562%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual>			0,042869%	327.995.657,52
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF GDGCA. GP Nº 239/2005	0,042857%	327.903.844,14
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT N° 1/2007	0,037725%	288.638.320,93
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT N° 30/2013	0,037655%	288.102.742,86
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3			0,034738%	265.784.439,83

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desª ANNE HELENA FISHER INOJOSA
Presidente do Tribunal

SATVA SOUZA DA HORA FARIAS MOREIRA
Ordenadora de Despesas

MARIA VERÔNICA TORRES LOPES PEREIRA
Secretária de Orçamento e Finanças

DENISE SANTOS SOUZA SAMPAIO
Coordenadora de Controle Interno
Substituta

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PORTARIA TRT-GP Nº 148, DE 27 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de Setembro/2019 a Agosto/2020, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram esta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se no DEJT, DOU e no site deste Tribunal.

Des. BENTO HERCULANO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.417.870,26	19.522.375,11	30.389.767,62	25.368.000,11	28.110.575,53	19.512.695,21	20.291.793,16	20.100.447,03	19.827.121,91	19.641.860,13	20.542.721,46	20.599.723,87	263.324.951,40	141.543,69	263.466.495,09
Pessoal Ativo	15.352.648,79	15.346.356,66	23.665.849,70	20.144.973,45	21.698.165,93	15.114.621,11	15.853.533,59	15.701.958,98	15.428.633,86	15.244.263,81	16.159.714,59	16.218.131,36	205.928.851,83	141.543,69	206.070.395,52
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.048.193,89	13.052.872,17	19.095.564,75	17.678.513,96	19.417.869,02	12.867.611,64	12.987.379,20	12.827.021,52	12.841.155,45	12.878.247,35	12.874.439,80	12.921.249,58	172.490.118,33	141.543,69	172.631.662,02
Obrigações Patronais	2.304.454,90	2.293.484,49	4.570.284,95	2.466.459,49	2.263.529,32	2.263.777,06	2.866.154,39	2.874.937,46	2.587.478,41	2.366.016,46	3.285.274,79	3.296.881,78	33.438.733,50	0,00	33.438.733,50
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	16.767,59	-16.767,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.065.221,47	4.176.018,45	6.723.917,92	5.223.026,66	6.412.409,60	4.398.074,10	4.438.259,57	4.398.488,05	4.398.488,05	4.397.596,32	4.383.006,87	4.381.592,51	57.396.099,57	0,00	57.396.099,57
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.515.407,23	3.624.691,74	5.878.702,42	4.671.500,98	5.597.720,28	3.800.225,68	3.867.711,24	3.827.939,72	3.827.939,72	3.827.047,99	3.812.458,54	3.811.044,18	50.062.389,72	0,00	50.062.389,72
Pensões	549.814,24	551.326,71	845.215,50	551.525,68	814.689,32	597.848,42	570.548,33	570.548,33	570.548,33	570.548,33	570.548,33	570.548,33	7.333.709,85	0,00	7.333.709,85
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.127.334,64	4.255.970,98	1.656.647,98	3.092.196,45	6.472.301,36	4.426.522,68	4.482.429,74	4.413.460,99	4.472.239,53	4.427.542,20	4.413.336,83	4.410.789,74	50.650.773,12	0,00	50.650.773,12

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	61.024,49	72.618,75	16.105,67	0,00	59.891,76	28.448,58	44.170,17	14.972,94	73.751,48	29.945,88	30.329,96	29.197,23	460.456,91	0,00	460.456,91
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.088,68	7.333,78	0,00	3.092.196,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.100.618,91	0,00	3.100.618,91
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.065.221,47	4.176.018,45	1.640.542,31	0,00	6.412.409,60	4.398.074,10	4.438.259,57	4.398.488,05	4.398.488,05	4.397.596,32	4.383.006,87	4.381.592,51	47.089.697,30	0,00	47.089.697,30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.290.535,62	15.266.404,13	28.733.119,64	22.275.803,66	21.638.274,17	15.086.172,53	15.809.363,42	15.686.986,04	15.354.882,38	15.214.317,93	16.129.384,63	16.188.934,13	212.674.178,28	141.543,69	212.815.721,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	212.815.721,97	0,027815%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	320.520.517,97	0,041892%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	304.494.492,07	0,039797%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	288.468.466,17	0,037703%

FONTE: Tesouro Gerencial, SECA/COF/TRT21, 16/09/2020 - 12h30min

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também

consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas Liquidadas com Sentenças Judiciais (Precatórios e RPV), executadas por meio de descentralização interna e externa de créditos (provisão e destaque): R$ 195.844,24.

3) No mês de dezembro/2019 foi registrado no SIAFI o valor de R$ 224.003,05, referente a Abono Pecuniário pago administrativamente a Magistrados, classificado de forma equivocada na NDD-319091.14. O fato foi detectado somente após o fechamento do balancete do referido mês. Considerando que a classificação correta (NDD-319011.44) não é dedutível da Despesa Bruta, o valor não foi informado na linha "Despesas Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração" no mês de dezembro/2019.

4) Houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados a Liquidar, inscritos em 2019, no valor de R$ 10.469,14.

5) No mês de janeiro/2020, foi registrado no SIAFI o valor de R$ 16.767,59, na linha "Benefícios Previdenciários de Pessoal Ativo". Considerando que o valor refere-se a pagamento de Auxílio Reclusão, que teve a Natureza de Despesa alterada pela Portaria Conjunta SOF/STN-1/2020, o valor foi reclassificado do GND 1 para GND 3, em fevereiro/2020, para a nova natureza de despesa: 33.90.08.

Des. BENTO HERCULANO DUARTE NETO
Presidente do Tribunal

CARLO HENRIQUE BRANDÃO TEIXEIRA
Ordenador de Despesas
Substituto

JEREMIAS IDUINO DA ROCHA E SILVA
Diretor da Divisão de Controle Interno

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Coordenador de Orçamento e Finanças e Gestor Financeiro

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	263.466.495,09
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	50.650.773,12
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	212.815.721,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,027815%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,044093%	337.360.622,52
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO SEOFI.GDGCA.GP N° 239/2005	0,044080%	337.261.158,03
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT N° 1/2007	0,038802%	296.878.572,00
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT N° 30/2013	0,038730%	296.327.691,70
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015 \3			0,041892%	320.520.517,97

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des. BENTO HERCULANO DUARTE NETO
Presidente do Tribunal

CARLO HENRIQUE BRANDÃO TEIXEIRA
Ordenador de Despesas
Substituto

JEREMIAS IDUINO DA ROCHA E SILVA
Diretor da Divisão de Controle Interno

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Coordenador de Orçamento e Finanças e Gestor Financeiro

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO GP Nº 121, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2019 a agosto/2020, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LIANA CHAIB

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

Despesa Com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar Não proces (B)	Total Executado (C)=(A)+(B)
	SET/ 2019	OUT/ 2019	NOV/ 2019	DEZ/ 2019	JAN/ 2020	FEV/ 2020	MAR/ 2020	ABR/ 2020	MAI/ 2020	JUN/ 2020	JUL/ 2020	AGO/ 2020	Total Últimos 12 meses(A)		
Despesa Bruta com Pessoal (I)	10.016.977,83	9.932.599,53	15.420.449,19	12.273.084,65	13.187.347,95	10.327.384,63	10.235.472,09	10.446.562,52	10.062.905,23	11.270.477,22	10.544.830,74	10.351.209,75	134.069.301,33	0,00	134.069.301,33
Pessoal Ativo	9.192.123,91	9.107.283,59	14.188.665,20	11.242.854,82	12.328.059,99	9.475.026,92	9.371.509,95	9.594.126,32	9.210.469,03	10.010.122,01	9.692.394,52	9.498.773,53	122.911.409,79	0,00	122.911.409,79
Vencimentos, Vant. e Outras Desp. Variáveis	7.810.716,69	7.729.622,17	11.435.769,76	9.862.801,29	10.951.081,47	8.092.308,54	7.576.306,61	7.798.139,70	7.921.625,42	8.472.799,11	7.898.235,10	7.712.225,80	103.261.631,66	0,00	103.261.631,66
Obrigações Patronais	1.381.407,22	1.377.661,42	2.752.895,44	1.380.053,53	1.376.978,52	1.382.718,38	1.795.203,34	1.795.986,62	1.288.843,61	1.537.322,90	1.794.159,42	1.786.547,73	19.649.778,13	0,00	19.649.778,13
Benefícios Previdenciários													0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	824.853,92	825.315,94	1.231.783,99	1.030.229,83	859.287,96	852.357,71	863.962,14	852.436,20	852.436,20	1.260.355,21	852.436,22	852.436,22	11.157.891,54	0,00	11.157.891,54
Aposentadorias Reservas e Reformas	683.131,84	683.593,86	1.019.200,85	888.507,84	713.017,15	706.086,90	717.455,86	706.086,90	706.086,90	1.040.831,20	706.086,90	706.086,90	9.276.173,10	0,00	9.276.173,10
Pensões	141.722,08	141.722,08	212.583,14	141.721,99	146.270,81	146.270,81	146.506,28	146.349,30	146.349,30	219.524,01	146.349,32	146.349,32	1.881.718,44	0,00	1.881.718,44
Outros Benefícios Previdenciários													0,00	0,00	0,00
O.D.Pes.Dec. Terc ou de cont de forma indireta(§1º Art.18, LRF)	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não comp. (§1° do art. 19 da LRF) (II)	838.640,88	857.460,65	1.235.787,89	1.429.985,78	1.017.543,40	1.009.229,71	898.494,11	887.701,48	865.384,01	1.264.359,11	906.682,53	856.440,12	12.067.709,67	0,00	12.067.709,67
Indeniz. por Dem. e Inc. à Demissão Voluntária													0,00	0,00	0,00
Dec. de Dec. Jud. de Período Ant. ao da Apuração	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	48.046,80	0,00	48.046,80
Desp. de Exerc. Ant. ao Período Ant. ao da Apuração	9.783,06	28.140,81		822.967,57	154.251,54	152.868,10	30.528,07	31.261,38	8.943,91		50.242,41		1.288.986,85	0,00	1.288.986,85
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	824.853,92	825.315,94	1.231.783,99	603.014,31	859.287,96	852.357,71	863.962,14	852.436,20	852.436,20	1.260.355,21	852.436,22	852.436,22	10.730.676,02	0,00	10.730.676,02
Despesa Líquida c/ Pessoal (III) = (I - II)	9.178.336,95	9.075.138,88	14.184.661,30	10.843.098,87	12.169.804,55	9.318.154,92	9.336.977,98	9.558.861,04	9.197.521,22	10.006.118,11	9.638.148,21	9.494.769,63	122.001.591,66	0,00	122.001.591,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)	122.001.591,66	0,015946%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	227.628.328,32	0,029751%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x v) (Parág. Único do art. 22 da LRF)	216.246.911,91	0,028263%
LIMITE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	204.865.495,49	0,026776%

FONTE: Tesouro Gerencial, SGFTC/CFIN, 23/9/2020, 09:44:32.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

c) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pelo Ato Conjunto CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015;

d) Valor da RCL conforme Portaria nº 504/2020 da STN, de 21/09/2020, publicado no DOU nº 182, Seção I, Páginas 45/46, de 22/09/2020.

e) As despesas com Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF).

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020
R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				134.069.301,33	
DESPESAS NÃO COMUPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				12.067.709,67	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				122.001.591,66	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,85	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100				0,015946%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,019608%	150.023.066,85
	Res. CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Ato SEOF. GDGCA.GP Nº 239/2005	0,019602%	149.977.160,15
	Res. CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT N° 1/2007	0,017255%	132.019.992,78
	Res. CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT N° 30/2013	0,017223%	131.775.157,09
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,029751%	227.628.328,32

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF(art.20, §1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Des. LIANA CHAIB

Presidente do Tribunal

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE

Diretor-Geral de Administração

RODRIGO PIZZATO

Coordenador de Controle Interno

ADRIANA FORTES REBÊLO

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 10 de 12 de março de 2020 - PL. PEP CFMV nº 5137/2018. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 18 de 13 de março de 2020 - PL. PEP CFMV nº 5631/2019. Origem: CRMV-ES. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 32 de 15 de julho de 2020 - PL. PEP CFMV nº 2994/2019. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 34 de 15 de julho de 2020 - PL. PEP CFMV nº 3344/2019. Origem: CRMV-MG. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e RECONHECER da nulidade à violação de não intimação prévia e no prazo mínimo definido no artigo 49 da Resolução CFMV nº 875/2007, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 11 de 16 de junho de 2020 - PL. PA CFMV nº 4829/2018. Origem: CRMV-TO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 13 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 0041/2020. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Revisor, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 14 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 0458/2020. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 15 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 0658/2020. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Revisor, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 16 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 0659/2020. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Revisor, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 17 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 0668/2020. Origem: CRMV-MS. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Revisor, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 18 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 0690/2020. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 19 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 0691/2020. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 20 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 2863/2019. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 25 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 5356/2019. Origem: CRMV-PR. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 26 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 6273/2019. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 27 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 6272/2019. Origem: CRMV-RO. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

Acórdão nº 28 de 11 de agosto de 2020 - PL. PA CFMV nº 4891/2019. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Revisor, Méd.-Vet. Cícero Araujo Pitombo.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA

Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO

BALANÇO PATRIMONIAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº 63.002.141.0001/63

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em Reais

ATIVO	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	**81.719.130,35**	**67.367.755,95**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**12.326.895,71**	**10.476.036,90**
DISPONÍVEL	**64.981.128,69**	**54.073.727,27**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIA**	**597.436,88**	**606.666,03**
Bancos Conta Movimento	1.370.453,29	1.194.811,40	Encargos Sociais a Pagar	597.436,88	606.666,03
Bancos Aplicação Financeira	60.707.353,58	50.187.766,92	**OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO**	**2.111.786,11**	**1.782.435,54**
Disponível para Aplicação Vinculada	2.903.321,82	2.691.148,95	Obrigações Fiscais de Curto Prazo	44.705,76	38.006,21
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	**15.609.796,59**	**12.225.527,45**	Depósitos Consignáveis	839.938,98	716.340,10
Créditos do Exercício	14.977.208,03	10.940.257,67	Fornecedores	1.227.141,37	1.028.089,23
Créditos de Exercícios Anteriores	6.355,45	2.395,18	**CONTAS A PAGAR**	**350,00**	**79,90**
Parcelamento de Débitos de Curto Prazo	4.810.178,65	4.364.131,69	Contas a Pagar	350,00	79,90
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa CP	(4.183.945,54)	(3.081.257,09)	**TRANSFERÊNCIAS LEGAIS**	**367.967,38**	**77.586,62**
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	**928.315,09**	**865.934,92**	Transferências Legais	367.967,38	77.586,62
Adiantamentos a Pessoal	323.506,78	397.247,44	**OUTRAS OBRIGAÇÕES**	**113.761,16**	**149.866,68**
Adiantamentos a Pessoal com Vinculação Orçamentária	316.899,43	302.148,10	Outras Obrigações	113.761,16	149.866,68
Tributos e Contribuições a Recuperar	-	6.276,87	**PROVISÕES TRABALHISTAS**	**3.715.535,63**	**3.267.981,18**
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	187.901,96	97.331,82	Provisões Trabalhistas	3.715.535,63	3.267.981,18
Créditos Diversos	97.084,06	59.717,98	**PROVISÃO DA COTA PARTE**	**5.372.509,76**	**4.123.707,30**
Outros Créditos e Valores de CP	2.922,86	3.212,71	Provisão da Cota Parte	5.372.509,76	4.123.707,30
ESTOQUES	**184.997,60**	**190.725,08**	**CAUÇÕES**	**2.099,94**	**2.013,05**
Almoxarifado	184.997,60	190.725,08	Cauções	2.099,94	2.013,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**14.892,38**	**11.841,23**	**HONORÁRIOS DE SUCUMBENCIA**	**45.448,85**	**465.700,60**
Seguros a Apropriar	7.827,87	8.743,61	Honorários de Sucumbência	45.448,85	465.700,60
Assinaturas Periódicas	2.769,13	-	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**9.038.449,23**	**11.954.925,41**
Publicações	4.295,38	3.097,62	**PROVISÕES DE LONGO PRAZO**	**9.038.449,23**	**11.954.925,41**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**122.300.677,67**	**122.289.723,45**	**PROVISÃO PARA RISCOS TRAB. E CÍVEIS**	**9.038.449,23**	**11.954.925,41**
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**11.252.752,21**	**8.393.009,03**	Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis	9.038.449,23	11.954.925,41
Parcelamento de Débitos	831.531,46	362.207,60	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**182.654.463,08**	**167.226.517,09**
Créditos de Exercícios Anteriores não Executados	36.371.241,24	39.429.013,65	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**182.654.463,08**	**167.226.517,09**
Dívida Ativa Executada	66.967.460,55	51.530.618,46	Ajuste de Exercícios Anteriores	-	3.478,21
Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa LP	(92.917.481,04)	(82.928.830,68)	Resultado do Exercício	15.427.945,99	3.164.929,07
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	**33.473,15**	**33.473,15**	Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	167.226.517,09	164.058.109,81
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	33.473,15	33.473,15			
IMOBILIZADO	**110.861.765,08**	**113.520.881,83**			
Bens Móveis	12.132.543,31	11.859.829,43			
Bens Imóveis	111.279.297,40	111.279.297,40			
Depreciação Acumulada (-)	(12.550.075,63)	(9.618.245,00)			
INTANGIVEL	**152.687,23**	**342.359,44**			
Intangível	907.795,90	885.095,90			
Amortização Acumulada (-)	(755.108,67)	(542.736,46)			
TOTAL DO ATIVO	**204.019.808,02**	**189.657.479,40**	**TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**204.019.808,02**	**189.657.479,40**
ATIVO FINANCEIRO	65.924.336,16	54.951.503,42	**PASSIVO FINANCEIRO**	6.954.385,95	6.352.329,60
ATIVO PERMANENTE	138.095.471,86	134.705.975,98	**PASSIVO PERMANENTE**	14.410.958,99	16.078.632,71
			SALDO PATRIMONIAL	182.654.463,08	167.226.517,09
TOTAL	**204.019.808,02**	**189.657.479,40**	**TOTAL**	**204.019.808,02**	**189.657.479,40**
SUPERÁVIT FINANCEIRO	**58.969.950,21**	**48.599.173,82**			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RECEITAS	2019	2018
Receitas Correntes	**81.768.787,13**	**78.265.746,80**
Contribuições	70.887.069,55	66.644.469,74
Exploração de Serviços	1.102.648,87	953.137,29
Financeiras	8.858.960,38	8.571.620,94
Transferências	232.084,00	185.431,07
Outras Receitas Correntes	688.024,33	1.911.087,76
Receitas de Capital	**1.200,00**	**26.013,00**
TOTAL	**81.769.987,13**	**78.291.759,80**
DESPESAS		
Despesas Correntes	**71.424.099,40**	**67.682.464,04**
Pessoal e Encargos	36.879.045,70	35.438.700,38
Benefícios Assistenciais	179.062,11	211.180,33
Uso de Bens e Serviços	17.214.624,46	15.415.890,83
Financeiras	810.100,22	767.245,01
Tributárias e Contributivas	16.301.341,06	15.643.067,14
Outras Despesas Correntes	39.925,85	206.380,35
Despesas de Capital	**332.428,00**	**285.190,94**
TOTAL	**71.756.527,40**	**67.967.654,98**
Superávit Orçamentário do Exercício	**10.013.459,73**	**10.324.104,82**

BALANÇO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

RECEITAS	2019	2018
ORÇAMENTÁRIA	**81.769.987,13**	**78.291.759,80**
Receitas Correntes	81.768.787,13	78.265.746,80
Receitas de Capital	1.200,00	26.013,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**1.450.098,25**	**743.889,76**
Saldo do Exercício Anterior	**54.073.727,27**	**43.166.955,57**
TOTAL	**137.293.812,65**	**122.202.605,13**
DESPESA		
ORÇAMENTÁRIA	**71.756.527,40**	**67.967.654,98**
Despesas Correntes	71.424.099,40	67.682.464,04
Despesas de Capital	332.428,00	285.190,94
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	**556.156,56**	**161.222,88**
Saldo para o Exercício Seguinte	**64.981.128,69**	**54.073.727,27**
TOTAL	**137.293.812,65**	**122.202.605,13**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**121.648.718,80**	**167.980.314,21**
Contribuições	83.009.501,97	79.850.678,54
Exploração de Bens e Serviços	943.699,05	905.548,10
Financeiras	19.700.461,93	23.835.452,95
Transferências	273.039,80	212.175,27
Valorização e Ganhos com Ativos	1.200,00	27.518,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17.720.816,05	63.148.940,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**106.220.772,81**	**164.815.385,14**
Pessoal e Encargos	36.562.146,27	36.921.423,16
Benefícios Assistenciais	179.062,11	211.180,33
Uso de Bens e Serviços	20.418.368,09	18.618.268,68
Financeiras	6.082.008,85	5.794.796,61
Tributarias e Contributivas	17.550.143,52	15.514.488,45
Desvalorização e Perda de Ativos	21.003.978,78	80.294.970,33
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.425.065,19	7.460.257,58
Resultado Patrimonial do Exercício	**15.427.945,99**	**3.164.929,07**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**332.428,00**	**285.190,94**
Equipamentos e Materiais Permanentes	309.728,00	84.092,90
Intangivel	22.700,00	201.098,04
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	**1.200,00**	**26.013,00**
Alienação de Bens	1.200,00	26.013,00

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2019	2018
INGRESSOS		
RECEITAS	**81.768.787,13**	**78.265.746,80**
Receita de Contribuições	70.887.069,55	66.644.469,74
Exploração de Bens e Serviços	1.102.648,87	953.137,29
Receitas Financeiras	8.858.960,38	8.571.620,94
Transferências (subvenções)	232.084,00	185.431,07
Outras Receitas	688.024,33	1.911.087,76
DESEMBOLSOS		
DESPESAS	**70.530.157,71**	**67.099.797,16**
Pessoal e Benefícios	36.243.893,75	35.728.618,98
Uso de Bens e Serviços	16.878.726,92	15.238.573,41
Despesas Financeiras	810.100,22	767.245,01
Despesas Tributárias e Contributivas	16.010.960,30	15.610.318,70
Outras Despesas Correntes	586.476,52	(244.958,94)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**11.238.629,42**	**11.165.949,64**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	**1.200,00**	**26.013,00**
Alienação de Bens	1.200,00	26.013,00
DESEMBOLSOS	**(332.428,00)**	**(285.190,94)**
Aquisição de Ativo Não Circulante	(332.428,00)	(285.190,94)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(331.228,00)**	**(259.177,94)**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**10.907.401,42**	**10.906.771,70**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	**54.073.727,27**	**43.166.955,57**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**64.981.128,69**	**54.073.727,27**

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2019	2018
Saldo Patrimonial do Exercício Anterior	**167.226.517,09**	**164.058.109,81**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	3.478,21
Variações Patrimoniais Diminutivas	(106.220.772,81)	(164.815.385,14)
Variações Patrimoniais Aumentativas	121.648.718,80	167.980.314,21
Saldo Patrimonial	**182.654.463,08**	**167.226.517,09**

São Paulo 31 de dezembro de 2019

MARCIA RUIZ ALCAZAR
Presidente

WILSON ROBERTO PEDRO
Chefe do Depto. de Contabilidade
CT CRC 1SP153.400/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) é uma Autarquia Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e pela Resolução CFC n.º 1.370/2011, e alterações posteriores, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O domicílio e sede está localizado à Rua Rosa e Silva, n.º 60, Higienópolis – CEP 01230-020 – São Paulo - SP, criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10.

Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem por finalidade, dentre outras, registrar os profissionais e as organizações contábeis para atuarem no mercado, orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

BASE DA PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), à Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e à Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI n.º 23 e 024/2019.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, foram analisadas pelo Conselho Diretor em 28/02/2020,conforme artigo 10º, inciso VIII do Regimento Interno, incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes.

As demonstrações contábeis que compõem o processo de Prestação de Contas do exercício de 2019 são: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP), o Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido (DMPL) e as Notas Explicativas (NE).

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e nela estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho, bem como, apresentar informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

A adoção dos procedimentos contábeis alinhados às NBC TSP iniciou no exercício de 2010, com base no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado por meio da Resolução CFC n.º 1.161/09, destacando-se dentre outras mudanças, a adoção do regime de competência, a avaliação e reavaliação dos bens móveis, imóveis e intangíveis, implementação do processo de depreciação e amortização, e ainda o reconhecimento das alterações positivas e negativas do patrimônio.

No exercício de 2019 foi instituída no CFC a comissão para revisão do Manual de Contabilidade com o objetivo de dar continuidade à revisão do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, para atender às alterações ocorridas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a convergência das NBCs TSP aos padrões internacionais, e o imprescindível ajuste dos conceitos, estrutura e função/funcionamento do plano de contas.

USO DE ESTIMATIVA E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o CRCSP fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota parte, com base na perda esperada.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2019 não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, conforme laudo de avaliação da empresa contratada para tal fim, observadas as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI Nº 004/2012, e de acordo com a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/08.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do CRCSP, cujos saldos estão assim evidenciados. Ressalta-se que alguns demonstrativos estão apresentados na base de Reais mil.

PRINCIPAIS DEMONSTRATIVOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do CRCSP estão alinhadas aos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final de cada exercício, possibilitando ao usuário conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido), assim demonstrados:

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo CRCSP, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

"§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei." (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3°).

DESCRIÇÃO	2019	2018
Caixa e Equivalente de Caixa	**64.981.128,69**	**54.073.727,27**
Bancos Conta Movimento	1.370.453,29	1.194.811,40
Aplicações Financeiras – Banco do Brasil	163.994,38	183.688,45
Aplicações Financeiras - CEF – CDB	60.537.380,48	49.998.447,08
Aplicações Financeiras - CEF – POUP	5.978,72	5.631,39
Bancos Conta Vinculada	2.903.321,82	2.691.148,95

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), na modalidade de CDB e em Caderneta de Poupança.

As contas do grupo Bancos Conta Vinculada registram valores com destinação específica como a caução do contrato de prestação do serviço odontológico no valor de R$ 2.099,94, e o fundo para contingências trabalhistas, especificamente a um processo no montante de R$ 2.901.221,88.

As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota 2 - Creditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei n° 9.295, de 27 de Maio de 1946:

"Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;

b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea "b," do artigo anterior,

c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.

d) doações e legados;

e) subvenções dos Governos."

Os Créditos a Receber se referem a valores de anuidades, multas de infrações e de eleições que se encontram em aberto até o exercício de 2019 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, em cobrança Administrativa e Dívida Ativa, mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentando em 31/12/2019, um montante de:

Créditos de Curto Prazo.

Estão representados pelos saldos a receber dos valores de anuidades, multas de infrações e de eleições, acrescidos de Juros, Atualização Monetária e Multa do exercício de 2019 que se encontram em cobrança Administrativa.

	Ativo Circulante	
DESCRIÇÃO	2019	2018
Créditos a Receber de Curto Prazo	**15.609.796,59**	**12.225.527,45**
Créditos do exercício	14.977.208,03	10.940.257,67
Créditos de exercícios anteriores	6.355,45	2.395,18
Parcelamento débitos	4.810.178,65	4.364.131,69
(-) Perda Estimada de Créditos	(4.183.945,54)	(3.081.257,09)

Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações e de eleições, que se encontram em aberto até o exercício de 2019 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, inscritos em Dívida Ativa, subdivididos em Não Executados e Executados.

	Ativo Não Circulante	
DESCRIÇÃO	2019	2018
Créditos a Receber de Longo Prazo	**11.252.752,21**	**8.393.009,03**
Parcelamento débitos	831.531,46	362.207,60
Créditos de exercícios anteriores não executados	36.371.241,24	39.429.013,65
Dívida Ativa Executada	66.967.460,55	51.530.618,46
(-) Perda Estimada de Créditos	(92.917.481,04)	(82.928.830,68)

Nota 3 - Ajuste para Perda Estimada de Créditos

A metodologia de cálculo para o ajuste das perdas estimadas de créditos tem por base uma média percentual dos recebimentos dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC n° 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

	Ativo Circulante	
DESCRIÇÃO	2019	2018
Saldo Créditos de Curto Prazo	19.793.742,13	15.306.784,54
Percentual de Inadimplência	21,14%	20,13%
Cálculo de ajuste de perdas	**(4.183.945,54)**	**(3.081.257,09)**
Créditos líquidos a receber	15.609.796,59	12.225.527,45

O valor do ajuste de perdas de créditos de liquidação duvidosa está consignado em variação patrimonial diminutiva, motivada pelo ajuste do índice de inadimplência, que teve um crescimento de 4,73% em relação ao ano de 2018.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	104.170.233,25	91.321.839,71
Percentual de Inadimplência	89,20%	90,81%
Cálculo de ajuste de perdas	**(92.917.481,04)**	**(82.928.830,68)**
Créditos líquidos a receber	11.252.752,21	8.393.009,03

O valor do ajuste de perdas de créditos de liquidação duvidosa está consignado em variação patrimonial diminutiva, motivada pelo ajuste do índice de inadimplência, que teve uma redução de 1,77% em relação ao ano de 2018.

Nota 4 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Corresponde a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de entes públicos. A seguir, apresenta-se o detalhamento:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	**928.315,09**	**865.934,92**
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	640.406,21	699.395,54
Tributos e Contribuições a Recuperar	-	6.276,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	187.901,96	97.331,82
Créditos entre Conselhos	97.084,06	59.717,98
Outros Créditos e Valores a Receber	2.922,86	3.212,71

Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros - Valores relativos a adiantamento de férias concedidos a funcionários em dezembro de 2019 e participação dos funcionários no custeio do vale alimentação e vale transporte, a ser descontado na folha de pagamento de Janeiro de 2020;

Tributos e Contribuições a Recuperar - Compreende valores a receber do Conselho Federal de Contabilidade de cota parte repassada a maior e valores de impostos recolhidos indevidamente e que estão aguardando restituição;

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Somatório dos depósitos judiciais recursais. Em 2019, o saldo desse grupo teve um aumento de 93,05% (noventa e três virgula zero cinco por cento) em relação ao ano anterior devido ao recurso impetrado sobre um trabalhista de terceiro e a inclusão das contas vinculadas relativas a encargos trabalhistas descontados no pagamento das notas fiscais de fornecedores, atendendo a legislação vigente;

Créditos entre Conselhos - reconhecimento do direito a receber da cota parte sobre as despesas bancárias

Outros Créditos e Valores a Receber – Valores a serem ressarcidos sobre pagamentos de multas de trânsito e tarifas bancárias cobradas indevidamente.

Nota 5 – Estoques

O saldo demonstrado no grupo de estoques/almoxarifado compreende o somatório dos materiais adquiridos pelo CRCSP, com o objetivo de utilização no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis, dentre outros.

Estes bens estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos itens. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Almoxarifado	**184.997,60**	**190.725,08**
Materiais de Expediente	105.835,79	118.742,57
Publicações Técnicas	979,00	979,00
Materiais p/Manutenção de Bens Imóveis Instalações	60.480,14	50.813,37
Materiais de Higiene Limpeza e Conservação	10.042,29	11.057,28
Outros Materiais de Consumo	7.660,38	9.132,86

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2019 e os ajustes necessários a sua regularização, foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldo das contas patrimoniais.

Nota 6 – Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Compreende direito correspondente a pagamento de despesas cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

DESCRIÇÃO	2019	2018
VPD pagas Antecipadamente	**14.892,38**	**11.841,23**
Seguros a apropriar	7.827,87	8.743,61
Assinaturas Periódicas	2.769,13	-
Publicações	4.295,38	3.097,62

Em 31 de dezembro de 2019, o CRCSP manteve cobertura de seguro contra incêndios para os seus bens, em especial, do ativo imobilizado, em valores considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas dos ativos registrados contabilmente.

Nota 7 – Investimentos e Imobilizado

Imobilizado – O ativo imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e imóveis. Estão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares para serem postos em operação, com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecidos contabilmente no exercício de 2012. Os ativos imobilizados recebidos em doação tiveram a sua mensuração resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico e/ou o valor patrimonial definido no termo da doação.

No exercício de 2019, foi nomeada comissão para levantamento dos bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico, o resultado dos bens inventariados.

Os bens que integram o imobilizado estão assim distribuídos:

DESCRIÇAO	SALDO EM 31/12/2018	AQUISIÇOES		Desincorporações	SALDO EM 31/12/2019	Depreciação Acumulada
		Aquisições	Doações			
Móveis e Utensílios	2.162.248,24			12.752,05	2.149.496,19	(1.704.748,73)
Máquinas e Equipamentos	4.703.789,49	3.483,00		42.958,01	4.664.314,48	(3.003.695,94)
Instalações	910.469,16			-	910.469,16	(727.853,60)
Utensílios de Copa e Cozinha	15.615,69	2.099,00			17.714,69	(13.084,08)
Equipamentos de Processamento de Dados	3.600.174,49	304.010,00		3.198,00	3.900.986,49	(3.084.306,03)
Biblioteca	194.602,36		2.229,94		196.832,30	(131.385,79)
Obras de Arte	272.930,00		21.600,00	1.800,00	292.730,00	-
Sede	80.689.297,40				80.689.297,40	(3.885.001,46)
Terrenos	30.590.000,00				30.590.000,00	-
Total	**123.139.126,83**	**309.592,00**	**23.829,94**	**60.708,06**	**123.411.840,71**	**(12.550.075,63)**

Nota 8 – Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa VPCI n.º 004/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

Os bens adquiridos até dezembro de 2010 foram avaliados pela empresa UNISIS Administração Patrimonial LTDA e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação n.º 2.891/2012.

Os bens móveis adquiridos são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação. A vida útil e o valor residual estão previstos na Instrução de Trabalho VPCI n.º 004/2012, e estão abaixo descritos:

DESCRIÇÃO	Vida útil	Valor residual
Móveis e utensílios de escritório	10 anos	10,00%
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10,00%
Instalações	10 anos	10,00%
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos	10,00%
Veículos (uso administrativo)	10 anos	10,00%
Veículos (uso fiscalização)	5 anos	10,00%
Equipamento de Processamento de dados	5 anos	10,00%
Sede/ Subsede/Sala/Garagens	25 anos	10,00%

Os Bens Móveis e Imóveis estão segurados nas seguintes modalidades:
Incêndio R$ 110.000.000,00;
Impactos de veículos terrestres e queda de aeronaves ou quaisquer outros veículos aéreos ou espaciais – R$ 1.125.000,00;
Danos Elétricos R$ 3.000.000,00;
Quebra de Vidros R$ 20.000,00;
Roubo e/ou Furto Qualificado R$ 50.000,00;
Equipamentos Eletrônicos R$ 10.000,00;
Alagamento/Inundação R$ 200.000,00;
Equipamentos Portáteis R$ 25.000,00;
Responsabilidade Civil Garagista R$ 150.000,00;
Responsabilidade Operações R$ 300.000,00.

Atendendo à NBCT SP 16.10, em 2017 o Imóvel Sede do CRCSP foi reavaliado com base no Laudo Técnico elaborado pelos técnicos do Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

Durante o exercício de 2019 não ocorreu nenhum fato de conhecimento da Administração que requeresse a necessidade de uma nova avaliação.

Nota 9 – Intangível

Os ativos intangíveis do Regional correspondem a licenças de softwares adquiridas que não são parte integrante do equipamento de hardware, a exemplo de Microsoft Office e programas antivírus.

No que diz respeito à Amortização, os softwares são amortizados pelo prazo da sua licença de uso em quotas constantes.

DESCRIÇAO	SALDO EM 31/12/2018	Aquisições	SALDO EM 31/12/2019	Depreciação Acumulada
Licenças de Software	885.095,90	22.700,00	907.795,90	(755.108,67)

Nota 10 – Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Corresponde às provisões de Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar, os quais são demonstrados por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

As obrigações com pessoal e obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor original.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	597.436,88	606.666,03
Total	**597.436,88**	**606.666,03**

As obrigações trabalhistas com FGTS, INSS Patronal e PIS são contabilizadas na competência, de acordo com o cálculo constante no resumo da folha de pagamento e o recolhimento é feito no mês de janeiro de acordo com os vencimentos junto aos respectivos órgãos.

Nota 11 – Obrigações de Curto Prazo

Neste grupo apresenta as obrigações fiscais de curto prazo, depósitos consignados e fornecedores de curto prazo.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Obrigações fiscais de curto prazo	44.705,76	38.006,21
Depósitos Consignáveis	839.938,98	716.340,10
Fornecedores	1.227.141,37	1.028.089,23
Total	**2.111.786,11**	**1.782.435,54**

As obrigações fiscais decorrem de retenções efetuadas de contratações realizadas junto à fornecedores pela aquisição de bens e/ou serviços, de acordo com as Instruções Normativas da Receita Federal, originários de empenhos processados, liquidados e não pagos até o término do exercício.

São evidenciados ainda neste grupo, os valores retidos de fornecedores de serviços terceirizados, e depositados em conta vinculada específica, conforme disposto na IN MPDG N.º 5/2017. A retenção é realizada no momento do pagamento e registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

Os depósitos consignáveis compreendem os valores retidos de funcionários (INSS, IRRF, Pensão Judicial, Empréstimos Consignados, dentre outros), e que deverão ser recolhidos ou pagos às respectivas entidades responsáveis. O registro é efetuado pelo valor original das transações, com base, principalmente, na folha de pagamento.

As obrigações com Fornecedores, decorrentes da entrega de bens ou serviços, são classificadas como passivos circulantes quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas à Instrução de Trabalho VPCI/CFC nº 023 e 024/2019.

Nota 12 – Demais Obrigações de Curto Prazo

Correspondem as Transferências Legais (cota parte ao CFC) e outras obrigações (depósitos não identificados em processo de identificação). O detalhamento encontra-se a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Contas a pagar	350,00	79,90
Transferências Legais – Cota do CFC e FIDES	367.967,38	77.586,62
Outras Obrigações	113.761,16	149.866,68
Total	**482.078,54**	**227.533,20**

Nota 13 – Provisões de Curto Prazo

No grupo de provisões, registram-se os valores lançados a título de provisões de férias e 13º salário, com respectivos encargos, bem como da provisão de repasse de cota parte, de provisões para riscos trabalhistas e cíveis, dentre outras.

Provisões trabalhistas (13º salário, férias e encargos) - são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo Sistema de Folha de Pagamento.

Abaixo segue o detalhamento da provisão de férias em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Provisão de férias	2.847.157,63	2.468.613,39
Encargos Sociais	868.378,00	799.367,79
Total	**3.715.535,63**	**3.267.981,18**

Esses valores são constituídos mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do CRCSP, bem como os respectivos encargos.

Não ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores. Também não há férias acumuladas e vencidas.

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 20/12/2019.

Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis - compreendem possíveis obrigações, cujo prazo e/ou valor sejam incertos, mas cuja saída de recursos seja praticamente ou provavelmente certa.

Foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRCSP.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

O CRCSP possui 16 processos trabalhista totalizando R$ 9.015.910,09 (nove milhões, quinze mil, novecentos e dez reais e nove centavos) e 98 processos cíveis que totalizam o montante de R$ 22.539,14 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e quatorze centavos), com o grau de perda classificado como provável, reconhecidos no Balanço Patrimonial.

PROVISÕES				
Processos Trabalhistas	**2019**		**2018**	
Classificação	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Provável	16	9.015.910,09	17	11.879.875,91
Possível	4	4.243.067,58	9	960.827,95
Total	**20**	**13.258.977,67**	**26**	**12.840.703,86**

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como "possível" não são reconhecidos contabilmente, no entanto, a título de informação, demonstra-se no quadro abaixo, os processos que estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica:

Processos cíveis	2019		2018	
Classificação	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
Provável	98	22.539,14	16	75.049,50
Possível	22	96.473,89	38	139.160,04
Total	**120**	**119.013,03**	**54**	**214.209,54**

Embora os valores dos processos trabalhistas tenham sido atualizados em 2019, houve uma redução do montante dos processos classificados com grau de risco provável, em função de um processo que estava classificado como provável em 2018 passou a categoria de possível em 2019, consequentemente o montante dos processos classificados com grau de risco possível aumentou em 2019.

Provisão da Cota Parte - demonstra a obrigação legal devida ao CFC. O cálculo considera como base, os créditos a receber após o ajuste das perdas (PDD). Para a constituição de provisão no passivo é incidido 20% (vinte por cento) sobre a base líquida dos créditos.

DESCRIÇÃO	Créditos Líquidos		Cálculo Provisão da Cota	
	2019	2018	2019	2018
Créditos a Receber - CP	15.609.796,59	12.225.527,45	3.121.959,32	2.445.105,49
Créditos a Receber - LP	11.252.752,21	8.393.009,03	2.250.550,44	1.678.601,81
Total da Carteira	**26.862.548,80**	**20.618.536,48**	**5.372.509,76**	**4.123.707,30**

Nota 14 – Valores de Terceiros e/ou Restituíveis

Compõe esse grupo as Cauções, Depósitos Judiciais decorrentes de sentenças e Honorários de Sucumbências.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Cauções	2.099,94	2.013,05
Honorários de Sucumbência	45.448,85	465.700,60
Total	**47.548,79**	**467.713,65**

Nota 15 – Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente, conforme segue:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	3.478,21
Resultado do Exercício	15.427.945,99	3.164.929,07
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	167.226.517,09	164.058.109,81
Total	**182.654.463,08**	**167.226.517,09**

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de valores decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores, ou os decorrentes de mudanças de critérios contábeis. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2019, não foram evidenciados os valores de ajustes correspondentes a exercícios anteriores, os fatos de 2018 estão assim distribuídos:

Data	DESCRIÇÃO	Valor
11/07/2018	Ajuste referente apropriação a maior de inscrição no CRECER17	109,99
28/12/2018	Ajuste rf cancelamento da despesa do serviço de moto boy cf nf 2208 JC EMPREENDIMENTOS E SERVS TRANSPORTES LTDA – ME.	3.368,22

Nota 16 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.° 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de foi apurado um superávit financeiro no valor de R$ 58.969.950,21.

Resultado Financeiro	**2019**	**2018**
Ativo Financeiro	65.924.336,16	54.951.503,42
(-) Passivo Financeiro	(6.954.385,95)	(6.352.329,60)
Superávit Financeiro	**58.969.950,21**	**48.599.173,82**
Metodologia de cálculo:		
ATIVO FINANCEIRO	**2019**	**2018**
Ativo Circulante	81.719.130,35	67.367.755,95
(-) Créditos de curto prazo	(15.609.796,59)	(12.225.527,45)
(-) Estoques	(184.997,60)	(190.725,08)
(=) Valor do Ativo Financeiro	**65.924.336,16**	**54.951.503,42**
PASSIVO FINANCEIRO	**2019**	**2018**
Passivo Circulante	12.326.895,71	10.476.036,90
(-) Provisão de cota parte	(5.372.509,76)	(4.123.707,30)
(=) Valor do Passivo Financeiro	**6.954.385,95**	**6.352.329,60**
SUPERÁVIT FINANCEIRO	**58.969.950,21**	**48.599.173,82**

Nota 17 – Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CRCSP mantém registrados em seu balanço, os contratos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Obrigações Contratuais	51.696.444,09	35.113.474,47
Total	**51.696.444,09**	**35.113.474,47**

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do CRCSP. durante o exercício financeiro.

Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Variações Patrimoniais Aumentativas	**2019**	**2018**
Contribuições	83.009.501,97	79.850.678,54
Exploração de Bens e Serviços	943.699,05	906.548,10
Financeiras	19.700.461,93	23.835.452,95
Transferências	273.039,80	212.175,27
Valorização e Ganhos com Ativos	1.200,00	27.518,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativa	17.720.816,05	63.148.940,61
Total	**121.648.718,80**	**167.980.314,21**
Variações Patrimoniais Diminutivas	**2019**	**2018**
Pessoal e Encargos	36.562.146,27	36.921.423,16
Benefícios Assistenciais	179.062,11	211.180,33
Uso De Bens e Serviços	20.418.368,09	18.618.268,68
Financeiras	6.082.008,85	5.794.796,61
Tributarias e Contributivas	17.550.143,52	15.514.448,45
Desvalorização e Perda de Ativos	21.003.978,78	80.294.970,33
Outras Variações Patrimoniais Diminutiva	4.425.065,19	7.460.257,58
Total	**106.220.772,81**	**164.815.385,14**
Resultado Patrimonial do Exercício	**15.427.945,99**	**3.164.929,07**
Variações Patrimoniais Qualitativas	**2019**	**2018**
Incorporação de Ativos	332.428,00	285.190,94
Desincorporação de Ativos	1.200,00	26.013,00

Nota 18 – Baixa de Créditos

No exercício de 2018 foi efetuada a baixa dos créditos relativos às anuidades e multas de eleições anteriores a 2011, no total de R$ 52.812.221,17 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e doze mil, duzentos e vinte e um reais e dezessete centavos), conforme Deliberação CFC nº 109/2018.

Nota 19 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência, correspondente a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Diminutivas, escrituradas no subsistema patrimonial.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	121.648.718,80	167.980.314,21
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	106.220.772,81	164.815.385,14
Superávit Patrimonial	**15.427.945,99**	**3.164.929,07**

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

O Balanço Financeiro apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando as receitas e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Em 2019 o saldo financeiro foi de R$ 64.981.128,69.

Nota 20 – Ingressos e Dispêndios extra orçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extra orçamentários estão evidenciados, especialmente, as obrigações de curto prazo, as transferência legais (Cota do CFC) a movimentação das provisões trabalhistas o repasse dos honorários de sucumbência, dentre outros.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas previstas e realizadas em confronto com a as despesas fixadas e executadas e ainda reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Desta forma, o orçamento do CRCSP para o exercício de 2019 foi aprovado por meio da Resolução CRC SP n.º 1.244/2018, de 29 de outubro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2018, no valor de R$ 76.500.000,00, e suplementado conforme legislação vigente, cuja fonte de recurso foi a utilização parcial do superavit financeiro de 2018.

As receitas de contribuições do orçamento do CRCSP são estimadas com base na média de pagantes dos últimos três exercícios, as receitas de aplicações financeiras são estimadas com base no provável saldo da disponibilidade mensal durante o exercício e as demais receitas são estimadas no histórico de recebimento do último exercício.

As despesas são fixadas com base no ajuste das despesas de pessoal, encargos e benefícios assistenciais, na aquisição de materiais de consumo, na manutenção e reajustes dos contratos de prestação de serviços, no valor do repasse da Cota Parte ao CFC e nas despesas com investimentos.

As receitas correntes estão representadas por anuidades (receita de contribuições), emolumentos recebidos com inscrições, certidões e publicidade (receitas de exploração de serviços), atualização monetária, multa e juros sobre os créditos e rendimentos de aplicações financeiras (receitas financeiras), multa de eleições e por infrações (outras receitas).

As receitas de capital estão representadas pela alienação de bens do imobilizado.

As despesas correntes estão representadas por pessoal e encargos, benefícios assistenciais, uso de bens e serviços, despesas financeiras tributárias e contributivas (tributos, cota parte do CFC e FIDES).

As despesas de capital estão representadas por obras de ampliação do imóvel e aquisição de bens do imobilizado.

A Cota parte do CFC corresponde a 20% da receita das arrecadações, excluindo-se as Receitas Diversas, a Remuneração de Aplicações Financeiras, as Subvenções e as Receitas por Alienação de Bens (Receita de Capital), de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/46.

A Cota parte é remetida diariamente ao CFC por meio da arrecadação compartilhada onde o banco arrecadador, Caixa Econômica Federal, credita 80% ao CRCSP e 20% ao CFC.

Em 2019 o montante repassado ao CFC referente à Cota Parte foi de R$ 15.448.534,71 e em 2018 foi de R$ 14.855.396,15.

O Fides – Fundo de Integração de Desenvolvimento da Profissão Contábil – A contribuição ao FIDES é calculada sobre 1% da receita de anuidades, deduzindo-se a Cota parte sobre a mesma, repassada ao Conselho Federal de Contabilidade de acordo com a Resolução CFC nº 968/03.

Em 2019 o montante repassado ao FIDES foi de R$ 567.096,55 e em 2018 foi de R$ 533.155,76.

Nota 21 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do exercício apresentou um superavit de R$ 10.013.459,73. Esse resultado foi 3,01% menor que o e 2018 conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receitas (corrente + capital)	81.769.987,13	78.291.759,80
Despesas (corrente + capital)	71.756.527,40	67.967.654,98
Superávit	**10.013.459,73**	**10.324.104,82**

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (RPP)

O Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados apresenta os valores de obrigações empenhadas e liquidadas, inscritas em restos pagar no exercício, bem como, as obrigações pagas de exercícios anteriores e/ou canceladas.

Destacamos que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/09, não previu em seu plano de contas os restos a pagar não processados, cuja metodologia atualizada está em análise pela Comissão de Revisão do Manual, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade.

Nota 22 – Restos a pagar

Em 31 de dezembro totalizou o valor de R$ 2.190.375,73 (dois milhões, cento e noventa mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta e três centavos), corresponde a despesas empenhadas e liquidadas, mas que não foram pagas até o final do exercício.

Informações complementares e mais detalhes institucionais do CRCSP, o quadro de profissionais e organizações inscritos, bem como as campanhas realizadas para obtenção de novos registros e a redução da inadimplência, os trabalhos realizados pela fiscalização no combate aos maus profissionais, aos leigos e não registrados, as atividades do desenvolvimento profissional relativas a Educação Profissional Continuada, a execução dos projetos que fazem parte do plano de trabalho de 2019, estão disponíveis no Relato Integrado disponibilizado no portal da transparência do CRCSP. www.crcsp.org.br

HOMOLOGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2019 e a prestação de contas do exercício de 2019 foram aprovadas pelo Colendo Plenário do CRCSP conforme Deliberação CRC SP nº. 04/2020 de 28/02/2020, e enviadas ao CFC para homologação.

HOMOLOGAÇÃO DO CFC
CÂMARA DE CONTROLE INTERNO

DELIBERAÇÃO Nº. 062/2020
PROCESSO Nº.: 2020/000041
INTERESSADO: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019
DELIBERA: Aprovar a Prestação de Contas do exercício de 2019 do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, concluindo pela Regularidade, conforme decisão da Câmara de Controle Interno
RELATOR: Contador Sebastião Célio Costa Castro
ATA CCI Nº.: 324
Brasília-DF, 14 de julho de 2020.
Contadora Vitória Maria da Silva
Vice-Presidente de Controle Interno
HOMOLOGAÇÃO: Decisão aprovada pelo Egrégio Plenário do CFC.
ATA Nº.: 1065
Brasília-DF, 16 de julho de 2020
Contador Zulmir Ivânio Breda
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 20ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF20/SE Nº 29, DE 7 DE JANEIRO DE 2017

Dispõe sobre o Regimento Interno Comissão de Ética Profissional - CEP do Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região - CREF20/SE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 20ª REGIÃO - CREF20/SE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, observado o disposto nos Arts. 36, XI e art. 40, II do seu Estatuto. CONSIDERANDO a deliberação da Plenário do CREF20/SE, em reunião ordinária, realizada em 03 de setembro de 2020. resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno Comissão de Ética Profissional - CEP do Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região - CREF20/SE, que passa a fazer parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

GILSON DORIA LEITE FILHO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS

RESOLUÇÃO CRMV-GO Nº 533, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

Institui o rito de aprovação das súmulas administrativas

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás, em Sessão Plenária O Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado de Goiás - CRMV-GO, em sua 568ª (quingentésima sexagésima oitava) Sessão Plenária Ordinária, amparado nos termos dos dispositivos constantes da Lei n° 5.517, de 23 de outubro de 1968 e do Decreto Federal n° 64.704, de 17 de junho de 1969, combinado com as normas regulamentadas pela Resolução CFMV n° 591, de 26 de junho de 1992, especialmente alínea "r", do artigo 4° e demais disposições legais, resolve:

Art. 1º - Os enunciados de súmulas administrativas deverão ser observados nos atos administrativos, normativos e decisórios do CRMV-GO.

Art. 2° Os enunciados de súmulas poderão ser propostos pelas Gerências, Procuradoria Jurídica, Diretoria Executiva e Plenário.

§ 1° A proposta de enunciado de súmula será dirigida ao Presidente do Conselho, instruída com pelo menos cinco decisões unânimes, proferidas em sessões distintas, e que não contrariem a jurisprudência judicial sobre o tema;

§ 2°Parecer técnico sobre o tema discutido na súmula;

Art. 3° A proposta de enunciado somente será aprovada por unanimidade de votos e deve ser fundamentada em reiterado e consolidado entendimento do Plenário do CRMVGO.

§ 1° A proposta de alteração ou cancelamento de Súmula deverá ser fundamentada e obedecerá ao mesmo rito de sua aprovação, por iniciativa de qualquer dos legitimados de que trata o art. 2º.

§ 2° A revogação de enunciado de súmula entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário.

§ 3° Se houver superveniência de decisão com trânsito em julgado do Supremo Tribunal Federal (STF) ou do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou ainda do Tribunal Regional Federal da 1a Região que contrarie enunciado de Súmula do CRMVGO, esta será revogada por deliberação do Plenário.

Art. 4° A Súmula do CRMVGO entrará em vigor na data da aprovação pelo Plenário.

Art. 5º Os procedimentos administrativos para aplicar os enunciados das súmulas administrativas serão regulamentados por portaria.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL COSTA VIEIRA
Presidente do Conselho